

OURINHOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS - SÃO PAULO

GUARDA MUNICIPAL 3ª CLASSE (FEMININO E MASCULINO)

CONTEÚDO

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Conhecimentos Gerais
- Atualidades
- Conhecimentos em Informática

Conhecimentos Específicos

GRÁTIS CONTEÚDO ONLINE

- Código de Trânsito Brasileiro - Das Infrações
- Informática - Windows 7
- Português - Acentuação Gráfica e Ortografia

Prefeitura Municipal de Ourinhos do Estado de São Paulo

OURINHOS-SP

Guarda Municipal 3ª Classe (Feminino e Masculino)

DZ094-N9

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura Municipal de Ourinhos do Estado de São Paulo

Guarda Municipal 3ª Classe (Feminino e Masculino)

EDITAL Nº 03/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Matemática - Profº Bruno Chierigatti e Joao de Sá Brasil

Conhecimentos Gerais - Profª Leticia Veloso e Roberta Amorim

Atualidades - Profº Heitor Ferreira

Conhecimentos em Informática - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto

Conhecimentos Específicos - Profª Silvana Guimarães e Bruna Pinotti/Rodrigo Gonçalves

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Robson Silva

Roberth Kairo

Josiane Sarto

DIAGRAMAÇÃO

Renato Vilela

Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto.....	01
Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, sentido próprio e figurado das palavras....	08
Ortografia Oficial.....	12
Pontuação.....	16
Acentuação.....	20
Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações).....	23
Concordância verbal e nominal.....	61
Regência verbal e nominal.....	68
Colocação pronominal.....	74
Crase.....	74
Sintaxe.....	78

MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores;.....	01
Números Racionais: Operações e Propriedades.....	04
Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta.....	11
Porcentagem.....	16
Juros Simples.....	19
Sistema de Medidas Legais.....	20
Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume.....	25
Raciocínio Lógico.....	48

CONHECIMENTOS GERAIS

Elementos de política brasileira.....	01
Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão.....	03
Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea.....	06
Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais.....	18
História e geografia do Brasil e do município de Ourinhos/SP.....	52

SUMÁRIO

ATUALIDADES

Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados a partir de 1º de junho de 2019, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão.....	01

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

Conhecimentos em informática: MS-Windows 7 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos.....	01
MS-Office 2010 ou versões mais recentes. MS-Word 2010 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2010 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtros e classificação de dados....	09
Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, vírus, busca e impressão de páginas.....	91

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação e Sinalização de Trânsito.....	01
Normas gerais de circulação e conduta.....	41
Primeiros Socorros.....	45
Proteção ao Meio Ambiente.....	51
Cidadania.....	55
Lei nº 9.503 de 23/09/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.....	59
Ética e sigilo profissional.....	59
Lei Federal nº 13.022/2014.....	60
CONSTITUIÇÃO FEDERAL: Arts. 1º a 5º, 37, 38 e 144.....	62
CÓDIGO PENAL: Arts. 1º a 6º, 13 a 19, 23 a 25, 121 a 129; art. 146 a 150; art. 155 a 159 e art. 312 a 327).....	95
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: Capítulo sobre Prisão em Flagrante (arts. 301 a 310).....	103
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente): Disposições Preliminares (art. 1º ao 6º); Da Prática de Ato Infracional (art. 103 ao 109); Do Conselho Tutelar (art. 131 ao 137) e Dos Crimes (art. 225 ao 244B).....	104
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 (Estatuto do Idoso): Disposições preliminares (art. 1º ao 7º) e Dos Crimes em Espécie (art. 95 a 108).....	115

SUMÁRIO

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO): Do Porte (art. 6º ao 11ª); Dos Crimes e das Penas (art.12 ao 21).....	120
LEI Nº 11.340 DE 07 DE AGOSTO DE 2006 (LEI “MARIA DA PENHA”): Art. 1º ao 7º.....	123
LEI Nº 4.898, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1965 (LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE): Art. 3º ao 6º.....	124
Lei Federal nº 10826/2003 (atualizada) - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.....	127
Lei Complementar Municipal Nº 474 de 22 de junho de 2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ourinhos.....	133
Lei Complementar Municipal nº 1031 de 04 de abril de 2019 (Lei da Guarda Municipal de Ourinhos).....	157

SUMÁRIO

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto.....	01
Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, sentido próprio e figurado das palavras....	08
Ortografia Oficial.....	12
Pontuação.....	16
Acentuação.....	20
Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações).....	23
Concordância verbal e nominal.....	61
Regência verbal e nominal.....	68
Colocação pronominal.....	74
Crase.....	74
Sintaxe.....	78

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto – comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

Interpretação de texto – o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias (ou fundamentações), as argumentações (ou explicações), que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, em uma prova, o candidato deve:

- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
- **Comentar**/relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade.
- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.
- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários: conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática; conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico; capacidade de observação e de síntese; capacidade de raciocínio.

Interpretar/Compreender

Interpretar significa:

Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir. Através do texto, infere-se que... É possível deduzir que... O autor permite concluir que... Qual é a intenção do autor ao afirmar que...

Compreender significa

Entendimento, atenção ao que realmente está escrito.

O texto diz que...

É sugerido pelo autor que...

De acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...

O narrador afirma...

Erros de interpretação

- **Extrapolação** ("viagem") = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.
- **Redução** = é o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.
- **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

Observação: Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas em uma prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

qual (neutro) idem ao anterior.

quem (pessoa)

cujo (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

como (modo)

onde (lugar)

quando (tempo)

quanto (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. *Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.*
- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.
- Leia o texto, pelo menos, duas vezes – ou quantas forem necessárias.
- Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).

- **Volte ao texto quantas vezes precisar.**
- **Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.**
- Fragmente o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.
- **Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.**
- O autor defende ideias e você deve percebê-las.
- Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.
- Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.
- **Nos enunciados, grife palavras como "correto" ou "incorreto", evitando, assim, uma confusão na hora da resposta** – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!
- Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.
- Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

SITES

Disponível em: <<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>>

Disponível em: <<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>>

Disponível em: <<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>>

Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>>

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (EBSERH – Analista Administrativo – Estatística – AOC-2015)

O verão em que aprendi a boiar

Quando achamos que tudo já aconteceu, novas capacidades fazem de nós pessoas diferentes do que éramos

IVAN MARTINS

Sei que a palavra da moda é precocidade, mas eu acredito em conquistas tardias. Elas têm na minha vida um gosto especial.

Quando aprendi a guiar, aos 34 anos, tudo se transformou. De repente, ganhei mobilidade e autonomia. A cidade, minha cidade, mudou de tamanho e de fisionomia. Descer a Avenida Rebouças num táxi, de madrugada, era diferente – e pior – do que descer a mesma avenida com

as mãos ao volante, ouvindo *rock and roll* no rádio. Pegar a estrada com os filhos pequenos revelou-se uma delícia insuspeitada.

Talvez porque eu tenha começado tarde, guiar me parece, ainda hoje, uma experiência incomum. É um ato que, mesmo repetido de forma diária, nunca se banalizou inteiramente.

Na véspera do Ano Novo, em Ubatuba, eu fiz outra descoberta temporã.

Depois de décadas de tentativas inúteis e frustrantes, num final de tarde ensolarado eu conquistei o dom da flutuação. Nas águas cálidas e translúcidas da praia Brava, sob o olhar risonho da minha mulher, finalmente consegui boiar.

Não riam, por favor. Vocês que fazem isso desde os oito anos, vocês que já enjoaram da ausência de peso e esforço, vocês que não mais se surpreendem com a sensação de balançar ao ritmo da água – sinto dizer, mas vocês se esqueceram de como tudo isso é bom.

Nadar é uma forma de sobrepular a água e impor-se a ela. Boiar é fazer parte dela – assim como do sol e das montanhas ao redor, dos sons que chegam filtrados ao ouvido submerso, do vento que ergue a onda e lança água em nosso rosto. Boiar é ser feliz sem fazer força, e isso, curiosamente, não é fácil.

Essa experiência me sugeriu algumas considerações sobre a vida em geral.

Uma delas, óbvia, é que a gente nunca para de aprender ou de avançar. Intelectualmente e emocionalmente, de um jeito prático ou subjetivo, estamos sempre incorporando novidades que nos transformam. Somos geneticamente elaborados para lidar com o novo, mas não só. Também somos profundamente modificados por ele. A cada momento da vida, quando achamos que tudo já aconteceu, novas capacidades irrompem e fazem de nós uma pessoa diferente do que éramos. Uma pessoa capaz de boiar é diferente daquelas que afundam como pedras.

Suspeito que isso tenha importância também para os relacionamentos.

Se a gente não congela ou enferruja – e tem gente que já está assim aos 30 anos – nosso repertório íntimo tende a se ampliar, a cada ano que passa e a cada nova relação. Penso em aprender a escutar e a falar, em olhar o outro, em tocar o corpo do outro com propriedade e deixar-se tocar sem susto. Penso em conter a nossa própria frustração e a nossa fúria, em permitir que o parceiro floresça, em dar atenção aos detalhes dele. Penso, sobretudo, em conquistar, aos poucos, a ansiedade e insegurança que nos bloqueiam o caminho do prazer, não apenas no sentido sexual. Penso em estar mais tranquilo na companhia do outro e de si mesmo, no mundo.

Assim como boiar, essas coisas são simples, mas precisam ser aprendidas.

Estar no interior de uma relação verdadeira é como estar na água do mar. Às vezes você nada, outras vezes você boia, de vez em quando, morto de medo, sente que pode afundar. É uma experiência que exige, ao mesmo tempo, relaxamento e atenção, e nem sempre essas coisas se combinam. Se a gente se põe muito tenso e cerebral, a relação perde a espontaneidade. Afunda. Mas, largada apenas ao sabor das ondas, sem atenção ao equilíbrio, a

relação também naufraga. Há uma ciência sem cálculos que tem de ser assimilada a cada novo amor, por cada um de nós. Ela fornece a combinação exata de atenção e relaxamento que permite boiar. Quer dizer, viver de forma relaxada e consciente um grande amor.

Na minha experiência, esse aprendizado não se fez rapidamente. Demorou anos e ainda se faz. Talvez porque eu seja homem, talvez porque seja obtuso para as coisas do afeto. Provavelmente, porque sofro das limitações emocionais que muitos sofrem e que tornam as relações afetivas mais tensas e trabalhosas do que deveriam ser. Sabemos nadar, mas nos custa relaxar e ser felizes nas águas do amor e do sexo. Nos custa boiar.

A boa notícia, que eu redescobri na praia, é que tudo se aprende, mesmo as coisas simples que pareciam impossíveis.

Enquanto se está vivo e relação existe, há chance de melhorar. Mesmo se ela acabou, é certo que haverá outra no futuro, no qual faremos melhor: com mais calma, com mais prazer, com mais intensidade e menos medo.

O verão, afinal, está apenas começando. Todos os dias se pode tentar boiar.

<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ivan-martins/noticia/2014/01/overao-em-que-aprendi-boiar.html>

De acordo com o texto, quando o autor afirma que *"Todos os dias se pode tentar boiar."*, ele refere-se ao fato de

- a) haver sempre tempo para aprender, para tentar relaxar e ser feliz nas águas do amor, agindo com mais calma, com mais prazer, com mais intensidade e menos medo.
- b) ser necessário agir com mais cautela nos relacionamentos amorosos para que eles não se desfaçam.
- c) haver sempre tempo para aprender a ser mais criterioso com seus relacionamentos, a fim de que eles sejam vividos intensamente.
- d) haver sempre tempo para aprender coisas novas, inclusive agir com o raciocínio nas relações amorosas.
- e) ser necessário aprender nos relacionamentos, porém sempre estando alerta para aquilo de ruim que pode acontecer.

Resposta: Letra A

Ao texto: (...) **tudo se aprende**, mesmo as coisas simples que pareciam impossíveis. / **Enquanto se está vivo e relação existe, há chance de melhorar** = sempre há tempo para boiar (aprender).

Em "a": haver sempre tempo para aprender, para tentar relaxar e ser feliz nas águas do amor, agindo com mais calma, com mais prazer, com mais intensidade e menos medo = correta.

Em "b": ser necessário agir com mais cautela nos relacionamentos amorosos para que eles não se desfaçam = incorreta – o autor propõe viver intensamente.

Em "c": haver sempre tempo para aprender a ser mais criterioso com seus relacionamentos, a fim de que eles sejam vividos intensamente = incorreta – ser menos objetivo nos relacionamentos.

Em "d": haver sempre tempo para aprender coisas novas, inclusive agir com o raciocínio nas relações amorosas = incorreta – ser mais emoção.

Em "e": ser necessário aprender nos relacionamentos, porém sempre estando alerta para aquilo de ruim que pode acontecer = incorreta – estar sempre cuidando, não pensando em algo ruim.

2. (TJ-SC – ANALISTA ADMINISTRATIVO – FGV-2018)

Observe a charge a seguir:



A charge acima é uma homenagem a Stephen Hawking, destacando o fato de o cientista:

- a) ter alcançado o céu após sua morte;
- b) mostrar determinação no combate à doença;
- c) ser comparado a cientistas famosos;
- d) ser reconhecido como uma mente brilhante;
- e) localizar seus interesses nos estudos de Física.

Resposta: Letra D

Em "a": ter *alcançado o céu* após sua morte; = incorreto

Em "b": mostrar determinação no *combate à doença*; = incorreto

Em "c": ser *comparado a cientistas famosos*; = incorreto

Em "d": ser **reconhecido como uma mente brilhante**;

Em "e": *localizar seus interesses* nos estudos de Física. = incorreto

Usemos a fala de Einstein: *"a mente brilhante que estávamos esperando"*.

3. (BANPARÁ – ASSISTENTE SOCIAL – FADESP-2018)

Lastro e o Sistema Bancário

[...]

Até os anos 60, o papel-moeda e o dinheiro depositado nos bancos deviam estar ligados a uma quantidade de ouro num sistema chamado lastro-ouro. Como esse metal é limitado, isso garantia que a produção de dinheiro fosse também limitada. Com o tempo, os banqueiros se deram conta de que ninguém estava interessado em trocar dinheiro por ouro e criaram manobras, como a reserva fracional, para emprestar muito mais dinheiro do que realmente tinham em ouro nos cofres. Nas crises, como em 1929, todos queriam sacar dinheiro para pagar suas contas e os bancos quebravam por falta de fundos, deixando sem nada as pessoas que acreditavam ter suas economias seguramente guardadas.

Em 1971, o presidente dos EUA acabou com o padrão-ouro. Desde então, o dinheiro, na forma de cédulas e principalmente de valores em contas bancárias, já não tendo nenhuma riqueza material para representar, é criado a partir de empréstimos. Quando alguém vai até o banco e recebe um empréstimo, o valor colocado em sua conta é gerado naquele instante, criado a partir de uma decisão administrativa, e assim entra na economia. Essa explicação permaneceu controversa e escondida por muito tempo, mas hoje está clara em um relatório do *Bank of England* de 2014.

Praticamente todo o dinheiro que existe no mundo é criado assim, inventado em canetaços a partir da concessão de empréstimos. O que torna tudo mais estranho e perverso é que, sobre esse empréstimo, é cobrada uma dívida. Então, se eu peço dinheiro ao banco, ele inventa números em uma tabela com meu nome e pede que eu devolva uma quantidade maior do que essa. Para pagar a dívida, preciso ir até o dito "livre-mercado" e trabalhar, lutar, talvez trapacear, para conseguir o dinheiro que o banco inventou na conta de outras pessoas. Esse é o dinheiro que vai ser usado para pagar a dívida, já que a única fonte de moeda é o empréstimo bancário. No fim, os bancos acabam com todo o dinheiro que foi inventado e ainda confiscam os bens da pessoa endividada cujo dinheiro tomei.

Assim, o sistema monetário atual funciona com uma moeda que é ao mesmo tempo escassa e abundante. Escassa porque só banqueiros podem criá-la, e abundante porque é gerada pela simples manipulação de bancos de dados. O resultado é uma acumulação de riqueza e poder sem precedentes: um mundo onde o patrimônio de 80 pessoas é maior do que o de 3,6 bilhões, e onde o 1% mais rico tem mais do que os outros 99% juntos.

[...]

Disponível em <https://fagulha.org/artigos/inventando-dinheiro/>

Acessado em 20/03/2018

De acordo com o autor do texto *Lastro e o sistema bancário*, a reserva fracional foi criada com o objetivo de

- a) tornar ilimitada a produção de dinheiro.
- b) proteger os bens dos clientes de bancos.
- c) impedir que os bancos fossem à falência.
- d) permitir o empréstimo de mais dinheiro
- e) preservar as economias das pessoas.

Resposta: Letra D

Ao texto: (...) Com o tempo, os banqueiros se deram conta de que ninguém estava interessado em trocar dinheiro por ouro e criaram manobras, como a reserva fracional, para **empréstimo** muito mais dinheiro do que realmente tinham em ouro nos cofres.

Em "a", tornar ilimitada a produção de dinheiro = incorreta

Em "b", proteger os bens dos clientes de bancos = incorreta

Em "c", impedir que os bancos fossem à falência = incorreta

Em "d", permitir o **empréstimo de mais dinheiro** = correta

Em "e", preservar as economias das pessoas = incorreta

4. (BANPARÁ – ASSISTENTE SOCIAL – FADESP-2018)

A leitura do texto permite a compreensão de que

- a) as dívidas dos clientes são o que sustenta os bancos.
- b) todo o dinheiro que os bancos emprestam é imaginário.
- c) quem pede um empréstimo deve a outros clientes.
- d) o pagamento de dívidas depende do "livre-mercado".
- e) os bancos confiscam os bens dos clientes endividados.

Resposta: Letra A

Em "a", **as dívidas dos clientes são o que sustenta os bancos** = correta

Em "b", todo o dinheiro que os bancos emprestam é imaginário = nem todo

Em "c", quem pede um empréstimo deve a outros clientes = deve ao banco, este paga/empresta a outros clientes

Em "d", o pagamento de dívidas depende do "livre-mercado" = não só: (...) preciso ir até o dito "livre-mercado" **e trabalhar, lutar, talvez trapacear**.

Em "e", os bancos confiscam os bens dos clientes endividados = desde que não paguem a dívida

5. (BANESTES – ANALISTA ECONÔMICO FINANCEIRO GESTÃO CONTÁBIL – FGV-2018)

Observe a charge abaixo, publicada no momento da intervenção nas atividades de segurança do Rio de Janeiro, em março de 2018.



Há uma série de informações implícitas na charge; **NÃO** pode, no entanto, ser inferida da imagem e das frases a seguinte informação:

- a) a classe social mais alta está envolvida nos crimes cometidos no Rio;
- b) a tarefa da investigação criminal não está sendo bem-feita;
- c) a linguagem do personagem mostra intimidade com o interlocutor;
- d) a presença do orelhão indica o atraso do local da charge;
- e) as imagens dos tanques de guerra denunciam a presença do Exército.

Resposta: Letra D



NÃO pode ser inferida da imagem e das frases a seguinte informação:

Em "a", a classe social mais alta está envolvida nos crimes cometidos no Rio = inferência correta

Em "b", a tarefa da investigação criminal não está sendo bem-feita = inferência correta

Em "c", a linguagem do personagem mostra intimidade com o interlocutor = inferência correta

Em "d", a presença do orelhão indica o atraso do local da charge = incorreta

Em "e", as imagens dos tanques de guerra denunciam a presença do Exército = inferência correta

6. (TJ-AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FGV-2018) Observe a charge abaixo.



No caso da charge, a crítica feita à internet é:

- a) a criação de uma dependência tecnológica excessiva;
- b) a falta de exercícios físicos nas crianças;
- c) o risco de contatos perigosos;
- d) o abandono dos estudos regulares;
- e) a falta de contato entre membros da família.

Resposta: Letra A

Em "a": a criação de uma **dependência tecnológica** excessiva;

Em "b": a *falta de exercícios físicos* nas crianças; = incorreto

Em "c": o *risco de contatos perigosos*; = incorreto

Em "d": o *abandono dos estudos regulares*; = incorreto

Em "e": a *falta de contato entre membros da família*. = incorreto

Através da fala do garoto chegamos à resposta: dependência tecnológica - expressa em sua fala.

7. (Câmara de Salvador-BA – Assistente Legislativo Municipal – FGV-2018-adaptada) "Hoje, esse termo denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas". A manchete jornalística abaixo que **NÃO** se enquadra em nenhum tipo de violência citado nesse segmento é:

- a) Presa por mensagem racista na internet;
- b) Vinte pessoas são vítimas da ditadura venezuelana;
- c) Apanhou de policiais por destruir caixa eletrônico;
- d) Homossexuais são perseguidos e presos na Rússia;
- e) Quatro funcionários ficaram livres do trabalho escravo.

Resposta: Letra C

Em "a": Presa por mensagem racista na internet = *como a repressão política, familiar ou de gênero*

Em "b": Vinte pessoas são vítimas da ditadura venezuelana = *como a repressão política, familiar ou de gênero*

Em "c": Apanhou de policiais por destruir caixa eletrônico = não consta na Manchete acima

Em "d": Homossexuais são perseguidos e presos na Rússia = *como a repressão política, familiar ou de gênero*

Em "e": Quatro funcionários ficaram livres do trabalho escravo = *o desgaste causado pelas condições de trabalho*

8. (MPE-AL – ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA JURÍDICA – FGV-2018)

Oportunismo à Direita e à Esquerda

Numa democracia, é livre a expressão, estão garantidos o direito de reunião e de greve, entre outros, obedecidas leis e regras, lastreadas na Constituição. Em um regime de liberdades, há sempre o risco de excessos, a serem devidamente contidos e seus responsáveis, punidos, conforme estabelecido na legislação.

É o que precisa acontecer no rescaldo da greve dos caminhoneiros, concluídas as investigações, por exemplo, da ajuda ilegal de patrões ao movimento, interessados em se beneficiar do barateamento do combustível.

Sempre há, também, o oportunismo político-ideológico para se aproveitar da crise. Inclusive, neste ano de eleição, com o objetivo de obter apoio a candidatos. Não faltam, também, os arautos do quanto pior, melhor, para desgastar governantes e reforçar seus projetos de poder, por mais delirantes que sejam. Também aqui vale o que está delimitado pelo estado democrático de direito, defendido pelos diversos instrumentos institucionais de que conta o Estado – Polícia, Justiça, Ministério Público, Forças Armadas etc.

A greve atravessou vários sinais ao estrangular as vias de suprimento que mantêm o sistema produtivo funcionando, do qual depende a sobrevivência física da população. Isso não pode ser esquecido e serve de alerta para que as autoridades desenvolvam planos de contingência.

O Globo, 31/05/2018.

"É o que precisa acontecer no rescaldo da greve dos caminhoneiros, concluídas as investigações, por exemplo, da ajuda ilegal de patrões ao movimento, interessados em se beneficiar do barateamento do combustível." Segundo esse parágrafo do texto, o que "precisa acontecer" é

- a) manter-se o direito de livre expressão do pensamento.
- b) garantir-se o direito de reunião e de greve.
- c) lastrear leis e regras na Constituição.
- d) punirem-se os responsáveis por excessos.
- e) concluírem-se as investigações sobre a greve.

Resposta: Letra D

Em "a": *manter-se o direito de livre expressão do pensamento.* = incorreto

Em "b": *garantir-se o direito de reunião e de greve.* = incorreto

Em "c": *lastrear leis e regras na Constituição.* = incorreto

Em "d": *punirem-se os responsáveis por excessos.*

Em "e": *concluírem-se as investigações sobre a greve.* = incorreto

Ao texto: (...) ***há sempre o risco de excessos, a serem devidamente contidos e seus responsáveis, punidos, conforme estabelecido na legislação.*** / É o que precisa acontecer... = precisa acontecer a punição dos excessos.

9. (PC-MA – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – CESPE-2018)

Texto CG1A1AAA

A paz não pode ser garantida apenas pelos acordos políticos, econômicos ou militares. Cada um de nós, independentemente de idade, sexo, estrato social, crença religiosa etc. é chamado à criação de um mundo pacificado, um mundo sob a égide de uma cultura da paz.

Mas, o que significa "cultura da paz"?

Construir uma cultura da paz envolve dotar as crianças e os adultos da compreensão de princípios como liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Implica uma rejeição, individual e coletiva, da violência que tem sido percebida na sociedade, em seus mais variados contextos. A cultura da paz tem de procurar soluções que advenham de dentro da(s) sociedade(s), que não sejam impostas do exterior.

Cabe ressaltar que o conceito de paz pode ser abordado em sentido negativo, quando se traduz em um estado de não guerra, em ausência de conflito, em passividade e permissividade, sem dinamismo próprio; em síntese, condenada a um vazio, a uma não existência palpável, difícil de se concretizar e de se precisar. Em sua concepção positiva, a paz não é o contrário da guerra, mas a prática da não violência para resolver conflitos, a prática do diálogo na relação entre pessoas, a postura democrática frente à vida, que pressupõe a dinâmica da cooperação planejada e o movimento constante da instalação de justiça.

Uma cultura de paz exige esforço para modificar o pensamento e a ação das pessoas para que se promova a paz. Falar de violência e de como ela nos assola deixa de ser, então, a temática principal. Não que ela vá ser esquecida ou abafada; ela pertence ao nosso dia a dia e temos consciência disso. Porém, o sentido do discurso, a ideologia que o alimenta, precisa impregná-lo de palavras e conceitos que anunciem os valores humanos que decantam a paz, que lhe proclamam e promovem. A violência já é bastante denunciada, e quanto mais falamos dela, mais lembramos de sua existência em nosso meio social. É hora de começarmos a convocar a presença da paz em nós, entre nós, entre nações, entre povos.

Um dos primeiros passos nesse sentido refere-se à gestão de conflitos. Ou seja, prevenir os conflitos potencialmente violentos e reconstruir a paz e a confiança entre pessoas originárias de situação de guerra é um dos exemplos mais comuns a serem considerados. Tal missão estende-se às escolas, instituições públicas e outros locais de trabalho por todo o mundo, bem como aos parlamentos e centros de comunicação e associações.

Outro passo é tentar erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, lutando para atingir um desenvolvimento sustentado e o respeito pelos direitos humanos, reforçando as instituições democráticas, promovendo a liberdade de expressão, preservando a diversidade cultural e o ambiente.

É, então, no entrelaçamento "paz — desenvolvimento — direitos humanos — democracia" que podemos vislumbrar a educação para a paz.

Leila Dupret. Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea. In: Psicol. Esc. Educ. (Impr.) v. 6, n.º 1. Campinas, jun./2002 (com adaptações).

De acordo com o texto CG1A1AAA, os elementos "gestão de conflitos" e "erradicar a pobreza" devem ser concebidos como

- a) obstáculos para a construção da cultura da paz.
- b) dispensáveis para a construção da cultura da paz.
- c) irrelevantes na construção da cultura da paz.
- d) etapas para a construção da cultura da paz.
- e) consequências da construção da cultura da paz.

Resposta: Letra D

Em "a": *obstáculos para a construção da cultura da paz.* = incorreto

Em "b": *dispensáveis para a construção da cultura da paz.* = incorreto

Em "c": *irrelevantes na construção da cultura da paz.* = incorreto

Em "d": ***etapas*** para a construção da cultura da paz.

Em "e": *consequências da construção da cultura da paz.* = incorreto

Ao texto: *Um dos primeiros passos nesse sentido refere-se à gestão de conflitos. (...) Outro passo é tentar erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades* = etapas para construção da paz.

10. (TJ-AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR – FGV-2018)



O humor da tira é conseguido através de uma quebra de expectativa, que é:

- a) o fato de um adulto colecionar figurinhas;
- b) as figurinhas serem de temas sociais e não esportivos;
- c) a falta de muitas figurinhas no álbum;
- d) a reclamação ser apresentada pelo pai e não pelo filho;
- e) uma criança ajudar a um adulto e não o contrário.

Resposta: Letra B

Em "a": o fato de um *adulto colecionar figurinhas*; = incorreto

Em "b": as figurinhas serem de **temas sociais e não esportivos**;

Em "c": a *falta de muitas figurinhas* no álbum; = incorreto

Em "d": a *reclamação ser apresentada pelo pai* e não pelo filho; = incorreto

Em "e": *uma criança ajudar* a um adulto e não o contrário. = incorreto

O humor está no fato de o álbum ser sobre um tema incomum: *assuntos sociais*.

11. (PM-SP - SARGENTO DA POLÍCIA MILITAR – VUNESP-2015) Leia a tira.



(Folha de S.Paulo, 02.10.2015. Adaptado)

Com sua fala, a personagem revela que

- a) a violência era comum no passado.

- b) as pessoas lutam contra a violência.
- c) a violência está banalizada.
- d) o preço que pagou pela violência foi alto.

Resposta: Letra C

Em "a": a *violência era comum no passado*. = incorreto

Em "b": as *pessoas lutam contra a violência*. = incorreto

Em "c": a **violência está banalizada**.

Em "d": o *preço que pagou* pela violência foi alto. = incorreto

Infelizmente, a personagem revela que a violência está banalizada, nem há mais "punições" para os agressivos.

12. (PM-SP - ASPIRANTE DA POLÍCIA MILITAR [INTERIOR] – VUNESP-2017) Leia a charge.



(Pancho. www.gazetadopovo.com.br)

É correto associar o humor da charge ao fato de que

- a) os personagens têm uma autoestima elevada e são otimistas, mesmo vivendo em uma situação de completo confinamento.
- b) os dois personagens estão muito bem informados sobre a economia, o que não condiz com a imagem de criminosos.
- c) o valor dos cosméticos afetará diretamente a vida dos personagens, pois eles demonstram preocupação com a aparência.
- d) o aumento dos preços de cosméticos não surpreende os personagens, que estão acostumados a pagar caro por eles nos presídios.
- e) os preços de cosméticos não deveriam ser relevantes para os personagens, dada a condição em que se encontram.

Resposta: Letra E

Em "a": os personagens têm uma *autoestima elevada* e são *otimistas*, mesmo vivendo em uma situação de completo confinamento. = incorreto

Em "b": os dois personagens estão muito bem informados sobre a economia, o que *não condiz com a imagem de criminosos*. = incorreto

Em "c": o *valor dos cosméticos afetará diretamente a vida dos personagens*, pois eles demonstram preocupação com a aparência. = incorreto

Em "d": o aumento dos preços de cosméticos não surpreende os personagens, que estão acostumados a *pagar caro por eles nos presídios*. = incorreto

Em "e": **os preços** de cosméticos **não deveriam ser relevantes** para os personagens, dada a condição em que se encontram.

Pela condição em que as personagens se encontram, o aumento no preço dos cosméticos não os afeta.

13. (TJ-AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR – FGV-2018)

Texto 1 – Além do celular e da carteira, cuidado com as figurinhas da Copa

Gilberto Porcidãoio – O Globo, 12/04/2018

A febre do troca-troca de figurinhas pode estar atingindo uma temperatura muito alta. Preocupados que os mais afoitos pelos cromos possam até roubá-los, muitos jornalistas estão levando seus estoques para casa quando termina o expediente. Pode parecer piada, mas há até boatos sobre quadrilhas de roubo de figurinha espalhados por mensagens de celular.

Sobre a estrutura do título dado ao texto 1, a afirmativa adequada é:

- as figurinhas da Copa passaram a ocupar o lugar do celular e da carteira nos roubos urbanos;
- as figurinhas da Copa se somaram ao celular e à carteira como alvo de desejo dos assaltantes;
- o alerta dado no título se dirige aos jornalistas que vendem as figurinhas da Copa;
- os ladrões passaram a roubar as figurinhas da Copa nas bancas de jornais;
- as figurinhas da Copa se transformaram no alvo principal dos ladrões.

Resposta: Letra B

Em "a": as figurinhas da Copa *passaram a ocupar o lugar do celular e da carteira* nos roubos urbanos; = incorreto

Em "b": as figurinhas da Copa **se somaram** ao celular e à carteira como alvo de desejo dos assaltantes;

Em "c": o alerta dado no título se *dirige aos jornalistas* que vendem as figurinhas da Copa; = incorreto

Em "d": os ladrões passaram a *roubar* as figurinhas da Copa *nas bancas de jornais*; = incorreto

Em "e": as figurinhas da Copa se transformaram no *alvo principal* dos ladrões. = incorreto

O título do texto já nos dá a resposta: **além do** celular e da carteira, ou seja, as figurinhas da Copa também passaram a ser alvo dos assaltantes.

SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS: SINÔNIMOS, ANTÔNIMOS, PARÔNIMOS, HOMÔNIMOS, SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

SIGNIFICADO DAS PALAVRAS

Semântica é o estudo da significação das palavras e das suas mudanças de significação através do tempo ou em determinada época. A maior importância está em distinguir sinônimos e antônimos (sinonímia / antonímia) e homônimos e parônimos (homonímia / paronímia).

Sinônimos

São palavras de sentido igual ou aproximado: *alfabeto - abecedário; brado, grito - clamor; extinguir, apagar - abolir*.

Duas palavras são totalmente sinônimas quando são substituíveis, uma pela outra, em qualquer contexto (*cara e rosto*, por exemplo); são parcialmente sinônimas quando, ocasionalmente, podem ser substituídas, uma pela outra, em determinado enunciado (*aguardar e esperar*).

Observação:

A contribuição greco-latina é responsável pela existência de numerosos pares de sinônimos: *adversário e antagonista; translúcido e diáfano; semicírculo e hemicírculo; contraveneno e antídoto; moral e ética; colóquio e diálogo; transformação e metamorfose; oposição e antítese*.

Antônimos

São palavras que se opõem através de seu significado: *ordem - anarquia; soberba - humildade; louvar - censurar; mal - bem*.

Observação:

A antonímia pode se originar de um prefixo de sentido oposto ou negativo: *bendizer e maldizer; simpático e antipático; progredir e regredir; concórdia e discórdia; ativo e inativo; esperar e desesperar; comunista e anticomunista; simétrico e assimétrico*.

Homônimos e Parônimos

- Homônimos** = palavras que possuem a mesma grafia ou a mesma pronúncia, mas significados diferentes. Podem ser

A) Homógrafas: são palavras iguais na escrita e diferentes na pronúncia:

rego (subst.) e rego (verbo); colher (verbo) e colher (subst.); jogo (subst.) e jogo (verbo); denúncia (subst.) e denuncia (verbo); providência (subst.) e providencia (verbo).

B) Homófonas: são palavras iguais na pronúncia e diferentes na escrita:

acender (atear) e ascender (subir); concertar (harmonizar) e consertar (reparar); cela (compartimento) e sela (arreio); censo (recenseamento) e senso (juízo); paço (palácio) e passo (andar).

C) Homógrafas e homófonas simultaneamente (ou perfeitas): São palavras iguais na escrita e na pronúncia:

caminho (subst.) e caminho (verbo); cedo (verbo) e cedo (adv.); livre (adj.) e livre (verbo).

- **Parônimos** = palavras com sentidos diferentes, porém de formas relativamente próximas. São palavras parecidas na escrita e na pronúncia: *cesta* (receptáculo de vime; cesta de basquete/esporte) e *sesta* (descanso após o almoço), *osso* (substantivo) e *ouço* (verbo), *sede* (substantivo e/ou verbo "ser" no imperativo) e *cede* (verbo), *comprimento* (medida) e *cumprimento* (saudação), *autuar* (processar) e *atuar* (agir), *infligir* (aplicar pena) e *infringir* (violar), *deferir* (atender a) e *diferir* (divergir), *suar* (transpirar) e *soar* (emitir som), *aprender* (conhecer) e *apreender* (assimilar; apropriar-se de), *tráfico* (comércio ilegal) e *tráfego* (relativo a movimento, trânsito), *mandato* (procuração) e *mandado* (ordem), *emergir* (subir à superfície) e *imergir* (mergulhar, afundar).

Hipernímia e Hiponímia

Hipônimos e hiperônimos são palavras que pertencem a um mesmo campo semântico (de sentido), sendo o hipônimo uma palavra de sentido mais específico; o hiperônimo, mais abrangente.

O hiperônimo impõe as suas propriedades ao hipônimo, criando, assim, uma relação de dependência semântica. Por exemplo: **Veículos** está numa relação de hipernímia com **carros**, já que **veículos** é uma palavra de significado genérico, incluindo *motos, ônibus, caminhões*. *Veículos* é um hiperônimo de *carros*.

Um hiperônimo pode substituir seus hipônimos em quaisquer contextos, mas o oposto não é possível. A utilização correta dos hiperônimos, ao redigir um texto, evita a repetição desnecessária de termos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 1 – 7.ª ed.* Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

AMARAL, Emília... [et al.]. *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação* – São Paulo: FTD, 2000.

XIMENES, Sérgio. *Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa* – 2.ª ed. reform. – São Paulo: Ediouro, 2000.

SITE

Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/portugues/sinonimos,-antonimos,-homonimos-e-paronimos>>

Polissemia

Polissemia é a propriedade de uma palavra adquirir multiplicidade de sentidos, que só se explicam dentro de um contexto. Trata-se, realmente, de uma única palavra, mas que abarca um grande número de significados dentro de seu próprio campo semântico.

Reportando-nos ao conceito de Polissemia, logo percebemos que o prefixo "poli" significa multiplicidade de algo. Possibilidades de várias interpretações levando-se em consideração as situações de aplicabilidade. Há uma infinidade de exemplos em que podemos verificar a ocorrência da polissemia:

O rapaz é um tremendo gato.

O gato do vizinho é peralta.

Precisei fazer um gato para que a energia voltasse.

Pedro costuma fazer alguns "bicos" para garantir sua sobrevivência

O passarinho foi atingido no bico.

Nas expressões polissêmicas *rede de deitar*, *rede de computadores* e *rede elétrica*, por exemplo, temos em comum a palavra "rede", que dá às expressões o sentido de "entrelaçamento". Outro exemplo é a palavra "xadrez", que pode ser utilizada representando "tecido", "prisão" ou "jogo" – o sentido comum entre todas as expressões é o formato quadriculado que têm.

Polissemia e homonímia

A confusão entre polissemia e homonímia é bastante comum. Quando a mesma palavra apresenta *vários significados*, estamos na presença da *polissemia*. Por outro lado, quando duas ou mais palavras com origens e *significados distintos têm a mesma grafia e fonologia*, temos uma *homonímia*.

A palavra "manga" é um caso de homonímia. Ela pode significar uma fruta ou uma parte de uma camisa. Não é polissemia porque os diferentes significados para a palavra "manga" têm origens diferentes. "Letra" é uma palavra polissêmica: pode significar o elemento básico do alfabeto, o texto de uma canção ou a caligrafia de um determinado indivíduo. Neste caso, os diferentes significados estão interligados porque remetem para o mesmo conceito, o da escrita.

Polissemia e ambiguidade

Polissemia e ambiguidade têm um grande impacto na interpretação. Na língua portuguesa, um enunciado pode ser ambíguo, ou seja, apresentar mais de uma interpretação. Esta ambiguidade pode ocorrer devido à colocação específica de uma palavra (por exemplo, um advérbio) em uma frase. Vejamos a seguinte frase:

Pessoas que têm uma alimentação equilibrada frequentemente são felizes.

Neste caso podem existir duas interpretações diferentes:

As pessoas têm alimentação equilibrada porque são felizes ou são felizes porque têm uma alimentação equilibrada.

De igual forma, quando uma palavra é polissêmica, ela pode induzir uma pessoa a fazer mais do que uma interpretação. Para fazer a interpretação correta é muito importante saber qual o contexto em que a frase é proferida.

Muitas vezes, a disposição das palavras na construção do enunciado pode gerar ambiguidade ou, até mesmo, comicidade. Repare na figura abaixo:



(<http://www.humorbabaca.com/fotos/diversas/corto-cabelo-e-pinto>. Acesso em 15/9/2014).

Poderíamos corrigir o cartaz de inúmeras maneiras, mas duas seriam:

Corte e coloração capilar

ou

Faço corte e pintura capilar

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português linguagens: volume 1 – 7.ª ed.* Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SITE

Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/gramatica/polissemia.htm>>

Denotação e Conotação

Exemplos de variação no significado das palavras:

Os domadores conseguiram enjaular a fera. (sentido literal)

Ele ficou uma fera quando soube da notícia. (sentido figurado)

Aquela aluna é fera na matemática. (sentido figurado)

As variações nos significados das palavras ocasionam o sentido denotativo (denotação) e o sentido conotativo (conotação) das palavras.

A) Denotação

Uma palavra é usada no sentido denotativo quando apresenta seu significado original, independentemente do contexto em que aparece. Refere-se ao seu significado mais objetivo e comum, aquele imediatamente reconhecido e muitas vezes associado ao primeiro significado que aparece nos dicionários, sendo o significado mais literal da palavra.

A denotação tem como finalidade informar o receptor da mensagem de forma clara e objetiva, assumindo um caráter prático. É utilizada em textos informativos, como

jornais, regulamentos, manuais de instrução, bulas de medicamentos, textos científicos, entre outros. A palavra “pau”, por exemplo, em seu sentido denotativo é apenas um pedaço de madeira. Outros exemplos:

O elefante é um mamífero.

As estrelas deixam o céu mais bonito!

B) Conotação

Uma palavra é usada no sentido conotativo quando apresenta diferentes significados, sujeitos a diferentes interpretações, dependendo do contexto em que esteja inserida, referindo-se a sentidos, associações e ideias que vão além do sentido original da palavra, ampliando sua significação mediante a circunstância em que a mesma é utilizada, assumindo um sentido figurado e simbólico. Como no exemplo da palavra “pau”: em seu sentido conotativo ela pode significar castigo (dar-lhe um pau), reprovação (tomei pau no concurso).

A conotação tem como finalidade provocar sentimentos no receptor da mensagem, através da expressividade e afetividade que transmite. É utilizada principalmente numa linguagem poética e na literatura, mas também ocorre em conversas cotidianas, em letras de música, em anúncios publicitários, entre outros. Exemplos:

Você é o meu sol!

Minha vida é um mar de tristezas.

Você tem um coração de pedra!



#FicaDica

Procure associar **D**enotação com **D**icionário: trata-se de definição literal, quando o termo é utilizado com o sentido que consta no dicionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

Português linguagens: volume 1 / Wiliam Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SITE

<http://www.normaculta.com.br/conotacao-e-denotacao/>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (BANESTES – TÉCNICO BANCÁRIO – FGV-2018) Um ex-governador do estado do Amazonas disse o seguinte: “Defenda a **ecologia**, mas não encha o saco”. (Gilberto Mestrinho) O vocábulo sublinhado, composto do radical-*logia* (“estudo”), se refere aos estudos de defesa do meio ambiente; o vocábulo abaixo, com esse mesmo radical, que tem seu significado corretamente indicado é:

a) Antropologia: estudo do homem como representante do sexo masculino;

- b) Etimologia: estudo das raças humanas;
- c) Meteorologia: estudo dos impactos de meteoros sobre a Terra;
- d) Ginecologia: estudo das doenças privativas das mulheres;
- e) Fisiologia: estudo das forças atuantes na natureza.

Resposta: Letra D

Em "a": Antropologia: *Ciência que se dedica ao estudo do homem (espécie humana) em sua totalidade*

Em "b": Etimologia: *Ciência que investiga a origem das palavras procurando determinar as causas e circunstâncias de seu processo evolutivo*

Em "c": Meteorologia: *Estudo dos fenômenos atmosféricos e das suas leis, principalmente com a intenção de prever as variações do tempo.*

Em "d": Ginecologia: *estudo das doenças privativas das mulheres* = correta

Em "e": Fisiologia: *Ciência que trata das funções orgânicas pelas quais a vida se manifesta*

2. (CÂMARA DE SALVADOR-BA – ASSISTENTE LEGISLATIVO MUNICIPAL – FGV-2018) *"Na verdade, todos os anos a imprensa nacional destaca os inaceitáveis números da violência no país".* O vocábulo "inaceitáveis" equivale ao "que não se aceita". A equivalência correta abaixo indicada é:

- a) tinta indelével / que não se apaga;
- b) ação impossível / que não se possui;
- c) trabalho inexecutável / que não se exemplifica;
- d) carro invisível / que não tem vistoria;
- e) voz inaudível / que não possui audiência.

Resposta: Letra A

Em "a": tinta indelével / *que não se apaga* = correta

Em "b": ação impossível = *que não é possível*

Em "c": trabalho inexecutável = *que não se executa*

Em "d": carro invisível = *que não se vê*

Em "e": voz inaudível = *que não se ouve*

3. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE-2010)

A pobreza é um dos fatores mais comumente responsáveis pelo baixo nível de desenvolvimento humano e pela origem de uma série de mazelas, algumas das quais proibidas por lei ou consideradas crimes. É o caso do trabalho infantil. A chaga encontra terreno fértil nas sociedades subdesenvolvidas, mas também viceja onde o capitalismo, em seu ambiente mais selvagem, obriga crianças e adolescentes a participarem do processo de produção. Foi assim na Revolução Industrial de ontem e nas economias ditas avançadas. E ainda é, nos dias de hoje, nas manufaturas da Ásia ou em diversas regiões do Brasil. Enquanto, entre as nações ricas, o trabalho infantil foi minimizado, já que nunca se pode dizer erradicado, ele continua sendo grave problema nos países mais pobres.

Jornal do Brasil, Editorial, 1.º/7/2010 (com adaptações).

A palavra "chaga", empregada com o sentido de *ferida social*, refere-se, na estrutura sintática do parágrafo, a "pobreza".

() CERTO

() ERRADO

Resposta: Errado

(...) É o caso do **trabalho infantil**. **A chaga** encontra terreno = refere-se a "trabalho infantil".

4. (MPU – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 33 – TÉCNICO ADMINISTRATIVO - Nível Médio – CESPE-2013)

Há um dispositivo no Código Civil que condiciona a edição de biografias à autorização do biografado ou descendentes. As consequências da norma são negativas. Uma delas é a impossibilidade de se registrar e deixar para a posteridade a vida de personagens importantes na formação do país, em qualquer ramo de atividade. Permite-se a interdição de registros de época, em prejuízo dos historiadores e pesquisadores do futuro. Dessa forma, tem sido sonogado, por exemplo, o relato da vida do poeta Manoel Bandeira e dos escritores Mário de Andrade e Guimarães Rosa. Tanto no jornalismo quanto na literatura não pode haver censura prévia. Publicada a reportagem (ou biografia), os que se sentirem atingidos que recorram à justiça. É preciso seguir o padrão existente em muitos países, em que há biografias "autorizadas" e "não autorizadas".

Reclamações posteriores, quando existem, são encaminhadas ao foro devido, os tribunais.

O alegado "direito à privacidade" é argumento frágil para justificar o veto a que a historiografia do país seja enriquecida, como se não bastasse o fato de o poder de censura concedido a biografados e herdeiros ser um atentado à Constituição.

O Globo, 23/9/2013 (com adaptações).

A palavra "sonogado" está sendo empregada com o sentido de *reduzido, diminuído*.

() CERTO

() ERRADO

Resposta: Errado

(...) *Permite-se a interdição de registros de época, em prejuízo dos historiadores e pesquisadores do futuro.*

Dessa forma, **tem sido sonogado**, por exemplo, **o relato da vida do poeta Manoel Bandeira e dos escritores Mário de Andrade e Guimarães Rosa** = o sentido é o de "impedido".

5. (PC-SP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA – VUNESP-2014) O termo destacado na passagem do primeiro parágrafo – *Mesmo com tantas opções, ainda há **resistência** na hora da compra.* – tem sentido equivalente a

- a) impetuosidade.
- b) empatia.
- c) relutância.
- d) consentimento.
- e) segurança.

Resposta: Letra C

Mesmo com tantas opções, ainda há **resistência** na hora da compra.

Em "a": impetuosidade (força) = incorreto

Em "b": empatia = incorreto

Em "c": **relutância** (resistência).

Em "d": consentimento (aceitação) = incorreto

Em "e": segurança = incorreto

A substituição que manteria o sentido do período é "ainda há relutância".

ORTOGRAFIA OFICIAL**ORTOGRAFIA**

A ortografia é a parte da Fonologia que trata da correta grafia das palavras. É ela quem ordena qual som devem ter as letras do alfabeto. Os vocábulos de uma língua são grafados segundo acordos ortográficos.

A maneira mais simples, prática e objetiva de aprender ortografia é realizar muitos exercícios, ver as palavras, familiarizando-se com elas. O conhecimento das regras é necessário, mas não basta, pois há inúmeras exceções e, em alguns casos, há necessidade de conhecimento de etimologia (origem da palavra).

Regras ortográficas**A) O fonema S****São escritas com S e não C/Ç**

- Palavras substantivadas derivadas de verbos com radicais em **nd, rg, rt, pel, corr e sent**: *pretender* - *pretensão* / *expandir* - *expansão* / *ascender* - *ascensão* / *inverter* - *inversão* / *aspergir* - *aspersão* / *submergir* - *submersão* / *divertir* - *diversão* / *impelir* - *impulsivo* / *compelir* - *compulsório* / *repelir* - *repulsa* / *recorrer* - *recurso* / *discorrer* - *discurso* / *sentir* - *sensível* / *consentir* - *consensual*.

São escritos com SS e não C e Ç

- Nomes derivados dos verbos cujos radicais terminem em **gred, ced, prim** ou com verbos terminados por **tir** ou **-meter**: *agredir* - *agressivo* / *imprimir* - *impressão* / *admitir* - *admissão* / *ceder* - *cessão* / *exceder* - *excesso* / *percutir* - *percussão* / *regredir* - *regressão* / *oprimir* - *opressão* / *comprometer* - *compromisso* / *submeter* - *submissão*.
- Quando o prefixo termina com vogal que se junta com a palavra iniciada por "s". Exemplos: *a* + *simétrico* - *assimétrico* / *re* + *surgir* - *ressurgir*.
- No pretérito imperfeito simples do subjuntivo. Exemplos: *ficasse, falasse*.

São escritos com C ou Ç e não S e SS

- Vocábulos de origem árabe: *cetim, açucena, açúcar*.
- Vocábulos de origem tupi, africana ou exótica: *cipó, Juçara, caçula, cachaça, cacique*.

- Sufixos **aça, aço, açãõ**, çar, **ecer, içã, nça, uça, uçu, uço**: *barcaça, ricaço, aguçar, empalidecer, carniça, caniço, esperança, carapuça, dentuço*.
- Nomes derivados do verbo **ter**: *abster* - *abstenção* / *deter* - *detenção* / *ater* - *atenção* / *reter* - *retenção*.
- Após ditongos: *foice, coice, traição*.
- Palavras derivadas de outras terminadas em **-te, to(r)**: *marte* - *marciano* / *infrator* - *infração* / *absorto* - *absorção*.

B) O fonema z**São escritos com S e não Z**

- Sufixos: **ês, esa, esia, e isa**, quando o radical é substantivo, ou em gentílicos e títulos nobiliárquicos: *freguês, freguesa, freguesia, poetisa, baronesa, princesa*.
- Sufixos gregos: **ase, ese, ise e ose**: *catequese, metamorfose*.
- Formas verbais **pôr e querer**: *pôs, pus, quisera, quis, quiseste*.
- Nomes derivados de verbos com radicais terminados em **"d"**: *aludir* - *alusão* / *decidir* - *decisão* / *empreender* - *empresa* / *difundir* - *difusão*.
- Diminutivos cujos radicais terminam com **"s"**: *Luís* - *Luisinho* / *Rosa* - *Rosinha* / *lápiz* - *lapisinho*.
- Após ditongos: *coisa, pausa, pouso, causa*.
- Verbos derivados de nomes cujo radical termina com **"s"**: *análisis(e)* + *ar* - *analisar* / *pesquis(a)* + *ar* - *pesquisar*.

São escritos com Z e não S

- Sufixos **"ez" e "eza"** das palavras derivadas de adjetivo: *macio* - *maciez* / *rico* - *riqueza* / *belo* - *beleza*.
- Sufixos **"izar"** (desde que o radical da palavra de origem não termine com s): *final* - *finalizar* / *concreto* - *concretizar*.
- Consoante de ligação se o radical não terminar com "s": *pé* + *inho* - *pezinho* / *café* + *al* - *cafezal*

Exceção: *lápiz* + *inho* - *lapisinho*.

C) O fonema j**São escritas com G e não J**

- Palavras de **origem grega ou árabe**: *tigela, girafa, gesso*.
- Estrangeirismo, cuja letra G é originária: *sargento, gim*.
- Terminações: **agem, igem, ugem, ege, oge** (com poucas exceções): *imagem, vertigem, penugem, bege, fuge*.

Exceção: *pajem*.

- Terminações: **ágio, égio, ígio, ógio, ugio**: *sortilégio, litígio, relógio, refúgio*.
- Verbos terminados em **ger/gir**: *emergir, eleger, fugir, mugir*.
- Depois da letra "r" com poucas exceções: *emergir, surgir*.
- Depois da letra "a", desde que não seja radical terminado com j: *ágil, agente*.

São escritas com J e não G

- Palavras de origem latinas: *jeito, majestade, hoje*.
- Palavras de origem árabe, africana ou exótica: *jiboia, manjerona*.
- Palavras terminadas com **aje**: *ultraje*.

D) O fonema ch

São escritas com X e não CH

- Palavras de origem tupi, africana ou exótica: *abacaxi, xucro*.
- Palavras de origem inglesa e espanhola: *xampu, lagartixa*.
- Depois de ditongo: *frouxo, feixe*.
- Depois de **"en"**: *enxurrada, enxada, enxoval*.

Exceção: quando a palavra de origem não derive de outra iniciada com ch - *Cheio* - (*enchente*)

São escritas com CH e não X

- Palavras de origem estrangeira: *chave, chumbo, chassi, mochila, espadachim, chope, sanduíche, salsicha*.

E) As letras "e" e "i"

- Ditongos nasais são escritos com **"e"**: *mãe, põem*. Com **"i"**, só o ditongo interno *cãibra*.
- Verbos que apresentam infinitivo em **-oar, -uar** são escritos com **"e"**: *caçoe, perdoe, tumultue*. Escrevemos com **"i"**, os verbos com infinitivo em **-air, -oer e -uir**: *trai, dói, possui, contribui*.

Há palavras que mudam de sentido quando substituímos a grafia **"e"** pela grafia **"i"**: *área* (superfície), *ária* (melodia) / *delatar* (denunciar), *dilatar* (expandir) / *emergir* (vir à tona), *imergir* (mergulhar) / *peão* (de estância, que anda a pé), *pião* (brinquedo).

Se o dicionário ainda deixar dúvida quanto à ortografia de uma palavra, há a possibilidade de consultar o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), elaborado pela Academia Brasileira de Letras. É uma obra de referência até mesmo para a criação de dicionários, pois traz a grafia atualizada das palavras (sem o significado). Na Internet, o endereço é **www.academia.org.br**.

Informações importantes

Formas variantes são as que admitem grafias ou pronúncias diferentes para palavras com a mesma significação: *aluguel/aluguer, assobiar/assoviar, catorze/quatorze, pendurar/pendurar, flecha/frecha, germe/gérmen, infarto/enfarte, louro/loiro, percentagem/porcentagem, relampejar/relampejar/relampar/relampadar*.

Os símbolos das unidades de medida são escritos sem ponto, com letra minúscula e sem **"s"** para indicar plural, sem espaço entre o algarismo e o símbolo: *2kg, 20km, 120km/h*.

Exceção para litro (L): *2 L, 150 L*.

Na indicação de horas, minutos e segundos, não deve haver espaço entre o algarismo e o símbolo: *14h, 22h30min, 14h23'34"* (= quatorze horas, vinte e três minutos e trinta e quatro segundos).

O símbolo do real antecede o número sem espaço: *R\$1.000,00*. No cifrão deve ser utilizada apenas uma barra vertical (\$).

Alguns Usos Ortográficos Especiais

POR QUE / POR QUÊ / PORQUÊ / PORQUE

POR QUE (separado e sem acento)

É usado em:

- interrogações diretas (longe do ponto de interrogação) = **Por que** você não veio ontem?
- interrogações indiretas, nas quais o **"que"** equivale a **"qual razão"** ou **"qual motivo"** = Perguntei-lhe **por que** faltara à aula ontem.
- equivalências a **"pelo(a) qual"** / **"pelos(as) quais"** = Ignoro o motivo **por que** ele se demitiu.

POR QUÊ (separado e com acento)

Usos:

- como pronome interrogativo, quando colocado no fim da frase (perto do ponto de interrogação) = Você **faltou. Por quê?**
- quando isolado, em uma frase interrogativa = **Por quê?**

PORQUE (uma só palavra, sem acento gráfico)

Usos:

- como conjunção coordenativa explicativa (equivale a **"pois"**, **"porquanto"**), precedida de pausa na escrita (pode ser vírgula, ponto-e-vírgula e até ponto final) = Compre agora, **porque** há poucas peças.
- como conjunção subordinativa causal, substituível por **"pela causa"**, **"razão de que"** = Você perdeu **porque** se antecipou.

PORQUÊ (uma só palavra, com acento gráfico)

Usos:

- como substantivo, com o sentido de **"causa"**, **"razão"** ou **"motivo"**, admitindo pluralização (**porquês**). Geralmente é precedido por artigo = Não sei o **porquê** da discussão. É uma pessoa cheia de **porquês**.

ONDE / AONDE

Onde = empregado com verbos que não expressam a ideia de movimento = **Onde** você está?

Aonde = equivale a **"para onde"**. É usado com verbos que expressam movimento = **Aonde** você vai?

MAU / MAL

Mau = é um adjetivo, antônimo de "bom". Usa-se como qualificação = O **mau** tempo passou. / Ele é um **mau** elemento.

Mal = pode ser usado como

1. conjunção temporal, equivalente a "assim que", "logo que", "quando" = **Mal** se levantou, já saiu.
2. advérbio de modo (antônimo de "bem") = Você foi **mal** na prova?
3. substantivo, podendo estar precedido de artigo ou pronome = Há **males** que vêm pra bem! / O **mal** não compensa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 1*. – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

AMARAL, Emília... [et al.] *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação*. – São Paulo: FTD, 2000.

CAMPEDELLI, Samira Yousseff. *Português – Literatura, Produção de Textos & Gramática*. Volume único / Samira Yousseff, Jésus Barbosa Souza. – 3.ª edição – São Paulo: Saraiva, 2002.

SITE

Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/aulas/portugues/ortografia>>

Hífen

O hífen é um sinal diacrítico (que distingue) usado para ligar os elementos de palavras compostas (como *ex-presidente*, por exemplo) e para unir pronomes átonos a verbos (*ofereceram-me*; *vê-lo-ei*). Serve igualmente para fazer a translineação de palavras, isto é, no fim de uma linha, separar uma palavra em duas partes (ca-/sa; compa-/nheiro).

A) Uso do hífen que continua depois da Reforma Ortográfica:

1. Em palavras compostas por justaposição que formam uma unidade semântica, ou seja, nos termos que se unem para formar um novo significado: *tio-avô*, *porto-alegrense*, *luso-brasileiro*, *tenente-coronel*, *segunda-feira*, *conta-gotas*, *guarda-chuva*, *arco-íris*, *primeiro-ministro*, *azul-escuro*.
2. Em palavras compostas por espécies botânicas e zoológicas: *couve-flor*, *bem-te-vi*, *bem-me-quer*, *abóbora-menina*, *erva-doce*, *feijão-verde*.
3. Nos compostos com elementos **além**, **aquém**, **recém** e **sem**: *além-mar*, *recém-nascido*, *sem-número*, *recém-casado*.
4. No geral, as locuções não possuem hífen, mas algumas exceções continuam por já estarem consagradas pelo uso: *cor-de-rosa*, *arco-da-velha*, *mais-que-perfeito*, *pé-de-meia*, *água-de-colônia*, *queima-roupa*, *deus-dará*.

5. Nos encadeamentos de vocábulos, como: *ponte Rio-Niterói*, *percurso Lisboa-Coimbra-Porto* e nas combinações históricas ou ocasionais: *Áustria-Hungria*, *Angola-Brasil*, etc.
6. Nas formações com os prefixos **hiper-**, **inter-** e **super-** quando associados com outro termo que é iniciado por "r": *hiper-resistente*, *inter-racial*, *super-racional*, etc.
7. Nas formações com os prefixos **ex-**, **vice-**: *ex-diretor*, *ex-presidente*, *vice-governador*, *vice-prefeito*.
8. Nas formações com os prefixos **pós-**, **pré-** e **pró-**: *pré-natal*, *pré-escolar*, *pró-europeu*, *pós-graduação*, etc.
9. Na ênclise e mesóclise: *amá-lo*, *deixá-lo*, *dá-se*, *abraça-o*, *lança-o* e *amá-lo-ei*, *falar-lhe-ei*, etc.
10. Nas formações em que o prefixo tem como segundo termo uma palavra iniciada por "h": *sub-hepático*, *geo-história*, *neo-helênico*, *extra-humano*, *semi-hospitalar*, *super-homem*.
11. Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina com a mesma vogal do segundo elemento: *micro-ondas*, *eletro-ótica*, *semi-interno*, *auto-observação*, etc.

O hífen é suprimido quando para formar outros termos: *reaver*, *inábil*, *desumano*, *lobisomem*, *reabilitar*.



#FicaDica

Ao separar palavras na translineação (mudança de linha), caso a última palavra a ser escrita seja formada por hífen, repita-o na próxima linha. Exemplo: escreverei *anti-inflamatório* e, ao final, coube apenas "anti-". Na próxima linha escreverei: *-inflamatório* (hífen em ambas as linhas). Devido à diagramação, pode ser que a repetição do hífen na translineação não ocorra em meus conteúdos, mas saiba que a regra é esta!

B) Não se emprega o hífen:

1. Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo termo inicia-se em "r" ou "s". Nesse caso, passa-se a duplicar estas consoantes: *antirreligioso*, *contrarregra*, *infrassom*, *microsistema*, *minissaia*, *microrradiografia*, etc.
2. Nas constituições em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo termo inicia-se com vogal diferente: *antiaéreo*, *extraescolar*, *coeducação*, *autoestrada*, *autoaprendizagem*, *hidroelétrico*, *plurianual*, *autoescola*, *infraestrutura*, etc.
3. Nas formações, em geral, que contêm os prefixos "dês" e "in" e o segundo elemento perdeu o "h" inicial: *desumano*, *inábil*, *desabilitar*, etc.
4. Nas formações com o prefixo "co", mesmo quando o segundo elemento começar com "o": *cooperação*, *coobrigação*, *coordenar*, *coocupante*, *coautor*, *coedição*, *coexistir*, etc.
5. Em certas palavras que, com o uso, adquiriram noção de composição: *pontapé*, *girassol*, *paraquedas*, *paraquedista*, etc.

6. Em alguns compostos com o advérbio "bem": *benfeito, benquerer, benquerido*, etc.

Os prefixos *pós, pré e pró*, em suas formas correspondentes átonas, aglutinam-se com o elemento seguinte, não havendo hífen: *pospor, predeterminar, predeterminado, pressuposto, propor*.

Escreveremos com hífen: *anti-horário, anti-infeccioso, auto-observação, contra-ataque, semi-interno, sobre-humano, super-realista, alto-mar*.

Escreveremos sem hífen: *pôr do sol, antirreforma, antisséptico, antissocial, contrarreforma, minirrestaurante, ultrassom, antiaderente, anteprojeto, anticaspa, antivírus, autoajuda, autoelogio, autoestima, radiotáxi*.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa*. Sacconi. 30.^a ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SITE

Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/aulas/portugues/ortografia>>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (EBSERH – TÉCNICO EM FARMÁCIA- AOCP-2015)

Assinale a alternativa em que as palavras estão grafadas corretamente.

- a) Extrovertido – extroverção.
- b) Disponível – disponibilisar.
- c) Determinado – determinassão.
- d) Existir – existência.
- e) Característica – caracterizassão.

Resposta: Letra D

Em "a": Extrovertido / extroverção = *extroversão*

Em "b": Disponível / disponibilisar = *disponibilizar*

Em "c": Determinado / determinassão = *determinação*

Em "d": Existir / existência = *corretas*

Em "e": Característica / caracterizassão = *caracterização*

2. (LIQUIGÁS – MOTORISTA DE CAMINHÃO GRANEL I – CESGRANRIO-2018)

O termo destacado está grafado de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) O estagiário foi **mal** treinado, por isso não desempenhava satisfatoriamente as tarefas solicitadas pelos seus superiores.
- b) O time não jogou **mau** no último campeonato, apesar de enfrentar alguns problemas com jogadores descontrolados.
- c) O menino não era **mal** aluno, somente tinha dificuldade em assimilar conceitos mais complexos sobre os temas expostos.
- d) Os funcionários perceberam que o chefe estava de **mal** humor porque tinha sofrido um acidente de carro na véspera.

- e) Os participantes compreendiam **mau** o que estava sendo discutido, por isso não conseguiam formular perguntas.

Resposta: Letra A

Mal = advérbio (antônimo de "bem") / *mau* = adjetivo (antônimo de "bom"). Para saber quando utilizar um ou outro, a dica é substituir por seu antônimo. Se a frase ficar coerente, saberemos qual dos dois deve ser utilizado. Por exemplo: *Cigarro faz mal/mau à saúde* = *Cigarro faz bem à saúde*. A frase ficou coerente – embora errada em termos de saúde! Então, a maneira correta é "*Cigarro faz mal à saúde*".

Vamos aos itens:

Em "a": O estagiário foi **mal** (bem) treinado = *correta*

Em "b": O time não jogou **mau** (bem) no último campeonato = *mal*

Em "c": O menino não era **mal** (bom) aluno = *mau*

Em "d": Os funcionários perceberam que o chefe estava de **mal** (bom) humor = *mau*

Em "e": Os participantes compreendiam **mau** (bem) o que estava sendo discutido = *mal*

3. (TRANSPETRO – TÉCNICO AMBIENTAL JÚNIOR – CESGRANRIO-2018)

Obedecem às regras ortográficas da língua portuguesa as palavras

- a) admissão, paralisação, impasse
- b) bambusal, autorização, inspiração
- c) consessão, extresse, enxaqueca
- d) banalização, reexame, desenlace
- e) desorganisação, abstração, cassação

Resposta: Letra A

Em "a": admissão / paralisação / impasse = *corretas*

Em "b": bambusal = bambuzal / autorização / inspiração

Em "c": consessão = concessão / extresse = estresse / enxaqueca

Em "d": banalização = banalização / reexame / desenlace

Em "e": desorganisação = desorganização / abstração / cassação

4. (MPU – ANALISTA – ÁREA ADMINISTRATIVA – ESAF-2004-ADAPTADA)

Na questão abaixo, baseada em Manuel Bandeira, escolha o segmento do texto que não está isento de erros gramaticais e de ortografia, considerando-se a ortodoxia gramatical.

- a) Descoberta a conspiração, enquanto os outros não procuravam outra coisa se não salvar-se, ele revelou a mais heróica força de ânimo, chamando a si toda a culpa.
- b) Antes de alistar-se na tropa paga, vivera da profissão que lhe valera o apelido.
- c) Não obstante, foi ele talvez o único a demonstrar fé, entusiasmo e coragem na aventura de 89.
- d) A verdade é que Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga eram homens requintados, letrados, a quem a vida corria fácil, ao passo que o alferes sempre lutara pela subsistência.

- e) Com coragem, serenidade e lucidez, até o fim, enfrentou a pena última.

Resposta: Letra A

Em "a": Descoberta a conspiração, enquanto os outros não procuravam outra coisa se não salvar-se (**senão se salvar**), ele revelou a mais heróica (**heroica**) força de ânimo, chamando a si toda a culpa.

Em "b": Antes de alistar-se na tropa paga, vivera da profissão que lhe valera o apelido = correta

Em "c": Não obstante, foi ele talvez o único a demonstrar fé, entusiasmo e coragem na aventura de 89 = correta

Em "d": A verdade é que Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga eram homens requintados, letrados, a quem a vida corria fácil, ao passo que o alferes sempre lutara pela subsistência = correta

Em "e": Com coragem, serenidade e lucidez, até o fim, enfrentou a pena última = correta

5. (TJ-MG – OFICIAL JUDICIÁRIO – COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – CONSULPLAN-2017)

Estabeleça a associação correta entre a 1.^a coluna e a 2.^a considerando o emprego do *por que* / *porque*.

(1) "Muitas pessoas se perguntam por que há tão poucas mulheres [...]."

(2) "Misoginia é o ódio contra as mulheres apenas porque são mulheres."

- () Faltei _____ você estava doente.
 () Todos sabem _____ não poderei estar presente.
 () Não se sabe _____ realizou tal procedimento.
 () Este ponto de vista é _____ não há manifestação de outro pensamento.

A sequência está correta em:

- a) 1, 1, 1, 2
 b) 1, 2, 1, 2
 c) 2, 1, 1, 2
 d) 2, 2, 2, 1

Resposta: Letra C

Faltei *porque* você estava doente. = conjunção causal
 Todos sabem *por que* não poderei estar presente. = dá para substituir por "*a causa pela qual*"

Não se sabe *por que* realizou tal procedimento. = substituir por "*a causa*"

Este ponto de vista é *porque* não há manifestação de outro pensamento. = conjunção causal

Teremos: **2, 1, 1, 2**

6. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV-2018)

"Um dia, o cercaram e lhe perguntaram porque ele só usava meias vermelhas". Nesse segmento do texto 1 há um erro gramatical, que é:

- a) empregar-se "o cercaram" em lugar de "lhe cercaram";
 b) haver vírgula após a expressão "Um dia";
 c) usar-se "lhe perguntaram" em lugar de "o perguntaram";
 d) grafar-se "porque" em vez de "por que";
 e) escrever-se "só usava" em lugar de "usava só".

Resposta: Letra D

"Um dia, o cercaram e lhe perguntaram porque ele só usava meias vermelhas"

Em "a": empregar-se "o cercaram" em lugar de "lhe cercaram"; = está correto, pois o "o" funciona como objeto direto (sem preposição)

Em "b": *haver vírgula* após a expressão "Um dia"; = está correto, pois separa o advérbio no início do período

Em "c": usar-se "*lhe perguntaram*" em lugar de "o perguntaram"; = está correto (o "lhe" é objeto indireto

– **perguntaram o que a quem**)

Em "d": grafar-se "porque" em vez de "**por que**";

Em "e": escrever-se "*só usava*" em lugar de "usava só". = correto, pois se invertermos haverá mudança de sentido (ele usava **só** meias, nenhuma outra peça de roupa).

A incorreção está no uso de "porque" no lugar de "por que", já que se trata de uma pergunta indireta.

PONTUAÇÃO

PONTUAÇÃO

Os **sinais de pontuação** são marcações gráficas que servem para compor a coesão e a coerência textual, além de ressaltar especificidades semânticas e pragmáticas. Um texto escrito adquire diferentes significados quando pontuado de formas diversificadas. O uso da pontuação depende, em certos momentos, da intenção do autor do discurso. Assim, os sinais de pontuação estão diretamente relacionados ao contexto e ao interlocutor.

Principais funções dos sinais de pontuação

A) Ponto (.)

- Indica o término do discurso ou de parte dele, encerrando o período.
- Usa-se nas abreviaturas: *pág.* (página), *Cia.* (Companhia). Se a palavra abreviada aparecer em final de período, este não receberá outro ponto; neste caso, o ponto de abreviatura marca, também, o fim de período. Exemplo: *Estudei português, matemática, constitucional, etc.* (e não "etc..")

- Nos títulos e cabeçalhos é opcional o emprego do ponto, assim como após o nome do autor de uma citação:

Haverá eleições em outubro

O culto do vernáculo faz parte do brio cívico. (Napoleão Mendes de Almeida) (ou: Almeida.)

- Os números que identificam o ano não utilizam ponto nem devem ter espaço a separá-los, bem como os números de CEP: 1975, 2014, 2006, 17600-250.

B) Ponto e Vírgula (;)

- Separa várias partes do discurso, que têm a mesma importância: *"Os pobres dão pelo pão o trabalho; os ricos dão pelo pão a fazenda; os de espíritos generosos dão pelo pão a vida; os de nenhum espírito dão pelo pão a alma..."* (VIEIRA)
- Separa partes de frases que já estão separadas por vírgulas: *Alguns quiseram verão, praia e calor; outros, montanhas, frio e cobertor.*
- Separa itens de uma enumeração, exposição de motivos, decreto de lei, etc.
*Ir ao supermercado;
Pegar as crianças na escola;
Caminhada na praia;
Reunião com amigos.*

C) Dois pontos (:)

- Antes de uma citação = *Vejamos como Afrânio Coutinho trata este assunto:*
- Antes de um aposto = *Três coisas não me agradam: chuva pela manhã, frio à tarde e calor à noite.*
- Antes de uma explicação ou esclarecimento: *Lá estava a deplorável família: triste, cabisbaixa, vivendo a rotina de sempre.*
- Em frases de estilo direto
Maria perguntou:
- Por que você não toma uma decisão?

D) Ponto de Exclamação (!)

- Usa-se para indicar entonação de surpresa, cólera, susto, súplica, etc.: *Sim! Claro que eu quero me casar com você!*
- Depois de interjeições ou vocativos
Ai! Que susto!
João! Há quanto tempo!

E) Ponto de Interrogação (?)

- Usa-se nas interrogações diretas e indiretas livres.
"- Então? Que é isso? Desertaram ambos?" (Artur Azevedo)

F) Reticências (...)

- Indica que palavras foram suprimidas: *Comprei lápis, canetas, cadernos...*
- Indica interrupção violenta da frase: *"- Não... quero dizer... é verdade... Ah!"*
- Indica interrupções de hesitação ou dúvida: *Este mal... pega doutor?*
- Indica que o sentido vai além do que foi dito: *Deixa, depois, o coração falar...*

G) Vírgula (,)

Não se usa vírgula

Separando termos que, do ponto de vista sintático, ligam-se diretamente entre si:

1. Entre sujeito e predicado:

Todos os alunos da sala *foram advertidos.*
Sujeito predicado

2. Entre o verbo e seus objetos:

O trabalho custou *sacrifício* *aos realizadores.*
V.T.D.I. O.D. O.I.

Usa-se a vírgula:

1. Para marcar intercalação:

- A)** do adjunto adverbial: *O café, em razão da sua abundância, vem caindo de preço.*
- B)** da conjunção: *Os cerrados são secos e áridos. Estão produzindo, todavia, altas quantidades de alimentos.*
- C)** das expressões explicativas ou corretivas: *As indústrias não querem abrir mão de suas vantagens, isto é, não querem abrir mão dos lucros altos.*

2. Para marcar inversão:

- A)** do adjunto adverbial (colocado no início da oração): *Depois das sete horas, todo o comércio está de portas fechadas.*
- B)** dos objetos pleonásticos antepostos ao verbo: *Aos pesquisadores, não lhes destinaram verba alguma.*
- C)** do nome de lugar anteposto às datas: *Recife, 15 de maio de 1982.*

3. Para separar entre si elementos coordenados (dispostos em enumeração):

Era um garoto de 15 anos, alto, magro.
A ventania levou árvores, e telhados, e pontes, e animais.

4. Para marcar elipse (omissão) do verbo: *Nós queremos comer pizza; e vocês, churrasco.*

5. Para isolar:

- A)** o aposto: *São Paulo, considerada a metrópole brasileira, possui um trânsito caótico.*
- B)** o vocativo: *Ora, Thiago, não diga bobagem.*

Observações:

Considerando-se que "etc." é abreviatura da expressão latina *et coetera*, que significa "e outras coisas", seria dispensável o emprego da vírgula antes dele. Porém, o acordo ortográfico em vigor no Brasil exige que empreguemos etc. precedido de vírgula: *Falamos de política, futebol, lazer, etc.*

As perguntas que denotam surpresa podem ter combinados o ponto de interrogação e o de exclamação: *Você falou isso para ela?!*

Temos, ainda, sinais distintivos:

- a **barra (/)** = usada em datas (25/12/2014), separação de siglas (IOF/UPC);

- os **colchetes** ([]) = usados em transcrições feitas pelo narrador ([vide pág. 5]), usado como primeira opção aos parênteses, principalmente na matemática;
- o **asterisco** (*) = usado para remeter o leitor a uma nota de rodapé ou no fim do livro, para substituir um nome que não se quer mencionar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 3.* – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SITE

Disponível em: <<http://www.infoescola.com/portugues/pontuacao/>>

Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/gramatica/uso-da-virgula.htm>>

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (BANPARÁ – ASSISTENTE SOCIAL – FADESP-2018)

O enunciado em que a vírgula foi empregada em desacordo com as regras de pontuação é

- Como esse metal é limitado, isso garantia que a produção de dinheiro fosse também limitada.
- Em 1971, o presidente dos EUA acabou com o padrão-ouro.
- Praticamente todo o dinheiro que existe no mundo é criado assim, inventado em canetaços a partir da concessão de empréstimos.
- Assim, o sistema monetário atual funciona com uma moeda que é ao mesmo tempo escassa e abundante.
- Escassa porque só banqueiros podem criá-la, e abundante porque é gerada pela simples manipulação de bancos de dados.

Resposta: Letra E

O enunciado pede a alternativa em **desacordo**:

Em "a", Como esse metal é limitado, isso garantia que a produção de dinheiro fosse também limitada = correta

Em "b", Em 1971, o presidente dos EUA acabou com o padrão-ouro = correta

Em "c", Praticamente todo o dinheiro que existe no mundo é criado assim, inventado em canetaços a partir da concessão de empréstimos = correta

Em "d", Assim, o sistema monetário atual funciona com uma moeda que é ao mesmo tempo escassa e abundante = correta

Em "e", Escassa porque só banqueiros podem criá-la, (X) e abundante porque é gerada pela simples manipulação de bancos de dados = incorreta - a vírgula pode ser utilizada antes da conjunção "e", desde que haja mudança de sujeito, por exemplo (o que não acontece na questão)

GABARITO OFICIAL: E

2. (BANESTES – ANALISTA ECONÔMICO FINANCEIRO GESTÃO CONTÁBIL – FGV-2018)

Texto 1

Em artigo publicado no jornal carioca *O Globo*, 19/3/2018, com o nome *Erros do passado*, o articulista Paulo Guedes escreve o seguinte: "Os regimes trabalhista e previdenciário brasileiros são politicamente anacrônicos, economicamente desastrosos e socialmente perversos. Arquitetados de início em sistemas políticos fechados (na Alemanha imperial de Bismarck e na Itália fascista de Mussolini), e desde então cultivados por obsoletos programas socialdemocratas, são hoje armas de destruição em massa de empregos locais em meio à competição global. Reduzem a competitividade das empresas, fabricam desigualdades sociais, dissipam em consumo corrente a poupança compulsória dos encargos recolhidos, derrubam o crescimento da economia e solapam o valor futuro das aposentadorias". (adaptado)

No texto 1, os termos inseridos nos parênteses – *na Alemanha imperial de Bismarck e na Itália fascista de Mussolini* – têm a finalidade textual de:

- enumerar os sistemas políticos fechados do passado;
- destacar os sistemas onde se originaram os regimes trabalhista e previdenciário;
- criticar o atraso político de alguns sistemas da História;
- condenar nossos regimes trabalhista e previdenciário por serem muito antigos;
- exemplificar alguns dos nossos erros do passado.

Resposta: Letra B

Arquitetados de início em sistemas políticos fechados (na Alemanha imperial de Bismarck e na Itália fascista de Mussolini) = os termos entre parênteses servem para se referir *aos sistemas políticos fechados*, exemplificando-os.

Em "a", enumerar os sistemas políticos fechados do passado = incorreta

Em "b", **destacar os sistemas** onde se originaram os regimes trabalhista e previdenciário = correta

Em "c", criticar o atraso político de alguns sistemas da História = incorreta

Em "d", condenar nossos regimes trabalhista e previdenciário por serem muito antigos = incorreta

Em "e", exemplificar alguns dos nossos erros do passado = incorreta

3. (BADESC – ANALISTA DE SISTEMA – BANCO DE DADOS – FGV-2010) Assinale a alternativa em que a vírgula está corretamente empregada.

- O jeitinho, essa instituição tipicamente brasileira pode ser considerado, sem dúvida, um desvio de caráter.
- Apareciam novos problemas, e o funcionário embora competente, nem sempre conseguia resolvê-los.
- Ainda que os níveis de educação estivessem avançando, o sentimento geral, às vezes, era de frustração.
- É claro, que se fôssemos levar a lei ao pé da letra, muitos sofreriam sanções diariamente.

- e) O tempo não para as transformações sociais são urgentes mas há quem não perceba esse fato, que é evidente.

Resposta: Letra C

Indiquei com (X) os lugares inadequados e acrescentei a pontuação que faltou:

Em "a", O jeitinho, essa instituição tipicamente brasileira, pode ser considerado, sem dúvida, um desvio de caráter.

Em "b", Apareciam novos problemas, (X) e o funcionário, embora competente, nem sempre conseguia resolvê-los.

Em "c", Ainda que os níveis de educação estivessem avançando, o sentimento geral, às vezes, era de frustração. = correta

Em "d", É claro, (X) que se fôssemos levar a lei ao pé da letra, muitos sofreriam sanções diariamente.

Em "e", O tempo não para, as transformações sociais são urgentes, mas há quem não perceba esse fato, que é evidente.

4. (BANCO DO BRASIL – ESCRITURÁRIO – CESGRANRIO-2018) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a pontuação está corretamente empregada em:

- a) O conjunto de preocupações e ações efetivas, quando atendem, de forma voluntária, aos funcionários e à comunidade em geral, pode ser definido como responsabilidade social.
- b) As empresas que optam por encampar a prática da responsabilidade social, beneficiam-se de conseguir uma melhor imagem no mercado.
- c) A noção de responsabilidade social foi muito utilizada em campanhas publicitárias: por isso, as empresas precisam relacionar-se melhor, com a sociedade.
- d) A responsabilidade social explora um leque abrangente de beneficiários, envolvendo assim: a qualidade de vida o bem-estar dos trabalhadores, a redução de impactos negativos, no meio ambiente.
- e) Alguns críticos da responsabilidade social defendem a ideia de que: o objetivo das empresas é o lucro e a geração de empregos não a preocupação com a sociedade como um todo.

Resposta: Letra A

Assinalei com (X) as inadequações e destaquei as inclusões:

Em "a": O conjunto de preocupações e ações efetivas, quando atendem, de forma voluntária, aos funcionários e à comunidade em geral, pode ser definido como responsabilidade social = correta

Em "b": As empresas que optam por encampar a prática da responsabilidade social, (X) beneficiam-se de conseguir uma melhor imagem no mercado.

Em "c": A noção de responsabilidade social foi muito utilizada em campanhas publicitárias: (X); por isso, as empresas precisam relacionar-se melhor, (X) com a sociedade.

Em "d": A responsabilidade social explora um leque abrangente de beneficiários, envolvendo, assim: (X), a qualidade de vida, o bem-estar dos trabalhadores, (X) e a redução de impactos negativos, (X) no meio ambiente.

Em "e": Alguns críticos da responsabilidade social defendem a ideia de que: (X) o objetivo das empresas é o lucro e a geração de empregos, não a preocupação com a sociedade como um todo.

GABARITO OFICIAL: A

5. (PC-SP - Investigador de Polícia – Vunesp-2014)



(Folha de S.Paulo, 03.01.2014. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão, no primeiro quadrinho, na fala de Hagar, deve ser utilizada uma vírgula, obrigatoriamente,

- a) antes da palavra "olho".
- b) antes da palavra "e".
- c) depois da palavra "evitar".
- d) antes da palavra "evitar".
- e) depois da palavra "e".

Resposta: Letra C

"Não posso evitar doutor" = no diálogo, Hagar fala com o **doutor** (vocativo); portanto, presença obrigatória de vírgula após o verbo "evitar".

6. (TJ-RS – JUIZ DE DIREITO – SUBSTITUTO – VUNESP-2018) No trecho do primeiro parágrafo do texto – *Nas escolas da Catalunha, a separação da Espanha tem apoio maciço. É uma situação que contrasta com outros lugares de Barcelona, uma cidade que vive hoje em duas dimensões. De um lado, há a Barcelona dos turistas, que se cotovelam nos pontos turísticos da cidade, ...* –, empregam-se as vírgulas para separar as expressões destacadas porque elas

- a) acrescem às informações precedentes comentários que lhes ampliam o sentido.
- b) sintetizam as ideias centrais das informações precedentes.
- c) apresentam informações que se opõem às informações precedentes.
- d) retificam as informações precedentes, dando-lhes o correto matiz semântico.
- e) estabelecem certas restrições de sentido às informações precedentes.

Resposta: Letra A

É uma situação que contrasta com outros lugares de Barcelona, **uma cidade que vive hoje em duas dimensões**. De um lado, há a Barcelona dos turistas,

que se cotovelam nos pontos turísticos da cidade

Os períodos destacados acrescentam informações aos termos citados anteriormente.

ACENTUAÇÃO

ACENTUAÇÃO

Quanto à acentuação, observamos que algumas palavras têm acento gráfico e outras não; na pronúncia, ora se dá maior intensidade sonora a uma sílaba, ora a outra. Por isso, vamos às regras!

Regras básicas

A acentuação tônica está relacionada à intensidade com que são pronunciadas as sílabas das palavras. Aquela que se dá de forma mais acentuada, conceitua-se como *sílaba tônica*. As demais, como são pronunciadas com menos intensidade, são denominadas de *átônicas*.

De acordo com a tonicidade, as palavras são classificadas como:

Oxítonas – São aquelas cuja sílaba tônica recai sobre a última sílaba: *café* – *coração* – *Belém* – *atum* – *caju* – *papel*

Paroxítonas – a sílaba tônica recai na penúltima sílaba: *útil* – *tórax* – *táxi* – *leque* – *sapato* – *passível*

Proparoxítonas – a sílaba tônica está na antepenúltima sílaba: *lâmpada* – *câmara* – *tímpano* – *médico* – *ônibus*

Há vocábulos que possuem uma sílaba somente: são os chamados *monossílabos*. Estes são acentuados quando tônicos e terminados em "a", "e" ou "o": *vá* – *fê* – *pó* – *ré*.

Os acentos

A) acento agudo (´) – Colocado sobre as letras "a" e "i", "u" e "e" do grupo "em" - indica que estas letras representam as vogais tônicas de palavras como *pá*, *caí*, *público*. Sobre as letras "e" e "o" indica, além da tonicidade, timbre aberto: *herói* – *céu* (ditongos abertos).

B) acento circunflexo (^) – colocado sobre as letras "a", "e" e "o" indica, além da tonicidade, timbre fechado: *tâmara* – *Atlântico* – *pêsames* – *supôs*.

C) acento grave (`) – indica a fusão da preposição "a" com artigos e pronomes: *à* – *às* – *àquelas* – *àqueles*

D) trema (¨) – De acordo com a nova regra, foi totalmente abolido das palavras. Há uma **exceção**: é utilizado em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: *mülleriano* (de Müller)

E) til (~) – indica que as letras "a" e "o" representam vogais nasais: *oração* – *melão* – *órgão* – *ímã*

Regras fundamentais

A) Palavras oxítonas: acentuam-se todas as oxítonas terminadas em: "a", "e", "o", "em", seguidas ou não do plural(s): *Pará* – *café(s)* – *cipó(s)* – *Belém*.

Esta regra também é aplicada aos seguintes casos:
Monossílabos tônicos terminados em "a", "e", "o", seguidos ou não de "s": *pá* – *pé* – *dó* – *há*
Formas verbais terminadas em "a", "e", "o" tônicos, seguidas de *lo*, *la*, *los*, *las*: *respeitá-lo*, *recebê-lo*, *compô-lo*

B) Paroxítonas: acentuam-se as palavras paroxítonas terminadas em:

i, is: *táxi* – *lápis* – *júri*

us, um, uns: *vírus* – *álbuns* – *fórum*

l, n, r, x, ps: *automóvel* – *elêtron* – *cadáver* – *tórax* – *fórceps*

ã, às, ão, aos: *ímã* – *ímãs* – *órfão* – *órgãos*

ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não de "s": *água* – *pônei* – *mágoa* – *memória*



#FicaDica

Memorize a palavra **LINURXÃO**. Repare que esta palavra apresenta as terminações das paroxítonas que são acentuadas: **L, I, N, U** (aqui inclui **UM = fórum**), **R, X, ã, ão**. Assim ficará mais fácil a memorização!

C) Proparoxítona: a palavra é proparoxítona quando a sua antepenúltima sílaba é tônica (mais forte). Quanto à regra de acentuação: **todas** as proparoxítonas são acentuadas, independentemente de sua terminação: **árvore**, **paralelepípedo**, **cárcere**.

Regras especiais

Os ditongos de pronúncia aberta "ei", "oi" (**ditongos abertos**), que antes eram acentuados, *perderam o acento* de acordo com a nova regra, mas *desde que estejam em palavras paroxítonas*.



FIQUE ATENTO!

Se os ditongos abertos estiverem em uma palavra oxítona (*herói*) ou monossílabo (*céu*) ainda são acentuados: *dói*, *escarcéu*.

Antes	Agora
<i>assembléia</i>	<i>assembleia</i>
<i>idéia</i>	<i>ideia</i>
<i>geléia</i>	<i>geleia</i>
<i>jibóia</i>	<i>jiboia</i>
<i>apóia</i> (verbo apoiar)	<i>apoia</i>
<i>paranóico</i>	<i>paranoico</i>

Acento Diferencial

Representam os acentos gráficos que, pelas regras de acentuação, não se justificariam, mas são utilizados para diferenciar classes gramaticais entre determinadas

palavras e/ou tempos verbais. Por exemplo: *Pôr* (verbo) X *por* (preposição) / *pôde* (pretérito perfeito do Indicativo do verbo "poder") X *pode* (presente do Indicativo do mesmo verbo).

Se analisarmos o "pôr" - pela regra das monossílabas: terminada em "o" seguida de "r" não deve ser acentuada, mas nesse caso, devido ao acento diferencial, acentua-se, para que saibamos se se trata de um verbo ou preposição.

Os demais casos de acento diferencial não são mais utilizados: *para* (verbo), *para* (preposição), *pelo* (substantivo), *pelo* (preposição). Seus significados e classes gramaticais são definidos pelo contexto.

Polícia para o trânsito para que se realize a operação planejada. = o primeiro "para" é verbo; o segundo, conjunção (com relação de finalidade).



#FicaDica

Quando, na frase, der para substituir o "por" por "colocar", estaremos trabalhando com um verbo, portanto: "pôr"; nos demais casos, "por" é preposição: *Faço isso por você.* / *Posso pôr (colocar) meus livros aqui?*

Regra do Hiato

Quando a vogal do hiato for "i" ou "u" tônicos, segunda vogal do hiato, acompanhado ou não de "s", haverá acento: *saída* – *faísca* – *baú* – *país* – *Luís*

Não se acentuam o "i" e o "u" que formam hiato quando seguidos, na mesma sílaba, de l, m, n, r ou z:

Ra-ul, Lu-iz, sa-ir, ju-iz

Não se acentuam as letras "i" e "u" dos hiatos se estiverem seguidas do dígrafo **nh**: *ra-i-nha, ven-to-i-nha.*

Não se acentuam as letras "i" e "u" dos hiatos se vierem precedidas de vogal idêntica: *xi-i-ta, pa-ra-cu-u-ba*

Não serão mais acentuados "i" e "u" tônicos, formando hiato quando vierem depois de ditongo (nas paroxítonas):

Antes	Agora
<i>bocaiúva</i>	<i>bocaiuva</i>
<i>feiúra</i>	<i>feiura</i>
<i>Sauípe</i>	<i>Sauipe</i>

O acento pertencente aos encontros "oo" e "ee" foi abolido:

Antes	Agora
<i>crêem</i>	<i>creem</i>
<i>lêem</i>	<i>leem</i>
<i>vôo</i>	<i>voo</i>
<i>enjôo</i>	<i>enjoo</i>



#FicaDica

Memorize a palavra CREDELEVÊ. São os verbos que, no plural, dobram o "e", mas que não recebem mais acento como antes: **CRER, DAR, LER e VER.**

Repare:

O menino crê em você. / Os meninos creem em você.

Elza lê bem! / Todas leem bem!

Espero que ele dê o recado à sala. / Esperamos que os garotos deem o recado!

Rubens vê tudo! / Eles veem tudo!

Cuidado! Há o verbo *vir*: *Ele vem à tarde! / Eles vêm à tarde!*

As formas verbais que possuíam o acento tônico na raiz, com "u" tônico precedido de "g" ou "q" e seguido de "e" ou "i" não serão mais acentuadas:

Antes	Agora
<i>apazigúe (apaziguar)</i>	<i>apazigue</i>
<i>averigúe (averiguar)</i>	<i>averigue</i>
<i>argúi (arguir)</i>	<i>argui</i>

Acentuam-se os verbos pertencentes a terceira pessoa do plural de: *ele tem* – *eles têm* / *ele vem* – *eles vêm* (verbo *vir*). A regra prevalece também para os verbos *conter, obter, reter, deter, abster*: *ele contém* – *eles contêm*, *ele obtém* – *eles obtêm*, *ele retém* – *eles retêm*, *ele convém* – *eles convêm*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.^a ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 1* – 7.^a ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SITE

Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/gramatica/acentuacao.htm>>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (BANPARÁ – TÉCNICO BANCÁRIO – EXATUS-2015) Assinale a alternativa em que a palavra é acentuada pela mesma razão que "Bíblia":

- a) íris.
- b) estórias.
- c) queríamos.
- d) aí.
- e) páginas.

Resposta: Letra B

"Bíblia" = esta é acentuada por ser uma paroxítona terminada em ditongo.

Em "a", íris = paroxítona terminada em i(s)

Em "b", estórias = paroxítona terminada em ditongo

Em "c", queríamos = proparoxítona

Em "d", aí = regra do hiato

Em "e", páginas = proparoxítona

2. (BANPARÁ – TÉCNICO BANCÁRIO – FADESP-2018)

A sequência de palavras cujos acentos são empregados pelo mesmo motivo é

- a) público, função, dói.
- b) burocráticos, próximo, século.
- c) será, aí, é, está.
- d) glória, exercício, publicação.
- e) hábito, bancário, poética.

Resposta: Letra B

Em "a", público = proparoxítona / função = o *til* tem função de nasalizar (indicar som fechado) / dói = monossílabo formado por ditongo aberto

Em "b", burocráticos = proparoxítona / próximo = proparoxítona / século = proparoxítona

Em "c", será = oxítona terminada em 'a' / aí = regra do hiato / é = (verbo) monossílabo tônico terminado em "e" / está = (verbo) oxítona terminada em "a"

Em "d", glória = paroxítona terminada em ditongo / exercício = paroxítona terminada em ditongo / publicação = o *til* indica nasalização (som fechado)

Em "e", hábito = (substantivo) proparoxítona / bancário = paroxítona terminada em ditongo / poética = proparoxítona

3. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – NÍVEL SUPERIOR – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE-2014)

O emprego do acento gráfico nas palavras "metálica", "acúmulo" e "imóveis" justifica-se com base na mesma regra de acentuação.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado

O emprego do acento gráfico nas palavras "metálica", "acúmulo" e "imóveis" justifica-se com base na mesma regra de acentuação.

metálica = proparoxítona / acúmulo = proparoxítona / imóveis = paroxítona terminada em ditongo

4. (LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO-2018)

A palavra que precisa ser acentuada graficamente para estar correta quanto às normas em vigor está destacada na seguinte frase:

- a) Todo escritor de novela **tem** o desejo de criar um personagem inesquecível.
- b) Os telespectadores **veem** as novelas como um espelho da realidade.
- c) Alguns novelistas gostam de **superpor** temas sociais com temas políticos.

d) Para decorar o texto antes de gravar, cada ator **rele** sua fala várias vezes.

e) Alguns atores de novela **constroem** seus personagens fazendo pesquisa.

Resposta: Letra D

Em "a": Todo escritor de novela **tem** = singular (não acentuado)

Em "b": Os telespectadores **veem** = correta - plural dobra o "e" (perdeu o acento com o Acordo)

Em "c": Alguns novelistas gostam de **superpor** = correta

Em "d": Para decorar o texto antes de gravar, cada ator **rele** = *relê* (oxítona)

Em "e": Alguns atores de novela **constroem** = correta

5. (TJ-SP - ANALISTA EM COMUNICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS JUDICIÁRIO – VUNESP/2012) Seguem a mesma regra de acentuação gráfica relativa às palavras paroxítonas:

- a) probatório; condenatório; crédito.
- b) máquina; denúncia; ilícita.
- c) denúncia; funcionário; improcedência.
- d) máquina; improcedência; probatório.
- e) condenatório; funcionário; frágil.

Resposta: Letra C

Vamos a elas:

Em "a": *probatório* = paroxítona terminada em ditongo / *condenatório* = paroxítona terminada em ditongo / *crédito* = proparoxítona.

Em "b": *máquina* = proparoxítona / *denúncia* = paroxítona terminada em ditongo / *ilícita* = proparoxítona.

Em "c": *Denúncia* = paroxítona terminada em ditongo / *funcionário* = paroxítona terminada em ditongo / *improcedência* = paroxítona terminada em ditongo

Em "d": *máquina* = proparoxítona / *improcedência* = paroxítona terminada em ditongo / *probatório* = paroxítona terminada em ditongo

Em "e": *condenatório* = paroxítona terminada em ditongo / *funcionário* = paroxítona terminada em ditongo / *Frágil* = paroxítona terminada em "i"

6. (TJ-AC – TÉCNICO EM MICROINFORMÁTICA – CESPE/2012)

As palavras "conteúdo", "calúnia" e "injúria" são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado

"Conteúdo" = regra do hiato / *calúnia* = paroxítona terminada em ditongo / *injúria* = paroxítona terminada em ditongo.

7. (TRE-AP - TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2011) Entre as frases que seguem, a única correta é:

- a) Ele se esqueceu de que?
- b) Era tão ruim aquele texto, que não deu para distribuí-lo entre os presentes.

- c) Embora devêssemos, não fomos excessivos nas críticas.
 d) O juiz nunca negou-se a atender às reivindicações dos funcionários.
 e) Não sei por que ele mereceria minha consideração.

Resposta: Letra E

Em "a": Ele se esqueceu de que? = *quê?*

Em "b": Era tão ruim (*ruim*) aquele texto, que não deu para distribuí-lo (*distribuí-lo*) entre os presentes.

Em "c": Embora devêssemos (*devêssemos*), não fomos excessivos nas críticas.

Em "d": O juiz (*juiz*) nunca (*se*) negou a atender às reivindicações dos funcionários.

Em "e": Não sei por que ele mereceria minha consideração.

EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS: SUBANTIVO, ADJETIVO, NUMERAL, PRONOME, VERBO, ADVÉRBIO, PREPOSIÇÃO, CONJUNÇÃO (CLASSIFICAÇÃO E SENTIDO QUE IMPRIME ÀS RELAÇÕES ENTRE AS ORAÇÕES)

CLASSES DE PALAVRAS

1. ADJETIVO

É a palavra que expressa uma qualidade ou característica do ser e se relaciona com o substantivo, concordando com este em gênero e número.

As praias brasileiras estão poluídas.

Praias = substantivo; *brasileiras/poluídas* = adjetivos (plural e feminino, pois concordam com "praias").

Locução adjetiva

Locução = reunião de palavras. Sempre que são necessárias duas ou mais palavras para falar sobre a mesma coisa, tem-se locução. Às vezes, uma preposição + substantivo tem o mesmo valor de um adjetivo: é a Locução Adjetiva (expressão que equivale a um adjetivo). Por exemplo: aves **da noite** (aves **noturnas**), paixão **sem freio** (paixão **desenfreada**).

Observe outros exemplos:

de água	aquilino
de aluno	discente
de anjo	angelical
de ano	anual
de aranha	aracnídeo
de boi	bovino
de cabelo	capilar
de cabra	caprino
de campo	campestre ou rural

de chuva	pluvial
de criança	pueril
de dedo	digital
de estômago	estomacal ou gástrico
de falcão	falconídeo
de farinha	farináceo
de fera	ferino
de ferro	férreo
de fogo	ígneo
de garganta	gutural
de gelo	glacial
de guerra	bélico
de homem	viril ou humano
de ilha	insular
de inverno	hibernal ou invernial
de lago	lacustre
de leão	leonino
de lebre	leporino
de lua	lunar ou selênico
de madeira	lígneo
de mestre	magistral
de ouro	áureo
de paixão	passional
de pâncreas	pancreático
de porco	suíno ou porcino
dos quadris	ciático
de rio	fluvial
de sonho	onírico
de velho	senil
de vento	eólico
de vidro	vítreo ou hialino
de virilha	inguinal
de visão	óptico ou ótico

Observação:

Nem toda locução adjetiva possui um adjetivo correspondente, com o mesmo significado: Vi as alunas **da 5ª série**. / O muro **de tijolos** caiu.

Morfossintaxe do Adjetivo (Função Sintática):

O adjetivo exerce sempre funções sintáticas (função dentro de uma oração) relativas aos substantivos, atuando como adjunto adnominal ou como predicativo (do sujeito ou do objeto).

Adjetivo Pátrio (ou gentílico)

Indica a nacionalidade ou o lugar de origem do ser. Observe alguns deles:

Estados e cidades brasileiras:

Alagoas	alagoano
Amapá	amapaense
Aracaju	aracajuano ou aracajuense
Amazonas	amazonense ou baré
Belo Horizonte	belo-horizontino
Brasília	brasiliense
Cabo Frio	cabo-friense
Campinas	campineiro ou campinense

Adjetivo Pátrio Composto

Na formação do adjetivo pátrio composto, o primeiro elemento aparece na forma reduzida e, normalmente, erudita. Observe alguns exemplos:

África	afro- / Cultura afro-americana
Alemanha	germano- ou teuto-/Competições teuto-inglesas
América	américo- / Companhia américo-africana
Bélgica	belgo- / Acampamentos belgo-franceses
China	sino- / Acordos sino-japoneses
Espanha	hispano- / Mercado hispano-português
Europa	euro- / Negociações euro-americanas
França	franco- ou galo- / Reuniões franco-italianas
Grécia	greco- / Filmes greco-romanos
Inglaterra	anglo- / Letras anglo-portuguesas
Itália	italo- / Sociedade italo-portuguesa
Japão	nipo- / Associações nipo-brasileiras
Portugal	luso- / Acordos luso-brasileiros

Flexão dos adjetivos

O adjetivo varia em gênero, número e grau.

Gênero dos Adjetivos

Os adjetivos concordam com o substantivo a que se referem (masculino e feminino). De forma semelhante aos substantivos, classificam-se em:

A) Biformes - têm duas formas, sendo uma para o masculino e outra para o feminino: *ativo e ativa, mau e má*.

Se o adjetivo é composto e biforme, ele flexiona no feminino somente o último elemento: *o moço norte-americano, a moça norte-americana*.

Exceção: *surdo-mudo e surda-muda*.

B) Uniformes - têm uma só forma tanto para o masculino como para o feminino: *homem feliz e mulher feliz*.

Se o adjetivo é composto e uniforme, fica invariável no feminino: *conflito político-social e desavença político-social*.

Número dos Adjetivos**A) Plural dos adjetivos simples**

Os adjetivos simples se flexionam no plural de acordo com as regras estabelecidas para a flexão numérica dos substantivos simples: *mau e maus, feliz e felizes, ruim e ruins, boa e boas*.

Caso o adjetivo seja uma palavra que também exerça função de substantivo, ficará invariável, ou seja, se a palavra que estiver qualificando um elemento for, originalmente, um substantivo, ela manterá sua forma primitiva. Exemplo: a palavra *cinza* é, originalmente, um substantivo; porém, se estiver qualificando um elemento, funcionará como adjetivo. Ficará, então, invariável. Logo: *camisas cinza, ternos cinza*.

Motos vinho (mas: *motos verdes*)

Paredes musgo (mas: *paredes brancas*).

Comícios monstro (mas: *comícios grandiosos*).

B) Adjetivo Composto

É aquele formado por dois ou mais elementos. Normalmente, esses elementos são ligados por hífen. Apenas o último elemento concorda com o substantivo a que se refere; os demais ficam na forma masculina, singular. Caso um dos elementos que formam o adjetivo composto seja um substantivo adjetivado, todo o adjetivo composto ficará invariável. Por exemplo: a palavra *"rosa"* é, originalmente, um substantivo, porém, se estiver qualificando um elemento, funcionará como adjetivo. Caso se ligue a outra palavra por hífen, formará um adjetivo composto; como é um substantivo adjetivado, o adjetivo composto inteiro ficará invariável. Veja:

Camisas rosa-claro.

Ternos rosa-claro.

Olhos verde-claros.

Calças azul-escuras e camisas verde-mar.

Telhados marrom-café e paredes verde-claras.

Observação:

Azul-marinho, azul-celeste, ultravioleta e qualquer adjetivo composto iniciado por *"cor-de-..."* são sempre invariáveis: *roupas azul-marinho, tecidos azul-celeste, vestidos cor-de-rosa*.

O adjetivo composto *surdo-mudo* tem os dois elementos flexionados: *crianças surdas-mudas*.

Grau do Adjetivo

Os adjetivos se flexionam em grau para indicar a intensidade da qualidade do ser. São dois os graus do adjetivo: o **comparativo** e o **superlativo**.

A) Comparativo

Nesse grau, comparam-se a mesma característica atribuída a dois ou mais seres ou duas ou mais

características atribuídas ao mesmo ser. O comparativo pode ser de *igualdade*, de *superioridade* ou de *inferioridade*.

Sou tão alto como você. = Comparativo de Igualdade
No comparativo de igualdade, o segundo termo da comparação é introduzido pelas palavras *como*, *quanto* ou *quão*.

Sou mais alto (do) que você. = Comparativo de Superioridade

Sílvia é menos alta que Tiago. = Comparativo de Inferioridade

Alguns adjetivos possuem, para o comparativo de superioridade, formas sintéticas, herdadas do latim. São eles: *bom* / *melhor*, *pequeno* / *menor*, *mau* / *pior*, *alto* / *superior*, *grande* / *maior*, *baixo* / *inferior*.

Observe que:

- As formas *menor* e *pior* são comparativos de superioridade, pois equivalem a *mais pequeno* e *mais mau*, respectivamente.
- *Bom*, *mau*, *grande* e *pequeno* têm formas sintéticas (*melhor*, *pior*, *maior* e *menor*), porém, em comparações feitas entre duas qualidades de um mesmo elemento, deve-se usar as formas analíticas *mais bom*, *mais mau*, *mais grande* e *mais pequeno*.
Por exemplo:

Pedro é maior do que Paulo - Comparação de dois elementos.

Pedro é mais grande que pequeno - comparação de duas qualidades de um mesmo elemento.

Sou menos alto (do) que você. = Comparativo de Inferioridade

Sou menos passivo (do) que tolerante.

B) Superlativo

O superlativo expressa qualidades num grau muito elevado ou em grau máximo. Pode ser absoluto ou relativo e apresenta as seguintes modalidades:

B.1 Superlativo Absoluto: ocorre quando a qualidade de um ser é intensificada, sem relação com outros seres. Apresenta-se nas formas:

- **Analítica:** a intensificação é feita com o auxílio de palavras que dão ideia de intensidade (advérbios).
Por exemplo: *O concurseiro é muito esforçado.*
- **Sintética:** nessa, há o acréscimo de sufixos. Por exemplo: *O concurseiro é esforçadíssimo.*

Observe alguns superlativos sintéticos:

<i>benéfico</i>	<i>beneficentíssimo</i>
<i>bom</i>	<i>boníssimo ou ótimo</i>
<i>comum</i>	<i>comuníssimo</i>
<i>cruel</i>	<i>crudelíssimo</i>
<i>difícil</i>	<i>difícilíssimo</i>
<i>doce</i>	<i>dulcíssimo</i>

<i>fácil</i>	<i>facilíssimo</i>
<i>fiel</i>	<i>fidelíssimo</i>

B.2 Superlativo Relativo: ocorre quando a qualidade de um ser é intensificada em relação a um conjunto de seres. Essa relação pode ser:

- **De Superioridade:** *Essa matéria é a mais fácil de todas.*
- **De Inferioridade:** *Essa matéria é a menos fácil de todas.*

O superlativo absoluto analítico é expresso por meio dos advérbios *muito*, *extremamente*, *excepcionalmente*, antepostos ao adjetivo.

O superlativo absoluto sintético se apresenta sob duas formas: uma erudita - de origem latina - e outra popular - de origem vernácula. A forma erudita é constituída pelo radical do adjetivo latino + um dos sufixos *-íssimo*, *-imo* ou *-érrimo*: *fidelíssimo*, *facilíssimo*, *paupérrimo*; a popular é constituída do radical do adjetivo português + o sufixo *-íssimo*: *pobríssimo*, *agilíssimo*.

Os adjetivos terminados em *-io* fazem o superlativo com dois "i": *frio* - *friíssimo*, *sério* - *seriíssimo*; os terminados em *-eio*, com apenas um "i": *feio* - *feíssimo*, *cheio* - *cheíssimo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 2* - 7.ª ed. Reform. - São Paulo: Saraiva, 2010.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

Português: novas palavras: literatura, gramática, redação / Emília Amaral... [et al.]. - São Paulo: FTD, 2000.

SITE

Disponível em: <<http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf32.php>>

2. ADVÉRBIO

Compare estes exemplos:

O ônibus chegou.

O ônibus chegou ontem.

Advérbio é uma palavra invariável que modifica o sentido do verbo (*acrescentando-lhe circunstâncias de tempo, de modo, de lugar, de intensidade*), do adjetivo e do próprio advérbio.

Estudei bastante. = modificando o verbo *estudei*

Ele canta muito bem! = intensificando outro advérbio (*bem*)

Ela tem os olhos muito claros. = relação com um adjetivo (*claros*)

Quando modifica um verbo, o advérbio pode acrescentar ideia de:

Tempo: *Ela chegou tarde.*

Lugar: *Ele mora aqui.*

Modo: *Eles agiram mal.*

Negação: *Ela não saiu de casa.*

Dúvida: *Talvez ele volte.*

Flexão do Advérbio

Os advérbios são palavras invariáveis, isto é, não apresentam variação em gênero e número. Alguns advérbios, porém, admitem a variação em grau. Observe:

A) Grau Comparativo

Forma-se o comparativo do advérbio do mesmo modo que o comparativo do adjetivo:

- **de igualdade:** tão + advérbio + quanto (como): *Renato fala tão alto quanto João.*
- **de inferioridade:** menos + advérbio + que (do que): *Renato fala menos alto do que João.*
- **de superioridade:**

A.1 Analítico: mais + advérbio + que (do que): *Renato fala mais alto do que João.*

A.2 Sintético: melhor ou pior que (do que): *Renato fala melhor que João.*

B) Grau Superlativo

O superlativo pode ser analítico ou sintético:

B.1 Analítico: acompanhado de outro advérbio: *Renato fala muito alto.*

muito = advérbio de intensidade / alto = advérbio de modo

B.2 Sintético: formado com sufixos: *Renato fala altíssimo.*

Observação:

As formas diminutivas (cedinho, pertinho, etc.) são comuns na língua popular.

Maria mora pertinho daqui. (muito perto)

A criança levantou cedinho. (muito cedo)

Classificação dos Advérbios

De acordo com a circunstância que exprime, o advérbio pode ser de:

A) Lugar: *aquí, antes, dentro, ali, adiante, fora, acolá, atrás, além, lá, detrás, aquém, cá, acima, onde, perto, aí, abaixo, aonde, longe, debaixo, algures, defronte, nenhures, adentro, afora, alhures, nenhures, aquém, embaixo, externamente, a distância, à distância de, de longe, de perto, em cima, à direita, à esquerda, ao lado, em volta.*

B) Tempo: *hoje, logo, primeiro, ontem, tarde, outrora, amanhã, cedo, dantes, depois, ainda, antigamente, antes, doravante, nunca, então, ora, jamais, agora, sempre, já, enfim, afinal, amiúde, breve, constantemente, entrementes, imediatamente, primeiramente, provisoriamente, sucessivamente, às vezes, à tarde, à noite, de manhã, de repente, de vez em quando, de quando em quando, a qualquer momento, de tempos em tempos, em breve, hoje em dia.*

C) Modo: *bem, mal, assim, adrede, melhor, pior, depressa, acinte, debalde, devagar, às pressas, às claras, às cegas, à toa, à vontade, às escondidas, aos poucos, desse jeito, desse modo, dessa maneira, em geral, frente a frente, lado a lado, a pé, de cor, em vão e a maior parte dos que terminam em "-mente":*

calmamente, tristemente, propositadamente, pacientemente, amorosamente, docemente, escandalosamente, bondosamente, generosamente.

D) Afirmação: *sim, certamente, realmente, decerto, efetivamente, certo, decididamente, deveras, indubitavelmente.*

E) Negação: *não, nem, nunca, jamais, de modo algum, de forma nenhuma, tampouco, de jeito nenhum.*

F) Dúvida: *acaso, porventura, possivelmente, provavelmente, quiçá, talvez, casualmente, por certo, quem sabe.*

G) Intensidade: *muito, demais, pouco, tão, em excesso, bastante, mais, menos, demasiado, quanto, quão, tanto, assaz, que (equivale a quão), tudo, nada, todo, quase, de todo, de muito, por completo, extremamente, intensamente, grandemente, bem (quando aplicado a propriedades graduáveis).*

H) Exclusão: *apenas, exclusivamente, salvo, senão, somente, simplesmente, só, unicamente.* Por exemplo: *Brando, o vento apenas move a copa das árvores.*

I) Inclusão: *ainda, até, mesmo, inclusivamente, também.* Por exemplo: *O indivíduo também amadurece durante a adolescência.*

J) Ordem: *depois, primeiramente, ultimamente.* Por exemplo: *Primeiramente, eu gostaria de agradecer aos meus amigos por comparecerem à festa.*

Saiba que:

Para se exprimir o limite de possibilidade, antepõe-se ao advérbio "o mais" ou "o menos". Por exemplo: *Ficarei o mais longe que puder daquele garoto. Voltarei o menos tarde possível.*

Quando ocorrem dois ou mais advérbios em *-mente*, em geral sufixamos apenas o último: *O aluno respondeu calma e respeitosamente.*

Distinção entre Advérbio e Pronome Indefinido

Há palavras como *muito, bastante*, que podem aparecer como advérbio e como pronome indefinido.

Advérbio: refere-se a um verbo, adjetivo, ou a outro advérbio e não sofre flexões. Por exemplo: *Eu corri muito.*

Pronome Indefinido: relaciona-se a um substantivo e sofre flexões. Por exemplo: *Eu corri muitos quilômetros.*



#FicaDica

Como saber se a palavra **bastante** é advérbio (não varia, não se flexiona) ou pronome indefinido (varia, sofre flexão)? Se der, na frase, para substituir o "bastante" por "muito", estamos diante de um advérbio; se der para substituir por "muitos" (ou muitas), é um pronome. Veja:

1. Estudei bastante para o concurso. (estudei muito, pois "muitos" não dá!) = advérbio
2. Estudei bastantes capítulos para o concurso. (estudei muitos capítulos) = pronome indefinido

Advérbios Interrogativos

São as palavras: *onde? aonde? donde? quando? como? por quê?* nas interrogações diretas ou indiretas, referentes às circunstâncias de lugar, tempo, modo e causa. Veja:

Interrogação Direta	Interrogação Indireta
Como aprendeu?	Perguntei como aprendeu
Onde mora?	Indaguei onde morava
Por que choras?	Não sei por que choras
Aonde vai?	Perguntei aonde ia
Donde vens?	Pergunto donde vens
Quando voltas?	Pergunto quando voltas

Locução Adverbial

Quando há duas ou mais palavras que exercem função de advérbio, temos a locução adverbial, que pode expressar as mesmas noções dos advérbios. Iniciam ordinariamente por uma preposição. Veja:

- A) lugar:** à esquerda, à direita, de longe, de perto, para dentro, por aqui, etc.
- B) afirmação:** por certo, sem dúvida, etc.
- C) modo:** às pressas, passo a passo, de cor, em vão, em geral, frente a frente, etc.
- D) tempo:** de noite, de dia, de vez em quando, à tarde, hoje em dia, nunca mais, etc.

A locução adverbial e o advérbio modificam o verbo, o adjetivo e outro advérbio:

Chegou muito cedo. (advérbio)

Joana é muito bela. (adjetivo)

De repente correram para a rua. (verbo)

Usam-se, de preferência, as formas *mais bem* e *mais mal* antes de adjetivos ou de verbos no particípio:

Essa matéria é mais bem interessante que aquela.

Nosso aluno foi o mais bem colocado no concurso!

O numeral "primeiro", ao modificar o verbo, é advérbio: *Cheguei primeiro.*

Quanto a sua função sintática: o advérbio e a locução adverbial desempenham na oração a função de adjunto adverbial, classificando-se de acordo com as circunstâncias que acrescentam ao verbo, ao adjetivo ou ao advérbio. Exemplo:

Meio cansada, a candidata saiu da sala. = adjunto adverbial de intensidade (ligado ao adjetivo "cansada")

Trovejou muito ontem. = adjunto adverbial de intensidade e de tempo, respectivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 2* – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

AMARAL, Emília... [et al.]. *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação* – São Paulo: FTD, 2000.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SITE

Disponível em: <<http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf75.php>>

3. ARTIGO

O artigo integra as dez classes gramaticais, definindo-se como o termo variável que serve para individualizar ou generalizar o substantivo, indicando, também, o gênero (masculino/feminino) e o número (singular/plural).

Os artigos se subdividem em **definidos** ("o" e as variações "a"[as] e [os]) e **indefinidos** ("um" e as variações "uma"[s] e "uns").

A) Artigos definidos – São usados para indicar seres determinados, expressos de forma individual: *O concursseiro estuda muito. Os concursseiros estudam muito.*

B) Artigos indefinidos – usados para indicar seres de modo vago, impreciso: *Uma candidata foi aprovada! Umas candidatas foram aprovadas!*

Circunstâncias em que os artigos se manifestam:

Considera-se obrigatório o uso do artigo depois do numeral "ambos": *Ambos os concursos cobrarão tal conteúdo.*

Nomes próprios indicativos de lugar (ou topônimos) admitem o uso do artigo, outros não: *São Paulo, O Rio de Janeiro, Veneza, A Bahia...*

Quando indicado no singular, o artigo definido pode indicar toda uma espécie: *O trabalho dignifica o homem.*

No caso de nomes próprios personativos, denotando a ideia de familiaridade ou afetividade, é facultativo o uso do artigo: *Marcela é a mais extrovertida das irmãs. / O Pedro é o xodó da família.*

No caso de os nomes próprios personativos estarem no plural, são determinados pelo uso do artigo: *Os Maías, os Incas, Os Astecas...*

Usa-se o artigo depois do pronome indefinido todo(a) para conferir uma ideia de totalidade. Sem o uso dele (do artigo), o pronome assume a noção de "qualquer".

Toda a classe parabenizou o professor. (a sala toda)

Toda classe possui alunos interessados e desinteressados. (qualquer classe)

Antes de pronomes possessivos, o uso do artigo é facultativo: *Preparei o meu curso. Preparei meu curso.*

A utilização do artigo indefinido pode indicar uma ideia de aproximação numérica: *O máximo que ele deve ter é uns vinte anos.*

O artigo também é usado para substantivar palavras pertencentes a outras classes gramaticais: *Não sei o porquê de tudo isso. / O bem vence o mal.*

Há casos em que o artigo definido não pode ser usado:

Antes de nomes de cidade (topônimo) e de pessoas conhecidas: *O professor visitará Roma.*

Mas, se o nome apresentar um caracterizador, a presença do artigo será obrigatória: *O professor visitará a bela Roma.*

Antes de pronomes de tratamento: *Vossa Senhoria sairá agora?*

Exceção: *O senhor vai à festa?*

Após o pronome relativo “cujo” e suas variações: *Esse é o concurso cujas provas foram anuladas?/ Este é o candidato cuja nota foi a mais alta.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 2* – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

AMARAL, Emília... [et al.]. *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação* – São Paulo: FTD, 2000.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 1* – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SITE

Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/gramatica/artigo.htm>>

4. CONJUNÇÃO

Além da preposição, há outra palavra também invariável que, na frase, é usada como elemento de ligação: a conjunção. Ela serve para ligar duas orações ou duas palavras de mesma função em uma oração:

O concurso será realizado nas cidades de Campinas e São Paulo.

*A prova não será fácil, **por isso** estou estudando muito.*

Morfossintaxe da Conjunção

As conjunções, a exemplo das preposições, não exercem propriamente uma função sintática: são **conectivos**.

Classificação da Conjunção

De acordo com o tipo de relação que estabelecem, as conjunções podem ser classificadas em **coordenativas** e **subordinativas**. No primeiro caso, os elementos ligados pela conjunção podem ser isolados um do outro. Esse isolamento, no entanto, não acarreta perda da unidade de sentido que cada um dos elementos possui. Já no segundo caso, cada um dos elementos ligados pela conjunção depende da existência do outro. Veja:

*Estudei muito, **mas** ainda não compreendi o conteúdo.*

Podemos separá-las por ponto:

Estudei muito. Ainda não compreendi o conteúdo.

Temos acima um exemplo de conjunção (e, consequentemente, orações coordenadas) coordenativa – “mas”. Já em:

*Espero **que** eu seja aprovada no concurso!*

Não conseguimos separar uma oração da outra, pois a segunda “completa” o sentido da primeira (da oração principal): *Espero o quê? Ser aprovada.* Nesse período temos uma oração subordinada substantiva objetiva direta (ela exerce a função de objeto direto do verbo da oração principal).

Conjunções Coordenativas

São aquelas que ligam orações de sentido completo e independente ou termos da oração que têm a mesma função gramatical. Subdividem-se em:

A) Aditivas: ligam orações ou palavras, expressando ideia de acréscimo ou adição. São elas: *e, nem (= e não), não só... mas também, não só... como também, bem como, não só... mas ainda.*
A sua pesquisa é clara e objetiva.
*Não só dança, **mas também** canta.*

B) Adversativas: ligam duas orações ou palavras, expressando ideia de contraste ou compensação. São elas: *mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto, não obstante.*
*Tentei chegar mais cedo, **porém** não consegui.*

C) Alternativas: ligam orações ou palavras, expressando ideia de alternância ou escolha, indicando fatos que se realizam separadamente. São elas: *ou, ou... ou, ora... ora, já... já, quer... quer, seja... seja, talvez... talvez.*
Ou escolho agora, ou fico sem presente de aniversário.

D) Conclusivas: ligam a oração anterior a uma oração que expressa ideia de conclusão ou consequência. São elas: *logo, pois (depois do verbo), portanto, por conseguinte, por isso, assim.*
*Marta estava bem preparada para o teste, **portanto** não ficou nervosa.*
*Você nos ajudou muito; terá, **pois**, nossa gratidão.*

E) Explicativas: ligam a oração anterior a uma oração que a explica, que justifica a ideia nela contida. São elas: *que, porque, pois (antes do verbo), porquanto.*
Não demore, que o filme já vai começar.
*Falei muito, **pois** não gosto do silêncio!*

Conjunções Subordinativas

São aquelas que ligam duas orações, sendo uma delas dependente da outra. A oração dependente, introduzida pelas conjunções subordinativas, recebe o nome de *oração subordinada*. Veja o exemplo: *O baile já tinha começado **quando ela chegou**.*

O baile já tinha começado: oração principal
quando: conjunção subordinativa (adverbial temporal)
ela chegou: oração subordinada

As conjunções subordinativas subdividem-se em **integrantes** e **adverbiais**:

Integrantes - Indicam que a oração subordinada por elas introduzida completa ou integra o sentido da principal. Introduzem orações que equivalem a substantivos, ou seja, as orações subordinadas substantivas. São elas: *que, se*.

*Quero **que** você volte. (Quero sua volta)*

Adverbiais - Indicam que a oração subordinada exerce a função de adjunto adverbial da principal. De acordo com a circunstância que expressam, classificam-se em:

A) Causais: introduzem uma oração que é causa da ocorrência da oração principal. São elas: *porque, que, como (= porque, no início da frase), pois que, visto que, uma vez que, porquanto, já que, desde que, etc.*

Ele não fez a pesquisa porque não dispunha de meios.

B) Concessivas: introduzem uma oração que expressa ideia contrária à da principal, sem, no entanto, impedir sua realização. São elas: *embora, ainda que, apesar de que, se bem que, mesmo que, por mais que, posto que, conquanto, etc.*

Embora fosse tarde, fomos visitá-lo.

C) Condicionais: introduzem uma oração que indica a hipótese ou a condição para ocorrência da principal. São elas: *se, caso, contanto que, salvo se, a não ser que, desde que, a menos que, sem que, etc.*

Se precisar de minha ajuda, telefone-me.



#FicaDica

Você deve ter percebido que a conjunção condicional "se" também é conjunção integrante. A diferença é clara ao ler as orações que são introduzidas por ela. Acima, ela nos dá a ideia da condição para que recebamos um telefonema (*se for preciso ajuda*). Já na oração: *Não sei **se farei o concurso***. = Não há ideia de condição alguma, há? Outra coisa: o verbo da oração principal (*sei*) pede complemento (objeto direto, já que "*quem não sabe, não sabe algo*"). Portanto, a oração em destaque exerce a função de objeto direto da oração principal, sendo classificada como *oração subordinada substantiva objetiva direta*.

D) Conformativas: introduzem uma oração que exprime a conformidade de um fato com outro. São elas: *conforme, como (= conforme), segundo, consoante, etc.*

O passeio ocorreu como havíamos planejado.

E) Finais: introduzem uma oração que expressa a finalidade ou o objetivo com que se realiza a oração principal. São elas: *para que, a fim de que, que, porque (= para que), que, etc.*

Toque o sinal para que todos entrem no salão.

F) Proporcionais: introduzem uma oração que expressa um fato relacionado proporcionalmente à ocorrência do expresso na principal. São elas: à medida que, à proporção que, ao passo que e as combinações *quanto mais... (mais), quanto menos... (menos), quanto menos... (mais), quanto menos... (menos), etc.*

O preço fica mais caro à medida que os produtos escasseiam.

Observação:

São incorretas as locuções proporcionais à medida em que, na medida que e *na medida em que*.

G) Temporais: introduzem uma oração que acrescenta uma circunstância de tempo ao fato expresso na oração principal. São elas: *quando, enquanto, antes que, depois que, logo que, todas as vezes que, desde que, sempre que, assim que, agora que, mal (= assim que), etc.*

A briga começou assim que saímos da festa.

H) Comparativos: introduzem uma oração que expressa ideia de comparação com referência à oração principal. São elas: *como, assim como, tal como, como se, (tão)... como, tanto como, tanto quanto, do que, quanto, tal, qual, tal qual, que nem, que (combinado com menos ou mais), etc.*

O jogo de hoje será mais difícil que o de ontem.

I) Consecutivas: introduzem uma oração que expressa a consequência da principal. São elas: *de sorte que, de modo que, sem que (= que não), de forma que, de jeito que, que (tendo como antecedente na oração principal uma palavra como tal, tão, cada, tanto, tamanho), etc.*

Estudou tanto durante a noite que dormiu na hora do exame.



FIQUE ATENTO!

Muitas conjunções não têm classificação única, imutável, devendo, portanto, ser classificadas de acordo com o sentido que apresentam no contexto (destaque da Zê!).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.^a ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 2* – 7.^a ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

AMARAL, Emília... [et al.]. *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação* – São Paulo: FTD, 2000.

SITE

Disponível em: <<http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf84.php>>

5. INTERJEIÇÃO

Interjeição é a palavra invariável que exprime emoções, sensações, estados de espírito. É um recurso da linguagem afetiva, em que não há uma ideia organizada de maneira lógica, como são as sentenças da língua, mas sim a manifestação de um suspiro, um estado da alma decorrente de uma situação particular, um momento ou um contexto específico. Exemplos:

Ah, como eu queria voltar a ser criança!

ah: expressão de um estado emotivo = interjeição

Hum! Esse pudim estava maravilhoso!

hum: expressão de um pensamento súbito = interjeição

O significado das interjeições está vinculado à maneira como elas são proferidas. O tom da fala é que dita o sentido que a expressão vai adquirir em cada contexto em que for utilizada. Exemplos:

Psiu!

contexto: alguém pronunciando esta expressão na rua ; significado da interjeição (sugestão): *"Estou te chamando! Ei, espere!"*

Psiu!

contexto: alguém pronunciando em um hospital; significado da interjeição (sugestão): *"Por favor, faça silêncio!"*

Puxa! Ganhei o maior prêmio do sorteio!

puxa: interjeição; tom da fala: euforia

Puxa! Hoje não foi meu dia de sorte!

puxa: interjeição; tom da fala: decepção

As interjeições cumprem, normalmente, duas funções:

- A)** Sintetizar uma frase exclamativa, exprimindo alegria, tristeza, dor, etc.: *Ah, deve ser muito interessante!*
- B)** Sintetizar uma frase apelativa: *Cuidado! Saia da minha frente.*

As interjeições podem ser formadas por:

- simples sons vocálicos: *Oh!, Ah!, Ó, Ô*
- palavras: *Oba! Olá! Claro!*
- grupos de palavras (locuções interjetivas): *Meu Deus! Ora bolas!*

Classificação das Interjeições

Comumente, as interjeições expressam sentido de:

- A) Advertência:** *Cuidado! Devagar! Calma! Sentido! Atenção! Olha! Alerta!*
- B) Afugentamento:** *Fora! Passa! Rua!*
- C) Alegria ou Satisfação:** *Oh! Ah! Eh! Oba! Viva!*
- D) Alívio:** *Arre! Uf! Ufa! Ah!*
- E) Animação ou Estímulo:** *Vamos! Força! Coragem! Ânimo! Adiante!*
- F) Aplauso ou Aprovação:** *Bravo! Bis! Apoiado! Viva!*
- G) Concordância:** *Claro! Sim! Pois não! Tá!*
- H) Repulsa ou Desaprovação:** *Credo! Ih! Francamente! Essa não! Chega! Basta!*

I) Desejo ou Intenção: *Pudera! Tomara! Oxalá! Queira Deus!*

J) Desculpa: *Perdão!*

K) Dor ou Tristeza: *Ai! Ui! Ai de mim! Que pena!*

L) Dúvida ou Incredulidade: *Que nada! Qual o quê!*

M) Espanto ou Admiração: *Oh! Ah! Uai! Puxa! Céus! Quê! Caramba! Opa! Nossa! Hein? Cruz! Putz!*

N) Impaciência ou Contrariedade: *Hum! Raios! Puxa! Pô! Ora!*

O) Pedido de Auxílio: *Socorro! Aqui! Piedade!*

P) Saudação, Chamamento ou Invocação: *Salve! Viva! Olá! Alô! Tchau! Psiu! Socorro! Valha-me, Deus!*

Q) Silêncio: *Psiu! Silêncio!*

R) Terror ou Medo: *Credo! Cruzes! Minha nossa!*

Saiba que:

As interjeições são palavras invariáveis, isto é, não sofrem variação em gênero, número e grau como os nomes, nem de número, pessoa, tempo, modo, aspecto e voz como os verbos. No entanto, em uso específico, algumas interjeições sofrem variação em grau. Não se trata de um processo natural desta classe de palavra, mas tão só uma variação que a linguagem afetiva permite. Exemplos: *oizinho, bravíssimo, até loguinho.*

Locução Interjetiva

Ocorre quando duas ou mais palavras formam uma expressão com sentido de interjeição: *Ora bolas!, Virgem Maria!, Meu Deus!, Ó de casa!, Ai de mim!, Graças a Deus!*

Toda frase mais ou menos breve dita em tom exclamativo torna-se uma locução interjetiva, dispensando análise dos termos que a compõem: *Macacos me mordam!, Valha-me Deus!, Quem me dera!*

1. As interjeições são como frases resumidas, sintéticas. Por exemplo: *Ué!* (= Eu não esperava por essa!) / *Perdão!* (= Peço-lhe que me desculpe)
2. Além do contexto, o que caracteriza a interjeição é o seu tom exclamativo; por isso, palavras de outras classes gramaticais podem aparecer como interjeições. Por exemplo: *Viva! Basta!* (Verbos) / *Fora! Francamente!* (Advérbios)
3. A interjeição pode ser considerada uma "palavra-frase" porque sozinha pode constituir uma mensagem. Por exemplo: *Socorro! Ajudem-me! Silêncio! Fique quieto!*
4. Há, também, as interjeições onomatopaicas ou imitativas, que exprimem ruídos e vozes. Por exemplo: *Miau! Bumba! Zás! Plaft! Pof! Catapimba! Tique-taque! Quá-quá-quá!*, etc.
5. Não se deve confundir a interjeição de apelo «ó» com a sua homônima «oh!», que exprime admiração, alegria, tristeza, etc. Faz-se uma pausa depois do «oh!» exclamativo e não a fazemos depois do «ó» vocativo. Por exemplo: *"Ó natureza! ó mãe piedosa e pura!"* (Olavo Bilac)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa* Sacconi. 30.^a ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CAMPEDELLI, Samira Yousseff, SOUZA, Jésus Barbosa - *Português – Literatura, Produção de Textos & Gramática – volume único* – 3.ª Ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

SITE

Disponível em: <<http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf89.php>>

6. NUMERAL

Numeral é a palavra variável que indica quantidade numérica ou ordem; expressa a quantidade exata de pessoas ou coisas ou o lugar que elas ocupam numa determinada sequência.

Os numerais traduzem, em palavras, o que os números indicam em relação aos seres. Assim, quando a expressão é colocada em números (1, 1.º, 1/3, etc.) não se trata de numerais, mas sim de algarismos.

Além dos numerais mais conhecidos, já que refletem a ideia expressa pelos números, existem mais algumas palavras consideradas numerais porque denotam quantidade, proporção ou ordenação. São alguns exemplos: *década, dúzia, par, ambos(as), novena*.

Classificação dos Numerais

A) Cardinais: indicam quantidade exata ou determinada de seres: *um, dois, cem mil*, etc. Alguns cardinais têm sentido coletivo, como por exemplo: *século, par, dúzia, década, bimestre*.

B) Ordinais: indicam a ordem, a posição que alguém ou alguma coisa ocupa numa determinada sequência: *primeiro, segundo, centésimo*, etc.

As palavras *anterior, posterior, último, antepenúltimo, final e penúltimo* também indicam posição dos seres, mas são classificadas como adjetivos, não ordinais.

C) Fracionários: indicam parte de uma quantidade, ou seja, uma divisão dos seres: *meio, terço, dois quintos*, etc.

D) Multiplicativos: expressam ideia de multiplicação dos seres, indicando quantas vezes a quantidade foi aumentada: *dobro, triplo, quádruplo*, etc.

Flexão dos numerais

Os numerais cardinais que variam em gênero são *um/uma, dois/duas* e os que indicam centenas de *duzentos/duzentas* em diante: *trezentos/trezentas, quatrocentos/quatrocentas*, etc. Cardinais como *milhão, bilhão, trilhão*, variam em número: *milhões, bilhões, trilhões*. Os demais cardinais são invariáveis.

Os numerais ordinais variam em gênero e número:

<i>primeiro</i>	<i>segundo</i>	<i>milésimo</i>
<i>primeira</i>	<i>segunda</i>	<i>milésima</i>
<i>primeiros</i>	<i>segundos</i>	<i>milésimos</i>
<i>primeiras</i>	<i>segundas</i>	<i>milésimas</i>

Os numerais multiplicativos são invariáveis quando atuam em funções substantivas: *Fizeram o dobro do esforço e conseguiram o triplo de produção*.

Quando atuam em funções adjetivas, esses numerais flexionam-se em gênero e número: *Teve de tomar doses triplas do medicamento*.

Os numerais fracionários flexionam-se em gênero e número. Observe: *um terço/dois terços, uma terça parte/duas terças partes*.

Os numerais coletivos flexionam-se em número: *uma dúzia, um milheiro, duas dúzias, dois milheiros*.

É comum na linguagem coloquial a indicação de grau nos numerais, traduzindo afetividade ou especialização de sentido. É o que ocorre em frases como:

"Me empresta duzentinho..."

É artigo de primeiríssima qualidade!

O time está arriscado por ter caído na segundona. (= segunda divisão de futebol)

Emprego e Leitura dos Numerais

Os numerais são escritos em conjunto de três algarismos, contados da direita para a esquerda, em forma de centenas, dezenas e unidades, tendo cada conjunto uma separação através de ponto ou espaço correspondente a um ponto: 8.234.456 ou 8 234 456.

Em sentido figurado, usa-se o numeral para indicar exagero intencional, constituindo a figura de linguagem conhecida como **hipérbole**: *Já li esse texto mil vezes*.

No português contemporâneo, não se usa a conjunção "e" após "mil", seguido de centena: *Nasci em mil novecentos e noventa e dois*.

Seu salário será de mil quinhentos e cinquenta reais.

Mas, se a centena começa por "zero" ou termina por dois zeros, usa-se o "e": *Seu salário será de mil e quinhentos reais.* (R\$1.500,00)

Gastamos mil e quarenta reais. (R\$1.040,00)

Para designar papas, reis, imperadores, séculos e partes em que se divide uma obra, utilizam-se os ordinais até décimo e, a partir daí, os cardinais, *desde que o numeral venha depois do substantivo*:

Ordinais	Cardinais
<i>João Paulo II (segundo)</i>	<i>Tomo XV (quinze)</i>
<i>D. Pedro II (segundo)</i>	<i>Luís XVI (dezesesseis)</i>
<i>Ato II (segundo)</i>	<i>Capítulo XX (vinte)</i>
<i>Século VIII (oitavo)</i>	<i>Século XX (vinte)</i>
<i>Canto IX (nono)</i>	<i>João XXIII (vinte e três)</i>

Se o numeral aparece antes do substantivo, será lido como ordinal: *XXX Feira do Bordado*. (trigésima)



#FicaDica

Ordinal lembra **ordem**. Memorize assim, por associação. Ficaré mais fácil!

Para designar leis, decretos e portarias, utiliza-se o ordinal até nono e o cardinal de dez em diante:

Artigo 1.º (primeiro) Artigo 10 (dez)

Artigo 9.º (nono) Artigo 21 (vinte e um)

Ambos/ambas = numeral dual, porque sempre se refere a dois seres. Significam “um e outro”, “os dois” (ou “uma e outra”, “as duas”) e são largamente empregados para retomar pares de seres aos quais já se fez referência. Sua utilização exige a presença do artigo posposto: *Ambos os concursos realizarão suas provas no mesmo dia*. O artigo só é dispensado caso haja um pronome demonstrativo: *Ambos esses ministros falarão à imprensa*.

Quadro de alguns numerais

Cardinais	Ordinais	Multiplicativos	Fracionários
Um	Primeiro	-	
Dois	Segundo	Dobro, Duplo	Meio
Três	Terceiro	Triplo, Tríplice	Terço
Quatro	Quarto	Quádruplo	Quarto
Cinco	Quinto	Quíntuplo	Quinto
Seis	Sexto	Sêxtuplo	Sexto
Sete	Sétimo	Sétuplo	Sétimo
Oito	Oitavo	Óctuplo	Oitavo
Nove	Nono	Nônuplo	Nono
Dez	Décimo	Décuplo	Décimo
Onze	Décimo Primeiro	-	Onze Avos
Doze	Décimo Segundo	-	Doze Avos
Treze	Décimo Terceiro	-	Treze Avos
Catorze	Décimo Quarto	-	Catorze Avos
Quinze	Décimo Quinto	-	Quinze Avos
Dezesseis	Décimo Sexto	-	Dezesseis Avos
Dezessete	Décimo Sétimo	-	Dezessete Avos
Dezoito	Décimo Oitavo	-	Dezoito Avos
Dezenove	Décimo Nono	-	Dezenove Avos
Vinte	Vigésimo	-	Vinte Avos
Trinta	Trigésimo	-	Trinta Avos
Quarenta	Quadrágésimo	-	Quarenta Avos
Cinqüenta	Quinquagésimo	-	Cinquenta Avos
Sessenta	Sexagésimo	-	Sessenta Avos
Setenta	Septuagésimo	-	Setenta Avos
Oitenta	Octogésimo	-	Oitenta Avos
Noventa	Nonagésimo	-	Noventa Avos
Cem	Centésimo	Cêntuplo	Centésimo
Duzentos	Ducentésimo	-	Ducentésimo
Trezentos	Trecentésimo	-	Trecentésimo
Quatrocentos	Quadringentésimo	-	Quadringentésimo
Quinhentos	Quingentésimo	-	Quingentésimo
Seiscentos	Sexcentésimo	-	Sexcentésimo
Setecentos	Septingentésimo		Septingentésimo
Oitocentos	Octingentésimo		Octingentésimo

Novacentos	Nongentésimo ou Noningentésimo		Nongentésimo
Mil	Milésimo		Milésimo
Milhão	Milionésimo		Milionésimo
Milhão	Bilionésimo		Bilionésimo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.^a ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.
 CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 2* – 7.^a ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.
 AMARAL, Emília... [et al.]. *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação* – São Paulo: FTD, 2000.

SITE

Disponível em: <<http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf40.php>>

7. PREPOSIÇÃO

Preposição é uma palavra invariável que serve para ligar termos ou orações. Quando esta ligação acontece, normalmente há uma subordinação do segundo termo em relação ao primeiro. As preposições são muito importantes na estrutura da língua, pois estabelecem a coesão textual e possuem valores semânticos indispensáveis para a compreensão do texto.

Tipos de Preposição

A) Preposições essenciais: palavras que atuam exclusivamente como preposições: *a, ante, perante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, por, sem, sob, sobre, trás, atrás de, dentro de, para com*.

B) Preposições acidentais: palavras de outras classes gramaticais que podem atuar como preposições, ou seja, formadas por uma derivação imprópria: *como, durante, exceto, fora, mediante, salvo, segundo, senão, visto*.

C) Locuções prepositivas: duas ou mais palavras valendo como uma preposição, sendo que a última palavra é uma (preposição): *abaixo de, acerca de, acima de, ao lado de, a respeito de, de acordo com, em cima de, embaixo de, em frente a, ao redor de, graças a, junto a, com, perto de, por causa de, por cima de, por trás de*.

A preposição é invariável, no entanto pode unir-se a outras palavras e, assim, estabelecer concordância em gênero ou em número. Exemplo: *por + o = pelo / por + a = pela*.

Essa concordância não é característica da preposição, mas das palavras às quais ela se une.

Esse processo de junção de uma preposição com outra palavra pode se dar a partir dos processos de:

- **Combinação:** união da preposição "a" com o artigo "o"(s), ou com o advérbio "onde": *ao, aonde, aos*. Os vocábulos não sofrem alteração.

- **Contração:** união de uma preposição com outra palavra, ocorrendo perda ou transformação de fonema: *de + o = do, em + a = na, per + os = pelos, de + aquele = daquele, em + isso = nisso*.

- **Crase:** é a fusão de vogais idênticas: à ("a" preposição + "a" artigo), àquilo ("a" preposição + 1.^a vogal do pronome "aquilo").

O "a" pode funcionar como preposição, pronome pessoal oblíquo e artigo. Como distingui-los? Caso o "a" seja um artigo, virá precedendo um substantivo, servindo para determiná-lo como um substantivo singular e feminino: *A matéria que estudei é fácil!*

Quando é preposição, além de ser invariável, liga dois termos e estabelece relação de subordinação entre eles. *Irei à festa sozinha.*

Entregamos a flor à professora! = o primeiro "a" é artigo; o segundo, preposição.

Se for pronome pessoal oblíquo estará ocupando o lugar e/ou a função de um substantivo: *Nós trouxemos a apostila.* = *Nós a trouxemos.*

Relações semânticas (= de sentido) estabelecidas por meio das preposições:

Destino = *Irei a Salvador.*

Modo = *Saiu aos prantos.*

Lugar = *Sempre a seu lado.*

Assunto = *Falemos sobre futebol.*

Tempo = *Chegarei em instantes.*
 Causa = *Chorei de saudade.*
 Fim ou finalidade = *Vim para ficar.*
 Instrumento = *Escreveu a lápis.*
 Posse = *Vi as roupas da mamãe.*
 Autoria = *livro de Machado de Assis*
 Companhia = *Estarei com ele amanhã.*
 Matéria = *copo de cristal.*
 Meio = *passeio de barco.*
 Origem = *Nós somos do Nordeste.*
 Conteúdo = *frascos de perfume.*
 Oposição = *Esse movimento é contra o que eu penso.*
 Preço = *Essa roupa sai por cinquenta reais.*

Quanto à preposição "trás": não se usa senão nas locuções adverbiais (*para trás* ou *por trás*) e na locução prepositiva *por trás de*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.
 CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 2* – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.
 AMARAL, Emília... [et al.]. *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação* – São Paulo: FTD, 2000.

SITE

Disponível em: <<http://www.infoescola.com/portugues/preposicao/>>

8. PRONOME

Pronome é a palavra variável que substitui ou acompanha um substantivo (nome), qualificando-o de alguma forma.

O homem julga que é superior à natureza, por isso o homem destrói a natureza...

Utilizando pronomes, teremos: *O homem julga que é superior à natureza, por isso **ele a** destrói...*

Ficou melhor, sem a repetição desnecessária de termos (*homem e natureza*).

Grande parte dos pronomes não possuem significados fixos, isto é, essas palavras só adquirem significação dentro de um contexto, o qual nos permite recuperar a referência exata daquilo que está sendo colocado por meio dos pronomes no ato da comunicação. Com exceção dos pronomes interrogativos e indefinidos, os demais pronomes têm por função principal apontar para as pessoas do discurso ou a elas se relacionar, indicando-lhes sua situação no tempo ou no espaço. Em virtude dessa característica, os pronomes apresentam uma forma específica para cada pessoa do discurso.

Minha carteira estava vazia quando eu fui assaltada.

[minha/eu: pronomes de 1.ª pessoa = aquele que fala]

Tua carteira estava vazia quando tu foste assaltada?

[tua/tu: pronomes de 2.ª pessoa = aquele a quem se fala]

A carteira dela estava vazia quando ela foi assaltada.

[dela/ela: pronomes de 3.ª pessoa = aquele de quem se fala]

Em termos morfológicos, os pronomes são palavras variáveis em gênero (masculino ou feminino) e em número (singular ou plural). Assim, espera-se que a referência através do pronome seja coerente em termos de gênero e número (fenômeno da concordância) com o seu objeto, mesmo quando este se apresenta ausente no enunciado.

Fala-se de Roberta. Ele quer participar do desfile da nossa escola neste ano.

[nossa: pronome que qualifica "escola" = concordância adequada]

[neste: pronome que determina "ano" = concordância adequada]

[ele: pronome que faz referência à "Roberta" = concordância inadequada]

Existem seis tipos de pronomes: *pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos e interrogativos*.

Pronomes Pessoais

São aqueles que substituem os substantivos, indicando diretamente as pessoas do discurso. Quem fala ou escreve assume os pronomes "eu" ou "nós"; usa-se os pronomes "tu", "vós", "você" ou "vocês" para designar a quem se dirige, e "ele", "ela", "eles" ou "elas" para fazer referência à pessoa ou às pessoas de quem se fala.

Os pronomes pessoais variam de acordo com as funções que exercem nas orações, podendo ser do **caso reto** ou do **caso oblíquo**.

A) Pronome Reto

Pronome pessoal do caso reto é aquele que, na sentença, **exerce a função de sujeito**: *Nós lhe ofertamos flores.*

Os pronomes retos apresentam flexão de número, gênero (apenas na 3.ª pessoa) e pessoa, sendo essa última a principal flexão, uma vez que marca a pessoa do discurso. Dessa forma, o quadro dos pronomes retos é assim configurado:

1.ª pessoa do singular: eu

2.ª pessoa do singular: tu

3.ª pessoa do singular: ele, ela

1.ª pessoa do plural: nós

2.ª pessoa do plural: vós

3.ª pessoa do plural: eles, elas

Esses pronomes não costumam ser usados como complementos verbais na língua-padrão. Frases como *"Vi ele na rua", "Encontrei ela na praça", "Trouxeram eu até aqui"* - comuns na língua oral cotidiana - devem ser evitadas na língua formal escrita ou falada. Na língua formal, devem ser usados os *pronomes oblíquos* correspondentes: *"Vi-o na rua", "Encontrei-a na praça", "Trouxeram-me até aqui"*.

Frequentemente observamos a omissão do pronome reto em Língua Portuguesa. Isso se dá porque as próprias formas verbais marcam, através de suas desinências, as pessoas do verbo indicadas pelo pronome reto: *Fizemos boa viagem.* (Nós)

B) Pronome Oblíquo

Pronome pessoal do caso oblíquo é aquele que, na sentença, **exerce a função de complemento verbal (objeto direto ou indireto)**: *Ofertaram-nos flores.* (objeto indireto)

Observação:

O pronome oblíquo é uma forma variante do pronome pessoal do caso reto. Essa variação indica a função diversa que eles desempenham na oração: pronome reto marca o sujeito da oração; pronome oblíquo marca o complemento da oração. Os pronomes oblíquos sofrem variação de acordo com a acentuação tônica que possuem, podendo ser átonos ou tônicos.

B.1 Pronome Oblíquo Átono

São chamados átonos os pronomes oblíquos que não são precedidos de preposição. Possuem acentuação tônica fraca: *Ele me deu um presente.*

Lista dos pronomes oblíquos átonos

1.^a pessoa do singular (eu): *me*

2.^a pessoa do singular (tu): *te*

3.^a pessoa do singular (ele, ela): *o, a, lhe*

1.^a pessoa do plural (nós): *nos*

2.^a pessoa do plural (vós): *vos*

3.^a pessoa do plural (eles, elas): *os, as, lhes*



FIQUE ATENTO!

Os pronomes *o, os, a, as* assumem formas especiais depois de certas terminações verbais:

1. Quando o verbo termina em -z, -s ou -r, o pronome assume a forma *lo, los, la* ou *las*, ao mesmo tempo que a terminação verbal é suprimida. Por exemplo:

fiz + o = fi-lo

fazeis + o = fazei-lo

dizer + a = dizê-la

2. Quando o verbo termina em som nasal, o pronome assume as formas *no, nos, na, nas*. Por exemplo:

viram + o: viram-no

repõe + os = repõe-nos

retém + a: retém-na

tem + as = tem-nas

B.2 Pronome Oblíquo Tônico

Os pronomes oblíquos tônicos são sempre precedidos por preposições, em geral as preposições *a, para, de* e *com*. Por esse motivo, os pronomes tônicos exercem a função de objeto indireto da oração. Possuem acentuação tônica forte.

Lista dos pronomes oblíquos tônicos:

1.^a pessoa do singular (eu): *mim, comigo*

2.^a pessoa do singular (tu): *ti, contigo*

3.^a pessoa do singular (ele, ela): *si, consigo, ele, ela*

1.^a pessoa do plural (nós): *nós, conosco*

2.^a pessoa do plural (vós): *vós, convosco*

3.^a pessoa do plural (eles, elas): *si, consigo, eles, elas*

Observe que as únicas formas próprias do pronome tônico são a primeira pessoa (*mim*) e segunda pessoa (*ti*). As demais repetem a forma do pronome pessoal do caso reto.

As preposições essenciais introduzem sempre pronomes pessoais do caso oblíquo e nunca pronome do caso reto. Nos contextos interlocutivos que exigem o uso da língua formal, os pronomes costumam ser usados desta forma:

Não há mais nada entre mim e ti.

Não se comprovou qualquer ligação entre ti e ela.

Não há nenhuma acusação contra mim.

Não vá sem mim.

Há construções em que a preposição, apesar de surgir anteposta a um pronome, serve para introduzir uma oração cujo verbo está no infinitivo. Nesses casos, o verbo pode ter sujeito expresso; se esse sujeito for um pronome, deverá ser do caso reto.

Trouxeram vários vestidos para eu experimentar.

Não vá sem eu mandar.

A frase: *"Foi fácil para mim resolver aquela questão!"* está correta, já que *"para mim"* é complemento de *"fácil"*. A ordem direta seria: *Resolver aquela questão foi fácil para mim!*

A combinação da preposição *"com"* e alguns pronomes originou as formas especiais *comigo, contigo, consigo, conosco* e *convosco*. Tais pronomes oblíquos tônicos frequentemente exercem a função de adjunto adverbial de companhia: *Ele carregava o documento consigo.*

A preposição *"até"* exige as formas oblíquas tônicas: *Ela veio até mim, mas nada falou.*

Mas, se *"até"* for palavra denotativa (com o sentido de inclusão), usaremos as formas retas: *Todos foram bem na prova, até eu!* (= inclusive eu)

As formas *"conosco"* e *"convosco"* são substituídas por *"com nós"* e *"com vós"* quando os pronomes pessoais são reforçados por palavras como *outros, mesmos, próprios, todos, ambos* ou algum numeral.

Você terá de viajar com nós todos.

Estávamos com vós outros quando chegaram as más notícias.

Ele disse que iria com nós três.

B.3 Pronome Reflexivo

São pronomes pessoais oblíquos que, embora funcionem como objetos direto ou indireto, referem-se ao sujeito da oração. Indicam que o sujeito pratica e recebe a ação expressa pelo verbo.

Lista dos pronomes reflexivos:

1.^a pessoa do singular (eu): *me, mim* = *Eu não me lembro disso.*

2.^a pessoa do singular (tu): *te, ti* = *Conhece a ti mesmo.*

3.^a pessoa do singular (ele, ela): *se, si, consigo* = *Guilherme já se preparou.*

*Ela deu a si um presente.
Antônio conversou consigo mesmo.*

- 1.^a pessoa do plural (nós): *nos* = *Lavamo-nos no rio.*
- 2.^a pessoa do plural (vós): *vos* = *Vós vos beneficiastes com esta conquista.*
- 3.^a pessoa do plural (eles, elas): *se, si, consigo* = *Eles se conheceram. / Elas deram a si um dia de folga.*



#FicaDica

O pronome é reflexivo quando se refere à mesma pessoa do pronome subjetivo (sujeito): *Eu me arrumei e saí.*

É pronome recíproco quando indica reciprocidade de ação: *Nós nos amamos. / Olhamo-nos calados.*

O “se” pode ser usado como **palavra expletiva** ou **partícula de realce**, sem ser rigorosamente necessária e sem função sintática: *Os exploradores riam-se de suas tentativas. / Será que eles se foram?*

C) Pronomes de Tratamento

São pronomes utilizados no tratamento formal, cerimonioso. Apesar de indicarem nosso interlocutor (portanto, a segunda pessoa), **utilizam o verbo na terceira pessoa**. Alguns exemplos:

Vossa Alteza (V. A.) = príncipes, duques

Vossa Eminência (V. E.^{ma}) = cardeais

Vossa Reverendíssima (V. Ver.^{ma}) = sacerdotes e religiosos em geral

Vossa Excelência (V. Ex.^a) = oficiais de patente superior à de coronel, senadores, deputados, embaixadores, professores de curso superior, ministros de Estado e de Tribunais, governadores, secretários de Estado, presidente da República (sempre por extenso)

Vossa Magnificência (V. Mag.^a) = reitores de universidades

Vossa Majestade (V. M.) = reis, rainhas e imperadores

Vossa Senhoria (V. S.^a) = comerciantes em geral, oficiais até a patente de coronel, chefes de seção e funcionários de igual categoria

Vossa Meretíssima (sempre por extenso) = para juízes de direito

Vossa Santidade (sempre por extenso) = tratamento cerimonioso

Vossa Onipotência (sempre por extenso) = Deus

Também são pronomes de tratamento *o senhor, a senhora* e *você, vocês*. “O senhor” e “a senhora” são empregados no tratamento cerimonioso; “você” e “vocês”, no tratamento familiar. *Você* e *vocês* são largamente empregados no português do Brasil; em algumas regiões, a forma *tu* é de uso frequente; em outras, pouco empregada. Já a forma *vós* tem uso restrito à linguagem litúrgica, ultraformal ou literária.

Observações:

1. Vossa Excelência X Sua Excelência: os pronomes de tratamento que possuem “**Vossa(s)**” são empregados em relação à pessoa com quem falamos: *Espero que V. Ex.^a, Senhor Ministro, compareça a este encontro.*
2. Emprega-se “**Sua (s)**” quando se fala a respeito da pessoa: *Todos os membros da C.P.I. afirmaram que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, agiu com propriedade.*
3. Os pronomes de tratamento representam uma forma indireta de nos dirigirmos aos nossos interlocutores. Ao tratarmos um deputado por Vossa Excelência, por exemplo, estamos nos endereçando à excelência que esse deputado supostamente tem para poder ocupar o cargo que ocupa.
4. Embora os pronomes de tratamento dirijam-se à 2.^a pessoa, **toda a concordância deve ser feita com a 3.^a pessoa**. Assim, os verbos, os pronomes possessivos e os pronomes oblíquos empregados em relação a eles devem ficar na 3.^a pessoa.
*Basta que V. Ex.^a **cumpra** a terça parte das suas promessas, para que **seus** eleitores **lhe** fiquem reconhecidos.*
5. Uniformidade de Tratamento: quando escrevemos ou nos dirigimos a alguém, não é permitido mudar, ao longo do texto, a pessoa do tratamento escolhida inicialmente. Assim, por exemplo, se começamos a chamar alguém de “você”, não poderemos usar “te” ou “tu”. O uso correto exigirá, ainda, verbo na terceira pessoa.

Quando você vier, eu te abraçarei e enrolar-me-ei nos teus cabelos. (errado)

Quando você vier, eu a abraçarei e enrolar-me-ei nos seus cabelos. (correto) = terceira pessoa do singular

ou

Quando tu vieres, eu te abraçarei e enrolar-me-ei nos teus cabelos. (correto) = segunda pessoa do singular

Pronomes Possessivos

São palavras que, ao indicarem a pessoa gramatical (possuidor), acrescentam a ela a ideia de posse de algo (coisa possuída).

Este caderno é meu. (meu = possuidor: 1.^a pessoa do singular)

Número	Pessoa	Pronome
Singular	Primeira	<i>Meu(s), minha(s)</i>
Singular	Segunda	<i>Teu(s), tua(s)</i>

Singular	Terceira	<i>Seu(s), sua(s)</i>
Plural	Primeira	<i>Nosso(s), nossa(s)</i>
Plural	Segunda	<i>Vosso(s), vossa(s)</i>
Plural	Terceira	<i>Seu(s), sua(s)</i>

Note que:

A forma do possessivo depende da pessoa gramatical a que se refere; o gênero e o número concordam com o objeto possuído: *Ele trouxe seu apoio e sua contribuição naquele momento difícil.*

Observações:

1. A forma "seu" não é um possessivo quando resultar da alteração fonética da palavra *senhor*: *Muito obrigado, seu José.*
2. Os pronomes possessivos nem sempre indicam posse. Podem ter outros empregos, como:
A) indicar afetividade: *Não faça isso, minha filha.*
B) indicar cálculo aproximado: *Ele já deve ter seus 40 anos.*
C) atribuir valor indefinido ao substantivo: *Marisa tem lá seus defeitos, mas eu gosto muito dela.*
3. Em frases onde se usam pronomes de tratamento, o pronome possessivo fica na 3.ª pessoa: *Vossa Excelência trouxe sua mensagem?*
4. Referindo-se a mais de um substantivo, o possessivo concorda com o mais próximo: *Trouxe-me seus livros e anotações.*
5. Em algumas construções, os pronomes pessoais oblíquos átonos assumem valor de possessivo: *Vou seguir-lhe os passos.* (= Vou seguir seus passos)
6. O adjetivo "respectivo" equivale a "devido, seu, próprio", por isso não se deve usar "seus" ao utilizá-lo, para que não ocorra redundância: *Coloque tudo nos respectivos lugares.*

Pronomes Demonstrativos

São utilizados para explicitar a posição de certa palavra em relação a outras ou ao contexto. Essa relação pode ser de espaço, de tempo ou em relação ao discurso.

A) Em relação ao espaço:

Este(s), esta(s) e *isto* = indicam o que está perto da pessoa que fala:

Este material é meu.

Esse(s), essa(s) e *isso* = indicam o que está perto da pessoa com quem se fala:

Esse material em sua carteira é seu?

Aquele(s), aquela(s) e *aquilo* = indicam o que está distante tanto da pessoa que fala como da pessoa com quem se fala:

*Aquele material não é nosso.
Vejam aquele prédio!*

B) Em relação ao tempo:

Este(s), esta(s) e *isto* = indicam o tempo presente em relação à pessoa que fala:

Esta manhã farei a prova do concurso!

Esse(s), essa(s) e *isso* = indicam o tempo passado, porém relativamente próximo à época em que se situa a pessoa que fala:

Essa noite dormi mal; só pensava no concurso!

Aquele(s), aquela(s) e *aquilo* = indicam um afastamento no tempo, referido de modo vago ou como tempo remoto:

Naquele tempo, os professores eram valorizados.

C) Em relação ao falado ou escrito (ou ao que se falará ou escreverá):

Este(s), esta(s) e *isto* = empregados quando se quer fazer referência a alguma coisa sobre a qual ainda se falará:

Serão estes os conteúdos da prova: análise sintática, ortografia, concordância.

Esse(s), essa(s) e *isso* = utilizados quando se pretende fazer referência a alguma coisa sobre a qual já se falou:

Sua aprovação no concurso, isso é o que mais desejamos!

Este e aquele são empregados quando se quer fazer referência a termos já mencionados; *aquele* se refere ao termo referido em primeiro lugar e *este* para o referido por último:

Domingo, no Pacaembu, jogador Palmeiras e São Paulo; este está mais bem colocado que aquele. (= este [São Paulo], aquele [Palmeiras])

ou

Domingo, no Pacaembu, jogador Palmeiras e São Paulo; aquele está mais bem colocado que este. (= este [São Paulo], aquele [Palmeiras])

Os pronomes demonstrativos podem ser variáveis ou invariáveis, observe:

Variáveis: *este(s), esta(s), esse(s), essa(s), aquele(s), aquela(s).*

Invariáveis: *isto, isso, aquilo.*

Também aparecem como pronomes demonstrativos:

• **o(s), a(s):** quando estiverem antecedendo o "que" e puderem ser substituídos por *aquele(s), aquela(s), aquilo.*

Não ouvi o que disseste. (Não ouvi aquilo que disseste.)

Essa rua não é a que te indiquei. (não é aquela que te indiquei.)

• **mesmo(s), mesma(s), próprio(s), própria(s):** variam em gênero quando têm caráter reforçativo:

*Estas são as mesmas pessoas que o procuraram ontem.
Eu mesma refiz os exercícios.
Elas mesmas fizeram isso.
Eles próprios cozinham.
Os próprios alunos resolveram o problema.*

• **semelhante(s)**: Não tenha semelhante atitude.

• **tal, tais**: Tal absurdo eu não cometeria.

1. Em frases como: *O referido deputado e o Dr. Alcides eram amigos íntimos; aquele casado, solteiro este.* (ou então: *este solteiro, aquele casado*) - este se refere à pessoa mencionada em último lugar; *aquele*, à mencionada em primeiro lugar.
2. O pronome demonstrativo *tal* pode ter conotação irônica: *A menina foi a tal que ameaçou o professor?*
3. Pode ocorrer a contração das preposições *a, de, em* com pronome demonstrativo: *àquele, àquela, deste, desta, disso, nisso, no*, etc: *Não acreditei no que estava vendo.* (no = naquilo)

Pronomes Indefinidos

São palavras que se referem à 3.^a pessoa do discurso, dando-lhe sentido vago (impreciso) ou expressando quantidade indeterminada.

Alguém entrou no jardim e destruiu as mudas recém-plantadas.

Não é difícil perceber que “alguém” indica uma pessoa de quem se fala (uma terceira pessoa, portanto) de forma imprecisa, vaga. É uma palavra capaz de indicar um ser humano que seguramente existe, mas cuja identidade é desconhecida ou não se quer revelar. Classificam-se em:

A) Pronomes Indefinidos Substantivos: assumem o lugar do ser ou da quantidade aproximada de seres na frase. São eles: *algo, alguém, fulano, sicrano, beltrano, nada, ninguém, outrem, quem, tudo.*

Algo o incomoda?

Quem avisa amigo é.

B) Pronomes Indefinidos Adjetivos: qualificam um ser expresso na frase, conferindo-lhe a noção de quantidade aproximada. São eles: *cada, certo(s), certa(s).*

Cada povo tem seus costumes.

Certas pessoas exercem várias profissões.

Note que:

Ora são pronomes indefinidos substantivos, ora pronomes indefinidos adjetivos:

algun, alguns, alguma(s), bastante(s) (= muito, muitos), *demais, mais, menos, muito(s), muita(s), nenhum, nenhuns, nenhuma(s), outro(s), outra(s), pouco(s), pouca(s), qualquer, quaisquer, qual, que, quanto(s), quanta(s), tal, tais, tanto(s), tanta(s), todo(s), toda(s), um, uns, uma(s), vários, várias.*

Menos palavras e mais ações.

Alguns se contentam pouco.

Os pronomes indefinidos podem ser divididos em variáveis e invariáveis. Observe:

- **Variáveis** = *algun, nenhum, todo, muito, pouco, vários, tanto, outro, quanto, alguma, nenhuma, toda, muita, pouca, vária, tanta, outra, quanta, qualquer, quaisquer, alguns, nenhuns, todos, muitos, poucos, vários, tantos, outros, quantos, algumas, nenhuma, todas, muitas, poucas, várias, tantas, outras, quantas.*
- **Invariáveis** = *alguém, ninguém, outrem, tudo, nada, algo, cada.*

**Qualquer* é composto de *qual* + *quer* (do verbo *querer*), por isso seu plural é *quaisquer* (única palavra cujo plural é feito em seu interior).

Todo e *toda* no singular e junto de artigo significa *inteiro*; sem artigo, equivale a *qualquer* ou a *todas as*:

Toda a cidade está enfeitada. (= a cidade inteira)

Toda cidade está enfeitada. (= todas as cidades)

Trabalho todo o dia. (= o dia inteiro)

Trabalho todo dia. (= todos os dias)

São locuções pronominais indefinidas: *cada qual, cada um, qualquer um, quantos quer (que), quem quer (que), seja quem for, seja qual for, todo aquele (que), tal qual* (= certo), *tal e qual, tal ou qual, um ou outro, uma ou outra*, etc.

Cada um escolheu o vinho desejado.

Pronomes Relativos

São aqueles que representam nomes já mencionados anteriormente e com os quais se relacionam. Introduzem as orações subordinadas adjetivas.

O racismo é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros.

(*afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros* = oração subordinada adjetiva).

O pronome relativo “que” refere-se à palavra “sistema” e introduz uma oração subordinada. Diz-se que a palavra “sistema” é antecedente do pronome relativo *que*.

O antecedente do pronome relativo pode ser o pronome demonstrativo *o, a, os, as*.

Não sei o que você está querendo dizer.

Às vezes, o antecedente do pronome relativo não vem expresso.

Quem casa, quer casa.

Observe:

Pronomes relativos variáveis = *o qual, cujo, quanto, os quais, cujos, quantos, a qual, cuja, quanta, as quais, cujas, quantas.*

Pronomes relativos invariáveis = *quem, que, onde.*

Note que:

O pronome “que” é o relativo de mais largo emprego, sendo por isso chamado relativo universal. Pode ser substituído por *o qual, a qual, os quais, as quais*, quando seu antecedente for um substantivo.

O trabalho que eu fiz refere-se à corrupção. (= o qual)

A cantora que acabou de se apresentar é péssima. (= a qual)

Os trabalhos que eu fiz referem-se à corrupção. (= os quais)

As cantoras que se apresentaram eram péssimas. (= as quais)

O qual, os quais, a qual e as quais são exclusivamente pronomes relativos, por isso são utilizados didaticamente para verificar se palavras como "que", "quem", "onde" (que podem ter várias classificações) são pronomes relativos. Todos eles são usados com referência à pessoa ou coisa por motivo de clareza ou depois de determinadas preposições: *Regressando de São Paulo, visitei o sítio de minha tia, o qual me deixou encantado.* O uso de "que", neste caso, geraria ambiguidade. Veja: *Regressando de São Paulo, visitei o sítio de minha tia, que me deixou encantado* (quem me deixou encantado: o sítio ou minha tia?).

Essas são as conclusões sobre as quais pairam muitas dúvidas? (com preposições de duas ou mais sílabas utiliza-se o qual / a qual)

O relativo "que" às vezes equivale a o que, coisa que, e se refere a uma oração: *Não chegou a ser padre, mas deixou de ser poeta, que era a sua vocação natural.*

O pronome "cujo": exprime posse; não concorda com o seu antecedente (o ser possuidor), mas com o conseqüente (o ser possuído, com o qual concorda em gênero e número); não se usa artigo depois deste pronome; "cujo" equivale a do qual, da qual, dos quais, das quais.

Existem pessoas	cujas ações são nobres.
(antecedente)	(consequente)

Se o verbo exigir preposição, esta virá antes do pronome: O autor, **a** cujo livro você se referiu, está aqui! (referiu-se **a**)

"Quanto" é pronome relativo quando tem por antecedente um pronome indefinido: tanto (ou variações) e tudo:

Emprestei	tantos	quantos	foram necessários.
	(antecedente)		

Ele fez	tudo	quanto	havia falado.
(antecedente)			

O pronome "quem" se refere a pessoas e vem sempre precedido de preposição.

É um professor	a	quem	muito devemos.
	(preposição)		

"Onde", como pronome relativo, sempre possui antecedente e só pode ser utilizado na indicação de lugar: *A casa onde morava foi assaltada.*

Na indicação de tempo, deve-se empregar quando ou em que: *Sinto saudades da época em que (quando) morávamos no exterior.*

Podem ser utilizadas como pronomes relativos as palavras:

- **como** (= pelo qual) – desde que precedida das palavras modo, maneira ou forma:

Não me parece correto o modo como você agiu semana passada.

- **quando** (= em que) – desde que tenha como antecedente um nome que dê ideia de tempo:

Bons eram os tempos quando podíamos jogar videogame.

Os pronomes relativos permitem reunir duas orações numa só frase.

O futebol é um esporte. / O povo gosta muito deste esporte.

= *O futebol é um esporte de que o povo gosta muito.*

Numa série de orações adjetivas coordenadas, pode ocorrer a elipse do relativo "que": *A sala estava cheia de gente que conversava, (que) ria, observava.*

Pronomes Interrogativos

São usados na formulação de perguntas, sejam elas diretas ou indiretas. Assim como os pronomes indefinidos, referem-se à 3.ª pessoa do discurso de modo impreciso. São pronomes interrogativos: *que, quem, qual* (e variações), *quanto* (e variações).

Com quem andas?

Qual seu nome?

Diz-me com quem andas, que te direi quem és.

O pronome pessoal é do caso reto quando tem função de sujeito na frase. O pronome pessoal é do caso oblíquo quando desempenha função de complemento.

1. *Eu não sei essa matéria, mas ele irá me ajudar.*

2. *Maria foi embora para casa, pois não sabia se devia lhe ajudar.*

Na primeira oração os pronomes pessoais "eu" e "ele" exercem função de sujeito, logo, são pertencentes ao caso reto. Já na segunda oração, o pronome "lhe" exerce função de complemento (objeto), ou seja, caso oblíquo.

Os pronomes pessoais indicam as pessoas do discurso. O pronome oblíquo "lhe", da segunda oração, aponta para a segunda pessoa do singular (tu/você): *Maria não sabia se devia ajudar... Ajudar quem? Você (lhe).*

Os pronomes pessoais oblíquos podem ser átonos ou tônicos: os primeiros não são precedidos de preposição, diferentemente dos segundos, que são sempre precedidos de preposição.

A) Pronome oblíquo átono: *Joana me perguntou o que eu estava fazendo.*

B) Pronome oblíquo tônico: *Joana perguntou para mim o que eu estava fazendo.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 2* – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

AMARAL, Emília... [et al.]. *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação* – São Paulo: FTD, 2000.

CAMPEDELLI, Samira Yousseff. *Português – Literatura, Produção de Texto & Gramática* – Volume único / Samira Yousseff Campedelli, Jésus Barbosa Souza. – 3.ª edição – São Paulo: Saraiva, 2002.

SITE

Disponível em: <<http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf42.php>>

Colocação Pronominal

Colocação Pronominal trata da correta colocação dos pronomes oblíquos átonos na frase.



#FicaDica

Pronome Oblíquo é aquele que exerce a função de complemento verbal (objeto). Por isso, memorize:

OBLÍquo = OBJeto!

Embora na linguagem falada a colocação dos pronomes não seja rigorosamente seguida, algumas normas devem ser observadas na linguagem escrita.

Próclise = É a colocação pronominal antes do verbo. A próclise é usada:

- Quando o verbo estiver precedido de palavras que atraem o pronome para antes do verbo. São elas:
 - A)** Palavras de sentido negativo: *não, nunca, ninguém, jamais, etc.*: *Não se desespere!*
 - B)** Advérbios: *Agora se negam a depor.*
 - C)** Conjunções subordinativas: *Espero que me expliquem tudo!*
 - D)** Pronomes relativos: *Venceu o concursado que se esforçou.*
 - E)** Pronomes indefinidos: *Poucos te deram a oportunidade.*
 - F)** Pronomes demonstrativos: *Isso me magoa muito.*
- Orações iniciadas por palavras interrogativas: *Quem lhe disse isso?*
- Orações iniciadas por palavras exclamativas: *Quanto se ofendem!*
- Orações que exprimem desejo (orações optativas): *Que Deus o ajude.*
- A próclise é obrigatória quando se utiliza o pronome reto ou sujeito exposto: *Eu lhe entreguei o material amanhã. / Tu sabes cantar?*

Mesóclise = É a colocação pronominal no meio do verbo. A mesóclise é usada:

Quando o verbo estiver no futuro do presente ou futuro do pretérito, contanto que esses verbos não estejam precedidos de palavras que exijam a próclise. Exemplos: *Realizar-se-á, na próxima semana, um grande evento em prol da paz no mundo.*

Repare que o pronome está “no meio” do verbo “realizará”: realizar – **SE** – á. Se houvesse na oração alguma palavra que justificasse o uso da próclise, esta prevaleceria. Veja: *Não se realizará...*

Não fossem os meus compromissos, acompanhar-te-ia nessa viagem.

(com presença de palavra que justifique o uso de próclise: *Não fossem os meus compromissos, EU te acompanharia nessa viagem*).

Ênclise = É a colocação pronominal depois do verbo. A ênclise é usada quando a próclise e a mesóclise não forem possíveis:

- Quando o verbo estiver no imperativo afirmativo: *Quando eu avisar, silenciem-se todos.*
- Quando o verbo estiver no infinitivo impessoal: *Não era minha intenção machucá-la.*
- Quando o verbo iniciar a oração. (até porque não se inicia período com pronome oblíquo). *Vou-me embora agora mesmo. Levanto-me às 6h.*
- Quando houver pausa antes do verbo: *Se eu passo no concurso, mudo-me hoje mesmo!*
- Quando o verbo estiver no gerúndio: *Recusou a proposta fazendo-se de desentendida.*

Colocação pronominal nas locuções verbais

- Após verbo no particípio = pronome depois do verbo auxiliar (e não depois do particípio): *Tenho me deliciado com a leitura! Eu tenho me deliciado com a leitura! Eu me tenho deliciado com a leitura!*
- Não convém usar hífen nos tempos compostos e nas locuções verbais: *Vamos nos unir! Iremos nos manifestar.*
- Quando há um fator para próclise nos tempos compostos ou locuções verbais: opção pelo uso do pronome oblíquo “solto” entre os verbos = *Não vamos nos preocupar* (e não: “*não nos vamos preocupar*”).

Emprego de o, a, os, as

- Em verbos terminados em vogal ou ditongo oral, os pronomes: o, a, os, as não se alteram. *Chame-o agora. Deixei-a mais tranquila.*
- Em verbos terminados em r, s ou z, estas consoantes finais alteram-se para lo, la, los, las. Exemplos: *(Encontrar) Encontrá-lo é o meu maior sonho. (Fiz) Fi-lo porque não tinha alternativa.*
- Em verbos terminados em ditongos nasais (am, em, ão, ãe), os pronomes o, a, os, as alteram-se para no, na, nos, nas. *Chamem-no agora. Põe-na sobre a mesa.*



#FicaDica

Próclise – **pró** lembra **pré**; **pré** é prefixo que significa “antes”! Pronome antes do verbo!
 Ênclise – “en” lembra, pelo “som”, /Ənd/ (end, em Inglês – que significa “fim, final”). Pronome depois do verbo!
 Mesóclise – pronome oblíquo no **Meio** do verbo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.^a ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 3* – 7.^a ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SITE

Disponível em: <<http://www.portugues.com.br/gramatica/colocacao-pronominal-.html>>

9. SUBSTANTIVO

Substantivo é a classe gramatical de palavras variáveis, as quais denominam todos os seres que existem, sejam reais ou imaginários. Além de objetos, pessoas e fenômenos, os substantivos também nomeiam:

- lugares: *Alemanha, Portugal*
- sentimentos: *amor, saudade*
- estados: *alegria, tristeza*
- qualidades: *honestidade, sinceridade*
- ações: *corrida, pescaria*

Morfossintaxe do substantivo

Nas orações, geralmente o substantivo exerce funções diretamente relacionadas com o verbo: atua como núcleo do sujeito, dos complementos verbais (objeto direto ou indireto) e do agente da passiva, podendo, ainda, funcionar como núcleo do complemento nominal ou do aposto, como núcleo do predicativo do sujeito, do objeto ou como núcleo do vocativo. Também encontramos substantivos como núcleos de adjuntos adnominais e de adjuntos adverbiais - quando essas funções são desempenhadas por grupos de palavras.

Classificação dos Substantivos

A) Substantivos Comuns e Próprios

Observe a definição:

Cidade: s.f. 1. *Povoação maior que vila, com muitas casas e edifícios, dispostos em ruas e avenidas (no Brasil, toda a sede de município é cidade).* 2. *O centro de uma cidade (em oposição aos bairros).*

Qualquer “povoação maior que vila, com muitas casas e edifícios, dispostos em ruas e avenidas” será chamada *cidade*. Isso significa que a palavra *cidade* é um substantivo comum.

Substantivo Comum é aquele que designa os seres de uma mesma espécie de forma genérica: *cidade, menino, homem, mulher, país, cachorro*.

Estamos voando para Barcelona.

O substantivo *Barcelona* designa apenas um ser da espécie *cidade*. *Barcelona* é um substantivo próprio – aquele que designa os seres de uma mesma espécie de forma particular: *Londres, Paulinho, Pedro, Tietê, Brasil*.

B) Substantivos Concretos e Abstratos

B.1 Substantivo Concreto: é aquele que designa o ser que existe, independentemente de outros seres.

Observação:

Os substantivos concretos designam seres do mundo real e do mundo imaginário.

Seres do mundo real: *homem, mulher, cadeira, cobra, Brasília*.

Seres do mundo imaginário: *saci, mãe-d'água, fantasma*.

B.2 Substantivo Abstrato: é aquele que designa seres que dependem de outros para se manifestarem ou existirem. Por exemplo: a beleza não existe por si só, não pode ser observada. Só podemos observar a beleza numa pessoa ou coisa que seja bela. A beleza depende de outro ser para se manifestar. Portanto, a palavra *beleza* é um substantivo abstrato.

Os substantivos abstratos designam estados, qualidades, ações e sentimentos dos seres, dos quais podem ser abstraídos, e sem os quais não podem existir: *vida* (estado), *rapidez* (qualidade), *viagem* (ação), *saudade* (sentimento).

• Substantivos Coletivos

Ele vinha pela estrada e foi picado por uma abelha, outra abelha, mais outra abelha.

Ele vinha pela estrada e foi picado por várias abelhas.

Ele vinha pela estrada e foi picado por um enxame.

Note que, no primeiro caso, para indicar plural, foi necessário repetir o substantivo: *uma abelha, outra abelha, mais outra abelha*. No segundo caso, utilizaram-se duas palavras no plural. No terceiro, empregou-se um substantivo no singular (*enxame*) para designar um conjunto de seres da mesma espécie (*abelhas*).

O substantivo *enxame* é um substantivo **coletivo**.

Substantivo Coletivo: é o *substantivo comum* que, mesmo estando no singular, designa um conjunto de seres da mesma espécie.

Substantivo coletivo	Conjunto de:
assembleia	pessoas reunidas
alcateia	lobos
acervo	livros
antologia	trechos literários selecionados

arquipélago	ilhas
banda	músicos
bando	desordeiros ou malfeitores
banca	examinadores
batalhão	soldados
cardume	peixes
caravana	viajantes peregrinos
cacho	frutas
cancioneiro	canções, poesias líricas
colmeia	abelhas
concílio	bispos
congresso	parlamentares, cientistas
elenco	atores de uma peça ou filme
esquadra	navios de guerra
enxoval	roupas
falange	soldados, anjos
fauna	animais de uma região
feixe	lenha, capim
flora	vegetais de uma região
frota	navios mercantes, ônibus
girândola	fogos de artifício
horda	bandidos, invasores
junta	médicos, bois, credores, examinadores
júri	jurados
legião	soldados, anjos, demônios
leva	presos, recrutas
malta	malfeitores ou desordeiros
manada	búfalos, bois, elefantes,
matilha	cães de raça
molho	chaves, verduras
multidão	pessoas em geral
nuvem	insetos (gafanhotos, mosquitos, etc.)
penca	bananas, chaves
pinacoteca	pinturas, quadros
quadilha	ladrões, bandidos
ramalhete	flores
rebanho	ovelhas
repertório	peças teatrais, obras musicais
réstia	alhos ou cebolas
romanceiro	poesias narrativas
revoada	pássaros

sínodo	párocos
talha	lenha
tropa	muars, soldados
turma	estudantes, trabalhadores
vara	porcos

Formação dos Substantivos

A) Substantivos Simples e Compostos

Chuva - subst. Fem. 1 - água caindo em gotas sobre a terra.

O substantivo *chuva* é formado por um único elemento ou radical. É um substantivo simples.

A.1 Substantivo Simples: é aquele formado por um único elemento.

Outros substantivos simples: *tempo, sol, sofá*, etc. Veja agora: O substantivo *guarda-chuva* é formado por dois elementos (*guarda + chuva*). Esse substantivo é composto.

A.2 Substantivo Composto: é aquele formado por dois ou mais elementos. Outros exemplos: *beija-flor, passatempo*.

B) Substantivos Primitivos e Derivados

B.1 Substantivo Primitivo: é aquele que não deriva de nenhuma outra palavra da própria língua portuguesa. O substantivo *limoeiro*, por exemplo, é derivado, pois se originou a partir da palavra *limão*.

B.2 Substantivo Derivado: é aquele que se origina de outra palavra.

Flexão dos substantivos

O substantivo é uma classe variável. A palavra é variável quando sofre flexão (variação). A palavra *menino*, por exemplo, pode sofrer variações para indicar:

Plural: *meninos* / Feminino: *menina* / Aumentativo: *meninão* / Diminutivo: *menininho*

A) Flexão de Gênero

Gênero é um princípio puramente linguístico, não devendo ser confundido com "sexo". O gênero diz respeito a todos os substantivos de nossa língua, quer se refiram a seres animais providos de sexo, quer designem apenas "coisas": *o gato/a gata; o banco, a casa*.

Na língua portuguesa, há dois gêneros: *masculino e feminino*. Pertencem ao gênero masculino os substantivos que podem vir precedidos dos artigos *o, os, um, uns*. Veja estes títulos de filmes:

O velho e o mar
Um Natal inesquecível
Os reis da praia

Pertencem ao gênero feminino os substantivos que podem vir precedidos dos artigos *a, as, uma, umas*:

A história sem fim
Uma cidade sem passado
As tartarugas ninjas

Substantivos Biformes e Substantivos Uniformes

1. Substantivos Biformes (= duas formas): apresentam uma forma para cada gênero: *gato – gata, homem – mulher, poeta – poetisa, prefeito – prefeita*

2. Substantivos Uniformes: apresentam uma única forma, que serve tanto para o masculino quanto para o feminino. Classificam-se em:

A) Epícenos: referentes a animais. A distinção de sexo se faz mediante a utilização das palavras “macho” e “fêmea”: *a cobra macho e a cobra fêmea, o jacaré macho e o jacaré fêmea*.

B) Sobrecomuns: substantivos uniformes referentes a pessoas de ambos os sexos: *a criança, a testemunha, a vítima, o cônjuge, o gênio, o ídolo, o indivíduo*.

C) Comuns de Dois ou Comum de Dois Gêneros: indicam o sexo das pessoas por meio do artigo: *o colega e a colega, o doente e a doente, o artista e a artista*.

Substantivos de origem grega terminados em *ema* ou *oma* são masculinos: *o fonema, o poema, o sistema, o sintoma, o teorema*.

- Existem certos substantivos que, variando de gênero, variam em seu significado:

o águia (vigariista) e *a águia* (ave; perspicaz); *o cabeça* (líder) e *a cabeça* (parte do corpo); *o capital* (dinheiro) e *a capital* (cidade); *o coma* (sono mórbido) e *a coma* (cabeleira, juba); *o lente* (professor) e *a lente* (vidro de aumento); *o moral* (estado de espírito) e *a moral* (ética; conclusão); *o praça* (soldado raso) e *a praça* (área pública); *o rádio* (aparelho receptor) e *a rádio* (estação emissora).

Formação do Feminino dos Substantivos Biformes

Regra geral: troca-se a terminação -o por -a: *aluno – aluna*.

- Substantivos terminados em -ês: acrescenta-se -a ao masculino: *freguês – freguesa*
- Substantivos terminados em -ão: fazem o feminino de três formas:

1. troca-se -ão por -oa. = *patrão – patroa*

2. troca-se -ão por -ã. = *campeão – campeã*

3. troca-se -ão por -ona. = *solteirão – solteirona*

Exceções: *barão – baronesa, ladrão – ladra, sultão – sultana*

- Substantivos terminados em -or: acrescenta-se -a ao masculino = *doutor – doutora*
troca-se -or por -triz: = *imperador – imperatriz*

- Substantivos com feminino em -esa, -essa, -isa: *cônsul – consulesa / abade – abadessa / poeta – poetisa / duque – duquesa / conde – condessa / profeta – profetisa*

- Substantivos que formam o feminino trocando o -e final por -a: *elefante – elefanta*

- Substantivos que têm radicais diferentes no masculino e no feminino: *bode – cabra / boi – vaca*
- Substantivos que formam o feminino de maneira especial, isto é, não seguem nenhuma das regras anteriores: *czar – czarina, réu – ré*

Formação do Feminino dos Substantivos Uniformes

Epícenos:

Novo jacaré escapa de policiais no rio Pinheiros.

Não é possível saber o sexo do jacaré em questão. Isso ocorre porque o substantivo jacaré tem apenas uma forma para indicar o masculino e o feminino.

Alguns nomes de animais apresentam uma só forma para designar os dois sexos. Esses substantivos são chamados de epícenos. No caso dos epícenos, quando houver a necessidade de especificar o sexo, utilizam-se palavras macho e fêmea.

A cobra macho picou o marinheiro.

A cobra fêmea escondeu-se na bananeira.

Sobrecomuns:

Entregue as crianças à natureza.

A palavra *crianças* se refere tanto a seres do sexo masculino, quanto a seres do sexo feminino. Nesse caso, nem o artigo nem um possível adjetivo permitem identificar o sexo dos seres a que se refere a palavra. Veja:

A criança chorona chamava-se João.

A criança chorona chamava-se Maria.

Outros substantivos sobrecomuns:

a criatura = *João é uma boa criatura. Maria é uma boa criatura.*

o cônjuge = *O cônjuge de João faleceu. O cônjuge de Marcela faleceu*

Comuns de Dois Gêneros:

Motorista tem acidente idêntico 23 anos depois.

Quem sofreu o acidente: um homem ou uma mulher? É impossível saber apenas pelo título da notícia, uma vez que a palavra *motorista* é um substantivo uniforme.

A distinção de gênero pode ser feita através da análise do artigo ou adjetivo, quando acompanharem o substantivo: *o colega – a colega; o imigrante – a imigrante; um jovem – uma jovem; artista famoso – artista famosa; repórter francês – repórter francesa*

A palavra *personagem* é usada indistintamente nos dois gêneros. Entre os escritores modernos nota-se acentuada preferência pelo masculino: *O menino descobriu nas nuvens os personagens dos contos de carochinha.*

Com referência à mulher, deve-se preferir o feminino: *O problema está nas mulheres de mais idade, que não aceitam a personagem.*

Diz-se: *o (ou a) manequim Marcela, o (ou a) modelo fotográfico Ana Belmonte.*

Masculinos: o tapa, o eclipse, o lança-perfume, o dó (pena), o sanduíche, o clarinete, o champanha, o sósia, o maracajá, o clã, o herpes, o pijama, o suéter, o soprano, o proclama, o pernoite, o púbis.

Femininos: a dinamite, a derme, a hélice, a omoplata, a cataplasma, a pane, a mascote, a gênese, a entorse, a libido, a cal, a faringe, a cólera (doença), a ubá (canoa).

São geralmente masculinos os substantivos de origem grega terminados em -ma: o grama (peso), o quilograma, o plasma, o apostema, o diagrama, o epigrama, o telefonema, o estratagema, o dilema, o teorema, o trema, o eczema, o edema, o magma, o estigma, o axioma, o tracoma, o hematoma.

Exceções: a cataplasma, a celeuma, a fleuma, etc.

Gênero dos Nomes de Cidades - Com raras exceções, nomes de cidades são femininos: A histórica Ouro Preto. / A dinâmica São Paulo. / A acolhedora Porto Alegre. / Uma Londres imensa e triste.

Exceções: o Rio de Janeiro, o Cairo, o Porto, o Havre.

Gênero e Significação

Muitos substantivos têm uma significação no masculino e outra no feminino. Observe:

o baliza (soldado que, que à frente da tropa, indica os movimentos que se deve realizar em conjunto; o que vai à frente de um bloco carnavalesco, manejando um bastão), a baliza (marco, estaca; sinal que marca um limite ou proibição de trânsito), o cabeça (chefe), a cabeça (parte do corpo), o cisma (separação religiosa, dissidência), a cisma (ato de cismar, desconfiança), o cinza (a cor cinzenta), a cinza (resíduos de combustão), o capital (dinheiro), a capital (cidade), o coma (perda dos sentidos), a coma (cabeleira), o coral (pólipos, a cor vermelha, canto em coro), a coral (cobra venenosa), o crisma (óleo sagrado, usado na administração da crisma e de outros sacramentos), a crisma (sacramento da confirmação), o cura (pároco), a cura (ato de curar), o estepe (pneu sobressalente), a estepe (vasta planície de vegetação), o guia (pessoa que guia outras), a guia (documento, pena grande das asas das aves), o grama (unidade de peso), a grama (relva), o caixa (funcionário da caixa), a caixa (recipiente, setor de pagamentos), o lente (professor), a lente (vidro de aumento), o moral (ânimo), a moral (honestidade, bons costumes, ética), o nascente (lado onde nasce o Sol), a nascente (a fonte), o maria-fumaça (trem como locomotiva a vapor), maria-fumaça (locomotiva movida a vapor), o pala (poncho), a pala (parte anterior do boné ou quepe, anteparo), o rádio (aparelho receptor), a rádio (emissora), o voga (remador), a voga (moda).

B) Flexão de Número do Substantivo

Em português, há dois números gramaticais: o singular, que indica um ser ou um grupo de seres, e o plural, que indica mais de um ser ou grupo de seres. A característica do plural é o "s" final.

Plural dos Substantivos Simples

Os substantivos terminados em vogal, ditongo oral e "n" fazem o plural pelo acréscimo de "s": pai - pais; mãe - mães; hífen - hífen (sem acento, no plural).

Exceção: cânion - cânions.

Os substantivos terminados em "m" fazem o plural em "ns": homem - homens.

Os substantivos terminados em "r" e "z" fazem o plural pelo acréscimo de "es": revólver - revólveres; raiz - raízes.

Atenção:

O plural de caráter é caracteres.

Os substantivos terminados em al, el, ol, ul flexionam-se no plural, trocando o "l" por "is": quintal - quintais; caracol - caracóis; hotel - hotéis. Exceções: mal e males, cônsul e cônsules.

Os substantivos terminados em "il" fazem o plural de duas maneiras:

1. Quando oxítonos, em "is": canil - canis
2. Quando paroxítonos, em "eis": míssil - mísseis.

Observação:

A palavra réptil pode formar seu plural de duas maneiras: répteis ou reptis (pouco usada).

Os substantivos terminados em "s" fazem o plural de duas maneiras:

1. Quando monossilábicos ou oxítonos, mediante o acréscimo de "es": ás - ases / retrós - retroses
2. Quando paroxítonos ou proparoxítonos, ficam invariáveis: o lápis - os lápis / o ônibus - os ônibus.

Os substantivos terminados em "ão" fazem o plural de três maneiras.

1. substituindo o -ão por -ões: ação - ações
2. substituindo o -ão por -ães: cão - cães
3. substituindo o -ão por -ãos: grão - grãos

Observação:

Muitos substantivos terminados em "ão" apresentam dois - e até três - plurais:

aldeão - aldeões/aldeães/aldeãos	ancião -
anciões/anciães/anciãos	
charlatão - charlatões/charlatães	corrimão -
corrimãos/corrimões	
guardião - guardiões/guardiães	vilão - vilões/vilões/vilães

Os substantivos terminados em "x" ficam invariáveis: o látex - os látex.

Plural dos Substantivos Compostos

A formação do plural dos substantivos compostos depende da forma como são grafados, do tipo de palavras que formam o composto e da relação que estabelecem entre si. Aqueles que são grafados sem hífen comportam-se como os substantivos simples: aguardente/aguardentes, girassol/girassóis, pontapé/pontapés, malmequer/malmequeres.

O plural dos substantivos compostos cujos elementos são ligados por hífen costuma provocar muitas dúvidas e discussões. Algumas orientações são dadas a seguir:

A) Flexionam-se os dois elementos, quando formados de:
 substantivo + substantivo = *couve-flor e couves-flores*
 substantivo + adjetivo = *amor-perfeito e amores-perfeitos*
 adjetivo + substantivo = *gentil-homem e gentis-homens*
 numeral + substantivo = *quinta-feira e quintas-feiras*

B) Flexiona-se somente o segundo elemento, quando formados de:
 verbo + substantivo = *guarda-roupa e guarda-roupas*
 palavra invariável + palavra variável = *alto-falante e alto-falantes*
 palavras repetidas ou imitativas = *reco-reco e reco-recos*

C) Flexiona-se somente o primeiro elemento, quando formados de:
 substantivo + preposição clara + substantivo = *água-de-colônia e águas-de-colônia*
 substantivo + preposição oculta + substantivo = *cavalo-vapor e cavalos-vapor*
 substantivo + substantivo que funciona como determinante do primeiro, ou seja, especifica a função ou o tipo do termo anterior: *palavra-chave - palavras-chave, bomba-relógio - bombas-relógio, homem-rã - homens-rã, peixe-espada - peixes-espada*.

D) Permanecem invariáveis, quando formados de:
 verbo + advérbio = *o bota-fora e os bota-fora*
 verbo + substantivo no plural = *o saca-rolhas e os saca-rolhas*

Casos Especiais

<i>o louva-a-deus e os louva-a-deus</i>
<i>o bem-te-vi e os bem-te-vis</i>
<i>o bem-me-quer e os bem-me-queres</i>
<i>o João-ninguém e os Joões-ninguém</i>

Plural das Palavras Substantivadas

As palavras substantivadas, isto é, palavras de outras classes gramaticais usadas como substantivo, apresentam, no plural, as flexões próprias dos substantivos.

Pese bem os prós e os contras.

O aluno errou na prova dos nove.

Ouça com a mesma serenidade os sims e os não.

Observação:

Numerais substantivados terminados em "s" ou "z" não variam no plural: *Nas provas mensais consegui muitos seis e alguns dez.*

Plural dos Diminutivos

Flexiona-se o substantivo no plural, retira-se o "s" final e acrescenta-se o sufixo diminutivo.

<i>pãe(s) + zinhos = pãezinhos</i>
<i>animai(s) + zinhos = animaizinhos</i>
<i>botõe(s) + zinhos = botõezinhos</i>
<i>chapéu(s) + zinhos = chapeuzinhos</i>
<i>farói(s) + zinhos = faroizinhos</i>
<i>tren(s) + zinhos = trenzinhos</i>
<i>colhere(s) + zinhas = colherezinhas</i>
<i>flore(s) + zinhas = florezinhas</i>
<i>mão(s) + zinhas = mãozinhas</i>
<i>papêi(s) + zinhos = papezinhos</i>
<i>nuven(s) + zinhas = nuvenzinhas</i>
<i>funi(s) + zinhos = funizinhos</i>
<i>túnei(s) + zinhos = tuneizinhos</i>
<i>pai(s) + zinhos = paizinhos</i>
<i>pé(s) + zinhos = pezinhos</i>
<i>pé(s) + zitos = pezitos</i>

Plural dos Nomes Próprios Personativos

Devem-se pluralizar os nomes próprios de pessoas sempre que a terminação preste-se à flexão.

Os Napoleões também são derrotados.

As Raquéis e Esteres.

Plural dos Substantivos Estrangeiros

Substantivos ainda não aportuguesados devem ser escritos como na língua original, acrescentando-se "s" (exceto quando terminam em "s" ou "z"): *os shows, os shorts, os jazz*.

Substantivos já aportuguesados flexionam-se de acordo com as regras de nossa língua: *os clubes, os chopes, os jipes, os esportes, as toaletes, os bibelôs, os garçons, os réquiens*.

Observe o exemplo: *Este jogador faz gols toda vez que joga.*

O plural correto seria *gois (ô)*, mas não se usa.

Plural com Mudança de Timbre

Certos substantivos formam o plural com mudança de timbre da vogal tônica (o fechado / o aberto). É um fato fonético chamado metafonía (**plural metafônico**).

Singular	Plural
<i>Corpo (ô)</i>	<i>Corpos (ó)</i>
<i>Esforço</i>	<i>Esforços</i>
<i>Fogo</i>	<i>Fogos</i>
<i>Forno</i>	<i>Fornos</i>

Fosso	Fossos
Imposto	Impostos
Olho	Olhos
Osso (ô)	Ossos (ô)
Ovo	Ovos
Poço	Poços
Porto	Portos
Posto	Postos
Tijolo	Tijolos

Têm a vogal tônica fechada (ô): *adornos, almoços, bolsos, esposos, estojos, globos, gostos, polvos, rolos, soros*, etc.

Observação:

Distinga-se molho (ô) = caldo (molho de carne), de molho (ó) = feixe (molho de lenha).

Há substantivos que só se usam no singular: *o sul, o norte, o leste, o oeste, a fé*, etc.

Outros só no plural: *as núpcias, os víveres, os pêsames, as espadas/os paus (naipes de baralho), as fezes*.

Outros, enfim, têm, no plural, sentido diferente do singular: *bem (virtude) e bens (riquezas), honra (probidade, bom nome) e honras (homenagem, títulos)*.

Usamos, às vezes, os substantivos no singular, mas com sentido de plural: *Aqui morreu muito negro*.

Celebraram o sacrifício divino muitas vezes em capelas improvisadas.

C) Flexão de Grau do Substantivo

Grau é a propriedade que as palavras têm de exprimir as variações de tamanho dos seres.

Classifica-se em:

1. Grau Normal - Indica um ser de tamanho considerado normal. Por exemplo: *casa*

2. Grau Aumentativo - Indica o aumento do tamanho do ser. Classifica-se em:

Análítico = o substantivo é acompanhado de um adjetivo que indica grandeza. Por exemplo: *casa grande*.

Sintético = é acrescido ao substantivo um sufixo indicador de aumento. Por exemplo: *casarão*.

3. Grau Diminutivo - Indica a diminuição do tamanho do ser. Pode ser:

Análítico = substantivo acompanhado de um adjetivo que indica pequenez. Por exemplo: *casa pequena*.

Sintético = é acrescido ao substantivo um sufixo indicador de diminuição. Por exemplo: *casinha*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português linguagens: volume 1 – 7.ª ed. Reform.* – São Paulo: Saraiva, 2010.

CAMPEDELLI, Samira Yousseff. *Português – Literatura, Produção de Texto & Gramática – Volume único / Samira Yousseff Campedelli, Jésus Barbosa Souza*. – 3.ª edição – São Paulo: Saraiva, 2002.

SITE

Disponível em: <<http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf12.php>>

10. VERBO

Verbo é a palavra que se flexiona em pessoa, número, tempo e modo. A estes tipos de flexão verbal dá-se o nome de **conjugação** (por isso também se diz que verbo é a palavra que pode ser conjugada). Pode indicar, entre outros processos: ação (*amarrar*), estado (*sou*), fenômeno (*choverá*); ocorrência (nascer); desejo (querer).

Estrutura das Formas Verbais

Do ponto de vista estrutural, o verbo pode apresentar os seguintes elementos:

A) Radical: é a parte invariável, que expressa o significado essencial do verbo. Por exemplo: *fal-ei; fal-ava; fal-am*. (radical *fal-*)

B) Tema: é o radical seguido da vogal temática que indica a conjugação a que pertence o verbo. Por exemplo: *fala-r*. São três as conjugações:

1.ª - Vogal Temática - **A** - (*falar*), 2.ª - Vogal Temática - **E** - (*vender*), 3.ª - Vogal Temática - **I** - (*partir*).

C) Desinência modo-temporal: é o elemento que designa o tempo e o modo do verbo. Por exemplo:

falávamos (indica o pretérito imperfeito do indicativo) / *falasse* (indica o pretérito imperfeito do subjuntivo)

D) Desinência número-pessoal: é o elemento que designa a pessoa do discurso (1.ª, 2.ª ou 3.ª) e o número (singular ou plural):

falamos (indica a 1.ª pessoa do plural.) / *falavam* (indica a 3.ª pessoa do plural.)



FIQUE ATENTO!

O verbo *pôr*, assim como seus derivados (*compor, repor, depor*), pertencem à 2.ª conjugação, pois a forma arcaica do verbo *pôr* era *poer*. A vogal "e", apesar de haver desaparecido do infinitivo, revela-se em algumas formas do verbo: *põe, pões, põem*, etc.

Formas Rizotônicas e Arrizotônicas

Ao combinarmos os conhecimentos sobre a estrutura dos verbos com o conceito de acentuação tônica, percebemos com facilidade que nas formas rizotônicas o acento tônico cai no radical do verbo: *opino, aprendam, amo*, por exemplo. Nas formas arrizotônicas, o acento

tônico não cai no radical, mas sim na terminação verbal (fora do radical): *opinei, aprenderão, amaríamos*.

Classificação dos Verbos

Classificam-se em:

A) Regulares: são aqueles que apresentam o radical inalterado durante a conjugação e desinências idênticas às de todos os verbos regulares da mesma conjugação. Por exemplo: comparemos os verbos "cantar" e "falar", conjugados no presente do Modo Indicativo:

<i>Canto</i>	<i>Falo</i>
<i>Cantas</i>	<i>Falas</i>
<i>Canta</i>	<i>Falas</i>
<i>Cantamos</i>	<i>Falamos</i>
<i>Cantais</i>	<i>Falais</i>



#FicaDica

Observe que, retirando os radicais, as desinências modo-temporal e número-pessoal mantiveram-se idênticas. Tente fazer com outro verbo e perceberá que se repetirá o fato (desde que o verbo seja da primeira conjugação e regular!). Faça com o verbo "andar", por exemplo. Substitua o radical "cant" e coloque o "and" (radical do verbo andar). Viu? Fácil!

B) Irregulares: são aqueles cuja flexão provoca alterações no radical ou nas desinências: *faço, fiz, farei, fizesse*.

Observação:

Alguns verbos sofrem alteração no radical apenas para que seja mantida a sonoridade. É o caso de: *corrigir/corrijo, fingir/finjo, tocar/toquei*, por exemplo. Tais alterações não caracterizam irregularidade, porque o fonema permanece inalterado.

C) Defectivos: são aqueles que não apresentam conjugação completa. Os principais são *adequar, precaver, computar, reaver, abolir, falir*.

D) Impessoais: são os verbos que não têm sujeito e, normalmente, são usados na terceira pessoa do singular. Os principais verbos impessoais são:

1. Haver, quando sinônimo de *existir, acontecer, realizar-se* ou *fazer* (em orações temporais).

Havia muitos candidatos no dia da prova. (Havia = Existiam)

Houve duas guerras mundiais. (Houve = Aconteceram)

Haverá debates hoje. (Haverá = Realizar-se-ão)

Viajei a Madri há muitos anos. (há = faz)

2. Fazer, ser e estar (quando indicam tempo)

Faz invernos rigorosos na Europa.

Era primavera quando o conheci.

Estava frio naquele dia.

3. Todos os verbos que indicam fenômenos da natureza são impessoais: *chover, ventar, nevar, gear, trovejar, amanhecer, escurecer*, etc. Quando, porém, se constrói, "*Amanheci cansado*", usa-se o verbo "amanhecer" em sentido figurado. Qualquer verbo impessoal, empregado em sentido figurado, deixa de ser impessoal para ser pessoal, ou seja, terá conjugação completa.

Amanheci cansado. (Sujeito desinencial: eu)

Choveram candidatos ao cargo. (Sujeito: candidatos)

Fiz quinze anos ontem. (Sujeito desinencial: eu)

4. O verbo passar (seguido de preposição), indicando tempo: *Já passa das seis*.

5. Os verbos bastar e chegar, seguidos da preposição "de", indicando suficiência:

Basta de tolices.

Chega de promessas.

6. Os verbos estar e ficar em orações como "*Está bem, Está muito bem assim, Não fica bem, Fica mal*", sem referência a sujeito expresso anteriormente (por exemplo: "*ele está mal*"). Podemos, nesse caso, classificar o sujeito como hipotético, tornando-se, tais verbos, pessoais.

7. O verbo dar + para da língua popular, equivalente de "ser possível". Por exemplo:

Não deu para chegar mais cedo.

Dá para me arrumar uma apostila?

E) Unipessoais: são aqueles que, tendo sujeito, conjugam-se apenas nas terceiras pessoas, do singular e do plural. São unipessoais os verbos *constar, convir, ser* (= preciso, necessário) e todos os que indicam vozes de animais (*cacarejar, cricilar, miar, latir, piar*).

Os verbos unipessoais podem ser usados como verbos pessoais na linguagem figurada:

Teu irmão amadureceu bastante.

O que é que aquela garota está cacarejando?

Principais verbos unipessoais:

• **Cumprir, importar, convir, doer, aprazer, parecer, ser** (preciso, necessário):

Cumpre estudarmos bastante. (Sujeito: estudarmos bastante)

Parece que vai chover. (Sujeito: que vai chover)

É preciso que chova. (Sujeito: que chova)

• **Fazer e ir**, em orações que dão ideia de tempo, seguidos da conjunção *que*.

Faz dez anos que viajei à Europa. (Sujeito: que viajei à Europa)

Vai para (ou *Vai em* ou *Vai por*) *dez anos que não a vejo*. (Sujeito: *que não a vejo*)

F) Abundantes: são aqueles que possuem duas ou mais formas equivalentes, geralmente no particípio, em que, além das formas regulares terminadas em *-ado* ou *-ido*, surgem as chamadas formas curtas (particípio irregular). O particípio regular (terminado em “-do”) é utilizado na voz ativa, ou seja, com os verbos *ter* e *haver*; o irregular é empregado na voz passiva, ou seja, com os verbos *ser*, *ficar* e *estar*. Observe:

Infinitivo	Particípio Regular	Particípio Irregular
<i>Aceitar</i>	<i>Aceitado</i>	<i>Aceito</i>
<i>Acender</i>	<i>Acendido</i>	<i>Aceso</i>
<i>Anexar</i>	<i>Anexado</i>	<i>Anexo</i>
<i>Benzer</i>	<i>Benzido</i>	<i>Bento</i>
<i>Corrigir</i>	<i>Corrigido</i>	<i>Correto</i>
<i>Dispersar</i>	<i>Dispersado</i>	<i>Disperso</i>
<i>Eleger</i>	<i>Elegido</i>	<i>Eleito</i>
<i>Envolver</i>	<i>Envolvido</i>	<i>Envolto</i>
<i>Imprimir</i>	<i>Imprimido</i>	<i>Impresso</i>
<i>Inserir</i>	<i>Inserido</i>	<i>Inserto</i>
<i>Limpar</i>	<i>Limpado</i>	<i>Limpo</i>
<i>Matar</i>	<i>Matado</i>	<i>Morto</i>
<i>Misturar</i>	<i>Misturado</i>	<i>Misto</i>
<i>Morrer</i>	<i>Morrido</i>	<i>Morto</i>
<i>Murchar</i>	<i>Murchado</i>	<i>Murcho</i>
<i>Pegar</i>	<i>Pegado</i>	<i>Pego</i>
<i>Romper</i>	<i>Rompido</i>	<i>Roto</i>
<i>Soltar</i>	<i>Soltado</i>	<i>Solto</i>
<i>Suspender</i>	<i>Suspendido</i>	<i>Suspenso</i>
<i>Tingir</i>	<i>Tingido</i>	<i>Tinto</i>
<i>Vagar</i>	<i>Vagado</i>	<i>Vago</i>

Estes verbos e seus derivados possuem, **apenas**, o particípio irregular: *abrir/aberto*, *cobrir/coberto*, *dizer/dito*, *escrever/escrito*, *pôr/posto*, *ver/visto*, *vir/vindo*.

G) Anômalos: são aqueles que incluem mais de um radical em sua conjugação. Existem apenas dois: *ser* (*sou*, *sois*, *fui*) e *ir* (*fui*, *ia*, *vades*).

H) Auxiliares: São aqueles que entram na formação dos tempos compostos e das locuções verbais. O **verbo principal** (aquele que exprime a ideia fundamental, mais importante), quando acompanhado de verbo auxiliar, é expresso numa das formas nominais: *infinitivo*, *gerúndio* ou *particípio*.

Vou *espantar* *todos!*
(verbo auxiliar) (verbo principal no infinitivo)

Está *chegando* *a* *hora!*
(verbo auxiliar) (verbo principal no gerúndio)

Observação:

Os verbos auxiliares mais usados são: *ser*, *estar*, *ter* e *haver*.

Conjugação dos Verbos Auxiliares

SER - Modo Indicativo

Presente	Pret. Perfeito	Pret. Imp.	Pret. mais-que-perf.	Fut.do Pres.	Fut. Pretérito do
<i>Sou</i>	<i>Fui</i>	<i>Era</i>	<i>Fora</i>	<i>Serei</i>	<i>Seria</i>
<i>És</i>	<i>Foste</i>	<i>Eras</i>	<i>Foras</i>	<i>Serás</i>	<i>Serias</i>
<i>É</i>	<i>Foi</i>	<i>Era</i>	<i>Fora</i>	<i>Será</i>	<i>Seria</i>
<i>Somos</i>	<i>Fomos</i>	<i>Éramos</i>	<i>Fôramos</i>	<i>Seremos</i>	<i>Seríamos</i>
<i>Sois</i>	<i>Fostes</i>	<i>Éreis</i>	<i>Fôreis</i>	<i>Sereis</i>	<i>Serieis</i>
<i>São</i>	<i>Foram</i>	<i>Eram</i>	<i>Foram</i>	<i>Serão</i>	<i>Seriam</i>

SER - Modo Subjuntivo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro
<i>que eu seja</i>	<i>se eu fosse</i>	<i>quando eu for</i>
<i>que tu sejas</i>	<i>se tu fosses</i>	<i>quando tu fores</i>
<i>que ele seja</i>	<i>se ele fosse</i>	<i>quando ele for</i>
<i>que nós sejamos</i>	<i>se nós fôssemos</i>	<i>quando nós formos</i>
<i>que vós sejais</i>	<i>se vós fôsseis</i>	<i>quando vós fordes</i>
<i>que eles sejam</i>	<i>se eles fossem</i>	<i>quando eles forem</i>

SER - Modo Imperativo

Afirmativo	Negativo
<i>sê tu</i>	<i>não sejas tu</i>
<i>seja você</i>	<i>não seja você</i>
<i>sejamos nós</i>	<i>não sejamos nós</i>
<i>sede vós</i>	<i>não sejais vós</i>
<i>sejam vocês</i>	<i>não sejam vocês</i>

SER - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal	Infinitivo Pessoal	Gerúndio	Particípio
<i>ser</i>	<i>ser eu</i>	<i>sendo</i>	<i>sido</i>
	<i>seres tu</i>		
	<i>ser ele</i>		
	<i>sermos nós</i>		
	<i>serdes vós</i>		
	<i>serem eles</i>		

ESTAR - Modo Indicativo

Presente	Pret. perf.	Pret. Imp.	Pret.mais-q-perf.	Fut.doPres	Fut.do Preté
<i>estou</i>	<i>estive</i>	<i>estava</i>	<i>estivera</i>	<i>estarei</i>	<i>estaria</i>
<i>estás</i>	<i>estiveste</i>	<i>estavas</i>	<i>estiveras</i>	<i>estarás</i>	<i>estarias</i>
<i>está</i>	<i>esteve</i>	<i>estava</i>	<i>estivera</i>	<i>estará</i>	<i>estaria</i>
<i>estamos</i>	<i>estivemos</i>	<i>estávamos</i>	<i>estivéramos</i>	<i>estaremos</i>	<i>estaríamos</i>
<i>estais</i>	<i>estivestes</i>	<i>estáveis</i>	<i>estivéreis</i>	<i>estareis</i>	<i>estaríaes</i>
<i>estão</i>	<i>estiveram</i>	<i>estavam</i>	<i>estiveram</i>	<i>estarão</i>	<i>estariam</i>

ESTAR Modo Subjuntivo – Imperativo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro	Afirmativo	Negativo
<i>esteja</i>	<i>estivesse</i>	<i>estiver</i>		
<i>estejas</i>	<i>estivesses</i>	<i>estiveres</i>	<i>está</i>	<i>estejas</i>
<i>esteja</i>	<i>estivesse</i>	<i>estiver</i>	<i>esteja</i>	<i>esteja</i>
<i>estejamos</i>	<i>estivéssemos</i>	<i>estivermos</i>	<i>estejamos</i>	<i>estejamos</i>
<i>estejais</i>	<i>estivésseis</i>	<i>estiverdes</i>	<i>estai</i>	<i>estejais</i>
<i>estejam</i>	<i>estivessem</i>	<i>estiverem</i>	<i>estejam</i>	<i>estejam</i>

ESTAR - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal	Infinitivo Pessoal	Gerúndio	Particípio
<i>estar</i>	<i>estar</i>	<i>estando</i>	<i>estado</i>
	<i>estares</i>		
	<i>estar</i>		
	<i>estarmos</i>		
	<i>estardes</i>		
	<i>estarem</i>		

HAYER - Modo Indicativo

Presente	Pret. Perf.	Pret. Imp.	Pret.Mais-Q-Perf.	Fut.do Pres.	Fut.doPreté.
<i>hei</i>	<i>houve</i>	<i>havia</i>	<i>houvera</i>	<i>haverei</i>	<i>haveria</i>
<i>hás</i>	<i>houveste</i>	<i>havas</i>	<i>houveras</i>	<i>haverás</i>	<i>haverias</i>
<i>há</i>	<i>houve</i>	<i>havia</i>	<i>houvera</i>	<i>haverá</i>	<i>haveria</i>
<i>havemos</i>	<i>houvemos</i>	<i>havíamos</i>	<i>houvéramos</i>	<i>havemos</i>	<i>haveríamos</i>
<i>haveis</i>	<i>houvestes</i>	<i>havíeis</i>	<i>houvéreis</i>	<i>haveis</i>	<i>haveríeis</i>
<i>hão</i>	<i>houveram</i>	<i>havam</i>	<i>houveram</i>	<i>haverão</i>	<i>haveriam</i>

HAYER - Modo Subjuntivo e Imperativo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro	Afirmativo	Negativo
<i>ja</i>	<i>houvesse</i>	<i>houver</i>		
<i>hajas</i>	<i>houvesses</i>	<i>houveres</i>	<i>há</i>	<i>hajas</i>
<i>haja</i>	<i>houvesse</i>	<i>houver</i>	<i>haja</i>	<i>haja</i>
<i>hajamos</i>	<i>houvéssemos</i>	<i>houvermos</i>	<i>hajamos</i>	<i>hajamos</i>
<i>hajais</i>	<i>houvésseis</i>	<i>houverdes</i>	<i>havei</i>	<i>hajais</i>
<i>hajam</i>	<i>houvessem</i>	<i>houverem</i>	<i>hajam</i>	<i>hajam</i>

Haver - Formas Nominais

Infinitivo Impessoal	Infinitivo Pessoal	Gerúndio	Particípio
<i>haver</i>	<i>haver</i>	<i>havendo</i>	<i>havido</i>
	<i>haveres</i>		
	<i>haver</i>		
	<i>havermos</i>		
	<i>haverdes</i>		
	<i>haverem</i>		

TER - Modo Indicativo

Presente	Pret. Perf.	Pret. Imp.	Pret. Mais-Q-Perf.	Fut.do Pres.	Fut.do Preté.
<i>tenho</i>	<i>tive</i>	<i>tinha</i>	<i>tivera</i>	<i>tereí</i>	<i>teria</i>
<i>tens</i>	<i>tiveste</i>	<i>tinhas</i>	<i>tiveras</i>	<i>terás</i>	<i>terias</i>
<i>tem</i>	<i>teve</i>	<i>tinha</i>	<i>tivera</i>	<i>terá</i>	<i>teria</i>
<i>temos</i>	<i>tivemos</i>	<i>tínhamos</i>	<i>tivéramos</i>	<i>teremos</i>	<i>teríamos</i>
<i>tendes</i>	<i>tivestes</i>	<i>tínheis</i>	<i>tivéreis</i>	<i>tereis</i>	<i>teríeis</i>
<i>têm</i>	<i>tiveram</i>	<i>tinham</i>	<i>tiveram</i>	<i>terão</i>	<i>teriam</i>

TER - Modo Subjuntivo e Imperativo

Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro	Afirmativo	Negativo
<i>tenha</i>	<i>tivesse</i>	<i>tiver</i>		
<i>tenhas</i>	<i>tivesses</i>	<i>tiveres</i>	<i>tem</i>	<i>tenhas</i>
<i>tenha</i>	<i>tivesse</i>	<i>tiver</i>	<i>tenha</i>	<i>tenha</i>
<i>tenhamos</i>	<i>tivéssemos</i>	<i>tivermos</i>	<i>tenhamos</i>	<i>tenhamos</i>
<i>tenhais</i>	<i>tivésseis</i>	<i>tiverdes</i>	<i>tende</i>	<i>tenhais</i>
<i>tenham</i>	<i>tivessem</i>	<i>tiverem</i>	<i>tenham</i>	<i>tenham</i>

I) Pronominais: São aqueles verbos que se conjugam com os pronomes oblíquos átonos *me, te, se, nos, vos, se*, na mesma pessoa do sujeito, expressando reflexibilidade (*pronominais acidentais*) ou apenas reforçando a ideia já implícita no próprio sentido do verbo (*pronominais essenciais*). Veja:

- **Essenciais:** são aqueles que sempre se conjugam com os pronomes oblíquos *me, te, se, nos, vos, se*. São poucos: *abster-se, ater-se, apiedar-se, atrever-se, dignar-se, arrepender-se*, etc. Nos verbos pronominais essenciais a reflexibilidade já está implícita no radical do verbo. Por exemplo: *Arrependi-me de ter estado lá*.

A ideia é de que a pessoa representada pelo sujeito (eu) tem um sentimento (arrependimento) que recai sobre ela mesma, pois não recebe ação transitiva nenhuma vinda do verbo; o pronome oblíquo átono é apenas uma partícula integrante do verbo, já que, pelo uso, sempre é conjugada com o verbo. Diz-se que o pronome apenas serve de reforço da ideia reflexiva expressa pelo radical do próprio verbo. Veja uma conjugação pronominal essencial (verbo e respectivos pronomes):

Eu me arrepenho, Tu te arrependes, Ele se arrepende, Nós nos arrependemos, Vós vos arrependeis, Eles se arrependem

- **Acidentais:** são aqueles verbos transitivos diretos em que a ação exercida pelo sujeito recai sobre o objeto representado por pronome oblíquo da mesma pessoa do sujeito; assim, o sujeito faz uma ação que recai sobre ele mesmo. Em geral, os verbos transitivos diretos ou transitivos diretos e indiretos podem ser conjugados com os pronomes mencionados, formando o que se chama **voz reflexiva**. Por exemplo: *A garota se penteava*.

A reflexibilidade é acidental, pois a ação reflexiva pode ser exercida também sobre outra pessoa: *A garota penteou-me*.

Por fazerem parte integrante do verbo, os pronomes oblíquos átonos dos verbos pronominais *não possuem função sintática*.

Há verbos que também são acompanhados de pronomes oblíquos átonos, mas que não são essencialmente pronominais - são os **verbos reflexivos**. Nos verbos reflexivos, os pronomes, apesar de se encontrarem na pessoa idêntica à do sujeito, exercem funções sintáticas. Por exemplo:

Eu me feri. = **Eu** (sujeito) - 1.ª pessoa do singular; **me** (objeto direto) - 1.ª pessoa do singular

Modos Verbais

Dá-se o nome de modo às várias formas assumidas pelo verbo na expressão de um fato certo, real, verdadeiro. Existem três modos:

- A) Indicativo** - indica uma certeza, uma realidade: *Eu estudo para o concurso.*
- B) Subjuntivo** - indica uma dúvida, uma possibilidade: *Talvez eu estude amanhã.*
- C) Imperativo** - indica uma ordem, um pedido: *Estude, colega!*

Formas Nominais

Além desses três modos, o verbo apresenta ainda formas que podem exercer funções de nomes (substantivo, adjetivo, advérbio), sendo por isso denominadas *formas nominais*. Observe:

A) Infinitivo

A.1 Impessoal: exprime a significação do verbo de modo vago e indefinido, podendo ter valor e função de substantivo. Por exemplo:

Viver é lutar. (= vida é luta)

É indispensável combater a corrupção. (= combate à)

O infinitivo impessoal pode apresentar-se no presente (forma simples) ou no passado (forma composta). Por exemplo:

É preciso ler este livro.

Era preciso ter lido este livro.

A.2 Infinitivo Pessoal: é o infinitivo relacionado às três pessoas do discurso. Na 1.ª e 3.ª pessoas do singular, não apresenta desinências, assumindo a mesma forma do impessoal; nas demais, flexiona-se da seguinte maneira:

2.ª pessoa do singular: Radical + ES = *teres* (tu)

1.ª pessoa do plural: Radical + MOS = *termos* (nós)

2.ª pessoa do plural: Radical + DES = *terdes* (vós)

3.ª pessoa do plural: Radical + EM = *terem* (eles)

Foste elogiado por teres alcançado uma boa colocação.

B) Gerúndio: o gerúndio pode funcionar como adjetivo ou advérbio. Por exemplo:

Saindo de casa, encontrei alguns amigos. (função de advérbio)

Água fervendo, pele ardendo. (função de adjetivo)

Na forma simples (1), o gerúndio expressa uma ação em curso; na forma composta (2), uma ação concluída:

Trabalhando (1), *aprenderás o valor do dinheiro.*

Tendo trabalhado (2), *aprendeu o valor do dinheiro.*

Quando o gerúndio é vício de linguagem (gerundismo), ou seja, uso exagerado e inadequado do gerúndio:

1. *Enquanto você vai ao mercado, vou estar jogando futebol.*

2. *- Sim, senhora! Vou estar verificando!*

Em 1, a locução "vou estar" + gerúndio é adequada, pois transmite a ideia de uma ação que ocorre no momento da outra; em 2, essa ideia não ocorre, já que a locução verbal "vou estar verificando" refere-se a um futuro em andamento, exigindo, no caso, a construção "verificarei" ou "vou verificar".

C) Particípio: quando não é empregado na formação dos tempos compostos, o particípio indica, geralmente, o resultado de uma ação terminada, flexionando-se em gênero, número e grau. Por exemplo: *Terminados os exames, os candidatos saíram.*

Quando o particípio exprime somente estado, sem nenhuma relação temporal, assume verdadeiramente a função de adjetivo. Por exemplo: *Ela é a aluna escolhida pela turma.*



(Ziraldo)

Tempos Verbais

Tomando-se como referência o momento em que se fala, a ação expressa pelo verbo pode ocorrer em diversos tempos.

A) Tempos do Modo Indicativo

Presente - Expressa um fato atual: *Eu estudo neste colégio.*

Pretérito Imperfeito - Expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual, mas que não foi completamente terminado: *Ele estudava as lições quando foi interrompido.*

Pretérito Perfeito - Expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual e que foi totalmente terminado: *Ele estudou as lições ontem à noite.*

Pretérito-mais-que-perfeito - Expressa um fato ocorrido antes de outro fato já terminado: *Ele já estudara as lições quando os amigos chegaram.* (forma simples).

Futuro do Presente - Enuncia um fato que deve ocorrer num tempo vindouro com relação ao momento atual: *Ele estudará as lições amanhã.*

Futuro do Pretérito - Enuncia um fato que pode ocorrer posteriormente a um determinado fato passado: *Se ele pudesse, estudaria um pouco mais.*

B) Tempos do Modo Subjuntivo

Presente - Enuncia um fato que pode ocorrer no momento atual: *É conveniente que estudes para o exame.*

Pretérito Imperfeito - Expressa um fato passado, mas posterior a outro já ocorrido: *Eu esperava que ele vencesse o jogo.*

Futuro do Presente - Enuncia um fato que pode ocorrer num momento futuro em relação ao atual: *Quando ele vier à loja, levará as encomendas.*



FIQUE ATENTO!

Há casos em que formas verbais de um determinado tempo podem ser utilizadas para indicar outro.

Em 1500, Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil.

descobre = forma do presente indicando passado (= *descobriria/descobriu*)

No próximo final de semana, faço a prova!

faço = forma do presente indicando futuro (= *farei*)

Tabelas das Conjugações Verbais

Modo Indicativo

Presente do Indicativo

1.ª conjugação	2.ª conjugação	3.ª conjugação	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR	
cantO	vendO	partO	O
cantaS	vendeS	parteS	S
canta	vende	parte	-
cantaMOS	vendemos	partimos	MOS
cantaIS	vendeis	partis	IS
cantaM	vendem	partem	M

Pretérito Perfeito do Indicativo

1.ª conjugação	2.ª conjugação	3.ª conjugação	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR	
cantei	vendi	partei	I
cantaSTE	vendeSTE	partiSTE	STE
cantaU	vendeU	partiU	U
cantaMOS	vendemos	partimos	MOS
cantaSTES	vendestes	partistes	STES
cantaRAM	venderam	partiram	RAM

Pretérito mais-que-perfeito

1.ª conjugação	2.ª conjugação	3.ª conjugação 1.ª/2.ª e 3.ª conj	Des. temporal	Desinência pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR		
cantaRA	vendeRA	partiRA	RA	Ø
cantaRAS	vendeRAS	partiRAS	RA	S
cantaRA	vendeRA	partiRA	RA	Ø
cantáRAMOS	vendêRAMOS	partíRAMOS	RA	MOS
cantáREIS	vendêREIS	partíREIS	RE	IS
cantaRAM	vendeRAM	partiRAM	RA	M

Pretérito Imperfeito do Indicativo

1.ª conjugação	2.ª conjugação	3.ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantAVA	vendIA	partIA
cantAVAS	vendIAS	partAS
CantAVA	vendIA	partIA
cantÁVAMOS	vendÍAMOS	partÍAMOS
cantÁVEIS	vendÍEIS	partÍEIS
cantAVAM	vendIAM	partIAM

Futuro do Presente do Indicativo

1.ª conjugação	2.ª conjugação	3.ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantar ei	vender ei	partir ei
cantar ás	vender ás	partir ás
cantar á	vender á	partir á
cantar emos	vender emos	partir emos
cantar eis	vender eis	partir eis
cantar ão	vender ão	partir ão

Futuro do Pretérito do Indicativo

1.ª conjugação	2.ª conjugação	3.ª conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantaria	venderia	partiria
cantarias	venderias	partirias
cantaria	venderia	partiria
cantáramos	venderíamos	partiríamos
cantáreis	venderíeis	partiríeis
cantariam	venderiam	partiriam

Presente do Subjuntivo

Para se formar o presente do subjuntivo, substitui-se a desinência -o da primeira pessoa do singular do presente do indicativo pela desinência -E (nos verbos de 1.ª conjugação) ou pela desinência -A (nos verbos de 2.ª e 3.ª conjugação).

1.ª conjugação	2.ª conjugação	3.ª conjugação	Desinên. Pessoal 1.ª conj.	Des. tem 2.ª/3.ª conj.poral	Des.temporal
CANTAR	VENDER	PARTIR			
cantE	vendA	partA	E	A	Ø
cantES	vendAS	partAS	E	A	S
cantE	vendA	partA	E	A	Ø
cantEMOS	vendAMOS	partAMOS	E	A	MOS
cantEIS	vendAIS	partAIS	E	A	IS
cantEM	vendAM	partAM	E	A	M

Pretérito Imperfeito do Subjuntivo

Para formar o imperfeito do subjuntivo, elimina-se a desinência -STE da 2.ª pessoa do singular do pretérito perfeito, obtendo-se, assim, o tema desse tempo. Acrescenta-se a esse tema a desinência temporal -SSE mais a desinência de número e pessoa correspondente.

1.ª conjugação	2.ª conjugação	3.ª conjugação	Des.temporal 1.ª /2.ª e 3.ª conj.	Desin. pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR		
cantaSSE	vendeSSE	partiSSE	SSE	Ø
cantaSSES	vendeSSES	partiSSES	SSE	S
cantaSSE	vendeSSE	partiSSE	SSE	Ø
cantáSSEMOS	vendêSSEMOS	partísSSEMOS	SSE	MOS
cantáSSEIS	vendêSSEIS	partísSSEIS	SSE	IS
cantaSSEM	vendeSSEM	partiSSEM	SSE	M

Futuro do Subjuntivo

Para formar o futuro do subjuntivo elimina-se a desinência -STE da 2.ª pessoa do singular do pretérito perfeito, obtendo-se, assim, o tema desse tempo. Acrescenta-se a esse tema a desinência temporal -R mais a desinência de número e pessoa correspondente.

1.ª conjugação	2.ª conjugação	3.ª conjugação	Des.temporal 1.ª /2.ª e 3.ª conj.	Desin. pessoal
CANTAR	VENDER	PARTIR		
cantaR	vendeR	partiR	Ø	
cantaRES	vendeRES	partiRES	R	ES
cantaR	vendeR	partiR	R	Ø
cantaRMOS	vendeRMOS	partiRMOS	R	MOS
cantaRDES	vendeRDES	partiRDES	R	DES
cantaREM	vendeREM	partiREM	R	EM

C) Modo Imperativo

Imperativo Afirmativo

Para se formar o imperativo afirmativo, toma-se do presente do indicativo a 2.^a pessoa do singular (tu) e a segunda pessoa do plural (vós) eliminando-se o "S" final. As demais pessoas vêm, sem alteração, do presente do subjuntivo. Veja:

Presente do Indicativo	Imperativo Afirmativo	Presente do Subjuntivo
Eu canto	-	Que eu cante
Tu cantas	Canta tu	Que tu cantes
Ele canta	Cante você	Que ele cante
Nós cantamos	Cantemos nós	Que nós cantemos
Vós cantais	Cantai vós	Que vós canteis
Eles cantam	Cantem vocês	Que eles cantem

Imperativo Negativo

Para se formar o imperativo negativo, basta antecipar a negação às formas do presente do subjuntivo.

Presente do Subjuntivo	Imperativo Negativo
Que eu cante	-
Que tu cantes	Não cantes tu
Que ele cante	Não cante você
Que nós cantemos	Não cantemos nós
Que vós canteis	Não canteis vós
Que eles cantem	Não cantem eles

- No modo imperativo não faz sentido usar na 3.^a pessoa (singular e plural) as formas ele/eles, pois uma ordem, pedido ou conselho só se aplicam diretamente à pessoa com quem se fala. Por essa razão, utiliza-se você/vocês.
- O verbo SER, no imperativo, faz excepcionalmente: *sê (tu), sede (vós)*.

Infinitivo Pessoal

1. ^a conjugação	2. ^a conjugação	3. ^a conjugação
CANTAR	VENDER	PARTIR
cantar	vender	partir
cantarES	venderES	partirES
cantar	vender	partir
cantarMOS	venderMOS	partirMOS
cantarDES	venderDES	partirDES
cantarEM	venderEM	partirEM

- O verbo *parecer* admite duas construções:
Elas parecem gostar de você. (forma uma locução verbal)

Elas parece gostarem de você. (verbo com sujeito oracional, correspondendo à construção: *parece gostarem de você*).

- O verbo *pegar* possui dois participios (regular e irregular):

Elvis tinha pegado minhas apostilas.

Minhas apostilas foram pegadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.^a ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 2*. – 7.^a ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

AMARAL, Emília... [et al.] - *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação*. – São Paulo: FTD, 2000.

SITE

Disponível em: <http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf54.php>

Vozes do Verbo

Dá-se o nome de voz à maneira como se apresenta a ação expressa pelo verbo em relação ao sujeito, indicando se este é paciente ou agente da ação. Importante lembrar que voz verbal não é flexão, mas aspecto verbal. São três as vozes verbais:

A) Ativa = quando o sujeito é agente, isto é, pratica a ação expressa pelo verbo:

Ele fez o trabalho.
sujeito agente ação objeto (paciente)

B) Passiva = quando o sujeito é paciente, recebendo a ação expressa pelo verbo:

O trabalho foi feito por ele.
sujeito paciente ação agente da passiva

C) Reflexiva = quando o sujeito é, ao mesmo tempo, agente e paciente, isto é, pratica e recebe a ação:
O menino feriu-se.



#FicaDica

Não confundir o emprego reflexivo do verbo com a noção de reciprocidade:
Os lutadores feriram-se. (um ao outro)
Nós nos amamos. (um ama o outro)

Formação da Voz Passiva

A voz passiva pode ser formada por dois processos: *analítico* e *sintético*.

A) Voz Passiva Analítica = Constrói-se da seguinte maneira:

Verbo SER + participio do verbo principal. Por exemplo:

A escola será pintada pelos alunos. (na ativa teríamos: *os alunos pintarão a escola*)

O trabalho é feito por ele. (na ativa: *ele faz o trabalho*)

Observações:

- O agente da passiva geralmente é acompanhado da preposição *por*, mas pode ocorrer a construção com a preposição *de*. Por exemplo: *A casa ficou cercada de soldados.*
- Pode acontecer de o agente da passiva não estar explícito na frase: *A exposição será aberta amanhã.*
- A variação temporal é indicada pelo verbo auxiliar (SER), pois o particípio é invariável. Observe a transformação das frases seguintes:

Ele fez o trabalho. (pretérito perfeito do Indicativo)

O trabalho foi feito por ele. (verbo *ser* no pretérito perfeito do Indicativo, assim como o verbo principal da voz ativa)

Ele faz o trabalho. (presente do indicativo)

O trabalho é feito por ele. (*ser* no presente do indicativo)

Ele fará o trabalho. (futuro do presente)

O trabalho será feito por ele. (futuro do presente)

- Nas frases com locuções verbais, o verbo SER assume o mesmo tempo e modo do verbo principal da voz ativa. Observe a transformação da frase seguinte:

O vento ia levando as folhas. (gerúndio)

As folhas iam sendo levadas pelo vento. (gerúndio)

B) Voz Passiva Sintética = A voz passiva sintética - ou pronominal - constrói-se com o verbo na 3.ª pessoa, seguido do pronome apassivador "se". Por exemplo:

Abriram-se as inscrições para o concurso.

Destruiu-se o velho prédio da escola.

Observação:

O agente não costuma vir expresso na voz passiva sintética.

Conversão da Voz Ativa na Voz Passiva

Pode-se mudar a voz ativa na passiva sem alterar substancialmente o sentido da frase.

<i>O concurseiro</i>	<i>comprou a apostila.</i> (Voz Ativa)
Sujeito da Ativa	objeto Direto

<i>A apostila</i>	<i>foi comprada pelo concurseiro.</i>
(Voz Passiva)	
Sujeito da Passiva	Agente da Passiva

Observe que o objeto direto será o sujeito da passiva; o sujeito da ativa passará a agente da passiva, e o verbo ativo assumirá a forma passiva, conservando o mesmo tempo.

Os mestres têm constantemente aconselhado os alunos.

Os alunos têm sido constantemente aconselhados pelos mestres.

Eu o acompanharei.

Ele será acompanhado por mim.

Quando o sujeito da voz ativa for indeterminado, não haverá complemento agente na passiva. Por exemplo: *Prejudicaram-me.* / *Fui prejudicado.*

Com os verbos neutros (*nascer, viver, morrer, dormir, acordar, sonhar, etc.*) não há voz ativa, passiva ou reflexiva, porque o sujeito não pode ser visto como agente, paciente ou agente paciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 2*. - 7.ª ed. Reform. - São Paulo: Saraiva, 2010.

AMARAL, Emília... [et al.]. *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação* - São Paulo: FTD, 2000.

SITE

Disponível em: <<http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/morf54.php>>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO-2018)

O ano da esperança

O ano de 2017 foi difícil. Avalio pelo número de amigos desempregados. E pedidos de empréstimos. Um atrás do outro. Nunca fui de botar dinheiro nas relações de amizade. Como afirmou Shakespeare, perde-se o dinheiro e o amigo. Nos primeiros pedidos, eu ajudava, com a consciência de que era uma doação. A situação foi piorando. Os argumentos também. No início era para pagar a escola do filho. Depois vieram as mães e avós doentes. Lamentavelmente, aprendi a não ser generoso. Ajudava um rapaz, que não conheço pessoalmente. Mas que sofreu um acidente e não tinha como pagar a fisioterapia. Comecei pagando a físió. Vieram sucessivas internações, remédios. A situação piorando, eu já estava encomendando missa de sétimo dia. Falei com um amigo médico, no Rio de Janeiro. Ele aceitou tratar o caso gratuitamente. Surpresa! O doente não aparecia para a consulta. Até que o coloquei contra a parede. Ou se consultava ou eu não ajudava mais. Cheio de saúde, ele foi ao consultório. Pediu uma receita de suplementos para ficar com o corpo atlético. Nunca conheci o sujeito, repito. Eu me senti um idiota por ter

caído na história. Só que esse rapaz havia perdido o emprego após o suposto acidente. Foi por isso que me deixei enganar. Mas, ao perder salário, muita gente perde também a vergonha. Pior ainda. A violência aumenta. As pessoas buscam vagas nos mercados em expansão. Se a indústria automobilística vai bem, é lá que vão trabalhar. Podemos esperar por um futuro melhor ou o que nos aguarda é mais descrédito? Novos candidatos vão surgir. Serão novos? Ou os antigos? Ou novos com cabeça de velhos? Todos pedem que a gente tenha uma nova consciência para votar. Como? Num mundo em que as notícias são plantadas pela internet, em que muitos *sites* servem a qualquer mentira. Digo por mim. Já contaram cada história a meu respeito que nem sei o que dizer. Já inventaram casos de amor, tramas nas novelas que escrevo. Pior. Depois todo mundo me pergunta por que isso ou aquilo não aconteceu na novela. Se mudei a trama. Respondo: — Nunca foi para acontecer. Era mentira da internet.

Duvidam. Acham que estou mentindo.

CARRASCO, W. O ano da esperança. Época, 25 dez. 2017, p.97. Adaptado.

No trecho "*perde-se o dinheiro e o amigo*", a colocação do pronome átono em destaque está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa. O mesmo ocorre em:

- a) Não **se** perde nem o dinheiro nem o amigo.
- b) Perderia-**se** o dinheiro e o amigo.
- c) O dinheiro e o amigo tinham perdido-**se**.
- d) **Se** perdeu o dinheiro, mas não o amigo.
- e) Se o amigo que perdeu-**se** voltasse, ficaria feliz.

Resposta: Letra A

Em "a": Não **se** perde = correta (advérbio atrai o pronome = próclise)

Em "b": Perderia-**se** = verbo no futuro do pretérito: *perder-se-ia* (mesóclise)

Em "c": O dinheiro e o amigo tinham perdido-**se** = *tinham se perdido*

Em "d": **Se** perdeu = não se inicia período com pronome oblíquo/partícula apassivadora (*Perdeu-se*)

Em "e": Se o amigo que perdeu-**se** = o "que" atrai o pronome (próclise): *que se perdeu*

2. (PETROBRAS – ADMINISTRADOR JÚNIOR – CESGRANRIO-2018) Segundo as exigências da norma-padrão da língua portuguesa, o pronome destacado foi utilizado na posição correta em:

- a) Os jornais noticiaram que alguns países mobilizam-**se** para combater a disseminação de notícias falsas nas redes sociais.
- b) Para criar leis eficientes no combate aos boatos, sempre deve-**se** ter em mente que o problema de divulgação de notícias falsas é grave e muito atual.
- c) Entre os numerosos usuários da internet, constata-**se** um sentimento generalizado de reprovação à prática de divulgação de inverdades.

- d) Uma nova lei contra as *fake news* promulgada na Alemanha não aplica-**se** aos sites e redes sociais com menos de 2 milhões de membros.
- e) Uma vultosa multa é, muitas vezes, o estímulo mais eficaz para que adote-**se** a conduta correta em relação à reputação das celebridades.

Resposta: Letra C

Em "a": Os jornais noticiaram que alguns países mobilizam-**se** = *se mobilizam*

Em "b": Para criar leis eficientes no combate aos boatos, sempre deve-**se** = *sempre se deve*

Em "c": Entre os numerosos usuários da internet, constata-**se** um sentimento = correta

Em "d": Uma nova lei contra as *fake news* promulgada na Alemanha não aplica-**se** = *não se aplica*

Em "e": Uma vultosa multa é, muitas vezes, o estímulo mais eficaz para que adote-**se** = *que se adote*

3. (ALERJ-RJ – ESPECIALISTA LEGISLATIVO – ARQUITETURA – FGV-2017-ADAPTADA) Se substituíssemos os complementos dos verbos abaixo por pronomes pessoais oblíquos enclíticos, a única forma INADEQUADA seria:

- a) impregna a vida cotidiana / impregna-a;
- b) entender os debates / entendê-los;
- c) ganha destaque / ganha-o;
- d) supõe um conhecimento / supõe-lo;
- e) marcaram sua história / marcaram-na.

Resposta: Letra D

Em "a": impregna a vida cotidiana / *impregna-a* = correta

Em "b": entender os debates / *entendê-los* = correta

Em "c": ganha destaque / *ganha-o* = correta

Em "d": supõe um conhecimento / *supõe-lo* = **supõe-no**

Em "e": marcaram sua história / *marcaram-na* = correta

4. (PC-SP - ATENDENTE DE NECROTÉRIO POLICIAL – VUNESP-2014) Considerando-se o uso do pronome e a colocação pronominal, a expressão em destaque no trecho – ... *que cercam o sentido da existência humana*... – está corretamente substituída pelo pronome, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, na alternativa:

- a) ... que cercam-**lo**...
- b) ... que cercam-**no**...
- c) ... que **o** cercam...
- d) ... que **lhe** cercam...
- e) ... que cercam-**lhe**...

Resposta: Letra C

Correções à frente:

Em "a": que cercam-**lo** = o "que" atrai o pronome (*que o cercam*)

Em "b": que cercam-**no** = que **o** cercam ("no" está correta – caso não tivéssemos o "que", pois, devido a sua presença, teremos próclise, não ênclise)

Em "c": que **o** cercam = correta

Em "d": que **lhe** cercam = a posição está correta, mas o pronome está errado ("lhe" é para objeto indireto = a ele/ela)

Em "e": que cercam-**lhe** = que **o** cercam

5. (PC-SP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA – VUNESP-2014)

Considerando apenas as regras de regência e de colocação pronominal da norma-padrão da língua portuguesa, a expressão destacada em – *Ainda assim, 60% afirmam que raramente ou **nunca têm informações sobre o impacto ambiental do produto ou do comportamento da empresa.*** – pode ser corretamente substituída por

- a) ... nunca informam-se sob o impacto...
- b) ... nunca se informam o impacto...
- c) ... nunca informam-se ao impacto...
- d) ... nunca se informam do impacto...
- e) ... nunca informam-se no impacto...

Resposta: Letra D

Por eliminação: o advérbio "*nunca*" atrai o pronome, teremos próclise (*nunca se*). Ficamos com B e D. Agora vamos ao verbo: *quem se informa, informa-se sobre algo* = precisa de preposição. A alternativa que tem preposição presente é a D (*do* = *de+o*). Teremos: *nunca se informam do impacto*.

6. (PC-SP - ATENDENTE DE NECROTÉRIO POLICIAL – VUNESP-2013)

Considerando a substituição da expressão em destaque por um pronome e as normas da colocação pronominal, a oração – ... *que abrem **a cabeça*** ... – equivale, na norma-padrão da língua, a:

- a) que abrem-a.
- b) que abrem-na.
- c) que a abrem.
- d) que lhe abrem.
- e) que abrem-lhe.

Resposta: Letra C

Primeiramente: o "que" atrai o pronome oblíquo, então teremos *que + pronome*. Resta-nos identificar se o pronome é objeto direto (*a*) ou indireto (*lhe*). Voltemos ao verbo: **abrir**. *Quem abre, abre algo... abre o quê?* Sem preposição! Portanto: objeto direto = **que a abrem**.

7. (TST - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE MEDICINA DO TRABALHO – FCC/2012)

Aos poucos, **contudo**, fui chegando à constatação de que todo perfil de rede social é um retrato ideal de nós mesmos.

Mantendo-se a correção e a lógica, sem que outra alteração seja feita na frase, o elemento grifado pode ser substituído por:

- a) ademais.
- b) conquanto.
- c) porquanto.
- d) entretanto.
- e) apesar.

Resposta: Letra D

Contudo é uma conjunção adversativa (expressa oposição). A substituição deve utilizar outra de mesma classificação, para que se mantenha a ideia do período. A correta é *entretanto*.

8. (TRT 23.^a REGIÃO-MT - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA- FCC-2016)

... para quem Manoel de Barros **era** comparável a São Francisco de Assis...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima está em:

- a) Dizia-se um "vedor de cinema"...
- b) Porque não seria certo ficar pregando moscas no espaço...
- c) Na juventude, apaixonou-se por Arthur Rimbaud e Charles Baudelaire.
- d) Quase meio século separa a estreia de Manoel de Barros na literatura...
- e) ... para depois casá-las...

Resposta: Letra A

"Era" = verbo "ser" no pretérito imperfeito do Indicativo. Procuremos nos itens:

Em "a", *Dizia-se* = pretérito imperfeito do Indicativo

Em "b", *Porque não seria* = futuro do pretérito do Indicativo

Em "c", *Na juventude, apaixonou-se* = pretérito perfeito do Indicativo

Em "d", *Quase meio século separa* = presente do Indicativo

Em "e", *para depois casá-las* = Infinitivo pessoal (*casar elas*)

9. (TRT 20.^a REGIÃO-SE - TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC-2016)

*Precisamos de um treinador que nos **ajude** a comer...*

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o sublinhado acima está também sublinhado em:

- a) ... assim que conseguissem se virar sem as mães ou as amas...
- b) Não é por acaso que proliferaram os *coaches*.
- c) ... país que transformou a infância numa bilionária indústria de consumo...
- d) E, mesmo que se esforcem muito...
- e) Hoje há algo novo nesse cenário.

Resposta: Letra D

que nos ajude = presente do Subjuntivo

Em "a", que conseguissem = pretérito do Subjuntivo

Em "b", que proliferaram = pretérito perfeito (e também mais-que-perfeito) do Indicativo

Em "c", que transformou = pretérito perfeito do Indicativo

Em "d", que se esforcem = presente do Subjuntivo

Em "e", há algo novo nesse cenário = presente do Indicativo

10. (TRT 23.^a REGIÃO-MT - Técnico Judiciário – FCC-2016) Empregam-se todas as formas verbais de acordo com a norma culta na seguinte frase:

- a) Para que se mantesse sua autenticidade, o documento não poderia receber qualquer tipo de retificação.
- b) Os documentos com assinatura digital dispõem de algoritmos de criptografia que os protegeram.
- c) Arquivados eletronicamente, os documentos puderam contar com a proteção de uma assinatura digital.
- d) Quem se propor a alterar um documento criptografado deve saber que comprometerá sua integridade.
- e) Não é possível fazer as alterações que convierem sem comprometer a integridade dos documentos.

Resposta: Letra E

Em "a", Para que se mantesse (*mantivesse*) sua autenticidade, o documento não poderia receber qualquer tipo de retificação.

Em "b", Os documentos com assinatura digital dispõem (*dispuseram*) de algoritmos de criptografia que os protegeram.

Em "c", Arquivados eletronicamente, os documentos puderam (*puderam*) contar com a proteção de uma assinatura digital.

Em "d", Quem se propor (*propuser*) a alterar um documento criptografado deve saber que comprometerá sua integridade.

Em "e", Não é possível fazer as alterações que convierem sem comprometer a integridade dos documentos = correta

11. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SOLDADO PM 2.^a CLASSE – VUNESP/2017) Considere as seguintes frases:

Primeiro, associe suas memórias com objetos físicos.

Segundo, não memorize apenas por repetição.

Terceiro, rabisque!

Um verbo flexionado no mesmo modo que o dos verbos empregados nessas frases está em destaque em:

- a) ... o acesso rápido e a quantidade de textos **fazem** com que o cérebro humano não considere útil gravar esses dados...
- b) Na internet, **basta** um clique para vasculhar um sem-número de informações.
- c) ... após discar e fazer a ligação, não **precisamos** mais dele...
- d) **Pense** rápido: qual o número de telefone da casa em que morou quando era criança?
- e) É o que **mostra** também uma pesquisa recente conduzida pela empresa de segurança digital Kaspersky...

Resposta: Letra D

Os verbos das frases citadas estão no Modo Imperativo (expressam ordem). Vamos aos itens:

Em "a", ... o acesso rápido e a quantidade de textos **fazem** = presente do Indicativo

Em "b", Na internet, **basta** um clique = presente do Indicativo

Em "c", ... após discar e fazer a ligação, não **precisamos** = presente do Indicativo

Em "d", **Pense** rápido: = Imperativo

Em "e", É o que **mostra** também uma pesquisa = presente do Indicativo

12. (PC-SP - ATENDENTE DE NECROTÉRIO POLICIAL – VUNESP-2014) Assinale a alternativa em que a palavra em destaque na frase pertence à classe dos adjetivos (palavra que qualifica um substantivo).

- a) Existe grande **confusão** entre os diversos tipos de eutanásia...
- b) ... o médico ou **alguém** causa ativamente a morte...
- c) prolonga o processo de morrer procurando distanciar a **morte**.
- d) Ela é proibida por **lei** no Brasil...
- e) E como seria a **verdadeira** boa morte?

Resposta: Letra E

Em "a", Existe grande **confusão** = substantivo

Em "b", o médico ou **alguém** causa ativamente a morte = pronome

Em "c", prolonga o processo de morrer procurando distanciar a **morte** = substantivo

Em "d", Ela é proibida por **lei** no Brasil = substantivo

Em "e", E como seria a **verdadeira** boa morte? = adjetivo

13. (PROCESSO SELETIVO INTERNO DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO-PE – SARGENTO DA POLÍCIA MILITAR - FM-2010)

Começa vacinação contra Gripe A



Disponível em: <http://www.acharge.com.br/index.htm>
(acesso: 03/03/2010)

A palavra "oposição", da charge, é classificada morfológicamente como:

- a) Substantivo concreto.
- b) Substantivo abstrato.
- c) Substantivo coletivo.
- d) Substantivo próprio.
- e) Adjetivo.

Resposta: Letra B

O termo "oposição" é classificado – morfologicamente – como substantivo abstrato, pois não existe por si só – depende de outro ser para "se concretizar".

CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL

CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL

Os concurreseiros estão apreensivos.
Concurreseiros apreensivos.

No primeiro exemplo, o verbo *estar* se encontra na terceira pessoa do plural, concordando com o seu sujeito, *os concurreseiros*. No segundo exemplo, o adjetivo "apreensivos" está concordando em gênero (masculino) e número (plural) com o substantivo a que se refere: *concurreseiros*. Nesses dois exemplos, as flexões de pessoa, número e gênero se correspondem. A correspondência de flexão entre dois termos é a *concordância*, que pode ser verbal ou nominal.

Concordância Verbal

É a flexão que se faz para que o verbo concorde com seu sujeito.

Sujeito Simples - Regra Geral

O sujeito, sendo simples, com ele concordará o verbo em número e pessoa. Veja os exemplos:

A prova para ambos os cargos **será** aplicada às 13h.
3.ª p. Singular 3.ª p. Singular

Os candidatos à vaga **chegarão** às 12h.
3.ª p. Plural 3.ª p. Plural

Casos Particulares

A) Quando o sujeito é formado por uma expressão partitiva (*parte de, uma porção de, o grosso de, metade de, a maioria de, a maior parte de, grande parte de...*) seguida de um substantivo ou pronome no plural, **o verbo pode ficar no singular ou no plural.**

A maioria dos jornalistas aprovou / aprovaram a ideia.
Metade dos candidatos não apresentou / apresentaram proposta.

Esse mesmo procedimento pode se aplicar aos casos dos coletivos, quando especificados: *Um bando de vândalos destruiu / destruíram o monumento.*

Observação:

Nesses casos, o uso do verbo no singular enfatiza a unidade do conjunto; já a forma plural confere destaque aos elementos que formam esse conjunto.

B) Quando o sujeito é formado por expressão que indica quantidade aproximada (*cerca de, mais de, menos de, perto de...*) seguida de numeral e substantivo, o verbo concorda com o substantivo.

Cerca de mil pessoas participaram do concurso.
Perto de quinhentos alunos compareceram à solenidade.

Mais de um atleta estabeleceu novo recorde nas últimas Olimpíadas.

Observação:

Quando a expressão "mais de um" se associar a verbos que exprimem reciprocidade, o plural é obrigatório: *Mais de um colega se ofenderam na discussão.* (ofenderam um ao outro)

C) Quando se trata de **nomes que só existem no plural**, a concordância deve ser feita levando-se em conta a **ausência ou presença de artigo**. Sem artigo, o verbo deve ficar no singular; com artigo no plural, o verbo deve ficar o plural.

Os Estados Unidos possuem grandes universidades.

Estados Unidos possui grandes universidades.

Alagoas impressiona pela beleza das praias.

As Minas Gerais são inesquecíveis.

Minas Gerais produz queijo e poesia de primeira.

D) Quando o sujeito é um pronome interrogativo ou indefinido plural (*quais, quantos, alguns, poucos, muitos, quaisquer, vários*) seguido por "de nós" ou "de vós", o verbo pode concordar com o primeiro pronome (na terceira pessoa do plural) ou com o pronome pessoal.

Quais de nós são / somos capazes?

Alguns de vós sabiam / sabíeis do caso?

Vários de nós propuseram / propusemos sugestões inovadoras.

Observação:

Veja que a opção por uma ou outra forma indica a inclusão ou a exclusão do emissor. Quando alguém diz ou escreve "*Alguns de nós sabíamos de tudo e nada fizemos*", ele está se incluindo no grupo dos omissos. Isso não ocorre ao dizer ou escrever "*Alguns de nós sabiam de tudo e nada fizeram*", frase que soa como uma denúncia.

Nos casos em que o interrogativo ou indefinido estiver no singular, o verbo ficará no singular.

Qual de nós é capaz?

Algum de vós fez isso.

E) Quando o sujeito é formado por uma expressão que indica porcentagem seguida de substantivo, o verbo deve concordar com o substantivo.

25% do orçamento do país será destinado à Educação.
85% dos entrevistados não aprovam a administração do prefeito.

1% do eleitorado aceita a mudança.

1% dos alunos faltaram à prova.

• Quando a expressão que indica porcentagem não é seguida de substantivo, o verbo deve concordar com o número.

25% *querem a mudança.*
1% *conhece o assunto.*

- Se o número percentual estiver determinado por artigo ou pronome adjetivo, a concordância far-se-á com eles:

Os 30% da produção de soja serão exportados.
Esses 2% da prova serão questionados.

- F)** O pronome “que” não interfere na concordância; já o “quem” exige que o verbo fique na 3.ª pessoa do singular.

Fui eu que paguei a conta.
Fomos nós que pintamos o muro.
És tu que me fazes ver o sentido da vida.
Sou eu quem faz a prova.
Não serão eles quem será aprovado.

- G)** Com a expressão “um dos que”, o verbo deve assumir a forma plural.

Ademir da Guia foi um dos jogadores que mais encantaram os poetas.
Este candidato é um dos que mais estudaram!

- Se a expressão for de sentido contrário – *nenhum dos que*, *nem um dos que* –, não aceita o verbo no singular:

Nenhum dos que foram aprovados assumirá a vaga.
Nem uma das que me escreveram mora aqui.

- Quando “um dos que” vem entremeadada de substantivo, o verbo pode:

1. ficar no singular – *O Tietê é um dos rios que atravessa o Estado de São Paulo.* (já que não há outro rio que faça o mesmo).
2. ir para o plural – *O Tietê é um dos rios que estão poluídos* (noção de que existem outros rios na mesma condição).

- H)** Quando o sujeito é um pronome de tratamento, o verbo fica na 3ª pessoa do singular ou plural.

Vossa Excelência está cansado?
Vossas Excelências renunciarão?

- I)** A concordância dos verbos *bater*, *dar* e *soar* faz-se de acordo com o numeral.

Deu uma hora no relógio da sala.
Deram cinco horas no relógio da sala.
Soam dezenove horas no relógio da praça.
Baterão doze horas daqui a pouco.

Observação:

Caso o sujeito da oração seja a palavra *relógio*, *sino*, *torre*, etc., o verbo concordará com esse sujeito.

O tradicional relógio da praça matriz dá nove horas.
Soa quinze horas o relógio da matriz.

- J)** Verbos Impessoais: por não se referirem a nenhum sujeito, são usados sempre na 3.ª pessoa do singular. São verbos impessoais: *Haver* no sentido de *existir*; *Fazer* indicando tempo; *Aqueles* que indicam fenômenos da natureza. Exemplos:

Havia muitas garotas na festa.
Faz dois meses que não vejo meu pai.
Chovia ontem à tarde.

Sujeito Composto

- A)** Quando o sujeito é composto e anteposto ao verbo, a concordância se faz no plural:

Pai e filho conversavam longamente.
Sujeito

Pais e filhos devem conversar com frequência.
Sujeito

- B)** Nos sujeitos compostos formados por pessoas gramaticais diferentes, a concordância ocorre da seguinte maneira: a primeira pessoa do plural (nós) prevalece sobre a segunda pessoa (vós) que, por sua vez, prevalece sobre a terceira (eles). Veja:

Teus irmãos, tu e eu tomaremos a decisão.
Primeira Pessoa do Plural (**Nós**)

Tu e teus irmãos tomareis a decisão.
Segunda Pessoa do Plural (**Vós**)

Pais e filhos precisam respeitar-se.
Terceira Pessoa do Plural (**Eles**)

Observação:

Quando o sujeito é composto, formado por um elemento da segunda pessoa (tu) e um da terceira (ele), é possível empregar o verbo na terceira pessoa do plural (eles): “**Tu e teus** irmãos **tomarão** a decisão.” – no lugar de “**tomaríeis**”.

- C)** No caso do sujeito composto posposto ao verbo, passa a existir uma nova possibilidade de concordância: em vez de concordar no plural com a totalidade do sujeito, o verbo pode estabelecer concordância com o núcleo do sujeito mais próximo.

Faltaram coragem e competência.
Faltou coragem e competência.
Compareceram todos os candidatos e o banca.
Compareceu o banca e todos os candidatos.

- D)** Quando ocorre ideia de reciprocidade, a concordância é feita no plural. Observe:
- Abraçaram-se vencedor e vencido.*
Ofenderam-se o jogador e o árbitro.

Casos Particulares

- Quando o sujeito composto é formado por núcleos sinônimos ou quase sinônimos, o verbo fica no singular.

Descaso e desprezo marca seu comportamento.
A coragem e o destemor fez dele um herói.

- Quando o sujeito composto é formado por núcleos dispostos em gradação, verbo no singular:

Com você, meu amor, uma hora, um minuto, um segundo me satisfaz.

- Quando os núcleos do sujeito composto são unidos por "ou" ou "nem", o verbo deverá ficar no plural, de acordo com o valor semântico das conjunções:
Drummond ou Bandeira representam a essência da poesia brasileira.

Nem o professor nem o aluno acertaram a resposta.

Em ambas as orações, as conjunções dão ideia de "adição". Já em:

Juca ou Pedro será contratado.

Roma ou Buenos Aires será a sede da próxima Olimpíada.

Temos ideia de exclusão, por isso os verbos ficam no singular.

- Com as expressões "um ou outro" e "nem um nem outro", a concordância costuma ser feita no singular.

Um ou outro compareceu à festa.

Nem um nem outro saiu do colégio.

- Com "um e outro", o verbo pode ficar no plural ou no singular: *Um e outro farão/fará a prova.*

- Quando os núcleos do sujeito são unidos por "com", o verbo fica no plural. Nesse caso, os núcleos recebem um mesmo grau de importância e a palavra "com" tem sentido muito próximo ao de "e".

O pai com o filho montaram o brinquedo.

O governador com o secretariado traçaram os planos para o próximo semestre.

O professor com o aluno questionaram as regras.

Nesse mesmo caso, o verbo pode ficar no singular, se a ideia é enfatizar o primeiro elemento.

O pai com o filho montou o brinquedo.

O governador com o secretariado traçou os planos para o próximo semestre.

O professor com o aluno questionou as regras.

Com o verbo no singular, não se pode falar em sujeito composto. O sujeito é simples, uma vez que as expressões "com o filho" e "com o secretariado" são adjuntos adverbiais de companhia. Na verdade, é como se houvesse uma inversão da ordem. Veja:

"O pai montou o brinquedo com o filho."

"O governador traçou os planos para o próximo semestre com o secretariado."

"O professor questionou as regras com o aluno."

Casos em que se usa o verbo no singular:

Café com leite é uma delícia!

O frango com quiabo foi receita da vovó.

Quando os núcleos do sujeito são unidos por expressões correlativas como: "não só... mas ainda", "não somente"... , "não apenas... mas também", "tanto...quanto", o verbo ficará no plural.

Não só a seca, mas também o pouco caso castigam o Nordeste.

Tanto a mãe quanto o filho ficaram surpresos com a notícia.

Quando os elementos de um sujeito composto são resumidos por um aposto recapitulativo, a concordância é feita com esse termo resumidor.

*Filmes, novelas, boas conversas, **nada** o tirava da apatia.*

*Trabalho, diversão, descanso, **tudo** é muito importante na vida das pessoas.*

Outros Casos

O Verbo e a Palavra "SE"

Dentre as diversas funções exercidas pelo "se", há duas de particular interesse para a concordância verbal:

A) quando é índice de indeterminação do sujeito;

B) quando é partícula apassivadora.

Quando índice de indeterminação do sujeito, o "se" acompanha os verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação, que obrigatoriamente são conjugados na terceira pessoa do singular:

Precisa-se de funcionários.

Confia-se em teses absurdas.

Quando pronome apassivador, o "se" acompanha verbos transitivos diretos (VTD) e transitivos diretos e indiretos (VTDI) na formação da voz passiva sintética. Nesse caso, o verbo deve concordar com o sujeito da oração. Exemplos:

Construiu-se um posto de saúde.

Construíram-se novos postos de saúde.

Aqui não se cometem equívocos

Alugam-se casas.



#FicaDica

Para saber se o “se” é partícula apassivadora ou índice de indeterminação do sujeito, tente transformar a frase para a voz passiva. Se a frase construída for “compreensível”, estaremos diante de uma partícula apassivadora; se não, o “se” será índice de indeterminação. Veja:

Precisa-**se** de funcionários qualificados.

Tentemos a voz passiva:

Funcionários qualificados são precisados (ou precisos)? Não há lógica. Portanto, o “se” destacado é índice de indeterminação do sujeito.

Agora:

Vendem-**se** casas.

Voz passiva: *Casas são vendidas*. Construção correta! Então, aqui, o “se” é partícula **apassivadora**. (Dá para eu passar para a voz **passiva**. Repare em meu destaque. Percebeu semelhança? Agora é só memorizar!).

O Verbo “Ser”

A concordância verbal dá-se sempre entre o verbo e o sujeito da oração. No caso do verbo **ser**, essa concordância pode ocorrer também entre o verbo e o predicativo do sujeito.

Quando o sujeito ou o predicativo for:

A) Nome de pessoa ou pronome pessoal – o verbo SER concorda com a pessoa gramatical:

Ele é forte, mas não é dois.

Fernando Pessoa era vários poetas.

A esperança dos pais são eles, os filhos.

B) nome de coisa e um estiver no singular e o outro no plural, o verbo SER concordará, preferencialmente, com o que estiver no plural:

Os livros são minha paixão!

Minha paixão são os livros!

Quando o verbo SER indicar

• horas e distâncias, concordará com a expressão numérica:

É uma hora.

São quatro horas.

Daqui até a escola é um quilômetro / são dois quilômetros.

• datas, concordará com a palavra *dia(s)*, que pode estar expressa ou subentendida:

Hoje é dia 26 de agosto.

Hoje são 26 de agosto.

• Quando o sujeito indicar peso, medida, quantidade e for seguido de palavras ou expressões *como pouco, muito, menos de, mais de, etc.*, o verbo SER fica no singular:

Cinco quilos de açúcar é mais do que preciso.

Três metros de tecido é pouco para fazer seu vestido.

Duas semanas de férias é muito para mim.

• Quando um dos elementos (sujeito ou predicativo) for pronome pessoal do caso reto, com este concordará o verbo.

No meu setor, eu sou a única mulher.

Aqui os adultos somos nós.

Observação:

Sendo ambos os termos (sujeito e predicativo) representados por pronomes pessoais, o verbo concorda com o pronome sujeito.

Eu não sou ela.

Ela não é eu.

• Quando o sujeito for uma expressão de sentido partitivo ou coletivo e o predicativo estiver no plural, o verbo SER concordará com o predicativo.

A grande maioria no protesto eram jovens.

O resto foram atitudes imaturas.

O Verbo “Parecer”

O verbo **parecer**, quando é auxiliar em uma locução verbal (é seguido de infinitivo), admite duas concordâncias:

• Ocorre variação do verbo PARECER e não se flexiona o infinitivo: *As crianças parecem gostar do desenho.*

• A variação do verbo **parecer** não ocorre e o infinitivo sofre flexão:

As crianças parece gostarem do desenho.

(essa frase equivale a: *Parece gostarem do desenho as crianças*)

Com orações desenvolvidas, o verbo PARECER fica no singular. Por exemplo: *As paredes parece que têm ouvidos.* (*Parece que as paredes têm ouvidos* = oração subordinada substantiva subjetiva).

Concordância Nominal

A concordância nominal se baseia na relação entre nomes (substantivo, pronome) e as palavras que a eles se ligam para caracterizá-los (artigos, adjetivos, pronomes adjetivos, numerais adjetivos e participípios). Lembre-se: normalmente, o substantivo funciona como núcleo de um termo da oração, e o adjetivo, como adjunto adnominal.

A concordância do adjetivo ocorre de acordo com as seguintes regras gerais:

A) O adjetivo concorda em gênero e número quando se refere a um único substantivo: *As mãos trêmulas denunciavam o que sentia.*

B) Quando o adjetivo refere-se a vários substantivos, a concordância pode variar. Podemos sistematizar essa flexão nos seguintes casos:

• **Adjetivo anteposto aos substantivos:**

O adjetivo concorda em gênero e número com o substantivo mais próximo.

Encontramos caídas as roupas e os prendedores.

Encontramos caída a roupa e os prendedores.

Encontramos caído o prendedor e a roupa.

Caso os substantivos sejam nomes próprios ou de parentesco, o adjetivo deve sempre concordar no plural.

As adoráveis Fernanda e Cláudia vieram me visitar.

Encontrei os divertidos primos e primas na festa.

• **Adjetivo posposto aos substantivos:**

O adjetivo concorda com o substantivo mais próximo ou com todos eles (assumindo a forma masculina plural se houver substantivo feminino e masculino).

A indústria oferece localização e atendimento perfeito.

A indústria oferece atendimento e localização perfeita.

A indústria oferece localização e atendimento perfeitos.

A indústria oferece atendimento e localização perfeitos.

Observação:

Os dois últimos exemplos apresentam maior clareza, pois indicam que o adjetivo efetivamente se refere aos dois substantivos. Nesses casos, o adjetivo foi flexionado no plural masculino, que é o gênero predominante quando há substantivos de gêneros diferentes.

Se os substantivos possuírem o mesmo gênero, o adjetivo fica no singular ou plural.

A beleza e a inteligência feminina(s).

O carro e o iate novo(s).

C) Expressões formadas pelo verbo SER + adjetivo:

O adjetivo fica no masculino singular, se o substantivo não for acompanhado de nenhum modificador: Água é bom para saúde.

O adjetivo concorda com o substantivo, se este for modificado por um artigo ou qualquer outro determinativo: *Esta água é boa para saúde.*

D) O adjetivo concorda em gênero e número com os pronomes pessoais a que se refere: *Juliana encontrou-as muito felizes.*

E) Nas expressões formadas por pronome indefinido neutro (*nada, algo, muito, tanto*, etc.) + preposição DE + adjetivo, este último geralmente é usado no masculino singular: *Os jovens tinham algo de misterioso.*

F) A palavra “só”, quando equivale a “sozinho”, tem função adjetiva e concorda normalmente com o nome a que se refere:

Cristina saiu só.

Cristina e Débora saíram sós.

Observação:

Quando a palavra “só” equivale a “somente” ou “apenas”, tem função adverbial, ficando, portanto, invariável: *Eles só desejam ganhar presentes.*



#FicaDica

Substitua o “só” por “apenas” ou “sozinho”. Se a frase ficar coerente com o primeiro, trata-se de advérbio, portanto, invariável; se houver coerência com o segundo, função de adjetivo, então varia:

Ela está só. (ela está sozinha) – adjetivo

Ele está só descansando. (apenas descansando) – advérbio

Mas cuidado! Se colocarmos uma vírgula depois de “só”, haverá, novamente, um adjetivo:

Ele está só, descansando. (ele está sozinho e descansando)

G) Quando um único substantivo é modificado por dois ou mais adjetivos no singular, podem ser usadas as construções:

- O substantivo permanece no singular e coloca-se o artigo antes do último adjetivo: *Admiro a cultura espanhola e a portuguesa.*

- O substantivo vai para o plural e omite-se o artigo antes do adjetivo: *Admiro as culturas espanhola e portuguesa.*

Casos Particulares

É proibido - É necessário - É bom - É preciso - É permitido

- Estas expressões, formadas por um verbo mais um adjetivo, ficam invariáveis se o substantivo a que se referem possuir sentido genérico (não vier precedido de artigo).

É proibido entrada de crianças.

Em certos momentos, é necessário atenção.

No verão, melancia é bom.

É preciso cidadania.

Não é permitido saída pelas portas laterais.

- Quando o sujeito destas expressões estiver determinado por artigos, pronomes ou adjetivos, tanto o verbo como o adjetivo concordam com ele.

É proibida a entrada de crianças.

Esta salada é ótima.

A educação é necessária.

São precisas várias medidas na educação.

Anexo - Obrigado - Mesmo - Próprio - Incluso - Quite

Estas palavras adjetivas concordam em gênero e número com o substantivo ou pronome a que se referem.

Seguem anexas as documentações requeridas.

A menina agradeceu: - Muito obrigada.

Muito obrigadas, disseram as senhoras.

Seguem inclusos os papéis solicitados.

Estamos quites com nossos credores.

Bastante - Caro - Barato - Longe

Estas palavras são invariáveis quando funcionam como advérbios. Concordam com o nome a que se referem quando funcionam como adjetivos, pronomes adjetivos, ou numerais.

As jogadoras estavam bastante cansadas. (advérbio)

Há bastantes pessoas insatisfeitas com o trabalho. (pronome adjetivo)

Nunca pensei que o estudo fosse tão caro. (advérbio)

As casas estão caras. (adjetivo)

Achei barato este casaco. (advérbio)

Hoje as frutas estão baratas. (adjetivo)

Meio - Meia

A palavra "meio", quando empregada como adjetivo, concorda normalmente com o nome a que se refere: *Pedi meia porção de polentas.*

Quando empregada como advérbio permanece invariável: *A candidata está meio nervosa.*

**#FicaDica**

Dá para eu substituir por "um pouco", assim saberei que se trata de um advérbio, não de adjetivo: "A candidata está um pouco nervosa".

Alerta - Menos

Essas palavras são advérbios, portanto, permanecem sempre invariáveis.

Os concurseiros estão sempre alerta.

Não queira menos matéria!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português linguagens: volume 3 – 7.ª ed.* Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

AMARAL, Emília... [et al.]. *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação* – São Paulo: FTD, 2000.

SITE

Disponível em: <<http://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint49.php>>

**EXERCÍCIOS COMENTADOS**

1. (BANCO DA AMAZÔNIA – TÉCNICO BANCÁRIO – CESGRANRIO-2018) A forma verbal em destaque está empregada de acordo com a norma-padrão em:

- Atualmente, **comercializa**-se diferentes criptomoedas mas a bitcoin é a mais conhecida de todas as moedas virtuais.
- A especulação e o comércio ilegal, de acordo com alguns analistas, **pode** tornar as bitcoins inviáveis.

- As notícias informam que até hoje, em nenhuma parte do mundo, se **substituíram** totalmente as moedas reais pelas virtuais.
- De acordo com as regras do mercado financeiro, **criou**-se apenas 21 milhões de bitcoins nos últimos anos.
- O valor dos produtos comercializados **seriam** determinados por uma moeda virtual se a real fosse abolida.

Resposta: Letra C

Em "a": Atualmente, **comercializam-se diferentes criptomoedas** mas a bitcoin é a mais conhecida de todas as moedas virtuais.

Em "b": **A especulação e o comércio ilegal**, de acordo com alguns analistas, **podem** tornar as bitcoins inviáveis.

Em "c": As notícias informam que até hoje, em nenhuma parte do mundo, se **substituíram** totalmente as moedas reais pelas virtuais. = correta

Em "d": De acordo com as regras do mercado financeiro, **criaram**-se apenas **21 milhões** de bitcoins nos últimos anos.

Em "e": **O valor** dos produtos comercializados **seria determinado** por uma moeda virtual se a real fosse abolida.

2. (LIQUIGÁS – MOTORISTA DE CAMINHÃO GRANEL I – CESGRANRIO-2018) A concordância da palavra destacada atende às exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- Alimentos saudáveis e prática constante de exercícios são **necessárias** para uma vida longa e mais equilibrada.
- Inexistência de esgoto em muitas regiões e falta de tratamento adequado da água são **causadores** de doenças.
- Notícias falsas e boatos perigosos não deveriam ser **reproduzidas** nas redes sociais da forma como acontece hoje.
- Plantas da caatinga e frutos pouco conhecidos da Região Nordeste foram **elogiados** por suas propriedades alimentares.
- Profissionais dedicados e pesquisas constantes precisam ser **estimuladas** para que se avance na cura de algumas doenças.

Resposta: Letra D

Em "a": Alimentos saudáveis e prática constante de exercícios são **necessárias** (*necessários*) para uma vida longa e mais equilibrada.

Em "b": Inexistência de esgoto em muitas regiões e falta de tratamento adequado da água são **causadores** (*causadoras*) de doenças.

Em "c": Notícias falsas e boatos perigosos não deveriam ser **reproduzidas** (*reproduzidos*) nas redes sociais da forma como acontece hoje.

Em "d": Plantas da caatinga e frutos pouco conhecidos da Região Nordeste foram **elogiados** por suas propriedades alimentares = correta

Em "e": Profissionais dedicados e pesquisas constantes precisam ser **estimuladas** (*estimulados*) para que se avance na cura de algumas doenças.

3. (PETROBRAS – ADMINISTRADOR JÚNIOR – CESGRANRIO-2018) A concordância do verbo destacado foi realizada de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) Com a corrida desenfreada pelas versões mais atuais dos *smartphones*, **evidenciou**-se atitudes agressivas e violentas por parte dos usuários.
- b) Devido à utilização de estratégias de marketing, **desenvolveu**-se, entre os jovens, a ideia de que a posse de novos aparelhos eletrônicos é garantia de sucesso.
- c) É necessário que se **envie** a todas as escolas do país vídeos educacionais que permitam esclarecer os jovens sobre o vício da tecnologia.
- d) É preciso educar as novas gerações para que se **reduza** os comportamentos compulsivos relacionados ao uso das novas tecnologias.
- e) Nos países mais industrializados, **comprovou**-se os danos psicológicos e o consumismo exagerado causados pelo vício da tecnologia.

Resposta: Letra B

Em "a": Com a corrida desenfreada pelas versões mais atuais dos *smartphones*, **evidenciou**-se (*evidenciaram-se*) atitudes agressivas e violentas por parte dos usuários.

Em "b": Devido à utilização de estratégias de marketing, **desenvolveu**-se, entre os jovens, a ideia de que a posse de novos aparelhos eletrônicos é garantia de sucesso = correta

Em "c": É necessário que se **envie** (*enviem*) a todas as escolas do país vídeos educacionais que permitam esclarecer os jovens sobre o vício da tecnologia.

Em "d": É preciso educar as novas gerações para que se **reduza** (*reduzam*) os comportamentos compulsivos relacionados ao uso das novas tecnologias.

Em "e": Nos países mais industrializados, **comprovou**-se (*comprovaram-se*) os danos psicológicos e o consumismo exagerado causados pelo vício da tecnologia.

4. (IBGE – AGENTE CENSITÁRIO – ADMINISTRATIVO – FGV-2017) Observe os seguintes casos de concordância nominal retirados do texto 1:

- 1. *A democracia reclama um jornalismo vigoroso e independente.*
- 2. *A agenda pública é determinada pela imprensa tradicional.*
- 3. *Mas o pontapé inicial é sempre das empresas de conteúdo independentes.*

A afirmação correta sobre essas concordâncias é:

- a) os dois adjetivos da frase (1) referem-se, respectivamente a 'democracia' e 'jornalismo';
- b) os adjetivos da frase (1) deveriam estar no plural por referirem-se a dois substantivos;
- c) na frase (2), a forma de particípio 'determinada' se refere a 'imprensa';
- d) na frase (3), o adjetivo 'independentes' está corretamente no plural por referir-se a 'empresas';

- e) na frase (3), o adjetivo 'independentes' deveria estar no singular por referir-se ao substantivo 'conteúdo'.

Resposta: Letra D

1. *A democracia reclama um jornalismo vigoroso e independente.*

2. *A agenda pública é determinada pela imprensa tradicional.*

3. *Mas o pontapé inicial é sempre das empresas de conteúdo independentes.*

Em "a": os dois adjetivos da frase (1) referem-se, respectivamente a 'democracia' e 'jornalismo';

*A democracia reclama um **jornalismo vigoroso e independente*** = apenas a "jornalismo"

Em "b": os adjetivos da frase (1) deveriam estar no plural por referirem-se a dois substantivos;

*A democracia reclama um **jornalismo** vigoroso e independente* = a um substantivo (jornalismo)

Em "c": na frase (2), a forma de particípio 'determinada' se refere a 'imprensa';

*A **agenda pública** é **determinada** pela imprensa tradicional* = refere-se ao termo "agenda pública"

Em "d": na frase (3), o adjetivo 'independentes' está corretamente no plural por referir-se a 'empresas';

*Mas o pontapé inicial é sempre das **empresas** de conteúdo **independentes*** = correta

Em "e": na frase (3), o adjetivo 'independentes' deveria estar no singular por referir-se ao substantivo 'conteúdo' = incorreta (refere-se a "empresas")

5. (MPU – ANALISTA DO MPU – CESPE-2015)

Texto I

Na organização do poder político no Estado moderno, à luz da tradição iluminista, o direito tem por função a preservação da liberdade humana, de maneira a coibir a desordem do estado de natureza, que, em virtude do risco da dominação dos mais fracos pelos mais fortes, exige a existência de um poder institucional. Mas a conquista da liberdade humana também reclama a distribuição do poder em ramos diversos, com a disposição de meios que assegurem o controle recíproco entre eles para o advento de um cenário de equilíbrio e harmonia nas sociedades estatais. A concentração do poder em um só órgão ou pessoa viria sempre em detrimento do exercício da liberdade. É que, como observou Montesquieu, "todo homem que tem poder tende a abusar dele; ele vai até onde encontra limites. Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder limite o poder".

Até Montesquieu, não eram identificadas com clareza as esferas de abrangência dos poderes políticos: "só se concebia sua união nas mãos de um só ou, então, sua separação; ninguém se arriscava a apresentar, sob a forma de sistema coerente, as consequências de conceitos diversos". Pensador francês do século XVIII, Montesquieu situa-se entre o racionalismo cartesiano e o empirismo de origem *baconiana*, não abandonando o rigor das certezas matemáticas em suas certezas morais. Porém, refugindo às especulações metafísicas que, no plano da

idealidade, serviram aos filósofos do pacto social para a explicação dos fundamentos do Estado ou da sociedade civil, ele procurou ingressar no terreno dos fatos.

Fernanda Leão de Almeida. A garantia institucional do Ministério Público em função da proteção dos direitos humanos. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010, p. 18-9. Internet: <www.teses.usp.br> (com adaptações).

A flexão plural em "*eram identificadas*" decorre da concordância com o sujeito dessa forma verbal: "as esferas de abrangência dos poderes políticos".

() CERTO

() ERRADO

Resposta: Certo

(...) *Até Montesquieu, não eram identificadas com clareza as esferas de abrangência dos poderes políticos* = passando o período para a ordem direta (sujeito + verbo), temos: *Até Montesquieu, as esferas de abrangência dos poderes políticos não eram identificadas com clareza.*

6. (PC-RS – ESCRIVÃO e Inspetor de Polícia – Fundatec-2018 - adaptada) Sobre a frase "*Esses alunos que são usuários constantes de redes sociais têm um risco 27% maior de desenvolver depressão*", avalie as assertivas que seguem, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.
- () Caso os termos 'Esses alunos' fosse passado para o singular, outras quatro palavras deveriam sofrer ajustes para fins de concordância.
- () Mais da metade dos alunos que usam redes sociais podem ficar deprimidos.
- () O risco de alunos usuários de redes sociais desenvolverem depressão constante extrapola o índice dos 27%.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – V – V.
b) F – V – F.
c) V – F – F.
d) F – F – V.
e) F – F – F.

Resposta: Letra C

Esses alunos que são usuários constantes de redes sociais têm um risco 27% maior de desenvolver depressão
Em: () Caso os termos 'Esses alunos' fosse passado para o singular, outras quatro palavras deveriam sofrer ajustes para fins de concordância.

Esse aluno que é usuário constante de redes sociais tem um risco 27% maior de desenvolver depressão
= (verdadeira = haveria quatro alterações)

Em: () Mais da metade dos alunos que usam redes sociais podem ficar deprimidos.

= falsa (o período em análise não nos transmite tal informação, apenas afirma que usuários constantes têm um risco 27% maior que os demais)

Em: () O risco de alunos usuários de redes sociais desenvolverem depressão constante extrapola o índice dos 27%.

= Falsa ("depressão constante" altera o sentido do período)

REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL

REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL

Dá-se o nome de **regência** à relação de subordinação que ocorre entre um verbo (regência verbal) ou um nome (regência nominal) e seus complementos.

Regência Verbal = Termo Regente: VERBO

A regência verbal estuda a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e objetos indiretos) ou caracterizam (adjuntos adverbiais). Há verbos que admitem mais de uma regência, o que corresponde à diversidade de significados que estes verbos podem adquirir dependendo do contexto em que forem empregados.

A mãe agrada o filho = agradar significa acariciar, contentar.

A mãe agrada ao filho = agradar significa "causar agrado ou prazer", satisfazer.

Conclui-se que "agradar alguém" é diferente de "agradar a alguém".

O conhecimento do uso adequado das preposições é um dos aspectos fundamentais do estudo da regência verbal (e também nominal). As preposições são capazes de modificar completamente o sentido daquilo que está sendo dito.

Ceguei ao metrô.

Ceguei no metrô.

No primeiro caso, o metrô é o lugar a que vou; no segundo caso, é o meio de transporte por mim utilizado.

A voluntária distribuía leite às crianças.

A voluntária distribuía leite com as crianças.

Na primeira frase, o verbo "distribuir" foi empregado como transitivo direto (objeto direto: leite) e indireto (objeto indireto: às crianças); na segunda, como transitivo direto (objeto direto: crianças; com as crianças: adjunto adverbial).

Para estudar a regência verbal, agruparemos os verbos de acordo com sua transitividade. Esta, porém, não é um fato absoluto: um mesmo verbo pode atuar de diferentes formas em frases distintas.

A) Verbos Intransitivos

Os verbos intransitivos não possuem complemento. É importante, no entanto, destacar alguns detalhes relativos aos adjuntos adverbiais que costumam acompanhá-los.

Chegar, Ir

Normalmente vêm acompanhados de adjuntos adverbiais de lugar. Na língua culta, as preposições usadas para indicar destino ou direção são: *a, para*.

Fui **ao teatro**.

Adjunto Adverbial de Lugar

Ricardo foi **para a Espanha**.

Adjunto Adverbial de Lugar

Comparecer

O adjunto adverbial de lugar pode ser introduzido por *em* ou *a*.

Comparecemos ao estádio (ou no estádio) para ver o último jogo.

B) Verbos Transitivos Diretos

Os verbos transitivos diretos são complementados por objetos diretos. Isso significa que não exigem preposição para o estabelecimento da relação de regência. Ao empregar esses verbos, lembre-se de que os pronomes oblíquos *o*, *a*, *os*, *as* atuam como objetos diretos. Esses pronomes podem assumir as formas *lo*, *los*, *la*, *las* (após formas verbais terminadas em **-r**, **-s** ou **-z**) ou *no*, *na*, *nos*, *nas* (após formas verbais terminadas em sons nasais), enquanto *lhe* e *lhes* são, quando complementos verbais, objetos indiretos.

São **verbos transitivos diretos**, dentre outros: *abandonar*, *abençoar*, *aborrecer*, *abraçar*, *acompanhar*, *acusar*, *admirar*, *adorar*, *alegrar*, *ameaçar*, *amolar*, *amparar*, *auxiliar*, *castigar*, *condenar*, *conhecer*, *conservar*, *convidar*, *defender*, *eleger*, *estimar*, *humilhar*, *namorar*, *ouvir*, *prejudicar*, *prezar*, *proteger*, *respeitar*, *socorrer*, *suportar*, *ver*, *visitar*.

Na língua culta, esses verbos funcionam exatamente como o verbo *amar*:

Amo aquele rapaz. / Amo-o.

Amo aquela moça. / Amo-a.

Amam aquele rapaz. / Amam-no.

Ele deve amar aquela mulher. / Ele deve amá-la.

Observação:

Os pronomes *lhe*, *lhes* só acompanham esses verbos para indicar posse (caso em que atuam como *adjuntos adnominais*):

Quero beijar-lhe o rosto. (= beijar seu rosto)

Prejudicaram-lhe a carreira. (= prejudicaram sua carreira)

Conheço-lhe o mau humor! (= conheço seu mau humor)

C) Verbos Transitivos Indiretos

Os verbos transitivos indiretos são complementados por objetos indiretos. Isso significa que esses verbos *exigem uma preposição* para o estabelecimento da relação de regência. Os pronomes pessoais do caso oblíquo de terceira pessoa que podem atuar como objetos indiretos são o *"lhe"*, o *"lhes"*, para substituir pessoas. Não se utilizam os pronomes *o*, *os*, *a*, *as* como complementos de verbos transitivos indiretos. Com os objetos indiretos que não representam pessoas, usam-se pronomes oblíquos tônicos de terceira pessoa (*ele*, *ela*) em lugar dos pronomes átonos *lhe*, *lhes*.

Os **verbos transitivos indiretos** são os seguintes:

Consistir - Tem complemento introduzido pela preposição *"em"*: *A modernidade verdadeira consiste em direitos iguais para todos.*

Obedecer e Desobedecer - Possuem seus complementos introduzidos pela preposição *"a"*:

Devemos obedecer aos nossos princípios e ideais.

Eles desobedeceram às leis do trânsito.

Responder - Tem complemento introduzido pela preposição *"a"*. Esse verbo pede objeto indireto para indicar *"a quem"* ou *"ao que"* se responde.

Respondi ao meu patrão.

Respondemos às perguntas.

Respondeu-lhe à altura.

Observação:

O verbo *responder*, apesar de transitivo indireto quando exprime aquilo a que se responde, admite voz passiva analítica:

O questionário foi respondido corretamente.

Todas as perguntas foram respondidas satisfatoriamente.

Simpatizar e Antipatizar - Possuem seus complementos introduzidos pela preposição *"com"*.

Antipatizo com aquela apresentadora.

Simpatizo com os que condenam os políticos que governam para uma minoria privilegiada.

D) Verbos Transitivos Diretos e Indiretos

Os verbos transitivos diretos e indiretos são acompanhados de um objeto direto **e** um indireto. Merecem destaque, nesse grupo: **agradecer**, **perdoar** e **pagar**. São verbos que apresentam objeto direto relacionado a coisas e objeto indireto relacionado a pessoas.

<i>Agradeço</i>	<i>aos ouvintes</i>	<i>a audiência.</i>
	Objeto Indireto	Objeto Direto

<i>Paguei</i>	<i>o débito</i>	<i>ao cobrador.</i>
	Objeto Direto	Objeto Indireto

O uso dos pronomes oblíquos átonos deve ser feito com particular cuidado:

Agradeço o presente. / Agradeço-o.

Agradeço a você. / Agradeço-lhe.

Perdoei a ofensa. / Perdoei-a.

Perdoei ao agressor. / Perdoei-lhe.

Paguei minhas contas. / Paguei-as.

Paguei aos meus credores. / Paguei-lhes.

Informar

Apresenta objeto direto ao se referir a coisas e objeto indireto ao se referir a pessoas, ou vice-versa.

Informe os novos preços aos clientes.

Informe os clientes dos novos preços. (ou sobre os novos preços)

Na utilização de pronomes como complementos, veja as construções:

Informei-os aos clientes. / Informei-lhes os novos preços.

Informe-os dos novos preços. / Informe-os deles. (ou sobre eles)

Observação:

A mesma regência do verbo *informar* é usada para os seguintes: *avisar, certificar, notificar, cientificar, prevenir.*

Comparar

Quando seguido de dois objetos, esse verbo admite as preposições "a" ou "com" para introduzir o complemento indireto: *Comparei seu comportamento ao (ou com o) de uma criança.*

Pedir

Esse verbo pede objeto direto de coisa (geralmente na forma de oração subordinada substantiva) e indireto de pessoa.

<i>Pedi-lhe</i>	<i>favores.</i>
Objeto Indireto	Objeto Direto

<i>Pedi-lhe</i>	<i>que se mantivesse em silêncio.</i>	
Objeto Indireto	Oração	Subordinada Substantiva Objetiva Direta

A construção "pedir para", muito comum na linguagem cotidiana, deve ter emprego muito limitado na língua culta. No entanto, é considerada correta quando a palavra *licença* estiver subentendida.

Peço (licença) para ir entregar-lhe os catálogos em casa.

Observe que, nesse caso, a preposição "para" introduz uma *oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo* (para ir entregar-lhe os catálogos em casa).

Preferir

Na língua culta, esse verbo deve apresentar objeto indireto introduzido pela preposição "a":

Prefiro qualquer coisa a abrir mão de meus ideais.
Prefiro trem a ônibus.

Observação:

Na língua culta, o verbo "preferir" deve ser usado sem termos intensificadores, tais como: *muito, antes, mil vezes, um milhão de vezes, mais*. A ênfase já é dada pelo prefixo existente no próprio verbo (pre).

Mudança de Transitividade - Mudança de Significado

Há verbos que, de acordo com a mudança de transitividade, apresentam mudança de significado. O conhecimento das diferentes regências desses verbos é um recurso linguístico muito importante, pois além de permitir a correta interpretação de passagens escritas, oferece possibilidades expressivas a quem fala ou escreve. Dentre os principais, estão:

Agradar

Agradar é transitivo direto no sentido de *fazer carinhos, acariciar, fazer as vontades de*.

Sempre agrada o filho quando.

Aquele comerciante agrada os clientes.

Agradar é transitivo indireto no sentido de *causar agrado a, satisfazer, ser agradável a*. Rege complemento introduzido pela preposição "a".

O cantor não agradou aos presentes.

O cantor não lhes agradou.

O antônimo "desagradar" é sempre transitivo indireto: *O cantor desagradou à plateia.*

Aspirar

Aspirar é transitivo direto no sentido de *sorver, inspirar (o ar), inalar*: *Aspirava o suave aroma. (Aspirava-o)*

Aspirar é transitivo indireto no sentido de *desejar, ter como ambição*: *Aspirávamos a um emprego melhor. (Aspirávamos a ele)*

Como o objeto direto do verbo "aspirar" não é pessoa, as formas pronominais átonas "lhe" e "lhes" não são utilizadas, mas, sim, as formas tônicas "a ele(s)", "a ela(s)". Veja o exemplo: *Aspiravam a uma existência melhor. (= Aspiravam a ela)*

Assistir

Assistir é transitivo direto no sentido de *ajudar, prestar assistência a, auxiliar*.

As empresas de saúde negam-se a assistir os idosos.

As empresas de saúde negam-se a assisti-los.

Assistir é transitivo indireto no sentido de *ver, presenciar, estar presente, caber, pertencer*.

Assistimos ao documentário.

Não assisti às últimas sessões.

Essa lei assiste ao inquilino.

No sentido de *morar, residir*, o verbo "assistir" é intransitivo, sendo acompanhado de adjunto adverbial de lugar introduzido pela preposição "em": *Assistimos numa conturbada cidade.*

Chamar

Chamar é transitivo direto no sentido de *convocar, solicitar a atenção ou a presença de*.

Por gentileza, vá chamar a polícia. / Por favor, vá chamá-la.

Chamei você várias vezes. / Chamei-o várias vezes.

Chamar no sentido de *denominar, apelidar* pode apresentar objeto direto e indireto, ao qual se refere predicativo preposicionado ou não.

A torcida chamou o jogador mercenário.

A torcida chamou ao jogador mercenário.

A torcida chamou o jogador de mercenário.

A torcida chamou ao jogador de mercenário.

Chamar com o sentido de *ter por nome* é pronominal: *Como você se chama? Eu me chamo Zenaide.*

Custar

Custar é intransitivo no sentido de *ter determinado valor ou preço*, sendo acompanhado de adjunto adverbial: *Frutas e verduras não deveriam custar muito.*

No sentido de *ser difícil, penoso*, pode ser intransitivo ou transitivo indireto, tendo como sujeito uma oração reduzida de infinitivo.

Muito custa *viver tão longe da família.*
Verbo Intransitivo Oração Subordinada
Substantiva Subjetiva Reduzida de Infinitivo

Custou-me (a mim) *crer nisso.*
Objeto Indireto Oração Subordinada
Substantiva Subjetiva Reduzida de Infinitivo

A Gramática Normativa condena as construções que atribuem ao verbo "custar" um sujeito representado por pessoa: *Custei para entender o problema.*

= **Forma correta:** *Custou-me entender o problema.*

Implicar

Como transitivo direto, esse verbo tem dois sentidos:

A) *dar a entender, fazer supor, pressupor. Suas atitudes implicavam um firme propósito.*

B) *ter como consequência, trazer como consequência, acarretar, provocar. Uma ação implica reação.*

Como transitivo direto e indireto, significa *comprometer, envolver. Implicaram aquele jornalista em questões econômicas.*

No sentido de *antipatizar, ter implicância*, é transitivo indireto e rege com preposição "com": *Implicava com quem não trabalhasse arduamente.*

Namorar

Sempre transitivo direto: *Luísa namora Carlos há dois anos.*

Obedecer - Desobedecer

Sempre transitivo indireto:
Todos obedeceram às regras.
Ninguém desobedece às leis.

Quando o objeto é "coisa", não se utiliza "lhe" nem "lhes": *As leis são essas, mas todos desobedecem a elas.*

Proceder

Proceder é intransitivo no sentido de *ser decisivo, ter cabimento, ter fundamento ou comportar-se, agir*. Nessa segunda acepção, vem sempre acompanhado de adjunto adverbial de modo.

As afirmações da testemunha procediam, não havia como refutá-las.

Você procede muito mal.

Nos sentidos de *ter origem, derivar-se* (rege a preposição "de") e *fazer, executar* (rege complemento introduzido pela preposição "a") é transitivo indireto.

O avião procede de Maceió.

Procedeu-se aos exames.

O delegado procederá ao inquérito.

Querer

Querer é transitivo direto no sentido de *desejar, ter vontade de, cobiçar*.

Querem melhor atendimento.

Queremos um país melhor.

Querer é transitivo indireto no sentido de *ter afeição, estimar, amar*: *Quero muito aos meus amigos.*

Visar

Como transitivo direto, apresenta os sentidos de *mirar, fazer pontaria* e de *pôr visto, rubricar*.

O homem visou o alvo.

O gerente não quis visar o cheque.

No sentido de *ter em vista, ter como meta, ter como objetivo* é transitivo indireto e rege a preposição "a".

O ensino deve sempre visar ao progresso social.

Prometeram tomar medidas que visassem ao bem-estar público.

Esquecer – Lembrar

Lembrar algo – esquecer algo

Lembrar-se de algo – esquecer-se de algo (pronominal)

No 1.º caso, os verbos são transitivos diretos, ou seja, exigem complemento sem preposição: *Ele esqueceu o livro.*

No 2.º caso, os verbos são pronominais (-se, -me, etc) e exigem complemento com a preposição "de". São, portanto, transitivos indiretos:

Ele se esqueceu do caderno.

Eu me esqueci da chave.

Eles se esqueceram da prova.

Nós nos lembramos de tudo o que aconteceu.

Há uma construção em que a *coisa esquecida ou lembrada passa a funcionar como sujeito* e o verbo sofre leve alteração de sentido. É uma construção muito rara na língua contemporânea, porém, é fácil encontrá-la em textos clássicos tanto brasileiros como portugueses. Machado de Assis, por exemplo, fez uso dessa construção várias vezes.

Esqueceu-me a tragédia. (cair no esquecimento)

Lembrou-me a festa. (vir à lembrança)

Não lhe lembram os bons momentos da infância? (= momentos é sujeito)

Simpatizar - Antipatizar

São transitivos indiretos e exigem a preposição "com":
Não simpatizei com os jurados.

Simpatizei com os alunos.

Importante:

A norma culta exige que os verbos e expressões que dão ideia de movimento sejam usados com a preposição "a":

*Chegamos a São Paulo e fomos direto ao hotel.
Cláudia desceu ao segundo andar.
Hoje, com esta chuva, ninguém sairá à rua.*

Regência Nominal

É o nome da relação existente entre um nome (substantivo, adjetivo ou advérbio) e os termos regidos por esse nome. Essa relação é sempre intermediada por uma preposição. No estudo da regência nominal, é preciso levar em conta que vários nomes apresentam exatamente o mesmo regime dos verbos de que derivam. Conhecer o regime de um verbo significa, nesses casos, conhecer o regime dos nomes cognatos. Observe o exemplo: Verbo *obedecer* e os nomes correspondentes: todos regem complementos introduzidos pela preposição **a**. Veja:

*Obedecer a algo/ a alguém.
Obediente a algo/ a alguém.*

Se uma oração completar o sentido de um nome, ou seja, exercer a função de complemento nominal, ela será completiva nominal (subordinada substantiva).

Regência de Alguns Nomes

Substantivos		
<i>Admiração a, por</i>	<i>Devoção a, para, com, por</i>	<i>Medo a, de</i>
<i>Aversão a, para, por</i>	<i>Doutor em</i>	<i>Obediência a</i>
<i>Atentado a, contra</i>	<i>Dúvida acerca de, em, sobre</i>	<i>Ojeriza a, por</i>
<i>Bacharel em</i>	<i>Horror a</i>	<i>Proeminência sobre</i>
<i>Capacidade de, para</i>	<i>Impaciência com</i>	<i>Respeito a, com, para com, por</i>

Adjetivos		
<i>Acessível a</i>	<i>Diferente de</i>	<i>Necessário a</i>
<i>Acostumado a, com</i>	<i>Entendido em</i>	<i>Nocivo a</i>
<i>Afável com, para com</i>	<i>Equivalente a</i>	<i>Paralelo a</i>
<i>Agradável a</i>	<i>Escasso de</i>	<i>Parco em, de</i>
<i>Alheio a, de</i>	<i>Essencial a, para</i>	<i>Passível de</i>
<i>Análogo a</i>	<i>Fácil de</i>	<i>Preferível a</i>
<i>Ansioso de, para, por</i>	<i>Fanático por</i>	<i>Prejudicial a</i>
<i>Apto a, para</i>	<i>Favorável a</i>	<i>Prestes a</i>
<i>Ávido de</i>	<i>Generoso com</i>	<i>Propício a</i>
<i>Benéfico a</i>	<i>Grato a, por</i>	<i>Próximo a</i>
<i>Capaz de, para</i>	<i>Hábil em</i>	<i>Relacionado com</i>
<i>Compatível com</i>	<i>Habitado a</i>	<i>Relativo a</i>
<i>Contemporâneo a, de</i>	<i>Idêntico a</i>	<i>Satisfeito com, de, em, por</i>
<i>Contíguo a</i>	<i>Impróprio para</i>	<i>Semelhante a</i>
<i>Contrário a</i>	<i>Indeciso em</i>	<i>Sensível a</i>
<i>Curioso de, por</i>	<i>Insensível a</i>	<i>Sito em</i>
<i>Descontente com</i>	<i>Liberal com</i>	<i>Suspeito de</i>
<i>Desejoso de</i>	<i>Natural de</i>	<i>Vazio de</i>

Advérbios

Longe de Perto de

Observação:

Os advérbios terminados em *-mente* tendem a seguir o regime dos adjetivos de que são formados: *paralela a; paralelamente a; relativa a; relativamente a.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar - *Português linguagens: volume 3*. – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

AMARAL, Emília... [et al.]. *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação* – São Paulo: FTD, 2000.

SITE

Disponível em: <<http://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint61.php>>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO-2018)

O ano da esperança

O ano de 2017 foi difícil. Avalio pelo número de amigos desempregados. E pedidos de empréstimos. Um atrás do outro. Nunca fui de botar dinheiro nas relações de amizade. Como afirmou Shakespeare, perde-se o dinheiro e o amigo. Nos primeiros pedidos, eu ajudava, com a consciência de que era uma doação. A situação foi piorando. Os argumentos também. No início era para pagar a escola do filho. Depois vieram as mães e avós doentes. Lamentavelmente, aprendi a não ser generoso. Ajudava um rapaz, que não conheço pessoalmente. Mas que sofreu um acidente e não tinha como pagar a fisioterapia. Comecei pagando a fisio. Vieram sucessivas internações, remédios. A situação piorando, eu já estava encomendando missa de sétimo dia. Falei com um amigo médico, no Rio de Janeiro. Ele aceitou tratar o caso gratuitamente. Surpresa! O doente não aparecia para a consulta. Até que o coloquei contra a parede. Ou se consultava ou eu não ajudava mais.

Cheio de saúde, ele foi ao consultório. Pediu uma receita de suplementos para ficar com o corpo atlético. Nunca conheci o sujeito, repito. Eu me senti um idiota por ter caído na história. Só que esse rapaz havia perdido o emprego após o suposto acidente. Foi por isso que me deixei enganar. Mas, ao perder salário, muita gente perde também a vergonha. Pior ainda. A violência aumenta. As pessoas buscam vagas nos mercados em expansão. Se a indústria automobilística vai bem, é lá que vão trabalhar. Podemos esperar por um futuro melhor ou o que nos aguarda é mais descrédito? Novos candidatos vão surgir. Serão novos? Ou os antigos? Ou novos com cabeça de velhos? Todos pedem que a gente tenha uma nova consciência para votar. Como? Num mundo em que as notícias são plantadas pela internet, em que muitos sites servem a qualquer mentira. Digo por mim. Já contaram cada história a meu respeito que nem sei o que dizer. Já inventaram casos de amor, tramas nas novelas que escrevo. Pior. Depois todo mundo me pergunta por que isso

ou aquilo não aconteceu na novela. Se mudei a trama. Respondo: — Nunca foi para acontecer. Era mentira da internet.

Duvidam. Acham que estou mentindo.

CARRASCO, W. O ano da esperança. Época, 25 dez. 2017, p.97. Adaptado.

Considere o trecho "*Podemos esperar por um futuro melhor*". Respeitando-se as regras da norma-padrão e conservando-se o conteúdo informacional, o trecho acima está corretamente reescrito em:

- a) Podemos esperar para um futuro melhor
- b) Podemos esperar com um futuro melhor
- c) Podemos esperar um futuro melhor
- d) Podemos esperar porquanto um futuro melhor
- e) Podemos esperar todavia um futuro melhor

Resposta: Letra C

Em "a": Podemos esperar *para* um futuro melhor = podemos esperar o quê?

Em "b": Podemos esperar *com* um futuro melhor = podemos esperar o quê?

Em "c": Podemos esperar um futuro melhor = correta

Em "d": Podemos esperar **porquanto** um futuro melhor = sentido de "**porque**"

Em "e": Podemos esperar **todavia** um futuro melhor = conjunção adversativa (ideia contrária à apresentada anteriormente)

A única frase correta – e coerente – é *podemos esperar um futuro melhor*.

2. (PETROBRAS – ADMINISTRADOR JÚNIOR – CESGRANRIO-2018)

Considere a seguinte frase: "*Os lançamentos tecnológicos **a** que o autor se refere podem resultar em comportamentos impulsivos nos consumidores desses produtos*". A utilização da preposição destacada **a** é obrigatória para atender às exigências da regência do verbo "referir-se", de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa. É também obrigatório o uso de uma preposição antecedendo o pronome **que** destacado em:

- a) Os consumidores, ao adquirirem um produto **que** quase ninguém possui, recém-lançado no mercado, passam a ter uma sensação de superioridade.
- b) Muitos aparelhos difundidos no mercado nem sempre trazem novidades **que** justifiquem seu preço elevado em relação ao modelo anterior.
- c) O estudo de mapeamento cerebral **que** o pesquisador realizou foi importante para mostrar que o vício em novidades tecnológicas cresce cada vez mais.
- d) O hormônio chamado dopamina é responsável por causar sensações de prazer **que** levam as pessoas a se sentirem recompensadas.
- e) As pessoas, na maioria das vezes, gastam muito mais do que o seu orçamento permite em aparelhos **que** elas não necessitam.

Resposta: Letra E

Em "a": Os consumidores, ao adquirirem um produto **que** (= *o qual*) quase ninguém possui, recém-lançado no mercado, passam a ter uma sensação de superioridade.

Em "b": Muitos aparelhos difundidos no mercado nem sempre trazem novidades **que** (= *as quais*) justifiquem seu preço elevado em relação ao modelo anterior.

Em "c": O estudo de mapeamento cerebral **que** (= *o qual*) o pesquisador realizou foi importante para mostrar que o vício em novidades tecnológicas cresce cada vez mais.

Em "d": O hormônio chamado dopamina é responsável por causar sensações de prazer **que** (= *as quais*) levam as pessoas a se sentirem recompensadas.

Em "e": As pessoas, na maioria das vezes, gastam muito mais do que o seu orçamento permite em aparelhos **de que** (= *das quais*) elas não necessitam.

GABARITO OFICIAL: E

3. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE-2010)

A pobreza é um dos fatores mais comumente responsáveis pelo baixo nível de desenvolvimento humano e pela origem de uma série de mazelas, algumas das quais proibidas por lei ou consideradas crimes. É o caso do trabalho infantil. A chaga encontra terreno fértil nas sociedades subdesenvolvidas, mas também viceja onde o capitalismo, em seu ambiente mais selvagem, obriga crianças e adolescentes a participarem do processo de produção. Foi assim na Revolução Industrial de ontem e nas economias ditas avançadas. E ainda é, nos dias de hoje, nas manufaturas da Ásia ou em diversas regiões do Brasil. Enquanto, entre as nações ricas, o trabalho infantil foi minimizado, já que nunca se pode dizer erradicado, ele continua sendo grave problema nos países mais pobres.

Jornal do Brasil, Editorial, 1.º/7/2010 (com adaptações).

O emprego de preposição em "*a participarem*" é exigido pela regência da forma verbal "obriga".

() CERTO

() ERRADO

Resposta: Certo

(...) **o capitalismo**, em seu ambiente mais selvagem, **obriga crianças e adolescentes a participarem** = quem obriga, obriga alguém (crianças e adolescentes – objeto direto) **a algo** (a participarem – objeto indireto: com preposição – no caso, uma oração com a função de objeto indireto).

4. (PC-SP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA – VUNESP-2013)

Considerando as regras de regência verbal, assinale a alternativa correta.

- a) Ao ver a quantidade excessiva de prateleiras, o amigo comentou de que o livro estava acabando.
- b) Enquanto seu amigo continua encomendando livros de papel, o autor aderiu o livro digital.
- c) Álvaro convenceu-se de que o melhor a fazer seria sair para jantar.
- d) As estantes que o autor aludiu foram projetadas para armazenar livros e CDs.
- e) O único detalhe do apartamento que o amigo se ateve foi o número de estantes.

Resposta: Letra C

Em "a": Ao ver a quantidade excessiva de prateleiras, o amigo comentou de (X) que = *comentou que*

Em "b": Enquanto seu amigo continua encomendando livros de papel, o autor aderiu o = *aderiu ao*

Em "c": Álvaro convenceu-se de que o melhor a fazer seria sair para jantar = correta

Em "d": As estantes que o autor aludiu = às quais/a que

Em "e": O único detalhe do apartamento que o amigo se ateve = *ao qual/ a que*

5. (TJ-SP – ADVOGADO - VUNESP/2013 - ADAPTADA)

Na passagem – ... e ausência de candidatas para preencherê-las. –, substituindo-se o verbo *preencher* por *concorrer* e atendendo-se à norma-padrão, obtém-se:

- a) ... e ausência de candidatas para concorrer a elas.
- b) ... e ausência de candidatas para concorrer à elas.
- c) ... e ausência de candidatas para concorrer-lhes.
- d) ... e ausência de candidatas para concorrê-las.
- e) ... e ausência de candidatas para lhes concorrer.

Resposta: Letra A

Vamos por exclusão: "à elas" está errada, já que não temos acento indicativo de crase antes de pronome pessoal; quando temos um verbo no infinitivo, podemos usar a construção: verbo + preposição + pronome pessoal. Por exemplo: *Dar a eles* (ao invés de "dar-lhes").

COLOCAÇÃO PRONOMINAL

Prezado candidato, o referido assunto já foi abordado no tópico Classe de Palavras.

CRASE

CRASE

A crase se caracteriza como a fusão de duas vogais idênticas, relacionadas ao emprego da preposição "a" com o artigo feminino a(s), com o "a" inicial referente aos pronomes demonstrativos – *aquela(s)*, *aquele(s)*, *aquilo* e com o "a" pertencente ao pronome relativo *a qual* (*as quais*). Casos estes em que tal fusão encontra-se demarcada pelo acento grave (`): à(s), àquela, àquele, àquilo, à qual, às quais.

O uso do acento indicativo de crase está condicionado aos nossos conhecimentos acerca da regência verbal e nominal, mais precisamente ao termo regente e termo regido. Ou seja, o termo regente é o verbo - ou nome - que exige complemento regido pela preposição "a", e o termo regido é aquele que completa o sentido do termo regente, admitindo a anteposição do artigo a(s).

Refiro-me a (a) funcionária antiga, e não a (a) aquela contratada recentemente.

Após a junção da preposição com o artigo (destacados entre parênteses), temos:

Refiro-me à funcionária antiga, e não à aquela contratada recentemente.

O verbo *referir*, de acordo com sua transitividade, classifica-se como transitivo indireto, pois sempre nos referimos *a alguém* ou *a algo*. Houve a fusão da preposição *a* + o artigo feminino (*à*) e com o artigo feminino *a* + o pronome demonstrativo *aquela* (*àquela*).

Observações importantes:

Alguns recursos servem de ajuda para que possamos confirmar a ocorrência ou não da crase. Eis alguns:

- Substitui-se a palavra feminina por uma masculina equivalente. Caso ocorra a combinação *a* + *o(s)*, a crase está confirmada.

Os dados foram solicitados à diretora.

Os dados foram solicitados ao diretor.

- No caso de nomes próprios geográficos, substitui-se o verbo da frase pelo verbo *voltar*. Caso resulte na expressão “voltar da”, há a confirmação da crase.

Faremos uma visita à Bahia.

Faz dois dias que voltamos da Bahia. (crase confirmada)

Não me esqueço da viagem a Roma.

Ao voltar de Roma, lembrarei os belos momentos jamais vividos.



FIQUE ATENTO!

Nas situações em que o nome geográfico se apresentar modificado por um adjunto adnominal, a crase está confirmada.

Atendo-me à bela Fortaleza, senti saudades de suas praias.

Use a regrinha “*Vou A volto DA, crase HÁ; vou A volto DE, crase PRA QUÊ?*” Exemplo: Vou a Campinas. = Volto de Campinas. (crase pra quê?)

Vou à praia. = Volto da praia. (crase há!)

Quando o nome de lugar estiver especificado, ocorrerá crase. Veja:

Retornarei à São Paulo dos bandeirantes. = mesmo que, pela regrinha acima, seja a do “VOLTO DE”
Irei à Salvador de Jorge Amado.

A letra “a” dos pronomes demonstrativos *aquele(s)*, *aquela(s)* e *aquilo* receberão o acento grave se o termo regente exigir complemento regido da preposição “a”.

Entregamos a encomenda àquela menina.
(preposição + pronome demonstrativo)

Iremos àquela reunião.

(preposição + pronome demonstrativo)

Sua história é semelhante às que eu ouvia quando criança. (*àquelas* que eu ouvia quando criança)
(preposição + pronome demonstrativo)

A letra “a” que acompanha locuções femininas (adverbiais, prepositivas e conjuntivas) recebem o acento grave:

- locuções adverbiais: às vezes, à tarde, à noite, às pressas, à vontade...
- locuções prepositivas: à frente, à espera de, à procura de...
- locuções conjuntivas: à proporção que, à medida que.

Cuidado: quando as expressões acima não exercerem a função de locuções não ocorrerá crase. Repare:

Eu adoro a noite!

Adoro o quê? Adoro quem? O verbo “adoro” requer objeto direto, no caso, a noite. Aqui, o “a” é artigo, não preposição.

Casos passíveis de nota:

- A crase é facultativa diante de nomes próprios femininos: *Entreguei o caderno a (à) Eliza.*
- Também é facultativa diante de pronomes possessivos femininos: O diretor fez referência a (à) sua empresa.
- Facultativa em locução prepositiva “até a”: *A loja ficará aberta até as (às) dezoito horas.*
- Constata-se o uso da crase se as locuções prepositivas à moda de, à maneira de apresentarem-se implícitas, mesmo diante de nomes masculinos: *Tenho compulsão por comprar sapatos à Luís XV.* (à moda de Luís XV)
- Não se efetiva o uso da crase diante da locução adverbial “a distância”: *Na praia de Copacabana, observamos a queima de fogos a distância.*

Entretanto, se o termo vier determinado, teremos uma locução prepositiva, aí sim, ocorrerá crase: *O pedestre foi arremessado à distância de cem metros.*

- De modo a evitar o duplo sentido – a ambiguidade –, faz-se necessário o emprego da crase.

Ensino à distância.

Ensino a distância.

- Em locuções adverbiais formadas por palavras repetidas, não há ocorrência da crase.

Ela ficou frente a frente com o agressor.

Eu o seguirei passo a passo.

Casos em que não se admite o emprego da crase:

Antes de vocábulos masculinos.

As produções escritas a lápis não serão corrigidas.

Esta caneta pertence a Pedro.

Antes de verbos no infinitivo.

Ele estava a cantar.

Começou a chover.

Antes de numeral.

O número de aprovados chegou a cem.

Faremos uma visita a dez países.

Observações:

- Nos casos em que o numeral indicar horas – funcionando como uma locução adverbial feminina – ocorrerá crase: *Os passageiros partirão às dezenove horas.*
- Diante de numerais ordinais femininos a crase está confirmada, visto que estes não podem ser empregados sem o artigo: *As saudações foram direcionadas à primeira aluna da classe.*
- Não ocorrerá crase antes da palavra casa, quando essa não se apresentar determinada: *Chegamos todos exaustos a casa.*

Entretanto, se vier acompanhada de um adjunto adnominal, a crase estará confirmada: *Chegamos todos exaustos à casa de Marcela.*

- Não há crase antes da palavra “terra”, quando essa indicar chão firme: *Quando os navegantes regressaram a terra, já era noite.*

Contudo, se o termo estiver precedido por um determinante ou referir-se ao planeta Terra, ocorrerá crase.

Paulo viajou rumo à sua terra natal.

O astronauta voltou à Terra.

- Não ocorre crase antes de pronomes que requerem o uso do artigo.

Os livros foram entregues a mim.

Dei a ela a merecida recompensa.

- Pelo fato de os pronomes de tratamento relativos à senhora, senhorita e *madame* admitirem artigo, o uso da crase está confirmado no “a” que os antecede, no caso de o termo regente exigir a preposição.

Todos os méritos foram conferidos à senhorita Patrícia.

- Não ocorre crase antes de nome feminino utilizado em sentido genérico ou indeterminado:

Estamos sujeitos a críticas.

Refiro-me a conversas paralelas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.^a ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português linguagens: volume 3 – 7.^a ed. Reform.* – São Paulo: Saraiva, 2010.

SITE

Disponível em: <<http://www.portugues.com.br/gramatica/o-uso-crase-.html>>

**EXERCÍCIOS COMENTADOS**

1. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SOLDADO PM 2.^a CLASSE – VUNESP/2017) O acento indicativo de crase está empregado corretamente em:

- O personagem evita considerar à internet responsável por suas atitudes.
- O personagem reconheceu que já tinha uma propensão à jogar o tempo fora.
- O personagem tinha um comportamento indiferente à qualquer influência da internet.
- O personagem refere-se à uma maneira de se portar com relação ao tempo.
- O personagem revelou à pessoa com quem conversava que jogava o tempo fora.

Resposta: Letra E

Aos itens:

Em “a”, evita considerar à internet = **a** internet (objeto direto)

Em “b”, tinha uma propensão à jogar = **a** jogar (sem acento grave indicativo de crase antes de verbo no infinitivo)

Em “c”, tinha um comportamento indiferente à qualquer influência = **a** qualquer (antes de pronome indefinido)

Em “d”, refere-se à uma maneira = **a** uma (antes de artigo indefinido)

Em “e”, O personagem revelou à pessoa com quem conversava que jogava o tempo fora = *revelou o quê? que jogava o tempo fora; revelou a quem? à pessoa* (objeto indireto, com preposição) = correta.

2. (PM-SP - SOLDADO DE 2.^a CLASSE – VUNESP-2017)

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto a seguir.

Quase 30 anos depois de iniciar um trabalho de atendimento ____ presos da Casa de Detenção, em São Paulo, o médico oncologista Drauzio Varella chega ao fim de uma trilogia com o livro “Prisioneiras”. Depois de “Estação Carandiru” (1999), que mostra ____ entranhas daquela que foi ____ maior prisão da América Latina, e de “Carcereiros” (2012), sobre os funcionários que trabalham no sistema prisional, Varella agora faz um retrato das detentas da Penitenciária Feminina da Capital, também na capital paulista, onde cumprem pena mais de duas mil mulheres.

(<https://oglobo.globo.com>. Adaptado)

- à ... às ... a
- a ... as ... a
- a ... às ... a
- à ... às ... à
- a ... as ... à

Resposta: Letra B

Quase 30 anos depois de iniciar um trabalho de atendimento **a** (*preposição – regência nominal de “atendimento”, mas sem acento grave por estar diante*

de palavra masculina) presos da Casa de Detenção, em São Paulo, o médico oncologista Drauzio Varella chega ao fim de uma trilogia com o livro "Prisioneiras". Depois de "Estação Carandiru" (1999), que mostra **as** (objeto direto do verbo "mostrar") entranhas daquela que foi **a** (artigo definido) maior prisão da América Latina, e de "Carcereiros" (2012), sobre os funcionários que trabalham no sistema prisional, Varella agora faz um retrato das detentas da Penitenciária Feminina da Capital, também na capital paulista, onde cumprem pena mais de duas mil mulheres.

Teremos: **a / as / a**.

3. (CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS-SP - OFICIAL DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO - VUNESP-2018) Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está empregado corretamente.

- a) Algumas pessoas com supermemória chegam à sofrer com dores de cabeça.
- b) Há lembranças tão vivas que nos fazem voltar à episódios de nosso passado.
- c) Lembrar-se do passado pode ser uma tarefa muito difícil à determinadas pessoas.
- d) Ela referiu-se à vontade de esquecer completamente os momentos dolorosos.
- e) Ao nos atermos à uma experiência ruim, desconsideramos o que ela traz de bom.

Resposta: Letra D

Aos itens:

Em "a", chegam à sofrer = **a sofrer** (antes de verbo no infinitivo não se usa acento grave)

Em "b", que nos fazem voltar à episódios = **a episódios** (palavra masculina e no plural)

Em "c", pode ser uma tarefa muito difícil à determinadas = **a determinadas** (palavra no plural e presença só da preposição)

Em "d", Ela referiu-se à vontade = correta (*quem se refere, refere-se a algo ou a alguém*)

Em "e", Ao nos atermos à uma experiência = **a uma** (antes de artigo indefinido)

4. (IPSM-SP - ASSISTENTE DE GESTÃO MUNICIPAL - VUNESP-2018) De acordo com a norma-padrão, o acento indicativo da crase está corretamente empregado em:

- a) O leitor aludiu à escrita como se ela fosse questão de talento: quem não tem, não vai nunca aprender.
- b) A escrita deve levar o texto à uma riqueza, marcada pela clareza e precisão, afastando o leitor da confusão ou tédio.
- c) De parte à parte, o texto precisa organizar-se como um tecido coeso e claro, instigando, assim, o leitor.
- d) Existem aquelas pessoas que chegam à conclusões semelhantes, no entanto elas seguem pelo lado oposto.
- e) Também não estamos falando só de correção gramatical e ortográfica. Estamos nos referindo à pensamento.

Resposta: Letra A

Em "a", O leitor aludiu à escrita = correta (regência do verbo "aludir" pede preposição)

Em "b", A escrita deve levar o texto à uma riqueza = **a uma** (antes de artigo indefinido)

Em "c", De parte à parte = **parte a parte** (entre palavras repetidas)

Em "d", Existem aquelas pessoas que chegam à conclusões = **a conclusões** (antes de palavra no plural e o "a" está "sozinho" = somente preposição)

Em "e", Estamos nos referindo à pensamento = **a pensamento** (palavra masculina)

5. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES-SP - AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO - VUNESP-2018)

No começo do século 20, a rápida industrialização nos Estados Unidos deu origem _____ algumas das maiores fortunas que o mundo já viu. Famílias como os Vanderbilt e os Rockefeller investiram em ferrovias, petróleo e aço, obtendo um grande retorno, e passaram _____ ostentar sua riqueza. O período ficou conhecido como Era Dourada. A desigualdade nunca foi tão grande – até agora. É o que mostra um relatório da UBS, companhia de serviços financeiros, feito em parceria com a consultora PwC.

Para os autores do documento, a primeira Era Dourada aconteceu entre 1870 e 1910. Segundo eles, a atual começou em 1980 e deve se estender pelos próximos 10 a 20 anos, prolongada pelo desempenho econômico da Ásia e de negócios ligados _____ tecnologia.

(IstoÉ, 15.11.2017. Adaptado)

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) a ... a ... a
- b) à ... à ... à
- c) a ... à ... à
- d) à ... à ... a
- e) a ... a ... à

Resposta: Letra E

Vamos aos trechos:

a rápida industrialização nos Estados Unidos deu origem **a algumas das maiores fortunas** = antes de pronome indefinido

e passaram **a ostentar sua riqueza** = antes de verbo no infinitivo

e de negócios ligados **a tecnologia** = regência nominal de "ligados" pede preposição

6. (CÂMARA MUNICIPAL DE COTIA-SP - CONTADOR - VUNESP-2017) Assinale a alternativa correta quanto ao emprego do acento indicativo da crase.

- a) A circulação instantânea das notícias falsas, as quais chegam à um grande público devido à rapidez da internet, é favorável à formação de ondas de credulidade.
- b) A circulação instantânea das notícias falsas, às quais chegam à muitas pessoas devido a rapidez da internet, favorece que se formem ondas de credulidade.

- c) A circulação instantânea das notícias falsas, as quais chegam a muitas pessoas devido à rapidez da internet, é favorável à formação de ondas de credulidade.
- d) A circulação instantânea das notícias falsas, às quais chegam a um grande número de pessoas devido à rapidez da internet, é favorável as ondas de credulidade que se formam.
- e) A circulação instantânea das notícias falsas, às quais chegam a muitas pessoas devido a rapidez da internet, favorece à formação de ondas de credulidade.

Resposta: Letra C

Acertos entre parênteses:

Em "a", as quais chegam à um (a um) grande público devido à rapidez (ok) da internet, é **favorável à** formação (ok)

Em "b", às quais (as quais) chegam à muitas (a muitas) pessoas devido a rapidez (à rapidez) da internet

Em "c", as quais chegam a muitas pessoas devido a rapidez da internet, é favorável à formação = correta

Em "d", às quais (as quais) chegam a um (ok) grande número de pessoas devido à rapidez (ok) da internet, é favorável as ondas (às ondas)

Em "e", às quais (as quais) chegam a muitas (ok) pessoas devido a rapidez (à rapidez) da internet, **favorece** à formação (a formação)

Observação: quanto à regência verbal de "**favorecer**" = pede complemento verbal direto (**favorece o quê? favorece quem?**); já a regência nominal de "**favorável**" pede preposição (**favorável a quem? a quê?**).

SINTAXE

FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO TERMOS DA ORAÇÃO COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

Frase é todo enunciado suficiente por si mesmo para estabelecer comunicação. Normalmente é composta por dois termos – o sujeito e o predicado – mas não obrigatoriamente, pois há orações ou frases sem sujeito: *Trovejou muito ontem à noite.*

Quanto aos tipos de frases, além da classificação em verbais (possuem verbos, ou seja, são orações) e nominais (sem a presença de verbos), feita a partir de seus elementos constituintes, elas podem ser classificadas a partir de seu sentido global:

- A)** frases interrogativas = o emissor da mensagem formula uma pergunta: *Que dia é hoje?*
- B)** frases imperativas = o emissor dá uma ordem ou faz um pedido: *Dê-me uma luz!*
- C)** frases exclamativas = o emissor exterioriza um estado afetivo: *Que dia abençoado!*
- D)** frases declarativas = o emissor constata um fato: *A prova será amanhã.*

Quanto à estrutura da frase, as que possuem verbo (oração) são estruturadas por dois elementos essenciais: sujeito e predicado.

O sujeito é o termo da frase que concorda com o verbo em número e pessoa. É o "ser de quem se declara algo", "o tema do que se vai comunicar"; o predicado é a parte da frase que contém "a informação nova para o ouvinte", é o que "se fala do sujeito". Ele se refere ao tema, constituindo a declaração do que se atribui ao sujeito.

Quando o núcleo da declaração está no **verbo** (que indique ação ou fenômeno da natureza, seja um verbo significativo), temos o **predicado verbal**. Mas, se o núcleo estiver em um nome (geralmente um adjetivo), teremos um **predicado nominal** (os verbos deste tipo de predicado são os que indicam estado, conhecidos como **verbos de ligação**):

O menino limpou a sala. = "limpou" é verbo de ação (predicado verbal)

A prova foi fácil. – "foi" é verbo de ligação (ser); o núcleo é "fácil" (predicado nominal)

Quanto ao período, ele denomina a frase constituída por uma ou mais orações, formando um todo, com sentido completo. O período pode ser simples ou composto.

Período simples é aquele constituído por apenas uma oração, que recebe o nome de oração absoluta.

Chove.

A existência é frágil.

Amanhã, à tarde, faremos a prova do concurso.

Período composto é aquele constituído por duas ou mais orações:

Cantei, dancei e depois dormi.

Quero que você estude mais.

Termos da Oração

Termos essenciais

O **sujeito e o predicado** são considerados termos essenciais da oração, ou seja, são termos indispensáveis para a formação das orações. No entanto, existem orações formadas exclusivamente pelo predicado. O que define a oração é a presença do verbo. O sujeito é o termo que estabelece concordância com o verbo.

O candidato está preparado.

Os candidatos estão preparados.

Na primeira frase, o sujeito é "o candidato". "Candidato" é a principal palavra do sujeito, sendo, por isso, denominada núcleo do sujeito. Este se relaciona com o verbo, estabelecendo a concordância (núcleo no singular, verbo no singular: *candidato = está*).

A função do sujeito é basicamente desempenhada por substantivos, o que a torna uma função substantiva da oração. Pronomes, substantivos, numerais e quaisquer outras palavras substantivadas (derivação imprópria) também podem exercer a função de sujeito.

Os dois sumiram. (dois é numeral; no exemplo, substantivo)

Um sim é suave e sugestivo. (sim é advérbio; no exemplo: substantivo)

Os sujeitos são classificados a partir de dois elementos: o de determinação ou indeterminação e o de núcleo do sujeito.

Um sujeito é determinado quando é facilmente identificado pela concordância verbal. O sujeito determinado pode ser **simples** ou **composto**.

A **indeterminação do sujeito** ocorre quando não é possível identificar claramente a que se refere a concordância verbal. Isso ocorre quando não se pode ou não interessa indicar precisamente o sujeito de uma oração.

Estão gritando seu nome lá fora.

Trabalha-se demais neste lugar.

O **sujeito simples** é o sujeito determinado que apresenta um único núcleo, *que pode estar no singular ou no plural*; pode também ser um pronome indefinido. Abaixo, sublinhei os núcleos dos sujeitos:

Nós estudaremos juntos.

A humanidade é frágil.

Ninguém se move.

O amar faz bem. ("amar" é verbo, mas aqui houve uma derivação imprópria, transformando-o em substantivo)

As crianças precisam de alimentos saudáveis.

O **sujeito composto** é o sujeito determinado que apresenta mais de um núcleo.

Alimentos e roupas custam caro.

Ela e eu sabemos o conteúdo.

O amar e o odiar são duas faces da mesma moeda.

Além desses dois sujeitos determinados, é comum a referência ao **sujeito implícito na desinência verbal** (o "antigo" **sujeito oculto [ou elíptico]**), isto é, ao núcleo do sujeito que está implícito e que *pode ser reconhecido pela desinência verbal ou pelo contexto*.

Abolimos todas as regras. = (nós)

Falaste o recado à sala? = (tu)

Os verbos deste tipo de sujeito estão sempre na primeira pessoa do singular (eu) ou plural (nós) ou na segunda do singular (tu) ou do plural (vós), desde que os pronomes não estejam explícitos.

Iremos à feira juntos? (= nós iremos) – sujeito implícito na desinência verbal "-mos"

Cantais bem! (= vós cantais) – sujeito implícito na desinência verbal "-ais"

Mas:

Nós iremos à festa juntos? = sujeito simples: nós

Vós cantais bem! = sujeito simples: vós

O **sujeito indeterminado** surge quando não se quer - ou não se pode - identificar a que o predicado da oração refere-se. Existe uma referência imprecisa ao sujeito, caso contrário, teríamos uma oração sem sujeito.

Na língua portuguesa, o sujeito pode ser indeterminado de duas maneiras:

A) com verbo na terceira pessoa do plural, desde que o sujeito não tenha sido identificado anteriormente:

Bateram à porta;

Andam espalhando boatos a respeito da queda do ministro.

Se o sujeito estiver identificado, poderá ser simples ou composto:

Os meninos bateram à porta. (simples)

Os meninos e as meninas bateram à porta. (composto)

B) com o verbo na terceira pessoa do singular, acrescido do pronome "se". Esta é uma construção típica dos verbos que não apresentam complemento direto:

Precisa-se de mentes criativas.

Vivia-se bem naqueles tempos.

Trata-se de casos delicados.

Sempre se está sujeito a erros.

O pronome "se", nestes casos, funciona como índice de indeterminação do sujeito.

As **orações sem sujeito**, formadas apenas pelo predicado, articulam-se a partir de um verbo impessoal. A mensagem está centrada no processo verbal. Os principais casos de orações sem sujeito com:

- os verbos que indicam fenômenos da natureza:

Amanheceu.

Está trovejando.

- os verbos *estar*, *fazer*, *haver* e *ser*, quando indicam fenômenos meteorológicos ou se relacionam ao tempo em geral:

Está tarde.

Já são dez horas.

Faz frio nesta época do ano.

Há muitos concursos com inscrições abertas.

Predicado é o conjunto de enunciados que contém a informação sobre o sujeito – ou nova para o ouvinte. Nas orações sem sujeito, o predicado simplesmente enuncia um fato qualquer. Nas orações com sujeito, o predicado é aquilo que se declara a respeito deste sujeito. Com exceção do vocativo – que é um termo à parte – tudo o que difere do sujeito numa oração é o seu predicado.

Chove muito nesta época do ano.

Houve problemas na reunião.

Em ambas as orações não há sujeito, apenas predicado. Na segunda oração, "problemas" funciona como objeto direto.

As questões estavam fáceis!

Sujeito simples = as questões

Predicado = estavam fáceis

Passou-me uma ideia estranha pelo pensamento.

Sujeito = uma ideia estranha

Predicado = passou-me pelo pensamento

Para o estudo do predicado, é necessário verificar se seu *núcleo* é um nome (então teremos um *predicado nominal*) ou um verbo (*predicado verbal*). Deve-se considerar também se as palavras que formam o predicado referem-se apenas ao verbo ou também ao sujeito da oração.

Os homens sensíveis pedem amor sincero às mulheres de opinião.

Predicado

O predicado acima apresenta apenas uma palavra que se refere ao sujeito: *pedem*. As demais palavras se ligam direta ou indiretamente ao verbo.

A cidade está deserta.

O nome “deserta”, por intermédio do verbo, refere-se ao sujeito da oração (*cidade*). O verbo atua como elemento de ligação (por isso *verbo de ligação*) entre o sujeito e a palavra a ele relacionada (no caso: *deserta* = predicativo do sujeito).

O **predicado verbal** é aquele que tem como núcleo significativo um verbo:

Chove muito nesta época do ano.

Estudei muito hoje!

Compraste a apostila?

Os verbos acima são significativos, isto é, não servem apenas para indicar o estado do sujeito, mas indicam processos.

O **predicado nominal** é aquele que tem como núcleo significativo um nome; este atribui uma qualidade ou estado ao sujeito, por isso é chamado de **predicativo do sujeito**. O predicativo é um nome que se liga a outro nome da oração por meio de um verbo (o verbo de ligação).

Nos predicados nominais, o verbo não é significativo, isto é, não indica um processo, mas une o sujeito ao predicativo, indicando circunstâncias referentes ao estado do sujeito: *Os dados parecem corretos*.

O verbo *parecer* poderia ser substituído por *estar*, *andar*, *ficar*, *ser*, *permanecer* ou *continuar*, atuando como elemento de ligação entre o sujeito e as palavras a ele relacionadas.

A função de predicativo é exercida, normalmente, por um adjetivo ou substantivo.

O **predicado verbo-nominal** é aquele que apresenta dois núcleos significativos: um verbo e um nome. No predicado verbo-nominal, o predicativo pode se referir ao sujeito ou ao complemento verbal (objeto).

O verbo do predicado verbo-nominal é sempre significativo, indicando processos. É também sempre por intermédio do verbo que o predicativo se relaciona com o termo a que se refere.

O dia amanheceu ensolarado;

As mulheres julgam os homens inconstantes.

No primeiro exemplo, o verbo *amanheceu* apresenta duas funções: a de verbo significativo e a de verbo de ligação. Este predicado poderia ser desdobrado em dois: um verbal e outro nominal.

O dia amanheceu. / O dia estava ensolarado.

No segundo exemplo, é o verbo *julgar* que relaciona o complemento *homens* com o predicativo “inconstantes”.

Termos integrantes da oração

Os *complementos verbais* (objeto direto e indireto) e o *complemento nominal* são chamados *termos integrantes da oração*.

Os complementos verbais integram o sentido dos verbos transitivos, com eles formando unidades significativas. Estes verbos podem se relacionar com seus complementos diretamente, sem a presença de preposição, ou indiretamente, por intermédio de preposição.

O **objeto direto** é o complemento que se liga diretamente ao verbo.

Houve muita confusão na partida final.

Queremos sua ajuda.

O **objeto direto preposicionado** ocorre principalmente:

A) com nomes próprios de pessoas ou nomes comuns referentes a pessoas:

Amar a Deus; Adorar a Xangô; Estimar aos pais.

(o objeto é direto, mas como há preposição, denomina-se: *objeto direto preposicionado*)

B) com pronomes indefinidos de pessoa e pronomes de tratamento: *Não excludo a ninguém; Não quero cansar a Vossa Senhoria.*

C) para evitar ambiguidade: *Ao povo prejudica a crise.* (sem preposição, o sentido seria outro: *O povo prejudica a crise*)

O **objeto indireto** é o complemento que se liga indiretamente ao verbo, ou seja, através de uma **preposição**.

Gosto de música popular brasileira.

Necessito de ajuda.

Objeto Pleonástico

É a repetição de objetos, tanto diretos como indiretos.

Normalmente, as frases em que ocorrem objetos pleonásticos obedecem à estrutura: primeiro aparece o objeto, antecipado para o início da oração; em seguida, ele é repetido através de um pronome oblíquo. É a repetição que se dá o nome de objeto pleonástico.

"**Aos** **fracos**, não **os** posso proteger, jamais." (Gonçalves Dias)

↓
objeto pleonástico



Ao traidor, nada **lhe** devemos.

O termo que integra o sentido de um nome chama-se **complemento nominal**, que se liga ao nome que completa por intermédio de preposição:

A arte é necessária à vida. = relaciona-se com a palavra "necessária"

Temos medo de barata. = ligada à palavra "medo"

Termos acessórios da oração e vocativo

Os termos acessórios recebem este nome por serem explicativos, circunstanciais. São termos acessórios o *adjunto adverbial*, o *adjunto adnominal*, o *aposto* e o *vocativo* – este, sem relação sintática com outros termos da oração.

O **adjunto adverbial** é o termo da oração que indica uma circunstância do processo verbal ou intensifica o sentido de um adjetivo, verbo ou advérbio. É uma função adverbial, pois cabe ao advérbio e às locuções adverbiais exercerem o papel de adjunto adverbial: *Amanhã voltarei a pé àquela velha praça.*

O **adjunto adnominal** é o termo acessório que determina, especifica ou explica um substantivo. É uma função adjetiva, pois são os adjetivos e as locuções adjetivas que exercem o papel de adjunto adnominal na oração. Também atuam como adjuntos adnominais os artigos, os numerais e os pronomes adjetivos.

O poeta inovador enviou dois longos trabalhos ao seu amigo de infância.

O adjunto adnominal se liga diretamente ao substantivo a que se refere, sem participação do verbo. Já o predicativo do objeto se liga ao objeto por meio de um verbo.

O poeta português deixou uma obra originalíssima.

O poeta deixou-a.

(*originalíssima* não precisou ser repetida, portanto: adjunto adnominal)

O poeta português deixou uma obra inacabada.

O poeta deixou-a inacabada.

(*inacabada* precisou ser repetida, então: predicativo do objeto)

Enquanto o complemento nominal se relaciona a um substantivo, adjetivo ou advérbio, o adjunto nominal se relaciona apenas ao substantivo.

O **aposto** é um termo acessório que permite ampliar, explicar, desenvolver ou resumir a ideia contida em um termo que exerça qualquer função sintática: *Ontem, segunda-feira, passei o dia mal-humorado.*

Segunda-feira é aposto do adjunto adverbial de tempo "ontem". O aposto é sintaticamente equivalente ao termo que se relaciona porque poderia substituí-lo: *Segunda-feira passei o dia mal-humorado.*

O aposto pode ser classificado, de acordo com seu valor na oração, em:

- A)** explicativo: *A linguística, ciência das línguas humanas, permite-nos interpretar melhor nossa relação com o mundo.*
- B)** enumerativo: *A vida humana compõe-se de muitas coisas: amor, arte, ação.*
- C)** resumidor ou recapitulativo: *Fantasias, suor e sonho, tudo forma o carnaval.*
- D)** comparativo: *Seus olhos, indagadores holofotes, fixaram-se por muito tempo na baía anoitecida.*

O **vocativo** é um termo que serve para chamar, invocar ou interpelar um ouvinte real ou hipotético, não mantendo relação sintática com outro termo da oração. A função de vocativo é substantiva, cabendo a substantivos, pronomes substantivos, numerais e palavras substantivadas esse papel na linguagem.

João, venha comigo!

Traga-me doces, minha menina!

Períodos Compostos

Período Composto por Coordenação

O período composto se caracteriza por possuir mais de uma oração em sua composição. Sendo assim:

Eu irei à praia. (Período Simples = um verbo, uma oração)

Estou comprando um protetor solar, depois irei à praia. (Período Composto = locução verbal + verbo, duas orações)

Já me decidi: só irei à praia, se antes eu comprar um protetor solar. (Período Composto = três verbos, três orações).

Há dois tipos de relações que podem se estabelecer entre as orações de um período composto: uma relação de coordenação ou uma relação de subordinação.

Duas orações são coordenadas quando estão juntas em um mesmo período, (ou seja, em um mesmo bloco de informações, marcado pela pontuação final), mas têm, ambas, estruturas individuais, como é o exemplo de:

Estou comprando um protetor solar, depois irei à praia. (Período Composto)

Podemos dizer:

1. *Estou comprando um protetor solar.*
2. *Irei à praia.*

Separando as duas, vemos que elas são independentes. Tal período é classificado como **Período Composto por Coordenação**.

Quanto à classificação das orações coordenadas, temos dois tipos: *Coordenadas Assindéticas* e *Coordenadas Sindéticas*.

A) Coordenadas Assindéticas

São orações coordenadas entre si e que não são ligadas através de nenhum conectivo. Estão apenas justapostas.

Entre na sala, deitei-me no sofá, adormeci.

B) Coordenadas Sindéticas

Ao contrário da anterior, são orações coordenadas entre si, mas que são ligadas através de uma conjunção coordenativa, que dará à oração uma classificação. As orações coordenadas sindéticas são classificadas em cinco tipos: *aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas*.

Dica: Memorize **SIN**dética = **SIM**, tem conjunção!

- **Orações Coordenadas Sindéticas Aditivas:** suas principais conjunções são: *e, nem, não só... mas também, não só... como, assim... como.*

Nem comprei o protetor solar nem fui à praia.

Comprei o protetor solar e fui à praia.

- **Orações Coordenadas Sindéticas Adversativas:** suas principais conjunções são: *mas, contudo, todavia, entretanto, porém, no entanto, ainda, assim, senão.*

Fiquei muito cansada, contudo me diverti bastante.

Lì tudo, porém não entendi!

- **Orações Coordenadas Sindéticas Alternativas:** suas principais conjunções são: *ou... ou; ora...ora; quer...quer; seja...seja.*

Ou uso o protetor solar, ou uso o óleo bronzeador.

- **Orações Coordenadas Sindéticas Conclusivas:** suas principais conjunções são: *logo, portanto, por fim, por conseguinte, consequentemente, pois (posposto ao verbo).*

Passei no concurso, portanto comemorarei!

A situação é delicada; devemos, pois, agir.

- **Orações Coordenadas Sindéticas Explicativas:** suas principais conjunções são: *isto é, ou seja, a saber, na verdade, pois (anteposto ao verbo).*

Não fui à praia, pois queria descansar durante o Domingo.

Maria chorou porque seus olhos estão vermelhos.

Período Composto Por Subordinação

Quero	que você seja aprovado!
Oração principal	oração subordinada

Observe que na oração subordinada temos o verbo "seja", que está conjugado na terceira pessoa do singular do presente do subjuntivo, além de ser introduzida por conjunção. As orações subordinadas que apresentam verbo em qualquer dos tempos finitos (tempos do modo do indicativo, subjuntivo e imperativo) e são iniciadas por conjunção, chamam-se **orações desenvolvidas** ou explícitas.

Podemos modificar o período acima. Veja:

Quero	ser aprovado.
Oração Principal	Oração Subordinada

A análise das orações continua sendo a mesma: "Quero" é a oração principal, cujo objeto direto é a oração subordinada "ser aprovado". Observe que a oração subordinada apresenta agora verbo no infinitivo (ser). Além disso, a conjunção "que", conectivo que unia as duas orações, desapareceu. As orações subordinadas cujo verbo surge numa das formas nominais (infinitivo, gerúndio ou particípio) são chamadas de **orações reduzidas** ou implícitas (como no exemplo acima).

Observação:

As orações reduzidas não são introduzidas por conjunções nem pronomes relativos. Podem ser, eventualmente, introduzidas por preposição.

A) Orações Subordinadas Substantivas

A oração subordinada substantiva tem valor de substantivo e vem introduzida, geralmente, por *conjunção integrante (que, se)*.

Não sei	se sairemos hoje.
	Oração Subordinada Substantiva

Temos medo	de que não sejamos aprovados.
	Oração Subordinada Substantiva

Os pronomes interrogativos (*que, quem, qual*) também introduzem as orações subordinadas substantivas, bem como os advérbios interrogativos (*por que, quando, onde, como*).

O garoto perguntou	qual seu nome.
	Oração Subordinada Substantiva

Não sabemos	quando ele virá.
	Oração Subordinada Substantiva

Classificação das Orações Subordinadas Substantivas

Conforme a função que exerce no período, a oração subordinada substantiva pode ser:

1. **Subjetiva** - exerce a função sintática de sujeito do verbo da oração principal:

É fundamental	o seu comparecimento à reunião.
	Sujeito

É fundamental	que você compareça à reunião.
Oração Principal	Oração Subordinada
Substantiva Subjetiva	



FIQUE ATENTO!

Observe que a oração subordinada substantiva pode ser substituída pelo pronome "isso". Assim, temos um período simples:

É fundamental isso ou Isso é fundamental.

Desta forma, a oração correspondente a "isso" exercerá a função de sujeito.

Veja algumas estruturas típicas que ocorrem na oração principal:

• **Verbos de ligação + predicativo**, em construções do tipo: *É bom - É útil - É conveniente - É certo - Parece certo - É claro - Está evidente - Está comprovado - É bom que você compareça à minha festa.*

• **Expressões na voz passiva**, como: *Sabe-se, Soube-se, Conta-se, Diz-se, Comenta-se, É sabido, Foi anunciado, Ficou provado. Sabe-se que Aline não gosta de Pedro.*

• **Verbos como**: *convir - cumprir - constar - admirar - importar - ocorrer - acontecer - Convém que não se atrase na entrevista.*

Observação:

Quando a oração subordinada substantiva é subjetiva, o verbo da oração principal está sempre na 3.ª pessoa do singular.

2. Objetiva Direta = exerce função de objeto direto do verbo da oração principal:

Todos querem sua aprovação no concurso.
Objeto Direto

Todos querem que você seja aprovado. (Todos querem isso)
Oração Principal Oração Subordinada
Substantiva Objetiva Direta

As orações subordinadas substantivas objetivas diretas (desenvolvidas) são iniciadas por:

- **Conjunções integrantes "que"** (às vezes elíptica) e "se": *A professora verificou se os alunos estavam presentes.*
- **Pronomes indefinidos que, quem, qual, quanto** (às vezes regidos de preposição), nas interrogações indiretas: *O pessoal queria saber quem era o dono do carro importado.*
- **Advérbios como, quando, onde, por que, quão** (às vezes regidos de preposição), nas interrogações indiretas: *Eu não sei por que ela fez isso.*

3. Objetiva Indireta = atua como objeto indireto do verbo da oração principal. Vem precedida de preposição.

Meu pai insiste em meu estudo.
Objeto Indireto

Meu pai insiste em que eu estude. (= Meu pai insiste nisso)

Oração Subordinada Substantiva
Objetiva Indireta

Observação:

Em alguns casos, a preposição pode estar elíptica na oração.

Marta não gosta (de) que a chamem de senhora.
Oração Subordinada

Substantiva Objetiva Indireta

4. Completiva Nominal = completa um nome que pertence à oração principal e também vem marcada por preposição.

Sentimos orgulho de seu comportamento.
Complemento Nominal

Sentimos orgulho de que você se comportou. (= Sentimos orgulho disso.)

Oração Subordinada
Substantiva Completiva Nominal

As orações subordinadas substantivas objetivas indiretas integram o sentido de um verbo, enquanto que orações subordinadas substantivas completivas nominais integram o sentido de um nome. Para distinguir uma da outra, é necessário levar em conta o termo complementado. Esta é a diferença entre o objeto indireto e o complemento nominal: o primeiro complementa um verbo; o segundo, um nome.

5. Predicativa = exerce papel de predicativo do sujeito do verbo da oração principal e vem sempre depois do verbo *ser*.

Nosso desejo era sua desistência.
Predicativo do Sujeito

Nosso desejo era que ele desistisse. (= Nosso desejo era isso)

Oração Subordinada
Substantiva Predicativa

6. Apositiva = exerce função de aposto de algum termo da oração principal.

Fernanda tinha um grande sonho: a felicidade!
Aposto

Fernanda tinha um grande sonho: ser feliz!
Oração subordinada substantiva apositiva reduzida de infinitivo

(Fernanda tinha um grande sonho: isso)

Dica: geralmente há a presença dos dois pontos! (:)

B) Orações Subordinadas Adjetivas

Uma oração subordinada adjetiva é aquela que possui valor e função de adjetivo, ou seja, que a ele equivale. As orações vêm introduzidas por pronome relativo e exercem a função de adjunto adnominal do antecedente.

Esta foi uma redação bem-sucedida.
Substantivo Adjetivo (Adjunto Adnominal)

O substantivo "redação" foi caracterizado pelo adjetivo "bem-sucedida". Neste caso, é possível formarmos outra construção, a qual exerce exatamente o mesmo papel:

Esta foi uma redação que fez sucesso.
Oração Principal Oração Subordinada Adjetiva

Perceba que a conexão entre a oração subordinada adjetiva e o termo da oração principal que ela modifica é feita pelo pronome relativo "que". Além de conectar (ou relacionar) duas orações, o pronome relativo desempenha uma função sintática na oração subordinada: ocupa o papel que seria exercido pelo termo que o antecede (no caso, "redação" é sujeito, então o "que" também funciona como sujeito).



FIQUE ATENTO!

Vale lembrar um recurso didático para reconhecer o pronome relativo "que": ele sempre pode ser substituído por: *o qual - a qual - os quais - as quais*.
*Refiro-me ao aluno **que** é estudioso.* = Esta oração é equivalente a: *Refiro-me ao aluno **o qual** estuda.*

Forma das Orações Subordinadas Adjetivas

Quando são introduzidas por um pronome relativo e apresentam verbo no modo indicativo ou subjuntivo, as orações subordinadas adjetivas são chamadas desenvolvidas. Além delas, existem as orações subordinadas adjetivas reduzidas, que não são introduzidas por pronome relativo (podem ser introduzidas por preposição) e apresentam o verbo numa das formas nominais (infinitivo, gerúndio ou particípio).

Ele foi o primeiro aluno que se apresentou.

Ele foi o primeiro aluno a se apresentar.

No primeiro período, há uma oração subordinada adjetiva desenvolvida, já que é introduzida pelo pronome relativo "que" e apresenta verbo conjugado no pretérito perfeito do indicativo. No segundo, há uma oração subordinada adjetiva reduzida de infinitivo: não há pronome relativo e seu verbo está no infinitivo.

Classificação das Orações Subordinadas Adjetivas

Na relação que estabelecem com o termo que caracterizam, as orações subordinadas adjetivas podem atuar de duas maneiras diferentes. Há aquelas que restringem ou especificam o sentido do termo a que

se referem, individualizando-o. Nestas orações não há marcação de pausa, sendo chamadas subordinadas adjetivas restritivas. Existem também orações que realçam um detalhe ou amplificam dados sobre o antecedente, que já se encontra suficientemente definido. Estas orações denominam-se subordinadas adjetivas explicativas.

Exemplo 1:

*Jamais teria chegado aqui, não fosse um homem **que passava naquele momento**.*

Oração Subordinada Adjetiva Restritiva

No período acima, observe que a oração em destaque restringe e particulariza o sentido da palavra "homem": trata-se de um homem específico, único. A oração limita o universo de homens, isto é, não se refere a todos os homens, mas sim àquele que estava passando naquele momento.

Exemplo 2:

*O homem, **que se considera racional**, muitas vezes age animallescamente.*

Oração Subordinada Adjetiva Explicativa

Agora, a oração em destaque não tem sentido restritivo em relação à palavra "homem"; na verdade, apenas explicita uma ideia que já sabemos estar contida no conceito de "homem".

Saiba que:

A oração subordinada adjetiva explicativa é separada da oração principal por uma pausa que, na escrita, é representada pela vírgula. É comum, por isso, que a pontuação seja indicada como forma de diferenciar as orações explicativas das restritivas; de fato, as explicativas vêm sempre isoladas por vírgulas; as restritivas, não.

C) Orações Subordinadas Adverbiais

Uma oração subordinada adverbial é aquela que exerce a função de adjunto adverbial do verbo da oração principal. Assim, pode exprimir circunstância de tempo, modo, fim, causa, condição, hipótese, etc. Quando desenvolvida, vem introduzida por uma das conjunções subordinativas (com exclusão das integrantes, que introduzem orações subordinadas substantivas). Classifica-se de acordo com a conjunção ou locução conjuntiva que a introduz (assim como acontece com as coordenadas sindéticas).

***Durante a madrugada**, eu olhei você dormindo.*

Oração Subordinada Adverbial

A oração em destaque agrega uma circunstância de tempo. É, portanto, chamada de *oração subordinada adverbial temporal*. Os adjuntos adverbiais são termos acessórios que indicam uma circunstância referente, via de regra, a um verbo. A classificação do adjunto adverbial depende da exata compreensão da circunstância que exprime.

Naquele momento, senti uma das maiores emoções de minha vida.

Quando vi o mar, senti uma das maiores emoções de minha vida.

No primeiro período, “naquele momento” é um adjunto adverbial de tempo, que modifica a forma verbal “senti”. No segundo período, este papel é exercido pela oração “Quando vi o mar”, que é, portanto, uma *oração subordinada adverbial temporal*. Esta oração é desenvolvida, pois é introduzida por uma conjunção subordinativa (quando) e apresenta uma forma verbal do modo indicativo (“vi”, do pretérito perfeito do indicativo). Seria possível reduzi-la, obtendo-se:

Ao ver o mar, *senti uma das maiores emoções de minha vida.*

A oração em destaque é reduzida, apresentando uma das formas nominais do verbo (“ver” no infinitivo) e não é introduzida por conjunção subordinativa, mas sim por uma preposição (“a”, combinada com o artigo “o”).

Observação:

A classificação das orações subordinadas adverbiais é feita do mesmo modo que a classificação dos adjuntos adverbiais. Baseia-se na circunstância expressa pela oração.

Classificação das Orações Subordinadas Adverbiais

A) Causal = A ideia de causa está diretamente ligada àquilo que provoca um determinado fato, ao motivo do que se declara na oração principal. Principal conjunção subordinativa causal: **porque**. Outras conjunções e locuções causais: *como* (sempre introduzido na oração anteposta à oração principal), *pois*, *pois que*, *já que*, *uma vez que*, *visto que*.

As ruas ficaram alagadas porque a chuva foi muito forte.

Já que você não vai, eu também não vou.

A diferença entre a subordinada adverbial causal e a sindética explicativa é que esta “explica” o fato que aconteceu na oração com a qual ela se relaciona; aquela apresenta a “causa” do acontecimento expresso na oração à qual ela se subordina. Repare:

1. *Faltei à aula porque estava doente.*
2. *Melissa chorou, porque seus olhos estão vermelhos.*

Em 1, a oração destacada aconteceu primeiro (causa) que o fato expresso na oração anterior, ou seja, o fato de estar doente impediu-me de ir à aula. No exemplo 2, a oração sublinhada relata um fato que aconteceu depois, já que primeiro ela chorou, depois seus olhos ficaram vermelhos.

B) Consecutiva = exprime um fato que é consequência, é efeito do que se declara na oração principal. São introduzidas pelas conjunções e locuções: *que*, *de forma que*, *de sorte que*, *tanto que*, *etc.*, e pelas estruturas *tão...que*, *tanto...que*, *tamanho...que*.

Principal conjunção subordinativa consecutiva: **que** (precedido de *tal*, *tanto*, *tão*, *tamanho*)

Nunca abandonou seus ideais, de sorte que acabou concretizando-os.

Não consigo ver televisão sem bocejar. (Oração Reduzida de Infinitivo)

C) Condicional = Condição é aquilo que se impõe como necessário para a realização ou não de um fato. As orações subordinadas adverbiais condicionais exprimem o que deve ou não ocorrer para que se realize - ou deixe de se realizar - o fato expresso na oração principal.

Principal conjunção subordinativa condicional: **se**. Outras conjunções condicionais: *caso*, *contanto que*, *desde que*, *salvo se*, *exceto se*, *a não ser que*, *a menos que*, *sem que*, *uma vez que* (seguida de verbo no subjuntivo).

Se o regulamento do campeonato for bem elaborado, certamente o melhor time será campeão.

Caso você saia, convide-me.

D) Concessiva = indica concessão às ações do verbo da oração principal, isto é, admitem uma contradição ou um fato inesperado. A ideia de concessão está diretamente ligada ao contraste, à quebra de expectativa. Principal conjunção subordinativa concessiva: **embora**. Utiliza-se também a conjunção: *conquanto* e as locuções *ainda que*, *ainda quando*, *mesmo que*, *se bem que*, *posto que*, *apesar de que*.

Só irei se ele for.

A oração acima expressa uma condição: o fato de “eu” ir só se realizará caso essa condição seja satisfeita.

Compare agora com:

Irei mesmo que ele não vá.

A distinção fica nítida; temos agora uma concessão: irei de qualquer maneira, independentemente de sua ida. A oração destacada é, portanto, subordinada adverbial concessiva.

Observe outros exemplos:

Embora fizesse calor, levei agasalho.

Foi aprovado sem estudar (= sem que estudasse / embora não estudasse). (reduzida de infinitivo)

E) Comparativa = As orações subordinadas adverbiais comparativas estabelecem uma comparação com a ação indicada pelo verbo da oração principal. Principal conjunção subordinativa comparativa: **como**.

Ele dorme como um urso. (como um urso dorme)

Você age como criança. (age como uma criança age)

• geralmente há omissão do verbo.

F) Conformativa = indica ideia de conformidade, ou seja, apresenta uma regra, um modelo adotado para a execução do que se declara na oração principal. Principal conjunção subordinativa conformativa: **conforme**. Outras conjunções conformativas: *como*, *consoante* e *segundo* (todas com o mesmo valor de conforme).

Fiz o bolo conforme ensina a receita.
Consoante reza a Constituição, todos os cidadãos têm direitos iguais.

G) Final = indica a intenção, a finalidade daquilo que se declara na oração principal. Principal conjunção subordinativa final: **a fim de**. Outras conjunções finais: *que, porque* (= para que) e a locução conjuntiva *para que*.

*Aproximei-me dela a fim de que ficássemos amigas.
Estudarei muito para que eu me saia bem na prova.*

H) Proporcional = exprime ideia de proporção, ou seja, um fato simultâneo ao expresso na oração principal. Principal locução conjuntiva subordinativa proporcional: *à proporção que*. Outras locuções conjuntivas proporcionais: *à medida que, ao passo que*. Há ainda as estruturas: *quanto maior...(maior), quanto maior...(menor), quanto menor...(maior), quanto menor...(menor), quanto mais...(mais), quanto mais...(menos), quanto menos...(mais), quanto menos...(menos)*.

À proporção que estudávamos mais questões acertávamos.

À medida que lia mais culto ficava.

I) Temporal = acrescenta uma ideia de tempo ao fato expresso na oração principal, podendo exprimir noções de simultaneidade, anterioridade ou posterioridade. Principal conjunção subordinativa temporal: **quando**. Outras conjunções subordinativas temporais: *enquanto, mal* e locuções conjuntivas: *assim que, logo que, todas as vezes que, antes que, depois que, sempre que, desde que, etc.*

Assim que Paulo chegou, a reunião acabou.

Terminada a festa, todos se retiraram. (= Quando terminou a festa) (Oração Reduzida de Particípio)

Orações Reduzidas

As orações subordinadas podem vir expressas como *reduzidas*, ou seja, com o verbo em uma de suas formas nominais (infinitivo, gerúndio ou particípio) e sem conectivo subordinativo que as introduza.

É preciso **estudar!** = reduzida de infinitivo

É preciso **que se estude** = oração desenvolvida (presença do conectivo)

Para classificá-las, precisamos imaginar como seriam "desenvolvidas" – como no exemplo acima.

É preciso **estudar** = oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo

É preciso **que se estude** = oração subordinada substantiva subjetiva

Orações Intercaladas

São orações independentes encaixadas na sequência do período, utilizadas para um esclarecimento, um aparte, uma citação. Elas vêm separadas por vírgulas ou travessões.

Nós – **continuava o relator** – já abordamos este assunto.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.^a ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CAMPEDELLI, Samira Yousseff. *Português – Literatura, Produção de Texto & Gramática – Volume único / Samira Yousseff Campedelli, Jésus Barbosa Souza*. – 3.^a edição – São Paulo: Saraiva, 2002.

SITE

Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/aulas/portugues/frase-periodo-e-oracao>>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (BANESTES – TÉCNICO BANCÁRIO – FGV-2018)

"Talvez um dia seja bom relembrar este dia". (Virgílio) A forma de oração desenvolvida adequada correspondente à oração sublinhada acima é:

- a) relembrarmos este dia;
- b) a lembrança deste dia;
- c) que relembramos este dia;
- d) que relembrássemos este dia;
- e) uma nova lembrança deste dia.

Resposta: Letra C

Em "c": que relembramos este dia;

Em "d": que relembrássemos este dia;

Em uma oração desenvolvida há a presença de conjunção. Ambos os itens têm, mas temos que fazer a correlação verbal com o período da oração reduzida (o verbo nos dá uma hipótese – *talvez seja bom relembrar*). Portanto, a forma correta é: *Talvez um dia seja bom **que relembramos este dia***.

2. (CÂMARA DE SALVADOR-BA – ASSISTENTE LEGISLATIVO MUNICIPAL – FGV-2018)

"Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social..."; se modificarmos a oração reduzida de infinitivo por uma oração desenvolvida, a forma adequada seria:

- a) para a criação de uma desigualdade social;
- b) para que se criasse uma desigualdade social;
- c) para que se crie uma desigualdade social;
- d) para a criatividade de uma desigualdade social;
- e) para criarem uma desigualdade social.

Resposta: Letra B

Em "b": para **que** se criasse uma desigualdade social;

Em "c": para **que** se crie uma desigualdade social;

Desenvolvida = tem conjunção. Ambas têm. A diferença é o tempo verbal. A ação aconteceu (**foi usada para criar**): *Ou seja, foi usada para **que** se criasse uma desigualdade social*.

3. (IBGE – AGENTE CENSITÁRIO – ADMINISTRATIVO – FGV-2017) Uma manchete do Estado de São Paulo, 10/04/2017, dizia o seguinte: "Atentados contra cristãos matam 44 no Egito e país decreta emergência". As duas orações desse período mantêm entre si a seguinte relação lógica:

- a) causa e consequência;
- b) informação e comprovação;
- c) fato e exemplificação;
- d) afirmação e explicação;
- e) tese e argumentação.

Resposta: Letra A

Atentados contra cristãos matam 44 no Egito e país decreta emergência = devido aos atentados (causa), o país decretou emergência (consequência).

4. (IBGE – AGENTE CENSITÁRIO – ADMINISTRATIVO – FGV-2017) "Com as novas medidas para evitar a abstenção, o governo espera uma economia vultosa no Enem". A oração reduzida "para evitar a abstenção" pode ser adequadamente substituída pela seguinte oração desenvolvida:

- a) para que se evitasse a abstenção;
- b) a fim de que a abstenção fosse evitada;
- c) para que se evite a abstenção;
- d) a fim de evitar-se a abstenção;
- e) evitando-se a abstenção.

Resposta: Letra C

Em "a": para **que** se evitasse a abstenção;
Em "b": a fim de **que** a abstenção fosse evitada;
Em "c": para **que** se evite a abstenção;
Desenvolvida tem conjunção. O período traz "para evitar a abstenção" = hipótese. A forma correta é: "com as novas medidas **para que se evite** a abstenção".

5. (MPE-AL – ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA JURÍDICA – FGV-2018) Assinale a opção em que o termo sublinhado funciona como sujeito.

- a) "Em um regime de liberdades, há sempre o risco de excessos".
- b) "Sempre há, também, o oportunismo político-ideológico para se aproveitar da crise".
- c) "Não faltam, também, os arautos do quanto pior, melhor, ...".
- d) "A greve atravessou vários sinais ao estrangular as vias de suprimento que mantêm o sistema produtivo funcionando".
- e) "Numa democracia, é livre a expressão".

Resposta: Letra C

Em "a": há sempre o risco de excessos = objeto direto
Em "b": "Sempre há, também, o oportunismo político-ideológico = objeto direto
Em "c": "Não faltam, também, os arautos do quanto pior, melhor = sujeito
Em "d": que mantêm o sistema produtivo funcionando = objeto direto
Em "e": é livre a expressão = predicativo do sujeito

6. (TJ-PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FUNÇÃO JUDICIÁRIA – IBFC-2017 - ADAPTADA) "A resposta que **lhe** daria seria: 'Essa estória não aconteceu nunca para que aconteça sempre...'". O pronome destacado cumpre papel coesivo, mas também sintático na oração. Assim, sintaticamente, ele deve ser classificado como:

- a) adjunto adnominal.
- b) objeto direto.
- c) complemento nominal.
- d) objeto indireto.
- e) predicativo.

Resposta: Letra D

O verbo "dar" é bitransitivo (transitivo direto e indireto): Quem dá, dá algo (direto) **a** alguém (indireto). No caso: **resposta** (objeto direto) / **lhe** (objeto indireto = a ele[a])

GABARITO OFICIAL: D

7. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AOCF-2015) Em "Ele diz que vota desde os 18, quando ainda era jovem e morava em Minas Gerais, **sua terra natal...**", a expressão em destaque

- a) exerce função de vocativo e não pode ser excluída da oração por tratar-se de um termo essencial.
- b) exerce função de aposto e pode ser excluída da oração por tratar-se de um termo acessório.
- c) exerce função de aposto e não pode ser excluída da oração por tratar-se de um termo essencial.
- d) exerce função de adjunto adnominal, portanto é um termo acessório.
- e) exerce função de adjunto adverbial, portanto é um termo acessório.

Resposta: Letra B

A expressão destacada exerce a função de aposto – uma informação a mais sobre o termo citado anteriormente (no caso, Minas Gerais). É um termo acessório, podendo ser retirado do período sem prejudicar a coerência.

8. (TRF-1.^a REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – INFORMÁTICA – FCC-2014)

*Em 1980, um gigabyte de dados armazenados **ocupava** uma sala...*

O verbo que exige complemento tal como o sublinhado acima está em:

- a) A capacidade de computação duplicou a cada 18 meses nos últimos 20 anos ...
- b) ... que deriva da informação.
- c) ... que reduz as barreiras ao acesso.
- d) ... do que era nos anos 70.
- e) ... atualmente, 200 *gigabytes* cabem no bolso de uma camisa.

Resposta: Letra C

"**Ocupava uma sala**" = transitivo direto
Em "a": A capacidade de computação **duplicou** = verbo intransitivo

Em "b": que **deriva** da informação = transitivo indireto
 Em "c": que **reduz** as barreiras = transitivo direto
 Em "d": do que **era** nos anos 70 = verbo de ligação
 Em "e": atualmente, 200 *gigabytes* **cabem** = verbo intransitivo

9. (TJ-AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FGV-2018) *"Tenho comentado aqui na Folha em diversas crônicas, os usos da internet, **que** se ressentem ainda da falta de uma legislação específica **que** coíbe não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação".* Sobre as ocorrências do vocábulo **que**, nesse segmento do texto, é correto afirmar que:

- a) são pronomes relativos com o mesmo antecedente;
- b) exemplificam classes gramaticais diferentes;
- c) mostram diferentes funções sintáticas;
- d) são da mesma classe gramatical e da mesma função sintática;
- e) iniciam o mesmo tipo de oração subordinada.

Resposta: Letra D

*"Tenho comentado aqui na Folha em diversas crônicas, os usos da internet, **que** (= a qual) se ressentem ainda da falta de uma legislação específica **que** (= a qual) coíbe não somente os usos mas os abusos deste importante e eficaz veículo de comunicação"* = ambos podem ser substituídos por "a qual", portanto são pronomes relativos (pertencem à mesma classe gramatical); o 1.º inicia uma oração subordinada adjetiva explicativa; o 2.º, adjetiva restritiva.

10. (TRE-RJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CONSULPLAN-2017) Analise as afirmações apresentadas a seguir.

- I. Em "Existe alguma hora **que não seja de relógio?**", a oração sublinhada é uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- II. Em "[...] tem surgido, cada vez mais frequente, **o diminutivo do gerúndio.**", a expressão destacada atua como sujeito da locução verbal "tem surgido".
- III. "Não pense **que para por aí [...]**", a oração sublinhada é uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- IV. Em "[...] **se te chamarem de 'queridinho'**", querem é que você exploda.", a oração destacada é uma oração subordinada adverbial causal.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.

Resposta: Letra B

Em "I" - "Existe alguma hora **que não seja de relógio?**", a oração sublinhada é uma oração subordinada adjetiva explicativa = substituindo "que" por "a qual", continua com sentido, então é pronome relativo – presente nas adjetivas, mas no período em questão temos uma restritiva = incorreta

Em "II" - tem surgido, cada vez mais frequente, **o diminutivo do gerúndio.**", a expressão destacada atua como sujeito da locução verbal "tem surgido" = correta

Em "III" - "Não pense **que para por aí [...]**", a oração sublinhada é uma oração subordinada substantiva objetiva direta = correta

Em "IV" - **se te chamarem de 'queridinho'**, a oração destacada é uma oração subordinada adverbial causal = adverbial condicional ("se") = incorreta



HORA DE PRATICAR!

1. (CAMAR - CURSO DE ADAPTAÇÃO DE MÉDICOS DA AERONÁUTICA PARA O ANO DE 2016)

"Os astrônomos eram formidáveis. Eu, pobre de mim, não desvendaria os segredos do céu. Preso à terra, sensibilizar-me-ia com histórias tristes [...]". Nas alternativas a seguir, os vocábulos acentuados do trecho anterior foram colocados em pares com palavras também acentuadas graficamente. Dentre os pares formados, indique o que apresenta igual justificativa para tal evento.

- a) céu / avô
- b) astrônomos / álibi
- c) histórias / balaústre
- d) formidáveis / íterim

2. (MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA AERONÁUTICA ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA EXAME DE ADMISSÃO AO CFS-B 1-2/2014)

Relacione as colunas quanto às regras de acentuação gráfica, sabendo que haverá repetição de números. Em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta.

- (1) Põe-se acento agudo no *i* e no *u* tônicos que formam hiato com a vogal anterior.
- (2) Acentua-se paroxítona terminada em *i* ou *u* seguidos ou não de *s*.
- (3) Todas as proparoxítonas devem ser acentuadas.
- (4) Oxítona terminada em *e* ou *o*, seguidos ou não de *s*, é acentuada.

- () íris
- () saída
- () compraríamos
- () vendê-lo
- () bônus
- () viúvo
- () bisavôs

- a) 2 – 1 – 3 – 4 – 2 – 1 – 4
- b) 1 – 2 – 3 – 4 – 1 – 1 – 4
- c) 4 – 1 – 1 – 2 – 2 – 3 – 2
- d) 2 – 2 – 3 – 4 – 2 – 1 – 3

3. (TRANSPETRO – TÉCNICO AMBIENTAL JÚNIOR – CESGRANRIO-2018)

Em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa vigente, atendem às regras de acentuação todas as palavras em:

- a) andróide, odisseia, residência
- b) arguição, refém, mausoléu
- c) desbloqueio, pêlo, escarcéu
- d) feiúra, enjoo, maniqueísmo
- e) sutil, assembléia, arremesso

4. (ALERJ-RJ – ESPECIALISTA LEGISLATIVO – ARQUITETURA – FGV-2017-ADAPTADA)

Entre as palavras abaixo, retiradas dos textos 1 e 2, aquela que só existe com acento gráfico é:

- a) história;
- b) evidência;
- c) até;
- d) país;
- e) humanitárias.

5. (CAMAR - CURSO DE ADAPTAÇÃO DE MÉDICOS DA AERONÁUTICA PARA O ANO DE 2016)

De acordo com seu significado, o conjunto de características formais e sua posição estrutural no interior da oração, as palavras podem pertencer à mesma classe de palavras ou não. Estabeleça a relação correta entre as colunas a seguir considerando tais aspectos (considere as palavras em destaque).

- (1) advérbio
- (2) pronome
- (3) conjunção
- (4) substantivo

- () "Não há prisão pior [...]"
- () "O **lugar** de estudo era isso."
- () "E o olho sem **se** mexer [...]"
- () "Ora, **se** eles enxergavam coisas tão distantes, [...]"
- () "Emília respondeu com uma pergunta **que** me espantou."

A sequência está correta em

- a) 1 – 4 – 2 – 3 – 2
- b) 2 – 1 – 3 – 3 – 4
- c) 3 – 4 – 1 – 3 – 2
- d) 4 – 2 – 4 – 1 – 3

6. (EBSERH – TÉCNICO EM FARMÁCIA- AOCP-2015)

Assinale a alternativa em que o termo destacado é um pronome indefinido.

- a) "Ele não exige fatos..."
- b) "Era um ídolo para mim."
- c) "Discordo dele."
- d) "... espécie de carinho consigo mesmo."
- e) "O bom humor está disponível a todos..."

7. (EBSERH – TÉCNICO EM FARMÁCIA- AOCP-2015)

Em "Mas **o** bom humor de ambos **os** tornava parecidos.", os termos destacados são, respectivamente,

- a) artigo e pronome.
- b) artigo e preposição.
- c) preposição e artigo.
- d) pronome e artigo.
- e) preposição e pronome.

8. (IBGE – AGENTE CENSITÁRIO – ADMINISTRATIVO – FGV-2017)

Texto 1 - “A democracia reclama um jornalismo vigoroso e independente. A agenda pública é determinada pela imprensa tradicional. Não há um único assunto relevante que não tenha nascido numa pauta do jornalismo de qualidade. Alguns formadores de opinião utilizam as redes sociais para reverberar, multiplicar e cumprem assim relevante papel mobilizador. Mas o pontapé inicial é sempre das empresas de conteúdo independentes”.
(O Estado de São Paulo, 10/04/2017)

O texto 1, do *Estado de São Paulo*, mostra um conjunto de adjetivos sublinhados que poderiam ser substituídos por locuções; a substituição abaixo que está adequada é:

- a) independente = com dependência;
- b) pública = de publicidade;
- c) relevante = de relevância;
- d) sociais = de associados;
- e) mobilizador = de motivação.

9. (PC-SP - AUXILIAR DE NECROPSIA – VUNESP-2014)

Considerando que o adjetivo é uma palavra que modifica o substantivo, com ele concordando em gênero e número, assinale a alternativa em que a palavra destacada é um adjetivo.

- a) ... um câncer de boca **horroroso**, ...
- b) Ele tem **dezesesseis** anos...
- c) Eu queria que ele morresse **logo**, ...
- d) ... com a crueldade adicional de dar **esperança** às famílias.
- e) E o **inferno** não atinge só os terminais.

10. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AOCP-2015) Assinale a alternativa cujo “que” em destaque funciona como pronome relativo.

- a) «É uma maneira de expressar a vontade **que** a gente tem. Acho que um voto pode fazer a diferença”.
- b) “Ele diz **que** vota desde os 18...”.
- c) “Acho **que** um voto pode fazer a diferença”.
- d) “... e acreditam **que** um voto consciente agora pode influenciar futuramente na vida de seus filhos e netos”.
- e) “O idoso afirma **que** sempre incentivou sua família a votar”.

11. (TRF-1.ª Região – ANALISTA JUDICIÁRIO – INFORMÁTICA – FCC- 2014-ADAPTADA) No período *O livro explica os espíritos chamados ‘xapiris’, **que** os ianomâmis creem serem os únicos capazes de cuidar das pessoas e das coisas*, a palavra grifada tem a função de pronome relativo, retomando um termo anterior. Do mesmo modo como ocorre em:

- a) Os ianomâmis acreditam **que** os xamãs recebem dos espíritos chamados “xapiris” a capacidade de cura.
- b) Eu queria escrever para os não indígenas não acharem **que** índio não sabe nada.
- c) O branco está preocupado **que** não chove mais em alguns lugares.

d) Gravou 15 fitas em **que** narrou também sua própria trajetória.

e) Não sabia o **que** me atrapalhava o sono.

12. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – NÍVEL SUPERIOR – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE-2014-ADAPTADA)

A busca de uma convenção para medir riquezas e trocar mercadorias é quase tão antiga quanto a vida em sociedade. Ao longo da história, os mais diversos artigos foram usados com essa finalidade, como o chocolate, entre os astecas, e o bacalhau seco, entre os noruegueses, tendo cabido aos gregos do século VII a.C. a criação de uma moeda metálica com um valor padronizado pelo Estado. “Foi uma invenção revolucionária. Ela facilitou o acesso das camadas mais pobres às riquezas, o acúmulo de dinheiro e a coleta de impostos – coisas muito difíceis de fazer quando os valores eram contados em bois ou imóveis”, afirma a arqueóloga Maria Beatriz Florenzano, da Universidade de São Paulo. A segunda grande revolução na história do dinheiro, o papel-moeda, teve uma origem mais confusa. Existiam cédulas na China do ano 960, mas elas não se espalharam para outros lugares e caíram em desuso no fim do século XIV.

As notas só apareceram na Europa – e daí para o mundo – em 1661, na Suécia. Há quem acredite que cartões de crédito e caixas eletrônicos em rede já representam uma terceira revolução monetária. “Com a informática, o dinheiro se transformou em impulsos eletrônicos invisíveis, livres do espaço, do tempo e do controle de governos e corporações”, afirma o antropólogo Jack Weatherford, da Faculdade Macalester, nos Estados Unidos da América. Internet: <<http://super.abril.com.br>> (com adaptações). A expressão “essa finalidade” refere-se ao trecho “para medir riquezas e trocar mercadorias”.

() CERTO () ERRADO

13. (CÂMARA DE SALVADOR-BA – ASSISTENTE LEGISLATIVO MUNICIPAL – FGV-2018) “Por outro lado, nas sociedades complexas, a violência deixou de ser uma ferramenta de sobrevivência e passou a ser um instrumento da organização da vida comunitária. Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social sem a qual, acreditam alguns teóricos, a sociedade não se desenvolveria nem se complexificaria”. A utilização do termo “ou seja” introduz:

- a) uma informação sobre o significado de um termo anteriormente empregado;
- b) a explicação de uma expressão de difícil entendimento;
- c) uma outra maneira de dizer-se rigorosamente a mesma coisa;
- d) acréscimo de um esclarecimento sobre o que foi dito antes;
- e) a ênfase de algo que parece importante para o texto.

14. (BANCO DO BRASIL – ESCRITURÁRIO – CESGRANRIO-2018) De acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa, o verbo destacado está corretamente empregado em:

- a) No mundo moderno, **conferem-se** às grandes metrópoles importante papel no desenvolvimento da economia e da geopolítica mundiais, por estarem no topo da hierarquia urbana.
- b) Conforme o grau de influência e importância internacional, **classificou-se** as 50 maiores cidades em três diferentes classes, a maior parte delas na Europa.
- c) Há quase duzentos anos, **atribuem-se** às cidades a responsabilidade de motor propulsor do desenvolvimento e a condição de lugar privilegiado para os negócios e a cultura.
- d) Em centros com grandes aglomerações populacionais, **realiza-se** negócios nacionais e internacionais, além de um atendimento bastante diversificado, como jornais, teatros, cinemas, entre outros.
- e) Em todos os estudos geopolíticos, **considera-se** as cidades globais como verdadeiros polos de influência internacional, devido à presença de sedes de grandes empresas transnacionais e importantes centros de pesquisas.

15. (LIQUIGÁS – MOTORISTA DE CAMINHÃO GRANEL I – CESGRANRIO-2018) A palavra destacada atende às exigências de concordância da norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) Atualmente, **causa** impacto nas eleições de vários países as notícias falsas.
- b) A recomendação de testar a veracidade das notícias **precisam** ser seguidas, para não prejudicar as pessoas.
- c) O propósito de conferir grandes volumes de dados **resultaram** na criação de serviços especializados.
- d) Os boatos causam efeito mais forte do que as notícias reais porque **vem** acompanhados de títulos chamativos.
- e) Os resultados de pesquisas recentes mostram que 67% das pessoas **consultam** os jornais diariamente.

16. (PETROBRAS – ENGENHEIRO(A) DE MEIO AMBIENTE JÚNIOR – CESGRANRIO-2018)

Texto I

Portugueses no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro é o grande centro da imigração portuguesa até meados dos anos cinquenta do século passado, quando chega a ser a “terceira cidade portuguesa do mundo”, possuindo 196 mil portugueses — um décimo de sua população urbana. Ali, os portugueses dedicam-se ao comércio, sobretudo na área dos comestíveis, como os cafés, as panificações, as leitarias, os talhos, além de outros ramos, como os das papelarias e lojas de vestuários. Fora do comércio, podem exercer as mais variadas profissões, como atividades domésticas ou as de barbeiros e alfaiates. Há, de igual forma, entre os mais afortunados, aqueles ligados à indústria, voltados para construção civil, o mobiliário, a ourivesaria e o fabrico de bebidas.

A sua distribuição pela cidade, apesar da não formação de guetos, denota uma tendência para a sua concentração em determinados bairros, escolhidos, muitas das vezes, pela proximidade da zona de trabalho. No Centro da cidade, próximo ao grande comércio, temos um grupo significativo de patrícios e algumas associações de porte, como o Real Gabinete Português de Leitura e o Liceu Literário Português. Nos bairros da Cidade Nova, Estácio de Sá, Catumbi e Tijuca, outro ponto de concentração da colônia, se localizam outras associações portuguesas, como a Casa de Portugal e um grande número de casas regionais. Há, ainda, pequenas concentrações nos bairros periféricos da cidade, como Jacarepaguá, originalmente formado por quintas de pequenos lavradores; nos subúrbios, como Méier e Engenho Novo; e nas zonas mais privilegiadas, como Botafogo e restante da zona sul carioca, área nobre da cidade a partir da década de cinquenta, preferida pelos mais abastados.

PAULO, Heloísa. Portugueses no Rio de Janeiro: salazaristas e opositores em manifestação na cidade. In: ALVES, Ida et alii. 450 Anos de Portugueses no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017, pp. 260-1. Adaptado.

O texto emprega duas vezes o verbo “haver”. Ambos estão na 3.^a pessoa do singular, pois são impessoais. Esse papel gramatical está repetido corretamente em:

- a) Ninguém disse que os portugueses havia de saírem da cidade.
- b) Se houvessem mais oportunidades, os imigrantes ficariam ricos.
- c) Haveriam de haver imigrantes de outras procedências na cidade.
- d) Os imigrantes vieram de Lisboa porque lá não haviam empregos.
- e) Os portugueses gostariam de que houvesse mais ofertas de trabalho.

17. (TRANSPETRO – TÉCNICO AMBIENTAL JÚNIOR – CESGRANRIO-2018) A concordância da forma verbal destacada foi realizada de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) Com o crescimento da espionagem virtual, é necessário que se **promova** novos estudos sobre mecanismos de proteção mais eficazes.
- b) O rastreamento permanente das invasões cibernéticas de grande porte permite que se **suspeitem** dos hackers responsáveis.
- c) Para atender às demandas dos usuários de celulares, é preciso que se **destinem** à pesquisa tecnológica muitos milhões de dólares.
- d) Para detectar as consequências mais prejudiciais da guerra virtual pela informação, **necessitam-se** de estudos mais aprofundados.
- e) Se o crescimento das redes sociais assumir uma proporção incontrolável, é aconselhável que se **estabeleça** novas restrições de utilização pelos jovens.

18. (PC-AP – DELEGADO DE POLÍCIA – FCC-2017) As normas de concordância e a adequada articulação entre tempos e modos verbais estão plenamente observadas na frase:

- a) É comum que se assinale numa crônica os aspectos do cotidiano que o escritor resolvesse analisar e interpretar, apesar das dificuldades que encerram tal desafio.
- b) Se às crônicas de Rubem Braga viessem a faltar sua marca autoral inconfundível, elas terão deixado de constituir textos clássicos desse gênero.
- c) Caso um dia venham a surgir, simultaneamente, talentos à altura de um Rubem Braga, esse gênero terá alcançado uma relevância jamais vista.
- d) Não seria fácil, de fato, que venha a se equilibrar, na cabeça de um jovem cronista de hoje, os valores de sua experiência pessoal com os de sua comunidade.
- e) Tanto uma padaria como um banheiro poderiam oferecer matéria para uma boa crônica, desde que não falte ao cronista recursos de grande imaginação.

19. (PC-BA – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP-2018) A concordância está em conformidade com a norma-padrão na seguinte frase:

- a) São comuns que a adaptação de livros para o cinema suscitem reações negativas nos fãs do texto escrito.
- b) Cabem aos leitores completar, com a imaginação, as lacunas que fazem parte da estrutura significativa do texto literário.
- c) Aos esforços envolvidos na leitura soma-se a imaginação, a que a linguagem literária apela constantemente.
- d) Algumas pessoas mantêm o hábito de só assistirem à adaptação de uma obra depois de as terem lido, para não ser influenciadas.
- e) Há livros que dispõe de uma infinidade de adaptações para o cinema, as quais tende a compor seu repertório de leituras.

20. (FUNDASUS-MG – ANALISTA EM SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE - ANALISTA DE SISTEMA – AOC-2015)

Observe o excerto: *"Entre os fatores ligados à relação do aluno com a instituição e com os colegas, gostar de ir à escola (...)"* e assinale a alternativa correta com relação ao emprego do acento utilizado nos termos destacados.

- a) Trata-se do acento grave, empregado para indicar a supressão do advérbio "a" com o pronome feminino "a" que acompanha os substantivos "relação" e "escola".
- b) Trata-se do acento agudo, empregado para indicar a nasalidade da vogal "a" que acompanha os substantivos "relação" e "escola".
- c) Trata-se do acento circunflexo, empregado para assinalar a vogal aberta "a" que acompanha os substantivos "relação" e "escola".
- d) Trata-se do acento agudo, empregado para indicar a supressão da preposição "a" com o artigo feminino "a" que acompanha os substantivos "relação" e "escola".
- e) Trata-se do acento grave, empregado para indicar a junção da preposição "a" com o artigo feminino "a" que acompanha os substantivos "relação" e "escola".

21. (BADESC – ANALISTA DE SISTEMA – BANCO DE DADOS – FGV-2010) Na frase "é ingênuo creditar a postura brasileira apenas à ausência de educação adequada" foi corretamente empregado o acento indicativo de crase.

Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está corretamente empregado.

- a) O memorando refere-se à documentos enviados na semana passada.
- b) Dirijo-me à Vossa Senhoria para solicitar uma audiência urgente.
- c) Prefiro montar uma equipe de novatos à trabalhar com pessoas já desestimuladas.
- d) O antropólogo falará apenas àquele aluno cujo nome consta na lista.
- e) Quanto à meus funcionários, afirmo que têm horário flexível e são responsáveis.

22. (BADESC – TÉCNICO DE FOMENTO A – FGV-2010)

De acordo com as regras gramaticais, no trecho "*a exorbitante carga tributária a que estão submetidas as empresas*", não se deve empregar acento indicativo de crase, devendo ocorrer o mesmo na frase:

- a) Entregue o currículo as assistentes do diretor.
- b) Recorra a esta empresa sempre que precisar.
- c) Avise aquela colega que chegou sua correspondência.
- d) Refira-se positivamente a proposta filosófica da companhia.
- e) Transmita confiança aqueles que observam seu desempenho.

23. (BANCO DA AMAZÔNIA – TÉCNICO BANCÁRIO – CESGRANRIO-2018) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) A intenção da entrevista com o diretor estava relacionada **a** programação que a empresa pretende desenvolver.
- b) As ações destinadas **a** atrair um número maior de clientes são importantes para garantir a saúde financeira das instituições.
- c) As instituições financeiras deveriam oferecer condições mais favoráveis de empréstimo **a** quem está fora do mercado formal de trabalho.
- d) As pessoas interessadas em ampliar suas reservas financeiras consideram que vale **a** pena investir na nova moeda virtual.
- e) Os participantes do seminário sobre mercado financeiro foram convidados **a** comparar as importações e as exportações em 2017.

24. (LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO-2018) O emprego do acento indicativo de crase está de acordo com a norma-padrão em:

- a) O escritor de novelas não escolhe seus personagens à esmo.
- b) A audiência de uma novela se constrói no dia à dia.
- c) Uma boa história pode ser escrita imediatamente ou à prazo.

- d) Devido à interferências do público, pode haver mudanças na trama.
- e) O novelista ficou aliviado quando entregou a sinopse à emissora.

25. (PETROBRAS – ADMINISTRADOR JÚNIOR – CESGRANRIO-2018) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o acento grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) Os novos lançamentos de smartphones apresentam, em geral, pequena variação de funções quando comparados **a** versões anteriores.
- b) Estudantes do ensino médio fizeram uma pesquisa junto **a** crianças do ensino fundamental para ver como elas se comportam no ambiente virtual.
- c) O acesso dos jovens **a** redes sociais tem causado enormes prejuízos ao seu desempenho escolar, conforme o depoimento de professores.
- d) Os consumidores compulsivos sujeitam-se **a** ficar horas na fila para serem os primeiros que comprarão os novos lançamentos.
- e) As pessoas precisam ficar atentas **a** fatura do cartão de crédito para não serem surpreendidas com valores muito altos.

26. (PC-SP - INVESTIGADOR DE POLÍCIA – VUNESP-2014)

A cada ano, ocorrem cerca de 40 mil mortes; segundo especialistas, quase metade delas está associada ____ bebidas alcoólicas. Isso revela a necessidade de um combate efetivo ____ embriaguez ao volante.

As lacunas do trecho devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- a) às ... a
- b) as ... à
- c) à ... à
- d) às ... à
- e) à ... a

27. (PC-SP - AGENTE DE POLÍCIA – VUNESP-2013) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o acento indicativo de crase está corretamente empregado em:

- a) A população, de um modo geral, está à espera de que, com o novo texto, a lei seca possa coibir os acidentes.
- b) A nova lei chega para obrigar os motoristas à repensarem a sua postura.
- c) A partir de agora os motoristas estarão sujeitos à punições muito mais severas.
- d) À ninguém é dado o direito de colocar em risco a vida dos demais motoristas e de pedestres.
- e) Cabe à todos na sociedade zelar pelo cumprimento da nova lei para que ela possa funcionar.

28. (CÂMARA DE SALVADOR-BA – ASSISTENTE LEGISLATIVO MUNICIPAL – FGV-2018)

Texto 1 – Guerra civil

Renato Casagrande, O Globo, 23/11/2017

O 11.º Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrando o crescimento das mortes violentas no Brasil em 2016, mais uma vez assustou a todos. Foram 61.619 pessoas que perderam a vida devido à violência. Outro dado relevante é o crescimento da violência em alguns estados do Sul e do Sudeste.

Na verdade, todos os anos a imprensa nacional destaca os inaceitáveis números da violência no país. Todos se assustam, o tempo passa, e pouca ação ocorre de fato. Tem sido assim com o governo federal e boa parte das demais unidades da Federação. Agora, com a crise, o argumento é a incapacidade de investimento, mas, mesmo em períodos de economia mais forte, pouco se viu da implementação de programas estruturantes com o objetivo de enfrentar o crime. Contratação de policiais, aquisição de equipamentos, viaturas e novas tecnologias são medidas essenciais, mas é preciso ir muito além. Definir metas e alcançá-las, utilizando um bom método de trabalho, deve ser parte de um programa bem articulado, que permita o acompanhamento das ações e que incentive o trabalho integrado entre as forças policiais do estado, da União e das guardas municipais.

O segmento do texto 1 em que a conjunção **E** tem valor adversativo (oposição) e **NÃO** aditivo (adição) é:

- a) "...crescimento da violência em alguns estados do Sul e do Sudeste";
- b) "Todos se assustam, o tempo passa, e pouca ação decorre de fato";
- c) "Tem sido assim com o governo federal e boa parte das demais unidades da Federação";
- d) "...viaturas e novas tecnologias";
- e) "Definir metas e alcançá-las...".

29. (ALERJ-RJ – ESPECIALISTA LEGISLATIVO – ARQUITETURA – FGV-2017) "... implica poder decifrar as referências cristãs..."; a forma reduzida sublinhada fica convenientemente substituída por uma oração em forma desenvolvida na seguinte opção:

- a) a possibilidade de decifrar as referências cristãs;
- b) a possibilidade de decifração das referências cristãs;
- c) que se pudessem decifrar as referências cristãs;
- d) que possamos decifrar as referências cristãs;
- e) a possibilidade de que decifrásssemos as referências cristãs.

30. (COMPESA-PE – ANALISTA DE GESTÃO – ADMINISTRADOR – FGV-2018) "... mas já conhecem a brutal realidade dos desafortunados cuja sina é cruzar fronteiras para sobreviver." A forma reduzida de "para sobreviver" pode ser nominalizada de forma conveniente na seguinte alternativa:

- a) para que sobrevivam.

- b) a fim de que sobrevivessem.
- c) para sua sobrevivência.
- d) no intuito de sobreviverem.
- e) para sua sobrevivência.

31. (MPU – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 33 – TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA - NÍVEL MÉDIO – CESPE-2013)

O Ministério Público é fruto do desenvolvimento do estado brasileiro e da democracia. A sua história é marcada por processos que culminaram na sua formalização institucional e na ampliação de sua área de atuação.

No período colonial, o Brasil foi orientado pelo direito lusitano. Não havia o Ministério Público como instituição. Mas as Ordenações Manuelinas de 1521 e as Ordenações Filipinas de 1603 já faziam menção aos promotores de justiça, atribuindo a eles o papel de fiscalizar a lei e de promover a acusação criminal. Existiam os cargos de procurador dos feitos da Coroa (defensor da Coroa) e de procurador da Fazenda (defensor do fisco).

A Constituição de 1988 faz referência expressa ao Ministério Público no capítulo Das Funções Essenciais à Justiça. Define as funções institucionais, as garantias e as vedações de seus membros. Isso deu evidência à instituição, tornando-a uma espécie de ouvidoria da sociedade brasileira.

Internet: <www.mpu.mp.br> (com adaptações).

No período “A sua história é marcada por processos que culminaram”, o termo “que” introduz oração de natureza restritiva.

() CERTO () ERRADO

(TJ-SP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – MÉDIO - VUNESP – 2017 - ADAPTADA) Leia o texto, para responder às questões a seguir:

Há quatro anos, Chris Nagele fez o que muitos executivos no setor de tecnologia já tinham feito – ele transferiu sua equipe para um chamado escritório aberto, sem paredes e divisórias.

Os funcionários, **até então**, trabalhavam de casa, mas ele queria que todos estivessem juntos, para se conectarem e colaborar mais facilmente. Mas em pouco tempo ficou claro que Nagele tinha cometido um grande erro. Todos estavam distraídos, a produtividade caiu, e os nove empregados estavam insatisfeitos, sem falar do próprio chefe.

Em abril de 2015, quase três anos após a mudança para o escritório aberto, Nagele transferiu a empresa para um espaço de 900 m² onde hoje todos têm seu próprio espaço, com portas e tudo.

Inúmeras empresas adotaram o conceito de escritório aberto – cerca de 70% dos escritórios nos Estados Unidos são assim – e até onde se sabe poucos retornaram ao modelo de espaços tradicionais com salas e portas.

Pesquisas, **contudo**, mostram que podemos perder até 15% da produtividade, desenvolver problemas graves de concentração e até ter o dobro de chances de ficar doentes em espaços de trabalho abertos – fatores que estão contribuindo para uma reação contra esse tipo de organização.

Desde que se mudou para o formato tradicional, Nagele já ouviu colegas do setor de tecnologia dizerem sentir falta do estilo de trabalho do escritório fechado. “Muita gente concorda – simplesmente não aguentam o escritório aberto. Nunca se consegue terminar as coisas e é preciso levar mais trabalho para casa”, diz ele.

É improvável que o conceito de escritório aberto caia em desuso, mas algumas firmas estão seguindo o exemplo de Nagele e voltando aos espaços privados.

Há uma boa razão que explica por que todos adotaram um espaço com quatro paredes e uma porta: foco. A verdade é que não conseguimos cumprir várias tarefas ao mesmo tempo, e pequenas distrações podem desviar nosso foco por até 20 minutos.

Retemos mais informações quando nos sentamos em um local fixo, afirma Sally Augustin, psicóloga ambiental e design de interiores.

(Bryan Borzykowski, “**Por que escritórios abertos podem ser ruins para funcionários.**” Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 04.04.2017. Adaptado)

32. (TJ-SP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – MÉDIO - VUNESP – 2017) Segundo o texto, são aspectos desfavoráveis ao trabalho em espaços abertos comparilhados

- a) a impossibilidade de cumprir várias tarefas e a restrição à criatividade.
- b) a dificuldade de propor soluções tecnológicas e a transferência de atividades para o lar.
- c) a dispersão e a menor capacidade de conservar conteúdos.
- d) a distração e a possibilidade de haver colaboração de colegas e chefes.
- e) o isolamento na realização das tarefas e a vigilância constante dos chefes.

33. (TJ-SP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – MÉDIO - VUNESP – 2017) Assinale a alternativa em que a nova redação dada ao seguinte trecho do primeiro parágrafo apresenta concordância de acordo com a norma-padrão: *Há quatro anos, Chris Nagele fez o que muitos executivos no setor de tecnologia já tinham feito.*

- a) Muitos executivos já havia transferido suas equipes para o chamado escritório aberto, como feito por Chris Nagele.
- b) Mais de um executivo já tinham transferido suas equipes para escritórios abertos, o que só aconteceu com Chris Nagele faz mais de quatro anos.
- c) O que muitos executivos fizeram, transferindo suas equipes para escritórios abertos, também foi feito por Chris Nagele, faz cerca de quatro anos.
- d) Devem fazer uns quatro anos que Chris Nagele transferiu sua equipe para escritórios abertos, tais como foi transferido por muitos executivos.
- e) Faz exatamente quatro anos que Chris Nagele fez o que já tinham sido feitos por outros executivos do setor.

34. (TJ-SP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – MÉDIO - VUNESP – 2017) É correto afirmar que a expressão – *até então* –, em destaque no início do segundo parágrafo, expressa um limite, com referência

- a) temporal ao momento em que se deu a transferência da equipe de Nagele para o escritório aberto.
- b) espacial aos escritórios fechados onde trabalhava a equipe de Nagele antes da mudança para locais abertos.
- c) temporal ao dia em que Nagele decidiu seguir o exemplo de outros executivos, e espacial ao tipo de escritório que adotou.
- d) espacial ao caso de sucesso de outros executivos do setor de tecnologia que aboliram paredes e divisórias.
- e) espacial ao novo tipo de ambiente de trabalho, e temporal às mudanças favoráveis à integração.

35. (TJ-SP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – MÉDIO - VUNESP – 2017) É correto afirmar que a expressão – *contudo* –, destacada no quinto parágrafo, estabelece uma relação de sentido com o parágrafo

- a) anterior, confirmando com estatísticas o sucesso das empresas que adotaram o modelo de escritórios abertos.
- b) posterior, expondo argumentos favoráveis à adoção do modelo de escritórios abertos.
- c) anterior, atestando a eficiência do modelo aberto com base em resultados de pesquisas.
- d) anterior, introduzindo informações que se contrapõem à visão positiva acerca dos escritórios abertos.
- e) posterior, contestando com dados estatísticos o formato tradicional de escritório fechado.

36. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ESTATÍSTICA – AOC-2015) Assinale a alternativa correta em relação à ortografia dos pares.

- a) Atenção – atenciozo.
- b) Aprender – aprendizagem.
- c) Simples – simplissidade.
- d) Fúria – furiozo.
- e) Sensação – sensacional.

37. (BADESC – TÉCNICO DE FOMENTO A – FGV-2010) As palavras *jeitinho*, *pesquisa* e *intrínseco* apresentam diferentes graus de dificuldade ortográfica e estão corretamente grafadas. Assinale a alternativa em que a grafia da palavra sublinhada está igualmente correta.

- a) Talvez ele seja um caso de sucesso empresarial.
- b) A paralização da equipe técnica demorou bastante.
- c) O funcionário reivindicou suas horas extras.
- d) Deve-se expor com clareza a pretensão salarial.
- e) O assessor de imprensa recebeu o jornalista.

38. (LIQUIGÁS – MOTORISTA DE CAMINHÃO GRANEL I – CESGRANRIO-2018) O grupo em que todas as palavras estão grafadas de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa é:

- a) admissão, infração, renovação
- b) diversão, excesso, sucessão

- c) extensão, eleição, informação
- d) introdução, repreção, intenção
- e) transmissão, conceção, omissão

39. (MPE-AL - TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FGV-2018) “A crise não trouxe apenas danos sociais e econômicos”; se juntarmos os adjetivos sublinhados em um só vocábulo, a forma adequada será

- a) sociais-econômicos.
- b) social-econômicos.
- c) sociais-econômico.
- d) socioeconômicos.
- e) socioeconômicos.

40. (LIQUIGÁS – MOTORISTA DE CAMINHÃO GRANEL I – CESGRANRIO-2018) O sinal de dois-pontos (:) está empregado de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) A diferença entre notícias falsas e verdadeiras é maior no campo da política: é menor nas publicações relacionadas às catástrofes naturais.
- b) A explicação para a difusão de notícias falsas é que os usuários compartilham informações com as quais concordam: pois não verificam as fontes antes.
- c) As informações enganosas são mais difundidas do que as verdadeiras: de acordo com estudo recente feito por um instituto de pesquisa.
- d) As notícias falsas podem ser desmascaradas com o uso do bom senso: mas esperar isso de todo mundo é quase impossível.
- e) As revistas especializadas dão alguns conselhos: não entre em sites desconhecidos e não compartilhe notícias sem fonte confiável.

41. (LIQUIGÁS – MOTORISTA DE CAMINHÃO GRANEL I – CESGRANRIO-2018) A vírgula está empregada corretamente em:

- a) A divulgação de histórias falsas pode ter consequências reais desastrosas: prejuízos, financeiros e contrangimentos às empresas.
- b) As novas tecnologias, criaram um abismo ao separar quem está conectado de quem não faz parte do mundo digital.
- c) As pessoas tendem a aceitar apenas as declarações que confirmam aquilo que corresponde, às suas crenças.
- d) Os jornalistas devem verificar as fontes citadas, cruzar dados e checar se as informações refletem a realidade.
- e) Os consumidores de notícias não agem como cientistas porque não estão preocupados em conferir, pontos de vista alternativos.

42. (PETROBRAS – ADMINISTRADOR JÚNIOR – CESGRANRIO-2018) A vírgula foi plenamente empregada de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) A conexão é feita por meio de uma plataforma específica, e os conteúdos, podem ser acessados pelos dispositivos móveis dos passageiros.
- b) O mercado brasileiro de automóveis, ainda é muito grande, porém não é capaz de absorver uma presença maior de produtos vindos do exterior.

- c) Depois de chegarem às telas dos computadores e celulares, as notícias estarão disponíveis em voos internacionais.
- d) Os últimos dados mostram que, muitas economias apresentam crescimento e inflação baixa, fazendo com que os juros cresçam pouco.
- e) Pode ser que haja uma grande procura de carros importados, mas as montadoras vão fazer os cálculos e ver, se a importação vale a pena.

43. (MPU – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESPE-2010)

Para a maioria das pessoas, os assaltantes, assassinos e traficantes que possam ser encontrados em uma rua escura da cidade são o cerne do problema criminal. Mas os danos que tais criminosos causam são minúsculos quando comparados com os de criminosos respeitáveis, que vestem colarinho branco e trabalham para as organizações mais poderosas. Estima-se que as perdas provocadas por violações das leis *antitrust* — apenas um item de uma longa lista dos principais crimes do colarinho branco — sejam maiores que todas as perdas causadas pelos crimes notificados à polícia em mais de uma década, e as relativas a danos e mortes provocadas por esse crime apresentam índices ainda maiores. A ocultação, pela indústria do asbesto (amianto), dos perigos representados por seus produtos provavelmente custou tantas vidas quanto as destruídas por todos os assassinatos ocorridos nos Estados Unidos da América durante uma década inteira; e outros produtos perigosos, como o cigarro, também provocam, a cada ano, mais mortes do que essas. James William Coleman. *A elite do crime*. 5.^a ed., São Paulo: Manole, 2005, p. 1 (com adaptações). Não haveria prejuízo para o sentido original do texto nem para a correção gramatical caso a expressão “a cada ano” fosse deslocada, com as vírgulas que a isolam, para imediatamente depois de “e”.

() CERTO () ERRADO

44. (TJ-SP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – MÉDIO - VUNESP – 2017) Assinale a alternativa em que a substituição dos trechos destacados na passagem – *O paulistano, contudo, não é de jogar a toalha – prefere estendê-la e se deitar em cima, caso lhe concedam dois metros quadrados de chão.* – está de acordo com a norma-padrão de crase, regência e conjugação verbal.

- a) prefere mais estendê-la do que desistir – põe à disposição.
- b) prefere estendê-la à desistir – ponham a disposição.
- c) prefere estendê-la a desistir – põe a disposição.
- d) prefere estendê-la do que desistir – põem a disposição.
- e) prefere estendê-la a desistir – ponham à disposição.

45. (PREFEITURA DE SERTÃOZINHO - SP – FARMACÊUTICO - SUPERIOR - VUNESP – 2017 - adaptada) Leia as frases.

As previsões alusivas aumento da depressão são alarmantes.

Os sentimentos de tédio ou de tristeza são inadequadamente convertidos estados depressivos.

Qualquer situação que possa ser um obstáculo felicidade é considerada doença.

Para que haja coerência com a regência nominal estabelecida pela norma-padrão, as lacunas das frases devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- a) ao ... com ... na
- b) ao ... em ... à
- c) do ... com ... na
- d) com o ... em ... para
- e) com o ... para ... à

46. (TRE/MS - ESTÁGIO – JORNALISMO - TRE/MS – 2014) Assinale a assertiva cuja regência verbal está correta:

- a) Ela queria namorar com ele.
- b) Já assisti a esse filme.
- c) O caminhoneiro dormiu no volante.
- d) Quando eles chegam em Campo Grande?
- e) A moça que ele gosta é aquela ali.

47. (TRE/MS - ESTÁGIO – JORNALISMO - TRE/MS – 2014) A regência nominal está correta em:

- a) É preferível um inimigo declarado do que um amigo falso.
- b) As meninas têm aversão de verduras.
- c) Aquele cachorro é hostil para com desconhecidos.
- d) O sentimento de liberdade é inerente do ser humano.
- e) Construiremos portos acessíveis de qualquer navio.

48. (LIQUIGÁS – MOTORISTA DE CAMINHÃO GRANEL I – CESGRANRIO-2018)

Na internet, mentiras têm pernas longas

Diz o velho ditado que “a mentira tem pernas curtas”, mas nestes tempos de internet parece que a situação se inverteu, pelo menos no mundo digital. Pesquisadores mostram que rumores falsos “viajam” mais rápido e mais “longe”, com mais compartilhamentos e alcançando um maior número de pessoas, nas redes sociais, do que informações verdadeiras.

Foram reunidos todos os rumores nas redes sociais – falsos, verdadeiros ou “mistos”. Esses rumores foram acompanhados, chegando a um total de mais de 4,5 milhões de postagens feitas por cerca de 3 milhões de pessoas, formando “cascatas” de compartilhamento.

Ao compararem os padrões de compartilhamento dessas milhares de “cascatas”, os pesquisadores observaram que os rumores “falsos” se espalharam com mais rapidez, aumentando o número de “degraus” da cascata – e com maior abrangência do que os considerados verdadeiros.

A tendência também se manteve, independentemente do tema geral que os rumores abordassem, mas foi mais forte quando versavam sobre política do que os demais, na ordem de frequência: lendas urbanas; negócios; terrorismo e guerras; ciência e tecnologia; entretenimento; e desastres naturais.

Uma surpresa provocada pelo estudo revelou o perfil de quem mais compartilha rumores falsos: usuários com poucos seguidores e novatos nas redes.

— Vivemos inundados por notícias e muitas vezes as pessoas não têm tempo nem condições para verificar se elas são verdadeiras — afirma um dos pesquisadores. Isso não quer dizer que as pessoas são estúpidas. As redes sociais colocam todas as informações no mesmo nível, o que torna difícil diferenciar o verdadeiro do falso, uma fonte confiável de uma não confiável.

BAIMA, Cesar. Na internet, mentiras têm pernas longas. O Globo. Sociedade. 09 mar. 2018. Adaptado.

No trecho "*independentemente do tema geral que os rumores abordassem*", a palavra que pode substituir **rumores**, por ter sentido equivalente, é:

- a) assuntos
- b) boatos
- c) debates
- d) diálogos
- e) temas

49. (BANESTES – TÉCNICO BANCÁRIO – FGV-2018) O período abaixo em que os dois termos sublinhados **NÃO** podem trocar de posição é:

- a) A arte é a mais bela das mentiras;
- b) O importante na obra de arte é o espanto;
- c) A forma segue a emoção;
- d) A obra de arte: uma interrupção do tempo;
- e) Na arte não existe passado nem futuro.

50. (MPU – TÉCNICO – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE – CESPE-2015)

TEXTO II

A partir de uma ação do Ministério Público Federal (MPF), o Tribunal Regional Federal da 2.^a Região (TRF2) determinou que a *Google Brasil* retirasse, em até 72 horas, 15 vídeos do *YouTube* que disseminam o preconceito, a intolerância e a discriminação a religiões de matriz africana, e fixou multa diária de R\$ 50.000,00 em caso de descumprimento da ordem judicial. Na ação civil pública, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC/RJ) alegou que a Constituição garante aos cidadãos não apenas a obrigação do Estado em respeitar as liberdades, mas também a obrigação de zelar para que elas sejam respeitadas pelas pessoas em suas relações recíprocas.

Para a PRDC/RJ, somente a imediata exclusão dos vídeos da Internet restauraria a dignidade de tratamento, que, nesse caso, foi negada às religiões de matrizes africanas. Corroborando a visão do MPF, o TRF2 entendeu que a veiculação de vídeos potencialmente ofensivos e fomentadores do ódio, da discriminação e da intolerância contra religiões de matrizes africanas não corresponde ao legítimo exercício do direito à liberdade de expressão. O tribunal considerou que a liberdade de expressão não se pode traduzir em desrespeito às diferentes manifestações dessa mesma liberdade, pois ela encontra limites no próprio exercício de outros direitos fundamentais.

Internet: <<http://ibde.org.br>> (com adaptações).

No trecho "adulterar ou destruir dados", a palavra "adulterar" está sendo empregada com o sentido de *alterar prejudicando*.

() CERTO () ERRADO

51. (ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO BARRO BRANCO-SP – TECNÓLOGO DE ADMINISTRAÇÃO POLICIAL MILITAR – VUNESP-2010) Analise a charge.



(www.arionauocartuns.com.br)

A palavra **só**, presente na fala do personagem, tem o mesmo sentido em:

- a) **Só** vence quem concorre.
- b) Mariana veio **só**, infelizmente.
- c) Pedro estava **só**, quando cheguei.
- d) A mulher, por estar **só**, sentiu-se amedrontada.
- e) O marujo, **só**, resolveu passear pela praia.

**GABARITO**

1	B
2	A
3	B
4	E
5	A
6	E
7	A
8	C
9	A
10	A
11	D
12	CERTO
13	D
14	C
15	E
16	E
17	C
18	C
19	C
20	E
21	D
22	B
23	A
24	E
25	E
26	D
27	A
28	B
29	D
30	E
31	CERTO
32	C
33	C
34	A
35	D
36	E
37	E
38	A
39	D
40	E
41	D
42	C

43	CERTO
44	E
45	B
46	B
47	C
48	B
49	C
50	CERTO
51	A

ÍNDICE

MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores;.....	01
Números Racionais: Operações e Propriedades.....	04
Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta.....	11
Porcentagem.....	16
Juros Simples.....	19
Sistema de Medidas Legais.....	20
Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume.....	25
Raciocínio Lógico.....	48

RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA. NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES, PROPRIEDADES, MÚLTIPLOS E DIVISORES;

1.1 Definição de Números Inteiros

Definimos o conjunto dos números inteiros como a união do conjunto dos números naturais ($N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$), com o conjunto dos opostos dos números naturais, que são definidos como números negativos. Este conjunto é denotado pela letra Z e é escrito da seguinte forma:

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

Sabendo da definição dos números inteiros, agora é possível indicar alguns subconjuntos notáveis:

- a) O conjunto dos números inteiros não nulos: São todos os números inteiros, exceto o zero:

$$\mathbb{Z}^* = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

- b) O conjunto dos números inteiros não negativos: São todos os inteiros que não são negativos, ou seja, os números naturais:

$$\mathbb{Z}^+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\} = N$$

- c) O conjunto dos números inteiros positivos: São todos os inteiros não negativos, e neste caso, o zero não pertence ao subconjunto:

$$\mathbb{Z}^{*+} = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$$

- d) O conjunto dos números inteiros não positivos: São todos os inteiros não positivos:

$$\mathbb{Z}_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0\}$$

- e) O conjunto dos números inteiros negativos: São todos os inteiros não positivos, e neste caso, o zero não pertence ao subconjunto:

$$\mathbb{Z}^*_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1\}$$

1.2 Definições Importantes dos Números inteiros

Módulo: chama-se módulo de um número inteiro a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo pelo símbolo $||$. Vejam os exemplos:

Ex: O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$

Ex: O módulo de +7 é 7 e indica-se $|+7| = 7$

Ex: O módulo de -9 é 9 e indica-se $|-9| = 9$

- a) O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

Números Opostos: Voltando a definição do início do capítulo, dois números inteiros são ditos opostos um do outro quando apresentam soma zero; assim, os pontos que os representam distam igualmente da origem. Vejam os exemplos:

Ex: O oposto do número 2 é -2, e o oposto de -2 é 2, pois $2 + (-2) = (-2) + 2 = 0$

Ex: No geral, dizemos que o oposto, ou simétrico, de a é $-a$, e vice-versa.

Ex: O oposto de zero é o próprio zero.

1.3 Operações com Números Inteiros

Adição: Diferentemente da adição de números naturais, a adição de números inteiros pode gerar um pouco de confusão ao leito. Para melhor entendimento desta operação, associaremos aos números inteiros positivos o conceito de "ganhar" e aos números inteiros negativos o conceito de "perder". Vejam os exemplos:

$$\text{Ex: } (+3) + (+5) = ?$$

Obviamente, quem conhece a adição convencional, sabe que este resultado será 8. Vamos ver agora pelo conceito de "ganhar" e "perder":

$$+3 = \text{Ganhar } 3$$

$$+5 = \text{Ganhar } 5$$

$$\text{Logo: } (\text{Ganhar } 3) + (\text{Ganhar } 5) = (\text{Ganhar } 8)$$

$$\text{Ex: } (-3) + (-5) = ?$$

Agora é o caso em que temos dois números negativos, usando o conceito de "ganhar" ou "perder":

$$-3 = \text{Perder } 3$$

$$-5 = \text{Perder } 5$$

$$\text{Logo: } (\text{Perder } 3) + (\text{Perder } 5) = (\text{Perder } 8)$$

Neste caso, estamos somando duas perdas ou dois prejuízos, assim o resultado deverá ser uma perda maior.

E se tivermos um número positivo e um negativo? Vamos ver os exemplos:

$$\text{Ex: } (+8) + (-5) = ?$$

Neste caso, temos um ganho de 8 e uma perda de 5, que naturalmente sabemos que resultará em um ganho de 3:

$$+8 = \text{Ganhar } 8$$

$$-5 = \text{Perder } 5$$

$$\text{Logo: } (\text{Ganhar } 8) + (\text{Perder } 5) = (\text{Ganhar } 3)$$

Se observarem essa operação, vocês irão perceber que ela tem o mesmo resultado que $8 - 5 = 3$. Basicamente ambas são as mesmas operações, sem a presença dos parênteses e a explicação de como se chegar a essa simplificação será apresentado nos itens seguintes deste capítulo.

Agora, e se a perda for maior que o ganho? Veja o exemplo:

$$\text{Ex: } (-8) + (+5) = ?$$

Usando a regra, temos que:

-8 = Perder 8

+5 = Ganhar 5

Logo: (Perder 8) + (Ganhar 5) = (Perder 3)

Após a definição de adição de números inteiros, vamos apresentar algumas de suas propriedades:

a) Fechamento: O conjunto $\mathbb{Z}$ é fechado para a adição, isto é, a soma de dois números inteiros ainda é um número inteiro.

b) Associativa: Para todos $a, b, c \in \mathbb{Z}$:

$$a + (b + c) = (a + b) + c$$

Ex: $2 + (3 + 7) = (2 + 3) + 7$

Comutativa: Para todos a, b em $\mathbb{Z}$:

$$a + b = b + a$$

$$3 + 7 = 7 + 3$$

Elemento Neutro: Existe 0 em $\mathbb{Z}$, que adicionado a cada z em $\mathbb{Z}$, proporciona o próprio z , isto é:

$$z + 0 = z$$

$$7 + 0 = 7$$

Elemento Oposto: Para todo z em $\mathbb{Z}$, existe $(-z)$ em $\mathbb{Z}$, tal que

$$z + (-z) = 0$$

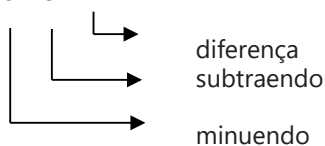
$$9 + (-9) = 0$$

Subtração de Números Inteiros

A subtração é empregada quando:

- Precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade;
- Temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra;
- Temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra.

Observe que: $9 - 5 = 4$



Considere as seguintes situações:

1- Na segunda-feira, a temperatura de Monte Sião passou de +3 graus para +6 graus. Qual foi a variação da temperatura?

Esse fato pode ser representado pela subtração: $(+6) - (+3) = +3$

2- Na terça-feira, a temperatura de Monte Sião, durante o dia, era de +6 graus. À Noite, a temperatura baixou de 3 graus. Qual a temperatura registrada na noite de terça-feira?

Esse fato pode ser representado pela adição: $(+6) + (-3) = +3$

Se compararmos as duas igualdades, verificamos que $(+6) - (+3)$ é o mesmo que $(+5) + (-3)$.

Temos:

$$(+6) - (+3) = (+6) + (-3) = +3$$

$$(+3) - (+6) = (+3) + (-6) = -3$$

$$(-6) - (-3) = (-6) + (+3) = -3$$

Daí podemos afirmar: Subtrair dois números inteiros é o mesmo que adicionar o primeiro com o oposto do segundo.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. Calcule:

a) $(+12) + (-40)$;

b) $(+12) - (-40)$

c) $(+5) + (-16) - (+9) - (-20)$

d) $(-3) - (-6) - (+4) + (-2) + (-15)$

Resposta: Aplicando as regras de soma e subtração de inteiros, tem-se que:

a) $(+12) + (-40) = 12 - 40 = -28$

b) $(+12) - (-40) = 12 + 40 = 52$

c) $(+5) + (-16) - (+9) - (-20) = +5 - 16 - 9 + 20 = 25 - 25 = 0$

d) $(-3) - (-6) - (+4) + (-2) + (-15) = -3 + 6 - 4 - 2 - 15 = 6 - 24 = -18$

1.4. Multiplicação de Números Inteiros

A multiplicação funciona como uma forma simplificada de uma adição quando os números são repetidos. Poderíamos analisar tal situação como o fato de estarmos ganhando repetidamente alguma quantidade, como por exemplo, ganhar 1 objeto por 30 vezes consecutivas, significa ganhar 30 objetos e esta repetição pode ser indicada por um x , isto é: $1 + 1 + 1 \dots + 1 + 1 = 30 \times 1 = 30$

Se trocarmos o número 1 pelo número 2, obteremos: $2 + 2 + 2 + \dots + 2 + 2 = 30 \times 2 = 60$

Se trocarmos o número 2 pelo número -2, obteremos: $(-2) + (-2) + \dots + (-2) = 30 \times (-2) = -60$

Observamos que a multiplicação é um caso particular da adição onde os valores são repetidos.

Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

Para realizar a multiplicação de números inteiros, devemos obedecer à seguinte regra de sinais:

$$(+1) \times (+1) = (+1)$$

$$(+1) \times (-1) = (-1)$$

$$(-1) \times (+1) = (-1)$$

$$(-1) \times (-1) = (+1)$$

Com o uso das regras acima, podemos concluir que:

Sinais dos números	Resultado do produto
Iguais	Positivo
Diferentes	Negativo

Propriedades da multiplicação de números inteiros: O conjunto $\mathbb{Z}$ é fechado para a multiplicação, isto é, a multiplicação de dois números inteiros ainda é um número inteiro.

Associativa: Para todos a, b, c em $\mathbb{Z}$:

$$a \times (b \times c) = (a \times b) \times c$$
$$2 \times (3 \times 7) = (2 \times 3) \times 7$$

Comutativa: Para todos a, b em $\mathbb{Z}$:

$$a \times b = b \times a$$
$$3 \times 7 = 7 \times 3$$

Elemento neutro: Existe 1 em $\mathbb{Z}$, que multiplicado por todo z em $\mathbb{Z}$, proporciona o próprio z , isto é:

$$z \times 1 = z$$
$$7 \times 1 = 7$$

Elemento inverso: Para todo inteiro z diferente de zero, existe um inverso $z^{-1} = 1/z$ em $\mathbb{Z}$, tal que

$$z \times z^{-1} = z \times (1/z) = 1$$
$$9 \times 9^{-1} = 9 \times (1/9) = 1$$

Distributiva: Para todos a, b, c em $\mathbb{Z}$:

$$a \times (b + c) = (a \times b) + (a \times c)$$
$$3 \times (4 + 5) = (3 \times 4) + (3 \times 5)$$

1.5. Divisão de Números Inteiros

Sabemos que na divisão exata dos números naturais:

$$40 : 5 = 8, \text{ pois } 5 \cdot 8 = 40$$
$$36 : 9 = 4, \text{ pois } 9 \cdot 4 = 36$$

Vamos aplicar esses conhecimentos para estudar a divisão exata de números inteiros. Veja o cálculo:

$$(-20) : (+5) = q \Rightarrow (+5) \cdot q = (-20) \Rightarrow q = (-4)$$

Logo: $(-20) : (+5) = -4$

Considerando os exemplos dados, concluímos que, para efetuar a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor. Daí:

- Quando o dividendo e o divisor têm o mesmo sinal, o quociente é um número inteiro positivo.
- Quando o dividendo e o divisor têm sinais diferentes, o quociente é um número inteiro negativo.
- A divisão nem sempre pode ser realizada no conjunto $\mathbb{Z}$. Por exemplo, $(+7) : (-2)$ ou $(-19) : (-5)$ são divisões que não podem ser realizadas em $\mathbb{Z}$, pois o resultado não é um número inteiro.
- No conjunto $\mathbb{Z}$, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.

1- Não existe divisão por zero.

Exemplo: $(-15) : 0$ não tem significado, pois não existe um número inteiro cujo produto por zero seja igual a -15 .

2- Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

$$\text{Exemplos: a) } 0 : (-10) = 0 \text{ / b) } 0 : (+6) = 0 \text{ / c) } 0 : (-1) = 0$$

1.6. Potenciação de Números Inteiros

A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a base e o número n é o expoente.

$$a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$$

a é multiplicado por a n vezes

Exemplos:

$$3^3 = (3) \times (3) \times (3) = 27$$
$$(-5)^5 = (-5) \times (-5) \times (-5) \times (-5) \times (-5) = -3125$$
$$(-7)^2 = (-7) \times (-7) = 49$$
$$(+9)^2 = (+9) \times (+9) = 81$$

- Toda potência de base positiva é um número inteiro positivo.
Exemplo: $(+3)^2 = (+3) \cdot (+3) = +9$
- Toda potência de base negativa e expoente par é um número inteiro positivo.
Exemplo: $(-8)^2 = (-8) \cdot (-8) = +64$
- Toda potência de base negativa e expoente ímpar é um número inteiro negativo.
Exemplo: $(-5)^3 = (-5) \cdot (-5) \cdot (-5) = -125$

Propriedades da Potenciação:

Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes.

$$(-7)^3 \cdot (-7)^6 = (-7)^{3+6} = (-7)^9$$

Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes.

$$(+13)^8 : (+13)^6 = (+13)^{8-6} = (+13)^2$$

Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplica-se os expoentes.

$$[(+4)^5]^2 = (+4)^{5 \cdot 2} = (+4)^{10}$$

Potência de expoente 1: É sempre igual à base.

$$(+9)^1 = +9$$
$$(-13)^1 = -13$$

Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1.

$$\text{Exemplo: } (+14)^0 = 1$$
$$(-35)^0 = 1$$

1.7. Radiciação de Números Inteiros

A raiz n -ésima (de ordem n) de um número inteiro a é a operação que resulta em outro número inteiro não negativo b que elevado à potência n fornece o número a . O número n é o índice da raiz enquanto que o número a é o radicando (que fica sob o sinal do radical).

A raiz quadrada (de ordem 2) de um número inteiro a é a operação que resulta em outro número inteiro não negativo que elevado ao quadrado coincide com o número a .

Observação: Não existe a raiz quadrada de um número inteiro negativo no conjunto dos números inteiros.

A raiz cúbica (de ordem 3) de um número inteiro a é a operação que resulta em outro número inteiro que elevado ao cubo seja igual ao número a . Aqui não restringimos os nossos cálculos somente aos números não negativos.

Exemplos

(a) $\sqrt[3]{8} = 2$, pois $2^3 = 8$.

(b) $\sqrt[3]{-8} = -2$, pois $(-2)^3 = -8$.

(c) $\sqrt[3]{27} = 3$, pois $3^3 = 27$.

(d) $\sqrt[3]{-27} = -3$, pois $(-3)^3 = -27$.

Observação: Ao obedecer à regra dos sinais para o produto de números inteiros, concluímos que:

(a) Se o índice da raiz for par, não existe raiz de número inteiro negativo.

(b) Se o índice da raiz for ímpar, é possível extrair a raiz de qualquer número inteiro.

NÚMEROS RACIONAIS: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES.

1. Números Racionais

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos $\frac{m}{n}$ para significar a divisão de m por n .

Como podemos observar, números racionais podem ser obtidos através da razão entre dois números inteiros, razão pela qual, o conjunto de todos os números racionais é denotado por Q . Assim, é comum encontrarmos na literatura a notação:

$$Q = \left\{ \frac{m}{n} : m \text{ e } n \text{ em } \mathbb{Z}, n \text{ diferente de zero} \right\}$$

No conjunto Q destacamos os seguintes subconjuntos:

- Q^* = conjunto dos racionais não nulos;
- Q_+ = conjunto dos racionais não negativos;
- Q_+^* = conjunto dos racionais positivos;
- Q_- = conjunto dos racionais não positivos;
- Q_-^* = conjunto dos racionais negativos.

Módulo ou valor absoluto: É a distância do ponto que representa esse número ao ponto de abscissa zero.

Exemplo: Módulo de $-\frac{3}{2}$ é $\frac{3}{2}$. Indica-se $\left| -\frac{3}{2} \right| = \frac{3}{2}$

Módulo de $+\frac{3}{2}$ é $\frac{3}{2}$. Indica-se $\left| \frac{3}{2} \right| = \frac{3}{2}$

Números Opostos: Dizemos que $-\frac{3}{2}$ e $\frac{3}{2}$ são números racionais opostos ou simétricos e cada um deles é o oposto do outro. As distâncias dos pontos $-\frac{3}{2}$ e $\frac{3}{2}$ ao ponto zero da reta são iguais.

1.1. Soma (Adição) de Números Racionais

Como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos a adição entre os números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que a soma de frações, através de:

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{a \cdot d + b \cdot c}{b \cdot d}$$

1.1.1. Propriedades da Adição de Números Racionais

O conjunto Q é fechado para a operação de adição, isto é, a soma de dois números racionais resulta em um número racional.

- Associativa: Para todos em Q : $a + (b + c) = (a + b) + c$
- Comutativa: Para todos em Q : $a + b = b + a$
- Elemento neutro: Existe em Q , que adicionado a todo em Q , proporciona o próprio, isto é: $q + 0 = q$
- Elemento oposto: Para todo q em Q , existe $-q$ em Q , tal que $q + (-q) = 0$

1.2. Subtração de Números Racionais

A subtração de dois números racionais a e b é a própria operação de adição do número a com o oposto de b , isto é: $p - q = p + (-q)$

1.3. Multiplicação (Produto) de Números Racionais

Como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos o produto de dois números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que o produto de frações, através de:

$$\frac{a}{b} \cdot \frac{c}{d} = \frac{a \cdot c}{b \cdot d}$$

O produto dos números racionais a e b também pode ser indicado por $a \times b$, $a.b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

Para realizar a multiplicação de números racionais, devemos obedecer à mesma regra de sinais que vale em toda a Matemática:

- $(+1) \cdot (+1) = (+1)$ - Positivo • Positivo = Positivo
- $(+1) \cdot (-1) = (-1)$ - Positivo • Negativo = Negativo
- $(-1) \cdot (+1) = (-1)$ - Negativo • Positivo = Negativo
- $(-1) \cdot (-1) = (+1)$ - Negativo • Negativo = Positivo



#FicaDica

O produto de dois números com o mesmo sinal é positivo, mas o produto de dois números com sinais diferentes é negativo.

1.3.1. Propriedades da Multiplicação de Números Racionais

O conjunto Q é fechado para a multiplicação, isto é, o produto de dois números racionais resulta em um número racional.

- Associativa: Para todos a, b, c em Q : $a \cdot (b \cdot c) = (a \cdot b) \cdot c$
- Comutativa: Para todos a, b em Q : $a \cdot b = b \cdot a$
- Elemento neutro: Existe 1 em Q , que multiplicado por todo q em Q , proporciona o próprio q , isto é: $q \cdot 1 = q$
- Elemento inverso: Para todo $q = \frac{a}{b}$ em Q , $q^{-1} = \frac{b}{a}$ diferente de zero, existe em Q : $q \cdot q^{-1} = 1$, ou seja, $\frac{a}{b} \times \frac{b}{a} = 1$
- Distributiva: Para todos a, b, c em Q : $a \cdot (b + c) = (a \cdot b) + (a \cdot c)$

1.4. Divisão de Números Racionais

A divisão de dois números racionais p e q é a própria operação de multiplicação do número p pelo inverso de q , isto é: $p \div q = p \times q^{-1}$

De maneira prática costuma-se dizer que em uma divisão de duas frações, conserva-se a primeira fração e multiplica-se pelo inverso da segunda:

$$\frac{a}{b} : \frac{c}{d} = \frac{a}{b} \cdot \frac{d}{c} = \frac{a \cdot d}{b \cdot c}$$

Observação: É possível encontrar divisão de frações da seguinte forma: $\frac{\frac{a}{b}}{\frac{c}{d}}$. O procedimento de cálculo é o mesmo.

1.5. Potenciação de Números Racionais

A potência q^n do número racional é um produto de fatores iguais. O número é denominado a base e o número é o expoente.

$$q^n = \underbrace{q \cdot q \cdot q \cdot \dots \cdot q}_n, (q \text{ aparece } n \text{ vezes})$$

Exs:

$$a) \left(\frac{2}{5}\right)^3 = \left(\frac{2}{5}\right) \cdot \left(\frac{2}{5}\right) \cdot \left(\frac{2}{5}\right) = \frac{8}{125}$$

$$b) \left(-\frac{1}{2}\right)^3 = \left(-\frac{1}{2}\right) \cdot \left(-\frac{1}{2}\right) \cdot \left(-\frac{1}{2}\right) = -\frac{1}{8}$$

$$c) (-5)^2 = (-5) \cdot (-5) = 25$$

$$d) (+5)^2 = (+5) \cdot (+5) = 25$$

1.5.1. Propriedades da Potenciação aplicadas a números racionais

Toda potência com expoente 0 é igual a 1.

$$\left(+\frac{2}{5}\right)^0 = 1$$

- Toda potência com expoente 1 é igual à própria base.

$$\left(-\frac{9}{4}\right)^1 = -\frac{9}{4}$$

- Toda potência com expoente negativo de um número racional diferente de zero é igual a outra potência que tem a base igual ao inverso da base anterior e o expoente igual ao oposto do expoente anterior.

$$\left(-\frac{3}{5}\right)^{-2} = \left(-\frac{5}{3}\right)^2 = \frac{25}{9}$$

- Toda potência com expoente ímpar tem o mesmo sinal da base.

$$\left(\frac{2}{3}\right)^3 = \left(\frac{2}{3}\right) \cdot \left(\frac{2}{3}\right) \cdot \left(\frac{2}{3}\right) = \frac{8}{27}$$

- Toda potência com expoente par é um número positivo.

$$\left(-\frac{1}{5}\right)^2 = \left(-\frac{1}{5}\right) \cdot \left(-\frac{1}{5}\right) = \frac{1}{25}$$

- Produto de potências de mesma base. Para reduzir um produto de potências de mesma base a uma só potência, conservamos a base e somamos os expoentes.

$$\left(\frac{2}{5}\right)^2 \cdot \left(\frac{2}{5}\right)^3 = \left(\frac{2}{5} \cdot \frac{2}{5}\right) \cdot \left(\frac{2}{5} \cdot \frac{2}{5} \cdot \frac{2}{5}\right) = \left(\frac{2}{5}\right)^{2+3} = \left(\frac{2}{5}\right)^5$$

- Quociente de potências de mesma base. Para reduzir um quociente de potências de mesma base a uma só potência, conservamos a base e subtraímos os expoentes.

$$\left(\frac{3}{2}\right)^5 : \left(\frac{3}{2}\right)^2 = \frac{\frac{3}{2} \cdot \frac{3}{2} \cdot \frac{3}{2} \cdot \frac{3}{2} \cdot \frac{3}{2}}{\frac{3}{2} \cdot \frac{3}{2}} = \left(\frac{3}{2}\right)^{5-2} = \left(\frac{3}{2}\right)^3$$

- Potência de Potência. Para reduzir uma potência a uma potência de um só expoente, conservamos a base e multiplicamos os expoentes.

$$\left[\left(\frac{3}{2}\right)^2\right]^3 = \left(\frac{3}{2}\right)^2 \cdot \left(\frac{3}{2}\right)^2 \cdot \left(\frac{3}{2}\right)^2 = \left(\frac{3}{2}\right)^{2+2+2} = \left(\frac{3}{2}\right)^6$$

1.6. Radiciação de Números Racionais

Se um número representa um produto de dois ou mais fatores iguais, então cada fator é chamado raiz do número. Vejamos alguns exemplos:

Ex:

4 Representa o produto 2. 2 ou 2^2 . Logo, 2 é a raiz quadrada de 4. Indica-se $\sqrt{4} = 2$.

Ex:

$\frac{1}{9}$ Representa o produto $\frac{1}{3} \cdot \frac{1}{3}$ ou $\left(\frac{1}{3}\right)^2$.

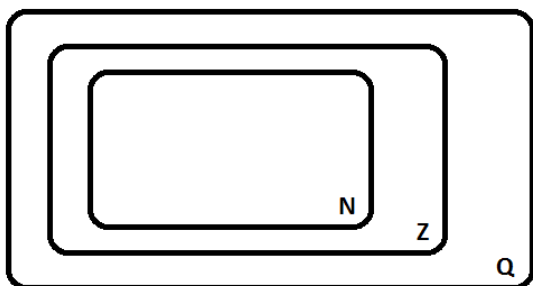
Logo, $\frac{1}{3}$ é a raiz quadrada de $\frac{1}{9}$. Indica-se $\sqrt{\frac{1}{9}} = \frac{1}{3}$

Ex:

0,216 Representa o produto $0,6 \cdot 0,6 \cdot 0,6$ ou $(0,6)^3$.

Logo, 0,6 é a raiz cúbica de 0,216. Indica-se $\sqrt[3]{0,216} = 0,6$.

Assim, podemos construir o diagrama:



FIQUE ATENTO!

Um número racional, quando elevado ao quadrado, dá o número zero ou um número racional positivo. Logo, os números racionais negativos não têm raiz quadrada em Q.

O número $-\frac{100}{9}$ não tem raiz quadrada em Q, pois tanto $-\frac{10}{3}$ como $+\frac{10}{3}$, quando elevados ao quadrado, dão $\frac{100}{9}$.

Um número racional positivo só tem raiz quadrada no conjunto dos números racionais se ele for um quadrado perfeito.

O número $\frac{2}{3}$ não tem raiz quadrada em Q, pois não existe número racional que elevado ao quadrado dê $\frac{2}{3}$.

2. Frações

Frações são representações de partes iguais de um todo. São expressas como um quociente de dois números $\frac{x}{y}$, sendo x o numerador e y o denominador da fração, com $y \neq 0$.

2.1. Frações Equivalentes

São frações que, embora diferentes, representam a mesma parte do mesmo todo. Uma fração é equivalente a outra quando pode ser obtida multiplicando o numerador e o denominador da primeira fração pelo mesmo número.

Ex: $\frac{3}{5}$ e $\frac{6}{10}$.

A segunda fração pode ser obtida multiplicando o numerador e denominador de $\frac{3}{5}$ por 2:

$$\frac{3 \cdot 2}{5 \cdot 2} = \frac{6}{10}$$

Assim, diz-se que $\frac{6}{10}$ é uma fração equivalente a $\frac{3}{5}$

2.2. Operações com Frações

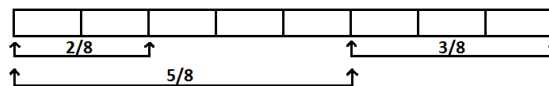
2.2.1. Adição e Subtração

Frações com denominadores iguais:

Ex:

Jorge comeu $\frac{3}{8}$ de um tablete de chocolate e Miguel $\frac{5}{8}$ desse mesmo tablete. Qual a fração do tablete de chocolate que Jorge e Miguel comeram juntos?

A figura abaixo representa o tablete de chocolate. Nela também estão representadas as frações do tablete que Jorge e Miguel comeram:



Observe que $\frac{3}{8} + \frac{2}{8} = \frac{5}{8}$

Portanto, Jorge e Miguel comeram juntos $\frac{5}{8}$ do tablete de chocolate.

Na adição e subtração de duas ou mais frações que têm denominadores iguais, conservamos o denominador comum e somamos ou subtraímos os numeradores.

Outro Exemplo:

$$\frac{3}{2} + \frac{5}{2} - \frac{7}{2} = \frac{3 + 5 - 7}{2} = \frac{1}{2}$$

2.2.2. Frações com denominadores diferentes:

Calcular o valor de $\frac{3}{8} + \frac{5}{6}$. Inicialmente, devemos reduzir as frações ao mesmo denominador comum. Para isso, encontramos o mínimo múltiplo comum (MMC) entre os dois (ou mais, se houver) denominadores e, em seguida, encontramos as frações equivalentes com o novo denominador:

$$\text{mmc}(8,6) = 24 \cdot \frac{3}{8} = \frac{5}{6} = \frac{9}{24} = \frac{20}{24}$$

$$24 : 8 \cdot 3 = 9$$

$$24 : 6 \cdot 5 = 20$$

Devemos proceder, agora, como no primeiro caso, simplificando o resultado, quando possível:

$$\frac{9}{24} + \frac{20}{24} = \frac{29}{24}$$

Portanto: $\frac{3}{8} + \frac{5}{6} = \frac{9}{24} + \frac{20}{24} = \frac{29}{24}$

Deste modo, é importante lembrar que na adição e na subtração de duas ou mais frações que têm os denominadores diferentes, reduzimos inicialmente as frações ao menor denominador comum, após o que procedemos como no primeiro caso.

2.3. Multiplicação

Ex:

De uma caixa de frutas, $\frac{4}{5}$ são bananas. Do total de bananas, $\frac{2}{3}$ estão estragadas. Qual é a fração de frutas da caixa que estão estragadas?



Representa $\frac{4}{5}$ do conteúdo da caixa



Representa $\frac{2}{3}$ de $\frac{4}{5}$ do conteúdo da caixa.

Repare que o problema proposto consiste em calcular o valor de $\frac{2}{3}$ de $\frac{4}{5}$ que, de acordo com a figura, equivale a $\frac{8}{15}$ do total de frutas. De acordo com a tabela acima, $\frac{2}{3}$ de $\frac{4}{5}$ equivale a $\frac{2}{3} \cdot \frac{4}{5}$. Assim sendo:

$$\frac{2}{3} \cdot \frac{4}{5} = \frac{8}{15}$$

Ou seja:

$$\frac{2}{3} \text{ de } \frac{4}{5} = \frac{2}{3} \cdot \frac{4}{5} = \frac{2 \cdot 4}{3 \cdot 5} = \frac{8}{15}$$

O produto de duas ou mais frações é uma fração cujo numerador é o produto dos numeradores e cujo denominador é o produto dos denominadores das frações dadas.

Outro exemplo: $\frac{2}{3} \cdot \frac{4}{5} \cdot \frac{7}{9} = \frac{2 \cdot 4 \cdot 7}{3 \cdot 5 \cdot 9} = \frac{56}{135}$



#FicaDica

Sempre que possível, antes de efetuar a multiplicação, podemos simplificar as frações entre si, dividindo os numeradores e os denominadores por um fator comum. Esse processo de simplificação recebe o nome de cancelamento.

$$\frac{2}{3} \cdot \frac{4}{5} \cdot \frac{7}{9} = \frac{2 \cdot 4 \cdot 7}{3 \cdot 5 \cdot 9} = \frac{2 \cdot 2 \cdot 3}{1 \cdot 5 \cdot 5} = \frac{12}{25}$$

2.4. Divisão

Duas frações são inversas ou recíprocas quando o numerador de uma é o denominador da outra e vice-versa.

Exemplo

$\frac{2}{3}$ é a fração inversa de $\frac{3}{2}$

5 ou $\frac{5}{1}$ é a fração inversa de $\frac{1}{5}$

Considere a seguinte situação:

Lúcia recebeu de seu pai os $\frac{4}{5}$ dos chocolates contidos em uma caixa. Do total de 5 chocolates recebidos, Lúcia deu a terça parte para o seu namorado. Que fração dos chocolates contidos na caixa recebeu o namorado de Lúcia?

A solução do problema consiste em dividir o total de chocolates que Lúcia recebeu de seu pai por 3, ou seja, $\frac{4}{5} : 3$

Por outro lado, dividir algo por 3 significa calcular $\frac{1}{3}$ desse algo.

Portanto: $\frac{4}{5} : 3 = \frac{1}{3}$ de $\frac{4}{5}$

Como $\frac{1}{3}$ de $\frac{4}{5} = \frac{1}{3} \cdot \frac{4}{5} = \frac{4}{5} \cdot \frac{1}{3}$, resulta que

$$\frac{4}{5} : 3 = \frac{4}{5} \cdot \frac{1}{3} = \frac{4 \cdot 1}{5 \cdot 3}$$

Observando que as frações $\frac{3}{1}$ e $\frac{1}{3}$ são frações inversas, podemos afirmar que:

Para dividir uma fração por outra, multiplicamos a primeira pelo inverso da segunda.

Portanto $\frac{4}{5} : 3 = \frac{4}{5} : \frac{3}{1} = \frac{4}{5} \cdot \frac{1}{3} = \frac{4}{15}$

Ou seja, o namorado de Lúcia recebeu $\frac{4}{15}$ do total de chocolates contidos na caixa.

Outro exemplo: $\frac{4}{3} : \frac{8}{5} = \frac{4^1}{3} \cdot \frac{5}{8^2} = \frac{5}{6}$

Observação:

Note a expressão: $\frac{3}{\frac{2}{1}} = \frac{3}{1} \cdot \frac{1}{2} = \frac{3}{2}$. Ela é equivalente à expressão $\frac{3}{2} : \frac{1}{5}$

Portanto $\frac{3}{\frac{2}{1}} = \frac{3}{2} : \frac{1}{5} = \frac{3}{2} \cdot \frac{5}{1} = \frac{15}{2}$

3. Números Decimais

De maneira direta, números decimais são números que possuem vírgula. Alguns exemplos: 1,47; 2,1; 4,9587; 0,004; etc.

3.1. Operações com Números Decimais

3.1.1. Adição e Subtração

Vamos calcular o valor da seguinte soma:

$$5,32 + 12,5 + 0,034$$

Transformaremos, inicialmente, os números decimais em frações decimais:

$$5,32 + 12,5 + 0,034 = \frac{532}{100} + \frac{125}{10} + \frac{34}{1000} :$$

$$= \frac{5320}{1000} + \frac{12500}{1000} + \frac{34}{1000} = \frac{17854}{1000} = 17,854$$

Portanto: $5,32 + 12,5 + 0,034 = 17,854$

Na prática, a adição e a subtração de números decimais são obtidas de acordo com a seguinte regra:

- Igualamos o número de casas decimais, acrescentando zeros.
- Colocamos os números um abaixo do outro, deixando a vírgula embaixo de vírgula.
- Somamos ou subtraímos os números decimais como se eles fossem números naturais.
- Na resposta colocamos a vírgula alinhada com a vírgula dos números dados.

Exemplo

$$2,35 + 14,3 + 0,0075 + 5$$

Disposição prática:

$$\begin{array}{r} 2,3500 \\ 14,3000 \\ + 0,0075 \\ \hline 5,0000 \\ \hline 21,6575 \end{array}$$

3.1.2. Multiplicação

Vamos calcular o valor do seguinte produto: $2,58 \cdot 3,4$.

Transformaremos, inicialmente, os números decimais em frações decimais:

$$2,58 \cdot 3,4 = \frac{258}{100} \cdot \frac{34}{10} = \frac{8772}{1000} = 8,772$$

Portanto $2,58 \cdot 3,4 = 8,772$



#FicaDica

Na prática, a multiplicação de números decimais é obtida de acordo com as seguintes regras:

- Multiplicamos os números decimais como se eles fossem números naturais.
- No resultado, colocamos tantas casas decimais quantas forem as do primeiro fator somadas às do segundo fator.

Exemplo:

Disposição prática:

$$652,2 \rightarrow 1 \text{ casa decimal}$$

$$\begin{array}{r} \times 2,03 \\ \hline 19566 \end{array} \rightarrow 2 \text{ casas decimais}$$

$$\begin{array}{r} 13044 \\ \hline \end{array}$$

$$1323,966 \rightarrow 1 + 2 = 3 \text{ casas decimais}$$

1.3. Divisão

Numa divisão em que:

D é o dividendo
d é o divisor
q é o quociente
r é o resto

$$\begin{array}{r} D \\ r \end{array} \left| \begin{array}{r} d \\ q \end{array} \right. \Rightarrow D = q \cdot d + r$$

Na divisão, sempre teremos $r < d$

Vamos, por exemplo, efetuar a seguinte divisão: $24 : 0,5$

Inicialmente, multiplicaremos o dividendo e o divisor da divisão dada por 10.

$$24 : 0,5 = (24 \cdot 10) : (0,5 \cdot 10) = 240 : 5$$

A vantagem de tal procedimento foi a de transformarmos em número natural o número decimal que aparecia na divisão. Com isso, a divisão entre números decimais se transforma numa equivalente com números naturais.

Portanto: $24 : 0,5 = 240 : 5 = 48$



#FicaDica

Na prática, a divisão entre números decimais é obtida de acordo com as seguintes regras:

- Igualamos o número de casas decimais do dividendo e do divisor.
- Cortamos as vírgulas e efetuamos a divisão como se os números fossem naturais.

Ex: $24 : 0,5$

Disposição prática:

$$\begin{array}{r} 24,0 \quad | \quad 0,5 \\ 40 \quad 48 \\ 0 \end{array}$$

Nesse caso, o resto da divisão é igual à zero. Assim sendo, a divisão é chamada de divisão exata e o quociente é exato.

Ex: $9,775 : 4,25$

Disposição prática:

$$\begin{array}{r} 9,775 \quad | \quad 4,250 \\ 1275 \quad 2 \end{array}$$

Nesse caso, o resto da divisão é diferente de zero. Assim sendo, a divisão é chamada de divisão aproximada e o quociente é aproximado.

Se quisermos continuar uma divisão aproximada, devemos acrescentar zeros aos restos e prosseguir dividindo cada número obtido pelo divisor. Ao mesmo tempo em que colocamos o primeiro zero no primeiro resto, colocamos uma vírgula no quociente.

$\begin{array}{r} 9,775 \quad \quad 4,250 \\ 12750 \quad 2, \\ \downarrow \\ \text{Acrescentamos um} \\ \text{zero ao primeiro} \end{array}$	$\begin{array}{r} 9,775 \quad \quad 4,250 \\ 12750 \quad 2,3 \\ 0 \quad \downarrow \\ \text{Colocamos uma vírgula no} \\ \text{quociente} \end{array}$

Ex: $0,14 : 28$

$$\begin{array}{r} 0,14000 \quad | \quad 28,00 \\ 0000 \quad 0,005 \end{array}$$

Ex: $2 : 16$

$$\begin{array}{r} 20 \quad | \quad 16 \\ 40 \quad 0,125 \\ 80 \\ 0 \end{array}$$

2. Representação Decimal das Frações

Tomemos um número racional $\frac{p}{q}$ tal que p não seja múltiplo de q . Para escrevê-lo na forma decimal, basta efetuar a divisão do numerador pelo denominador.

Nessa divisão podem ocorrer dois casos:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{35}{4} = 8,75$$

$$\frac{153}{50} = 3,06$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente. Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333 \dots$$

$$\frac{1}{22} = 0,04545 \dots$$

$$\frac{167}{66} = 2,53030 \dots$$



FIQUE ATENTO!

Se após as vírgulas os algarismos não são periódicos, então esse número decimal não está contido no conjunto dos números racionais.

3. Representação Fracionária dos Números Decimais

Trata-se do problema inverso: estando o número racional escrito na forma decimal, procuremos escrevê-lo na forma de fração. Temos dois casos:

1º) Transformamos o número em uma fração cujo numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado:

$$0,9 = \frac{9}{10}$$

$$5,7 = \frac{57}{10}$$

$$0,76 = \frac{76}{100}$$

$$3,48 = \frac{348}{100}$$

$$0,005 = \frac{5}{1000} = \frac{1}{200}$$

2º) Devemos achar a fração geratriz da dízima dada; para tanto, vamos apresentar o procedimento através de alguns exemplos:

Ex:

Seja a dízima 0,333...

Façamos e multipliquemos ambos os membros por 10:

$$10x = 0,333$$

Subtraindo, membro a membro, a primeira igualdade da segunda:

$$10x - x = 3,333 \dots - 0,333 \dots \quad 9x = 3 \quad x = \frac{3}{9}$$

Assim, a geratriz de 0,333... é a fração $\frac{3}{9}$.

Ex:

Seja a dízima 5,1717...

Façamos $x = 5,1717 \dots$ e $100x = 517,1717 \dots$

Subtraindo membro a membro, temos:

$$99x = 512 \quad x = \frac{512}{99}$$

Assim, a geratriz de 5,1717... é a fração $\frac{512}{99}$.

Ex:

Seja a dízima 1,23434...

Façamos

$$x = 1,23434 \dots; 10x =$$

$$= 12,3434 \dots; 1000x = 1234,34 \dots$$

Subtraindo membro a membro, temos:

$$990x = 1234,34 \dots - 12,34 \dots$$

$$990x = 1222 \quad x = \frac{1222}{990}$$

Simplificando, obtemos $x = \frac{611}{495}$, a fração geratriz da dízima 1,23434...

Analisando todos os exemplos, nota-se que a idéia consiste em deixar após a vírgula somente a parte periódica (que se repete) de cada igualdade para, após a subtração membro a membro, ambas se cancelarem.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (EBSERH – Médico – IBFC/2016) Mara leu $\frac{1}{5}$ das páginas de um livro numa semana. Na segunda semana, leu mais $\frac{2}{3}$ de páginas. Se ainda faltam ler 60 (sessenta) páginas do livro, então o total de páginas do livro é de:

- a) 300
- b) 360
- c) 400
- d) 450
- e) 480

Resposta: Letra D.

Mara leu $\frac{1}{5} + \frac{2}{3} = \frac{3+10}{15} = \frac{13}{15}$ do livro.

Logo, ainda falta $1 - \frac{13}{15} = \frac{15-13}{15} = \frac{2}{15}$ para ser lido. Essa fração que falta ser lida equivale a 60 páginas

Assim: $\frac{2}{15} \rightarrow 60 \text{ páginas. Portanto, } \frac{1}{15} \rightarrow 30 \text{ páginas.}$

Logo o livro todo ($\frac{15}{15}$) possui: $15 \cdot 30 = 450$ páginas

2. Em uma caixa de ferramentas, $\frac{4}{5}$ são chaves de fenda. Do total das chaves, $\frac{2}{3}$ estão enferrujadas. Qual é a fração de chaves da caixa de ferramentas que estão enferrujadas?

Resposta: 8/15

O problema proposto consiste em calcular o valor de $\frac{2}{3}$ de $\frac{4}{5}$, que equivale a $\frac{8}{15}$ do total das chaves.

NÚMEROS E GRANDEZAS DIRETAMENTE E INVERSAMENTE PROPORCIONAIS: RAZÕES E PROPORÇÕES, DIVISÃO PROPORCIONAL, REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTA.

RAZÃO

Quando se utiliza a matemática na resolução de problemas, os números precisam ser relacionados para se obter uma resposta. Uma das maneiras de se relacionar os números é através da razão. Sejam dois números reais a e b , com $b \neq 0$, define-se razão entre a e b (nessa ordem) o quociente $a \div b$, ou $\frac{a}{b}$.

A razão basicamente é uma fração, e como sabem, frações são números racionais. Entretanto, a leitura deste número é diferente, justamente para diferenciarmos quando estamos falando de fração ou de razão.

a) Quando temos o número $\frac{3}{5}$ e estamos tratando de fração, lê-se: "três quintos".

b) Quando temos o número $\frac{3}{5}$ e estamos tratando de razão, lê-se: "3 para 5".

Além disso, a nomenclatura dos termos também é diferente:

O número 3 é **numerador**

a) Na fração $\frac{3}{5}$

O número 5 é **denominador**

O número 3 é **antecedente**

b) Na razão $\frac{3}{5}$

O número 5 é **consequente**

Ex. A razão entre 20 e 50 é $\frac{20}{50} = \frac{2}{5}$ já a razão entre 50 e 20 é $\frac{50}{20} = \frac{5}{2}$. Ou seja, deve-se sempre indicar o antecedente e o consequente para sabermos qual a ordem de montarmos a razão.

Ex. Numa classe de 36 alunos há 15 rapazes e 21 moças. A razão entre o número de rapazes e o número de moças é $\frac{15}{21}$, se simplificarmos, temos que a fração equivalente é $\frac{5}{7}$, o que significa que para "cada 5 rapazes há 7 moças". Por outro lado, a razão entre o número de rapazes e o total de alunos é dada por $\frac{15}{36} = \frac{5}{12}$, o que equivale a dizer que "de cada 12 alunos na classe, 5 são rapazes".

Razão entre grandezas de mesma espécie: A razão entre duas grandezas de mesma espécie é o quociente dos números que expressam as medidas dessas grandezas numa mesma unidade.

Ex. Um automóvel necessita percorrer uma estrada de 360 km. Se ele já percorreu 240 km, qual a razão entre a distância percorrida em relação ao total?

Como os dois números são da mesma espécie (distância) e estão na mesma unidade (km), basta fazer a razão:

$$r = \frac{240 \text{ km}}{360 \text{ km}} = \frac{2}{3}$$

No caso de mesma espécie, porém em unidades diferentes, deve-se escolher uma das unidades e converter a outra.

Ex. Uma maratona possui aproximadamente 42 km de extensão. Um corredor percorreu 36000 metros. Qual a razão entre o que falta para percorrer em relação à extensão da prova?

Veja que agora estamos tentando relacionar metros com quilômetros. Para isso, deve-se converter uma das unidades, vamos utilizar "km":

$$36000 \text{ m} = 36 \text{ km}$$

Como é pedida a razão entre o que falta em relação ao total, temos que:

$$r = \frac{42 \text{ km} - 36 \text{ km}}{42 \text{ km}} = \frac{6 \text{ km}}{42 \text{ km}} = \frac{1}{7}$$

Ex. Uma sala tem 8 m de comprimento. Esse comprimento é representado num desenho por 20 cm. Qual é a razão entre o comprimento representado no desenho e o comprimento real?

Convertendo o comprimento real para cm, temos que:

$$e = \frac{20 \text{ cm}}{800 \text{ cm}} = \frac{1}{40}$$



#FicaDica

A razão entre um comprimento no desenho e o correspondente comprimento real, chama-se escala

Razão entre grandezas de espécies diferentes: É possível também relacionar espécies diferentes e isto está normalmente relacionado a unidades utilizadas na física:

Ex. Considere um carro que às 9 horas passa pelo quilômetro 30 de uma estrada e, às 11 horas, pelo quilômetro 170. Qual a razão entre a distância percorrida e o tempo gasto no traslado?

Para montarmos a razão, precisamos obter as informações:

$$\text{Distância percorrida: } 170 \text{ km} - 30 \text{ km} = 140 \text{ km}$$

$$\text{Tempo gasto: } 11 \text{ h} - 9 \text{ h} = 2 \text{ h}$$

Calculamos a razão entre a distância percorrida e o tempo gasto para isso:

$$v = \frac{140 \text{ km}}{2 \text{ h}} = \frac{70}{1} = 70 \text{ km/h}$$

Como são duas espécies diferentes, a razão entre elas será uma espécie totalmente diferente das outras duas.



#FicaDica

A razão entre uma distância e uma medida de tempo é chamada de velocidade.

Ex. A Região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) tem uma área aproximada de 927 286 km² e uma população de 66 288 000 habitantes, aproximadamente, segundo estimativas projetadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 1995. Qual a razão entre o número de habitantes e a área total?

Dividindo-se o número de habitantes pela área, obteremos o número de habitantes por km² (hab./km²):

$$d = \frac{66288000 \text{ hab}}{927286 \text{ km}^2} = 71,5 \frac{\text{hab}}{\text{km}^2}$$



#FicaDica

A razão entre o número de habitantes e a área deste local é denominada densidade demográfica.

Ex. Um carro percorreu, na cidade, 83,76 km com 8 L de gasolina. Dividindo-se o número de quilômetros percorridos pelo número de litros de combustível consumidos, teremos o número de quilômetros que esse carro percorre com um litro de gasolina:

$$c = \frac{83,76 \text{ km}}{8 \text{ l}} = 10,47 \frac{\text{km}}{\text{l}}$$



#FicaDica

A razão entre a distância percorrida em relação a uma quantidade de combustível é definida como "consumo médio"

Proporção

A definição de proporção é muito simples, pois se trata apenas da igualdade de razões.

Na proporção $\frac{3}{5} = \frac{6}{10}$ (lê-se: "3 está para 5 assim como 6 está para 10").

Observemos que o produto $3 \cdot 10 = 30$ é igual ao produto $5 \cdot 6 = 30$, o que caracteriza a propriedade fundamental das proporções



#FicaDica

Se multiplicarmos em cruz (ou em x), teremos que os produtos entre o numeradores e os denominadores da outra razão serão iguais.

Ex. Na igualdade $\frac{2}{3} = \frac{6}{9}$, temos $2 \times 9 = 3 \times 6 = 18$, logo, temos uma proporção.

Ex. Na bula de um remédio pediátrico recomenda-se a seguinte dosagem: 7 gotas para cada 3 kg do "peso" da criança. Se uma criança tem 15 kg, qual será a dosagem correta?

Como temos que seguir a receita, temos que atender a proporção, assim, chamaremos de x a quantidade de gotas a serem ministradas:

$$\frac{7 \text{ gotas}}{3 \text{ kg}} = \frac{x \text{ gotas}}{15 \text{ kg}}$$

Logo, para atendermos a proporção, precisaremos encontrar qual o número que atenderá a proporção. Multiplicando em cruz, temos que:

$$3x = 105$$

$$x = \frac{105}{3}$$

$$x = 35 \text{ gotas}$$

Ou seja, para uma criança de 30 kg, deve-se ministrar 35 gotas do remédio, atendendo a proporção.

Outro jeito de ver a proporção: Já vimos que uma proporção é verdadeira quando realizamos a multiplicação em cruz e encontramos o mesmo valor nos dois produtos. Outra maneira de verificar a proporção é verificar se as duas razões que estão sendo igualadas são frações equivalentes. Lembra deste conceito?



FIQUE ATENTO!

Uma fração é equivalente a outra quando podemos multiplicar (ou dividir) o numerador e o denominador da fração por um mesmo número, chegando ao numerador e denominador da outra fração.

Ex. $\frac{4}{3}$ e $\frac{12}{9}$ são frações equivalentes, pois:

$$4x = 12 \rightarrow x = 3$$

$$3x = 9 \rightarrow x = 3$$

Ou seja, o numerador e o denominador de $\frac{4}{3}$ quando multiplicados pelo mesmo número (3), chega ao numerador e denominador da outra fração, logo, elas são equivalentes e consequentemente, proporcionais.

Agora vamos apresentar algumas propriedades da proporção:

a) Soma dos termos: Quando duas razões são proporcionais, podemos criar outra proporção somando os numeradores com os denominadores e dividindo pelos numeradores (ou denominadores) das razões originais:

$$\frac{5}{2} = \frac{10}{4} \rightarrow \frac{5+2}{5} = \frac{10+4}{10} \rightarrow \frac{7}{5} = \frac{14}{10}$$

ou

$$\frac{5}{2} = \frac{10}{4} \rightarrow \frac{5+2}{2} = \frac{10+4}{4} \rightarrow \frac{7}{2} = \frac{14}{4}$$

b) Diferença dos termos: Analogamente a soma, temos também que se realizarmos a diferença entre os termos, também chegaremos em outras proporções:

$$\frac{4}{3} = \frac{8}{6} \rightarrow \frac{4-3}{3} = \frac{8-6}{8} \rightarrow \frac{1}{4} = \frac{2}{8}$$

ou

$$\frac{4}{3} = \frac{8}{6} \rightarrow \frac{4-3}{3} = \frac{8-6}{6} \rightarrow \frac{1}{3} = \frac{2}{6}$$

c) Soma dos antecedentes e consequentes: A soma dos antecedentes está para a soma dos consequentes assim como cada antecedente está para o seu consequente:

$$\frac{12}{8} = \frac{3}{2} \rightarrow \frac{12+3}{8+2} = \frac{15}{10} = \frac{12}{8} = \frac{3}{2}$$

d) Diferença dos antecedentes e consequentes: A soma dos antecedentes está para a soma dos consequentes assim como cada antecedente está para o seu consequente:

$$\frac{12}{8} = \frac{3}{2} \rightarrow \frac{12-3}{8-2} = \frac{9}{6} = \frac{12}{8} = \frac{3}{2}$$



FIQUE ATENTO!

Usamos razão para fazer comparação entre duas grandezas. Assim, quando dividimos uma grandeza pela outra estamos comparando a primeira com a segunda. Enquanto proporção é a igualdade entre duas razões.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. O estado de Tocantins ocupa uma área aproximada de 278.500 km². De acordo com o Censo/2000 o Tocantins tinha uma população de aproximadamente 1.156.000 habitantes. Qual é a densidade demográfica do estado de Tocantins?

Resposta : A densidade demográfica é definida como a razão entre o número de habitantes e a área ocupada:

$$d = \frac{1\ 156\ 000\ \text{hab.}}{278\ 500\ \text{km}^2} = 4,15\ \text{hab/km}^2$$

2. Se a área de um retângulo (A_1) mede 300 cm² e a área de um outro retângulo (A_2) mede 100 cm², qual é o valor da razão entre as áreas (A_1) e (A_2)?

Resposta : Ao fazermos a razão das áreas, temos:

$$\frac{A_1}{A_2} = \frac{300}{100} = 3$$

Então, isso significa que a área do retângulo 1 é 3 vezes maior que a área do retângulo 2.

3.(CELESC – Assistente Administrativo – FEPESE/2016)

Dois amigos decidem fazer um investimento conjunto por um prazo determinado. Um investe R\$ 9.000 e o outro R\$ 16.000. Ao final do prazo estipulado obtêm um lucro de R\$ 2.222 e decidem dividir o lucro de maneira proporcional ao investimento inicial de cada um. Portanto o amigo que investiu a menor quantia obtém com o investimento um lucro:

- a) Maior que R\$ 810,00
- b) Maior que R\$ 805,00 e menor que R\$ 810,00
- c) Maior que R\$ 800,00 e menor que R\$ 805,00
- d) Maior que R\$ 795,00 e menor que R\$ 800,00
- e) Menor que R\$ 795,00

Resposta : Letra D. Ambos aplicaram R\$ 9000,00+R\$ 16000,00=R\$ 25000,00 e o lucro de R\$ 2222,00 foi sobre este valor. Assim, constrói-se uma proporção entre o valor aplicado (neste caso, R\$ 9000,00 , pois o exercício quer o lucro de quem aplicou menos) e seu respectivo lucro:

$$\frac{9000}{x} = \frac{25000}{2222} \rightarrow 25x = 19998 \rightarrow x = \text{R\$ } 799,92$$

4. Há, em virtude da demanda crescente de economia de água, equipamentos e utensílios como, por exemplo, as bacias sanitárias ecológicas, que utilizam 6 litros de água por descarga em vez dos 15 litros utilizados por bacias sanitárias não ecológicas, conforme dados da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Qual será a economia diária de água obtida por meio da substituição de uma bacia sanitária não ecológica, que gasta cerca de 60 litros por dia com a descarga, por uma bacia sanitária ecológica?

Resposta: Se x for o número de litros de água desperdiçadas pela bacia ecológica, tem-se que:

$$15/60=6/x \rightarrow 15x=6 \cdot 60 \rightarrow 15x=360$$

Logo: $x=360/15=24$ litros.

Então, a economia de água foi de $(60-24) = 36$ litros.

Regra de Três Simples

Os problemas que envolvem duas grandezas diretamente ou inversamente proporcionais podem ser resolvidos através de um processo prático, chamado **regra de três simples**.

Ex: Um carro faz 180 km com 15L de álcool. Quantos litros de álcool esse carro gastaria para percorrer 210 km?

Solução:

O problema envolve duas grandezas: distância e litros de álcool.

Indiquemos por x o número de litros de álcool a ser consumido.

Coloquemos as grandezas de mesma espécie em uma mesma coluna e as grandezas de espécies diferentes que se correspondem em uma mesma linha:

Distância (km)	Litros de álcool
180	15
210	x

Na coluna em que aparece a variável x ("litros de álcool"), vamos colocar uma flecha:

Distância (km)	Litros de álcool
180	15
210	x

Observe que, se duplicarmos a distância, o consumo de álcool também duplica. Então, as grandezas **distância** e **litros de álcool** são **diretamente proporcionais**. No esquema que estamos montando, indicamos esse fato colocando uma flecha na coluna "distância" no **mesmo sentido** da flecha da coluna "litros de álcool":

Distância (km)	Litros de álcool
180	15
210	x

mesmo sentido

Armando a proporção pela orientação das flechas, temos:

$$\frac{180}{210} = \frac{15}{x} \rightarrow 180x = 15 \cdot 210$$

$$\rightarrow 180x = 3150 \rightarrow x = 3150/180 \rightarrow x = 17,5$$

Resposta: O carro gastaria 17,5 L de álcool.



#FicaDica

Procure manter essa linha de raciocínio nos diversos problemas que envolvem regra de três simples ! Identifique as variáveis, verifique qual é a relação de proporcionalidade e siga este exemplo !

Ex: Viajando de automóvel, à velocidade de 60 km/h, eu gastaria 4 h para fazer certo percurso. Aumentando a velocidade para 80 km/h, em quanto tempo farei esse percurso?

Solução: Indicando por x o número de horas e colocando as grandezas de mesma espécie em uma mesma coluna e as grandezas de espécies diferentes que se correspondem em uma mesma linha, temos:

Velocidade (km/h)	Tempo (h)
60	4
80	x

Na coluna em que aparece a variável x ("tempo"), vamos colocar uma flecha:

Velocidade (km/h)	Tempo (h)
60	4
80	x

Observe que, se duplicarmos a velocidade, o tempo fica reduzido à metade. Isso significa que as grandezas **velocidade** e **tempo** são **inversamente proporcionais**. No nosso esquema, esse fato é indicado colocando-se na coluna "velocidade" uma flecha em **sentido contrário** ao da flecha da coluna "tempo":

Velocidade (km/h)	Tempo (h)
60	4
80	x

sentidos contrários

Na montagem da proporção devemos seguir o sentido das flechas. Assim, temos:

$$\frac{4}{x} = \frac{80}{60} \rightarrow 80x = 4 \cdot 60$$

$$\rightarrow 80x = 240 \rightarrow x = 240/80 \rightarrow x = 3$$

Resposta: Farei esse percurso em 3 h.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (CBTU – ASSISTENTE OPERACIONAL – FUMARC/2016) Dona Geralda comprou 4 m de tecido importado a R\$ 12,00 o metro linear. No entanto, o metro linear do lojista media 2 cm a mais. A quantia que o lojista deixou de ganhar com a venda do tecido foi:

- a) R\$ 0,69
- b) R\$ 0,96
- c) R\$ 1,08
- d) R\$ 1,20

Resposta: Letra B. As grandezas (comprimento e preço) são diretamente proporcionais. Assim, a regra de três é direta:

Metros	Preço
1	12
0,02	x

$$1 \cdot x = 0,02 \cdot 12 \rightarrow x = \text{R\$ } 0,24$$

Note que foi necessário passar 2 cm para metros, para que as unidades de comprimento fiquem iguais. Assim, cada 2 cm custaram R\$ 0,24 para o vendedor. Como ele vendeu 4 m de tecido, esses 2 cm não foram considerados quatro vezes. Assim, ele deixou de ganhar $4 \cdot 0,24 = \text{R\$ } 0,96$

2. Para se construir um muro de 17m^2 são necessários 3 trabalhadores. Quantos trabalhadores serão necessários para construir um muro de 51m^2 ?

Resposta: 9 trabalhadores.

As grandezas (área e trabalhadores) são diretamente proporcionais. Assim, a regra de três é direta:

Área	N Trabalhadores
17	3
51	x

$$17 \cdot x = 51 \cdot 3 \rightarrow x = 9 \text{ trabalhadores}$$

Regra de Três Composta

O processo usado para resolver problemas que envolvem mais de duas grandezas, diretamente ou inversamente proporcionais, é chamado **regra de três composta**.

Ex: Em 4 dias 8 máquinas produziram 160 peças. Em quanto tempo 6 máquinas iguais às primeiras produziram 300 dessas peças?

Solução: Indiquemos o número de dias por x. Coloquemos as grandezas de mesma espécie em uma só

coluna e as grandezas de espécies diferentes que se correspondem em uma mesma linha. Na coluna em que aparece a variável x ("dias"), coloquemos uma flecha:

Máquinas	Peças	Dias
8	160	4
6	300	x

Comparemos cada grandeza com aquela em que está o x.

As grandezas **peças** e **dias** são diretamente proporcionais. No nosso esquema isso será indicado colocando-se na coluna "peças" uma flecha no **mesmo sentido** da flecha da coluna "dias":

Máquinas	Peças	Dias
8	160	4
6	300	x

Mesmo sentido

As grandezas **máquinas** e **dias** são inversamente proporcionais (duplicando o número de máquinas, o número de dias fica reduzido à metade). No nosso esquema isso será indicado colocando-se na coluna (máquinas) uma flecha no sentido contrário ao da flecha da coluna "dias":

Máquinas	Peças	Dias
8	160	4
6	300	x

Sentidos contrários

Agora vamos montar a proporção, igualando a razão que contém o x, que é $\frac{4}{x}$, com o produto das outras razões, obtidas segundo a orientação das flechas $\left(\frac{6}{8} \cdot \frac{160}{300}\right)$:

$$\begin{aligned} \frac{4}{x} &= \frac{6^2 \cdot 160^{8^1}}{8^1 \cdot 300^{15^1}} \\ \frac{4}{x} &= \frac{2}{5} \\ \rightarrow 2x &= 4 \cdot 5 \\ \rightarrow x &= \frac{(4 \cdot 5)}{2} \\ \rightarrow x &= 10 \end{aligned}$$

Resposta: Em 10 dias.



FIQUE ATENTO!

Repare que a regra de três composta, embora tenha formulação próxima à regra de três simples, é conceitualmente distinta devido à presença de mais de duas grandezas proporcionais.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (SEDUC-SP - ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – VUNESP/2014) Quarenta digitadores preenchem 2 400 formulários de 12 linhas, em 2,5 horas. Para preencher 5 616 formulários de 18 linhas, em 3 horas, e admitindo-se que o ritmo de trabalho dos digitadores seja o mesmo, o número de digitadores necessários será:

- a) 105
- b) 117
- c) 123
- d) 131
- e) 149

Resposta: Letra B. A tabela com os dados do enunciado fica:

Digitadores	Formulários	Linhas	Horas
40	2400	12	2,5
x	5616	18	3

Comparando-se as grandezas duas a duas, nota-se que:

Digitadores e formulários são diretamente proporcionais, pois se o número de digitadores aumenta, a quantidade de formulários que pode ser digitada também aumenta.

Digitadores e linhas são diretamente proporcionais, pois se a quantidade de digitadores aumenta, o número de linhas que pode ser digitado também aumenta. Digitadores e horas são inversamente proporcionais, pois se o número de horas trabalhadas aumenta, então são necessários menos digitadores para o serviço e, portanto, a quantidade de digitadores diminui.

A regra de três fica:

$$\frac{40}{x} = \frac{2400}{5616} \cdot \frac{12}{18} \cdot \frac{3}{2,5}$$

$$\rightarrow \frac{40}{x} = \frac{86400}{252720}$$

$$\rightarrow 86500x = 10108800$$

$$\rightarrow x = 117 \text{ digitadores}$$

2. Em uma fábrica de brinquedos, 8 homens montam 20 carrinhos em 5 dias. Quantos carrinhos serão montados por 4 homens em 16 dias?

Resposta:

Homens	Carrinhos	Dias
8	20	5
4	x	16

Observe que, aumentando o número de homens, a produção de carrinhos aumenta. Portanto a relação é diretamente proporcional (não precisamos inverter a razão).

Aumentando o número de dias, a produção de carrinhos aumenta. Portanto a relação também é diretamente proporcional (não precisamos inverter a razão). Devemos igualar a razão que contém o termo x com o produto das outras razões.

Montando a proporção e resolvendo a equação, temos:

$$\frac{20}{x} = \frac{8}{4} \cdot \frac{5}{16}$$

$$x = \frac{20 \cdot 4 \cdot 16}{8 \cdot 5} = 32$$

Logo, serão montados 32 carrinhos.

PORCENTAGEM

Porcentagem

A definição de porcentagem passa pelo seu próprio nome, pois é uma fração de denominador centesimal, ou seja, é uma fração de denominador 100. Representamos porcentagem pelo % e lê-se: "por cento".

Deste modo, a fração $\frac{50}{100}$ ou qualquer uma equivalente a ela é uma porcentagem que podemos representar por 50%.

A porcentagem nada mais é do que uma razão, que representa uma "parte" e um "todo" a qual referimos como 100%. Assim, de uma maneira geral, temos que:

$$A = \frac{p}{100} \cdot V$$

Onde A, é a parte, p é o valor da porcentagem e V é o todo (100%). Assim, os problemas básicos de porcentagem se resumem a três tipos:

Cálculo da parte (Conheço p e V e quero achar A):

Para calcularmos uma porcentagem de um valor V, basta multiplicarmos a fração correspondente, ou seja, $\frac{p}{100}$ por V. Assim:

$$P\% \text{ de } V = A = \frac{p}{100} \cdot V$$

$$\text{Ex. } 23\% \text{ de } 240 = \frac{23}{100} \cdot 240 = 55,2$$

Ex. Em uma pesquisa de mercado, constatou-se que 67% de uma amostra assistem a certo programa de TV. Se a população é de 56.000 habitantes, quantas pessoas assistem ao tal programa?

Aqui, queremos saber a "parte" da população que assiste ao programa de TV, como temos a porcentagem e o total, basta realizarmos a multiplicação:

$$67\% \text{ de } 56000 = A = \frac{67}{100} \cdot 56000 = 37520$$

Resp. 37 520 pessoas.

Cálculo da porcentagem (conheço A e V e quero achar p): Utilizaremos a mesma relação para achar o valor de p e apenas precisamos rearranjar a mesma:

$$A = \frac{p}{100} \cdot V \rightarrow p = \frac{A}{V} \cdot 100$$

Ex. Um time de basquete venceu 10 de seus 16 jogos. Qual foi sua porcentagem de vitórias?

Neste caso, o exercício quer saber qual a porcentagem de vitórias que esse time obteve, assim:

$$p = \frac{A}{V} \cdot 100 = \frac{10}{16} \cdot 100 = 62,5\%$$

Resp: O time venceu 62,5% de seus jogos.

Ex. Em uma prova de concurso, o candidato acertou 48 de 80 questões. Se para ser aprovado é necessário acertar 55% das questões, o candidato foi ou não foi aprovado?

Para sabermos se o candidato passou, é necessário calcular sua porcentagem de acertos:

$$p = \frac{A}{V} \cdot 100 = \frac{48}{80} \cdot 100 = 60\% > 55\%$$

Logo, o candidato foi aprovado.

Calculo do todo (conheço p e A e quero achar V): No terceiro caso, temos interesse em achar o total (Nosso 100%) e para isso basta rearranjar a equação novamente:

$$A = \frac{p}{100} \cdot V \rightarrow p = \frac{A}{V} \cdot 100 \rightarrow V = \frac{A}{p} \cdot 100$$

Ex. Um atirador tem taxa de acerto de 75% de seus tiros ao alvo. Se em um treinamento ele acertou 15 tiros, quantos tiros ele deu no total?

Neste caso, o problema gostaria de saber quanto vale o "todo", assim:

$$V = \frac{A}{p} \cdot 100 = \frac{15}{75} \cdot 100 = 0,2 \cdot 100 = 20 \text{ tiros}$$

Forma Decimal: Outra forma de representação de porcentagens é através de números decimais, pois todos eles pertencem à mesma classe de números, que são os números racionais. Assim, para cada porcentagem, há um número decimal equivalente. Por exemplo, 35% na forma decimal seriam representados por 0,35. A conversão é muito simples: basta fazer a divisão por 100 que está representada na forma de fração:

$$75\% = \frac{75}{100} = 0,75$$

Aumento e desconto percentual

Outra classe de problemas bem comuns sobre porcentagem está relacionada ao aumento e a redução percentual de um determinado valor. Usaremos as definições apresentadas anteriormente para mostrar a teoria envolvida

Aumento Percentual: Consideremos um valor inicial V que deve sofrer um aumento de p% de seu valor. Chamemos de V_A o valor após o aumento. Assim:

$$V_A = V + \frac{p}{100} \cdot V$$

Fatorando:

$$V_A = \left(1 + \frac{p}{100}\right) \cdot V$$

Em que $\left(1 + \frac{p}{100}\right)$ será definido como fator de aumento, que pode estar representado tanto na forma de fração ou decimal.

Desconto Percentual: Consideremos um valor inicial V que deve sofrer um desconto de p% de seu valor. Chamemos de V_D o valor após o desconto.

$$V_D = V - \frac{p}{100} \cdot V$$

Fatorando:

$$V_D = \left(1 - \frac{p}{100}\right) \cdot V$$

Em que $\left(1 - \frac{p}{100}\right)$ será definido como fator de desconto, que pode estar representado tanto na forma de fração ou decimal.

Ex. Uma empresa admite um funcionário no mês de janeiro sabendo que, já em março, ele terá 40% de aumento. Se a empresa deseja que o salário desse funcionário, a partir de março, seja R\$ 3 500,00, com que salário deve admiti-lo?

Neste caso, o problema deu o valor de V_A e gostaria de saber o valor de V, assim:

$$V_A = \left(1 + \frac{p}{100}\right) \cdot V$$

$$3500 = \left(1 + \frac{40}{100}\right) \cdot V$$

$$3500 = (1 + 0,4) \cdot V$$

$$3500 = 1,4 \cdot V$$

$$V = \frac{3500}{1,4} = 2500$$

Resp. R\$ 2 500,00

Ex. Uma loja entra em liquidação e pretende abaixar em 20% o valor de seus produtos. Se o preço de um deles é de R\$ 250,00, qual será seu preço na liquidação?

Aqui, basta calcular o valor de V_D :

$$V_D = \left(1 - \frac{p}{100}\right) \cdot V$$

$$V_D = \left(1 - \frac{20}{100}\right) \cdot 250,00$$

$$V_D = (1 - 0,2) \cdot 250,00$$

$$V_D = (0,8) \cdot 250,00$$

$$V_D = 200,00$$

Resp. R\$ 200,00



FIQUE ATENTO!

Em alguns problemas de porcentagem são necessários cálculos sucessivos de aumentos ou descontos percentuais. Nesses casos é necessário ter atenção ao problema, pois erros costumeiros ocorrem quando se calcula a porcentagens do valor inicial para obter todos os valores finais com descontos ou aumentos. Na verdade, esse cálculo só pode ser feito quando o problema diz que TODOS os descontos ou aumentos são dados a uma porcentagem do valor inicial. Mas em geral, os cálculos são feitos como mostrado no texto a seguir.

Aumentos e Descontos Sucessivos: Consideremos um valor inicial V , e vamos considerar que ele irá sofrer dois aumentos sucessivos de $p_1\%$ e $p_2\%$. Sendo V_1 o valor após o primeiro aumento, temos:

$$V_1 = V \cdot \left(1 + \frac{p_1}{100}\right)$$

Sendo V_2 o valor após o segundo aumento, ou seja, após já ter aumentado uma vez, temos que:

$$V_2 = V_1 \cdot \left(1 + \frac{p_2}{100}\right)$$

Como temos também uma expressão para V_1 , basta substituir:

$$V_2 = V \cdot \left(1 + \frac{p_1}{100}\right) \cdot \left(1 + \frac{p_2}{100}\right)$$

Assim, para cada aumento, temos um fator correspondente e basta ir multiplicando os fatores para chegar ao resultado final.

No caso de desconto, temos o mesmo caso, sendo V um valor inicial, vamos considerar que ele irá sofrer dois descontos sucessivos de $p_1\%$ e $p_2\%$.

Sendo V_1 o valor após o primeiro desconto, temos:

$$V_1 = V \cdot \left(1 - \frac{p_1}{100}\right)$$

Sendo V_2 o valor após o segundo desconto, ou seja, após já ter descontado uma vez, temos que:

$$V_2 = V_1 \cdot \left(1 - \frac{p_2}{100}\right)$$

Como temos também uma expressão para V_1 , basta substituir:

$$V_2 = V \cdot \left(1 - \frac{p_1}{100}\right) \cdot \left(1 - \frac{p_2}{100}\right)$$

Além disso, essa formulação também funciona para aumentos e descontos em sequência, bastando apenas a identificação dos seus fatores multiplicativos. Sendo V um valor inicial, vamos considerar que ele irá sofrer um aumento de $p_1\%$ e, sucessivamente, um desconto de $p_2\%$.

Sendo V_1 o valor após o aumento, temos:

$$V_1 = V \cdot \left(1 + \frac{p_1}{100}\right)$$

Sendo V_2 o valor após o desconto, temos que:

$$V_2 = V_1 \cdot \left(1 - \frac{p_2}{100}\right)$$

Como temos uma expressão para V_1 , basta substituir:

$$V_2 = V \cdot \left(1 + \frac{p_1}{100}\right) \cdot \left(1 - \frac{p_2}{100}\right)$$

Ex. Um produto sofreu um aumento de 20% e depois sofreu uma redução de 20%. Isso significa que ele voltará ao seu valor original.

() Certo () Errado

Este problema clássico tem como finalidade conceituar esta parte de aumento e redução percentual e evitar o erro do leitor ao achar que aumentando $p\%$ e diminuindo $p\%$, volta-se ao valor original. Se usarmos o que aprendemos, temos que:

$$V_2 = V \cdot \underbrace{\left(1 + \frac{p_1}{100}\right)}_{\text{Aumento}} \cdot \underbrace{\left(1 - \frac{p_2}{100}\right)}_{\text{redução}}$$

$$V_2 = V \cdot \left(1 + \frac{20}{100}\right) \cdot \left(1 - \frac{20}{100}\right)$$

$$V_2 = V \cdot (1 + 0,2) \cdot (1 - 0,2)$$

$$V_2 = V \cdot (1,2) \cdot (0,8)$$

$$V_2 = 0,96 \cdot V = \frac{96}{100} V = 96\% \text{ de } V$$

Ou seja, o valor final corresponde a 96% de V e não 100%, assim, eles não são iguais, portanto deve-se assinalar a opção ERRADO



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (UNESP) Suponhamos que, para uma dada eleição, uma cidade tivesse 18.500 eleitores inscritos. Suponhamos ainda que, para essa eleição, no caso de se verificar um índice de abstenções de 6% entre os homens e de 9% entre as mulheres, o número de votantes do sexo masculino será exatamente igual ao número de votantes do sexo feminino. Determine o número de eleitores de cada sexo.

Resposta: Denotamos o número de eleitores do sexo femininos de F e de votantes masculinos de M. Pelo enunciado do exercício, $F + M = 18500$. Além disso, o **índice de abstenções entre os homens foi de 6% e de 9% entre as mulheres, ou seja, 94% dos homens e 91% das mulheres compareceram a votação**, onde $94\%M = 91\%F$ ou $0,94M = 0,91F$. Assim, para determinar o número de eleitores de cada sexo temos o seguinte sistema para resolver:

$$\begin{cases} F + M = 18500 \\ 0,94M = 0,91F \end{cases}$$

Da segunda equação, temos que $M = \frac{0,91}{0,94}F$. Agora, substituindo M na primeira equação do sistema encontra-se $F = 9400$ e por fim determina-se $M = 9100$

2. (UFMG 2017) Uma pessoa comprou, fora do Brasil, um produto por U\$S 80,00. Sobre esse valor foi cobrada uma taxa de 45% (frete) para o envio da mercadoria. Chegando ao Brasil, esse produto foi tarifado com 15% de imposto sobre importação que incidiu sobre o valor do produto e do frete. Desta forma, o aumento percentual do produto em relação ao preço de compra foi de, aproximadamente,

- a) 12
- b) 37
- c) 60
- d) 67

Resposta: Letra D. Considerando o valor de U\$S 80,00 para o produto, temos:
 Valor com a taxa de 45%: $80 + 80 \cdot 0,45 = 80 \cdot 1,45$
 Valor com a tarifa de 15%: $80 \cdot 1,45 + 80 \cdot 1,45 \cdot 0,15 = 80 \cdot 1,67$
 Portanto, o aumento percentual será dado por: $80 \cdot 1,67 - 80$ ou seja 67% de 80.

JUROS SIMPLES

Toda vez que falamos em juros estamos nos referindo a uma quantia em dinheiro que deve ser paga por um devedor, pela utilização de dinheiro de um credor (aquele que empresta).

Nomenclatura

- a) Os juros são representados pela letra J.
- b) O dinheiro que se deposita ou se empresta chamamos de capital e é representado pela letra C.
- c) O tempo de depósito ou de empréstimo é representado pela letra t.
- d) A taxa de juros é a razão centesimal que incide sobre um capital durante certo tempo. É representado pela letra i e utilizada para calcular juros.

Chamamos de simples os juros que são somados ao capital inicial no final da aplicação.



FIQUE ATENTO!

Devemos sempre relacionar taxa e tempo numa mesma unidade:

Taxa anual ----- tempo em anos
 Taxa mensal ----- tempo em meses
 Taxa diária ----- tempo em dias

Exemplo: Uma pessoa empresta a outra, a juros simples, a quantia de R\$ 3000,00, pelo prazo de 4 meses, à taxa de 2% ao mês. Quanto deverá ser pago de juros?

Resolução:

- Capital aplicado (C): R\$ 3.000,00
- Tempo de aplicação (t): 4 meses
- Taxa (i): 2% ou 0,02 a.m. (= ao mês)

Fazendo o cálculo, mês a mês:

No final do 1º período (1 mês), os juros serão: 0,02 R\$ 3.000,00 = R\$ 60,00

No final do 2º período (2 meses), os juros serão: R\$ 60,00 + R\$ 60,00 = R\$ 120,00

No final do 3º período (3 meses), os juros serão: R\$ 120,00 + R\$ 60,00 = R\$ 180,00

No final do 4º período (4 meses), os juros serão: R\$ 180,00 + R\$ 60,00 = R\$ 240,00



#FicaDica

Para evitar essa sequência de cálculos toda vez que vamos calcular os juros simples, existe uma fórmula que quantifica o total de juros simples do período, e ela está apresentada abaixo:

$$J = C \cdot i \cdot t$$

Além disso, quando quisermos saber o total que será pago de um empréstimo, ou o quanto se resgatará do investimento, o qual definimos como Montante (**M**), basta somar o capital com os juros, usando o conceito fundamental da matemática financeira:

$$M = C + J$$

Ou

$$M = C(1 + i \cdot t)$$



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. Um investidor possui R\$ 80.000,00. Ele aplica 30% desse dinheiro em um investimento que rende juros simples a uma taxa de 3% a.m., durante 2 meses, e aplica o restante em investimento que rende 2% a.m., durante 2 meses também. Ao fim desse período, esse investidor possui:

- a) R\$ 83.680,00
- b) R\$ 84.000,00
- c) R\$ 84.320,00
- d) R\$ 84.400,00
- e) R\$ 88.000,00

Resposta: Letra A Temos neste problema um capital sendo investido em duas etapas. Vamos realizar os cálculos separadamente:

1º investimento

30% de R\$ 80.000,00 = R\$ 24.000,00 valor a ser investido a uma taxa $i = 3\%$ a.m., durante um período $t = 2$ meses.

Lembrando que $i = 3\% = 0,03$.

Cálculo dos juros J , onde: $J = C \cdot i \cdot t$:

$$J = 24000 \cdot (0,03) \cdot 2 = 1440.$$

Juros do 1º investimento = R\$ 1440,00.

2º investimento

R\$ 80.000,00 – R\$ 24.000,00 = R\$ 56.000,00 valor a ser investido a uma taxa $i = 2\%$ a.m., durante um período $t = 2$ meses.

$$J = 56000 \cdot (0,02) \cdot 2 = 2240.$$

Juros do 2º investimento = R\$ 2.240,00.

Portanto, o montante final será de

$$R\$ 80.000,00 + R\$ 1.440,00 + R\$ 2.240,00 = R\$ 83.680,00.$$

2. Calcule o montante resultante da aplicação de R\$70.000,00 à taxa de 10,5% a.a. durante 145 dias.

Resposta:

$$M = P \cdot (1 + (i \cdot t))$$

$$M = 70000 [1 + (10,5/100) \cdot (145/360)] = R\$72.960,42$$

Observe que expressamos a taxa i e o período t na mesma unidade de tempo, ou seja, anos. Daí ter dividido 145 dias por 360, para obter o valor equivalente em anos, já que um ano comercial possui 360 dias.

SISTEMA DE MEDIDAS LEGAIS.

Sistema de Unidades de Medidas

O sistema de medidas e unidades existe para quantificar dimensões. Como a variação das mesmas pode ser gigantesca, existem conversões entre unidades para melhor leitura.

Medidas de Comprimento

A unidade principal (utilizada no sistema internacional de medidas) de comprimento é o metro. Para medir dimensões muito maiores ou muito menores que essa referência, surgiram seis unidades adicionais:

km (quilômetro)	hm (hectômetro)	dam (decâmetro)	m (metro)	dm (decímetro)	cm (centímetro)	mm (milímetro)

A conversão de unidades de comprimento segue potências de 10. Para saber o quanto se deve multiplicar (ou dividir), utiliza-se a regra do 10^c , onde c é o número de casas que se andou na tabela acima. Adicionalmente, se você andou para a direita, o número deverá ser multiplicado, se andou para a esquerda, será dividido. As figuras a seguir exemplificam as conversões:

Ex: Conversão de 2,3 metros para centímetros

km (quilômetro)	hm (hectômetro)	dam (decâmetro)	m (metro)	dm (decímetro)	cm (centímetro)	mm (milímetro)

1º passo:
Inicia-se
da unidade
que você
vai converter.

2º passo: Conte a
quantidade de casas
que você anda de uma
unidade para a outra. De
metro para centímetro
foram 2 casas.

km (quilômetro)	hm (hectômetro)	dam (decâmetro)	m (metro)	dm (decímetro)	cm (centímetro)	mm (milímetro)



3º passo: Como foram duas casas ($c=2$) e andou-se para a direita, basta eu pegar o número em metros e multiplicar por $10^2 = 100$. Assim $2,3 \text{ metros} = 2,3 \times 100 = 230 \text{ cm}$

Ex: Conversão de 125 000 mm para decâmetro:

km (quilômetro)	hm (hectômetro)	dam (decâmetro)	m (metro)	dm (decímetro)	cm (centímetro)	mm (milímetro)

1º passo: Inicia-se
da unidade que
você vai converter.

2º passo: Conte a quantidade de casas que você anda de uma unidade para a outra. De milímetro para decâmetro são 4 casas.

km (quilômetro)	hm (hectômetro)	dam (decâmetro)	m (metro)	dm (decímetro)	cm (centímetro)	mm (milímetro)

km (quilômetro)	hm (hectômetro)	dam (decâmetro)	m (metro)	dm (decímetro)	cm (centímetro)	mm (milímetro)



3º passo: Como foram quatro casas ($c=4$) e andou-se para a esquerda, basta eu pegar o número em milímetros e dividir por $10^4 = 10000$. Assim, $125000 \text{ mm} = 125000 : 10000 = 12,5 \text{ dam}$

Medidas de Área (Superfície)

As medidas de área seguem as mesmas referências que as medidas de comprimento. A unidade principal é o metro quadrado e as outras seis unidades são apresentadas a seguir:

km ² (quilômetro quadrado)	hm ² (hectômetro quadrado)	dam ² (decâmetro quadrado)	m ² (metro quadrado)	dm ² (decímetro quadrado)	cm ² (centímetro quadrado)	mm ² (milímetro quadrado)

A conversão de unidades segue com potências de 10. A diferença agora é que ao invés da regra de 10^c , utiliza-se a regra de 10^{2c} , ou seja, o número de casas que se andou deve ser multiplicado por 2. A definição se multiplica ou divide segue a mesma regra: Andou para a direita, multiplica, andou para a esquerda, divide. Sigam os exemplos:

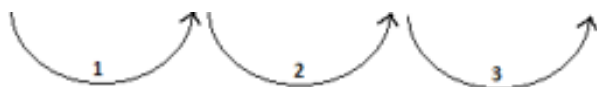
Ex: Conversão de 2 km² para m²

km ² (quilômetro quadrado)	hm ² (hectômetro quadrado)	dam ² (decâmetro quadrado)	m ² (metro quadrado)	dm ² (decímetro quadrado)	cm ² (centímetro quadrado)	mm ² (milímetro quadrado)

1º passo:
Inicia-se da unidade que você vai converter.

2º passo: Conte a quantidade de casas que você andou. Neste caso, de km² para m², andou-se 3 casas.

km ² (quilômetro quadrado)	hm ² (hectômetro quadrado)	dam ² (decâmetro quadrado)	m ² (metro quadrado)	dm ² (decímetro quadrado)	cm ² (centímetro quadrado)	mm ² (milímetro quadrado)



3º passo: Como foram 3 casas ($c=3$) e andou-se para a direita, basta eu pegar o número em km² e multiplicar por $10^{2 \times 3} = 10^6 = 1000000$. Assim, $2 \text{ km}^2 = 2000000 \text{ m}^2$

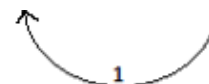
Ex: Conversão de 20 mm² para cm²

km ² (quilômetro quadrado)	hm ² (hectômetro quadrado)	dam ² (decâmetro quadrado)	m ² (metro quadrado)	dm ² (decímetro quadrado)	cm ² (centímetro quadrado)	mm ² (milímetro quadrado)

1º passo:
Inicia-se da unidade que você vai converter.

2º passo: Conte a quantidade de casas que você andou. Neste caso, de mm² para cm², andou-se 1 casa.

km ² (quilômetro quadrado)	hm ² (hectômetro quadrado)	dam ² (decâmetro quadrado)	m ² (metro quadrado)	dm ² (decímetro quadrado)	cm ² (centímetro quadrado)	mm ² (milímetro quadrado)



3º passo: Como foi apenas 1 casa (c=1) e andou-se para a esquerda, basta eu pegar o número em mm² e dividir por $10^{2 \times 1} = 10^2 = 100$. Assim, $20 \text{ mm}^2 = 20 : 100 = 0,2 \text{ cm}^2$.

Medidas de Volume (Capacidade)

As medidas de volume seguem as mesmas referências que as medidas de comprimento. A unidade principal é o metro cúbico e as outras seis unidades são apresentadas a seguir:

km ³ (quilômetro cúbico)	hm ³ (hectômetro- cúbico)	dam ³ (decâmetro- cúbico)	m ³ (metro- cúbico)	dm ³ (decímetro- cúbico)	cm ³ (centímetro- cúbico)	mm ³ (milímetro- cúbico)

A conversão de unidades segue com potências de 10. A diferença agora é que ao invés da regra de 10^c , utiliza-se a regra de 10^{3c} , ou seja, o número de casas que se andou deve ser multiplicado por 3. A definição se multiplica ou divide segue a mesma regra: Andou para a direita, multiplica, andou para a esquerda, divide. Sigam os exemplos:

Ex: Conversão de $3,7 \text{ m}^3$ para cm^3

km ³ (quilômetro cúbico)	hm ³ (hectômetro- cúbico)	dam ³ (decâmetro- cúbico)	m ³ (metro- cúbico)	dm ³ (decímetro- cúbico)	cm ³ (centímetro- cúbico)	mm ³ (milímetro- cúbico)

1º passo:
Inicia-se
da unidade
que você vai
converter.

km ³ (quilômetro cúbico)	hm ³ (hectômetro- cúbico)	dam ³ (decâmetro- cúbico)	m ³ (metro- cúbico)	dm ³ (decímetro- cúbico)	cm ³ (centímetro- cúbico)	mm ³ (milímetro- cúbico)



2º passo: Conte a quantidade de casas que você andou. Neste caso, de m^3 para cm^3 , forma 2 casas.

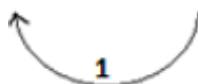
3º passo: Como foram duas casas (c=2) e andou-se para a direita, basta eu pegar o número em m^3 e multiplicar por $10^{3 \times 2} = 10^6 = 1000000$. Assim, $3,7 \text{ m}^3 = 3700000 \text{ cm}^3$

Ex: Conversão de 50000 dm³ para m³

km ³ (quilômetro cúbico)	hm ³ (hectômetro- cúbico)	dam ³ (decâmetro- cúbico)	m ³ (metro- cúbico)	dm ³ (decímetro- cúbico)	cm ³ (centímetro- cúbico)	mm ³ (milímetro- cúbico)

1º passo:
Inicia-se
da unidade
que você vai
converter.

km ³ (quilômetro cúbico)	hm ³ (hectômetro- cúbico)	dam ³ (decâmetro- cúbico)	m ³ (metro- cúbico)	dm ³ (decímetro- cúbico)	cm ³ (centímetro- cúbico)	mm ³ (milímetro- cúbico)



2º passo: Conte a
quantidade de ca-
sas que você an-
dou. Neste caso, de
m³ para dm³, an-
dou-se 1 casa.

3º passo: Como foi uma casa (c=1) e andou-se
para a esquerda, basta eu pegar o número em
dm³ e multiplicar por $10^{3 \times 1} = 10^3 = 1000$.
Assim, 50000 dm³ = 50 m³

kL (quilolitro)	hL (hectolitro)	dal ³ (decalitro)	l ³ (litro)	dl ³ (decilitro)	cl ³ (centilitro)	ml ³ (mililitro)

Para essa tabela, o roteiro para converter unidades de medidas é o mesmo utilizado para as medidas anteriores. A diferença é que para cada unidade à direita multiplica-se por 10 e para cada unidade à esquerda divide-se por 10 (igual para unidades de comprimento).

Medidas de Massa

As medidas de massa segue a base 10, como as medidas de comprimento. A unidade principal é o grama (g) e suas seis unidades complementares estão apresentadas a seguir:

kg (quilograma)	hg (hectograma)	dag (decagrama)	g (grama)	dg (decígrama)	cg (centígrama)	mg (milígrama)

Os passos para conversão de unidades segue o mesmo das medidas de comprimento. Utiliza-se a regra do 10^c, multiplicando se caminha para a direita e divide quando caminha para a esquerda.



FIQUE ATENTO!

Outras unidades importantes:

- Massa: A tonelada, sendo que 1 tonelada vale 1000 kg.
- Volume: O litro (l) que vale 1 decímetro cúbico (dm³) e o mililitro, que vale 1 cm³.
- Área: O hectare (ha) que vale 1 hectômetro quadrado (ou 10000 m²) e o alqueire, (varia de região para região e normalmente a conversão desejada é dada na prova).

Medidas de Tempo

Desse grupo, o sistema hora – minuto – segundo, que mede intervalos de tempo, é o mais conhecido.
2h = 2 · 60min = 120 min = 120 · 60s = 7 200s

Para passar de uma unidade para a menor seguinte, multiplica-se por 60.

0,3h não indica 30 minutos nem 3 minutos; como 1 décimo de hora corresponde a 6 minutos, conclui-se que $0,3h = 18min$.

Para medir ângulos, também temos um sistema não decimal. Nesse caso, a unidade básica é o grau. Na astronomia, na cartografia e na navegação são necessárias medidas inferiores a 1° . Temos, então:

1 grau equivale a 60 minutos ($1^\circ = 60'$)

1 minuto equivale a 60 segundos ($1' = 60''$)

Os minutos e os segundos dos ângulos não são, é claro, os mesmos do sistema hora – minuto – segundo. Há uma coincidência de nomes, mas até os símbolos que os indicam são diferentes:

1h32min24s é um intervalo de tempo ou um instante do dia.

$1^\circ 32' 24''$ é a medida de um ângulo.



#FicaDica

Por motivos óbvios, cálculos no sistema hora – minuto – segundo são similares a cálculos no sistema grau – minuto – segundo, embora esses sistemas correspondam a grandezas distintas.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. Raquel saiu de casa às 13h 45min, caminhando até o curso de inglês que fica a 15 minutos de sua casa, e chegou na hora da aula cuja duração é de uma hora e meia. A que horas terminará a aula de inglês?

- a) 14h
- b) 14h 30min
- c) 15h 15min
- d) 15h 30min
- e) 15h 45min

Resposta: Letra D. Basta somarmos todos os valores mencionados no enunciado do teste, ou seja:
 $13h 45min + 15 min + 1h 30 min = 15h 30min$
Logo, a questão correta é a letra D.

2. $348 mm^3$ equivalem a quantos decilitros?

Resposta: “0, 00348 dl”.

Como $1 cm^3$ equivale a 1 ml, é melhor dividirmos $348 mm^3$ por mil, para obtermos o seu equivalente em centímetros cúbicos: $0,348 cm^3$.

Logo $348 mm^3$ equivalem a 0, 348 ml, já que cm^3 e ml se equivalem.

Neste ponto já convertemos de uma unidade de medida de volume, para uma unidade de medida de capacidade.

Falta-nos passarmos de mililitros para decilitros, quando então passaremos dois níveis à esquerda. Dividiremos então por 10 duas vezes:

$0,348ml:10:100,00348dl$

Logo, $348 mm^3$ equivalem a 0, 00348 dl.

3. Passe $50 dm^2$ para hectômetros quadrados.

Resposta: 0, 00005 hm^2 .

Para passarmos de decímetros quadrados para hectômetros quadrados, passaremos três níveis à esquerda. Dividiremos então por 100 três vezes:

$50dm^2:100:100:100 \Rightarrow 0,00005hm^2$

Isto equivale a passar a vírgula seis casas para a esquerda.

Portanto, $50 dm^2$ é igual a 0, 00005 hm^2 .

4. Passe 5.200 gramas para quilogramas.

Resposta: 5,2 kg.

Para passarmos 5.200 gramas para quilogramas, devemos dividir (porque na tabela grama está à direita de quilograma) 5.200 por 10 três vezes, pois para passarmos de gramas para quilogramas saltamos três níveis à esquerda.

Primeiro passamos de grama para decagrama, depois de decagrama para hectograma e finalmente de hectograma para quilograma:

$5200g:10:10:10 \Rightarrow 5,2Kg$

Isto equivale a passar a vírgula três casas para a esquerda.

Portanto, 5.200 g são iguais a 5,2 kg.

5. Converta 2,5 metros em centímetros.

Resposta: 250 cm.

Para convertermos 2,5 metros em centímetros, devemos multiplicar (porque na tabela metro está à esquerda de centímetro) 2,5 por 10 duas vezes, pois para passarmos de metros para centímetros saltamos dois níveis à direita.

Primeiro passamos de metros para decímetros e depois de decímetros para centímetros:

$2,5m \cdot 10 \cdot 10 \Rightarrow 250cm$

Isto equivale a passar a vírgula duas casas para a direita.

Logo, 2,5 m é igual a 250 cm.

CONCEITOS BÁSICOS DE GEOMETRIA: CÁLCULO DE ÁREA E CÁLCULO DE VOLUME. RACIOCÍNIO LÓGICO

INTRODUÇÃO A GEOMETRIA PLANA

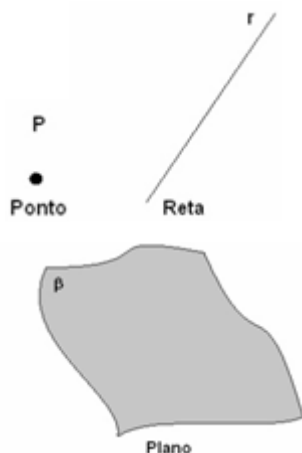
Ponto, Reta e Plano

A definição dos entes primitivos ponto, reta e plano é quase impossível, o que se sabe muito bem e aqui será o mais importante é sua representação geométrica e espacial.

Representação, (notação)

- Pontos serão representados por letras latinas maiúsculas; ex: A, B, C,...
- Retas serão representados por letras latinas minúsculas; ex: a, b, c,...
- Planos serão representados por letras gregas minúsculas; ex: $\beta, \alpha, \dots$

Representação gráfica

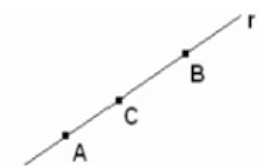


Postulados primitivos da geometria, qualquer postulado ou axioma é aceito sem que seja necessária a prova, contanto que não exista a contraprova.

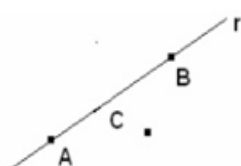
- Numa reta bem como fora dela há infinitos pontos distintos.
- Dois pontos determinam uma única reta (uma e somente uma reta).



- Pontos colineares pertencem à mesma reta.

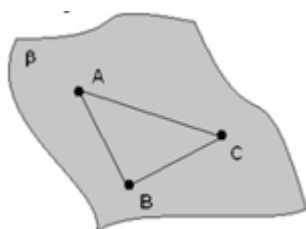


A, B e C são colineares.

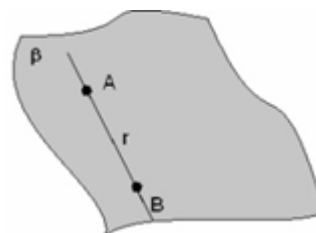


A, B e C não são colineares.

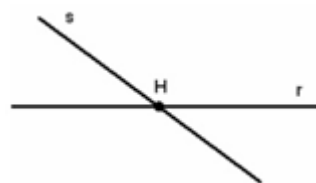
- Três pontos determinam um único plano.



- Se uma reta contém dois pontos de um plano, esta reta está contida neste plano.



- Duas retas são concorrentes se tiverem apenas um ponto em comum.



Observe que $r \cap s = \{H\}$. Sendo que H está contido na reta r e na reta s.

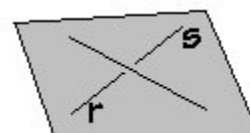
Um plano é um subconjunto do espaço R^3 de tal modo que quaisquer dois pontos desse conjunto podem ser ligados por um segmento de reta inteiramente contida no conjunto.

Um plano no espaço pode ser determinado por qualquer uma das situações:

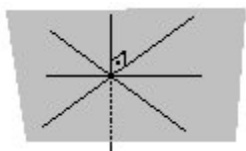
- Três pontos não colineares (não pertencentes à mesma reta);
- Um ponto e uma reta que não contem o ponto;
- Um ponto e um segmento de reta que não contem o ponto;
- Duas retas paralelas que não se sobrepõem;
- Dois segmentos de reta paralelos que não se sobrepõem;
- Duas retas concorrentes;
- Dois segmentos de reta concorrentes.

Duas retas (segmentos de reta) no espaço R^3 podem ser: paralelas, concorrentes ou reversas.

Duas retas são ditas reversas quando uma não tem interseção com a outra e elas não são paralelas. Pode-se pensar de uma reta r desenhada no chão de uma casa e uma reta s desenhada no teto dessa mesma casa.



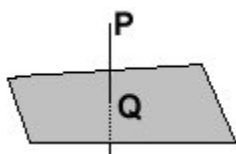
Uma reta é perpendicular a um plano no espaço R^3 , se ela intersecta o plano em um ponto P e todo segmento de reta contido no plano que tem P como uma de suas extremidades é perpendicular à reta.



Uma reta r é paralela a um plano no espaço R^3 , se existe uma reta s inteiramente contida no plano que é paralela à reta dada.

Seja P um ponto localizado fora de um plano. A distância do ponto ao plano é a medida do segmento de reta perpendicular ao plano em que uma extremidade é o ponto P e a outra extremidade é o ponto que é a interseção entre o plano e o segmento.

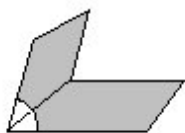
Se o ponto P estiver no plano, a distância é nula.



Planos concorrentes no espaço são planos cuja interseção é uma reta.

Planos paralelos no espaço R^3 são planos que não tem interseção.

Quando dois planos são concorrentes, dizemos que tais planos formam um diedro e o ângulo formado entre estes dois planos é denominado ângulo diedral. Para obter este ângulo diedral, basta tomar o ângulo formado por quaisquer duas retas perpendiculares aos planos concorrentes.



Planos normais são aqueles cujo ângulo diedral é um ângulo reto (90°).

Razão entre Segmentos de Reta

Segmento de reta é o conjunto de todos os pontos de uma reta que estão limitados por dois pontos que são as extremidades do segmento, sendo um deles o ponto inicial e o outro o ponto final. Denotamos um segmento por duas letras como, por exemplo, AB , sendo A o início e B o final do segmento.

Ex: AB é um segmento de reta que denotamos por AB .



Segmentos Proporcionais

Proporção é a igualdade entre duas razões equivalentes. De forma semelhante aos que já estudamos com números racionais, é possível estabelecer a proporcionalidade entre segmentos de reta, através das medidas desse segmentos.

Vamos considerar primeiramente um caso particular com quatro segmentos de reta com suas medidas apresentadas na tabela a seguir:

$$\begin{matrix} m(AB) = 2\text{cm} & m(PQ) = 4\text{cm} \\ m(CD) = 3\text{cm} & m(RS) = 6\text{cm} \end{matrix}$$

A razão entre os segmentos $\overline{AB}$ e $\overline{CD}$ e a razão entre os segmentos $\overline{PQ}$ e $\overline{RS}$ e, são dadas por frações equivalentes, isto é $AB/CD = 2/3$; $PQ/RS = 4/6$ e como $2/3 = 4/6$, segue a existência de uma proporção entre esses quatro segmentos de reta. Isto nos conduz à definição de segmentos proporcionais.

Diremos que quatro segmentos de reta, $\overline{AB}$, $\overline{BC}$, $\overline{CD}$ e $\overline{DE}$, nesta ordem, são proporcionais se: $AB/BC = CD/DE$.

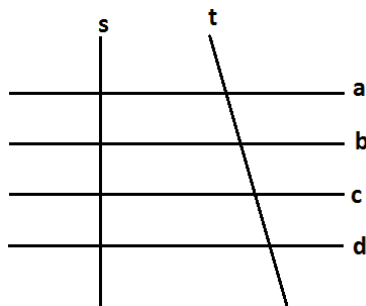
Os segmentos $\overline{AB}$ e $\overline{DE}$ são os segmentos extremos e os segmentos $\overline{BC}$ e $\overline{CD}$ e são os segmentos meios.

A proporcionalidade acima é garantida pelo fato que existe uma proporção entre os números reais que representam as medidas dos segmentos:

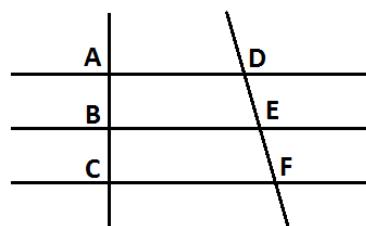
$$\frac{m(\overline{AB})}{m(\overline{BC})} = \frac{m(\overline{CD})}{m(\overline{DE})}$$

Feixe de Retas Paralelas

Um conjunto de três ou mais retas paralelas num plano é chamado feixe de retas paralelas. A reta que intercepta as retas do feixe é chamada de reta transversal. As retas a , b , c e d que aparecem no desenho anexado, formam um feixe de retas paralelas enquanto que as retas s e t são retas transversais.



Teorema de Tales: Um feixe de retas paralelas determina sobre duas transversais quaisquer, segmentos proporcionais. A figura abaixo representa uma situação onde aparece um feixe de três retas paralelas cortadas por duas retas transversais.



Identificamos na sequência algumas proporções:

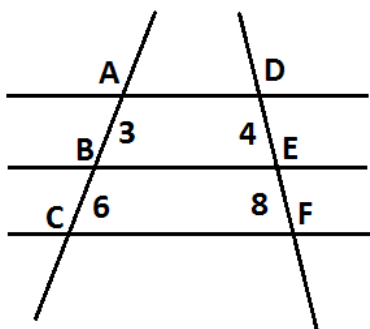
$$AB/BC = DE/EF$$

$$BC/AB = EF/DE$$

$$AB/DE = BC/EF$$

$$DE/AB = EF/BC$$

Ex: Consideremos a figura ao lado com um feixe de retas paralelas, sendo as medidas dos segmentos indicadas em centímetros.



Assim:

$$BC/AB = EF/DE$$

$$AB/DE = BC/EF$$

$$DE/AB = EF/BC$$

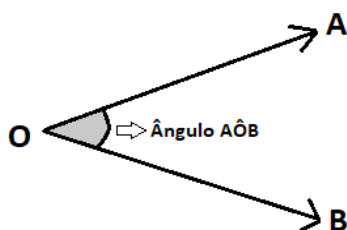


#FicaDica

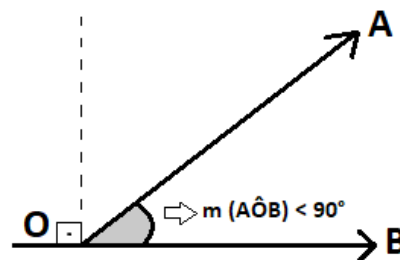
Uma proporção entre segmentos pode ser formulada de várias maneiras. Se um dos segmentos do feixe de paralelas for desconhecido, a sua dimensão pode ser determinada com o uso de razões proporcionais.

Ângulos

Ângulo: Do latim - angulu (canto, esquina), do grego - gonas; reunião de duas semi-retas de mesma origem não colineares.

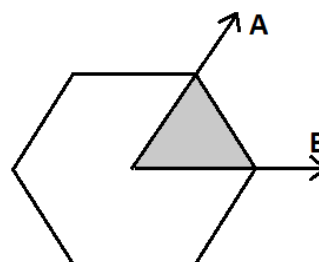


Ângulo Agudo: É o ângulo, cuja medida é menor do que 90° .

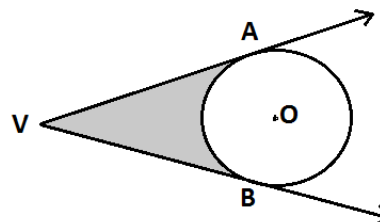


Ângulo Central

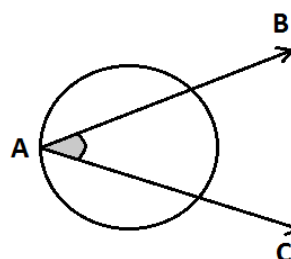
- Da circunferência: é o ângulo cujo vértice é o centro da circunferência;
- Do polígono: é o ângulo, cujo vértice é o centro do polígono regular e cujos lados passam por vértices consecutivos do polígono.



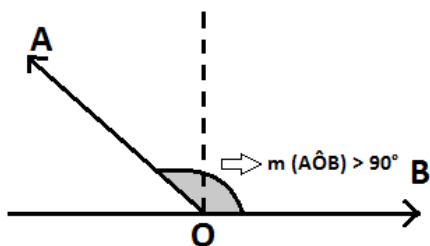
Ângulo Circunscrito: É o ângulo, cujo vértice não pertence à circunferência e os lados são tangentes à ela.



Ângulo Inscrito: É o ângulo cujo vértice pertence a uma circunferência e seus lados são secantes a ela.

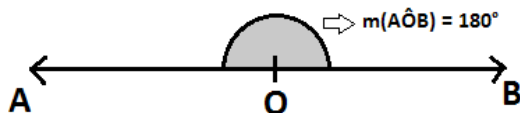


Ângulo Obtuso: É o ângulo cuja medida é maior do que 90° .



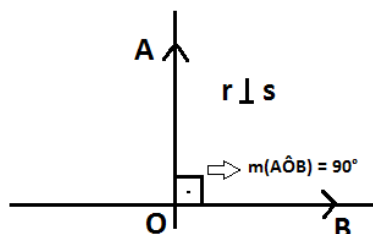
Ângulo Raso:

- É o ângulo cuja medida é 180° ;

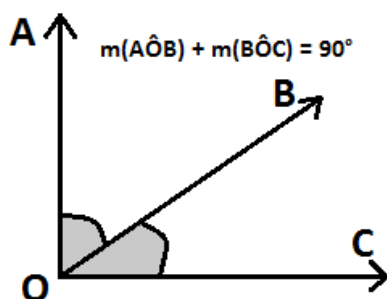


Ângulo Reto:

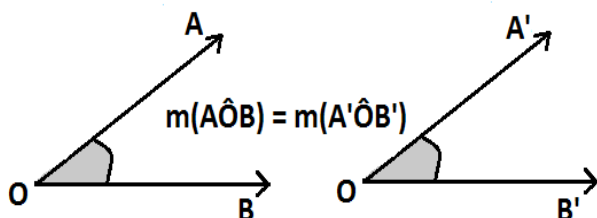
- É o ângulo cuja medida é 90° ;
- É aquele cujos lados se apoiam em retas perpendiculares.



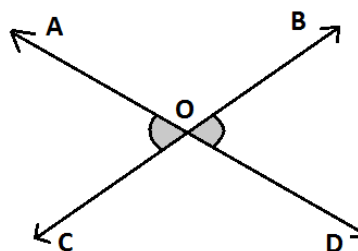
Ângulos Complementares: Dois ângulos são complementares se a soma das suas medidas é 90° .



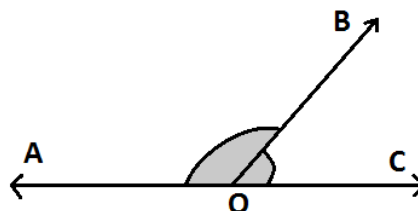
Ângulos Congruentes: São ângulos que possuem a mesma medida.



Ângulos Opostos pelo Vértice: Dois ângulos são opostos pelo vértice se os lados de um são as respectivas semi-retas opostas aos lados do outro.



Ângulos Suplementares: Dois ângulos são ditos suplementares se a soma das suas medidas de dois ângulos é 180° .

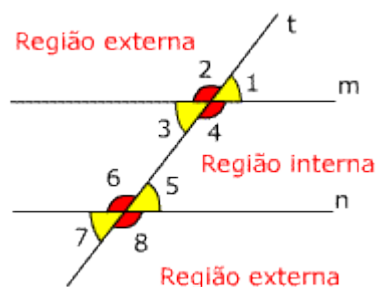


Grau: ($^\circ$): Do latim - gradu; dividindo a circunferência em 360 partes iguais, cada arco unitário que corresponde a $1/360$ da circunferência denominamos de grau.

Ângulos formados por duas retas paralelas com uma transversal

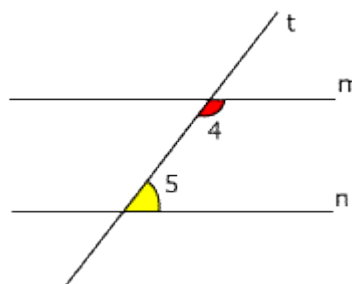
Lembre-se: Retas paralelas são retas que estão no mesmo plano e não possuem ponto em comum.

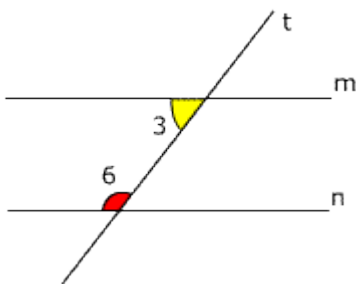
Vamos observar a figura abaixo:



Todos esses ângulos possuem relações entre si, e elas estão descritas a seguir:

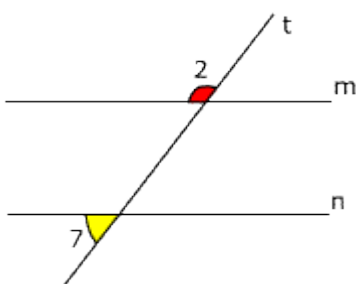
Ângulos colaterais internos: O termo colateral significa "mesmo lado" e sua propriedade é que a soma destes ângulos será sempre 180°





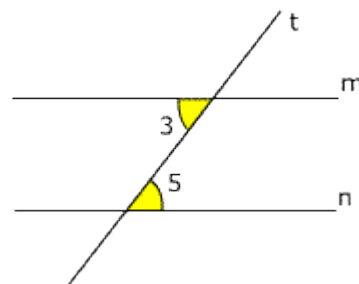
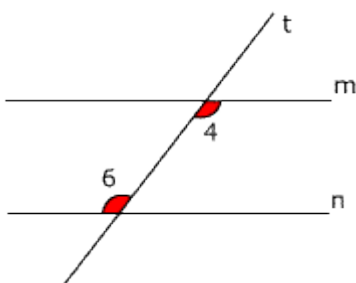
Assim a soma dos ângulos 4 e 5 é 180° e a soma dos ângulos 3 e 6 também será 180°

Ângulos colaterais externos: O termo colateral significa "mesmo lado" e sua propriedade é que a soma destes ângulos será sempre 180°



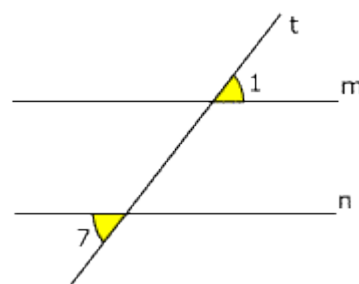
Assim a soma dos ângulos 2 e 7 é 180° e a soma dos ângulos 1 e 8 também será 180°

Ângulos alternos internos: O termo alternativo significa lados diferentes e sua propriedade é que eles sempre serão congruentes



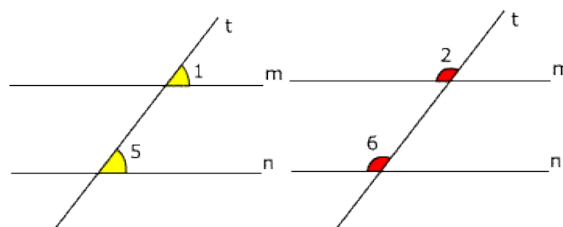
Assim, o ângulo 4 é igual ao ângulo 6 e o ângulo 3 é igual ao ângulo 5

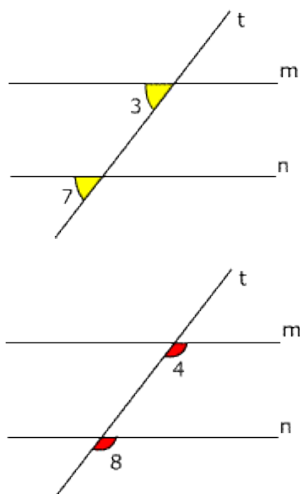
Ângulos alternos externos: O termo alternativo significa lados diferentes e sua propriedade é que eles sempre serão congruentes



Assim, o ângulo 1 é igual ao ângulo 7 e o ângulo 2 é igual ao ângulo 8

Ângulos correspondentes: São ângulos que ocupam uma mesma posição na reta transversal, um na região interna e o outro na região externa.





Assim, o ângulo 1 é igual ao ângulo 5, o ângulo 2 é igual ao ângulo 6, o ângulo 3 é igual ao ângulo 7 e o ângulo 4 é igual ao ângulo 8.



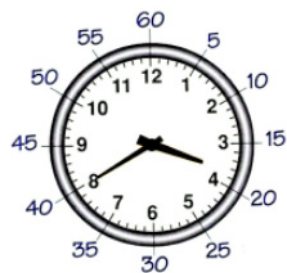
FIQUE ATENTO!

Há cinco classificações distintas para os ângulos formados por duas retas paralelas que intersectam uma transversal. Então, procure visualizar bem as imagens para associá-las a cada classificação existente.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

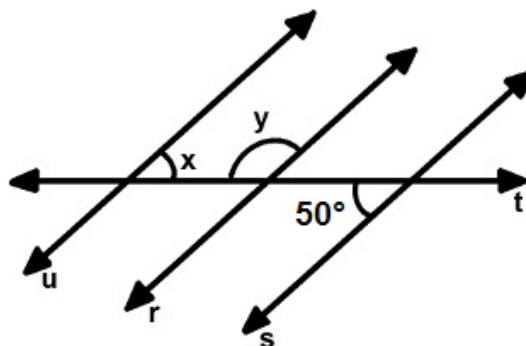
1. (CS-UFG-2016) Considere que a figura abaixo representa um relógio analógico cujos ponteiros das horas (menor) e dos minutos (maior) indicam 3 h e 40 min. Nestas condições, a medida do menor ângulo, em graus, formado pelos ponteiros deste relógio, é:



- a) 120°
- b) 126°
- c) 130°
- d) 132°

Resposta: Letra C. Se o ponteiro das horas estivesse no 4 daria 120 graus. Como ele está antes e se passou 40 minutos ($2/3$ de uma hora), então ele está $1/3$ de 30° (10°) atrás. Se somarmos $120 + 10 = 130^\circ$

2. Na imagem a seguir, as retas u , r e s são paralelas e cortadas por uma reta transversal. Determine o valor dos ângulos x e y .



Resposta: $x = 50^\circ$ e $y = 130^\circ$

Facilmente observamos que os ângulos x e 50° são opostos pelo vértice, logo, $x = 50^\circ$. Podemos constatar também que y e 50° são suplementares, ou seja:

$$50^\circ + y = 180^\circ$$

$$y = 180^\circ - 50^\circ$$

$$y = 130^\circ$$

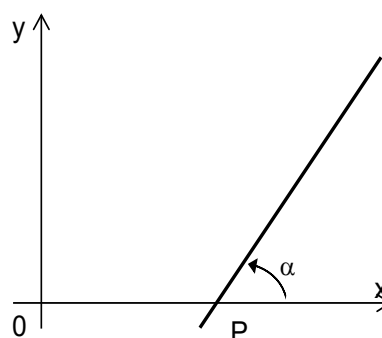
Portanto, os ângulos procurados são $y = 130^\circ$ e $x = 50^\circ$

Equações da Reta

Inclinação de uma Reta

Considerando, no plano cartesiano, uma reta r concorrente com o eixo x no ponto P . Chama-se **inclinação** de r , a medida α do ângulo que r forma como semi-eixo Px no sentido de , sendo esse ângulo medido a partir do eixo x no sentido anti-horário.

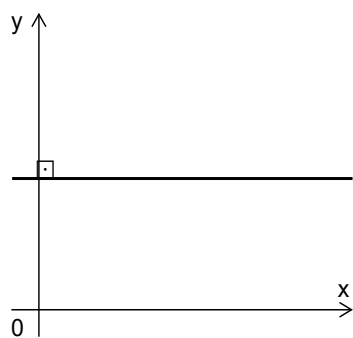
Assim, na figura,



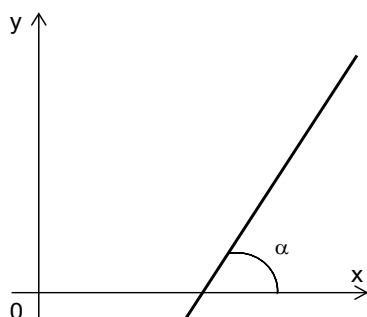
onde α é a inclinação da reta r .

Se r for paralela ao eixo x (horizontal), define-se com inclinação de r o retângulo de medida zero, isto é, $\alpha = 0^\circ$.

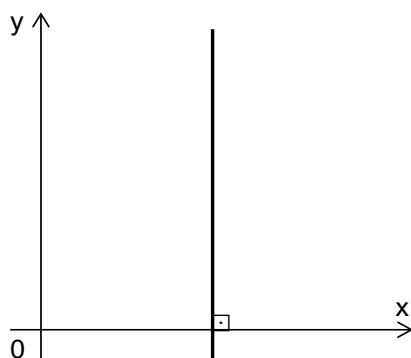
Então:



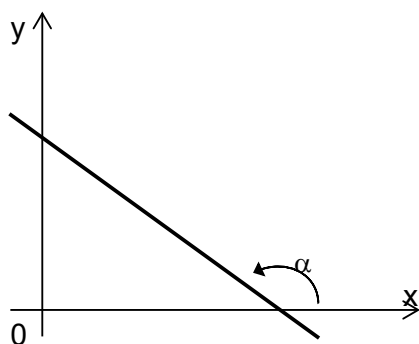
$\alpha = 0^\circ$ - Nulo



$0^\circ < \alpha < 90^\circ$ - agudo



$\alpha = 90^\circ$ - Reto

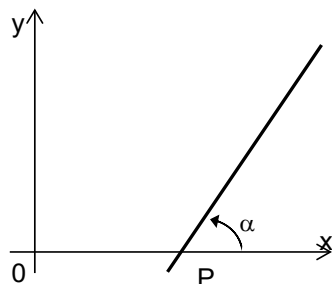


$90^\circ < \alpha < 180^\circ$ - Obtuso

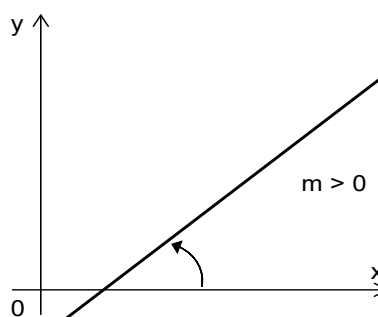
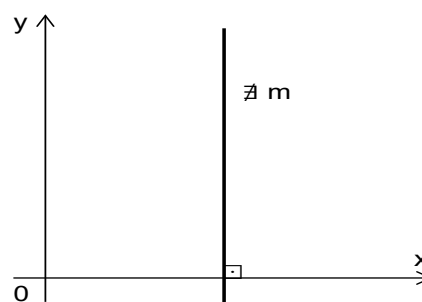
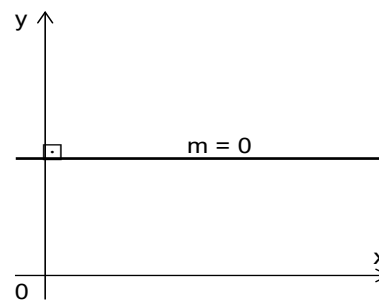
Coeficiente Angular de uma Reta

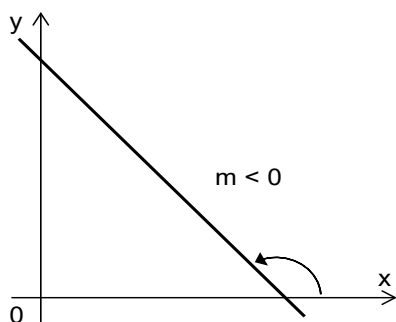
Considere-se uma reta r não perpendicular ao eixo x (não vertical), ou seja, tal que $\alpha \neq 90^\circ$.

Chama-se **coeficiente angular** (ou **declive**) da reta r o número m tal que $m = \operatorname{tg} \alpha$.



Se $\alpha = 90^\circ$, então a reta não tem coeficiente angular.
Tem-se:

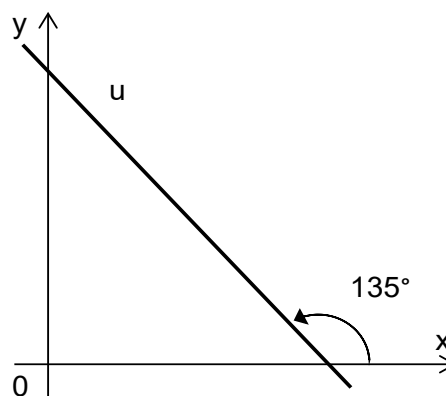
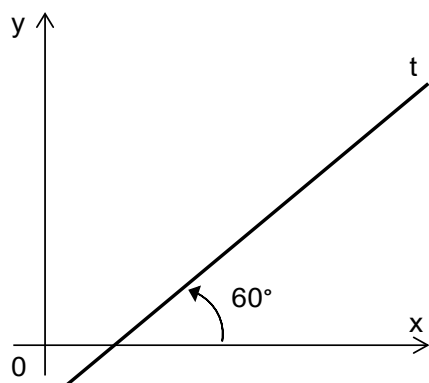
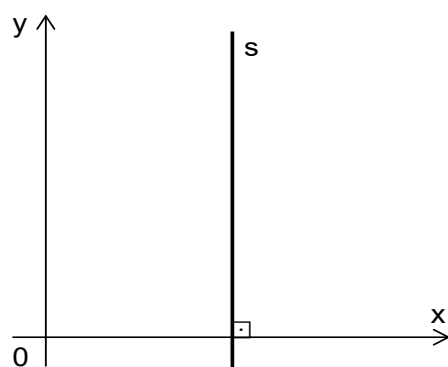
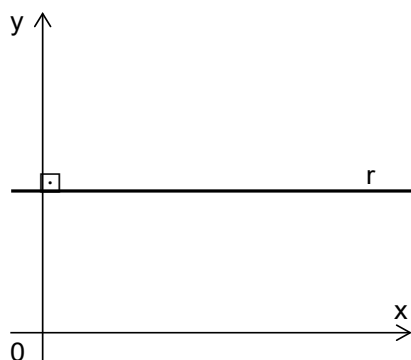




Isto é:

- a) se $\alpha = 0^\circ$, então $m = 0$
- b) se $\alpha = 90^\circ$, então não existe m
- c) se $0 < \alpha < 90^\circ$, então $m > 0$
- d) se $90^\circ < \alpha < 180^\circ$, então $m < 0$

Ex: Dar os coeficientes angulares das retas **r**, **s**, **t** e **u**:



Solução

$$\alpha_r = 0^\circ \therefore m_r = \operatorname{tg} 0^\circ \Rightarrow m_r = 0$$

$$\alpha_s = 90^\circ \therefore \nexists m_s$$

$$\alpha_t = 60^\circ \therefore m_t = \operatorname{tg} 60^\circ \Rightarrow m_t = \sqrt{3}$$

$$\alpha_u = 135^\circ \therefore m_u = \operatorname{tg} 135^\circ \Rightarrow m_u = -1$$

Coeficiente Angular de uma Reta que Passa por Dois Pontos Dados

Considerando dois pontos $A(x_A, y_A)$ e $B(x_B, y_B)$ tais que $x_A \neq x_B$ e $y_A \neq y_B$, isto é, a reta $\overline{AB}$ não é paralela a nenhum dos eixos coordenados. O coeficiente angular da reta é dado por:

$$m = \frac{y_B - y_A}{x_B - x_A}$$

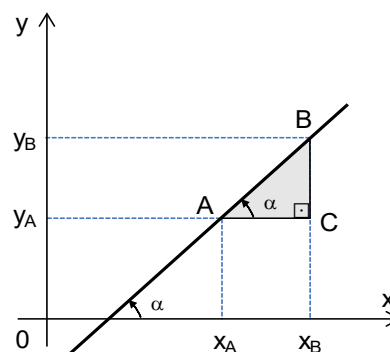


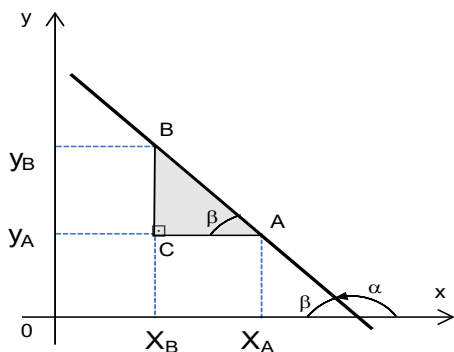
FIQUE ATENTO!

O coeficiente angular pode ser calculado também por

$$m = \frac{y_A - y_B}{x_A - x_B}$$

A fórmula acima vale para retas com quaisquer inclinações (exceto)





Ex: Calcule o coeficiente angular da reta que passa pelos pontos:

a) A(2,1) e B(4,9)

b) A(-1,2) e B(0,5)

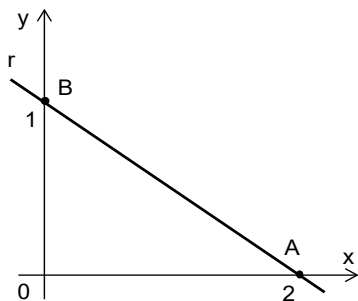
Solução:

$$a) m_{AB} = \frac{y_B - y_A}{x_B - x_A} = \frac{9 - 1}{4 - 2} = \frac{8}{2} = 4$$

$$b) m_{AB} = \frac{y_B - y_A}{x_B - x_A} = \frac{5 - 2}{0 - (-1)} = \frac{3}{1} = 3$$

Ex:

Qual o coeficiente angular da reta r na figura?



Solução:

A reta passa pelos pontos A(2, 0) e B(0, 1). Logo, o coeficiente angular é dado por:

$$m = \frac{y_B - y_A}{x_B - x_A} = \frac{1 - 0}{0 - 2} = -\frac{1}{2}$$

Equação Fundamental da Reta

No plano cartesiano, uma reta fica determinada por um dos dois modos:

1º modo: conhecendo-se um de seus pontos e sua direção, que é dada pela inclinação da reta.

2º modo: conhecendo-se dois pontos distintos que pertencem a ela.

Vejamos então como se obtém uma equação de uma reta.

1º modo: temos dois casos a considerar:

a) A reta tem coeficiente angular.

Obter uma equação da reta **r** que passa pelo ponto $P(x_0, y_0)$ e tem coeficiente angular **m (conhecido)**. A equação fundamental da reta é dada por:

$$y - y_0 = m(x - x_0)$$

Ex:

Obter uma equação da reta **r** que passa pelo ponto e tem coeficiente angular igual a 2.

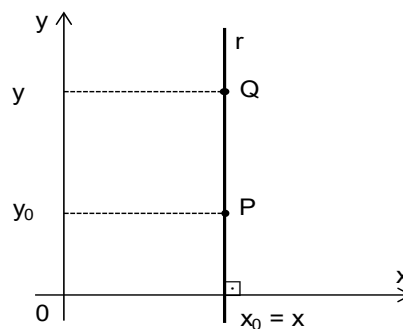
Solução

$$a) y - y_0 = m(x - x_0)$$

$$y - 5 = 2(x - 1) \rightarrow y - 5 = 2x - 2 \rightarrow y = 2x + 3$$

b) A reta não tem coeficiente angular.

Obter uma equação da reta **r** que passa pelo ponto $P(x_0, y_0)$ e tem inclinação 90° (reta vertical).



Sendo **r** uma reta vertical e um ponto genérico de **r**, tem-se:

$$x = x_0$$

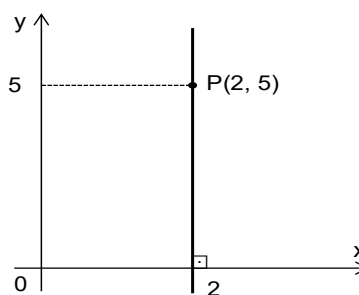
Logo:

Uma equação da reta que passa pelo ponto e não tem coeficiente angular (reta vertical) é;

Exemplo 7

Encontre a equação da reta que passa pelo ponto P(2, 5) e é perpendicular ao eixo x.

Solução



$x = x_0$ isto é, $x = 2$. Portanto, reta tem equação, $x=2$

2º modo: obter uma equação da reta que passa por dois pontos distintos

$$A (x_A, y_A) \text{ e } B (x_B, y_B).$$

O procedimento é semelhante ao exibido no primeiro modo, porém é necessário, com os dois pontos dados, calcular o coeficiente angular da reta. De posse do valor do coeficiente basta utilizar a equação fundamental apresentada anteriormente.

Ex:

Obter uma equação da reta que passa pelos pontos A (1, 2) e B (3, 8).

Solução:

O coeficiente angular da reta é $m = \frac{8 - 2}{3 - 1} = 3$

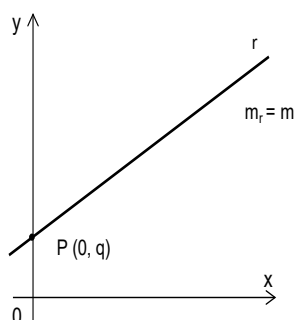
Tomando-se o ponto A(1, 2), tem-se:

$$\left. \begin{array}{l} A(1, 2) \\ m = 3 \end{array} \right\} y - 2 = 3(x - 1), \text{ ou seja, } 3x - y - 1 = 0$$

Resposta: $3x - y - 1 = 0$.

Equação Reduzida da Reta

Considere-se a reta r que passa pelo ponto P e tem coeficiente angular m .



Sua equação fundamental é:

$$y - q = m (x - 0)$$

Segue-se que:

$$y = mx + q$$

Essa é chamada equação reduzida da reta.



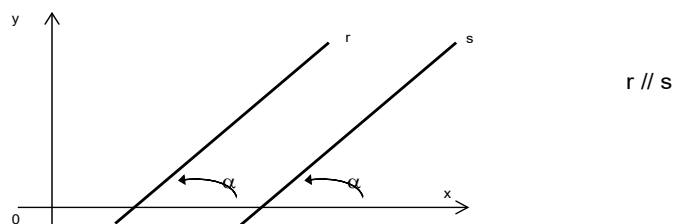
FIQUE ATENTO!

A equação reduzida de uma reta fornece diretamente o coeficiente angular (m) e a ordenada (q) do ponto onde essa reta intercepta o eixo y . A ordenada q é chamada coeficiente linear.

As retas de inclinação igual a 90° não possuem equação reduzida.

A inclinação α de uma reta é tal que $0^\circ \leq \alpha < 180^\circ$.

No plano cartesiano, duas retas paralelas têm a mesma inclinação.



Ex:

Considere a reta de equação reduzida $y = 2x + 5$. Encontre seu coeficiente angular e o ponto no qual ela intercepta o eixo das ordenadas.

Solução:

Comparando a equação dada com a forma geral $y = mx + q$, segue-se que $m = 2$ e $q = 5$, ou seja, a reta tem coeficiente angular igual a 2 e intercepta o eixo das ordenadas no ponto $(0, 5)$.

Equação Geral da Reta

No plano cartesiano, toda equação de uma reta pode ser escrita na forma $ax + by + c = 0$, com $a \neq 0$ ou $b \neq 0$. Essa forma é conhecida por equação geral da reta

Observação Importante: Toda reta no plano cartesiano possui infinitas equações na forma geral. Assim, se $ax + by + c = 0$ é a equação de uma reta, então a equação $k(ax + by + c) = 0$, $k \neq 0$ representa a mesma reta, pois são equações equivalentes, isto é, possuem as mesmas soluções. Assim, por exemplo,

$$x + 2y + 3 = 0 \text{ e } 3(x + 2y + 3) = 0$$

representam a mesma reta.

Ex:

Obter o coeficiente angular **m** de cada uma das retas abaixo, dadas pela equação geral.

a) $2x + y - 3 = 0$

b) $2x - 3y + 6 = 0$

Solução:

Passando as equações para a forma reduzida ($y = mx + q$), tem-se:

a) $2x + y - 3 = 0 \Rightarrow y = -2x + 3$

logo, $m = -2$

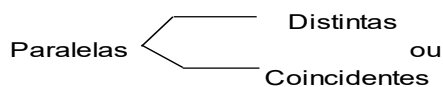
b) $2x - 3y + 6 = 0 \Rightarrow -3y = -2x + 6$, ou seja,

$$3y = 2x - 6 \therefore y = \frac{2}{3}x - \frac{6}{3}$$

Logo, $m = \frac{2}{3}$

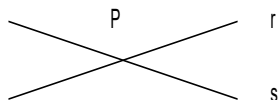
Posições Relativas de Duas Retas

Duas retas **r** e **s** de um plano podem ser:



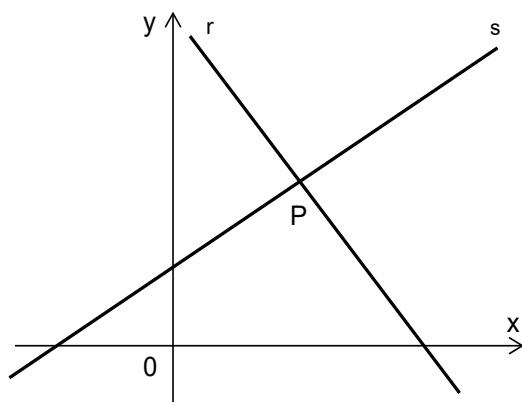
ou

Concorrentes



Considerem-se, então, no plano cartesiano, duas retas (r) e (s) com coeficientes angulares m_r e m_s e coeficientes lineares q_r e q_s . A posição relativa entre as retas é obtida analisando a relação entre os coeficientes angulares:

- 1) Se $m_r = m_s$ e $q_r \neq q_s$, as retas r e s são paralelas distintas. Se $q_r = q_s$, as retas são paralelas coincidentes.
- 2) Se $m_r \neq m_s$, as retas r e s são **concorrentes**,



Ex:

Obter uma equação da reta r que passa pelo ponto $P(1, 3)$ e é paralela à reta $(s) y = 5x + 7$.

Solução:

O coeficiente angular de s é $m_s = 5$.

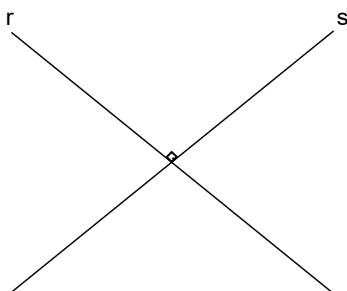
Equação de r :

$$P(1, 3) \left\{ \begin{array}{l} y - 3 = 5 \cdot (x - 1), \\ m_r = 5 \end{array} \right\} \text{ ou seja, } 5x - y - 2 = 0$$

Resposta: $(r) 5x - y - 2 = 0$.

Retas Perpendiculares

Um caso particular de retas concorrentes ocorre quando elas são perpendiculares entre si. Duas retas r e s são perpendiculares entre si se, e somente se, são concorrentes e formam um ângulo reto.



No plano cartesiano, duas retas r e s de coeficientes angulares m_r e m_s são perpendiculares entre si se, e somente se, $m_r \cdot m_s = -1$.

Ex:

Verificar se as retas $(r) y = 3x + 1$ e $(s) y = -\frac{x}{3} + 5$ são perpendiculares.

Solução:

Tem-se

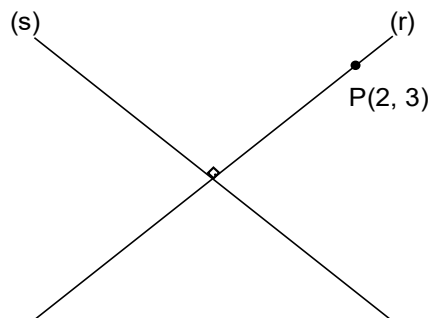
$$\left. \begin{array}{l} m_r = 3 \\ m_s = -\frac{1}{3} \end{array} \right\} m_r \cdot m_s = -1$$

Como $m_r \cdot m_s = -1$, então as retas r e s são perpendiculares.

Ex:

Dar uma equação da reta r que passa pelo ponto $P(2, 3)$ e é perpendicular à reta $(s) 5x + y - 1 = 0$.

Resolução



$$(s) \quad 5x + y - 1 = 0 \Rightarrow y = -5x + 1 \therefore m_s = -5$$

Sendo m_r o coeficiente angular da reta r , tem-se:

$$m_r \cdot m_s = -1 \Rightarrow m_r \cdot (-5) = -1 \therefore m_r = \frac{1}{5}$$

$$\text{Equação de } r: \left. \begin{array}{l} P(2, 3) \\ m_r = \frac{1}{5} \end{array} \right\} \begin{array}{l} y - 3 = \frac{1}{5}(x - 2) \Rightarrow \\ x - 5y + 13 = 0 \end{array}$$

Resposta: $(r) x - 5y + 13 = 0$

Área de um Triângulo

A área S de um triângulo de vértices $A(x_A, y_A)$, $B(x_B, y_B)$ e $C(x_C, y_C)$ é dada por:

$$S = \frac{1}{2} |D| \text{ onde } D = \begin{vmatrix} x_A & y_A & 1 \\ x_B & y_B & 1 \\ x_C & y_C & 1 \end{vmatrix}$$

Ex:

Calcular a área do triângulo de vértices A(0, 1), B(4, 2) e C(6, 6).

Solução:

$$D = \begin{vmatrix} 0 & 1 & 1 \\ 4 & 2 & 1 \\ 6 & 6 & 1 \end{vmatrix} = 0 + 6 + 24 - 12 - 0 - 4 = 14$$

Logo, $s = \frac{1}{2}|14| = 7$

Resposta: 7

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (PMRJ-2016) Admita que as retas definidas pelas equações $2x - 4y + 5 = 0$ e $x + my - 3 = 0$ sejam perpendiculares. O valor do número real m é igual a:

- a) 0,5
- b) 0,4
- c) 0,3
- d) 0,2

Resposta : Letra A. Para que as retas sejam perpendiculares, o produto dos seus coeficientes angulares deve ser igual a -1 . Para encontrarmos o coeficiente angular é necessário colocar as equações das retas na forma reduzida:

$$2x - 4y + 5 = 0 \rightarrow 4y = 2x + 5 \rightarrow y = \frac{2x}{4} + \frac{5}{4} \rightarrow y = \frac{x}{2} + \frac{5}{4} \rightarrow m_1 = \frac{1}{2}$$

$$x + my - 3 = 0 \rightarrow my = -x + 3 \rightarrow y = -\frac{x}{m} + \frac{3}{m} \rightarrow m_2 = -\frac{1}{m}$$

$$\text{Assim, } \frac{1}{2} \cdot \left(-\frac{1}{m}\right) = -1 \rightarrow -\frac{1}{2m} = -1 \rightarrow 2m = 1 \rightarrow m = 0,5$$

2. A respeito das dimensões necessárias para existência de uma reta, assinale a alternativa correta:

- a) As retas são figuras adimensionais, ou seja, sua dimensão é zero. Isso acontece porque as retas são conjuntos de pontos, e os pontos são figuras que não possuem dimensão.
- b) As retas são figuras unidimensionais, ou seja, existem em uma única dimensão.
- c) As retas são as únicas figuras unidimensionais que existem.
- d) As retas são bidimensionais. Assim, é possível medir tanto o comprimento quanto a largura de figuras sobre uma reta.
- e) As retas são figuras tridimensionais, por isso, é possível encontrar retas no espaço tridimensional.

Resposta: Letra B

a) Incorreta!

As retas não são consideradas adimensionais.

b) Correta!

c) Incorreta!

Os segmentos de reta e as semirretas também são unidimensionais.

d) Incorreta!

Conforme é mencionado na alternativa B, as retas são unidimensionais. Além disso, é impossível medir larguras de figuras sobre retas.

e) Incorreta!

Não é necessário que uma figura possua três dimensões para ser encontrada no espaço tridimensional.

Estudo do Ponto

Introdução

Estudo do ponto é o primeiro tópico a ser estudado em Geometria Analítica. A Geometria Analítica é a parte da Matemática que trata de resolver problemas cujo enunciado é geométrico, empregando processos algébricos.

Criada por René Descartes (1596-1650), a Geometria Analítica contribui para a visão moderna da Matemática como um todo, substituindo assim a visão parcelada das chamadas "matemáticas", que colocava em compartimentos separados Geometria, Álgebra e Trigonometria.

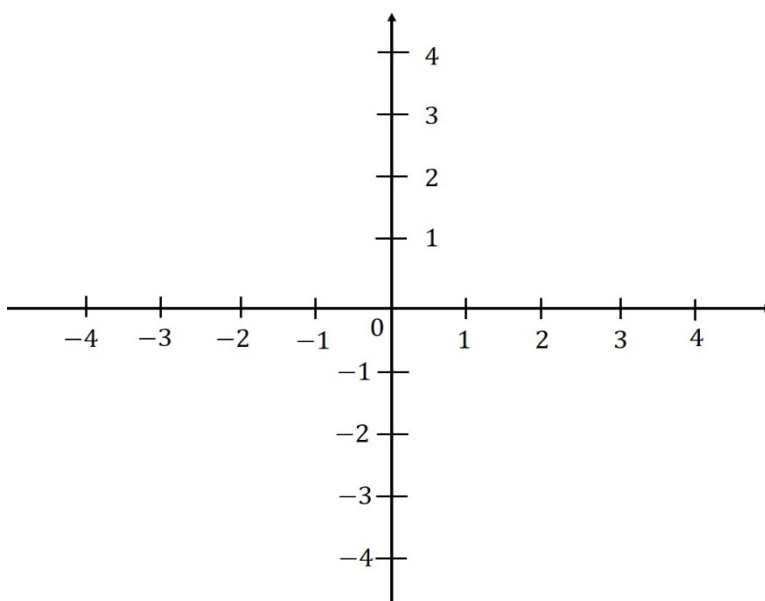
Plano Cartesiano

Sejam e e f dois eixos perpendiculares entre si e com origem comum, conforme a figura abaixo. Nessas condições, diz-se que e e f formam um **sistema cartesiano retangular** (ou **ortogonal**), e o plano por eles determinado é chamado **plano cartesiano**.

Eixo x (ou Ox): eixo das abscissas

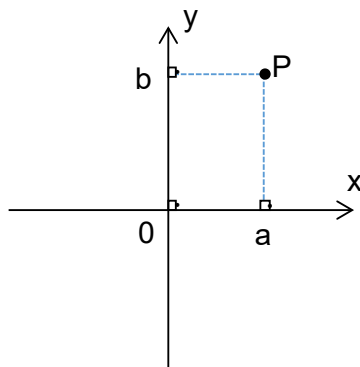
Eixo y (ou Oy): eixo das ordenadas

O : origem do sistema

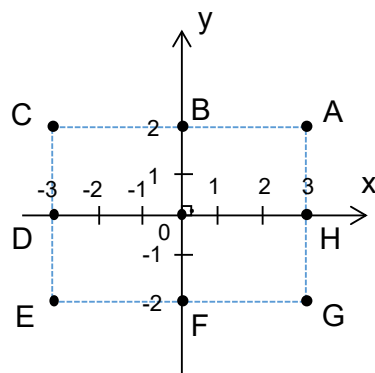


A cada ponto P do plano corresponderão dois números: **a** (abscissa) e **b** (ordenada), associados às projeções ortogonais de P sobre o eixo x e sobre o eixo y , respectivamente.

Assim, o ponto P tem coordenadas **a** e **b** e será indicado analiticamente pelo par ordenado (a, b) .



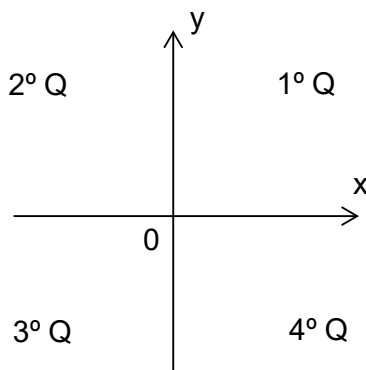
Ex: Os pontos, no sistema cartesiano abaixo, têm suas coordenadas escritas ao lado da figura.



A (3, 2)
 B (0, 2)
 C (-3, 2)
 D (-3, 0)
 E (-3, -2)
 F (0, -2)
 G (3, -2)
 H (3, 0)
 O (0, 0)

Observações

- Os eixos x e y dividem o plano cartesiano em quatro regiões ou quadrantes (Q), que são numeradas, como na figura abaixo.



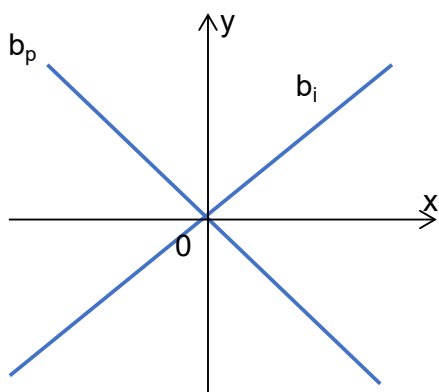
Os sinais das coordenadas dos pontos são descritos a seguir:

QUADRANTE	ABSCISSA (x)	ORDENADA (y)
1º	+	+
2º	-	+
3º	-	-
4º	+	-

- Os pontos que estão sobre o eixo x tem ordenada nula ($y=0$) enquanto que os pontos que estão sobre o eixo y tem abscissa nula ($x=0$).

Bissetrizes dos quadrantes

A reta suporte das bissetrizes do 1º e 3º quadrantes será chamada bissetriz dos quadrantes ímpares e indica-se por b_i , a do 2º e 4º quadrantes será chamado bissetriz dos quadrantes pares e indica-se por b_p .



Todo ponto $P(a, b)$ da bisetriz dos quadrantes ímpares tem abscissa e ordenada iguais ($a = b$) e reciprocamente. Ou seja: $P(a, b) \in b_i \Leftrightarrow a = b$

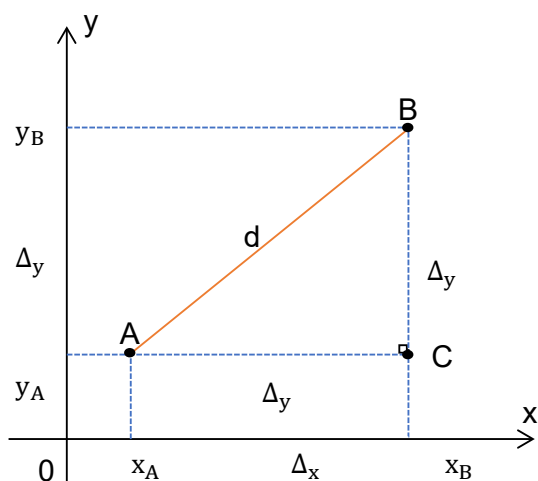
Todo ponto $P(a, b)$ da bisetriz dos quadrantes pares tem abscissa e ordenada opostas ($a = -b$) e reciprocamente. Ou seja:

$$P(a, b) \in b_p \Leftrightarrow a = -b$$

Distância Entre Dois Pontos

Considerem-se dois pontos distintos $A(x_A, y_A)$ e $B(x_B, y_B)$, tais que o segmento $\overline{AB}$ não seja paralelo a algum dos eixos coordenados.

Traçando-se por A e B as retas paralelas aos eixos coordenados que se interceptam em C, tem-se o triângulo ACB, retângulo em C.



A distância entre os pontos A e B que se indica por d é tal que

$$d^2 = \overline{AC}^2 + \overline{BC}^2$$

$$(\Delta_x)^2 + (\Delta_y)^2$$

$$(x_B - x_A)^2 + (y_B - y_A)^2$$

Portanto:

$$d = \sqrt{(x_B - x_A)^2 + (y_B - y_A)^2}$$



#FicaDica

Como $(x_B - x_A)^2 = (x_A - x_B)^2$, a ordem escolhida para a diferença das abscissas não altera o cálculo de d . O mesmo ocorre com a diferença das ordenadas.



FIQUE ATENTO!

A fórmula para o cálculo da distância continua válida se o segmento $\overline{AB}$ é paralelo a um dos eixos, ou ainda se os pontos A e B coincidem, caso em que $d = 0$.

Ex:

Calcular a distância entre os pontos A e B, nos seguintes casos:

a) $A(1, 8)$ e $B(4, 12)$

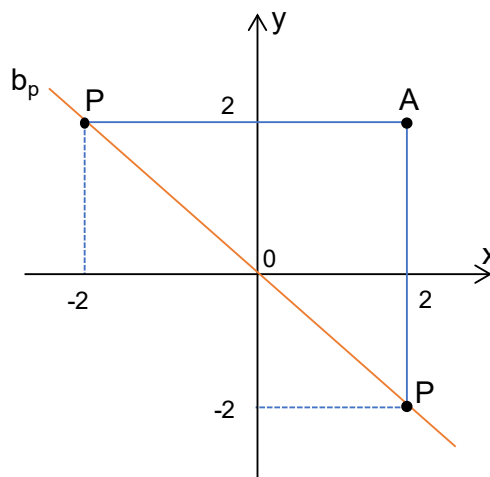
Resolução:

$$d = \sqrt{(4 - 1)^2 + (12 - 8)^2} = \sqrt{9 + 16} = \sqrt{25} = 5$$

b) $A(0, 2)$ e $B(-1, -1)$

Resolução:

$$d = \sqrt{[0 - (-1)]^2 + [2 - (-1)]^2} = \sqrt{1 + 9} = \sqrt{10}$$



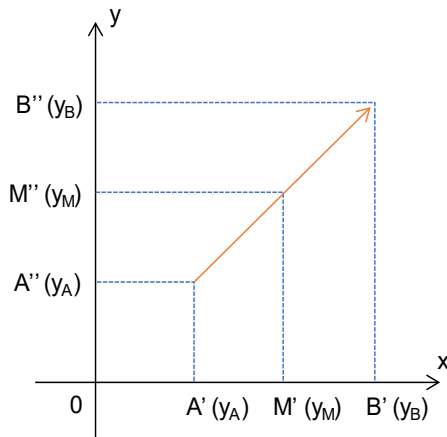
Ponto Médio

Considerem-se os pontos $A(x_A, y_A)$ e $B(x_B, y_B)$. Sendo $M(x_M, y_M)$ o ponto médio de tem-se:

$$x_M = \frac{x_A + x_B}{2} \text{ e } y_M = \frac{y_A + y_B}{2}, \text{ ou seja,}$$

o ponto médio é dado por:

$$M = \left(\frac{x_A + x_B}{2}, \frac{y_A + y_B}{2} \right)$$



Ex:

Obter o ponto médio M do segmento $\overline{AB}$, sendo dados: $A(-1, 3)$ e $B(0, 1)$.

Resolução:

$$\left. \begin{aligned} x_M &= \frac{x_A + x_B}{2} = \frac{-1 + 0}{2} = -\frac{1}{2} \\ y_M &= \frac{y_A + y_B}{2} = \frac{3 + 1}{2} = 2 \end{aligned} \right\} \therefore M\left(-\frac{1}{2}, 2\right)$$

Resposta:

$$M\left(-\frac{1}{2}, 2\right)$$

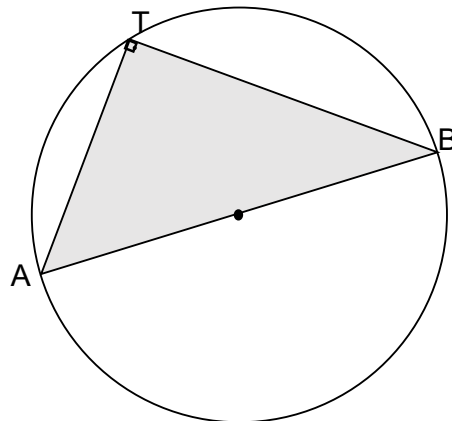


EXERCÍCIO COMENTADO

1. Achar o ponto T da bissetriz dos quadrantes ímpares que enxerga o segmento de extremidades $A(2, 1)$ e $B(5, 2)$ sob ângulo reto.

Resposta: $T_1(2, 2)$ e $T_2(3, 3)$.

O ponto T pertence à bissetriz dos quadrantes ímpares, implicando que a abscissa e ordenada são iguais. Logo, o ponto que estamos procurando é $T(x, x)$. Se T enxerga $\overline{AB}$ sob ângulo reto, então o triângulo ATB é retângulo em T .



Dessa forma podemos usar o Teorema de Pitágoras:

$$d_{TA}^2 + d_{TB}^2 = d_{AB}^2$$

e assim encontramos o valor de x pelo cálculo abaixo.

$$[(x - 2)^2 + (x - 1)^2] + [(x - 5)^2 + (x - 2)^2] = [(2 - 5)^2 + (1 - 2)^2]$$

$$x^2 - 4x + 4 + x^2 - 2x + 1 + x^2 - 10x + 25 + x^2 - 4x + 4 = 9 + 1$$

$$4x^2 - 20x + 34 = 10$$

$$x^2 - 5x + 6 = 0 \Rightarrow x = 2 \text{ ou } x = 3.$$

2. (UFRGS) A distância entre os pontos $A(-2, y)$ e $B(6, 7)$ é 10. O valor de y é:

- a) -1
- b) 0
- c) 1 ou 13
- d) -1 ou 10
- e) 2 ou 12

Resposta: Letra C Utilizando a fórmula para o cálculo da distância entre A e B , teremos:

$$d_{AB} = \sqrt{(6 - (-2))^2 + (7 - y)^2} = 10$$

$$\sqrt{(8)^2 + (7 - y)^2} = 10$$

Elevando os dois membros da equação ao quadrado e simplificando os termos, teremos:

$$64 + (7 - y)^2 = 100$$

$$64 + 49 - 14y + y^2 = 100$$

$$113 - 14y + y^2 = 100$$

$$113 - 100 - 14y + y^2 = 0$$

$$y^2 - 14y + 13 = 0$$

Utilizando o método de completar quadrados para solução dessa equação, teremos:

$$y^2 - 14y + 49 = 49 - 13$$

$$(y - 7)^2 = 36$$

$$y - 7 = \pm 6$$

$$y = +6 + 7 = 13$$

$$y = -6 + 7 = 1$$

Logo, o valor de y é 1 ou 13.

Cônicas

Na Geometria Analítica, existem diversas curvas, denominadas "lugares geométricos". Cada lugar geométrico possui uma característica, que é descrita através de uma equação.

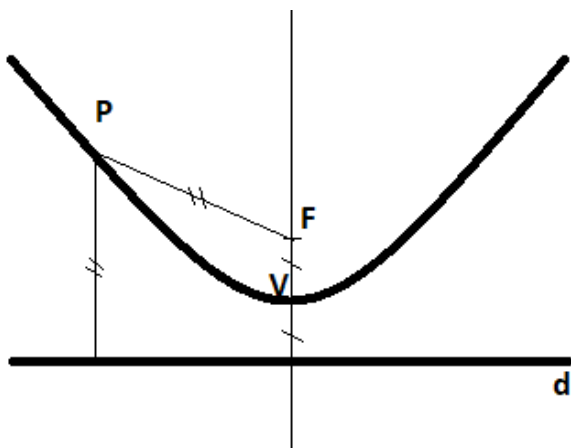
As cônicas também são consideradas lugares geométricos e são, por definição, um conjunto de pontos P, dentro do plano cartesiano. Os três tipos existentes (parábola, elipse e hipérbole) seguem uma equação geral, que de acordo com seus coeficientes irá descrever um tipo ou o outro. A equação geral está apresentada a seguir:

$$Ax^2 + Bxy + Cy^2 + Dx + Ey + F = 0$$

Onde A, B, C, D, E e F são números reais. Os três tipos de cônicas serão apresentados a seguir, apresentando os valores dos coeficientes.

1.1 Parábola

Você já deve ter ouvido falar em parábola quando estudou equação de segundo grau, pois é gráfico que é gerado a partir desta equação. Na geometria analítica, não será diferente. A característica que define esse lugar geométrico pode ser vista através da figura abaixo:



Observe na figura que além da parábola, temos desenhado uma reta d, que definiremos como reta diretriz, V que é o vértice da parábola, F que será definido como foco da parábola e P, um ponto qualquer da cônica.

Uma parábola será definida também como sendo um lugar geométrico onde qualquer ponto P terá sua distância até o ponto F igual a distância deste mesmo ponto a reta diretriz d. Em outras palavras, qualquer ponto da parábola está equidistante de F e de d.

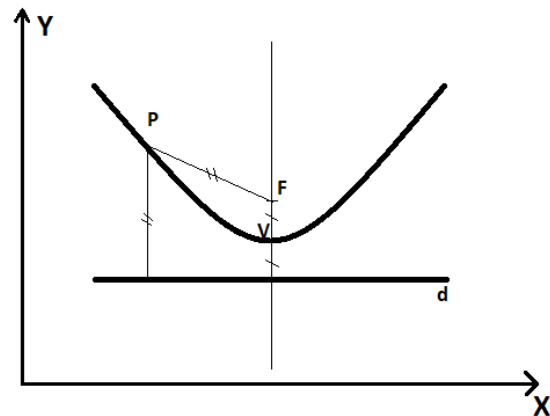
É importante notar que isto vale também para o vértice da parábola V, o que por consequência nos define que ele será o ponto médio entre o foco F e a reta d, conforme visto na figura.

Cada parábola, terá sua equação característica, além das coordenadas de F, V. A reta diretriz também terá a sua equação e estará relacionada justamente a equação da parábola.

Particularmente, estudaremos dois tipos de parábolas, em função da posição da reta diretriz, que pode ser paralela ao eixo x ou paralela ao eixo y.

1.1.1 Parábola com diretriz paralela ao eixo x

Esse tipo de parábola é o mesmo que foi visto na figura anterior, mas agora iremos apresentá-la com o plano cartesiano:



Observe que a diretriz está paralela ao eixo x. Nesse caso, usando a equação geral das cônicas, temos que essa parábola terá por definição: $B=0$, $C=0$, $E=-1$ assim:

$$Ax^2 + Dx - y + F = 0 \rightarrow y = Ax^2 + Dx + F$$

Uma forma mais conhecida de enxergar essa equação é nomeando os coeficientes de a, b e c:

$$y = Ax^2 + Dx + F \rightarrow y = ax^2 + bx + c$$

O vértice desta parábola é definido como na equação de segundo grau:

$$(x_v, y_v) = \left(-\frac{b}{2a}, -\frac{\Delta}{4a}\right)$$

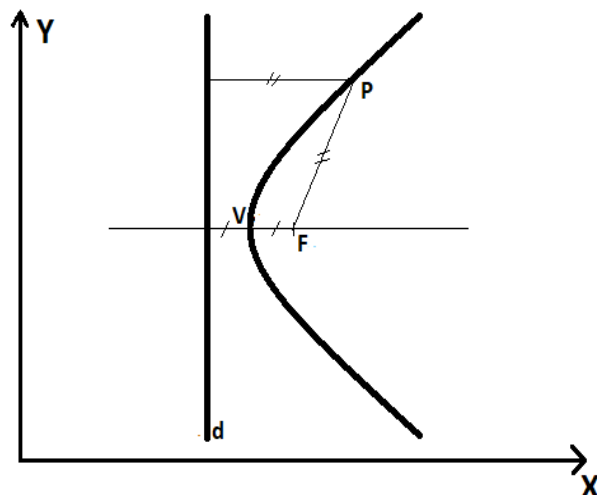
Onde $\Delta = b^2 - 4ac$. Aqui também é válido a questão da concavidade da parábola. Se $a > 0$, temos a parábola "boca para cima" e se $a < 0$, temos parábola "boca para baixo". Já o vértice e a reta diretriz são obtidos através da forma reduzida da equação da parábola, descrita a seguir:

$$(x - x_v)^2 = 2P(y - y_v)$$

Onde P é a distância entre a reta diretriz e o foco. Ou seja, conhecendo P e as coordenadas do vértice, pode se encontrar a reta horizontal d.

1.1.2 Parábola com diretriz paralela ao eixo y

Este tipo de parábola é semelhante a anterior, com a diferença que a reta diretriz está agora paralela ao eixo y, como mostra a figura:



O leitor deve ficar atento pois esse tipo de parábola segue o mesmo equacionamento que o caso anterior, mas com "inversões". A primeira delas ocorre na equação geral, onde teremos $A = 0$, $B = 0$, $D = -1$:

$$Cy^2 - x + Ey + F = 0 \rightarrow x = Cy^2 + Ey + F$$

Trocando os coeficientes para a, b e c , temos que:

$$x = Cy^2 + Ey + F \rightarrow x = ay^2 + by + c$$

Já o vértice dessa parábola sofre uma inversão entre x e y :

$$(x_v, y_v) = \left(-\frac{\Delta}{4a}, -\frac{b}{2a} \right)$$

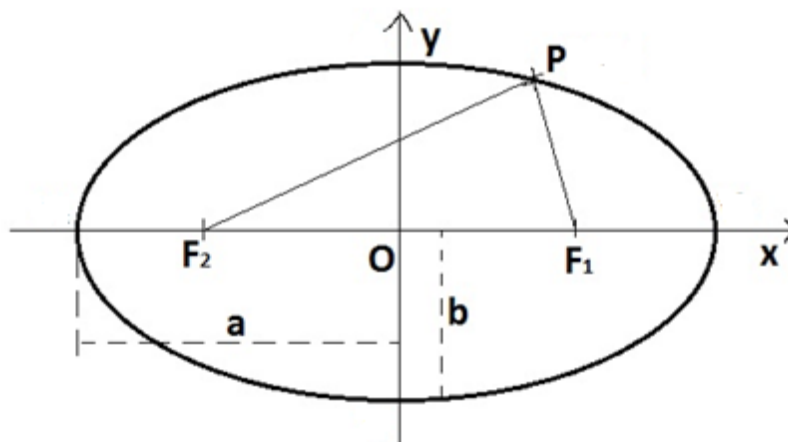
E por consequência, a equação reduzida também se altera:

$$(y - y_v)^2 = 2P(x - x_v)$$

Quanto a concavidade, segue a mesma lógica mas agora na horizontal. Quando $a > 0$, temos uma parábola "boca para direita" e $a < 0$ significa uma parábola boca para a esquerda.

Elipse

A segunda cônica a ser estudada será a elipse. Diferentemente da parábola, a Elipse possuirá dois pontos de referência chamados de focos (F_1 e F_2), conforme figura a seguir:



Observe que a elipse por não ter o "raio" constante como na circunferência, possui dois valores de referência, a e b que serão chamados respectivamente de semieixo maior e menor. Assim, uma elipse será definida como sendo o lugar geométrico dos pontos P onde a distância de P para o foco somada a distância P para o outro foco será constante e igual ao dobro do semieixo maior, ou seja:

$$PF_1 + PF_2 = 2a$$

Outro parâmetro importante da elipse é a distância focal, definida como a distância entre os pontos F_1 e F_2 :

$$d(F_1, F_2) = 2c$$

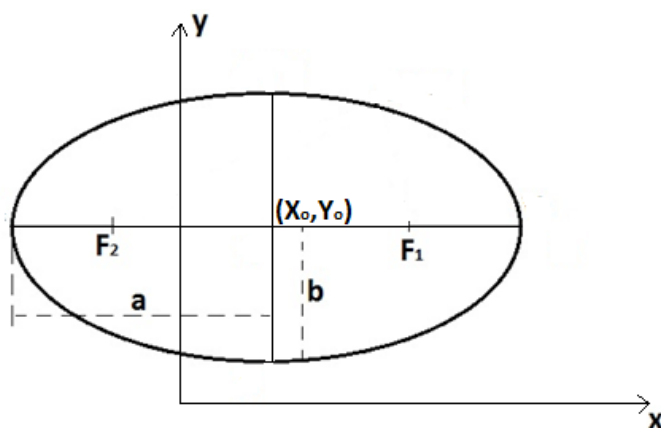
Sendo c definido como sendo o semieixo focal. A equação geral das cônicas para a elipse possui apenas um coeficiente nulo ($B = 0$):

$$Ax^2 + Cy^2 + Dx + Ey + F = 0$$

Como essa forma é muito geral, utiliza-se mais frequentemente a forma reduzida da elipse, que será apresentada a seguir, em função da sua posição em relação ao plano cartesiano.

1.2.1 Elipse com o semieixo maior paralelo ao eixo x

A figura anterior já estava referenciada no plano cartesiano com o centro da elipse posicionado na origem do eixo das coordenadas. A figura a seguir é mais genérica, considerando um centro qualquer, de coordenadas (x_0, y_0) :

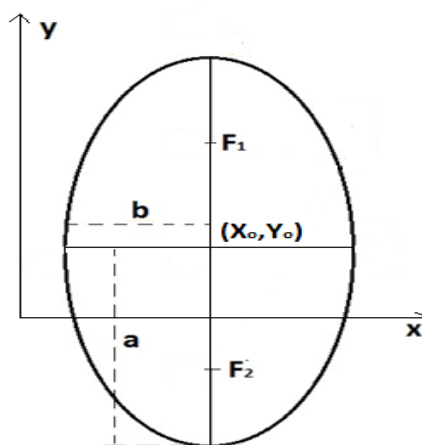


A equação reduzida da elipse ficará em função desse centro genérico e está apresentada a seguir:

$$\frac{(x - x_0)^2}{a^2} + \frac{(y - y_0)^2}{b^2} = 1$$

Elipse com o semieixo maior paralelo ao eixo y

Esse tipo de elipse é uma rotação de 90° do caso anterior, ou seja, com o semieixo maior paralelo ao eixo das ordenadas, como mostra a figura a seguir:



A equação reduzida da elipse sofrerá uma alteração leve, porém importante, com a inversão dos denominadores das duas frações:

$$\frac{(x - x_0)^2}{b^2} + \frac{(y - y_0)^2}{a^2} = 1$$

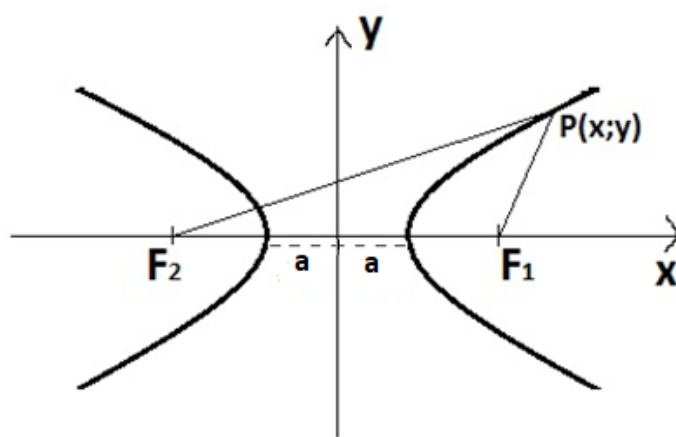


FIQUE ATENTO!

A fração onde o denominador é a^2 sempre determinará a qual eixo a elipse está com seu semieixo maior alinhado.

1.3 Hipérbole

A hipérbole é a terceira cônica a ser estudada e possui características semelhantes a elipse no seu equacionamento, porém com uma geometria totalmente diferente, como mostra a figura a seguir:



Esta cônica possui dois focos e sua distância continua sendo definida como sendo: $d(F_1, F_2) = 2c$. Ao invés de termos dois semieixos (maior e menor) como na elipse, a hipérbole possui apenas um semi-eixo real (a), definido como a distância entre o vértice das duas curvas que define a cônica.

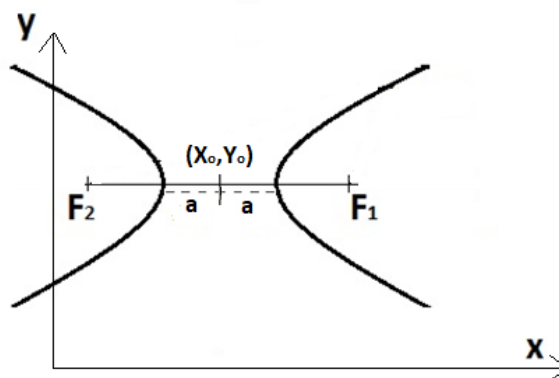
Assim, a hipérbole é definida como sendo o lugar geométrico dos pontos P onde o módulo da subtração das distâncias deste ponto P aos focos será igual ao eixo real, numericamente temos:

$$|PF_1 - PF_2| = 2a$$

Analogamente a elipse, a equação geral das cônicas não traz muita informação sobre os parâmetros da hipérbole, assim, definiremos também equações reduzidas em função do alinhamento do eixo real da cônica em relação ao eixo de coordenadas.

1.3.1 Eixo real paralelo ao eixo x

Posicionando o centro da hipérbole em um ponto genérico de coordenadas , temos que:



Com essa posição genérica, define-se a equação reduzida da seguinte forma:

$$\frac{(x - x_0)^2}{a^2} - \frac{(y - y_0)^2}{b^2} = 1$$

Onde b é definido como o semieixo imaginário da hipérbole e pode ser calculado a partir da relação entre o eixo focal o eixo real: $c^2 = a^2 + b^2$

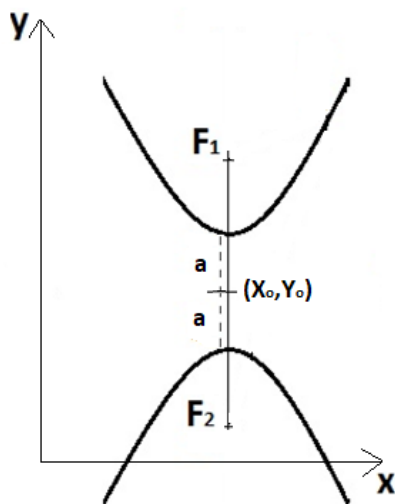


FIQUE ATENTO!

A única diferença entre a equação reduzida da hipérbole e da elipse é a troca do sinal de soma por subtração.

1.3.2 Eixo real paralelo ao eixo y

Neste tipo de hipérbole, o eixo real está paralelo ao eixo y, como mostra a figura a seguir:



A equação reduzida sofre a inversão de denominadores em relação ao caso anterior e fica como sendo:

$$\frac{(x - x_0)^2}{b^2} - \frac{(y - y_0)^2}{c^2} = 1$$

1.4 Excentricidade

A excentricidade é um parâmetro importante pois também pode caracterizar as cônicas. Cada um dos três tipos de cônicas possui valores de excentricidade característicos e são descritos abaixo, sempre em função da distância de um ponto P qualquer em relação ao seu foco.

1.4.1 Parábola

Na definição da parábola, temos que a distância de qualquer ponto P pertencente a cônica em relação ao foco F será igual a distância deste mesmo ponto para a reta diretriz. Assim, por definição a excentricidade da parábola é igual a 1:

$$e = 1$$

1.4.2 Elipse

Na Elipse, a definição de excentricidade vem da razão entre o semieixo focal e do semieixo maior e ela sempre será menor que 1:

$$e = \frac{a}{c} < 1$$

1.4.3 Hipérbole

A hipérbole possui a mesma definição de excentricidade que a elipse, porém como a distância focal é maior que o eixo real, temos que a relação será sempre maior que 1:

$$e = \frac{a}{c} > 1$$



FIQUE ATENTO!

Atente-se a memorizar a definição de excentricidade pois em alguns concursos isso pode ser cobrado sob forma de questões teóricas.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (IF-RS – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – IF-RS – 2018) Sobre o estudo de Seções Cônicas em Geometria Analítica Plana, analise as afirmativas abaixo:

- I. Dados dois pontos distintos chamados focos F_1 e F_2 , pertencentes a um plano α , e $2c$ a distância entre eles. Elipse é o lugar geométrico formado pelo conjunto dos pontos de α cuja soma das distâncias, de cada um desses pontos, a F_1 e F_2 é maior que $2c$ e igual à medida do eixo maior da elipse.
- II. Dados dois pontos distintos chamados vértice e foco, V e F , respectivamente, pertencentes a um plano α . Parábola é o lugar geométrico formado pelo conjunto dos pontos que estão à mesma distância do foco e do vértice.
- III. Dados dois pontos distintos chamados focos F_1 e F_2 , e dois pontos distintos chamados vértices V_1 e V_2 , pertencentes a um plano α . Hipérbole é o lugar geométrico formado pelo conjunto dos pontos de α cuja diferença das distâncias, de cada um desses pontos, a F_1 e F_2 é igual a duas vezes a distância entre os vértices, ou seja, duas vezes a medida do eixo real.
- IV. Na parábola, o foco F e a reta diretriz d estão posicionados de tal forma que o vértice V é o ponto médio do segmento formado pela distância entre F e d , perpendicular à diretriz.
- V. Excentricidade da elipse é a razão formada pela medida da distância dos elementos foco até o centro e $1/2$ da medida do eixo maior.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão CORRETAS:

- a) IV e V
- b) I, II e III
- c) I, IV e V
- d) II, IV e V
- e) I, II, III e V

Resposta: Letra C. A proposição I está correta pois é a definição exata de elipse, considerando inclusive que o eixo maior é maior que o eixo focal. A proposição II está incorreta pois não é a mesma distância de um ponto P para o Foco e o Vértice e sim para o Foco e a reta diretriz. A proposição III está incorreta pois faltou colocar que é o "módulo da diferença" e não somente a diferença. A proposição IV está correta e é referente a posição do vértice entre o foco e a reta diretriz. A proposição V parece uma "pegadinha" mas está correta pois a excentricidade é calculada a partir da distância de um dos focos ao centro da elipse.

RACIOCÍNIO LÓGICO

CONCEITO FUNDAMENTAL

A Proposição

No ensino fundamental, nos ensinam que os seres humanos são diferentes dos outros animais e a justificativa é que os humanos pensam e os animais não pensam. Porém, temos animais com inteligência suficiente para serem treinados a executar tarefas, como os chimpanzés e os golfinhos. Assim, qual é o real motivo que nos diferenciam de todos os outros seres vivos?

A resposta envolve não somente o ato de pensar como também o de se comunicar. Primeiro, aprendemos a falar, depois, a escrita dividiu nossa existência em Pré-História e História. Os registros por escrito guardaram os pensamentos de nossos antepassados, proporcionando as gerações futuras, dados importantíssimos para se ir além daquilo que já foi feito.

Porém, acabou surgindo o grande desafio que norteou a disciplina de lógica: Como interpretar esses registros?

A grande diferença do ser humano em relação aos outros seres vivos está nesse ponto, pois tão importante é o ato de interpretar uma informação quanto é elaborar a mesma. Assim, nossa mente é capaz de receber dados e deles extrair uma conclusão. Essa habilidade está diretamente ligada ao raciocínio lógico.

Muitos pensam que essa disciplina está voltada apenas para as pessoas de "exatas", mas ela é voltada para o público em geral e aqui seguem alguns exemplos que provam nosso conceito:

- Um advogado reúne todas as informações dos autos do processo e através do Raciocínio Lógico, elabora sua tese de acusação ou defesa;
- Um médico ao estudar todos os exames consegue a partir de raciocínio lógico, elaborar um diagnóstico e propor um tratamento;
- Um CEO de uma empresa, através dos relatórios mensais consegue definir o plano de ação para estimular o crescimento da companhia.

Todos os exemplos acima mostram como será o estudo da disciplina, onde receberemos informações e delas extrairemos respostas ou em outras palavras, conclusões.

No Raciocínio Lógico, essas informações terão uma particularidade: Elas sempre serão declarações onde poderemos classificá-las de duas maneiras, VERDADEIRA ou FALSA. Essas declarações serão chamadas de PROPOSIÇÕES.

As proposições são a base do pensamento lógico. Este pensamento pode ser composto por uma ou mais sentenças lógicas, formando uma idéia mais complexa. É importante ressaltar que objetivo fundamental de uma proposição é transmitir uma tese, que afirmam fatos ou juízos que formamos a respeito das coisas.

Sabendo disso, uma questão importante tem que ser respondida: como realmente podemos identificar uma proposição? A única técnica direta que temos é verificar se podemos atribuir o valor de verdadeiro ou falso a elas. Entretanto, existe uma técnica indireta que facilita muito o trabalho de identificação de uma proposição e é frequentemente cobrada em concursos públicos.

A técnica consiste em sabermos o que não é proposição e por eliminação, achar a proposição. A seguir, seguem exemplos do que não é proposição e a recomendação é que se memorizem esses tipos para facilitar na hora da prova:

i.) Sentenças Imperativas: Todas as declarações que remeterem a uma ordem não são proposições.

Ex: "Apague a luz.", "Observe aquele painel", "Não faça isso".

ii.) Sentenças Interrogativas: Perguntas não são definidas como proposições:

Ex: "Olá, tudo bem?", "Qual a raiz quadrada de 5?", "Onde está minha carteira?"

iii.) Sentenças Exclamativas:

Ex: "Como o dia está lindo!", "Isto é um absurdo!", "Não concordo com isto!"

iv.) Sentenças que não tem verbo:

Ex: "A bicicleta de Bruno", "O cartão de João".

v.) Sentenças abertas: Este tipo de sentença possui uma grande quantidade de exemplos e os exemplos são importantes para sabermos identificá-las:

Ex: " x é menor que 7 ou $x < 7$ " – Essa expressão por si só é genérica pois não temos informações de x para saber se ele é ou não menor que 7. Entretanto, caso seja atribuído um valor a x , essa sentença se tornará uma proposição, pois será possível atribuir VERDADEIRO ou FALSO a sentença original. Assim, a expressão "Para $x=5$, tem-se que: 5 é menor que 7" é uma proposição e é VERDADEIRA. Por outro lado, "Para $x=9$, tem-se que: 9 é menor que 7" é uma proposição mas é FALSA.

Ex: " z é a capital da França" – As sentenças abertas não necessariamente são números, como mostra o exemplo. Se substituirmos " z " por "Toulouse", a sentença virará proposição e será FALSA. Se z = Paris, a proposição será VERDADEIRA.

Valores Lógicos das proposições – Leis de Pensamento

Definido o que é preposição, podemos aprofundar o conceito apresentando as leis fundamentais (axiomas) que norteiam a lógica:

- 1) **Princípio do Terceiro Excluído:** “Toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro”.

Pode parecer óbvio, mas às vezes as pessoas se confundem em questões de concursos públicos quando aparecem as alternativas “VERDADEIRO”, “FALSO” ou “NENHUMA DAS ANTERIORES”. Qualquer proposição lógica será verdadeira ou falsa, não existe uma terceira opção.

- 2) **Princípio da identidade:** “Se uma proposição é verdadeira, então todo objeto idêntico a ela também será verdadeiro”.

Esse princípio coloca que se duas proposições que apresentam a mesma informação mas são escritas de maneiras distintas, devem possuir o mesmo valor lógico. Por exemplo, “Bruno é 5 anos mais velho que João” e “João é 5 anos mais novo que Bruno”. As duas proposições dizem a mesma coisa mas de maneira diferente. Portanto se uma delas é verdadeira, a outra deve ser.

- 3) **Princípio da não contradição:** “Uma proposição não pode ser verdadeira ou falsa ao mesmo tempo”

Esse axioma é importante, pois a partir do momento em uma proposição recebe um valor lógico, ele deve ser carregado em toda a análise para evitar contradições.

Tipos de proposições

Existem dois tipos de proposições: Simples e Compostas

As proposições simples são aquelas que não contêm nenhuma outra proposição como parte de si mesma. São, geralmente, designadas por letras minúsculas do alfabeto (p,q,r,s,...). Uma definição equivalente é de uma proposição que não se consegue dividi-la em partes menores, de tal maneira que as partes divididas gerem novas proposições. Exemplos:

- p – O rato comeu o queijo;
- q – Astolfo é advogado;
- r – Hermenegildo gosta de pizza;
- s – Raimunda adora samba.

Já as proposições compostas são formadas por uma ou mais proposições que podem ser divididas, formando proposições simples. São, geralmente, designadas por letras maiúsculas do alfabeto (P,Q,R,S,...). Exemplos:

- P – O rato é branco e comeu o queijo;
- Q – Astolfo é advogado e gosta de jogar futebol;
- R – Hermenegildo gosta de pizza e de suco de uva;
- S – Raimunda adora samba e seu tênis é vermelho.

Veja que as proposições acima podem ser divididas em duas partes. Observe:

- a – O rato é branco
 - b – O rato comeu o queijo
 - c – Astolfo é advogado
 - d – Astolfo gosta de jogar futebol
 - e – Hermenegildo gosta de pizza
 - f – Hermenegildo gosta de suco de uva
 - g – Raimunda adora samba
 - h – O tênis de Raimunda é vermelho
- Divisões da proposição P
- Divisões da proposição Q
- Divisões da proposição R
- Divisões da proposição S

As sentenças compostas dos exemplos acima não são ligadas apenas pela conjunção “e”, podem ser ligadas por outros CONECTORES LÓGICOS (Capítulo 2). Seguem alguns exemplos para iniciar sua curiosidade pelo próximo capítulo:

- T – Osmar tem uma moto OU Tainá tem um carro.
- U – SE Kléber é asiático ENTÃO eu sou brasileiro.



FIQUE ATENTO!

As proposições compostas irão nortear seus estudos nos próximos capítulos, então atente-se a saber como dividir as proposições compostas em duas ou mais proposições simples!



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (SEFAZ-SP – AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS – FCC – 2006) Das cinco frases abaixo, quatro delas têm uma mesma característica lógica em comum, enquanto uma delas não tem essa característica.

- I. Que belo dia!
- II. Um excelente livro de raciocínio lógico.
- III. O jogo terminou empatado?
- IV. Existe vida em outros planetas do universo.
- V. Escreva uma poesia.

A frase que não possui essa característica comum é a

- a) I
- b) II
- c) III
- d) IV
- e) V

Resposta: Letra D. Podemos interpretar do exercício que o mesmo quer a identificação da proposição. As alternativas A,B,C e E são respectivamente sentenças exclamativas, sem verbo, interrogativa e imperativa, o que não as caracterizam como proposições. Já a alternativa D é uma sentença que pode ser classificada como verdadeira ou falsa, caracterizando uma proposição.

2. (NOVA CONCURSOS – 2018) Assinale a alternativa que representa um não cumprimento das 3 leis de pensamento da lógica

- a) Se Abelardo é mais alto que Hormindo, pelo princípio da identidade posso dizer que Hormindo é mais baixo que Abelardo.
- b) A proposição "Choveu está manhã na cidade" pode ser considerada "meia verdade" se apenas uma leve garoa atingir a cidade.
- c) O réu no processo afirmou que não estava dirigindo embriagado, porém o mesmo foi encontrado sentado no banco do motorista durante a abordagem policial, caracterizando uma contradição.
- d) Eu sou milionário pois tenho patrimônio acima de 1 milhão de reais. Josevaldo possui menos que 1 milhão e não pode ser considerado um milionário.
- e) Não estava presente para afirmar que foi o gato que derrubou o vaso.

Resposta: Letra B. Não existe "meia verdade" dentro da lógica. As proposições receberão apenas dois valores lógicos: Verdadeiro ou Falso.

IMPLICAÇÃO LÓGICA

Os problemas de implicação lógica são muito semelhantes à estrutura apresentada no capítulo de lógica da argumentação. Eles são constituídos de proposições, simples ou compostas, que irão levar a uma conclusão, que nesse caso, será válida uma vez que foi deduzida a partir das hipóteses.

A estratégia de resolução, portanto, será a mesma utilizada na lógica da argumentação, com algumas alterações. São dois tipos de problemas que serão apresentados a seguir:

Implicação Lógica tipo I – Premissas Verdadeiras

O primeiro tipo de implicação lógica adota a mesma resolução que o método de premissas verdadeiras da lógica da argumentação. Consideram-se todas as premissas verdadeiras para se conseguir atribuir os valores lógicos das proposições simples. Com esses valores definidos, testam-se as alternativas, procurando a resposta correta.

Vale lembrar que no caso de problemas de premissas verdadeiras é necessário que tenhamos nas hipóteses ao menos 1 proposição simples ou uma conjunção (operador "e") para iniciarmos o problema. Sem essa condição, os problemas serão do tipo II que serão apresentados na sequência.

Vamos iniciar com um exemplo, que foi cobrado em um concurso de fiscal, pela banca ESAF, em 2013:

Ex. André é inocente ou Beto é inocente. Se Beto é inocente, então Caio é culpado. Caio é inocente, se e somente se, Dênis é culpado. Ora, Dênis é culpado, Logo:

- a) Caio e Beto são inocentes
- b) André e Caio são inocentes
- c) André e Beto são inocentes
- d) Caio e Dênis são culpados
- e) André e Dênis são culpados

Diferente de um exercício comentado, este nós iremos destrinchar em todos os detalhes, para que o leitor consiga fazer os próximos a partir do raciocínio proposto aqui.

Iniciando, temos 4 proposições onde é pedido uma conclusão. Reparem que a última delas, "Dênis é culpado", é uma proposição simples, portanto, podemos adotar o método de premissas verdadeiras para obter os valores lógicos desejados.

Considerando as proposições simples A: André é inocente, B: Beto é inocente, C: Caio é inocente e D: Dênis é inocente, vamos começar a atribuir os valores lógicos em cada uma delas.

Pelo método, iniciamos justamente pela proposição simples, ou seja, "Dênis é culpado". Se ela é considerada VERDADEIRA, então temos que Dênis não é inocente, logo: D=F.

Com o valor lógico de D, parte-se para a terceira hipótese, que é "Caio é inocente, se e somente se, Dênis é culpado". Como Dênis é culpado e no operador bicondicional temos que ter os dois valores lógicos das proposições simples iguais para ter a proposição composta VERDADEIRA, temos que Caio é inocente, logo: C=V.

Partindo agora para a segunda hipótese, "Se Beto é inocente, então Caio é culpado", temos o valor lógico de C, que na hipótese entra como FALSO, pois Caio é inocente. Como se trata de um operador condicional, o único caso onde a proposição é VERDADEIRA com a segunda proposição simples FALSA é quando a primeira também é FALSA, logo Beto não é inocente: B=F.

Por fim, a primeira hipótese, "André é inocente ou Beto é inocente" é uma disjunção e como Beto não é inocente, para que a proposição composta seja VERDADEIRA, temos que André é inocente, logo: A=V.

Com os valores lógicos, testam-se as alternativas:

- a) Caio e Beto são inocentes – Errado, Beto é culpado.
- b) André e Caio são inocentes – Certo, ambos são inocentes.
- c) André e Beto são inocentes – Errado, Beto é culpado.
- d) Caio e Dênis são culpados – Errado, Caio é inocente
- e) André e Dênis são culpados – Errado, André é inocente.

Assim a alternativa correta é a B.

Para o leitor ter um segundo exemplo mais detalhado, observe este agora, também da banca Esaf:

Ex. Se a professora de Matemática foi a reunião, nem a professora de Inglês nem a professora de Francês deram aula. Se a professora de Francês não deu aula, a professora de Português foi a reunião. Se a professora de Português foi a reunião, todos os problemas foram resolvidos. Ora, pelo menos um problema não foi resolvido. Logo:

- a) a professora de Matemática não foi a reunião e a professora de Francês não deu aula
- b) a professora de Matemática e a professora de Português não foram à reunião
- c) a professora de Francês não deu aula e a professora de Português não foi à reunião
- d) a professora de Francês não deu aula ou a professora de Português foi à reunião
- e) a professora de Inglês e a professora de Francês não deram aula.

Novamente é um problema de Implicação Lógica Tipo I, pois temos uma proposição simples envolvida: "Um problema não foi resolvido". Nomeando as proposições, temos que:

M : A professora de Matemática foi a reunião.
I: A professora de Inglês deu aula.
F: A professora de Francês deu aula.
P: A professora de Português foi a reunião.
R: Todos os problemas foram resolvidos.

Com a nomenclatura, podemos transformar as hipóteses em operações lógicas, desta maneira:

"Se a professora de Matemática foi a reunião, nem a professora de Inglês nem a professora de Francês deram aula" = $M \rightarrow (\sim I \wedge \sim F)$

"Se a professora de Francês não deu aula, a professora de Português foi a reunião" = $(\sim F) \rightarrow P$

"Se a professora de Português foi a reunião, todos os problemas foram resolvidos" = $P \rightarrow R$

"Um problema não foi resolvido" = $\sim R$

Como todas as premissas são VERDADEIRAS, vamos novamente partir da proposição simples, que nos dará que $R = F$.

Com essa informação, para que a terceira hipótese, que é uma condicional, seja VERDADEIRA, temos que ter $P = F$:

Analogamente, a segunda hipótese segue o mesmo raciocínio, com $(\sim F) = F$ ou seja: $F = V$.

Já a primeira hipótese, temos que $(\sim F) = F$, ou seja, a conjunção entre parênteses será FALSA, independente do valor lógico de I. Para a hipótese ser VERDADEIRA, temos que ter: $M = F$.

Este problema é interessante, pois não conseguimos atribuir um valor lógico para I e isto não é nenhum contratempo, basta utilizar essa informação para testar as alternativas:

- a) a professora de Matemática não foi a reunião e a professora de Francês não deu aula
Errado, a professora de Francês deu aula.
- b) a professora de Matemática e a professora de Português não foram à reunião
Correto, ambas não foram a reunião.
- c) a professora de Francês não deu aula e a professora de Português não foi à reunião
Errado, a professora de Francês deu aula.
- d) a professora de Francês não deu aula ou a professora de Português foi à reunião
Errado, a professora de Francês deu aula.
- e) a professora de Inglês e a professora de Francês não deram aula.
Errado, a professora de Francês deu aula e não se pode afirmar sobre a professora de Inglês.

Implicação Lógica tipo II

O segundo caso de problemas de implicação lógica é justamente aqueles que não compõem o primeiro tipo, ou seja, nas hipóteses não há proposições simples e nem conjunções de onde parte-se a resolução.

São duas estratégias possíveis. A primeira será utilizar a contradição como ferramenta, ou seja, provar que uma determinada proposição simples não pode ser VERDADEIRA ou FALSA ao mesmo tempo. Para isso, mantém-se a ideia de premissas verdadeiras, adicionando a atribuição de um valor lógico (VERDADEIRO ou FALSO) a uma das proposições simples. Com este valor definido, analisam-se as proposições e verifica-se se alguma delas atribuirá valores diferentes a uma mesma proposição. Se isso ocorrer, prova-se que o valor lógico atribuído inicialmente está errado e portanto, o valor correto é seu oposto. Para o método ficar mais claro, observe o exemplo a seguir:

Ex. Se não durmo, bebo. Se estou furioso, durmo. Se durmo, não estou furioso. Se não estou furioso, não bebo. Logo:

- a) não durmo, estou furioso e não bebo.
- b) durmo, estou furioso e não bebo.
- c) não durmo, estou furioso e bebo.
- d) não durmo, não estou furioso e não bebo.
- e) não durmo, não estou furioso e bebo.

Como se pode observar, não há proposições simples ou conjunções. Assim, é um problema de implicação lógica tipo II. São três proposições simples, "Eu durmo", "Eu estou furioso" e "Eu bebo", que chamaremos de P, Q e R. Assim, traduzindo as hipóteses para a linguagem lógica:

Se não durmo, bebo = $(\sim P) \rightarrow R$

Se estou furioso, durmo = $Q \rightarrow P$

Se durmo, não estou furioso = $P \rightarrow (\sim Q)$

Se não estou furioso, não bebo = $(\sim Q) \rightarrow (\sim R)$

Agora, temos que escolher uma proposição para atribuímos um valor lógico. Pode ser qualquer uma das três mas para o método ficar mais eficiente, busca-se aquela que aparece mais vezes nas hipóteses, pois ficará mais fácil para provar a contradição. Neste caso, tanto P quanto Q aparecem 4 vezes e R aparece 2 vezes. Vamos escolher então P e atribuiremos a ela o valor VERDADEIRO.

Considerando $P=V$, observam-se as hipóteses:

A primeira hipótese mostra que se $P=V$, temos $(\sim P) = F$. Assim o valor de R fica indefinido neste caso.

Na segunda hipótese, considerando $P=V$, também teremos indefinição sobre o valor lógico de Q.

Na terceira hipótese, se $P=V$, necessariamente deveremos ter $(\sim Q) = V$ para a condicional ser VERDADEIRA, logo $Q=F$.

Já a quarta hipótese, com os valor lógico de Q, chega-se a conclusão que $(\sim R) = V$, ou seja $R=F$.

Observe que todos os casos atenderam as premissas verdadeiras, ou seja, são os valores lógicos corretos. Obviamente foi um golpe de sorte já acertarmos o valor lógico de P e para se ter uma ideia como funcionaria a contradição, vamos agora testar como se tivéssemos atribuído o valor FALSO a P.

Considerando $P=F$, observam-se as hipóteses:

A primeira hipótese mostra que se $P=F$, temos $(\sim P) = V$. Assim o valor de R deverá ser VERDADEIRO para a condicional ser VERDADEIRA.

Na segunda hipótese, considerando $P=F$, temos que ter o valor lógico de Q também FALSO para a condicional ser VERDADEIRA.

Na terceira hipótese, se $P=F$, Q poderia ser qualquer valor, mas como já definimos que Q é FALSO, a premissa está correta.

Finalmente na quarta hipótese, como $Q=F$ e $R=V$, temos que $(\sim Q) \rightarrow (\sim R) = V \rightarrow F = F$, ou seja, com esses valores lógicos, a quarta hipótese falha e não será VERDADEIRA. Com isso, prova-se a contradição mostrando que o valor lógico de P não pode ser FALSO e sim VERDADEIRO.

Mostrada a solução pelo método da contradição, vamos apresentar a segunda estratégia agora, que é a mais clássica e mais popular entre os estudantes de raciocínio lógico: A Tabela-Verdade. Recordando o capítulo de lógica da argumentação, praticamente todos os problemas deste tipo podem ser solucionados com a Tabela-Verdade e neste caso não seria diferente. Mantendo a mesma nomenclatura das proposições e usando as expressões lógicas já feitas, montamos a seguinte tabela:

P	Q	R	$(\sim P) \rightarrow R$	$Q \rightarrow P$	$P \rightarrow (\sim Q)$	$(\sim Q) \rightarrow (\sim R)$
V	V	V				
V	V	F				
V	F	V				
V	F	F				
F	V	V				
F	V	F				
F	F	V				
F	F	F				

Agora basta preencher as colunas das hipóteses com os valores lógicos de cada linha, resultando em:

P	Q	R	$(\sim P) \rightarrow R$	$Q \rightarrow P$	$P \rightarrow (\sim Q)$	$(\sim Q) \rightarrow (\sim R)$
V	V	V	V	V	F	V
V	V	F	V	V	F	V
V	F	V	V	V	V	F
V	F	F	V	V	V	V
F	V	V	V	F	V	V
F	V	F	F	F	V	V
F	F	V	V	V	V	F
F	F	F	F	V	V	V

Se você observar, apenas uma linha terá as 4 hipóteses VERDADEIRAS, que neste caso, é a quarta linha. Assim, os valores lógicos de P, Q e R respectivamente são VERDADEIRO, FALSO e FALSO como encontrado no primeiro método.

Com os valores obtidos, testam-se as alternativas:

a) não durmo, estou furioso e não bebo.

Errado, pois "Eu estou furioso é FALSO" e "Eu não durmo" é FALSO.

b) durmo, estou furioso e não bebo.

Errado, pois "Eu estou furioso é FALSO".

c) não durmo, estou furioso e bebo.

Errado, pois "Eu estou furioso é FALSO", "Eu não durmo" é FALSO e "Eu bebo" é FALSO.

d) durmo, não estou furioso e não bebo.

Certo, pois "Eu durmo" é VERDADEIRO, "Eu não estou furioso" é VERDADEIRO e "Eu não bebo" é VERDADEIRO.

e) não durmo, não estou furioso e bebo.
Errado, "Eu não durmo" é FALSO e "Eu bebo" é FALSO.

Assim, a alternativa correta é a D.

ASSOCIAÇÃO LÓGICA

Os problemas de associação lógica, por mais que se tenha uma definição formal deles, são problemas considerados educativos, ou na melhor das palavras, lúdicos. São os famosos desafios que você recebe pela internet, ou quando compra uma revistinha de passatempos.

A palavra associação vem justamente da estratégia que será utilizada. Os problemas terão diversas categorias como, por exemplo, nomes de pessoas, cores, veículos e cidades, e a ideia será associar um membro de cada categoria com um membro das outras, neste caso, um nome de pessoa, com uma cor, um veículo e uma cidade.

Como no caso de problemas de implicação lógica, não há um desenvolvimento de teoria neste tipo de problema, pois o aprendizado se dá por exemplos e organização dos dados. O que vocês irão observar é que os enunciados irão descrever o problema e passar as dicas que serão as informações para se obter a solução. Observe os exemplos a seguir.

Ex. Vamos utilizar outro exemplo da banca ESAF, pois ela é especialista neste tipo de abordagem: "Os carros de Artur, Bernardo e César são, não necessariamente nesta ordem, uma Brasília, uma Parati e um Santana. Um dos carros é cinza, um outro é verde e o outro é azul. O carro de Artur é cinza, o carro de César é o Santana; o carro de Bernardo não é verde e não é a Brasília. As cores da Brasília, da Parati e do Santana são, respectivamente:

- a) cinza, verde e azul
- b) azul, cinza e verde
- c) azul, verde e cinza
- d) cinza, azul e verde
- e) verde, azul e cinza

Como descrevemos na introdução da seção, os problemas lógicos terão várias categorias que devem ter um membro de cada uma delas associada a um membro das outras. Neste caso, temos 3 categorias: nome, carro e cor. Ou seja, uma pessoa tem um carro com uma determinada cor e o objetivo é saber justamente como é cada caso.

Para fazer isso, vamos novamente recorrer ao uso das tabelas, mas neste caso, não é a tabela-verdade, sendo apenas uma tabela de organização. A tabela é montada a partir de uma das categorias e a partir dela vamos associando as outras. Neste tipo de exemplo, normalmente utilizam-se as pessoas como referências e assim o faremos. Montando a tabela, ficamos com a seguinte divisão:

	Carro			Cor do Carro		
Nomes	Brasília	Parati	Santana	cinza	verde	azul
Artur						
Bernardo						
César						

Com essa tabela, conseguimos associar uma pessoa a uma categoria, usando as dicas presentes no enunciado. Começando com a primeira, o enunciado fala que o carro de Artur é cinza, ou seja, podemos marcar um "X", na linha correspondente a Artur, a cor cinza:

	Carro			Cor do Carro		
Nomes	Brasília	Parati	Santana	cinza	verde	azul
Artur				X		
Bernardo						
César						

Com essa informação, conseguimos eliminar algumas possibilidades, como por exemplo, o fato de Bernardo e César não terem carros cinza e Artur não ter carro nem verde e nem azul, assim:

	Carro			Cor do Carro		
Nomes	Brasília	Parati	Santana	cinza	verde	azul
Artur				X	-	-
Bernardo				-		
César				-		

A segunda dica nos fala que “O carro de César é o Santana”, preenchendo a tabela, já colocando as eliminações:

	Carro			Cor do Carro		
Nomes	Brasília	Parati	Santana	cinza	verde	azul
Artur			-	X	-	-
Bernardo			-	-		
César	-	-	X	-		

A terceira dica nos diz que “O carro de Bernardo não é verde e não é a Brasília”, assim, temos apenas eliminações para fazer:

	Carro			Cor do Carro		
Nomes	Brasília	Parati	Santana	cinza	verde	azul
Artur			-	X	-	-
Bernardo	-		-	-	-	
César	-	-	X	-		

Com as dicas postas, podemos tirar algumas conclusões. A primeira delas é que se a Brasília não é de Bernardo e não é de César, ela será necessariamente de Artur:

	Carro			Cor do Carro		
Nomes	Brasília	Parati	Santana	cinza	verde	azul
Artur	X		-	X	-	-
Bernardo	-		-	-	-	
César	-	-	X	-		

Como Artur tem a Brasília, não terá a Parati, que sobra para Bernardo:

	Carro			Cor do Carro		
Nomes	Brasília	Parati	Santana	cinza	verde	azul
Artur	X	-	-	X	-	-
Bernardo	-	X	-	-	-	
César	-	-	X	-		

Analogamente, como o carro de Artur e de Bernardo não é verde, sobra essa cor para César e por eliminação, sobra a cor azul para Bernardo:

	Carro			Cor do Carro		
Nomes	Brasília	Parati	Santana	cinza	verde	azul
Artur	X	-	-	X	-	-
Bernardo	-	X	-	-	-	X
César	-	-	X	-	X	-

Assim, Artur tem uma Brasília cinza, Bernardo tem uma Parati azul e César tem um Santana Verde. Logo, a alternativa correta é a D.

Vamos agora trocar um pouco de banca, e vamos usar um exemplo da FCC, com uma tabela maior.

Ex. Cinco amigos, que estudaram juntos no colégio estão reunidos num jantar. São eles: Almir, Branco, Caio, Danilo e Edilson. Atualmente eles moram nas cidades de Atibaia, Batatais, Catanduva, Dracena e Embu, onde exercem as seguintes profissões: advogado, bibliotecário, contabilista, dentista e engenheiro. Considere que:

- I. Nenhum deles vive na cidade que tem a mesma letra inicial de seu nome, nem o nome de sua ocupação tem a mesma inicial de seu nem da cidade em que vive
- II. Almir não reside em Batatais e Edilson, que não é bibliotecário e nem dentista, tampouco ai vive.

- III. Branco, que não é contabilista e nem dentista, não mora em Catanduva e nem em Dracena.
 IV. Danilo vive em Embu, não é bibliotecário e nem advogado.
 V. O bibliotecário não mora em Catanduva.

Nessas condições, é verdade que:

- a) Almir é contabilista e reside em Dracena
 b) Branco é advogado e reside em Atibaia
 c) Caio é dentista e reside em Catanduva
 d) Danilo é dentista e reside em Embu
 e) Edílson é advogado e reside em Catanduva

Bom, temos muitas dicas e 3 categorias com 5 membros cada. A tabela ficará grande, mas é possível organizá-la abreviando os nomes:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Embu.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir										
Branco										
Caio										
Danilo										
Edílson										

Iniciando a primeira dica, temos que ninguém vive na cidade que começa com a letra do seu nome, assim faremos uma eliminação em diagonal:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Embu.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-									
Branco		-								
Caio			-							
Danilo				-						
Edílson					-					

A segunda parte da primeira dica fala que a profissão da pessoa também não se inicia com a letra do nome e também com a letra da cidade, logo teremos uma eliminação em diagonal também na parte de profissão:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Embu.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-					-				
Branco		-					-			
Caio			-					-		
Danilo				-					-	
Edílson					-					-

Ainda falta a parte que o nome da cidade e da profissão não são os mesmos, mas não temos colocar isso na tabela agora pois faltam informações. Deve-se lembrar de usar ao longo da resolução.

A segunda dica elimina informações sobre Almir e Edilson:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-				-				
Branco		-					-			
Caio			-					-		
Danilo				-					-	
Edilson		-			-		-		-	-

Usamos todas as informações da dica. A terceira fala sobre Branco:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-				-				
Branco		-	-	-			-	-	-	
Caio			-					-		
Danilo				-					-	
Edilson		-			-		-		-	-

Também usamos todas as informações da dica. A quarta fala sobre Danilo;

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-				-				
Branco		-	-	-			-	-	-	
Caio			-					-		
Danilo				-	X	-	-		-	
Edilson		-			-		-		-	-

Para completar a quarta dica, vamos preencher as eliminações da informação de que Danilo vive em Embu.

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-			-	-				
Branco		-	-	-	-		-	-	-	
Caio			-		-			-		
Danilo	-	-	-	-	X	-	-		-	
Edilson		-			-		-		-	-

Além das informações da cidade, há uma outra eliminação que podemos fazer. Como descobrimos a cidade de Danilo, sabemos que sua profissão não pode começar com a inicial do seu nome nem do nome da cidade. Como ele vive em Embu, ele não pode ser engenheiro:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-			-	-				
Branco		-	-	-	-		-	-	-	
Caio			-		-			-		
Danilo	-	-	-	-	X	-	-		-	-
Edilson		-			-		-		-	-

Com esse dado, resta apenas que Danilo é Contabilista. Fazendo a marcação e preenchendo as eliminações:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-			-	-		-		
Branco		-	-	-	-		-	-	-	
Caio			-		-			-		
Danilo	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-
Edílson		-			-		-	-	-	-

Como a quinta dica relaciona uma cidade com uma profissão, não temos como preencher na tabela agora e vamos usar assim que possível. Dando seguimento, com a definição da profissão de Danilo, definiu-se também a profissão de Edílson, que é advogado:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-			-	-		-		
Branco		-	-	-	-		-	-	-	
Caio			-		-			-		
Danilo	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-
Edílson		-			-	X	-	-	-	-

Fazendo as eliminações relativas a profissão e descartando que ele vive em Atibaia, temos que:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-			-	-		-		
Branco		-	-	-	-	-	-	-	-	
Caio			-		-	-		-		
Danilo	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-
Edílson	-	-			-	X	-	-	-	-

Com essas eliminações, resolvemos a associação relativa a Branco. Sobrou para ele viver em Atibaia e ser Engenheiro:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-			-	-		-		
Branco	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Caio			-		-	-		-		
Danilo	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-
Edílson	-	-			-	X	-	-	-	-

Aplicando as eliminações:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-			-	-		-		-
Branco	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Caio	-		-		-	-		-		-
Danilo	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-
Edilson	-	-			-	X	-	-	-	-

Agora, vamos olhar para Caio que só resta como possibilidade de Batatais:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-			-	-		-		-
Branco	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Caio	-	X	-		-	-		-		-
Danilo	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-
Edilson	-	-			-	X	-	-	-	-

Fazendo as eliminações sobre a cidade e descartando que ele seja bibliotecário, tem-se que:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-			-	-		-		-
Branco	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Caio	-	X	-	-	-	-	-	-		-
Danilo	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-
Edilson	-	-			-	X	-	-	-	-

Com essa eliminação, cobra para Caio a profissão de Dentista:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-			-	-		-	-	-
Branco	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Caio	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-
Danilo	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-
Edilson	-	-			-	X	-	-	-	-

Assim, Almir será o Bibliotecário:

	Cidade					Profissão				
Nomes	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-			-	-	X	-	-	-
Branco	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Caio	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-
Danilo	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-
Edilson	-	-			-	X	-	-	-	-

Com as profissões resolvidas, resta saber onde Almir e Edilson vive. Para isso, usa-se a quinta dica que fala que o Bibliotecário não vive em Catanduva, ou seja, Almir mora em Dracena e Edilson em Catanduva:

Nomes	Cidade					Profissão				
	At.	Bat.	Cat.	Dra.	Emb.	Adv.	Bibl.	Cont.	Dent.	Eng.
Almir	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-
Branco	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Caio	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-
Danilo	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-
Edilson	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-

Observando as alternativas, a correta é a letra E.

QUEM ESTÁ MENTINDO?

O último tipo de problema a ser estudado neste capítulo são as verdades e mentiras. Basicamente são problemas onde receberemos afirmações de pessoas e uma delas estará mentindo. Os enunciados apresentam as orações e teremos que determinar quem está faltando com a verdade.

Análogo aos outros dois tipos de problemas, não temos uma teoria envolvida para a resolução, apenas técnicas com as ferramentas que já aprendemos em raciocínio lógico. Vamos aos exemplos, começando com um da ESAF:

Ex. Cinco colegas foram a um parque de diversões e um deles entrou sem pagar. Apanhados por um funcionário do parque, que queria saber qual deles entrou pagar, eles informaram:

"Não fui eu, nem o Manuel", disse Marcos

"Foi o Manuel ou a Maria", disse Mário

"Foi a Mara", disse Manuel, disse Manuel

"O Mário está mentindo", disse Mara

"Foi a Mara ou o Marcos", disse Maria

Sabendo-se que um e somente um dos cinco colegas mentiu, conclui-se logicamente que quem entrou sem pagar foi...

Para resolver o problema, temos que achar o mentiroso e por consequência, quem entrou sem pagar, cuidado com a pegadinha neste caso pois o mentiroso não necessariamente é o que entrou sem pagar.

Casos que envolvem verdades e mentiras geralmente são resolvidos através de testes das hipóteses colocadas, atribuindo a mentira a uma delas e verificando se as outras se mantêm consistentes. Vamos iniciar então considerando que Marcos mentiu.

Se Marcos mentiu, então ou ele entrou sem pagar, ou Manuel. Vamos comparar portanto com as outras falas. Mário disse que foi Manuel ou Maria e isso pode verdade uma vez que Manuel ou Marcos são os suspeitos. Entretanto, a fala de Manuel contradiz a nossa hipótese pois se Marcos ou Manuel são os suspeitos, ao afirmar que foi Mara, Manuel também está mentindo, mas sabemos que há apenas 1 mentiroso na história. Assim Marcos está falando a VERDADE.

Como Marcos fala a VERDADE, já sabemos que não foi ele e nem Manuel que entraram sem pagar. Vamos testar agora a hipótese de Mário estar mentindo. Se ele está mentindo, então temos que nem Manuel e nem Maria entraram em pagar, o que por enquanto pode ser VERDADE. Pegando a fala de Manuel, temos que ele acusa a Mara, e como admitimos que ele fala a VERDADE, é Mara que entrou sem pagar.

Porém, temos que ver se isso não cai em contradição com as falas de Mara e Maria. Mara diz que o Mário está mentindo e isto está correto pois estamos considerando isto também. Já Maria, disse que ou foi a Mara ou foi o Marcos, mas como Marcos está falando a VERDADE e ele afirma que não foi ele, resta apenas Mara como a pessoa que entrou sem ingresso.

Como todas as hipóteses foram consistentes, temos que Mário mentiu e Mara entrou sem pagar, assinalando a alternativa C.

Vale como exercício vocês provarem a contradição considerando os casos onde Manuel, Mara e Maria mentiram individualmente.

Vamos partir para mais um exemplo, onde vocês verão exatamente a mesma estratégia, onde testaremos quem está mentindo e testando se as outras falas permanecem coerentes:

Ex. Quatro amigos, André, Beto, Caio e Dênis, obtiveram os quatro primeiros lugares em um concurso de oratória julgado por uma comissão de três juizes. Ao comunicarem a classificação final, cada juiz anunciou duas colocações, sendo uma delas verdadeira e a outra falsa:

Juiz 1: "André foi o primeiro, Beto foi o segundo".

Juiz 2: "André foi o segundo, Dênis foi o terceiro".

Juiz 3: "Caio foi o segundo, Dênis foi o quarto".

Sabendo que não houve empates, o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto colocados foram respectivamente:

- a) André, Caio, Beto e Dênis
- b) André, Caio, Dênis e Beto
- c) Beto, André, Dênis e Caio
- d) Beto, André, Caio, Dênis
- e) Caio, Beto, Dênis, André

Observe que desta vez não há um juiz que está mentindo integralmente, mas todos estão mentindo parcialmente. Logo, o teste de verdades e mentiras deve ser mais cuidadoso, porém com a mesma metodologia.

Vamos iniciar com o Juiz 1, considerando a primeira afirmação VERDADEIRA e a segunda FALSA, ou seja, André foi o primeiro e Beto não foi o segundo. No Juiz 2, temos que André foi o segundo, mas como consideramos ele como primeiro lugar no Juiz 1, essa tem que ser a mentira e logo Dênis será o terceiro. No Juiz 3, afirma-se que Caio foi o segundo e Dênis o quarto, mas como Dênis foi o terceiro segundo a verdade do Juiz 2, temos que Caio será o segundo, o que condiz com o que o Juiz 1 falou de Beto não ser o segundo. Logo, tudo permaneceu coerente com André em primeiro, Caio em segundo, Dênis em terceiro e Beto em quarto, o que resulta na alternativa B.

Para caráter didático, vamos inverter a verdade do Juiz 1, considerando que André não foi o primeiro e Beto foi o segundo. No Juiz 2, ele afirma que André foi o segundo, mas Beto foi o segundo de acordo com o Juiz 1, assim, essa é a mentira e a verdade é que Dênis foi o terceiro. O Juiz 3 afirma que Caio foi o segundo, mas não pode ser já que André é o segundo pelo Juiz 1, sobra a verdade para Dênis foi o quarto, mas isso contradiz com o Juiz 2 que afirmou que Dênis foi o terceiro. Logo, por contradição, a hipótese de Beto ser segundo e André não ser o primeiro é equivocada, restando apenas o caso inverso descrito anteriormente.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (CGU – TODOS OS CARGOS – AFC, 2006). Ana é artista ou Carlos é compositor. Se Mauro gosta de música, então Flávia não é fotógrafa. Se Flávia não é fotógrafa, então Carlos não é compositor. Ana não é artista e Daniela não fuma. Pode-se portanto concluir corretamente que:

- a) Ana não é artista e Carlos não é compositor.
- b) Carlos é compositor e Flávia é fotógrafa.
- c) Mauro gosta de música e Daniela não fuma.
- d) Ana não é artista e Mauro gosta de música
- e) Mauro não gosta de música e Flávia não é fotógrafa

Resposta: Letra B. Esta questão não possui uma proposição simples, mas tem-se uma conjunção na última hipótese que nos auxilia a iniciar a resolução. Partindo dela como VERDADEIRA, teremos $A=F$ e $D=F$. Da primeira hipótese temos $C=V$, da segunda, $F=V$ e da terceira, $M=F$. Substituindo os valores lógicos nas alternativas, encontra-se a correta.

2. (MPOG – TODOS OS CARGOS – ESAF, 2006). Ana, Beatriz e Carla desempenham diferentes papéis em uma peça de teatro. Uma delas faz o papel de bruxa, a outra o de fada e a outra o de princesa. Sabe-se que: ou Ana é Bruxa, ou Carla é bruxa; ou Ana é fada, ou Beatriz é princesa; ou Carla é princesa, ou Beatriz é princesa; ou Beatriz é fada, ou Carla é fada. Com essas informações conclui-se que os papéis desempenhados por Ana e Carla são respectivamente

- a) bruxa e fada
- b) bruxa e princesa
- c) fada e bruxa
- d) princesa e fada
- e) fada e princesa

Resposta: Letra B. Este problema é interessante, pois não há condicionais, apenas disjunções, exclusivas ou não. Testando o método da contradição, vamos atribuir que Ana é Bruxa. Na primeira hipótese, se Ana é Bruxa, Carla não pode ser, portanto está correta. Já a segunda hipótese, como Ana é Bruxa, Beatriz necessariamente tem que ser a princesa. Na terceira, como Beatriz é a princesa, Carla não é, portanto está correta e a quarta, como Beatriz não é a Fada, sobra Carla ser a Fada, o que é consistente com Ana ser a Bruxa e Beatriz a princesa.

3. (TST – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC, 2012). Huguinho, Zezinho e Luizinho, três irmãos gêmeos, estavam brincando na casa de seu tio quando um deles quebrou seu vaso de estimação. Ao saber do ocorrido, o tio perguntou a cada um deles quem havia quebrado o vaso. Leia as respostas de cada um:

Huguinho: Eu não quebrei o vaso.

Zezinho: Foi o Luizinho quem quebrou o vaso.

Luizinho: O Zezinho está mentindo.

Sabendo que somente um dos três falou a verdade, conclui-se que o sobrinho que quebrou o vaso e o que disse a verdade são, respectivamente,

- a) Huguinho e Luizinho
- b) Huguinho e Zezinho
- c) Zezinho e Huguinho
- d) Luizinho e Zezinho
- e) Luizinho e Huguinho

Resposta: Letra A. Agora, ao invés de termos um mentindo temos apenas uma pessoa dizendo a verdade. Vamos aos testes. Considerando que Huguinho está falando a verdade, ele afirma que não quebrou o vaso, já Zezinho, mentindo, está dizendo que foi Luizinho o que não é verdade, sendo por eliminação o próprio Zezinho quem quebrou. Mas Luizinho diz que Zezinho está mentindo, o que é verdade, mas não poderia ser já que consideramos que Huguinho falava a verdade. Com essa contradição, já sabemos que Huguinho mente, ou seja, ele que quebrou o vaso. Resta saber quem fala a verdade, mas nesse caso é fácil, já que Luizinho afirma que Zezinho está mentindo. Se ele está dizendo a verdade, Zezinho realmente mentiu, o que faz sentido pois quem quebrou o vaso foi Huguinho. Logo, Luizinho fala a verdade.



HORA DE PRATICAR!

1. (SAAE de Aimorés – MG) Em uma festa de aniversário, cada pessoa ingere em média 5 copos de 250 ml de refrigerante. Suponha que em uma determinada festa, havia 20 pessoas presentes. Quantos refrigerantes de 2 litros o organizador da festa deveria comprar para alimentar as 20 pessoas?

- a) 12
- b) 13
- c) 15
- d) 25

2. Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I) $3 \times 4 : 2 = 6$
- II) $3 + 4 \times 2 = 14$
- III) O resto da divisão de 18 por 5 é 3

- a) I somente
- b) I e II somente
- c) I e III somente
- d) I, II e III

3. (Pref. de Timon – MA) O problema de divisão $648 : 2$ é equivalente à:

- a) $600 : 2 \times 40 : 2 \times 8 : 2$
- b) $6 : 2 + 4 : 2 + 8 : 2$
- c) $600 : 2 - 40 : 2 - 8 : 2$
- d) $600 : 2 + 40 : 2 + 8 : 2$
- e) $6 : 2 \times 4 : 2 \times 8 : 2$

4. (Pref. de São José do Cerrito – SC) Qual o valor da expressão: $34 + 14.4/2 - 4$?

- a) 58
- b) -31
- c) 92
- d) -96

5. (IF-ES) Um caminhão tem uma capacidade máxima de 700 kg de carga. Saulo precisa transportar 35 sacos de cimento de 50 kg cada um. Utilizando-se desse caminhão, o número mínimo de viagens que serão necessárias para realizar o transporte de toda a carga é de:

- a) 4
- b) 5
- c) 2
- d) 6
- e) 3

6. (Pref. Teresina – PI) Roberto trabalha 6 horas por dia de expediente em um escritório. Para conseguir um dia extra de folga, ele fez um acordo com seu chefe de que trabalharia 20 minutos a mais por dia de expediente pelo número de dias necessários para compensar as horas de um dia do seu trabalho. O número de dias de expediente que Roberto teve que trabalhar a mais para conseguir seu dia de folga foi igual a Parte superior do formulário

- a) 16
- b) 15
- c) 18
- d) 13
- e) 12

7. (ITAIPU BINACIONAL) O valor da expressão: $1 + 1 + 1 + 1x7 + 1 + 1x0 + 1 - 1$ é

- a) 0
- b) 11
- c) 12
- d) 29
- e) 32

8. Qual a diferença prevista entre as temperaturas no Piauí e no Rio Grande do Sul, num determinado dia, segundo as informações? Tempo no Brasil: Instável a ensolarado no Sul. Mínima prevista -3° no Rio Grande do Sul. Máxima prevista 37° no Piauí.

- a) 34
- b) 36
- c) 38
- d) 40
- e) 42

9. Qual é o produto de três números inteiros consecutivos em que o maior deles é -10 ?

- a) -1320
- b) -1440
- c) +1320
- d) +1440
- e) nda

10. Três números inteiros são consecutivos e o menor deles é $+99$. Determine o produto desses três números.

- a) 999.000
- b) 999.111
- c) 999.900
- d) 999.999
- e) 1.000.000

11. Adicionando -846 a um número inteiro e multiplicando a soma por -3 , obtém-se $+324$. Que número é esse?

- a) 726
- b) 738
- c) 744
- d) 752
- e) 770

12. Numa adição com duas parcelas, se somarmos 8 à primeira parcela, e subtraímos 5 da segunda parcela, o que ocorrerá com o total?

- a) -2
- b) -1
- c) +1
- d) +2
- e) +3

13. (Prefeitura de Chapecó – Engenheiro de Trânsito – IOBV/2016) A alternativa cujo valor não é divisor de 18.414 é:

- a) 27
- b) 31
- c) 37
- d) 22

14. Verifique se os números abaixo são divisíveis por 4.

- a) 23418
- b) 65000
- c) 38036
- d) 24004
- e) 58617

15. (ALGÁS – ASSISTENTE DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS – COPEVE/2014)

Critério de divisibilidade por 11

Esse critério é semelhante ao critério de divisibilidade por 9. Um número é divisível por 11 quando a soma alternada dos seus algarismos é divisível por 11. Por soma alternada queremos dizer que somamos e subtraímos algarismos alternadamente ($539 \Rightarrow 5 - 3 + 9 = 11$).

Disponível em: <<http://educacao.globo.com>> . Acesso em: 07 maio 2014.

Se A e B são algarismos do sistema decimal de numeração e o número 109AB é múltiplo de 11, então

- a) $B = A$
- b) $A + B = 1$
- c) $B - A = 1$
- d) $A - B = 10$
- e) $A + B = -10$

16. (IF-SE – TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FDC-2014) João, nascido entre 1980 e 1994, irá completar, em 2014, x anos de vida. Sabe-se que x é divisível pelo produto dos seus algarismos. Em 2020, João completará a seguinte idade:

- a) 32
- b) 30
- c) 28
- d) 26

17. (PREF. ITATINGA-PE – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – IDHTEC/2016) O número $10^2 + 10^1 + 10^0$ é a representação de que número?

- a) 100
- b) 101
- c) 010
- d) 111
- e) 110

18. (TRF-SP – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC/2014) O resultado da expressão numérica $5^3 : 5^1 \times 5^4 : 5 \times 5^5 : 5 : 5^6 - 5$ é igual a:

- a) 120.
- b) $\frac{1}{5}$
- c) 55.
- d) 25.
- e) 620.

19. (FEI-SP) O valor da expressão $B = 5 \cdot 10^8 \cdot 4 \cdot 10^{-3}$ é:

- a) 20^6
- b) $2 \cdot 10^6$
- c) $2 \cdot 10^9$
- d) $20 \cdot 10^{-4}$

20. (PREF. GUARULHOS-SP – ASSISTENTE DE GESTÃO ESCOLAR – VUNESP/2016) Para iniciar uma visita monitorada a um museu, 96 alunos do 8º ano e 84 alunos do 9º ano de certa escola foram divididos em grupos, todos com o mesmo número de alunos, sendo esse número o maior possível, de modo que cada grupo tivesse somente alunos de um único ano e que não restasse nenhum aluno fora de um grupo. Nessas condições, é correto afirmar que o número total de grupos formados foi

- a) 8
- b) 12
- c) 13
- d) 15
- e) 18

21. (PREF. ITATINGA-PE – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – IDHTEC/2016) Um ciclista consegue fazer um percurso em 12 min, enquanto outro faz o mesmo percurso 15 min. Considerando que o percurso é circular e que os ciclistas partem ao mesmo tempo do mesmo local, após quanto tempo eles se encontrarão?

- a) 15 min
- b) 30 min
- c) 1 hora
- d) 1,5 horas
- e) 2 horas

22. (PREF. SANTA TERIZINHA DO PROGRESSO-SC – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – CURSIVA/2018)

Acerca dos números primos, analise.

- I- O número 11 é um número primo;
II- O número 71 não é um número primo;
III- Os números 20 e 21 são primos entre si.
Dos itens acima:

- a) Apenas o item I está correto.
b) Apenas os itens I e II estão corretos.
c) Apenas os itens I e III estão corretos.
d) Todos os itens estão corretos.

23. (SAMA DE CAXIAS DO SUL –RS – OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO – OBJETIVA/2017) Marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (---) Pertencem ao conjunto dos números naturais ímpares os números ímpares negativos e os positivos.
(---) O número 72 é divisível por 2, 3, 4, 6, 8 e 9
(---) A decomposição do número 256 em fatores primos é 27
(---) Considerando-se os números 84 e 96, é correto afirmar que o máximo divisor comum é igual a 12.

- a) E - E - C - C.
b) E - C - C - E.
c) C - E - E - E.
d) E - C - E - C.
e) C - E - C - C.

24. (PREF. GUARULHOS-SP – AGENTE ESCOLAR – VUNESP/2016) No ano de 2014, três em cada cinco estudantes, na faixa etária dos 18 aos 24 anos, estavam cursando o ensino superior, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Supondo-se que naquele ano 2,4 milhões de estudantes, naquela faixa etária, não estivesse cursando aquele nível de ensino, o número dos que cursariam o ensino superior, em milhões, seria:

- a) 3,0
b) 3,2
c) 3,4
d) 3,6
e) 4,0

2.5 (PREF. TERRA DE AREIA-RS – AGENTE ADMINISTRATIVO – OBJETIVA/2016) Três funcionários (Fernando, Gabriel e Henrique) de determinada empresa deverão dividir o valor de R\$ 950,00 entre eles, de forma diretamente proporcional aos dias trabalhados em certo mês. Sabendo-se que Fernando trabalhou 10 dias, Gabriel, 12, e Henrique, 16, analisar os itens abaixo:

- I - Fernando deverá receber R\$ 260,00.
II - Gabriel deverá receber R\$ 300,00.
III - Henrique deverá receber R\$ 410,00.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) II
b) I e II
c) I e III
d) II e III
e) Todos os itens

26. (TRT- 15ª REGIÃO SP– ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2018) André, Bruno, Carla e Daniela eram sócios em um negócio, sendo a participação de cada um, respectivamente, 10%, 20%, 20% e 50%. Bruno faleceu e, por não ter herdeiros naturais, estipulara, em testamento, que sua parte no negócio deveria ser distribuída entre seus sócios, de modo que as razões entre as participações dos três permanecessem inalteradas. Assim, após a partilha, a nova participação de André no negócio deve ser igual a:

- a) 20%.
b) 8%
c) 12,5%
d) 15%
e) 10,5%

27. (PREF. GUARULHOS-SP – AUXILIAR ADMINISTRATIVO – VUNESP/2018) Um terreno retangular tem 35 m de largura e 1750 m² de área. A razão entre a largura e o comprimento desse terreno é

- a) 0,8.
b) 0,7.
c) 0,6.
d) 0,5.
e) 0,4.

28. (UTPR 2018) O preço de cada peça é definido proporcionalmente à área de cada uma em relação à unidade padrão. Por exemplo, a área da peça B é metade da área da unidade padrão, desse modo o preço da peça B é metade do preço da unidade padrão, ou seja, R\$ 12,00. Assim, as peças A, C e D custam respectivamente:

- a) R\$ 12,00; R\$ 12,00; R\$ 4,00
b) R\$ 12,00; R\$ 6,00; R\$ 6,00
c) R\$ 6,00; R\$ 4,00; R\$ 4,00
d) R\$ 12,00; R\$ 4,00; R\$ 6,00
e) R\$ 12,00; R\$ 6,00; R\$ 4,00

29. Dividindo-se 660 em partes inversamente proporcionais aos números $\frac{1}{2}$, $\frac{1}{3}$ e $\frac{1}{6}$ obtém-se que números?

- a) 30, 10, 5.
b) 30, 20, 10.
c) 40, 30, 20.
d) 20, 10, 5

30. Certo concreto é obtido misturando-se uma parte de cimento, dois de areis e quatro de pedra. Qual será (em m³) a quantidade de areia a ser empregada, se o volume a ser concretado é 378 m³?

- a) 108m³

- b) 100m^3
- c) 80m^3
- e) 60m^3

31. A herança de R\$ 30.000,00 deve ser repartida entre Antonio, Bento e Carlos. Cada um deve receber em partes diretamente proporcionais a 3, 5 e 6, respectivamente, e inversamente proporcionais às idades de cada um. Sabendo-se que Antonio tem 12 anos, Bento tem 15 anos e Carlos 24 anos, qual será a parte recebida por Bento?

- a) R\$ 12.000,00.
- b) R\$ 14.000,00.
- b) R\$ 8.000,00.
- c) R\$ 24.000,00.

32. (SAAE Aimorés- MG – Ajudante – MÁXIMA/2016) Misturam-se 30 litros de álcool com 20 litros de gasolina. A porcentagem de gasolina na mistura é igual a:

- a) 40%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 10%

33. (PREF. PIRAÚBA-MG – OFICIAL DE SERVIÇO PÚBLICO – MS CONCURSOS/2017) Certo estabelecimento de ensino possui em seu quadro de estudantes alunos de várias idades. A quantidade de alunos matriculados neste estabelecimento é de 1300. Sabendo que deste total 20% são alunos maiores de idade, podemos concluir que a quantidade de alunos menores de idade que estão matriculados é:

- a) 160
- b) 1040
- c) 1100
- d) 1300

34. (PREF. JACUNDÁ-PA – AUXILIAR ADMINISTRATIVO – INAZ/2016) Das 300 dúzias de bananas que seu José foi vender na feira, no 1º dia, ele vendeu 50% ao preço de R\$ 3,00 cada dúzia; no 2º dia ele vendeu 30% da quantidade que sobrou ao preço de R\$ 2,00; e no 3º dia ele vendeu 20% do que restou da venda dos dias anteriores ao preço de R\$ 1,00. Quanto seu José apurou com as vendas das bananas nos três dias?

- a) R\$ 700,00
- b) R\$ 540,00
- c) R\$ 111,00
- d) R\$ 450,00
- e) R\$ 561,00

35. (COLÉGIO PEDRO II – PROFESSOR – 2016) Com a criação de leis trabalhistas, houve muitos avanços em relação aos direitos dos trabalhadores. Entretanto, ainda há muitas barreiras. Atualmente, a renda das mulheres corresponde, aproximadamente, a três quartos da renda dos homens. Considerando os dados apresentados, qual a diferença aproximada, em termos percentuais, entre a renda do homem e a da mulher?

- a) 75%
- b) 60%
- c) 34%
- d) 25%

36. (EBSERH – TÉCNICO EM ENFERMAGEM – IBFC/2017) Paulo gastou 40% de $\frac{3}{5}$ de seu salário e ainda lhe restou R\$ 570,00. Nessas condições o salário de Paulo é igual a:

- a) R\$ 2375,00
- b) R\$ 750,00
- c) R\$ 1240,00
- d) R\$ 1050,00
- e) R\$ 875,00

37. (PREF. TANGUÁ-RJ – TÉCNICO E ENFERMAGEM – MS CONCURSOS/2017) Raoni comprou um fogão com 25% de desconto, pagando por ele R\$ 330,00. Qual era o preço do fogão sem o desconto?

- a) R\$ 355,00
- b) R\$ 412,50
- c) R\$ 440,00
- d) R\$ 460,00

38. (EBSERH – ADVOGADO – IBFC/2016) Ao comprar um produto, José obteve um desconto de 12% (doze por cento) por ter pagado à vista e pagou o valor de R\$ 105,60 (cento e cinco reais e sessenta centavos). Nessas condições, o valor do produto, sem desconto, é igual a:

- a) R\$ 118,27
- b) R\$ 125,00
- c) R\$ 120,00
- d) R\$ 130,00
- e) R\$ 115,00

39. (PREF. ITAPEMA-SC – AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO – MS CONCURSOS/2016) Segundo dados do IBGE, a população de Itapema (SC) em 2010 era de, aproximadamente, 45.800 habitantes. Já atualmente, essa população é de, aproximadamente, 59.000 habitantes. O aumento percentual dessa população no período de 2010 a 2016 foi de:

- a) 22,4%
- b) 28,8%
- c) 71,2%
- d) 77,6%

40. (EBSERH – ADVOGADO – IBFC/2016) Joana gastou 60% de 50% de 80% do valor que possuía. Portanto, a porcentagem que representa o que restou para Joana do valor que possuía é:

- a) 76%
- b) 24%
- c) 32%
- d) 68%
- e) 82%

41. (TRT 11ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2015) Em 2015 as vendas de uma empresa foram 60% superiores as de 2014. Em 2016 as vendas foram 40% inferiores as de 2015. A expectativa para 2017 é de que as vendas sejam 10% inferiores as de 2014. Se for confirmada essa expectativa, de 2016 para 2017 as vendas da empresa vão.

- a) diminuir em 6,25%
- b) aumentar em 4%
- c) diminuir em 4%
- d) diminuir em 4,75%
- e) diminuir em 5,5%

42. (SAMAE CAXIAS DO SUL –RS –AJUSTADOR DE HIDRÔMETROS – OBJETIVA/2017) Em certa turma de matemática do Ensino Fundamental, o professor dividiu igualmente os 34 alunos em dois grupos (A e B) para que participassem de certa competição de matemática envolvendo frações. Para cada resposta correta dada pelo grupo, este ganhava 10 pontos e, para cada resposta incorreta, o grupo transferia 5 dos seus pontos para a equipe adversária. Considerando-se que os grupos A e B iniciaram a competição com 20 pontos cada, e as questões foram as seguintes, assinalar a alternativa CORRETA:

- Questão 1: O resultado da operação $\frac{7}{4} \cdot \frac{12}{5}$ é:
 Resposta grupo A: $\frac{48}{35}$
 Resposta grupo B: $\frac{21}{5}$
- Questão 2: O resultado da operação $\frac{16}{21} \div \frac{32}{7}$ é:
 Resposta grupo A: $\frac{2}{3}$
 Resposta grupo B: $\frac{1}{6}$
- Questão 3: O resultado da operação $\frac{3}{4} \cdot \frac{19}{5} \div \frac{25}{8}$ é:
 Resposta grupo A: $\frac{114}{125}$
 Resposta grupo B: $\frac{12}{5}$

- a) grupo B ficou com 25 pontos a mais do que o grupo A.
- b) grupo A ficou com 10 pontos a mais do que o grupo B.
- c) grupo B ganhou ao todo 30 pontos e perdeu 5.
- d) grupo A ganhou ao todo 20 pontos e perdeu 10.
- e) Os dois grupos terminaram a competição com a mesma pontuação, 30 pontos cada.

43. (UFGO) Uma fração equivalente a $\frac{3}{4}$ cujo denominador é um múltiplo dos números 3 e 4 é:

- a) $\frac{6}{8}$
- b) $\frac{9}{12}$
- c) $\frac{15}{24}$
- d) $\frac{12}{16}$

44. (COLÉGIO PEDRO II – PROFESSOR – 2018) O número decimal que representa a quantidade de crianças e jovens envolvidos em atividades não agrícolas no Brasil, segundo o PNAD 2015, é:

- a) $\frac{68}{10}$
- b) 0,68
- c) 6,8
- d) $\frac{68}{100}$

45. Em seu testamento, uma mulher decide dividir seu patrimônio entre seus quatro filhos. Tal divisão foi feita da seguinte forma:

- João receberá $\frac{1}{5}$;
- Camila receberá 15%;
- Ana receberá R\$ 16.000,00;
- Carlos receberá 25%.

A fração que representa a parte do patrimônio recebida por Ana é:

- a) $\frac{2}{4}$.
- b) $\frac{3}{5}$.
- c) $\frac{2}{5}$.
- d) $\frac{1}{4}$.
- e) $\frac{3}{4}$.

46. Bela é uma leitora voraz. Ela comprou uma cópia do *best seller* «A Beleza da Matemática». No primeiro dia, Bela leu $\frac{1}{5}$ das páginas mais 12 páginas, e no segundo dia, ela leu $\frac{1}{4}$ das páginas restantes mais 15 páginas. No terceiro dia, ela leu $\frac{1}{3}$ das páginas restantes mais 18 páginas. Então, Bela percebeu que restavam apenas 62 páginas para ler, o que ela fez no dia seguinte. Então, o livro lido por Bela possuía o seguinte número de páginas:

- a) 120.
- b) 180.
- c) 240.
- d) 300.

47. (EMAP – CARGOS DE NÍVEL MÊDIO – CESPE/2018) Os operadores dos guindastes do Porto de Itaquí são todos igualmente eficientes. Em um único dia, seis desses operadores, cada um deles trabalhando durante 8 horas, carregam 12 navios.

Com referência a esses operadores, julgue o item seguinte.

Para carregar 18 navios em um único dia, seis desses operadores deverão trabalhar durante mais de 13 horas.

() CERTO () ERRADO

48. (PREF. SUZANO-SP – GUARDA CIVIL MUNICIPAL – VUNESP/2018) Para imprimir um lote de panfletos, uma gráfica utiliza apenas uma máquina, trabalhando 5 horas por dia durante 3 dias. O número de horas diárias que essa máquina teria que trabalhar para imprimir esse mesmo lote em 2 dias seria

- a) 8,0.
- b) 7,5.
- c) 7,0.
- d) 6,5.
- e) 6,0.

49. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS – AGENTE DE COPA – 2013) Com uma lata de leite condensado, é possível se fazer 30 brigadeiros. Sabendo que o preço de cada lata é de 4 reais, e para uma comemoração serão necessários 450 brigadeiros, o total gasto, em reais, para fazer esses brigadeiros, será de

- a) 45
- b) 53
- c) 60
- d) 70.

50. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS – RECEPCIONISTA – 2013) Num posto de gasolina, foi pedido ao frentista que enchesse o tanque de combustível. Foram colocados 20,6 litros de gasolina, pelos quais custou R\$ 44,29. Se fossem colocados 38 litros de gasolina, o valor a ser pago seria de

- a) R\$ 37,41.
- b) R\$ 79,80.
- c) R\$ 81,70.
- d) R\$ 85,30.
- e) R\$ 88,50.

51. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS – RECEPCIONISTA – 2013) Lendo 30 páginas por dia de um livro, gastarei 6 dias para ler esse livro. Se eu ler 20 páginas por dia desse mesmo livro, gastarei

- a) 9 dias.
- b) 8 dias.
- c) 6 dias.
- d) 5 dias.
- e) 4 dias.

52. (VUNESP – PROCON – AUXILIAR DE MANUTENÇÃO – 2013) Um supermercado fez a seguinte oferta "3/4 de quilograma de carne moída por apenas R\$ 4,50". Uma pessoa aproveitou a oferta e comprou 3 quilogramas de carne moída. Essa pessoa pagou pelos 3 quilogramas de carne

- R\$ 18,00.
- R\$ 18,50.
- R\$ 19,00.
- R\$ 19,50.
- R\$ 20,00.

53. (VUNESP – TJM – SP – AGENTE DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA – 2013) Se certa máquina trabalhar seis horas por dia, de forma constante e sem parar, ela produzirá n peças em seis dias. Para produzir quantidade igual das mesmas peças em quatro dias, essa máquina deverá trabalhar diariamente, nas mesmas condições, um número de horas igual a

- a) 12.
- b) 10.
- c) 9.
- d) 8.

54. (VUNESP – AUXILIAR AGROPECUÁRIO – 2014) O refeitório de uma fábrica prepara suco para servir no almoço. Com 5 litros de suco é possível encher completamente 20 copos de 250 ml. Em um certo dia, foram servidas 90 refeições e acompanhando cada uma delas, 1 copo com 250 ml de suco. O número, mínimo, de litros de suco necessário para o almoço, desse dia, foi

- a) 21,5.
- b) 22.
- c) 22,5.
- d) 23.
- e) 23,5.

55. (PREF. TERESINA-PI – PROFESSOR – NUCEPE/2016) Sabendo que o comprimento do muro Parque Zoobotânico é de aproximadamente 1,7 km e sua altura é de 1,7 m, um artista plástico pintou uma área correspondente a 34 m^2 do muro em 8 horas trabalhadas em um único dia. Trabalhando no mesmo ritmo e nas mesmas condições, para pintar este muro, o pintor levará

- a) 83 dias.
- b) 84 dias.
- c) 85 dias.
- d) 86 dias.
- e) 87 dias.

56. (SES-PR – TÉCNICO DE ENFERMAGEM – UFPR/2009) Uma indústria metalúrgica consegue produzir 24.000 peças de determinado tipo em 4 dias, trabalhando com seis máquinas idênticas, que funcionam 8 horas por dia em ritmo idêntico de produção. Quantos dias serão necessários para que essa indústria consiga produzir 18.000 peças, trabalhando apenas com 4 dessas máquinas, no mesmo ritmo de produção, todas elas funcionando 12 horas por dia?

- a) 3.
- b) 4.
- c) 5.
- d) 6.
- e) 8.

57. (CISMARPA – AUXILIAR ADMINISTRATIVO – IPEFAE/2015) Em um restaurante, 4 cozinheiros fazem 120 pratos em 5 dias. Para atender uma demanda maior de pessoas, o gerente desse estabelecimento contratou mais 2 cozinheiros. Quantos pratos serão feitos em 8 dias de funcionamento do restaurante?

- a) 288
- b) 294
- c) 296
- d) 302

58. (CRO-SP – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – VUNESP/2015) Cinco máquinas, todas de igual eficiência, funcionando 8 horas por dia, produzem 600 peças por dia. O número de peças que serão produzidas por 12 dessas máquinas, funcionando 10 horas por dia, durante 5 dias, será igual a

- a) 1800.
- b) 3600.
- c) 5400.
- d) 7200.
- e) 9000.

59. (PREF. PORTO ALEGRE-RS – FMP CONCURSOS/2012) A construção de uma casa é realizada em 10 dias por 30 operários trabalhando 8 horas por dia. O número de operários necessários para construir uma casa em 8 dias trabalhando 6 horas por dia é

- a) 18.
- b) 24.
- c) 32.
- d) 38.
- e) 50.

60. (VUNESP – PMESP – CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS – 2014) A tabela, com dados relativos à cidade de São Paulo, compara o número de veículos de frota, o número de radares e o valor total, em reais, arrecadado com multas de trânsito, relativos aos anos de 2004 e 2013:

Ano	Frota	Radares	Arrecadação
2004	5,8 milhões	260	328 milhões
2013	7,5 milhões	601	850 milhões

Se o número de radares e o valor da arrecadação tivessem crescido de forma diretamente proporcional ao crescimento da frota de veículos no período considerado, então em 2013 a quantidade de radares e o valor aproximado da arrecadação, em milhões de reais (desconsiderando-se correções monetárias), seriam, respectivamente,

- a) 336 e 424.
- b) 336 e 426.
- c) 334 e 428.
- d) 334 e 430.
- e) 330 e 432.

61. (PREFEITURA DE SARZEDO-MG – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – IBGP – 2018) Analise o trecho e assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE a lacuna: “_____ são declarações às quais pode ser atribuído ou valor verdadeiro ou valor falso.”

- a) Proposições
- b) Conjunções
- c) Permutações
- d) Afirmações

62. (PREFEITURA DE SARZEDO-MG – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – IBGP – 2018) Acerca das proposições, analise.

- I. A árvore é vermelha. Pode-se dizer que essa afirmação ou é falsa ou é verdadeira. Portanto, trata-se de uma proposição.
- II. Bom dia! Trata-se de uma saudação. Não podemos dizer que a frase é falsa, nem mesmo que é verdadeira. Portanto, a frase não é uma proposição.
- III. As informações das proposições possuem valor lógico totalmente verdadeiro ou totalmente falso. Nunca uma proposição será verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Está(ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s).

- a) I apenas
- b) III apenas
- c) I e II apenas
- d) I, II, III

63. (PREFEITURA DE SARZEDO-MG – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – IBGP – 2018) “Se o pássaro cantar, então ele está vivo.” Com base na estrutura lógica, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) $p \vee q$
- b) $p \wedge q$
- c) $p \leftrightarrow q$
- d) $p \rightarrow q$

64. (ARCON-PA – ASSISTENTE TÉCNICO – IADES – 2018) Considere as proposições a seguir.

- i) Se Amanda vai ao parque, não está calor;
- ii) Se está calor, Jorge toma um suco gelado;
- iii) Se Jorge vai ao parque, Amanda fica em casa.

Sabendo que Amanda não fica em casa e que Jorge toma um suco gelado, infere-se que

- a) está calor.
- b) Amanda vai ao parque.
- c) Jorge fica em casa.
- d) Jorge não vai ao parque
- e) não está calor

65. (PC-SP – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA – VUNESP – 2018) Considere falsidade a proposição I, e verdade a proposição II:

- I. Se Ana é auxiliar de papiloscopista, então Caio é investigador.
II. Caio é investigador ou Monica é escritora.

Com base no que foi apresentado, é verdade que

- a) Caio não é investigador, e Monica não é escritora.
b) Ana não é auxiliar de papiloscopista, e Monica é escritora.
c) Ana não é auxiliar de papiloscopista, e Caio não é investigador.
d) Ana é auxiliar de papiloscopista, e Monica é escritora.
e) Caio é investigador, e Monica é escritora.

66. (AL-RS – AGENTE LEGISLATIVO – FUNDATEC – 2018) A tabela-verdade da fórmula é equivalente à tabela-verdade da fórmula da alternativa:

- a) $(\neg P \rightarrow (Q \vee R))$
b) $(P \vee (\neg Q \vee \neg R))$
c) $P \vee (Q \vee R)$
d) $(P \rightarrow (\neg Q \wedge \neg R))$
e) $((Q \vee R) \rightarrow P)$

67. (AL-RS – TÉCNICO LEGISLATIVO – FUNDATEC – 2018) A tabela-verdade da fórmula :

- a) Só é falsa quando P e Q são falsos
b) É uma tautologia
c) É uma contradição
d) Só é falsa quando P e Q são verdadeiros
e) Só é falsa quando P é verdadeiro e Q é falso

68. (IGP-SC – PERITO CRIMINAL AMBIENTAL – IESDES – 2017) Indique a alternativa que representa uma tautologia:

- a) Se Rafael é inteligente ou Fabricio é chato então Rafael não é inteligente e Fabricio não é chato.
b) Se Rafael é inteligente e Fabricio é chato então Rafael é inteligente e Fabricio não é chato.
c) Se Rafael é inteligente ou Fabricio é chato então Rafael é inteligente e Fabricio é chato.
d) Se Rafael é inteligente e Fabricio é chato então Rafael é inteligente ou Fabricio é chato

69. (PREFEITURA DE NITERÓI – ANALISTA – FGV – 2018) A negação de "Nenhum analista é magro" é:

- a) "Há pelo menos um analista magro".
b) "Alguns magros são analistas".
c) "Todos os analistas são magros".
d) "Todos os magros são analistas".
e) "Todos os analistas não são magros".

70. (PBH ATIVOS S.A. – ANALISTA JURÍDICO – IBGP – 2018) A negação da frase "Toda gestão imobiliária precisa de regularização cadastral" é equivalente a:

- a) "Existe alguma gestão imobiliária que não precisa de regularização cadastral".
b) "Nenhuma gestão imobiliária precisa da regularização cadastral".
c) "Toda gestão imobiliária independe da regularização cadastral".
d) "Alguma gestão imobiliária precisa da regularização cadastral".

71. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Leia a frase a seguir: "Qualquer pessoa sabe andar de bicicleta". A afirmação que corresponde à negação lógica dessa frase é:

- a) Todos que andam de bicicleta também andam de motocicleta.
b) Apenas uma pessoa sabe andar de bicicleta
c) Pelo menos uma pessoa não sabe andar de bicicleta.
d) As crianças não sabem andar de bicicleta
e) Ninguém sabe andar de bicicleta

72. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV – 2018) Considere a afirmação: "Nenhum médico é cego". A negação dessa afirmação é:

- a) Há, pelo menos, um médico cego.
b) Nenhum cego é médico.
c) Todos os médicos são cegos.
d) Todos os cegos são médicos.
e) Todos os médicos não são cegos.

73. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO – CESPE – 2018) A negação da proposição "O IPTU, eu pago parcelado; o IPVA, eu pago em parcela única" pode ser escrita como

- a) "Eu não pago o IPTU parcelado e não pago o IPVA em parcela única"
b) "Eu não pago o IPTU parcelado e pago o IPVA parcelado"
c) "Eu não pago o IPTU parcelado ou não pago o IPVA em parcela única"
d) "Eu pago o IPTU em parcela única e pago o IPVA parcelado"
e) "Eu pago o IPTU em parcela única ou pago o IPVA parcelado"

74. (PREFEITURA DE MARICÁ – ORIENTADOR PEDAGÓGICO – COESAC – 2018) A negação lógica da afirmação condicional "se Ana adoecer, então Pedro fica triste" é:

- a) Se Ana não adoecer, Pedro não fica triste.
b) Se Ana adoecer, então Pedro não fica triste.
c) Ana adoecer ou Pedro não fica triste.
d) Ana adoecer e Pedro não fica triste.
e) Se Pedro fica triste, Ana adoecer.

75. (PREFEITURA DE CONCHAS. – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – METRO CAPITAL SOLUÇÕES – 2018)

Sabe-se que Heloísa dança ballet e fala italiano, a negação desta proposição então é:

- a) Heloísa não dança ballet ou não fala italiano.
- b) Se Heloísa dança ballet, então não fala italiano.
- c) Heloísa não dança ballet, e não fala italiano.
- d) Heloísa fala italiano ou não dança ballet.
- e) Heloísa não fala italiano ou dança ballet.

76. (PREFEITURA DE NITERÓI. – AUDITOR MUNICIPAL – FGV – 2018)

Considere a sentença: "Se Arlindo é baixo, então Arlindo não é atleta". Assinale a opção que apresenta a sentença logicamente equivalente à sentença dada.

- a) "Se Arlindo não é atleta, então Arlindo é baixo".
- b) "Se Arlindo não é baixo, então Arlindo é atleta".
- c) "Se Arlindo é atleta, então Arlindo não é baixo".
- d) "Arlindo é baixo e atleta".
- e) "Arlindo não é baixo e não é atleta".

77. (TRT 15ª REGIÃO – ANALISTA – FCC – 2018)

Considere os dois argumentos a seguir:

I. Se Ana Maria nunca escreve petições, então ela não sabe escrever petições. Ana Maria nunca escreve petições. Portanto, Ana Maria não sabe escrever petições.
II. Se Ana Maria não sabe escrever petições, então ela nunca escreve petições. Ana Maria nunca escreve petições. Portanto, Ana Maria não sabe escrever petições. Comparando a validade formal dos dois argumentos e a plausibilidade das primeiras premissas de cada um, é correto concluir que

- a) o argumento I é inválido e o argumento II é válido, mesmo que a primeira premissa de I seja mais plausível que a de II.
- b) ambos os argumentos são válidos, a despeito das primeiras premissas de ambos serem ou não plausíveis.
- c) ambos os argumentos são inválidos, a despeito das primeiras premissas de ambos serem ou não plausíveis.
- d) o argumento I é inválido e o II é válido, pois a primeira premissa de II é mais plausível que a de I.
- e) o argumento I é válido e o II é inválido, mesmo que a primeira premissa de II seja mais plausível que a de I.

78. (PC-SP – ESCRIVÃO – VUNESP – 2018)

De um argumento válido, sabe-se que suas premissas são:

- I. Se a investigação é feita adequadamente e as provas são consistentes, então é certo que o réu será condenado.
- II. O réu não foi condenado.

Dessa forma, uma conclusão para esse argumento está contida na alternativa:

- a) A investigação não foi feita adequadamente e as provas não foram consistentes.

- b) A investigação foi feita adequadamente ou as provas foram consistentes.
- c) A investigação não foi feita adequadamente, mas as provas foram consistentes.
- d) A investigação não foi feita adequadamente ou as provas não foram consistentes.
- e) A investigação foi feita adequadamente mas as provas não foram consistentes.

79. (CRF-TO – ANALISTA DE TI - IADES, 2019).

Suponha que, no Conselho Federal de Farmácia, trabalhem 5 analistas de tecnologia da informação. Uma nova rede de computadores será projetada e implementada para modernização dos processos. Para tanto, será montada uma equipe com 4 analistas, sendo 2 responsáveis unicamente por projetar a rede e outros 2 responsáveis unicamente por instalar e configurar a rede. Quantas equipes distintas podem ser formadas para a execução da tarefa?

- a) 20
- b) 40
- c) 35
- d) 30
- e) 25

80. (CRF-TO – ANALISTA DE TI - IADES, 2019).

Geraldo tem 4 porta-arquivos de mesa de cores diferentes (azul, verde, amarelo e vermelho) para organizar os processos administrativos da própria repartição. Ele pretende colocar os porta-arquivos lado a lado sobre uma escrivaninha. De quantas maneiras diferentes ele pode organizar esses porta-arquivos?

- a) 36
- b) 12
- c) 24
- d) 48
- e) 8

81. (POLÍCIA FEDERAL – AGENTE DE POLÍCIA - FUVEST, 2013).

Em um aeroporto, 30 passageiros que desembarcaram de determinado voo e que estiveram nos países A, B ou C, nos quais ocorre uma epidemia infecciosa, foram selecionados para ser examinados. Constatou-se que exatamente 25 dos passageiros selecionados estiveram em A ou em B, nenhum desses 25 passageiros esteve em C e 6 desses 25 passageiros estiveram em A e em B.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que segue.

Se 2 dos 30 passageiros selecionados forem escolhidos ao acaso, então a probabilidade de esses 2 passageiros terem estado em 2 desses países é inferior a $\frac{1}{30}$.

() CERTO () ERRADO

82. (EPE – ANALISTA – CESGRANRIO, 2014).

A probabilidade de um indivíduo selecionado aleatoriamente em uma população apresentar problemas circulatórios é de 25%. Sabe-se que indivíduos com problemas de circulação apresentam o dobro da probabilidade de serem fumantes do que aqueles sem tais problemas. Se um indivíduo fumante é selecionado dessa população, qual a probabilidade de ele apresentar problemas circulatórios?

- a) $2/5$
- b) $1/4$
- c) $1/3$
- d) $1/2$
- e) $2/3$

83. (LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO, 2018).

Para montar uma fração, deve-se escolher, aleatoriamente, o numerador no conjunto $N = \{1, 3, 7, 10\}$ e o denominador no conjunto $D = \{2, 5, 6, 35\}$.

Qual a probabilidade de que essa fração represente um número menor do que 1(um)?

- a) 50%
- b) 56,25%
- c) 25%
- d) 75%
- e) 87,5%

**GABARITO**

1	B
2	C
3	D
4	A
5	E
6	C
7	B
8	D
9	A
10	C
11	B
12	E
13	C
14	B
15	C
16	B
17	D
18	A
19	B
20	D
21	C
22	C
23	D
24	D
25	A
26	C
27	B
28	E
29	A
30	B
31	A
32	A
33	B
34	E
35	D
36	B
37	C
38	C
39	B
40	A
41	A
42	C

ANOTAÇÕES

MATEMÁTICA

ÍNDICE

CONHECIMENTOS GERAIS

Elementos de política brasileira.....	01
Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão.....	03
Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea.....	06
Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais.....	18
História e geografia do Brasil e do município de Ourinhos/SP.....	52

ELEMENTOS DE POLÍTICA BRASILEIRA.

Em todo território autônomo existem divisões internas que servem para facilitar a administração. No Brasil não é diferente, o país precisa ser gerenciado e controlado por entidades ligadas ao governo, sendo uma subordinada à outra.

Sendo assim mediante da necessidade de dividir a administração e o controle do país, foi estabelecida uma fragmentação do território brasileiro em estados, municípios e distritos, além de outras regionalizações, como as regiões e os complexos regionais.



FIQUE ATENTO!

Atualmente, o Brasil possui 26 estados, chamados também de unidades da federação; incluindo ainda o Distrito Federal, uma das unidades federativas que foi criada com intuito de abrigar a capital do país, a cidade de Brasília. Grande parte das decisões políticas acontece na sede do governo federal que se localiza nessa cidade.

Com isso, as delimitações dos territórios de muitos dos estados brasileiros ocorreram, principalmente, no final do século XIX. Mas tivemos outras mudanças mais contemporâneas, que aconteceram em 1977, quando surgiu o Mato Grosso do Sul. Mais tarde, em 1988, Goiás foi dividido, dando origem a um novo estado, o Tocantins.

Desta forma, os estados possuem a liberdade de criar leis autônomas, mas que são subordinadas à Constituição Federal Brasileira. Dentro dos estados existe ainda outra divisão, os municípios. Esses também possuem leis próprias, que devem seguir os moldes estipulados pela nossa constituição. Dentro dos territórios municipais é possível encontrar outra divisão de proporção menor, que os subdivide em distritos.

Deste modo, a soberania territorial é exercida pelo Estado brasileiro. Perceba que esse termo, com "E" maiúsculo, difere-se do estado (com "e" minúsculo), que é apenas uma unidade federativa ou uma província do país. O Estado é, portanto, um conjunto de instituições públicas que administra um território, procurando atender os anseios e interesses de sua população. Dentre essas instituições, podemos citar as escolas, os hospitais públicos, os departamentos de política, o governo e muitas outras.

Por outro lado, o conceito de Nação, por sua vez, também possui suas diferenças e particularidades em relação aos demais termos supracitados. Nação significa uma união entre um mesmo povo com um sentimento de pertencimento e de união entre si, compartilhando, muitas vezes, um conjunto mais ou menos definido de culturas, práticas sociais, idiomas, entre outros. Assim sendo, nem sempre uma nação equivale a um Estado, ou a um país ou, até mesmo, a um território, havendo, dessa forma, muitas nações sem território e sem uma soberania territorial constituída.



#FicaDica

É necessário, contudo, estabelecer a diferença entre Estado e País, afinal, enquanto o primeiro é uma instituição formada por povo, território e governo, o segundo é um conceito genérico referente a tudo o que se encontra no território dominado por um Estado e apresenta características físicas, naturais, econômicas, sociais, culturais e outras. No nosso caso, o Brasil é o país e a República Federativa do Brasil é o Estado.

A palavra Estado, na linguagem corriqueira, na Constituição e nas leis, indica as unidades federadas, e no Brasil, como Estado Federal, é denominada União.

Deste modo, o Estado pode ser conceituado como "a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território". Pode ser entendido como uma nação: o Estado Brasileiro. É uma organização política administrativa que tem ação soberana, ocupa um território, é dirigido por um governo próprio e se institui pessoa jurídica de direito público internacionalmente reconhecida.

Seguindo essa perspectiva, território é o limite dentro do qual o Estado exerce o seu domínio soberano sobre pessoas e bens e compreende a extensão circunscrita pelas fronteiras, as águas territoriais, o ar e o subsolo correspondentes. O Governo Soberano é o componente que conduz o Estado, que detém e exerce o poder absoluto emanado do povo. O povo é o componente humano, submetido juridicamente ao Estado.

Com isso, a Gestão Pública é o Estado em ação, mobilizando diversos recursos a favor da coletividade. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu diversos princípios que devem nortear a Administração Pública. O artigo 37 estabelece que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Desta forma, quanto à legalidade, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. No item impessoalidade, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Todo ato administrativo será determinado para atender aos interesses sociais e não vinculará à conveniência de qualquer pessoa. Em relação à moralidade, todos são submetidos à obediência aos princípios morais e éticos. Na esfera da publicidade, todos têm direito ao acesso às informações disponíveis na administração pública, ou a ela entregues, pois públicos devem ser os seus atos. Quanto à eficiência, esse princípio significa a busca de qualidade e produtividade, de resultado, nas deliberações e procedimentos da Administração. Exige da Administração Pública, de seus órgãos e agentes, a efetivação das tarefas com máxima rapidez e prontidão, com a qualidade perfeita e de forma eficiente e eficaz no atendimento à população.

Logo, na Organização Político/Administrativa do Brasil, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são caracterizados como entidades autônomas, ficando a União com a função de exercer a soberania do Estado Brasileiro no contexto internacional.

Ademais, a ética na esfera da gestão pública, caracteriza-se pela interligação profunda, entre o Estado e a sociedade, especialmente, quanto ao exercício da cidadania. E, necessariamente acontece se houver uma transformação fundamental na cultura da própria sociedade e, mais nomeadamente, na cultura pública. Para o exercício da ética no trato público, é de fundamental importância respeitar e exercitar os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Eficiência, consubstanciados na nossa Constituição Federal e, que amparam a boa Gestão Pública. Ainda na esfera do trato público, há necessidade de atenção à finalidade pública da atuação, o respeito ao cidadão e aos usuários do serviço público. A satisfação dos interesses da população e a realização das necessidades sociais são os fundamentos de toda atividade administrativa.



FIQUE ATENTO!

A crise ética que enfrentamos atualmente exige da família, dos educadores e de toda sociedade o investimento na formação de jovens que tragam enraizados dentro de si valores e princípios éticos. Só atingiremos este estágio quando a riqueza for mais bem compartilhada, o que implica na democratização do conhecimento e da informação.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (Espcex (Aman) 2019) As fronteiras políticas internacionais definem limites entre diferentes soberanias, contudo a soberania do Estado não se circunscreve apenas ao território terrestre. A respeito da soberania do Estado brasileiro, tanto em território terrestre como marítimo, pode-se afirmar que:

- I. a faixa de fronteira terrestre, definida na Constituição, corresponde à área de 150 Km de largura ao longo dos limites terrestres, e cabe aos governos de cada estado da federação executar as ações de polícia de fronteira nessa faixa.
- II. o Estado brasileiro possui soberania quase que total sobre seu Mar Territorial, com exceção apenas de ter que respeitar o direito de passagem inofensiva de embarcações de outros países nessa área, conforme convenção da ONU em vigor desde 1994.
- III. embora a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) esteja limitada a uma faixa de 200 milhas náuticas de largura da costa, a plataforma continental, em diversos trechos, ultrapassa esse limite, o que pode ampliar as fronteiras de exploração econômica da chamada "Amazônia Azul".
- IV. a soberania brasileira sobre a Zona Econômica Exclusiva distingue-se da soberania sobre o Mar Territorial,

uma vez que na ZEE países estrangeiros têm completa liberdade de navegação, sobrevoo e exploração dos recursos naturais da plataforma continental.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão corretas.

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) II e IV
- e) III e IV

Resposta: Letra C. Os itens incorretos são: [I] (o governo federal é o principal responsável pelas ações nas fronteiras, a exemplo da polícia federal, das forças armadas e a receita federal para a defesa nacional e combate as atividades ilícitas como contrabando, narcotráfico e tráfico de armas) e [IV] (na Zona Econômica Exclusiva, o Brasil apresenta soberania sobre os recursos biológicos e minerais, assim, outros países precisam de autorização brasileira para a exploração de recursos naturais).

2. (Uece 2018) No que diz respeito às redes de transportes no território brasileiro, assinale a afirmação verdadeira.

- a) A proeminência do transporte rodoviário é resultado de escolhas deliberadas nos anos de 1950, quando muitas decisões foram tomadas para favorecer o desenvolvimento da indústria automobilística, entre elas a construção de Brasília.
- b) O destaque dado ao transporte rodoviário é fruto de políticas territoriais dos anos de 1990, a partir da estatização das estradas de ferro e o consequente fechamento das linhas ferroviárias.
- c) A nova geografia do transporte no Brasil altera o efeito da construção das redes, permitindo ampla interconexão do território através dos modais aéreo, rodoviário e ferroviário.
- d) A principal razão da predominância de estradas de rodagem dá-se pelas barreiras impostas pelo território, tais como as cordilheiras e o permafrost, que impedem o uso diversificado dos modais de transporte.

Resposta: Letra A. No século XX, a política brasileira de transportes após a década de 1930, priorizou a construção de rodovias em paralelo à urbanização e industrialização do país. A partir da década de 1950 e durante a ditadura militar, o lobby das empreiteiras e das indústrias automobilísticas transnacionais conduziu a investimentos do Estado majoritariamente em rodovias. O problema é que o modal rodoviário para cargas é o que apresenta maior custo de manutenção e consumo de energia, além de apresentar menor capacidade de carga.

3. (Uece 2018) As políticas de desenvolvimento econômico, no Brasil, sofreram alterações significativas desde o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em especial quando foram implementadas medidas do projeto conhecido como “Ponte para o Futuro”, que entre outros aspectos, propõe

- a) a participação efetiva do Estado como agente político e econômico apto a conduzir projetos de desenvolvimento voltados à superação de desequilíbrios sociais e regionais.
- b) a busca pelo pleno emprego, viável desde que os governos saibam ampliar impostos, aumentar juros e reduzir a entrada de capital internacional no país.
- c) o controle fiscal e do orçamento público, sobretudo com a implantação de reforma da Previdência, com idade mínima para aposentadoria, contingenciamento dos gastos do governo e mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).
- d) o crescimento da atividade industrial como única via para o desenvolvimento, através de uma “substituição de importação”, com forte intervenção do Estado.

Resposta: Letra C. Após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o governo federal atravessou uma transformação substancial, pois rompeu-se uma coalizão de partidos de esquerda e direita. O novo governo, liderado por Michel Temer, foi caracterizado por uma coalização de direita com a participação de partidos como MDB, PSDB, DEM, PP, PR, PRB, PSD entre outros. Foi implantada uma política econômica neoliberal através de um projeto denominado de “Ponte para o Futuro”, entre as medidas: ajuste fiscal com cortes em gastos sociais e investimentos, PEC do teto de gastos, privatizações (hidrelétricas e aeroportos), reajuste dos combustíveis conforme o mercado internacional (variação do petróleo e do dólar), reforma trabalhista e aprovação da terceirização irrestrita de trabalhadores e proposta de reforma na previdência (não aprovada). O resultado entre 2016 e 2018, foi a baixa taxa de investimento privado e público resultando em baixo crescimento do PIB, elevação do desemprego, aumento da pobreza, paralisação dos caminhoneiros, além do agravamento da crise política.

CULTURA E SOCIEDADE: MÚSICA, LITERATURA, ARTES, ARQUITETURA, RÁDIO, CINEMA, TEATRO, JORNAIS, REVISTAS E TELEVISÃO.

Cultura e organização social

De onde vêm as Culturas e por que é importante estudá-las?

A Sociologia é uma das áreas de conhecimento das Ciências Sociais que estuda, de maneira científica, fugindo do senso comum e dos “achismos”, a sociedade. Assim também é a Ciência Antropológica.

Mas você leitor pode se perguntar: Se já existe a Sociologia, que estuda a sociedade e nos ensina a também sermos “cientistas”, pessoas que saibam refletir sobre as questões sociais e ter ação frente à sociedade, para que outra ciência?

Ora, a vida do homem em sociedade é tão complexa que, durante a história, muitos se dedicaram a entender, explicar e a dar soluções a muitas questões da sociedade, incluindo as questões culturais. Tais explicações deveriam ser “certas”, tudo passa a ser explicado pelas Ciências. Isso ocorreu no cenário mundial, principalmente, no final do século XVII e início do século XIX.

Cultura, pode ser estudada cientificamente?

Pois é, pode sim! Foram muitos os estudiosos que tiveram a preocupação de se dedicar à elaboração de uma área específica das Ciências Sociais para desvendar os mistérios e encantos das diferentes culturas existentes entre os povos. Foi então que a Antropologia entrou em cena. O nome parece estranho, não é? Tradicionalmente, foi a Antropologia que primeiro estabeleceu métodos científicos para estudar os fenômenos culturais.

Você sabe por que as Ciências em geral necessitam de instrumentais teóricos e metodológicos para poder desenvolver suas pesquisas, estudos e resoluções de problemas? O agrônomo, por exemplo, antes de indicar certo tipo de agrotóxico ao agricultor, deve ter a precaução de “verificar” qual a doença que a planta tem. E, como ele estudou, sabe os métodos científicos para analisar a planta, pois tem as condições preestabelecidas para não errar na investigação e no diagnóstico.

Assim também é com relação à análise dos fenômenos socioculturais. Veremos nas páginas seguintes, alguns dos fundamentos teóricos (as ideias científicas) e dos métodos de estudos que foram criados para dar conta de analisarmos e compreendermos a dimensão da vida cultural das diferentes sociedades.

No primeiro “Folhas” abordaremos como se projetam as relações sociais cotidianas a partir da diversidade cultural brasileira. À luz das teorias antropológicas, analisaremos uma questão fundamental que atinge a vida de todo brasileiro, a nossa identidade nacional.

Entender como ao longo da história fomos construindo nossa identidade nacional em todo o processo de colonização pelo qual passamos nos permitirá analisar questões como, diferenças étnicas: preconceito racial e étnico, “cotas” para negros em universidades e em concursos públicos, etc.

No segundo “Folhas” refletiremos sobre a dinâmica pela qual a CULTURA vem passando, desde o advento da Revolução Industrial e todo o processo de industrialização que vem ocorrendo a partir do século XX. Se antes o alvo primordial da Antropologia era o estudo de povos desconhecidos e toda a questão das diferenças, agora, nas sociedades ainda mais “complexas” e desiguais, ela se preocupará também em explicar os novos rumos da dinâmica cultural.

O alvo passa a ser o uso da cultura.

Uso da CULTURA? Sim, é o mercado de bens culturais de consumo. A cultura como mercadoria. Como mecanismo social de controle. Veremos que isso ocorre quando uma classe social se apropria de um aspecto da cultura e o transforma em produto padronizado para atingir toda a massa. Você consegue imaginar uma manifestação cul-

tural folclórica transformada em mercadoria? Ou ainda, uma música ser “usada” como uma maneira de repúdio ou “imposição” de atitudes e interesses de classes?

Todos estes temas e outros que não serão abordados diretamente são questões com as quais convivemos todos os dias. Algumas vezes até passam despercebidas no nosso cotidiano. Outras vezes, são motivos de alegria, festas, entretenimento, etc. Mas, como nem tudo são rosas, a cultura também pode levar o homem e sua sociedade a uma série de conflitos sociais, principalmente, em meio à diversidade cultural.

As dimensões da cultura

Costumamos dizer e ouvir que somos o povo brasileiro! Que vivemos no país do futebol e do carnaval. Pelo menos é assim que nos vêem os outros povos, na maioria das vezes. Contudo, quando somos indagados e questionados sobre nossa identidade nacional, ou seja, que povo realmente somos e, qual o sentido da nossa formação enquanto nação, ficamos na maior “crise de identidade”.

Ora, como definir quem realmente somos em meio à diversidade cultural?

A questão é: como viemos, enquanto povo e nação ao longo da história, construindo nossa identidade nacional? Mas, será que temos mesmo uma única e autêntica identidade nacional?

Quando falamos em identidade, logo pensamos em quem somos. Vêm à nossa mente os nossos “dados pessoais”, ou seja, a cidade onde nascemos, a data de nascimento, nossa filiação, que são os nomes de nossos pais, uma foto registrando nossa fisionomia, nossa impressão digital, uma assinatura feita por nós mesmos.

E que ainda contém um número de registro geral, que permite sermos identificados, não como pessoas, com suas devidas características, mas como um número em meio a tantos outros. E o mais interessante, está ali registrado para todo mundo ver, a nossa nacionalidade, a que nação e povo pertencemos.

Sendo assim, o que o seu documento de identidade significa para você? Já havia parado para pensar nisso? O nosso documento de identidade nos dá algumas informações sobre quem somos. Alguns de nós temos condições de reconstruir a árvore genealógica e saber toda a nossa história a partir da constituição familiar ao longo das gerações que foram formadas.

O objetivo de construir a nossa árvore genealógica é o de verificar as características socioeconômicas e culturais de nossas famílias em cada período da história. A partir daí, descobrir, além de características físicas, entender como a nossa cultura foi construída ao longo da história, com o passar de gerações.

Que legal! Além de podermos descobrir as características físicas e de personalidade que herdamos de nossos antepassados, podemos reconstruir a trajetória histórica cultural de nossas famílias. E a partir dos dados históricos, entendermos a herança social e todo nosso legado cultural.

Um exemplo desse processo social de transmissão de cultura é a educação ou criação familiar. A cada geração vai se transmitindo, ou melhor, ensinando aos filhos e jovens certos conhecimentos e valores morais adquiridos pela geração mais velha.

A diversidade cultural no Brasil

Quando falamos em nação ou sociedade, não é diferente. Podemos descobrir como a nossa nação e nós, enquanto povo, fomos constituídos. Saber, por exemplo, quais as características culturais que podemos encontrar na formação e depois no desenvolvimento da nossa sociedade brasileira. E mais, podemos conferir se a sociedade brasileira ainda está refletindo tradicionalmente as mesmas características culturais de quando foi formada!

Entender como tudo começou, nos levará a compreender a grande diversidade cultural que caracteriza nosso país! Já que a cultura é um dos instrumentos de análise e compreensão do comportamento humano social, podemos nos questionar: “E eu, o que eu tenho com tudo isso? Será que a diversidade cultural do meu país me atinge diretamente ou somente de forma indireta?” A cultura faz parte da totalidade de uma determinada sociedade, nação ou povo. Essa totalidade é tudo o que configura o viver coletivo. São os costumes, os hábitos, a maneira de pensar, agir e sentir, as tradições, as técnicas utilizadas que levam ao desenvolvimento e a interação do homem com a natureza. Ou seja, é tudo mesmo! Tudo que diz respeito a uma sociedade.

Muitos sociólogos e historiadores brasileiros, a partir do século XIX, buscaram explicar a formação do povo brasileiro, caracterizado pela diversidade cultural, enquanto uma nação. E o olhar de alguns desses autores foi exclusivamente dedicado ao aspecto cultural. O legado cultural que herdamos dos povos que se misturam deu origem aos brasileiros.

Bom, todos nós sabemos, nem que seja um pouquinho, da história da colonização do nosso país.

Se alguém chegar a você e disser:

- O Brasil foi colonizado pelos egípcios!

Logo você irá franzir a testa e, dando uma boa aula de história do Brasil, irá dizer:

- Não, não! Fomos colonizados primeiramente pelos europeus, especificamente pelos portugueses e espanhóis. Temos também uma marcante presença dos africanos, que foram trazidos para cá como escravos e os indígenas que aqui já viviam... depois, por volta de 1870 em diante, é que imigraram muitos outros povos, como os italianos, alemães e holandeses, em busca de trabalho e de uma vida melhor e promissora no Brasil!

Pois bem, é isso mesmo! Somos um povo que surgiu de uma grande confluência! Miscigenados! Ou seja, o povo brasileiro foi formado, a princípio, a partir de uma miscigenação, que foi a mistura de basicamente três “raças”, quais sejam: o índio, o branco e o negro. Vamos entender o que é raça, etnia e cultura.

O conceito de etnia distingue-se do conceito de raça e cultura. Etnia é um conceito associado a uma referência e/ou origem comum de um povo. Ou seja, são grupos que compartilham os mesmos laços linguísticos, intelectuais, morais e culturais. Embora possuam uma mesma

situação de dependência de instituições e organização social, econômica e política, não constitui ainda em uma nação, mas apenas um agrupamento étnico. Etnia é, portanto, um conceito diferente de raça e cultura.

São exemplos de grupos étnicos, entre outros, os índios xavantes e javaés do interior de Goiás, que são reconhecidos pelo etnônimo de tapuios. Hoje habitam no Parque Nacional do Xingu, em número extremamente reduzido.

Já a cultura é tudo que as diferentes raças e as diferentes etnias possuem em matéria de vida social, o conjunto de leis que regem o país, a moral, a educação-aprendizagem, as crenças, as expressões artísticas e literárias, costumes e hábitos, ou seja, é a totalidade que abrange o comportamento individual e coletivo de cada grupo, sociedade, nação ou povo.

O termo “raça” significa dizer que há grupos de pessoas que possuem características fisiológicas e biológicas comuns. No entanto, o uso do termo raça acaba classificando um grupo étnico ou sociedade, levando também à hierarquização.

Como se todos nós, seres humanos, fôssemos postos em uma grande escadaria, e em ordem de classificação e hierarquização pelo grau de importância das características físicas de cada grupo étnico; os mais importantes ficariam no topo e assim iria descendo até chegar nos menos importantes. Contudo, qual raça ou grupo étnico pode dizer que é melhor ou mais desenvolvido que outro?

Muitas críticas a esse pensamento foram levantadas, principalmente no final do século XIX, pois tais concepções ajudaram a reforçar a discriminação e o preconceito e, consequentemente a legitimação das desigualdades sociais. Apesar de todas as críticas, ainda é possível observar que nos séculos XIX e XX houve um retorno de práticas racistas como, por exemplo, a eugenia e estudos do genoma, que foram muito defendidas por estudiosos adeptos às teorias evolucionistas sobre o progresso físico e comportamental do homem.

Tais teorias concebiam que determinadas raças e etnias deveriam ser conservadas, por serem modelos de pureza, de superioridade, etc. Contudo, outras que não se enquadrassem nos modelos estabelecidos, ou que fossem, pela situação social que viviam, vítimas de doenças ou epidemias tornavam-se um perigo para o progresso da humanidade e não deveriam existir. Podemos tomar como um exemplo claro deste pensamento, o apartheid ocorrido na África do Sul nos anos de 1948 a 1991, quando toda a população negra foi obrigada a seguir normas e regras rígidas com relação ao convívio social, trabalho, etc., além de toda a forma de violência e discriminação sofrida.

Ou ainda, quem não se lembra do genocídio dos judeus ou mais conhecido como o Holocausto dos Judeus, durante a II Guerra Mundial? O pensamento ideológico que estava por trás daquele terrível ato que exterminou cerca de 6 milhões de judeus, que não eram reconhecidos como seres humanos, era a ideia de superioridade da “raça ariana” alemã. A perseguição e o extermínio dos nazistas alemães contra os judeus ficaram conhecido na história por antissemitismo, uma forma de repudiar tudo o que era contrário à ideologia nazista.

Quando olhamos os três grupos étnicos que se miscigenaram no Brasil Colônia, séculos XVI e XVII, com suas características biológicas específicas e também socioculturais, suas tradições, vemos como fizeram toda a diferença no processo de colonização e formação do povo brasileiro, diferentemente de outras colonizações empreendidas pelo mundo.

Nosso país é uma “aquarela” de grupos étnicos! Constituída por meio da colonização (século XVI) e depois, pelas imigrações por volta dos séculos XVIII e XIX. Temos então uma pluralidade de identidades, caracterizada pelas diferenças. Por conta dessa variedade de identidades, povos e tradições, os diferentes grupos étnicos fizeram com que ocorressem em nosso país, um processo chamado de etnicidade.

Etnicidade... O que é isso? Na nossa vida social cotidiana, muitas vezes, deparamos-nos com notícias de grupos étnicos lutando e reivindicando algo na sociedade, tanto no âmbito econômico ou político, como ocorre com os índios e os negros. As várias etnias indígenas se unem em prol da luta pelos direitos de suas terras. Não se trata de direitos à igualdade de distribuição de renda ou de Reforma Agrária, mas, sim da posse legítima que os índios têm das suas reservas de terras.

Outro exemplo de etnicidade e mobilização é a luta pela igualdade de oportunidades no trabalho e na educação, distribuição de renda, contra a discriminação étnico-racial (racismo), etc., que os negros travam no Brasil.

As cotas, termo que também faz parte das chamadas Políticas Afirmativas, são medidas positivas, que buscam reparar ou minimizar o racismo e a exclusão social que afetam os negros e descendentes retirando as oportunidades de ingresso nas universidades e nos concursos públicos.

O Brasil é conhecido como o país de maior número de negros e afrodescendentes depois do Continente Africano, no entanto, o racismo que muitas vezes aparece “camuflado”, estabelece uma grande distância entre estes e as suas efetivas e plenas participações na vida social.



#FicaDica

O processo de miscigenação gerou uma sociedade multicultural no Brasil, mesclando elementos dos Nativos, Europeus, Africanos e Asiáticos.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. A Escola é considerada pela Sociologia uma instituição, pois se trata de um conjunto de relações entre indivíduos mediadas por normas e procedimentos padronizados de comportamento, aceitos pela sociedade como importantes para a socialização dos sujeitos e para a transmissão de determinado conhecimento compartilhado pela cultura.

Assinale a alternativa que NÃO indica uma das funções das instituições escolares.

- a) Preparar os sujeitos para os papéis profissionais e ocupacionais.
- b) Transmitir a herança cultural do grupo.
- c) Promover a mudança social por meio de pesquisas.
- d) Estimular a sociabilidade entre os sujeitos.
- e) Desenvolver o senso crítico-reflexivo para questionar a autoridade dos adultos e romper com as regras sociais.

Resposta: Letra E. Ainda que a escola tenha como função desenvolver o senso crítico-reflexivo nos estudantes, ela também tem uma função de reprodução da sociedade: a de transmitir o legado cultural através das gerações. Assim sendo, ela não pode ser absolutamente revolucionária, pois isso faria com que ela deixasse de existir.

2. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), é importante promover e proteger monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. As tradições, o folclore, os saberes, as línguas, as festas e diversos outros aspectos e manifestações devem ser levados em consideração. Os afro-brasileiros contribuíram e ainda contribuem fortemente na formação do patrimônio imaterial do Brasil, que concentra o segundo contingente de população negra do mundo, ficando atrás apenas da Nigéria.

MENEZES, S. A força da *cultura negra*: Iphan reconhece manifestações como patrimônio imaterial. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 29 set. 2015.

Considerando a abordagem do texto, os bens imateriais enfatizam a importância das representações culturais para a

- a) construção da identidade nacional.
- b) elaboração do sentimento religioso.
- c) dicotomia do conhecimento prático.
- d) reprodução do trabalho coletivo.
- e) reprodução do saber tradicional.

Resposta: Letra A. A identidade nacional é uma construção que se utiliza de diversos símbolos materiais e simbólicos. A identidade brasileira não foge à essa regra, com especial ênfase ao patrimônio imaterial de origem africana em nosso país.

3. Uma área de cerca de 101,7 mil metros quadrados, com um pátio ferroviário e uma série de armazéns de açúcar abandonados pelo poder público. Quem olha de fora vê apenas isso, mas quem conhece a história do Cais José Estelita sabe que o local faz parte da história de Recife, sendo um dos cartões-postais e um dos poucos espaços públicos que restam na capital pernambucana. E é por isso que um grupo está lutando para evitar que as construções sejam demolidas por um consórcio de grandes construtoras para construção de prédios comerciais e residenciais.

BUENO, C. Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife. *Ciência e Cultura*, n. 4, 2014.

A forma de atuação do movimento social relatado evidencia a sua busca pela

- a) revitalização econômica do lugar.
- b) ampliação do poder de consumo.
- c) preservação do patrimônio material.
- d) intensificação da geração de empregos.
- e) criação de espaços de autosegregação.

Resposta: Letra C. A luta pela permanência do Cais José Estelita corresponde a uma busca pela preservação do patrimônio material de Recife, em oposição aos interesses de certos setores econômicos.

DESCOBERTAS E INOVAÇÕES CIENTÍFICAS NA ATUALIDADE E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

População.

A análise da dinâmica populacional é de fundamental importância para entendermos as transformações no espaço geográfico promovidas pelas relações homem-meio. Um dos elementos essenciais é o crescimento populacional registrado durante os séculos, fato que alterou de forma significativa a natureza.

Até a Primeira Revolução Industrial, no século XVIII, o contingente populacional era inferior a 1 bilhão. Contudo, a população na Terra aumentou de forma muito rápida e, conforme dados divulgados em 2010 pelo Fundo de População das Nações Unidas (Fnuap), atingiu a marca de aproximadamente 6,9 bilhões de habitantes.

Além do crescimento vegetativo, também chamado de crescimento natural, outro fator que contribuiu para o aumento populacional foi o desenvolvimento tecnológico, proporcionando avanços na medicina (que prolongaram a expectativa de vida) e a intensificação da produção de alimentos e técnicas de armazenamento e de transporte.

Estimativas apontam que a Terra será habitada por 9 bilhões de pessoas até o ano de 2050, com taxa de crescimento populacional de 0,33% ao ano, bem inferior à taxa atual, que é de 1,2%. Os continentes africano e asiático, além da América Latina, apresentarão as maiores taxas de crescimento; em contrapartida, a Europa poderá ter crescimento vegetativo negativo.

- Migração/mobilidade

O termo migração corresponde à mobilidade espacial da população. Migrar é trocar de país, de Estado, Região ou até de domicílio. Esse processo ocorre desde o início da história da humanidade.

O ato de migrar faz do indivíduo um emigrante ou imigrante. Emigrante é a pessoa que deixa (sai) um lugar de origem com destino a outro lugar. O imigrante é o indivíduo que chega (entra) em um determinado lugar para nele viver.

Os fluxos migratórios podem ser desencadeados por diversos fatores. Dentre os principais fatores que impulsionam as migrações podem ser citados os econômicos, políticos e culturais.

No Brasil, o fator que exerce maior influência nos fluxos migratórios é o de ordem econômica, pois o modelo econômico vigente força indivíduos a se deslocarem de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida e à procura de trabalho para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

Uma modalidade de migração comum no Brasil, principalmente, na década de 1950, é o êxodo rural, que consiste no deslocamento da população rural com destino para as cidades. O êxodo rural ocorre, principalmente, em razão do processo de industrialização no campo, que proporciona a intensa mecanização das atividades agrícolas, expulsando do campo os pequenos produtores. Além do poder de atração que as cidades industrializadas proporcionam para a população rural, que migra para essas cidades em busca de trabalho.

Durante décadas, os principais fluxos migratórios no território brasileiro se direcionavam para a Região Sudeste, isso ocorria devido ao intenso processo de industrialização desenvolvido naquela Região. No entanto, as migrações para o Sudeste diminuíram e, atualmente, a Região Centro-Oeste tem exercido grande atração para os fluxos migratórios no Brasil, se tornando o principal destino.

URBANIZAÇÃO

Um território industrializado é o combustível para configurar a urbanização, esses dois elementos, de fato, dialogam entre si. No Brasil, as cidades mais industrializadas proveram parques industriais que alimentam a economia nacional, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Fica estabelecida ainda uma sociedade de consumo de produtos industrializados. Porém com a globalização, novas tecnologias e melhoria nos sistemas de transportes, cidades de todas as partes têm acesso aos produtos da indústria. E justamente nesses centros industriais que a população busca melhores condições de vida, o que fomenta os processos migratórios.

AGRICULTURA

As produções agrícolas acompanham modernização e mecanização nas frentes de cultivo, com mudanças nas configurações de trabalho. O agronegócio é hoje um mix de atividades agrárias, econômicas e de mercado. A agricultura é também responsável pela exportação de commodities agrícolas como açúcar, soja e laranja, entre outros. O setor agrícola corresponde a cerca de 5% do PIB nacional e representa bilhões em exportações.

O Brasil tem bastante destaque no cenário agrícola, sendo o maior produtor de açúcar do planeta. O produto brasileiro segue para diversos mercados, desde Europa, Ásia, dentre outros. O café também tem grande destaque, sendo maior produtor mundial. O produto é destinado ao mercado dos Estados Unidos, Japão e Europa.

O setor agrícola ainda conta com modernização tecnológica. No caso, o setor produtivo de açúcar, por exemplo, conta com mecanização de processos no cultivo e plantio de cana, além de laboratórios que atestam a qualidade do produto.

AGRICULTURA FAMILIAR

Nesse panorama, verifica-se a agricultura familiar, que implica no cultivo de produtos e atividades agrícolas exercidas pelos membros de um núcleo familiar. Essas modalidades têm simbologia sustentável e representam parte da produção de alimentos no Brasil.

Porém, ainda existe bastante concentração fundiária, reduzindo as chances da agricultura familiar. Um dos grandes desafios, porém, é buscar políticas públicas mais eficazes para fomentar a atividade.

Industrialização e urbanização

A inserção da industrialização pesada no Brasil, a partir da década de 1940-50, fez parte de um processo que visava transformar a dinâmica e estrutura econômica do país, que até então era muito dependente da economia cafeeira exportadora. O país conquistou novos patamares de crescimento e desenvolvimento através da implementação das políticas industriais, porém, as grandes metrópoles, principais redutos dessa nova infraestrutura produtiva, apesar de serem as principais concentradoras da riqueza da nação, passaram a abrigar uma população ainda mais crescente, e esta em sua grande maioria não gozava dos benefícios da prosperidade, assim, as famílias mais carentes passavam a residir nos lugares mais inadequados e suburbanos da cidade.

A indústria, que passou a ser a espinha vertebral da economia nacional brasileira a partir de 1940-50, diz respeito ao processo de substituição de importações, e possibilitou uma maior produção nacional de manufaturados, evento que possibilitou o fortalecimento do mercado interno, que antes era muito dependente das importações, mas a partir desse momento passou a se complexificar e ganhar autonomia. Isso expandiu o consumo e acelerou o processo de urbanização, principalmente, nas grandes metrópoles nacionais.

Porém o modelo dessa industrialização que veio a se desenvolver aqui, fomentou grande migração da população para a zona urbana, o que intensificou o fortalecimento do mercado interno nacional, liderado por empresas transnacionais a partir da década de 1950. A formação da estrutura capitalista fez do país um dos mais industrializados entre os subdesenvolvidos, mas o modelo que foi se desenvolvendo foi responsável por criar uma realidade distorcida e com poucos avanços na estrutura social da nação.

A inserção capitalista no Brasil não levou em consideração as particularidades deste país, uma vez que esta propiciou um sistema onde a questão social foi sendo abandonada pelo Estado, assim, ao mesmo tempo em que surgia uma estrutura moderna o país se aprofundava nos seus dilemas sociais, entre eles o da urbanização acelerada, que passava a ser realidade.

Já no século XVIII, em plena ocorrência da primeira Revolução Industrial, Engels (1845) relatava que, as principais cidades europeias, especificamente em Manchester, começavam a se inflar de pessoas, devido ao elevado número de proletários que chegavam para se alocar na produção manufatureira, e naquele contexto já se observavam alguns problemas quanto à capacidade de rece-

ber aquela grande população industrial na zona urbana, o que era demonstrado pelas péssimas condições estruturais e sociais em que viviam os trabalhadores. E esse tipo de estrutura se desenvolveu em vários países em que a industrialização se manifestou, estendendo-se até o século XX, principalmente nos países subdesenvolvidos, entre os quais o Brasil está situado.

A nação brasileira praticamente se urbanizou nos últimos cinquenta anos, isto é, transformou-se de um país rural em urbano neste intermédio. Cresceu não só o número de habitantes das áreas urbanas, mas também o número e o tamanho das cidades em todo o território nacional, surgindo as regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas como reflexo da concentração espacial das atividades geradoras de emprego e renda. A intensificação deste acúmulo de pessoas nos conglomerados urbanos, fez com que nem todos tivessem as mesmas oportunidades de aumento de renda, o que levou muitos moradores dessas grandes cidades a se alocarem em espaços de baixa ou nenhuma qualidade estrutural, os quais apresentam grandes áreas de risco, e passaram a ser retratos da miséria, desigualdades, desemprego, lenta ascensão social e violência nas cidades.

O crescimento exacerbado da população com a falta de planejamento promove a segregação espacial e social nas cidades, assim, bairros mais nobres e centrais contam com os serviços básicos de qualidade, como asfalto, saneamento, transporte, além da melhor localização para acessar o trabalho; por outro lado existem aqueles que habitam a periferia urbana, os quais sofrem para conseguir serviços de melhor qualidade, como escolas, médicos, emprego, lazer, consequência da inexistência de políticas públicas favoráveis.

Assim, a próspera grande cidade, que se tornou palco de numerosas atividades industriais, convive com as consequências da crise urbana, que é fomentada pela população que não tem acesso aos empregos necessários, e muito menos aos bens e serviços essenciais, situação que não tem o devido respaldo do poder público para a alteração dessa realidade.

DESIGUALDADES

As desigualdades econômicas e a dificuldade de determinadas regiões em se inserirem na economia nacional, possibilitou a ocorrência de uma urbanização diferenciada em cada uma das regiões brasileiras.

A região Sudeste, por concentrar a maior parte das indústrias do país, foi a que recebeu grandes fluxos migratórios vindos da área rural, principalmente da região nordeste. Ao analisarmos a tabela abaixo, observamos que o Sudeste é a região que apresenta as maiores taxas de urbanização dos últimos 70 anos. A partir de 1960, com 57%, foi a primeira região a registrar uma superioridade de habitantes vivendo na área urbana em relação à população rural.

Na região Centro-Oeste, o processo de urbanização teve como principal fator a construção de Brasília, em 1960, que atraiu milhares de trabalhadores, a maior parte deles vindos das regiões Norte e Nordeste. Desde o final da década de 1960 e início da década de 1970, o Centro-Oeste tornou-se a segunda região mais urbanizada do país.

Taxa de Urbanização das Regiões Brasileiras (IBGE)

Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007	2010
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	83,48	84,36
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	76,43	73,53
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	71,76	73,13
Sudeste	39,42	47,55	57	72,68	82,81	88,02	90,52	92,03	92,95
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94	82,9	84,93
Centro Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	86,81	88,8

A urbanização na região Sul foi lenta até a década de 1970, em razão de suas características econômicas de predomínio da propriedade familiar e da policultura, pois um número reduzido de trabalhadores rurais acabava migrando para as áreas urbanas.

A região Nordeste é a que apresenta hoje a menor taxa de urbanização no Brasil. Essa fraca urbanização está apoiada no fato de que dessa região partiram várias correntes migratórias para o restante do país e, além disso, o pequeno desenvolvimento econômico das cidades nordestinas não era capaz de atrair a sua própria população rural.

Até a década de 60 a Região Norte era a segunda mais urbanizada do país, porém a concentração da economia do país no Sudeste e o fluxo de migrantes dessa para outras regiões, fez com que o crescimento relativo da população urbana regional diminuísse.

SER HUMANO: SER ÉTICO

A ética, a virtude e os homens virtuosos

A situação sobre a qual você ponderou na seção O que você já sabe? é ilustrativa do campo ético, que busca conhecer não somente o que é o bem, mas também como alguém se torna bom do ponto de vista da sociedade em que vive.

O cenário analisado tem a intenção de mostrar que o campo da ética é prático, ou seja, refere-se à alternativa de decidir, o que quer dizer que as ações humanas são possíveis, não necessárias. Para compreender ainda melhor, pense no oposto: na natureza, as ações são exigências universais e necessárias – por exemplo, o fogo, qualquer fogo (universal), sempre esquenta (necessário). O filósofo grego Aristóteles, na obra intitulada *Ética a Nicômaco*, ao falar de coisas que são dadas por natureza, cita uma pedra que, por natureza, cai.

Por mais que se tente adestrá-la, jogando-a para cima diversas vezes, ela jamais “aprenderá” a subir e sempre cairá, necessariamente. Conforme afirma a filósofa Marilena Chaui, as ações humanas são sempre escolhas e nunca necessidades, porém suas consequências são variáveis: podem tanto ser positivas quanto negativas, seja para o indivíduo ou para as demais pessoas.

O dilema colocado pelo exemplo do taxista – que tem de decidir se devolve o dinheiro esquecido pelo passageiro ou não – expõe que o ser humano, além de ter vontade deliberativa, é um ser misto, dotado de vontade racional e tendências irracionais.

Pode haver contradição entre o que a vontade quer e o impulso incita; tome como exemplo a frase que você já deve ter dito ou ouvido: “Se eu tivesse pensado melhor, não teria agido por impulso”.

O dilema se torna ainda mais complexo porque, para Aristóteles, as tendências irracionais do homem não seriam involuntárias. Para o filósofo, a vontade humana racional seria capaz de contrariar a vontade irracional. Já para Sócrates e Platão, seus predecessores, a contestação violenta ocorreria porque o sujeito desconhece a virtude.

As ações humanas referem-se a um futuro que também é contingente, ou seja, um futuro incerto que nem sempre depende de escolhas para acontecer. As tendências irracionais voluntárias mencionadas são denominadas por paixão (*páthos*).

Antes de se aprofundar nesse conceito, você será convidado a explorar um pouco mais o que são as tendências irracionais voluntárias. Quando alguém faz algo voluntariamente, o feito depende da vontade dessa pessoa; não é uma ação realizada de maneira forçada. Fazer algo irracional de forma decidida significa considerar que a racionalidade humana é uma capacidade, ou seja, que é possível escolher exercer a racionalidade ou não.

O indivíduo pode, por exemplo, torturar alguém ou ser cruel, comportando-se de modo irracional, embora tenha a capacidade racional. Já a paixão pode ser definida como a inclinação natural de buscar o prazer e fugir da dor. Nesse sentido, é possível dizer que ela é um elemento constitutivo da ação humana, que deve, portanto, ser considerada pela ética.

A paixão também pode ser vista como um estado de passividade, de quanto o ser humano é capaz de ser afetado pelo sofrimento, pelo ciúme, pelo medo e por outros tantos sentimentos. Nesse caminho, a dor, o ódio e a vingança também são considerados paixões, pois designam emoções que afetam intensamente o exercício da razão.

Explica-se, assim, por que a paixão é um importante elemento a ser levado em conta pelas investigações éticas e por que ela deve ser educada. Para Aristóteles, sendo a ética uma teoria, uma reflexão sobre a prática, ela deveria examinar e determinar o fim a ser buscado. Esse exame responde à finalidade da ética.

Para o filósofo, a felicidade seria o intuito da ação moral, o conteúdo do bem ético. Assim disse Aristóteles:

Toda a perícia e todo o processo de investigação, do mesmo modo todo o procedimento prático e toda a decisão, parecem lançar-se para um certo bem. É por isso que tem sido dito acertadamente que o bem é aquilo por que tudo anseia.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução: Antônio de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009, p. 17.

Para o filósofo grego, um bem seria valorizado pelo quão autossuficiente ele é. Assim, a felicidade seria um bem melhor do que a riqueza, a honra e a inteligência, pois esses bens não têm valor por si mesmos, são bens que servem para que outros possam ser alcançados.

A felicidade, por sua vez, seria um bem em si mesmo, um bem que diz respeito à excelência; a felicidade é a excelência da vida realizada. Perceba que Aristóteles refletiu acerca de alguns elementos – a vontade, o futuro, o desejo – que permanecem atuais para a vida ética, seja individual ou coletivamente.

Seu objetivo era pensar como alguém pode se tornar virtuoso, sendo a virtude um hábito, uma disposição contínua para agir racionalmente:

Mais ainda: é a disposição para escolher a “justa medida”, o “meio-termo” (*mesóthēs*), pelo qual uma pessoa dotada de sabedoria prática escolhe a média entre dois extremos (por excesso ou por carência).

ARANHA, Maria Lúcia; MARTINS, Maria Helena. *Temas de Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005, p. 227

Justa medida ou meio-termo (em grego, *mesóthēs*) é o conceito que descreve a ação virtuosa dos homens, aquela que se situa entre os extremos, também chamados de vícios, tanto do excesso como da falta.

De acordo com esse conceito, o exagero, bem como a carência, traz desequilíbrio. O ideal, então, é o equilíbrio. Para confirmar essa ideia bastante material de interpretação da ação humana, Aristóteles utilizou exemplos práticos: se uma pessoa comer pouco, ficará com pouca energia e adoecerá; todavia, se comer demasiadamente, o excesso de alimentação também causará doenças.

O ideal seria alimentar-se de maneira equilibrada, em espaços de tempo igualmente equilibrados. O mesmo serve para exercícios físicos, que, em equilíbrio, conseguem tornar uma pessoa mais forte, mas tanto em falta como em excesso podem acarretar males à saúde.

[...] Aquele que foge a (e tem medo de) tudo e não persevera em nada torna-se medroso, e o que, em geral, não tem medo de nada precipita-se sempre em todas as

direções. [...] Ou seja, a temperança e a coragem são destruídas pelo excesso e pelo defeito. Mas são conservadas pelo meio entre esses dois extremos.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução: Antônio de Castro. *Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009, p. 43.*

Assim, a virtude é regida pela busca contínua do equilíbrio, atentando para que as ações não se tornem viciosas, nem pelo excesso, nem pela falta.

PRECONCEITO

Preconceito, discriminação e intolerância

Preconceito é, de forma geral, considerar que já se conhece alguém ou algo de antemão, sem o devido exame, sem rigor e análise. Independentemente de corresponder às opiniões favoráveis ou desfavoráveis, por serem emitidas sem uma investigação cuidadosa, o preconceito opera com base em padronizações.

Para ilustrar com um exemplo cotidiano: nas cidades, vários imóveis já foram invadidos e roubados por pessoas que estavam “bem-vestidas”; muitas testemunhas, inclusive, afirmaram com surpresa que os membros da quadrilha não tinham “cara de ladrão”. São assaltantes trajando terno e gravata que, pela sua aparência, conseguem adentrar casas, prédios, bancos e joalherias.

Perceba que a forma como se vestem não chama a atenção para os atos que cometem. Reflita: Por que será que isso acontece? Tente ponderar sobre o que acontece com a imaginação das pessoas quando veem um indivíduo trajando terno e gravata e sobre qual seria a reação delas ao descobrir que ele é, na verdade, um assaltante. Por que as pessoas têm essa surpresa, ainda que momentânea? Nesse cenário, é possível observar vários preconceitos, entre eles os produzidos pelo julgamento que parte da aparência.

O assunto é amplo e complexo, pois é necessário considerar que a prática preconceituosa pode estar presente em distinções, exclusões e segregação (separação) em função da raça, classe, gênero, credo, idade, trabalho etc.

Para problematizar ainda mais, pense que o julgamento pela aparência talvez também pareça positivo; é possível julgar alguém pela aparência sem conhecer essa pessoa de fato, tendo dela uma imagem positiva, mesmo que não corresponda à realidade.

Quando alguém é abordado por uma pessoa bem-vestida, de terno, bem-arrumada, falando bem etc., tende a ter uma atitude receptiva, uma boa impressão. No entanto, pode se tratar de uma pessoa desonesta e corrupta, como no exemplo citado anteriormente. Assim, o julgamento seria preconceituoso, ainda que a pessoa afetada por ele não fosse discriminada.

Em relação à discriminação, a tensão entre grupos com diferenças de ordem cultural, social, econômica, entre outras, se faz presente no campo da ação e das atitudes. Quando uma pessoa, por se enquadrar em algum tipo de grupo que pode ser alvo de preconceito, é impedida de ter acesso a determinado direito ou, então, encontra dificuldades ou constrangimentos deliberados ao usufruir dele, considera-se que ela foi discriminada, por ter sido tratada de forma diferente do que aconteceria com outra pessoa de outro grupo.

No mercado de trabalho, sabe-se que os salários de homens brancos são maiores que os de homens negros, e estes também recebem menos que mulheres brancas. As mulheres negras são as que têm o menor contracheque. Há diversos estudos que abordam o tema, no qual operam ao menos dois preconceitos, o de gênero e o de cor.

Grupo	Renda mensal em reais
Homens brancos	726,89
Homens negros	337,13
Mulheres brancas	572,86
Mulheres negras	289,22

Fonte: SOARES, Sérgio. *Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília: Ipea, nov. 2000, p. 6. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/12056/2295/1/ID_768.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

A tabela anterior apresenta rendimentos mensais padronizados por 40 horas de trabalho em setembro de 1998. Observe a diferença dos rendimentos entre os grupos. Será que essa diferença, que chega a ser de 60%, mantém-se até hoje? Também é importante que você repare que a discriminação é maior em relação à etnia do que ao gênero.

Ou seja, as mulheres brancas, discriminadas por serem mulheres, ainda sofrem menos no que diz respeito ao salário do que os homens negros, discriminados pela sua etnia.

Em relação ao racismo, há algo ainda mais grave e específico que merece uma reflexão crítica. Em certos casos, algumas pessoas entendem que as capacidades e os direitos dos seres humanos devem variar segundo suas diferenças étnicas, aceitando-se, por exemplo, que seja socialmente tolerado que determinado povo sofra todo tipo de violência e privação, sendo forçado à escravidão, ao êxodo ou até ao extermínio.



#FicaDica

Êxodo

Emigração em massa; saída de habitantes de um local para outro.

Infelizmente, há muitos exemplos de utilização dessa argumentação para justificar casos indignos aos seres humanos. Dois deles são a escravidão africana e o nazismo alemão. Essas intolerâncias raciais têm gravíssimas consequências.

No Brasil, o preconceito racial, fruto de mais de três séculos de escravidão, pode ser observado nas escolas e universidades, no mercado de trabalho e na desigualdade econômica. Por outro lado, o ódio contra o povo judeu, relativo ao nazismo, exterminou cerca de 6 milhões de pessoas, sob a justificativa de que precisavam ser mortas em favor da superioridade da raça ariana.

PROBLEMAS URBANOS

O rápido e desordenado processo de urbanização ocorrido no Brasil irá trazer uma série de consequências, e em sua maior parte negativas. A falta de planejamento urbano e de uma política econômica menos concentradora irá contribuir para a ocorrência dos seguintes problemas:

Favelização – Ocupações irregulares nas principais capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, serão fruto do grande fluxo migratório em direção às áreas de maior oferta de emprego do país. A falta de uma política habitacional acabou contribuindo para o aumento acelerado das favelas no Brasil.

Violência Urbana – Mesmo com o crescimento industrial do país e com a grande oferta de emprego nas cidades do sudeste, não havia oportunidades de emprego o bastante para o grande fluxo populacional que havia se deslocado em um curto espaço de tempo. Por essa razão, o número de desempregados também era grande, o que passou a gerar um aumento dos roubos, furtos, e demais tipos de violência relacionadas às áreas urbanas.

Poluição – O grande número de indústrias, automóveis e de habitantes vai impactar o aumento das emissões de gases poluentes, assim como com a contaminação dos lençóis freáticos e rios dos principais centros urbanos.

Enchentes – A impermeabilização do solo pelo asfaltamento e edificações, associado ao desmatamento e ao lixo industrial e residencial, fazem com que os problemas das enchentes seja algo comum nas grandes cidades brasileiras.

Em 2020, 90% da população brasileira estará vivendo nas cidades (a taxa de urbanização é hoje de 85%), assim como seus vizinhos do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai).

Embora seja a menos povoada em relação ao seu território, a região da América Latina e do Caribe é a mais urbanizada do mundo e quase 80% de suas populações vivem hoje nas cidades. Apesar desse panorama, após décadas de êxodo rural, o estudo demonstra que a explosão urbana é coisa do passado e que desde 2000 o crescimento médio anual da população na região tem sido inferior a 2%, crescimento considerado normal, segundo o relatório.

O estudo aponta ainda que a desaceleração populacional na região, iniciada há cerca de 20 anos, deve continuar e que até 2030 o número de habitantes na maioria dos países latino-americanos e caribenhos crescerá menos de 1% ao ano. A atual estabilidade demográfica é muito vantajosa para várias dessas nações, onde a população ativa supera em muito a de crianças e velhos.

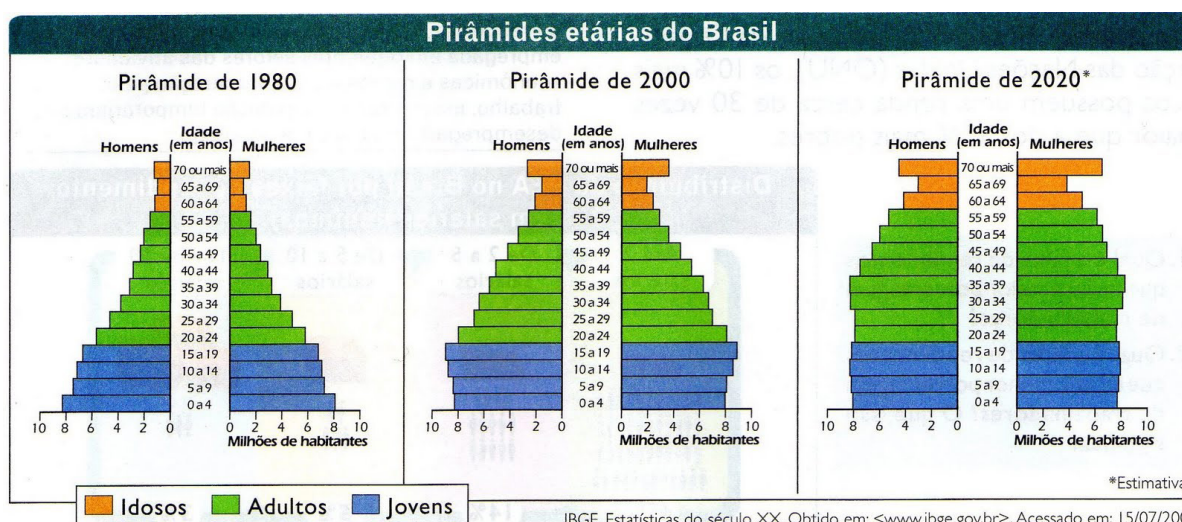
A situação privilegiada, porém, não durará mais que 30 anos e as nações devem aproveitá-la para se preparar para um futuro sustentável, com boa estrutura para os idosos que serão maioria em algumas décadas. Para aproveitar esse momento, o estudo sugere uma série de medidas e novo modelo de crescimento diferentes dos atuais, que impulsionem a expansão das periferias, de rodovias, condomínios fechados e veículos individuais.

A proporção de pessoas vivendo em favelas diminuiu nas últimas duas décadas, mas o relatório mostra que cerca de 111 milhões de pessoas ainda vivem nesses espaços, a maioria segregada socialmente e espacialmente, com poucos locais de lazer, pouco transporte público, serviços básicos precários e poucos equipamentos sociais e estruturas produtivas. Atualmente, 124 milhões de habitantes nas cidades vivem em situação de pobreza, uma em cada quatro pessoas nas áreas urbanas.

CRESCIMENTO

Crescimento demográfico, distribuição e estrutura

A população brasileira está irregularmente distribuída no território, isso fica evidente quando se compara algumas regiões ou estados, o Sudeste do país, por exemplo, apresenta uma densidade demográfica de 87 hab/km², as regiões Nordeste, Sudeste e Sul reúnem juntas 88% da população, distribuída em 36% de todo o território, fato contrário à densidade demográfica do Norte e Centro-Oeste, que são, respectivamente, 4,1 hab/km² e 8,7 hab/km², correspondendo a 64% do território total.



Os brasileiros atualmente exercem um grande fluxo migratório, internacional e nacionalmente, nesse processo é importante salientar a diferença entre emigração (saída voluntária do país de origem) e imigração (o ato de estabelecer-se em país estrangeiro).

Acerca das migrações externas o significado está no fluxo de pessoas que saem do seu país para viver, ou mesmo visitar, outro país, geralmente países desenvolvidos; já as migrações internas caracterizam-se pelo deslocamento populacional que se realiza dentro de um mesmo país, seja entre regiões, estado ou municípios. No Brasil cerca de 40% dos habitantes residem fora dos municípios que nasceram.

Os principais fluxos migratórios no Brasil estão voltados para os nordestinos que saem em direção ao Sudeste e Centro-Oeste, isso muita vezes é provocado devido às questões de seca, falta de emprego, baixo índice de industrialização em relação às outras regiões, dentre outros fatores.

Outro fluxo bastante difundido é em relação aos migrantes do Sul que saem em direção às regiões do Centro-Oeste e Norte, esse processo deve-se aos agricultores gaúchos que procuram novas áreas de cultivo com preços mais baixos.

Geografia Urbana

O estudo da estrutura intraurbana não será satisfatório se não abarcar as localizações, os elementos da estrutura urbana, nem as correlações ou partes componentes do todo das cidades, como aponta Flávio Villaça, em Espaço Intraurbano no Brasil. Nessa perspectiva, faz-se premente a leitura dialética do ordenamento territorial encarado como um processo o que conduz a uma abordagem em termos de movimento das estruturas urbanas, onde várias forças atuam com sentidos e intensidades diferentes. Iniciamos a discussão, então, afirmando que o capital imobiliário é um falso capital, visto que o mesmo não se origina na atividade produtiva, mas na monopolização dos acessos, das mobilidades e das localizações intraurbanas; o capital imobiliário é um “valor” que se valoriza pelo poder do monopólio reproduzido nas cidades. Esse enfoque é necessário em um momento em que a realidade social (refletida na produção das cidades e nas relações do urbano e da urbanização) transforma-se tenazmente, de maneira que importa partir de problemas estabelecidos, de amplas e integradoras propostas requerentes de novas teorias, novos métodos e busca de novos elementos empíricos para a elucidação da Geografia Urbana que se projeta.

Um dos grandes desafios posto a geógrafos, arquitetos, urbanistas e planejadores parece ser o de capturar as cidades enquanto totalidades urbanas inseridas na “totalidade-mundo”. As cidades são divididas em vários elementos, reproduzem-se estudos pontuais sobre temas particulares: densidade demográfica, áreas industriais, áreas comerciais, preço da terra, setores do terciário (avançado ou não), áreas de intervenção turística etc. A análise por meio de elementos estanques perfaz-se em uma frágil visão de totalidade ou de conjunto, o que a torna insuficiente para auxiliar na estruturação de uma base teórica e prática sobre o espaço urbano. Pouco se avançou na investigação sobre o conjunto da cidade, sobre a articulação de suas várias áreas funcionais, ou seja, sobre a estrutura intraurbana regida pelo movimento das contradições da reprodução ampliada do capitalismo global. A renda diferencial no espaço urbano é, na

verdade, um diferencial de valor criado pelo poder do monopólio; as glebas de terra urbana possuem preços diferentes porque têm valores diferentes e não porque produzem rendas diferentes e esse diferencial se dá pelo monopólio criado pela singularidade da localização.

Dentro desse escopo de análise posto por geógrafos e arquitetos, é primordial o entendimento da relação entre: os transportes, as localizações, a valorização da terra e a estrutura urbana. Em suma, cabe indagarmos as necessidades, as possibilidades e os limites da circulação territorial ou da mobilidade social que sustentam tanto o mercado regional, nacional e, quiçá, global (não apenas nas grandes metrópoles contemporâneas), quanto a vida do lugar. Nessa tendência, as singularidades locais parecem ser os novos elementos de uma dinâmica que forja o capital simbólico da distinção urbana (daí a projeção das cidades capitalistas pós-industriais e sua terciarização). Um bom exemplo do movimento das contradições na “produção” da renda de monopólio em nossas cidades grandes e médias, sobretudo, é explicitado por Maria Adélia Aparecida de Souza, em sua tese de livre-docência. Para a autora, a rápida instalação do processo de verticalização urbana relaciona-se fortemente com o processo de periferização, caracterizado pela localização dos pobres em áreas da cidade esquecidas pelos agentes imobiliários. Assim, é um equívoco pensar os problemas urbanos ou a lógica da renda da terra urbana sem ponderar as contradições da organização social, os símbolos e os sentidos que projetam as cidades e redirecionam as direções de seu crescimento. O preço da terra urbana advém de três elementos primordiais, imbricadamente: seu preço de produção, seu preço de monopólio e seu valor simbólico coletivo (também individual).

A principal renda existente no caso urbano é a renda de monopólio, que rebate no preço da terra e agrega os outros dois componentes. Essas questões preliminares conduzem-nos ao pensamento sobre o planejamento de cidades e os instrumentos urbanísticos, bem como os diagnósticos possíveis no movimento contraditório da produção do urbano e da revalorização simbólica e imaginária construída sobre as cidades com o apoio técnico-científico e da informação. O presente ensaio introduz uma discussão preliminar sobre utopias e possibilidades do planejamento urbano; reconhece a importância de uma geografia aplicada ao planejamento para além da leitura das formas ou das funções urbanas, mas sobretudo, envolvida com a essência dos processos que ressignificam as cidades em sua totalidade.

O movimento das cidades – representações e diagnósticos no planejamento urbano

O processo especulativo decorre da extensão horizontal-vertical das cidades, com a implantação diferencial dos serviços coletivos que produzem a particularidade das localizações. O capital monopolista urbano agrava a diferenciação e, conseqüentemente, faz emergir a cidade econômica em vias da privatização, em detrimento da cidade social do coletivo. Logo, os produtos da escassez se afirmam vigorosamente e, com isso, ampliam-se as diferenças entre setores urbanos diante de uma urbani-

zação corporativa (gestada pelos interesses das grandes empresas, que se expandem e consomem os recursos públicos depositados na infra-estrutura que as atendem).

As cidades crescem atendendo aos interesses das grandes e médias empresas e corporações, os quais abrangem desde subsídios fiscais a infraestrutura territorial. É importante reconhecermos que, no movimento das cidades, há uma íntima relação entre o seu crescimento físico e as vias regionais de transporte vias de escoamento que entrelaçam o local-regional-nacional. Enquanto as ferrovias provocam um crescimento descontínuo e fortemente nucleado (em que os núcleos de crescimento são as estações), as rodovias promovem uma expansão descontínua, e menos nucleada do que as ferrovias, como pode ser observado através das maiores rodovias estaduais e federais do Brasil e o espraiamento das cidades ao longo desses eixos. Podemos concordar com as afirmações e os indícios de que a estrutura espacial das metrópoles brasileiras se configura mais enquanto setores de círculos, ou seja, setores mesmo de intervenção do capital, do que segundo círculos concêntricos. As principais evidências deixam marca de que, nas metrópoles brasileiras, os bairros residenciais de alta renda deslocam-se no sentido das principais vias e não em coroa de círculos; a essência do sentido radial do crescimento das cidades no Brasil ocorre pela necessidade de manter o acesso ao centro ou às principais centralidade urbanas, enquanto as cidades dos países desenvolvidos cresceram respondendo à coroa de círculos concêntricos, justificável pelo menor desequilíbrio entre as classes sociais e seu movimento sobre o território urbano.

A título de exemplificação, novos centros consolidados após a década de 1970 – de Belo Horizonte (Savassi), Salvador (arredores do Iguatemi), São Paulo (as avenidas Faria Lima, Berrini, Chucrí Zaidan e Paulista) e Recife (Boa Viagem), seguiram os bairros residenciais de alta renda. A partir dos estudos consultados para este ensaio teórico – Ermínia Maricato, Milton Santos e, especialmente, Flávio Villaça –, fica claro que os bairros residenciais elitizados ou os bairros em processo de valorização, nas grandes e médias cidades brasileiras, tendem:

- A acompanhar as vias especiais de fluxos, os núcleos existentes de edificação e os centros comerciais e financeiros proeminentes. Isso pode ser contemplado em eixos de São Paulo como a Avenida Paulista, Avenida Faria Lima, Avenida Berrini, Rua Augusta, Marginal Pinheiros; de Brasília, como o Plano Piloto (área central) e imediações das principais vias que atravessam a Asa Sul e a Asa Norte; de Belo Horizonte, como a Avenida Afonso Pena e eixos transversais, as cercanias da Avenida Amazonas e do Contorno e a região da Pampulha.
- A seguir, junto às estratégias imobiliárias, a implantação de instituições públicas e privadas, como as universidades, formando as chamadas cidades universitárias e seus bairros mais valorizados de entorno, como temos em São Paulo (Butantã), Campinas (Barão Geraldo), Belo Horizonte (Pampulha), Brasília (Asa Norte) etc.
- A crescer na direção dos terrenos de topografia mais elevada ou de melhor índice de habitabilidade, longe de inundações e deslizamentos de terra.

Caso dos bairros Bauxita, Vila N. Sra. de Lourdes e Jardim Alvorada, em Ouro Preto, onde o preço da terra é dos mais elevados dessa cidade setecentista. Como falamos em tendência de ocupação e não em regra, também identificamos bairros nobres em áreas de risco, devido à maratona por condomínios, especialmente nas grandes cidades. A permissividade do Estado ratifica a ação, muitas das vezes descompromissada, do mercado.

- A acompanhar o movimento de escritórios, bancos, lojas, novos setores financeiros e comerciais, tendência evidente em diferentes áreas de nossas metrópoles.
- Ao longo das principais e mais fluidas linhas de transporte coletivo e individual.
- A respeitar os promotores imobiliários, enquanto agentes capazes de desviar a direção de crescimento das áreas residenciais ou comerciais e do terciário (o terciário avançado segue as tendências dos promotores imobiliários, dinâmica esta emergente em grandes cidades como São Paulo, em que a Avenida Chucrí Zaidan, na zona sul da capital, poderá ser o maior polo de escritórios da cidade: os 872 mil m² existentes e em processo de renovação, até 2016, serão o dobro da oferta da Avenida Paulista e 40% superiores à da Faria Lima).

Nessa tendência, o marcante traço da cidade capitalista pós-industrial permanece na segregação socioespacial dos bairros residenciais das variadas classes ou grupos, o que faz por criar sítios sociais singulares e simbólicos, o que já era presente, em outra dimensão, na cidade moderna industrial. Quer dizer que, para o planejamento ou diagnóstico de nossas cidades, devemos capturar a concretude da atratividade dos diferentes sítios urbanos que compõem uma mesma cidade, a posição das diferentes vias de circulação, a localização das indústrias, do comércio e dos serviços, os traços da cultura urbana peculiar, em seus distintos sítios, e as novas políticas que redundam, ao mesmo tempo, no espraiamento das cidades e na escolha dos setores de intervenção, o que leva à fragmentação do urbano e à diluição da urbanidade.

Essas são algumas das forças que imprimem movimento na estrutura urbana e levam ao crescimento das cidades em sua totalidade orgânica e sistêmico-contraditória. Logo, como as cidades são produtos de um vira-se universal, devemos ter cuidado com os “modelos” simplificados de sua esquematização. Os modelos são estáticos e pouco capturam a tendência do movimento da urbanização. Devem ser considerados, para uma análise mais aprofundada, três tipos de segregação urbana.

- Oposição centro valorizado – periferia precarizada em simultânea dependência.
- Separação crescente entre zonas de moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e zonas de moradias populares, mutuamente correlacionadas.
- Esfacelamento generalizado das funções urbanas, disseminadas em zonas geograficamente diferentes e cada vez mais especializadas (zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradias, zona terciária de financeiras etc.). Isso representa a

consequência espacial do modelo modernista de fragmentação funcional. Apesar do zoneamento e com o zoneamento, novas centralidades emergem como resistência ou busca de soluções à fragmentação que redundam no distanciamento das áreas centrais urbanas. A separação crescente entre as zonas de moradias de classes altas e baixas, o movimento das zonas industriais, comerciais e de serviços - que extrapola a delimitação política do município, algumas das vezes - e os processos de intervenções territoriais setorializados (renovação urbana) constituem as forças atuantes no presente sobre a estruturação do espaço urbano (sobretudo, metropolitano) no Brasil.

Os instrumentos de gestão urbana e o papel do Estado – algumas anotações

Diante desse quadro contraditório da produção do urbano, ocorreu, no final do século XX, a transferência das diretrizes federais para o desenvolvimento urbano (que envolvem questões de conflitos fundiários) para a esfera dos municípios. Não é devido a ausência de leis ou planos (considerando-se a institucionalização dos Planos Diretores para municípios acima de 20.000 habitantes, no início do século XXI) que as áreas de risco geológico, de inundação ou escorregamentos são imprópriamente ocupadas, mas sim pela ausência de alternativas da população de baixa renda. As áreas que não despertam o interesse do mercado imobiliário - vulneráveis à ocupação e/ou protegidas por legislação ambiental, restam enquanto locais de moradia dos pobres e formação de favelas nas cidades brasileiras em suas distintas escalas, contraditoriamente, em face da permissividade estratégica do Estado. Vigora, em nossas cidades, o que já tratamos por "construção social do risco socioambiental e um necessário combate à naturalização dos eventos trágicos".

Na perspectiva de uma dialética espacial (presente em Edward Soja, David Harvey, Milton Santos e que trazemos para nossa tese doutoral), o próprio espaço atua como mecanismo para exclusão, onde a segregação é a manifestação da renda fundiária urbana, produtora de uma diferenciação do atributo de localização que, no limite, reproduz a possibilidade do monopólio. No amplo contexto do movimento contraditório das cidades, os instrumentos de gestão transplantados de realidades externas pouco aprofundam no entendimento da realidade das cidades brasileiras. Os instrumentos urbanísticos (planos diretores e leis de zoneamento) ignoram que, na cidade dos países periféricos ou mesmo em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, o mercado residencial atende a uma porcentagem ínfima da população problemática que se apresentaram com menos força às governanças urbanas e até mesmo cientistas das prestigiadas cidades dos países do norte.

Uma Geografia Urbana Aplicada ou uma Geografia Aplicada ao Planejamento (cuja metodologia analítica virá sintetizada no tópico seguinte) não deve negligenciar que a especulação imobiliária ou a renda da terra urbana derivam da relação do sítio social com o mercado e

ante a disputa pela localização nas cidades inclusive com novos símbolos e signos criados. É uma dinâmica que inclui expectativas, onde a sociedade urbana transforma seletivamente os lugares em nome das exigências funcionais e do valor simbólico que os lugares incorporam. Em resumo, a oferta de loteamentos fechados, os condomínios horizontais e verticais, junto às novas centralidades oriundas do movimento das cidades ou da expansão urbana recente (áreas eleitas para novos investimentos acompanhados de intervenções setorializadas como renovação, requalificação, revitalização e reabilitação urbanas) parecem confabular a tipologia mais recente da expansão das cidades em nome do monopólio criado pela localização, pela irreplicabilidade dos lugares e pelo capital simbólico forjado.

Essa tipologia retrata a relação imbricada e cada vez mais evidente dos valores de uso, de troca e simbólicos que convergem no plano das cidades, de maneira que devemos questionar o próprio valor de uso, sobretudo, do valor simbólico que se produz nas cidades. Quais são os símbolos criados? Por que são forjados? Como se dá, nessa tendência, a relação comunidades-mercado-Estado? A humanização da política, do planejamento, das técnicas e dos técnicos faz-se urgente (utopia?). Os instrumentos urbanísticos - planos diretores e leis de ocupação e uso da terra - devem efetivar a leitura das cidades enquanto totalidades urbanas inseridas na "totalidade-mundo". Representações e diagnósticos devem interpretar a extensão da urbanização, os novos centros ou centralidades, as políticas públicas e a politização do território a partir das áreas segregadas e não das áreas valorizadas.

Zonas Homogêneas e Zonas Híbridas na valorização da terra urbana – limites, possibilidades e metodologia para uma representação cartográfica

Os bairros das cidades brasileiras (em suas diferentes escalas) tendem a apresentar uma homogeneidade socioespacial relativa. A partir da década de 1970 (com o advento da chamada urbanização a baixos salários), assistimos a proliferação de favelas em áreas residuais, devido ao movimento rural-urbano (que hoje, quase meio século após o surto industrial brasileiro, evidencia-se no viés urbano-urbano com a nova perspectiva incorporada pelas cidades médias e a dinâmica que as mesmas imprimem nos fluxos populacionais, dada a emigração-desconcentração oriunda das metrópoles). Por assim dizer, uma importante metodologia de leitura das cidades em sua totalidade encontra subsídio no planejamento urbano com enfoque na dinâmica de bairros ou no planejamento de bairros. Este é um relevante direcionamento a ser assumido pelo geógrafo de formação humanística, não se atendo à morfologia urbana; sua contribuição pode ser significativa no pensamento e na prática urbanas.

O planejamento e, por assim dizer, os planos diretores e o zoneamento, devem primar pela construção de indicadores complexos e sua representação em mapas sobre: índice de pobreza, índice de desenvolvimento, índice de exclusão social, distribuição de renda, vulnerabi-

lidade social, serviços públicos, qualidade da água, qualidade ambiental, conforto térmico e outros possíveis. O indicador sintético dessa análise é a qualidade de vida urbana a ser apreendida por meio de análises empíricas participativas e interpretativas.

Outra relevante técnica (e possibilidade) nos diagnósticos urbanos (que não devem excluir a perspectiva da visão dialética da realidade cidadina) consiste no sensoriamento remoto, que pode nortear, inicialmente, a leitura das cidades ou a tomada de decisão dos planejadores sobre: adensamento populacional, infraestrutura e riscos ambientais, estudo da expansão urbana, crescimento da mancha urbana, cobertura florestal ou de herbáceas, atividades agrícolas, loteamentos recentes, áreas de intervenção urbana e outros possíveis. Nessa lógica, é comum a ideia de que os planos diretores devem prever os eixos de expansão das cidades e, em função disso, devem ser criadas propostas de intervenção democrática sobre a produção urbana. Porém, tais propostas ou leituras presentes nos planos diretores ou leis de ocupação e uso da terra das cidades brasileiras nem sempre são viáveis, objetivas e convincentes.

Nossas cidades são produtos e produtoras de zonas específicas de uma fragmentação articulada na totalidade do território urbano, ou seja, refletem o movimento entre a hibridiz e a homogeneidade socioespacial intraurbana, caracterizado pelo poder de localização e de acessibilidades que redundam no poder de monopólio rentista. Ao sobrevoarmos uma cidade, analisarmos uma imagem aérea de grande escala ou realizarmos um campo em cidades de topografia acidentada onde nos posicionemos em pontos mais elevados, quase sempre é possível identificarmos zonas diferenciadas de ocupação que se correlacionam e se complementam. Grosso modo, formam-se áreas com duas características paisagísticas: uma zona homogênea na periferia e outra zona homogênea e diferenciada nas áreas centrais ou pericentrais. Esse golpe de olhar, no entanto, é incapaz de desvendar o híbrido da forma-conteúdo dessas paisagens.

Há de se desvendar os interstícios do território adensado; o diagnóstico simultâneo à indicação cartográfica relatada é uma metodologia possível para uma compreensão mais detalhada do fenômeno urbano, através de cada bairro que forma a cidade. Só assim podemos ultrapassar a impressão de homogeneidade das zonas urbanas (essa homogeneidade, reiteramos, é relativa do ponto de vista da localização do observador e da profundidade da análise qualitativa). Se a segregação é um processo necessário à dominação política e socioeconômica nas cidades, a valorização de determinadas áreas corresponde à precarização de outras, produto do próprio jogo imobiliário. Quando os atributos de localização e acessibilidades - junto à valorização simbólica tendenciosa e classista imperam como quesitos de vanguarda do domínio público-privado do urbano, o planejamento não se efetiva com as políticas sociais, tornando os discursos e até as práticas de democratização do urbano com efeito de curta duração.

Mais do que identificar áreas concêntricas de valorização do território, o que se explicita em nossas cidades - na busca dessas zonas são manchas de valorização da terra urbana tributárias da precarização de outras áreas.

Difundem-se zonas homogêneas e zonas híbridas favorecedoras da fragmentação articulada do território urbano, e zonas homogêneas e zonas híbridas resultantes da fragmentação articulada do território urbano. A nova economia urbana atrai, aceleradamente, produtores externos da lógica de ordenamento do território intraurbano, quer seja pelo poder do capital imobiliário, quer seja pelos artifícios dos agentes econômicos da cultura, de maneira que as áreas mais valorizadas tendem para os setores de comércio, de lazer e de serviços, para as quais se dirigem, também, parte dos bairros de classe média e alta.

O que caracterizamos, genericamente, por zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano corresponde ao grau de homogeneidade interna de certos bairros de uma cidade e ao caráter "coerente" da hierarquia estabelecida em relação ao centro ou setores valorizados ou seja, apresenta articulação positiva e complementar às áreas centrais do tecido urbano, no que diz respeito aos usos do território e à circulação. O agrupamento, o elevado índice de equipamentos, serviços e a maior presença de infraestrutura urbana, então, denunciam uma qualidade de vida superior a outras áreas da cidade. Pode ser observada a presença de outras centralidades nessa zona, que não negligenciam o centro, mas representam a sua extensão mais positiva com a troca de produtos e serviços, propiciando a fluidez do território (comunicação, circulação, e localização). Essa zona que se aproxima de uma homogeneidade (relativa) tende a localizar o nó vital da rede de deslocamento e da produção urbana, da vida econômica e cultural de uma cidade.

A paisagem urbana traduz as relações socioeconômicas de que uma cidade é palco e, em seu movimento, retrata as transformações que interferem nas diferentes localizações e nas distintas possibilidades de acessos que, no limite, dizem respeito à "aproximação" das áreas centrais da mesma cidade. Um centro ou as áreas centrais perfazem-se como territórios "chegáveis" e verdadeiramente "alcançáveis" pelos agentes, atores ou sujeitos ligados, de alguma maneira, ao que tratamos por zona homogênea valorizada do território urbano. Na realidade, essa zona agrega uma paisagem urbana que, na perspectiva dos fluxos, guarda o funcionamento interno da economia urbana, tomada em sentido mais amplo, para além do uso residencial. Como destaca Milton Santos, em Manual de Geografia Urbana, a circulação é tanto um epifenômeno resultante da distribuição espacial das atividades econômicas e do habitat das diferentes categorias sociais como o motor da evolução urbana.

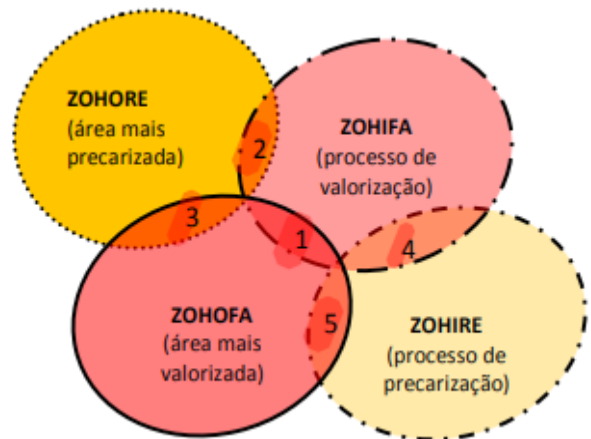
Se, por um lado, esboçam-se manchas que consolidam a zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano, dialeticamente, seu produto e produtora é uma também consolidada zona homogênea resultante da fragmentação articulada do território urbano. Essa última pode ser tratada, também, como zona precarizada do território urbano; esse território, via de regra, comporta a população com menor poder de mobilidade e circulação na cidade. Implanta-se um paradoxo ao mensurarmos a relativa mobilidade da população dessa zona precarizada, quando essas manchas correspondem às áreas mais necessitadas material

e simbolicamente das áreas centrais, e mais: compreendem, normalmente, os bairros de maior densidade demográfica; são zonas de habitação de médio para baixo ou precário padrão construtivo; representam áreas com baixa presença da municipalidade (infraestrutura urbana); retratam territórios de uso predominantemente residencial com precário atendimento em comércio e serviços; por vezes, localizam-se nas chamadas áreas de risco. Ou seja, a população dessa zona é, por um lado, a mais dependente das antigas e novas centralidades urbanas, e, por outro lado, são as de menor poder de mobilidade e de acessos urbanos (aos serviços, ao comércio, ao lazer, à cultura, à saúde, à vida digna, etc). Ora, a homogeneidade dessa zona resultante da valorização de outras áreas se deve ao fato de que a morfologia das cidades reflete a realidade econômica e social definida historicamente por nossas elites. Essa zona traz a formação periférica das cidades constituídas a duras penas ao longo de nossa história de instalação, exploração e complexização territorial, ocorrida de forma mais intensa no período da chamada modernização conservadora ou da industrialização a baixos salários. Acompanham esse movimento contraditório de ordenamento do território urbano identificável por meio de uma cartografia da totalidade urbana mais dois tipos de zonas que se perfazem de maior hibridez: aquelas favorecedoras da fragmentação articulada do território por agregarem bairros que sofrem incipiente processo de valorização, quer seja pelo comércio de abastecimento implantado, quer seja por se constituir como novo eixo de expansão urbana para novas elites; e outras resultantes da fragmentação articulada do território urbano, que concentram as áreas mais precárias da cidade.

Nessas zonas híbridas (favorecedoras ou resultantes da fragmentação socioterritorial), as condições de vida, de infraestrutura e de moradia não são das melhores, mas encontram-se, normalmente, em processo de avanço; prevalece uma hibridez da forma-conteúdo que as dão notoriedade. Os bairros apresentam-se híbridos por agregarem famílias de baixas camadas sociais e, em uma nova perspectiva de valorização incipiente da terra nessas áreas, receberem novos moradores da classe média e baixa que chegam ou se movimentam na cidade. Para resumir, o que estamos tratando é de um modelo para a leitura do território urbano, o qual representa uma possibilidade de captura e interpretação do território intra-urbano em movimento, ou seja, é um modelo não-estático e que se adequa ao próprio movimento da urbanização precária que assistimos no presente, no Brasil. Seguem no esquema a tipologia desse olhar dialético de recíproca determinação sobre o urbano:

- **ZOHOF** - Zona homogênea favorecedora da fragmentação articulada do território urbano. Compreende as porções mais valorizadas do território urbano. Representa a zona de interferência direta nas demais zonas (1, 3 e 5) e, normalmente, a zona que depende da precarização das demais para subsistir.
- **ZOHORE** - Zona homogênea resultante da fragmentação articulada do território urbano. Engloba as porções mais precarizadas do território urbano. Fato que se deve à interferência recíproca das duas zonas favorecedoras da fragmentação do território urbano (2 e 3).

- **ZOHIFA** - Zona híbrida favorecedora da fragmentação articulada do território urbano. Vai representar antigas áreas degradadas ou novos eixos de expansão urbana em processo de valorização. Sofre interferência e interfere, mutuamente, em todas as zonas (1, 2 e 4).
- **ZOHIRE** - Zona híbrida resultante da fragmentação articulada do território urbano. Áreas em franco processo de precarização, tanto pela influência da zona homogênea mais valorizada (jogo do mercado imobiliário), quanto da zona híbrida em processo de valorização (4 e 5).



Apresentada essa metodologia de leitura do território urbano, que corresponde a uma possibilidade de interpretação do palimpsesto que se constitui nossas cidades terciárias, das indústrias de ponta e do monopólio (inclusive cultural), é importante afirmar que a maior barreira imposta a uma Geografia Urbana Aplicada é a limitação do cientista ou do planejador que traz em sua formação uma visão geométrica do mundo, que negue a perspectiva existencial e dos sentidos da vida nas cidades. Para além de réguas e pranchetas, da outorga ou da leitura particular de instrumentos urbanísticos, os profissionais geógrafo, planejador e arquiteto devem buscar a essência que rege a produção do urbano, da urbanidade, da cidade e da vida na totalidade urbana, ou seja, em cada um de seus bairros, em cada uma das zonas que formam o território, bem como as influências externas dessa produção. Cada caso trará suas peculiaridades.

As possibilidades (para alguns, utópicas, pois o planejamento seria um mero instrumento perverso de controle do Estado) advindas dessa leitura são muitas, mas convergem para um notório e importante elemento: a produção de um indicador sintético da análise geográfica aplicada ao planejamento, que é a qualidade de vida urbana. Texto adaptado de COSTA. E. B. D.

Regiões e RIDEs

Região metropolitana é um grande centro populacional, que consiste em uma (ou mais) grande cidade central (metrópole), e sua zona adjacente de influência. Geralmente, regiões metropolitanas formam aglomerações urbanas, ou uma região com duas ou mais áreas

urbanizadas intercaladas com áreas rurais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 deixa a cargo dos estados a instituição de regiões metropolitanas, que não possuem personalidade jurídica própria, e têm como principal objetivo a viabilização de sistemas de gestão de funções públicas de interesse comum dos municípios abrangidos.

Rides são as regiões metropolitanas que se situam em mais de uma unidade federativa, criadas por legislação federal específica. São três: Distrito Federal e Entorno (DF/GO/MG), Pólo Petrolina e Juazeiro (PE/BA) e Grande Teresina (PI/MA).

Mercado de trabalho

No longo período de tempo compreendido entre 1970 e 2007, os padrões de localização dos trabalhadores e das trabalhadoras no mercado de trabalho apresentaram algumas alterações. No último ano da série, a indústria – aqui incluídas a de transformação e de construção civil –, e o agropecuário, seguidos do comércio, nessa ordem, concentraram a ocupação masculina. Em relação a 1970, registrou-se uma inversão, o agropecuário perdendo terreno em favor da indústria: 51% dos ocupados trabalhavam no agropecuário e 20% na indústria, em 1970, versus 21,5% e 27,2%, respectivamente, em 2007. No caso das trabalhadoras, os serviços – aqui inclusos alojamento e alimentação, educação, saúde e serviços pessoais, serviços domésticos e outros serviços coletivos, sociais e pessoais¹ – mantêm-se como áreas privilegiadas de inserção das mulheres no mercado de trabalho, mesmo que, no decorrer do longo período aqui considerado, venha se dando uma diminuição da ocupação feminina, que, concomitantemente, se diversificou. Assim, em 1970, 54,9% das ocupadas o eram nos serviços e no setor social, em 1998, 47,5%, em 2002, 44,1% e, em 2007, 43,6%.

Ressalve-se que, a partir de 1992 o IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ampliou o conceito de trabalho adotado em seus levantamentos, o que contribuiu para a maior visibilidade do trabalho feminino. Além disso, a partir do Censo de 2000, com a CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, que adota novas desagregações dos setores e seções de atividade, pôde-se esclarecer o peso de algumas atividades na ocupação feminina e diferenciá-la, por comparação, do padrão masculino. É assim que, por exemplo, na prestação de serviços, em 2007, 16,4% das ocupadas e cerca de 1% dos ocupados executavam serviços domésticos. Ou ainda, 16,9% das mulheres estavam exercendo atividades na área de educação, saúde e serviços sociais contra apenas 3,6% dos homens. E essas proporções são assemelhadas às de 2002.

Mas quais são as profissões desenvolvidas pelos brasileiros e pelas brasileiras?

Analisando a matriz ocupacional de todos os trabalhos desempenhados pelos brasileiros e brasileiras, entre os anos 1998 e 2007, dois movimentos igualmente importantes podem ser identificados². O primeiro diz respeito a um padrão de inserção profissional segundo o sexo que tendeu a se repetir em 2002 e 2007, denotando uma clara segmentação quanto às áreas de atuação pro-

fissional de homens e de mulheres. Cerca de 1/3 destas, por exemplo, desenvolviam profissões dos serviços, um pouco mais de 10% em atividades de vendas no comércio, igual proporção em serviços administrativos. A proporção de trabalhos femininos relativos à agropecuária, porém, decresceu no período, acompanhando a queda da ocupação geral no setor: de 16,5% em 2002, para 13,8% em 2007. Quer dizer, os dados informam que para o grosso do contingente feminino, as chances de trabalhar são maiores em determinados setores econômicos – principalmente o setor de Prestação de Serviços –, e em grupos de ocupações típicos desse setor, nos quais sua presença já é tradicional, como professoras, pessoal de enfermagem, secretárias, recepcionistas. Representam, portanto, continuidades no padrão de ocupação das mulheres.

Os homens, por seu lado, têm maiores chances em trabalhos de produção de bens e serviços industriais, de reparação e manutenção (cerca de 33%), em profissões da agropecuária (pouco mais de 20% e também decrescente no período), de vendas (11%), em profissões técnicas de nível médio (próximo dos 7%).

O segundo movimento é a ampliação do leque profissional das mulheres nos últimos 40 anos, de forma inquestionável e contínua, que se deve, entre outras razões, ao aumento da sua escolaridade e à diversificação das suas escolhas educacionais (Veja série Mulheres brasileiras, educação e trabalho). Os órgãos de imprensa nos lembram desse movimento com frequência, ao localizarem algumas “pioneiras”, p.ex., pilota comercial, reitora de universidade, presidenta de banco ou de grande empresa, militar, deputada, senadora ou vereadora, mas também mecânica de automóvel, atleta, tratorista, condutora de ônibus ou caminhão etc. As informações trazem indícios que ratificam esse cenário. É crescente a participação feminina, particularmente nas profissões de nível superior das ciências e das artes (7,9% em 1998, 8,3% em 2002 e 9,5% em 2007) e, embora menos expressiva, em cargos dirigentes como membros superiores do poder público, gerentes e diretores de empresas (de 3,5% em 1998 para 4,2% em 2007). Esses números adquirem maior poder explicativo quando comparados à ocupação masculina, estável em torno dos 4,5% a 5% nos dois grupos de ocupação mencionados, durante todo o período analisado.

Para observar mais de perto esses dois padrões de gênero nas profissões, classificamos as famílias ocupacionais (agregados de ocupações) em faixas de maior ou menor presença feminina, pelo montante de empregos formais destinados às mulheres, em 2007 e, dentre cada faixa selecionamos profissões femininas mais e menos tradicionais.

Assim, entre as famílias ocupacionais em que mais de 70% dos empregos são femininos, estão, p.ex., profissões de diversos níveis de qualificação, em que a presença da mulher já é tradicional, como as Fonoaudiólogas (96%), as Nutricionistas (94%), as Professoras de nível superior do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries (82,5%), as Técnicas em Biblioteconomia (77%), as Cozinheiras (72,5%), as Biólogas e afins (71%).

Naquelas famílias em que, entre 50 e 69% dos empregos são femininos, encontramos profissões tradicionalmente femininas, p.ex., Técnicas em Administração (55%), trabalhadoras da preparação da confecção de calçados (51%), ao lado de outras que vêm se feminizando celeremente, como Farmacêuticos (68%), Técnicos em Turismo (62%), Cirurgões-Dentistas (59%). Finalmente, na outra ponta, entre as famílias ocupacionais em que menos de 30% dos empregos são femininos- podendo ser consideradas redutos masculinos- podemos encontrar:- a presença feminina mais disseminada, entre outros, junto aos Artistas de circo (29%), os Peritos criminais (27%), os Catadores de materiais recicláveis (22%), os Engenheiros civis e afins (18%) e, – menos visível entre os trabalhadores de apoio à agricultura (13,5%), os Técnicos em pecuária (11,5%), os Engenheiros mecânicos (6%), os Motoristas de ônibus urbanos, metropolitanos e rodoviários (1%).

¹Até 1998, essas atividades encontravam-se agregadas em “prestação de serviços” e “social”. Com a adoção da CNAE- Classificação Nacional de Atividades Econômicas, em 2000, o IBGE pôde desagregá-las nas categorias enunciadas. A comparação com anos anteriores ficou impossibilitada em função das mudanças na agregação da categorias, reduzindo a presente série a 10 anos. O ano de 1998 foi estimado a partir das proporções do Censo 2000.

Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – Domiciliar (CBO-domiciliar),utilizada pelo IBGE, desde 2000. Esta série histórica remonta a apenas 10 anos devido à adoção dessa nova classificação de ocupações, o que descontinuou a possibilidade de comparação com anos anteriores. O ano de 1998 foi estimado a partir das proporções encontradas no Censo de 2000.

<https://www12.senado.leg.br/cidadania/edicoes/350/regiao-metropolitana-fica-em-um-so-estado-ride-e-mais-abrangente>

<http://www.institutoiab.org.br/lugar-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-setores-de-atividade-e-estrutura-ocupacional/>

Migrações internacionais e migrações internas

A população brasileira é constituída por uma grande miscigenação de etnias e culturas. Os brasileiros são uma mistura principalmente de povos europeus e africanos que Emigraram para o Brasil a partir de seus países de origem entre meados do século XIX e XX, e que aqui se tornaram Imigrantes ao chegar.

Eles se somaram à população indígena original e aos portugueses que aportaram em 1500. Da Europa vieram depois mais portugueses, italianos, espanhóis e alemães entre três e quatro séculos após o descobrimento.

Já no século XX vieram os asiáticos japoneses e do Oriente Médio os sírio-libaneses, entre outros. E, no período do entre-guerras no século XX diversas pequenas ondas de países da Europa e do Oriente Médio também emigraram de seus países para o Brasil.

A imigração é considerada o ato de entrar em um país permanente ou temporariamente a fim de trabalhar, se estabelecer, e muitas vezes ir buscar melhores condições

de vida. Foi isso que os Europeus, Orientais e Asiáticos vieram buscar. Já os africanos negros vieram forçados, na condição de escravos.

A imigração influenciou cidades e inclusive modificou as paisagens brasileiras, pois esses povos construíram casas e comércios com a arquitetura do seu país de origem. A tradição também se estabeleceu na cultura, culinária, e até mesmo na língua (preservada até hoje em algumas cidades).

A agricultura foi a base do trabalho de muitos imigrantes, com destaque para a plantação de vinícolas na região sul, por exemplo. Também há forte marca dos imigrantes na indústria metal-mecânica no Rio Grande do Sul e no Estado de Santa Catarina, e na indústria têxtil no Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Agora vamos entender o que é a Migração e suas diferenciações! Fique atento!

Migração interna ou inter-regional – É aquela onde pessoas migram dentro do próprio país, mudando de região ou cidade. Ex: uma família que mora no estado da Bahia e migra para o Rio Grande do Sul. Entre os grandes exemplos de migração interna no Brasil estão os êxodos do Nordeste para o Sudeste, com os nordestinos fugindo da seca e de condições precárias de vida, e também a grande migração de nordestinos em direção à fronteira Oeste, para trabalhar na região Norte no chamado Ciclo da Borracha. Foram os ‘Seringueiros’.

Na segunda metade do século XX o Brasil testemunhou outro grande processo de migração interna com a mudança de famílias de agricultores das regiões Oeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná em direção ao Centro-Oeste e depois para o Norte do País, para abrir novas frentes agrícolas.

Migrações Rural ou urbana- É caracterizada pela saída de pessoas da área rural para a área urbana, devido à mecanização da agricultura, pela busca por empregos nas indústrias, comércio e outros setores. O contrário também acontece: da área urbana para a rural, porém é incomum.

Migração sazonal – Caracteriza-se pela mudança temporária de pessoas em função do clima, das estações do ano. As pessoas migram e depois voltam quando finda a estação, conhecida também como transumância.

Migrações Pendulares- é o deslocamento diário da população para o trabalho em cidades vizinhas e do trabalho para residência ao final do dia.

MEIO AMBIENTE E CIDADANIA: PROBLEMAS, POLÍTICAS PÚBLICAS, ASPECTOS LOCAIS E GLOBAIS.

Panorama Geral

Ao pensarmos em atualidades, devemos sempre buscar uma contextualização do assunto abordado, uma vez que as bases históricas que levaram o homem aos referidos eventos são vitais para compreender os estudos sobre as atualidades do Brasil e no Mundo.

Deste modo, é preciso analisar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Entretanto, é necessário lembrar que muitos conteúdos passaram por idas e vindas, logo, é importantíssimo você averiguar os acontecimentos e suas permutações.

Para prestar qualquer tipo de concurso que tenha em seu edital o tema atualidades, é necessário estar bem informado, afinal, as bancas examinadoras estão trazendo temas cada vez mais atuais. Assim, busque atualização sobre os temas, pois pode ocorrer uma tramitação bem próxima a sua prova e as bancas gostam de cobrar exceções.

Facilitando o estudo

Quando for começar seus estudos sobre atualidades, é preciso ter um pouco mais de atenção. Existem muitas variações entre os conteúdos referentes ao Brasil e o Mundo e é muito comum os eventos dialogarem entre si.

Quando for iniciar seus estudos, organize de forma cronológica cada um dos eventos. Isso vai facilitar sua compreensão em de todos os eventos abordados. Entretanto, além dessa periodização, alguns outros aspectos podem facilitar seus estudos. Desta forma, muita atenção aos tópicos a seguir:

- ✓ Evitar análises em cima de suas próprias ideologias;
- ✓ Realizar atualizações é vital para fixar atualidades;
- ✓ Buscar um panorama pré e pós-evento;
- ✓ Fazer relações entre eventos;
- ✓ Construir esquematizações.

Os assuntos aqui tratados (na íntegra ou adaptado) não esgotam o conteúdo em si. Portanto, é de suma importância se manter atualizado através dos meios de comunicação (jornais, telejornais, entre outros).

POLÍTICA

Posse de Jair Messias Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro (PSL), 63, tomou posse como o 38º presidente do Brasil às 15h15 desta terça-feira (1º/01/19), em cerimônia no Congresso Nacional, para o mandato entre 2019 e 2022. Emocionado, ele acompanhou a execução do Hino Nacional antes de fazer o juramento constitucional e assinar o termo de posse. Em seguida, fez seu primeiro discurso no novo cargo. Às 16h35, teve início o cerimonial rumo ao Palácio do Planalto. Após descer a rampa do Congresso ao lado dos presidentes do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), Bolsonaro ouviu novamente o Hino e passou as tropas em revista. Às 17h01, após subir a rampa do Planalto acompanhado da primeira-dama, Michelle, do vice, Hamilton Mourão e da mulher dele, Paula, Bolsonaro recebeu a faixa presidencial das mãos do agora ex-presidente Michel Temer (MDB).

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/01/01/bolsonaro-posse-presidente.htm>)

MP de Bolsonaro reorganiza ministério e dá superestrutura a Moro e Guedes

Nas primeiras horas de seu governo, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) publicou três atos nesta terça-feira (01/01/19): uma medida provisória que determina a estrutura do novo governo e um decreto que estabelece o novo valor do salário mínimo (R\$ 998) e a nomeação de 21 dos 22 ministros do novo governo. A medida provisória publicada em edição extraordinária do Diário Oficial

"estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios", oficializando fusões, extinções e transferências de órgãos e a criação da superestrutura das pastas comandadas por Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública) e Paulo Guedes (Economia).

De acordo com a medida, os seguintes órgãos integram a Presidência da República: Casa Civil, secretaria de Governo, secretaria-geral, o gabinete pessoal do presidente, o gabinete de Segurança Institucional e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais. Também integram a Presidência da República, mas como órgãos de assessoramento, o Conselho de Governo, o Conselho Nacional de Política Energética, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, o Advogado-Geral da União e a assessoria especial do presidente. A Presidência também conta com dois órgãos de consulta: o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

Os ministérios são 16: Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Cidadania; Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Defesa; Desenvolvimento Regional; Economia; Educação; Infraestrutura; Justiça e Segurança Pública; Meio Ambiente; Minas e Energia; Mulher, Família e Direitos Humanos; Relações Exteriores; Saúde; Turismo; e a Controladoria-Geral da União. De acordo com a nova organização, também possuem o status de ministros de Estado o chefe da Casa Civil da Presidência da República; o chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República; o chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; o chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o advogado-geral da União; e o presidente do Banco Central.

(Fonte: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-moro-guedes-ministerio-governo-medida-provisoria-primeiro-ato.htm>)

Flávio Bolsonaro: entenda as suspeitas e o que o senador eleito diz sobre elas

Filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro, o senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) se tornou o centro das atenções da família depois que veio à tona, em dezembro de 2018, um relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão do Ministério da Fazenda, sobre movimentação financeira atípicas feitas por seu então assessor parlamentar, Fabricio Queiroz.

Além disso, Flávio também é investigado por ter ocupado um cargo comissionado na Câmara dos Deputados enquanto fazia estágio e faculdade no Rio.

Já no dia 22 de janeiro, uma nova operação do MP contra 13 suspeitos de envolvimento com milícias trouxe novamente o nome o nome do primogênito de Jair Bolsonaro aos holofotes: Flávio Bolsonaro empregou em seu gabinete parentes do ex-capitão da PM Adriano Magalhães da Nóbrega, acusado de comandar milícias no Rio de Janeiro.

Caso Queiroz

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda que atua na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, produziu um relatório de inteligência financeira que sinaliza movimentações atípicas de diversas pessoas ligadas

à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Entre elas, Fabricio Queiroz, um policial militar aposentado que foi motorista e segurança de Flávio Bolsonaro e é amigo do presidente Jair Bolsonaro desde os anos 1980.

A investigação do Ministério Público Federal, um desdobramento da Operação Lava Jato, buscava identificar movimentações suspeitas que poderiam estar relacionadas a pagamento de propina a deputados em troca de apoio ao governo de Sérgio Cabral no Rio de Janeiro.

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/01/25/flavio-bolsonaro-entenda-quais-sao-as-suspeitas-e-o-que-o-senador-eleito-diz-sobre-elas.htm>)

Presidência divulga balanço de ações do primeiro mês de governo

O governo federal divulgou hoje (31/1/19) o balanço de um mês de trabalho. Em uma nota, divulgada pela assessoria da Presidência da República, foram destacadas 15 ações. Dentre elas, a proposta de reforma da Previdência que, segundo integrantes do governo federal, está em fase final de elaboração e será apresentada no Congresso em fevereiro.

A reforma da Previdência será destaque também da mensagem do presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional, que será lida no próximo dia 4/2/19. Nela, o presidente ressaltará a necessidade de mudar o sistema atual.

A nota do Palácio do Planalto lembra que em janeiro foi assinada a medida provisória para combater fraudes na Previdência. O texto altera regras de concessão de benefícios, como auxílio-reclusão, pensão por morte e aposentadoria rural. Além disso, prevê a revisão de uma série de benefícios e "processos com suspeitas de irregularidades" concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Segundo o governo federal, a MP vai gerar uma economia de R\$ 9,8 bilhões nos primeiros 12 meses de vigência.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/presidencia-divulga-balanco-de-acoes-do-primeiro-mes-de-governo>)

Elo do senador com as milícias

Matéria publicada no dia 22/02/19 na revista Isto É revelou que irmã de milicianos assinava cheques em nome de Flávio Bolsonaro. Valdenice de Oliveira Meliga, irmã dos milicianos Alan e Alex Rodrigues Oliveira, presos na operação "Quarto Elemento" do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) e do Ministério Público do Rio de Janeiro, assinou cheques de despesas da campanha em nome do então deputado estadual e atual senador do PSL, filho do presidente Jair Bolsonaro.

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/listas/retrospectiva-fevereiro-de-2019-o-que-aconteceu-no-brasil-e-no-mundo.htm>)

Prisão de Michel Temer

O ex-presidente Michel Temer e o ex-ministro Moreira Franco, presos em 21/03/19, em um desdobramento da Operação Lava Jato, ficarão detidos em uma cela especial da Unidade Prisional da Polícia Militar, em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

A determinação é do juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal, atendendo um pedido da Força Tarefa da Operação Lava Jato do Ministério Público Federal. Os procuradores alegaram que, por ser ex-presidente da República, Michel Temer tem direito a tratamento especial, assim como Moreira Franco, que foi ministro até dezembro de 2018.

O coronel reformado da Polícia Militar João Baptista Lima Filho, também terá direito a cela especial no Estado Maior da PM, em Niterói. Segundo o MPF, o coronel, amigo pessoal de Temer, é o operador do esquema de corrupção chefiado pelo ex-presidente.

Michel Temer foi preso em casa, em São Paulo, e Moreira Franco, ao desembarcar no Aeroporto Internacional Galeão-Tom Jobim, no Rio de Janeiro. Ambos devem passar por exame de corpo delito antes de serem levados para a unidade prisional. A prisão do coronel Lima e de sua esposa, Maria Rita Fratezi, não foi confirmada.

Acusação

O ex-presidente e o ex-ministro são acusados de receber cerca de R\$ 1 milhão em propina em meio a obras relacionadas à Usina de Angra Três, por meio de empresas de fachada, e lavagem de dinheiro. A pedido da força-tarefa da Lava Jato, a Justiça Federal determinou a prisão preventiva de mais sete pessoas.

Na unidade da PM em Niterói, já está o ex-governador do Rio de Janeiro Luiz Fernando Pezão. Ele tem direito a cela especial por ter sido preso no exercício do cargo. Pezão é acusado de receber propina e corromper agentes públicos com pagamentos ilegais, que movimentaram cerca de R\$ 40 milhões entre 2007 e 2015. O governador nega as acusações.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-03/temer-e-moreira-franco-ficarao-detidos-em-unidade-prisional-da-pm>)

Populistas anunciam aliança europeia de extrema direita

Os partidos populistas de direita Alternativa para a Alemanha (AfD) e Liga, da Itália, anunciaram nesta segunda-feira (08/04/19) que pretendem formar um novo bloco no Parlamento Europeu junto com outras legendas eurocéticas e de extrema direita.

O novo grupo deve se chamar Aliança Europeia de Pessoas e Nações (EAPN), afirmou Jörg Meuthen, um dos líderes da AfD, em coletiva de imprensa ao lado do líder da Liga, o ministro do Interior e vice-primeiro-ministro italiano, Matteo Salvini, em Milão.

Meuthen, que também é o principal candidato da AfD para as eleições europeias de maio deste ano, afirmou que o encontro em Milão foi um "sinal de partida para algo novo". Ele viajou à Itália a convite de Salvini, que também lançou sua campanha para o Parlamento Europeu.

Meuthen enfatizou que, no futuro, os nacionalistas de direita não estariam mais fragmentados, mas unidos. O desejo do grupo é promover a concessão de mais poderes aos Estados-membros e reduzir a influência de Bruxelas.

"Queremos reformar a União Europeia (UE) e o Parlamento Europeu, sem destruí-los. Queremos trazer mudanças radicais", disse Meuthen.

Líderes dos direitistas Partido Popular Dinamarquês e Finns, da Finlândia, também participaram do encontro organizado por Salvini. A Rassemblement National (Agrupamento ou Comício Nacional, a antiga Frente Nacional), de Marine Le Pen, e o Partido da Liberdade da Áustria também devem se juntar à EAPN, embora não tenham participado da reunião desta segunda-feira.

“A ideia é deixar de ter uma Europa centralizada e comum para todos, mas devolver o poder aos parlamentos nacionais para criar uma cooperação honesta entre Estados iguais e abandonar a perigosa utopia dos Estados unidos da Europa”, disse Marco Zanni, porta-voz de assuntos estrangeiros da Liga, à agência de notícias alemã DPA.

Meuthen defendeu uma “proteção poderosa” das fronteiras externas da UE e a supressão da “migração ilegal”.

Na Itália, o discurso de Salvini contra a imigração ilegal e o lema de “primeiro os italianos” seduziu eleitores. Agora, ele quer conquistar com a suas ideias também as instituições europeias.

“Fazemos parte de famílias políticas distintas, mas o importante é que estamos promovendo alianças, estamos trabalhando para tornar realidade um novo sonho europeu, ainda que para alguns em Bruxelas isso seja um pesadelo”, afirmou Salvini.

Atualmente, há três grupos de extrema direita e eurocéticos no Parlamento Europeu: o Europa da Liberdade e da Democracia Direta, da AfD; os Conservadores e Reformadores Europeus, que incluem o Partido Lei e Justiça (PiS), da Polônia; e o Europa das Nações e da Liberdade, da Liga e de Le Pen.

(Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/populistas-anunciam-alian%C3%A7a-europeia-de-extrema-direita/a-48253448>)

Baixa no governo Bolsonaro

No dia 18/2/19, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno (PSL), foi demitido do cargo pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) na maior crise enfrentada pelo governo menos de dois meses depois da posse.

O impasse sobre a possível saída de Bebianno do governo se arrastou por quase uma semana, após reportagens da Folha de S.Paulo indicarem que ele, então presidente do PSL durante a campanha eleitoral, teria autorizado o repasse de verbas do fundo partidário para uma candidata “laranja” em Pernambuco com o suposto apoio de Luciano Bivar, atual presidente da sigla.

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/listas/retrospectiva-fevereiro-de-2019-o-que-aconteceu-no-brasil-e-no-mundo.htm>)

Flexibilização do porte de armas

O presidente Jair Bolsonaro assinou um decreto que flexibilizou o porte de armas no Brasil. O decreto ampliou o porte para algumas classes profissionais, como políticos, instrutores de tiro, procuradores e defensores públicos, motoristas de veículos de carga, proprietários rurais, jornalistas, entre outras. Também tirou da Justiça e deu para os pais a autorização para menores de idade praticarem tiro esportivo.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) afirmou que o decreto assinado por Bolsonaro é inconstitucional e alertou o Congresso Nacional. Depois da repercussão negativa, Bolsonaro fez alterações no decreto, mas, segundo a PGR, ele segue inconstitucional. O STF também questiona a legalidade do decreto.

(Fonte: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/atualidades-vestibular-enem-maio-2019.htm>)

Diferença entre posse e porte de armas

A posse de armas é permitida para o cidadão comum no Brasil, mas é preciso seguir algumas regras para a comercialização e registro de armamento. Em contrapartida, o porte de armas é restrito aos profissionais de segurança pública, membros das Forças Armadas, policiais e agentes de segurança privada.

Mas qual a diferença entre posse e porte de armas?

A posse de armas é o registro e autorização para comprar e ter armas de fogo e munição em casa ou local de trabalho, desde que o dono do objeto seja o responsável legal pelo estabelecimento, o que NÃO autoriza o cidadão a portar/andar com a arma. Para conseguir a posse, é preciso ter idade mínima de 25 anos, ocupação lícita (trabalho) e residência fixa. Além disso, é necessário passar por uma avaliação para comprovar a capacidade técnica e psicológica de manusear a arma.

O porte de armas é a autorização para que o indivíduo ande armado fora de sua casa ou local de trabalho. Na lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o porte foi permitido aos agentes de segurança pública, membros das Forças Armadas, policiais e agentes de segurança privada. O uso de armas foi flexibilizado por Decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro em maio de 2019, incluindo ao grupo de pessoas autorizadas os seguintes indivíduos:

Colecionador ou caçador com Certificado de Registro de Arma de Fogo expedido pelo Comando do Exército;

- Advogados;
- Oficiais de Justiça;
- Jornalistas que atuem na cobertura policial;
- Agentes de trânsito;
- Políticos (durante o mandato);
- Moradores de áreas rurais;
- Motoristas de empresas e autônomos (transporte de cargas);

- Conselheiro tutelar;

- Funcionários de empresas privadas de segurança e de transportes de valores;

- Dono de escola de tiro, de estabelecimento que venda armas e munições;

Agentes públicos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), da administração penitenciária e de medidas socioeducativas.

O porte pode ser cassado caso o portador da arma esteja em estado de embriaguez, drogado ou apresente condição que altere a capacidade motora ou psíquica, como o uso de alguns medicamentos.

(Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/diferenca-entre-posse-porte-armas.htm>)

STF proíbe privatização de estatais sem aval do Congresso, mas permite venda de subsidiárias

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (6/6/19) que o governo federal não pode vender estatais sem aval do Congresso Nacional e sem licitação quando a transação implicar perda de controle acionário.

Na terceira sessão de julgamento do tema, a maioria dos magistrados da Suprema Corte permitiu vendas sem autorização do parlamento somente para as empresas estatais subsidiárias. A decisão também vale para governos estaduais e prefeituras.

Uma empresa subsidiária é uma espécie de subdivisão de uma companhia, encarregada de tarefas específicas no mesmo ramo de atividades da "empresa-mãe". A Petrobras, por exemplo, tem 36 subsidiárias, como a Transpetro e a BR Distribuidora; a Eletrobras, 30; e o Banco do Brasil, 16.

O governo federal tem, segundo o Ministério da Economia, 134 estatais, das quais 88 são subsidiárias.

(Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/06/stf-julgamento-privatizacao-estatais.ghml>)

Reforma da previdência

O texto principal da Reforma da Previdência foi aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados no dia 10 de julho. Contudo, foram realizadas algumas alterações em relação ao relatório. Confira as quatro principais:

- Redução de 20 para 15 anos o tempo mínimo de contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) para que homens que já estão no mercado possam se aposentar.
- Mulheres agora terão 100% da aposentadoria com 35 anos de contribuição e não mais 40.
- Policiais federais poderão se aposentar, agora, com idade mínima de 53 anos para homens e 52 para mulheres.
- A idade mínima para aposentadoria para professores baixou de 58 para 55 anos para homens e de 55 para 52 anos para mulheres.

(Fonte: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/atualidades-vestibular-enem-julho-2019.htm>)



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (Prefeitura de Itapevi - SP - Agente de Combate a Endemias - VUNESP - 2019) Nesta terça-feira (22.jan.), o presidente Jair Bolsonaro, em encontro com executivos no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, afirmou que "nossa missão agora é avançar na compatibilização entre a preservação do meio ambiente e da biodiversidade com o necessário desenvolvimento econômico, lembrando que são interdependentes e indissociáveis".

(Último Segundo – IG - <https://bit.ly/2GhajfX>. Acesso em 27.01.2019. Adaptado)

Além da afirmação, o presidente esclareceu que o Brasil

- a) deverá criar novas reservas ambientais no Nordeste.
- b) permanecerá no Acordo de Paris sobre o clima.
- c) impedirá o avanço da agricultura na mata atlântica.
- d) protegerá as terras indígenas de desmatamentos.
- e) incentivará a criação de centros de pesquisa climáticas.

Resposta: Letra B. Inicialmente com o objetivo de sair do acordo de Paris em uma política ambiental similar à do governo Donald Trump, Bolsonaro mudou seu posicionamento devido acordos econômicos entre Brasil / América do Sul e Europa que exigiu a permanência do Brasil no acordo.

2. (Prefeitura de São José – SC - Analista de Recursos Humanos - IESES – 2019) Com relação à aplicação dos recursos oriundos do Fundo Partidário assinale a alternativa correta:

- a) Na manutenção das residências dos membros do partido.
- b) Transferência de recursos para outros partidos.
- c) Não é permitido o pagamento de despesas com alimentação.
- d) Na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, vinte por cento do total recebido.

Resposta: Letra D. Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:

I - na manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, observado, do total recebido, os seguintes limites:

- a) 50% (cinquenta por cento) para o órgão nacional;
- b) 60% (sessenta por cento) para cada órgão estadual e municipal;

II - na propaganda doutrinária e política;

III - no alistamento e campanhas eleitorais;

IV - na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, vinte por cento do total recebido.

ECONOMIA

Renault-Nissan-Mitsubishi: conheça a aliança criada pelo brasileiro Carlos Ghosn

A repercussão mundial da prisão do brasileiro Carlos Ghosn está muito ligada ao fato de ele ser o homem de frente não só da Nissan, onde é membro do conselho, mas de 3 grandes montadoras, comandando a chamada Aliança Renault-Nissan-Mitsubishi.

Juntas, elas venderam 10,6 milhões de carros no mundo em 2017, reivindicando o posto de número 1 sobre o grupo Volkswagen.

Ghosn foi preso sob suspeita de sonegação e fraude fiscal. O executivo não declarou mais de 5 bilhões de ienes (o equivalente a R\$ 167,4 milhões) de seu pagamento como presidente na Nissan. As fraudes fiscais ocorreram

entre 2010 e 2015.

A Nissan não é dona da Renault, nem vice-versa. Porém, são mais do que parceiras: as duas montadoras têm parte das ações uma da outra, mas nunca houve uma fusão. (...)

Na prática, elas dividem conhecimentos em engenharia, pesquisa e desenvolvimento, partes da produção e têm investimentos comuns. Isso resulta em menos gastos para ambas, uma bandeira de Ghosn, que chegou a ser apelidado de "cost-killer" ("cortador de custos") na Nissan.

(Fonte: <https://g1.globo.com/carros/noticia/2018/11/21/renault-nissan-mitsubishi-conheca-a-alianca-criada-pelo-brasileiro-carlos-ghosn.ghtml>)

Ministério da Economia reduziu 2,9 mil cargos em comissão

A fusão de quatro antigos ministérios – Fazenda; Planejamento; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e parte da estrutura do Trabalho – gerou a redução de 2,9 mil cargos. O novo quadro dos cargos em comissão e das funções de confiança entrou em vigor hoje (30/01/19).

A economia em dinheiro não foi informada. Os funcionários serão dispensados amanhã (31/01/19). De acordo com a pasta, foi necessário um período de transição em janeiro para não demitir todos os comissionados de uma vez e afetar a continuidade do ministério.

Nos últimos 28 dias, o Ministério da Economia adotou medidas para alocar os servidores dentro da nova estrutura, publicar os atos de nomeação e definir a correspondência entre as funções dos órgãos extintos e do novo ministério.

A adequação dos espaços físicos está em andamento e levará vários meses. Segundo o Ministério da Economia, os servidores deverão permanecer no local onde desempenham suas funções. Pela nova estrutura, a pasta funciona em cinco prédios da Esplanada dos Ministérios.

Segundo o Ministério da Economia, a fusão permitiu a redução de 243 cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS), 389 funções comissionadas do Poder Executivo (FCPE) e mais 2.355 funções gratificadas, totalizando 2.987 cargos extintos.

Agora, o Ministério da Economia tem 3.612 cargos comissionados distribuídos da seguinte forma: 1.569 cargos de DAS e 2.043 Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE). Essas últimas só podem ser ocupadas por servidores concursados.

Ao todo, sete Secretarias Especiais compõem o primeiro escalão do ministério: Fazenda; Receita Federal; Previdência e Trabalho; Comércio Exterior e Assuntos Internacionais; Desestatização e Desinvestimento; Produtividade, Emprego e Competitividade; e Desburocratização, Gestão e Governo Digital, além da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Cada uma das Secretarias Especiais tem pelo menos duas secretarias, como a Secretaria de Previdência e a Secretaria de Trabalho, que integram da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Responsável por herdar as atividades do antigo Ministério da Fazenda e parte das atividades dos antigos Ministérios do Planejamento e do Trabalho, a Secretaria Especial de Fazenda tornou-se a divisão com mais órgãos, com quatro secretarias, cinco subsecretarias e dois departamentos.

Entre as atribuições do Ministério da Economia, estão a administração financeira e a contabilidade pública, a desburocratização, a gestão e o governo digital, a fiscalização e o controle do comércio exterior, a previdência e as negociações econômicas e financeiras com governos, organismos multilaterais e agências governamentais.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/ministerio-da-economia-reduziu-29-mil-cargos-em-comissao>)

Governo informa que neste ano não haverá horário de verão

O porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, informou nesta sexta-feira (5/4/19) que não haverá horário de verão neste ano.

Inicialmente, Rêgo Barros disse que o governo havia decidido acabar com o horário de verão. De acordo com o porta-voz, o Ministério de Minas e Energia fez uma pesquisa segundo a qual 53% dos entrevistados pediram o fim do horário de verão.

Pouco depois de Otávio Rêgo Barros informar a decisão do governo, Bolsonaro publicou uma mensagem sobre o assunto em uma rede social:

"Após estudos técnicos que apontam para a eliminação dos benefícios por conta de fatores como iluminação mais eficiente, evolução das posses, aumento do consumo de energia e mudança de hábitos da população, decidimos que não haverá Horário de Verão na temporada 2019/2020."

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o Brasil economizou pelo menos R\$ 1,4 bilhão desde 2010 por adotar o horário de verão. Segundo os números já divulgados, entre 2010 e 2014, o aproveitamento da luz do sol resultou em economia de R\$ 835 milhões para os consumidores.

Estados com horário de verão



DF	Distrito Federal	PR	Paraná
ES	Espírito Santo	RJ	Rio de Janeiro
GO	Goias	RS	Rio Grande do Sul
MT	Mato Grosso	SC	Santa Catarina
MS	Mato Grosso do Sul	SP	São Paulo
MG	Minas Gerais		



Infográfico atualizado em: 17/2/2017

(Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/05/governo-anuncia-fim-do-horario-de-verao.ghtml>)

Desemprego cresce em 14 das 27 unidades da federação no 1º trimestre, diz IBGE

O desemprego cresceu em 14 das 27 unidades da federação no 1º trimestre, na comparação com o trimestre anterior, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (16) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos demais estados, houve estabilidade.

A taxa de desemprego média no país nos 3 primeiros meses do ano subiu para 12,7%, conforme já divulgado anteriormente pelo órgão.

Segundo o IBGE, as maiores taxas de desemprego foram observadas no Amapá (20,2%), Bahia (18,3%) e Acre (18,0%), e a menores, em Santa Catarina (7,2%), Rio Grande do Sul (8,0%) e Paraná e Rondônia (ambos com 8,9%). Em São Paulo e no Rio de Janeiro, as taxas ficaram em 13,5% e 15,3%, respectivamente.

(Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/16/desemprego-cresce-em-14-das-27-unidades-da-federacao-no-1o-trimestre-diz-ibge.ghtml>)

Natura anuncia compra da Avon

A fabricante de cosméticos Natura anunciou nesta quarta-feira (22/5/19) a aquisição da Avon, em uma operação de troca de ações. Segundo a companhia, a operação cria o quarto maior grupo exclusivo de beleza do mundo.

A partir da transação, será criada uma nova holding brasileira, Natura Holding. Os atuais acionistas da Natura ficarão com 76% da nova companhia, enquanto os atuais detentores da Avon terão os demais cerca de 24%.

No negócio, o valor da Avon é estimado em US\$ 3,7 bilhões, e o da nova companhia combinada em US\$ 11 bilhões. Os papéis da Natura Holding serão listados na B3, a bolsa brasileira, e terão certificados de ações (ADRs) negociados na bolsa de valores de Nova York (NYSE). Os acionistas da Avon terão opção de receber ADRs negociados na NYSE ou ações listadas na B3.

Em comunicado, a Natura informa que a transação permanece "sujeita às condições finais habituais, incluindo a aprovação tanto pelos acionistas da Natura quanto da Avon, assim como das autoridades antitruste do Brasil e outras jurisdições". A conclusão da operação é esperada para o início de 2020.

(Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/22/natura-anuncia-compra-da-avon.ghtml>)

G-20 no Japão

Nos dias 28 e 29/6/19, as 19 principais economias do mundo se reuniram no Japão para a 14ª Reunião de Cúpula do G-20. No pronunciando final, alguns líderes dos países participantes pronunciaram a favor do livre-comércio, em uma clara mensagem ao protecionismo de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos.

Os representantes do G-20 também fecharam um pacto contra mudanças climáticas, o 19+1. O Estados Unidos, que saiu do Acordo de Paris, se recusou a assinar o pacto. Outros temas discutidos foram os crimes e terrorismo digitais, desigualdade de gênero e sistemas de impostos.

Um inédito acordo de livre-comércio também fechado foi entre a União Europeia e o Mercosul. Para fechar o acordo, o Brasil teve que afirmar que não sairá do Acordo de Paris.

(Fonte: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/atualidades-vestibular-enem-junho-2019.htm>)

G20 Financeiro

Grupo dos 20 (G20), também chamado de G20 Financeiro, foi criado em 1999 em resposta às sucessivas crises financeiras por que passavam algumas potências econômicas, sobretudo na Ásia, no final da década de 90. O objetivo do grupo é fortalecer as negociações internacionais entre os países-membros e proporcionar uma estabilidade econômica global.

O G20 é formado pelas 19 maiores economias do mundo, representadas pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais, mais a União Europeia, representada pelo Banco Central Europeu e pela presidência rotativa do Conselho Europeu.

Fazem parte do G20 os oito países mais ricos e influentes do mundo, o G8, e 11 países emergentes.

Fazem parte do G8: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia.

Países emergentes: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México e Turquia.

Os países-membros do G20 representam 80% da economia global, abrigam 64% da população mundial e respondem por mais de 90% dos gastos com pesquisa e desenvolvimento no mundo. Além disso, a reunião dos 19 países representa 85% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

(Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/g-20-financeiro.htm>)

Brasil fica isolado no Brics por posições sobre Venezuela e comércio

A situação na Venezuela e a reforma da Organização Mundial do Comércio estão aprofundando o racha dentro dos Brics e ameaçam a reunião do grupo que se realizará em Brasília, nos dias 13 e 14 de novembro.

O placar entre os Brics é de 4 a 1 no tema Venezuela: China, Rússia, África do Sul e Índia têm posição oposta à do Brasil, que se alinhou aos EUA.

Nenhum dos quatro países reconhece como legítimo o governo do autodeclarado presidente interino Juan Guaidó, ao contrário do Brasil, e todos se opõem a qualquer tipo de intervenção externa.

(Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/brasil-fica-isolado-no-brics-por-posicoes-sobre-venezuela-e-comercio/>)

Guerra comercial entre EUA e China se agrava

Pequim, 24 Ago 2019 (AFP) - O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reagiu nesta sexta-feira às novas tarifas anunciadas por Pequim contra produtos americanos elevando a taxa sobre bens chineses, ampliando a guerra comercial que ameaça a economia global. Trump criticou a "relação comercial injusta" e disse que "a China não deveria ter colocado novas tarifas sobre 75 bilhões de dólares de produtos americanos" por motivação política. O presidente decidiu elevar a tarifa de 25% sobre 250 bilhões em produtos chineses para 30%, a partir de 1º de outubro. E as tarifas sobre 300 bilhões de dólares em produtos que devem entrar em vigor em 1º de setembro e que eram de 10%, agora serão fixadas em 15%.

Acusando a China de “tirar proveito dos Estados Unidos em comércio, roubo de propriedade intelectual e muito mais”, Trump disse que, “devemos equilibrar essa relação comercial muito... Injusta”.

O conflito acelerado preocupa as empresas americanas, muitas das quais dependem da China para fornecer insumos, produtos e até para a fabricação.

(Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2019/08/24/guerra-comercial-entre-eua-e-china-se-agrava.htm>)

Plano de Ação

O secretário especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Da Costa, reforça que, desde que assumiu a Secretaria, trabalha para colocar em prática um plano de ataque aos problemas que impedem o crescimento econômico do Brasil.

“Nosso planejamento estratégico inclui metas ambiciosas, baseadas em indicadores globais de desempenho ancorados no GCI e desdobradas em planos alinhados com os desafios que temos a enfrentar”, afirma. A meta para 2022 é chegar ao 50º lugar, por meio de ações que estão sendo desenvolvidas.

Para Da Costa, o Brasil ainda tem muito a melhorar. “Em relação aos Estados Unidos, nossa produtividade vem caindo desde 1980 e hoje representa aproximadamente 25% da americana. O baixo progresso na produtividade brasileira levou à queda do país nos rankings de competitividade global. Ainda estamos distantes dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Os estudos internacionais convergem sobre os principais gargalos da produtividade no Brasil, e estamos trabalhando para atacá-los um a um”, complementa.

(Fonte: <http://www.economia.gov.br/noticias/2019/10/brasil-sobe-no-ranking-de-competitividade-do-forum-economico-mundial>)

Brasil sobe no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial

O Brasil subiu um degrau no ranking do Fórum Econômico Mundial que avalia a competitividade de 141 países. Avançamos da 72ª posição (2018) para a 71ª colocação na lista de 2019. O Global Competitiveness Index (GCI) foi divulgado, nesta quarta-feira (9/10/19), pelo Fórum Econômico Mundial. Singapura foi apontado como o país mais competitivo do mundo, à frente dos Estados Unidos e de Hong Kong. Os últimos lugares ficaram com República Democrática do Congo, Yemen e Chade.

Os melhores resultados do Brasil foram nos pilares de infraestrutura, dinamismo de negócios e mercado de trabalho. Em infraestrutura, o país passou para o 78º lugar, avançando três pontos em relação a 2018; em dinamismo de negócios, subimos da 108ª posição para a 67ª, principalmente, por causa da redução do tempo para abrir um negócio. Outra melhora foi registrada no pilar mercado de trabalho: estávamos em 114º lugar em 2018 e passamos para a 105ª posição em 2019.

Em capacidade de inovação, permanecemos na 40ª posição, mesmo desempenho do ano passado. E em qualificação, caímos do 94º para o 96º lugar. Já em mercado de produtos, passamos da 117ª para 124ª coloca-

ção. Segundo a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec), os números refletem principalmente dados até 2018, e são fruto das políticas praticadas por governos anteriores, que produziram diversos entraves no ambiente de negócios do País. A Sepec reconhece todos os desafios diagnosticados nesse ranking, mas traz uma visão de futuro e um plano de trabalho que vão transformar a produtividade e a competitividade do Brasil.

(Fonte: <http://www.economia.gov.br/noticias/2019/10/brasil-sobe-no-ranking-de-competitividade-do-forum-economico-mundial>)

Número de empresas abertas no país cresce 30,8% em outubro

O número de empresas abertas em outubro deste ano aumentou 30,8%, ante o mesmo período de 2018, com o surgimento de 307.443 novos empreendimentos, quase 10 mil por dia, segundo levantamento da Serasa Experian.

O acumulado de janeiro a outubro foi de 2,6 milhões, 23,1% a mais do que a soma de janeiro a dezembro de 2018, quando o volume foi de 2,5 milhões.

Segundo os dados, as empresas do setor de serviços apresentaram variação de 26,6%, seguidas por indústrias (18,2%) e comércio (13,1%). Até outubro, os microempreendedores individuais representavam 81,5% do total, enquanto 7,2% eram sociedades limitadas e 5,4%, empresas individuais.

“Os novos empreendedores se formalizam para ter mais opções de trabalho em um contexto de geração de emprego formal ainda bastante lento. Adicionalmente, alguns setores da economia, como a construção civil residencial, estão se tornando mais dinâmicos e podem buscar profissionais que sejam formalizados para ter mais facilidade na contratação”, disse o economista da Serasa Experian Luiz Rabi..

Segundo Rabi, outro fator que pode ter impulsionado é o aquecimento do mercado típico de fim do ano, quando as pessoas buscam alternativas para aumentar a renda familiar e acabam abrindo novos negócios.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-12/numero-de-empresas-abertas-no-pais-cresce-308-em-outubro>)

Mercado vê ritmo ainda fraco de crescimento no 3º trimestre, mas projeta PIB melhor em 2020

A economia brasileira manteve a trajetória de recuperação no 3º trimestre, mas em ritmo ainda fraco, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) sendo sustentado por um maior consumo das famílias, em meio a um cenário de juros mais baixos, inflação controlada e expansão do volume das operações de crédito.

Levantamento do G1 aponta para uma expectativa de alta entre 0,3% e 0,66% do Produto Interno Bruto (PIB) no 3º trimestre, frente aos 3 meses anteriores. Das 14 consultorias e instituições financeiras consultadas, 9 esperam uma alta entre 0,4% e 0,5%. Os dados oficiais serão divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta terça-feira (3/12/19).

Para o resultado de 2019, 7 das 14 ainda estimam um avanço abaixo 1%, e outras 7 preveem uma alta de 1% ou 1,1%. Portanto, provavelmente abaixo do desempenho registrado nos 2 anos anteriores. Já para 2012, 12 delas projetam um crescimento de, no mínimo, 2%.

Por conta das possíveis revisões dos resultados anteriores, ainda há dúvidas se o resultado do PIB do 3º trimestre será maior ou menor que o do 2º trimestre.

Para o economista Thiago Xavier, da consultoria Tendências, a economia apresentou ritmo de crescimento semelhante ao registrado no 2º trimestre. "A nossa análise é calcada nas projeções para o período tanto na métrica interanual [0,9% no 3º trimestre ante 1% no 2º trimestre] como margem dessazonalizada [0,3% no 3º trimestre ante 0,4% no 2º trimestre]", afirma.

Segundo o economista da Austin Rating, Alex Agostini, os dados preliminares do 3º trimestre indicam que as bases de comparação já estão se recompondo. "Não dá para soltar rojões, mas é possível comemorar. Portanto, o crescimento daqui em diante, ainda que em nível baixo para um país emergente, já é um sinal muito positivo", afirma.

A avaliação geral é que, independentemente do percentual de crescimento no período de julho a setembro, a economia brasileira chega na reta final do ano com perspectivas melhores que as que se tinha nos primeiros meses do ano, quando parte do mercado chegou a temer inclusive o risco de uma recessão técnica, caracterizada por duas retrações trimestrais seguidas.

(Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/02/mercado-ve-ritmo-ainda-fraco-de-crescimento-no-3o-trimestre-mas-projeta-pib-melhor-em-2020.ghtml>)

Investimento para adequação de negócios à Economia Digital conta com crédito do Bandes

A Economia Digital é o segmento econômico baseado em tecnologias de computação digital que envolve basicamente três pilares: infraestrutura (hardware, software, redes, capital humano, etc.); e-business (como os negócios são conduzidos) e; e-commerce (transferência de bens de forma on-line). Os empresários capixabas interessados em buscar soluções financeiras para adequar seus modelos de negócios a nova realidade podem contar com recursos do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).

A Era Digital transformou relações, métodos produtivos e também o comportamento de consumidores e empreendedores. Neste cenário, para que os negócios mantenham a competitividade, o empreendedor deve em primeiro lugar planejar o seu posicionamento no mercado, definindo as estratégias adequadas para conquistar a vantagem competitiva na oferta de seus produtos e serviços às necessidades de seu público-alvo.

Para o desenvolvimento destas estratégias de atuação mercadológica, uma alternativa é a contratação de recursos junto ao Bandes, para investimentos em inovação e tecnologia nos diversos setores que ainda podem ampliar seu desenvolvimento tecnológico. As linhas de crédito do banco atendem as necessidades em infraestrutura da transformação do negócio para a plataforma

digital, com aquisição de máquinas, equipamentos, software e capacitação da equipe que atuará na linha de frente e nos setores de tecnologia e logística.

Nesta fase de investimento em infraestrutura, o empresário deve ficar atento em adequar os recursos físicos às demandas esperadas com o investimento digital, tais como gestão de estoque, planejamento logístico, equipe de vendas e de atendimento comercial. Caso o empresário perceba a necessidade desta adequação física do negócio, o Bandes dará suporte financeiro com condições operacionais adequadas para o investimento.

O investimento nos e-business e e-commerce, por envolverem metodologia e processos internos e externos para empresa, requer de o empreendedor pensar de forma realista metas de curto, médio e longo prazo para o investimento. Por envolver mudança comportamental e cultural, a contratação de consultoria ou de equipe externa para o desenvolvimento das ações é uma alternativa que também conta com linhas de crédito específicas do Bandes disponíveis para contratação do meio empresarial.

O mundo passa por uma revolução: a de negócios baseados em dados. Países como Alemanha, Reino Unido, Índia e, mais próximo de nós, Chile, Colômbia, México e Peru, já embarcaram nessa realidade por meio de propostas de políticas públicas para uma Agenda Digital, ou seja, a transformação digital de suas economias.

A expectativa com o investimento na Economia Digital para os modelos de negócios envolve ganhos de produtividade, de competitividade e aumento nos níveis de rentabilidade de negócios e geração de novos empregos.

(Fonte: <https://www.es.gov.br/Noticia/investimento-para-adequacao-de-negocios-a-economia-digital-Conta-com-credito-do-bandes>)



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (METRÔ-SP - Agente de Segurança Metroviária - FCC - 2019) Os analistas do mercado financeiro analisaram pela 20ª semana consecutiva a previsão de crescimento da economia em 2019, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC) em julho/2019. Na previsão dos analistas, haverá

- a) aumento dos impostos para obter recursos e incentivar a produção.
- b) redução da inflação anual que deverá atingir de 10 a 12%.
- c) estabilização da taxa de juros entre 8 e 9%.
- d) equiparação entre o dólar e o euro no mercado cambial.
- e) fraco crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

Resposta: Letra E. A projeção do mercado financeiro para o PIB de 2019 é de 0,87%, segundo o Boletim Focus do Banco Central. O governo prevê um crescimento ligeiramente menor, de 0,85%.

2. (METRÔ-SP - Agente de Segurança Metroviária - FCC - 2019) Segundo o Presidente da República, estudos técnicos apontam que os benefícios da mudança são pequenos e não valem para as regiões Norte e Nordeste. Portanto, ficou decidido que em 2019 deixará de ocorrer, a partir de outubro:

- a) a criação de empresas isentas de impostos na Zona Franca de Manaus.
- b) a adoção do horário de verão nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.
- c) a obrigatoriedade de carteira profissional exclusiva para trabalhadores no setor de tecnologia.
- d) o recolhimento do imposto sobre serviços em cidades com menos de 10 mil habitantes.
- e) a taxação de produtos manufaturados oriundos do Mercosul.

Resposta: Letra B. “Após estudos técnicos que apontam para a eliminação dos benefícios por conta de fatores como iluminação mais eficiente, evolução das posses, aumento do consumo de energia e mudança de hábitos da população, decidimos que não haverá Horário de Verão na temporada 2019/2020.”

3. (METRÔ-SP - Agente de Segurança Metroviária - FCC - 2019) Em junho/2019, foi tomada uma decisão de grande interesse para o governo, principalmente para o Ministério da Economia. Trata-se

- a) da liberação da venda de subsidiárias de estatais sem a necessidade de aval do Congresso, facilitando as privatizações.
- b) do percentual de aumento do salário mínimo que deverá atingir 15% no ano de 2020, o que garantirá reposição salarial.
- c) de nova sistemática de contagem da população desempregada para facilitar a criação de políticas de geração de emprego.
- d) da disponibilização de recursos provenientes das exportações para ampliar programas habitacionais.
- e) da criação de mecanismos legais que dificultem a saída de capitais estrangeiros do mercado financeiro nacional.

Resposta: Letra A. STF proíbe privatização de estatais sem aval do Congresso, mas permite venda de subsidiárias. No ano passado, ministro Ricardo Lewandowski havia proibido a venda de estatais sem autorização do parlamento. Segundo o governo, União tem 134 estatais e 88 subsidiárias. Ao final do julgamento, a maioria dos ministros foi a favor do que o governo Jair Bolsonaro pretendia: a flexibilização de regras para a comercialização de estatais. Para a corrente majoritária, a flexibilização não fere a Constituição e pode favorecer o crescimento econômico.

TECNOLOGIA

DNA de fósseis do Brasil desafia teorias de ‘descoberta’ da América

Todos os indígenas que vivem ou já viveram nas Américas descendem de uma única população que chegou ao Novo Mundo vinda do leste asiático, através do estreito de Bering, há cerca de 20 mil anos. A conclusão, de um trabalho de uma equipe internacional de 72 arqueólogos e geneticistas - entre os quais 17 brasileiros -, refuta as teorias mais discutidas ou aceitas até hoje sobre o povoamento do continente posteriormente “descoberto” por Cristóvão Colombo.

Assinado por pesquisadores das universidades de São Paulo (USP) e Harvard, dos Estados Unidos, e do Instituto Max Planck, da Alemanha, o artigo científico foi publicado nesta quinta-feira na prestigiosa revista científica Cell.

Para chegar às conclusões, os autores se basearam na análise do DNA fóssil de 49 esqueletos provenientes de 15 sítios arqueológicos, dos quais dois na Argentina (11 esqueletos com idades entre 8,9 mil e 6,6 mil anos), um em Belize (três, de 9,4 mil a 7,3 mil anos), quatro no Brasil (15, de 10,1 mil a 1 mil anos), três no Chile (cinco, de 11,1 mil a 540 anos) e sete no Peru (15, de 10,1 mil a 730 anos).

Dos esqueletos brasileiros, sete, com cerca de 9,6 mil anos, foram escavados no sítio arqueológico Lapa do Santo, na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais; cinco, com idade em torno de 2 mil anos, no sambaqui Jabuticabeira 2, em Santa Catarina; e dois, de 6,7 mil anos, e um, com 5,8 mil anos, nos sambaquis fluviais Laranjal e Moraes, respectivamente, localizados no Vale do Ribeira no estado de São Paulo.

(Fonte: <https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/dna-de-fosseis-do-brasil-desafia-teorias-de-descoberta-da-america,d35d470f5700c8d641e78af6bba8c4b7c-jdnb19b.html>)

Foto de um buraco negro é revelada pela primeira vez na história

A primeira imagem de um buraco negro foi revelada nesta quarta-feira, 10/04/19, pela Fundação Nacional de Ciências (National Science Foundation, em inglês). A surpreendente foto é resultado do trabalho de uma rede de telescópios, o projeto Event Horizon Telescope.

A imagem disponibilizada mostra um buraco negro no centro da enorme galáxia Messier 87, localizada no aglomerado vizinho de Virgem, a 5 milhões de anos-luz da Terra. A região escura da foto é, na realidade, a sombra do buraco negro. O buraco negro fotografado é 6,5 bilhões de vezes mais massivo que o Sol.

Até então, os astrônomos não tinham conseguido captar precisamente a imagem de um buraco negro. Eram conhecidas apenas ilustrações, concepções artísticas e simulações. Mas por que levou-se tanto tempo? A razão principal é que eles são fenômenos invisíveis — com a força da gravidade exercendo uma pressão que nada escapa ao seu redor: incluindo a radiação eletromagnética.

“Se você quiser tirar uma foto de algo que se recusa a ser fotografado, como um buraco negro, você precisa construir um tipo especial de telescópio. Então, conec-

tamos radiotelescópios ao redor do globo, os sincronizamos com relógios atômicos e todos eles olham para o mesmo buraco negro ao mesmo tempo”, explicou Sheperd Doeleman, diretor assistente para observação na Black Hole Initiative.

A importância do anúncio foi explicada na conferência internacional, acompanhada ao vivo por diversos países. Segundo um dos porta-vozes, a imagem do buraco negro é resultado do trabalho em equipe de centenas de cientistas e pesquisadores ao redor do mundo — envolveram-se no projeto oito telescópios e profissionais de 20 países —, além de ter sido fruto do sonho de Albert Einstein, há 100 anos.

(Fonte: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Espaco/noticia/2019/04/foto-de-um-buraco-negro-e-revelada-pela-primeira-vez-na-historia.html>)

Brasileira ganha 1º lugar na feira de ciências da Intel, a maior do mundo

Com apenas 18 anos, Juliana Estradioto já conta com um currículo acadêmico de dar orgulho. Agora, ela ganhou o primeiro lugar na categoria Ciência dos Materiais na premiação da Intel ISELF (International Science and Engineering Fair) 2019, realizada no dia 17 de maio, nos Estados Unidos. A jovem, que é de Osório, no Rio Grande do Sul, também poderá batizar um asteroide com seu nome por conta do resultado.

Em seu projeto, Juliana utiliza casca da macadâmia para alimentar microorganismos responsáveis por produzir membranas que podem ser utilizadas em várias situações, como para fabricar embalagens biodegradáveis. Ela também está investigando como aplicar essa pesquisa na área de saúde, utilizando a membrana como curativos após a realização de cirurgias.

O projeto foi apresentado na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (FEBRACE), organizada pela Universidade de São Paulo (USP), em março de 2019, quando foi selecionado para a Intel ISEF. Nos Estados Unidos, a jovem teve a oportunidade de conhecer o trabalho científicos de 1,8 mil jovens pesquisadores de 80 países.

Realizada desde 1950, a Intel ISELF é considerada a maior feira de ciências do mundo para os estudantes que ainda estão no Ensino Médio. Além do prêmio de US\$ 3 mil, Estradioto terá a honra de batizar um asteroide com o seu sobrenome.

Juliana pretende ingressar na graduação na área de Biologia — e, um dia, trazer um Prêmio Nobel para o Brasil. Além disso, ela afirma que deseja ajudar na divulgação científica e trabalhar com outros jovens. “Um dos maiores ensinamentos que aprendi é espalhar essa lição de fazer a ciência”.

(Fonte: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/05/brasileira-ganha-1-lugar-na-feira-de-ciencias-da-intel-maior-do-mundo.html>)

Cientista brasileira cria “caneta” que detecta câncer durante cirurgia

Uma cientista brasileira de 33 anos desenvolveu uma espécie de caneta capaz de detectar células tumorais em poucos segundos. Livia Schiavinato Eberlin é formada em Química pela Universidade Estadual de Campinas (Uni-

camp) e, apesar da pouca idade, já é chefe de um laboratório de pesquisa da Universidade do Texas em Austin, nos Estados Unidos.

Foi lá que, há quatro anos, ela iniciou os estudos de um dispositivo capaz de extrair moléculas de tecido humano e apontar, no material analisado, a presença de células cancerosas. A tecnologia está em estudo, mas já teve resultados promissores ao ser usada na análise de 800 amostras de tecido humano.

A pesquisadora, que já mora há dez anos nos EUA, para onde se mudou para fazer doutorado, está no Brasil nesta semana para apresentar os achados de sua pesquisa no congresso Next Frontiers to Cure Cancer, promovido anualmente pelo A.C. Camargo Cancer Center na cidade de São Paulo.

Nos Estados Unidos, Livia ganhou destaque na comunidade científica ao ser uma das personalidades selecionadas em 2018 para receber a renomada bolsa da Fundação MacArthur, conhecida como “bolsa dos gênios” e destinada a profissionais com atuação destacada e criativa em sua área. O prêmio, no valor de U\$ 625 mil (cerca de R\$ 2,5 milhões), é de uso livre pelo bolsista.

A caneta desenvolvida por ela e sua equipe de pesquisadores usa uma técnica de análise química para dar essa mesma resposta que um patologista daria. “A caneta tem um reservatório preenchido com água. Quando a ponta dela toca o tecido, capta moléculas que se dissolvem em água e são transportadas para um espectrômetro de massa, equipamento que caracteriza a amostra como cancerosa ou não”, explica a cientista.

Essa caracterização da amostra em maligna ou não pode ser feita porque a tecnologia usa, além dos equipamentos de análise química, técnicas de inteligência artificial para que a máquina “responda” se as células são tumorais.

Para isso, foram usadas, na criação do modelo, centenas de amostras de tecidos cancerosos que, por meio de suas características, “ensinam” a máquina a identificar tecido tumoral.

(Fonte: <https://exame.abril.com.br/ciencia/cientista-brasileira-cria-caneta-que-detecta-cancer-durante-cirurgia/>)

What3words: como um aplicativo usa três palavras para salvar vidas

A polícia britânica pediu a todos que façam o download do aplicativo what3words para celular porque, segundo eles, várias vidas foram salvas graças ao programa disponível também no Brasil. Mas como ele funciona?

“Chutado. Convergido. Futebol”

Essas três palavras escolhidas aleatoriamente pelo aplicativo salvaram Jess Tinsley e seus amigos quando eles se perderam na floresta em uma noite escura e úmida na Inglaterra. O grupo havia planejado uma trilha circular de 8 km na Hamsterley Forest, de quase 20 km², no condado de Durham, na noite de domingo, mas os amigos se perderam depois de três horas.

“Estávamos em um campo e não fazíamos ideia de onde era aquilo”, disse a jovem de 24 anos. “Foi horrível. Eu estava fazendo piadas sobre a situação, tentando rir para não chorar.”

Às 22h30 do horário local, encontraram uma área com sinal de telefone e ligaram para o serviço de emergência.

“Uma das primeiras coisas que o atendente nos disse para fazer foi baixar o aplicativo what3words, do qual nunca tinha ouvido falar”, disse Tinsley.

Quando o CEP ou o GPS não dão conta

O aplicativo what3words, essencialmente, aponta para um local muito específico.

Seus desenvolvedores dividiram o mundo em 57 trilhões de quadrados, cada um medindo 3m x 3m e com um endereço exclusivo de três palavras, atribuído aleatoriamente.

A estação de metrô Faria Lima em São Paulo, por exemplo, tem duas entradas e saídas. Uma delas pode ser encontrada pelo trio de palavras “Gelar. Recuar. Levar” e a outra, “Falhar. Pirata. Aflita”.

O aplicativo surgiu de problemas ligados a correspondências do fundador da empresa, Chris Sheldrick, que cresceu na zona rural de Hertfordshire.

“Nosso CEP não apontava direito para a nossa casa”, disse ele.

“Nós nos acostumamos a receber cartas que eram para outras pessoas, ou ter que ficar na estrada acenando para motoristas de entrega.”

Dez anos trabalhando na indústria da música, que envolviam também a tentativa de fazer com que as bandas se encontrassem em entradas específicas dos locais de apresentação, também alimentaram sua frustração.

“Eu tentei orientar as pessoas a usarem longitude e latitude, mas isso nunca pegou de fato”, disse Sheldrick.

“Então, pensei: como comprimir 16 dígitos em algo muito mais amigável? Eu estava falando com um matemático e descobrimos que havia combinações suficientes de três palavras para cada local do mundo.”

Na verdade, 40 mil palavras foram suficientes.

A empresa começou em 2013 e agora emprega mais de cem pessoas em sua base em Royal Oak, oeste de Londres.

Serviços de emergência e guias de viagem

A Mongólia adotou as palavras-chave para seu serviço postal, e o guia de viagens Lonely Planet sobre o país fornece endereços de três palavras para pontos turísticos.

A Mercedes Benz também incluiu o sistema em seus carros, e o what3words está sendo usado agora em 35 idiomas. O Airbnb também usa as três palavras para localizar imóveis oferecidos na plataforma.

Segundo Lee Wilkes, gerente do Cornwall Fire and Rescue Service, um dos 35 serviços de emergência ingleses e galeses que assinaram o sistema, o aplicativo “elimina toda a ambiguidade sobre onde precisamos estar”.

O sistema pode ajudar também a combater incêndios em grandes extensões rurais, por exemplo, disse Wilkes.

“Em vez de dizer ‘encontrem-se no portão e depois sejam orientados de lá’, podemos ser absolutamente específicos sobre onde a nossa equipe precisa chegar”, disse Wilkes. “Eu simplesmente não consigo ver uma desvantagem (no sistema).”

Caso as pessoas perdidas não tenham o aplicativo instalado, os serviços de emergência poderão enviar uma mensagem de texto contendo um link da web para seus telefones.

Essa alternativa exigiria um sinal de celular. No Brasil, a operadora com maior cobertura 3G do país, a Vivo, atende a 4.471 dos 4.635 municípios do país, seguida por Tim (3.195), Claro (3.966) e Oi (1.644), segundo dados da consultoria Teleco.

Mas o what3words não precisa dessa conexão de dados para determinar a localização de três palavras.

“Digamos que um membro de um grupo se feriu em uma montanha e não pode se locomover. Eles não têm sinal de celular para pedir ajuda, mas podem anotar as três palavras e avisar as equipes de resgate assim que conseguirem sinal e determinar exatamente onde está a pessoa ferida”, disse Sheldrick.

Foi o caso da polícia do Condado inglês de South Yorkshire, que usou as três palavras para encontrar um homem de 65 anos que ficou preso depois de cair em um aterro em Sheffield.

O Serviço de Bombeiros e Resgate de outro condado, North Yorkshire, encontrou uma mulher que havia batido o carro, mas não sabia onde estava.

E a polícia do Condado inglês de Humberside conseguiu resolver rapidamente um crime em curso envolvendo reféns depois que uma vítima conseguiu dizer aos policiais exatamente onde ela estava detida.

“Essa foi uma situação crítica e ser capaz de usar um endereço de três palavras significava que os policiais poderiam chegar lá muito mais rápido, resgatar o refém e prender um homem”, disse Sheldrick.

(Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49353306>)

Hackers

Quatro hackers foram presos no dia 23/7/19 por meio da operação chamada Spoofing. Ele são suspeitos de terem invadido celulares de várias autoridades, entre as quais o ministro Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública) e o procurador da Lava Jato Deltan Dallagnol.

“As mensagens mostram o então juiz sugerindo testemunhas, dando pistas sobre futuras decisões e aconselhando membros do Ministério Público Federal, entre eles o procurador”.

(Fonte: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/atualidades-vestibular-enem-julho-2019.htm>)



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (SABESP - Estagiário Ensino Médio Regular - FCC - 2019) A notícia abaixo relata uma recente imagem captada por telescópio e recebida como um grande avanço para os estudos astronômicos:

Até então, os astrônomos não tinham conseguido captar precisamente a imagem. Eram conhecidas apenas ilustrações, concepções artísticas e simulações. A razão principal é que eles são fenômenos invisíveis – com a força da gravidade exercendo uma pressão que nada escapa ao seu redor: incluindo a radiação eletromagnética. (Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com>. Adaptado) A imagem captada é

- a) da Órbita de Plutão.
- b) da Via Láctea.

- c) da Galáxia de Andrômeda.
- d) da Camada de Ozônio.
- e) do Buraco Negro.

Resposta: Letra E. A primeira imagem de um **buraco negro** foi revelada nesta quarta-feira, 10, pela Fundação Nacional de Ciências (National Science Foundation, em inglês). A surpreendente foto é resultado do trabalho de uma rede de telescópios, o projeto Event Horizon Telescope.

2. (PGE-PE - Conhecimentos Básicos - Cargos: 1, 2, 3 e 4 - CESPE - 2019) Acerca de temas da atualidade que envolvem o Brasil e o mundo, julgue o item seguinte. As práticas sociais na atualidade são totalmente direcionadas pela comunicação nas redes sociais, que proporcionam amplo debate e favorecem o consenso sobre temas relevantes à maioria da população.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. As práticas sociais na atualidade [NÃO] são totalmente direcionadas pela comunicação nas redes sociais, que [NÃO] proporcionam amplo debate e [NÃO] favorecem o consenso sobre temas relevantes à maioria da população.

3. (SABESP - Estagiário Ensino Médio Regular - FCC - 2019) A estudante gaúcha Juliana Estradioto, de 18 anos, batizará um asteroide com seu nome. A oportunidade é dada para os vencedores que ficam em primeiro e segundo lugar de cada categoria da maior feira de ciências do mundo. A jovem conquistou a premiação máxima na categoria de Ciências Materiais. (Disponível em: <https://jovempan.uol.com.br>. Adaptado) A pesquisa da brasileira é sobre

- a) a utilização da folha da mandioca.
- b) o aproveitamento da casca da macadâmia.
- c) o reaproveitamento de canudos plásticos.
- d) a reciclagem de peças de computadores.
- e) o uso de materiais orgânicos em tecidos.

Resposta: Letra B. Em seu projeto, Juliana utiliza casca da macadâmia para alimentar microorganismos responsáveis por produzir membranas que podem ser utilizadas em várias situações, como para fabricar embalagens biodegradáveis. Ela também está investigando como aplicar essa pesquisa na área de saúde, utilizando a membrana como curativos após a realização de cirurgias.

4. (SANASA Campinas - Analista de Tecnologia da Informação - Análise e Desenvolvimento - FCC - 2019) Uma cientista brasileira de 33 anos, formada em Química pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), desenvolveu um equipamento que poderá revolucionar o tratamento de uma moléstia que, não raro, necessita de intervenção cirúrgica. Apesar da pouca idade, a cientista é chefe de um laboratório de pesquisa da Universidade do Texas, em Austin (EUA). (Disponível em: <https://bit.ly/2Waaiph>. Acesso em 31.05.2019)

O equipamento criado pela brasileira assemelha-se a uma caneta capaz de

- a) detectar células tumorais.
- b) extrair tumores do cérebro de forma pouca invasiva.
- c) executar filmagens em órgãos com células cancerígenas.
- d) injetar medicamentos direta e somente nas células malignas.
- e) possibilitar a aplicação quimioterápica na residência do doente.

Resposta: Letra A. Uma cientista brasileira de 33 anos desenvolveu uma espécie de caneta capaz de detectar células tumorais em poucos segundos. Livia Schiavinato Eberlin é formada em Química pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e, apesar da pouca idade, já é chefe de um laboratório de pesquisa da Universidade do Texas em Austin, nos Estados Unidos.

5. (Câmara de Orlandia - SP - Contador - VUNESP - 2019) Pesquisadores da Universidade de São Paulo e Harvard divulgaram nesta quinta-feira (8 de novembro) uma importante descoberta arqueológica. Com ajuda da extração de DNA de fósseis enterrados por mais de dez mil anos, eles puderam avaliar o código genético dos fósseis. (G1, 8 nov. 18. Disponível em: <<https://goo.gl/vpdksa>>. Adaptado) A descoberta arqueológica mencionada na notícia contradiz

- a) a explicação consagrada para a sedentarização humana, relacionada à agricultura.
- b) a teoria de que os primeiros habitantes da América tiveram diferentes origens.
- c) a tese que explicava a religiosidade ameríndia, fundada na crença em uma só divindade.
- d) as ideias de "igualdade nativa" e "comunidades horizontais" oriundas da antropologia.
- e) a oposição entre povos "primitivos" e "avançados", vistos respectivamente como selvagens e civilizados.

Resposta: Letra B. Todos os indígenas que vivem ou já viveram nas Américas descendem de uma única população que chegou ao Novo Mundo vinda do leste asiático, através do estreito de Bering, há cerca de 20 mil anos. A conclusão, de um trabalho de uma equipe internacional de 72 arqueólogos e geneticistas - entre os quais 17 brasileiros -, refuta as teorias mais discutidas ou aceitas até hoje sobre o povoamento do continente posteriormente "descoberto" por Cristóvão Colombo.

6. (IF-PR - Professor - Sociologia - FAU - 2019) "Temo o dia em que a tecnologia se sobreponha à nossa humanidade. O mundo só terá uma geração de idiotas". (Albert Einstein). Considerando que a internet e os aparelhos móveis mudaram para sempre nosso modo de viver e imprimiram um novo ritmo de vida, produzindo novas realidades e moldando definitivamente o futuro da natureza humana, colocando-nos uma grande indagação no

tempo presente, a saber: "A tecnologia moldará o futuro da política, da sociedade e dos direitos humanos?", avale os enunciados abaixo mencionados e marque a única questão considerada INCORRETA:

- a) Compreendemos como um dos maiores problemas da tecnologia em relação aos direitos humanos o fim da privacidade, uma vez que precisaremos de sistemas robustos de proteção dos dados como leis, criptografia, cibersegurança e supervisão.
- b) Sobre a questão da privacidade e sua relação com a tecnologia, as pessoas precisarão ter um debate público e aberto sobre o que é privacidade além dos limites estreitos de segurança nacional e o que esperam que seus governos protejam e as empresas respeitem.
- c) Infelizmente o Brasil ainda não se atentou para a periculosidade da tecnologia de ponta e suas implicações sobre os direitos humanos, não dispondo ainda de Legislação sobre a proteção de dados pessoais.
- d) A privacidade geralmente é pensada no contexto das ações ou pensamentos privados de uma pessoa ou em relação à interação dela com outras, mas a questão é muito mais complexa envolvendo a inviolabilidade da intimidade e a autodeterminação informativa, por exemplo.
- e) A privacidade não está morta uma vez que sempre vamos querer maneiras de manter certas coisas privadas, mas ficará mais difícil. As sociedades precisarão reconsiderar o que a privacidade significa de diversas maneiras.

Resposta: C. Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

SOCIEDADE (EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA)

Ministra de Bolsonaro, Damares aparece vestindo azul em loja e é questionada por vendedor

Uma declaração da ministra Damara Alves - de que meninos devem vestir azul e meninas, a cor rosa - gerou bastante repercussão e resultou em cenas de constrangimento para a própria ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos. Damara foi questionada por um vendedor ao entrar vestida de azul em uma loja do Brasília Shopping.

A cena repercutiu e também foi compartilhada pela deputada federal Erika Kokay. "Flagrante! Ministra Damara usa azul e se revolta com vendedor que pergunta se ela é menino ou menina! #cornãotemgênero", escreveu a parlamentar.

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2019/01/04/ministra-de-bolsonaro-damara-aparece-vestindo-azul-em-loja-e-e-questionada-por-vendedor.htm>)

Fundadora de site pornô que divulgava vídeos de câmera escondida é presa na Coreia do Sul

Cofundadora de um dos maiores sites de pornografia da Coreia do Sul, Soranet Song, de 46 anos, foi sentenciada a quatro anos de prisão, em Seul, por incentivar a ajudar na distribuição de material pornográfico.

Song tinha mais de um milhão de usuários em seu site e hospedava milhares de vídeos ilegais, muitos filmados com câmeras escondidas e compartilhados sem o consentimento das mulheres retratadas.

Mulheres organizaram enormes protestos de rua na Coreia do Sul, pedindo para que o governo tomasse medidas mais sérias contra a pornografia ilegal.

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/01/09/fundadora-de-site-porno-que-divulgava-videos-de-camera-escondida-e-presa-na-coreia-do-sul.htm>)

Por que o Brasil decidiu isentar de visto turistas de EUA, Japão, Austrália e Canadá

O governo brasileiro anunciou nesta segunda-feira que cidadãos de EUA, Japão, Austrália e Canadá não precisarão mais de vistos para viajar ao Brasil como turistas.

A decisão - que rompe o princípio de reciprocidade adotado historicamente pela diplomacia brasileira - não implica qualquer contrapartida dos países contemplados, que continuarão a exigir vistos para turistas brasileiros.

O decreto que detalha a medida, publicado em uma edição extraordinária do Diário Oficial da União, é assinado pelo presidente Jair Bolsonaro e pelos ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Sérgio Moro (Justiça e Segurança Pública) e Marcelo Álvaro Antônio (Turismo).

A isenção se aplica a turistas que visitem o Brasil por até 90 dias e pode ser prorrogada por outros 90, desde que a estadia não ultrapasse 180 dias por ano a partir da primeira entrada no país.

Princípio de reciprocidade

Em janeiro, a BBC News Brasil publicou que o Ministério das Relações Exteriores - historicamente contrário à liberação unilateral de vistos - havia revisto sua posição sob o comando de Araújo.

(Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47605005>)

Temporal no Rio de Janeiro

Sete pessoas morreram em decorrência do temporal que atingiu o Rio de Janeiro no dia 7/2/19. Entre as vítimas, Áureo Ribeiro da Paz, de 64 anos, chegou a ficar internado após a casa onde morava, em Barra do Guaratiba, na zona oeste da cidade, desabar, matando a mulher dele, Isabel Martins da Paz, 56 anos, e o filho, Mauro Ribeiro da Paz, de 32 anos. Áureo também não resistiu aos ferimentos e morreu dois dias depois.

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/02/09/sobe-para-sete-numero-de-mortos-em-decorrencia-das-chuvas-no-rio.htm>)

Tragédia no Flamengo

Um incêndio no Ninho do Urubu, centro de treinamento do Flamengo, causou a morte de 10 jovens jogadores e deixou três feridos na madrugada do dia 8/2/19.

O incêndio atingiu a ala mais velha do CT, que servia de alojamento para as categorias de base e recebia jogadores de 14 a 17 anos de idade. As vítimas estavam dormindo no momento do incêndio. Segundo investigações, um curto-circuito em um ar-condicionado teria causado as chamas.

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/esporte/2019/02/10/depoimento-cita-gambiarra-em-ar-condicionado-que-originou-incendio-no-fla.htm>)

Tiroteio em Suzano

Dois ex-alunos invadiram a Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano (SP), e atiraram contra alunos e funcionários durante o recreio. O tiroteio deixou dez mortos e vários feridos.

Guilherme Tauci Monteiro, de 17 anos, e Luiz Henrique de Castro, de 25 anos, usaram um revólver, uma machadinha e uma besta (espécie de arco e flecha). Após o crime, os atiradores se mataram.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/retrospectiva-2019-marco>)

Carnaval

Em 2019, a Estação Primeira de Mangueira venceu o Carnaval do Rio de Janeiro. A escola desfilou na Sapucaí com o enredo História pra Ninar Gente Grande, do carnavalesco Leandro Vieira. A Mangueira obteve a pontuação máxima em todos os quesitos.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/retrospectiva-2019-marco>)

Sarampo causou 142 mil mortes no mundo em 2018, diz OMS

Depois de décadas de grandes progressos, a luta contra o sarampo está estagnando e o número de mortes voltou a aumentar em 2018, de acordo com alerta da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgado nesta quinta-feira (5/12/19). No total, 142 mil pessoas morreram de sarampo no mundo em 2018. A cifra é quatro vezes menor do que em 2000, mas 15% maior do que em 2017. As crianças representam a maior parte das mortes.

O sarampo é um vírus muito contagioso, que pode permanecer em uma área até duas horas depois de que uma pessoa infectada tenha falecido. Ressurgiu com epidemias nos cinco continentes desde 2018, sobretudo, em cidades ou vizinhanças com baixos níveis de vacinação.

Em 2019, quase 12 mil pessoas tiveram sarampo no Brasil, principalmente jovens. Antes considerado um país livre do sarampo, o Brasil perdeu o certificado de eliminação da doença concedido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em fevereiro deste ano, após registrar mais de 10 mil casos em 2018. O surto aconteceu principalmente nos estados de Amazonas e Roraima.

Surto pelo mundo

As pequenas ilhas da Samoa, no Pacífico Sul, atualmente lutam contra uma epidemia de sarampo. Foram 62 mortes desde outubro, quase todas entre crianças menores de quatro anos. As autoridades cortaram o acesso ao arquipélago e lançaram uma campanha de vacinação nesta quinta-feira (05/12/19).

Cinco países concentraram quase metade dos casos em 2018: República Democrática do Congo (RDC), Libéria, Madagascar, Somália e Ucrânia, segundo um informe publicado pelos Centros para o Controle e a Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos.

Nos países ricos, o sarampo mata pouco, ou nada. Na RDC, porém, esse vírus matou o dobro do que o do perigoso vírus ebola, com mais de 5 mil mortes neste ano.

O vírus se propaga com facilidade. Israel importou uma centena de casos de outros países, como Filipinas e Ucrânia. De lá, alguns viajantes infectados transmitiram a doença aos bairros judeus de Nova York e contribuíram para a maior epidemia dos Estados Unidos desde 1992.

(Fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/sarampo/noticia/2019/12/05/sarampo-causou-140-mil-mortes-no-mundo-em-2018-diz-oms.ghtml>)

Desabamento de prédios em Muzema

No dia 12/04/19 dois prédios localizados na comunidade da Muzema, na Zona Oeste do Rio, desabaram deixando 24 mortos. Um prédio possuía cinco andares e outro três, com quatro apartamentos em cada.

De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, os prédios eram irregulares e ficavam em área de milícias, dificultando a chegada de fiscais. Em 2018, a construção já havia sido interdita. Porém, mesmo com a construção não autorizada pelos órgãos fiscalizadores e com a região sendo uma Área de Proteção Ambiental (APA) ela continuou.

A tragédia deixou 24 mortos e apenas sete sobreviventes. A última vítima, Adilma Ramos Rodrigues, de 35 anos, faleceu no dia 22. Ela era casada com o pastor Cláudio Rodrigues, de 40 anos, que foi a primeira vítima do desabamento.

A prefeitura informou que 16 prédios vizinhos aos que desabaram vão ser demolidos e que a ação será cuidadosa para não prejudicar os prédios que ainda estão ocupados ao lado.

(Fonte: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/atualidades-enem-vestibulares-abril-2019.htm>)

Exército atira contra família por engano

Uma família que estava a caminho de um chá de bebê teve o carro metralhado por militares do Exército, em Guadalupe, zona oeste do Rio de Janeiro, no dia 7/4/19. Foram mais de 80 tiros. A atitude terminou na morte do motorista, o músico Evaldo Rosa dos Santos, e do catador de materiais recicláveis Luciano Macedo, que estava passando na hora e tentou ajudar a família. O sogro do motorista também foi ferido. Já a mulher, o filho de 7 anos, e a outra ocupante do carro não tiveram ferimentos inicialmente, o Exército afirmou que os militares responderam à agressão e atiraram contra o carro de criminosos, mas a família, afirmou que a vítima não tinha qualquer envolvimento com o crime. Após a contestação da família sobre a versão dada pelo Exército, a instituição recuou e mandou prender 10 dos 12 militares envolvidos.

Permanecem detidos nove militares, que em depoimento unânime, disseram que, minutos antes, os militares haviam trocado tiros com um veículo de características similares, no bairro de Guadalupe.

As investigações do caso serão conduzidas pelo próprio Exército, com base em uma lei de 2017 sancionada pelo então presidente Michel Temer (MDB), que diz que crimes dolosos contra a vida, cometidos por militares das Forças Armadas, serão investigados pela Justiça Militar da União.

(Fonte: <https://vestibular.brasilescuela.uol.com.br/atualidades/atualidades-enem-vestibulares-abril-2019.htm>)

Cortes na Educação

O novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, que assumiu a pasta após queda de Ricardo Vêlez, anunciou o contingenciamento de verbas da educação. Em abril, ele já havia informado que cortaria verbas de universidades que promoviam “balbúrdia” e citou a UnB, UFF, e UFBA, mas depois estendeu o corte para todas as universidades e institutos federais.

O Ministério da Educação (MEC) bloqueou 30% da verba discricionária das universidades, o que representa 3,5% do total. A despesa discricionária se refere à manutenção da instituição, água, luz, telefone, segurança etc. Por causa do bloqueio, universidades anunciaram que não conseguirão terminar o ano letivo.

Manifestações

O bloqueio dos recursos da educação foi o estopim para estudantes e opositores do Governo Bolsonaro irem às ruas manifestar. Uma grande manifestação aconteceu no dia 15 de maio, em mais de 240 cidades nos 26 estados e no Distrito Federal. O presidente Jair Bolsonaro não reagiu bem às manifestações e xingou os estudantes de “idiotas úteis”.

Em resposta às manifestações do dia 15/5/19, simpatizantes de Bolsonaro foram às ruas no dia 26 para defender o Governo, o ministro Sérgio Moro e a Reforma da Previdência. Eles também atacaram o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, os atos do dia 26 tiveram pouca adesão.

No dia 30 de maio, estudantes voltaram às ruas para mais uma vez protestarem pela educação. Os atos foram convocados por, pelo menos, três movimentos estudantis e foram menores que os do dia 15.

(Fonte: <https://vestibular.brasilescuela.uol.com.br/atualidades/atualidades-enem-vestibulares-abril-2019.htm>)

Primeiro país da Ásia a legalizar casamento gay

A Tailândia se tornou o primeiro país da Ásia a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o que já acontece em diversos países do Ocidente, como o Brasil. Muitos países asiáticos, como os árabes, até criminalizam a união homoafetiva, como a Arábia Saudita.

(Fonte: <https://vestibular.brasilescuela.uol.com.br/atualidades/atualidades-vestibular-enem-maio-2019.htm>)

Criminalização da homofobia

Com 8 votos a favor e 3 contra o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou o uso de leis de racismo para punir a homofobia, que é a discriminação contra homossexuais e transexuais.

Apesar da vitória para a classe, setores religiosos se queixam que a criminalização da homofobia poderia colocar em risco a liberdade de culto no país, já que algumas religiões defendem, por exemplo, que a homossexualidade é um pecado.

Dez dias depois da homofobia virar crime, aconteceu a 23ª edição da Parada Gay de São Paulo. O evento reuniu 3 milhões de pessoas e teve como tema “50 anos de Stonewall - Nossas conquistas, nosso orgulho de ser LGBT+”.

(Fonte: <https://vestibular.brasilescuela.uol.com.br/atualidades/atualidades-vestibular-enem-maio-2019.htm>)

Copa do Mundo de Futebol Feminino

Teve início no mês de Junho, com recordes de audiência, a Copa do Mundo de Futebol Feminino, na França. O evento reúne 24 seleções e este ano teve maior visibilidade, principalmente pelo fato da jogadora da seleção brasileira, Marta, considerada a melhor jogadora do mundo por alguns anos consecutivos, ter levantando a bandeira de maior valorização do futebol feminino e salários iguais assim como acontece com os jogadores do sexo masculino. Infelizmente, o Brasil foi eliminado pelas donas da casa nas oitavas de final.

(Fonte: <https://vestibular.brasilescuela.uol.com.br/atualidades/atualidades-vestibular-enem-maio-2019.htm>)

Sequestro de ônibus no Rio de Janeiro

No dia 20/8/19, por volta das 5h30, um homem identificado como Willian Augusto da Silva, de 20 anos, armado com um revólver, um aparelho de choque, uma faca e portando um recipiente com gasolina sequestrou um ônibus na ponte Rio-Niterói e manteve dezenas de pessoas como reféns.

O sequestro durou cerca de 3 horas e o Batalhão de Operação Policiais Especiais (BOPE) tentou negociações com o sequestrador. Durante o período, algumas vítimas foram sendo liberadas. Por volta das 9h, o sequestrador saiu do ônibus e logo foi visto caindo no chão ao ser baleado por um atirador da polícia. O sequestrador acabou morrendo no hospital e todas as vítimas foram liberadas sem ferimentos maiores.

Após o sequestrador ser morto, a postura do governador do Rio de Janeiro, Wilsom Witzel, foi criticada por muitos populares. Witzel chegou de helicóptero ao local, desceu, pulou e levantou os braços com um sorriso. Com a repercussão ele afirmou que não estava celebrando a morte, mas sim comemorando a vida.

O sequestrador não tinha antecedentes criminais, mas apresentava problemas psicológicos e durante o sequestro estava tendo um surto.

(Fonte: <https://vestibular.brasilescuela.uol.com.br/atualidades/atualidades-vestibular-enem-maio-2019.htm>)

Paquistão ultrapassa o Brasil em lista de países mais populosos do mundo

Com uma população de 216 milhões de pessoas, o Paquistão ultrapassou o Brasil e conquistou a posição de quinto país mais populoso do mundo.

Segundo a Projeção de População Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), atualmente o Brasil tem 211 milhões de pessoas. A perspectiva é de que em um ano o país ganhe “apenas” um milhão de pessoas, enquanto o Paquistão deve chegar a 220 milhões de habitantes, consolidando-se no top 5 do ranking.

Nas primeiras posições estão China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. Juntas, as cinco nações somam metade de toda a população global, de 7,7 bilhões de pessoas. Ainda de acordo com o relatório, mais 2 bilhões de indivíduos devem nascer nos próximos vinte anos, apesar da tendência à redução populacional em diversas regiões.

Mudança no topo

Além da queda do Brasil, outras mudanças devem acontecer na parte de cima do ranking populacional. De acordo com as estimativas da ONU, por volta de 2027 a Índia deve superar a China no primeiro lugar, graças às medidas de controle de natalidade de Pequim.

Os países da África Subsaariana também aumentarão suas taxas de natalidade nos próximos anos e a população na região, uma das mais pobres do mundo, deve dobrar até 2050.

Já no Brasil, a população passará a encolher a partir de 2049, quando atingirá o ápice de 229.196.000 brasileiros. A redução se dará de maneira gradual ao longo da segunda metade do século e, em 2100, o Brasil deve ter 180,6 milhões de habitantes — voltando ao patamar do início dos anos 2000.

O país era o quinto mais populoso do mundo desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Em oitenta anos, deve despencar para a 12ª posição, sendo ultrapassado por Nigéria, Etiópia, República Democrática do Congo, Tanzânia, Egito e Angola.

Hoje, a taxa de natalidade brasileira é de 1,73 nascimentos por mulher, valor mais aproximado ao de países desenvolvidos, como o Japão, com média de 1,3 filhos.

A taxa paquistanesa, por exemplo, é de 3,48 nascimentos, e a da Índia, apesar da megapopulação, continua em 2,33 filhos por mulher.

(Fonte: <https://veja.abril.com.br/mundo/paquistao-ultrapassa-o-brasil-em-lista-de-paises-mais-populosos-do-mundo/>)

Guia Alimentar Brasileiro poderá ser adaptado para outros países

Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos, publicação feita pelo Ministério da Saúde com o intuito de combater a obesidade infantil, poderá ser adaptado e usado por outros países que têm o português como língua oficial. A sugestão foi apresentada hoje (13/12/19) pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, durante a V Reunião de Ministros da Saúde – encontro que reúne autoridades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa, Portugal.

Lançado este ano, o guia apresenta recomendações e informações sobre alimentação de crianças nos dois primeiros anos de vida.

Além de promover saúde, crescimento e desenvolvimento a esse público, o guia subsidia família e profissionais de saúde em ações de educação alimentar e nutricional. Ao mesmo tempo, é um instrumento que ajuda na orientação de políticas públicas que visam a apoiar, proteger e promover a saúde das crianças.

No encontro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Mandetta compartilhou a experiência brasileira e ofereceu ajuda aos demais países integrantes do grupo, no sentido de elaborar e adaptar guias alimentares às realidades locais de cada um deles.

A ideia é promover, já no primeiro trimestre de 2020, oficinas técnicas para apresentar a metodologia adotada pelo Brasil na elaboração do guia.

Instituída em julho de 1996, a CPLP reúne nove Estados membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Juntos, esses países têm 230 milhões de habitantes distribuídos por quatro continentes.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-12/guia-alimentar-brasileiro-podera-ser-adaptado-para-outros-paises>)

Anvisa decide banir gordura trans até 2023

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou hoje (17/12/19), por votação unânime, um novo conjunto de regras que visa banir o uso e o consumo de gorduras trans até 2023.

A nova norma será dividida em 3 etapas. A primeira será a limitação da gordura na produção industrial de óleos refinados. O índice de gordura trans nessa categoria de produtos será de, no máximo, 2%. Essa etapa tem um prazo de 18 meses de adaptação, e deverá ser totalmente aplicada até 1º de julho de 2021.

A data também marca o início da segunda etapa, mais rigorosa, que limita a 2% a presença de gorduras trans em todos os gêneros alimentícios. De acordo com nota publicada pela Anvisa, a medida deverá “ampliar a proteção à saúde, alcançando todos os produtos destinados à venda direta aos consumidores”.

A restrição da segunda fase será aplicada até 1º de janeiro de 2023 – período que marca o início da terceira fase e o banimento total do ingrediente para fins de consumo. A gordura trans ainda poderá ser usada para fins industriais, mas não como ingrediente final em receitas para o consumidor.

Ácidos graxos trans

Presente principalmente em produtos industrializados, a gordura trans – ou ácido graxo trans, na nomenclatura técnica – é usada para eliminar odores desagradáveis e indesejáveis nos produtos finais. A gordura trans está associada ao aumento do colesterol ruim (LDL) e degradação do colesterol bom (HDL).

Segundo informa a Anvisa, há provas concretas de que o consumo de gordura trans acima de 1% do valor energético total dos alimentos aumenta o risco de doenças cardiovasculares. A agência informou ainda que, em 2010, a média de consumo de gorduras trans pelos brasileiros em alimentos industrializados girava em torno de 1,8% – valor considerado perigoso. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a gordura trans foi responsável por 11,5% das mortes por doenças coronárias no Brasil naquele ano, o equivalente a 18.576 óbitos em decorrência do consumo excessivo do óleo.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-12/anvisa-decide-banir-gordura-trans-ate-2023>)

Análise de dados pode ajudar a melhorar educação, dizem especialistas

A coleta e a análise de dados se tornaram uma realidade não somente na economia, mas em diversas áreas. Para especialistas, também na educação, esse tipo de prática pode contribuir para identificar problemas e orientar a ação de gestores, profissionais e governantes tanto na administração escolar quanto na elaboração de políticas públicas.

O tema foi discutido no evento Data Meeting Brazil, realizado em Brasília hoje (26/11/19). A professora de administração da Universidade de São Paulo (USP) Alessandra Montini destacou que, atualmente, há muitos dados disponíveis e o desafio é extrair deles valor para instituições e benefícios para a sociedade.

Na avaliação do gerente de políticas do movimento Todos pela Educação, Gabriel Corrêa, o trabalho orientado por dados pode ajudar de diversas formas no setor. A primeira é reconhecendo o que funciona. Entre 2007 e 2017, por exemplo, os percentuais de alunos do 5o ano com aprendizagem satisfatória em língua portuguesa e matemática mais que dobraram, saindo, respectivamente, de 28% para 60,7% e de 23,7% para 48,9%.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-11/analise-de-dados-pode-ajudar-melhorar-educacao-dizem-especialistas>)

Videoprova em Libras do Enem está disponível na internet

A videoprova em Libras do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano está disponível na internet, na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Com o material, o participante que já fez o Enem pode assistir à prova, comparar os resultados das respostas e conferir o gabarito. Para quem ainda não fez a prova, o material servirá de suporte para os estudos.

O Inep passou a oferecer a videoprova em Libras em 2017 como parte da política de inclusão do instituto. Em 2018, foi lançado o selo Enem em Libras, com todo o conteúdo disponível em Língua Brasileira de Sinais. No mesmo ano foi lançada a Plataforma Enem em Libras, na qual a videoprova pode ser acessada em plataforma similar à adotada na aplicação da prova.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/videoprova-em-libras-do-enem-esta-disponivel-na-internet>)

BNCC é “instrumento poderoso” para ensino de qualidade, diz educadora

A diretora do Instituto Reúna, Kátia Smole, disse hoje (11) que a implementação integral da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vai permitir, pela primeira vez, a criação de um sistema coerente de educação no país.

Na avaliação da educadora, o ensino de qualidade homogênea compreenderia um alinhamento entre currículo, material didático, formações inicial e continuada de professores e avaliação, independentemente da esfera de gestão da escola, ou seja, se é de âmbito municipal, estadual ou federal.

“Nós não vamos ter revolução 4.0, 5.0 se os alunos não aprenderem o que é certo, na idade certa”, afirmou Kátia, que participou hoje do 1º Encontro da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) de Políticas Públicas de Educação e Cultura, realizado em São Paulo.

Na opinião da diretora, de nada adianta investir em ações de aceleração de aprendizagem se ainda houver distorções na assimilação de conteúdos.

“A base [BNCC] tem, para mim, um valor importante porque diz claramente, corajosamente, ainda que nós possamos ter muitas sugestões de melhoria: há uma progressão de aprendizagem. É necessário que eu passe pela escola e aprenda na escola o que é certo, na idade certa, não por sorte, não porque eu peguei um professor bom, não porque deu certo de eu estar em uma escola privilegiada, mas porque é direito. É direito. Eu posso saber mais do que está aí [previsto na BNCC], mas eu não posso saber menos”, disse Katia, que foi secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, durante o governo Michel Temer.

“Por sorte, eu tive professores que fizeram a diferença. Eu não queria que dependesse da sorte”, destacou.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Brasil em 2017 para o ensino infantil e fundamental e, em 2018, para o ensino médio, define o mínimo que os estudantes devem aprender a cada etapa de ensino. A BNCC prevê ainda que, em todo o período escolar, além de capacidades acadêmicas, sejam desenvolvidas habilidades socioemocionais. A partir da Base, as redes públicas de ensino e as escolas privadas devem elaborar os currículos que serão implementados nas salas de aula. Os novos currículos estão em fase de elaboração.

Obstáculos da carreira docente

O secretário de Educação do estado de São Paulo, Rossieli Soares, destacou a importância da valorização dos professores da rede pública de ensino.

Um dos problemas, segundo ele, é a forma como a progressão salarial da categoria está estruturada, além da remuneração inicial baixa. Para o educador, porém, a questão transcende tal aspecto, passando também pela condição de trabalho a que são submetidos, que estaria fazendo com que percam “o brilho no olhar” quanto à profissão.

Um levantamento sistematizado pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), com base nos dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2015, revelou que apenas 3,3% dos estudantes brasileiros de 15 anos querem ser professores. Se a opção for pela docência na educação básica, o percentual cai para 2,4%.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/bncc-e-instrumento-poderoso-para-ensino-de-qualidade-diz-educadora>)

Violência contra professores e alunos cresce na rede pública paulista

Pesquisa inédita realizada pelo Instituto Locomotiva e pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) revela que 54% dos professores já sofreram algum tipo de violência nas escolas. Em 2017, o percentual era 51% e, em 2014, 44%. Entre os estudantes, 37% declararam ter sofrido violência (em 2014 eram 38%, e 2017, 39%).

Em 2019, 81% dos estudantes e 90% dos professores souberam de casos de violência em suas escolas estaduais no último ano. Ocorrências mais frequentes de violência nas escolas estaduais envolveram bullying, agressão verbal, agressão física e vandalismo.

Entre os estudantes, há mais casos de bullying, citados por 62% deles e, entre os professores, as ocorrências mais frequentes são de agressão verbal, citada por 83% dos docentes. "O bullying é o ponto de partida para diversas violências", disse a presidente do sindicato.

Outro ponto da pesquisa mostra que 95% da população de SP, 98% dos estudantes e 99% dos professores afirmam que o governo estadual deveria dar mais condições de segurança às escolas.

Opinião semelhante tem a população do país: 93% dos brasileiros acreditam que o governo estadual deveria dar mais condições de segurança às escolas, revelou o estudo.

A percepção da violência pelos professores aumentou nos últimos anos: 71% dos estudantes e 71% dos professores perceberam o aumento este ano. Em 2017, a percepção era de 72% para os estudantes e 61% para os professores. Em 2014, a taxa era menor: 70% e 57% respectivamente.

Entre a população, a grande maioria (77%) soube de algum caso recente de violência em escolas públicas. No estado de São Paulo, essa percepção atinge 79% da população. "A violência passa a fazer parte do território da aprendizagem, é essa a realidade das escolas", lamentou Meirelles.

Crise e cortes na educação

Para a população, saúde e educação são áreas que deveriam ser poupadas de cortes mesmo em períodos de crise. Para 45% dos entrevistados, a saúde vem em primeiro lugar e não deveria sofrer cortes. Em seguida, figuram educação, criminalidade, violência e geração de empregos.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/violencia-contra-professores-e-alunos-cresce-na-rede-publica-paulista>)

Cursos à distância superam presenciais em nota máxima

O percentual de cursos de ensino a distância (EaD) com nota máxima superou o de presenciais em avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que mede a qualidade do ensino superior.

Os dados são do indicador ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), referentes a 2018, e foram divulgados hoje (12/12/19) pelo Inep, vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

Ao todo, 2,7% dos cursos EaD obtiveram conceito 5, enquanto apenas 1,6% dos presenciais alcançaram o mesmo patamar. O CPC classifica os cursos em uma escala de 1 a 5. O conceito 3 reúne a maior parte dos cursos. Aqueles que tiveram um desempenho menor que a maioria recebem conceitos 1 ou 2. Já os que tiveram desempenho superior à maioria, recebem 4 ou 5.

Ainda considerando as modalidades de ensino, mais cursos distância (94,5%) obtiveram conceito superior a 3: 94,5%. Entre os cursos presenciais, 86,7% obtiveram conceitos entre 3 e 5. Na relação de cursos com pior desempenho, o CPC 2018 apurou uma maior participação da modalidade presencial. Enquanto 0,4% de cursos pre-

senciais conseguiram conceito 1, o percentual do EaD foi de 0%. Já os cursos com nota 2 representam 5,5% na modalidade EaD e 9,5% entre os presenciais.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/cursos-distancia-superam-presenciais-em-nota-maxima>)

Mais quatro universidades portuguesas vão usar Enem para selecionar alunos

Quatro novas instituições de ensino superior de Portugal assinaram acordo para usar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de selecionar estudantes para seus cursos de graduação. As Universidades de Coimbra e do Algarve, que foram as primeiras a firmar parceria para usar o exame, também renovaram os convênios com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Ao todo são 41 instituições portuguesas que usam o Enem. Entre as quatro novas, três têm sede em Lisboa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), a Universidade Autônoma de Lisboa (UAL) e o Instituto Politécnico da Lusofonia (Ipluso). A quarta nova instituição conveniada é a Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa, em Oliveira de Azeméis.

O programa de convênio com as instituições portuguesas completou cinco anos em maio de 2019. As duas primeiras instituições a assinar o acordo, em 2014, a Universidade de Coimbra e a Universidade do Algarve, renovaram o convênio.

Ao celebrar o acordo, a instituição passa a ter acesso facilitado, junto ao Inep, aos resultados dos estudantes que buscam vaga em seus cursos. Cada instituição define as regras e os pesos para uso das notas.

(Fonte: <https://exame.abril.com.br/mundo/mais-quatro-universidades-portuguesas-vaio-usar-enem-para-selecionar-alunos/>)

BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitu-

des e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

(Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>)

Jovem é assassinado ao defender mãe durante assalto a mercado no Rio

O estudante de psicologia Matheus dos Santos Lessa, 22, morreu na noite do dia 15/01/19 ao tentar defender a mãe durante um assalto ao mercado da família, no bairro de Guaratiba, na zona oeste do Rio.

Segundo a PM, dois homens chegaram ao local em uma moto e anunciaram o assalto à mãe de Matheus, Carla Rodrigues Santos, que estava no caixa do mercado. Ao ver a abordagem, o jovem reagiu, colocou-se na frente da mãe e acabou baleado no pescoço e no braço.

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/01/16/jovem-morre-ao-defender-mae-durante-assalto-a-mercado-no-rio.htm>)

Mídia, violência e segurança pública: Novos aspectos da violência e da criminalidade no Brasil

Atualmente vem ocorrendo significativas mudanças no perfil social da violência. Pessoas, sobretudo jovens, que não fazem parte do mundo da pobreza e da discriminação racial, têm tido participação constante nas ações de violência. No Brasil, são cada vez mais frequentes as informações que nos chegam sobre atos de violência envolvendo jovens da alta classe média que agredem, por diversão ou intolerância, homossexuais, profissionais do sexo, negros, nordestinos e indígenas, entre outros seguimentos que integram um extenso leque de minorias sociais.

Há muitos questionamentos sobre os elementos que motivam os jovens que receberam carinho dos pais, educação escolar de qualidade e acesso ativo ao mercado de consumo, a praticar ações de violência.

Para tentar responder este questionamento, uma coisa é certa, não podemos deixar de levar em consideração os novos elementos que passaram a atuar no nosso processo de socialização dos anos 80 do século passado para cá. Há pelo menos três décadas, crianças e jovens do Brasil estão em contato diário com uma série de informações que incentivam e banalizam a violência.

De modo geral, a violência, traduz-se na época atual por um evento cujas implicações e desdobramentos atingem, sem distinção, todos os segmentos sociais.

Conforme relata Moser (1991), a violência é, conceitualmente, um comportamento social, já que pressupõe uma relação que envolve pelo menos duas pessoas, como a maioria das condutas humanas. É uma interação, na medida em que se origina e se efetiva na relação com o outro, o que condiciona e modela nosso comportamento. Existem, pelo menos, duas pessoas que participam dessa interação: o agressor e a vítima.

De fato, é inconcebível uma conduta violenta sem a presença do outro. Não há violência sem vítima. Ela encontra sua origem imediata e se explica com referência à palavra e aos atos de outrem. Mas, também não existe violência sem um contexto. Um comportamento social não é um ato de indivíduos isolados, porém de pessoas que têm os mesmos valores, expectativas, papéis e regras que definem as relações entre si.

Sobre a violência contemporânea, vale destacar o acentuado processo de banalização da vida humana provocado pela nossa intensa exposição a cenas televisivas violentas. O intenso contato com este tipo de programação de TV, associado ao irreversível processo de urbanização e desenvolvimento tecnológico que nos afasta cada vez mais dos relacionamentos sociais diretos, tem provocado nas pessoas, em geral, reações de total indiferença em relação às ações violentas alheias.

Hoje em dia, somos capazes de viver dez, quinze ou vinte anos no mesmo edifício de apartamentos e, ainda assim, não sabermos o nome do nosso vizinho de porta. Tudo o que sabemos sobre o mundo e as pessoas nos chega através da TV, da Rede mundial de computadores ou do telefone. Este processo social que nos torna próximos do ponto de vista físico e distantes do ponto de vista dos relacionamentos sociais, faz com que não esboçemos mais nenhuma reação emocional quando nos deparamos com a violência praticada contra pessoas que não conhecemos. Somente nos chocamos com a violência sofrida por seres humanos que compartilham do nosso, cada vez mais restrito, rol de relacionamentos pessoais.

Destacando o mesmo problema na sociedade dos Estados Unidos da América, recentemente um famoso cineasta, produziu dois filmes de curta duração que foram exibidos em diversas vias públicas dos centros urbanos do seu país. O primeiro vídeo mostrava a técnica de retirar pele de coelhos desenvolvida por uma artesã do interior de um dos estados tradicionais dos EUA. A retirada da pele ocorria sem os coelhos serem abatidos preliminarmente e, a população que assistia a cena, em total perplexidade, dava as costas à tela que exibia o imaginável ritual de dor ao qual estavam sendo submetidos os animais, recusava-se a continuar vendo as imagens. O segundo mostrava um homem negro sendo baleado – à queima roupa – por um policial após roubar uma carteira. As pessoas que assistiam um ser humano perdendo a vida de forma brutal não esboçavam nenhuma reação emotiva. Alguns justificavam sua frieza afirmando que o coelho não havia roubado ninguém.

Sobre este enfoque, torna-se interessante investigar os atos de violência associados a pessoas ou grupos sociais que não habitam o espaço social violento, mas que estão frequentemente expostos aos seus efeitos através dos instrumentos de mídia.

Inúmeras pesquisas no campo da psicologia têm mostrado, de maneira repetida, que há correlação positiva em a assistência a filmes violentos e o comportamento agressivo dos pacientes. Na realidade, a carga de violência a que as crianças estão expostas na televisão está positivamente correlacionada com certos comportamentos agressivos como discutir, entrar em conflitos com os pais, ou, mesmo, cometer atos delituosos. (MOSER, 1991).

Não resta dúvida que o resultado de tanta exposição aos cenários de violência influencia diretamente o nosso comportamento social. A escalada da violência no Brasil se banaliza cada vez mais porque ela está ganhando contornos culturais. Geertz (1989), por exemplo, afirma que a tentativa de compreender tanto a organização da atividade social como a natureza de suas relações, nos impõe a difícil tarefa científica de interpretar a cultura. Para

interpretar a cultura é preciso voltar-se para o “universo das idéias”: conjunto de experiências, crenças e sentimentos que dão ordem e significado ao comportamento social dos seres humanos.

Não é nenhuma novidade que os heróis de nossos filhos são personagens de desenhos animados que se relacionam de forma violenta e intolerante com seus adversários. Qualquer pai que passa uma manhã acompanhando a programação infantil de TV que seu filho assiste semanalmente veria porque mesmo nunca tendo comprado uma arma de brinquedo para o garoto, ainda sim, ele vive transformando seus brinquedos de encaixe em poderosas metralhadoras e emitindo sons de rajadas de balas pelos corredores da casa.

Os modernos jogos de videogame, com suas cenas que tentam imitar uma suposta realidade, são tão violentos que o governo brasileiro estuda a possibilidade de proibir alguns deles: acredita-se que eles incitam a violência e o crime.

Se no passado a violência estava presente no ambiente sócio-cultural das populações marginalizadas pela pobreza e, por isso, não era passível de escolha; hoje, os jogos virtuais tornaram a violência, inclusive, opcional: compra-se um DVD com jogos violentos, e a violência – virtual – vai até você. Você pode levar a violência para casa e oferecê-la para seus filhos, parentes e amigos.

Na verdade, a violência ganhou sentido mercadológico. Os produtores de jogos e programas de TV violentos argumentam que, nos dias de hoje, as pessoas já aprenderam a distinguir a fantasia do real. Contudo, o que não se pode esquecer é que as pessoas são produtos do seu meio: seja ele real ou virtual.

De todo modo, percebe-se que muito mais que um efeito do velho comércio de drogas alimentado pelo consumo das classes médias urbanas, a violência hoje também gera lucros como instrumento de diversão. Ela pode ser percebida nas rinhas clandestinas de cães ou de seres humanos que lutam para gerar diversão a um público sedento para poder acompanhar a banalização da vida: banalização da vida que produz lucro.

Isso é um problema para o Brasil, principalmente quando os efeitos deste novo tipo de violência se somam aos da violência tradicional, ligada ao ambiente social da pobreza. De acordo com dados fornecidos por Cerqueira (2005), nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, o custo da violência e da criminalidade, entre os anos de 1995 e 1999, somou mais de 70 bilhões de reais. As estimativas para os anos posteriores cresciam a este total cerca de 5% ao ano.

(Fonte: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-74/midia-violencia-e-seguranca-publica-novos-aspectos-da-violencia-e-da-criminalidade-no-brasil/>)

‘Coletes amarelos’ protestam na França mesmo após medidas anunciadas por Emmanuel Macron

Vários milhares de “coletes amarelos” mobilizaram-se pela 24ª vez neste sábado (27/04/19) em diversas cidades da França, apesar do recente anúncio do presidente Emmanuel Macron de medidas em resposta à crise social no país.

O Ministério do Interior registrou 23.600 manifestantes em todo o país, 2.600 dos quais em Paris, onde duas marchas, também convocadas pela Confederação Geral

do Trabalho, começaram pouco depois das 11h. Um de seus alvos foram os canais de televisão, tachados de “mídia mentirosa” por sua cobertura dos protestos.

Cerca de 2 mil “coletes amarelos” desfilaram em Strasbourg, cidade-sede do Parlamento Europeu, cujas eleições estão marcadas para dentro de um mês. A manifestação, inicialmente calma, cresceu em tensão quando as forças de segurança impediram a massa de seguir em direção às instituições europeias e responderam com gás lacrimogêneo ao lançamento de pedras e garrafas.

Em resposta à série de manifestações, numa conferência de imprensa na quinta-feira o presidente francês apresentou um conjunto de medidas visando aumentar o poder aquisitivo das classes média e baixa, com corte de impostos, redução dos gastos públicos e reforma da previdência social.

Macron anunciou ainda uma indexação das pequenas correções da inflação, redução no imposto sobre o rendimento para 15 milhões de famílias até 2020, e garantiu que até 2022 não haverá fechamento de escolas ou hospitais sem acordo das autoridades locais.

Há mais de cinco meses os “coletes amarelos” saem à rua todos os sábados sob o pretexto de pedir mais justiça social e fiscal, em passeatas em parte entremeadas de violência, com prédios incendiados, vitrines, estilhaçadas e lojas saqueadas.

(Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/27/coletes-amarelos-protestam-na-franca-mesmo-apos-medidas-anunciadas-por-emmanuel-macron.ghtml>)

A morte de Ágatha

Em 20/9/19, Ágatha Félix, de 8 anos, foi baleada enquanto estava dentro de uma Kombi no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. A menina chegou a ser socorrida com vida, mas não resistiu aos ferimentos e morreu na madrugada do dia seguinte. O laudo do Instituto Médico Legal (IML) concluiu que o tiro foi dado nas costas e a morte foi causada por lacerações no fígado, no rim direito e em vasos do abdômen.

A Polícia Militar alegou ter reagido a um ataque de traficantes, o que resultou em troca de tiros. Já a versão da família e pessoas que estavam no local é de que policiais dispararam na direção de uma moto que passava perto da Kombi em que estava Ágatha, não havendo confronto no momento do crime.

Foram apreendidos duas pistolas e cinco fuzis (sendo que três foram usados por policiais no dia da morte de Ágatha). Segundo o Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE), foi encontrado um fragmento de projétil no corpo da vítima, o qual é compatível com fuzil, mas o laudo afirma que não é possível determinar o calibre e de onde saiu o tiro que matou a criança.

A previsão é de que a reconstituição do crime seja realizada em 1º de outubro. Ágatha foi a quinta criança assassinada em tiroteios no Rio de Janeiro neste ano.

Manifestações

Moradores do Complexo do Alemão passaram a protestar contra a política de segurança pública adotada pelo governo estadual após a morte de Ágatha. Os ma-

nifestantes alegam que o governador Wilson Witzel incentiva os policiais a entrarem atirando nas favelas, sem se preocupar com a população local.

A morte da pequena Ágatha chamou a atenção para a quantidade de mortes por policiais em conflitos no Rio de Janeiro. Um estudo do Ministério Público (MP-RJ) identificou que o aumento da letalidade das operações da Polícia não resultou na queda dos crimes e, por isso, o crescimento das mortes será investigado pelo órgão.

(Fonte: <https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/atualidades/atualidades-enem-vestibulares-setembro-2019.htm>)

Uso medicinal da cannabis

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) acatou em 26/9/19 a sugestão administrativa SUG 6/2016 sobre o uso medicinal da cannabis e do cânhamo industrial, proposta que tramitará pelo Senado.

Inicialmente, Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (Reduc) havia sugerido uma espécie de marco regulatório para o uso medicinal das substâncias, documento que tinha 133 artigos. O relator, senador Alessandro Vieira (Cidadania/CE) deu voto favorável para a sugestão, mas apresentou uma redação menor da documentação, transformando o conteúdo em 6 artigos que detalham os produtos, os processos e os serviços relacionados à maconha medicinal e ao cânhamo industrial, sendo um deles subordinando a produção, a distribuição, o transporte e a comercialização à Vigilância Sanitária.

(Fonte: <https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/atualidades/atualidades-enem-vestibulares-setembro-2019.htm>)



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (Prefeitura de Arujá - SP - Escriturário - Oficial Administrativo - VUNESP - 2019) Um importante e influente líder religioso em atividade no país morreu nesta quinta-feira (27 de dezembro) em Santo Antônio de Jesus (108 km de Salvador), aos 93 anos. Ela dedicou 80 anos da vida à religião.

(Folha de S.Paulo, 27 dez.18. Disponível em: <<https://goo.gl/6A1BRP>>. Adaptado)

A notícia trata do falecimento de uma importante liderança religiosa ligada

- a) ao espiritismo.
- b) ao islamismo.
- c) ao judaísmo.
- d) ao candomblé.
- e) ao catolicismo.

Resposta: Letra D. Mãe Stella é referência no combate ao racismo e à intolerância religiosa, sendo a primeira a receber o título de "imortal" pela Academia de Letras da Bahia (ALB), com nove livros publicados. A ialorixá, inclusive, já recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

2. (Prefeitura de Acaraú - CE - Procurador Administrativo - CETREDE - 2019) Gestos e atitudes como um olhar, um sorriso, uma postura corporal e um aperto de mão constituem formas

- a) de interação virtual.
- b) de não interação.
- c) verbais de interação.
- d) não verbais de interação.
- e) não usuais de interação.

Resposta: Letra D. A linguagem verbal é aquela expressa por meio de palavras escritas ou falada, ou seja, a linguagem verbalizada, já a linguagem não-verbal, utiliza dos signos visuais para ser efetivada, por exemplo, as imagens nas placas e as cores na sinalização de trânsito.

3. (Prefeitura de Resende - RJ - Agente Comunitário de Saúde - CONSULPAM - 2019) Yasodora Córdova, pesquisadora da Digital Kennedy School e do First Draft News, de Harvard, destaca alguns fatores sociais para a difusão de desinformação no Brasil, que são: Fonte: Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil45978191>. Acessado em 01 mar de 2019. (Adaptado)

- a) A nova safra de militantes de direita, mais massificados e organizados em rede.
- b) O despreparo dos órgãos públicos, a convivência da imprensa oficial e a crise econômica.
- c) A falta de veículos de imprensa locais, a falta de bibliotecas e o acesso limitado à internet.
- d) O sentimento de antipetismo, a rejeição aos candidatos e o baixo nível intelectual do eleitor.

Resposta: Letra C. Yasodora Córdova, pesquisadora da Digital Kennedy School e do First Draft News, de Harvard, elenca outros fatores sociais para a difusão de desinformação no Brasil: a falta de veículos de imprensa locais, a falta de bibliotecas e o acesso limitado à internet no Brasil.

4. (Prefeitura de Sonora - MS - Assistente Social - MS CONCURSOS - 2019) Leia, a seguir, o trecho da notícia publicada pelo G1 em 11 de agosto de 2019 e responda à próxima questão.

Brasil fecha Pan com recorde de medalhas e vice-liderança no quadro que não vinha há 56 anos

Mesmo com menos atletas que nas últimas três edições, delegação conquista o maior número de medalhas na história, quebra o recorde de ouros, e termina atrás apenas dos Estados Unidos



Barba, cabelo e bigode. A delegação brasileira conquistou, nos Jogos Pan-Americanos de Lima, no Peru, encerrados neste domingo, os três maiores objetivos que poderiam ser atingidos: quebrou o recorde de medalhas de ouro, levando 55, três a mais que no Pan de 2007, no Rio de Janeiro, foi ao pódio como jamais havia feito, 171, 14 vezes a mais do que a marca anterior, e encerrou o evento em segundo no quadro geral, atrás apenas dos Estados Unidos, repetindo o ocorrido em 1963, no Pan de São Paulo. Portanto, o Brasil fechou com 55 ouros, 45 pratas e 71 bronzes.

O Comitê Olímpico do Brasil (COB) não tinha colocado uma meta em número de medalhas ou de pódios, nem posição no quadro. Para a entidade que comanda o esporte no país, o importante era a conquista de vagas olímpicas e a melhora do desempenho da maioria dos esporte com relação a Toronto 2015. O país garantiu, pelo Pan, um lugar na Olimpíada no handebol, hipismo, tiro com arco, tênis de mesa, tênis, pentatlo e vela, mas acabou sucumbindo no handebol masculino e no tiro esportivo.

Outro recorde interessante atingido pelo Brasil foi o de número de modalidades que foi ao pódio. O Brasil conquistou medalha em 41, mais que os 40 do Rio 2007. Nos títulos, foram 22 modalidades com ouros, repetindo as 22 de 2007. Com menos de 500 atletas, delegação foi a menor desde 2003, o Brasil se destacou muito mais em esportes individuais do que nos coletivos. [...]

(Fonte: <https://globoesporte.globo.com/jogos-pan-americanos/noticia/brasil-fecha-pan-de-lima-com-recorde-de-medalhas-e-vice-lideranca-que-nao-vinha-ha-56-anos.ghtml>, acesso em 11/08/2019.)

As próximas Olimpíadas acontecerão no ano de:

- a) 2020.
- b) 2021.
- c) 2022.
- d) 2023.

Resposta: Letra A. As Olimpíadas acontecem de 4 em 4 anos, a última foi realizada em 2016, já a próxima será em 2020 serão realizadas em Tóquio, no Japão, de 24 de julho a 9 de agosto de 2020.

5. (SCGás – Advogado - IESES - 2019) A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou no dia 22 de maio projeto de criminalização da homofobia no Brasil. O texto (PL 672/2019) iguala as penas para crimes motivados por preconceitos de gênero ou orientação sexual àquelas previstas para quem comete crimes de discriminação racial. A redação original previa punição para aquele que “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, identidade de gênero e/ou orientação sexual. O relator acrescentou ao texto um trecho que prevê punição a quem impedir ou restringir a manifestação razoável de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público, ressalvados:

- a) Os prédios públicos federais.
- b) Os ambientes públicos de grande circulação.
- c) Os prédios das Universidades Federais.
- d) Os templos religiosos.

Resposta: Letra D. A redação original, proposta pelo senador Weverton Rocha (PDT-MA), previa punição para aquele que “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de ‘raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, identidade de gênero e/ou orientação sexual”, dentre outras ações – tais como impedir o acesso a locais públicos e o desempenho da atividade profissional em razão do preconceito. O relator acrescentou ao texto um trecho que prevê punição a quem “impedir ou restringir a manifestação razoável de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público, ressalvados os templos religiosos”.

6. (SABESP - Estagiário Ensino Médio Regular - FCC - 2019) A taxa cresceu em 14 das 27 unidades da Federação no primeiro trimestre deste ano (2019), na comparação com o último trimestre do ano passado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nas outras 13 unidades, a taxa manteve-se estável. No final de abril, o IBGE informou a taxa no Brasil no primeiro semestre: 12,7%. (Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>. Adaptado)

De acordo com os seus conhecimentos sobre o panorama da economia nacional contemporânea, a taxa mencionada na notícia é a de

- a) juros.
- b) inflação.
- c) desemprego.
- d) subutilização da mão de obra.
- e) aposentadoria por invalidez.

Resposta: Letra C. O desemprego cresceu em 14 das 27 unidades da federação no 1º trimestre, na comparação com o trimestre anterior, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (16) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos demais estados, houve estabilidade. A taxa de desemprego média no país nos 3 primeiros meses do ano subiu para 12,7%, conforme já divulgado anteriormente pelo órgão.

ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Brasil ocupa oitavo lugar no ranking mundial de produção de energia eólica e vento em popa.

Este é o ritmo do crescimento da energia eólica no Brasil. Os investimentos no setor começaram por volta de 2005 e, menos de 10 anos após o primeiro leilão da energia dos ventos no país (realizado em 2009), o Brasil atingiu na semana passada a potência instalada 13 gigawatts (GW), quase a mesma da Hidrelétrica de Itaipu (14GWs). Segundo dia da série do Estado de Minas sobre energias limpas mostra como o Brasil passou a ocupar o oitavo lugar no ranking mundial da produção de energia, divulgado pelo Global World Energy Council (GWEC), superando países desenvolvidos como Itália e Canadá. O salto foi dado nos últimos cinco anos, pois, até 2012, estava em 15º.

Com mais 500 parques eólicos em operação, o país tem uma produtividade bem acima da média mundial, segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeo-

lica). O crescimento sustentável e os sucessivos recordes de geração levaram esse tipo de energia a abastecer 11% do país, em setembro de 2017. Sua importância é maior no Nordeste, onde, em alguns meses do ano, ela garante 60% do abastecimento. Lá estão os três estados que lideram o ranking da produção eólica nacional: Rio Grande do Norte (3,7GW); Bahia (2,5GW) e Ceará (1,9GW). O quarto colocado é o Rio Grande do Sul, com 1,8GW.

Os avanços do país no setor se devem diretamente à boa qualidade dos ventos do Nordeste e do Rio Grande do Sul, segundo a presidente da Abeeólica. “O Brasil conseguiu trazer novas tecnologias desenvolvidas lá fora para serem aplicadas aqui. Ao trazer a tecnologia da energia eólica, percebemos que o Brasil tem uma grande particularidade: o país tem os melhores ventos do mundo para gerar energia. Os aerogeradores no Brasil –principalmente no Nordeste e no Sul do país – têm uma produtividade que costuma ser o dobro da produtividade do restante do mundo”, explica Elbia.

(Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/02/26/internas_economia,940112/brasil-ocupa-8-lugar-no-ranking-mundial-de-producao-de-energia-eolica.shtml)

Ciclone

O ciclone Idai afetou mais de 1,7 milhão de pessoas em Moçambique, Zimbábue e Malawi. A tempestade provocou o pior desastre natural do Hemisfério Sul, disseram representantes da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil enviou medicamentos e mantimentos. Além disso, militares brasileiros auxiliaram nas buscas por sobreviventes. Poucos dias depois de o Ciclone Idai passar por Moçambique, o país ficou sob alerta de cólera. Segundo as autoridades estrangeiras, houve registros de mortes em decorrência da doença nos centros de acolhimentos.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/retrospectiva-2019-marco>)

Produção de energia eólica no Brasil se equipara a de Itaipu

A produção de energia eólica no Brasil atingiu a marca de 14 gigawatts (GW) de capacidade instalada. Os dados referentes à medição de setembro foram divulgados nesta segunda-feira, 5, pela Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica) e mostram que o total da produção dessa matriz energética é equivalente a mesma capacidade instalada de Itaipu, a maior usina hidrelétrica do Brasil.

No total, são 14,34 GW de capacidade instalada em 568 parques eólicos e mais de 7.000 aerogeradores em 12 estados. Os estados da Região Nordeste agregam a maior parte da produção. O Rio Grande do Norte aparece em primeiro lugar com 146 parques e 3.949,3 megawatts (MW) de potência. Em seguida vem a Bahia, com 133 parques e potência de 3.525 MW; o Ceará vem em terceiro lugar, com 2.049,9 MW de potência e 80 parques instalados.

“A fonte eólica tem mostrado um crescimento consistente, passando de menos de 1 GW em 2011 para os 14 GW de agora, completamente conectados à rede de transmissão. Em média, a energia gerada por estas eóli-

cas equivale atualmente ao consumo residencial médio de cerca de 26 milhões de habitações [80 milhões de pessoas]”, informou a associação.

De acordo com a Abeeólica, a energia produzida com ventos está chegando a atender quase 14% do Sistema Interligado Nacional (SIN). No caso específico do Nordeste, os recordes de atendimentos a carga ultrapassam 70% da energia produzida na região.

“O dado mais recente de recorde da região é do dia 13 de setembro, uma quinta-feira, quando 74,12% da demanda foi atendida pela energia eólica, com geração média diária de 7.839,65 MWmed [megawatts médios] e fator de capacidade de 76,58%. Nesta data, houve uma máxima às 8h, com 82,34% de atendimento da demanda e 85,98% de fator de capacidade. Vale mencionar também que, nesse mesmo dia, o Nordeste foi exportador de energia durante todo dia, uma realidade totalmente oposta ao histórico do submercado que é por natureza importador de energia”, disse a Abeeólica.

(Fonte: <https://www.fiern.org.br/producao-de-energia-eolica-no-brasil-se-equipara-de-itaipu/>)

Governo seguirá com privatização da Eletrobras e reformas em energia, diz ministro

O novo ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, afirmou que o presidente Jair Bolsonaro levará adiante propostas de desestatização da Eletrobras de reformas no setor de energia apresentadas no governo de Michel Temer, ao falar durante cerimônia de transmissão do cargo em Brasília.

O projeto de Temer para a Eletrobras previa a privatização da companhia por meio de uma oferta bilionária de novas ações que diluiria a participação do governo na elétrica a uma posição minoritária.

As ações ordinárias da estatal dispararam após a fala de Albuquerque, e subiram quase de 16% às 13h26.

“Sempre levando em consideração o interesse público, se dará prosseguimento ao processo em curso de capitalização da Eletrobras”, afirmou o ministro em seu discurso, sem detalhar.

Ele também disse que pretende avançar com uma reforma da regulamentação do setor elétrico que chegou a ser apoiada por Temer e continuar com mudanças nas regras para exploração de campos de petróleo, incluindo na região do pré-sal.

“Modernizaremos o modelo do setor elétrico, preservando a segurança energética e priorizando a racionalidade econômica”, apontou Albuquerque.

“No setor de óleo e gás, aprimoraremos a Lei da Partilha da Produção, de modo a proporcionar maior competitividade no ambiente de exploração e produção, maior pluralidade de investidores, menor custo de transação para a União e, consequentemente, mais investimentos e retornos econômicos e sociais”, acrescentou.

(Fonte: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/01/governo-seguira-com-privatizacao-da-elektrobras-e-reformas-em-energia-diz-ministro.html>)

Sírius: primeira volta de elétrons no acelerador principal demonstra funcionalidade de laboratório

Principal projeto de pesquisa científica do governo federal, o Sírius, em Campinas (SP), registrou um importante avanço nesta sexta-feira (22/11/19). Pesquisadores

concluíram com sucesso a 1ª volta de elétrons no terceiro e principal acelerador, demonstrando a funcionalidade do equipamento.

Diretor do projeto, Antônio José Roque da Silva classificou o teste como um “grande marco” e projetou que as primeiras linhas de luz da estrutura possam realizar experimentos no segundo semestre de 2020 - o atraso no orçamento, no entanto, impede a conclusão das 13 linhas de pesquisa previstas para o ano que vem.

O Sirius é um laboratório de luz síncrotron de 4ª geração, que atua como uma espécie de “raio X superpotente” que analisa diversos tipos de materiais em escalas de átomos e moléculas. Atualmente, há apenas um laboratório de 4ª geração de luz síncrotron operando no mundo: o MAX-IV, na Suécia.

No Brasil, essa tecnologia só está disponível em equipamentos de 2ª geração, em funcionamento há 30 anos.

(Fonte: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/11/22/sirius-primeira-volta-de-eletrons-no-acelerador-principal-demonstra-funcionalidade-de-laboratorio.ghtml>)

Mais da metade da população mundial não tem acesso à água potável, diz ONU

Considerado um direito humano pela Organização das Nações Unidas (ONU), o acesso à água potável e ao saneamento básico está longe de ser uma realidade para mais da metade da população mundial. Segundo o Relatório Mundial da ONU sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2019, lançado hoje em Genebra, falta água limpa e segura para 2,1 bilhões de pessoas, enquanto 4,5 bilhões carecem de serviços sanitários. Com o alerta de que a expectativa é de que a situação se agrave, devido às mudanças climáticas, o documento, intitulado Não deixar ninguém para trás, destaca a necessidade de políticas públicas comprometidas a mudar essa situação.

“Os números falam por eles mesmos. Como o relatório mostra, se a degradação do ambiente natural e a pressão insustentável sobre os recursos hídricos globais continuarem nas taxas atuais, 45% do Produto Interno Bruto global e 40% da produção global de grãos estarão em risco em 2050”, disse, em comunicado de imprensa, Gilbert F. Houngbo, presidente da ONU Água e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida). “Os pobres e as populações marginalizadas serão afetados desproporcionalmente, exacerbando mais as desigualdades já crescentes. O relatório de 2019 fornece evidências da necessidade de adaptar abordagens, tanto nas políticas quanto na prática, e de adereçar às causas da exclusão e da desigualdade.”

Na semana em que se comemora o Dia da Água, celebrado na sexta-feira, o trabalho da ONU detalha as múltiplas faces da disparidade ao acesso aos recursos hídricos. Por exemplo, em países mais pobres, as mulheres estão em desvantagem dentro do grupo dos mais desfavorecidos — nesses locais, geralmente cabe a elas andar quilômetros para coletar água. O relatório mostra que, em uma escala global, metade das pessoas que toma água de fontes não seguras vive na África. Na região subsaariana do continente, somente 24% da população têm água potável e apenas 28% contam com saneamento não compartilhado com outras pessoas.

Dentro das cidades, a desigualdade também está presente. “Na África subsaariana, a maioria da população tem acesso nas cidades, mas, na periferia urbana, não acessam nem água nem saneamento”, exemplifica Massimo Lombardo, oficial de Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil. Ele esclarece que o relatório não traz informações destacadas por países, mas diz que alguns dos problemas descritos, como desigualdades regionais, territoriais e socioeconômicas associadas ao acesso à água de qualidade, também são realidade brasileira.

(Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2019/03/19/interna_ciencia_saude,743808/mais-da-metade-da-populacao-mundial-nao-tem-acesso-a-agua-potavel.shtml)

Queimadas e desmatamento na Amazônia aumentam após saída do Exército

Na Amazônia, as queimadas e o desmatamento voltaram a crescer em novembro, com o fim da atuação das Forças Armadas na região.

A operação de garantia da lei e da ordem, a GLO, na região amazônica durou dois meses. Terminou no fim de outubro. Dez mil soldados combateram quase dois mil focos de queimadas na floresta.

Em agosto, o Inpe registrou quase 31 mil focos de queimada. Em setembro e outubro, com a GLO, os números caíram para 19.900 e depois para 7.800. Agora em novembro, depois da saída dos militares, os focos aumentaram de novo: 10.200.

O mesmo movimento foi registrado com o desmatamento. Aumento em agosto, 223% a mais que em agosto de 2018. E com a entrada da GLO o ritmo de crescimento do desmatamento diminuiu em setembro e em outubro, mas voltou a aumentar em novembro 40% em relação ao mesmo mês de 2018.

O ministro do Meio Ambiente disse que, para combater o desmatamento, o governo vai investir no desenvolvimento sustentável.

(Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/11/29/numero-de-queimadas-na-amazonia-aumenta-apos-saida-do-exercito.ghtml>)

Acordo de Paris

Na 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, em Paris, foi adotado um novo acordo com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças.

O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países Parte da UNFCCC para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável. O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de enviar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Para que comece a vigorar, necessita da ratificação de pelo menos 55 países responsáveis por 55% das emissões de GEE. O secretário-geral da ONU, numa cerimônia

em Nova York, no dia 22 de abril de 2016, abriu o período para assinatura oficial do acordo, pelos países signatários. Este período se encerrou em 21 de abril de 2017.

Para o alcance do objetivo final do Acordo, os governos se envolveram na construção de seus próprios compromissos, a partir das chamadas Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDC, na sigla em inglês). Por meio das iNDCs, cada nação apresentou sua contribuição de redução de emissões dos gases de efeito estufa, seguindo o que cada governo considera viável a partir do cenário social e econômico local.

Após a aprovação pelo Congresso Nacional, o Brasil concluiu, em 12 de setembro de 2016, o processo de ratificação do Acordo de Paris. No dia 21 de setembro, o instrumento foi entregue às Nações Unidas. Com isso, as metas brasileiras deixaram de ser pretendidas e tornaram-se compromissos oficiais. Agora, portanto, a sigla perdeu a letra "i" (do inglês, intended) e passou a ser chamada apenas de NDC.

A NDC do Brasil comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Para isso, o país se comprometeu a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030. Confira os fundamentos para NDC brasileira.

A NDC do Brasil corresponde a uma redução estimada em 66% em termos de emissões de gases efeito de estufa por unidade do PIB (intensidade de emissões) em 2025 e em 75% em termos de intensidade de emissões em 2030, ambas em relação a 2005. O Brasil, portanto, reduzirá emissões de gases de efeito estufa no contexto de um aumento contínuo da população e do PIB, bem como da renda per capita, o que confere ambição a essas metas.

No que diz respeito ao financiamento climático, o Acordo de Paris determina que os países desenvolvidos deverão investir 100 bilhões de dólares por ano em medidas de combate à mudança do clima e adaptação, em países em desenvolvimento. Uma novidade no âmbito do apoio financeiro é a possibilidade de financiamento entre países em desenvolvimento, chamada "cooperação Sul-Sul", o que amplia a base de financiadores dos projetos.

Esse mecanismo exige que os países atualizem continuamente seus compromissos, permitindo que ampliem suas ambições e aumentem as metas de redução de emissões, evitando qualquer retrocesso. Para tanto, a partir do início da vigência do acordo, acontecerão ciclos de revisão desses objetivos de redução de gases de efeito estufa a cada cinco anos.

(Fonte: <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>)

Rio São Francisco está contaminado com rejeitos da barragem de Brumadinho

Quase três meses após a tragédia do rompimento da barragem da mineradora Vale, em Brumadinho (MG), que matou 210 pessoas e deixou outras 96 ainda considera-

das desaparecidas, um relatório da Fundação SOS Mata Atlântica revela que os danos ambientais provocados por mais um crime da empresa são ainda piores do que os divulgados até o momento.

Segundo a entidade, o rio São Francisco está contaminado com rejeitos de minério. Entre os dias 8 e 14/03, a equipe da SOS Mata Atlântica revisitou a região até o Alto São Francisco para monitorar sua água.

Dos 12 pontos analisados, nove estavam com condição ruim e três regular, o que torna o trecho a partir do Reservatório de Retiro Baixo, entre os municípios de Felixlândia e Pompéu até o Reservatório de Três Marias, no Alto São Francisco, com água imprópria para uso da população.

A análise apontou que, em alguns trechos, as concentrações de ferro, manganês, cromo e cobre, assim como o nível de turbidez da água, estavam acima do recomendado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

A turbidez é avaliada pela quantidade de partícula sólida em suspensão, o que impede a passagem da luz e a fotossíntese, causando a morte da vida aquática (em relatório divulgado pelo Portal do Meio Ambiente de Minas Gerais, datado do dia 20/02, a Vale teria informado que já teriam sido encontrados mais de 1.500 peixes nativos mortos no Paraopeba).

(Fonte: <http://conexaoplaneta.com.br/blog/rio-sao-francisco-esta-contaminado-com-rejeitos-da-barragem-de-brumadinho/>)

Céu escurece em São Paulo

Na tarde do dia 19/8/19, os moradores da cidade de São Paulo foram surpreendidos com nuvens escuras no céu, fazendo com que a tarde, por volta das 15h, parecesse noite. Muitas notícias chegaram a relacionar a escuridão com as queimadas da Amazônia.

Dias depois, meteorologistas do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) explicaram que o escurecimento foi causado pela combinação de dois fatores: a chegada de uma frente fria e ventos que traziam materiais de queimadas, mas não da Amazônia, e sim do Pantanal, no Mato Grosso do Sul com divisa da Bolívia, que também registraram incêndios de grande magnitude durante o mês.

(Fonte: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/atualidades-vestibular-enem-agosto-2019.htm>)

Prédio desaba em Fortaleza

Um prédio residencial desabou em Fortaleza na manhã do dia 15/10/19, vitimando nove pessoas. O prédio foi construído de maneira irregular, em 1995, e antes do desabamento passava por obras em sua estrutura. O desabamento alerta para os riscos de construções irregulares.

(Fonte: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/atualidades-vestibular-enem-agosto-2019.htm>)

Sobe o número de mortos por tsunami na Indonésia; vulcão ainda está em erupção

O balanço de vítimas do tsunami que atingiu a Indonésia no último sábado subiu para 373 mortos e mais de 1.400 feridos, anunciou a Agência Nacional de Gestão

de Desastres nesta segunda-feira (24/12/18). Outras 128 pessoas seguem desaparecidas. O tsunami foi provocado pela erupção do vulcão Anak Krakatoa, que segundo a agência ainda está em erupção e pode provocar novos tsunamis.

(Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/24/sobe-o-numero-de-mortos-por-tsunami-na-indonesia-vulcao-ainda-esta-em-erupcao.ghtml>)

Mangaratiba interdita terminal da Vale e aplica multa de R\$ 20 milhões

A prefeitura de Mangaratiba interditou o terminal da mineradora Vale localizado na Ilha de Guaíba e multou a empresa em R\$ 20 milhões. A interdição ocorreu após uma vistoria feita na manhã de hoje (31/01/19) pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município.

A ação contou com engenheiros ambientais, engenheiros químicos, técnicos do trabalho, biólogos, Polícia Militar, Guarda Municipal, além do prefeito, Alan Costa. Foram inspecionados cerca de 15 itens e encontradas diversas irregularidades.

Segundo a prefeitura, a Secretaria de Meio Ambiente solicitou da empresa as licenças ambientais no dia 18 de dezembro de 2018, mas a Vale teria respondido que “as atividades de terminal marítimo no finger pier, que recebe navios e o transporte de passageiros (funcionários), estavam corretas, já que não há necessidade de licenciamento”.

A notificação exigiu também a licença para operação do terminal da Guaíba, que não foi apresentada. Nova notificação foi feita no dia 21 de janeiro, também com a mesma resposta de que as licenças não seriam necessárias. Segundo a prefeitura, a operação no finger não precisa de licença, mas ela é necessária para o armazenamento temporário do minério no local, atividade com grande capacidade poluidora.

O prefeito Alan Costa afirmou que o Executivo municipal pesquisou a legislação ambiental para embasar a interdição. “Fizemos um grande estudo, baseado na legislação ambiental e com fundamentação jurídica para não errarmos. Temos toda a capacidade de avaliar as atividades de disposição de minério, que são de competência da prefeitura”.

A Secretaria de Meio Ambiente destaca também a necessidade de outorga para a captação de água e a licença de operação das atividades de gestão do terminal aquaviário e informa que é possível que as praias ao redor da Ilha da Guaíba estejam poluídas por resíduos de minério de ferro.

O prefeito informou que a Vale tem grande importância para o município, em geração de emprego e arrecadação, e que a intenção não é paralisar as atividades, que poderão ser retomadas após a apresentação das licenças ou assinatura de um Termo de Compromisso Ambiental. A Vale tem 20 dias para recorrer da multa.

Localizado na parte leste da Baía da Ilha Grande, o terminal foi construído em 1973 e recebe cerca de 40 milhões toneladas de minério de ferro por ano, que chegam de trem e são levados de navio ao Porto de Sepetiba, para exportação. A Vale foi procurada pela reportagem para se posicionar, mas ainda não deu retorno.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-01/mangaratiba-interdita-terminal-da-vale-e-aplica-multa-de-r-20-milhoes>)

Crianças e jovens lideram greve global pelo clima

Mais 1 milhão de crianças e jovens foram às ruas em 120 países para pressionar líderes políticos e empresariais a agirem para evitar que as mudanças climáticas afetem gravemente o futuro deles. A greve global de estudantes pelo clima mobilizou também pais e professores nesta sexta-feira (15/03/19). No Rio de Janeiro, a greve foi na frente da Assembleia Legislativa (Alerj).

O movimento de greve escolar é liderado pela jovem sueca Greta Thunberg, de 16 anos, que em uma sexta-feira de agosto do ano passado começou a protestar sozinha em frente ao parlamento sueco, em Estocolmo. Naquele dia, ela faltou à aula e levou seu cartaz explicativo “em greve escolar pelo clima”, deflagrando o movimento chamado de Fridays for Future [Sextas pelo Futuro], que culminou nesta sexta-feira em greves em mais de 120 países. O número de quantas pessoas participaram ainda está sendo apurado.

A greve escolar no Rio foi articulada pela Priscilla Gouvas, Milena Batista, Nayara Almeida e pelo Carlos Victor Dourado e contou com o apoio da ONG de jovens Engajamundo. Cerca de 40 estudantes do ensino médio e superior participaram do evento. Priscilla, de 22 anos, explicou que resolveu organizar a greve depois de ler uma matéria com críticas por não ter mobilização da juventude no Brasil. A estudante, que terminou ensino médio no tradicional Colégio Pedro II em 2018 e se prepara para o vestibular, abriu um evento no Facebook e começou daí a organizar a greve.

De acordo com a Embaixada da Suécia, até a véspera da greve global, estavam programadas 19 greves no Brasil. Já para os mobilizadores do Rio, estavam confirmadas 18 greves no país: Juazeiro do Norte (CE), Belo Horizonte, Florianópolis, Goiânia, Recife, Rio de Janeiro, Santa Maria (RS), Imbé (RS), São Paulo, Brasília, Confresa (MT), Francisco Beltrão (PR), Alta Floresta (MT), Natal, Pato Branco (PR), Aracaju, Jundiá e Mogi das Cruzes.

(Fonte: <https://www.oeco.org.br/reportagens/criancas-e-jovens-lideram-greve-global-pelo-clima/>)

Balanços oficiais de desmatamento da Amazônia confirmam dados de sistema de alerta; entenda

A série com dados oficiais de desmatamento da Amazônia dos últimos três anos, compilados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostra que os alertas preliminares de áreas com sinais de devastação na floresta vêm sendo confirmados ano a ano, e com margem.

A divulgação destes alertas gerou críticas do presidente Jair Bolsonaro, que afirmou que os números prejudicam a imagem do país. O episódio levou à exoneração do então diretor do instituto, Ricardo Galvão. Tanto a taxa oficial quanto os alertas diários preliminares são do Inpe, que é ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

De agosto de 2018 a julho deste ano, os alertas indicaram que 6,8 mil km² poderiam estar sob desmate. O balanço do período que se encerrou em julho de 2019 ainda não foi divulgado.

Em comparação, de agosto de 2017 a julho de 2018 os alertas sinalizaram desmate em 4,5 mil km² e a taxa oficial ficou em 7,5 mil km² – 64,8% maior.

Os alertas diários são emitidos pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) e servem para embasar ações de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Já os dados oficiais são do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), que tem índice de confiança próximo a 95%.

Especialistas dizem que a falta de fiscalização e punição está levando ao crescimento do desmatamento na região amazônica.

(Fonte: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/18/balancos-oficiais-de-desmatamento-da-amazonia-confirmam-dados-de-sistema-de-alerta-entenda.shtml>)

O que representa Trump cumprir promessa e tirar EUA do Acordo de Paris

A exatamente um ano de enfrentar a disputa eleitoral que poderá reconduzi-lo à Casa Branca ou retirá-lo da presidência, o presidente americano Donald Trump cumpriu uma promessa de campanha e notificou a Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a retirada dos Estados Unidos do Acordo do Clima de Paris. O envio da carta de saída, divulgada pelo secretário do departamento de Estado Mike Pompeo, via Twitter, foi confirmado à BBC News Brasil pela ONU. "Recebemos o pedido de retirada dos Estados Unidos do Acordo do Clima hoje e vamos iniciar as medidas para efetivar esse pedido unilateral. Mas a retirada efetivamente só acontecerá daqui um ano", afirmou o porta-voz da ONU Farah Haq.

Promessa nos EUA, promessa no Brasil

Alinhado ideologicamente a Trump, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro também chegou a fazer promessas de retirar o Brasil do Acordo de Paris ainda durante sua campanha eleitoral, em 2018. "O que está em jogo é a soberania nacional, porque são 136 milhões de hectares que perdemos ingerência sobre eles", afirmou, em referência à dimensão da área que deveria ser protegida de desmatamento pelo governo federal. "Eu saio do Acordo de Paris se isso continuar sendo objeto. Se nossa parte for para entregar 136 milhões de hectares da Amazônia, estou fora sim."

Além da retirada do acordo de Paris, Bolsonaro havia prometido acabar com o Ministério do Meio Ambiente e rever as medidas de proteção ambiental do Código Florestal. O presidente também resolveu que o Brasil já não mais seria anfitrião de um acordo global do clima, marcado para acontecer no país no final de 2019. O encontro foi transferido para o Chile que, diante das intensas manifestações de rua que enfrenta, redirecionou o evento para Madri, na Espanha.

Os posicionamentos políticos de Bolsonaro caíram mal na opinião pública internacional. A possibilidade de que produtos agrícolas brasileiros sofressem boicote internacional levou o governo a rever seu posicionamento antes mesmo que as queimadas na Amazônia ganhassem manchetes em jornais do mundo todo. Em junho desse ano, no encontro dos líderes dos países do G-20, em Osaka, Japão, o presidente sinalizou à comunidade internacional a intenção de manter o compromisso estabelecido no acordo do clima.

Historicamente, Brasil e Estados Unidos ocupam posição muito distintas no debate internacional sobre meio ambiente. Enquanto o primeiro assumiu protagonismo no tema ainda na década de 1990, o segundo reluta em se posicionar de modo efetivo em relação ao assunto. Um exemplo disso é o fato de os americanos não terem ratificado o acordo anterior ao de Paris, o Protocolo de Kyoto. Assim, politicamente, tomar uma medida como essa teria um impacto negativo muito maior no público brasileiro do que potencialmente terá no eleitorado americano no geral.

(Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/11/04/o-que-representa-trump-cumprir-promessa-e-tirar-eua-do-acordo-de-paris.htm>)

Manchas de óleo no litoral atingem mais de 500 locais no Nordeste e Sudeste

Chegou a 527 o número de locais afetados pelas manchas de óleo que desde o final de agosto poluem a costa brasileira. O dado é do último balanço do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), divulgado na manhã desta quarta-feira (13/11/19) com dados compilados até terça (12/11/19).

Ao todo, 68% dos municípios do litoral nordestino foram contaminados desde o início do desastre ambiental. Das 111 cidades afetadas, 107 estão no Nordeste e 4 no Espírito Santo, primeiro estado do Sudeste atingido pelas manchas. Segundo o IBGE, existem 156 municípios no litoral nordestino.

Ainda de acordo com o Ibama, 97 animais já morreram por conta da contaminação e pelo menos 134 foram encontrados com manchas de óleo. Desses, apenas 37 foram localizados vivos. As tartarugas marinhas são as mais atingidas: 90 tartarugas, de diferentes espécies, foram contaminadas.

Investigação federal

Segundo órgãos federais, a substância é a mesma em todos os locais: petróleo cru. O fenômeno tem afetado a vida de animais marinhos e causado impactos nas cidades litorâneas.

Uma investigação da Polícia Federal aponta que o navio grego Bouboulina é o principal suspeito pelo vazamento. A embarcação carregou 1 milhão de barris de petróleo Merey 16 cru no Porto José, na Venezuela, no dia 15 de julho e zarpou em direção à Malásia, passando pelo litoral da Paraíba no dia 28 de julho. Cerca de um mês depois as primeiras manchas foram registradas em praias do estado.

A empresa Delta Tankers, responsável pelo navio, afirma ter provas de que o Bouboulina não tem relação com o incidente. A Delta foi notificada pela Marinha brasileira junto com responsáveis por outras quatro embarcações de bandeira grega.

Dentre os cinco navios gregos notificados pela Marinha do Brasil na investigação sobre o vazamento de óleo, dois não transportaram petróleo da Venezuela no período de julho até setembro. A Petrobras disse, no último dia 25, que o material encontrado nas praias nordestinas é petróleo bruto originário de três diferentes campos da Venezuela.

(Fonte: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/08/lista-de-praias-atingidas-pelas-manchas-de-oleo-no-nordeste.shtml>)

Floresta Tropical

As florestas tropicais ou pluviais ou úmidas são biomas com maior produtividade e variedade de espécies do planeta, com alto índice pluviométrico. Estão localizadas entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio.

As principais características das florestas tropicais são: a presença de árvores altas, o clima quente e a elevada precipitação. A temperatura média atinge 20 °C e chove cerca de 1.200 milímetros anuais.

Apesar de suportar uma enorme variedade de plantas, os solos das florestas tropicais são pobres. A sua produtividade é garantida pela grande disponibilidade de água e temperatura elevada. Além disso, os nutrientes necessários encontram-se em sua maior parte na biomassa das próprias árvores vivas do que no solo.

O processo de decomposição da matéria orgânica é extremamente rápido nas florestas tropicais, garantindo a ciclagem dos nutrientes, que é uma condição fundamental para manter o funcionamento desse complexo ecossistema.

As florestas tropicais úmidas são encontradas na África, Ásia e na América Central e do Sul. Ocorrem principalmente em quatro regiões, que são chamadas de domínios biogeográficos, a saber:

Afrotropical: localizado no continente africano, em Madagascar e em ilhas dispersas;

Austrália: localizado na Austrália, Nova Guiné e nas Ilhas do Pacífico;

Indomalásio: localizado na Índia, Sri Lanka, continente asiático e Sudeste da Ásia;

Neotropical: localizado na América do Sul, América Central e nas ilhas do Caribe.

As maiores regiões de florestais tropicais concentram-se na América do Sul com a Amazônia e nas regiões africanas e do sudeste da Ásia.

A maior floresta tropical do mundo é a Floresta Amazônica. Esse bioma abriga enorme diversidade de formas de vida e a maior disponibilidade de água doce do mundo.

(Fonte: <https://www.todamateria.com.br/floresta-tropical/>)



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (Prefeitura de Itapevi - SP - Agente de Combate a Endemias - VUNESP - 2019) O balanço de vítimas do tsunami que atingiu o país no último sábado [22.dez] subiu para cerca de 400 mortos e mais de 1400 feridos, anunciou a Agência Nacional de Gestão de Desastres nesta segunda-feira (24.dez). Outras 128 pessoas seguem desaparecidas. O tsunami foi provocado pela erupção de um vulcão que, segundo a agência, ainda está em erupção e pode provocar novos tsunamis. (G1. <https://glo.bo/2SkoF5K>. Acesso em 29.01.2019. Adaptado)
É correto apontar como sendo o país atingido pelo tsunami a que se refere a notícia:

- a) as Filipinas.
- b) a Índia.

- c) a Malásia.
- d) a Tailândia.
- e) a Indonésia.

Resposta: Letra E. O Referido país é a Indonésia.

2. (SANASA Campinas - Agente Técnico de Hidromecânica - Torneio Mecânico - FCC - 2019) Um recente relatório publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), denominado "Perspectivas do Meio Ambiente Mundial", apresenta um quadro sombrio sobre as consequências para a sociedade da degradação da qualidade ambiental planetária. Com relação à água, o relatório mostra que uma em cada três pessoas no mundo, cerca de 2,3 bilhões de habitantes, não têm acesso ao saneamento.

(Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/Acesso em 26.mai.2019>)

Sobre os recursos hídricos do Brasil e do mundo são feitas as seguintes proposições:

- I. As questões ambientais que envolvem os recursos hídricos devem ser tratadas de forma integrada, ou seja, escassez ou abundância de água devem ser relacionadas ao clima, à vegetação e às ações humanas.
- II. A gestão de recursos hídricos, elemento fundamental para a sobrevivência da humanidade, deve estar embasada em políticas de sustentabilidade.
- III. Os problemas de segurança hídrica devem fazer parte das políticas públicas e, portanto, independem de ações da sociedade civil.

Está correto o que consta APENAS de

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) II.
- d) I e II.
- e) III.

Resposta: Letra D. A alternativa se torna incorreta, pois o problema de segurança hídrica DEPENDE das ações da sociedade civil.

3. (SANASA Campinas - Analista de Tecnologia da Informação - Análise e Desenvolvimento - FCC - 2019) Segundo o Relatório Mundial da ONU sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2019, lançado hoje em Genebra (19.03.2019), que trata do acesso da população à água potável e saneamento básico, (Disponível em: <https://bit.ly/2WaPp6q>. Acesso em 02/06/2019)

- a) três bilhões de pessoas, aproximadamente, não têm acesso a serviços sanitários.
- b) há sensível melhora dos índices de saneamento básico em países africanos.
- c) somente cerca de 50% dos países da União Europeia oferecem água potável a toda população.
- d) cerca de 80% das águas residuais dos países ricos são tratadas antes de serem lançadas nos rios.
- e) falta água limpa e segura para mais de dois bilhões de pessoas.

Resposta: Letra E. Segundo o Relatório Mundial da ONU sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2019, lançado hoje em Genebra, falta água limpa e segura para 2,1 bilhões de pessoas, enquanto 4,5 bilhões carecem de serviços sanitários. Com o alerta de que a expectativa é de que a situação se agrave, devido às mudanças climáticas, o documento, intitulado Não deixar ninguém para trás, destaca a necessidade de políticas públicas comprometidas a mudar essa situação.

04. (Prefeitura de Várzea - PB - Auxiliar de Serviços Gerais - EDUCA - 2019) As Florestas Pluviais Tropicais são encontradas nas regiões de clima quente e úmido. Essas florestas possuem o bioma mais complexo e rico em biodiversidade da Terra, cobrem apenas 6% da superfície do planeta, mas possuem mais de 60% de todas as espécies animais e vegetais. Essas formações se estendem por áreas nas Américas Central e do Sul, na África, na Ásia e na Oceania, em torno da linha do equador. A maior e mais importante Floresta Pluvial Tropical é a

- a) Floresta de Taiga, no Hemisfério Norte.
- b) Floresta do Congo, na África Central.
- c) Floresta Amazônica, na América Latina.
- d) Selva Valdiviana, no Chile.
- e) Florestas Nubladas, no Equador.

Resposta: Letra C. A maior floresta tropical do mundo é a Floresta Amazônica. Esse bioma abriga enorme diversidade de formas de vida e a maior disponibilidade de água doce do mundo.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Battisti chega à Itália após 37 anos de fuga

O terrorista italiano Cesare Battisti, 64, desembarcou por volta das 11h30, do horário local, (8h30 no horário de Brasília) desta segunda-feira (14/01/19) no aeroporto de Ciampino, em Roma, após ser entregue na tarde de ontem às autoridades italianas no aeroporto de Viru Viru, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. Battisti deixou a Itália após fugir da prisão, em 1981, e nunca mais retornou ao país. Ele foi capturado no sábado (12/01/19) por agentes bolivianos em parceria com italianos após fugir do Brasil, onde era buscado pela PF (Polícia Federal).

Considerado terrorista pelas autoridades brasileiras e italianas, Battisti foi condenado pelo assassinato de quatro pessoas na década de 1970, quando integrava o grupo Proletários Armados pelo Comunismo, um braço das Brigadas Vermelhas. Em 1991, a sentença foi confirmada pela Corte Suprema italiana (Cassazione).

Após fugir da Itália na década de 1980, Battisti se escondeu em Paris e logo depois foi para o México. Depois de 10 anos em território mexicano, ele voltou a fugir para a França onde viveu por 15 anos sob proteção do Eliseu, mas teve que deixar o país com a mudança de governo. Em 2004 fugiu para o Brasil e viveu foragido até ser preso em Copacabana, em 2007. Foi solto em 2011, após o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) negar a extradição e conceder-lhe o status de refugiado político. Em

2017 voltou a ser preso, desta vez na Bolívia, mas três dias depois estava livre novamente. Após o ex-presidente Michel Temer autorizar a extradição no final do ano passado, voltou a ficar foragido em dezembro do ano passado até ser preso neste sábado, em Santa Cruz de la Sierra.

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/01/14/battisti-italia-37-anos-fuga.htm>)

Trump firma acordo que acaba com 'shutdown'

O presidente Donald Trump firmou nesta sexta-feira (25/01/19) um acordo com a oposição democrata para reabrir temporariamente o governo federal, paralisado há um recorde de cinco semanas devido à disputa sobre o financiamento do muro na fronteira entre Estados Unidos e México. Trump assinou a lei que prevê o financiamento de parte das agências federais até 15 de fevereiro, informou o Executivo. "Alcançamos um acordo para encerrar o 'shutdown' e reabrir o governo federal (...) por três semanas, até 15 de fevereiro", havia declarado o presidente. O projeto foi aprovado por unanimidade no Senado.

Legisladores e a Casa Branca estavam sob intensa pressão para resolver o impasse, enquanto centenas de milhares de trabalhadores federais entravam em um segundo mês sem pagamentos, e o impasse político começou a atrapalhar alguns dos aeroportos mais movimentados do país.

(Fonte: www.bol.uol.com.br/noticias/2019/01/26/trump-firma-acordo-que-acaba-com-hutdown.htm)

Crise na fronteira

No dia 21/2/19, o ditador Nicolás Maduro ordenou o fechamento da fronteira terrestre da Venezuela com o Brasil. O anúncio aconteceu dois dias antes da data prevista para que líderes da oposição a Maduro levassem ajuda humanitária ao país. O governo federal anunciou que essa ajuda seria transportada a partir de Pacaraima, em Roraima, cidade na fronteira pela qual têm entrado milhares de venezuelanos em território brasileiro fugindo da crise.

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/listas/retrospectiva-fevereiro-de-2019-o-que-aconteceu-no-brasil-e-no-mundo.htm>)

Incêndio consome catedral de Notre-Dame de Paris

Na noite desta segunda-feira (15/04/19), os bombeiros já haviam controlado quase todo o fogo na catedral mais conhecida e visitada de todo o planeta. Mas os danos na Notre-Dame, em Paris, são incalculáveis. Um desastre de proporções gigantescas para o patrimônio cultural e arquitetônico da humanidade.

Os parisienses e turistas testemunharam atônitos a queda do ponto mais alto da catedral, conhecido como flecha. O incêndio começou uma hora antes, perto das 19h no horário local – 14h no Brasil.

Fiéis que participavam de uma missa abandonaram a catedral. Rapidamente, as chamas no prédio de mais de 850 anos podiam ser vistas de quase toda a capital francesa. As imagens se espalharam pelas redes sociais.

A polícia disse que a estrutura principal foi salva. As estátuas de bronze foram removidas na semana passada para as obras.

O Ministério Público já abriu uma investigação para apurar as causas do incêndio. O presidente francês cancelou um pronunciamento que faria na TV e foi até o local conversar com bombeiros.

(Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/15/incendio-consome-catedral-de-notre-dame-de-paris.ghtml>)

Maduro rompe com EUA, pede lealdade a militares e diz que não sai do poder

O aumento da pobreza e a repressão do governo de Nicolás Maduro propiciou uma onda de manifestações na Venezuela pedindo a queda do ditador. O país agora vive a instalação de um governo paralelo, liderado pelo deputado de oposição, Juan Guaidó.

Maduro afirma que não deixará a presidência da Venezuela e culpa os Estados Unidos por “uma tentativa de golpe”. Maduro rompeu relações com os EUA e está se apoiando na força dos militares do país.

Guaidó desmente maduro

Após o anúncio de Maduro, Juan Guaidó publicou um documento em suas redes sociais dirigido a todas embaixadas presentes na Venezuela afirmando que as relações diplomáticas com todos os países do mundo estão mantidas. “Peço que vocês desconheçam qualquer ordem ou disposição que contradiga o firme propósito do poder legislativo da Venezuela”, afirmou. Relatos da imprensa afirmam que há uma ordem de prisão contra Guaidó, que já foi preso brevemente há cerca de duas semanas.

(Fonte: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/01/23/maduro-rompe-com-os-eua-e-diz-que-nao-deixara-presidencia-da-venezuela.html>)

Venezuela

A crise na Venezuela teve novos episódios no mês de maio. Ainda no final de abril, Juan Guaidó afirmou ter o apoio de militares e pediu para que a população fosse às ruas contra o governo de Nicolás Maduro. Parte da população atendeu o pedido, mas foi contida pela Guarda Nacional da Venezuela, que inclusive atropelou manifestantes.

O clima na Venezuela ficou mais tenso ao ponto de serem veiculadas notícias sobre uma suposta intervenção dos Estados Unidos, com o apoio do Brasil e outros países. O Governo de Maduro, que conta com o apoio da Rússia, acusa os EUA de tentar roubar as reservas de petróleo. No meio dessa disputa, a crise humanitária na Venezuela se acentua.

No final de maio, representantes de Maduro e Guaidó se encontraram na Noruega para dialogarem sobre uma possível saída para a situação. O primeiro encontro terminou com nenhum acordo.

(Fonte: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/atualidades-vestibular-enem-maio-2019.htm>)

Prisão do fundador do WikiLeaks

Refugiado há quase sete anos na embaixada do Equador em Londres, Julian Assange, fundador do WikiLeaks, foi preso no dia 11/04/19. O caso de Julian ficou conhecido no mundo inteiro quando, em 2010, o WikiLeaks publicou milhares de documentos das Forças Armadas norte-americanas sobre a guerra do Afeganistão e Iraque, além de comunicados diplomáticos. O programador foi acusado pelos EUA de conspiração por tentar acessar dados confidenciais de um computador do governo americano.

Desde 2012, ele recebia abrigo do Equador para evitar sua extradição a Suécia, onde também era acusado por crimes sexuais e temia que o país o entregasse para os EUA. Entretanto, o presidente equatoriano, Lenín Moreno, resolveu tirar o asilo diplomático de Assange alegando que ele violou o acordo do protocolo de convivência, tendo uma conduta desrespeitosa.

O governo do Equador informou que Assange teria instalado equipamentos eletrônicos não permitidos, bloqueado as câmeras de segurança da Missão Equatoriana em Londres e agredido seguranças da sede diplomática. Além disso, também interveio em assuntos internos de outros estados, vazando documentos do Vaticano este ano. A prisão de Assange dividiu opiniões pelo mundo, com muitos destacando o acontecimento, enquanto outros criticam que a prisão dele viola a liberdade de informação.

(Fonte: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/atualidades-enem-vestibulares-abril-2019.htm>)

Ataques terroristas no Sri Lanka

No domingo de Páscoa, atentados terroristas deixaram mais de 250 mortos e 500 feridos no Sri Lanka. O principal alvo foi a Igreja de São Sebastião, em Negombo, no oeste do país, onde religiosos se reuniam para festejar a data. Os restaurantes dos hotéis de luxo também foram alvos das explosões das bombas nas cidades de Colômbio e Batticaloa.

Dois dias após os ataques o Estado Islâmico chegou a reivindicar a autoria do atentado, afirmando que o alvo era cristãos e cidadãos de países que bombardeiam os territórios ocupados por eles. Porém, dias depois as autoridades acusaram o grupo extremista National Thowheed Jama'ath (NTJ) de cometer o atentado. A motivação seria uma reação ao atentado na Nova Zelândia contra mesquistas islâmicas.

Após os ataques, o Sri Lanka está com uma política de prevenção. O país está com toque de recolher noturno, bloqueou todas as redes sociais locais e proibiu as pessoas de circularem por vias públicas com os rostos cobertos, como os véus islâmicos. As missas também foram suspensas.

(Fonte: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/atualidades-enem-vestibulares-abril-2019.htm>)

Suicídio de ex-presidente do Peru

Alan García, ex-presidente do Peru, morreu no dia 17/04/19 após atirar contra a própria cabeça ao receber ordem de prisão da polícia. O ex-presidente foi levado

ao hospital onde sofreu três paradas cardíacas e não resistiu. Ele foi presidente do Peru entre 1985 e 1990 e de 2006 a 2011. García era investigado por supostamente ter recebido propina da construtora brasileira Odebrecht.

(Fonte: <https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/atualidades/atualidades-enem-vestibulares-abril-2019.htm>)

Índia encerra eleição que deve reeleger Narendra Modi

Indianos foram às urnas neste domingo (19/05/19) para a sétima e última fase das eleições gerais no país. Pesquisas de boca de urna indicam vitória do Partido do Povo Indiano (BJP), legenda nacionalista hindu do primeiro-ministro Narendra Modi.

O pleito, o maior do mundo com um eleitorado de 902 milhões de pessoas, teve início em 11 de abril. A contagem de votos das sete fases das eleições está prevista para a próxima quinta-feira, 23 de maio, e os resultados só devem ser conhecidos na quinta ou na sexta-feira.

Modi enfrentou críticas no início da campanha por ter falhado em criar mais empregos e pelos baixos preços agrícolas, e tanto analistas quanto políticos disseram que a disputa eleitoral estava ficando acirrada, com o principal partido de oposição, Congresso Nacional Indiano, ganhando território.

O primeiro-ministro fez campanha entre sua base nacionalista hindu e transformou a disputa em uma briga por segurança nacional após uma escalada nas tensões com o Paquistão. Ele atacou seu principal adversário por ser "frouxo" com relação ao arqui-inimigo do país.

O partido de Modi deve conquistar entre 339 e 365 cadeiras da câmara baixa do Parlamento, composta por 545 membros, seguido por 77 a 108 cadeiras para a aliança de oposição liderada pelo Congresso Nacional Indiano, mostrou a pesquisa boca de urna India Today Axis.

Na Índia, uma força política precisa somar o apoio de uma maioria simples, ou seja, pelo menos 272 parlamentares, para poder formar governo.

Pesquisas boca de urna, no entanto, têm um histórico controverso em um país com 900 milhões de eleitores --dos quais cerca de dois terços votaram na eleição de sete etapas. As pesquisas frequentemente erraram o número de cadeiras, mas o resultado, em geral, tem sido acertado, disseram analistas.

Com as pesquisas indicando uma vitória da aliança de Modi, os mercados acionários indianos devem subir com força na segunda-feira, enquanto também se espera que a rupia indiana se fortaleça contra o dólar, de acordo com analistas do mercado financeiro.

Uma vitória clara significaria que Modi poderá realizar as reformas que investidores esperam o que tornará a Índia um lugar mais fácil para negócios, disseram economistas.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-05/india-encerra-eleicao-que-deve-reeleger-narendra-modi>)

Brexit

Brexit é o processo de saída do Reino Unido da União Europeia iniciado em 2017 e com previsão para terminar em 2020.

Em 24 de novembro de 2018, após dois anos de negociação, a União Europeia aceitou os termos de retirada apresentado pela então primeira-ministra Theresa May.

No entanto, sem conseguir que seu projeto fosse aprovado no Parlamento, May demitiu-se e foi substituída pelo deputado Boris Johnson.

O Brexit está previsto para 31 de janeiro de 2020.

Aprovação do acordo do Brexit

Após intensas negociações com os 27 países integrantes da União Europeia, o Reino Unido conseguiu um acordo para a saída desse bloco econômico, em 16 de outubro de 2019.

Desta vez, estão garantidas a livre circulação de pessoas e mercadorias entre a fronteira da República da Irlanda e da Irlanda do Norte. No entanto, o novo acordo prevê o fim do status especial para o Reino Unido e o torna um rival.

O projeto foi aprovado no Parlamento britânico no mesmo mês. Porém, os parlamentares não concederam debater o texto em apenas dois dias e obrigaram ao primeiro-ministro pedir um adiamento de três meses.

Como consequência, Johnson teve que pedir novo adiamento à União Europeia. Desta vez, a data para um possível Brexit será 31 de janeiro de 2020.

Referendo sobre o Brexit

O Brexit tem origem no governo do primeiro-ministro conservador David Cameron.

Para disputar a reeleição, Cameron se aliou ao partido nacionalista, Partido da Independência do Reino Unido (UKIP, na sigla em inglês).

Em troca do seu apoio, este partido exigiu a convocação de um referendo onde os eleitores pudessem escolher entre seguir ou sair da União Europeia.

O UKIP argumentava que a União Europeia retirava a soberania do Reino Unido em assuntos econômicos e de imigração. Por isso, pedia que fosse feita uma consulta à população sobre a permanência neste bloco econômico.

(Fonte: <https://www.todamateria.com.br/brexit/>)

74ª Assembleia Geral da ONU

O presidente Jair Bolsonaro foi o primeiro líder a discursar na 74ª Assembleia Geral da ONU, conforme tradição em que o representante do Brasil sempre abre os discursos.

Discurso de Bolsonaro

A fala do presidente foi considerada agressiva e abordou diferentes temas. Bolsonaro começou seu discurso falando do Socialismo, com a afirmação de que o Brasil "ressurge depois de estar à beira do socialismo", completando como a seguinte opinião sobre como estava o país quando ele assumiu a presidência: "situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições". O presidente também fez críticas ao programa Mais Médicos, à Cuba e à Venezuela.

Sobre Economia, Bolsonaro defendeu a abertura econômica - "Não pode haver liberdade política sem que haja também liberdade econômica. E vice-versa". A res-

peito da criminalidade no Brasil, o presidente ignorou a morte de Ághata ao falar dos quase 70 mil homicídios anuais no país e, em uma certa teoria da conspiração, usou a seguinte afirmação sobre os presidentes anteriores (os quais chama de socialistas): “desviaram centenas de bilhões de dólares comprando parte da mídia e do parlamento”. Bolsonaro também enalteceu a figura de Sérgio Moro, atual ministro da Justiça e ex-juiz Federal.

Bolsonaro trouxe um discurso carregado de opiniões pessoais ao falar de ideologia. “A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu”, destacou em sua fala. Abordou, ainda, o ataque que sofreu em sua campanha e atribuiu a facada aos “sistemas ideológicos” do “militante de esquerda”, se referindo ao seu agressor.

Um ponto muito importante abordado na Assembleia Geral da ONU foi a Amazônia. O bioma vem sofrendo com incêndios e chamada a atenção do mundo para a forma com o governo brasileiro lida com a preservação do meio-ambiente. Bolsonaro chamou de sensacionalistas as críticas feitas pela mídia internacional. “Problemas, qualquer país os tem. Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia despertaram nosso sentimento patriótico”, discursou Jair. Além disso, o presidente rejeitou o título de patrimônio da humanidade e pulmão do mundo atribuídos à Amazônia.

Conforme abordou a BBC, especialistas consideram o discurso de Bolsonaro voltado para sua base e não para os anseios dos países e ativistas. O posicionamento do presidente teria abrido brechas para mais críticas e retaliações ao Brasil pela forma como o Governo trata a atual situação da Amazônia.

(Fonte: <https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/atualidades/atualidades-enem-vestibulares-setembro-2019.htm>)

Boris Johnson quer a suspensão do Parlamento até 14 de outubro

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, pediu à rainha Elizabeth II a suspensão do Parlamento até 14 de outubro, de acordo com a imprensa britânica. A medida reduziria o tempo disponível para que os parlamentares bloqueassem a saída do Reino Unido da União Europeia, que está prevista para acontecer em 31 de outubro.

Os parlamentares deveriam voltar do recesso de verão em 3 de setembro. Caso a suspensão seja aprovada pela monarca, fica improvável que os parlamentares consigam aprovar leis que possam impedir o Brexit sem um acordo.

O premiê disse que não queria esperar até depois do Brexit “antes de continuar com nossos planos para levar o país adiante” e afirmou que ainda haveria “tempo suficiente” para os parlamentares debaterem a separação da União Europeia, segundo a BBC.

Procurado pela AFP, o porta-voz de Downing Street não confirmou nem desmentiu a informação.

Críticas

Críticos analisam que a medida impediria os parlamentares de desempenharem seu papel no processo Brexit, que já provocou a queda de Theresa May. Boris

Johnson chegou ao poder defendendo a saída do Reino Unido da União Europeia em 31 de outubro, respeitando a promessa feita pelo Partido Conservador após referendo decidir pelo divórcio.

O presidente da Câmara dos Comuns, John Bercow, considerou a iniciativa “um ultraje constitucional”. “É óbvio que o objetivo da prorrogação seria impedir o Parlamento de debater o Brexit e cumprir seu dever”, disse Bercow, segundo a BBC.

O conservador Dominic Grieve chamou a iniciativa de “ato escandaloso”.

O plano de Johnson é “um escândalo e uma ameaça à democracia”, disse o principal opositor do governo, o líder trabalhista Jeremy Corbyn.

“Estou chocado pela imprudência do governo de Johnson, que fala de soberania e no entanto busca suspender o Parlamento para evitar o escrutínio de seus planos para um Brexit sem acordo”, disse ele.

O líder da oposição pediu um encontro com a rainha, de acordo com fontes ouvidas pela agência Reuters.

(Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/28/boris-johnson-quer-a-suspensao-do-parlamento-ate-14-de-outubro.ghtml>)

ONU alerta para incorporação de milícia às Forças Armadas venezuelanas

A alta comissária da Organização das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ONU), Michelle Bachelet, apresentou hoje (18/12/19) um novo relatório sobre a situação na Venezuela. Entre os temas abordados estão a liberação de presos políticos, a falha no acesso à saúde e educação, os altos índices de violência e a preocupação com uma possível incorporação das milícias às Forças Armadas nacionais.

A alta comissária da ONU, em sua apresentação hoje, em Bruxelas, demonstrou preocupação com apelos de altas autoridades venezuelanas para que continuem a armar as milícias, bem como a apresentação, no Congresso, de um projeto de lei que fortalece e incorpora esses grupos às Forças Armadas Nacionais da Bolívia.

Bachelet afirmou ainda que membros de sua equipe fizeram visitas a nove centros de detenção e entrevistaram, de maneira confidencial, mais de 70 pessoas privadas de liberdade. Foram detectados 118 casos (109 homens e nove mulheres) que requerem uma resposta urgente por motivos de saúde, atrasos em processos judiciais e demora na liberação de pessoas que já cumpriram suas penas.

“Destaco a liberação em setembro e outubro de 28 pessoas (24 homens e quatro mulheres) privadas de liberdade por motivos políticos e exorto as autoridades a liberar incondicionalmente todas as pessoas detidas por motivos políticos, inclusive militares. Reitero meu pedido para que se continue dando cumprimento às orientações do grupo de trabalho sobre detenções arbitrárias”, afirmou Bachelet.

Bachelet relatou atos de assédio, ameaças e detenções pelos serviços de inteligência e forças de segurança, além de outros casos de restrição das liberdades públicas que “limitam o espaço cívico-democrático”, como a detenção de jornalistas.

Economia

Em relação à situação econômica e social, a alta comissária da ONU afirmou que a crise continua afetando os direitos dos venezuelanos. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em 2019, a economia do país sofrerá uma contração de 25,5%, atingindo uma perda acumulada do Produto Interno Bruto (PIB) de 62,2% desde 2013.

“Embora nos últimos meses tenha havido melhora no suprimento de alimentos, apenas a minoria da população com acesso a divisas estrangeiras pode cobrir regularmente os altos preços dos alimentos devido à hiperinflação e à dolarização de fato da economia”, relata Bachellet, acrescentando que o salário mínimo no país cobre apenas 3,5% da cesta básica.

Na apresentação, feita hoje em Bruxelas, Bachelet disse que sua equipe visitou a cidade de Maracaibo, onde verificou longas filas para comprar combustível, em meio a prolongados e repetidos cortes de eletricidade, que também afetam o abastecimento de água. “Os direitos à saúde e educação também foram afetados, principalmente devido à falta de pessoal, infraestrutura precária e falta de insumos”.

Segundo Bachelet, durante o mês de novembro, a Cáritas informou que, nas paróquias mais pobres de 19 estados do país, 11,9% das crianças apresentam sinais de desnutrição aguda – um aumento de 56% em relação a 2018 – e que 32,6% têm atrasos de crescimento. A Cáritas também relatou que 48,5% das gestantes atendidas apresentavam deficiências nutricionais.

Violência

Diante da ausência de dados oficiais atualizados e públicos, o Observatório Venezuelano da Violência estimou uma taxa de 60,3 homicídios violentos por 100 mil habitantes de janeiro a novembro de 2019. Embora tenha havido uma redução em relação a 2018, o número segue sendo um dos mais altos da região.

“Reitero minha preocupação com os níveis de violência que nos últimos meses também impactaram os líderes políticos locais, como ilustrado pelos assassinatos do ex-vereador da oposição Edmundo “Pipo” Rada Angulo e do ex-governador oficialista Johnny Yáñez Rangel. De agosto até hoje, meu escritório documentou alegações de supostas execuções extrajudiciais por membros das Forças de Ações Especiais (Faes), principalmente contra jovens, no contexto de operações de segurança em favelas.”

Bachelet afirmou ainda que vê com preocupação altos índices de violência e a presença de grupos armados irregulares envolvidos em exploração ilegal de recursos naturais.

Migrações

A Plataforma de Coordenação das Nações Unidas para Refugiados e Migrantes da Venezuela estima que 4,7 milhões de venezuelanos deixaram o país e projeta que esse número chegará a 6,5 milhões no final de 2020.

“Estou preocupada com o aumento da migração irregular devido, por um lado, às maiores exigências de entrada em alguns países de trânsito e destino, mas também pelas dificuldades que o povo venezuelano enfrenta

na obtenção de sua documentação de viagem. Recentemente, as autoridades venezuelanas aumentaram o custo da emissão de passaportes em 70%, um custo equivalente a 54 salários mínimos. O uso de rotas mais perigosas e a exposição ao tráfico de pessoas aumentaram”, afirmou.

Ano eleitoral

Michelle Bachelet demonstrou preocupação com o processo eleitoral de 2020. “É crucial garantir as liberdades públicas que são fundamentais para criar as condições necessárias para eleições livres, imparciais, credíveis, transparentes e pacíficas. A esse respeito, estou preocupada com a retirada da imunidade de cinco deputados da oposição, aumentando o total para 30 deputados privados de imunidade, bem como com atos de assédio contra representantes da oposição, incluindo o presidente da Assembleia Nacional”, afirmou a alta comissária da ONU.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-12/onu-alerta-para-incorporacao-de-militaria-forcas-armadas-venezuelanas>)

China e Rússia pedem à ONU redução de sanções contra Coreia do Norte

A China pediu hoje (17/12/19) ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) que apoie uma proposta sino-russa de reduzir as sanções contra a Coreia do Norte, desde que o país aceite um plano de desnuclearização.

Nas últimas semanas, o governo norte-coreano tem pedido aos Estados Unidos (EUA) que suspenda as sanções impostas e fez um ultimato, ameaçando com um “presente de Natal” se Washington não fizer concessões em sua posição.

O presidente norte-americano, Donald Trump, respondeu ao ultimato da Coreia do Norte, afirmando que ficaria “decepcionado se alguma coisa estivesse sendo preparada”, referindo-se à possibilidade de qualquer retaliação militar por parte de Pyongyang.

A proposta apresentada por Pequim e Moscou à ONU busca uma solução para o impasse, sugerindo que os EUA ajustem as suas sanções contra a Coreia do Norte “de acordo com os passos dados por esse país em direção à desnuclearização”.

A proposta chega em um momento de tensão entre Washington e Pyongyang, com as negociações travadas desde o fracasso da cúpula entre Donald Trump e o presidente da Coreia do Norte, Kim Jong-un, em fevereiro passado.

“A península coreana atravessa um período importante e sensível. A urgência de um acordo político aumentou ainda mais”, disse o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China.

A comunidade internacional deve “impedir que a península volte à tensão e ao confronto”, argumentou o porta-voz chinês, em entrevista coletiva, em que justificou o pedido apresentado à ONU.

Entre outras medidas, o documento sugere a suspensão da proibição de importação de carvão, de ferro, de minério de ferro e de têxteis da Coreia do Norte.

China e Rússia pedem ainda o fim de uma medida que exige que os países recusem trabalhadores norte-coreanos que procurem emigrar.

O documento pede também a Pyongyang que inicie um processo de desnuclearização. O pedido tem sido recusado por Kim Jong-un, alegando que as armas nucleares são a única forma de garantir a segurança nacional contra ataques externos.

(Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-12/china-e-russia-pedem-onu-reducao-de-sancoes-contra-coreia-do-norte>)



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (SABESP - Estagiário Ensino Médio Regular - FCC - 2019) O vice-primeiro-ministro italiano conduziu uma reunião de seus aliados europeus na frente da catedral gótica de Milão no sábado 18/05/2019. Ele prometeu mudar a história depois das eleições para o Parlamento Europeu e fazer da aliança populista um dos maiores agrupamentos no Parlamento Europeu. (Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>. Adaptado)

De acordo com a notícia e de seus conhecimentos sobre a política internacional, os aliados europeus do vice-primeiro-ministro italiano representam uma orientação política de

- a) centro-direita.
- b) extrema-esquerda.
- c) centro-esquerda.
- d) extrema-direita.
- e) centro.

Resposta: Letra D. Os partidos populistas de direita Alternativa para a Alemanha (AfD) e Liga, da Itália, anunciaram nesta segunda-feira (08/04/19) que pretendem formar um novo bloco no Parlamento Europeu junto com outras legendas eurocéticas e de extrema direita.

2. (TJ-SP - Contador Judiciário - VUNESP - 2019) Milhares de pessoas foram às ruas para manifestarem-se contra o aumento de combustíveis. São chamados de “coletes amarelos”.

As forças de segurança lançaram gás lacrimogêneo e usaram um canhão de água para conter o avanço dos manifestantes que tentavam ultrapassar o perímetro de segurança determinado pela polícia. Os manifestantes gritam palavras de ordem e carregam cartazes pedindo a renúncia do presidente.

Para as autoridades, facções de extrema-direita podem ter se infiltrado entre os manifestantes para radicalizar o movimento.

Os protestos mantêm os bloqueios de centros logísticos e estradas iniciados há uma semana, mas com menos intensidade que no sábado passado, quando eram estimados quase 300 mil manifestantes.

(<http://agenciabrasil.ebc.com.br>, 24.11.2018. Adaptado)
A notícia refere-se a acontecimento

- a) na Hungria.
- b) no Peru.
- c) na Índia.

- d) na França.
- e) no México.

Resposta: Letra D. A onda de protestos do movimento chamado de “coletes amarelos” ocorreu na França.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO BRASIL E DO MUNICÍPIO DE OURINHOS/SP.

História e Geografia do Brasil

O processo de formação da Geografia do Brasil é a área especializada em compreender os aspectos físicos e humanos do espaço brasileiro, envolvendo o seu território, suas regiões, paisagens e lugares. É, portanto, através da Geografia do Brasil que compreendemos melhor a dinâmica de funcionamento das composições territoriais nacionais.

Sendo assim, o Brasil é considerado um país com dimensões continentais, pois possui uma ampla área territorial, que totaliza 8.514.976 km², o que o torna o quinto maior país existente, atrás de Rússia, Canadá, China e Estados Unidos. A título de comparação, a área da Europa (menos a Rússia) é de aproximadamente 6.220.000 km².

Com isso, apesar de suas amplas dimensões continentais, a população do Brasil historicamente concentrou-se nas áreas litorâneas, sobretudo na região Sudeste, que, desde o período da economia cafeeira, transformou-se no centro econômico do país. Mesmo com as sucessivas “marchas para o oeste”, ainda a maior parte dos mais de 200 milhões de habitantes do país é de áreas relativamente próximas aos litorais.

Outrossim, a economia do Brasil é considerada emergente, ou seja, a de um país historicamente subdesenvolvido que apresenta padrões relativamente avançados em comparação com boa parte das demais economias periféricas. O PIB de US\$2,25 trilhões é o sétimo maior do mundo, podendo subir algumas posições nos próximos anos.

Desta forma, o Brasil está localizado na América do Sul, integrando também o conjunto de países latino-americanos. No geral, o território nacional encontra-se em três hemisférios diferentes: oeste, uma pequena parte no norte e a maior parte no sul. Faz fronteira com todos os países sul-americanos, com exceção do Chile e Equador.

Portanto, o fato de o país ser cortado pelo Trópico de Capricórnio e pela Linha do Equador, fato esse que evidencia as variações de latitude, é responsável por uma ampla diversidade climática e, consequentemente, em sua vegetação. O Brasil também abriga a floresta com a maior diversidade do mundo: a Amazônica.



FIQUE ATENTO!

Geografia do Brasil refere-se aos aspectos físicos naturais do país que, com mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de extensão, é o quinto maior país do mundo.

No que tange a História do Brasil, as análises se iniciam começa com a chegada dos primeiros humanos no continente americano há pelo menos 12 mil anos. Em fins do século XV, quando do Tratado de Tordesilhas, toda a área hoje conhecida como Brasil era habitada por tribos seminômades que subsistiam da caça, pesca, coleta e agricultura. Em 26 de janeiro de 1500, o navegador e explorador espanhol Vicente Pinzón atingiu o litoral de Pernambuco, e, aos 22 de abril do mesmo ano, Pedro Álvares Cabral, capitão-mor da expedição portuguesa a caminho das Índias, chegou ao litoral sul da Bahia, tornando a região colônia do Reino de Portugal.

Após trinta anos, a Coroa Portuguesa implementou uma política de colonização para a terra recém-descoberta que se organizou por meio da distribuição de capitânicas hereditárias, a membros da nobreza, porém esse sistema malogrou, uma vez que somente as capitânicas de Pernambuco e São Vicente prosperaram. Em 1548 é criado o Estado do Brasil, com consequente instalação de um governo-geral, e no ano seguinte é fundada a primeira sede colonial, Salvador.

Desta forma, a economia da colônia, iniciada com o extrativismo do pau-brasil e as trocas entre os colonos e os índios, gradualmente passou a ser dominada pelo cultivo da cana de açúcar para fins de exportação, tendo em Pernambuco o seu principal centro produtor, região que chegou a atingir o posto de maior e mais rica área de produção de açúcar do mundo.

Com isso, no fim do século XVII foram descobertas, através das bandeiras, importantes jazidas de ouro

no interior do Brasil que foram determinantes para o seu povoamento e que pontuam o início do chamado Ciclo do Ouro, período que marca a ascensão da Capitania de Minas Gerais, sendo desmembrada da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, na economia colonial. Em 1763, a sede do Estado do Brasil foi transferida para o Rio de Janeiro.

Ademais, em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, fugindo da possível subjugação da França, consequência da Guerra Peninsular travada entre as tropas portuguesas e as de Napoleão Bonaparte, o Príncipe-regente Dom João de Bragança, filho da Rainha Dona Maria I, abriu os portos da então colônia, permitiu o funcionamento de fábricas e fundou o Banco do Brasil. Em 1815, o então Estado do Brasil foi elevado à condição de reino, unido aos reinos de Portugal e Algarves, com a designação oficial de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, tendo Dona Maria I de Portugal acumulado as três coroas.

Assim sendo, em 7 de setembro de 1822, Dom Pedro de Alcântara proclamou a Independência do Brasil em relação ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e fundou o Império do Brasil, sendo coroado imperador como Dom Pedro I. Ele reinou até 1831, quando abdicou e passou a Coroa brasileira ao seu filho, Dom Pedro de Alcântara, que tinha apenas cinco anos. Aos catorze anos, em 1840, Dom Pedro de Alcântara (filho) teve sua maioria declarada, sendo coroado imperador no ano seguinte como Dom Pedro II.

Portanto, em 15 de novembro de 1889, ocorreu a Proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca, dando início à chamada República Velha, que só veio a terminar em 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

A partir daí, têm destaque na história brasileira a industrialização do país, sua participação na II Guerra Mundial ao lado dos EUA, e o Golpe Militar de 1964, quando o general Castelo Branco assumiu a Presidência. A ditadura militar, a pretexto de combater a subversão e a corrupção, suprimiu direitos constitucionais, perseguiu e censurou os meios de comunicação, extinguiu os partidos políticos e criou o bipartidarismo. Após o fim do regime militar, os deputados federais e senadores se reuniram no ano de 1988 em Assembleia Nacional Constituinte e promulgaram a nova Constituição, que amplia os direitos individuais. O país se redemocratiza, avança economicamente e cada vez mais se insere no cenário internacional.



FIQUE ATENTO!

Muita atenção no processo de construção da linha do tempo, pois cada um dos períodos deixa uma marca predominante na política brasileira.

História e geografia do município de Ourinhos

Ourinhos com todas as características dos municípios da zona pioneira e da fase econômica que se iniciou com o avanço de café para as novas terras de florestas derubadas, na região às margens do Rio Paranapanema, pouco conhecida nos primeiros anos deste século. Com a presença de um elemento novo - o colono italiano - conseguiu-se uma rápida ocupação da terra, com a predominância da monocultura (café e algodão), integrando-se na vida econômica da monocultura e do Estado.

Conta sua história que Jacintho Ferreira de Sá vindo de Santa Cruz do Rio Pardo, adquiriu de Dona Escolástica Melcheret da Fonseca uma vasta gleba de terras, quase a totalidade do atual município, tendo loteado a parte central da cidade e doado terreno para a construção de um grupo escolar e de uma igreja. Em seguida, em 1.906 deu-se o início do povoado com reduzido número de casas. Em 1.908 foi criado o Posto da Estrada de Ferro, que foi 04 anos mais tarde transformado em estação. Dessa época em diante, teve um desenvolvimento condicionado à exuberância de suas terras e pela sua excelente condição geográfica.

De pequeno povoado torna-se Distrito da Paz subordinado a Salto Grande de Paranapanema, em 1.915. Três anos depois é elevado à categoria de município, em 13 de Dezembro de 1918, cuja instalação se deu a 20 de março de 1.919.

Em seguida torna-se paróquia sob a invocação do Senhor Bom Jesus. Com o constante desenvolvimento e progresso, acaba se tornando sede da comarca, transferida que foi esta de Salto Grande para Ourinhos em 30 de novembro de 1.938, sendo de terceira entrância e com duas varas, apenas uma instalada. Dentre os primeiros moradores do município citam-se os senhores Heráclito Sândano, Francisco Lourenço, Manoel Soutello, Abuassali Abujamra, Benedito Ferreira, Angelo Christoni, José Felipe do Amaral e Isordino Cunha.

Origem do nome

Extraído do livro: "Ourinhos, memórias de uma cidade paulista" Jefferson Del Rios

Um velho mapa de 1908 mostra a cidade de Ourinho (no singular), no Paraná, no lugar da atual Jacarezinho. Não é obra anônima ou de amador. Editado pela seção cartográfica do Estabelecimento Graphico Weiszflog Irmãos, de São Paulo, foi incluído como o Mappa da Viação Férrea de São Paulo mostrando a zona tributária da Sorocabana Railway Company no relatório da ferrovia. O mapa ainda não registra a existência de Ourinhos. Existe apenas o pontilhado vermelho indicando o trecho da estrada de ferro em construção entre Ipaçu e Salto Grande. O começo do nosso começo.

Apesar do trabalho detalhado dos irmãos Weszflog, há um falso mistério e algumas polêmicas entre historiadores municipais em torno desses nomes. Na realidade, a Ourinho paranaense foi também Nova Alcântara por escolha do seu fundador, o mineiro Antonio Alcântara da Fonseca, que se fixou naquelas terras em 1888. Jacarezinho era um distrito policial do município de Tomazina. Todas elas, pequenas e perdidas povoações. Jacarezinho é, originalmente, o nome de um rio e Ourinho, o de um riacho que vai dar o ribeirão Fartura, afluente do Paranapanema. Movia então a roda d'água da serraria de João Frutuoso de Melo Coelho, por volta de 1896. Em 1926 foi represado para servir de piscina pública. Hoje está canalizado na parte central da cidade.

Entre tantas denominações, o patrimônio de Nova Alcântara, ou Ourinho correu o risco de se chamar Costina, em homenagem ao fazendeiro e político Antonio José da Costa Junior, que recusou a discutível honraria. Sua fazenda, aliás, chamava-se Ourinhos e, atravessando o Paranapanema, chegava até o lugar conhecido como Água do Jacu, atual bairro rural ourinhense. Nunca se estudou o fato, mas há a possibilidade de a fazenda ter ajudado a determinar o nome da cidade de Ourinhos.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Ourinhos, pela Lei Estadual n.º 1.484, de 13/12/1915, subordinado ao município de Salto Grande.

Elevado à categoria de município com a denominação de Ourinhos, pela Lei n.º 1.618, de 13/12/1918, desmembrado do município de Salto Grande. Sede no atual distrito de Ourinhos. Constituído do distrito sede. Instalado em 20/03/1919.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído o distrito sede.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município permanece constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

População

População estimada 2019:

113.542 pessoas

População no último censo 2010:

103.035 pessoas

Densidade demográfica 2010:

347,78 hab/km²

Território e Ambiente

Área da unidade territorial 2018:

295,818 km²

Esgotamento sanitário adequado 2010:

96,5 %

Arborização de vias públicas 2010:

98,7 %

Urbanização de vias públicas 2010:

37,9 %

Bioma 2019:

Mata Atlântica

Sistema Costeiro-Marinho 2019:

Não pertence

SITE:

<https://www.ourinhos.sp.gov.br/ourinhos/>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ourinhos/panorama>



HORA DE PRATICAR!

1. (G1 - utfpr 2017) O processo de urbanização no Brasil foi acelerado durante o século XX. Assinale a alternativa que descreve corretamente as causas desse processo.

- a) O investimento público exclusivamente na economia das grandes cidades.
- b) A mecanização do campo combinada com a expansão das monoculturas.
- c) A reforma fundiária e a expansão da agricultura familiar e de alimentos.
- d) A expansão das grandes áreas de sub-habitações e favelas das cidades.
- e) A criação de grandes áreas formadas pelas capitais e as cidades próximas.

2. (Ufu 2017) O vertiginoso processo de urbanização pelo qual passou o Brasil originou, em poucas décadas, uma complexa rede urbana, composta por metrópoles, cidades médias e milhares de pequenas cidades. Estes centros urbanos ordenam fluxos de pessoas, de mercadorias, de informação e de capitais no interior do território brasileiro, configurando uma complexa rede geográfica.

De acordo com a hierarquia urbana apresentada pelo IBGE, é correto afirmar que:

- a) As cidades de Rio de Janeiro e Brasília, devido ao poder político e econômico nelas centralizados, são as metrópoles que conectam o Brasil aos centros urbanos globais.
- b) Os centros sub-regionais, formados por cidades médias, exercem forte influência regional e reúnem uma estrutura diversificada de comércio, serviços e indústrias.
- c) A cidade de São Paulo, a grande metrópole nacional, encontra-se no ápice da hierarquia, conectando a rede urbana brasileira à rede de metrópoles mundiais.
- d) As pequenas cidades, devido ao processo de interiorização promovido pela desconcentração industrial, são as que mais cresceram nas últimas décadas.

3. (G1 - ifpe 2017) Em relação ao processo de urbanização no Brasil, é CORRETO afirmar que

- a) a industrialização influenciou o êxodo rural e acelerou o aumento da taxa de urbanização.
- b) as primeiras cidades surgem apenas no século XIX com a chegada da família real portuguesa à Colônia.
- c) as maiores regiões metropolitanas, como a de São Paulo, são as que apresentam maior ritmo de crescimento.
- d) comparativamente às demais regiões, a região Norte é a que possui a menor taxa de urbanização.
- e) assim como o Rio de Janeiro e Brasília, Recife é uma metrópole nacional, visto que influencia todo país.

4. (CRECI - 5º Região (GO) - Profissional de Suporte Administrativo – Quadrix - 2019) De acordo com a imprensa britânica, o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, pediu à rainha Elizabeth II a suspensão do Parlamento até 14 de outubro. A medida reduziria o tempo disponível para que os parlamentares bloqueassem a saída do Reino Unido da União Europeia, que está prevista para acontecer em 31 de outubro.

Internet: <<https://g1.globo.com>> (com adaptações).

Com relação ao assunto em tela, assinale a alternativa correta.

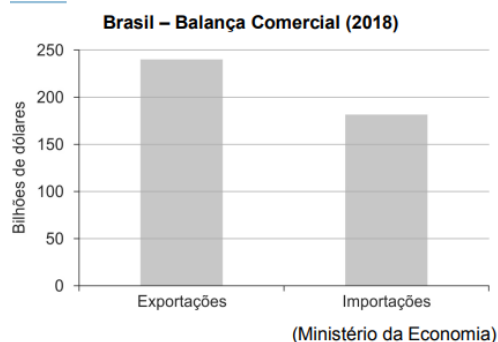
- a) Em plebiscito realizado em julho último, a maioria da população britânica recusou o apoio ao Brexit.
- b) Boris Johnson chegou ao poder defendendo a retirada do Reino Unido do bloco europeu.
- c) Boris Johnson integra os quadros do Partido Democrata, considerado de esquerda no espectro político britânico.
- d) Sendo o Reino Unido a maior economia da União Europeia, sua possível saída reduzirá substancialmente o poder econômico e político do bloco.
- e) A Rainha Elizabeth II é a chefe de governo do Reino Unido, enquanto o primeiro-ministro Boris Johnson é o chefe de Estado.

5. (METRÔ-SP - Agente de Segurança Metroviária - FCC - 2019) Os representantes de mais de 150 países que se reuniram na Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (COP24), na Polônia, definiram executar uma série de regras que permitem a implementação do Acordo de Paris. A decisão foi unânime. (Adaptado de: Agência Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2ExWSiv>)

A maior parte das regras a serem executadas tem relação com

- a) as políticas internacionais que criminalizam ações nefastas ao meio ambiente.
- b) a redução da emissão de gases do efeito estufa para controle do aquecimento global.
- c) o perdão aos países pobres que exaurem o meio ambiente como forma de sobrevivência.
- d) a extinção do comércio mundial de carbono, considerado prejudicial aos países pobres.
- e) a criação de novos mecanismos que efetivem as políticas de desenvolvimento sustentável.

6. (METRÔ-SP - Agente de Segurança Metroviária - FCC - 2019) Analise o gráfico e as afirmações abaixo.



Afirma-se:

- I. Os produtos com baixo valor agregado têm forte peso sobre a balança comercial brasileira e, em consequência, sobre o seu saldo positivo.
- II. Os principais produtos de importação vieram da Ásia, com destaque para automóveis, aviões e navios, estes últimos destinados a modernizar a infraestrutura brasileira.
- III. A China é, individualmente, a maior compradora de produtos brasileiros, dentre os quais as commodities agrícolas e minerais, tais como: soja, minério de ferro, celulose, entre outros.

Está correto o que consta APENAS em

- a) III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II.
- e) I e III.

7. (METRÔ-SP - Agente de Segurança Metroviária - FCC - 2019) O presidente dos Estados Unidos afirmou em março/2019, que irá apoiar a entrada do Brasil numa determinada instituição internacional, um pleito brasileiro. "Eu estou apoiando o Brasil", disse, no Salão Oval da Casa Branca, onde recebeu o presidente brasileiro. O pleito é visto pelo Brasil como um selo de confiança internacional e tem sido defendido pelo Ministro da Economia. O Brasil pretende ser aceito

- a) na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- b) no Conselho de Segurança da ONU.
- c) na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
- d) no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).
- e) na Organização Mundial do Comércio (OMC).

8. (METRÔ-SP - Agente de Segurança Metroviária - FCC - 2019) Segundo a mídia, em 2018, cerca de 100 milhões de habitantes, quase metade da população brasileira, NÃO usufruíam de coleta de esgoto em sua residência. Os maiores déficits de rede de esgoto são encontrados nas regiões

- a) Nordeste e Sul.
- b) Sul e Centro-Oeste.
- c) Norte e Nordeste.
- d) Centro-Oeste e Norte.
- e) Norte e Sul.

9. (CRECI - 5º Região (GO) - Profissional de Suporte Administrativo - Quadrix - 2019) A suspeita está sendo investigada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF). No dia 26 de agosto de 2019, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou haver indícios de uma "ação orquestrada" para incendiar pontos da floresta.

Internet: <www.bbc.com> (com adaptações).

A "ação orquestrada" a que o texto se refere passou a ser conhecida como

- a) "Dia nacional das queimadas".
- b) "Dia mundial da Amazônia".
- c) "Queima, Brasil".
- d) "Madeireiros no poder".
- e) "Dia do fogo".

10. (CRECI - 5º Região (GO) - Profissional de Suporte Administrativo - Quadrix - 2019) Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial fechou o primeiro semestre de 2019 com uma queda de 1,6% e já acumula três trimestres seguidos no negativo, após uma pequena recuperação em 2018.

Internet: <https://g1.globo.com> (com adaptações).

A respeito da temática abordada no texto acima, assinale a alternativa correta.

- a) Apesar dos dados negativos, o mês de junho de 2019 apresentou significativa melhoria em relação ao mesmo período do ano anterior.
- b) Nem mesmo a alta demanda internacional, causada pela assinatura de um acordo entre Estados Unidos e China, foi suficiente para alavancar as exportações industriais brasileiras.
- c) A crise na indústria não deve afetar outras áreas da economia, dado o baixo poder multiplicador desse setor na dinamização do setor produtivo.
- d) Entre as causas da queda da produção industrial relatada, destaca-se a forte recessão enfrentada pela atividade extrativa mineral.
- e) Não obstante as dificuldades enfrentadas, a indústria de transformação contribui, hoje, com a maior parcela do produto interno bruto (PIB) nacional.

11. (Câmara de Fortaleza - CE- Redator - FCC - 2019) Considere o texto a seguir.

A globalização existe, é um fato, ou melhor, um processo histórico. Ao longo dos anos 1990, quando o debate era mais acirrado, os que acreditavam na existência da globalização podiam ser divididos em dois grupos. Embora não houvesse homogeneidade dentro deles, uns viam o fenômeno como algo positivo, tendendo à sua celebração, outros o viam como algo negativo.

(SENE, Eustáquio de. Globalização e espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2003, p. 32-33)

Dentre os aspectos positivos e negativos da globalização que pontuaram o debate acima, mencionam-se, respectivamente, argumentos como

- a) os benefícios da internet para a democratização da informação, e a gradativa dificuldade de acesso à tecnologia computacional, dada a diversidade de sistemas vigentes.
- b) o aumento da facilidade de comunicação e deslocamento entre as diversas regiões do globo, e a intensificação das desigualdades econômicas e assimetrias entre os países.

- c) a acolhida humanitária e incondicional, pelos países desenvolvidos, dos grupos de refugiados e imigrantes vindos de países pobres, e a disseminação do inglês como língua franca.
- d) a possibilidade de intercâmbio cultural entre países e populações distantes, e a gradativa falência das empresas do setor de turismo, dada a queda no interesse pela experiência in loco.
- e) a universalização da ciência resultando no fim de epidemias e na exploração democrática do espaço, e o desenvolvimento tecnológico de países essencialmente agrários como ameaça para um grande desequilíbrio na economia global.

12. (Prefeitura de São José – SC - Agente de Fiscalização em Posturas - IESES – 2019) O G7 é o grupo dos países economicamente mais poderosos do mundo. Os países membros possuem alto nível de industrialização e são estruturados enquanto governos democráticos. O G7 surgiu na década de 1970. A ideia era realizar um encontro informal entre as nações que dominavam os mercados ocidentais para coordenar movimentos em direção ao crescimento econômico e bloquear o avanço dos blocos comunistas. Anualmente os chefes de estado dos países membros G7 reúnem-se para discutir os rumos financeiros de seus países, e consequentemente da economia mundial.

Assinale a alternativa correta que contém os países membros do G7 na atualidade.

- a) Alemanha, Canadá, Rússia, EUA, França, Japão e Reino Unido.
- b) Alemanha, Canada, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido.
- c) Brasil, Alemanha, Canada, EUA, Japão, Rússia e Itália.
- d) Rússia, Reino Unido, França, Espanha, Canada, Itália e China.

13. (Prefeitura de São José – SC - Agente de Fiscalização de Consumo - IESES – 2019) O cargo de embaixador do Brasil nos estados unidos é um dos cargos mais visados pelos diplomatas de carreira, no Brasil é tradição selecionar diplomatas de carreira e de longa experiência. O cargo de embaixador nos EUA é considerado pelo Itamaraty estratégico em virtude de alguns pontos.

- I. Longa tradição na diplomacia entre os dois Países.
- II. Grande poder econômico e militar norte-americano.
- III. EUA tem a segunda maior comunidade brasileira no exterior.
- IV. Influência dos EUA somente nos países mais desenvolvidos das Américas.

Assinale a sequência correta:

- a) Apenas as assertivas III e IV estão incorretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas a assertiva IV está incorreta.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.



GABARITO

1	B
2	C
3	A
4	B
5	B
6	E
7	A
8	C
9	E
10	D
11	B
12	B
13	A

ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS GERAIS

ÍNDICE

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.....	01

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO SEGURANÇA, TRANSPORTES, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECOLOGIA, SUAS INTER-RELAÇÕES E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS.

PANORAMA GERAL

Ao pensarmos em atualidades, devemos sempre buscar uma contextualização do assunto abordado, uma vez que as bases históricas que levaram o homem aos referidos eventos são vitais para compreender os estudos sobre as atualidades do Brasil e no Mundo. Deste modo, é preciso analisar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Entretanto, é necessário lembrar que muitos conteúdos passaram por idas e vindas, logo, é importantíssimo você averiguar os acontecimentos e suas permutações.

Para prestar qualquer tipo de concurso que tenha em seu edital o tema atualidades, é necessário estar bem informado, afinal, as bancas examinadoras estão trazendo temas cada vez mais atuais. Assim, busque atualização sobre os temas, pois pode ocorrer uma tramitação bem próxima a sua prova e as bancas gostam de cobrar exceções.

FACILITANDO O ESTUDO

Quando for começar seus estudos sobre atualidades, é preciso ter um pouco mais de atenção. Existem muitas variações entre os conteúdos referentes ao Brasil e o Mundo e é muito comum os eventos dialogarem entre si.

Quando for iniciar seus estudos, organize de forma cronológica cada um dos eventos. Isso vai facilitar sua compreensão em de todos os eventos abordados. Entretanto, além dessa periodização, alguns outros aspectos podem facilitar seus estudos. Desta forma, muita atenção aos tópicos a seguir:

- Evitar análises em cima de suas próprias ideologias;
- Realizar atualizações é vital para fixar atualidades;
- Buscar um panorama pré e pós-evento;
- Fazer relações entre eventos;
- Construir esquematizações.



FIQUE ATENTO!

Em conteúdos recorrentes nas mídias nacionais em 2019, muitos foram os eventos ganharam repercussão, porém, alguns temas ganham mais ênfase. Abordaremos os mais intensos em esfera nacional.

QUESTÕES POLÍTICAS

JAIR BOLSONARO FOI EMPOSSADO NOSSO NOVO PRESIDENTE

O mês de janeiro de 2019, teve seu início com a posse do novo Presidente da república, Jair Bolsonaro. Bolsonaro, foi o 38º presidente do Brasil e executará o mandato entre 2019 e 2022. Vale lembrar que o Presidente foi eleito com a maior diferença percentual de votos desde 2010.

Bolsonaro chegou à Presidência conquistando 55,13% dos votos válidos, contra 44,87% de Fernando Haddad (PT). A última vez em que essa diferença foi maior aconteceu em 2010, quando Dilma Rousseff (PT) superou José Serra (PSDB), conquistando 56,05%.

O presidente discursou por cerca de 10 minutos em sua posse e ressaltou pontos mais radicais da retórica que o elegeu presidente, como o porte de armas, o combate ao "socialismo" e "ideologias que destroem nossas famílias" e prometeu acabar com o "viés ideológico" das relações internacionais do Brasil. Ademais, o Presidente afirmou que sua missão é livrar o país da corrupção e da submissão ideológica.

Entre os diversos fatores inéditos, destacam-se as novas regras sobre financiamento de campanha e o uso de meios digitais e redes sociais, principalmente, em relação à disseminação e controle de fake news.

Se em primeira análise esse contexto pode passar a mensagem de que o papel da comunicação na campanha foi diminuído, principalmente pela redução nas verbas e tempo de TV, para muitos analistas o marketing político sai fortalecido do processo ao utilizar poucos ativos tradicionais da comunicação, justamente por ter ajudado a construir a candidatura de Bolsonaro.



#FicaDica

Assim, impossibilitado de ir às ruas após um ataque ocorrido em 6 de setembro, Jair Bolsonaro fez entradas ao vivo pelo YouTube e outras mídias sociais. Essas estratégias políticas realizadas pelo PSL e Bolsonaro fizeram com que o marketing ganhasse projeção e apoio da população. Fato esse que fez dele o 38º Presidente do Brasil.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (NOVA CONCURSOS – 2019) A eleição de Jair Bolsonaro entrou para a História política do Brasil, pois recebeu um dos menores percentuais de votos das últimas eleições do Brasil. O que mostra que ele não tem uma boa popularidade.

A partir das ideias expressas no fragmento textual acima, a respeito da eleição do Jair Bolsonaro, julgue o item.

() CERTO

() ERRADO

Resposta: Errado. O item está incorreto, pois Bolsonaro chegou à Presidência conquistando 55,13% dos votos válidos, contra 44,87% de Fernando Haddad (PT). A última vez em que essa diferença foi maior aconteceu em 2010, quando Dilma Rousseff (PT) superou José Serra (PSDB), conquistando 56,05%. Desta forma, ele conseguiu uma porcentagem maior que outras eleições anteriores dos últimos anos.

JUAN GUAIDÓ COMO PRESIDENTE INTERINO NA VENEZUELA

Maduro havia se reeleito em maio do ano passado presidente do país, em uma votação com denúncias de fraudes a favor do governo, boicotado pela oposição e não reconhecida pelos EUA, União Europeia e Brasil. Então Guaidó assumiu o posto até a organização de novas eleições.

Ainda em janeiro, Juan Guaidó chegou a ser preso pela polícia política do país mas foi rapidamente solto. Além dele, jornalistas também foram detidos perto da sede presidencial. Dois deles, que são venezuelanos, foram liberados após 10 horas. Os profissionais cobriam a vigília em defesa do presidente Nicolás Maduro, convocada pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) e que não teve muita adesão.

Maduro cedeu entrevistas afirmando estar disposto a conversar com Guaidó sobre o impasse no que diz respeito à Presidência do país e criticou o que chamou de interferência estrangeira sobre o cargo de maior importância do país. Mas a ideia de novas eleições é totalmente rechaçada por Maduro.



FIQUE ATENTO!

Janeiro foi marcado por inúmeros conflitos na Venezuela. O deputado Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional da **Venezuela**, se declarou presidente interino do país, **um dia após o então presidente Nicolás Maduro tomar posse para iniciar o novo mandato.**

A RENÚNCIA POLÍTICA DO DEPUTADO FEDERAL JEAN WYLLYS

Logo no início de 2019, o Deputado Federal Jean Wyllys, do PSOL-RJ, que foi reeleito pela terceira vez consecutiva com 24.295 votos, comunicou que decidiu abrir mão do seu mandato e viver fora do Brasil, por estar recebendo ameaças de morte. A decisão foi anunciada em carta ao PSOL. Ele citou no comunicado o assassinato da vereadora Marielle Franco e relatou o aumento nas ameaças que recebe.

Sendo assim, entre as provas já enviadas pelo deputado à Comissão Interamericana estão avisos de "sua hora vai chegar. Falta pouco "viadinho". Sai fora do Brasil enquanto dá tempo. Lixo escroto". Portanto, o Ministério da Justiça e Segurança Pública lamentou a decisão do

deputado federal e afirmou que a Polícia Federal abriu inquéritos ao longo de 2017 e 2018 para apurar as ofensas e ameaças contra o parlamentar.

MINISTRO BEBIANO FOI DEDITIDO

No dia 18 de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) demitiu o ministro da Secretaria-geral da Presidência, Gustavo Bebianno. O cargo foi assumido pelo secretário-executivo da pasta, general Floriano Peixoto.

A demissão ocorreu depois que reportagens da Folha de São Paulo apresentaram que Bebianno, quando era presidente do PSL, durante a campanha eleitoral teria autorizado o repasse de verbas do fundo partidário para uma candidata "laranja", em Pernambuco, com o suposto apoio de Luciano Bivar, atual presidente da sigla.

VENEZUELA VOLTA À CENA

A crise na Venezuela teve novos episódios no mês de maio. Ainda no final de abril, Juan Guaidó afirmou ter apoio de militares e pediu para que a população fosse às ruas contra o governo de Nicolás Maduro. Parte da população atendeu o pedido, mas foi contida pela Guarda Nacional da Venezuela, que inclusive atropelou manifestantes.

O clima na Venezuela ficou mais tenso ao ponto de serem veiculadas notícias sobre uma suposta intervenção dos Estados Unidos, com o apoio do Brasil e outros países. O Governo de Maduro, que conta com o apoio da Rússia, acusa os EUA de tentar roubar as reservas de petróleo. No meio dessa disputa, a crise humanitária na Venezuela se acentua.

No final de maio, representantes de Maduro e Guaidó se encontram na Noruega para dialogarem sobre uma possível saída para a situação. O primeiro encontro terminou com nenhum acordo.



#FicaDica

Após o anúncio do governo da Venezuela, a prefeitura de Pacaraima, no estado de Roraima, confirmou, na tarde de sexta-feira, dia 11 de maio, a reabertura da fronteira com o país vizinho, que começou a vigorar por volta do meio-dia. O tráfego de carros era intenso na BR 174, rodovia federal que dá acesso à Venezuela. Deste modo, a preocupação agora é com o aumento de fluxo de venezuelanos.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (BRASIL ESCOLA) Sobre a chegada e o recebimento dos imigrantes venezuelanos por parte do Brasil, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Brasil não tem capacidade de absorver o número de imigrantes que aqui se estabeleceram, visto que já foi ultrapassada a marca de 4% de imigrantes em solo brasileiro.
- b) O estado de Roraima é a porta de entrada dos imigrantes no Brasil e é, por isso, o estado mais afetado pelo intenso fluxo de venezuelanos que lá se instalam.
- c) Muitos conflitos e ataques aos venezuelanos já foram registrados no Brasil, configurando xenofobia (aversão ou discriminação à pessoa estrangeira).
- d) Faltam, por parte do governo brasileiro, políticas integradoras que acolham os imigrantes e os insiram à sociedade.

Resposta: Letra A. O Brasil possui capacidade para absorver o número de imigrantes venezuelanos, visto que representam apenas 1% da população do Brasil, número abaixo da média mundial de 3%. Porém, o estado de Roraima não possui essa capacidade de absorção, fato que tem gerado sobrecarga em seus serviços públicos.

2. (BRASIL ESCOLA) Assinale a opção que apresenta o estado brasileiro mais afetado pela imigração venezuelana:

- a) Acre
- b) Roraima
- c) Rondônia
- d) Amazonas

Resposta: Letra B. Roraima é o estado brasileiro fronteiro mais afetado pela imigração venezuelana, visto que é o local de entrada dos imigrantes em território brasileiro.

BOLSONARO PUBLICA CONTEÚDO SEXUAL EM REDE SOCIAL

O presidente Jair Bolsonaro publicou um vídeo com conteúdo sexual e escatológico em sua conta no Twitter, em 5 de março, ligando a publicação ao que considerou como retrato do Carnaval brasileiro com a seguinte opinião "É isto que tem virado muitos blocos de rua no carnaval brasileiro".

A publicação e a relação que o presidente fez de um ato isolado com o Carnaval foram fatos que geraram diferentes reações nas redes sociais. Grande parte da população pediu o impeachment de Bolsonaro pela exposição do conteúdo em uma rede oficial, enquanto apoiadores defenderam a postura do presidente.

RENÚNCIA DA PRIMEIRA-MINISTRA DO REINO UNIDO

A primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, anunciou que renunciará no dia 7 de junho. A decisão foi tomada por não conseguir conduzir o Reino Unido para fora da União Europeia, três anos após do referendo sobre o Brexit. Antes de May, seu antecessor, David Cameron, renunciou por não concordar com a saída.

A maioria dos britânicos votou pela saída do Reino Unido da União Europeia, em um referendo marcado por manipulação de dados na internet. No entanto, empresas temem que a saída abalaria a economia do país, que hoje é a quinta maior do mundo. O Parlamento britânico também é contra a saída. O Partido Conservador, que apoiou o Brexit, terá que definir um substituto para May e encontrar uma solução para a situação. Até a antecipação das eleições é cogitada.

A primeira-ministra da Grã-Bretanha, Theresa May, é considerada por muitos uma nova "Dama de Ferro", que terá pela frente o desafio conduzir a saída do Reino Unido da União Europeia, e unir um partido e um país profundamente divididos pelo Brexit. A tarefa é gigantesca, mas Theresa May, segunda mulher a assumir o poder após Margaret Thatcher, acabou por se destacar como a única capaz de gerar consenso, provocando tranquilidade de graças à sua competência e seriedade.

Entretanto, apesar de ser eurocética por convicção, decidiu manter-se fiel ao primeiro-ministro David Cameron, que renunciou, e defender a permanência do país na União Europeia (UE). Mas, se ela se limitou a advogar pela causa o mínimo necessário, continuou, por outro lado, a insistir sobre a necessidade de reduzir a imigração, um tema caro aos que defendem a saída do país do bloco dos 28, tornando-se alguém bem vista para ambos os grupos.

Portanto, na manhã do 07 de junho de 2019, deixou a liderança do Partido Conservador, Theresa May deixou seu cargo de líder do partido, por conta das complicações referentes ao Brexit. Entretanto, ela permanece, como primeira-ministra do Reino Unido até que seu sucessor seja eleito, o que deve acontecer na segunda quinzena de julho.

Deste modo, membros de seu se inscreveram para concorrer à liderança e, consequentemente, ao cargo de premiê, já que o Partido Conservador ocupa a maioria na Câmara dos Comuns.

Deste modo, o ex-chanceler britânico Boris Johnson e o atual, Jeremy Hunt, serão os dois candidatos entre os quais os membros do Partido Conservador britânico elegerão o sucessor da primeira-ministra Theresa May, anunciou o partido na quinta-feira dia 20 de junho de 2019.



#FicaDica

Johnson, grande favorito na corrida pela liderança do partido e pelo posto de chefe de governo, obteve 160 votos dos 313 deputados que deveriam decidir os dois finalistas. Hunt conquistou 77 apoios e o ministro do Meio Ambiente, Michael Gove, foi eliminado com 75 votos.

A INSTABILIDADE NO MEC, DEMISSÕES E POLÊMICAS

Os primeiros meses do Ministério da Educação (MEC) sob comando do ministro Ricardo Vélez Rodríguez estão sendo marcados por demissões em sua equipe, instabilidade, além de idas e vindas em tomadas de decisões. Entre as baixas do mês de março estiveram o presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues; Tania Leme de Almeida, secretária de Educação Básica; Luiz Antônio Tozi, secretário-executivo; Lolene Lima, secretária-executiva escolhida para o lugar de Tozi; Ricardo Roquetti, assessor.

O Inep suspendeu a avaliação da alfabetização para este ano, transferindo a análise para 2021. A decisão pegou de surpresa a secretária de Educação Básica, Tania Leme de Almeida, que pediu demissão após alegar que não foi consultada sobre a medida. No dia seguinte, Vélez revogou a portaria e manteve a avaliação para 2019, além de alegar desconhecimento prévio da suspensão, fato que resultou na demissão do presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues.

Ainda no Inep, uma comissão inédita foi nomeada para analisar questões do Banco Nacional de Itens do Enem. A medida foi vista por educadores como censura. No entanto, como o presidente do Inep foi demitido, não se sabe se a comissão vai, de fato, funcionar.

NOVA "GUERRA FRIA"

A guerra comercial entre Estados Unidos e China, que também está sendo chamada de Nova Guerra Fria, ganhou novos capítulos em maio. Donald Trump aprovou medidas para dificultar negócios entre a gigante chinesa de tecnologia Huawei e empresas americanas. Os dois países travam uma "guerra" pelo controle de dados. A Huawei lidera a adoção da tecnologia 5G no mundo e promete revolucionar as conexões de internet. É também uma das maiores fabricantes de smartphones do planeta. No entanto, ela depende de componentes de tecnologia americana.

A Guerra Fria foi uma disputa pela superioridade mundial entre Estados Unidos e União Soviética após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). É chamada de Guerra Fria por ser uma intensa guerra econômica, diplomática e ideológica travada pela conquista de zonas de influência.

A disputa dividiu o mundo em blocos de influência das duas superpotências e provocou uma corrida armamentista que se estendeu por 40 anos. Com sistemas econômicos e políticos diferentes, EUA e URSS colocaram o mundo sob a ameaça de uma guerra nuclear, criando

armas com potência suficiente para explodir o planeta inteiro. Os EUA assumiram a liderança do chamado mundo do capitalista livre e a URSS, do mundo comunista.



FIQUE ATENTO!

Contudo, não caia em pegadinhas! Mesmo com essa formatação bipolar, o mundo econômico mundial reside em uma esfera Unimultipolar, no qual temos vários polos econômicos, embora os EUA tenha o predomínio militar frente aos demais países mundiais.

CRISE NO GOVERNO BOLSONARO

Além das manifestações, o Governo também enfrenta pressão pela aprovação da Reforma da Previdência, queda do PIB - Produto Interno Bruto e investigação de corrupção envolvendo o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente.

O MP - Ministério Público, apontou indícios de um esquema no gabinete de Flávio Bolsonaro, quando ele era deputado estadual, para desviar recursos públicos. A suspeita é de que Flávio desviava dinheiro por meio de transações imobiliárias. Sendo assim, a investigação já alcança 3 imóveis. O ex-assessor de Flávio, Fabrício Queiroz, também está sendo investigado.

Ademais, o PIB do país caiu 0,2% de janeiro a março em relação ao último trimestre de 2018. Foi o primeiro resultado negativo desde o final de 2016. Os números contrariam a expectativa que se deu com a eleição de Jair Bolsonaro. Com isso, a projeção do PIB para 2019 segue caindo e, atualmente, está em 1,23%. O Governo não consegue encontrar soluções para criar empregos e fazer a economia crescer. Além disso, a Reforma Trabalhista promovida no Governo Temer também não gerou empregos.

G-20 no Japão

Entre os dias 28 e 29 de junho, as 19 principais economias do mundo se reuniram no Japão para a 14ª Reunião de Cúpula do G-20. No pronunciando final, alguns líderes dos países participantes pronunciaram a favor do livre-comércio, em uma clara mensagem ao protecionismo de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos.



#FicaDica

Desta forma, os representantes do G-20 também fecharam um pacto contra mudanças climáticas, o 19+1. O Estados Unidos, que saiu do Acordo de Paris, se recusou a assinar o pacto. Outros temas discutidos foram os crimes e terrorismo digitais, desigualdade de gênero e sistemas de impostos. Portanto, um inédito acordo de livre-comércio também fechado entre a União Europeia e o Mercosul. Para fechar o acordo, o Brasil teve que afirmar que não sairá do Acordo de Paris.

FOI ANUNCIADO UMA TRÉGUA ENTRE CHINA E EUA AO FINAL DE REUNIÃO DO G-20 NO JAPÃO

No final do encontro do G-20, os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, e da China, Xi Jinping, concordaram em Osaka, no Japão, em retomar negociações comerciais após uma reunião bilateral, que ocorreu no último dia do encontro de cúpula do G-20, grupo dos países mais ricos, mais a União Europeia.

Donald Trump afirmou: "Tivemos uma reunião muito boa com o presidente chinês Xi. Eu diria que excelente". A agência de notícias chinesa Xinhua informou que as negociações, interrompidas em maio, serão retomadas e que Washington desistiu da ameaça de impor novas tarifas de importação que teriam afetado 500 bilhões de dólares em produtos chineses importados.

Deste modo, Trump disse: "Estamos de volta aos trilhos e vamos ver o que acontece", depois de uma reunião de 80 minutos com o presidente chinês.

Sendo assim, a trégua é similar a uma que foi declarada pelos dois presidentes na cúpula do G-20 do ano passado em Buenos Aires, embora meses depois a guerra comercial tenha recommçado. Trump disse que, embora não pretenda suspender as tarifas de importação existentes, ele vai evitar impor novas cobranças em bens chineses adicionais.

"Estamos segurando as tarifas e eles comprarão produtos agrícolas", disse, sem dar detalhes sobre compras futuras de produtos agrícolas pela China. "Se chegarmos a um acordo, será um evento muito histórico", afirmou.

Portanto, o presidente dos Estados Unidos não estabeleceu um cronograma para o que chamou de acordo complexo, mas disse que não estava com pressa. "Quero fazer direito", disse.

A guerra comercial entre Estados Unidos e China ganhou novos contornos neste mês. As duas maiores economias do mundo voltaram a subir as tarifas de importação, levando mais uma onda de preocupação aos principais mercados financeiros mundiais.

Deste modo, o temor é de que a guerra comercial prejudique ainda mais o desempenho da atividade econômica global. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que mundo deve crescer 3,3% neste ano, marcando mais uma desaceleração. Em 2018, a economia global cresceu 3,6%. Há dois anos, o Produto Interno Bruto (PIB) do mundo avançou 3,8%.



FIQUE ATENTO!

O estopim para a nova rodada da guerra comercial ocorreu em 5 de maio, quando o presidente norte-americano, Donald Trump, anunciou que os EUA iriam aumentar para 25% as tarifas de importação sobre US\$200 bilhões em produtos chineses. Logo, a resposta da China veio com o anúncio de que o governo chinês planeja impor tarifas sobre US\$60 bilhões em produtos dos EUA.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O ECLIPSE LUNAR

No mês de janeiro de 2019, contou com o 1º fenômeno astronômico do ano: o eclipse lunar, que teve início durante a madrugada e pôde ser visto por aqueles que o aguardavam. A fase da umbra, quando a sombra do Sol começa a ser observada na Lua, teve início à 01h33 e às 03h12, o satélite atingiu a fase total máxima.

PRIMEIRA IMAGEM REAL DE UM BURACO NEGRO

A primeira imagem de um buraco negro no universo foi divulgada no dia 10 de abril. A descoberta foi do telescópio Event Horizon, que é uma colaboração internacional responsável por criar uma espécie de telescópio virtual que combinava comprimentos de onda de diversos telescópios pelo globo. Foram envolvidos 200 pesquisadores e oito telescópios de rádio interligados durante todo o projeto com o objetivo de capturar a imagem do buraco negro.

Considera-se como um buraco negro uma região do espaço que exibe efeitos gravitacionais tão fortes de sucção que impossibilitam que qualquer coisa possa escapar de dentro dele. Por muitas vezes os buracos negros eram retratados em imagens ou animações, mas esta foi a primeira vez que uma imagem real foi captada.

BRASILEIRO FAZ DOIS PARAPLÉGICOS ANDAREM

O neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis liderou uma pesquisa que levou dois paraplégicos a caminhar. O feito foi conseguido por meio de um novo dispositivo de estimulação muscular e de uma interface cérebro-máquina.

O brasileiro Miguel Nicolelis elaborou os estudos a partir de várias abordagens que combinaram o desenvolvimento de um novo dispositivo de estimulação muscular e uma interface cérebro-máquina. Com o trabalho, os dois pacientes que apresentavam paraplegia crônica "foram capazes de caminhar com segurança apoiados em 70% do peso do próprio corpo, acumulando ao todo 4.580 passos", como explicam os cientistas no estudo.



#FicaDica

Durante a apresentação, Nicolelis aproveitou a oportunidade para fazer uma crítica aos cortes nas universidades federais brasileiras. "Aqui novamente as imagens de um feito histórico da balbúrdia da ciência brasileira!", referindo-se à declaração do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

QUESTÕES SOCIAIS

BRASIL SAINDO DO PACTO DE MIGRAÇÃO

O novo governo de Jair Bolsonaro comunicou, por meio do Ministério de Relações Internacionais, a saída do Brasil do Pacto Global para a Migração da Organização das Nações Unidas (ONU). O país tinha aderido em dezembro, no final do governo de Michel Temer. Conhecido como Pacto Global de Migração da ONU, é o conjunto de diretrizes visando a colaboração em questões migratórias, permitindo que os signatários continuem responsáveis por suas próprias políticas de imigração, mas aumentem a cooperação internacional a cerca deste tema.

Participaram da negociação no âmbito da ONU 193 países. Contudo, 164 assinaram o documento, incluindo o Brasil, mas o governo Bolsonaro anunciou sua retirada do pacto. Também recusaram os EUA, Hungria, Itália, Polônia, Chile e Austrália.



FIQUE ATENTO!

O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM), conhecido como Pacto Global de Migração da ONU, é basicamente um conjunto de diretrizes que buscam a colaboração em questões migratórias. Não vinculante (sem caráter de lei), permite que os signatários continuem responsáveis por suas próprias políticas de imigração, mas aumentem a cooperação internacional sobre o tema.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (VUNESP – 2019) As Nações Unidas aprovaram o Pacto Global sobre refugiados. Ao todo, 181 países votaram a favor do documento, enquanto Estados Unidos e Hungria foram contrários. Coordenado pelo Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (Acnur), com sede em Genebra, o Pacto Global sobre refugiados, aprovado ontem (17 de dezembro), procura promover a resposta internacional adequada aos fluxos em massa e situações prolongadas de refugiados.

Agência Brasil. Adaptado.

- a) Garantir aos refugiados os direitos de ampla cidadania nos países que os acolheram, incluindo direitos políticos e sociais.

- b) Ajudar a criar condições nos países de origem para o regresso dos refugiados, garantidas as circunstâncias de segurança e dignidade.
- c) Concentrar o maior número possível de refugiados em poucos países, para melhor atender às suas demandas.
- d) Dar aos refugiados o mínimo necessário para a sobrevivência, de forma a não incentivar novos fluxos migratórios.
- e) Conter os refugiados nos países do entorno do país de origem, com o objetivo de facilitar o retorno assim que possível.

Resposta: Letra B. O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM), conhecido como Pacto Global de Migração da ONU, é basicamente um conjunto de diretrizes visando a colaboração em questões migratórias. Não vinculante (sem caráter de lei), permite que os signatários continuem responsáveis por suas próprias políticas de imigração, mas aumentem a cooperação internacional sobre o tema.

MENINO VESTE AZUL E MENINA VESTE ROSA

O mandato começou com a redução de ministérios, declarações incômodas por parte da ministra Damares Alves e do antigo ministro da Educação Ricardo Velez, este último que já foi demitido. Damares assumiu o cargo de ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, e causou polêmica ao afirmar em vídeo que circulou pelas redes sociais que "menino veste azul e menina veste rosa".

Desta forma, a declaração causou revolta e mobilizou as redes sociais. Muitos pensamentos foram contrários ao da ministra, inclusive, muitas celebridades tomaram partido repudiando a afirmação, afinal, esse discurso foi extremamente preconceituoso.

Damares é educadora, advogada e evangélica, em seu discurso de posse também usou os dizeres: "o Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã". Essa fala também gerou bastante revolta na população, além de uma grande repercussão internacional.

O Brasil é oficialmente um Estado Laico, pois a Constituição Brasileira e outras legislações preveem a liberdade de crença religiosa aos cidadãos, além de proteção e respeito às manifestações religiosas.

Sendo assim, no artigo 5º da Constituição Brasileira (1988) está escrito:

"VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias."

Entretanto, a laicidade do Estado pressupõe a não intervenção da Igreja no Estado, contudo, um aspecto que contraria essa postura é o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. Nos países que não são laicos (teocráticos), a religião exerce o seu controle político na definição das ações governativas. Nos países teocráticos,

o sistema de governo está sujeito a uma religião oficial. Alguns exemplos de nações teocráticas são: Vaticano (Igreja Católica), Irã (República Islâmica) e Israel (Estado Judeu).



FIQUE ATENTO!

Existe também o conceito de Estado Confessional, em que o Estado reconhece uma determinada religião como sendo a oficial da nação. Apesar disso, não se deve confundir Estado Teocrático com Estado Confessional. No primeiro caso, é a religião que define o rumo do país. Já no segundo, a religião não é tão importante como no primeiro, mas ainda assim tem muito mais influência do que em um Estado laico.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (BRASIL ESCOLA) A respeito do conceito de “Estado laico”, avalie as proposições a seguir e assinale a alternativa incorreta.

- a) O posicionamento de um Estado frente às manifestações religiosas é o que caracteriza um Estado como laico ou religioso.
- b) O conceito de Estado laico subentende a neutralidade desse Estado em matéria confessional.
- c) A base do Estado laico é a não adoção de nenhuma religião como oficial e a manutenção de equidistância entre os cultos.
- d) O acolhimento de todas as religiões e credos, sem nenhuma distinção, por parte do Estado caracteriza-o como laico.
- e) A neutralidade do Estado laico não significa aversão às religiões. Há estados considerados laicos que incentivam a religiosidade, embora não a adotem.

Resposta: Letra D. A marca do Estado laico é o distanciamento e a neutralidade em relação às religiões. A laicidade é ferida quando o Estado acolhe uma ou todas as religiões existentes no território sob o domínio desse Estado.

2. (BRASIL ESCOLA – 2019) Faça a correspondência corretamente:

- (1) Estado laico
- (2) Estado religioso
- (3) Estado ateu

- a) () Pode ocorrer de forma orgânica ou subjetiva.
- b) () Rejeita todos os credos em favor da “não crença”.
- c) () É também conhecido como Estado Secular.

Avalie as afirmações acima e marque a opção que corresponda, na devida ordem, ao acerto de cada uma:

- a) 1, 2, 3
- b) 1, 3, 2
- c) 2, 1, 3
- d) 2, 3, 1
- e) 3, 1, 2

Resposta: Letra D. O Estado laico, também conhecido como Estado Secular, distingue-se do ateu, uma vez que no segundo é professado o ateísmo e, em muitos casos, há imposição da “não crença”. O Estado laico, ao contrário, mantém distanciamento e neutralidade em relação a quaisquer manifestações de crença ou “não crença”.

QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL É UM CASO À PARTE

A demarcação de terras estabelece as condições ideais de justiça e sustentabilidade social, além de impedir invasões e valorizar a cultura dos povos indígenas no Brasil. Também é importante por combater o desflorestamento e contribuir na preservação das espécies da fauna e da flora local. A Funai (Fundação Nacional do Índio), era a responsável por essas funções de identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas.

No entanto, em 2019, já nos primeiros dias do governo de Jair Bolsonaro, as principais funções do órgão foram esvaziadas e passadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Posteriormente, o presidente defendeu a exploração mineral e agrícola dentro das reservas indígenas e anunciou, ainda, que esse órgão agora está submetido ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, e não mais ao Ministério da Justiça.

Portanto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, agora, é responsável por gerenciar a política indigenista no Brasil.

A História dos Indígenas no Brasil antecede o processo de colonização. Assim, os povos indígenas têm muito a ensinar sobre uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza. No Brasil, após mais de quatro séculos de expropriação, tortura e escoraçamento, esse povo alcançou o direito de habitar áreas demarcadas e protegidas por lei. Assim, hoje temos as chamadas de Terras ou Reservas Indígenas.



#FicaDica

Para o índio, a terra onde ele mora é mais do que simplesmente um meio de subsistência ou recurso natural. Ela, de fato, representa um recurso sociocultural, sendo necessária para o suporte da sua cultura e modo de vida. É por esse motivo que a Constituição Federal, no artigo 231, coloca tais reservas como Bens da União, ou seja, essas terras são inalienáveis e intransferíveis, além de serem de uso exclusivo dessa etnia.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (UFU – 2015) A questão da demarcação de terras indígenas tem ao longo do tempo suscitado diversos conflitos. Mais recentemente, observou-se a possibilidade de modificar os critérios de demarcação, pois, conforme seus críticos, os regulamentos vigentes possibilitariam a ação de "índigenas civilizados", ou seja, aqueles que supostamente teriam perdido sua identidade indígena e que agora a reivindicavam com o intuito de obter terras. No centro desse debate, encontra-se a definição do que é ser indígena, enfim, a definição dos critérios definidores de uma etnia.

Para os estudos antropológicos atuais, define-se uma etnia por meio da

- a) Identificação da presença de traços fenotípicos comuns a uma população, atrelados ao cultivo de uma tradição cultural.
- b) Ocupação territorial de um país específico e pela persistência de traços culturais tradicionais.
- c) Identificação de uma concepção, partilhada por uma população, da existência de uma trajetória histórica comum que funda uma identidade.
- d) Identificação de traços raciais comuns a uma população, aliados a elementos culturais específicos.

Resposta: Letra C. A etnia, ou grupo étnico, divide uma uniformidade cultural, com as mesmas tradições, conhecimentos, técnicas, habilidades, língua e comportamento.

2. (BRASIL ESCOLA) Sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil, assinale V para as proposições verdadeiras e F para as proposições falsas.

- () I. A Constituição Federal define terras indígenas como qualquer área habitada pelos índios nas quais são realizadas suas atividades produtivas e há preservação de suas culturas e tradições.
- () II. Áreas indígenas no Brasil são propriedades da Funai.
- () III. As áreas indígenas são de livre acesso e, para adentrá-las, é preciso apenas notificar a Funai caso não seja um membro da comunidade.

() IV. No Brasil, existem aproximadamente 544 terras indígenas, segundo a Funai, estando a maior parte na Amazônia Legal.

Assinale a alternativa correta:

- a) F, V, F, V.
- b) F, V, F, F.
- c) V, F, F, V.
- d) V, V, F, F.

Resposta: Letra C. I. Verdadeira.

II. Falsa. É de propriedade da União e controlada pela Funai.

III. Falsa. Não sendo membro da comunidade, o acesso só é permitido com autorização legal da Funai, portanto, o acesso irrestrito é vedado.

IV. Verdadeira.

DEBATES EM TORNO DA POSSE DE ARMAS

Logo no início de seu mandato, o Presidente também assinou o polêmico decreto que flexibiliza a posse e a comercialização de armas de fogo no país. Esta era uma das suas promessas de campanha.

Deste modo, o direito à posse refere-se à autorização para manter uma arma de fogo em casa ou no local de trabalho, desde que o dono da arma seja o responsável legal pelo estabelecimento. Já para andar com a arma de fogo na rua, é preciso ter direito ao porte. Neste caso, as regras são mais rigorosas e não foram tratadas no decreto.



FIQUE ATENTO!

Mediante a uma provável derrota no Congresso, o Presidente Jair Bolsonaro, revogou na terça-feira, dia 25 de junho, dois decretos que facilitavam o direito ao porte e à posse de armas de fogo no Brasil. Entretanto, o Presidente não desistiu, dos pontos mais polêmicos do pacote pró-armas, uma de suas principais promessas de campanha. Para aprová-los, Bolsonaro resolveu enviar ainda um PL - Projeto de Lei ao Congresso que altera o Estatuto do Desarmamento sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o sistema nacional de armas e a definição de crimes. Portanto, todas essas medidas só passarão a valer caso sejam aprovadas tanto por deputados como senadores. No entanto, os detalhes do PL não foram revelados ainda.

CRISE NA VENEZUELA

A crise na Venezuela tomou proporções ainda maiores no mês de fevereiro. A população está com fome pela escassez de alimentos, o sistema de saúde é quase inexistente, faltam medicamentos, a criminalidade só aumenta e cidadãos continuam fugindo do país.

Uma reportagem do Estadão mostra que mais de 1,1 milhão de venezuelanos deixaram o país para irem à Colômbia. A publicação apresenta ainda que 280 mil foram ao Peru, 99 mil ao Equador e 57 mil para o estado de Roraima, no Brasil.

No dia 21 de janeiro, o presidente Nicolás Maduro optou por fechar a fronteira da Venezuela com o Brasil para evitar ajuda humanitária. O político tomou essa decisão depois de a oposição venezuelana iniciar uma operação de entrega de mantimentos enviados pelos Estados Unidos com ajuda brasileira e colombiana.

Dois dias depois, a oposição venezuelana tentou liberar a entrada de 900 toneladas de ajuda humanitária enviada pelos EUA ao país. Maduro rejeitou a oferta e anunciou que receberia outras 300 toneladas enviadas pela Rússia.

Atualmente, 14 países apoiam Maduro e 52 a Juan Guaidó, que é do partido Popular e se declarou presidente interino da Venezuela, gesto reconhecido por cerca de 50 países, entre eles Brasil, Colômbia e EUA.

No dia 26 de janeiro, o Grupo de Lima, formado por 14 países da América Latina, para tentar resolver o conflito da Venezuela, reuniu-se na capital do Peru. O vice-presidente Hamilton Mourão representou o Brasil.

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, já havia dito no ano passado que não descartaria a possibilidade de intervenção militar na Venezuela. No dia 25 de fevereiro, na reunião do Grupo de Lima, o vice-presidente dos EUA, Mike Pence, reforçou a ameaça de ação militar de Trump. Também no final de fevereiro, um ex-diretor do FBI afirmou que Trump só está interessado no petróleo da Venezuela.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O processo de Reforma da previdência ganhou desdobramentos no dia 20 de fevereiro. O presidente Jair Bolsonaro entregou ao Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência, sua principal promessa de governo.

A proposta reestabelece idades mínimas de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres e fixa um mínimo de 20 anos de contribuição. O objetivo, segundo o governo, é conter o rombo nas contas públicas.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Na madrugada do dia 17 de fevereiro, Elaine Caparoz, de 55 anos, no Rio de Janeiro, foi espancada durante quatro horas por um rapaz que conheceu na internet. A mulher ficou desfigurada e teve que ser encaminhada ao hospital em caráter de emergência. Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgada no dia 26 de fevereiro mostrou que mais de 16 milhões de mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência em 2018. O levantamento conclui que 536 mulheres são agredidas por hora.

O CASO MARIELLE FRANCO GANHA NOVOS DESDOBRAMENTOS

No dia 12 de março, a Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu dois suspeitos do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista, Anderson Gomes. O policial reformado Ronnie Lessa é apontado como o atirador, enquanto o ex-PM Élvio Vieira de Queiroz estaria dirigindo o carro usado no duplo homicídio. A prisão foi feita dois dias antes do assassinato completar um ano.

Ronnie Lessa morava em um condomínio de luxo na Barra da Tijuca, o mesmo do presidente Jair Bolsonaro. Na casa de um amigo de Lessa, a Polícia encontrou 117 fuzis para montagem. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) também encontrou um depósito de R\$ 100 mil na conta de Lessa, dias depois do atentado contra Marielle.

Portanto, Lessa e Queiroz foram transferidos para o presídio federal de segurança máxima no Rio Grande do Norte. Apesar da prisão, ainda não se sabe quem mandou matar Marielle Franco. A maior suspeita recai sobre milícias, como mostra reportagem da Revista Piauí.



FIQUE ATENTO!

Marielle Franco, negra, lésbica, mãe, veio da favela da Maré, estudou e se tornou Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos e foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. Porém, no dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. Foram desferidos 13 tiros sobre veículo em que estava ela e o motorista, Anderson Pedro Gomes.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (NOVA CONCURSOS – 2019) Marielle Franco, vereadora do município do Rio de Janeiro, foi morta junto com seu motorista depois que saiu de uma reunião. Muito envolvida com causas sociais, a vereadora pertencia a que partido:

- a) PSC.
- b) PSOL.
- c) PT.
- d) PT do B.
- e) PC do B.

Resposta: Letra B. A vereadora Marielle Franco era pertencente ao PSOL-RJ. No dia em que dois suspeitos de terem matado a vereadora e o motorista Anderson Pedro Gomes foram presos no Rio de Janeiro, deputados federais do PSOL pediram respostas para a motivação do crime e sobre mandantes, que na próxima quinta-feira dia 14 de março de 2019, completa um ano.

ALUSÕES COMEMORATIVAS AO REGIME MILITAR ESTREMECEM O GOVERNO DE BOLSONARO

O Presidente Jair Bolsonaro pediu ao Ministério da Defesa (repassando aos quartéis) que o aniversário de 55 anos do Golpe Militar fosse comemorado em 31 de março. A celebração da data foi suspensa em 2011 por Dilma Rousseff, ex-presidente que foi torturada durante a ditadura. A declaração de Bolsonaro gerou diferentes reações e culminaram na hashtag #DitaduraNuncaMais, termo que deixou o assunto entre os temas mais comentados do Twitter.

Com isso, em 28 de março, Bolsonaro mudou seu discurso e suavizou a declaração, afirmando que o intuito é "rememorar" a data, vendo o que deu certo e o que foi errado, usando isso a favor do Brasil, no futuro.

Porém, um vídeo comemorando o início da Ditadura Militar foi divulgado no domingo, 31 de março, por meio do WhatsApp oficial do Palácio do Planalto. O material não teve a autoria revelada, mas o Palácio confirmou que o número utilizado para distribuição pertence à Secretaria de Comunicação da Presidência.



#FicaDica

A Ditadura Militar no Brasil teve seu início com o golpe militar de 31 de março de 1964, resultando no afastamento do Presidente da República, João Goulart, e tomando o poder o Marechal Castelo Branco. Este golpe de estado, caracterizado por personagens afinados com uma revolução instituiu no país uma ditadura militar, que durou até a eleição de Tancredo Neves em 1985. Os militares na época justificaram o golpe sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país.

DESABAMENTO DE PRÉDIOS EM MUZEMA

No dia 12 de abril, dois prédios localizados na comunidade da Muzema, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, desabaram deixando 24 mortos. Um prédio possuía cinco andares e outro apenas três, com quatro apartamentos cada.

De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, os prédios eram irregulares e ficavam em área de milícias, dificultando a chegada de fiscais. Em 2018, a construção já havia sido interditada. Porém, mesmo com a construção não autorizada pelos órgãos fiscalizadores e com a região sendo uma Área de Proteção Ambiental (APA), ela continuou.

Desta forma, a última vítima, Adilma Ramos Rodrigues, de 35 anos, faleceu no dia 22. Ela era casada com o pastor Cláudio Rodrigues, de 40 anos, que foi a primeira vítima do desabamento. A prefeitura informou que 16 prédios vizinhos aos que desabaram vão ser demolidos e que a ação será cuidadosa para não prejudicar os prédios que ainda estão ocupados ao lado.



#FicaDica

Assim como ocorrido no Rio de Janeiro em abril de 2019, em São Paulo, ocorreu um desabamento de um marco da arquitetura modernista, o edifício Wilton Paes de Almeida, que desabou em um incêndio de grandes proporções no Centro de São Paulo, na madrugada do dia 1 de maio de 2018. Havia sido tombado em 1992 por ser considerado "bem de interesse histórico, arquitetônico e paisagístico", o que garantia "a preservação de suas características externas", e estava ocupado irregularmente.

PAI E FILHA SALVADORENHOS MORREM AFOGADOS EM TRAVESSIA PARA OS EUA E FOTO PROVOCA COMOÇÃO

Mais uma triste morte de imigrantes voltou a acontecer, um migrante salvadorenho e sua filha de quase dois anos morreram afogados enquanto atravessavam o rio Grande na cidade de Matamoros, no estado mexicano de Tamaulipas. Eles tentavam chegar à cidade texana Brownsville (EUA).

Deste modo, os corpos foram encontrados na segunda-feira, 24 de junho, no lado mexicano da fronteira. As fotos que mostram a criança com o bracinho apoiado no pescoço do pai provocaram forte comoção no país. A família salvadorenha aguardava na cidade mexicana de Matamoros a oportunidade de solicitar asilo nos Estados Unidos. Na tarde de domingo, o cozinheiro Óscar Martínez Ramírez, de 25 anos, decidiu que faria a travessia do rio.

A mulher dele e mãe da menina, Tania Vanessa Ávalos, contou ao jornal mexicano "La Jornada" que ele pegou a pequena Valeria nos braços, fez a travessia e a deixou em terra firme em segurança. Porém, ele voltou para ajudar a mulher.

Desta forma, ao ver o pai se afastar, a criança se jogou na água. Ele voltou e conseguiu segurá-la, mas não resistiu à forte correnteza. A mãe viu o momento em que os dois submergiram.

Assim sendo, as buscas duraram cerca de 12 horas e os corpos foram encontrados a cerca de 500 metros do local onde foram vistos pela última vez. Pai e filha foram encontrados juntos, unidos pela camisa preta que Óscar Alberto vestia. Valeria estava com o braço em volta do pescoço do pai.



FIQUE ATENTO!

A foto do pai e filha lembra a do menino sírio Alan Kurdi, encontrado morto em uma praia da Turquia, em setembro de 2015, enquanto tentava fugir da guerra civil no seu país. O deputado democrata Joaquin Castro, do Texas, ficou emocionado ao falar sobre a fotografia em Washington e disse esperar que o caso faça diferença no debate dos legisladores e do público americano sobre a questão da imigração.

FUTEBOL FEMININO EM DESTAQUE, COPA DO MUNDO NA FRANÇA

O mês de junho foi marcado pelo início da Copa do Mundo de futebol Feminino. Diferentemente de outras edições do campeonato internacional, houve grandes recordes de audiência.

Deste modo, a Copa do Mundo de Futebol Feminino, na França reúne 24 seleções e este ano teve maior visibilidade, principalmente pelo fato da jogadora da seleção brasileira, Marta, considerada a melhor jogadora do mundo por alguns anos consecutivos, ter levantando a bandeira de maior valorização do futebol feminino e salários iguais assim como acontece com os jogadores do sexo masculino.

Infelizmente, o Brasil foi eliminado pelas donas da casa nas oitavas de final, mas em um grande jogo, onde as o time feminino defendeu com muita honra a nossa seleção.

Diferentemente da maioria dos atletas do universo do futebol, na chuteira da Marta, o que se vê, no lugar da logomarca de um patrocinador, é o símbolo do movimento "Go equal", que luta por equidade de gênero. A atleta está sem patrocínio desde julho do ano passado, quando seu contrato com a Puma acabou. Marta se recusou a renová-lo pelo valor oferecido, entretanto não foi divulgado quanto.

Deste modo, a discrepância entre o que jogadoras e jogadores recebem ficou evidente em um levantamento feito este ano pela revista "France Football", uma das mais renomadas da área, sobre os maiores salários do futebol mundial.



#FicaDica

A lista mostrou que a soma dos cinco salários mais altos do futebol feminino totaliza € 1,79 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 7,7 milhões. Isso não é sequer um décimo do salário do quinto jogador mais bem pago, Gareth Bale, que leva para casa € 40,2 milhões, algo em torno de R\$ 175 milhões.

DEBATES POLÍTICOS

QUESTÃO KIM JONG-UN E DONALD TRUMP

Desde 2016, a Coreia do Norte voltou a ameaçar os EUA com o seu programa nuclear. Isso seria a resposta norte-coreana às sanções impostas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) contra o país liderado por Kim Jong-un. Além dos EUA, a Coreia também se manifesta contra o Japão, aliado americano.

Com isso, a Coreia do Norte realizou seu sexto teste nuclear no dia 3 de setembro de 2017. Tendo sido o mais potente realizado: sua força equivale a 16 vezes a da primeira bomba atômica da história e que destruiu a cidade de Hiroshima.

Ademais, no primeiro dia do ano de 2018, o líder coreano ameaça os EUA anunciando que o botão nuclear fica na sua mesa. Diante desta retórica de guerra, o mundo se alegrou com o encontro entre o presidente da Coreia do Sul e da Coreia do Norte, em 27 de abril de 2018. Realizado na zona desmilitarizada entre os dois países, a reunião ainda contou com o simbólico gesto do presidente sul-coreano pisar em solo norte-coreano. Porém, mais tarde, o presidente Donald Trump se encontrou em Singapura com o Kim Jong-un, em 12 de junho de 2018. Apesar de nada concreto ter ficado decidido neste evento, a reunião abriu caminho para conversas diplomáticas entre os países.

Portanto, ambos os mandatários tinham uma reunião para 28 de fevereiro de 2019, em Hanói (Vietnã), sendo assim, apesar do clima amistoso, o encontro terminou antes do que o previsto e sem nenhum acordo entre os dois presidentes.



#FicaDica

Esse processo de enfretamento entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos da América, criou um clima de tensão nos demais países no mundo. Portanto, as ideologias em comum fizeram alguns países tomarem partido, formando um processo conflituoso "ainda amistoso", denominado de Nova Guerra Fria.

TRUMP E KIM, AS DIFICULDADES NAS NEGOCIAÇÕES

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse não acreditar que a Coreia do Norte esteja pronta para negociar com os norte-americanos. Foi a primeira declaração do republicano após segundo teste com mísseis feito pelo regime de Kim Jong-un. No começo de maio, o país asiático fez outro exercício com armas.

Trump disse que os Estados Unidos "analisam seriamente os últimos lançamentos" e também disse não acreditar que o regime de Kim Jong-un esteja preparado para negociar com os norte-americanos.



FIQUE ATENTO!

As relações entre os dois países pioraram depois que a segunda cúpula entre os dois países, em fevereiro, terminou sem acordo. Os dois lados disseram que as condições propostas por ambos os líderes não eram suficientes para a assinatura de um tratado. Sendo assim, os EUA dizem que só vão retirar as sanções impostas à Coreia do Norte quando o país dismantelar todo o programa nuclear. O regime de Kim, no entanto, não se satisfaz com as condições.

TRUMP RECEBE A VISITA DE JAIR BOLSONARO

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, recebeu o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em 19 de março. O encontro realizado na Casa Branca teve como temas questões ligadas à Venezuela e ao comércio, como a entrada brasileira na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Antes da viagem, Bolsonaro já tinha tomado medidas favoráveis aos Estados Unidos. Turistas norte-americanos foram isentos de visto para entrar no Brasil (o mesmo vale para Canadá, Austrália e Japão). Outra concessão foi a liberação para o uso da Base de Alcântara, no Maranhão, para que os EUA façam lançamentos espaciais.

TRUMP FAZ PIADA COM PUTIN, E PEDE PARA ELE NÃO INTERFERIR EM ELEIÇÕES DOS EUA

Ainda no G-20, o presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump pediu de forma irônica na sexta-feira, 28 de junho, ao presidente Vladimir Putin, que Moscou não venha a interferir nas eleições presidenciais estadunidenses que irão ocorrer em 2020.

Existe uma investigação que analisa a influência orquestrada pela Rússia na eleição de 2016, tem assombrado a gestão de Trump. Ademais, esse medo, tem frustrado o presidente americano, que disse buscar melhores relações entre ambos os países.

As rivalidades entre Trump e Putin, estão bastante além da relação entre Estados Unidos e Rússia, os presidentes vem entrando em conflito externos no Oriente Médio, na Ásia e na América. Desta forma, o clima de tensão fica sempre no ar entre os presidentes.



#FicaDica

O motivo da ironia usada por Trump no G-20, contra o Putin, está relacionado a interferência russa na eleição presidencial nos Estados Unidos em 2016. Sendo assim, tal fato refere-se a uma série de acusações de ingerência da Rússia na política doméstica dos EUA, especificamente no processo de escolha do chefe máximo do país. Portanto, a Comunidade de Inteligência dos EUA concluiu com grande confiança que o governo russo interferiu nas eleições nos Estados Unidos.

CULTURA E ENTRETENIMENTO

O OSCAR E SUA DIVERSIDADE NA PREMIAÇÃO

A cerimônia do Oscar, realizada no domingo de 24 de fevereiro, marcou pela diversidade. Nesta edição, aumentou o número de indicações e premiações para mulheres. Do total de artistas ganhadores, foram quinze mulheres e sete negros.

O filme *Green Book* ganhou o Oscar de melhor filme. A produção trata da amizade de um artista negro e um motorista branco. Outros longas tiveram negros como destaque, entre os quais *Pantera Negra* e *Infiltrados em Klan*, que faz referência ao grupo terrorista norte americano Ku Klux Klan, e trabalha o tema racismo.

INCÊNDIO NA CATEDRAL DE NOTRE-DAME

Um incêndio de grande proporção e causas desconhecidas atingiu a histórica Catedral de Notre-Dame. Notre-Dame é o monumento mais visitado da França e é Patrimônio Mundial da Humanidade desde 1991. O templo começou a ser construído em 1163 e teve sua inauguração em 1345. Foi palco de cerimônias importantes da história, como as coroações do Rei Henrique VI, durante a Guerra dos Cem Anos em 1431, e de Napoleão Bonaparte, em 1804, além da beatificação de Joana D'Arc, em 1909.

As chamas tiveram início na parte superior da catedral e, aproximadamente, uma hora após o início do incêndio, o pináculo desabou. Essa torre em formato de flecha ficava no topo da catedral e estava passando por reformas. O pináculo tinha 93 metros de altura e era composto por 500 toneladas de madeira e 250 toneladas de chumbo.

De acordo com o ministro da Cultura da França, Franck Riester, alguns dos tesouros que ficavam na catedral foram salvos, porém as autoridades ainda estão avaliando os danos causados na estrutura da catedral.

Entre os bens que foram salvos estão a coroa de espinhos feita de junco e fios de ouro, assim como uma túnica do rei da França, Luís IX, que foi canonizado como São Luís. Fragmento da Cruz e um prego da Paixão de Cristo e alguns cálices e quadros pequenos também foram recuperados e levados para a Prefeitura de Paris.

Além desses objetos de valor histórico, na semana anterior ao incêndio, pela primeira vez em um século, 16 estátuas em cobre foram removidas da catedral para serem limpas e também escaparam das chamas. As causas do incêndio continuam desconhecidas e as autoridades francesas têm tratado o caso como um 'acidente', descartando a possibilidade de atentado terrorista.

Construída entre 1163 e 1245 na Île de la Cité, a Catedral de Notre-Dame de Paris é uma das catedrais góticas mais antigas do mundo. O nome da catedral significa Nossa Senhora e é dedicada à Virgem Maria. Em seus oito séculos de história, a Catedral de Notre-Dame foi reformada em várias ocasiões, sendo a mais importante em meados do século XIX. Ao longo desses anos foram substituídos os arcobotantes, foi incluída a rosácea sul, as capelas foram reformadas e foram incluídas estátuas.



#FicaDica

Desta forma, em Notre-Dame foram realizados importantes acontecimentos, entre os quais vale destacar a coroação de Napoleão Bonaparte, a beatificação de Joana D'Arc e a coroação de Henrique VI da Inglaterra. Em 15 de abril de 2019, a catedral de Notre-Dame sofreu um grave incêndio que provocou danos significativos no telhado e derrubou a agulha da torre principal.

O BRASIL SOFRE UMA GRANDE PERDA: MORRE O JORNALISTA RICARDO BOECHAT

No dia 11 de fevereiro, um helicóptero caiu sobre um trecho do Rodoanel que dá acesso à rodovia Anhangueira, na zona oeste de São Paulo, matando o jornalista e apresentador Ricardo Boechat e o piloto da aeronave.

Um dos principais nomes do jornalismo brasileiro, Boechat, de 66 anos, trabalhava no Jornal da Band, na TV Bandeirantes, e na rádio Band News, cujo programa havia apresentado horas antes do acidente.

CORRUPÇÃO

CORRUPÇÃO VOLTA A CIRCUNDAR GOVERNO BRASILEIRO: OCORRE A INVESTIGAÇÃO FLÁVIO BOLSONARO

Flávio Bolsonaro é deputado estadual há quatro mandatos consecutivos, recém-eleito senador e também filho do atual presidente da República. Está sendo investigado por movimentações financeiras suspeitas feitas em 2017. As investigações tiveram início há seis meses e visam apurar a suspeita de prática de lavagem de dinheiro e ocultação de bens.

De acordo com relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), as movimentações financeiras nas contas de Fabrício Queiroz, ex-assessor do político, atingiram R\$7 milhões entre os anos de 2014 e 2017.

A partir disso, o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, atendeu a um pedido de Flávio e determinou a suspensão temporária da investigação. O político afirma ser inocente e reclama estar sofrendo perseguição política do Partido dos Trabalhadores (PT) por conta do alto e mais importante cargo político em que seu pai ocupa atualmente.

PRISÃO DO FUNDADOR DO WIKILEAKS

Refugiado há quase sete anos na embaixada do Equador em Londres, Julian Assange, fundador do WikiLeaks, foi preso no dia 11 de abril. O caso ficou conhecido no mundo inteiro quando, em 2010, o WikiLeaks publicou milhares de documentos das Forças Armadas norte-americanas sobre a guerra do Afeganistão e Iraque, além de comunicados diplomáticos. O programador foi acusado pelos EUA de conspiração por tentar acessar dados confidenciais de um computador do governo americano.

Desde 2012, ele recebia abrigo do Equador para evitar sua extradição a Suécia, onde também era acusado por crimes sexuais e temia que o país o entregasse para os EUA. Entretanto, o presidente equatoriano, Lenín Moreno, resolveu tirar o asilo diplomático de Assange alegando que ele violou o acordo do protocolo de convívência, tendo uma conduta desrespeitosa.

O governo do Equador informou que Assange teria instalado equipamentos eletrônicos não permitidos, bloqueado as câmeras de segurança da Missão Equatoriana em Londres e agredido seguranças da sede diplomática. Além disso, também interveio em assuntos internos de outros estados, vazando documentos do Vaticano este ano.

A prisão de Assange dividiu opiniões pelo mundo, com muitos destacando o acontecimento, enquanto outros criticam que a prisão dele viola a liberdade de informação.



FIQUE ATENTO!

WikiLeaks é uma organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia, que publica, em sua página, postagens de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis.

OPERAÇÃO LAVA-JATO CONTINUA DANDO REPERCUSSÃO

Ao pensar em corrupção, a operação Lava Jato deflagrou o maior escândalo de lavagem e desvio de dinheiro da história brasileira. Com ela, caiu a credibilidade internacional do Brasil. Ela envolve políticos, grandes empreiteiros e aquela que é uma das maiores petrolíferas do mundo e também a maior empresa estatal do Brasil, a Petrobras.

Portanto, as empreiteiras combinavam os preços das obras simulando uma concorrência real. Isso fez com que as organizações envolvidas enriquecessem e, em contrapartida, resultou num grande prejuízo aos cofres públicos.



#FicaDica

Desta forma, descoberta em março de 2014, as investigações continuaram em 2017, ano que surge entre os investigados o nome do ex-presidente Michel Temer. Este chegou a ser preso em 21 de março de 2019, mas foi liberado dias mais tarde, pois o desembargador Antônio Ivan Athié entendeu que sua prisão era desnecessária porque não havia risco de fuga. Com o ex-presidente, também recebeu ordem de prisão o ex-governador e ex-ministro Moreira Franco.

MICHEL TEMER FOI PRESO POR ENVOLVIMENTO NA OPERAÇÃO LAVA JATO

O ex-presidente Michel Temer foi preso na Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, na manhã do dia 21 de março. Temer é acusado de receber R\$ 1,1 milhão de propina em um contrato da Eletronuclear, responsável pela construção da usina Angra 3.

O juiz Marcelo Bretas ordenou a prisão de 10 pessoas nesta fase da Operação. Entre os presos estiveram o ex-ministro Moreira Franco e o coronel da Polícia Militar e amigo de Temer, João Baptista Lima Filho – o coronel Lima. A alegação para a prisão era de que, em liberdade, as ligações e contatos dos envolvidos poderiam atrapalhar as investigações.

Em sua denúncia, o Ministério Público Federal (MPF) alegou que a organização criminoso chefiada por Temer teria movimentado mais de R\$ 1,8 milhão de propina (paga e recebida) com envolvimento de estatais como Eletronuclear, Petrobras, Caixa, além da Câmara dos Deputados e outras instituições públicas.

Temer foi solto em 25 de março, com Habeas Corpus concedido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). Moreira Franco e coronel Lima também foram soltos, além de outros cinco envolvidos.



#FicaDica

A Operação Lava Jato é um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. Entre os presos mais famosos está o ex-presidente Lula.

GOVERNO DA ÁUSTRIA CAI APÓS VÍDEO DE CORRUPÇÃO

Na Áustria, um vídeo de corrupção envolvendo o vice-premiê causou a queda do Governo. Christian Strache era líder do partido FPÖ, de extrema direita, e foi pego prometendo contratos públicos em troca de verbas para

a campanha, em 2017. Com o escândalo, todos os integrantes de extrema-direita renunciaram e o premiê Sebastian Kurz anunciou a dissolução do governo, pedindo novas eleições, que acontecerão em setembro.

EX-PRESIDENTE MICHEL TEMER FOI NOVAMENTE DETIDO

O ex-presidente foi preso novamente, acusado de ter atuado em um esquema de corrupção envolvendo a Eletronuclear e a usina de Angra 3. Ele também é réu em outros seis processos. Porém, uma semana depois, Temer foi solto pelo STJ – Supremo Tribunal de Justiça para responder em liberdade.

DESASTRES AMBIENTAIS

CICLONE EM MOÇAMBIQUE

O Ciclone Idai atingiu Moçambique em 14 de março com mais de 170 km/h. Por sua agressividade, Zimbábue e Malawi também foram afetados. Resultando em mais de 700 mortos, contagem que pode aumentar conforme as buscas.

O Ciclone Idai foi o pior desastre a atingir o continente africano nas duas últimas décadas. Por conta das condições precárias em que as cidades se encontram, faltando água potável e meios de higiene, os casos de cólera, tifo e malária estão crescendo.

VIOLÊNCIAS E ATENTADOS

ATAQUES TERRORISTAS NO SRI LANKA

No domingo de Páscoa, atentados terroristas deixaram mais de 250 mortos e 500 feridos no Sri Lanka. O principal alvo foi a Igreja de São Sebastião, em Negombo, no oeste do país, onde religiosos se reuniam para festejar a data. Os restaurantes dos hotéis de luxo também foram alvos das explosões das bombas nas cidades de Colombo e Batticaloa.

Dois dias após os ataques, o Estado Islâmico chegou a reivindicar a autoria do atentado, afirmando que o alvo era os cristãos e cidadãos de países que bombardeiam os territórios ocupados por eles. Porém, dias depois, as autoridades acusaram o grupo extremista National Thowheed Jama'ath (NTJ) de cometer o atentado. A motivação seria uma reação ao atentado na Nova Zelândia contra mesquitas islâmicas.

Após os ataques, o Sri Lanka implementou uma política de prevenção. O país está com toque de recolher noturno, bloqueou todas as redes sociais locais e proibiu as pessoas de circularem por vias públicas com os rostos cobertos, como os véus islâmicos. As missas também foram suspensas.

Os primeiros seres humanos chegaram ao local há pelo menos 135 mil anos. A região é conhecida como o primeiro território da Ásia a ser governado por uma mulher, foi no século I a.C., com a rainha Anula. Os primeiros hospitais de que se tem notícia em toda a história surgiram ali, em 431 a.C., numa época em que diferentes dinastias locais se sucediam no trono.

Deste modo, a partir do século XVI, o Ceilão foi dominado, total ou parcialmente, por portugueses, holandeses e ingleses, nesta ordem, até alcançar a independência em 1948. A guerra civil aconteceu por consequência direta pela influência britânica, que, desde o século XIX, valorizou uma das etnias locais, os tâmeis, que são de maioria hindu e vivem na faixa mais ao norte, em detrimento dos cingaleses, budistas em geral e moradores da área mais ao sul do país.

Assim sendo, com o fim do domínio colonial, os cingaleses, que formam a maioria da população, chegaram ao poder e levaram o governo a adotar sua religião e sua língua como oficiais do país. Em reação, o tâmil Velupillai Prabhakaran fundou, em 1976, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil. Quando o grupo realizou uma emboscada contra um comboio do exército e matou 13 militares, os tumultos populares que se seguiram e provocaram a morte de pelo menos 3 mil tâmeis. Era o início da guerra civil, que contou com um cessar-fogo em 2002, encerrado três anos depois pela morte do tâmil Lakshman Kadirgamar, ministro do governo cingalês que promovia o diálogo entre os dois lados. O conflito foi marcado por episódios sangrentos, como o massacre de 33 monges budistas em Aranthalawa, em 1987.

Ademais, os tigres tâmeis contavam com sua própria marinha, uma força aérea formada por aviões de pequeno porte e um grupo de elite dedicado a matar políticos – alcançaram o objetivo em 1991, quando assassinaram o ex-premiê indiano Raive Gandhi, e dois anos depois, ao matar o presidente do Sri Lanka, Ranasinghe Premadasa. Em 2001, metade dos aviões comerciais do país foi destruída por um ataque tâmil ao aeroporto de Colombo.



FIQUE ATENTO!

Velupillai Prabhakaran morreu em 2009 em um ataque do governo, que depois anunciou o fim do conflito. Os próprios Tigres Tâmeis formalizaram, por e-mail, a capitulação. Estima-se que a guerra tenha provocado pelo menos 100 mil mortes.

ATENTADOS PELO MUNDO

Os noticiários foram marcados por atentados por arma de fogo em março. Além do ataque na escola de Suzano-SP, outros casos chamaram a atenção em diferentes locais do mundo.

Em 15 de março, duas mesquitas na cidade de Christchurch, na Nova Zelândia, foram alvo de atentados, totalizando 50 mortos. O atirador australiano Brenton Tarrant transmitiu o ataque em suas redes sociais, durante 17 minutos, e publicou um manifesto supremacista. A primeira-ministra do país, Jacinda Ardern, anunciou, em 25 de março, a criação de uma comissão de investigação sobre o caso, verificando também a situação do Serviço de Inteligência e Segurança da Nova Zelândia (NZSIS).

Em 18 de março, um homem atirou contra passageiros de um bonde elétrico no centro de Utrecht, na Holanda, deixando três pessoas mortas e cinco feridas. O responsável pelo ataque foi o turco Gokmen Tanis, preso

no mesmo dia do atentado, ao qual foi atribuído terrorismo. A investigação identificou que o agressor não tinha nenhuma ligação com as vítimas e o objetivo da promoção é saber se houve mais alguma motivação para os disparos.

CESARE BATTISTI FOI PRESO APÓS 37 ANOS DE FUGA

O terrorista italiano Cesare Battisti, de 64 anos, foi preso após se entregar às autoridades italianas. Battisti deixou a Itália após fugir da prisão, em 1981, e nunca mais retornou ao país. Ele foi capturado em janeiro, por agentes bolivianos em parceria com italianos após fugir do Brasil, onde era buscado pela Polícia Federal. Battisti foi condenado pelo assassinato de quatro pessoas na década de 1970. Ele se considera inocente. Em 1991, a sentença foi confirmada pela Corte Suprema Italiana.

O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu refúgio ao terrorista italiano Cesare Battisti, acusado de quatro homicídios na década de 70 quando era militante de um grupo político extremista. A decisão foi anunciada no último dia de Lula no Palácio do Planalto.

De acordo com nota da presidência, a decisão foi baseada em parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), feito com base nos termos da Constituição Brasileira, nas convenções internacionais sobre direitos humanos e do tratado de extradição entre o Brasil e a Itália. Avaliou-se que a extradição de Battisti colocava a vida do ex-ativista em risco de perseguição e até de morte.

Após o ex-presidente Michel Temer autorizar a extradição no final do ano passado, Battisti voltou a ficar foragido até ser preso em janeiro.

ATENTADOS ASSOLAM ESCOLAS BRASILEIRAS: DESSA VEZ FOI EM SUZANO-SP

Atiradores invadiram a Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano, São Paulo, disparando contra estudantes e funcionários que estavam no local. O atentado foi na manhã de 13 de março e resultou em 10 mortes, incluindo os responsáveis pelo ataque.

Guilherme Tauci, 17 anos, e Luiz Henrique de Castro, 25, usaram arma de fogo e também atingiram estudantes com golpes de machadinha. Guilherme foi considerado o mentor do atentado, em conjunto com um terceiro menor apreendido pela polícia. Esses jovens treinaram tiros com armas de airsoft e disparos de arco e flecha em um estudante, cinco dias antes do crime.

As vítimas fatais foram cinco estudantes da escola, duas funcionárias e os próprios assassinos, além de registros de outras pessoas feridas. Antes de ir à escola, os assassinos também mataram o tio de Guilherme, que trabalhava em uma oficina. A ação de professores e merendeiras do colégio evitou que o atentado fosse maior, já que formaram barricadas e tomaram outras atitudes para salvar alunos no momento da tragédia.

O atentado em Suzano levantou novamente a discussão sobre o acesso às armas de fogo. Em fevereiro, Bolsonaro flexibilizou regras do Estatuto do Desarmamento para facilitar a compra e o registro de armamento e munição no Brasil, atendendo ao que foi um dos prin-

cipais pontos de sua campanha presidencial. No entanto, o porte (autorização para andar e utilizar a arma) não foi liberada no decreto.



#FicaDica

O primeiro grande atentado em escolas brasileiras aconteceu em Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Em abril de 2011, 10 pessoas foram mortas e 9 ficaram feridas na Escola Municipal Tasso da Silveira. Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, entrou no colégio alegando que iria para uma palestra de ex-alunos antes de começar o massacre. Além dessas, outras tragédias semelhantes aconteceram em Goiânia (GO), Medianeira (PR), Janaúba (MG), Campinas (SP) e na capital de São Paulo.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (NOVA CONCURSOS – 2019) Analise a charge a seguir e responda:



(Disponível em: <<https://bit.ly/31HTNOI>>.)

A charge faz uma forte referência ao governo de Jair Bolsonaro, realizando uma crítica. Nela destaca-se um trágico evento ocorrido no país no início de 2019. Ao longo dos primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro, muito foi debatido sobre a temática do Estatuto do Desarmamento e uma possível reforma nele. A população encontra-se ainda bastante dividida entre os termos porte ou posse de armas. Entretanto, um evento envolvendo armas chamou muita atenção de forma negativa no Brasil e mais uma escola foi alvo de um massacre.

A partir das ideias expressas na charge e no pequeno fragmento textual, julgue o item.

() CERTO

() ERRADO

Resposta: Certo. Ao longo dos primeiros meses de governo, Bolsonaro vem tentando flexibilizar o acesso a armas de fogo no país. Em Suzano-SP, ocorreu uma invasão na escola que deixou muitos jovens mortos. Assim, a charge assume uma postura crítica ao ato violento de Suzano-SP e às medidas de Jair Bolsonaro.

O EXÉRCITO FUZILOU FAMÍLIA POR ENGANO

Uma família que estava a caminho de um chá de bebê teve o carro metralhado por militares do Exército, em Guadalupe, zona oeste do Rio de Janeiro, no dia 7 de abril. Foram mais de 80 tiros. A atitude terminou na morte do motorista, o músico Evaldo Rosa dos Santos, e do catador de materiais recicláveis Luciano Macedo, que estava passando na hora e tentou ajudar a família. O sogro do motorista também foi ferido. Já a mulher, o filho de 7 anos, e a outra ocupante do carro não tiveram ferimentos.

Deste modo, o Exército afirmou que os militares responderam à agressão e atiraram contra o carro de criminosos, mas a família afirmou que a vítima não tinha qualquer envolvimento com o crime. Após a contestação da família sobre a versão dada pelo Exército, a instituição recuou e mandou prender 10 dos 12 militares envolvidos.

Assim sendo, permanecem detidos nove militares, que em depoimento unânime disseram que, minutos antes, haviam trocado tiros com um veículo de características similares, no bairro de Guadalupe. Desta forma, as investigações do caso serão conduzidas pelo próprio Exército, com base em uma lei de 2017 sancionada pelo então presidente Michel Temer (MDB), que diz que crimes dolosos contra a vida cometidos por militares das Forças Armadas serão investigados pela Justiça Militar da União.

ECONOMIA

O BREXIT

O processo de desvinculação do Reino Unido da União Europeia continua sem muitas definições. O Brexit, como é chamado, trata-se da separação do Reino Unido da União Europeia. No dia 29 de março deste ano, após o plebiscito realizado em 2016, 51,9% do eleitorado britânico votou a favor do rompimento com o bloco europeu.

Muitas foram as tentativas de negociações sobre a separação dos dois lados e, ao que parece, ambos ainda não conseguiram chegar a um acordo. Sem acordo, o Parlamento Britânico pede para renegociar o Brexit com a União Europeia propondo "soluções alternativas".

Três anos após o plebiscito, não há nada realmente concreto sobre como ocorrerá esse "divórcio" e muito menos como será a relação de ambos após a separação efetivamente.



#FicaDica

O Brexit é o processo de saída do Reino Unido da União Europeia iniciado em 2016 e com previsão para terminar em 2019. Em 24 de novembro de 2018, após dois anos de negociação, a União Europeia aceitou o acordo apresentado pelo Reino Unido. Após intensas negociações e derrotas no Parlamento britânico, o Reino Unido foi obrigado a pedir um adiamento da saída da União Europeia para o dia 31 de outubro de 2019. Sem conseguir consenso para aprovar uma proposta para o Brexit, a primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, anunciou que deixará o cargo em 7 de junho de 2019.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (CEFET-MG – 2017) Leia o fragmento a seguir:

Os britânicos, em plebiscito, decidiram sair da União Europeia. Em uma votação acirrada, 51,9% dos britânicos votaram pela saída contra 48,1%. O processo de saída não ocorre de imediato e deve durar dois anos.

São fatores que justificam o resultado do plebiscito no Reino Unido, EXCETO o (a):

- a) Desejo de intensificação do rigor das políticas de imigração.
- b) Intuito da redução das taxas de exportação para fora do bloco.
- c) Interesse dos britânicos na adoção do Euro como moeda oficial.
- d) Cessão do envio de remessas para compor o orçamento europeu.

Resposta: Letra C. O item incorreto é o C, afinal, no Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte), a Libra Esterlina é a moeda atual e oficial. A libra esterlina também é a moeda oficial dos territórios britânicos ultramarinos (Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas, Bermudas, Anguilla, Gibraltar, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Pitcairn, Geórgia do Sul, Santa Helena e Monte Serrat), desde modo, a saída do Bloco do Euro, é exatamente para se ter mais autonomia para uso de sua moeda.

PROBLEMAS AMBIENTAIS

EM DAVOS, BOLSONARO CITA DADOS ERRADOS SOBRE MEIO AMBIENTE E GOVERNO

No Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, o presidente Jair Bolsonaro apresentou dados equivocados. Entre eles, afirmou que o Brasil seria o país que mais preserva o meio ambiente.

No entanto, o Brasil não aparece na primeira colocação nem na porcentagem de área florestal preservada, nem no ranking mundial de sustentabilidade. Não é possível dizer que o Brasil é o país que mais preserva o meio ambiente. Se Bolsonaro estiver falando de área de florestas preservadas, o país ocupa a 30ª posição.

Em 2015, segundo o estudo do Banco Mundial, o país possuía 59,9% de sua área preservada. Os países que possuem a maior porcentagem de área preservada são Suriname (98,3%), Micronésia (91,8%) e Gabão (89,3%). Países como a Suécia (68,9%) e o Japão (68,5%) também estão acima do Brasil. Portanto, a afirmação continuará incorreta mesmo se o presidente se referir ao grau de sustentabilidade do país.

No último Environmental Performance Index, o Brasil apareceu na 69ª posição. Nas primeiras colocações estão a Suíça, a França e a Dinamarca. O estudo é feito pelas Universidades de Yale e Columbia, em colaboração com o Fórum Econômico Mundial e utiliza 24 indicadores, dentre eles a emissão de gases, a proteção da biodiversidade e a porcentagem de água potável, isso para fazer um ranking de 180 países.



#FicaDica

Bolsonaro mencionou três vezes em Davos que conduzirá um governo sem viés ideológico, inclusive nas relações internacionais. Essas declarações entram em contradição com falas antigas do político. Bolsonaro já afirmou antes do período eleitoral que pretendia impor restrições à entrada de capital chinês no Brasil e desconvidou apenas países autoritários de esquerda para a posse presidencial. Além disso, a agenda de Bolsonaro no fórum está restrita a encontros bilaterais com líderes de governos nacionalistas e conservadores. Por esse motivo, a declaração de Bolsonaro foi considerada CONTRADITÓRIA.

BRUMADINHO: MAIS UMA BARRAGEM ROMPIDA

Novamente Minas Gerais foi cenário de uma "tragédia". Outra barragem se rompeu da mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, localizada em Brumadinho, em Minas Gerais, no final de janeiro. A onda de rejeitos de minério de ferro atingiu a área administrativa da empresa e a comunidade da Vila Ferteco, deixando mortos, feridos e desaparecidos.

O rompimento ocorreu na Barragem 1, que foi construída em 1976 e tem 12,7 milhões de m³. Segundo a Vale, a barragem tinha encerrado as atividades há cerca de três anos, pois o beneficiamento do minério na unidade é feito à seco. As buscas continuam e não há previsão de quando serão finalizadas, afinal, ainda existem desaparecidos na tragédia. Os engenheiros que atestaram segurança de barragem foram presos por suspeita de homicídio qualificado. Ao todo, 13 pessoas foram presas após o rompimento da barragem, sendo 11 funcionários da Vale e dois da TÜV Sud, empresa que atestou estabilidade do local. No entanto, todos os envolvidos foram

soltos após decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), porém, o desastre deve colocar a Vale no alvo de três tipos de processos: administrativo, civil e criminal.

PRIMEIRO MÊS DO ACIDENTE EM BRUMADINHO

O acidente ocorrido em Brumadinho, na região metropolitana de Minas Gerais, completou um mês no dia 25 de fevereiro. Famílias seguem em luto e cobram de autoridades que desaparecidos sejam encontrados.

Relembre: no dia 25 de janeiro, a barragem de rejeitos de minérios de ferro da mina do Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho, se rompeu e liberou uma montanha de lama, atingindo o refeitório e prédio da mineradora, pousadas, casas, vegetação e rios, deixando quase 400 vítimas entre mortos e desaparecidos.



FIQUE ATENTO!

Qual é o risco de que uma nova tragédia como as de Mariana e de Brumadinho ocorra no Brasil? Um relatório realizado pela ANA - Agência Nacional de Águas, que foi divulgado em novembro de 2018, apontou pelo menos 45 barragens em todo o País foram consideradas vulneráveis e podem apresentar risco de rompimento.

PROBLEMA DAS CHUVAS NA CAPITAL PAULISTA

Temporais mataram 13 pessoas na capital paulista entre os dias 10 e 11 de março. Se somadas todas as mortes decorrentes das chuvas destes três primeiros meses, o número do Estado de São Paulo é de 31 vítimas fatais.

Gastos com prevenção de enchentes e obras de drenagem foram 41% abaixo dos R\$ 5,3 bilhões dos orçamentos feitos pela prefeitura de São Paulo e governo estadual.

O PROBLEMA DAS CHUVAS NO RIO DE JANEIRO

Uma forte chuva atingiu o Rio de Janeiro na noite do dia 8 de abril e deixou a cidade em estado de emergência. Foi a maior chuva em 22 anos na cidade e 10 pessoas morreram. Sete das vítimas foram mortas na Zona Sul, entre elas uma avó e sua neta e o motorista de táxi que foram soterrados na Avenida Carlos Peixoto, em Botafogo. No Morro da Babilônia, um deslizamento de terra matou duas irmãs, que eram vizinhas e um homem que teria ido resgatá-las. As outras três mortes ocorreram na Zona Oeste.

Pela quarta vez, desde que foi inaugurada em 2016, a ciclovia Tim Maia, na Avenida Niemeyer, caiu e dezenas de ruas foram bloqueadas. Com o risco de queda de barreiras, dezenas de sirenes foram acionadas na capital.

O Rio entrou em estágio de atenção às 18h35 da segunda-feira e às 20h55 foi para o estágio de crise, considerado o mais grave de três níveis de risco, de acordo com o Alerta Rio, um sistema da Prefeitura do Rio de Janeiro. De acordo com a Defesa Civil foram realizadas mais de 1,7 mil ocorrências.

Devido aos estragos e ao risco de mais chuva, a prefeitura e o estado determinaram o cancelamento das aulas nas escolas públicas e particulares. Universidades também cancelaram as aulas.

ACIDENTES E MORTES

INCÊNDIO NO FLAMENGO

No dia 8 de fevereiro, o alojamento do Centro de Treinamento do clube de futebol Flamengo, conhecido como Ninho do Urubu, no Rio de Janeiro, pegou fogo. Dez jogadores adolescentes da base do clube morreram e três ficaram feridos. A principal hipótese é que incêndio ocorreu em razão de um problema no sistema de ar-condicionado do alojamento.

Deste modo, os principais clubes de futebol do mundo e atletas se solidarizaram com a tragédia e enviaram mensagens de apoio aos familiares das vítimas e ao clube. O presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, afirmou no dia 24 de fevereiro que a intenção é de indenizar as famílias dos dez adolescentes mortos no incêndio com valores do dobro do verificado na jurisprudência de casos semelhantes, objeto de decisão no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

SUICÍDIO DE EX-PRESIDENTE DO PERU

Alan García, ex-presidente do Peru, morreu no dia 17 de abril após atirar contra a própria cabeça ao receber ordem de prisão da polícia. O ex-presidente foi levado ao hospital onde sofreu três paradas cardíacas e não resistiu. Ele foi presidente do Peru entre 1985 e 1990 e de 2006 a 2011. García era investigado por supostamente ter recebido propina da construtora brasileira Odebrecht.

MORTES EM PRESÍDIOS NO AMAZONAS

Uma guerra de facções dentro de presídios no Amazonas causou a morte de mais de 50 detentos, a maioria por asfixia. Os familiares dos presos protestaram contra a falta de segurança e a superlotação nos presídios.

Em abril de 2018, vinte e duas pessoas morreram enquanto era realizada uma tentativa de fuga no Centro de Recuperação do Pará, no complexo de Santa Isabel, região da grande Belém. A situação levanta, mais uma vez, a discussão para o problema das condições e superlotação das penitenciárias no Brasil.



FIQUE ATENTO!

O Brasil é o país que tem a 4ª maior população carcerária do mundo. Com mais de 600 mil presos, mais de 200 mil aguardam por julgamento. O número de vagas, no entanto, revela que há um déficit de 250 mil vagas, conforme dados de 2014.

TRAGÉDIA ASSOLA FAMÍLIA DE BRASILEIROS NO CHILE

Uma família brasileira morreu intoxicada em um apartamento no Chile. Seis membros da família morreram. Os bombeiros detectaram uma alta concentração de monóxido de carbono no apartamento, que supostamente teria vazado do sistema de aquecimento. O monóxido de carbono é um gás incolor, sem cheiro e cuja inalação pode levar à morte.

ALTERAÇÕES E CRIAÇÃO DE LEIS

CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA

Desde fevereiro, tramita no STF (Supremo Tribunal Federal) se a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero deve ser tratada como crime.

Parte dos dados, inéditos, foram tabulados no ano passado por Júlio Pinheiro Cardia, ex-coordenador da Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT do Ministério dos Direitos Humanos e repassados ao UOL. Ele formulou o relatório a pedido da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no final de 2018 e o entregou à AGU – Advocacia Geral da União. Esses dados estavam em poder do governo federal, que nos últimos anos decidiu cancelar a divulgação dos relatórios sobre o assunto.



#FicaDica

No documento, Cardia somou as denúncias de assassinato registradas entre 2011 e 2018 pelo Disque 100 (um canal criado para receber informações sobre violações aos direitos humanos), pelo Transgender Europe e pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), totalizando 4.422 mortos no período. Isso equivale a 552 mortes por ano, ou uma vítima de homofobia a cada 16 horas no país.

PRIMEIRO PAÍS DA ÁSIA A LEGALIZAR CASAMENTO GAY

A Tailândia se tornou o primeiro país da Ásia a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o que já acontece em diversos países do Ocidente, como o Brasil. Muitos países asiáticos, como os árabes, até criminalizam a união homoafetiva, por exemplo, a Arábia Saudita.

Em Taiwan, grupos conservadores e religiosos se mobilizaram nos últimos meses e ganharam uma série de referendos em novembro, nos quais os eleitores rejeitaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Entretanto, a nova legislação aprovada pelos parlamentares coloca restrições não enfrentadas pelos casais heterossexuais. Casais do mesmo sexo só podem adotar filhos biológicos de seus parceiros e só podem se casar com estrangeiros de países onde o casamento gay também é reconhecido e legalizado.



#FicaDica

O movimento pelos direitos dos homossexuais começou a ganhar força em Taiwan na década de 1990. Em 2017, o tribunal constitucional do país decretou que impedir o casamento de casais do mesmo sexo era inconstitucional e deu ao governo prazo de dois anos para introduzir uma legislação apropriada, ou uma lei de igualdade no casamento seria promulgada automaticamente.

FIM DO HORÁRIO DE VERÃO

Adotado pelo Brasil pela primeira vez em 1931 e definido como permanente a partir de 2008, o Horário de Verão chegou ao fim. O presidente Jair Bolsonaro assinou no dia 25 de abril, o decreto que encerra com o horário.

O Horário de Verão tinha o objetivo de economizar energia e aproveitar o maior período de luz solar durante os meses mais quentes do ano. O presidente informou que a decisão foi tomada após estudos mostrarem que não há mais razão para mantê-lo, em consequência das mudanças no consumo de energia que ocorreram nos últimos anos.

RETROCESSO NO DECRETO DE ARMAS

No mês de junho, o presidente Jair Bolsonaro revogou o decreto que flexibilizou o porte e a posse de armas de fogo no Brasil. O decreto foi revogado, segundo o Governo Federal, para o Congresso debater o tema.

Sendo assim, ao revogar o decreto, o presidente busca, então, novos caminhos para tentar flexibilizar o Estatuto do Desarmamento. Já que, após críticas da sociedade civil e da Procuradoria Geral da República (PGR), o decreto foi rejeitado no Senado e também corria o risco de ser barrado na Câmara.

Portanto, parlamentares alegavam que, constitucionalmente, algumas das mudanças propostas pelo presidente não poderiam ser realizadas por decreto, somente por projeto de lei.



FIQUE ATENTO!

O plenário do Senado aprovou na terça-feira, 18 de junho, por 47 votos a 28, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que pede a suspensão dos decretos do presidente Jair Bolsonaro que facilitaram o porte de armas. Tal decisão, fez com que o presidente Jair Bolsonaro viesse a revogar o primeiro decreto sobre armas e munições que foi assinado em 7 de maio. Entretanto, tal revogação, não tem o caráter de proibição caso o presidente venha a optar por um novo decreto.

O PORTE DE ARMAS EM DEBATE

O presidente Jair Bolsonaro assinou um decreto que flexibilizou o porte de armas no Brasil. O decreto ampliou o porte para algumas classes profissionais, como políticos, instrutores de tiro, procuradores e defensores públicos, motoristas de veículos de carga, proprietários rurais, jornalistas, entre outras. Também tirou da Justiça e deu para os pais a autorização para menores de idade praticarem tiro esportivo.

Desta forma, a PGR – Procuradoria-Geral da República afirmou que o decreto assinado por Bolsonaro é inconstitucional e alertou o Congresso Nacional. Depois da repercussão negativa, o presidente fez alterações no decreto, mas, segundo a PGR, ele ainda segue com medidas inconstitucionais. O STF também questiona a legalidade do decreto.

O Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) regula a posse e a venda de armas de fogo e de munição. O estatuto também define regras sobre o Sistema Nacional de Armas (SINARM) e está em vigor desde dezembro de 2003. Assim sendo, o Estatuto do Desarmamento proibiu o porte de arma de fogo para os cidadãos brasileiros e pela regra da lei o porte de arma só permitido para quem trabalha em áreas ligadas à Segurança Pública ou que tenha atividades de risco.

A partir disso, a questão do porte de armas de fogo é extremamente recorrente em países que defendem valores democráticos, pois ele está diretamente ligado às questões como o controle estatal, a rigidez das leis e o limite entre a liberdade e a regulamentação.

Deste modo, as armas são instrumentos que são peça central de diversos pontos que dizem respeito à expressão da liberdade, ao direito a proteger-se de maneira eficaz, ao mesmo tempo em que fomentam análises e discussões sobre a mortes, criminalidade e acidentes.



FIQUE ATENTO!

No Brasil, o ano de 2015 marcou o fortalecimento do debate a respeito da lei (proposta em 2012) que busca diminuir significativamente a rigidez imposta pelo chamado Estatuto de Desarmamento, que passou a vigorar no ano de 2004.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (AOCF – 2019) De acordo com a Lei nº 10.826/03 (estatuto do desarmamento), o sujeito que for preso em via pública portando arma de fogo, que não contém mecanismo de acionamento, terá sua conduta considerada como atípica em razão do instituto

- a) Da legítima defesa.
- b) Do crime impossível.
- c) Do erro sobre elementos do tipo.
- d) Da discriminante putativa.
- e) Da relação de causalidade.

Resposta: Letra B. Crime impossível, ou tentativa inidônea, tentativa inadequada, quase crime ou ainda quase morte, é aquele ato que jamais poderia ser consumado em razão da ineficácia absoluta do meio empregado ou pela imprópriedade absoluta do objeto.

2. (NUCEPE – 2019) Com base no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), assinale a alternativa CORRETA.

- a) Para adquirir arma de fogo de uso restrito, o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender, dentre outros requisitos, a comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos.
- b) O Ministério da Justiça disciplinará a forma e as condições do credenciamento de profissionais pela Polícia Civil de cada Estado para comprovação da aptidão psicológica e da capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo.
- c) A Posse irregular de arma de fogo de uso permitido e o Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido são crimes que apresentam as mesmas penas, tanto que constituem o mesmo tipo penal.
- d) Em relação ao crime de Comércio ilegal de arma de fogo, equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência.
- e) Possuir apenas munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, não configura crime.

Resposta: Letra D. Em “a” – Incorreta, pois não é arma de uso restrito e sim permitido. Lei. 10.826. Art. 4 Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I – comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;

Em “b” – Incorreta, pois não é Polícia Civil e, sim a Polícia Federal. Segundo a Lei nº 10.826,

Art. 11-A. O Ministério da Justiça disciplinará a forma e as condições do credenciamento de profissionais pela Polícia Federal para comprovação da aptidão psicológica e da capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo.

Em “c” – Incorreta, pois as penas são diferentes, logicamente dá para saber que o crime de PORTE é mais grave que POSSE. Lei nº 10.826,

Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou,

ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa: Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. Art. 14. Portar, deter adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4(quatro) anos, e multa.

Em “d” – Correta, pois segundo a Lei nº 10.826, Art. 17, Parágrafo único. Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência.

Em “e” – Incorreta.

Art. 17 da 10.826 - Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regular.

MUDANÇAS À VISTA NO BRASIL: O STF JÁ TEM MAIORIA PARA CRIMINALIZAR HOMOFOBIA

A maioria dos ministros do STF - Supremo Tribunal Federal já votou a favor de que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero seja considerada um tipo de racismo. Na prática, isso criminaliza a homotransfobia no Brasil.

Após cinco sessões, seis ministros, sendo eles: Celso de Mello, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Barroso, Rosa Weber e Luiz Fux, dos onze que compõem a Corte reconheceram haver uma mora do Legislativo em tratar do tema e que, diante desta omissão, este tipo de conduta deve ser abrangido pela Lei de Racismo (7716/1989).

Ao fim da quinta-feira, dia 23, o presidente do STF, Dias Toffoli, suspendeu temporariamente o julgamento. A previsão é que a votação seja retomada no mês de junho.

O processo de Criminalização da Homofobia e Transfobia, enfim chegou a um resultado. Depois de seis sessões de julgamento, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu no dia 13 de junho de 2019, criminalizar a homofobia como forma de racismo.

Deste modo, ao finalizar o julgamento da questão, a Corte declarou a omissão do Congresso em aprovar a matéria e determinou que casos de agressões contra o público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) sejam enquadrados como o crime de racismo (Lei N/ 7.716, de janeiro de 1989) até que uma norma específica seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Com isso, por 8 votos a 3, os ministros entenderam que o Congresso não pode deixar de tomar as medidas legislativas que foram determinadas pela Constituição

para combater atos de discriminação. A maioria também afirmou que a Corte não está legislando, mas apenas determinando o cumprimento da Constituição.

Desta forma, pela tese definida no julgamento, a homofobia também poderá ser utilizada como qualificadora de motivo torpe no caso de homicídios dolosos ocorridos contra homossexuais.



#FicaDica

Religiosos e fiéis não poderão ser punidos por racismo ao externarem suas convicções doutrinárias sobre orientação sexual desde que suas manifestações não configurem discurso discriminatório.

HOMOFOBIA AGORA É CRIME!

Após longos debates sobre a situação do grupo LGBTQ+, a homofobia foi criminalizada no Brasil. Com 8 votos a favor e 3 contra, o STF - Supremo Tribunal Federal aprovou o uso de leis de racismo para punir a homofobia, que é a discriminação contra homossexuais e transexuais.

Entretanto, apesar da vitória para a classe, setores religiosos se queixam que a criminalização da homofobia poderia colocar em risco a liberdade de culto no país, já que algumas religiões defendem, por exemplo, que a homossexualidade é um pecado.

Desta forma, dez dias depois da homofobia virar crime, aconteceu a 23ª edição da Parada Gay de São Paulo. O evento reuniu 3 milhões de pessoas e teve como tema “50 anos de Stonewall - Nossas conquistas, nosso orgulho de ser LGBTQ+”.



FIQUE ATENTO!

A 23ª edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo assumiu o caráter de movimento político e de oposição ao governo Jair Bolsonaro, que tem um histórico de declarações consideradas homofóbicas. “Resistência” era a palavra mais repetida entre os participantes do evento, que teve início por volta do meio-dia de domingo, 23 de junho, e terminou por volta das 21 horas. Portanto, nos trios elétricos houve a participação de ativistas, artistas e políticos, que também criticaram o governo federal, desta forma, ficou evidente que a Parada do Orgulho LGBT, serviu como uma fonte direta de críticas ao atual cenário político brasileiro.

MOVIMENTOS SOCIAIS

COM MENOR ADESAO, “COLETES AMARELOS” VOLTAM ÀS RUAS DA FRANÇA

O “coletes amarelos”, que nas marchas sindicais de 1º de Maio reuniram entre 150.000 e 300.000 pessoas na França, voltaram às ruas no sábado, dia 4 de maio, para dar um novo impulso à mobilização.

O movimento, que desde meados de novembro, a cada fim de semana, se manifesta contra a política social e fiscal do governo, foi perdendo força ao longo dos meses. Sendo assim, as autoridades anunciaram 23.600 participantes nos protestos, um número muito menor do que os anteriores.

Várias centenas de pessoas disseram que participarão dos vários eventos organizados em toda a França, anunciados no Facebook. Em Paris, a prefeitura autorizou três manifestações. Além disso, foi planejada uma "ocupação" festiva do aeroporto Charles de Gaulle, no norte de Paris, para pedir "o cessar da venda do aeródromo".

Desta forma, esses protestos ocorrem três dias após os distúrbios ocorridos entre manifestantes e forças de segurança em 1º de maio. Portanto, os policiais estenderam sua ordem proibindo demonstrações na Champs-Élysées, e em um perímetro que inclui a Assembleia Nacional, o Palácio do Eliseu e da área da catedral de Notre-Dame, destruída em parte por um incêndio no meio de abril.

Desde o dia 17 de novembro de 2018, os franceses se habituaram a ver em ruas, avenidas e estradas um grupo de pessoas vestidas com coletes amarelos e fitas refletoras, como se fossem agentes de trânsito ou funcionários responsáveis pela limpeza e conservação das vias.

Sendo assim, os "coletes amarelos" (gilet jaunes, em francês) são, na verdade, manifestantes. Eles se multiplicaram aos poucos no último mês. Partiram de zonas rurais e dos subúrbios franceses e avançaram paulatinamente na direção dos centros urbanos, até juntarem mais de 8.000 pessoas na Champs-Élysées, a principal avenida de Paris, no sábado dia 24 de novembro, numa marcha que terminou em choque com a polícia.



FIQUE ATENTO!

A peça da vestimenta, o colete amarelo, ou, às vezes, verde limão, virou marca registrada e nome do grupo. Com a hashtag #giletjaune, os manifestantes passaram a convocar protestos cada vez mais numerosos e sintetizar o discurso via redes sociais. Na França, todos os motoristas são obrigados a levar coletes amarelos dentro de seus automóveis. A ideia é que, em caso de acidente ou pane, o condutor use a vestimenta para se fazer visível e evitar acidentes nas vias públicas. Algo que faz da vestimenta algo fácil de acessar.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (VUNESP – 2019) Milhares de pessoas foram às ruas para manifestarem-se contra o aumento de combustíveis. São chamados de "coletes amarelos".

As forças de segurança lançaram gás lacrimogêneo e usaram um canhão de água para conter o avanço dos manifestantes que tentavam ultrapassar o perímetro de segurança determinado pela polícia. Os manifestantes gritam palavras de ordem e carregam cartazes pedindo a renúncia do presidente.

Para as autoridades, facções de extrema-direita podem ter se infiltrado entre os manifestantes para radicalizar o movimento.

Os protestos mantêm os bloqueios de centros logísticos e estradas iniciados há uma semana, mas com menos intensidade que no sábado passado, quando eram estimados quase 300 mil manifestantes.

Agência Brasil

A notícia refere-se a acontecimento

- a) Na Hungria.
- b) No Peru.
- c) Na Índia.
- d) Na França.
- e) No México.

Resposta: Letra D. Os "coletes amarelos", que nas marchas sindicais de 1º de maio reuniram entre 150.000 e 300.000 pessoas na França, voltaram às ruas no sábado, dia 4 de maio, para dar um novo impulso à mobilização. O movimento, que desde meados de novembro, a cada fim de semana, se manifesta contra a política social e fiscal do governo, foi perdendo força ao longo dos meses. Sendo assim, as autoridades anunciaram 23.600 participantes nos protestos, um número muito menor do que os anteriores.

2. (NOVA CONCURSOS – 2019) Desde o final de 2018, a população francesa ficou habituada a ver nas ruas a população com "coletes amarelos", como na França todos os motoristas são obrigados a levar coletes amarelos dentro de seus automóveis no caso de algum acidente, parecia até mesmo algo normal, porém o movimento passou a ganhar grande força, se tornando um grande movimento popular.

A partir das ideias expressas no texto acima, julgue o item.

() CERTO

() ERRADO

Resposta: Certo. O movimento conhecido como "coletes amarelos", teve início no dia 17 de novembro de 2018, desde então, os franceses se habituaram a ver em ruas, avenidas e estradas um grupo de pessoas vestidas com coletes amarelos e fitas refletoras, como se fossem agentes de trânsito ou funcionários responsáveis pela limpeza e conservação das vias, porém são manifestantes realizando críticas e reivindicações ao governo Francês.

ESTUDANTES PROTESTAM PELO CLIMA

Estudantes de mais de 1.300 cidades do mundo todo protestaram contra as mudanças climáticas, como o aquecimento global, no dia 24 de maio. A manifestação, chamada de *Friday for Future* (sexta-feira para o futuro), foi inspirada na estudante ativista sueca Greta Thunberg, de 16 anos, que todas as sextas vai para uma praça em frente ao Parlamento da Suécia pedir medidas concretas contra o aquecimento global.

AS MANIFESTAÇÕES CONTRA OS CORTES DE VERBAS

O bloqueio dos recursos da educação foi o estopim para estudantes e opositores do Governo Bolsonaro irem às ruas manifestar. Uma grande manifestação aconteceu no dia 15 de maio, em mais de 240 cidades nos 26 estados e no Distrito Federal. O presidente Jair Bolsonaro não reagiu bem às manifestações e xingou os estudantes de “idiotas úteis”.

Com isso, em resposta às manifestações do dia 15, simpatizantes de Bolsonaro foram às ruas no dia 26 para defender o Governo, o ministro Sérgio Moro e a Reforma da Previdência. Eles também atacaram o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, os atos do dia 26 tiveram pouca adesão.

Outrossim, no dia 30 de maio, os estudantes voltaram às ruas mais uma vez protestando pela educação. Os atos foram convocados por, pelo menos, três movimentos estudantis e foram menores que os do dia 15.

QUESTÕES CLIMÁTICAS

O CALOR ASSOLA A EUROPA

No início do mês de junho, uma onda de calor atinge a Europa, com temperaturas que chegam a 40 graus. Entre as áreas mais afetadas estão Espanha, a França e países da Europa Central.

Deste modo, a massa de ar quente, procedente do Norte da África, provoca o calor. Apesar de ser verão, essas temperaturas são incomuns nesta época.

Com isso, o alerta laranja foi lançado, e o perigo faz recordar a onda de calor que assolou o país em 2003, levando à morte 15 mil pessoas. Embora eventos extremos como esse possam ocorrer naturalmente, especialistas afirmam que as ondas de calor ocorrerão mais frequentemente por causa da crise climática, levantando preocupações sobre a estabilidade do clima, como o aquecimento global.

De Paris a Berlim e Málaga, as cidades europeias tentam proteger seus habitantes do calor extremo que atinge o continente e que alguns meios de comunicação descrevem como “infernais”. Na Alemanha, o calor é tão intenso que começou a derreter o asfalto de uma rodovia no centro do país e levou as autoridades a reduzir os limites de velocidade. A temperatura chegou na quarta-feira a 38,6° C na cidade alemã de Coschen, perto da fronteira com a Polônia.



#FicaDica

A justificativa dos especialistas é que a elevação da temperatura vem ocorrendo em todas as regiões do mundo, por esse motivo, Europa também será afetada. Ademais, os efeitos diários de emissão de gases e coisas do gênero, irão intensificar o aumento das temperaturas.

EDUCAÇÃO

OS DEBATES EM TORNO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Os debates sobre a educação brasileira ganharam destaque este ano, quando o governo começou a anunciar as mudanças para a pasta. Um dos primeiros atos foi a criação de uma subsecretaria para promover a criação de escolas militares em todo país. Em seguida, o governo afirmou que pretendia acabar com os cursos de ciências humanas como Filosofia e Sociologia. Em abril de 2019, foi anunciado um projeto de lei que normatizaria a educação em casa. Isto provocou a reação de vários educadores, alegando que prejudicaria a socialização daquelas crianças que não frequentariam a escola.

CORTES NA EDUCAÇÃO

O novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, que assumiu a pasta após queda de Ricardo Vélez, anunciou o contingenciamento de verbas da educação. Em abril, ele já havia informado que cortaria verbas de universidades que promoviam “balbúrdia” e citou a UnB, UFF, e UFBA, mas depois estendeu o corte para todas as universidades e institutos federais.

Desta forma, o MEC – Ministério da Educação bloqueou 30% da verba discricionária das universidades, o que representa 3,5% do total. A despesa discricionária se refere à manutenção da instituição, água, luz, telefone, segurança etc. Por causa do bloqueio, universidades anunciaram que não conseguirão terminar o ano letivo.

QUEBRA DO SIGILO

INTERCEPTAÇÃO DE MENSAGENS ENTRE SÉRGIO MORO E MEMBROS FORÇA-TAREFA LAVA JATO

O site de notícias The Intercept Brasil divulgou no início de junho, trechos de mensagens atribuídas ao atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e a membros da força-tarefa da Lava Jato, como o procurador Deltan Dallagnol. O The Intercept foi fundado pelo jornalista, ex-advogado norte-americano e especialista em direito constitucional Glenn Greenwald, que alega a veracidade do conteúdo.

Desta forma, as mensagens teriam sido trocadas por meio de um aplicativo de conversas por celular e sido entregues por uma fonte que pediu sigilo, apontando uma colaboração ilegal entre o então juiz federal responsável por julgar a Lava Jato em Curitiba e os procuradores, a quem cabe acusar os suspeitos de integrar o esquema de corrupção.

Portanto, Sérgio Moro teria agido ilegalmente no julgamento do ex-presidente Lula. O The Intercept revelou que ele teria indicado testemunhas ao procurador Dallagnol, além de aconselhar e direcionar o trabalho do Ministério Público no caso, o que é contra a Constituição.

Foi lançado em agosto de 2016, o The Intercept Brasil, editado em português, voltada para o noticiário político brasileiro e produzida por uma equipe de jornalistas brasileiros. O The Intercept Brasil, também apresenta no-

tícias traduzidas da edição em inglês. No ato do lançamento da versão brasileira da publicação, no seu perfil no Facebook, Greenwald disse: "Com o intuito de ajudar a preencher essa lacuna, anunciamos hoje o lançamento do The Intercept Brasil. Para este projeto piloto, reunimos uma excelente equipe de jornalistas e editores brasileiros que produzirão matérias originais sobre as questões políticas, econômicas, sociais e culturais a serem publicadas na versão em português de nosso site. Também trabalharemos com jornalistas freelance de destaque e outros veículos independentes. Além disso, vamos traduzir nossos artigos de interesse internacional para o inglês, além de publicar outras traduções de matérias do Intercept em português. Neste mês, nosso foco inicial será o julgamento e a votação final do impeachment da presidente Dilma Rousseff no Senado Federal, assim como matérias sobre os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Além da publicação de conteúdo original, vamos implementar os mesmos princípios de proteção de fontes que ocupam um espaço central na missão do Intercept. As mesmas tecnologias adotadas para que nossas fontes forneçam informações confidenciais contando com a máxima proteção contra vigilância e ataques online (como o SecureDrop) também serão disponibilizadas para nossas fontes de informação brasileiras".



FIQUE ATENTO!

O The Intercept Brasil foi criado para trazer à tona, notícias e informações relevantes sobre temas políticos e exceções existentes no território nacional, visando promover uma nova possibilidade de fonte política aos brasileiros e ao mundo.

REAÇÕES AO VAZAMENTO DE MENSAGENS PELA THE INTERCEPT BRASIL

O ex-magistrado e atual Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Sérgio Moro afirmou em nota que o conteúdo das "supostas mensagens" não revela qualquer "anormalidade ou direcionamento" de sua atuação como magistrado e que as mesmas além de sensacionalistas, foram retiradas de contexto. O principal envolvido no escândalo do vazamento de mensagens, Dallagnol escreveu em sua conta no Twitter "ser natural que membros do MPF, a quem cabe denunciar, comuniquem-se com o juiz da causa, a quem cabe julgar a denúncia".

Desta forma, o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, revelou que uma tentativa de invasão do telefone celular do ministro tinha sido identificada, motivando-o a deixar de usar a linha telefônica. Moro ainda falou no Senado em junho, sobre as supostas mensagens, onde admitiu a possibilidade de deixar o cargo do governo Jair Bolsonaro caso sejam apontadas irregularidades em sua conduta.

A sabatina do Ministro da Justiça durou nove horas de averiguações, Sérgio Moro, deixou claro quem ele é agora. Ademais, lembrou que não é mais o juiz da Operação Lava Jato.

Sendo assim, ficou claro que é plenamente um político que, ao ser sabatinado por parlamentares, exhibe não apenas alguns argumentos como se apresenta como quem tem um gigante boneco inflável, com sua face pintada e vestindo uniforme de super-homem, na frente do Congresso Nacional como símbolo de sua base de apoio.



#FicaDica

Durante audiência na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, na qual ele compareceu voluntariamente para se defender de vazamentos de diálogos que o envolvem, Moro estabeleceu um mantra que repetiu com disciplina: confrontou opositores do Governo Jair Bolsonaro (PSL) e seus questionadores como potenciais inimigos da luta anticorrupção como um todo, negou conluio com o Ministério Público Federal contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros réus e tratou as reportagens publicadas pelo site The Intercept Brasil como textos sensacionalistas que servem a um "grupo criminoso" que busca "obstaculizar" as investigações.

CENSURA E OPRESSÃO

A QUESTÃO DA LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL

O fundador do The Intercept Brasil, Glenn Greenwald também falou no Congresso no mês de junho sobre ameaças a jornalistas. Ele foi convidado a prestar esclarecimentos à comissão de Direitos Humanos após o site The Intercept, o qual também é um dos fundadores, ter feito as divulgações do conteúdo das conversas.

Desta forma, o jornalista citou o vazamento das mensagens do ministro Sérgio Moro, alegando que o mesmo "está usando tática cínica para tentar enganar a população". Dentre as falas respondidas e questionadas, foram abordadas questões como a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e sigilo de fontes.

Com isso, Glenn e seu marido, o deputado federal e também jornalista David Miranda, têm recebido ameaças de morte depois das conversas vazadas entre Moro e procuradores. Várias Fake News sobre o casal também passaram a circular pelas redes sociais.

Segundo relatório do Ministério Público divulgado no ano passado aponta que 64 profissionais de imprensa e comunicadores foram mortos no Brasil durante o exercício da profissão, entre os anos de 1995 e 2018.

Deste modo, Glenn foi o primeiro jornalista a divulgar, em 2013, em seu blog, os arquivos que o ex-consultor da Agência Nacional de Inteligência (NSA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, Edward Snowden, vazou para revelar um esquema de monitoramento de telecomunicações conduzido, em segredo, pelas autoridades norte-americanas. Além de cidadãos comuns, o programa secreto monitorava as mensagens de líderes políticos e de altos executivos, inclusive no Brasil.



FIQUE ATENTO!

Glenn Greenwald ganhou junto com outros jornalistas do jornal britânico The Guardian o Prêmio Pulitzer em 2014, considerado o maior prêmio dado a um jornalista. No Brasil, ganhou o prêmio Esse de Reportagem, por matérias publicadas no jornal O Globo revelando a espionagem dos Estados Unidos em políticos e empresas brasileiras, incluindo a Petrobras.

QUESTÕES RELIGIOSAS

MARCHA PARA JESUS

Em paralelo a 23ª edição da Parada Gay de São Paulo, ocorreu também em São Paulo, a Marcha para Jesus, que contou com membros da liderança política do país, entre eles o Governador de São Paulo e o Presidente do Brasil.

Desta forma, o principal encontro evangélico do país, conhecido como Marcha para Jesus, contou em São Paulo pela primeira vez com a presença de um Presidente da República.

Portanto, o atual Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, além de estar presente, causou polêmica ao fazer o sinal de arma de fogo com as mãos em um evento religioso.

No ano de 1993, a Marcha Para Jesus chegou ao Brasil por meio do Apóstolo Estevam Hernandes, um dos fundadores da Igreja Renascer em Cristo. Neste ano, a Marcha para Jesus foi realizada em mais de 100 cidades em várias regiões do Brasil.

Seis anos depois, cerca de 10 milhões de pessoas de aproximadamente 200 países marcharam para celebrar o nome de Jesus Cristo. Pessoas de diversas religiões, idades e etnias saíram às ruas de países como Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Irlanda do Norte, Egito, Israel, EUA, Canadá, Rússia, Cuba, Finlândia, Japão, Moçambique, África do Sul, Brasil, Argentina, Bolívia, Peru e Chile.

Portanto, em 2013, o evento foi realizado pela primeira vez na Terra Santa, Israel.



#FicaDica

A Marcha para Jesus faz parte do calendário oficial do Brasil desde setembro de 2009, quando a Lei Federal 12.025 foi sancionada pelo Ex. presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A 27ª edição da Marcha para Jesus, evento gospel liderado pela Igreja Renascer em Cristo, reúne milhares de pessoas na quinta-feira, 20 de junho, em São Paulo. O evento combina caminhada, shows e apresentações de pastores evangélicos.

DROGAS E TRÁFICO

COCAÍNA NO AVIÃO DA FAB

Foram encontrados 39kg de cocaína com o sargento, escondidos numa mala e divididos em pacotes, com um sargento da FAB - Força Aérea Brasileira, que foi preso no aeroporto de Sevilha, na Espanha, por suspeita de envolvimento em transporte de drogas. O militar fazia parte da comitiva de 21 militares que acompanha a viagem do presidente Jair Bolsonaro a Tóquio, no Japão, onde participaria da reunião do G-20.

Desta forma, o avião em que estava o militar é usado como reserva da aeronave presidencial e, portanto, a comitiva da qual o sargento fazia parte não estava no mesmo avião que transportava Bolsonaro.



#FicaDica

Não foi a primeira vez, o caso do sargento brasileiro preso na Espanha por levar 39kg de cocaína num avião da comitiva de Jair Bolsonaro não é o primeiro episódio de tráfico internacional envolvendo aeronaves da FAB - Força Aérea Brasileira. Sendo assim, no dia 19 de abril de 1999, agentes da Aeronáutica e da Polícia Federal apreenderam 33kg de cocaína refinada em duas malas, dentro de um modelo Hércules C-130 da FAB na Base Aérea do Recife. A aeronave saiu do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio, e fazia sua última escala, na capital pernambucana, antes de partir para a Europa.



HORA DE PRATICAR!

1. (UPF – 2018) Fugindo da crise, milhares de venezuelanos cruzam a fronteira de países vizinhos na esperança de encontrar melhores condições de vida. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A crise recente da Venezuela foi provocada pelo esgotamento das jazidas de petróleo, causando desemprego em massa e consequente imigração.
- b) A elevada procura de imigrantes venezuelanos pelo território brasileiro resulta do recente fechamento de fronteiras entre Venezuela e Peru.
- c) O elevado número de imigrantes venezuelanos que ingressam no país levou o governo brasileiro a estabelecer medidas rígidas de contenção a partir de janeiro de 2018, por considerar esgotadas as possibilidades de acolhimento.
- d) Desde o início do movimento migratório, a maior parte dos imigrantes venezuelanos dirige-se diretamente a Manaus, polo econômico da região, onde são maiores as perspectivas de emprego.
- e) Os venezuelanos que ingressam no Brasil se estabelecem, em sua maioria, em Boa Vista, Roraima, o que aumenta significativamente a população desse município, impactando negativamente a segurança e os serviços da cidade.

2. (UECE-CE – 2019) Um dos pontos da agenda básica do Estado neoliberal é o(a)

- a) aumento dos gastos sociais e do déficit público em favor de uma política desenvolvimentista.
- b) redução dos impostos indiretos e aumento dos impostos diretos, exatamente para taxar grandes fortunas e garantir a distribuição de renda na sociedade.
- c) progressiva privatização de empresas estatais com a liberalização dos mercados de capital.
- d) fortalecimento do papel das forças públicas na fiscalização da corrupção política e econômica, no intuito de frear o crescimento da inflação e da taxa de juros.

3. (UFRGS-RS – 2019) Leia o texto abaixo.

O Perfil dos Municípios Brasileiros em 2017, divulgado pelo IBGE, indica que, “dos municípios com mais de 500 mil habitantes, 93% foram atingidos por alagamentos e 62% por deslizamentos. As secas foram o tipo de desastre que afetou a maior parte dos municípios brasileiros: 2.706 ou 48,6%, seguido por alagamento (31%) e enchentes ou enxurradas (27%). A região Nordeste teve 82,6% de seus municípios afetados, especialmente o Ceará, em que essa proporção chegou a 98%, Piauí (94%), Paraíba (92%) e Rio Grande do Norte (91%). Os outros desastres foram mais frequentes no Sul, em que 53,9% dos municípios foram atingidos por alagamento, 51% por enchentes ou enxurradas, 25% por deslizamentos e 24,5% por erosão acelerada”.

Disponível em: <<https://bit.ly/2J0710u>>.

Considere as seguintes afirmações sobre eventos climáticos extremos e planejamento urbano.

- I. Episódios de precipitação intensa podem levar à diminuição da capacidade de infiltração do solo e, consequentemente, a perdas e danos em áreas urbanas.
- II. As secas independem do quantitativo pluviométrico e do armazenamento de água disponível superficial e sub-superficialmente, pois são o reflexo do desajuste entre o consumo e a disponibilidade.
- III. As cidades com maior concentração de áreas verdes, por diminuírem a velocidade do vento e reterem a umidade do ar, propiciam melhores condições urbanas para ilhas de calor.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

4. (MACKENZIE – 2018) Observe o infográfico e analise as afirmativas relacionadas à atual crise econômica da Venezuela.

Em busca de comida

Venezuelanos viajam ao Brasil para comprar mantimentos

Em busca de comida

Venezuelanos viajam ao Brasil para comprar mantimentos



Infográfico elaborado em: 18/07/2016

<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/07/crise-na-venezuela-provoca-corrida-por-alimentos-na-fronteira-de-roraima.html>

Infográfico elaborado em: 18/07/2016.
Disponível em: <<https://glo.bo/2anyo2E>>.

- I. A escassez de alimentos básicos, bem como de diversos outros produtos na Venezuela tem provocado um intenso fluxo de venezuelanos em direção ao norte do Brasil nos últimos anos.
- II. O agravamento da crise econômica na Venezuela tem aumentado significativamente também as solicitações de refúgio, especialmente no estado de Roraima.
- III. Forte opositor do chavismo, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, atribui à escassez de recursos energéticos fósseis a culpa pela severa crise econômica de seu país.

IV. Nicolás Maduro convocou no dia 01 de maio de 2017 uma Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de reescrever a Constituição. Ele defende seu plano argumentando que é a solução diante da crise, mas seus opositores afirmam que se trata, na realidade, de uma forma de ele se perpetuar no poder e de dissolver órgãos como a Assembleia Nacional que representa o Poder Legislativo e a Procuradoria Geral.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

5. (ETEC – 2017) Analise esta charge do cartunista Latuff.



<<http://tinyurl.com/htthtb7>> Acesso em: 23.09.2016. Original colorido.
É correto afirmar que a charge

- a) ilustra a imigração de europeus após os diversos atentados ocorridos recentemente em países como França e Itália.
- b) ironiza o muro de contenção à imigração mexicana nos Estados Unidos, construído no norte do país no início de 2015.
- c) critica a ação brasileira em relação aos refugiados haitianos, que morrem ao tentar atravessar o mar do Norte rumo ao Brasil.
- d) apresenta a questão dos refugiados, sobretudo sírios que, por conta da guerra em seu país, tentam chegar à Europa pelo Mediterrâneo.
- e) debate a situação dos jovens britânicos que, por conta da saída do Reino Unido da União Europeia, têm dificuldades para emigrar para os países vizinhos.

6. (UECE-CE – 2018) Atente ao seguinte excerto:

"A tarde daquela quinta-feira corria como outra qualquer. Crianças na escola começavam a se agitar para o fim da aula, o senhor de idade levantava do seu costureiro repouso, trabalhadores retornavam da jornada. Porém, de maneira abrupta, aquilo que alguns temiam se realizou. Por volta das 15 horas e 30 minutos, no município de Mariana, a estrutura da barragem de rejeitos minerários de Fundão, de propriedade da Samarco (Vale/BHP Billiton) se rompeu e aproximadamente 40 milhões de me-

tros cúbicos de lama invadiram o leito dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Por meio de muita poeira e de barulhos estrondosos, as famílias que moravam à jusante receberam o anúncio. Em questão de minutos, viram aproximar de si uma montanha de lama, que arrombava as portas de casa, derrubava as paredes, arrastava as árvores e os carros. Quem conseguiu, correu com a roupa do corpo para o lugar mais alto que podia alcançar. Para trás, foram deixados animais, plantações, casas, documentos, algum retrato de família, algum brinquedo de infância, um objeto de sorte, uma carta de amor".

Le Monde Diplomatique Brasil. 23 nov. de 2017. *No Rio Doce, dois anos de violência e de luta*. (Disponível em <https://diplomatique.org.br/dois-anos-deviolencia-e-luta-no-rio-doce-samarco/>).

O texto acima relata um dos maiores acidentes ambientais já ocorridos no Brasil, como consequência do rompimento da barragem de Fundão (MG), em 2015. Sobre os desdobramentos desse desastre, é correto afirmar que

- a) passados dois anos do acidente, a "ressurreição" dos rios atingidos já é uma realidade, uma vez que as empresas responsáveis pelo desastre concluíram a retirada dos rejeitos depositados.
- b) a recuperação do ambiente atingido por esse desastre ambiental é lenta, mas as consequências não são tão graves, pois o acidente não trouxe maiores problemas para as pessoas ali residentes.
- c) após dois anos do rompimento da barragem de Fundão, o rejeito de minério ainda encobre áreas devastadas, e milhões de metros cúbicos da lama seguem espalhados, deixando marcas no meio ambiente e nas comunidades atingidas.
- d) até hoje, as empresas e o poder público não deram resposta para questões ambientais emergenciais ocorridas com o rompimento da barragem de Fundão, porém todas as pessoas atingidas pelo desastre já foram indenizadas e estão reconstruindo suas vidas em municípios distantes dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce.

7. (USF – 2017) O demógrafo José Eustáquio falou sobre o "bônus demográfico", o melhor momento demográfico do Brasil. Segundo o especialista, isso acontece apenas uma vez na história de cada país. "A pirâmide etária é muito jovem na história toda, mas está se transformando e envelhecendo. Esse momento, em que estamos no meio, muita gente em idade produtiva de trabalho, é o que chamamos de 'bônus demográfico', porque existe mais gente em idade de trabalhar e menos pessoas dependentes", contextualizou.

Ele contou que, em 1970, a cada três brasileiros, um estava trabalhando e dois não. Então uma pessoa tinha que sustentar três. Em 2010, já era uma pessoa sustentando uma só – 50% da população trabalhando. Conforme o demógrafo, esse bônus pode continuar até 2030 mais ou menos, dependendo da política adotada, visto que o bônus é passageiro. "É o momento em que a pirâmide está se transformando. Depois, ele passa e chega o envelhecimento populacional, juntamente com o aumento da razão de dependência demográfica", constatou. [...]

Está quase certo que a gente terá uma década perdida. E podemos perder a próxima década também. Se isso acontecer, já não teremos mais bônus depois. E corremos o risco de ter uma situação em que o Brasil chegou ao fim do seu desenvolvimento sem resolver os problemas sociais”.

(Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2015/10/19/o-brasil-esta-em-seu-melhor-momento-demografico-diz-especialista-do-ibgen>). Adaptado.

Diversas ações do poder público e da sociedade poderiam prolongar ainda mais o bônus demográfico no Brasil, excetuando-se

- a) Investimento em educação.
- b) Reforma na previdência, aumentando a idade mínima para se aposentar.
- c) Fomento à participação das mulheres no mercado de trabalho.
- d) Emigração da População Ativa que busca novas oportunidades.
- e) Imigração de mão de obra qualificada.

8. (UECE-CE – 2019) O afastamento do Reino Unido da União Europeia, que ficou conhecido como Brexit, foi aprovado em plebiscito em junho de 2016, depois de longas polêmicas acerca das campanhas relacionadas ao movimento. Sobre o Brexit, é correto afirmar que

- a) é um movimento que questiona a globalização e o internacionalismo liberal, defendendo, em seu lugar, um forte regionalismo ou o fechamento comercial de fronteiras nacionais.
- b) se trata de um movimento político realizado pelo Reino Unido, que se afasta da União Europeia para liderar uma cooperação internacional mútua de países emergentes.
- c) acentua a tendência cada vez maior do Reino Unido de expandir suas relações comerciais globais, principalmente ao sair da União Europeia e dominar outros continentes.
- d) demarca o ressurgimento radical de ideias derivadas do liberalismo econômico no Reino Unido, que busca se afastar da União Europeia, em função do programa governamental socialdemocrata dos países que formam esse bloco.

9. (UECE-CE – 2017) O eclético grupo de pessoas que Donald Trump está considerando para sua equipe de política externa mostra que o presidente eleito dos Estados Unidos não tem uma visão de mundo definida — pelo menos não aquela que Washington e os aliados da América estavam acostumados a ver. A questão então passa a ser: isso é uma coisa boa ou ruim?

Gerald F. Seib. *The Wall Street Journal*. Visão indefinida de Trump sobre o mundo é algo novo para Washington e seus aliados.

As implicações geopolíticas da nova política externa norte-americana são ansiosamente aguardadas por vários países do mundo. O posicionamento, já declarado, do Presidente eleito dos EUA em relação à Rússia é de

- a) combater as ações deste país na Síria, inclusive com o envio de tropas.
- b) diminuir as importações de produtos russos como forma de fortalecer a indústria interna.
- c) restringir a atuação russa no Conselho de Segurança da ONU.
- d) atuar de forma conjunta ao Governo de Moscou em áreas de interesse mútuo.

10. (VUNESP – 2017) O diagnóstico é do economista Víctor Álvarez, ex-ministro de Indústrias Básicas do governo Hugo Chávez: “A crise econômica, social e política que está sofrendo o país neste momento é uma nova expressão de esgotamento de um modelo que se impôs na Venezuela há mais de um século”.

(Disponível em: www.cartacapital.com.br. Adaptado.)

Considerando o cenário econômico e geopolítico da Venezuela, é correto afirmar que o modelo citado no excerto se baseia

- a) no extrativismo mineral, com a intensa exploração de petróleo.
- b) na industrialização nacional, com a total substituição das importações.
- c) no extrativismo vegetal, com a valorização das especificidades genéticas da região.
- d) na inovação industrial, com o financiamento de polos de pesquisa avançada.
- e) na agricultura de exportação, com o compromisso de abastecer os países latinos.

11. (FGV – 2017) Desde o início da Operação Lava Jato, a “delação premiada” tem circulado em noticiários, sendo considerada um importante instrumento para os avanços das investigações.

Assinale a alternativa que caracteriza corretamente o instrumento da delação premiada e sua aplicação no Brasil.

- a) É uma denúncia anônima em que são identificados esquemas criminosos por parte de políticos, permitindo suspender a imunidade parlamentar.
- b) É um encaminhamento proposto por membros de comissões parlamentares de inquérito, pela Comissão Nacional da Verdade, ou pelo próprio réu.
- c) É uma colaboração de testemunhas para desvendar crimes que, independentemente da contribuição efetiva para as investigações, resulta em benefícios para o réu.
- d) É um procedimento pelo qual o acusado, em troca das informações válidas, recebe benefícios diversos no processo penal como, por exemplo, a redução da pena.
- e) É um recurso do Ministério Público Federal, restrito às investigações sobre crimes de tortura, de estupro, contra os direitos humanos e de terrorismo.

12. (UEMG – 2018) “O acidente em Mariana ficou conhecido no Brasil como o maior desastre ambiental da história e deixou 19 pessoas mortas, além de destruir o distrito de Bento Rodrigues, contaminar a Bacia Hidrográfica do Rio Doce e comprometer o abastecimento de água e a produção de alimentos em diversas cidades da região.”
(Disponível em: <<https://bit.ly/2KYdeMZ>>).

Sobre o rompimento da Barragem Fundão em Mariana, é correto afirmar que

- a) desastres socioambientais ligados às atividades mineradoras, no Brasil e no mundo, são fenômenos raros.
- b) Os rejeitos contaminantes que acompanharam o rastro de morte na bacia hidrográfica do Rio Doce eram de bauxita e nióbio.
- c) As principais controladoras da SAMARCO são as empresas VALE e a anglo-australiana BHP Billiton.
- d) A destruição dos corpos hídricos se concentrou a montante do leito de vazão do Rio Doce.

13. (PUC – 2007)



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/539798705312156422/>. Acesso: 01 mai 2017.

O tema central da charge apresentada se refere à (ao):

- a) ar poluído nas cidades e à escassez de água no espaço rural.
- b) baixa qualidade ambiental nos campos e nas cidades.
- c) crise climática nas cidades e nos espaços rurais.
- d) aumento de enchentes na cidade e à desertificação no campo.
- e) poluição incontrolável nas cidades e nos campos.

14. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Julgue o próximo item, relativo aos direitos humanos, à responsabilidade do Estado e à Política Nacional de Direitos Humanos.

O sistema global de proteção dos direitos humanos foi instaurado pela Carta Internacional dos Direitos Humanos.

() CERTO () ERRADO

15. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Acerca dos direitos de cidadania e do pluralismo jurídico, julgue o item que se segue.

No Brasil, o pluralismo jurídico configura-se, por exemplo, quando da aplicação de regras criadas por membros de organizações criminosas, distintas das regras jurídicas estabelecidas pelo Estado.

() CERTO () ERRADO

16. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere à fundamentação dos direitos humanos e à sua afirmação histórica, julgue o item subsequente.

A expressão “direitos humanos de primeira geração” refere-se aos direitos sociais, culturais e econômicos.

() CERTO () ERRADO

17. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere à fundamentação dos direitos humanos e à sua afirmação histórica, julgue o item subsequente.

Conforme a teoria positivista, os direitos humanos fundamentam-se em uma ordem superior, universal, imutável e inderrogável.

() CERTO () ERRADO

18. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Julgue o próximo item, relativo aos direitos humanos, à responsabilidade do Estado e à Política Nacional de Direitos Humanos.

A Política Nacional de Direitos Humanos contempla medidas voltadas à proteção dos direitos civis, tais como os projetos que tratam da parceria entre pessoas do mesmo sexo e da obrigatoriedade de atendimento do aborto legal pela rede pública de saúde.

() CERTO () ERRADO

19. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008) O povoamento do Centro-Oeste resulta, desde o período colonial, de movimentos migratórios. No século XX, a construção da nova capital brasileira atraiu novas levas de imigrantes, em especial do Nordeste, secundado pelo Sul e pelo Sudeste. Nos últimos tempos, o Norte e o Nordeste respondem pelo maior número de imigrantes que chegam à região. Segundo o censo de 2000, de cada três nortistas que emigram, um se dirige para o Centro-Oeste. Com o auxílio dessas informações e considerando o processo histórico de povoamento do Centro-Oeste brasileiro, assinale a opção correta.

- a) a grande extensão territorial do Centro-Oeste deriva do fato de a colonização do Brasil ter-se iniciado nessa região, conquistada aos espanhóis, que dela se aposentaram em consequência do Tratado de Tordesilhas.
- b) sucessivas correntes migratórias, do século XVII ao presente, fizeram do Centro-Oeste a região brasileira mais populosa proporcionalmente à extensão de sua área geográfica.

- c) Bonito, em Mato Grosso, e o Pantanal Mato-Grossense, cortado pelo rio Araguaia, são dois dos mais expressivos exemplos de belezas naturais com que conta o Centro-Oeste para o desenvolvimento do ecoturismo.
- d) incentivos oferecidos pelo regime militar, na década de 70, explicam o fato de que, mais recentemente, brasileiros provenientes do Sul e do Sudeste sejam os imigrantes que mais se dirigem ao Centro-Oeste.
- e) meta-síntese do programa de governo de JK, Brasília, além das inovações de seu projeto urbanístico e arquitetônico, contribuiu para a interiorização do desenvolvimento brasileiro e tornou-se polo de atração de imigrantes.

20. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008) Nos anos 70 do século passado, cerca de 60% da população do Centro-Oeste vivia no campo. Em 2006, aproximadamente 74% estavam nas cidades. A crescente mecanização da agricultura, que libera mão-de-obra, e os fluxos migratórios vindos de outras regiões brasileiras são fatores relevantes para o vigoroso processo de urbanização observado nessa região. A propósito dessa realidade, assinale a opção correta.

- a) O êxodo rural, que amplia consideravelmente a população urbana, é também reflexo da mecanização das atividades rurais desenvolvidas no Centro-Oeste, as quais têm no denominado agronegócio, na atualidade, um de seus símbolos mais expressivos.
- b) O significativo crescimento da população urbana no Centro-Oeste fez dessa região autêntica exceção no conjunto do país, ainda fortemente marcado pela força econômica e política do campo, o que explica a lenta expansão dos centros urbanos brasileiros.
- c) Apesar da existência de um Plano Piloto, com a maior renda per capita do país, o DF, com seus dois milhões de habitantes, empurra para baixo os indicadores sociais e econômicos do Centro-Oeste, a começar pela taxa de escolaridade da população.
- d) Ao contrário da atual tendência de interiorização das atividades econômicas no país, o desenvolvimento no Centro-Oeste concentra-se em torno das capitais, a começar pelo agronegócio.
- e) A ausência da escravidão no Centro-Oeste, no período colonial, e a implacável perseguição histórica aos índios explicam a inexistência de afro-descendentes e de indígenas na composição demográfica dessa região.

21. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008) A celeuma em torno de duas hidrelétricas a serem construídas em Rondônia envolveu desde preocupações ambientais até o modelo das linhas de transmissão de energia a ser utilizado, passando por disputa empresarial entre grupos interessados nas obras. Essas usinas, de Jirau e Santo Antônio, irão integrar o complexo hidrelétrico do rio

- a) Branco.
- b) Solimões.

- c) Madeira.
- d) Negro.
- e) Tocantins.

22. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008) O governo brasileiro anunciou sua intenção de, em 2009, licitar e conceder a exploração de 4 milhões de florestas públicas situadas, principalmente, em Rondônia, Amazonas, Amapá, Pará e Acre. Ao afirmar que o modelo de gestão de florestas públicas viabiliza a conservação das áreas licitadas e torna economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente adequada a exploração, o poder público pretende aproximar-se de um modelo de desenvolvimento entendido atualmente como

- a) integrado à economia de mercado globalizada, que enfatiza os resultados econômicos.
- b) monitorado por ONGs e submetido às leis do mercado.
- c) refratário à ingerência externa e às teses ambientalistas mais difundidas no mundo.
- d) sustentável, em que a geração de riquezas está associada à preservação da vida no presente e no futuro.
- e) pragmático, segundo o qual a necessidade e a viabilidade do progresso devem ser defendidas a qualquer custo.

23. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2008) Projeto avaliado em 800 milhões de dólares, iniciado em 2005 e com previsão de término para 2010, a Interoceânica dinamizará a integração entre vizinhos, ao partir de Assis Brasil, no Acre, para desaguar nos portos peruanos de San Juan e Ilo. A construção da estrada gera enorme expectativa para negócios entre os países. Serão mais de 2,5 mil quilômetros, dos quais 60% já estão construídos em diferentes blocos, que ainda precisam ser conectados.

Jornal do Brasil, 27/7/2008, p. E4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o objetivo da obra nele mencionada, assinale a opção incorreta.

- a) Com a construção da estrada, pretende-se facilitar o trânsito de mercadorias brasileiras em direção aos cada vez mais promissores mercados da costa do Oceano Pacífico.
- b) A obra, já em andamento, com pouco mais da metade da construção concluída, impulsionará diretamente as relações Norte-Sul no cenário globalizado da economia mundial.
- c) As atuais alternativas de exportação, como os portos de Paranaguá e de Santos, representam custos muito elevados para produtos da região Norte.
- d) Uma rodovia como a Interoceânica facilitará a aproximação dos interesses comerciais brasileiros com o rico mercado da costa oeste norte-americana.
- e) Em síntese, a estrada a que se refere o texto possibilitará a ligação, por terra, entre os oceanos Atlântico e Pacífico, cortando a América do Sul.



1	E
2	C
3	A
4	D
5	D
6	C
7	D
8	A
9	D
10	A
11	D
12	C
13	B
14	CERTO
15	CERTO
16	ERRADO
17	ERRADO
18	CERTO
19	E
20	A
21	C
22	D
23	B

[illegible]

ANOTAÇÕES

ATUALIDADES

ÍNDICE

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

Conhecimentos em informática: MS-Windows 7 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos.....	01
MS-Office 2010 ou versões mais recentes. MS-Word 2010 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2010 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtros e classificação de dados....	09
Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, vírus, busca e impressão de páginas.....	91

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA: MS-WINDOWS 7 OU VERSÕES MAIS RECENTES: ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, ÍCONES, BARRA DE TAREFAS E FERRAMENTAS, COMANDOS E RECURSOS; UNIDADES DE ARMAZENAMENTO; CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS; VISUALIZAÇÃO, EXIBIÇÃO E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS; USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS; PAINEL DE CONTROLE; INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS

Windows

O Windows assim como tudo que envolve a informática passa por uma atualização constante, os concursos públicos em seus editais acabam variando em suas versões.

O Windows é um Sistema Operacional, ou seja, é um software, um programa de computador desenvolvido por programadores através de códigos de programação. Os Sistemas Operacionais, assim como os demais softwares, são considerados como a parte lógica do computador, uma parte não palpável, desenvolvida para ser utilizada apenas quando o computador está em funcionamento. O Sistema Operacional (SO) é um programa especial, pois é o primeiro a ser instalado na máquina.

Quando montamos um computador e o ligamos pela primeira vez, em sua tela serão mostradas apenas algumas rotinas presentes nos chipsets da máquina. Para utilizarmos todos os recursos do computador, com toda a qualidade das placas de som, vídeo, rede, acessarmos a Internet e usufruirmos de toda a potencialidade do hardware, temos que instalar o SO.

Após sua instalação é possível configurar as placas para que alcancem seu melhor desempenho e instalar os demais programas, como os softwares aplicativos e utilitários.

O SO gerencia o uso do hardware pelo software e gerencia os demais programas.

A diferença entre os Sistemas Operacionais de 32 bits e 64 bits está na forma em que o processador do computador trabalha as informações. O Sistema Operacional de 32 bits tem que ser instalado em um computador que tenha o processador de 32 bits, assim como o de 64 bits tem que ser instalado em um computador de 64 bits.

Os Sistemas Operacionais de 64 bits do Windows, segundo o site oficial da Microsoft, podem utilizar mais memória que as versões de 32 bits do Windows. "Isso ajuda a reduzir o tempo despendido na permuta de processos para dentro e para fora da memória, pelo armazenamento de um número maior desses processos na memória de acesso aleatório (RAM) em vez de fazê-lo no disco rígido. Por outro lado, isso pode aumentar o desempenho geral do programa".

Windows 7

Para saber se o Windows é de 32 ou 64 bits, basta:

1. Clicar no botão Iniciar , clicar com o botão direito em computador e clique em Propriedades.
2. Em sistema, é possível exibir o tipo de sistema.

"Para instalar uma versão de 64 bits do Windows 7, você precisará de um processador capaz de executar uma versão de 64 bits do Windows. Os benefícios de um sistema operacional de 64 bits ficam mais claros quando você tem uma grande quantidade de RAM (memória de acesso aleatório) no computador, normalmente 4 GB ou mais. Nesses casos, como um sistema operacional de 64 bits pode processar grandes quantidades de memória com mais eficácia do que um de 32 bits, o sistema de 64 bits poderá responder melhor ao executar vários programas ao mesmo tempo e alternar entre eles com frequência".

Uma maneira prática de usar o Windows 7 (Win 7) é reinstalá-lo sobre um SO já utilizado na máquina. Nesse caso, é possível instalar:

- Sobre o Windows XP;
- Uma versão Win 7 32 bits, sobre Windows Vista (Win Vista), também 32 bits;
- Win 7 de 64 bits, sobre Win Vista, 32 bits;
- Win 7 de 32 bits, sobre Win Vista, 64 bits;
- Win 7 de 64 bits, sobre Win Vista, 64 bits;
- Win 7 em um computador e formatar o HD durante a instalação;
- Win 7 em um computador sem SO;

Antes de iniciar a instalação, devemos verificar qual tipo de instalação será feita, encontrar e ter em mãos a chave do produto, que é um código que será solicitado durante a instalação.

Vamos adotar a opção de instalação com formatação de disco rígido, segundo o site oficial da Microsoft Corporation:

- Ligue o seu computador, de forma que o Windows seja inicializado normalmente, insira o disco de instalação do Windows 7 ou a unidade flash USB e desligue o seu computador.
- Reinicie o computador.
- Pressione qualquer tecla, quando solicitado a fazer isso, e siga as instruções exibidas.
- Na página de Instalação Windows, insira seu idioma ou outras preferências e clique em avançar.
- Se a página de Instalação Windows não aparecer e o programa não solicitar que você pressione alguma tecla, talvez seja necessário alterar algumas configurações do sistema. Para obter mais informações sobre como fazer isso, consulte. Inicie o seu computador usando um disco de instalação do Windows 7 ou um pen drive USB.
- Na página Leia os termos de licença, se você aceitar os termos de licença, clique em aceite os termos de licença e em avançar.
- Na página que tipo de instalação você deseja? clique em Personalizada.

- 

clique nesse botão, abrimos uma lista, chamada Menu Iniciar, que contém opções que nos permitem ver os programas mais acessados, todos os outros programas instalados e os recursos do próprio *Windows*. Ele funciona como uma via de acesso para todas as opções disponíveis no computador.

Por meio do botão Iniciar, também podemos:

- desligar o computador, procedimento que encerra o Sistema Operacional corretamente, e desliga efetivamente a máquina;
- colocar o computador em modo de espera, que reduz o consumo de energia enquanto a máquina estiver ociosa, ou seja, sem uso. Muito usado nos casos em que vamos nos ausentar por um breve período de tempo da frente do computador;
- reiniciar o computador, que desliga e liga automaticamente o sistema. Usado após a instalação de alguns programas que precisam da reinicialização do sistema para efetivarem sua instalação, durante congelamento de telas ou travamentos da máquina.
- realizar o *logoff*, acessando o mesmo sistema com nome e senha de outro usuário, tendo assim um ambiente com características diferentes para cada usuário do mesmo computador.

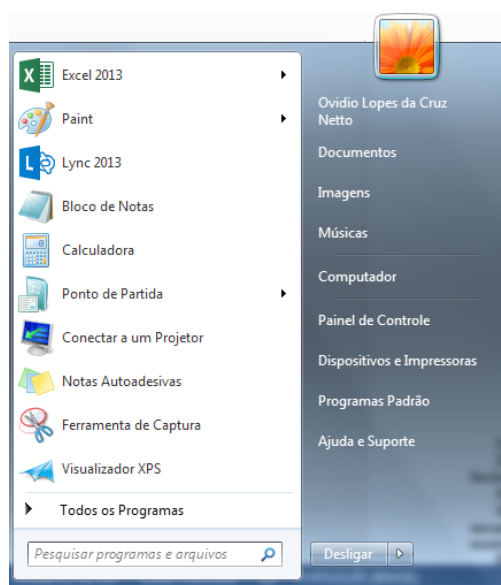


Figura 69: Menu Iniciar – Windows 7

Na figura acima temos o menu Iniciar, acessado com um clique no botão Iniciar.

- 2) Ícones de inicialização rápida: São ícones colocados como atalhos na barra de tarefas para serem acessados com facilidade.
- 3) Barra de idiomas: Mostra qual a configuração de idioma que está sendo usada pelo teclado.
- 4) Ícones de inicialização/execução: Esses ícones são configurados para entrar em ação quando o computador é iniciado. Muitos deles ficam em execução o tempo todo no sistema, como é o caso

de ícones de programas antivírus que monitoram constantemente o sistema para verificar se não há invasões ou vírus tentando ser executados.

- 5) Propriedades de data e hora: Além de mostrar o relógio constantemente na sua tela, clicando duas vezes, com o botão esquerdo do mouse nesse ícone, acessamos as Propriedades de data e hora.

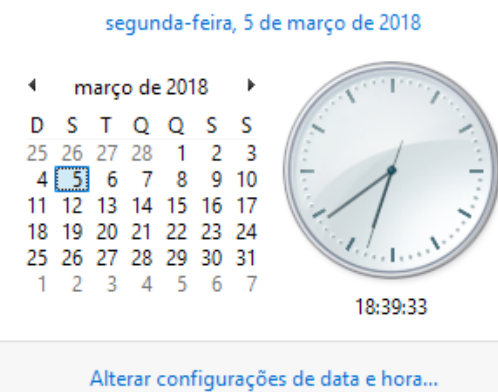


Figura 70: Propriedades de data e hora

Nessa janela, é possível configurarmos a data e a hora, determinarmos qual é o fuso horário da nossa região e especificar se o relógio do computador está sincronizado automaticamente com um servidor de horário na Internet. Este relógio é atualizado pela bateria da placa mãe, que vimos na figura 26. Quando ele começa a mostrar um horário diferente do que realmente deveria mostrar, na maioria das vezes, indica que a bateria da placa mãe deve precisar ser trocada. Esse horário também é sincronizado com o mesmo horário do SETUP.

Lixeira: Contém os arquivos e pastas excluídos pelo usuário. Para excluirmos arquivos, atalhos e pastas, podemos clicar com o botão direito do mouse sobre eles e depois usar a opção "Excluir". Outra forma é clicar uma vez sobre o objeto desejado e depois pressionar o botão delete, no teclado. Esses dois procedimentos enviarão para lixeira o que foi excluído, sendo possível a restauração, caso haja necessidade. Para restaurar, por exemplo, um arquivo enviado para a lixeira, podemos, após abri-la, restaurar o que desejarmos.

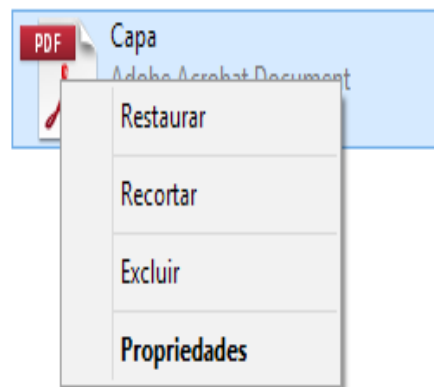


Figura 71: Restauração de arquivos enviados para a lixeira

A restauração de objetos enviados para a lixeira pode ser feita com um clique com o botão direito do mouse sobre o item desejado e depois, outro clique com o esquerdo em "Restaurar". Isso devolverá, automaticamente o arquivo para seu local de origem.



#FicaDica

Outra forma de restaurar é usar a opção "Restaurar este item", após selecionar o objeto.

Alguns arquivos e pastas, por terem um tamanho muito grande, são excluídos sem irem antes para a Lixeira. Sempre que algo for ser excluído, aparecerá uma mensagem, ou perguntando se realmente deseja enviar aquele item para a Lixeira, ou avisando que o que foi selecionado será permanentemente excluído. Outra forma de excluir documentos ou pastas sem que eles fiquem armazenados na Lixeira é usar as teclas de atalho Shift+Delete.

A barra de tarefas pode ser posicionada nos quatro cantos da tela para proporcionar melhor visualização de outras janelas abertas. Para isso, basta pressionar o botão esquerdo do mouse em um espaço vazio dessa barra e com ele pressionado, arrastar a barra até o local desejado (canto direito, superior, esquerdo ou inferior da tela).

Para alterar o local da Barra de Tarefas na tela, temos que verificar se a opção "Bloquear a barra de tarefas" não está marcada.

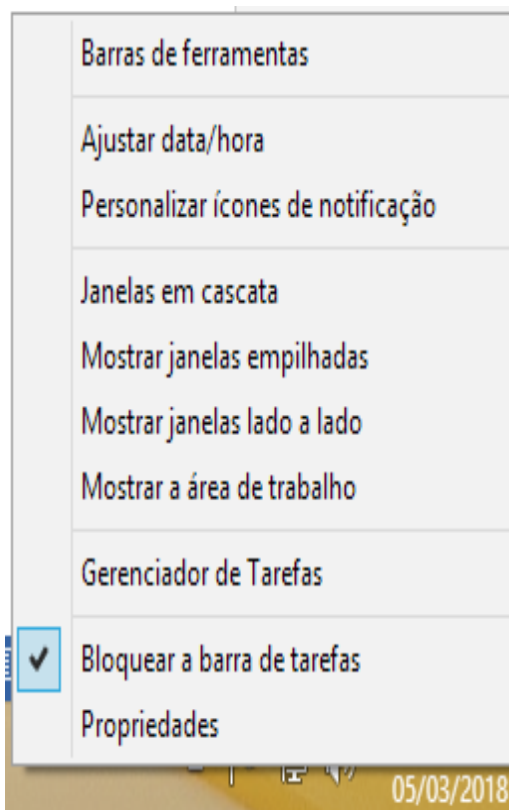


Figura 72: Bloqueio da Barra de Tarefas

Propriedades da barra de tarefas e do menu iniciar: Por meio do clique com o botão direito do mouse na barra de tarefas e do esquerdo em "Propriedades", podemos acessar a janela "Propriedades da barra de tarefas e do menu iniciar".

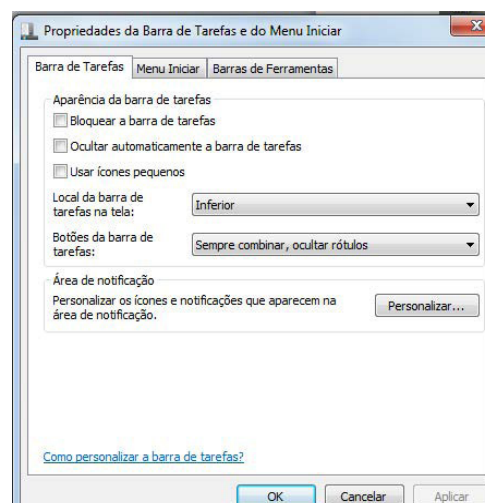


Figura 73: Propriedades da barra de tarefas e do menu iniciar

Na guia "Barra de Tarefas", temos, entre outros:

- Bloquear a barra de tarefas – que impede que ela seja posicionada em outros cantos da tela que não seja o inferior, ou seja, impede que seja arrastada com o botão esquerdo do mouse pressionado.
- Ocultar automaticamente a barra de tarefas – oculta (esconde) a barra de tarefas para proporcionar maior aproveitamento da área da tela pelos programas abertos, e a exhibe quando o mouse é posicionado no canto inferior do monitor.

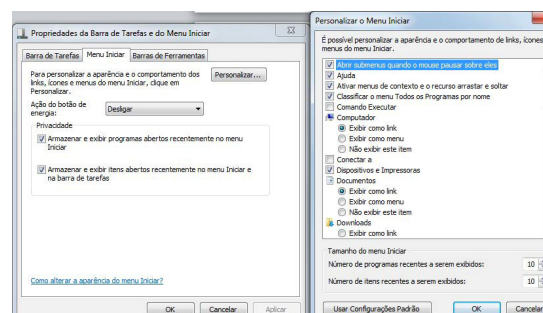


Figura 74: Guia Menu Iniciar e Personalizar Menu Iniciar

Pela figura acima podemos notar que é possível a aparência e comportamento de links e menus do menu Iniciar.

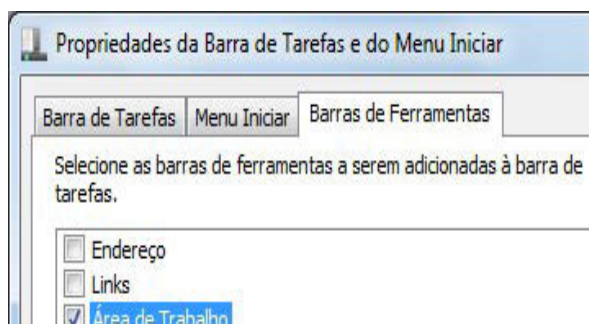


Figura 21: Barra de Ferramentas

3. Painel de controle

O Painel de Controle é o local onde podemos alterar configurações do Windows, como aparência, idioma, configurações de mouse e teclado, entre outras. Com ele é possível personalizar o computador às necessidades do usuário.

Para acessar o Painel de Controle, basta clicar no Botão Iniciar e depois em Painel de Controle. Nele encontramos as seguintes opções:

- **Sistema e Segurança:** "Exibe e altera o status do sistema e da segurança", permite a realização de *backups* e restauração das configurações do sistema e de arquivos. Possui ferramentas que permitem a atualização do Sistema Operacional, que exibem a quantidade de memória RAM instalada no computador e a velocidade do processador. Oferece ainda, possibilidades de configuração de *Firewall* para tornar o computador mais protegido.
- **Rede e Internet:** mostra o status da rede e possibilita configurações de rede e Internet. É possível também definir preferências para compartilhamento de arquivos e computadores.
- **Hardware e Sons:** é possível adicionar ou remover *hardwares* como impressoras, por exemplo. Também permite alterar sons do sistema, reproduzir CDs automaticamente, configurar modo de economia de energia e atualizar *drives* de dispositivos instalados.
- **Programas:** através desta opção, podemos realizar a desinstalação de programas ou recursos do Windows.
- **Contas de Usuários e Segurança Familiar:** aqui alteramos senhas, criamos contas de usuários, determinamos configurações de acesso.
- **Aparência:** permite a configuração da aparência da área de trabalho, plano de fundo, proteção de tela, menu iniciar e barra de tarefas.
- **Relógio, Idioma e Região:** usamos esta opção para alterar data, hora, fuso horário, idioma, formatação de números e moedas.
- **Facilidade de Acesso:** permite adaptarmos o computador às necessidades visuais, auditivas e motoras do usuário.

3.1. Computador

Para acessá-lo, basta clicar no Botão Iniciar e em Computador. A janela a seguir será aberta:

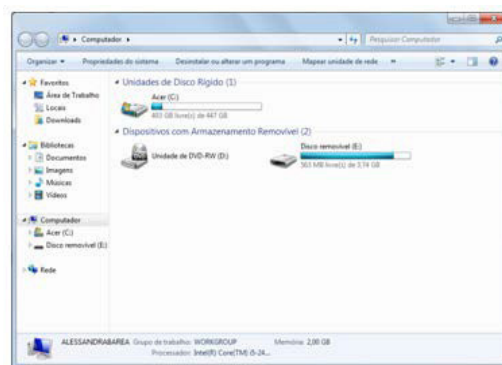


Figura 76: Computador

Observe que é possível visualizarmos as unidades de disco, sua capacidade de armazenamento livre e usada. Vemos também informações como o nome do computador, a quantidade de memória e o processador instalado na máquina.

Windows 8

É o sistema operacional da Microsoft que substituiu o Windows 7 em tablets, computadores, notebooks, celulares, etc. Ele trouxe diversas mudanças, principalmente no layout, que acabou surpreendendo milhares de usuários acostumados com o antigo visual desse sistema.

A tela inicial completamente alterada foi a mudança que mais impactou os usuários. Nela encontra-se todas as aplicações do computador que ficavam no Menu Iniciar e também é possível visualizar previsão do tempo, cotação da bolsa, etc. O usuário tem que organizar as pequenas miniaturas que aparecem em sua tela inicial para ter acesso aos programas que mais utiliza.

Caso você fique perdido no novo sistema ou dentro de uma pasta, clique com o botão direito e irá aparecer um painel no rodapé da tela. Caso você esteja utilizando uma das pastas e não encontre algum comando, clique com o botão direito do mouse para que esse painel apareça.

A organização de tela do Windows 8 funciona como o antigo Menu Iniciar e consiste em um mosaico com imagens animadas. Cada mosaico representa um aplicativo que está instalado no computador. Os atalhos dessa área de trabalho, que representam aplicativos de versões anteriores, ficam com o nome na parte de cima e um pequeno ícone na parte inferior. Novos mosaicos possuem tamanhos diferentes, cores diferentes e são atualizados automaticamente.

A tela pode ser customizada conforme a conveniência do usuário. Alguns utilitários não aparecem nessa tela, mas podem ser encontrados clicando com o botão direito do mouse em um espaço vazio da tela. Se deseja que um desses aplicativos apareça na sua tela inicial, clique com o botão direito sobre o ícone e vá para a opção Fixar na Tela Inicial.

1. Charms Bar

O objetivo do Windows 8 é ter uma tela mais limpa e esse recurso possibilita "esconder" algumas configurações e aplicações. É uma barra localizada na lateral que

pode ser acessada colocando o mouse no canto direito e inferior da tela ou clicando no atalho Tecla do Windows + C. Essa função substitui a barra de ferramentas presente no sistema e configurada de acordo com a página em que você está.

Com a Charm Bar ativada, digite Personalizar na busca em configurações. Depois escolha a opção tela inicial e em seguida escolha a cor da tela. O usuário também pode selecionar desenhos durante a personalização do papel de parede.

2. Redimensionar as tiles

Na tela esses mosaicos ficam uns maiores que os outros, mas isso pode ser alterado clicando com o botão direito na divisão entre eles e optando pela opção menor. Você pode deixar maior os aplicativos que você quiser destacar no computador.

3. Grupos de Aplicativos

Pode-se criar divisões e grupos para unir programas parecidos. Isso pode ser feito várias vezes e os grupos podem ser renomeados.

4. Visualizar as pastas

A interface do programas no computador podem ser vistos de maneira horizontal com painéis dispostos lado a lado. Para passar de um painel para outro é necessário usar a barra de rolagem que fica no rodapé.

5. Compartilhar e Receber

Comando utilizado para compartilhar conteúdo, enviar uma foto, etc. Tecle Windows + C, clique na opção Compartilhar e depois escolha qual meio vai usar. Há também a opção Dispositivo que é usada para receber e enviar conteúdos de aparelhos conectados ao computador.

6. Alternar Tarefas

Com o atalho Alt + Tab, é possível mudar entre os programas abertos no desktop e os aplicativos novos do SO. Com o atalho Windows + Tab é possível abrir uma lista na lateral esquerda que mostra os aplicativos modernos.

7. Telas Lado a Lado

Esse sistema operacional não trabalha com o conceito de janelas, mas o usuário pode usar dois programas ao mesmo tempo. É indicado para quem precisa acompanhar o Facebook e o Twitter, pois ocupa 1/4 da tela do computador.

8. Visualizar Imagens

O sistema operacional agora faz com que cada vez que você clica em uma figura, um programa específico abre e isso pode deixar seu sistema lento. Para alterar

isso é preciso ir em Programas – Programas Default – Selecionar Windows Photo Viewer e marcar a caixa Set this Program as Default.

9. Imagem e Senha

O usuário pode utilizar uma imagem como senha ao invés de escolher uma senha digitada. Para fazer isso, acesse a Charm Bar, selecione a opção Settings e logo em seguida clique em More PC settings. Acesse a opção Usuários e depois clique na opção "Criar uma senha com imagem". Em seguida, o computador pedirá para você colocar sua senha e redirecionará para uma tela com um pequeno texto e dando a opção para escolher uma foto. Escolha uma imagem no seu computador e verifique se a imagem está correta clicando em "Use this Picture". Você terá que desenhar três formas em touch ou com o mouse: uma linha reta, um círculo e um ponto. Depois, finalize o processo e sua senha estará pronta. Na próxima vez, repita os movimentos para acessar seu computador.

10. Internet Explorer no Windows 8

Se você clicar no quadrinho Internet Explorer da página inicial, você terá acesso ao software sem a barra de ferramentas e menus.

Windows 10

O Windows 10 é uma atualização do Windows 8 que veio para tentar manter o monopólio da Microsoft no mundo dos Sistemas Operacionais, uma das suas missões é ficar com um visual mais de smart e touch.



Figura 77: Tela do Windows 10

O Windows 10 é disponibilizado nas seguintes versões (com destaque para as duas primeiras):

1. Windows 10

É a versão de "entrada" do Windows 10, que possui a maioria dos recursos do sistema. É voltada para Desktops e Laptops, incluindo o tablete Microsoft Surface 3.

2. Windows 10 Pro

Além dos recursos da versão de entrada, fornece proteção de dados avançada e criptografada com o BitLocker, permite a hospedagem de uma Conexão de Área de

Trabalho Remota em um computador, trabalhar com máquinas virtuais, e permite o ingresso em um domínio para realizar conexões a uma rede corporativa.

3. Windows 10 Enterprise

Baseada na versão 10 Pro, é disponibilizada por meio do Licenciamento por Volume, voltado a empresas.

4. Windows 10 Education

Baseada na versão Enterprise, é destinada a atender as necessidades do meio educacional. Também tem seu método de distribuição baseado através da versão acadêmica de licenciamento de volume.

5. Windows 10 Mobile

Embora o Windows 10 tente vender seu nome fantasia como um sistema operacional único, os smartphones com o Windows 10 possuem uma versão específica do sistema operacional compatível com tais dispositivos.

6. Windows 10 Mobile Enterprise

Projetado para smartphones e tablets do setor corporativo. Também estará disponível através do Licenciamento por Volume, oferecendo as mesmas vantagens do Windows 10 Mobile com funcionalidades direcionadas para o mercado corporativo.

7. Windows 10 IoT Core

IoT vem da expressão "Internet das Coisas" (Internet of Things). A Microsoft anunciou que haverá edições do Windows 10 baseadas no Enterprise e Mobile Enterprise destinados a dispositivos como caixas eletrônicos, terminais de autoatendimento, máquinas de atendimento para o varejo e robôs industriais. Essa versão IoT Core será destinada para dispositivos pequenos e de baixo custo.

Para as versões mais populares (10 e 10 Pro), a Microsoft indica como requisitos básicos dos computadores:

- Processador de 1 Ghz ou superior;
- 1 GB de RAM (para 32bits); 2GB de RAM (para 64bits);
- Até 20GB de espaço disponível em disco rígido;
- Placa de vídeo com resolução de tela de 800×600 ou maior.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (ESCRIVÃO DE POLÍCIA – CESPE – 2013) Considere que o usuário de um computador com sistema operacional Windows 7 tenha permissão de administrador e deseje fazer o controle mais preciso da segurança das conexões de rede estabelecidas no e com o seu computador. Nessa situação, ele poderá usar o modo de segurança avançado do firewall do Windows para especificar

precisamente quais aplicativos podem e não podem fazer acesso à rede, bem como quais serviços residentes podem, ou não, ser externamente acessados.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. Um firewall (em português: Parede de fogo) é um dispositivo de uma rede de computadores que tem por objetivo aplicar uma política de segurança a um determinado ponto da rede. O firewall pode ser do tipo filtros de pacotes, proxy de aplicações, etc. Os firewalls são geralmente associados a redes TCP/IP.

Este dispositivo de segurança existe na forma de software e de hardware, a combinação de ambos é chamada tecnicamente de "appliance". A complexidade de instalação depende do tamanho da rede, da política de segurança, da quantidade de regras que controlam o fluxo de entrada e saída de informações e do grau de segurança desejado.

2. (PERITO CRIMINAL – CESPE – 2013) Em computadores com sistema operacional Linux ou Windows, o aumento da memória virtual possibilita a redução do consumo de memória RAM em uso, o que permite executar, de forma paralela e distribuída, no computador, uma quantidade maior de programas.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. O que torna esta alternativa mais eficaz é o uso da memória em um dispositivo alternativo (para o PC não "travar"), e não uma redução de consumo de memória RAM em uso, visto que esta opção foi projetada para ajudar quando a memória RAM do PC for insuficiente para a execução de demasiados programas.

3. (PAPILOSCOPISTA – CESPE – 2012) Tanto no sistema operacional Windows quanto no Linux, cada arquivo, diretório ou pasta encontra-se em um caminho, podendo cada pasta ou diretório conter diversos arquivos que são gravados nas unidades de disco nas quais permanecem até serem apagados. Em uma mesma rede é possível haver comunicação e escrita de pastas, diretórios e arquivos entre máquinas com Windows e máquinas com Linux.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. O sistema Linux e o sistema Windows conseguem compartilhar diretórios/pastas entre si pois utilizam-se do protocolo, o SMB.CIFS.

4. (AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014) No Windows, não há possibilidade de o usuário interagir com o sistema operacional por meio de uma tela de computador sensível ao toque.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. As versões mais recentes do Windows existe este recurso. Para usá-lo há a necessidade de que a tela seja sensível ao toque.

5. (AGENTE – CESPE – 2014) Comparativamente a computadores com outros sistemas operacionais, computadores com o sistema Linux apresentam a vantagem de não perderem dados caso as máquinas sejam desligadas por meio de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. Nenhum sistema operacional possui a vantagem de não perder dados caso a máquina seja desligada por meio de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

6. (AGENTE – CESPE – 2014) As rotinas de inicialização GRUB e LILO, utilizadas em diversas distribuições Linux, podem ser acessadas por uma interface de linha de comando.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. É possível acessar as rotinas de inicialização GRUB e LILO para realizar a sua configuração, assim como é possível alterar as opções de inicialização do Windows (em Win+Pause, Configurações Avançadas do Sistema, Propriedades do Sistema, Inicialização e Recuperação).

7. (ESCRIVÃO DE POLÍCIA – CESPE – 2013) Considere que um usuário de login joao_jose esteja usando o Windows Explorer para navegar no sistema de arquivos de um computador com ambiente Windows 7. Considere ainda que, enquanto um conjunto de arquivos e pastas é apresentado, o usuário observe, na barra de ferramentas do Windows Explorer, as seguintes informações: Bibliotecas > Documentos > Projetos. Nessa situação, é mais provável que tais arquivos e pastas estejam contidos no diretório C:\Bibliotecas\Documentos\Projetos que no diretório C:\Users\joao_jose\Documents\Projetos.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. O correto é "C:\Users\joao_jose\Documents\Projetos". Há possibilidade das pastas estarem em outro diretório, se forem feitas configurações customizadas pelo usuário. Mesmo na configuração em português o diretório dos documentos do usuário continua sendo nomeado em inglês: "documents". Portanto, a afirmação de que o diretório seria "C:\biblioteca\documentos\projetos" não está correta. O item considera o comportamento padrão do sistema operacional Windows 7, e, portanto, a afirmação não pode ser absoluta, devido à flexibilidade inerente a este sistema software. A premissa de que a informação fosse apresentada na barra de ferramentas não compromete o entendimento da questão."

8. (DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE – 2004) Ao se clicar a opção *Propriedades*, será exibida uma janela por meio da qual se pode verificar diversas propriedades do arquivo, como o seu tamanho e os seus atributos. Em computadores do tipo PC, a comunicação com periféricos pode ser realizada por meio de diferentes interfaces. Acerca desse assunto, julgue os seguintes itens.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. Dentre as diversas opções que podem ser consultadas ao se ativar as propriedades de um arquivo estão as opções: tamanho e os seus atributos.

MS-OFFICE 2010 OU VERSÕES MAIS RECENTES. MS-WORD 2010 OU VERSÕES MAIS RECENTES: BARRA DE FERRAMENTAS, COMANDOS, ATALHOS E RECURSOS; EDITORAÇÃO E PROCESSAMENTO DE TEXTOS; PROPRIEDADES E ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS; DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO NA PÁGINA; FORMATAÇÃO; CABEÇALHO E RODAPÉ; TABELAS; IMPRESSÃO; INSERÇÃO DE OBJETOS/IMAGENS; CAMPOS PREDEFINIDOS; ENVELOPES, ETIQUETAS, MALA-DIRETA; CAIXAS DE TEXTO. MS-EXCEL 2010 OU VERSÕES MAIS RECENTES: BARRA DE FERRAMENTAS, COMANDOS, ATALHOS E RECURSOS; FUNCIONALIDADES E ESTRUTURA DAS PLANILHAS; CONFIGURAÇÃO DE PAINÉIS E CÉLULAS; LINHAS, COLUNAS, PASTAS, TABELAS E GRÁFICOS; FORMATAÇÃO; USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS; IMPRESSÃO; INSERÇÃO DE OBJETOS/IMAGENS; CAMPOS PREDEFINIDOS; CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS; VALIDAÇÃO DE DADOS E OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS; FILTRAGENS E CLASSIFICAÇÃO DE DADOS

Word 2010, 2013 e detalhes gerais

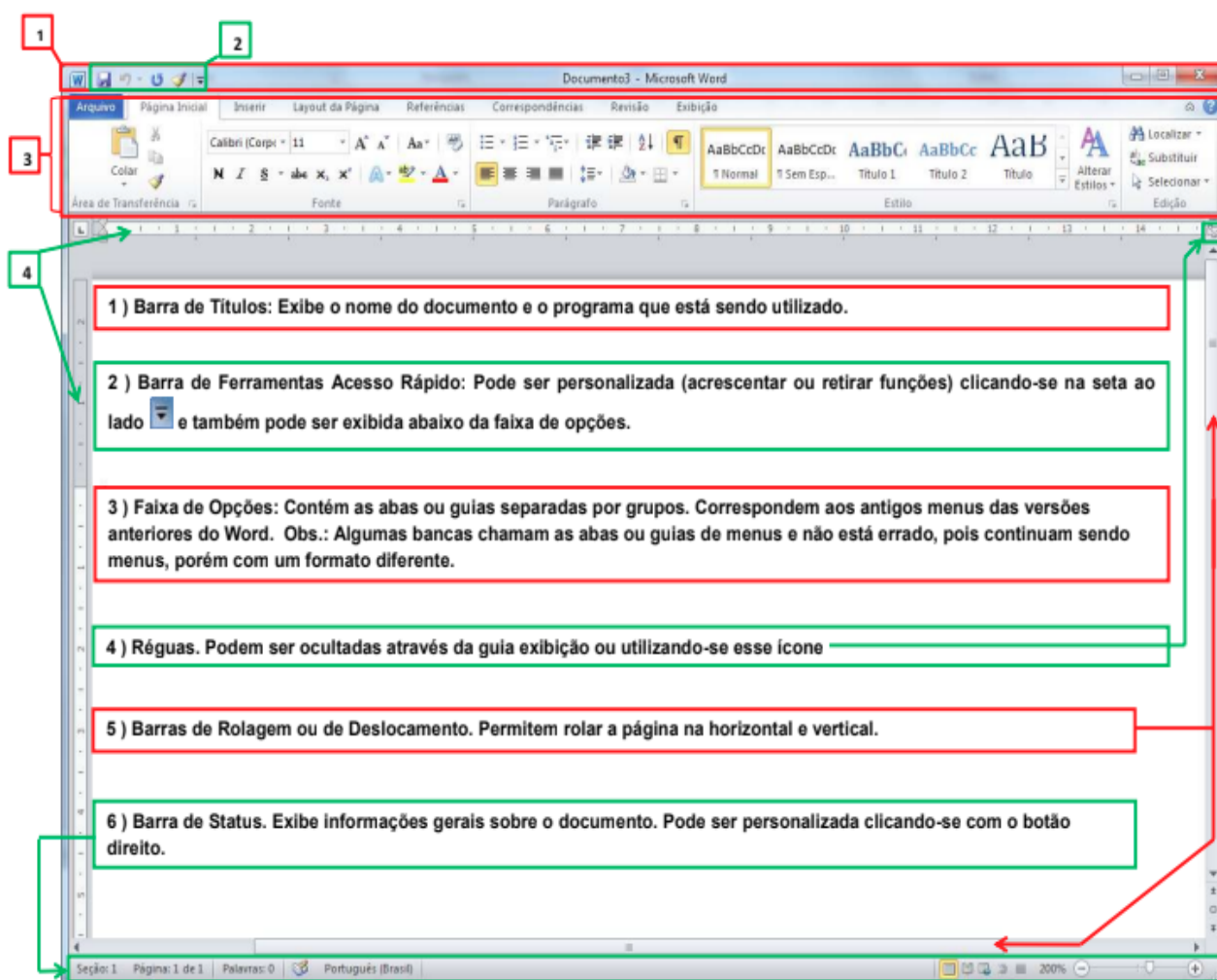


Figura 6: Tela do Microsoft Word 2010

As guias foram criadas para serem orientadas por tarefas, já os grupos dentro de cada guia criam subtarefas para as tarefas, e os botões de comando em cada grupo possui um comando.

As extensões são fundamentais, desde a versão 2007 passou a ser DOCX, mas vamos analisar outras extensões que podem ser abordadas em questões de concursos na Figura 7.

Documento do Word	*.docX	Modelo do Word 97-2003	*.dot
Documento Habilitado para Macro do Word	*.docM	PDF	*.pdf
Modelo do Word	*.dotX	Texto OpenDocument	*.odt
Modelo Habilitado para Macro do Word	*.dotM	Formato Rich Text	*.rtf
Documento do Word 97-2003	*.doc	Texto sem Formatação	*.txt

Figura 7: Extensões de Arquivos ligados ao Word



#FicaDica

As guias envolvem grupos e botões de comando, e são organizadas por tarefa. Os Grupos dentro de cada guia quebram uma tarefa em subtarefas. Os Botões de comando em cada grupo possuem um comando ou exibem um menu de comandos.

Existem guias que vão aparecer apenas quando um determinado objeto aparecer para ser formatado. No exemplo da imagem, foi selecionada uma figura que pode ser editada com as opções que estiverem nessa guia.

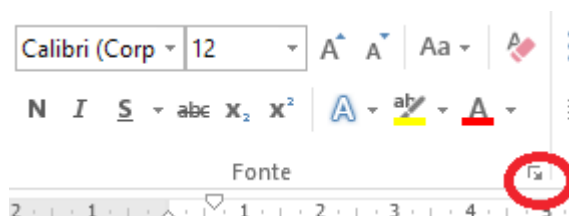


Figura 8: Indicadores de caixa de diálogo

Indicadores de caixa de diálogo – aparecem em alguns grupos para oferecer a abertura rápida da caixa de diálogo do grupo, contendo mais opções de formatação.

As régua orientam na criação de tabulações e no ajuste de parágrafos, por exemplo.

Determinam o recuo da primeira linha, o recuo de deslocamento, recuo à esquerda e permitem tabulações esquerda, direita, centralizada, decimal e barra.

Para ajustar o recuo da primeira linha, após posicionar o cursor do mouse no parágrafo desejado, basta pressionar o botão esquerdo do mouse sobre o "Recuo da primeira linha" e arrastá-lo pela régua.

Para ajustar o recuo à direita do documento, basta selecionar o parágrafo ou posicionar o cursor após a linha desejada, pressionar o botão esquerdo do mouse no "Recuo à direita" e arrastá-lo na régua.

Para ajustar o recuo, deslocando o parágrafo da esquerda para a direita, basta selecioná-lo e mover, na régua, como explicado anteriormente, o "Recuo deslocado".

Podemos também usar o recurso "Recuo à esquerda", que move para a esquerda, tanto a primeira linha quanto o restante do parágrafo selecionado.

Com a régua, podemos criar tabulações, ou seja, determinar onde o cursor do mouse vai parar quando pressionarmos a tecla Tab.

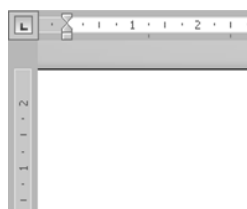


Figura 9: Régua

4. Grupo edição

Permite localizar palavras em um documento, substituir palavras localizadas por outras ou aplicar formatações e selecionar textos e objetos no documento.

Para localizar uma palavra no texto, basta clicar no ícone Localizar, digitar a palavra na linha do localizar e clicar no botão Localizar Próxima.

A cada clique será localizada a próxima palavra digitada no texto. Temos também como realçar a palavra que desejamos localizar para facilitar a visualização da palavra localizada.

Na janela também temos o botão "Mais". Neste botão, temos, entre outras, as opções:

- Diferenciar maiúscula e minúscula: procura a palavra digitada na forma que foi digitada, ou seja, se foi digitada em minúscula, será localizada apenas a palavra minúscula e, se foi digitada em maiúscula, será localizada apenas a palavra maiúscula.
- Localizar palavras inteiras: localiza apenas a palavra exatamente como foi digitada. Por exemplo, se tentarmos localizar a palavra casa e no texto tiver a palavra casaco, a parte "casa" da palavra casaco será localizada, se essa opção não estiver marcada. Marcando essa opção, apenas a palavra casa, completa, será localizada.
- Usar caracteres curinga: com esta opção marcada, usamos caracteres especiais. Por exemplo, é possível usar o caractere curinga asterisco (*) para procurar uma sequência de caracteres (por exemplo, "t*o" localiza "tristonho" e "término").

Veja a lista de caracteres que são considerados curinga, retirada do site do Microsoft Office:

Para localizar	digite	exemplo
Qualquer caractere único	?	s?o localiza salvo e sonho.
Qualquer sequência de caracteres	*	t*o localiza tristonho e término.
O início de uma palavra	<	<(org) localiza organizar e organização, mas não localiza desorganizado.
O final de uma palavra	>	(do)> localiza medo e cedo, mas não localiza domínio.
Um dos caracteres especificados	[]	v[ie]r localiza vir e ver
Qualquer caractere único neste intervalo	[-]	[r-t]ã localiza rã e sã. Os intervalos devem estar em ordem crescente.
Qualquer caractere único, exceto os caracteres no intervalo entre colchetes	[!x-z]	F[!a-m]rro localiza forro, mas não localiza ferro.
Exatamente <i>n</i> ocorrências do caractere ou expressão anterior	{ <i>n</i> }	ca{2}tinga localiza caatinga, mas não catinga.
Pelo menos <i>n</i> ocorrências do caractere ou expressão anterior	{ <i>n</i> ,}	ca{1,}tinga localiza catinga e caatinga.
De <i>n</i> a <i>m</i> ocorrências do caractere ou expressão anterior	{ <i>n</i> , <i>m</i> }	10{1,3} localiza 10, 100 e 1000.
Uma ou mais ocorrências do caractere ou expressão anterior	@	ca@tinga localiza catinga e caatinga.

O grupo tabela é muito utilizado em editores de texto, como por exemplo a definição de estilos da tabela.



Estilos de Tabela

Figura 10: Estilos de Tabela

Fornece estilos predefinidos de tabela, com formatações de cores de células, linhas, colunas, bordas, fontes e demais itens presentes na mesma. Além de escolher um estilo predefinido, podemos alterar a formatação do sombreamento e das bordas da tabela.

Com essa opção, podemos alterar o estilo da borda, a sua espessura, desenhar uma tabela ou apagar partes de uma tabela criada e alterar a cor da caneta e ainda, clicando no "Escolher entre várias opções de borda", para exibir a seguinte tela:

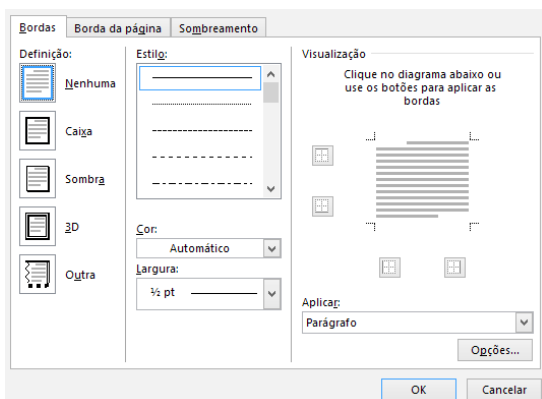


Figura 11: Bordas e sombreamento

Na janela Bordas e sombreamento, no campo "Definição", escolhemos como será a borda da nossa tabela:

- Nenhuma: retira a borda;
- Caixa: contorna a tabela com uma borda tipo caixa;
- Todas: aplica bordas externas e internas na tabela iguais, conforme a seleção que fizemos nos demais campos de opção;
- Grade: aplica a borda escolhida nas demais opções da janela (como estilo, por exemplo) ao redor da tabela e as bordas internas permanecem iguais.
- Estilo: permite escolher um estilo para as bordas da tabela, uma cor e uma largura.
- Visualização: através desse recurso, podemos definir bordas diferentes para uma mesma tabela. Por exemplo, podemos escolher um estilo e, em visualização, clicar na borda superior; escolher outro estilo e clicar na borda inferior; e assim colocar em cada borda um tipo diferente de estilo, com cores e espessuras diferentes, se assim desejarmos.

A guia "Borda da Página", desta janela, nos traz recursos semelhantes aos que vimos na Guia Bordas. A diferença é que se trata de criar bordas na página de um documento e não em uma tabela.

Outra opção diferente nesta guia, é o item Arte. Com ele, podemos decorar nossa página com uma borda que envolve vários tipos de desenhos.

Alguns desses desenhos podem ser formatados com cores de linhas diferentes, outros, porém não permitem outras formatações a não ser o ajuste da largura.

Podemos aplicar as formatações de bordas da página no documento todo ou apenas nas sessões que desejarmos, tendo assim um mesmo documento com bordas em uma página, sem bordas em outras ou até mesmo bordas de página diferentes em um mesmo documento.

5. Grupo Ilustrações:

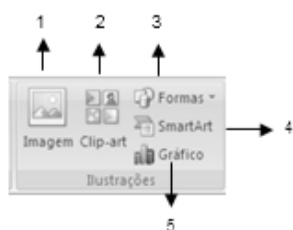


Figura 12: Grupo Ilustrações

- 1 – Inserir imagem do arquivo: permite inserir no texto uma imagem que esteja salva no computador ou em outra mídia, como pendrive ou CD.
- 2 – Clip-art: insere no arquivo imagens e figuras que se encontram na galeria de imagens do Word.
- 3 – Formas: insere formas básicas como setas, cubos, elipses e outras.
- 4 – SmartArt: insere elementos gráficos para comunicar informações visualmente.
- 5 – Gráfico: insere gráficos para ilustrar e comparar dados.

6. Grupo Links:

Inserir hyperlink: cria um link para uma página da Web, uma imagem, um e-mail. Indicador: cria um indicador para atribuir um nome a um ponto do texto. Esse indicador pode se tornar um link dentro do próprio documento.

Referência cruzada: referência tabelas.

Grupo cabeçalho e rodapé:

Inserir cabeçalho

rodapés e números de páginas.

Grupo texto:

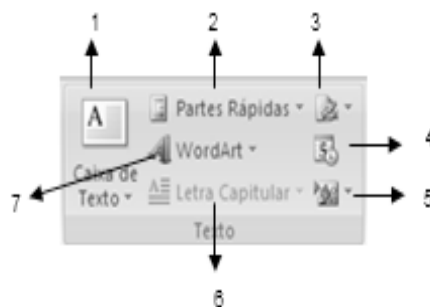


Figura 13: Grupo Texto

- 1 – Caixa de texto: insere caixas de texto pré-formatadas. As caixas de texto são espaços próprios para inserção de textos que podem ser direcionados exatamente onde precisamos. Por exemplo, na figura "Grupo Texto", os números ao redor da figura, do 1 até o 7, foram adicionados através de caixas de texto.
- 2 – Partes rápidas: insere trechos de conteúdos reutilizáveis, incluindo campos, propriedades de documentos como autor ou quaisquer fragmentos de texto pré-formatado.
- 3 – Linha de assinatura: insere uma linha que serve como base para a assinatura de um documento.
- 4 – Data e hora: insere a data e a hora atuais no documento.
- 5 – Inserir objeto: insere um objeto incorporado.
- 6 – Capitular: insere uma letra maiúscula grande no início de cada parágrafo. É uma opção de formatação decorativa, muito usada principalmente, em livros e revistas. Para inserir a letra capitular, basta clicar no parágrafo desejado e depois na opção "Letra Capitular". Veja o exemplo:

Neste parágrafo foi inserida a letra capitular

7. Guia revisão

7.1. Grupo revisão de texto

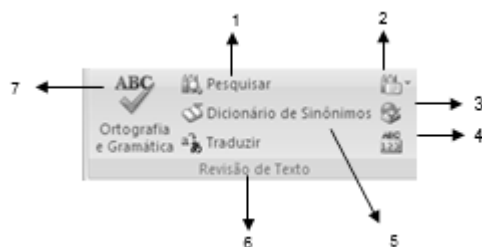


Figura 14: Grupo revisão de texto

- 1 – Pesquisar: abre o painel de tarefas viabilizando pesquisas em materiais de referência como jornais, enciclopédias e serviços de tradução.
- 2 – Dica de tela de tradução: pausando o cursor sobre algumas palavras é possível realizar sua tradução para outro idioma.
- 3 – Definir idioma: define o idioma usado para realizar a correção de ortografia e gramática.
- 4 – Contar palavras: possibilita contar as palavras, os caracteres, parágrafos e linhas de um documento.
- 5 – Dicionário de sinônimos: oferece a opção de alterar a palavra selecionada por outra de significado igual ou semelhante.
- 6 – Traduzir: faz a tradução do texto selecionado para outro idioma.
- 7 – Ortografia e gramática: faz a correção ortográfica e gramatical do documento. Assim que clicamos na opção “Ortografia e gramática”, a seguinte tela será aberta:

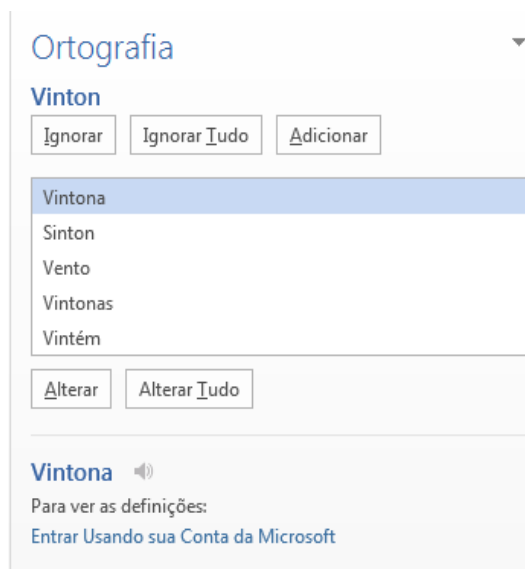


Figura 15: Verificar ortografia e gramática

A verificação ortográfica e gramatical do Word, já busca trechos do texto ou palavras que não se enquadram no perfil de seus dicionários ou regras gramaticais e ortográficas. Na parte de cima da janela “Verificar ortografia e gramática”, aparecerá o trecho do texto ou pa-

lavra considerada inadequada. Em baixo, aparecerão as sugestões. Caso esteja correto e a sugestão do Word não se aplique, podemos clicar em “Ignorar uma vez”; caso a regra apresentada esteja incorreta ou não se aplique ao trecho do texto selecionado, podemos clicar em “Ignorar regra”; caso a sugestão do Word seja adequada, clicamos em “Alterar” e podemos continuar a verificação de ortografia e gramática clicando no botão “Próxima sentença”.

Se tivermos uma palavra sublinhada em vermelho, indicando que o Word a considera incorreta, podemos apenas clicar com o botão direito do mouse sobre ela e verificar se uma das sugestões propostas se enquadra.



#FicaDica

Por exemplo, a palavra informática. Se clicarmos com o botão direito do mouse sobre ela, um menu suspenso nos será mostrado, nos dando a opção de escolher a palavra informática. Clicando sobre ela, a palavra do texto será substituída e o texto ficará correto.

8. Grupo comentário:

Novo comentário: adiciona um pequeno texto que serve como comentário do texto selecionado, onde é possível realizar exclusão e navegação entre os comentários.

9. Grupo controle:

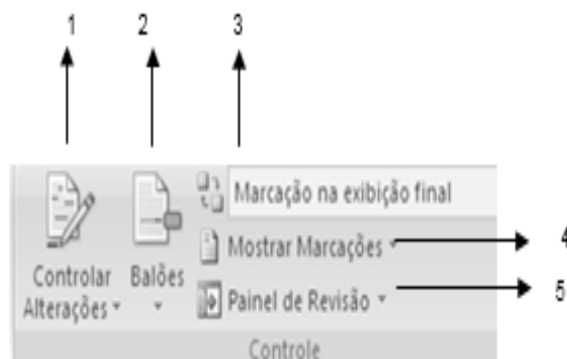


Figura 16: Grupo controle

- 1 – Controlar alterações: controla todas as alterações feitas no documento como formatações, inclusões, exclusões e alterações.
- 2 – Balões: permite escolher a forma de visualizar as alterações feitas no documento com balões no próprio documento ou na margem.
- 3 – Exibir para revisão: permite escolher a forma de exibir as alterações aplicadas no documento.
- 4 – Mostrar marcações: permite escolher o tipo de marcação a ser exibido ou ocultado no documento.
- 5 – Painel de revisão: mostra as revisões em uma tela separada.

10. Grupo alterações:

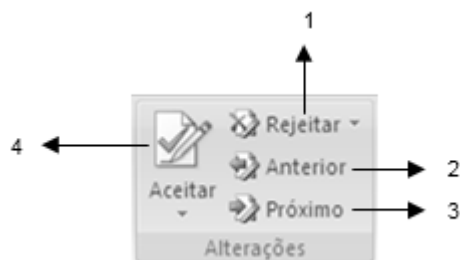


Figura 17: Grupo alterações

- 1 – Rejeitar: rejeita a alteração atual e passa para a próxima alteração proposta.
- 2 – Anterior: navega até a revisão anterior para que seja aceita ou rejeitada.
- 3 – Próximo: navega até a próxima revisão para que possa ser rejeitada ou aceita.
- 4 – Aceitar: aceita a alteração atual e continua a navegação para aceitação ou rejeição.

Para imprimir nosso documento, basta clicar no botão do Office e posicionar o mouse sobre o ícone “Imprimir”. Este procedimento nos dará as seguintes opções:

- Imprimir – onde podemos selecionar uma impressora, o número de cópias e outras opções de configuração antes de imprimir.
- Impressão Rápida – envia o documento diretamente para a impressora configurada como padrão e não abre opções de configuração.
- Visualização da Impressão – promove a exibição do documento na forma como ficará impresso, para que possamos realizar alterações, caso necessário.

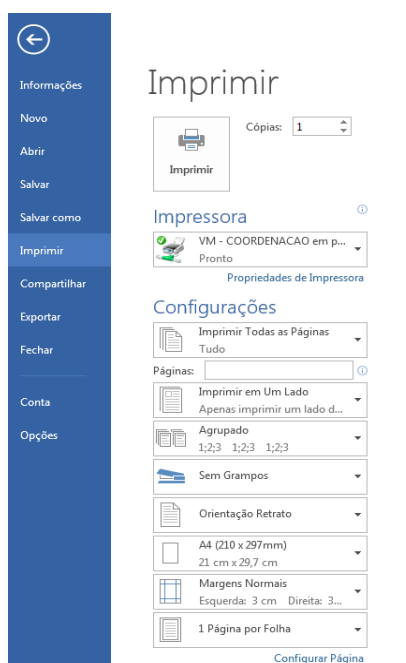


Figura 18: Imprimir

As opções que temos antes de imprimir um arquivo estão exibidas na imagem acima. Podemos escolher a impressora, caso haja mais de uma instalada no com-

putador ou na rede, configurar as propriedades da impressora, podendo estipular se a impressão será em alta qualidade, econômica, tom de cinza, preto e branco, entre outras opções.

Escolhemos também o intervalo de páginas, ou seja, se desejamos imprimir todo o documento, apenas a página atual (página em que está o ponto de inserção), ou um intervalo de páginas. Podemos determinar o número de cópias e a forma como as páginas sairão na impressão. Por exemplo, se forem duas cópias, determinamos se sairão primeiro todas as páginas de número 1, depois as de número 2, assim por diante, ou se desejamos que a segunda cópia só saia depois que todas as páginas da primeira forem impressas.



#FicaDica

Perguntas de intervalos de impressão são constantes em questões de concurso!

Word 2013

Vejamos abaixo alguns novos itens implementados na plataforma Word 2013:

Modo de leitura: o usuário que utiliza o software para a leitura de documentos perceberá rapidamente a diferença, pois seu novo Modo de Leitura conta com um método que abre o arquivo automaticamente no formato de tela cheia, ocultando as barras de ferramentas, edição e formatação. Além de utilizar as setas do teclado (ou o toque do dedo nas telas sensíveis ao toque) para a troca e rolagem da página durante a leitura, basta o usuário dar um duplo clique sobre uma imagem, tabela ou gráfico e o mesmo será ampliado, facilitando sua visualização. Como se não bastasse, clicando com o botão direito do mouse sobre uma palavra desconhecida, é possível ver sua definição através do dicionário integrado do Word.

Documentos em PDF: agora é possível editar um documento PDF no Word, sem necessitar recorrer ao Adobe Acrobat. Em seu novo formato, o Word é capaz de converter o arquivo em uma extensão padrão e, depois de editado, salvá-lo novamente no formato original. Esta façanha, contudo, passou a ser de extensa utilização, pois o uso de arquivos PDF está sendo cada vez mais corriqueiro no ambiente virtual.

Interação de maneira simplificada: o Word trata normalmente a colaboração de outras pessoas na criação de um documento, ou seja, os comentários realizados neste, como se cada um fosse um novo tópico. Com o Word 2013 é possível responder diretamente o comentário de outra pessoa clicando no ícone de uma folha, presente no campo de leitura do mesmo. Esta interação de usuários, realizada através dos comentários, aparece em forma de pequenos balões à margem do documento.

Compartilhamento Online: compartilhar seus documentos com diversos usuários e até mesmo enviá-lo por e-mail tornou-se um grande diferencial da nova plataforma Office 2013. O responsável por esta apresentação online é o Office Presentation Service, porém, para isso, você precisa estar logado em uma Conta Microsoft para

acessá-lo. Ao terminar o arquivo, basta clicar em Arquivo / Compartilhar / Apresentar Online / Apresentar Online e o mesmo será enviado para a nuvem e, com isso, você irá receber um link onde poderá compartilhá-lo também por e-mail, permitindo aos demais usuários baixá-lo em formato PDF.

Ocultar títulos em um documento: apontado como uma dificuldade por grande parte dos usuários, a rolagem e edição de determinadas partes de um arquivo muito extenso, com vários títulos, acabou de se tornar uma tarefa mais fácil e menos desconfortável. O Word 2013 permite ocultar as seções e/ou títulos do documento, bastando os mesmos estarem formatados no estilo Títulos (pré-definidos pelo Office). Ao posicionar o mouse sobre o título, é exibida uma espécie de triângulo a sua esquerda, onde, ao ser clicado, o conteúdo referente a ele será ocultado, bastando repetir a ação para o mesmo reaparecer.

Enfim, além destas novidades apresentadas existem outras tantas, como um layout totalmente modificado, focado para a utilização do software em tablets e aparelhos com telas sensíveis ao toque. Esta nova plataforma, também, abre um amplo leque para a adição de vídeos online e imagens ao documento. Contudo, como forma de assegurar toda esta relação online de compartilhamento e boas novidades, a Microsoft adotou novos mecanismos de segurança para seus aplicativos, retornando mais tranquilidade para seus usuários.

O grande trunfo do Office 2013 é sua integração com a nuvem. Do armazenamento de arquivos a redes sociais, os softwares dessa versão são todos conectados. O ponto de encontro deles é o SkyDrive, o HD na internet da Microsoft.

A tela de apresentação dos principais programas é ligada ao serviço, oferecendo opções de login, upload e download de arquivos. Isso permite que um arquivo do Word, por exemplo, seja acessado em vários dispositivos com seu conteúdo sincronizado. Até a página em que o documento foi fechado pode ser registrada.

Da mesma maneira, é possível realizar trabalhos em conjunto entre vários usuários. Quem não tem o Office instalado pode fazer edições na versão online do sistema. Esses e outros contatos podem ser reunidos no Outlook.

As redes sociais também estão disponíveis nos outros programas. É possível fazer buscas de imagens no Bing ou baixar fotografias do Flickr, por exemplo. Outro serviço de conectividade é o SharePoint, que indica arquivos a serem acessados e contatos a seguir baseado na atividade do usuário no Office.

O Office 365 é um novo jeito de usar os tão conhecidos softwares do pacote Office da Microsoft. Em vez de comprar programas como Word, Excel ou PowerPoint, você agora pode fazer uma assinatura e desfrutar desses aplicativos e de muitos outros no seu computador ou smartphone.

A assinatura ainda traz diversas outras vantagens, como 1 TB de armazenamento na nuvem com o OneDrive, minutos Skype para fazer ligações para telefones fixos e acesso ao suporte técnico especialista da Microsoft. Tudo isso pagando uma taxa mensal, o que você já faz para serviços essenciais para o seu dia a dia, como Netflix e Spotify. Porém, aqui estamos falando da suíte de escritório indispensável para qualquer computador.

Veja abaixo as versões do Office 365



Office 365 Home



Office 365 Personal



**Office Home & Student 2016
para PC**



**Office Home & Student 2016
para Mac**

Figura 19: Versões Office 365

14. LibreOffice Writer

O LibreOffice (que se chamava BrOffice) é um software livre e de código aberto que foi desenvolvido tendo como base o OpenOffice. Pode ser instalado em vários sistemas operacionais (Windows, Linux, Solaris, Unix e Mac OS X), ou seja, é multiplataforma. Os aplicativos dessa suíte são:

- Writer - editor de texto;
- Calc - planilha eletrônica;
- Impress - editor de apresentações;
- Draw - ferramenta de desenho vetorial;
- Base - gerenciador de banco de dados;
- Math - editor de equações matemáticas.

- O LibreOffice trabalha com um formato de padrão aberto chamado Open Document Format for Office Applications (ODF), que é um formato de arquivo baseado na linguagem XML. Os formatos para Writer, Calc e Impress utilizam o mesmo "prefixo", que é "od" de "Open Document". Dessa forma, o que os diferencia é a última letra. Writer → .odt (Open Document Text); Calc → .ods (Open Document Spreadsheet); e Impress → .odp (Open Document Presentations).

Em relação a interface com o usuário, o LibreOffice utiliza o conceito de menus para agrupar as funcionalidades do aplicativo. Além disso, todos os aplicativos utilizam uma interface semelhante. Veja no exemplo abaixo o aplicativo Writer.

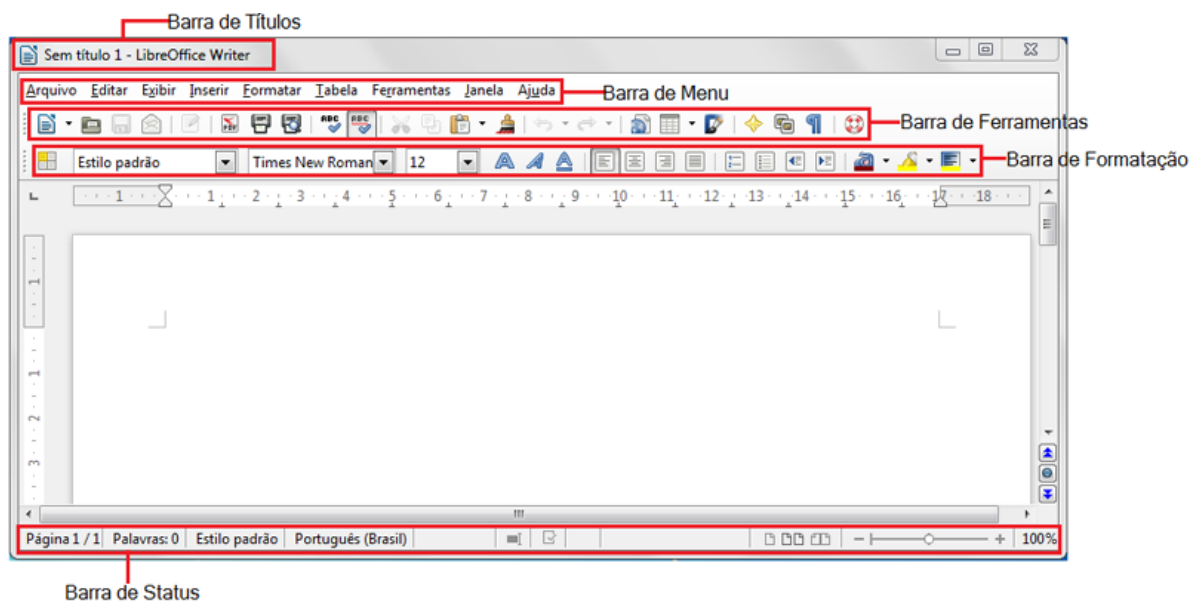


Figura 20: Tela do Libreoffice Writer

O LibreOffice permite que o usuário crie tarefas automatizadas que são conhecidas como macros (utilizando a linguagem LibreOffice Basic).

O Writer é o editor de texto do LibreOffice e o seu formato de arquivo padrão é o .odt (Open Document Text). As principais teclas de atalho do Writer são:

Destacar essa tabela devido a recorrência em cair atalhos em concurso

Ação	Atalho	Como é no Word . . .
Criar um documento	Ctrl + N	Ctrl + O
Salvar	Ctrl + S	Ctrl + B
Abrir um documento	Ctrl + O	Ctrl + A
Imprimir documento	Ctrl + P	Ctrl + P
Aplicar negrito ao texto selecionado	Ctrl + B	Ctrl + N
Aplicar itálico ao texto selecionado	Ctrl + I	Ctrl + I
Sublinhar o texto selecionado	Ctrl + U	Ctrl + S
Localizar	Ctrl + F	Ctrl + L
Alinhar o texto à esquerda	Ctrl + L	Ctrl + Q
Centralizar o texto	Ctrl + E	Ctrl + E
Alinhar o texto à direita	Ctrl + R	Ctrl + G
Justificar o texto	Ctrl + J	Ctrl + J
Verifica a ortografia e gramática do texto	F7	F7

Figura 21: Atalhos Word x Writer

EDITOR DE TEXTO MS WORD 2016

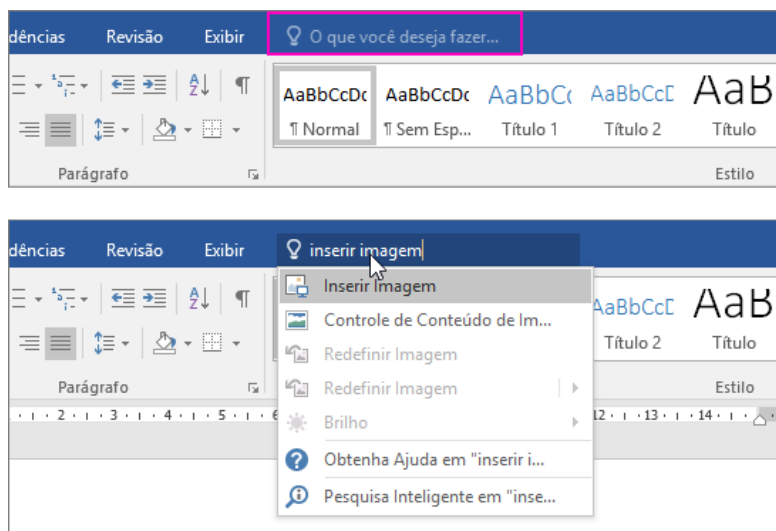
Novidades do Word 2016 para Windows¹

O Word 2016 para Windows tem todas as funcionalidades e recursos conhecidos, com alguns aprimoramentos e novos recursos do Office 2016.

Veja alguns dos novos recursos.

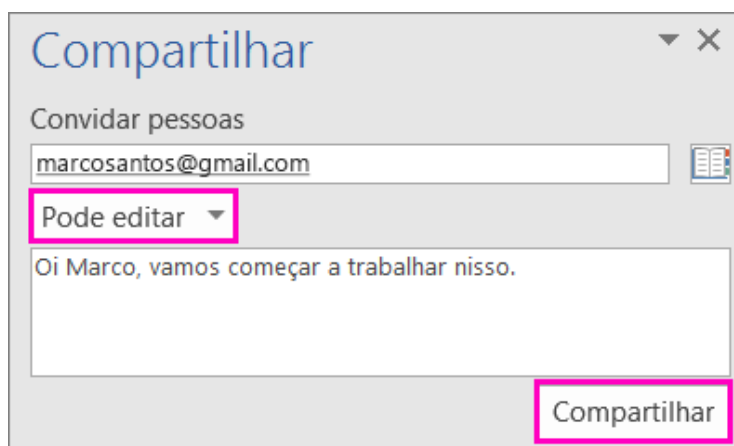
Realize ações rapidamente com o recurso Diga-me

Observe que há uma caixa de texto na Faixa de Opções do Word 2016 com a mensagem O que você deseja fazer. Esse é um campo de texto no qual você insere palavras ou frases relacionadas ao que deseja fazer e obtém rapidamente os recursos que pretende usar ou as ações que deseja realizar. Se preferir, use o Diga-me para encontrar ajuda sobre o que está procurando ou para usar a Pesquisa Inteligente para pesquisar ou definir o termo que você inseriu.

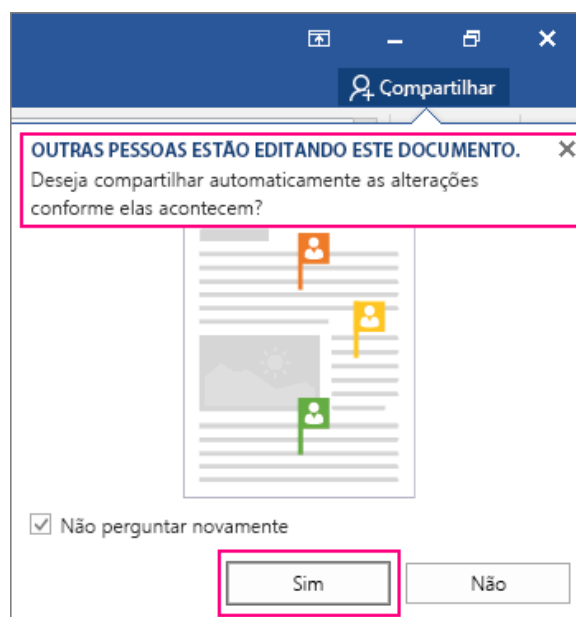


Trabalhe em grupo em tempo real

Ao armazenar um documento online no OneDrive ou no SharePoint e compartilhá-lo com colegas que usam o Word 2016 ou Word Online, vocês podem ver as alterações uns dos outros no documento durante a edição. Após salvar o documento online, clique em Compartilhar para gerar um link ou enviar um convite por email. Quando seus colegas abrem o documento e concordam em compartilhar automaticamente as alterações, você vê o trabalho em tempo real.

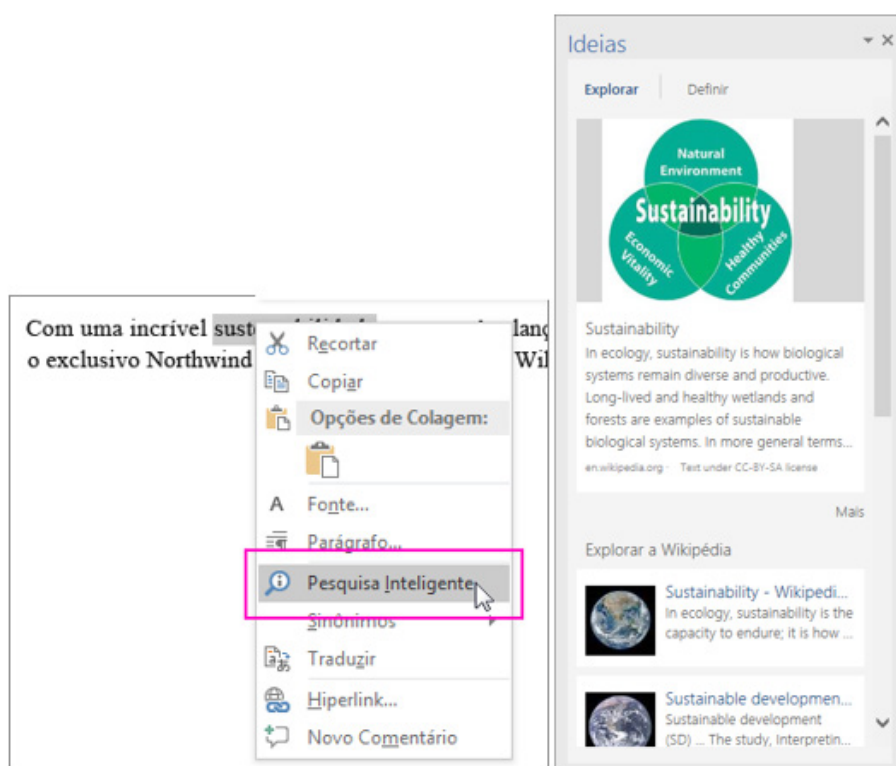


¹ Fonte: <https://support.office.com/pt-br/article/Novidades-do-Word-2016-para-Windows-4219dfb5-23fc-4853-95aa-b13a674a6670?ui=en-US&rs=pt-BR&ad=BR>



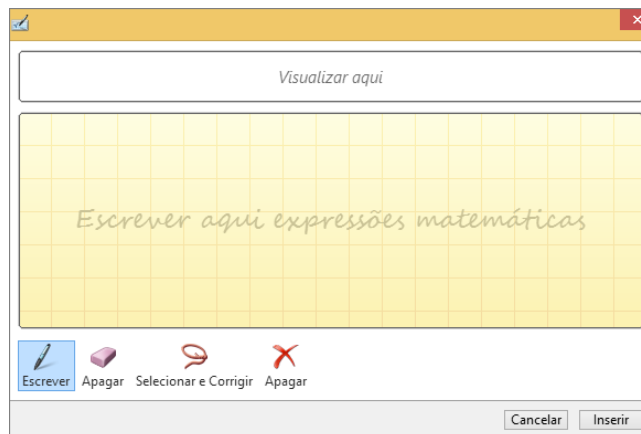
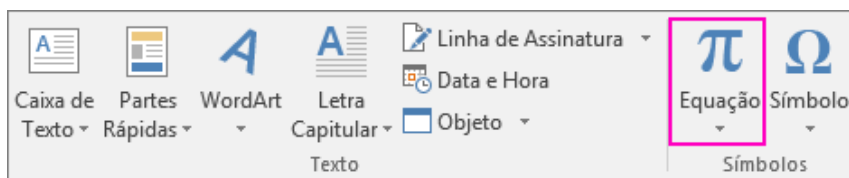
Ideias para o trabalho que está realizando

A Pesquisa Inteligente da plataforma Bing apresenta as pesquisas diretamente no Word 2016. Quando você seleciona uma palavra ou frase, clica com o botão direito do mouse sobre ela e escolhe Pesquisa Inteligente, o Painel de ideias é exibido com as definições, os artigos Wiki e as principais pesquisas relacionadas da Web.



Equações à tinta

Incluir equações matemáticas ficou muito mais fácil. Vá até **Inserir > Equação > Equação à Tinta** sempre que desejar incluir uma equação matemática complexa em um documento. Se tiver um dispositivo sensível ao toque, use o dedo ou uma caneta de toque para escrever equações matemáticas à mão, e o Word 2016 vai convertê-las em texto. Caso não tenha um dispositivo sensível ao toque, use o mouse para escrever. Você pode também apagar, selecionar e fazer correções à medida que escreve.

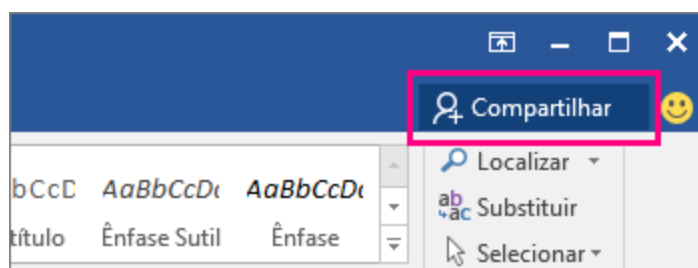


Histórico de versões melhorado

Vá até Arquivo > Histórico para conferir uma lista completa de alterações feitas a um documento e para acessar versões anteriores.

Compartilhamento mais simples

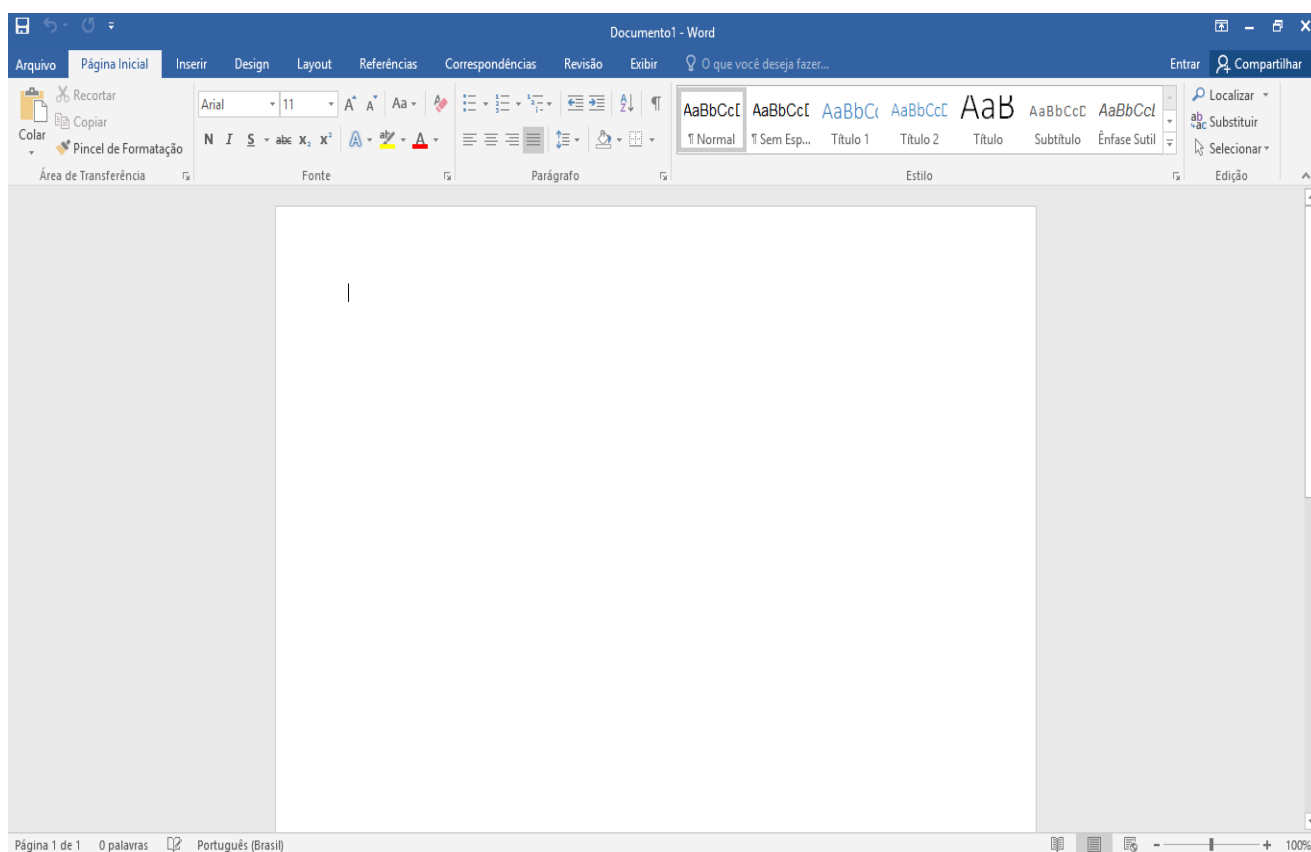
Clique em Compartilhar para compartilhar seu documento com outras pessoas no SharePoint, no OneDrive ou no OneDrive for Business ou para enviar um PDF ou uma cópia como um anexo de email diretamente do Word.



Formatação de formas mais rápida

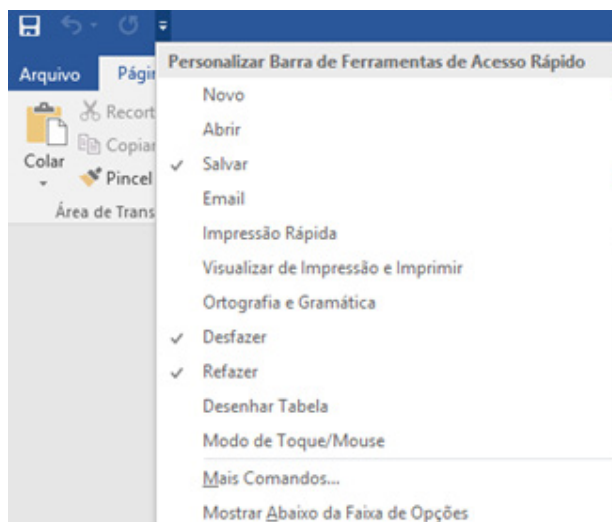
Quando você insere formas da Galeria de Formas, é possível escolher entre uma coleção de preenchimentos pre-definidos e cores de tema para aplicar rapidamente o visual desejado.

Interface

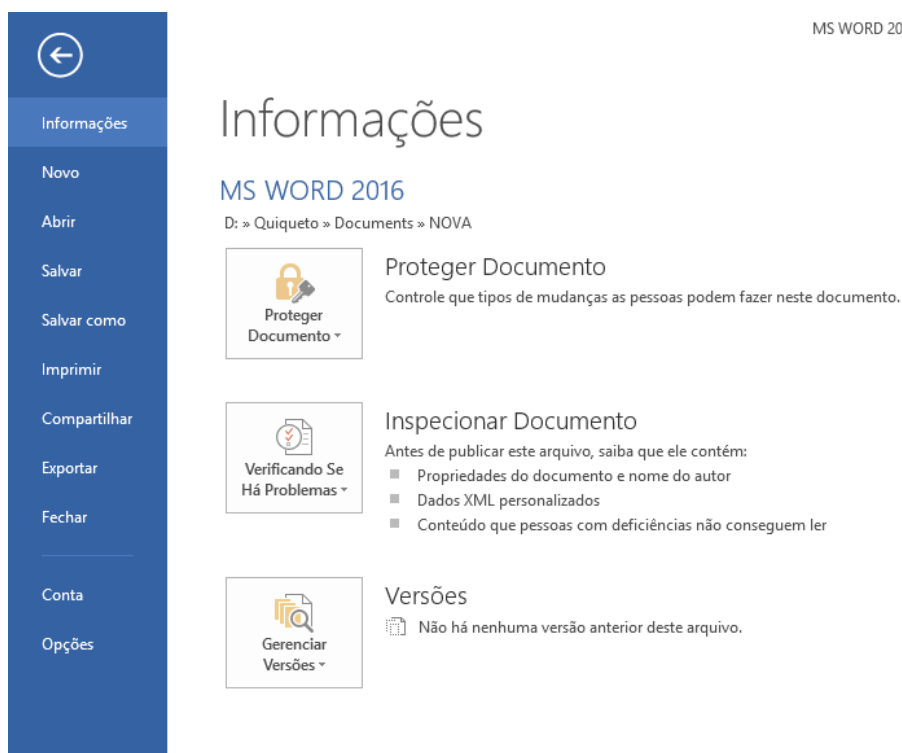


Tela de trabalho do MS Word

No cabeçalho de nosso programa temos a barra de títulos do documento Documento1 - Word, que como é um novo documento apresenta como título "Documento1". Na esquerda temos a Barra de acesso rápido, [ícone] que permite acessar alguns comandos mais rapidamente como salvar, desfazer. Você pode personalizar essa barra, clicando no menu de contexto (flecha para baixo) à direita dela.

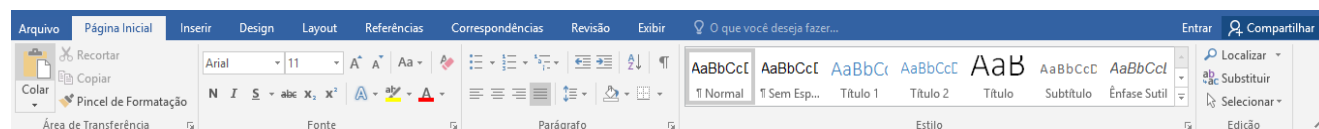


Mais à esquerda tem a ABA Arquivo.

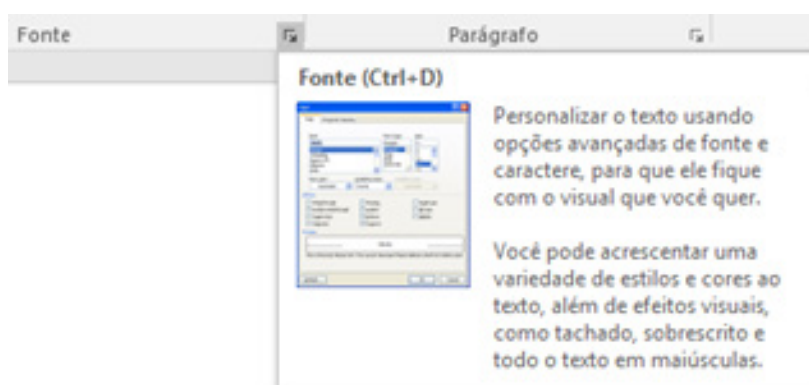


Através dessa ABA, podemos criar novos documentos, abrir arquivos existentes, salvar documentos, imprimir, preparar o documento (permite adicionar propriedades ao documento, criptografar, adicionar assinaturas digitais, etc.).

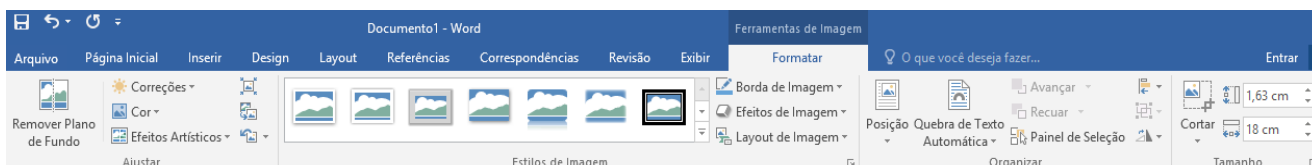
ABAS



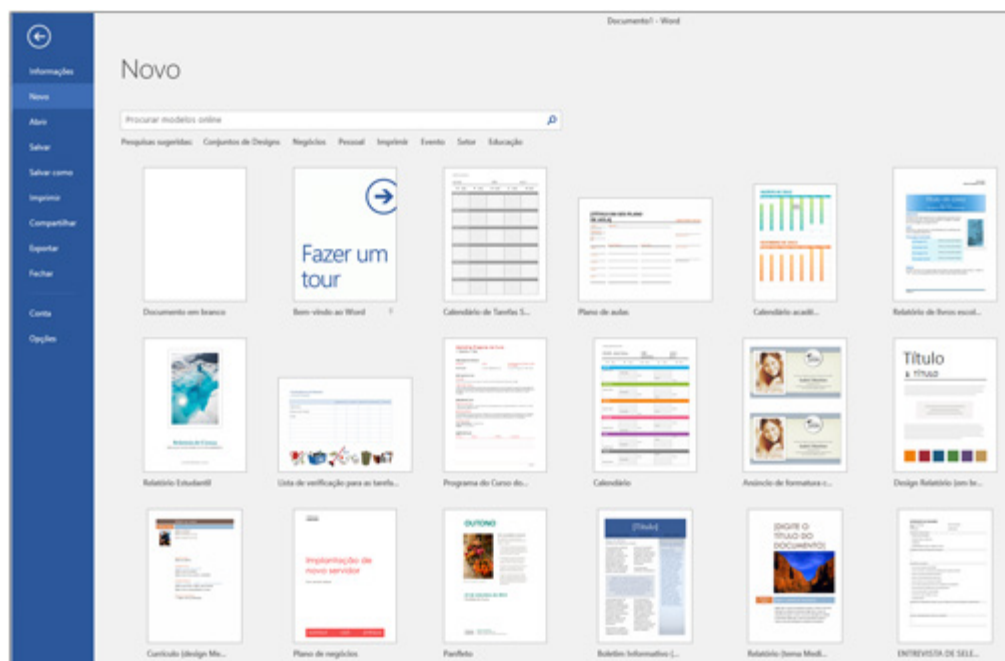
Os comandos para a edição de nosso texto agora ficam agrupadas dentro destas guias. Dentro destas guias temos os grupos de ferramentas, por exemplo, na guia Página inicial, temos "Fonte", "Parágrafo", etc., nestes grupos fica visíveis para os usuários os principais comandos, para acessar os demais comandos destes grupos de ferramentas, alguns destes grupos possuem pequenas marcações na sua direita inferior.



O Word possui também guias contextuais quando determinados elementos dentro de seu texto são selecionados, por exemplo, ao selecionar uma imagem, ele cria na barra de guias, uma guia com a possibilidade de manipulação do elemento selecionado.



Explore a galeria de documentos

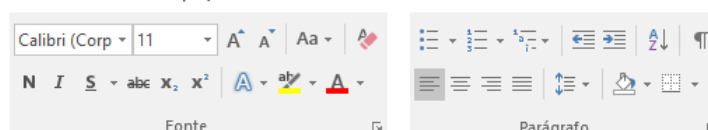


A galeria de documentos é o local onde você pode criar um documento em branco ou usar um modelo predefinido. A galeria fica disponível ao abrir o Word ou você pode acessá-la escolhendo Arquivo > Novo se estiver trabalhando em um documento existente.

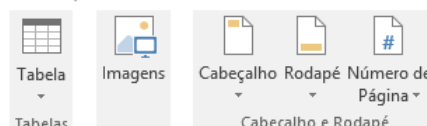
Explorar a faixa de opções



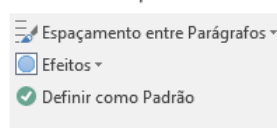
A guia Página Inicial é onde você pode adicionar marcadores e numeração ao texto, alinhá-lo, alterar o espaçamento entre linhas em seu documento e muito mais.



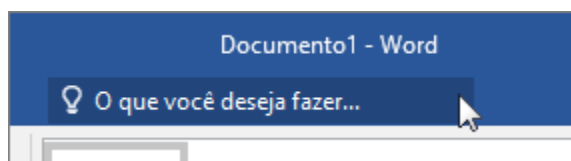
A guia Inserir é onde você pode inserir imagens ou tabelas, adicionar cabeçalhos ou rodapés e muitos mais.



A guia Design é onde você pode alterar o espaçamento entre linhas de um documento ou controlar a aparência do seu documento.

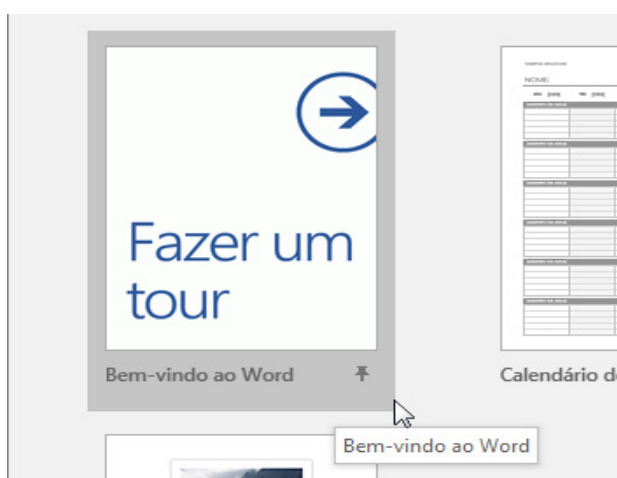


Saiba mais sobre a caixa Diga-me



Diga-Me é uma nova ferramenta de pesquisa e está disponível no Word, no PowerPoint e no Excel 2016. Ela exibe os comandos necessários quando você digita o que deseja fazer. Por exemplo, digite "configurações de fonte" na janela Diga-me o que você quer fazer. Em seguida, escolha uma das sugestões exibidas ou escolha Obter Ajuda sobre "configurações de fonte" para abrir o visualizador da Ajuda.

Faça um tour do Word 2016



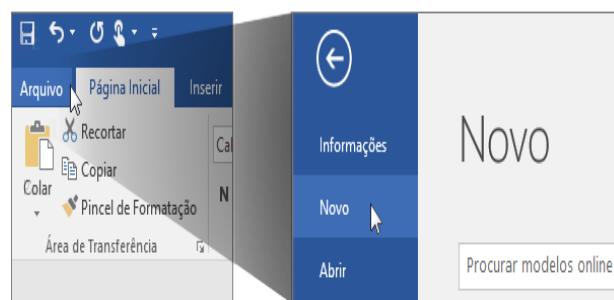
Quando o Word abrir, clique em Faça um tour ou digite "Bem-vindo ao Word" na caixa Pesquisar modelos online. O modelo Bem-vindo ao Word é aberto.

Este documento permite que você explore cinco áreas:

- Usar guias dinâmicas de layout e alinhamento
- Colaborar no Modo de Exibição Marcação Simples
- Inserir Imagens e Vídeos Online
- Desfrutar da Leitura
- Editar conteúdo em PDF no Word

Criando um documento

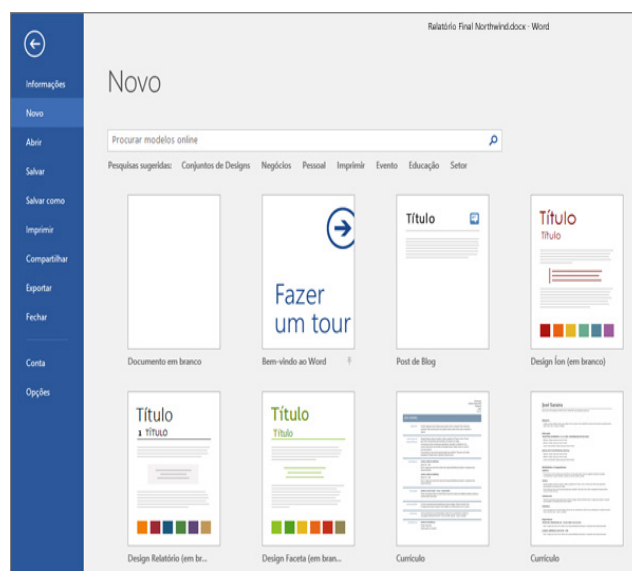
Quando você abre o Word, a galeria de documentos é exibida, permitindo que você escolha o modelo de documento em branco ou um dos vários outros modelos.



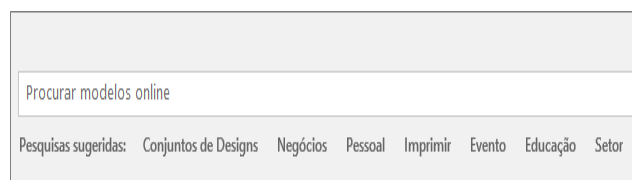
Utilizando um modelo

Quando você inicia um aplicativo do Office, como o Word, o Excel, o PowerPoint, o Visio ou o Access, a primeira coisa que você vê é uma lista de modelos que podem ser usados para criar seus arquivos e documentos.

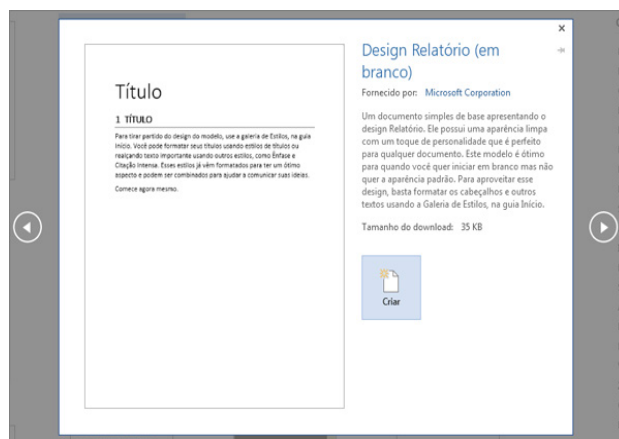
Para encontrar modelos para os aplicativos do Office a qualquer momento, selecione Arquivo > Novo. Veja um exemplo de como isso é exibido no Word:



Insira uma pesquisa para o tipo de modelo que você está procurando na caixa de pesquisa que diz Procurar modelos online. Para navegar pelos tipos de modelos populares, selecione qualquer uma das palavras-chave abaixo da caixa de pesquisa.



Selecione a miniatura de um modelo para ver uma visualização maior de como ele é. Você pode usar as setas em ambos os lados da visualização para rolar pelos modelos relacionados. Depois de encontrar um modelo de que você gosta, selecione Criar.



#FicaDica

Se você usa um modelo com frequência, pode fixá-lo para que esteja sempre à mão quando você inicia o aplicativo do Office. Basta selecionar o ícone de pino que aparece abaixo da miniatura na lista de modelos.

Modos de documento e compatibilidade

Quando você abre um documento no Word 2016, ele se encontra em um destes modos:

- Modo Word 2013-2016
- Modo de Compatibilidade do Word 2010
- Modo de Compatibilidade do Word 2007
- Modo de Compatibilidade do Word 97-2003

Caso você veja o Modo de Compatibilidade na barra de título, saiba como descobrir em que modo você está:

- Clique em Arquivo > Informações.
- Na seção Inspecionar Documento, clique em Verificar Problemas e em Verificar Compatibilidade.

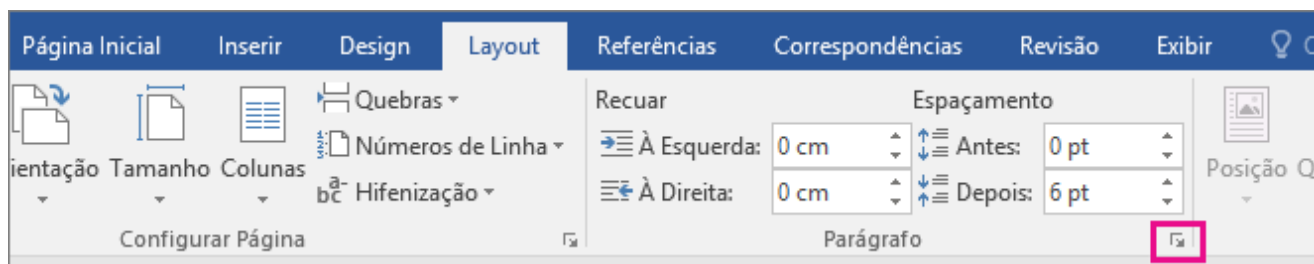
Clique em Selecionar versões a exibir para verificar se há uma marca de seleção exibida ao lado do nome do modo em que o documento se encontra.

Ajustar recuos e espaçamento no Word

Quando você quiser fazer alterações precisas nos recuos e no espaçamento ou quando quiser fazer várias alterações de uma só vez, use as configurações na guia Recuos e Espaçamento na caixa de diálogo Parágrafo.

Selecione o texto que deseja ajustar.

Clique em Layout e clique na seta para o iniciador da caixa de diálogo no grupo Parágrafo.



Na guia Recuos e Espaçamento, escolha as configurações (veja abaixo os detalhes de cada configuração) e clique em OK.

Opções da caixa de diálogo Parágrafo

Escolha uma destas opções na caixa de diálogo Parágrafo. Na parte inferior da caixa de diálogo, a caixa Visualização mostra a aparência das opções antes que você as aplique.

Geral	
Alinhamento	Escolha À Esquerda para alinhar o texto à esquerda com uma margem direita irregular (ou use o atalho de teclado CTRL+L).
	Escolha Centralizar para centralizar o texto com uma borda esquerda e direita irregulares (CTRL+E).
	Escolha À Direita para alinhar o texto à direita com uma margem esquerda irregular (CTRL+R).
	Escolha Justificar para alinhar o texto à esquerda e à direita, adicionando espaço entre as palavras (CTRL+J).
Nível da estrutura de tópicos	O nível no qual o parágrafo aparece no modo de exibição de Estrutura de Tópicos.
	Escolha Recolhido por padrão se quiser que o documento seja aberto com os títulos recolhidos por padrão.

Recuo		
Para a Esquerda	Move-se no lado esquerdo do parágrafo de acordo com quantidade que você escolher.	
Para a Direita	Move-se no lado direito do parágrafo de acordo com quantidade que você escolher.	
Especial	Escolha Primeira linha > Por para recuar a primeira linha de um parágrafo.	
	Escolha Deslocamento > Por para criar um recuo deslocado.	
Espelhar recuos	Quando você escolher isso, Esquerda e Direita tornam-se Dentro e Fora. Isso é para impressão de estilo de livro.	
Espaçamento		
Antes	Ajusta a quantidade de espaço antes de um parágrafo.	
Depois	Ajusta a quantidade de espaço após um parágrafo	
Espaçamento entre linhas	Escolha Simples para texto com espaçamento simples.	
	Escolha 1,5 linhas para definir o espaçamento do texto uma vez e meia o do espaçamento único.	
	Escolha Duplo para texto com espaçamento duplo.	
	Escolha Pelo menos > Em para definir a quantidade mínima de espaçamento necessário para acomodar a maior fonte ou gráfico na linha.	
	Escolha Exatamente > Em para definir o espaçamento de linha fixa, expresso em pontos. Por exemplo, se o texto estiver em fonte de 10 pontos, você pode especificar 12 pontos como o espaçamento entre linhas.	
	Escolha Múltiplo > Em para definir o espaçamento de linha como um múltiplo expresso em números maiores que 1. Por exemplo, definir o espaçamento entre linhas como 1,15 aumentará o espaço em 15% e definir o espaçamento entre linhas como 3 aumentará o espaço em 300% (espaçamento triplo).	
Não adicionar ...	Escolha Não adicionar espaço entre parágrafos do mesmo estilo quando não quiser espaço adicional entre os parágrafos.	

Se você quiser salvar as configurações como padrão, clique em Definir como padrão.

Clicar em Guias... abre a caixa de diálogo Guias, onde você pode definir precisamente as guias.

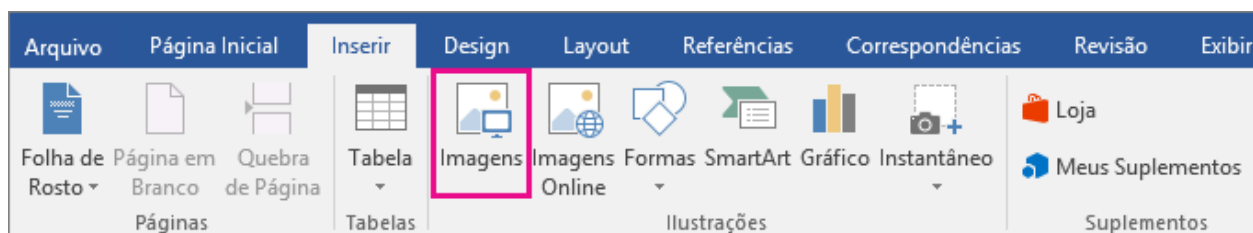
Inserir imagens

As imagens podem ser inseridas (ou copiadas) a partir de vários locais diferentes, inclusive de um computador, de uma fonte online como o Bing.com ou de uma página da Web.

Inserir uma imagem a partir de um computador

Clique no local em que deseja inserir a imagem no documento.

Clique em Inserir > Imagens.



Navegue até a imagem que você deseja inserir, selecione-a e clique em Inserir.

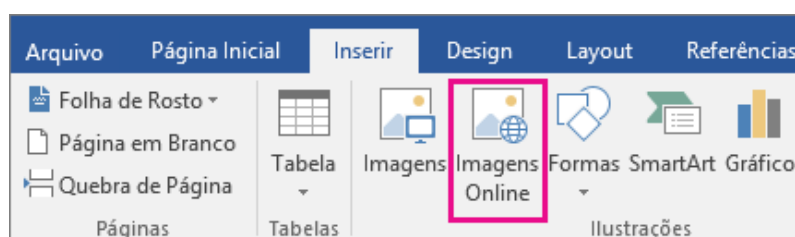
OBSERVAÇÃO: Por padrão, o Word insere a imagem em um documento. Mas você pode, de forma alternativa, vincular seu documento à imagem para reduzir seu tamanho. Para fazê-lo, na caixa de diálogo Inserir Imagem, clique na seta ao lado de Inserir e clique em Vincular ao Arquivo.

Inserir imagem a partir de uma fonte online

Caso não tenha uma imagem ideal no seu computador, experimente inserir uma a partir de uma fonte online, como o Bing ou o Flickr.

Clique no local onde deseja inserir a imagem no documento.

Clique em Inserir > Imagens Online.



Na caixa de pesquisa, digite uma palavra ou frase que descreva a imagem desejada e pressione Enter.

Na lista de resultados, clique na imagem desejada e em Inserir.

Inserir uma imagem a partir de uma página da Web

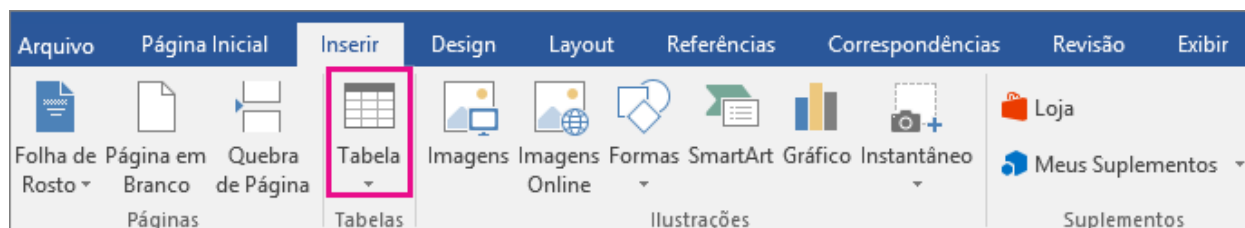
Abra seu documento.

Na página da Web, clique com o botão direito do mouse na imagem que deseja e clique em Copiar.

No seu documento, clique com o botão direito do mouse no local que deseja inserir a imagem e clique em Colar.

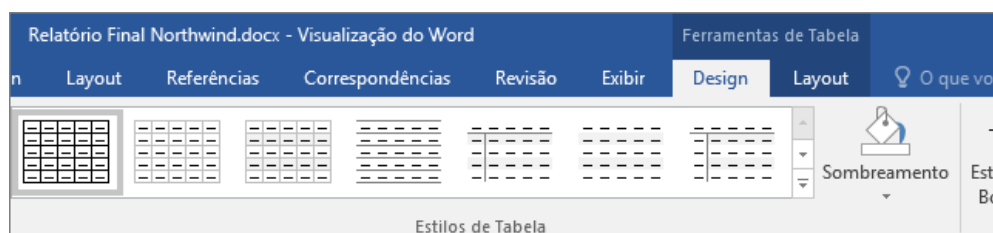
Inserir uma tabela

Para inserir rapidamente uma tabela, clique em Inserir > Tabela e mova o cursor sobre a grade até realçar o número correto de colunas e linhas desejado.



Clique na tabela exibida no documento. Caso seja necessário fazer ajustes, você poderá adicionar colunas e linhas em uma tabela, excluir linhas ou colunas ou mesclar células.

Quando você clica na tabela, as Ferramentas de Tabela são exibidas.

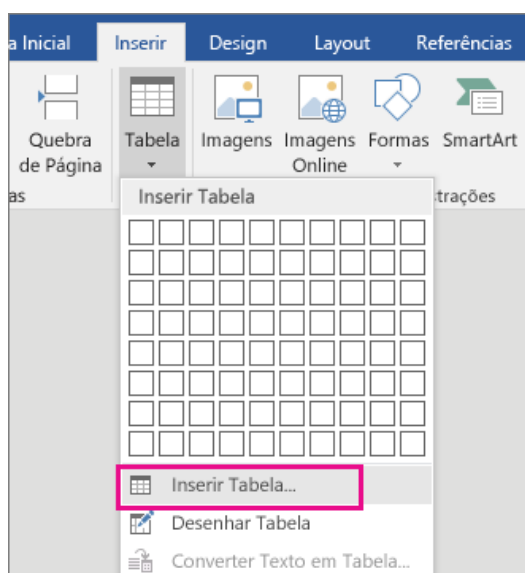


Use as Ferramentas de Tabela para escolher diferentes cores, estilos de tabela, adicionar uma borda a uma página ou remover bordas de uma tabela. Você pode até mesmo inserir uma fórmula para fornecer a soma de uma coluna ou linha de números em uma tabela.

Se você tem um texto que ficará melhor em uma tabela, o Word pode convertê-lo em uma tabela.

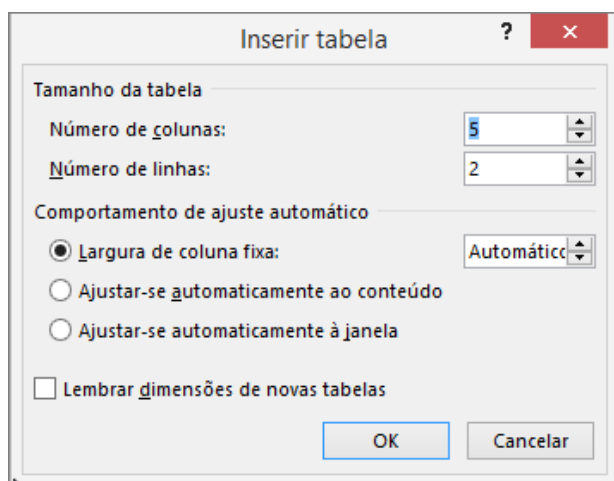
Inserir tabelas maiores ou tabelas com comportamentos de largura personalizada

Para obter tabelas maiores e mais controle sobre as colunas, use o comando Inserir Tabela.



Assim, você pode criar uma tabela com mais de dez colunas e oito linhas, além de definir o comportamento de largura das colunas.

Clique em Inserir > Tabela > Inserir Tabela. Defina o número de colunas e linhas.



Na seção Comportamento de Ajuste Automático, há três opções para configurar a largura das colunas:

Largura fixa da coluna: você pode deixar o Word definir automaticamente a largura das colunas com Automático ou pode definir uma largura específica para todas as colunas.

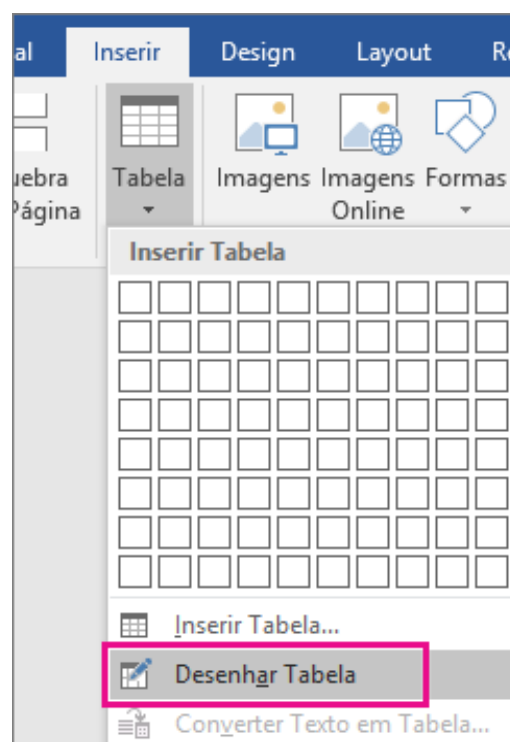
Ajustar-se automaticamente ao conteúdo: isso cria colunas muito estreitas que são expandidas conforme você adiciona conteúdo.

Ajustar-se automaticamente à janela: isso mudará automaticamente a largura de toda a tabela para ajustar-se ao tamanho de seu documento.

Se quiser que as tabelas criadas tenham uma aparência semelhante à da tabela que você está criando, marque a caixa Lembrar dimensões para novas tabelas.

Projetar sua própria tabela

Se quiser ter mais controle sobre a forma das colunas e linhas de sua tabela ou algo diferente de uma grade básica, a ferramenta Desenhar Tabela ajuda a desenhar exatamente a tabela que você deseja.



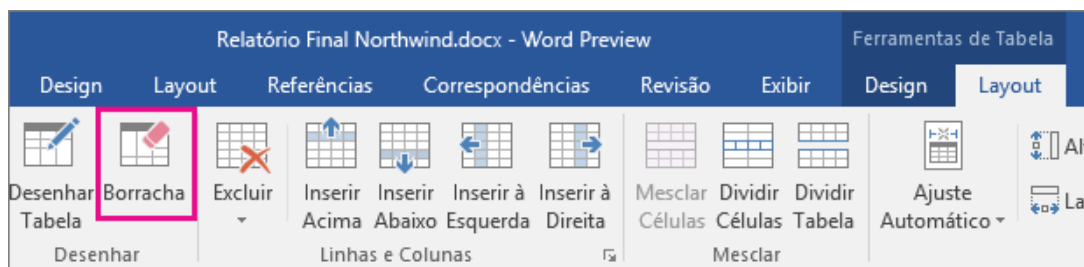
Você mesmo pode desenhar linhas diagonais e células dentro das células.

Clique em Inserir > Tabela > Desenhar Tabela. O ponteiro é alterado para um lápis.

Desenhe um retângulo para fazer as bordas da tabela. Depois, desenhe linhas para as colunas e linhas dentro do retângulo.



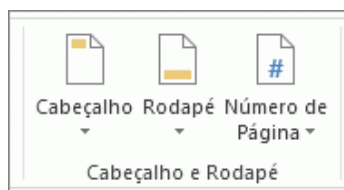
Para apagar uma linha, clique na guia Layout de Ferramentas de Tabela, clique em Borracha e clique na linha que você quer apagar.



Adicionar um cabeçalho ou rodapé

Você pode adicionar muito mais além de números de página aos seus cabeçalhos ou rodapés. Mas para começar, veja como criar e personalizar um cabeçalho ou rodapé simples.

Clique em Inserir e depois clique em Cabeçalho ou Rodapé.



Dezenas de layouts internos são exibidos. Percorra-os e clique naquele que você deseja.

O espaço de cabeçalho e rodapé será aberto em seu documento, junto com as Ferramentas de Cabeçalho e Rodapé. Você precisa fechar as Ferramentas de Cabeçalho e Rodapé para poder editar o corpo do seu documento novamente.

Digite o texto desejado no cabeçalho ou no rodapé. A maioria dos cabeçalhos e rodapés tem texto do espaço reservado (por exemplo, "Título do documento") que você pode digitar diretamente sobre.

DICA: Escolha entre as Ferramentas de Cabeçalho e Rodapé para adicionar mais ao seu cabeçalho ou rodapé, como data e hora, uma imagem e o nome do autor ou outras informações do documento. Você também pode selecionar opções para cabeçalhos diferentes em páginas pares e ímpares, além de indicar que não deseja que o cabeçalho ou rodapé apareça na primeira página.

Quando terminar, clique em Fechar Cabeçalho e Rodapé.



#FicaDica

Sempre que você quiser abrir as Ferramentas de Cabeçalho e Rodapé, clique duas vezes dentro da área de cabeçalho ou rodapé.

Adicionar números de página a um cabeçalho ou rodapé no Word

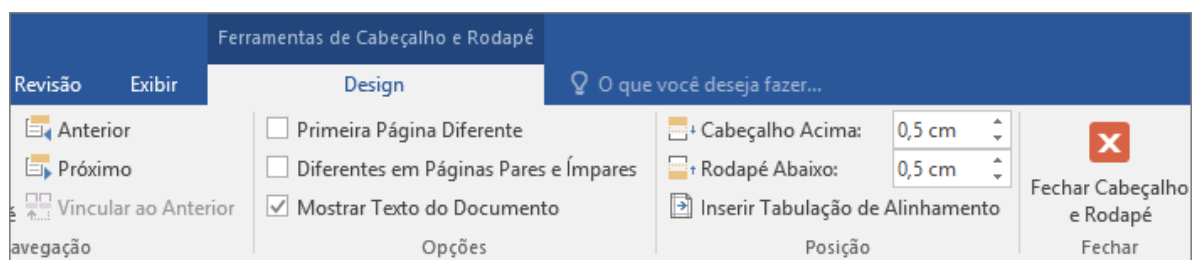
OBSERVAÇÃO: Se você não tiver um cabeçalho ou rodapé, ou se você tiver um cabeçalho ou rodapé que você não queira manter, para adicionar rapidamente números de página, clique em Inserir > Número de Página e selecione o tipo de número da página desejado. Isso substituirá qualquer cabeçalho ou rodapé existente.

Se o documento já tem cabeçalhos ou rodapés, você pode usar o código de campo de Número da Página para adicionar números de página sem substituir os cabeçalhos ou rodapés.

Com mais uma etapa, você poderá exibir o número de página como Página X de Y.

Usar o código Campo de página para adicionar números de página a um cabeçalho ou rodapé

Clique duas vezes na área do cabeçalho ou rodapé (próxima à parte superior da ou inferior da página). Isso abre a guia Design em Ferramentas de Cabeçalho e Rodapé.

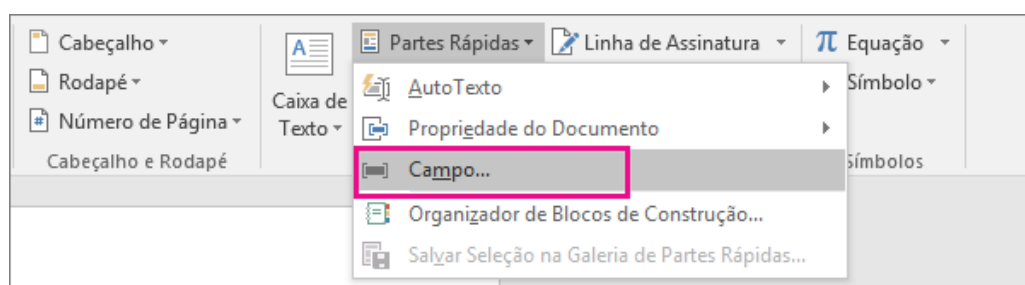


Posicione o cursor onde você deseja adicionar o número da página. Para colocar o número da página no centro ou no lado direito da página, faça o seguinte:

Para colocar o número de página no centro, na guia Design, clique em Inserir Tabulação de Alinhamento > Centralizar > OK.

Para colocar o número de página no lado direito da página, na guia Design, clique em Inserir Tabulação de Alinhamento > Direita > OK.

Na guia Inserir, clique em Partes Rápidas e Campo.



Na lista Nomes de campos, clique em Página e em OK.

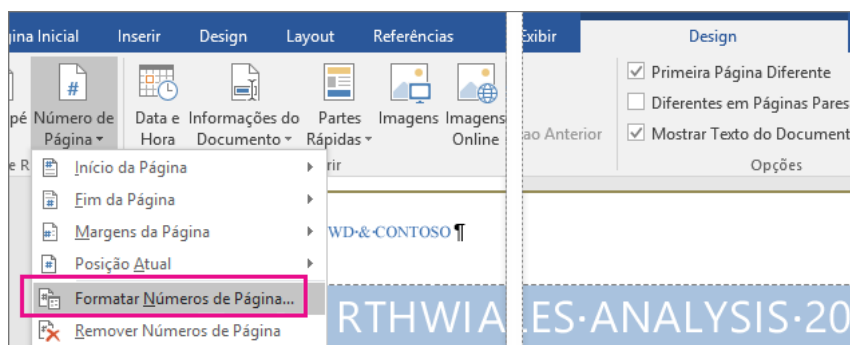
OBSERVAÇÕES: Para mostrar os números de página como Página X de Y, faça o seguinte:

Digite de após o número de página que você acabou de adicionar.

Na guia Inserir, clique em Partes Rápidas e Campo.

Na lista Nomes de campos, clique em NumPages e em OK.

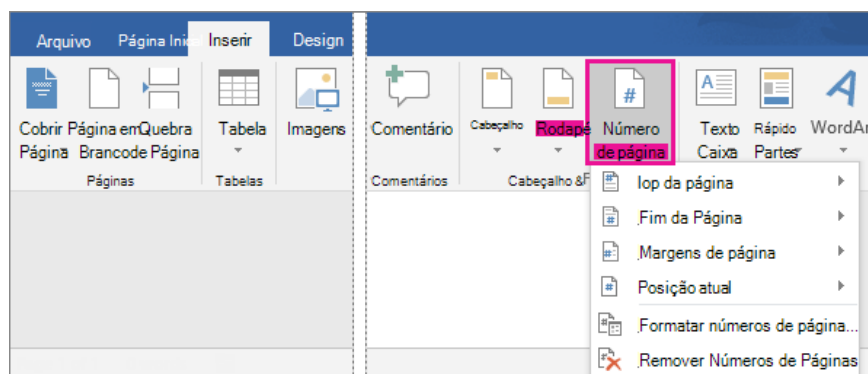
Para alterar o formato de numeração, na guia Design (em Ferramentas de Cabeçalho e Rodapé), clique em Número de Página > Formatar Números de Página.



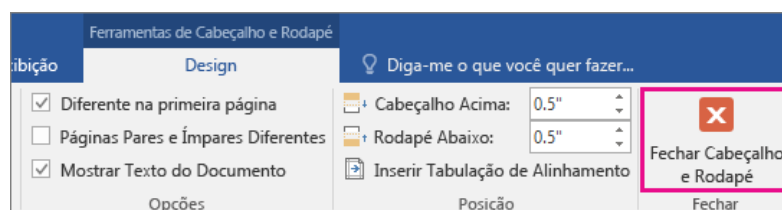
Para retornar ao corpo do documento, clique em Ferramentas de Cabeçalho e Rodapé > Fechar Cabeçalho e Rodapé.

Adicionar números de página no Word

Clique em Inserir > Número de Página, clique em um local (como o Início da Página) e escolha um estilo. O Word numera as páginas de forma automática.



Quando concluir, clique em Fechar Cabeçalho e Rodapé ou clique duas vezes em qualquer lugar fora da área do cabeçalho ou do rodapé.



DICA : O Word numera as páginas de forma automática, mas você pode alterar essa opção se preferir. Por exemplo, caso não pretenda exibir o número da página na primeira página do documento, clique duas vezes ou dê um toque duplo na parte superior ou inferior da página para abrir as ferramentas de cabeçalho e rodapé na guia Design e marque a caixa Primeira Página Diferente. Escolha Inserir > Número da Página > Formatar Números de Página para saber mais.

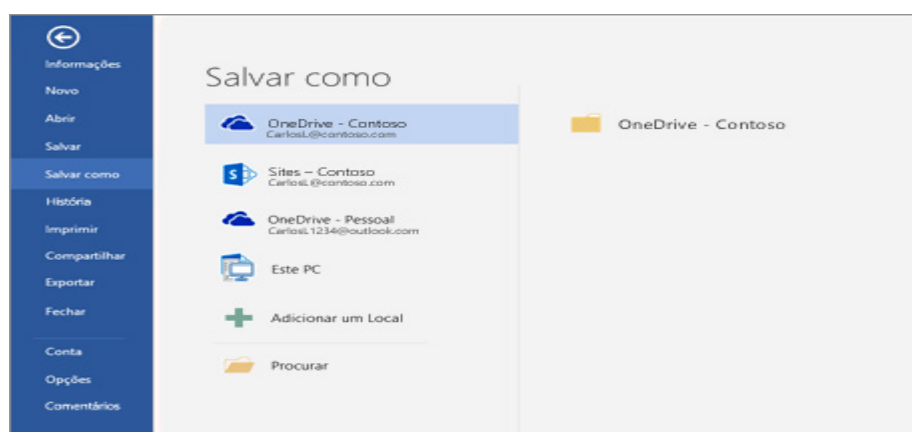
Salvar um documento no Word 2016

O local escolhido para salvar seu documento depende da forma como você planeja usá-lo. Para acessar um documento em praticamente qualquer lugar, compartilhá-lo com outras pessoas ou trabalhar em conjunto com outras pessoas em tempo real, salve-o online. Mas onde você deve salvá-lo? Veja algumas dicas para ajudá-lo a decidir:

Use o site de equipe do OneDrive for Business ou do SharePoint para documentos que serão usados por seus colegas.

Escolha uma pasta pessoal do OneDrive para documentos particulares que somente você pode ver ou que deseja compartilhar com seus amigos e familiares.

Se pretende trabalhar com um documento no computador que você está usando atualmente, salve em uma pasta neste computador.



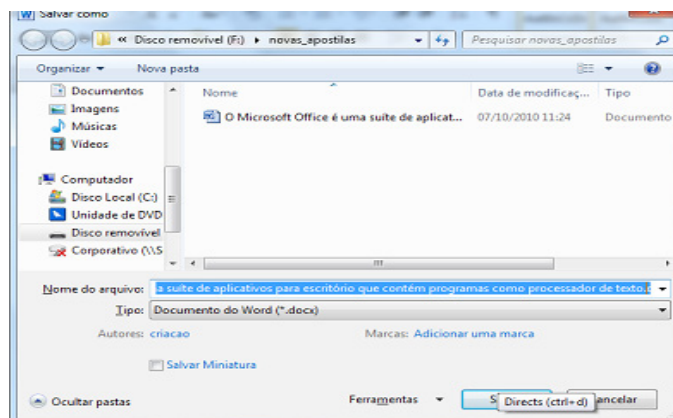
Decida onde salvar seu documento

Use a tabela a seguir para ajudá-lo a escolher um local para salvar seu documento:

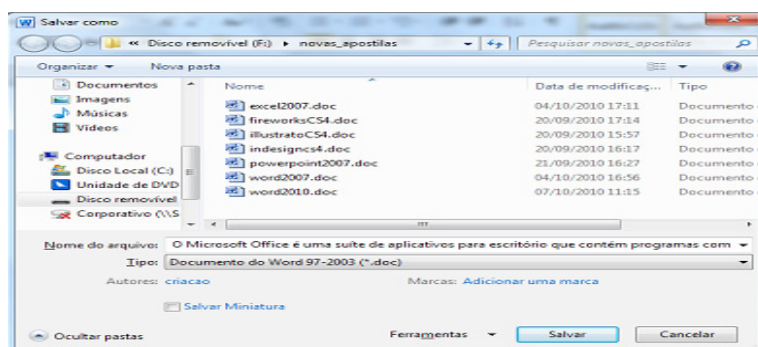
LOCAL PARA SALVAR	USE ESTE PROCEDIMENTO QUANDO QUISER...
OneDrive -Organização	Salvar um documento comercial que você provavelmente desejará compartilhar mais tarde com parceiros de fora de sua equipe ou organização. As opções de compartilhamento permitem escolher as pessoas que você deseja permitir que exibam ou editem o documento.
Sites -Organização	Salvar um documento comercial que você deseja compartilhar com sua equipe. Para mantê-lo privado, coloque-o em uma biblioteca que não seja compartilhada com outras pessoas.
OneDrive - Pessoal	Salvar um documento pessoal que você deseja manter privado ou que deseja compartilhar com amigos e familiares.
Este PC	Salvar um documento em uma pasta no seu computador. Escolha Este PC e escolha uma pasta.
adicionar um local	Adicionar um novo local online. Escolha Adicionar um Local e toque ou clique em Share-Point do Office 365 ou OneDrive.

Salvando Arquivos

É importante ao terminar um documento, ou durante a digitação do mesmo, quando o documento a ser criado é longo, salvar seu trabalho. Salvar consiste em armazenar seu documento em forma de arquivo em seu computador, pendrive, ou outro dispositivo de armazenamento. Para salvar seu documento, clique no botão salvar no topo da tela. Será aberta uma tela onde você poderá definir o nome, local e formato de seu arquivo.



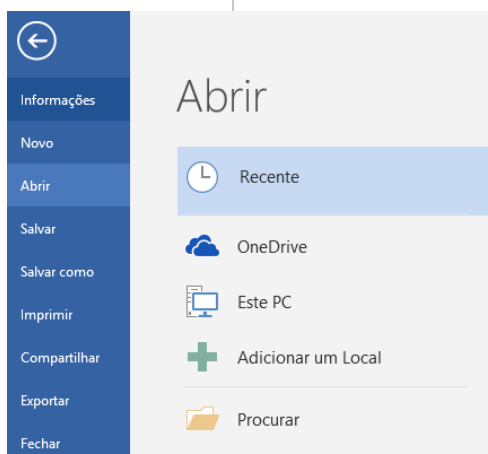
Observe na janela de salvar que o Word procura salvar seus arquivos na pasta Documents do usuário, você pode mudar o local do arquivo a ser salvo, pela parte esquerda da janela. No campo nome do arquivo, o Word normalmente preenche com o título do documento, como o documento não possui um título, ele pega os primeiros 255 caracteres e atribui como nome, é aconselhável colocar um nome menor e que se aproxime do conteúdo de seu texto. "Em Tipo a maior mudança, até versão 2003, os documentos eram salvos no formato ".DOC", a partir da versão 2010, os documentos são salvos na versão ".DOCX", que não são compatíveis com as versões anteriores. Para poder salvar seu documento e manter ele compatível com versões anteriores do Word, clique na direita dessa opção e mude para Documento do Word 97-2003.



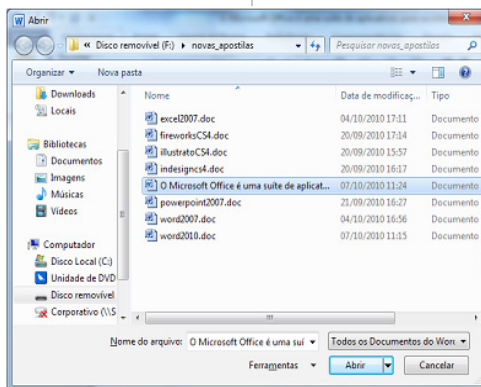
Observe que o nome de seu arquivo agora aparece na barra de títulos.

Abrindo um arquivo do Word

Para abrir um arquivo, você precisa clicar na ABA Arquivo.



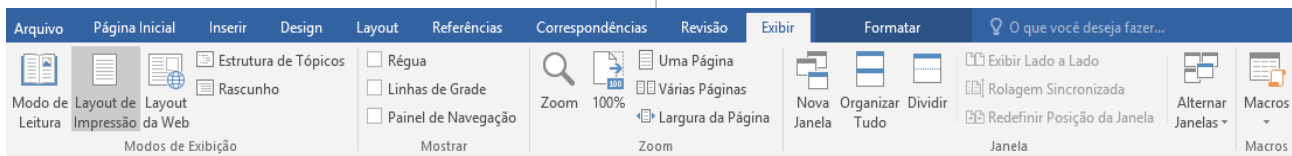
Na esquerda da janela, o botão abrir é o segundo abaixo de novo, observe também que ele mostra uma relação de documentos recentes, nessa área serão mostrados os últimos documentos abertos pelo Word facilitando a abertura. Ao clicar em abrir, será necessário localizar o arquivo no local onde o mesmo foi salvo.



Caso necessite salvar seu arquivo em outro formato, outro local ou outro nome, clique no botão Office e escolha Salvar Como.

Visualização do Documento

Podemos alterar a forma de visualização de nosso documento. No rodapé a direita da tela temos o controle de Zoom. Anterior a este controle de zoom temos os botões de forma de visualização de seu documento,  que podem também ser acessados pela ABA Exibir.

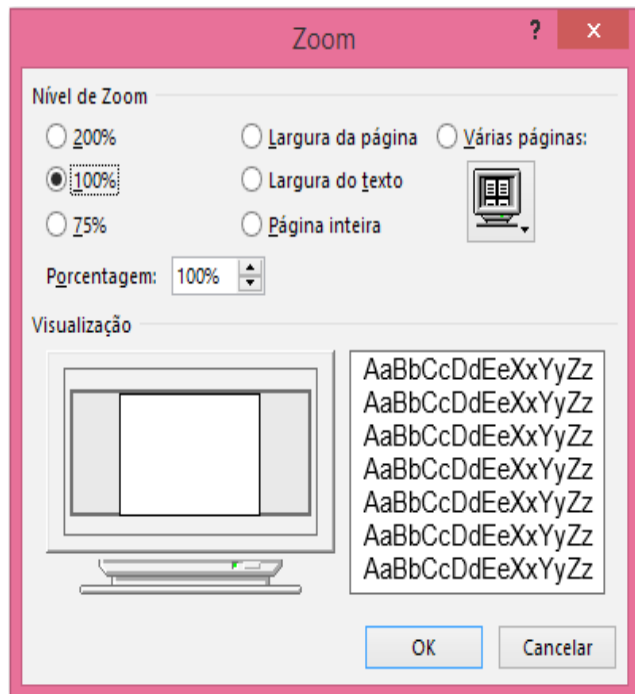


Os cinco primeiros botões são os mesmos que temos em miniaturas no rodapé.

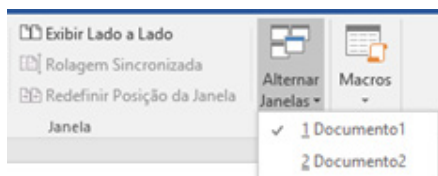
- Layout de Impressão: Formato atual de seu documento é o formato de como seu documento ficará na folha impressa.
- Modo de leitura: Ele oculta as barras de seu documento, facilitando a leitura em tela, observe que no rodapé do documento à direita, ele possui uma flecha apontado para a próxima página. Para sair desse modo de visualização, clique no botão fechar no topo à direita da tela.
- Layout da Web: Aproxima seu texto de uma visualização na Internet, esse formato existe, pois muitos usuários postam textos produzidos no Word em sites e blogs na Internet.
- Estrutura de Tópicos: Permite visualizar seu documento em tópicos, o formato terá melhor compreensão quando trabalharmos com marcadores.

- Rascunho: É o formato bruto, permite aplicar diversos recursos de produção de texto, porém não visualiza como impressão nem outro tipo de meio.

O terceiro grupo de ferramentas da Aba exibição permite trabalhar com o Zoom da página. Ao clicar no botão Zoom o Word apresenta a seguinte janela:



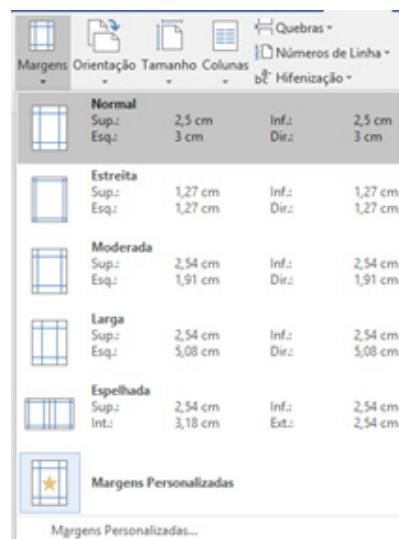
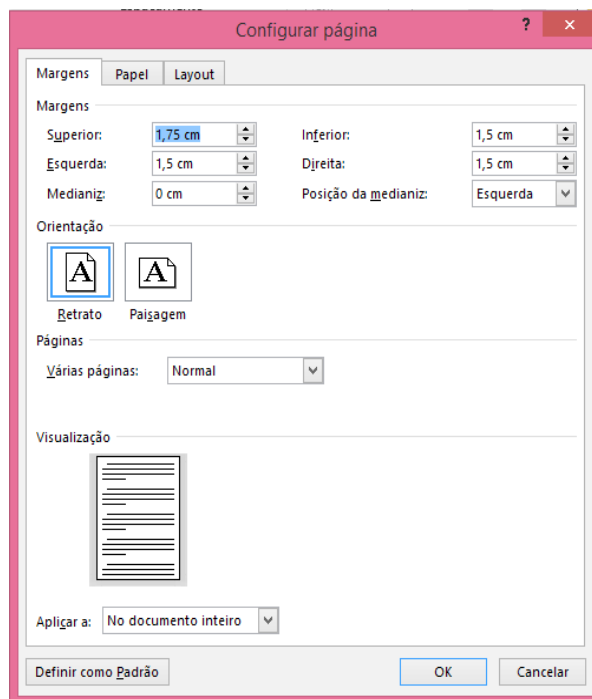
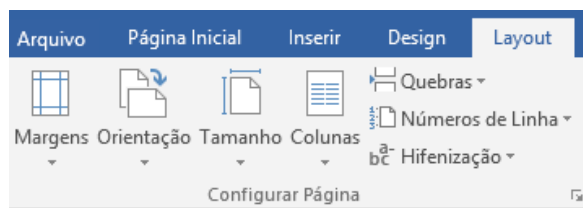
Onde podemos utilizar um valor de zoom predefinido, ou colocarmos a porcentagem desejada, podemos visualizar o documento em várias páginas. E finalizando essa aba temos as formas de exibir os documentos aberto em uma mesma seção do Word.



Configuração de Documentos

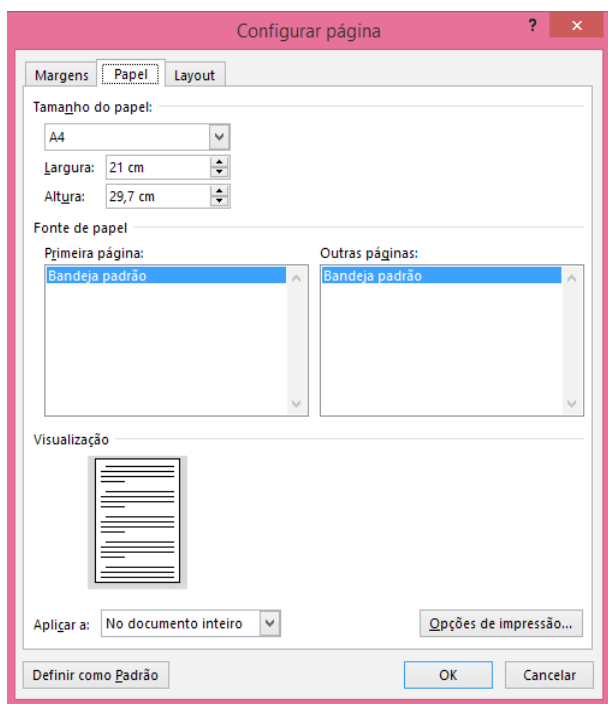
Um dos principais cuidados que se deve ter com seus documentos é em relação à configuração da página. A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) possui um manual de regras para documentações, então é comum escutar "o documento tem que estar dentro das normas", não vou me atentar a nenhuma das normas específicas, porém vou ensinar como e onde estão as opções de configuração de um documento.

No Word 2016 a ABA que permite configurar sua página é a ABA Layout da Página.

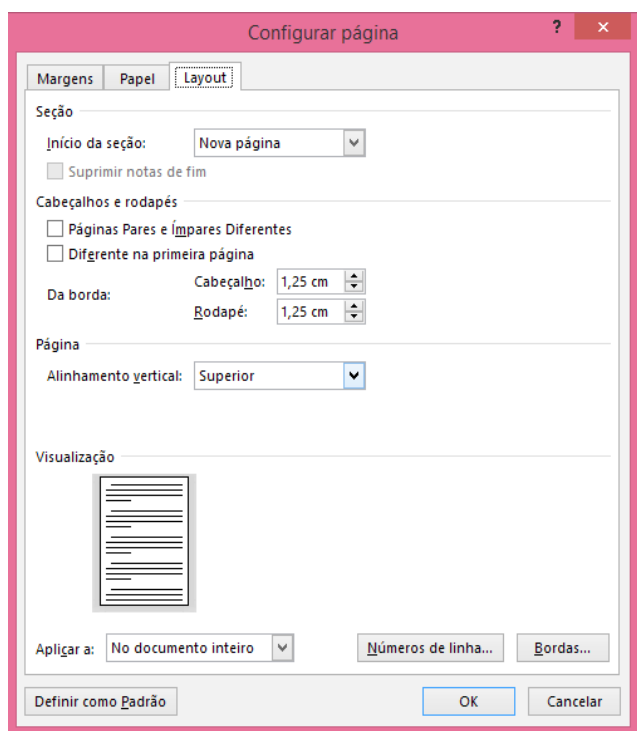


O grupo "Configurar Página", permite definir as margens de seu documento, ele possui alguns tamanhos pré-definidos, como também personalizá-las.

Ao personalizar as margens, é possível alterar as margens superior, esquerda, inferior e direita, definir a orientação da página, se retrato ou paisagem, configurar a fora de várias páginas, como normal, livro, espelho. Ainda nessa mesma janela temos a guia Papel.



Nesta guia podemos definir o tipo de papel, e fonte de alimentação do papel.

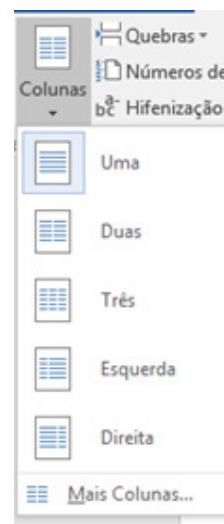


A terceira guia dessa janela chama-se Layout. A primeira opção dessa guia chama-se seção. Aqui se define como será uma nova seção do documento, vamos aprender mais frente como trabalhar com seções.

Em cabeçalhos e rodapés podemos definir se vamos utilizar cabeçalhos e rodapés diferentes nas páginas pares e ímpares, e se quero ocultar as informações de cabe-

çalho e rodapé da primeira página. Em Página, pode-se definir o alinhamento do conteúdo do texto na página. O padrão é o alinhamento superior, mesmo que fique um bom espaço em branco abaixo do que está editado. Ao escolher a opção centralizada, ele centraliza o conteúdo na vertical. A opção números de linha permite adicionar numeração as linhas do documento.

Colunas



Ao clicar em mais Colunas, é possível personalizar as suas colunas, o Word disponibiliza algumas opções pré-definidas, mas você pode colocar em um número maior de colunas, adicionar linha entre as colunas, definir a largura e o espaçamento entre as colunas. Observe que se você pretende utilizar larguras de colunas diferentes é preciso desmarcar a opção "Colunas de mesma largura". Atente também que se preciso adicionar colunas a somente uma parte do texto, eu preciso primeiro selecionar esse texto.

incorporados e com o perfil de usuários ou empresas. Quebra de seção (contínua)

O Office 2007 inclui uma série de novas funcionalidades, a mais notável é a interface gráfica de usuário, completamente nova, chamada de Fluent User Interface, (inicialmente designada a Ribbon UI). O Office 2007 requer o Windows XP com Service Pack 2 ou superior, Windows Server 2003 com Service Pack 1 ou superior, Windows Vista, ou Linux com a camada de compatibilidade CrossOver instalada.

O "Ribbon User Interface" é uma tarefa orientada para interface gráfica do

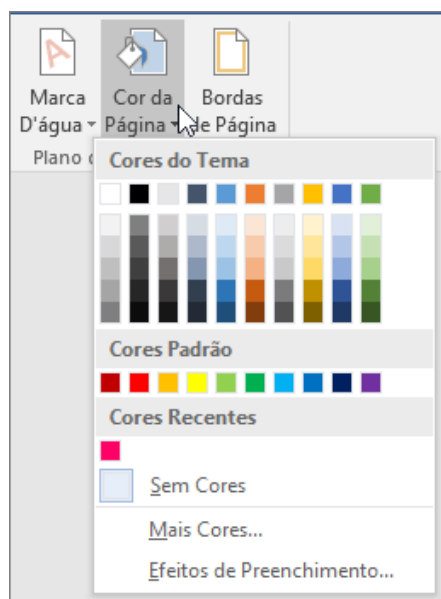
Alterar a cor ou a tela de fundo no Word 2016 para Windows

Para aumentar o apelo visual do documento, adicione uma cor da tela de fundo usando o botão Cor da Página. Você também pode adicionar uma imagem como marca d'água de tela de fundo.

Alterar a cor do plano de fundo

Clique em Design > Cor da Página.

Escolha a cor que deseja em Cores do Tema ou Cores Padrão.



Caso não veja a cor desejada, clique em Mais Cores e escolha a cor desejada usando qualquer uma das opções da caixa Cores.

Para adicionar gradiente, textura, padrão ou imagem, clique em Efeitos de Preenchimento e, em seguida, clique nas guias Gradiente, Textura, Padrão ou Imagem para selecionar as opções desejadas.

Os padrões e texturas são replicados (ou organizados lado a lado) para preencher a página toda. Se você salvar um documento como página Web, as texturas serão salvas como arquivos JPEG e os padrões e gradientes como arquivos PNG.

Remover a cor da tela de fundo

Para remover a cor da página, clique em Design > Cor da Página > Sem Cor.

Adicionar uma imagem como marca d'água em tela de fundo no Word 2016 para Windows

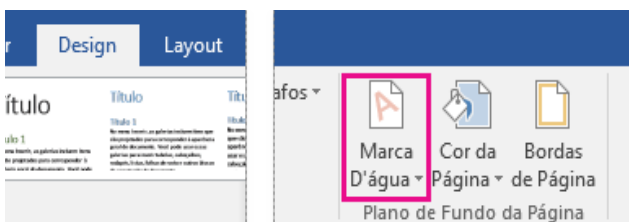
Adicionar uma marca d'água de imagem é uma ótima maneira de aplicar uma marca em seu documento com um logotipo ou adicionar uma tela de fundo atraente. Para inserir uma imagem de tela de fundo rapidamente, adicione-o como uma marca d'água personalizada. Se você quiser mais opções para ajustar a imagem de tela de fundo, insira-a como um cabeçalho.



Adicionar uma imagem de tela de fundo como uma marca d'água

Este método é rápido, mas ele não lhe dá muitas opções para a formatação da imagem.

Clique em Design > Marca D'água.



Clique em Marca D'água Personalizada.

Clique em Marca d'água de imagem > Selecionar Imagem.

Procure (ou pesquise) a imagem desejada e clique em Inserir.

Selecione uma porcentagem em Escala para inserir a imagem com um tamanho específico. Verifique se colocou uma porcentagem grande o suficiente para preencher a página ou simplesmente selecione Automático.

Marque a caixa de seleção Desbotar para clarear a imagem de modo que não interfira no texto.

Clique em OK.

Adicionar uma imagem de tela de fundo com mais opções de formatação

Inserir uma imagem de tela de fundo como um cabeçalho é um pouco mais complexo, mas oferece mais opções de ajuste de fotos.

Clique em Inserir > Cabeçalho > Editar Cabeçalho.

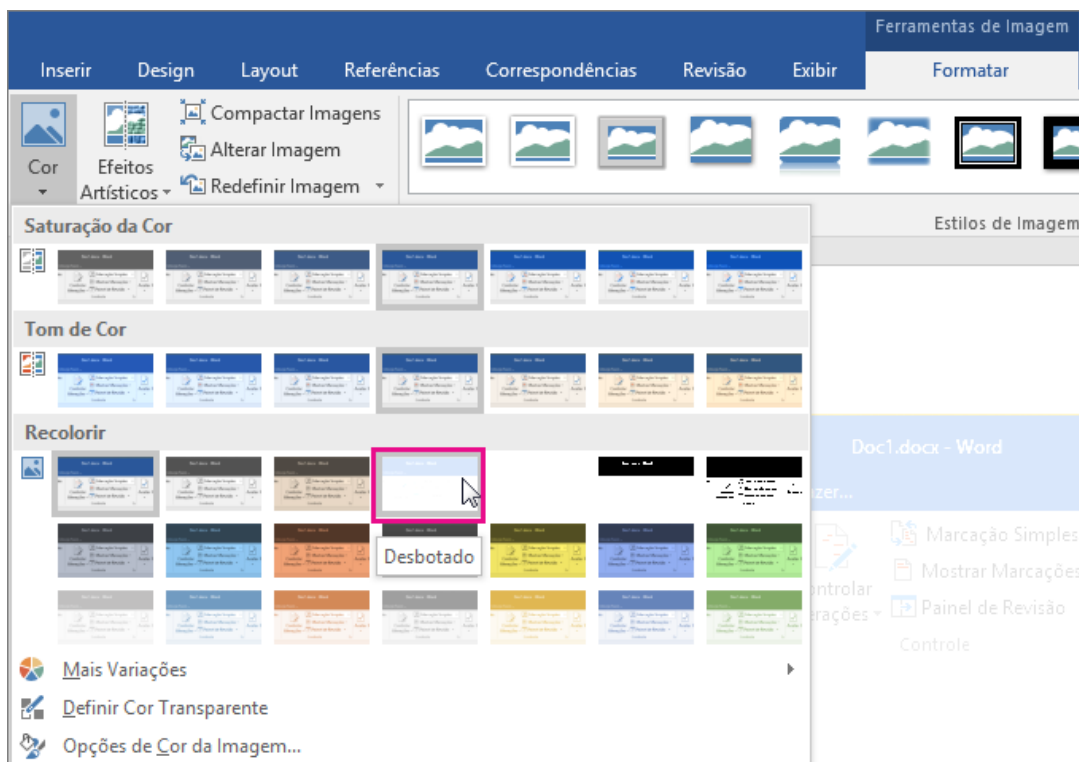
Na guia Ferramentas de Cabeçalho e Rodapé, clique em Imagens.

Vá até a imagem e clique em Inserir.

Na guia Ferramentas de Imagem, clique em Posição e clique na opção centralizada em Com Quebra Automática de Texto.

Em Ferramentas de Imagem, clique em Quebra de Texto Automática > Atrás do Texto.

Em Ferramentas de Imagem, selecione as opções desejadas no grupo Ajustar. Por exemplo, para dar à imagem uma aparência desbotada para que ela não compita com o texto, clique em Cor e, em Recolorir, clique na opção Desbotar:



Clique em Ferramentas de Cabeçalho e Rodapé > Fechar Cabeçalho e Rodapé

Selecionando Textos

Embora seja um processo simples, a seleção de textos é indispensável para ganho de tempo na edição de seu texto. Através da seleção de texto podemos mudar a cor, tamanho e tipo de fonte, etc.

Selecionando pelo Mouse

Ao posicionar o mouse mais a esquerda do texto, o cursor aponta para a direita.

- Ao dar um clique ele seleciona toda a linha
- Ao dar um duplo clique ele seleciona todo o parágrafo.
- Ao dar um triplo clique seleciona todo o texto

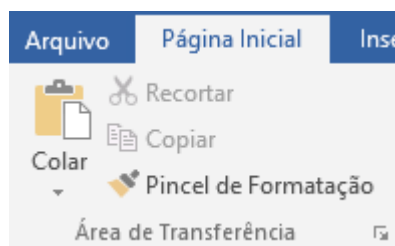
Com o cursor no meio de uma palavra:

- Ao dar um clique o cursor se posiciona onde foi clicado
- Ao dar um duplo clique, ele seleciona toda a palavra.
- Ao dar um triplo clique ele seleciona todo o parágrafo

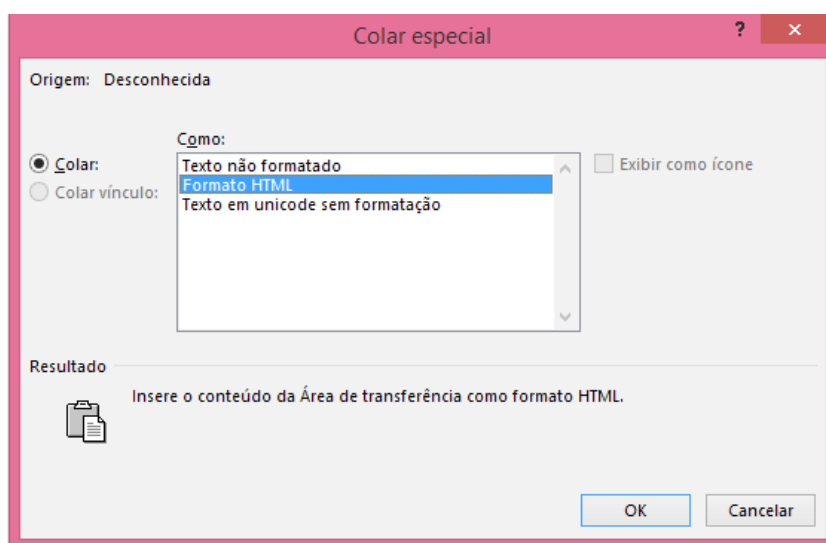
Podemos também clicar, manter o mouse pressionado e arrastar até onde se deseja selecionar. O problema é que se o mouse for solto antes do desejado, é preciso reiniciar o processo, ou pressionar a tecla SHIFT no teclado e clicar ao final da seleção desejada. Podemos também clicar onde começa a seleção, pressionar a tecla SHIFT e clicar onde termina a seleção. É possível selecionar palavras alternadas. Selecione a primeira palavra, pressione CTRL e vá selecionando as partes do texto que deseja modificar.

Copiar e Colar

O copiar e colar no Word funciona da mesma forma que qualquer outro programa, pode-se utilizar as teclas de atalho CTRL+C (copiar), CTRL+X (Recortar) e CTRL+V(Colar), ou o primeiro grupo na ABA Página Inicial.



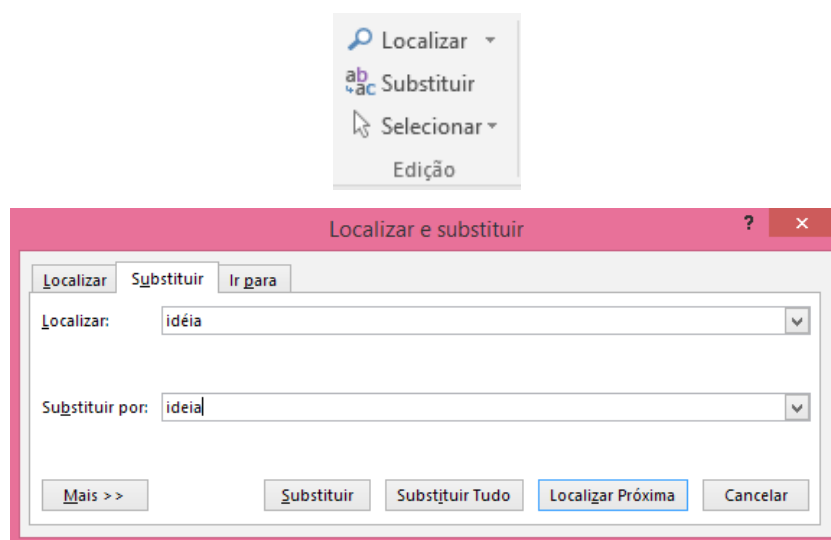
Este é um processo comum, porém um cuidado importante é quando se copia texto de outro tipo de meio como, por exemplo, da Internet. Textos na Internet possuem formatações e padrões deferentes dos editores de texto. Ao copiar um texto da Internet, se você precisa adequá-lo ao seu documento, não basta apenas clicar em colar, é necessário clicar na setinha apontando para baixo no botão Colar, escolher Colar Especial.



Observe na imagem que ele traz o texto no formato HTML. Precisa-se do texto limpo para que você possa manipulá-lo, marque a opção Texto não formatado e clique em OK.

Localizar e Substituir

Ao final da ABA Pagina Inicial temos o grupo edição, dentro dela temos a opção Localizar e a opção Substituir. Clique na opção Substituir.



A janela que se abre possui três guias, localizar, Substituir e Ir para. A guia substituir que estamos vendo, permite substituir em seu documento uma palavra por outra. A substituição pode ser feita uma a uma, clicando em substituir, ou pode ser todas de uma única vez clicando-se no botão Substituir Tudo.

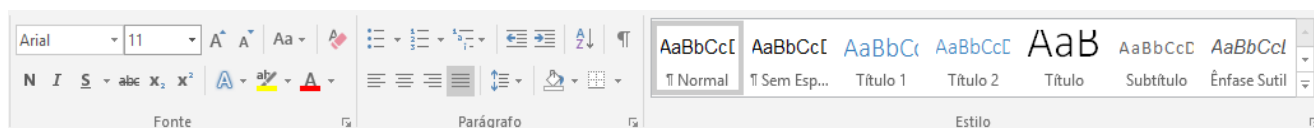
Algumas vezes posso precisar substituir uma palavra por ela mesma, porém com outra cor, ou então somente quando escrita em maiúscula, etc., nestes casos clique no botão Mais. As opções são:

- Pesquisar: Use esta opção para indicar a direção da pesquisa;
- Diferenciar maiúsculas de minúsculas: Será localizada exatamente a palavra como foi digitada na caixa localizar.
- Palavras Inteiras: Localiza uma palavra inteira e não parte de uma palavra. Ex: Atenciosamente.
- Usar caracteres curinga: Procura somente as palavras que você especificou com o caractere coringa. Ex. Se você digitou *ão o Word vai localizar todas as palavras terminadas em ão.

- Semelhantes: Localiza palavras que tem a mesma sonoridade, mas escrita diferente. Disponível somente para palavras em inglês.
- Todas as formas de palavra: Localiza todas as formas da palavra, não será permitida se as opções usar caractere coringa e semelhantes estiverem marcadas.
- Formatar: Localiza e Substitui de acordo com o especificado como formatação.
- Especial: Adiciona caracteres especiais à caixa localizar. A caixa de seleção usar caracteres curinga.

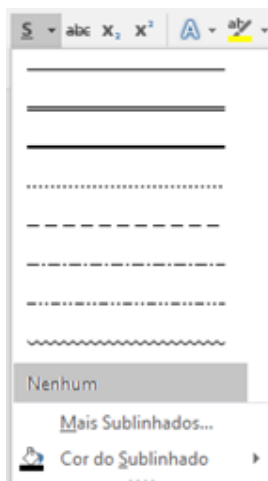
Formatação de texto

Um dos maiores recursos de uma edição de texto é a possibilidade de se formatar o texto. No Office 2016 a ABA responsável pela formatação é a Página Inicial e os grupo Fonte, Parágrafo e Estilo.

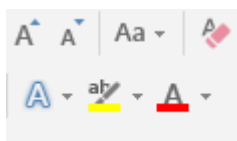


Formatação de Fonte

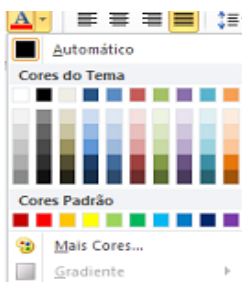
A formatação de fonte diz respeito ao tipo de letra, tamanho de letra, cor, espaçamento entre caracteres, etc., para formatar uma palavra, basta apenas clicar sobre ela, para duas ou mais é necessário selecionar o texto, se quiser formatar somente uma letra também é necessário selecionar a letra. No grupo Fonte, temos visível o tipo de letra, tamanho, botões de aumentar fonte e diminuir fonte, limpar formatação, negrito, itálico, sublinhado, observe que ao lado de sublinhado temos uma seta apontando para baixo, ao clicar nessa seta, é possível escolher tipo e cor de linha.



Ao lado do botão de sublinhado temos o botão Tachado – que coloca um risco no meio da palavra, botão subscripto e sobrescrito e o botão Maiúsculas e Minúsculas.

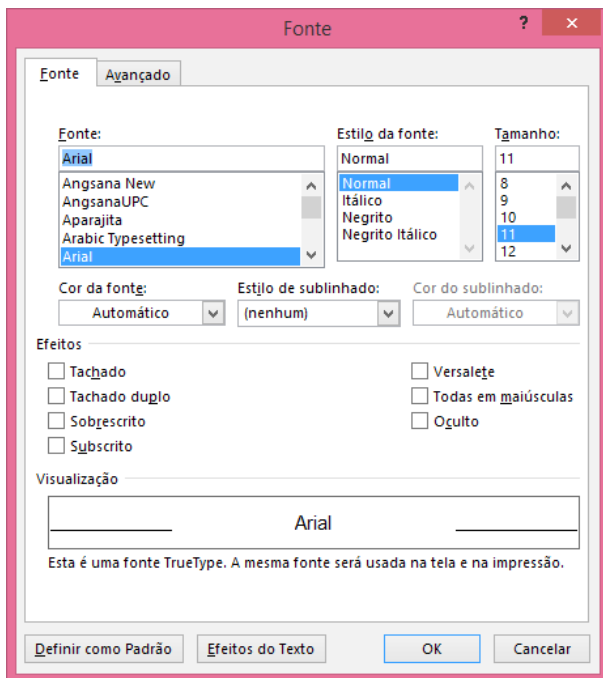


Este botão permite alterar a colocação de letras maiúsculas e minúsculas em seu texto. Após esse botão temos o de realce – que permite colocar uma cor de fundo para realçar o texto e o botão de cor do texto.

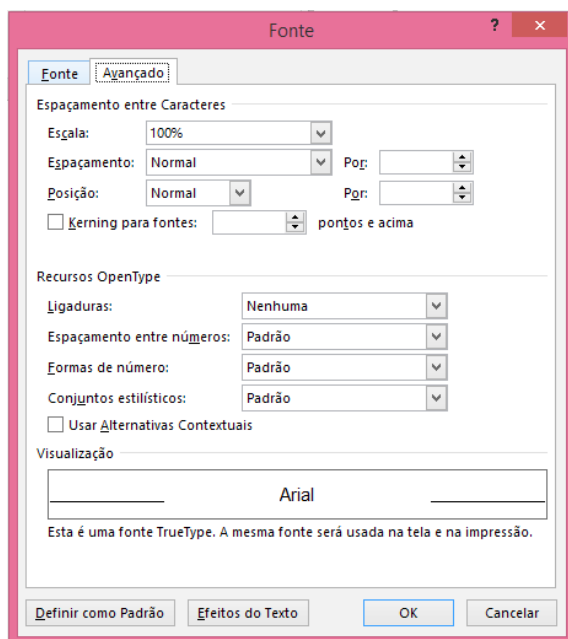


Podemos também clicar na Faixa no grupo Fonte.

A janela fonte contém os principais comandos de formatação e permite que você possa observar as alterações antes de aplica. Ainda nessa janela temos a opção Avançado.



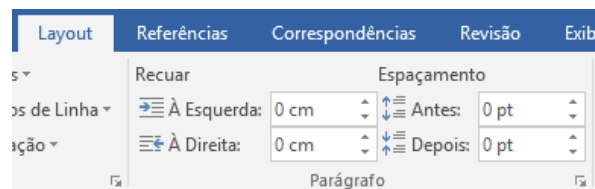
Podemos definir a escala da fonte, o espaçamento entre os caracteres que pode ser condensado ou comprimido, a posição é referente ao sobrescrito e subscrito, permitindo que se faça algo como: x^{23} .



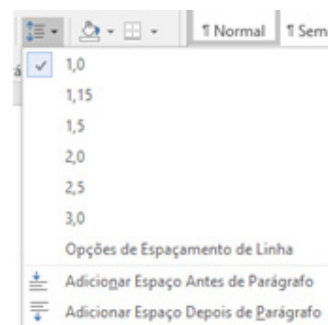
Kerning: é o acerto entre o espaço dentro das palavras, pois algumas vezes acontece de as letras ficarem com espaçamento entre elas de forma diferente. Uma ferramenta interessante do Word é a ferramenta pincel, pois com ela você pode copiar toda a formatação de um texto e aplicar em outro.

Formatação de parágrafos

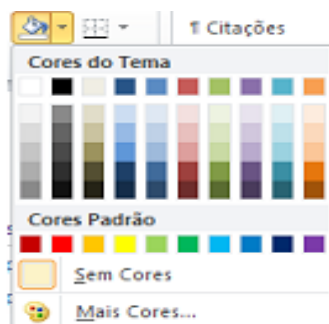
A principal regra da formatação de parágrafos é que independentemente de onde estiver o cursor a formatação será aplicada em todo o parágrafo, tendo ele uma linha ou mais. Quando se trata de dois ou mais parágrafos será necessário selecionar os parágrafos a serem formatados. A formatação de parágrafos pode ser localizada na ABA Página Inicial, e os recuos também na ABA Layout da Página.



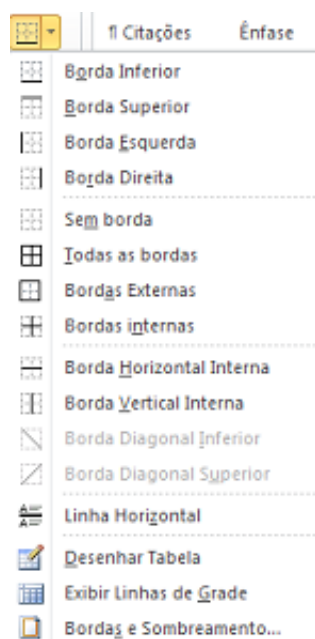
No grupo da Guia Página Inicial, temos as opções de marcadores (bullets e numeração e listas de vários níveis), diminuir e aumentar recuo, classificação e botão Mostrar Tudo, na segunda linha temos os botões de alinhamentos: esquerda, centralizado, direita e justificado, espaçamento entre linhas, observe que o espaçamento entre linhas possui uma seta para baixo, permitindo que se possa definir qual o espaçamento a ser utilizado.



Cor do Preenchimento do Parágrafo.

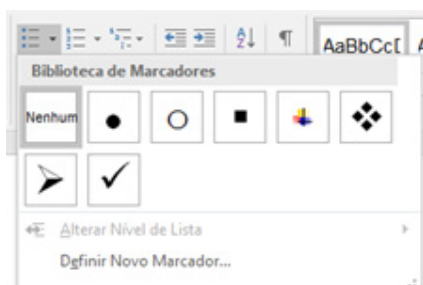


Bordas no parágrafo.



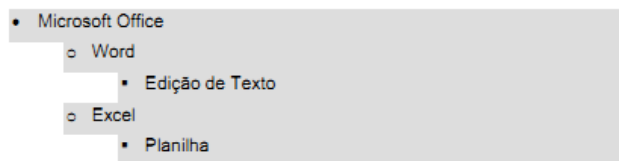
Marcadores e Numeração

Os marcadores e numeração fazem parte do grupo parágrafos, mas devido a sua importância, merecem um destaque. Existem dois tipos de marcadores: Símbolos e Numeração.

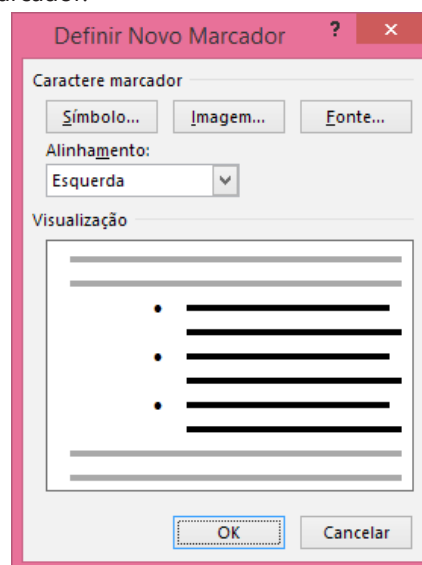


A opção vários níveis é utilizada quando nosso texto tenha níveis de marcação como, por exemplo, contratos e petições. Os marcadores do tipo Símbolos como o nome já diz permite adicionar símbolos a frente de seus parágrafos.

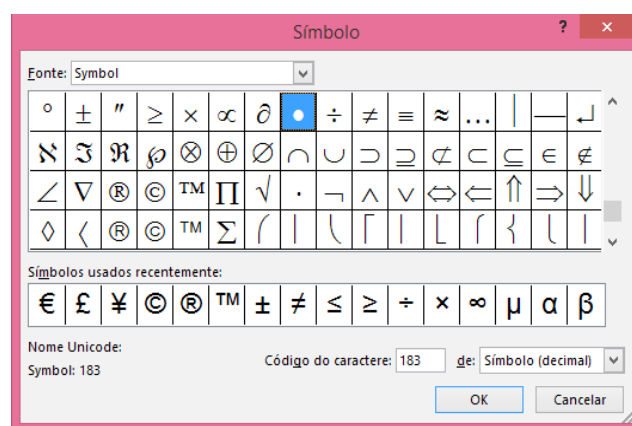
Se precisarmos criar níveis nos marcadores, basta clicar antes do início da primeira palavra do parágrafo e pressionar a tecla TAB no teclado.



Você pode observar que o Word automaticamente adicionou outros símbolos ao marcador, você pode alterar os símbolos dos marcadores, clicando na seta ao lado do botão Marcadores e escolhendo a opção Definir Novo Marcador.



Ao clicar em Símbolo, será mostrada a seguinte janela:



Onde você poderá escolher a Fonte (No caso aconselha-se a utilizar fontes de símbolos como a Winddings, Webdings), e depois o símbolo. Ao clicar em Imagem, você poderá utilizar uma imagem do Office, e ao clicar no botão importar, poderá utilizar uma imagem externa.

Bordas e Sombreamento

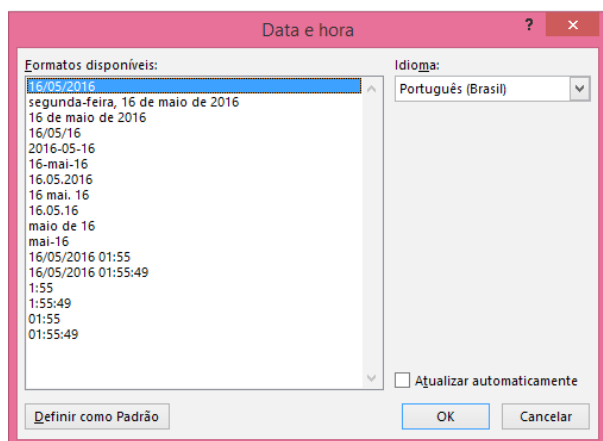
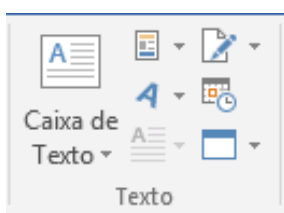
Podemos colocar bordas e sombreamentos em nosso texto. Podem ser bordas simples aplicadas a textos e parágrafos. Bordas na página como vimos quando estu-

damos a ABA Layout da Página e sombreamentos. Selecione o texto ou o parágrafo a ser aplicado à borda e ao clicar no botão de bordas do grupo Parágrafo, você pode escolher uma borda pré-definida ou então clicar na última opção Bordas e Sombreamento.

Podemos começar escolhendo uma definição de borda (caixa, sombra, 3D e outra), ou pode-se especificar cada uma das bordas na direita onde diz Visualização. Pode-se pelo meio da janela especificar cor e largura da linha da borda. A Guia Sombreamento permite atribuir um preenchimento de fundo ao texto selecionado. Você pode escolher uma cor base, e depois aplicar uma textura junto dessa cor.

Data e Hora

O Word Permite que você possa adicionar um campo de Data e Hora em seu texto, dentro da ABA Inserir, no grupo Texto, temos o botão Data e Hora.



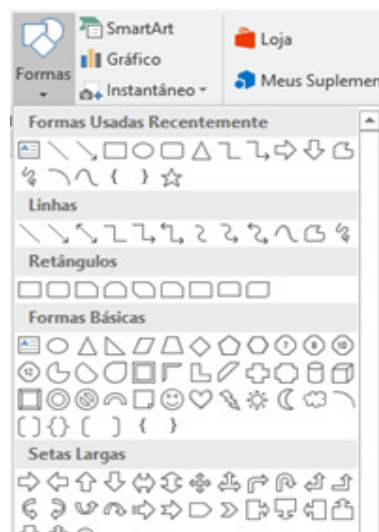
Basta escolher o formato a ser aplicado e clicar em OK. Se precisar que esse campo sempre atualize data, marque a opção Atualizar automaticamente.

Inserindo Elementos Gráficos

O Word permite que se insira em seus documentos arquivos gráficos como Imagem, Clip-art, Formas, etc., as opções de inserção estão disponíveis na ABA Inserir, grupo ilustrações.

Formas

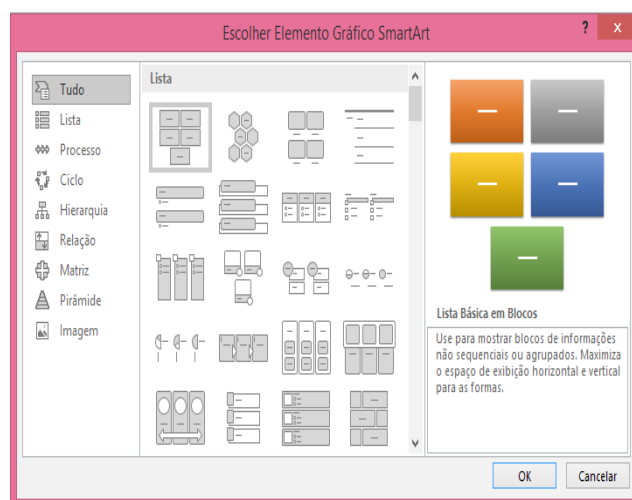
Podemos também adicionar formas ao nosso conteúdo do texto



Para desenhar uma forma, o processo é simples, basta clicar na forma desejada e arrastar o mouse na tela para definir as suas dimensões. Ao desenhar a sua forma a barra passa a ter as propriedades para modificar a forma.

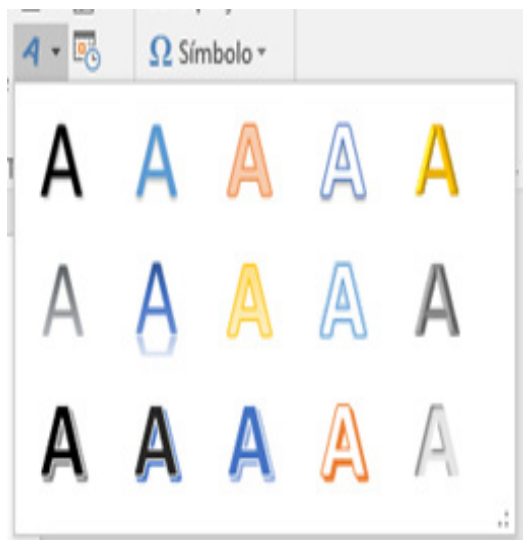
SmartArt

O SmartArt permite ao você adicionar Organogramas ao seu documento. Basta selecionar o tipo de organograma a ser trabalhado e clique em OK.

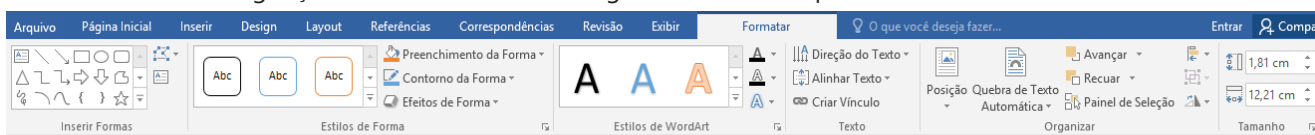


WordArt

Para finalizarmos o trabalho com elementos gráficos temos os WordArt que já um velho conhecido da suíte Office, ele ainda mantém a mesma interface desde a versão do Office 97 No grupo Texto da ABA Inserir temos o botão de WordArt Selecione um formato de WordArt e clique sobre ele.



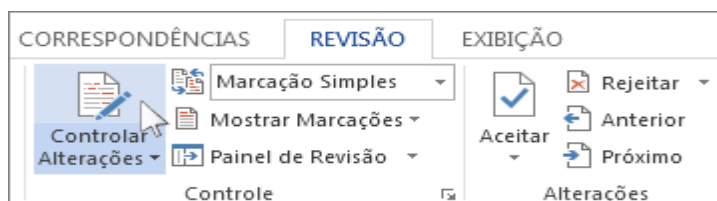
Será solicitado a digitação do texto do WordArt. Digite seu texto e clique em OK. Será mostrada a barra do WordArt



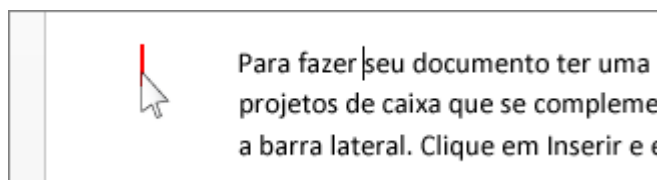
Um dos grupos é o Texto, nesse grupo podemos editar o texto digitado e definir seu espaçamento e alinhamentos. No grupo Estilos de WordArt pode-se mudar a forma do WordArt, depois temos os grupos de Sombra, Efeitos 3D, Organizar e Tamanho.

Controlar alterações no Word

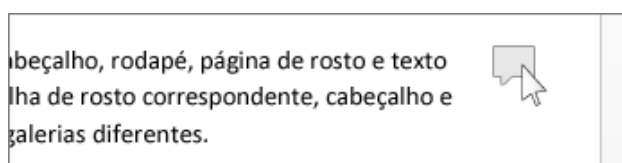
Quando quiser verificar quem está fazendo alterações em seu documento, ative o recurso Controlar Alterações. Clique em Revisar > Controlar Alterações.



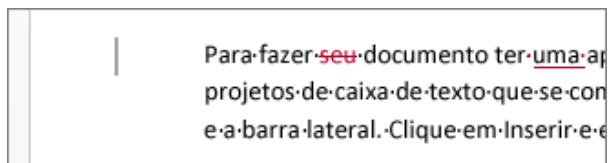
Agora, o Word está no modo de exibição Marcação Simples. Ele marca todas as alterações feitas por qualquer pessoa no documento e mostra para você onde elas estão, exibindo uma linha ao lado da margem.



O Word mostra um pequeno balão no local em que alguém fez um comentário. Para ver o comentário, clique no respectivo balão.



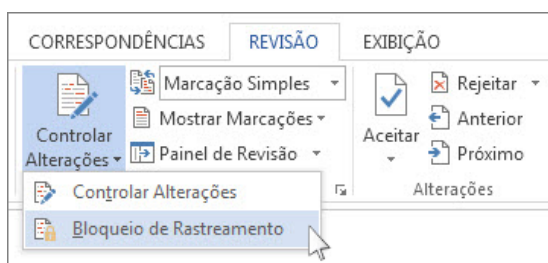
Para ver as alterações, clique na linha próxima à margem. Isso alterna para o modo de exibição Toda a Marcação do Word.



Manter o recurso Controlar Alterações ativado
É possível bloquear o recurso Controlar Alterações com uma senha para impedir que outra pessoa o desative. (Lembre-se da senha para poder desativar esse recurso quando estiver pronto para aceitar ou rejeitar as alterações.)

Clique em Revisar.

Clique na seta ao lado de Controlar Alterações e clique em Bloqueio de Controle.



Digite uma senha e depois digite-a mais uma vez na caixa Redigite para confirmar.

Clique em OK.

Enquanto as alterações controladas estiverem bloqueadas, você não poderá desativar o controle de alterações, nem poderá aceitar ou rejeitar essas alterações.

Para liberar o bloqueio, clique na seta ao lado de Controlar Alterações e clique novamente em Bloqueio de Controle. O Word solicitará que você digite sua senha. Depois que você digitá-la e clicar em OK, o recurso Controlar Alterações continuará ativado, mas agora você poderá aceitar e rejeitar alterações.

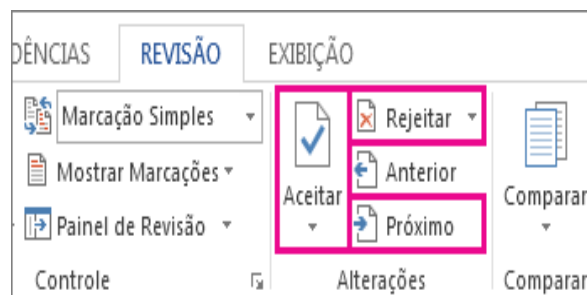
Desativar o controle de alterações

Para desativar esse recurso, clique no botão Controlar Alterações. O Word deixará de marcar novas alterações, mas todas as alterações já realizadas continuarão marcadas no documento até que você as remova.

Remover alterações controladas

IMPORTANTE: A única maneira de remover alterações controladas de um documento é aceitá-las ou rejeitá-las. Ao escolher Sem Marcação na caixa Exibir para Revisão ajuda a ver qual será a aparência do documento final, mas isso apenas oculta temporariamente as alterações controladas. As alterações não são excluídas e aparecerão novamente da próxima vez em que o documento for aberto. Para excluir permanentemente as alterações controladas, aceite-as ou rejeite-as.

Clique em Revisar > Próxima > Aceitar ou Rejeitar.



O Word aceita a alteração ou a remove e depois passa para a próxima alteração.

Para excluir um comentário, selecione-o e clique em Revisão > Excluir. Para excluir todos os comentários, clique em Excluir > Excluir Todos os Comentários do Documento.

DICA: Antes de compartilhar a versão final do seu documento, é uma boa ideia executar o Inspetor de Documento. Essa ferramenta verifica comentários e alterações controladas, além de texto oculto, nomes pessoais em propriedades e outras informações que talvez você não queria compartilhar amplamente. Para executar o Inspetor de Documento,

Imprimir um documento no Word

Antes de imprimir, você pode visualizar o documento e especificar as páginas que você deseja imprimir.

Visualizar o documento

No menu Arquivo, clique em Imprimir.

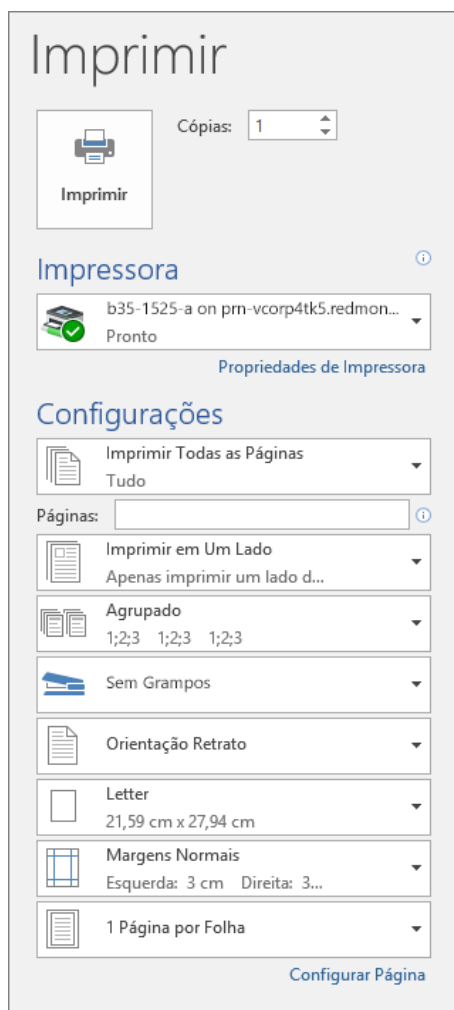
Para visualizar cada página, clique nas setas para frente e para trás, na parte inferior da página.



Quando o texto é pequeno demais e difícil de ler, use o controle deslizante de zoom na parte inferior da página para ampliá-lo.



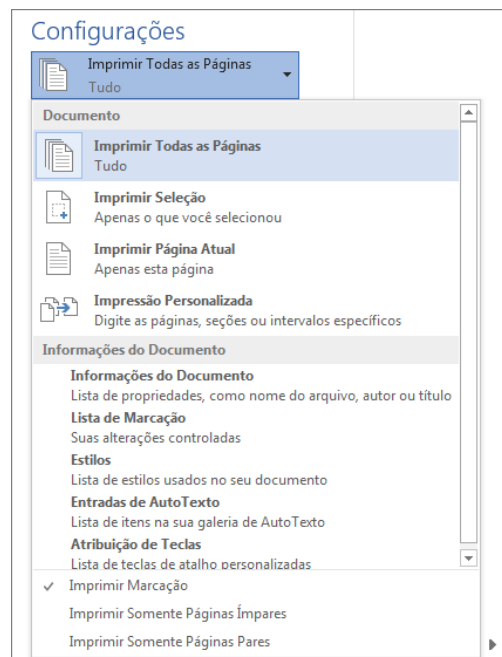
Escolha o número de cópias e qualquer outra opção desejada e clique no botão Imprimir.



Imprimir páginas específicas

No menu Arquivo, clique em Imprimir.

Para imprimir apenas determinadas páginas, algumas das propriedades do documento ou alterações controladas e comentários, clique na seta em Configurações, ao lado de Imprimir Todas as Páginas (o padrão), para ver todas as opções.



Para imprimir somente determinadas páginas, siga um destes procedimentos:

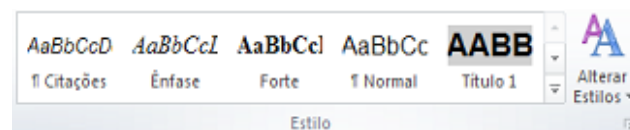
Para imprimir a página mostrada na visualização, selecione a opção Imprimir Página Atual.

Para imprimir páginas consecutivas, como 1 a 3, escolha Impressão Personalizada e insira o primeiro e o último número das páginas na caixa Páginas.

Para imprimir páginas individuais e intervalo de páginas (como a página 3 e páginas 4 a 6) ao mesmo tempo, escolha Impressão Personalizada e digite os números das páginas e intervalos separados por vírgulas (por exemplo, 3, 4-6).

Estilos

Os estilos podem ser considerados formatações prontas a serem aplicadas em textos e parágrafos. O Word disponibiliza uma grande quantidade de estilos através do grupo estilos.



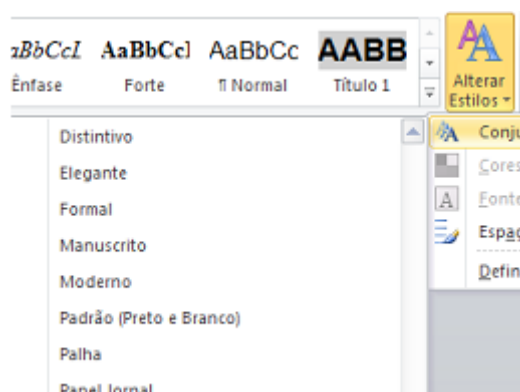
Para aplicar um estilo a um texto é simples. Se você clicar em seu texto sem selecioná-lo, e clicar sobre um estilo existente, ele aplica o estilo ao parágrafo inteiro, porém se algum texto estiver selecionado o estilo será aplicado somente ao que foi selecionado.

Exemplo de Bloco de Construção

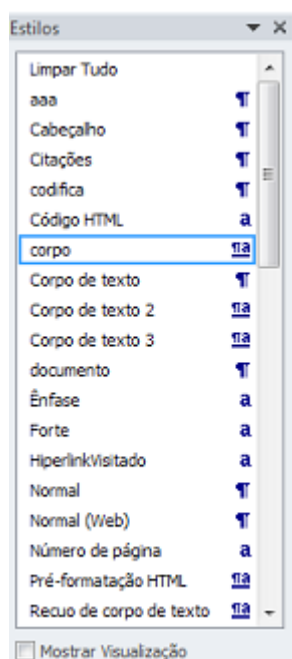
Antigo Auto Texto

Observe na imagem acima que foi aplicado o estilo Título2 em ambos os textos, mas no de cima como foi clicado somente no texto, o estilo está aplicado ao pará-

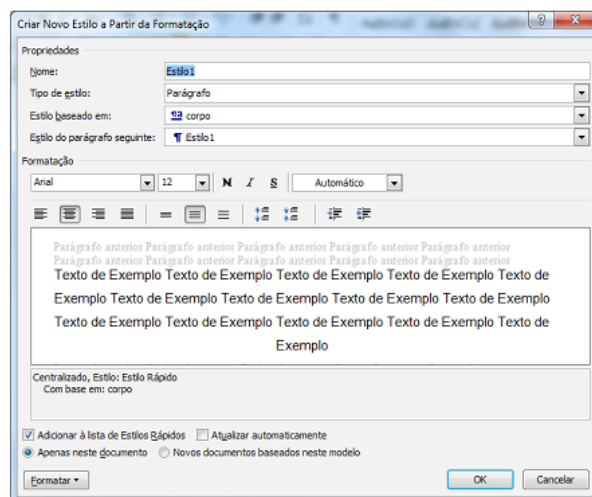
grafo, na linha de baixo o texto foi selecionado, então a aplicação do estilo foi somente no que estava selecionado. Ao clicar no botão Alterar Estilos é possível acessar a diversas definições de estilos através da opção Conjunto de Estilos.



Podemos também se necessário criarmos nossos próprios estilos. Clique na Faixa do grupo Estilo.



Será mostrado todos os estilos presentes no documento em uma caixa à direita. Na parte de baixo da janela existem três botões, o primeiro deles chama-se Novo Estilo, clique sobre ele.



No exemplo dei o nome de Citações ao meu estilo, defini que ele será aplicado a parágrafos, que a base de criação dele foi o estilo corpo e que ao finalizar ele e iniciar um novo parágrafo o próximo será também corpo. Abaixo definir a formatação a ser aplicada no mesmo. Na parte de baixo mantive a opção dele aparecer nos estilos rápidos e que o mesmo está disponível somente a este documento. Ao finalizar clique em OK. Veja um exemplo do estilo aplicado:

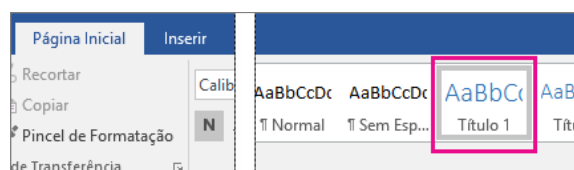
O degrau de uma escada não serve simplesmente para que alguém permaneça em cima dele. Destina-se a sustentar o pé de um homem pelo tempo suficiente para que ele coloque o outro um pouco mais alto.
Thomas Huxley.

Criar um sumário no Word 2016

Para criar um sumário que seja fácil de atualizar, aplique estilos de título ao texto que deseja incluir no sumário. Depois disso, o Word vai compilá-lo automaticamente a partir desses títulos.

Aplicar estilos de título

Escolha o texto que você deseja incluir no sumário e, em seguida, na guia Página Inicial, clique em um estilo de título, como Título 1.



Faça isso para todo o texto que você deseja exibir no sumário.

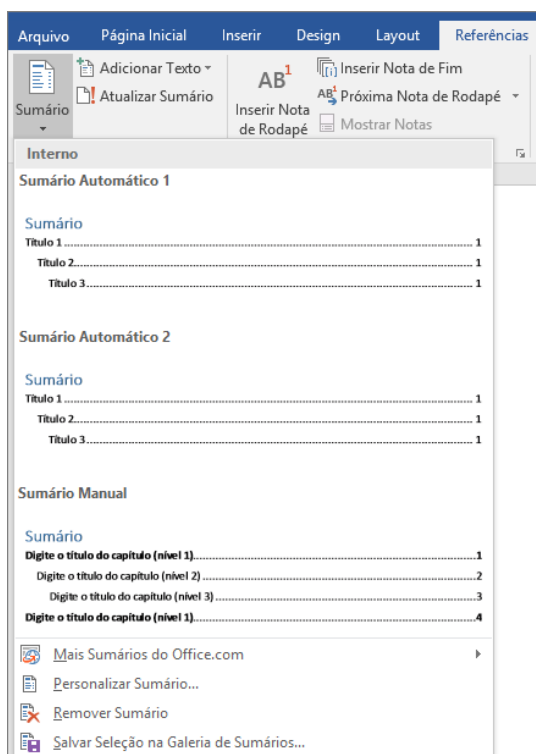
Criar um sumário

O Word usa os títulos no documento para construir um sumário automático que pode ser atualizado quando você altera o texto do título, sequência ou nível.

Clique no local que deseja inserir o índice analítico, normalmente perto do início de um documento.

Clique em Referências > Sumário e escolha um estilo de Sumário Automático na lista.

OBSERVAÇÃO: Se você usar um estilo de Sumário Manual, o Word não utilizará os títulos para criar um sumário e não será possível atualizá-lo automaticamente. Em vez disso, o Word usará o texto do espaço reservado para criar um sumário fictício, e você deverá preencher as entradas manualmente.



Caso prefira formatar ou personalizar o sumário, é possível fazê-lo. Por exemplo, você pode alterar a fonte, o número de níveis de título e optar por mostrar linhas pontilhadas entre as entradas e os números de página.

Verificar ortografia e gramática no Word 2016 para Windows

O Word verifica automaticamente possíveis erros de ortografia e gramaticais à medida que você digita. Se preferir esperar para verificar a ortografia e a gramática quando terminar de escrever, você pode desabilitar a verificação ortográfica e gramatical.

Verificar a ortografia e a gramática ao digitar

O Word verifica e marca automaticamente possíveis erros de ortografia com uma linha ondulada vermelha:

Coloquei letras na tablea.

O Word também verifica e marca possíveis erros gramaticais com uma linha ondulada azul:

Como eu deveria conhecer John Smith.

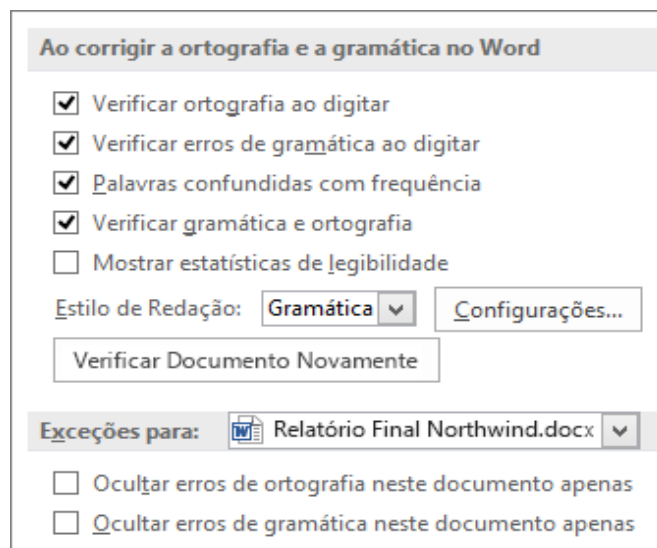
Se os erros de ortografia e gramática não estiverem marcados, talvez seja necessário habilitar a verificação ortográfica e gramatical automática.

Quando você vir erros ortográficos ou gramaticais, clique com botão direito do mouse ou mantenha pressionada a palavra ou a frase e escolha uma das opções para corrigir o erro.

Habilitar (ou desabilitar) a verificação ortográfica e gramatical automática

Clique em Arquivo > Opções > Revisão de Texto.

Você pode optar por verificar a ortografia e a gramática automaticamente, uma ou outra, ambas ou nenhuma delas, ou até mesmo outras opções, como a verificação ortográfica contextual



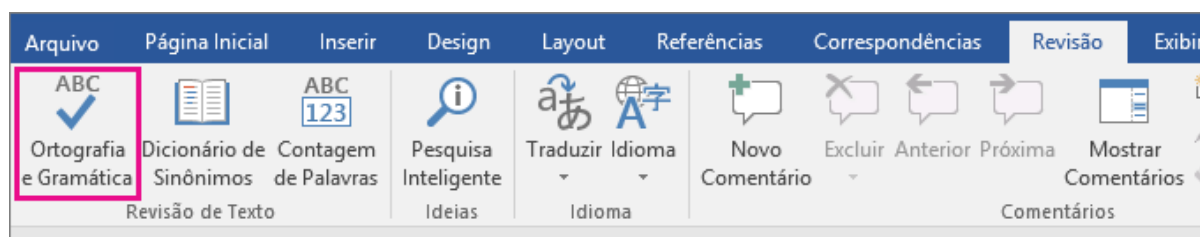
Em Exceções para, você pode optar por ocultar os erros de gramática e de ortografia em seu documento aberto ou, se deixar as opções desmarcadas mas mantiver qualquer uma das opções acima delas marcada, todos os documentos novos manterão essas configurações.

Clique em OK para salvar suas alterações.

Verificar a ortografia e a gramática ao mesmo tempo

Verificar a ortografia e a gramática no seu documento é útil quando você quer revisar rapidamente seu texto. Você pode verificar a existência de possíveis erros e então decidir se concorda com o verificador ortográfico e gramatical.

Clique em Revisão > Ortografia e Gramática (ou pressione F7) para iniciar o verificador ortográfico e gramatical e veja os resultados nos painéis de tarefas de Ortografia e Gramática.



Se o Word encontrar um possível erro, um painel de tarefas será aberto e mostrará as opções de ortografia e gramática:



Para corrigir um erro, siga um destes procedimentos:

Use uma das sugestões Para usar uma das palavras sugeridas, selecione a palavra na lista de sugestões e clique em Alterar. (Você também pode clicar em Alterar tudo, se souber que usou essa palavra incorretamente em todo o documento, para não precisar corrigi-la toda vez que ela aparecer.)

Adicionar uma palavra ao dicionário Se a palavra estiver correta e se for uma que você deseja que o Word e TODOS os programas do Office reconheçam, clique em Adicionar para adicioná-la ao dicionário. Isso só funciona para palavras com grafia incorreta. Não é possível adicionar uma gramática personalizada ao dicionário.

Ignorar a palavra Clique em Ignorar para ignorar apenas aquela ocorrência ou clique em Ignorar Tudo para ignorar todas as ocorrências da palavra.

Depois de corrigir ou ignorar algo marcado como um possível erro, o Word passa para o próximo. Quando o Word concluir a revisão do documento, você verá uma mensagem informando que a verificação ortográfica ou gramatical foi concluída.

Clique em OK para retornar ao documento.

Verificar novamente problemas de ortografia e gramática

Você também pode forçar uma nova verificação das palavras e da gramática que anteriormente foram ignoradas.

Abra o documento que você deseja verificar novamente.

Clique em Arquivo > Opções > Revisão de Texto.

Em Ao corrigir ortografia e a gramática no Word, clique em Verificar Documento Novamente.

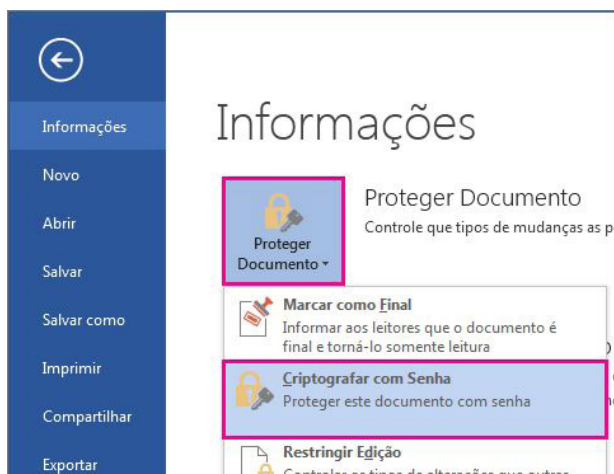
Quando você vir uma mensagem, clique em Sim e clique em OK para fechar a caixa de diálogo Opções do Word.

Em seguida, no seu documento, clique em Revisão > Ortografia e Gramática (ou pressione F7).

Proteger um documento com senha

Ajude a proteger um documento confidencial contra edições indesejadas atribuindo uma senha. Também é possível evitar que um documento seja aberto.

Clique em Arquivo > Informações > Proteger Documento > Criptografar com Senha.



Na caixa Criptografar Documento, digite uma senha e clique em OK.

Na caixa Confirmar Senha, digite a senha novamente e clique em OK.

Observações :

Você sempre pode alterar ou remover sua senha.

As senhas diferenciam maiúsculas de minúsculas. Verifique se a tecla CAPS LOCK está desativada quando digitar uma senha pela primeira vez.

Se você perder ou esquecer uma senha, o Word não conseguirá recuperar suas informações. Portanto, guarde uma cópia da senha em um local seguro ou crie uma senha forte da qual se lembrará.

Habilitar ou desabilitar macros em arquivos do Office

Uma macro é uma série de comandos que podem ser usados para automatizar uma tarefa repetida e que podem ser executados durante a tarefa. Este artigo apresenta informações sobre os riscos envolvidos no trabalho com macros, e você poderá saber mais sobre como habilitar ou desabilitar macros na Central de Confiabilidade.

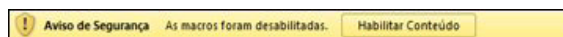
Habilitar macros quando a Barra de Mensagens for exibida

Quando você abre um arquivo que possui macros, a barra de mensagens amarela aparece com um ícone de escudo e o botão Habilitar Conteúdo. Se você conhecer a(s) macro(s) como sendo de uma fonte confiável, use as instruções a seguir:

Na Barra de Mensagens, clique em Habilitar Conteúdo.

O arquivo é aberto e se trata de um documento confiável.

A imagem a seguir é um exemplo da Barra de Mensagens quando há macros no arquivo.



Habilitar macros no modo de exibição Backstage

Outra maneira de habilitar macros em um arquivo é possível pelo modo de exibição Microsoft Office Backstage, o modo de exibição que aparece depois que você clica na guia Arquivo, quando a Barra de Mensagens amarela é exibida.

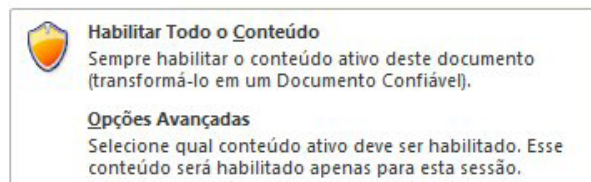
Clique na guia Arquivo.

Na área Aviso de Segurança, clique em Habilitar Conteúdo.

Em Habilitar Todo o Conteúdo, clique em Sempre habilitar o conteúdo ativo deste documento.

O arquivo se tornará um documento confiável.

A imagem a seguir é um exemplo das opções Habilitar Conteúdo.



Habilitar macros uma vez quando o Aviso de Segurança for exibido

Use as instruções a seguir para habilitar macros enquanto o arquivo permanecer aberto. Quando o arquivo for fechado e, em seguida, reaberto, o aviso aparecerá novamente.

Clique na guia Arquivo.
Na área Aviso de Segurança, clique em Habilitar Conteúdo.
Selecione Opções Avançadas.
Na caixa de diálogo Opções de Segurança do Microsoft Office, clique em Habilitar conteúdo para esta sessão para cada macro.
Clique em OK.

Alterar configurações de macro na Central de Confiabilidade

As configurações de macro estão localizadas na Central de Confiabilidade. Entretanto, se você trabalha em uma organização, é possível que o administrador do sistema tenha alterado as configurações padrão para impedir a alteração das configurações.

Importante: Quando você altera as configurações de macro na Central de Confiabilidade, elas são alteradas apenas no programa do Office usado no momento. As configurações de macro não são alteradas em todos os programas do Office.

Clique na guia Arquivo.

Clique em Opções.

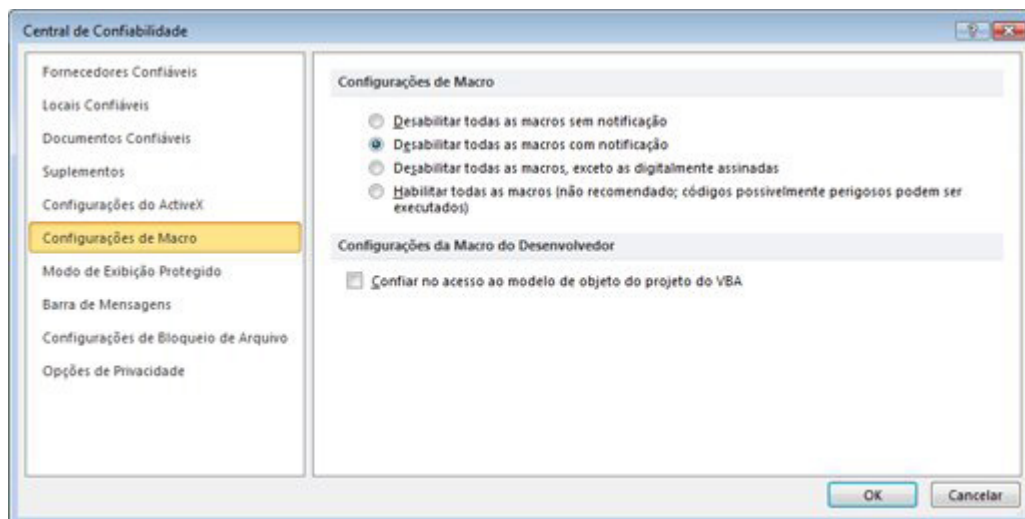
Clique em Central de Confiabilidade e em Configurações da Central de Confiabilidade.

Na Central de Confiabilidade, clique em Configurações de Macro.

Faça as seleções desejadas.

Clique em OK.

A imagem a seguir é a área Configurações de Macro da Central de Confiabilidade.



Use as informações da seção a seguir para saber mais sobre as configurações de macro.

Configurações de macro explicadas

Desabilitar todas as macros sem notificação As macros e os alertas de segurança sobre macros serão desabilitados.

Desabilitar todas as macros com notificação As macros serão desabilitadas, mas os alertas de segurança serão exibidos, se houverem macros. Habilite-as, uma de cada vez.

Desabilitar todas as macros, exceto as digitalmente assinadas As macros são desabilitadas, mas alertas de segurança serão apresentados se houver macros. No entanto, se a macro estiver assinada digitalmente por um fornecedor confiável, ela será executada se você confiar no fornecedor. Se não confiar no fornecedor, você será notificado para habilitar a macro assinada e confiar no fornecedor.

Habilitar todas as macros (não recomendável, pois pode executar um código potencialmente perigoso) Todas as macros serão executadas. Essa configuração deixa seu computador vulnerável a códigos potencialmente mal intencionados.

Confiar no acesso ao modelo de objeto do projeto do VBA Permitir ou não permitir o acesso programático ao modelo de objeto do Visual Basic for Applications (VBA) de um cliente de automação. Esta opção de segurança destina-se a código escrito para automatizar um programa do Office e manipular o ambiente e o modelo de objeto VBA. É uma configuração definida por usuário e por aplicativo, e nega o acesso por padrão, impedindo que programas não autorizados compilem código de replicação automática prejudicial. Para que os clientes de automação acessem o modelo de objeto do VBA, o usuário que executa o código deve conceder acesso. Para ativar o acesso, marque a caixa de seleção.

Observação : O Microsoft Publisher e o Microsoft Access não têm a opção Confiar no acesso ao modelo de objeto do projeto do VBA.

O que são macros, quem são suas criadoras e qual é o risco de segurança?

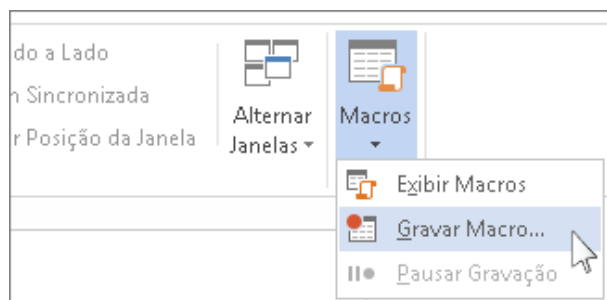
As macros automatizam tarefas que são usadas frequentemente para economizar o tempo de pressionamento de teclas e ações do mouse. Muitas macros foram criadas com o uso do VBA (Visual Basic for Applications) e gravadas por desenvolvedores de software. No entanto, algumas macros podem representar um possível risco para a segurança. Um usuário mal-intencionado, também conhecido como hacker, pode introduzir uma macro destrutiva em um arquivo que possa espalhar vírus no computador ou na rede da sua organização.

Criar ou executar uma macro

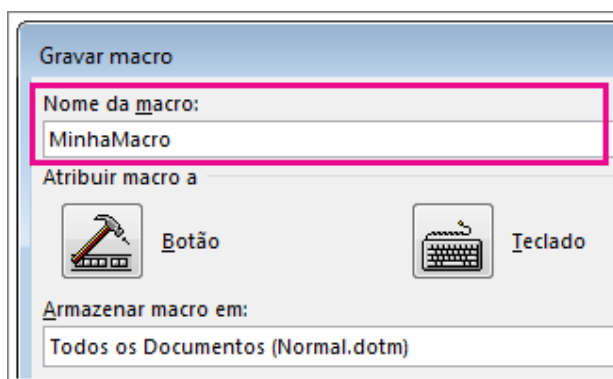
Para poupar tempo em tarefas que você costuma realizar com frequência, compacte as etapas em uma macro. Em primeiro lugar, grave a macro. Em seguida, você poderá executá-la clicando em um botão da Barra de Ferramentas de Acesso Rápido ou pressionando uma combinação de teclas. Isso dependerá de como você a configurar.

Vamos começar com a configuração do botão.

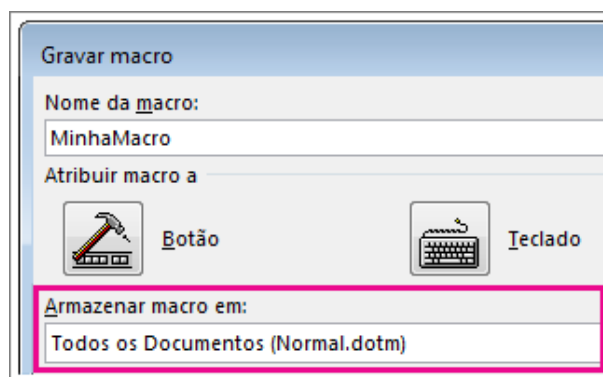
Clique em Exibir > Macros > Gravar Macro.



Digite um nome para a macro.



Para usar essa macro em qualquer novo documento que você criar, verifique se a caixa Armazenar macro em exibe Todos os Documentos (Normal.dotm).



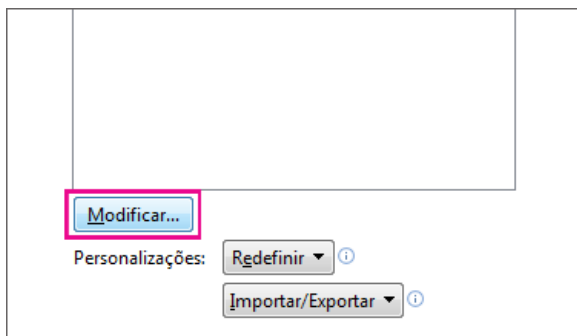
Para executar uma macro quando você clicar em um botão, clique em Botão.



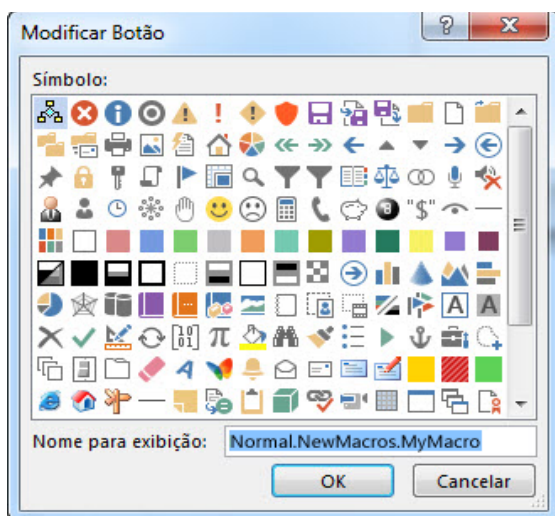
Clique na nova macro (cujo nome é algo do tipo Normal.NewMacros.<nome da sua macro>) e clique em Adicionar.



Clique em Modificar.



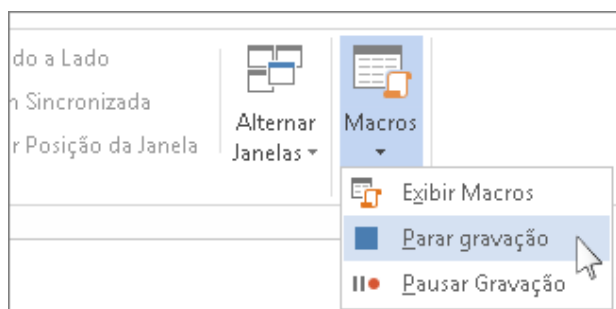
Escolha uma imagem de botão, digite o nome desejado e clique em OK duas vezes.



Agora, chegou a hora de gravar as etapas. Clique nos comandos ou pressione as teclas para cada etapa na tarefa. O Word grava seus cliques e pressionamentos de teclas.

Observação : Use o teclado para selecionar texto enquanto você grava a macro. Macros não gravam seleções feitas com o mouse.

Para parar de gravar, clique em Exibir > Macros > Parar Gravação.

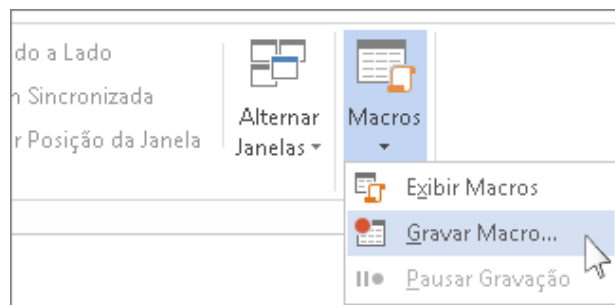


O botão da sua macro aparece na Barra de Ferramentas de Acesso Rápido.

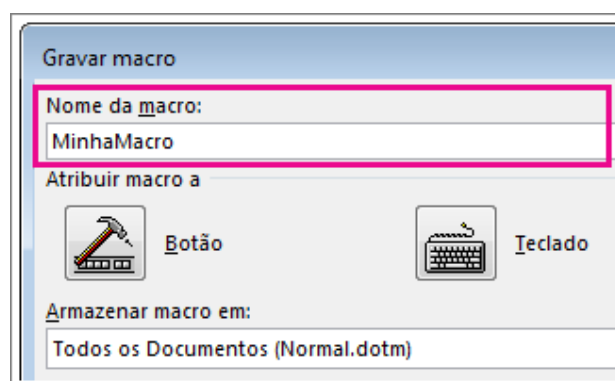


Para executar a macro, clique no botão.
Criar uma macro com um atalho do teclado

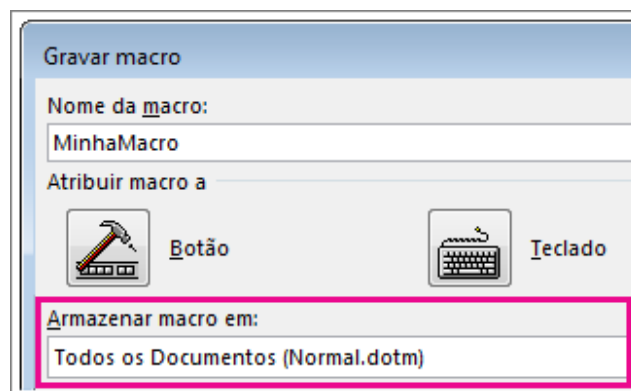
Clique em Exibir > Macros > Gravar Macro.



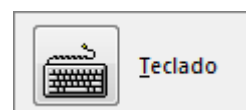
Digite um nome para a macro.



Para usar essa macro em qualquer novo documento que você criar, verifique se a caixa Armazenar macro em exibe Todos os Documentos (Normal.dotm).



Para executar sua macro quando você pressionar um atalho do teclado, clique em Teclado.



Digite uma combinação de teclas na caixa Pressione a nova tecla de atalho.

Verifique se essa combinação já não está atribuída a outro item. Se estiver, tente uma combinação diferente.

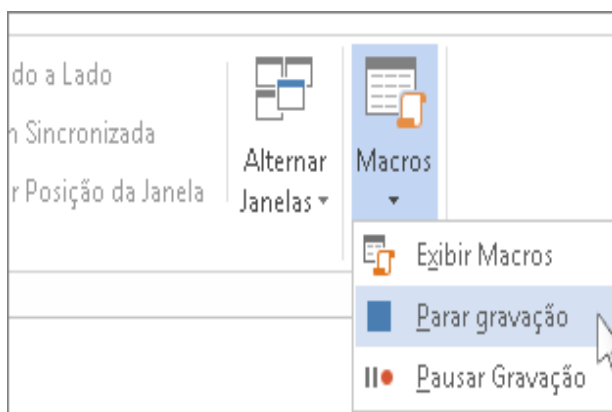
Para usar esse atalho de teclado em qualquer novo documento criado, verifique se a caixa Salvar alterações em indica Normal.dotm.

Clique em Atribuir.

Agora, chegou a hora de gravar as etapas. Clique nos comandos ou pressione as teclas para cada etapa na tarefa. O Word grava seus cliques e pressionamentos de teclas.

Observação: Use o teclado para selecionar texto enquanto você grava a macro. Macros não gravam seleções feitas com o mouse.

Para parar de gravar, clique em Exibir > Macros > Parar Gravação.

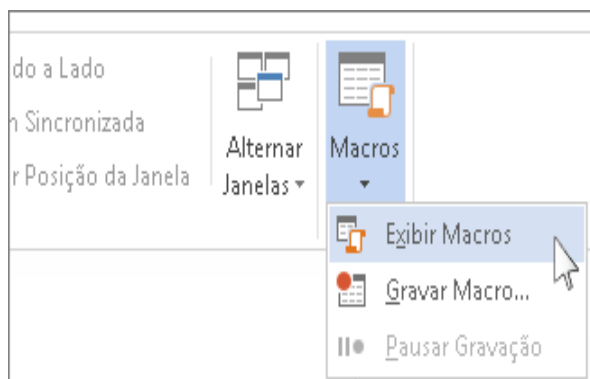


Para executar a macro, pressione as teclas de atalho do teclado.

Executar uma macro

Para executar uma macro, clique no botão na Barra de Ferramentas de Acesso Rápido, pressione o atalho de teclado ou execute a macro a partir da lista de Macros.

Clique em Exibir > Macros > Exibir Macros.



Na lista em Nome da macro, clique na macro a ser executada.

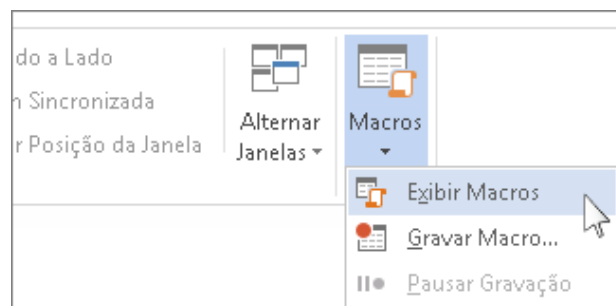
Clique em Executar.

Disponibilizar uma macro em todos os documentos

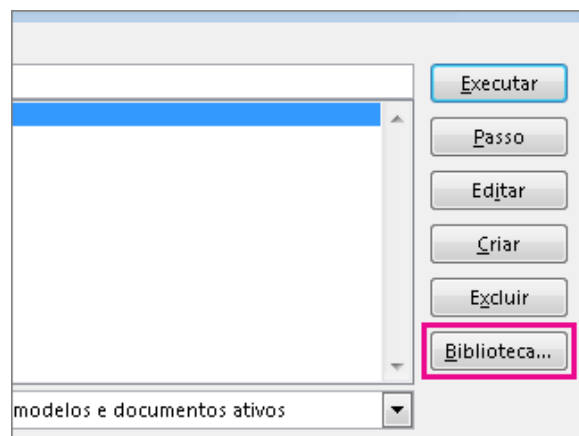
Para disponibilizar uma macro de um documento em todos os novos documentos, adicione-a ao modelo Normal.dotm.

Abra o documento que contém a macro.

Clique em Exibir > Macros > Exibir Macros.



Clique em Organizador.



Clique na macro que você quer adicionar ao modelo Normal.dotm e clique em Copiar.

Adicionar um botão de macro à faixa de opções

Clique em Arquivo > Opções > Personalizar Faixa de Opções.

Em Escolher comandos de, clique em Macros.

Clique na macro desejada.

Em Personalizar a faixa de opções, clique na guia e no grupo personalizado onde você quer adicionar a macro.

Se não tiver um grupo personalizado, clique em Novo Grupo e depois clique em Renomear e digite um nome para o seu grupo personalizado.

Clique em Adicionar.

Clique em Renomear para escolher uma imagem para a macro e digitar o nome desejado.

Clique em OK duas vezes.

Integração com planilhas

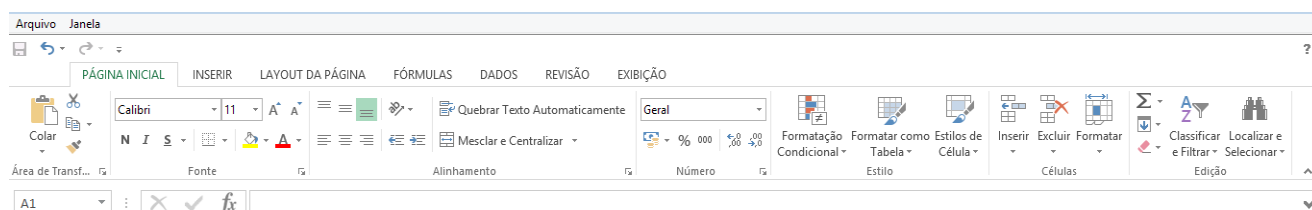
A integração entre diversos aplicativos, sempre foi uma das principais características da suíte Office da Microsoft. Na versão 2016, além de importar documentos prontos, é possível criar pequenas janelas de outros programas e simular sua funcionalidade plena.

A partir de um documento do Word, por exemplo, você pode criar planilhas usufruindo dos mesmos recursos do Excel, contando até com a Barra de tarefas do programa. Em vez de abrir dois programas, esta dica permite que você permaneça na interface do Word, facilitando seu trabalho.

Dentro da aba "Inserir", clique sobre a opção "Tabela" e escolha "Planilha do Excel":



Ao invés de uma tabela comum, o que você encontra é uma verdadeira miniatura do Excel com todos os recursos do aplicativo.



Repare que até a Barra de ferramentas tradicional do Word dá espaço para a o editor de planilhas. Basta selecionar uma porção do texto ou da planilha para alternar entre as ferramentas de ambos os programas do Office.

Principais Atalhos

- CTRL+O Abrir um novo documento em branco
- CTRL+A Abrir um arquivo já existente
- CTRL+V Colar o texto selecionado ou movido
- CTRL+X Recortar o texto selecionado
- CTRL+T Selecionar o documento inteiro
- CTRL+ENTER Iniciar uma nova página em um mesmo documento
- CTRL+N Formata o texto selecionado negrito
- CTRL+I Formata o texto selecionado para itálico
- CTRL+S Formata o texto selecionado para sublinhado
- CTRL+J Formata o parágrafo para justificado
- CTRL+C Copiar o texto selecionado
- CTRL+P Imprimir documento
- CTRL+E Formata o parágrafo para centralizado
- CTRL+Q Formata o parágrafo para alinhamento à esquerda
- CTRL+B ou F12 Salvar como..
- CTRL+Z Desfazer a última ação
- CTRL+Y Refazer a última ação
- CTRL+F10 Maximizar ou restaurar a janela
- CTRL+D Alterar formatação de caracteres
- ALT+F4 Sair do Word
- CTRL+SHIFT+> Aumentar o tamanho da fonte do texto selecionado
- CTRL+SHIFT+< Diminuir o tamanho da fonte do texto selecionado
- CTRL+SHIFT+W Aplicar sublinhado somente em palavras
- CTRL+ALT+L Aplicar o estilo lista

Excel 2010, 2013 e detalhes gerais

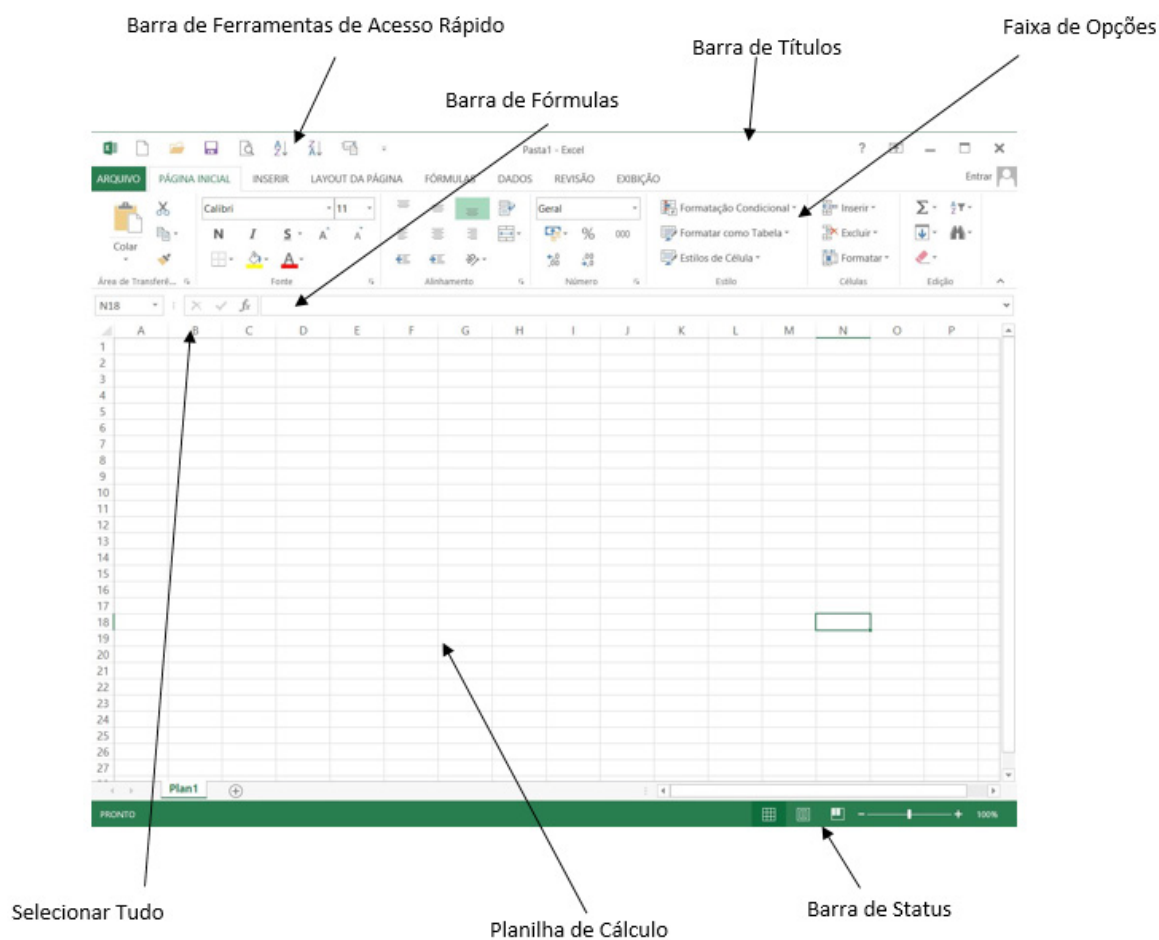


Figura 23: Tela Principal do Excel 2013

Barra de Títulos:

A linha superior da tela é a barra de títulos, que mostra o nome da pasta de trabalho na janela. Ao iniciar o programa aparece Pasta 1 porque você ainda não atribuiu um nome ao seu arquivo.

Faixa de Opções:

Desde a versão 2007 do Office, os menus e barras de ferramentas foram substituídos pela Faixa de Opções. Os comandos são organizados em uma única caixa, reunidos em guias. Cada guia está relacionada a um tipo de atividade e, para melhorar a organização, algumas são exibidas somente quando necessário.

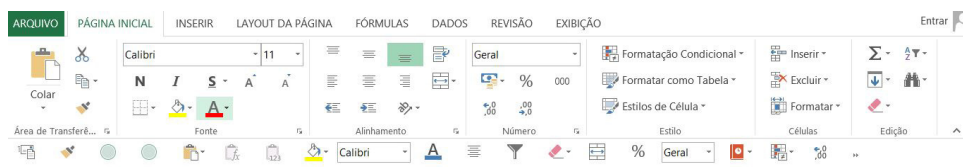


Figura 24: Faixa de Opções

Barra de Ferramentas de Acesso Rápido:

A Barra de Ferramentas de Acesso Rápido fica posicionada no topo da tela e pode ser configurada com os botões de sua preferência, tornando o trabalho mais ágil.



Figura 25: Barra de Ferramentas de Acesso Rápido

Adicionando e Removendo Componentes:

Para ocultar ou exibir um botão de comando na barra de ferramentas de acesso rápido podemos clicar com o botão direito no componente que desejamos adicionar, em qualquer guia. Será exibida uma janela com a opção de Adicionar à Barra de Ferramentas de Acesso Rápido. Temos ainda outra opção de adicionar ou remover componentes nesta barra, clicando na seta lateral. Na janela apresentada temos várias opções para personalizar a barra, além da opção Mais Comandos..., onde temos acesso a todos os comandos do Excel.

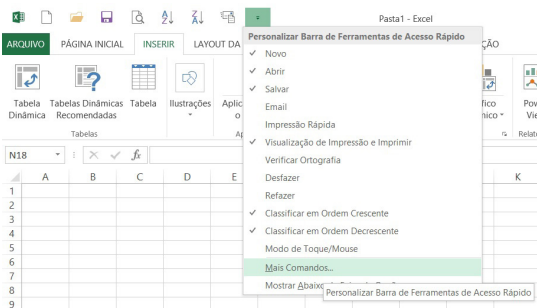


Figura 26: Adicionando componentes à Barra de Ferramentas de Acesso Rápido

Para remoção do componente, selecione-o, clique com o botão direito do mouse e escolha Remover da Barra de Ferramentas de Acesso Rápido.

Barra de Status:

Localizada na parte inferior da tela, a barra de status exibe mensagens, fornece estatísticas e o status de algumas teclas. Nela encontramos o recurso de Zoom e os botões de "Modos de Exibição".



Figura 27: Barra de Status

Clicando com o botão direito sobre a barra de status, será exibida a caixa Personalizar barra de status. Nela podemos ativar ou desativar vários componentes de visualização.



Figura 28: Personalizar Barra de Status

Barras de Rolagem: Nos lados direito e inferior da região de texto estão as barras de rolagem. Clique nas setas para cima ou para baixo para mover a tela verticalmente, ou para a direita e para a esquerda para mover a tela horizontalmente, e assim poder visualizar toda a sua planilha.

Planilha de Cálculo: A área quadriculada representa uma planilha de cálculos, na qual você fará a inserção de dados e fórmulas para colher os resultados desejados.

Uma planilha é formada por linhas, colunas e células. As linhas são numeradas (1, 2, 3, etc.) e as colunas nomeadas com letras (A, B, C, etc.).

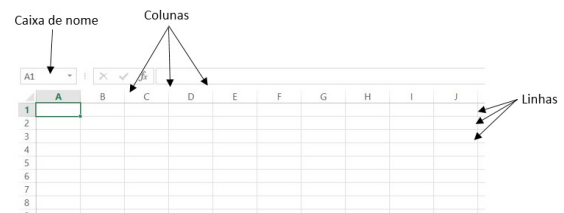


Figura 29: Planilha de Cálculo

Cabeçalho de Coluna: Cada coluna tem um cabeçalho, que contém a letra que a identifica. Ao clicar na letra, toda a coluna é selecionada.

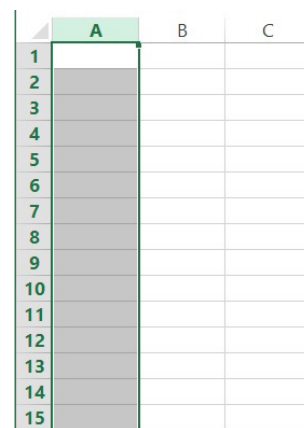


Figura 30: Seleção de Coluna

Ao dar um clique com o botão direito do mouse sobre o cabeçalho de uma coluna, aparecerá o menu pop-up, onde as opções deste menu são as seguintes:

- Formatação rápida: a caixa de formatação rápida permite escolher a formatação de fonte e formato de dados, bem como mesclagem das células (será abordado mais detalhadamente adiante).
- Recortar: copia toda a coluna para a área de transferência, para que possa ser colada em outro local determinado e, após colada, essa coluna é excluída do local de origem.
- Copiar: copia toda a coluna para a área de transferência, para que possa ser colada em outro local determinado.
- Opções de Colagem: mostra as diversas opções de itens que estão na área de transferência e que tenham sido recortados ou copiados.

- Colar especial: permite definir formatos específicos na colagem de dados, sobretudo copiados de outros aplicativos.
- Inserir: insere uma coluna em branco, exatamente antes da coluna selecionada.
- Excluir: exclui toda a coluna selecionada, inclusive os dados nela contidos e sua formatação.
- Limpar conteúdo: apenas limpa os dados de toda a coluna, mantendo a formatação das células.
- Formatar células: permite escolher entre diversas opções para fazer a formatação das células (tal procedimento será visto detalhadamente adiante).
- Largura da coluna: permite definir o tamanho da coluna selecionada.
- Ocultar: oculta a coluna selecionada. Muitas vezes uma coluna é utilizada para fazer determinados cálculos, necessários para a totalização geral, mas desnecessários na visualização. Neste caso, utiliza-se esse recurso.
- Re-exibir: reexibe colunas ocultas.

Cabeçalho de Linha: Cada linha tem também um cabeçalho, que contém o número que a identifica. Clicando no cabeçalho de uma linha, esta ficará selecionada.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							

Figura 31: Cabeçalho de linha

#FicaDica

Célula: As células, são as combinações entre linha e colunas. Por exemplo, na coluna A, linha 1, temos a célula A1. Na Caixa de Nome, aparecerá a célula onde se encontra o cursor.

Sendo assim, as células são representadas como mostra a tabela:

	A	B	C	D
1	A1	B1	C1	D1
2	A2	B2	C2	D2
3	A3	B3	C3	D3
4	A4	B4	C4	D4
5	A5	B5	C5	D5

Figura 32: Representação das Células

Caixa de Nome: Você pode visualizar a célula na qual o cursor está posicionado através da Caixa de Nome, ou, ao contrário, pode clicar com o mouse nesta caixa e digi-

tar o endereço da célula em que deseja posicionar o cursor. Após dar um "Enter", o cursor será automaticamente posicionado na célula desejada.

Guias de Planilhas: Em versões anteriores do Excel, ao abrir uma nova pasta de trabalho no Excel, três planilhas já eram criadas: Plan1, Plan2 e Plan3. Nesta versão, somente uma planilha é criada, e você poderá criar outras, se necessitar. Para criar nova planilha dentro da pasta de trabalho, clique no sinal + (Plan1). Para alternar entre as planilhas, basta clicar sobre a guia, na planilha que deseja trabalhar.

Você verá, no decorrer desta lição, como podemos cruzar dados entre planilhas e até mesmo entre pastas de trabalho diferentes, utilizando as guias de planilhas.

Ao posicionar o mouse sobre qualquer uma das planilhas existentes e clicar com o botão direito aparecerá um menu *pop up*.

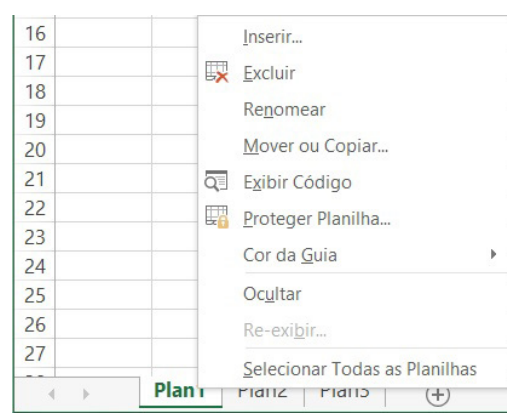


Figura 33: Menu Planilhas

As funções deste menu são as seguintes:

- Inserir: insere uma nova planilha exatamente antes da planilha selecionada.
- Excluir: exclui a planilha selecionada e os dados que ela contém.
- Renomear: renomeia a planilha selecionada.
- Mover ou copiar: você pode mover a planilha para outra posição, ou mesmo criar uma cópia da planilha com todos os dados nela contidos.
- Proteger Planilha: para impedir que, por acidente ou deliberadamente, um usuário altere, mova ou exclua dados importantes de planilhas ou pastas de trabalho, você pode proteger determinados elementos da planilha (planilha: o principal documento usado no Excel para armazenar e trabalhar com dados, também chamado planilha eletrônica. Uma planilha consiste em células organizadas em colunas e linhas; ela é sempre armazenada em uma pasta de trabalho.) ou da pasta de trabalho, com ou sem senha (senha: uma forma de restringir o acesso a uma pasta de trabalho, planilha ou parte de uma planilha. As senhas do Excel podem ter até 255 letras, números, espaços e símbolos. É necessário digitar as letras maiúsculas e minúsculas corretamente ao definir e digitar senhas.). É possível remover a proteção da planilha, quando necessário.

- Exibir código: pode-se criar códigos de programação em VBA (Visual Basic for Applications) e vincular às guias de planilhas (trata-se de tópico de programação avançada, que não é o objetivo desta lição, portanto, não será abordado).
- Cor da guia: muda a cor das guias de planilhas.
- Ocultar/Re-exibir: oculta/reexibe uma planilha.
- Selecionar todas as planilhas: cria uma seleção em todas as planilhas para que possam ser configuradas e impressas juntamente.

Selecionar Tudo: Clicando-se na caixa Selecionar tudo, todas as células da planilha ativa serão selecionadas.

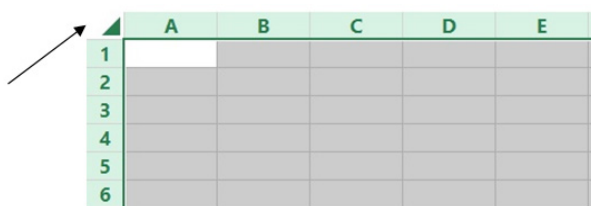


Figura 34: Caixa Selecionar Tudo

Barra de Fórmulas: Na barra de fórmulas são digitadas as fórmulas que efetuarão os cálculos.

A principal função do Excel é facilitar os cálculos com o uso de suas fórmulas. A partir de agora, estudaremos várias de suas fórmulas. Para iniciar, vamos ter em mente que, para qualquer fórmula que será inserida em uma célula, temos que ter sinal de "=" no seu início. Esse sinal, oferece uma entrada no Excel que o faz diferenciar textos ou números comuns de uma fórmula.

Somar: Se tivermos uma sequência de dados numéricos e quisermos realizar a sua soma, temos as seguintes formas de fazê-lo:

SOMA				
	A	B	C	D
1	Ganhos mensais			
2	Salário fixo	R\$ 2.500,00		
3	Artes digitais	R\$ 1.500,00		
4	Web sites	R\$ 6.000,00		
5		=B2+B3+B4		
6				

Figura 35: Soma simples

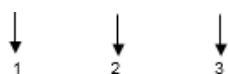
Usamos, nesse exemplo, a fórmula =B2+B3+B4.

Após o sinal de "=" (igual), clicar em uma das células, digitar o sinal de "+" (mais) e continuar essa sequência até o último valor.

Após a sequência de células a serem somadas, clicar no ícone soma, ou usar as teclas de atalho Alt+=.

A última forma que veremos é a função soma digitada. Vale ressaltar que, para toda função, um início é fundamental:

= nome da função (



- 1 - Sinal de igual.
- 2 - Nome da função.
- 3 - Abrir parênteses.

Após essa sequência, o Excel mostrará um pequeno lembrete sobre a função que iremos usar, e nele é possível clicar e obter ajuda, também. Usaremos, no exemplo a seguir, a função = soma(B2:B4).

Lembre-se, basta colocar a célula que contém o primeiro valor, em seguida os dois pontos (:) e por último a célula que contém o último valor.

Subtrair: A subtração será feita sempre entre dois valores, por isso não precisamos de uma função específica.

Tendo dois valores em células diferentes, podemos apenas clicar na primeira, digitar o sinal de "-" (menos) e depois clicar na segunda célula. Usamos na figura a seguir a fórmula = B2-B3.

Multiplicar: Para realizarmos a multiplicação, procedemos de forma semelhante à subtração. Clicamos no primeiro número, digitamos o sinal de multiplicação que, para o Excel é o "*" asterisco, e depois, clicamos no último valor. No próximo exemplo, usaremos a fórmula =B2*B3.

Outra forma de realizar a multiplicação é através da seguinte função:

=mult(B2;c2) multiplica o valor da célula B2 pelo valor da célula C2.

Dividir: Para realizarmos a divisão, procedemos de forma semelhante à subtração e multiplicação. Clicamos no primeiro número, digitamos o sinal de divisão que, para o Excel é a "/" barra, e depois, clicamos no último valor. No próximo exemplo, usaremos a fórmula =B3/B2.

Máximo: Mostra o maior valor em um intervalo de células selecionadas. Na figura a seguir, iremos calcular a maior idade digitada no intervalo de células de A2 até A5. A função digitada será = máximo(A2:A5).

Onde: "= máximo" – é o início da função; (A2:A5) – refere-se ao endereço dos valores onde você deseja ver qual é o maior valor. No caso a resposta seria 10.

Mínimo: Mostra o menor valor existente em um intervalo de células selecionadas.

Na figura a seguir, calcularemos o menor salário digitado no intervalo de A2 até A5. A função digitada será = mínimo (A2:A5).

Onde: "= mínimo" – é o início da função; (A2:A5) – refere-se ao endereço dos valores onde você deseja ver qual é o maior valor. No caso a resposta seria R\$ 622,00.

Média: A função da média soma os valores de uma sequência selecionada e divide pela quantidade de valores dessa sequência.

Na figura a seguir, foi calculada a média das alturas de quatro pessoas, usando a função = média (A2:A4)

Foi digitado "= média)", depois, foram selecionados os valores das células de A2 até A5. Quando a tecla Enter for pressionada, o resultado será automaticamente colocado na célula A6.

Todas as funções, quando um de seus itens for alterado, recalculam o valor final.

Data: Esta fórmula insere a data automática em uma planilha.

X	✓	f_x	=HOJE()
	C	D	E
			05/03/2018

Figura 36: Exemplo função hoje

Na célula C1 está sendo mostrado o resultado da função =hoje(), que aparece na barra de fórmulas.

Inteiro: Com essa função podemos obter o valor inteiro de uma fração. A função a ser digitada é =int(A2). Lembra-mos que A2 é a célula escolhida e varia de acordo com a célula a ser selecionada na planilha trabalhada.

Arredondar para cima: Com essa função, é possível arredondar um número com casas decimais para o número mais distante de zero.

Sua sintaxe é: = ARREDONDAR.PARA.CIMA(núm;núm_dígitos)

Onde:

Núm: é qualquer número real que se deseja arredondar.

Núm_dígitos: é o número de dígitos para o qual se deseja arredondar núm.

	A	B
1	Números a serem arredondados	
2	43,587	=arredondar.para.cima(A2)
3	5,1234	ARREDONDAR.PARA.CIMA(núm; núm_dígitos)
4	56,8925	

Figura 37: Início da função arredondar para cima

Veja na figura, que quando digitamos a parte inicial da função, o Excel nos mostra que temos que selecionar o núm, ou seja, a célula que desejamos arredondar e, depois do “;” (ponto e vírgula), digitar a quantidade de dígitos para a qual queremos arredondar.

Na próxima figura, para efeito de entendimento, deixaremos as funções aparentes, e os resultados dispostos na coluna C:

A função Arredondar.para.Baixo segue exatamente o mesmo conceito.

Resto: Com essa função podemos obter o resto de uma divisão. Sua sintaxe é a seguinte:

= mod (núm;divisor)

Onde:

Núm: é o número para o qual desejamos encontrar o resto.

divisor: é o número pelo qual desejamos dividir o número.

	A	B	C	D
		Quantidade de	Quantidade de	Quantidade
		partes/unidades	de	que irá sobrar
1	Alimentos		de	
2	Bolo	10	3	=mod(B2;C2)
3	Balas	50	15	MOD(núm; divisor)
4	Pão	5	2	

Figura 38: Exemplo de digitação da função MOD

Os valores do exemplo a cima serão, respectivamente: 1,5 e 1.

Valor Absoluto: Com essa função podemos obter o valor absoluto de um número. O valor absoluto, é o número sem o sinal. A sintaxe da função é a seguinte:

=abs(núm)

Onde: **abs(núm)**

Núm: é o número real cujo valor absoluto você deseja obter.

	A	B	C
1	Valores a serem transformados:		
2	-2548	2548	
3	2548	2548	

Figura 39: Exemplo função abs

Dias 360: Retorna o número de dias entre duas datas com base em um ano de 360 dias (doze meses de 30 dias). Sua sintaxe é:

= DIAS360(data_inicial;data_final)

Onde:

data_inicial = a data de início de contagem.

Data_final = a data a qual quer se chegar.

No exemplo a seguir, vamos ver quantos dias faltam para chegar até a data de 14/06/2018, tendo como data inicial o dia 05/03/2018. A função utilizada será =dias360(A2;B2)

B3	:	X	✓	fx	=DIAS360(A2;B2)
	A	B	C	D	E
1		Quantos dias faltam?			
2	05/03/2018	14/06/2018			
3	Faltam	99	dias		

Figura 40: Exemplo função dias360

Vamos usar a Figura abaixo para explicar as próximas funções (Se, SomaSe, Cont.Se)

	A	B	C	D	E
1		Salários do mês de Janeiro de 2014			
2	Código	Nome	Salário	Sexo	Status Salário Mínimo
3	1	Maria Imaculada Gouveia	R\$ 600,00	feminino	Abaixo
4	2	Jeremias Cavalcante	R\$ 3.200,00	masculino	Acima
5	3	Félix Magno	R\$ 1.400,00	masculino	Acima
6	4	Porcina Xavier	R\$ 650,00	feminino	Abaixo
7	5	Bruna Martin	R\$ 4.200,00	feminino	Acima
8	6	Eleonora Ruggiero	R\$ 4.800,00	feminino	Acima
9	7	Godofredo Silva Santos	R\$ 700,00	masculino	Abaixo
10	8	Corifeu de Azevedo Marques	R\$ 1.100,00	masculino	Acima
11					
14		Pessoas que ganham mais de R\$1200,00		4	
15		Pessoas que ganham menos de R\$1200,00		4	
16		Total dos salários dos homens	R\$ 6.400,00		
17		Total dos salários dos mulheres	R\$ 10.250,00		

Figura 41: Exemplo (Se, SomaSe, Cont.se)

Função SE: O SE é uma função condicional, ou seja, verifica SE uma condição é verdadeira ou falsa.

A sintaxe dessa função é a seguinte:

=SE(teste_lógico;"valor_se_verdadeiro";"valor_se_falso")

=: Significa a chamada para uma fórmula/função

SE: função SE

teste_lógico: a pergunta a qual se deseja ter resposta

"valor_se_verdadeiro": se a resposta da pergunta for verdadeira, define o resultado "valor_se_falso" se a resposta da pergunta for falsa, define o resultado.

Usando a planilha acima como exemplo, na coluna 'E' queremos colocar uma mensagem se o funcionário recebe um salário igual ou acima do valor mínimo R\$ 724,00 ou abaixo do valor mínimo determinado em R\$ 724,00.

Assim, temos a condição:

SE VALOR DE C3 FOR MAIOR OU IGUAL a 724, então ESCREVA "ACIMA", senão ESCREVA "ABAIXO" MOSTRA O RESULTADO NA CÉLULA E3

Traduzindo a condição em variáveis teremos:

Resultado: será mostrado na célula C3, portanto é onde devemos digitar a fórmula

Teste lógico: C3>=724

Valor_se_verdadeiro: "Acima"

Valor_se_falso: "Abaixo"

Assim, com o cursor na célula E3, digitamos:

=SE(C3>=724;"Acima";"Abaixo")

Para cada uma das linhas, podemos copiar e colar as fórmulas, e o Excel, inteligentemente, acertará as linhas e colunas nas células. Nossas fórmulas ficarão assim:

E4 ↑ =SE(C4>=724;"Acima";"Abaixo")
 E5 ↑ =SE(C5>=724;"Acima";"Abaixo")
 E6 ↑ =SE(C6>=724;"Acima";"Abaixo")
 E7 ↑ =SE(C7>=724;"Acima";"Abaixo")
 E8 ↑ =SE(C8>=724;"Acima";"Abaixo")
 E9 ↑ =SE(C9>=724;"Acima";"Abaixo")
 E10 ↑ =SE(C10>=724;"Acima";"Abaixo")

Função SomaSE: A SomaSE é uma função de soma condicionada, ou seja, SOMA os valores, SE determinada condição for verdadeira. A sintaxe desta função é a seguinte:

=SomaSe(intervalo;"critérios";intervalo_soma)

=Significa a chamada para uma fórmula/função

SomaSe: função SOMASE

intervalo: Intervalo de células onde será feita a análise dos dados

"critérios": critérios (sempre entre aspas) a serem avaliados a fim de chegar à condição verdadeira

intervalo_soma: Intervalo de células onde será verificada a condição para soma dos valores

Exemplo: usando a planilha acima, queremos somar os salários de todos os funcionários HOMENS e mostrar o resultado na célula D16. E também queremos somar os salários das funcionárias mulheres e mostrar o resultado na célula D17. Para isso precisamos criar a seguinte condição:

HOMENS:

SE SEXO NO INTERVALO C3 ATÉ C10 FOR MASCULINO, ENTÃO

SOMA O VALOR DO SALÁRIO MOSTRADO NO INTERVALO D3 ATÉ D10

MOSTRA O RESULTADO NA CÉLULA D16

Traduzindo a condição em variáveis teremos:

Resultado: será mostrado na célula D16, portanto é onde devemos digitar a fórmula

Intervalo para análise: C3:C10

Critério: "MASCULINO"

Intervalo para soma: D3:D10

Assim, com o cursor na célula D16, digitamos:

=SOMASE(D3:D10;"masculino";C3:C10)

MULHERES:

SE SEXO NO INTERVALO C3 ATÉ C10 FOR FEMININO, ENTÃO

SOMA O VALOR DO SALÁRIO MOSTRADO NO INTERVALO D3 ATÉ D10

MOSTRA O RESULTADO NA CÉLULA D17

Traduzindo a condição em variáveis teremos:

Resultado: será mostrado na célula D17, portanto é onde devemos digitar a fórmula

Intervalo para análise: C3:C10

Critério: "FEMININO"

Intervalo para soma: D3:D10

Assim, com o cursor na célula D17, digitamos:

=SomaSE(D3:D10;"feminino";C3:C10)

Função CONT.SE: O CONT.SE é uma função de contagem condicionada, ou seja, CONTA a quantidade de registros, SE determinada condição for verdadeira. A sintaxe desta função é a seguinte:

=CONT.SE(intervalo;"critérios")

= : significa a chamada para uma fórmula/função

CONT.SE: chamada para a função CONT.SE

intervalo: intervalo de células onde será feita a análise dos dados

"critérios": critérios a serem avaliados nas células do "intervalo"

Usando a planilha acima como exemplo, queremos saber quantas pessoas ganham R\$ 1.200,00 ou mais, e mostrar o resultado na célula D14, e quantas ganham abaixo de R\$1.200,00 e mostrar o resultado na célula D15. Para isso precisamos criar a seguinte condição:

R\$ 1.200,00 ou MAIS:

SE SALÁRIO NO INTERVALO C3 ATÉ C10 FOR MAIOR OU IGUAL A 1.200,00, ENTÃO

CONTA REGISTROS NO INTERVALO C3 ATÉ C10

MOSTRA O RESULTADO NA CÉLULA D14

Traduzindo a condição em variáveis teremos:

Resultado: será mostrado na célula D14, portanto é onde devemos digitar a fórmula

Intervalo para análise: C3:C10

Critério: >=1200

Assim, com o cursor na célula D14, digitamos:

=CONT.SE(C3:C10;">=1200")

MENOS DE R\$ 1.200,00:

SE SALÁRIO NO INTERVALO C3 ATÉ C10 FOR MENOR QUE 1200, ENTÃO

CONTA REGISTROS NO INTERVALO C3 ATÉ C10

MOSTRA O RESULTADO NA CÉLULA D15

Traduzindo a condição em variáveis teremos:

Resultado: será mostrado na célula D15, portanto é onde devemos digitar a fórmula

Intervalo para análise: C3:C10

Critério: <1200

Assim, com o cursor na célula D15, digitamos:

=CONT.SE(C3:C10;"<1200")

Observações: fique atento com o > (maior) e < (menor), >= (maior ou igual) e <= (menor ou igual). Se tivéssemos determinado a contagem de valores > 1200 (maior que 1200) e < 1200 (menor que 1200), o valor =1200 (igual a 1200) não entraria na contagem.

Formatação de Células: Ao observar a planilha abaixo, fica claro que não é uma planilha bem formatada, vamos deixar ela de uma maneira mais agradável.

	A	B	C
1	Concessionária Grupo Nova		
2	Modelo	Marca	Valor
3	Gol	VW	25000
4	ASX	Mitsubish	90000
5	Parati	VW	40000
6	Outlander	Mitsubish	75000
7	Livina	Nissan	35000
8	Versa	Nissan	42000

Figura 42: Planilha sem Formatação

Vamos utilizar os 3(três) passos apontados na Figura abaixo:

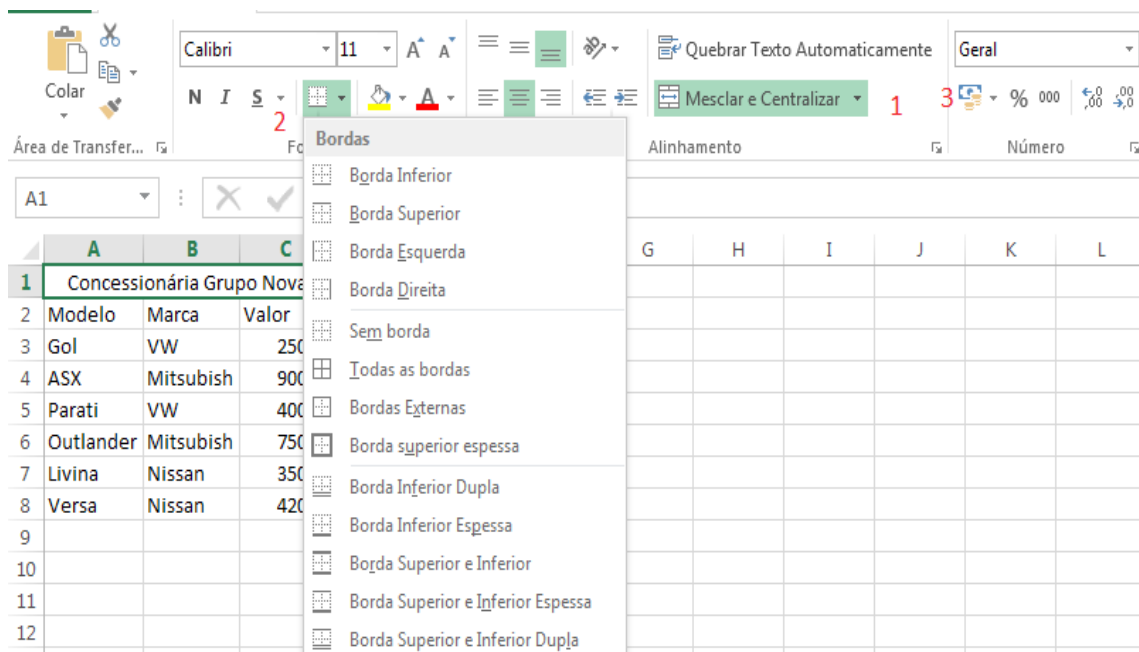


Figura 43: Formatando a planilha

O primeiro passo é mesclar e centralizar o título, para isso utilizamos o botão Mesclar e Centralizar, entre outras opções de alinhamento, como centralizar, direção do texto, entre outras.

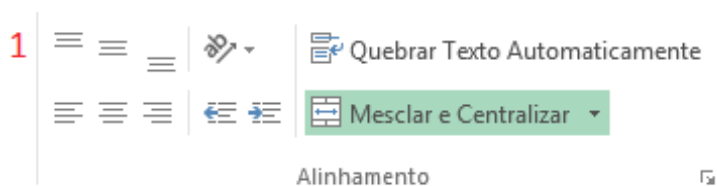


Figura 44: Formatando a planilha (Passo 1)

Em seguida, vamos colocar uma borda no texto digitado, vamos escolher a opção "Todas as bordas", podemos mudar o título para negrito, mudar a cor do fundo e/ou de uma fonte, basta selecionar a(s) célula(s) e escolher as formatações.



Figura 45: Formatando a planilha (Passo 2)

Para finalizar essa etapa vamos formatar a coluna C para moeda, que é o caso desse exemplo, porém pode ser realizado vários outros tipos de formatação, como, porcentagem, data, hora, científico, basta clicar no *dropdown* onde está escrito geral e escolher.

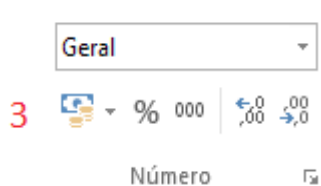


Figura 46: Formatando a planilha (Passo 3)

O resultado final nos traz uma planilha muito mais agradável e de fácil entendimento:

	A	B	C
1	Concessionária Grupo Nova		
2	Modelo	Marca	Valor
3	Gol	VW	R\$ 25.000,00
4	ASX	Mitsubish	R\$ 90.000,00
5	Parati	VW	R\$ 40.000,00
6	Outlander	Mitsubish	R\$ 75.000,00
7	Livina	Nissan	R\$ 35.000,00
8	Versa	Nissan	R\$ 42.000,00

Figura 47: Planilha Formatada

Ordenando os dados: Você pode digitar os dados em qualquer ordem, pois o Excel possui uma ferramenta muito útil para ordenar os dados.

Ao clicar neste botão, você tem as opções para classificar de A a Z (ordem crescente), de Z a A (ordem decrescente) ou classificação personalizada.

Para ordenar seus dados, basta clicar em uma célula da coluna que deseja ordenar, e selecionar a classificação crescente ou decrescente. Mas cuidado! Se você selecionar uma coluna inteira, nas versões mais antigas do Excel, você irá classificar os dados dessa coluna, mas vai manter os dados das outras colunas onde estão. Ou seja, seus dados ficarão alterados. Nas versões mais novas, ele fará a pergunta, se deseja expandir a seleção e dessa forma, fazer a classificação dos dados junto com a coluna de origem, ou se deseja manter a seleção e classificar somente a coluna selecionada.

Filtrando os dados: Ainda no botão temos a opção FILTRO. Ao selecionar esse botão, cada uma das colunas da nossa planilha irá abrir uma seta para fazer a seleção dos dados que desejamos visualizar. Assim, podemos filtrar e visualizar somente os dados do mês de Janeiro ou então somente os gastos com contas de consumo, por exemplo.

Grupo ferramentas de dados:

- Texto para colunas: separa o conteúdo de uma célula do Excel em colunas separadas.
- Remover duplicatas: exclui linhas duplicadas de uma planilha - Validação de dados: permite especificar valores inválidos para uma planilha. Por exemplo, podemos especificar que a planilha não aceitará receber valores menores que 10.
- Consolidar: combina valores de vários intervalos em um novo intervalo.
- Teste de hipóteses: testa diversos valores para a fórmula na planilha.

Gráficos: Outra forma interessante de analisar os dados é utilizando gráficos. O Excel monta os gráficos rapidamente e é muito fácil. Na Guia Inserir da Faixa de Opções, temos diversas opções de gráficos que podem ser utilizados.

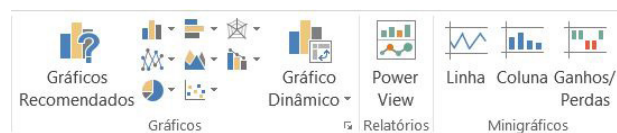


Figura 48: Gráficos

Utilizando a planilha da Concessionária Grupo Nova, teremos o seguinte gráfico escolhido

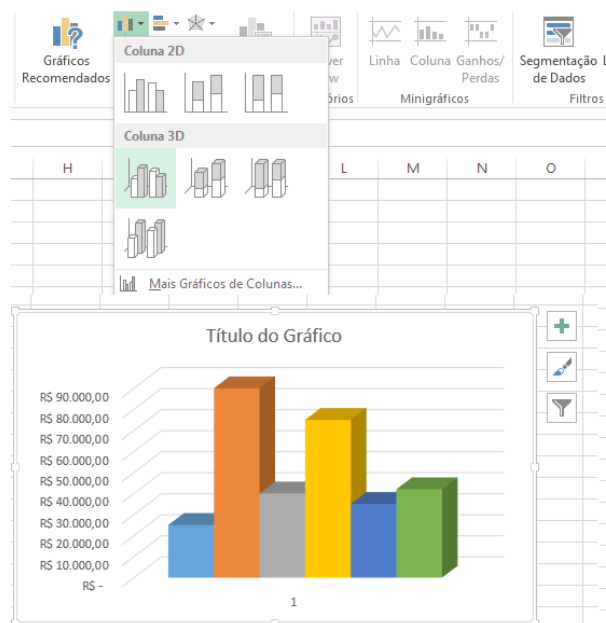


Figura 49: Gráfico de Colunas – 3D

Redimensione o gráfico clicando com o mouse nas bordas para aumentar de tamanho. Reposicione o gráfico na página, clicando nas linhas e arrastando até o local desejado.



#FicaDica

Importante mencionar que o conceito do Excel 365 é o mesmo apontado no Word, ou seja, fazem parte do Office 365, que podem ser comprados conforme figura 39.

LibreOffice Calc

O Calc é o software de planilha eletrônica do LibreOffice e o seu formato de arquivo padrão é o .ods (Open Document Spreadsheet).

O Calc trabalha de modo semelhante ao Excel no que se refere ao uso de fórmulas. Ou seja, uma fórmula é iniciada pelo sinal de igual (=) e seguido por uma sequência de valores, referências a células, operadores e funções.

Algumas diferenças entre o Calc e o Excel:

Para fazer referência a uma interseção no Calc, utiliza-se o sinal de exclamação (!). Por exemplo, "B2:C4!C3:C6" retornará a C3 e C4 (interseção entre os dois intervalos). No Excel, isso é feito usando um espaço em branco (B2:C4 C3:C6).

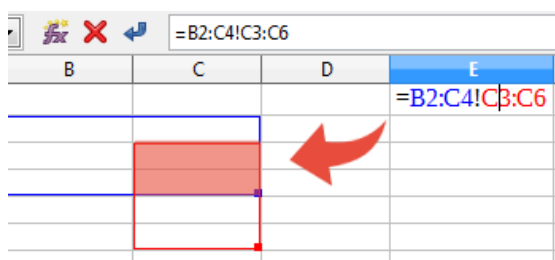


Figura 50: Exemplo de Operação no Calc

Para fazer referência a uma célula que esteja em outra planilha, na mesma pasta de trabalho, digite "nome_da_planilha + . + célula. Por exemplo, "Plan2.A1" faz referência a célula A1 da planilha chamada Plan2. No Excel, isso é feito usando o sinal de exclamação ! (Plan2!A1).

Menus do Calc

Arquivo - contém comandos que se aplicam ao documento inteiro como Abrir, Salvar e Exportar como PDF.

Editar - contém comandos para editar o conteúdo do documento como, por exemplo, Desfazer, Localizar e Substituir, Cortar, Copiar e Colar.

Exibir - contém comandos para controlar a exibição de um documento tais como Zoom, Tela Inteira e Navegador.

Inserir - contém comandos para inserção de novos elementos no documento como células, linhas, colunas, planilhas, gráficos.

Formatar - contém comandos para formatar células selecionadas, objetos e o conteúdo das células no documento.

Ferramentas - contém ferramentas como Ortografia, Atingir meta, Rastrear erro, etc.

Dados - contém comandos para editar os dados de uma planilha. É possível classificar, utilizar filtros, validar, etc.

Janela - contém comandos para manipular e exibir janelas no documento.

Ajuda - permite acessar o sistema de ajuda do LibreOffice.

PLANILHA ELETRÔNICA MS EXCEL 2016

Tarefas básicas no Excel²

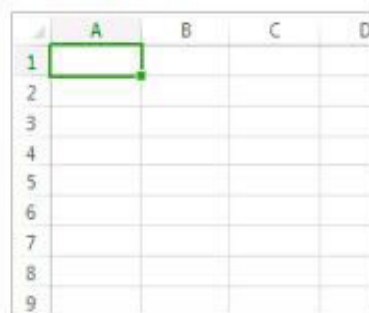
O Excel é uma ferramenta incrivelmente poderosa para tornar significativa uma vasta quantidade de dados. Mas ele também funciona muito bem para cálculos simples e para rastrear de quase todos os tipos de informações. A chave **para desbloquear todo esse potencial é a grade de células**. As células podem conter números, texto ou fórmulas. Você insere dados nas células e as agrupa em linhas e colunas. Isso permite que você adicione seus dados, classifique-os e filtre-os, insira-os em tabelas e crie gráficos incríveis. Vejamos as etapas básicas para você começar.

Criar uma nova pasta de trabalho

Os documentos do Excel são chamados de pastas de trabalho. Cada pasta de trabalho contém folhas que, normalmente, são chamadas de planilhas. Você pode adicionar quantas planilhas desejar a uma pasta de trabalho ou pode criar novas pastas de trabalho para guardar seus dados separadamente.

Clique em Arquivo e em Novo.

Em Novo, que em Pasta de trabalho em branco



Pasta de trabalho em branco

Insira os dados

Clique em uma célula vazia.

Por exemplo, a célula A1 em uma nova planilha. As células são referenciadas por sua localização na linha e na coluna da planilha, portanto, a célula A1 fica na primeira linha da coluna A.

Inserir texto ou números na célula.

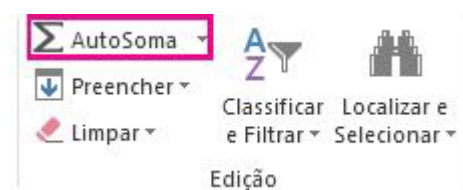
Pressione Enter ou Tab para se mover para a célula seguinte.

Usar a AutoSoma para adicionar seus dados

Ao inserir números em sua planilha, talvez deseje somá-los. Um modo rápido de fazer isso é usar o AutoSoma.

Selecione a célula à direita ou abaixo dos números que você deseja adicionar.

Clique na guia Página Inicial e, em seguida, clique em AutoSoma no grupo Edição.



A AutoSoma soma os números e mostra o resultado na célula selecionada.

Criar uma fórmula simples

Somar números é uma das coisas que você poderá fazer, mas o Excel também pode executar outras operações matemáticas. Experimente algumas fórmulas simples para adicionar, subtrair, multiplicar ou dividir seus valores.

Escolha uma célula e digite um sinal de igual (=).

2 Fonte: <https://support.office.com/pt-br/excel>

Isso informa ao Excel que essa célula conterá uma fórmula.

Digite uma combinação de números e operadores de cálculos, como o sinal de mais (+) para adição, o sinal de menos (-) para subtração, o asterisco (*) para multiplicação ou a barra (/) para divisão.

Por exemplo, insira =2+4, =4-2, =2*4 ou =4/2.

Pressione Enter.

Isso executa o cálculo.

Você também pode pressionar Ctrl+Enter (se você deseja que o cursor permaneça na célula ativa).

Aplicar um formato de número

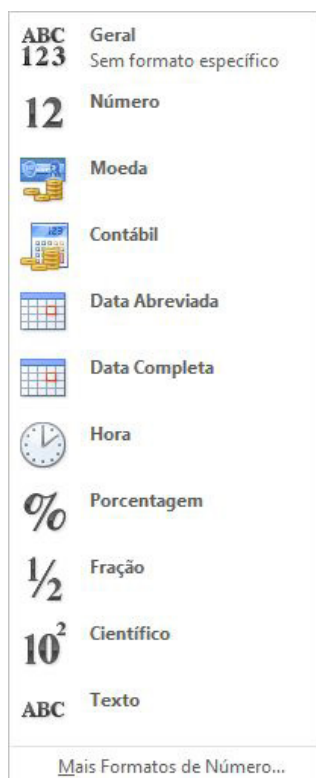
Para distinguir entre os diferentes tipos de números, adicione um formato, como moeda, porcentagens ou datas.

Selecione as células que contêm números que você deseja formatar.

Clique na guia Página Inicial e, em seguida, clique na seta na caixa Geral.



Selecione um formato de número



Caso você não veja o formato de número que está procurando, clique em Mais Formatos de Número.

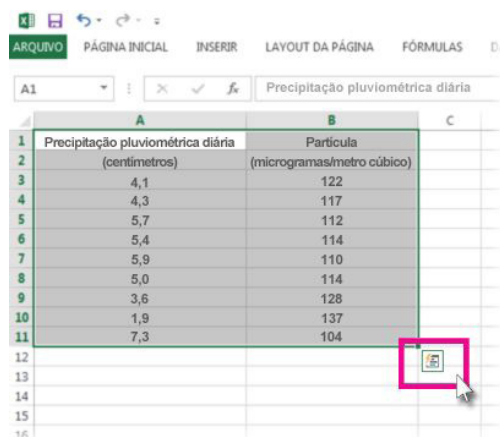
Inserir dados em uma tabela

Um modo simples de acessar grande parte dos recursos do Excel é colocar os dados em uma tabela. Isso permite que você filtre ou classifique rapidamente os dados.

Selecione os dados clicando na primeira célula e arrastar a última célula em seus dados.

Para usar o teclado, mantenha a tecla Shift pressionada ao mesmo tempo em que pressiona as teclas de direção para selecionar os dados.

Clique no botão Análise Rápida  no canto inferior direito da seleção.

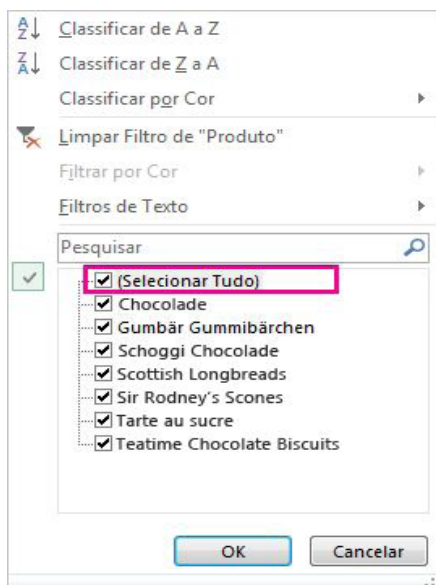


Clique em Tabelas, mova o cursor para o botão Tabela para visualizar seus dados e, em seguida, clique no botão Tabela.

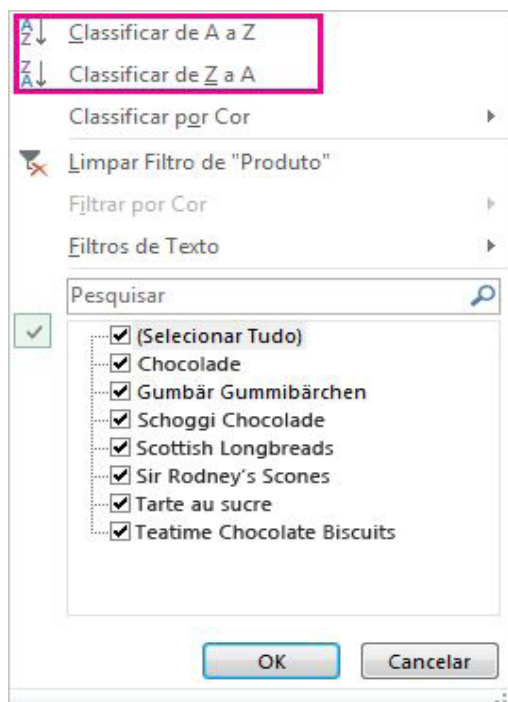


Clique na seta  no cabeçalho da tabela de uma coluna.

Para filtrar os dados, desmarque a caixa de seleção Selecionar tudo e, em seguida, selecione os dados que você deseja mostrar na tabela.



Para classificar os dados, clique em Classificar de A a Z ou Classificar de Z a A.



Clique em OK.

Mostrar totais para os números

As ferramentas de Análise Rápida permitem que você totalize os números rapidamente. Se for uma soma, média ou contagem que você deseja, o Excel mostra os resultados do cálculo logo abaixo ou ao lado dos números.

Selecione as células que contêm os números que você somar ou contar.

Clique no botão Análise Rápida  no canto inferior direito da seleção.

Clique em Totais, mova o cursor entre os botões para ver os resultados dos cálculos dos dados e clique no botão para aplicar os totais.



Adicionar significado aos seus dados

A formatação condicional ou minigráficos podem destacar os dados mais importantes ou mostrar tendências de dados. Use a ferramenta Análise Rápida para uma Visualização Dinâmica para experimentar.

Selecione os dados que você deseja examinar mais detalhadamente.

Clique no botão Análise Rápida  no canto inferior direito da seleção.

Explore as opções nas guias Formatação e Minigráficos para ver como elas afetam os dados.



Por exemplo, selecione uma escala de cores na galeria Formatação para diferenciar as temperaturas alta, média e baixa.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
1		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2	Mais alta média	40	38	44	46	51	56	67	72	70	59	45	41
3	Mais baixa média	34	33	38	41	45	48	51	55	54	45	41	38
4	Mais alta	61	69	79	83	95	97	100	101	94	87	72	66
5	Mais baixa	0	2	9	24	28	32	36	39	35	21	12	4

Quando gostar da opção, clique nela.

Mostrar os dados em um gráfico

A ferramenta Análise Rápida recomenda o gráfico correto para seus dados e fornece uma apresentação visual com apenas alguns cliques.

Selecione as células contendo os dados que você quer mostrar em um gráfico.

Clique no botão Análise Rápida  no canto inferior direito da seleção.

Clique na guia Gráficos, mova entre os gráficos recomendados para ver qual tem a melhor aparência para seus dados e clique no que desejar.



OBSERVAÇÃO: O Excel mostra diferentes gráficos nesta galeria, dependendo do que for recomendado para seus dados.

Salvar seu trabalho

Clique no botão Salvar na Barra de Ferramentas de Acesso Rápido ou pressione Ctrl+S.



Se você salvou seu trabalho antes, está pronto.

Se esta for a primeira vez que você salva este arquivo:

Em Salvar Como, escolha onde salvar sua pasta de trabalho e navegue até uma pasta.

Na caixa Nome do arquivo, digite um nome para a pasta de trabalho.

Clique em Salvar.

Imprimir o seu trabalho

Clique em Arquivo e, em seguida, clique em Imprimir ou pressione Ctrl+P.

Visualize as páginas clicando nas setas Próxima Página e Página Anterior.



A janela de visualização exibe as páginas em preto e branco ou colorida, dependendo das configurações de sua impressora.

Se você não gostar de como suas páginas serão impressas, você poderá mudar as margens da página ou adicionar quebras de página.

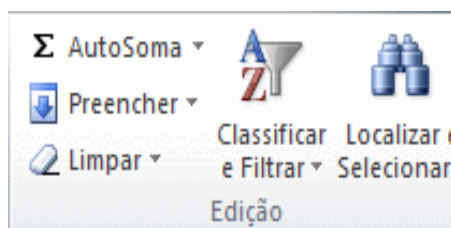
Clique em Imprimir.

Localizar ou substituir texto e números em uma planilha do Excel 2016 para Windows

Localize e substitua textos e números usando curinhas ou outros caracteres. Você pode pesquisar planilhas, linhas, colunas ou pastas de trabalho.

Em uma planilha, clique em qualquer célula.

Na guia Página Inicial, no grupo Edição, clique em Localizar e Selecionar.



Siga um destes procedimentos:

Para localizar texto ou números, clique em Localizar.

Para localizar e substituir texto ou números, clique em Substituir.

Na caixa Localizar, digite o texto ou os números que você deseja procurar ou clique na seta da caixa Localizar e, em seguida, clique em uma pesquisa recente na lista.

Você pode usar caracteres curinga, como um asterisco (*) ou ponto de interrogação (?), nos critérios da pesquisa:

Use o asterisco para localizar qualquer cadeia de caracteres. Por exemplo, s*r localizará "ser" e "senhor".

Use o ponto de interrogação para localizar um único caractere. Por exemplo, s?m localizará "sim" e "som".



#FicaDica

Você pode localizar asteriscos, pontos de interrogação e caracteres de til (~) nos dados da planilha precedendo-os com um til na caixa Localizar. Por exemplo, para localizar dados que contenham "?", use ~? como critério de pesquisa.

Clique em Opções para definir ainda mais a pesquisa e siga um destes procedimentos:

Para procurar dados em uma planilha ou em uma pasta de trabalho inteira, na caixa Em, clique em Planilha ou Pasta de Trabalho.

Para pesquisar dados em linhas ou colunas, na caixa Pesquisar, clique em Por Linhas ou Por Colunas.

Para procurar dados com detalhes específicos, na caixa Examinar, clique em Fórmulas, Valores ou Comentários.

OBSERVAÇÃO: As opções Fórmulas, Valores e Comentários só estão disponíveis na guia Localizar, e somente Fórmulas está disponível na guia Substituir.

Para procurar dados que diferenciam maiúsculas de minúsculas, marque a caixa de seleção Diferenciar maiúsculas de minúsculas.

Para procurar células que contenham apenas os caracteres que você digitou na caixa Localizar, marque a caixa de seleção Coincidir conteúdo da célula inteira.

Se você deseja procurar texto ou números que também tenham uma formatação específica, clique em Formato e faça as suas seleções na caixa de diálogo Localizar Formato.



#FicaDica

Se você deseja localizar células que correspondam a uma formatação específica, exclua qualquer critério da caixa Localizar e selecione a célula que contenha a formatação que você deseja localizar. Clique na seta ao lado de Formato, clique em Escolher formato da célula e, em seguida, clique na célula que possui a formatação a ser pesquisada.

Se você deseja localizar células que correspondam a uma formatação específica, exclua qualquer critério da caixa Localizar e selecione a célula que contenha a formatação que você deseja localizar. Clique na seta ao lado de Formato, clique em Escolher formato da célula e, em seguida, clique na célula que possui a formatação a ser pesquisada.

Siga um destes procedimentos:

Para localizar texto ou números, clique em Localizar Tudo ou Localizar Próxima.



#FicaDica

Quando você clicar em Localizar Tudo, todas as ocorrências do critério que você estiver pesquisando serão listadas, e você poderá ir para uma célula clicando nela na lista. Você pode classificar os resultados de uma pesquisa Localizar Tudo clicando em um título de coluna.

Para substituir texto ou números, digite os caracteres de substituição na caixa Substituir por (ou deixe essa caixa em branco para substituir os caracteres por nada) e clique em Localizar ou Localizar Tudo.

OBSERVAÇÃO: Se a caixa Substituir por não estiver disponível, clique na guia Substituir.

Se necessário, você poderá cancelar uma pesquisa em andamento pressionando ESC.

Para substituir a ocorrência realçada ou todas as ocorrências dos caracteres encontrados, clique em Substituir ou Substituir tudo.



#FicaDica

O Microsoft Excel salva as opções de formatação que você define. Se você pesquisar dados na planilha novamente e não conseguir encontrar caracteres que você sabe que estão lá, poderá ser necessário limpar as opções de formatação da pesquisa anterior. Na caixa de diálogo Localizar e Substituir, clique na guia Localizar e depois em Opções para exibir as opções de formatação. Clique na seta ao lado de Formato e clique em Limpar 'Localizar formato'.

Alterar a largura da coluna e a altura da linha

Em uma planilha, você pode especificar uma largura de coluna de 0 (zero) a 255. Esse valor representa o número de caracteres que podem ser exibidos em uma célula formatada com a fonte padrão TE000127106. A largura de coluna padrão é 8,43 caracteres. Se a largura da coluna for definida como 0 (zero), a coluna ficará oculta.

Você pode especificar uma altura de linha de 0 (zero) a 409. Esse valor representa a medida da altura em pontos (1 ponto é igual a aproximadamente 1/72 pol. ou

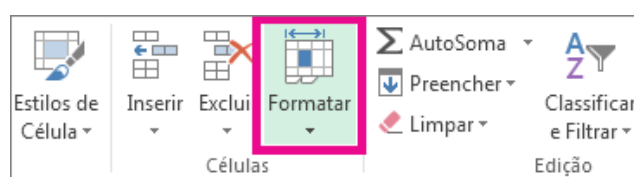
0,035 cm). A altura de linha padrão é 12,75 pontos (aproximadamente 1/6 pol. ou 0,4 cm). Se a altura da linha for definida como 0 (zero), a linha ficará oculta.

Se estiver trabalhando no modo de exibição de Layout da Página (guia Exibir, grupo Modos de Exibição da Pasta de Trabalho, botão Layout da Página), você poderá especificar uma largura de coluna ou altura de linha em polegadas. Nesse modo de exibição, a unidade de medida padrão é polegada, mas você poderá alterá-la para centímetros ou milímetros (Na guia Arquivo, clique em Opções, clique na categoria Avançado e, em Exibir, selecione uma opção na lista Unidades da Régua).

Definir uma coluna com uma largura específica

Selecione as colunas a serem alteradas.

Na guia Página Inicial, no grupo Células, clique em Formatar.



Em Tamanho da Célula, clique em Largura da Coluna. Na caixa Largura da coluna, digite o valor desejado. Clique em OK.



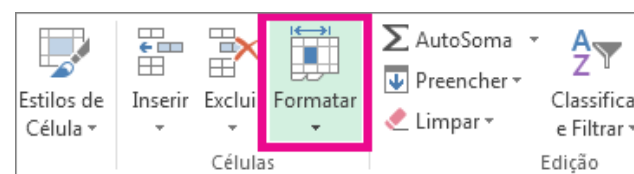
#FicaDica

Para definir rapidamente a largura de uma única coluna, clique com o botão direito do mouse na coluna selecionada, clique em Largura da Coluna, digite o valor desejado e clique em OK.

Alterar a largura da coluna para ajustá-la automaticamente ao conteúdo (AutoAjuste)

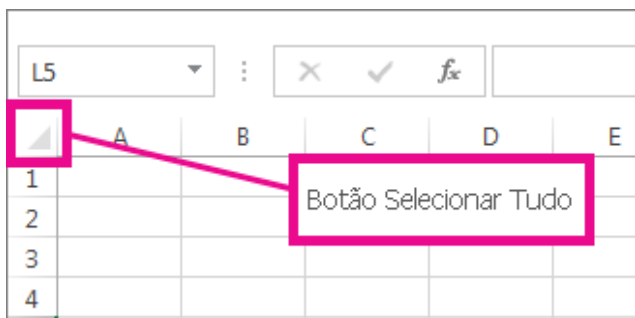
Selecione as colunas a serem alteradas.

Na guia Página Inicial, no grupo Células, clique em Formatar.



Em Tamanho da Célula, clique em Ajustar Largura da Coluna Automaticamente.

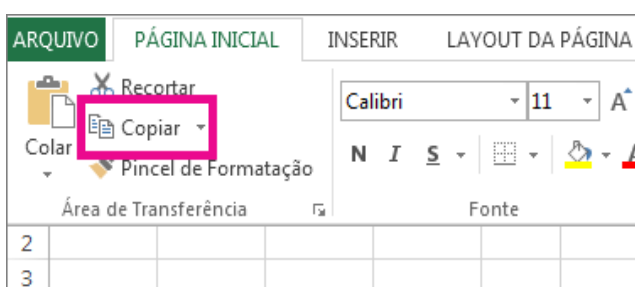
OBSERVAÇÃO: Para ajustar automaticamente de forma rápida todas as colunas da planilha, clique no botão Selecionar Tudo e, em seguida, clique duas vezes em qualquer limite entre dois títulos de coluna.



Fazer com que a largura da coluna corresponda à de outra coluna

Selecione uma célula da coluna com a largura desejada.

Pressione Ctrl+C ou, na guia Página Inicial, no grupo Área de Transferência, clique em Copiar.



Clique com o botão direito do mouse na coluna de destino, aponte para Colar Especial e clique no botão Manter Largura da Coluna Original.

Alterar a largura padrão de todas as colunas em uma planilha ou pasta de trabalho

O valor da largura de coluna padrão indica o número médio de caracteres da fonte padrão que cabe em uma célula. É possível especificar outro valor de largura de coluna padrão para uma planilha ou pasta de trabalho.

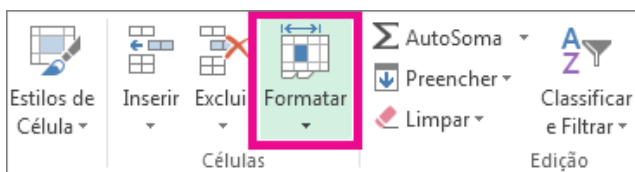
Siga um destes procedimentos:

Para alterar a largura de coluna padrão de uma planilha, clique na guia da planilha.

Para alterar a largura de coluna padrão da pasta de trabalho inteira, clique com o botão direito do mouse em uma guia de planilha e, em seguida, clique em Selecionar Todas as Planilhas no menu de atalho.



Na guia Página Inicial, no grupo Células, clique em Formatar.



Em Tamanho da Célula, clique em Largura Padrão.

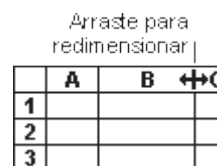
Na caixa Largura padrão da coluna, digite uma nova medida e clique em OK.

DICA: Para definir a largura de coluna padrão de todas as novas pastas de trabalho ou planilhas, você poderá criar um modelo de pasta de trabalho ou de planilha e utilizá-lo como base para as novas pastas de trabalho ou planilhas.

Alterar a largura das colunas com o mouse

Siga um destes procedimentos:

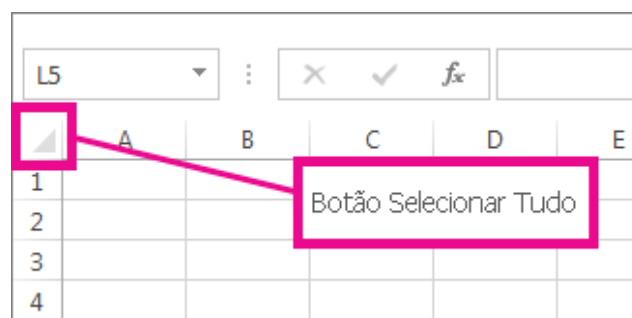
Para alterar a largura de uma coluna, arraste o limite do lado direito do título da coluna até que ela fique do tamanho desejado.



Para alterar a largura de várias colunas, selecione as colunas desejadas e arraste um limite à direita do título de coluna selecionado.

Para alterar a largura das colunas a fim de ajustá-la ao conteúdo, selecione as colunas desejadas e clique duas vezes no limite à direita do título de coluna selecionado.

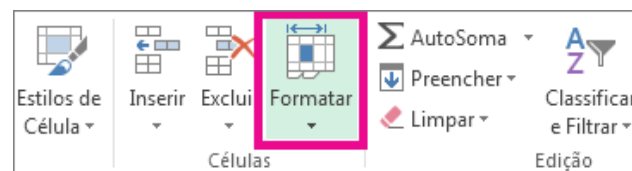
Para alterar a largura de todas as colunas da planilha, clique no botão Selecionar Tudo e arraste o limite de qualquer título de coluna.



Definir uma linha com uma altura específica

Selecione as linhas a serem alteradas.

Na guia Página Inicial, no grupo Células, clique em Formatar.



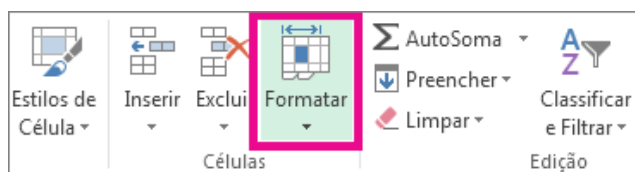
Em Tamanho da Célula, clique em Altura da Linha.

Na caixa Altura da linha, digite o valor que você deseja e, em seguida, clique em OK.

Alterar a altura da linha para ajustá-la ao conteúdo

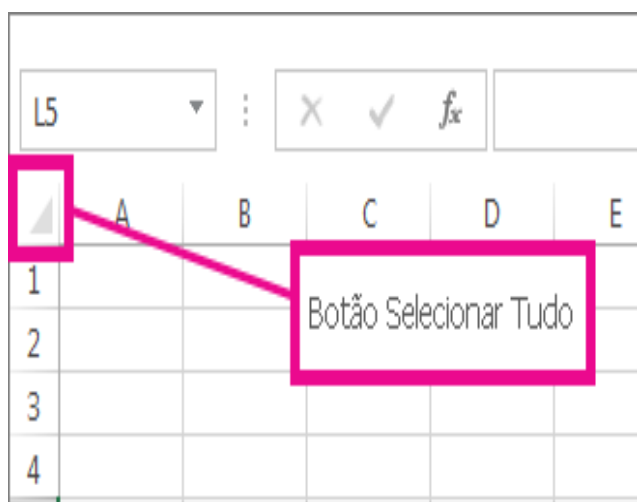
Selecione as linhas a serem alteradas.

Na guia Página Inicial, no grupo Células, clique em Formatar.



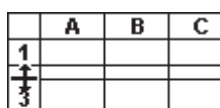
Em Tamanho da Célula, clique em AutoAjuste da Altura da Linha.

DICA: Para ajustar automaticamente de forma rápida todas as linhas da planilha, clique no botão Selecionar Tudo e, em seguida, clique duas vezes no limite abaixo de um dos títulos de linha.



Alterar a altura das linhas com o mouse
Siga um destes procedimentos:

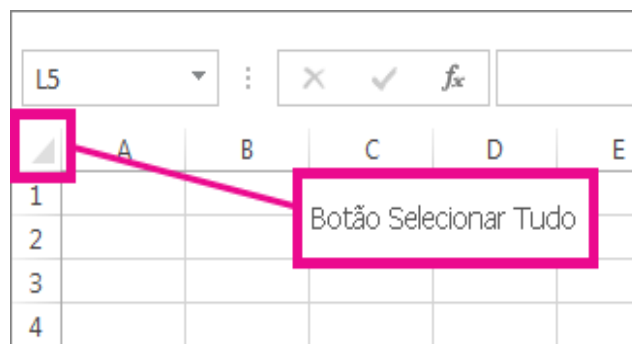
Para alterar a altura de uma linha, arraste o limite abaixo do título da linha até que ela fique com a altura desejada.



Arraste para redimensionar

Para alterar a altura de várias linhas, selecione as linhas desejadas e arraste o limite abaixo de um dos títulos de linha selecionados.

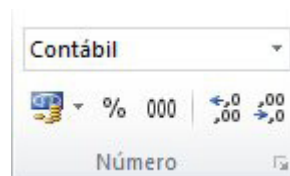
Para alterar a altura de todas as linhas da planilha, clique no botão Selecionar Tudo e arraste o limite abaixo de qualquer título de linha.



Para alterar a altura da linha a fim de ajustá-la ao conteúdo, clique duas vezes no limite abaixo do título da linha.

Formatar números como moeda no Excel 2016

Para exibir números como valores monetários, formatá-los como moeda. Para fazer isso, aplique o formato de número Moeda ou Contábil às células que deseja formatar. As opções de formatação de número estão disponíveis na guia Página Inicial, no grupo Número.



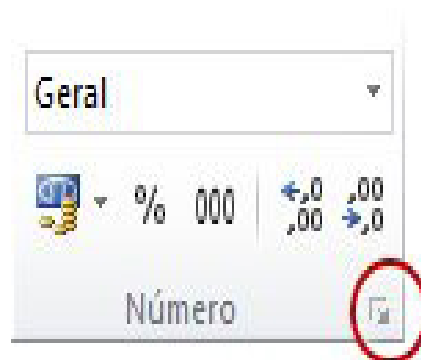
Formatar números como moeda

Você pode exibir um número com o símbolo de moeda padrão selecionando a célula ou o intervalo de células e clicando em Formato de Número de Contabilização (\$) no grupo Número da guia Página Inicial. (Se desejar aplicar o formato Moeda, selecione as células e pressione Ctrl+Shift+\$.)

Alterar outros aspectos de formatação

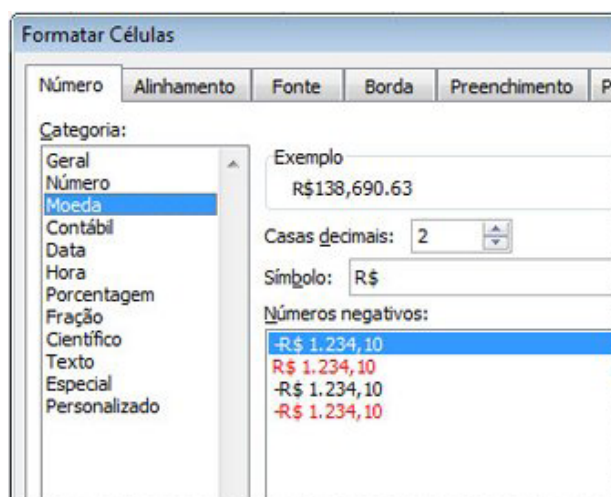
Selecione as células que você deseja formatar.

Na guia Página Inicial, clique no Iniciador de Caixa de Diálogo ao lado de Número.



DICA: Você também pode pressionar Ctrl+1 para abrir a caixa de diálogo Formatar Células.

Na caixa de diálogo Formatar Células, na lista Categoria, clique em Moeda ou Contábil.



Na caixa Símbolo, clique no símbolo de moeda desejado.

OBSERVAÇÃO: Se desejar exibir um valor monetário sem um símbolo de moeda, clique em Nenhum.

Na caixa Casas decimais, insira o número de casas decimais desejadas para o número.

Por exemplo, para exibir R\$138.691 em vez de colocar R\$ 138.690,63 na célula, insira 0 na caixa Casas decimais. Conforme você faz alterações, preste atenção ao número na caixa Amostra. Ela mostra como a alteração das casas decimais afetará a exibição de um número.

Na caixa Números negativos selecione o estilo de exibição que você deseja usar para números negativos.

Se não quiser usar as opções existentes para exibir números negativos, você pode criar seu próprio formato de número.

OBSERVAÇÃO: A caixa Números negativos não está disponível para o formato de número Contábil. O motivo disso é que constitui prática contábil padrão mostrar números negativos entre parênteses.

Para fechar a caixa de diálogo Formatar Células, clique em OK.

Se o Excel exibir ##### em uma célula depois que você aplicar formatação de moeda em seus dados, isso significará que talvez a célula não seja suficientemente larga para exibir os dados. Para expandir a largura da coluna, clique duas vezes no limite direito da coluna que contém as células com o erro #####. Esse procedimento redimensiona automaticamente a coluna para se ajustar ao número. Você também pode arrastar o limite direito até que as colunas fiquem com o tamanho desejado.



Remover formatação de moeda

Selecione as células que têm formatação de moeda.

Na guia Página Inicial, no grupo Número, clique na caixa de listagem Geral.

As células formatadas com o formato Geral não têm um formato de número específico.

Operadores e Funções

A função é um método utilizado para tornar mais fácil e rápido a montagem de fórmulas que envolvem cálculos mais complexos e vários valores. Existem funções para os cálculos matemáticos, financeiros e estatísticos. Por exemplo, na função: =SOMA (A1:A10) seria o mesmo que (A1+A2+A3+A4+A5+A6+A7+A8+A9+A10), só que com a função o processo passa a ser mais fácil. Ainda conforme o exemplo pode-se observar que é necessário sempre iniciar um cálculo com sinal de igual (=) e usa-se nos cálculos a referência de células (A1) e não somente valores.

A quantidade de argumentos empregados em uma função depende do tipo de função a ser utilizada. Os argumentos podem ser números, textos, valores lógicos, referências, etc...

Operadores

Operadores são símbolos matemáticos que permitem fazer cálculos e comparações entre as células. Os operadores são:

1.Sinais de operações		2.Sinais para condição	
Sinal	Função	Sinal	Função
+	Somar	>	Maior que
-	Subtrair	<	Menor que
*	Multiplicar	<>	Diferente
/	Dividir	>=	Maior e igual a
%	Porcentagem	<=	Menor e igual a
=	Igualdade	&&	Concatenar

Criar uma fórmula simples

Você pode criar uma fórmula simples para adicionar, subtrair, multiplicar ou dividir valores na planilha. As fórmulas simples sempre começam com um sinal de igual (=), seguido de constantes que são valores numéricos e operadores de cálculo como os sinais de mais (+), menos (-), asterisco (*) ou barra (/).

Por exemplo, quando você inserir a fórmula =5+2*3, o Excel multiplicará os últimos dois números e adicionará o primeiro número ao resultado. Seguindo a ordem padrão das operações matemáticas, a multiplicação é executada antes da adição.

Na planilha, clique na célula em que você deseja inserir a fórmula.

Digite o = (sinal de igual) seguido das constantes e dos operadores que você deseja usar no cálculo.

Você pode inserir quantas constantes e operadores forem necessários em uma fórmula, até 8.192 caracteres.

DICA: Em vez de digitar as constantes em sua fórmula, você pode selecionar as células que contêm os valores que deseja usar e inserir os operadores entre as células da seleção.

Pressione Enter.

Para adicionar valores rapidamente, você pode usar a AutoSoma em vez de inserir a fórmula manualmente (guia Página Inicial, grupo Edição).

Para avançar mais uma etapa, você pode usar as referências de célula e nomes em vez dos valores reais em uma fórmula simples.

Exemplos

Copie os dados de exemplo da tabela a seguir e cole-os na célula A1 de uma nova planilha do Excel. Para as fórmulas mostrarem resultados, selecione-as, pressione F2 e pressione Enter. Se precisar, você poderá ajustar as larguras das colunas para ver todos os dados.

Dados		
2		
5		
Fórmula	Descrição	Resultado
'=A2+A3	Adiciona os valores nas células A1 e A2	=A2+A3
'=A2-A3	Subtrai o valor na célula A2 do valor em A1	=A2-A3
'=A2/A3	Divide o valor na célula A1 pelo valor em A2	=A2/A3
'=A2*A3	Multiplica o valor na célula A1 pelo valor em A2	=A2*A3
'=A2^A3	Eleva o valor na célula A1 ao valor exponencial especificado em A2	=A2^A3
Fórmula	Descrição	Resultado
'=5+2	Adiciona 5 e 2	=5+2
'=5-2	Subtrai 2 de 5	=5-2
'=5/2	Divide 5 por 2	=5/2
'=5*2	Multiplica 5 vezes 2	=5*2
'=5^2	Eleva 5 à segunda potência	=5^2

Usar referências de célula em uma fórmula

Ao criar uma fórmula simples ou uma fórmula que usa uma função, você pode fazer referência aos dados das células de uma planilha incluindo referências de célula nos argumentos da fórmula. Por exemplo, quando você insere ou seleciona a referência de célula A2, a fórmula usa o valor dessa célula para calcular o resultado. Você também pode fazer referência a um intervalo de células.

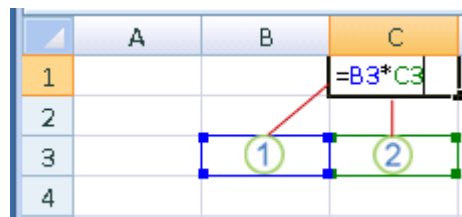
Clique na célula na qual deseja inserir a fórmula.

Na barra de fórmulas , digite = (sinal de igual).

Faça o seguinte: selecione a célula que contém o valor desejado ou digite sua referência de célula.

Você pode fazer referência a uma única célula, a um intervalo de células, a um local em outra planilha ou a um local em outra pasta de trabalho.

Ao selecionar um intervalo de células, você pode arrastar a borda da seleção da célula para mover a seleção ou arrastar o canto da borda para expandir a seleção.



1. A primeira referência de célula é B3, a cor é azul e o intervalo de células tem uma borda azul com cantos quadrados.

2. A segunda referência de célula é C3, a cor é verde e o intervalo de células tem uma borda verde com cantos quadrados.

OBSERVAÇÃO : Se não houver um canto quadrado em uma borda codificada por cor, significa que a referência está relacionada a um intervalo nomeado.

Pressione Enter.

DICA : Você também pode inserir uma referência a um intervalo ou célula nomeada.

Exemplo

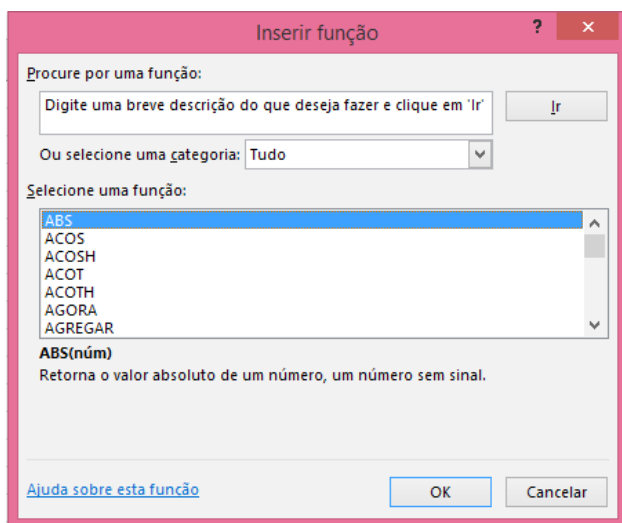
Copie os dados de exemplo da tabela a seguir e cole-os na célula A1 de uma nova planilha do Excel. Para as fórmulas mostrarem resultados, selecione-as, pressione F2 e pressione Enter. Se precisar, você poderá ajustar as larguras das colunas para ver todos os dados. Use o comando Definir Nome (guia Formulas, grupo Nomes Definidos) para definir "Ativos" (B2:B4) e "Passivos" (C2:C4).

Departamento	Ativos	Passivos
TI	274000	71000
Administrador	67000	18000
RH	44000	3000
Fórmula	Descrição	Resultado
'=SOMA(Ativos)	Retorna o total de ativos dos três departamentos no nome definido "Ativos", que é definido como o intervalo de células B2:B4. (385000)	=SOMA(Ativos)
'=SOMA(Ativos)-SOMA(Passivos)	Subtrai a soma do nome definido "Passivos" da soma do nome definido "Ativos". (293000)	=SOMA(Ativos)-SOMA(Passivos)

Criar uma fórmula usando uma função

Você pode criar uma fórmula para calcular valores na planilha usando uma função. Por exemplo, as fórmulas =SOMA(A1:A2) e =SOMA(A1,A2) usam ambas a função SOMA para adicionar os valores nas células A1 e A2. As fórmulas sempre começam com um sinal de igual (=)

Clique na célula na qual deseja inserir a fórmula.
Para iniciar a fórmula com a função, clique em Inserir Função .
O Excel insere o sinal de igual (=) para você.
Na caixa Ou selecione uma categoria, selecione Tudo.



Se você estiver familiarizado com as categorias de função, também poderá selecionar uma categoria.

Se você não tiver certeza de qual função usar, poderá digitar uma pergunta que descreva o que deseja fazer, na caixa Procure por uma função (por exemplo, "adicionar números" retorna a função SOMA).

Na caixa Selecione uma função, selecione a função que deseja utilizar e clique em OK.

Nas caixas de argumento que forem exibidas para a função selecionada, insira os valores, as cadeias de caracteres de texto ou referências de célula desejadas.

Em vez de digitar as referências de célula, você também pode selecionar as células que deseja referenciar. Clique em  para expandir novamente a caixa de diálogo.

Depois de concluir os argumentos para a fórmula, clique em OK.

Se você usar funções frequentemente, poderá inserir suas fórmulas diretamente na planilha. Depois de digitar o sinal de igual (=) e o nome da função, poderá obter informações sobre a sintaxe da fórmula e os argumentos da função pressionando F1.

Exemplos

Copie a tabela para a célula A1 em uma planilha em branco no Excel para trabalhar com esses exemplos de fórmulas que usam funções.

Dados		
5	4	
2	6	
3	8	
7	1	
Fórmula	Descrição	Resultado

Dados		
'=SOMA(A:A)	Adiciona todos os números na coluna A	=SOMA(A:A)
'=MÉDIA(A1:B4)	Calcula a média de todos os números no intervalo A1:B4	=MÉDIA(A1:B4)

Função Soma

A função soma, uma das funções matemáticas e trigonométricas, adiciona os valores. Você pode adicionar valores individuais, referências de células ou intervalos ou uma mistura de todos os três.

Este vídeo faz parte de um curso de treinamento chamado Adicionar números no Excel 2013.

Sintaxe: SOMA(número1,[número2],...)

Por exemplo:

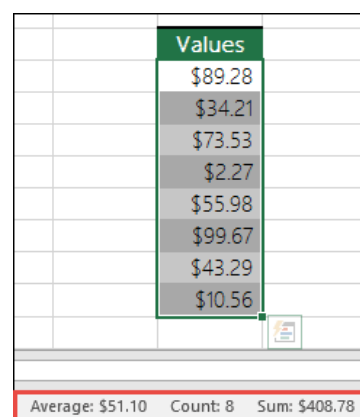
=SUM(A2:A10)

= SUM(A2:A10, C2:C10)

Nome do argumento	Descrição
número1 (Obrigatório)	O primeiro número que você deseja somar. O número pode ser como "4", uma referência de célula, como B6, ou um intervalo de células, como B2:B8.
número2-255 (Opcional)	Este é o segundo número que você deseja adicionar. Você pode especificar até 255 números dessa forma.

Soma rápida com a barra de Status

Se você quiser obter rapidamente a soma de um intervalo de células, tudo o que você precisa fazer é selecionar o intervalo e procure no lado inferior direito da janela do Excel.



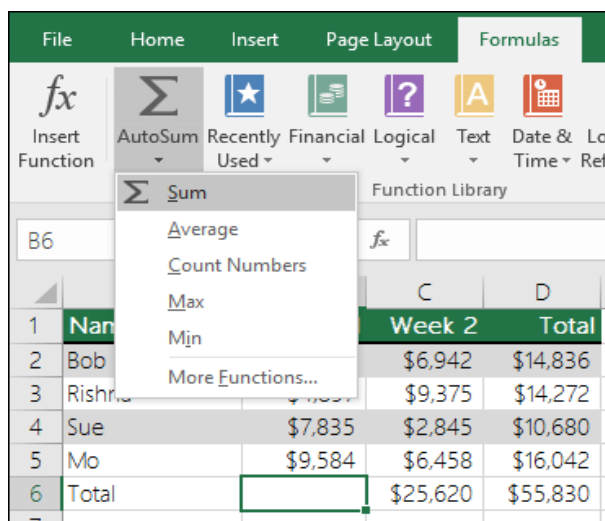
Barra de Status

Esta é a barra de Status e exibe as informações sobre tudo o que você selecionou, se você tiver uma única célula ou várias células. Se você clicar com o botão direito na barra de Status de uma caixa de diálogo do recurso será pop-

-out exibindo todas as opções que você pode selecionar. Observe que ele também exibe valores para o intervalo selecionado se você tiver esses atributos marcados.

Usando o Assistente de AutoSoma

A maneira mais fácil de adicionar uma fórmula de soma à sua planilha é usar o Assistente de AutoSoma. Selecione uma célula vazia diretamente acima ou abaixo do intervalo que você quer somar e nas guias página inicial ou fórmula na faixa de opções, pressione AutoSoma > soma. O Assistente de AutoSoma automaticamente detecta o intervalo para ser somados e criar a fórmula para você. Ele também pode trabalhar horizontalmente se você selecionar uma célula para a esquerda ou à direita do intervalo a serem somados.

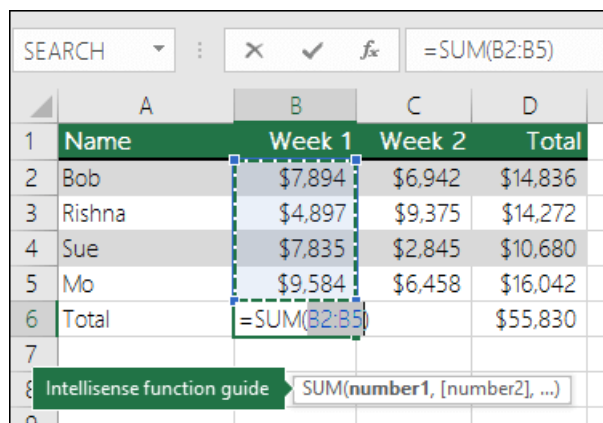


Use o Assistente de AutoSoma para rapidamente os intervalos contíguos de soma

A caixa de diálogo de AutoSoma também permite que você selecione outras funções comuns, como:

- Média
- Contar números
- Máx
- Min
- Mais funções

Exemplo 2 – AutoSoma verticalmente



AutoSoma verticalmente

O Assistente de AutoSoma detectou automaticamente células B2: B5 como o intervalo a serem somados. Tudo o que você precisa fazer é pressione Enter para confirmá-la. Se você precisar adicionar/excluir mais células, você pode manter a tecla Shift > tecla de direção da sua escolha até que corresponde à sua seleção desejado e pressione Enter quando terminar.

Guia de função Intellisense: a soma (Número1, [núm2]) flutuantes marca abaixo a função é o guia de Intellisense. Se você clicar no nome de função ou soma, ele se transformará em um hiperlink azul, que o levará para o tópico de ajuda para essa função. Se você clicar nos elementos de função individual, as peças representantes na fórmula serão realçadas. Nesse caso somente B2: B5 seria realçadas como há apenas uma referência numérica nesta fórmula. A marca de Intellisense será exibido para qualquer função.

Exemplo 3 – AutoSoma horizontalmente

SEARCH	A	B	C	D	E
1	Name	Week 1	Week 2	Total	
2	Bob	\$7,894	\$6,942	=SUM(B2:C2)	
3	Rishna	\$4,897	\$9,375	\$14,272	
4	Sue	\$7,835	\$2,845	\$10,680	
5	Mo	\$9,584	\$6,458	\$16,042	
6	Total	\$30,210	\$25,620	\$40,994	

AutoSoma horizontalmente

Exemplo 4 – somar células não-contíguas

SEARCH	A	B	C	D	E
1	Region	Name	Week 1	Week 2	
2	Eastern	Bob	\$7,894	\$6,942	
3	Eastern	Rishna	\$4,897	\$9,375	
4					
5	Western	Sue	\$7,835	\$2,845	
6	Western	Mo	\$9,584	\$6,458	
7					
8		US Totals	=SUM(C2:C3,C5:C6)		

Somar células não-contíguas

O Assistente de AutoSoma geralmente só funcionará para intervalos contíguos, portanto se você tiver linhas ou colunas vazias no seu intervalo de soma, Excel vai para o primeiro espaço. Nesse caso você precisaria soma por seleção, onde você pode adicionar os intervalos individuais, um por vez. Neste exemplo se você tivesse dados na célula B4, o Excel seria gerar =SUM(C2:C6) desde que ele reconheça um intervalo contíguo.

Você pode selecionar rapidamente vários intervalos não-contíguos com Ctrl + LeftClick. Primeiro, insira "=" soma ("), selecione seu diferentes intervalos e Excel adicionará automaticamente o separador de vírgula entre intervalos para você. Pressione enter quando terminar.

Dica: você pode usar ALT + = para adicionar rapidamente a função soma para uma célula. Tudo o que você precisa fazer é selecionar o intervalo (s).

Observação: você pode perceber como o Excel tem realçado os intervalos de função diferente por cor, e eles correspondem dentro da própria fórmula, portanto C2: C3 é azul e C5: C6 é vermelho. Excel fará isso para todas as funções, a menos que o intervalo referenciado esteja em uma planilha diferente ou em outra pasta de trabalho. Para acessibilidade aprimorada com tecnologia assistencial, você pode usar intervalos nomeados, como "Semana1", "Semana2", etc. e, em seguida, fazer referência a eles, sua fórmula:

=SUM(Week1,Week2)

Práticas Recomendadas

Esta seção aborda algumas práticas recomendadas para trabalhar com as funções soma. Grande parte desse pode ser aplicada a trabalhar com outras funções também.

♣ a = 1 + 2 ou = A + B Method – enquanto você pode inserir = 1 + 2 + 3 ou = A1 + B1 + C2 e obter resultados totalmente precisos, esses métodos estão sujeitos a erros por vários motivos:

Erros de digitação – Imagine tentando inserir valores mais e/ou muito maiores assim:

= 14598.93 + 65437.90 + 78496.23

Em seguida, tente validar se suas entradas estão corretas. É muito mais fácil colocar esses valores em células individuais e usar uma fórmula de soma. Além disso, você pode formatar os valores quando eles estão nas células, tornando-as muito mais legível e quando ela estiverem em uma fórmula.

fx		=SUM(D2:D4)
	D	
	Data	
	\$14,598.93	
	\$65,437.90	
	\$78,496.23	
	\$158,533.06	

#VALUE! erros de referência de texto em vez de números.

Se você usar um fórmula como:

= A1 + B1 + C1 ou = A1 + A2 + A3

D2					
	A	B	C	D	E
1	Data 1	Data 2	Data 3	=A+B+C	
2	1	A	3	#VALUE!	
3					

Evite usar o = 1 + 2 ou = métodos A + B

Sua fórmula pode quebrar se houver quaisquer valores não numéricos (texto) nas células referenciadas, que retornarão um #VALUE! erro. SOMA ignorará valores de texto e lhe dar a soma dos valores numéricos.

D2					
	A	B	C	D	E
1	Data 1	Data 2	Data 3	SUM	
2	1	A	3	4	
3					

SOMA ignora valores de texto

#REF! Erro de excluir linhas ou colunas

C2					
	A	B	C	D	E
1	Data 1	Data 3	=A+B+C		
2	1	3	#REF!		
3					

Se você excluir uma linha ou coluna, a fórmula não serão atualizados para excluir a linha excluída e retornará um #REF! erro, onde uma função soma atualizará automaticamente.

C2					
	A	B	C	D	E
1	Data 1	Data 3	SUM		
2	1	3	4		
3					

Fórmulas não atualizar referências ao inserir linhas ou colunas

E2					
	A	B	C	D	E
1	Data 1	Data 2	Inserted	Data 3	=A+B+C
2	1	2		3	6
3					

= Style A + B fórmulas não os atualizará ao adicionar linhas ou colunas

E2 =SUM(A2:D2)

	A	B	C	D	E
1	Data 1	Data 2	Inserted	Data 3	SUM
2	1	3		3	7

Digamos que você deseja aplicar uma porcentagem de desconto para um intervalo de células que você já somados.

	A	B	C	D	E
1	Net Price	Discount	Total		Discount
2	\$26.61	(\$6.65)	\$19.96		-25.0%
3	\$37.69	(\$9.42)	\$28.27		
4	\$71.04	(\$17.76)	\$53.28		
5	\$6.57	(\$1.64)	\$4.93		
6	\$40.76	(\$10.19)	\$30.57		
7	\$37.17	(\$9.29)	\$27.88		
8	\$66.76	(\$16.69)	\$50.07		
9	\$99.84	(\$24.96)	\$74.88		
10	\$75.48	(\$18.87)	\$56.61		
11	\$30.48	(\$7.62)	\$22.86		
12	\$79.22	(\$19.80)	\$59.41		
13	\$53.99	(\$13.50)	\$40.49		
14	\$60.80	(\$15.20)	\$45.60		
15					
16	\$686.41	(\$171.60)	\$514.80		

f_x	=SUM(Sheet1:Sheet3!A2)
C	D
	Sum Across Sheets
	8

Isso é especialmente útil em situações em que você tem uma única folha para cada mês (janeiro a dezembro) e você precisa total-las em uma planilha de resumo.

f _x	=SUM(January:December!A2)	
C	D	E
	Sum Across Sheets	
	\$7,004	

Absolutamente, você pode usar soma com outras funções. Aqui está um exemplo que cria um cálculo da média mensal:

fx =IF(E7="Yes",F5*0.0825,0)			
C	D	E	F
Item	Quantidade	Custo	Total
Widget	2	\$7.93	\$15.87
Doohickey	3	\$5.27	\$15.80
	Subtotal	\$13.20	\$31.67
	Imposto sobre vendas?	Sim	\$2.61
	Total		\$34.28

=SE(E7="Sim";F5*0,0825;0)

Neste exemplo, a fórmula em F7 está dizendo SE(E7 = "Sim", calcule o Valor Total em F5 * 8,25%, caso contrário, nenhum Imposto sobre Vendas é cobrado, retorne 0)

Práticas Recomendadas - Constantes

No último exemplo, você vê dois "Sim" e a Taxa de Imposto sobre Vendas (0,0825) inseridos diretamente na fórmula. Geralmente, não é recomendável colocar constantes literais (valores que talvez precisem ser alterados ocasionalmente) diretamente nas fórmulas, pois elas podem ser difíceis de localizar e alterar no futuro. É muito melhor colocar constantes em suas próprias células, onde elas ficam fora das constantes abertas e podem ser facilmente encontradas e alteradas. Nesse caso, tudo bem, pois há apenas uma função SE e a Taxa de Imposto sobre Vendas raramente será alterada. Mesmo se isso acontecer, será fácil alterá-la na fórmula.

Usar SE para verificar se uma célula está em branco

Às vezes, é preciso verificar se uma célula está em branco, geralmente porque você pode não querer uma fórmula exiba um resultado sem entrada.

fx =IF(ISBLANK(D2),"Blank","Not Blank")			
D	E	F	
Blank	Test		
	Blank		
1	Not Blank		

Nesse caso, usamos SE com a função ÉCÉL.VAZIA:

=SE(ÉCÉL.VAZIA(D2),"Em branco","Não está em branco")

Que diz SE(D2 está em branco, retorne "Em branco", caso contrário, retorne "Não está em branco"). Você também poderia facilmente usar sua própria fórmula para a condição "Não está em branco". No próximo exemplo usamos "" em vez de ÉCÉL.VAZIA. "" basicamente significa "nada".

fx =IF(D3="", "Blank", "Not Blank")		
D	E	F
Blank	Test	
	Blank	
1	Not Blank	

=SE(D3="", "Em branco", "Não está em branco")

Essa fórmula diz SE(D3 é nada, retorne "Em branco", caso contrário, retorne "Não está em branco"). Veja um exemplo de um método muito comum de usar "" para impedir que uma fórmula calcule se uma célula dependente está em branco:

=SE(D3="", "", SuaFórmula())

SE(D3 é nada, retorne nada, caso contrário, calcule sua fórmula).

Exemplo de SE aninhada

fx =IF(D2=1,"Yes",IF(D2=2,"No","Maybe"))			
D	E	F	G
Status	Resultado		
2	Não		

Em casos onde uma simples função SE tem apenas dois resultados (Verdadeiro ou Falso), as funções se aninhadas SE podem ter de 3 a 64 resultados.

=SE(D2=1;"SIM";SE(D2=2;"Não";"Talvez"))

Na ilustração acima, a fórmula em E2 diz: SE(D2 é igual a 1, retorne "Sim", caso contrário, SE(D2 é igual a 2, retorne "Não", caso contrário, retorne "Talvez").

CONT.SE

Use CONT.SE, uma das funções estatísticas, para contar o número de células que atendem a um critério; por exemplo, para contar o número de vezes que uma cidade específica aparece em uma lista de clientes.

Sintaxe

CONT.SE(intervalo, critério)

Por exemplo:

=CONT.SE(A2:A5;"maçãs")

=CONT.SE(A2:A5,A4)

Nome do argumento	Descrição
intervalo (obrigatório)	O grupo de células que você deseja contar. Intervalo pode conter números, matrizes, um intervalo nomeado ou referências que contenham números. Valores em branco e texto são ignorados.

Nome do argumento	Descrição
critérios (obrigatório)	Um número, expressão, referência de célula ou cadeia de texto que determina quais células serão contadas. Por exemplo, você pode usar um número como 32, uma comparação, como "> 32", uma célula como B4 ou uma palavra como "maçãs". CONT.SE usa apenas um único critério. Use CONT.SES se você quiser usar vários critérios.

Função SOMASE

Você pode usar a função SOMASE para somar os valores em uma intervalo que atendem aos critérios que você especificar. Por exemplo, suponha que, em uma coluna que contém números, você quer somar apenas os valores que são maiores do que 5. Você pode usar a seguinte fórmula: = SOMASE (B2:B25,"> 5").

Sintaxe

SOMASE(intervalo, critérios, [intervalo_soma])

A sintaxe da função SOMASE tem os seguintes argumentos:

intervalo Necessário. O intervalo de células a ser avaliada por critérios. Células em cada intervalo devem ser números ou nomes, matrizes ou referências que contenham números. Valores em branco e texto são ignorados. O intervalo selecionado pode conter datas no formato padrão do Excel (exemplos abaixo).

critérios Obrigatório. Os critérios na forma de um número, expressão, referência de célula, texto ou função que define quais células serão adicionadas. Por exemplo, os critérios podem ser expressos como 32, ">32", B5, "32", "maçãs" ou HOJE().

IMPORTANTE : Qualquer critério de texto ou qualquer critério que inclua símbolos lógicos ou matemáticos deve estar entre aspas duplas (""). Se os critérios forem numéricos, as aspas duplas não serão necessárias.

intervalo_soma Opcional. As células reais a serem adicionadas, se você quiser adicionar células diferentes das especificadas no argumento intervalo. Se o argumento intervalo_soma for omitido, o Excel adicionará as células especificadas no argumento intervalo (as mesmas células às quais os critérios são aplicados).

Você pode usar os caracteres curinga – o ponto de interrogação (?) e o asterisco (*) – como o argumento critérios. O ponto de interrogação corresponde a qualquer caractere único; o asterisco corresponde a qualquer sequência de caracteres. Para localizar um ponto de interrogação ou asterisco real, digite um til (~) antes do caractere.

Comentários

A função SOMASE retorna valores incorretos quando você a utiliza para corresponder cadeias de caracteres com mais de 255 caracteres ou para a cadeia de caracteres #VALOR!.

O argumento intervalo_soma não precisa ter o mesmo tamanho e forma que o argumento intervalo. As células reais adicionadas são determinadas pelo uso da célula na extremidade superior esquerda do argumento intervalo_soma como a célula inicial e, em seguida, pela inclusão das células correspondentes em termos de tamanho e forma no argumento intervalo. Por exemplo:

Se o intervalo for	e intervalo_soma for	Então, as células reais serão
A1:A5	B1:B5	B1:B5
A1:A5	B1:B3	B1:B5
A1:B4	C1:D4	C1:D4
A1:B4	C1:C2	C1:D4

Porém, quando os argumentos intervalo e intervalo_soma na função SOMASE não contêm o mesmo número de células, o recálculo da planilha pode levar mais tempo do que o esperado.

MÁXIMO (Função MÁXIMO)

Descrição

Retorna o valor máximo de um conjunto de valores.

Sintaxe

MÁXIMO(número1, [número2], ...)

A sintaxe da função MÁXIMO tem os seguintes argumentos:

Núm1, núm2,... Núm1 é obrigatório, números subsequentes são opcionais. De 1 a 255 números cujo valor máximo você deseja saber.

Comentários

Os argumentos podem ser números, nomes, matrizes ou referências que contenham números.

Os valores lógicos e representações em forma de texto de números digitados diretamente na lista de argumentos são contados.

Se um argumento for uma matriz ou referência, apenas os números nesta matriz ou referência serão usados. Células vazias, valores lógicos ou texto na matriz ou referência serão ignorados.

Se os argumentos não contiverem números, MÁXIMO retornará 0.

Os argumentos que são valores de erro ou texto que não podem ser traduzidos em números causam erros.

Se você deseja incluir valores lógicos e representações de texto dos números em uma referência como parte do cálculo, utilize a função MÁXIMO.A.

Exemplo

Copie os dados de exemplo da tabela a seguir e cole-os na célula A1 de uma nova planilha do Excel. Para as fórmulas mostrarem resultados, selecione-as, pressione F2 e pressione Enter. Se precisar, você poderá ajustar as larguras das colunas para ver todos os dados.

Dados		
10		
7		
9		

Dados		
27		
2		
Fórmula	Descrição	Resultado
=MÁXIMO(A2:A6)	Maior valor no intervalo A2:A6.	27
=MÁXIMO(A2:A6; 30)	Maior valor no intervalo A2:A6 e o valor 30.	30

MÍNIMO (Função MÍNIMO)

Descrição

Retorna o menor número na lista de argumentos.

Sintaxe

MÍNIMO(número1, [número2], ...)

A sintaxe da função MÍNIMO tem os seguintes argumentos:

Núm1, núm2,... Núm1 é obrigatório, números subsequentes são opcionais. De 1 a 255 números cujo valor MÍNIMO você deseja saber.

Comentários

Os argumentos podem ser números, nomes, matrizes ou referências que contenham números.

Os valores lógicos e representações em forma de texto de números digitados diretamente na lista de argumentos são contados.

Se um argumento for uma matriz ou referência, apenas os números daquela matriz ou referência poderão ser usados. Células vazias, valores lógicos ou valores de erro na matriz ou referência serão ignorados.

Se os argumentos não contiverem números, MÍNIMO retornará 0.

Os argumentos que são valores de erro ou texto que não podem ser traduzidos em números causam erros.

Se você deseja incluir valores lógicos e representações de texto dos números em uma referência como parte do cálculo, utilize a função MÍNIMO.

Exemplo

Copie os dados de exemplo da tabela a seguir e cole-os na célula A1 de uma nova planilha do Excel. Para as fórmulas mostrarem resultados, selecione-as, pressione F2 e pressione Enter. Se precisar, você poderá ajustar as larguras das colunas para ver todos os dados.

Dados		
10		
7		
9		
27		
2		
Fórmula	Descrição	Resultado
=MÍNIMO(A2:A6)	O menor dos números no intervalo A2:A6.	2

Dados		
=MIN(A2:A6;0)	O menor dos números no intervalo A2:A6 e 0.	0

Média

Calcula a média aritmética de uma seleção de valores.

Em nossa planilha clique na célula abaixo da coluna de idade na linha de valores máximos E17 e monte a seguinte função =MÉDIA(E4:E13). Com essa função estamos buscando no intervalo das células E4 à E13 qual é valor máximo encontrado.

Mesclar células

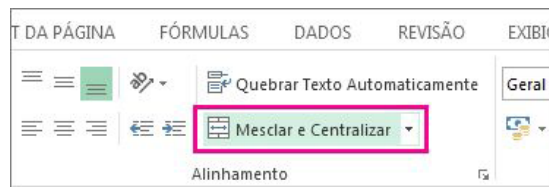
A mesclagem combina duas ou mais células para criar uma nova célula maior. Essa é uma excelente maneira de criar um rótulo que se estende por várias colunas. Por exemplo, aqui, as células A1, B1 e C1 foram mescladas para criar o rótulo "Vendas Mensais" e descrever as informações nas linhas de 2 a 7.

	A	B	C
1	Vendas Mensais		
2	Janeiro	Fevereiro	Março
3	R\$ 194.372,56	R\$ 169.906,14	R\$ 72.234,89
4	R\$ 200.203,73	R\$ 175.003,33	R\$ 73.679,59
5	R\$ 204.207,81	R\$ 169.753,23	R\$ 17.469,20
6	R\$ 206.249,89	R\$ 176.543,36	R\$ 70.039,82
7	R\$ 210.374,88	R\$ 167.716,19	R\$ 72.141,01
8			

Selecione duas ou mais células adjacentes que você deseja mesclar.

IMPORTANTE : Verifique se os dados que você deseja agrupar na célula mesclada estão contidos na célula superior esquerda. Os dados nas outras células mescladas serão excluídos. Para preservar os dados das outras células, copie-os em outra parte da planilha antes de fazer a mesclagem.

Clique em Início > Mesclar e Centralizar.



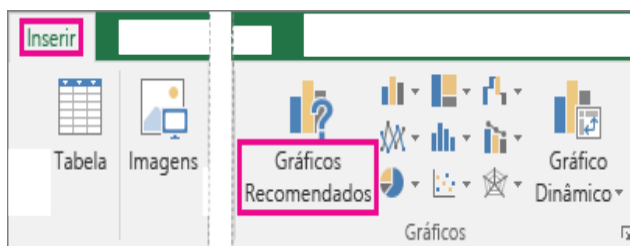
Se o botão Mesclar e Centralizar estiver esmaecido, verifique se você não está editando uma célula e se as células que você quer mesclar não estão dentro de uma tabela.

DICA : Para mesclar células sem centralizar, clique na seta ao lado de Mesclar e Centralizar e clique em Mesclar Através ou Mesclar Células.

Se você mudar de ideia, é possível dividir as células que foram mescladas.

Criar um gráfico no Excel 2016 para Windows

Use o comando Gráficos Recomendados na guia Inserir para criar rapidamente um gráfico ideal para seus dados. Selecione os dados que você deseja incluir no seu gráfico. Clique em Inserir > Gráficos Recomendados.



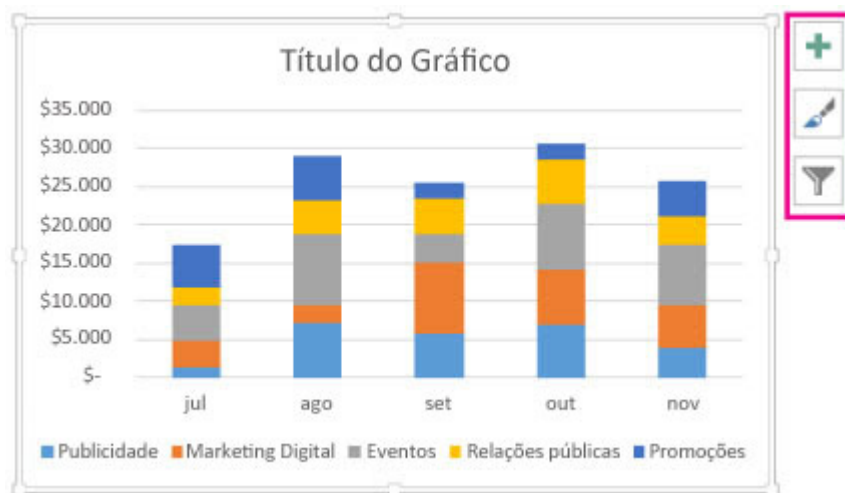
Na guia Gráficos Recomendados, percorra a lista de tipos de gráficos recomendados pelo Excel para seus dados. Clique em qualquer tipo de gráfico para ver como os seus dados aparecem naquele formato.



DICA : Se não vir um tipo de gráfico que agrada você, clique na guia Todos os Gráficos para ver todos os tipos de gráfico disponíveis.

Quando você encontrar o tipo de gráfico desejado, clique nele e clique em OK.

Use os botões Elementos do Gráfico, Estilos de Gráfico e Filtros de Gráfico próximos ao canto superior direito do gráfico para adicionar elementos de gráfico como títulos de eixo ou rótulos de dados, para personalizar a aparência do seu gráfico ou alterar os dados exibidos no gráfico.



DICAS :

Use as opções nas guias Design e Formatar para personalizar a aparência do gráfico.



Se você não vir essas guias, adicione as Ferramentas de gráfico à faixa de opções clicando em qualquer lugar no gráfico.

Criar uma Tabela Dinâmica no Excel 2016 para analisar dados da planilha

A capacidade de analisar todos os dados da planilha pode ajudar você a tomar decisões de negócios melhores. Porém, às vezes é difícil saber por onde começar, especialmente quando há muitos dados. O Excel pode ajudar, recomendando e, em seguida, criando automaticamente Tabelas Dinâmicas que são um excelente recurso para resumir, analisar, explorar e apresentar dados. Por exemplo, veja uma lista simples de despesas:

	A	B	C
1	MÊS	CATEGORIA	VALOR
2	Janeiro	Transporte	R\$ 74,00
3	Janeiro	Compras	R\$ 235,00
4	Janeiro	Casa	R\$ 175,00
5	Janeiro	Entretenimento	R\$ 100,00
6	Fevereiro	Transporte	R\$ 115,00
7	Fevereiro	Compras	R\$ 240,00
8	Fevereiro	Casa	R\$ 225,00
9	Fevereiro	Entretenimento	R\$ 125,00
10	Março	Transporte	R\$ 90,00
11	Março	Compras	R\$ 260,00
12	Março	Casa	R\$ 200,00
13	Março	Entretenimento	R\$ 120,00

Aqui estão os mesmos dados resumidos em uma Tabela Dinâmica:

Soma do Valor	Rótulos de C				
Rótulos de Linha	Entretenimento	Compras	Casa	Transporte	Total Geral
Jan	100	235	175	74	584
Fev	125	240	225	115	705
Mar	120	260	200	90	670
Total Geral	345	735	600	279	1959

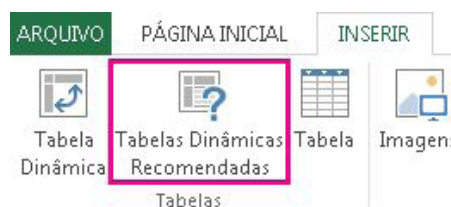
Criar uma Tabela Dinâmica Recomendada

Se você tiver experiência limitada com Tabelas Dinâmicas ou não souber como começar, uma Tabela Dinâmica Recomendada é uma boa opção. Quando você usa este recurso, o Excel determina um layout significativo, combinando os dados com as áreas mais adequadas da Tabela Dinâmica. Isso oferece um ponto inicial para experimentos adicionais. Depois que uma Tabela Dinâmica básica é criada, você pode explorar orientações diferentes e reorganizar os campos para obter os resultados desejados.

Abra a pasta de trabalho onde você deseja criar a Tabela Dinâmica.

Clique em uma célula na lista ou tabela que contém os dados que serão usados na Tabela Dinâmica.

Na guia Inserir, clique em Tabela Dinâmica Recomendada.



O Excel cria uma Tabela Dinâmica em uma nova planilha e exibe a Lista de Campos da Tabela Dinâmica. Siga um destes procedimentos:

Para	Faça isto
Adicionar um campo	Na área NOME DO CAMPO, marque a caixa de seleção para o campo. Por padrão, campos não numéricos são adicionados à área Linha, as hierarquias de data e hora são adicionadas à área Coluna e os campos numéricos são adicionados à área Valores.
Remover um campo	Na área NOME DO CAMPO, desmarque a caixa de seleção para o campo.
Mover um campo	Arraste o campo de uma área da Lista de Campos da Tabela Dinâmica para outra, por exemplo, de Colunas para Linhas.
Atualizar a Tabela Dinâmica	Na guia Analisar Tabela Dinâmica, clique em Atualizar.

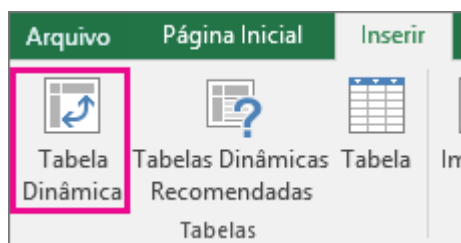
Criar uma Tabela Dinâmica manualmente

Se você sabe como organizar seus dados, pode criar uma Tabela Dinâmica manualmente.

Abra a pasta de trabalho onde você deseja criar a Tabela Dinâmica.

Clique em uma célula na lista ou tabela que contém os dados que serão usados na Tabela Dinâmica.

Na guia Inserir, clique em Tabela Dinâmica.

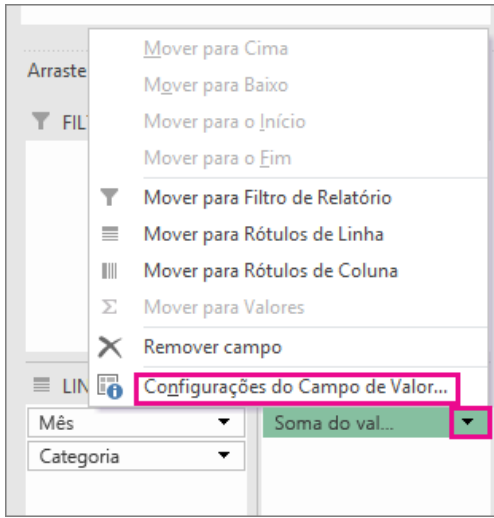


Na planilha, os seus dados devem estar envolvidos por uma linha tracejada. Se não estiverem, clique e arraste para selecionar os dados. Quando você fizer isso, a caixa Tabela/Intervalo será preenchida automaticamente com o intervalo de células selecionado.

Em Escolher onde deseja que o relatório de tabela dinâmica seja colocado, escolha Nova planilha para colocar a Tabela Dinâmica em uma nova guia de planilha. Se preferir, clique em Planilha existente e clique na planilha para especificar o local.

Para analisar várias tabelas em uma Tabela Dinâmica, marque a caixa Adicionar estes dados ao Modelo de Dados. Clique em OK.

Na Lista de Campos da Tabela Dinâmica, siga um destes procedimentos:

Para	Faça isto
Adicionar um campo	Na área NOME DO CAMPO, marque a caixa de seleção para o campo. Por padrão, campos não numéricos são adicionados à área Linha, as hierarquias de data e hora são adicionadas à área Coluna e os campos numéricos são adicionados à área Valores.
Remover um campo	Na área NOME DO CAMPO, desmarque a caixa de seleção para o campo.
Mover um campo	Arraste o campo de uma área da Lista de Campos da Tabela Dinâmica para outra, por exemplo, de Colunas para Linhas.
Alterar o cálculo usado em um campo de valor	Clique na seta ao lado do campo em Valores > Definições do Campo de Valor e, na caixa Definições do Campo de Valor, altere o cálculo. 
Atualizar a Tabela Dinâmica	Na guia Analisar Tabela Dinâmica, clique em Atualizar.

Proteger com senha uma pasta de trabalho

O Excel oferece várias maneiras de proteger uma pasta de trabalho. Você pode solicitar uma senha para abri-la, uma senha para alterar dados e uma senha para alterar a estrutura do arquivo (adicionar, excluir ou ocultar planilhas). Você pode também definir uma senha no modo de exibição Backstage para criptografar a pasta de trabalho.

Lembre-se, no entanto, de que esse tipo de proteção nem sempre criptografa os seus dados. Isso só é possível com a senha criptografada criada no modo de exibição Backstage. Os usuários podem ainda usar ferramentas de terceiros para ler dados não criptografados.

Vamos começar solicitando senhas para abrir um arquivo e alterar dados.

Clique em Arquivo > Salvar como.

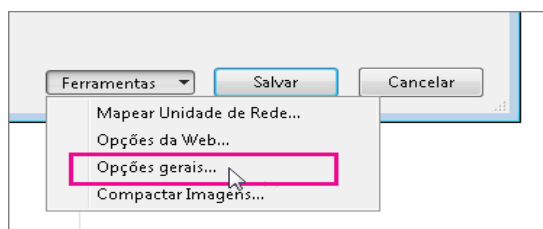
Clique em um local, como Computador ou a página da Web Meu Site.

Clique em uma pasta, como Documentos ou uma das pastas no seu OneDrive, ou clique em Procurar.

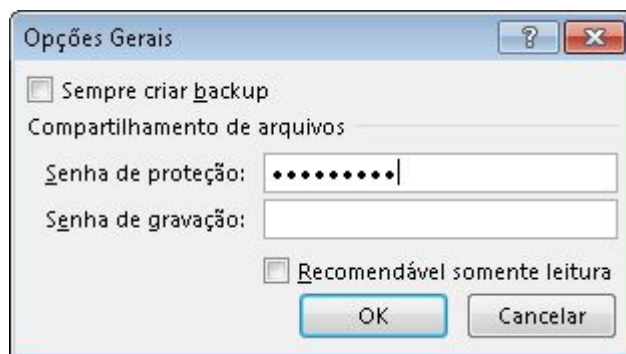
Na caixa de diálogo Salvar como, vá até a pasta que você quer usar, abra a lista Ferramentas e clique em Opções Gerais.

Insira a sua senha e clique em OK. Insira a mesma senha para confirmar e clique novamente em OK.

OBSERVAÇÃO: Para remover uma senha, siga as etapas acima e exclua a senha. Basicamente, basta deixar a senha em branco. Você pode fazer isso para qualquer tipo de senha usado no Excel.



Você pode digitar uma das duas senhas aqui, uma para abrir o arquivo, outra para mudar o arquivo.



Consulte as anotações abaixo para mais informações.

Para proteger a estrutura da sua pasta de trabalho, faça isto:

Clique em Revisar > Proteger Pasta de Trabalho.

Clique em Estrutura.

Consulte as anotações abaixo para saber mais sobre essa opção e a opção Windows.

Digite uma senha na caixa Senha.

Clique em OK e redigite a senha para confirmá-la.

OBSERVAÇÕES :

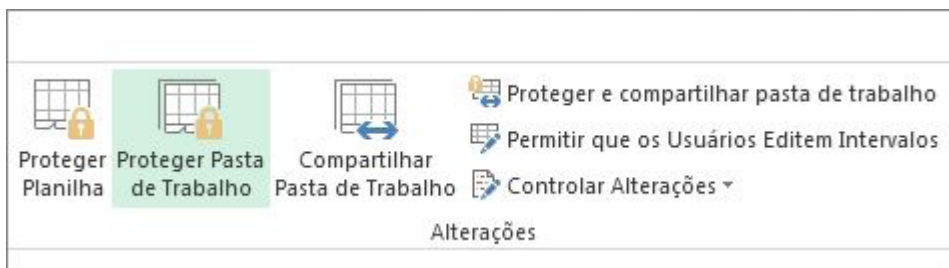
Se você digitar a mesma senha para abrir e alterar a pasta de trabalho, os usuários somente precisarão digitar a senha uma vez.

Se você solicitar somente uma senha para alterar a pasta de trabalho, os usuários podem abrir uma cópia somente leitura do arquivo, salvá-la com outro nome e alterar seus dados.

Selecionar a opção Estrutura previne outros usuários de visualizar planilhas ocultas, adicionar, mover, excluir ou ocultar planilhas e renomear planilhas.

Você pode ignorar a opção Windows. Ela está desabilitada nessa versão do Excel.

Sempre é possível saber quando a estrutura da pasta de trabalho está protegida. O botão Proteger Pasta de Trabalho acende.



Criptografar a pasta de trabalho com uma senha

No modo de exibição Backstage, você pode definir uma senha para a pasta de trabalho que fornece criptografia.

Clique em Arquivo > Informações > Proteger Pasta de Trabalho > Criptografar com Senha.

Na caixa Criptografar Documento, digite uma senha e clique em OK.

Na caixa Confirmar Senha, digite a senha novamente e clique em OK.

OBSERVAÇÃO : Para remover uma senha, siga as etapas acima e exclua a senha. Basicamente, basta deixar a senha em branco. Você pode fazer isso para qualquer tipo de senha usado no Excel.

Por que minha senha desaparece quando salvo no formato do Excel 97-2003?

Você deseja enviar a sua pasta de trabalho protegida por senha para outras pessoas, mas eles ainda estão usando o Excel 2003, que salva no formato de arquivo Excel 97-2003 (*.xls). Você escolhe "Salvar como" usando o formato 97-2003, mas então você descobre que a senha definida na pasta de trabalho desapareceu.

Isso acontece porque a sua versão do Excel usa um novo esquema para salvar senhas, e o formato de arquivo anterior não o reconhece. Como resultado, a senha é descartada ao salvar seu arquivo para o formato do Excel 97-2003. Defina a senha no arquivo *.xls para proteger a pasta de trabalho novamente.

Proteger uma planilha com ou sem uma senha no Excel 2016

Para ajudar a proteger seus dados de alterações não intencionais ou intencionais, proteja sua planilha, com ou sem senha. Ela impede que outras pessoas removam a proteção da planilha: a senha deve ser inserida para desproteger a planilha.

Por padrão, quando você protege uma planilha, o excel bloqueia todas as células nessa planilha. Antes de proteger a planilha, desbloqueie quaisquer células que desejar alterar antes de seguir essas etapas.

Clique na guia Revisão e clique em Proteger Planilha.

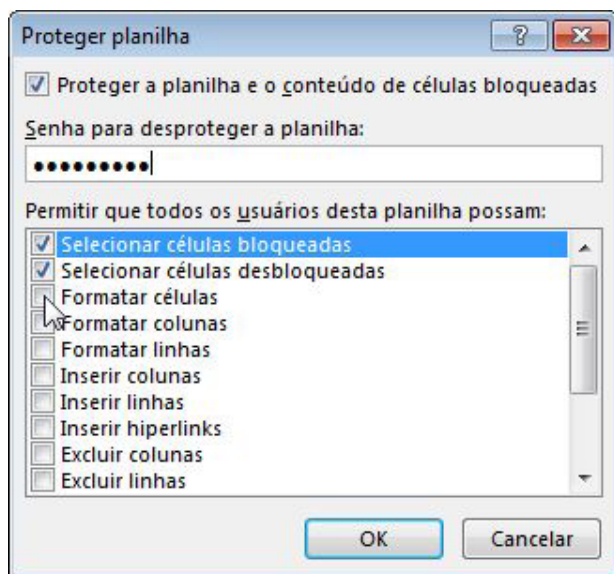
Verifique se a caixa de seleção Proteger a planilha e o conteúdo de células bloqueadas está marcada.

Para usar uma senha, digite-a na caixa Senha para desproteger a planilha.

Outros usuários podem remover a proteção se você não usar uma senha.

IMPORTANTE : Anote sua senha e armazene-a em local seguro. Nós sinceramente não podemos ajudar você a recuperar senhas perdidas.

Se você digitou uma senha na etapa 3, redigite-a para confirmá-la.



Marque ou desmarque as caixas de seleção em Permitir que todos os usuários desta planilha possam e clique em OK.

OBSERVAÇÕES :

Para remover a proteção da planilha, clique em Revisão, clique em Desproteger Planilha e digite a senha, se necessário.

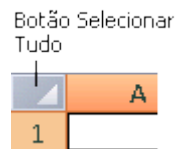
Se uma macro não pode executar na planilha protegida, você verá uma mensagem e a macro será interrompida.

Adicionar ou alterar a cor do plano de fundo das células

É possível realçar dados em células utilizando Cor de preenchimento para adicionar ou alterar a cor do plano de fundo ou padrão das células. Veja como:

Selecione as células que deseja realçar.

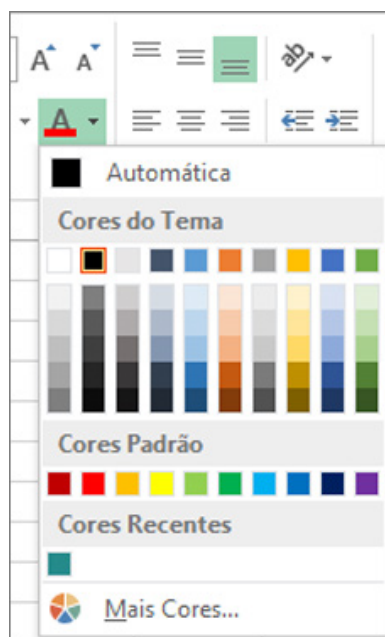
DICAS : Para utilizar uma cor de fundo diferente para a planilha inteira, clique no botão Selecionar Tudo. Isso irá ocultar as linhas de grade, mas é possível melhorar a legibilidade da planilha exibindo bordas ao redor de todas as células.



Clique em Página Inicial > seta ao lado de Cor de Preenchimento .



Em Cores do Tema ou Cores Padrão, selecione a cor desejada.



Para utilizar uma cor personalizada, clique em Mais Cores, e em seguida, na caixa de diálogo Cores, selecione a cor desejada.

DICA : Para aplicar a cor selecionada mais recentemente, clique em Cor de Preenchimento . Você também encontrará até 10 cores personalizadas selecionadas mais recentemente em Cores recentes.

Aplicar um padrão ou efeitos de preenchimento.

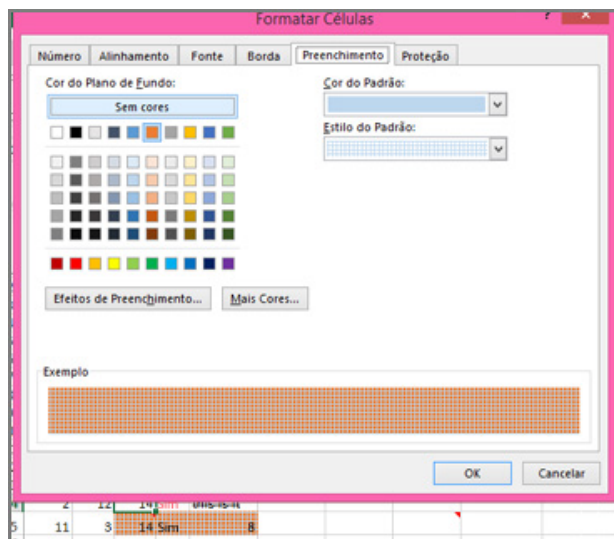
Quando você deseja algo mais do que apenas um preenchimento de cor sólida, experimente aplicar um padrão ou efeitos de preenchimento.

Selecione a célula ou intervalo de células que deseja formatar.

Clique em Página Inicial > iniciador da caixa de diálogo Formatar Células ou pressione Ctrl + Shift + F.



Na guia Preenchimento, em Cor de Fundo, selecione a cor desejada.



Para utilizar um padrão com duas cores, selecione uma cor na caixa Cor do Padrão e, em seguida, selecione um padrão na caixa Estilo do Padrão.

Para utilizar um padrão com efeitos especiais, clique em Efeitos de Preenchimento, e, em seguida, selecione as opções desejadas.

DICA : Na caixa Amostra, é possível visualizar o plano de fundo, o padrão e os efeitos de preenchimento selecionados.

Remover cores de célula, padrões, ou efeitos de preenchimento

Para remover quaisquer cores de fundo, padrões ou efeitos de preenchimento das células, basta selecioná-las. Clique em Página Inicial > seta ao lado de Cor de Preenchimento, e então selecione Sem Preenchimento.

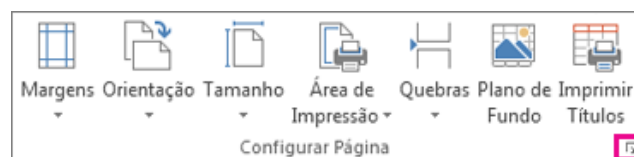


Imprimir cores de célula, padrões ou efeitos de preenchimento em cores

Se as opções de impressão estiverem definidas como Preto e branco ou Qualidade de rascunho — seja propositalmente ou porque a pasta de trabalho contém planilhas e gráficos grandes ou complexos que resulta-

ram na ativação automática do modo de rascunho — não será possível imprimir as células em cores. Veja aqui como resolver isso:

Clique em Layout da Página > iniciador da caixa de diálogo Configurar Página.



Na guia Folha, em Imprimir, desmarque as caixas de seleção Preto e branco e Qualidade de rascunho.

OBSERVAÇÃO : Se você não visualizar cores em sua planilha, talvez esteja trabalhando no modo de alto contraste. Se não visualizar cores ao visualizar antes de imprimir, talvez nenhuma impressora colorida esteja selecionada.

Principais atalhos

CTRL+Menos (-) — Exibe a caixa de diálogo Excluir para excluir as células selecionadas.

CTRL+; — Insere a data atual.

CTRL+` — Alterna entre a exibição dos valores da célula e a exibição de fórmulas na planilha.

CTRL+' — Copia uma fórmula da célula que está acima da célula ativa para a célula ou a barra de fórmulas.

CTRL+1 — Exibe a caixa de diálogo Formatar Células.

CTRL+2 — Aplica ou remove formatação em negrito.

CTRL+3 — Aplica ou remove formatação em itálico.

CTRL+4 — Aplica ou remove sublinhado.

CTRL+5 — Aplica ou remove tachado.

CTRL+6 — Alterna entre ocultar objetos, exibir objetos e exibir espaços reservados para objetos.

CTRL+8 — Exibe ou oculta os símbolos de estrutura de tópicos.

CTRL+9 — Oculta as linhas selecionadas.

CTRL+0 — Oculta as colunas selecionadas.

CTRL+A — Seleciona a planilha inteira. Se a planilha contiver dados, este comando seleciona a região atual. Pressionar CTRL+A novamente seleciona a região atual e suas linhas de resumo. Pressionar CTRL+A novamente seleciona a planilha inteira.

CTRL+SHIFT+A — Insere os nomes e os parênteses do argumento quando o ponto de inserção está à direita de um nome de função em uma fórmula.

CTRL+N — Aplica ou remove formatação em negrito.

CTRL+C — Copia as células selecionadas.

CTRL+C (seguido por outro CTRL+C) — exibe a Área de Transferência.

CTRL+D — Usa o comando Preencher Abaixo para copiar o conteúdo e o formato da célula mais acima de um intervalo selecionado nas células abaixo.

CTRL+F — Exibe a caixa de diálogo Localizar e Substituir com a guia Localizar selecionada.

SHIFT+F5 — Também exibe essa guia, enquanto SHIFT+F4 repete a última ação de Localizar.

CTRL+SHIFT+F — Abre a caixa de diálogo Formatar Células com a guia Fonte selecionada.

CTRL+G — Exibe a caixa de diálogo Ir para. (F5 também exibe essa caixa de diálogo.)

CTRL+H — Exibe a caixa de diálogo Localizar e Substituir com a guia Substituir selecionada.

CTRL+I — Aplica ou remove formatação em itálico.

CTRL+K — Exibe a caixa de diálogo Inserir Hiperlink para novos hiperlinks ou a caixa de diálogo Editar Hiperlink para os hiperlinks existentes que estão selecionados.

CTRL+N — Cria uma nova pasta de trabalho em branco.

CTRL+O — Exibe a caixa de diálogo Abrir para abrir ou localizar um arquivo.

CTRL+SHIFT+O — Seleciona todas as células que contêm comentários.

CTRL+P — Exibe a caixa de diálogo Imprimir.

CTRL+SHIFT+P — Abre a caixa de diálogo Formatar Células com a guia Fonte selecionada.

CTRL+R — Usa o comando Preencher à Direita para copiar o conteúdo e o formato da célula mais à esquerda de um intervalo selecionado nas células à direita.

CTRL+B — Salva o arquivo ativo com seu nome de arquivo, local e formato atual.

CTRL+T — Exibe a caixa de diálogo Criar Tabela.

CTRL+S — Aplica ou remove sublinhado.

CTRL+SHIFT+S — Alterna entre a expansão e a redução da barra de fórmulas.

CTRL+V — Insere o conteúdo da Área de Transferência no ponto de inserção e substitui qualquer seleção. Disponível somente depois de ter recortado ou copiado um objeto, texto ou conteúdo de célula.

CTRL+ALT+V — Exibe a caixa de diálogo Colar Especial, disponível somente depois que você recortar ou copiar um objeto, textos ou conteúdo de célula em uma planilha ou em outro programa.

CTRL+W — Fecha a janela da pasta de trabalho selecionada.

CTRL+X — Recorta as células selecionadas.

CTRL+Y — Repete o último comando ou ação, se possível.

CTRL+Z — Usa o comando Desfazer para reverter o último comando ou excluir a última entrada digitada.

CTRL+SHIFT+Z — Usa o comando Desfazer ou Refazer para reverter ou restaurar a correção automática quando Marcas Inteligentes de AutoCorreção são exibidas.

CTRL+SHIFT+(— Exibe novamente as linhas ocultas dentro da seleção.

CTRL+SHIFT+) — Exibe novamente as colunas ocultas dentro da seleção.

CTRL+SHIFT+& — Aplica o contorno às células selecionadas.

CTRL+SHIFT+_ — Remove o contorno das células selecionadas.

CTRL+SHIFT+~ — Aplica o formato de número Geral.

CTRL+SHIFT+\$ — Aplica o formato Moeda com duas casas decimais (números negativos entre parênteses).

CTRL+SHIFT+% — Aplica o formato Porcentagem sem casas decimais.

CTRL+SHIFT+^ — Aplica o formato de número Exponencial com duas casas decimais.

CTRL+SHIFT+# — Aplica o formato Data com dia, mês e ano.

CTRL+SHIFT+@ — Aplica o formato Hora com a hora e os minutos, AM ou PM.

CTRL+SHIFT+! — Aplica o formato Número com duas casas decimais, separador de milhar e sinal de menos (-) para valores negativos.

CTRL+SHIFT+* — Seleciona a região atual em torno da célula ativa (a área de dados circunscrita por linhas e colunas vazias).

CTRL+SHIFT+: — Insere a hora atual.

CTRL+SHIFT+” — Copia o valor da célula que está acima da célula ativa para a célula ou a barra de fórmulas.

CTRL+SHIFT+Mais (+) — Exibe a caixa de diálogo Inserir para inserir células em branco.

Fórmulas básicas

As primeiras fórmulas aprendidas na escola são as de adição, subtração, multiplicação e divisão. No Excel não é diferente.

Cálculo	Fórmula	Explicação	Exemplo
Adição	=SOMA(célulaX;célula Y)	Para aplicar a fórmula de soma você precisa, apenas, selecionar as células que estarão envolvidas na adição, incluindo a sequência no campo superior do programa junto com o símbolo de igual (=)	=SOMA(A1;A2). Dica: Sempre separe a indicação das células com ponto e vírgula (;). Dessa forma, mesmo as que estiverem em localizações distantes serão consideradas na adição

Subtração	=(célulaX-célulaY)	Segue a mesma lógica da adição, mas dessa vez você usa o sinal correspondente a conta que será feita (-) no lugar do ponto e vírgula (;), e retira a palavra "soma" da função	=(A1-A2)
Multiplicação	= (célulaX*célulaY)	Use o asterisco (*) para indicar o símbolo de multiplicação	= (A1*A2)
Divisão	=(célulaX/célulaY)	A divisão se dá com a barra de divisão (/) entre as células e sem palavra antes da função	=(A1/A2)

Fórmulas bastante requisitadas

Outros algoritmos que são bastante importantes nas planilhas são aqueles que mostram valores de média, máxima e mínimo. Mas para usar essas funções, você precisa estabelecer um grupo de células.

Cálculo	Fórmula	Explicação	Exemplo
Média	=MEDIA(célula X:célulaY)	Você deve usar a palavra "media" antes das células indicadas, que são sempre separadas por dois pontos (:) e representam o grupo total que você precisa calcular	=MEDIA(A1:A10)
Máxima	=MAX(célula X:célulaY)	Segue a mesma lógica, mas usa a palavra "max"	=MAX(A1:A10)
Mínima	=MIN(célula X:célulaY)	Dessa vez, use a expressão "min"	=MIN(A1:A10)

Função Se

Essa função trata das condições de valores solicitados. Para que entenda, se você trabalhar em uma loja que precisa saber se os produtos ainda estão no estoque ou precisam de mais unidades, essa é uma excelente ferramenta. Veja por que:

Cálculo	Fórmula	Exemplo
Função Se	=se(célulaX<=0 ; "O que precisa saber 1" ; "o que precisa saber 2")	=se(B1<=0 ; "a ser enviado" ; "no estoque") Essa linguagem diz ao Excel que se o conteúdo da célula B1 é menor ou igual a zero ele deve exibir a mensagem "a ser enviado" na célula que contém a fórmula. Caso o conteúdo seja maior que zero, a mensagem que aparecerá é "no estoque"

*Fonte:

<http://www.portaleducacao.com.br/informatica/artigos/71948/23-formulas-e-atalhos-que-vao-facilitar-sua-vida-no-excel#ixzz48neY9XBW>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (BANPARÁ – TÉCNICO BANCÁRIO – FADESP – 2018) Considerando-se o modo de exibição do Microsoft Office Word 2016 e o modo de exibição de apresentação do Microsoft Office PowerPoint 2016, nas suas versões para área de trabalho, é correto afirmar que:

- o modo de exibição normal no PowerPoint é utilizado para apresentar os slides em tela cheia, não sendo possível realizar edições.
- tanto o Word quanto o PowerPoint possuem o modo de exibição layout web, que permite visualizar como o documento ou slide será apresentado em um navegador de Internet.
- tanto o Word quanto o PowerPoint possuem os modos de exibição de leitura e estrutura de tópicos.
- não é possível ampliar ou reduzir o zoom de um documento no Word, quando o modo de exibição de leitura está habilitado.
- o modo de exibição classificação de slides no PowerPoint permite reorganizar a ordem e inserir anotações nos slides.

Resposta; Letra C. Em "a": Errado – O modo de exibição normal do PowerPoint não é utilizado para apresentar os slides;

Em "b": Errado – O PowerPoint não tem o modo de exibição layout web;

Em "c": Certo – Tanto o Word quanto o PowerPoint possuem os modos de exibição de leitura e estrutura de tópicos.

Em "d": Errado – É possível ampliar ou reduzir o zoom de um documento no Word, quando o modo de exibição de leitura está habilitado;

Em "e": Errado – O modo de exibição classificação de slides no PowerPoint não permite inserir anotações nos slides.

2. (TJ-SP – ESCRIVENTE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – INTERIOR – VUNESP – 2018) Em um documento em edição no MS-Word 2016 (versão em português e em sua configuração padrão), tem-se um parágrafo conforme apresentado a seguir: mercado de Peixe. Com esse parágrafo  inteiramente selecionado, acionou-se uma das opções disponibilizadas por meio do botão, presente no grupo Fonte da guia Página Inicial do aplicativo, e o resultado foi o seguinte: *Mercado De Peixe*.

Assinale a alternativa que apresenta a opção acionada a partir desse botão.

- a) minúscula.
- b) aLTERNAR mAÍÚSC./mINÚSC.
- c) Colocar Cada Palavra em Maiúscula.
- d) Primeira letra da frase em maiúscula.
- e) MAIÚSCULAS.

Resposta; Letra C. Todas as opções descritas como alternativas aparecem ao acessar o ícone descrito na questão, porém:

- Se fosse utilizado a opção apresentada em "a", se teria como resultado: mercado de peixe.
- Se fosse utilizado a opção apresentada em "b", iria alterar as letras minúsculas para maiúsculas e vice-versa, porém a questão não diz qual é o estado inicial do texto.
- Se fosse utilizado a opção apresentada em "d", se teria como resultado: Mercado de peixe.
- Se fosse utilizado a opção apresentada em "e", teria se como resultado: MERCADO DE PEIXE.

3. (TJ-SP – ESCRIVENTE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – INTERIOR – VUNESP – 2018) Considere o seguinte botão, presente na guia Página Inicial do MS-Word 2016 (versão em português e em sua configuração padrão).  Por meio dele, pode-se adicionar espaçamento

- a) antes e depois de parágrafo, apenas.
- b) entre linhas de parágrafo, bem como antes e depois de parágrafo.
- c) antes de parágrafo, apenas.
- d) depois de parágrafo, apenas.
- e) entre linhas de parágrafo, apenas.

Resposta; Letra B. O nome deste botão do MS-Word 2016 é "Espaçamento de Linha e Parágrafo", localizado na Guia Página Inicial, Grupo Parágrafo. Realiza os espaçamentos entre as linhas de parágrafo, assim como antes e depois de parágrafos.

4. (TJ-SP – ESCRIVENTE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – INTERIOR – VUNESP – 2018) Uma caixa de texto foi inserida em um documento que estava sendo editado no MS-Word 2016 (versão em português e em sua configuração padrão), por meio da guia Inserir, grupo Texto, botão Caixa de Texto. Caso se deseje alterar a cor da linha dessa caixa de texto, basta ajustar esse parâmetro após se:

- a) selecionar a caixa de texto e pressionar a tecla de atalho Ctrl+T, que esse parâmetro será apresentado em um quadro.
- b) dar um duplo click com o botão esquerdo do mouse, em sua configuração padrão, sobre a borda dessa caixa, que esse parâmetro será apresentado em um quadro.
- c) dar um click com o botão direito do mouse, em sua configuração padrão, dentro dessa caixa de texto e selecionar a opção "Formatar Borda...".
- d) dar um click com o botão direito do mouse, em sua configuração padrão, sobre a borda dessa caixa de texto e selecionar a opção "Formatar Forma...".
- e) dar um duplo click com o botão esquerdo do mouse, em sua configuração padrão, dentro dessa caixa, que esse parâmetro será apresentado em um quadro.

Resposta; Letra D. Em "a": Errado – Pois o atalho CTRL+T serve para selecionar todo o texto;

Em "b": Errado – Pois o duplo click não tem efeito algum sobre a borda da caixa de texto;

Em "c": Errado – Pois não existe a opção "Formatar Borda..." ao clicar com o botão direito do mouse;

Em "e": Errado – Pois o duplo click dentro da caixa de texto selecionará a palavra onde o cursor for posicionado.

5. (TJ-SP – ESCRIVENTE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – INTERIOR – VUNESP – 2018) Considere a seguinte tabela, editada no MS-Excel 2016 (versão em português e em sua configuração padrão).

	A	B	C
1	2	3	4
2	1	2	8
3	5	5	6
4	10	11	12

Suponha, ainda, que a fórmula a seguir tenha sido digitada na célula D6.

=SE(MENOR(A1:C4;5)<>MAIOR(A1:C4;6);MENOR(A2:B3;2);MAIOR(A1:B4;3))

O resultado produzido em D6 é:

- a) 12
- b) 3
- c) 2
- d) 1
- e) 11

Resposta; Letra C. A leitura da Função SE é: Se o quinto menor valor do intervalo de A1 até C4 for diferente do sexto maior valor do intervalo de A1 até C4 então deverá mostrar como resultado o segundo menor valor do intervalo de A2 até B3, caso contrário deverá mostrar como resultado o terceiro maior valor do intervalo de A1 até B4.

Para compreender melhor, vamos analisar individualmente:

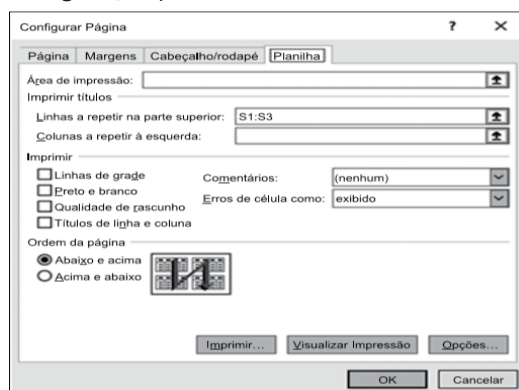
- MENOR(A1:C4;5) - 5º menor valor, no intervalo de A1 até C4. Resultado 4.
- MAIOR(A1:C4;6) - 6º maior valor, no intervalo de A1 até C4. Resultado 5.
- MENOR(A2:B3;2) - 2º menor valor, no intervalo de A2 até B3. Resultado 2.
- MAIOR(A1:B4;3) - 3º maior valor, no intervalo de A1 até B4. Resultado 5.

Portanto:

=SE(teste_lógico;valor_se_verdadeiro;valor_se_falso)

=SE (4<>5;2;5)

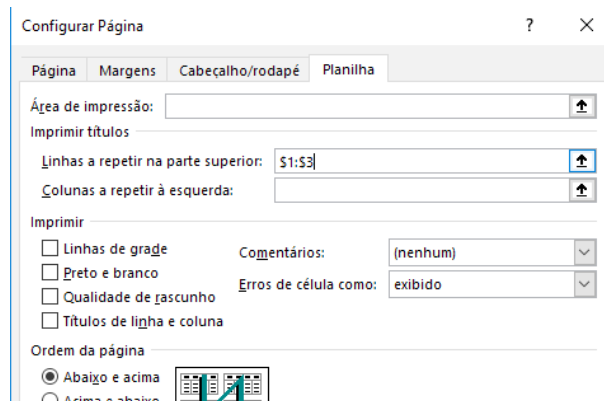
6. (TJ-SP – ESCRIVENTE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – INTERIOR – VUNESP – 2018) Analise a seguinte janela, gerada quando um usuário estava imprimindo a sua planilha no MS-Excel 2016 (versão em português e em sua configuração padrão).



Ao se apertar o botão Imprimir... dessa janela, em todas as páginas impressas da planilha, será(ão) repetida(s), na parte superior da folha:

- as linhas 1 e 3, apenas.
- a linha 2, apenas.
- a linha 1, apenas.
- a linha 3, apenas.
- as linhas de 1 a 3.

Resposta; Letra E. O símbolo de "dois pontos" significa junção de intervalo e "ponto e vírgula" significa separação de intervalo, logo temos que vai se repetir "as linhas de 1 a 3". A única ressalva desta questão é que na imagem aparece erroneamente o símbolo "S1:S3" invés de "\$1:\$3" conforme a imagem a seguir.



7. (TJ-SP – ESCRIVENTE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – INTERIOR – VUNESP – 2018) Um usuário do MS-Excel 2016 (versão em português e em sua configuração padrão) possui uma planilha com o seguinte conteúdo:

	A	B
1	1	2
2	3	4

Em um dado momento, esse usuário selecionou as células do intervalo A1 até C3, conforme apresentado a seguir:

	A	B	C
1	1	2	
2	3	4	
3			

Caso, a partir do botão (disponível a partir da guia Página Inicial do aplicativo), seja selecionada a opção Soma, o resultado produzido em células A3, B3, C1, C2 e C3 será: Dado: O símbolo "-" representa "célula não alterada".

- A3: 4; B3: 6; C1: 3; C2: 7; C3: 10
- A3: -; B3: -; C1: 3; C2: -; C3: -
- A3: -; B3: -; C1: 3; C2: 7; C3: -
- A3: 4; B3: -; C1: -; C2: -; C3: -
- A3: 4; B3: 6; C1: -; C2: -; C3: -

Resposta; Letra A. A opção Soma localizado na Guia Página Inicial, grupo Edição apresenta o uso de diversas funções do MS Excel, dentre elas, e por padrão a função SOMA, que para o intervalo selecionado produzirá os seguintes resultados:

- A3 =SOMA(A1:A2), que resulta em 4.
- B3 =SOMA(B1:B2), que resulta em 6.
- C1 =SOMA(A1:B1), que resulta em 3.
- C2 =SOMA(A2:B2), que resulta em 7.
- C3 =SOMA(A3:A3), que resulta em 10.

CORREIO ELETRÔNICO: COMANDOS, ATALHOS E RECURSOS; USO DO CORREIO ELETRÔNICO; PREPARO E ENVIO DE MENSAGENS; ANEXAÇÃO DE ARQUIVOS; MODOS DE EXIBIÇÃO; ORGANIZAÇÃO DE E-MAILS, GERENCIADOR DE CONTATOS. INTERNET: BARRA DE FERRAMENTAS, COMANDOS, ATALHOS E RECURSOS DOS PRINCIPAIS NAVEGADORES; NAVEGAÇÃO E PRINCÍPIOS DE ACESSO À INTERNET; DOWNLOADS; CONCEITOS DE URL, LINKS, SITES, VÍRUS, BUSCA E IMPRESSÃO DE PÁGINAS

REDES DE COMPUTADORES

Redes de Computadores refere-se à interligação por meio de um sistema de comunicação baseado em transmissões e protocolos de vários computadores com o objetivo de trocar informações, entre outros recursos. Essa ligação é chamada de estações de trabalho (nós, pontos ou dispositivos de rede).

Atualmente, existe uma interligação entre computadores espalhados pelo mundo que permite a comunicação entre os indivíduos, quer seja quando eles navegam pela internet ou assiste televisão. Diariamente, é necessário utilizar recursos como impressoras para imprimir documentos, reuniões através de videoconferência, trocar e-mails, acessar às redes sociais ou se entreter por meio de jogos, etc.

Hoje, não é preciso estar em casa para enviar e-mails, basta ter um tablet ou smartphone com acesso à internet nos dispositivos móveis. Apesar de tantas vantagens, o crescimento das redes de computadores também tem seu lado negativo. A cada dia surgem problemas que prejudicam as relações entre os indivíduos, como pirataria, espionagem, *phishing* - roubos de identidade, assuntos polêmicos como racismo, sexo, pornografia, sendo destacados com mais exaltação, entre outros problemas.

Há muito tempo, o ser humano sentiu a necessidade de compartilhar conhecimento e estabelecer relações com pessoas a distância. Na década de 1960, durante a Guerra Fria, as redes de computadores surgiram com objetivos militares: interconectar os centros de comando dos EUA para com objetivo de proteger e enviar dados.

Alguns tipos de Redes de Computadores

Antigamente, os computadores eram conectados em distâncias curtas, sendo conhecidas como redes locais. Mas, com a evolução das redes de computadores, foi necessário aumentar a distância da troca de informações entre as pessoas. As redes podem ser classificadas de acordo com sua arquitetura (Arcnet, Ethernet, DSL, Token ring, etc.), a extensão geográfica (LAN, PAN, MAN, WLAN, etc.), a topologia (anel, barramento, estrela, ponto-a-ponto, etc.) e o meio de transmissão (redes por cabo de fibra óptica, trançado, via rádio, etc.).

Veja alguns tipos de redes:

Redes Pessoais (*Personal Area Networks* – PAN) – se comunicam a 1 metro de distância. Ex.: Redes Bluetooth;

Redes Locais (*Local Area Networks* – LAN) – redes em que a distância varia de 10m a 1km. Pode ser uma sala, um prédio ou um campus de universidade;

Redes Metropolitanas (*Metropolitan Area Network* – MAN) – quando a distância dos equipamentos conectados à uma rede atinge áreas metropolitanas, cerca de 10km. Ex.: TV à cabo;

Redes a Longas Distâncias (*Wide Area Network* – WAN) – rede que faz a cobertura de uma grande área geográfica, geralmente, um país, cerca de 100 km;

Redes Interligadas (Interconexão de WANs) – são redes espalhadas pelo mundo podendo ser interconectadas a outras redes, capazes de atingirem distâncias bem maiores, como um continente ou o planeta. Ex.: Internet;

Rede sem Fio ou Internet sem Fio (*Wireless Local Area Network* – WLAN) – rede capaz de conectar dispositivos eletrônicos próximos, sem a utilização de cabeamento. Além dessa, existe também a WMAN, uma rede sem fio para área metropolitana e WWAN, rede sem fio para grandes distâncias.

Topologia de Redes

As topologias das redes de computadores são as estruturas físicas dos cabos, computadores e componentes. Existem as topologias físicas, que são mapas que mostram a localização de cada componente da rede que serão tratadas a seguir. e as lógicas, representada pelo modo que os dados trafegam na rede:

Topologia Ponto-a-ponto – quando as máquinas estão interconectadas por pares através de um roteamento de dados;

Topologia de Estrela – modelo em que existe um ponto central (concentrador) para a conexão, geralmente um *hub* ou *switch*;

Topologia de Anel – modelo atualmente utilizado em automação industrial e na década de 1980 pelas redes Token Ring da IBM. Nesse caso, todos os computadores são entreligados formando um anel e os dados são propagados de computador a computador até a máquina de origem;

Topologia de Barramento – modelo utilizado nas primeiras conexões feitas pelas redes Ethernet. Refere-se a computadores conectados em formato linear, cujo cabeamento é feito sequencialmente;

Redes de Difusão (Broadcast) – quando as máquinas estão interligadas por um mesmo canal através de pacotes endereçados (unicast, broadcast e multicast).

Cabos

Os cabos ou cabeamentos fazem parte da estrutura física utilizada para conectar computadores em rede, estando relacionados a largura de banda, a taxa de transmissão, padrões internacionais, etc. Há vantagens e desvantagens para a conexão feita por meio de cabeamento. Os mais utilizados são:

Cabos de Par Trançado – cabos caracterizados por sua velocidade, pode ser feito sob medida, comprados em lojas de informática ou produzidos pelo usuário;

Cabos Coaxiais – cabos que permitem uma distância maior na transmissão de dados, apesar de serem flexíveis, são caros e frágeis. Eles necessitam de barramento ISA, suporte não encontrado em computadores mais novos;

Cabos de Fibra Óptica – cabos complexos, caros e de difícil instalação. São velozes e imunes a interferências eletromagnéticas.



#FicaDica

Após montar o cabeamento de rede é necessário realizar um teste através dos testadores de cabos, adquirido em lojas especializadas. Apesar de testar o funcionamento, ele não detecta se existem ligações incorretas. É preciso que um técnico veja se os fios dos cabos estão na posição certa.

Sistema de Cabeamento Estruturado

Para que essa conexão não prejudique o ambiente de trabalho, em uma grande empresa, são necessárias várias conexões e muitos cabos, sendo necessário o cabeamento estruturado.

Por meio dele, um técnico irá poupar trabalho e tempo, tanto para fazer a instalação, quanto para a remoção da rede. Ele é feito através das tomadas RJ-45 que possibilitam que vários conectores possam ser inseridos em um único local, sem a necessidade de serem conectados diretamente no hub.

Além disso, o sistema de cabeamento estruturado possui um painel de conexões, o *Patch Panel*, onde os cabos das tomadas RJ-45 são conectados, sendo um concentrador de tomadas, favorecendo a manutenção das redes. Eles são adaptados e construídos para serem inseridos em um rack.

Todo esse planejamento deve fazer parte do projeto do cabeamento de rede, em que a conexão da rede é pensada de forma a realizar a sua expansão.

Repetidores: Dispositivo capaz de expandir o cabeamento de rede. Ele poderá transformar os sinais recebidos e enviá-los para outros pontos da rede. Apesar de serem transmissores de informações para outros pontos,

eles também diminuem o desempenho da rede, podendo haver colisões entre os dados à medida que são anexas outras máquinas. Esse equipamento, normalmente, encontra-se dentro do hub.

Hubs: Dispositivos capazes de receber e concentrar todos os dados da rede e compartilhá-los entre as outras estações (máquinas). Nesse momento nenhuma outra máquina consegue enviar um determinado sinal até que os dados sejam distribuídos completamente. Eles são utilizados em redes domésticas e podem ter 8, 16, 24 e 32 portas, variando de acordo com o fabricante. Existem os Hubs Passivos, Ativos, Inteligentes e Empilháveis.

Bridges: É um repetidor inteligente que funciona como uma ponte. Ele lê e analisa os dados da rede, além de relacionar diferentes arquiteturas.

Switches: Tipo de aparelho semelhante a um hub, mas que funciona como uma ponte: ele envia os dados apenas para a máquina que o solicitou. Ele possui muitas portas de entrada e melhor performance, podendo ser utilizado para redes maiores.

Roteadores: Dispositivo utilizado para conectar redes e arquiteturas diferentes e de grande porte. Ele funciona como um tipo de ponte na camada de rede do modelo OSI (*Open Systems Interconnection* - protocolo de interconexão de sistemas abertos para conectar máquinas de diferentes fabricantes), identificando e determinando um IP para cada computador que se conecta com a rede.

Sua principal atribuição é ordenar o tráfego de dados na rede e selecionar o melhor caminho. Existem os roteadores estáticos, capaz de encontrar o menor caminho para tráfego de dados, mesmo se a rede estiver congestionada; e os roteadores dinâmicos que encontram caminhos mais rápidos e menos congestionados para o tráfego.

Modem: Dispositivo responsável por transformar a onda analógica que será transmitida por meio da linha telefônica, transformando-a em sinal digital original.

Servidor: Sistema que oferece serviço para as redes de computadores, como por exemplo, envio de arquivos ou e-mail. Os computadores que acessam determinado servidor são conhecidos como clientes.

Placa de Rede: Dispositivo que garante a comunicação entre os computadores da rede. Cada arquitetura de rede depende de um tipo de placa específica. As mais utilizadas são as do tipo Ethernet e Token Ring (rede em anel).

CONCEITOS DE TECNOLOGIAS RELACIONADAS À INTERNET E INTRANET, BUSCA E PESQUISA NA WEB, MECANISMOS DE BUSCA NA WEB.

O objetivo inicial da Internet era atender necessidades militares, facilitando a comunicação. A agência norte-americana ARPA – ADVANCED RESEARCH AND PROJECTS AGENCY e o Departamento de Defesa americano, na década de 60, criaram um projeto que pudesse conectar os computadores de departamentos de pesquisas e bases militares, para que, caso um desses pontos sofresse algum tipo de ataque, as informações e comunicação não seriam totalmente perdidas, pois estariam salvas em outros pontos estratégicos.

O projeto inicial, chamado ARPANET, usava uma conexão a longa distância e possibilitava que as mensagens fossem fragmentadas e endereçadas ao seu computador de destino. O percurso entre o emissor e o receptor da informação poderia ser realizado por várias rotas, assim, caso algum ponto no trajeto fosse destruído, os dados poderiam seguir por outro caminho garantindo a entrega da informação, é importante mencionar que a maior distância entre um ponto e outro, era de 450 quilômetros. No começo dos anos 80, essa tecnologia rompeu as barreiras de distância, passando a interligar e favorecer a troca de informações de computadores de universidades dos EUA e de outros países, criando assim uma rede (NET) internacional (INTER), consequentemente seu nome passa a ser, INTERNET.

A evolução não parava, além de atingir fronteiras continentais, os computadores pessoais evoluíram em forte escala alcançando forte potencial comercial, a Internet deixou de conectar apenas computadores de universidades, passou a conectar empresas e, enfim, usuários domésticos. Na década de 90, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil trouxeram a Internet para os centros acadêmicos e comerciais. Essa tecnologia rapidamente foi tomando conta de todos os setores sociais até atingir a amplitude de sua difusão nos tempos atuais.

Um marco que é importante frisar é o surgimento do WWW que foi a possibilidade da criação da interface gráfica deixando a internet ainda mais interessante e vantajosa, pois até então, só era possível a existência de textos.

Para garantir a comunicação entre o remetente e o destinatário o americano Vinton Gray Cerf, conhecido como o pai da internet criou os protocolos TCP/IP, que são protocolos de comunicação. O TCP – TRANSMISSION CONTROL PROTOCOL (Protocolo de Controle de Transmissão) e o IP – INTERNET PROTOCOL (Protocolo de Internet) são conjuntos de regras que tornam possível tanto a conexão entre os computadores, quanto ao entendimento da informação trocada entre eles.

A internet funciona o tempo todo enviando e recebendo informações, por isso o periférico que permite a conexão com a internet chama MODEM, porque que ele MODula e DEModula sinais, e essas informações só podem ser trocadas graças aos protocolos TCP/IP.

Protocolos Web

Já que estamos falando em protocolos, citaremos outros que são largamente usados na Internet:

- HTTP (Hypertext Transfer Protocol): Protocolo de transferência de Hipertexto, desde 1999 é utilizado para trocar informações na Internet. Quando digitamos um site, automaticamente é colocado à frente dele o http://

Exemplo: <http://www.novaconcursos.com.br>

Onde:

http:// → Faz a solicitação de um arquivo de hipermídia para a Internet, ou seja, um arquivo que pode conter texto, som, imagem, filmes e links.

- URL (Uniform Resource Locator): Localizador Padrão de recursos, serve para endereçar um recurso na web, é como se fosse um apelido, uma maneira mais fácil de acessar um determinado site.

Exemplo: <http://www.novaconcursos.com.br>, onde:

http://	Faz a solicitação de um arquivo de hiper mídia para a Internet.
www	Estipula que esse recurso está na rede mundial de computadores (veremos mais sobre www em um próximo tópico).
novaconcursos	É o endereço de domínio. Um endereço de domínio representará sua empresa ou seu espaço na Internet.
.com	Indica que o servidor onde esse site está hospedado é de finalidades comerciais.
.br	Indica que o servidor está no Brasil.

Encontramos, ainda, variações na URL de um site, que demonstram a finalidade e organização que o criou, como:

- .gov - Organização governamental
 - .edu - Organização educacional
 - .org - Organização
 - .ind - Organização Industrial
 - .net - Organização telecomunicações
 - .mil - Organização militar
 - .pro - Organização de profissões
 - .eng - Organização de engenheiros
- E também, do país de origem:
- .it - Itália
 - .pt - Portugal
 - .ar - Argentina
 - .cl - Chile
 - .gr - Grécia

Quando vemos apenas a terminação .com, sabemos que se trata de um site hospedado em um servidor dos Estados Unidos.

- HTTPS (Hypertext transfer protocol secure): Semelhante ao HTTP, porém permite que os dados sejam transmitidos através de uma conexão criptografada e que se verifique a autenticidade do servidor e do cliente através de certificados digitais.
- FTP (File Transfer Protocol): Protocolo de transferência de arquivo, é o protocolo utilizado para poder subir os arquivos para um servidor de internet, seus programas mais conhecidos são, o Cute FTP, FileZilla e LeechFTP, ao criar um site, o profissional utiliza um desses programas FTP ou similares e executa a transferência dos arquivos criados, o manuseio é semelhante à utilização de gerenciadores de arquivo, como o Windows Explorer, por exemplo.
- POP (Post Office Protocol): Protocolo de Posto dos Correios permite, como o seu nome o indica, recuperar o seu correio num servidor distante (o servidor POP). É necessário para as pessoas não ligadas permanentemente à Internet, para poderem consultar os mails recebidos offline. Existem duas ver-

sões principais deste protocolo, o POP2 e o POP3, aos quais são atribuídas respectivamente as portas 109 e 110, funcionando com o auxílio de comandos textuais radicalmente diferentes, na troca de e-mails ele é o protocolo de entrada.

- IMAP (Internet Message Access Protocol): É um protocolo alternativo ao protocolo POP3, que oferece muitas mais possibilidades, como, gerir vários acessos simultâneos e várias caixas de correio, além de poder criar mais critérios de triagem.
- SMTP (Simple Mail Transfer Protocol): É o protocolo padrão para envio de e-mails através da Internet. Faz a validação de destinatários de mensagens. Ele que verifica se o endereço de e-mail do destinatário está corretamente digitado, se é um endereço existente, se a caixa de mensagens do destinatário está cheia ou se recebeu sua mensagem, na troca de e-mails ele é o protocolo de saída.
- UDP (User Datagram Protocol): Protocolo que atua na camada de transporte dos protocolos (TCP/IP). Permite que a aplicação escreva um datagrama encapsulado num pacote IP e transportado ao destino. É muito comum lermos que se trata de um protocolo não confiável, isso porque ele não é implementado com regras que garantam tratamento de erros ou entrega.

Provedor

O provedor é uma empresa prestadora de serviços que oferece acesso à Internet. Para acessar a Internet, é necessário conectar-se com um computador que já esteja na Internet (no caso, o provedor) e esse computador deve permitir que seus usuários também tenham acesso a Internet.

No Brasil, a maioria dos provedores está conectada à Embratel, que por sua vez, está conectada com outros computadores fora do Brasil. Esta conexão chama-se link, que é a conexão física que interliga o provedor de acesso com a Embratel. Neste caso, a Embratel é conhecida como backbone, ou seja, é a "espinha dorsal" da Internet no Brasil. Pode-se imaginar o backbone como se fosse uma avenida de três pistas e os links como se fossem as ruas que estão interligadas nesta avenida. Tanto o link como o backbone possui uma velocidade de transmissão, ou seja, com qual velocidade ele transmite os dados.

Esta velocidade é dada em bps (bits por segundo). Deve ser feito um contrato com o provedor de acesso, que fornecerá um nome de usuário, uma senha de acesso e um endereço eletrônico na Internet.

3. Home Page

Pela definição técnica temos que uma Home Page é um arquivo ASCII (no formato HTML) acessado de computadores rodando um Navegador (Browser), que permite o acesso às informações em um ambiente gráfico e multimídia. Todo em hipertexto, facilitando a busca de informações dentro das Home Pages.



#FicaDica

O endereço de Home Pages tem o seguinte formato:

<http://www.endereço.com/página.html>

Por exemplo, a página principal do meu projeto de mestrado:

<http://www.youtube.com/canaldoovidio>

Plug-ins

Os plug-ins são programas que expandem a capacidade do Browser em recursos específicos - permitindo, por exemplo, que você toque arquivos de som ou veja filmes em vídeo dentro de uma Home Page. As empresas de software vêm desenvolvendo plug-ins a uma velocidade impressionante. Maiores informações e endereços sobre plug-ins são encontradas na página:

http://www.yahoo.com/Computers_and_Internet/Software/Internet/World_Wide_Web/Browsers/Plug_Ins/Indices/

Atualmente existem vários tipos de plug-ins. Abaixo temos uma relação de alguns deles:

- 3D e Animação (Arquivos VRML, MPEG, QuickTime, etc.).
- Áudio/Vídeo (Arquivos WAV, MID, AVI, etc.).
- Visualizadores de Imagens (Arquivos JPG, GIF, BMP, PCX, etc.).
- Negócios e Utilitários.
- Apresentações.

INTRANET

A Intranet ou Internet Corporativa é a implantação de uma Internet restrita apenas a utilização interna de uma empresa. As intranets ou Webs corporativas, são redes de comunicação internas baseadas na tecnologia usada na Internet. Como um jornal editado internamente, e que pode ser acessado apenas pelos funcionários da empresa.

A intranet cumpre o papel de conectar entre si filiais e departamentos, mesclando (com segurança) as suas informações particulares dentro da estrutura de comunicações da empresa.

O grande sucesso da Internet, é particularmente da World Wide Web (WWW) que influenciou muita coisa na evolução da informática nos últimos anos.

Em primeiro lugar, o uso do hipertexto (documentos interligados através de vínculos, ou links) e a enorme facilidade de se criar, interligar e disponibilizar documentos multimídia (texto, gráficos, animações, etc.), democratizaram o acesso à informação através de redes de computadores. Em segundo lugar, criou-se uma gigantesca base de usuários, já familiarizados com conhecimentos básicos de informática e de navegação na Internet. Finalmente, surgiram muitas ferramentas de software de custo zero ou pequeno, que permitem a qualquer organização ou empresa, sem muito esforço, "entrar na rede" e começar a acessar e colocar informação. O resultado inevitável foi a impressionante explosão na informação disponível na Internet, que segundo consta, está dobrando de tamanho a cada mês.

Assim, não demorou muito a surgir um novo conceito, que tem interessado um número cada vez maior de empresas, hospitais, faculdades e outras organizações interessadas em integrar informações e usuários: a intranet. Seu advento e disseminação promete operar uma revolução tão profunda para a vida organizacional quanto o aparecimento das primeiras redes locais de computadores, no final da década de 80.

O que é Intranet?

O termo "intranet" começou a ser usado em meados de 1995 por fornecedores de produtos de rede para se referirem ao uso dentro das empresas privadas de tecnologias projetadas para a comunicação por computador entre empresas. Em outras palavras, uma intranet consiste em uma rede privativa de computadores que se baseia nos padrões de comunicação de dados da Internet pública, baseadas na tecnologia usada na Internet (páginas HTML, e-mail, FTP, etc.) que vêm, atualmente fazendo muito sucesso. Entre as razões para este sucesso, estão o custo de implantação relativamente baixo e a facilidade de uso propiciada pelos programas de navegação na Web, os browsers.

Objetivo de construir uma Intranet

Organizações constroem uma intranet porque ela é uma ferramenta ágil e competitiva. Poderosa o suficiente para economizar tempo, diminuir as desvantagens da distância e alavancar sobre o seu maior patrimônio de capital com conhecimentos das operações e produtos da empresa.

Aplicações da Intranet

Já é ponto pacífico que apoiarmos a estrutura de comunicações corporativas em uma intranet dá para simplificar o trabalho, pois estamos virtualmente todos na mesma sala. De qualquer modo, é cedo para se afirmar onde a intranet vai ser mais efetiva para unir (no sentido operacional) os diversos profissionais de uma empresa. Mas em algumas áreas já se vislumbram benefícios, por exemplo:

- Marketing e Vendas - Informações sobre produtos, listas de preços, promoções, planejamento de eventos;
- Desenvolvimento de Produtos - OT (Orientação de Trabalho), planejamentos, listas de responsabilidades de membros das equipes, situações de projetos;
- Apoio ao Funcionário - Perguntas e respostas, sistemas de melhoria contínua (Sistema de Sugestões), manuais de qualidade;
- Recursos Humanos - Treinamentos, cursos, apostilas, políticas da companhia, organograma, oportunidades de trabalho, programas de desenvolvimento pessoal, benefícios.

Para acessar as informações disponíveis na Web corporativa, o funcionário praticamente não precisa ser treinado. Afinal, o esforço de operação desses programas se

resume quase somente em clicar nos links que remetem às novas páginas. No entanto, a simplicidade de uma intranet termina aí. Projetar e implantar uma rede desse tipo é uma tarefa complexa e exige a presença de profissionais especializados. Essa dificuldade aumenta com o tamanho da intranet, sua diversidade de funções e a quantidade de informações nela armazenadas.

A intranet é baseada em quatro conceitos:

- Conectividade - A base de conexão dos computadores ligados por meio de uma rede, e que podem transferir qualquer tipo de informação digital entre si;
- Heterogeneidade - Diferentes tipos de computadores e sistemas operacionais podem ser conectados de forma transparente;
- Navegação - É possível passar de um documento a outro por meio de referências ou vínculos de hipertexto, que facilitam o acesso não linear aos documentos;
- Execução Distribuída - Determinadas tarefas de acesso ou manipulação na intranet só podem ocorrer graças à execução de programas aplicativos, que podem estar no servidor, ou nos microcomputadores que acessam a rede (também chamados de clientes, daí surgiu a expressão que caracteriza a arquitetura da intranet: cliente-servidor).
- A vantagem da intranet é que esses programas são ativados através da WWW, permitindo grande flexibilidade. Determinadas linguagens, como Java, assumiram grande importância no desenvolvimento de softwares aplicativos que obedeçam aos três conceitos anteriores.

Mecanismos de Buscas

Pesquisar por algo no Google e não ter como retorno exatamente o que você queria pode trazer algumas horas de trabalho a mais, não é mesmo? Por mais que os algoritmos de busca sejam sempre revisados e busquem de certa forma "adivinhar" o que se passa em sua cabeça, lançar mão de alguns artifícios para que sua busca seja otimizada poupará seu tempo e fará com que você tenha acesso a resultados mais relevantes.

Os mecanismos de buscas contam com operadores para filtro de conteúdo. A maior parte desses filtros, no entanto, pode não interessar a você, caso não seja um praticante de SEO. Contudo, alguns são realmente úteis e estão listados abaixo. Realize uma busca simples e depois aplique os filtros para poder ver o quanto os resultados podem ser mais especializados em relação ao que você procura.

-palavra_chave

Retorna uma busca excluindo aquelas em que a palavra chave aparece. Por exemplo, se eu fizer uma busca por computação, provavelmente encontrarei na relação dos resultados informação sobre "Ciência da computação". Contudo, se eu fizer uma busca por computação-ciência, os resultados que tem a palavra chave ciência serão omitidos.

+palavra_chave

Retorna uma busca fazendo uma inclusão forçada de uma palavra chave nos resultados. De maneira análoga ao exemplo anterior, se eu fizer uma busca do tipo computação, terei como retorno uma gama mista de resultados. Caso eu queira filtrar somente os casos em que ciências aparece, e também no estado de SP, realizo uma busca do tipo computação + ciência SP.

"frase_chave"

Retorna uma busca em que existam as ocorrências dos termos que estão entre aspas, na ordem e grafia exatas ao que foi inserido. Assim, se você realizar uma busca do tipo "como fazer" – sim, com a escrita incorreta da palavra FAZER, verá resultados em que a frase idêntica foi empregada.

palavras_chave_01 OR palavra_chave_02

Mostra resultado para pelo menos uma das palavras chave citadas. Faça uma busca por facebook OR msn, por exemplo, e terá como resultado de sua busca, páginas relevantes sobre pelo menos um dos dois temas - nesse caso, como as duas palavras chaves são populares, os dois resultados são apresentados em posição de destaque.

filetype:tipo

Retorna as buscas em que o resultado tem o tipo de extensão especificada. Por exemplo, em uma busca filetype:pdf jquery serão exibidos os conteúdos da palavra chave jquery que tiverem como extensão .pdf. Os tipos de extensão podem ser: PDF, HTML ou HTM, XLS, PPT, DOC.

palavra_chave_01 * palavra_chave_02

Retorna uma "busca combinada", ou seja, sendo o * um indicador de "qualquer conteúdo", retorna resultados em que os termos inicial e final aparecem, independente do que "esteja entre eles". Realize uma busca do tipo facebook * msn e veja o resultado na prática.

Áudio e Vídeo

A popularização da banda larga e dos serviços de e-mail com grande capacidade de armazenamento está aumentando a circulação de vídeos na Internet. O problema é que a profusão de formatos de arquivos pode tornar a experiência decepcionante.

A maioria deles depende de um único programa para rodar. Por exemplo, se a extensão é MOV, você vai precisar do QuickTime, da Apple. Outros, além de um player de vídeo, necessitam do "codec" apropriado. Acrônimo de "COder/DECoder", codec é uma espécie de complemento que descomprime - e comprime - o arquivo. É o caso do MPEG, que roda no Windows Media Player, desde que o codec esteja atualizado - em geral, a instalação é automática.

Com os três players de multimídia mais populares - Windows Media Player, Real Player e Quicktime -, você dificilmente encontrará problemas para rodar vídeos, tanto offline como por streaming (neste caso, o download e a exibição do vídeo são simultâneos, como na TV Terra).

Atualmente, devido à evolução da internet com os mais variados tipos de páginas pessoais e redes sociais, há uma grande demanda por programas para trabalhar com imagens. E, como sempre é esperado, em resposta a isso, também há no mercado uma ampla gama de ferramentas existentes que fazem algum tipo de tratamento ou conversão de imagens.

Porém, muitos destes programas não são o que se pode chamar de simples e intuitivos, causando confusão em seu uso ou na manipulação dos recursos existentes. Caso o que você precise seja apenas um programa para visualizar imagens e aplicar tratamentos e efeitos simples ou montar apresentações de slides, é sempre bom dar uma conferida em alguns aplicativos mais leves e com recursos mais enxutos como os visualizadores de imagens.

Abaixo, segue uma seleção de visualizadores, muitos deles trazendo os recursos mais simples, comuns e fáceis de se utilizar dos editores, para você que não precisa de tantos recursos, mas ainda assim gosta de dar um tratamento especial para as suas mais variadas imagens.

O Picasa está com uma versão cheia de inovações que faz dele um aplicativo completo para visualização de fotos e imagens. Além disso, ele possui diversas ferramentas úteis para editar, organizar e gerenciar arquivos de imagem do computador.

As ferramentas de edição possuem os métodos mais avançados para automatizar o processo de correção de imagens. No caso de olhos vermelhos, por exemplo, o programa consegue identificar e corrigir todos os olhos vermelhos da foto automaticamente sem precisar selecionar um por um. Além disso, é possível cortar, endireitar, adicionar textos, inserir efeitos, e muito mais.

Um dos grandes destaques do Picasa é sua poderosa biblioteca de imagens. Ele possui um sistema inteligente de armazenamento capaz de filtrar imagens que contenham apenas rostos. Assim você consegue visualizar apenas as fotos que contém pessoas.

Depois de tudo organizado em seu computador, você pode escolher diversas opções para salvar e/ou compartilhar suas fotos e imagens com amigos e parentes. Isso pode ser feito gravando um CD/DVD ou enviando via Web. O programa possui integração com o PicasaWeb, o qual possibilita enviar um álbum inteiro pela internet em poucos segundos.

O IrfanView é um visualizador de imagem muito leve e com uma interface gráfica simples porém otimizada e fácil de utilizar, mesmo para quem não tem familiaridade com este tipo de programa. Ele também dispõe de alguns recursos simples de editor. Com ele é possível fazer operações como copiar e deletar imagens até o efeito de remoção de olhos vermelhos em fotos. O programa oferece alternativas para aplicar efeitos como texturas e alteração de cores em sua imagem por meio de apenas um clique.

Além disso sempre é possível a visualização de imagens pelo próprio gerenciador do Windows.

Transferência de arquivos pela internet

FTP (File Transfer Protocol – Protocolo de Transferência de Arquivos) é uma das mais antigas formas de interação na Internet. Com ele, você pode enviar e receber arquivos para, ou de computadores que se caracterizam como servidores remotos. Voltaremos aqui ao conceito de arquivo texto (ASCII – código 7 bits) e arquivos não texto (Binários – código 8 bits). Há uma diferença interessante entre enviar uma mensagem de correio eletrônico e realizar transferência de um arquivo. A mensagem é sempre transferida como uma informação textual, enquanto a transferência de um arquivo pode ser caracterizada como textual (ASCII) ou não-textual (binário).

Um servidor FTP é um computador que roda um programa que chamamos de servidor de FTP e, portanto, é capaz de se comunicar com outro computador na Rede que o esteja acessando através de um cliente FTP.

FTP anônimo versus FTP com autenticação existem dois tipos de conexão FTP, a primeira, e mais utilizada, é a conexão anônima, na qual não é preciso possuir um username ou password (senha) no servidor de FTP, bastando apenas identificar-se como anonymous (anônimo). Neste caso, o que acontece é que, em geral, a árvore de diretório que se enxerga é uma sub-árvore da árvore do sistema. Isto é muito importante, porque garante um nível de segurança adequado, evitando que estranhos tenham acesso a todas as informações da empresa. Quando se estabelece uma conexão de "FTP anônimo", o que acontece em geral é que a conexão é posicionada no diretório raiz da árvore de diretórios. Dentre os mais comuns estão: pub, etc, outgoing e incoming. O segundo tipo de conexão envolve uma autenticação, e portanto, é indispensável que o usuário possua um username e uma password que sejam reconhecidas pelo sistema, quer dizer, ter uma conta nesse servidor. Neste caso, ao estabelecer uma conexão, o posicionamento é no diretório criado para a conta do usuário – diretório home, e dali ele poderá percorrer toda a árvore do sistema, mas só escrever e ler arquivos nos quais ele possua.

Assim como muitas aplicações largamente utilizadas hoje em dia, o FTP também teve a sua origem no sistema operacional UNIX, que foi o grande precursor e responsável pelo sucesso e desenvolvimento da Internet.

Algumas dicas

1. Muitos sites que aceitam FTP anônimo limitam o número de conexões simultâneas para evitar uma sobrecarga na máquina. Uma outra limitação possível é a faixa de horário de acesso, que muitas vezes é considerada nobre em horário comercial, e portanto, o FTP anônimo é temporariamente desativado.
2. Uma saída para a situação acima é procurar "sites espelhos" que tenham o mesmo conteúdo do site sendo acessado.
3. Antes de realizar a transferência de qualquer arquivo verifique se você está usando o modo correto, isto é, no caso de arquivos-texto, o modo é ASCII, e no caso de arquivos binários (.exe, .com, .zip, .wav, etc.), o modo é binário. Esta prevenção pode evitar perda de tempo.

4. Uma coisa interessante pode ser o uso de um servidor de FTP em seu computador. Isto pode permitir que um amigo seu consiga acessar o seu computador como um servidor remoto de FTP, bastando que ele tenha acesso ao número IP, que lhe é atribuído dinamicamente.

Grupos de Discussão e Redes Sociais

São espaços de convivências virtuais em que grupos de pessoas ou empresas se relacionam por meio do envio de mensagens, do compartilhamento de conteúdo, entre outras ações.

As redes sociais tiveram grande avanço devido a evolução da internet, cujo boom aconteceu no início do milênio. Vejamos como esse percurso aconteceu:

Em 1994 foi lançado o GeoCities, a primeira comunidade que se assemelha a uma rede social. O GeoCities que, no entanto, não existe mais, orientava as pessoas para que elas próprias criassem suas páginas na internet.

Em 1995 surge o The Globe, que dava aos internautas a oportunidade de interagir com um grupo de pessoas.

No mesmo ano, também surge uma plataforma que permite a interação com antigos colegas da escola, o Classmates.

Já nos anos 2000, surge o Fotolog, uma plataforma que, desta vez, tinha como foco a publicação de fotografias.

Em 2002 surge o que é considerada a primeira verdadeira rede social, o Friendster.

No ano seguinte, é lançado o LinkedIn, a maior rede social de caráter profissional do mundo.

E em 2004, junto com a maior de todas as redes, o Facebook, surgem o Orkut e o Flickr.

Há vários tipos de redes sociais. A grande diferença entre elas é o seu objetivo, os quais podem ser:

- Estabelecimento de contatos pessoais (relações de amizade ou namoro).
- Networking: partilha e busca de conhecimentos profissionais e procura emprego ou preenchimento de vagas.
- Partilha e busca de imagens e vídeos.
- Partilha e busca de informações sobre temas variados.
- Divulgação para compra e venda de produtos e serviços.
- Jogos, entre outros.

Há dezenas de redes sociais. Dentre as mais conhecidas, destacamos:

- Facebook: interação e expansão de contatos.
- Youtube: partilha de vídeos.
- Whatsapp: envio de mensagens instantâneas e chamadas de voz.
- Instagram: partilha de fotos e vídeos.
- Twitter: partilha de pequenas publicações, as quais são conhecidas como "tweets".
- Pinterest: partilha de ideias de temas variados.
- Skype: telechamada.
- LinkedIn: interação e expansão de contatos profissionais.

- Badoo: relacionamentos amorosos.
- Snapchat: envio de mensagens instantâneas.
- Messenger: envio de mensagens instantâneas.
- Flickr: partilha de imagens.
- Google+: partilha de conteúdos.
- Tumblr: partilha de pequenas publicações, semelhante ao Twitter.

Vantagens e Desvantagens

Existem várias vantagens em fazer parte de redes sociais e é principalmente por isso que elas tiveram um crescimento tão significativo ao longo dos anos.

Isso porque as redes sociais podem aproximar as pessoas. Afinal, elas são uma maneira fácil de manter as relações e o contato com quem está distante, propiciando, assim, a possibilidade de interagir em tempo real.

As redes também facilitam a relação com quem está mais perto. Em decorrência da rotina corrida do dia a dia, nem sempre há tempo para que as pessoas se encontrem fisicamente.

Além disso, as redes sociais oferecem uma forma rápida e eficaz de comunicar algo para um grande número de pessoas ao mesmo tempo.

Podemos citar como exemplo o fato de poder avisar um acontecimento, a preparação de uma manifestação ou a mobilização de um grupo para um protesto.

No entanto, em decorrência de alguns perigos, as redes sociais apresentam as suas desvantagens. Uma delas é a falta de privacidade.

Por esse motivo, o uso das redes sociais tem sido cada vez mais discutido, inclusive pela polícia, que alerta para algumas precauções.



#FicaDica

Por ser algo muito atual, tem caído muitas questões de redes sociais nos concursos atualmente.

VPN

É o acrônimo de (Virtual Private Network), que significa Rede Particular Virtual, que define-se como a conexão de dois computadores utilizando uma rede pública (Internet), imagine uma empresa que quer ligar suas filiais, esse é um caso clássico, ou também pensando na modalidade de trabalho homeoffice, onde o funcionário da casa dele pode acessar todos seus arquivos e softwares específicos da empresa.

A palavra tunelamento é algo normal ao se trabalhar com VPNs, é como se criasse um túnel para que os dados possam ser enviados sem que outros usuários tenham acesso.

Para criar uma rede VPN não é preciso mais do que dois (ou mais) computadores conectados à Internet e um programa de VPN instalado em cada máquina. O processo para o envio dos dados é o seguinte:

- Os dados são criptografados e encapsulados.
- Algumas informações extras, como o número de IP da máquina remetente, são adicionadas aos dados que serão enviados para que o computador receptor possa identificar quem mandou o pacote de dados.

- O pacote contendo todos os dados é enviado através do "túnel" criado até o computador de destino.
- A máquina receptora irá identificar o computador remetente através das informações anexadas ao pacote de dados.
- Os dados são recebidos e desencapsulados.
- Finalmente os dados são descriptografados e armazenados no computador de destino.



#FicaDica

Com o aumento do HomeOffice cada vez mais cresce o uso de VPNs.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

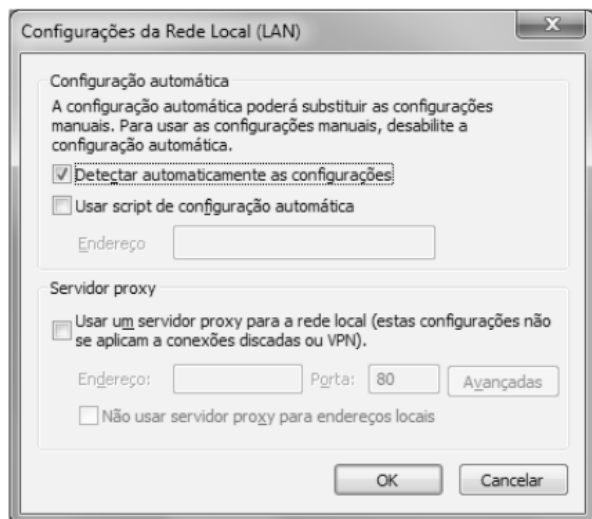
1. (ESCRIVÃO DE POLÍCIA – CESPE – 2013) Se uma impressora estiver compartilhada em uma intranet por meio de um endereço IP, então, para se imprimir um arquivo nessa impressora, é necessário, por uma questão de padronização dessa tecnologia de impressão, indicar no navegador web a seguinte url: `print://<IP_da_impressora>/<nome_do_arquivo>`, em que `IP_da_impressora` deve estar acessível via rede e

`nome_do_arquivo` deve ser do tipo PDF.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. Pelo comando da questão, esta afirma que somente arquivos no formato PDF, poderiam ser impressos, o que torna o item errado, o comando para impressão não verifica o formato do arquivo, tão somente o local onde está o arquivo a ser impresso.

2. (ESCRIVÃO DE POLÍCIA – CESPE – 2013) Se, em uma intranet, for disponibilizado um portal de informações acessível por meio de um navegador, será possível acessar esse portal fazendo-se uso dos protocolos HTTP ou HTTPS, ou de ambos, dependendo de como esteja configurado o servidor do portal.



Com base na figura acima, que ilustra as configurações da rede local do navegador Internet Explorer (IE), versão 9, julgue os próximos itens.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. HTTP (Hyper Text Transfer Protocol) é um protocolo, ou seja, uma determinada regra que permite ao seu computador trocar informações com um servidor que abriga um site. Isso significa que, uma vez conectados sob esse protocolo, as máquinas podem receber e enviar qualquer conteúdo textual – os códigos que resultam na página acessada pelo navegador.

O problema com o HTTP é que, em redes Wi-Fi ou outras conexões propícias a phishing (fraude eletrônica) e hackers, pessoas mal-intencionadas podem atravessar o caminho e interceptar os dados transmitidos com relativa facilidade. Portanto, uma conexão em HTTP é insegura.

Nesse ponto entra o HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure), que insere uma camada de proteção na transmissão de dados entre seu computador e o servidor. Em sites com endereço HTTPS, a comunicação é criptografada, aumentando significativamente a segurança dos dados. É como se cliente e servidor conversassem uma língua que só as duas entendessem, dificultando a interceptação das informações.

Para saber se está navegando em um site com criptografia, basta verificar a barra de endereços, na qual será possível identificar as letras HTTPS e, geralmente, um símbolo de cadeado que denota segurança. Além disso, o usuário deverá ver uma bandeira com o nome do site, já que a conexão segura também identifica páginas na Internet por meio de seu certificado.

3. (ESCRIVÃO DE POLÍCIA – CESPE – 2013) Se o servidor proxy responder na porta 80 e a conexão passar por um firewall de rede, então o firewall deverá permitir conexões de saída da estação do usuário com a porta 80 de destino no endereço do proxy.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. E muitas redes LAN o servidor proxy e o firewall estão no mesmo servidor físico/virtual, porém isso não é uma regra, ou seja, os dois serviços podem aparecer eventualmente em servidores físicos/virtuais separados. Para que uma estação de usuário (que utiliza proxy na porta 80) possa “sair” da rede LAN para o mundo exterior “WAN” é necessário que o firewall permita conexões de saída na mesma porta em que o proxy está respondendo, ou seja, a porta 80.

4. (ESCRIVÃO DE POLÍCIA – CESPE – 2013) A opção de usar um servidor proxy para a rede local faz que o IE solicite autenticação em toda conexão de Internet que for realizada.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. Somente é solicitado a autenticação se o servidor assim estiver configurado, do contrário nenhuma senha é solicitada, além de que foi definido para a rede Interna e não para acesso à Internet.

5. (PERITO CRIMINAL – CESPE – 2013) Considere que um usuário necessite utilizar diferentes dispositivos computacionais, permanentemente conectados à Internet, que utilizem diferentes clientes de e-mail, como o Outlook Express e Mozilla Thunderbird. Nessa situação, o usuário deverá optar pelo uso do protocolo IMAP (Internet message access protocol), em detrimento do POP3 (post office protocol), pois isso permitirá a ele manter o conjunto de e-mails no servidor remoto ou, alternativamente, fazer o download das mensagens para o computador em uso.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. Em clientes de correios eletrônicos o padrão é utilizar o Protocolo POP ou POP3 que tem a função de baixar as mensagens do servidor de e-mail para o computador que o programa foi configurado. Quando o POP é substituído pelo IMAP, essas mensagens são baixadas para o computador do usuário só que apenas uma cópia delas, deixando no servidor as mensagens originais; quando o acesso é feito por outro computador essas mensagens que estão no servidor são baixadas para este outro computador, deixando sempre a original no servidor.

6. (PAPILOSCOPISTA – CESPE – 2012) Twitter, Orkut, Google+ e Facebook são exemplos de redes sociais que utilizam o recurso scraps para propiciar o compartilhamento de arquivos entre seus usuários

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. Scrap é um recado e sua função principal é enviar mensagens e não o compartilhamento de arquivos. Ainda que algumas redes permitam o compartilhamento de fotos e gifs animados, o objetivo não é o compartilhamento de arquivos e nem todas as redes citadas na questão permitem.

7. (AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014) Nas versões recentes do Mozilla Firefox, há um recurso que mantém o histórico de atualizações instaladas, no qual são mostrados detalhes como a data da instalação e o usuário que executou a operação.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. Esse recurso existe nas últimas versões do Firefox, contudo o histórico não contém o usuário que executou a operação. Este recurso está disponível no menu Firefox – Opções – Avançado – Atualizações – Histórico de atualizações.

8. (AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014) No Internet Explorer 10, por meio da opção Sites Sugeridos, o usuário pode registrar os sítios que considera mais importantes e recomendá-los aos seus amigos.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. O recurso Sites Sugeridos é um serviço online que o Internet Explorer usa para recomendar sítios de que o usuário possa gostar, com base nos sítios visitados com frequência. Para acessá-lo, basta clicar o menu Ferramentas-Arquivo- Sites Sugeridos.

Considere que um delegado de polícia federal, em uma sessão de uso do Internet Explorer 6 (IE6), obteve a janela ilustrada acima, que mostra uma página web do sítio do DPF, cujo endereço eletrônico está indicado no campo **Endereço**. A partir dessas informações, julgue os itens de 09 a 12.

9. (DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE – 2004) O conteúdo da página acessada pelo delegado, por conter dados importantes à ação do DPF, é constantemente atualizado por seu webmaster. Após o acesso mencionado acima, o delegado desejou verificar se houve alteração desse conteúdo.

Nessa situação, ao clicar no botão , o delegado terá condições de verificar se houve ou não a alteração mencionada, independentemente da configuração do IE6, mas desde que haja recursos técnicos e que o IE6 esteja em modo online.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. O botão atualizar (F5) efetua uma nova consulta ao servidor WEB, recarregando deste modo o arquivo novamente, se houver alterações, estas serão exibidas, caso contrário o arquivo será reexibido sem alterações.

10. (DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE – 2004) O armazenamento de informações em arquivos denominados cookies pode constituir uma vulnerabilidade de um sistema de segurança instalado em um computador. Para reduzir essa vulnerabilidade, o IE6 disponibiliza recursos para impedir que cookies sejam armazenados no computador. Caso o delegado deseje configurar tratamentos referentes a cookies, ele encontrará recursos a partir do uso do menu **Ferramentas**.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. No navegador Internet Explorer 11, a seguinte sequência de ação pode ser usada para fazer o bloqueio de cookies: Clicar no botão Ferramentas, depois em Opções da Internet, ativar guia Privacidade e, em Configurações, mover o controle deslizante até em cima para bloquear todos os cookies e, em seguida, clicar em OK.

11. (DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE – 2004) Caso o acesso à Internet descrito tenha sido realizado mediante um provedor de Internet acessível por meio de uma conexão a uma rede LAN, à qual estava conectado o computador do delegado, é correto concluir que as informações obtidas pelo delegado transitaram na LAN de modo criptografado.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. Pela barra de endereço se verifica que o protocolo utilizado é o HTTP; dessa forma se conclui que não há uma criptografia, se fosse o protocolo HTTPS, poderia se aferir que haveria algum tipo de criptografia do tipo SSL.

12. (DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE – 2004) Por meio do botão , o delegado poderá obter, desde que disponíveis, informações a respeito das páginas previamente acessadas na sessão de uso do IE6 descrita e de outras sessões de uso desse aplicativo, em seu computador. Outro recurso disponibilizado ao se clicar nesse botão permite ao delegado realizar pesquisa de conteúdo nas páginas contidas no diretório histórico do IE6.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. É possível através do botão descrito, o botão de histórico, que se encontre informações das páginas acessadas anteriormente, e também permite que se pesquise a respeito de conteúdos nas páginas contidas no diretório do IE6.

Noções básicas de ferramentas e aplicativos de navegação e correio eletrônico

Um browser ou navegador é um aplicativo que opera através da internet, interpretando arquivos e sites web desenvolvidos com frequência em código HTML que contém informação e conteúdo em hipertexto de todas as partes do mundo.

Navegadores: Navegadores de internet ou browsers

são programas de computador especializados em visualizar e dar acesso às informações disponibilizadas na web, até pouco tempo atrás tínhamos apenas o Internet Explorer e o Netscape, hoje temos uma série de navegadores no mercado, iremos fazer uma breve descrição de cada um deles, e depois faremos toda a exemplificação utilizando o Internet Explorer por ser o mais utilizado em todo o mundo, porém o conceito e usabilidade dos outros navegadores seguem os mesmos princípios lógicos.

Chrome: O Chrome é o navegador do Google e consequentemente um dos melhores navegadores existentes. Outra vantagem devido ser o navegador da Google é o mais utilizado no meio, tem uma interface simples muito fácil de utilizar.



Figura 1: Símbolo do Google Chrome



#FicaDica

Ultimamente tem caído perguntas relacionadas a guia anônima que não deixa rastro (senhas, auto completar, entre outros), e é acessado com o atalho CTRL+SHIFT+N

Mozilla Firefox: O Mozilla Firefox é outro excelente navegador ele é gratuito e fácil de utilizar apesar de não ter uma interface tão amigável, porém é um dos navegadores mais rápidos e com maior segurança contra hackers.



Figura 2: Símbolo do Mozilla Firefox

Opera: Usabilidade muito agradável, possui grande desempenho, porém especialistas em segurança o considera o navegador com menos segurança.



Figura 3: Símbolo do Opera

Safari: O Safari é o navegador da Apple, é um ótimo navegador considerado pelos especialistas e possui uma interface bem bonita, apesar de ser um navegador da Apple existem versões para Windows.



Figura 4: Símbolo do Safari

Internet Explorer: O Internet Explorer ou IE é o navegador padrão do Windows. Como o próprio nome diz, é um programa preparado para explorar a Internet dando acesso a suas informações. Representado pelo símbolo do "e" azul, é possível acessá-lo apenas com um duplo clique em seu símbolo.



Figura 5: Símbolo do Internet Explorer



#FicaDica

Glossário interessante que abordam internet e correio eletrônico

Anti-spam: Ferramenta utilizada para filtro de mensagens indesejadas.

Browser: Programa utilizado para navegar na Web, também chamado de navegador. Exemplo: Mozilla Firefox.

Cliente de e-mail: Software destinado a gerenciar contas de correio eletrônico, possibilitando a composição, envio, recebimento, leitura e arquivamento de mensagens. A seguir, uma lista de gerenciadores de e-mail (em negrito os mais conhecidos e utilizados atualmente):

Microsoft Office Outlook, Microsoft Outlook Express, Mozilla Thunderbird, Eudora, Pegasus Mail, Apple Mail (Apple), Kmail (Linux) e Windows Mail.

Outros pontos importantes de conceitos que podem ser abordado no seu concurso são:

MIME (Multipurpose Internet Mail Extensions – Extensões multiuso do correio da Internet): Provê mecanismos para o envio de outros tipo sde informações por e-mail, como imagens, sons, filmes, entre outros.

MTA (Mail Transfer Agent – Agente de Transferência de Correio): Termo utilizado para designar os servidores de Correio Eletrônico.

MUA (Mail User Agent – Agente Usuário de Correio): Programas clientes de e-mail, como o Mozilla Thunderbird, Microsoft Outlook Express etc.

POP3 (Post Office Protocol Version 3 - Protocolo de Agência de Correio "Versão 3"): Protocolo padrão para receber e-mails. Através do POP, um usuário transfere para o computador as mensagens armazenada sem sua caixa postal no servidor.

SMTP (Simple Mail Transfer Protocol - Protocolo de Transferência Simples de Correio): É um protocolo de envio de e-mail apenas. Com ele, não é possível que um usuário descarregue suas mensagens de um servidor. Esse protocolo utiliza a porta 25 do protocolo TCP.

Spam: Mensagens de correio eletrônico não autorizadas ou não solicitadas pelo destinatário, geralmente de conotação publicitária ou obscena, enviadas em larga escala para uma lista de e-mails, fóruns ou grupos de discussão.

Um pouco de história

A internet é uma rede de computadores que liga os computadores a redor de todo o mundo, mas quando ela começou não era assim, tinham apenas 4 computadores e a maior distância entre um e outro era de 450 KM. No fim da década de 60, o Departamento de Defesa norte-americano resolveu criar um sistema interligado para trocar informações sobre pesquisas e armamentos que não pudesse chegar nas mãos dos soviéticos. Sendo assim, foi criado o projeto Arpanet pela Agência para Projeto de Pesquisa Avançados do Departamento de Defesa dos EUA.

Ao ganhar proporções mundiais, esse tipo de conexão recebeu o nome de internet e até a década de 80 ficou apenas entre os meios acadêmicos. No Brasil ela chegou apenas na década de 90. É na internet que é executada a World Wide Web (www), sistema que contém milhares de informações (gráficos, vídeos, textos, sons, etc) que também ficou conhecido como rede mundial.

Tim Berners-Lee na década de 80 começou a criar um projeto que pode ser considerado o princípio da World Wide Web. No início da década de 90 ele já havia elaborado uma nova proposta para o que ficaria conhecido como WWW. Tim falava sobre o uso de hipertexto e a partir disso surgiu o "http" (em português significa protocolo de transferência de hipertexto). Vinton Cerf também é um personagem importante e inclusive é conhecido por muitos como o pai da internet.



#FicaDica

URL: Tudo que é disponível na Web tem seu próprio endereço, chamado URL, ele facilita a navegação e possui características específicas como a falta de acentuação gráfica e palavras maiúsculas. Uma url possui o http (protocolo), www (World Wide Web), o nome da empresa que representa o site, .com (ex: se for um site governamental o final será .gov) e a sigla do país de origem daquele site (no Brasil é usado o BR).

Correios Eletrônicos

Os correios eletrônicos se dividem em duas formas: os agentes de usuários e os agentes de transferência de mensagens. Os agentes usuários são exemplificados pelo Mozilla Thunderbird e pelo Outlook. Já os agentes de transferência realizam um processo de envio dos agentes usuários e servidores de e-mail.

Os agentes de transferência usam três protocolos: SMTP (Simple Transfer Protocol), POP (Post Office Protocol) e IMAP (Internet Message Protocol). O SMTP é usado para transferir mensagens eletrônicas entre os computadores. O POP é muito usado para verificar mensagens de servidores de e-mail quando ele se conecta ao servidor suas mensagens são levadas do servidor para o computador local. Pode ser usado por quem usa conexão discada.

Já o IMAP também é um protocolo padrão que permite acesso a mensagens nos servidores de e-mail. Ele possibilita a leitura de arquivos dos e-mails, mas não permite que eles sejam baixados. O IMAP é ideal para quem acessa o e-mail de vários locais diferentes.



#FicaDica

Um e-mail hoje é um dos principais meios de comunicação, por exemplo: canaldoovideo@gmail.com. Onde, canaldoovideo é o usuário, o arroba quer dizer na, o gmail é o servidor e o .com é a tipagem.

Para editarmos e lermos nossas mensagens eletrônicas em um único computador, sem necessariamente estarmos conectados à Internet no momento da criação ou leitura do e-mail, podemos usar um programa de correio eletrônico. Existem vários deles. Alguns gratuitos, como o Mozilla Thunderbird, outros proprietários como o Outlook Express. Os dois programas, assim como vários outros que servem à mesma finalidade, têm recursos similares. Apresentaremos os recursos dos programas de correio eletrônico através do Outlook Express que também estão presentes no Mozilla Thunderbird.

Um conhecimento básico que pode tornar o dia a dia com o Outlook muito mais simples é sobre os atalhos de teclado para a realização de diversas funções dentro do Outlook. Para você começar os seus estudos, anote alguns atalhos simples. Para criar um novo e-mail, basta apertar Ctrl + Shift + M e para excluir uma determinada mensagem aposte no atalho Ctrl + D. Levando tudo isso em consideração inclua os atalhos de teclado na sua rotina de estudos e vá preparado para o concurso com os principais na cabeça.

Uma das funcionalidades mais úteis do Outlook para profissionais que compartilham uma mesma área é o compartilhamento de calendário entre membros de uma mesma equipe.

Por isso mesmo é importante que você tenha o conhecimento da técnica na hora de fazer uma prova de concurso que exige os conhecimentos básicos de informática, pois por ser uma função bastante utilizada tem maiores chances de aparecer em uma ou mais questões.

O calendário é uma ferramenta bastante interessante do Outlook que permite que o usuário organize de forma completa a sua rotina, conseguindo encaixar tarefas, compromissos e reuniões de maneira organizada por dia, de forma a ter um maior controle das atividades que devem ser realizadas durante o seu dia a dia.

Dessa forma, uma funcionalidade do Outlook permite que você compartilhe em detalhes o seu calendário ou parte dele com quem você desejar, de forma a permitir que outra pessoa também tenha acesso a sua rotina, o que pode ser uma ótima pedida para profissionais dentro de uma mesma equipe, principalmente quando um determinado membro entra de férias.

Para conseguir utilizar essa função basta que você entre em Calendário na aba indicada como Página Inicial. Feito isso, basta que você clique em Enviar Calendário por E-mail, que vai fazer com que uma janela seja aberta no seu Outlook.

Nessa janela é que você vai poder escolher todas as informações que vão ser compartilhadas com quem você deseja, de forma que o Outlook vai formular um calendário de forma simples e detalhada de fácil visualização para quem você deseja enviar uma mensagem.

Nos dias de hoje, praticamente todo mundo que trabalha dentro de uma empresa tem uma assinatura própria para deixar os comunicados enviados por e-mail com uma aparência mais profissional.

Dessa forma, é considerado um conhecimento básico saber como criar assinaturas no Outlook, de forma que este conteúdo pode ser cobrado em alguma questão dentro de um concurso público.

Por isso mesmo vale a pena inserir o tema dentro de seus estudos do conteúdo básico de informática para a sua preparação para concurso. Ao contrário do que muita gente pensa, a verdade é que todo o processo de criar uma assinatura é bastante simples, de forma que perder pontos por conta dessa questão em específico é perder pontos à toa.

Para conseguir criar uma assinatura no Outlook basta que você entre no menu Arquivo e busque pelo botão de Opções. Lá você vai encontrar o botão para E-mail e logo em seguida o botão de Assinaturas, que é onde você deve clicar. Feito isso, você vai conseguir adicionar as suas assinaturas de maneira rápida e prática sem maiores problemas.

No Outlook Express podemos preparar uma mensagem através do ícone Criar e-mail, demonstrado na figura acima, ao clicar nessa imagem aparecerá a tela a seguir:

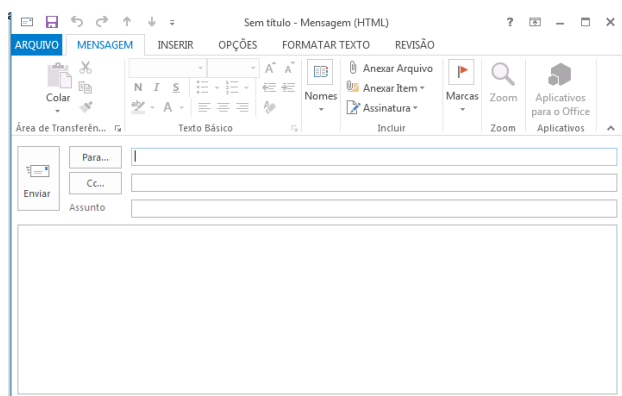


Figura 6: Tela de Envio de E-mail



#FicaDica

Para: deve ser digitado o endereço eletrônico ou o contato registrado no Outlook do destinatário da mensagem. Campo obrigatório.

Cc: deve ser digitado o endereço eletrônico ou o contato registrado no Outlook do destinatário que servirá para ter ciência desse e-mail.

Cco: Igual ao Cc, porém os destinatários ficam ocultos.

Assunto: campo onde será inserida uma breve descrição, podendo reservar-se a uma palavra ou uma frase sobre o conteúdo da mensagem. É um campo opcional, mas aconselhável, visto que a falta de seu preenchimento pode levar o destinatário a não dar a devida importância à mensagem ou até mesmo desconsiderá-la.

Corpo da mensagem: logo abaixo da linha assunto, é equivalente à folha onde será digitada a mensagem.

A mensagem, após digitada, pode passar pelas formatações existentes na barra de formatação do Outlook:

Mozilla Thunderbird é um cliente de email e notícias open-source e gratuito criado pela Mozilla Foundation (mesma criadora do Mozilla Firefox).

Webmail é o nome dado a um cliente de e-mail que não necessita de instalação no computador do usuário, já que funciona como uma página de internet, bastando o usuário acessar a página do seu provedor de e-mail com seu login e senha. Desta forma, o usuário ganha mobilidade já que não necessita estar na máquina em que um cliente de e-mail está instalado para acessar seu e-mail.



#FicaDica

Segmentos do Outlook Express

Painel de Pastas: permite que o usuário salve seus e-mails em pastas específicas e dá a possibilidade de criar novas pastas;

Painel das Mensagens: onde se concentra a lista de mensagens de determinada pasta e quando se clica em um dos e-mails o conteúdo é disponibilizado no painel de conteúdo.

Painel de Conteúdo: esse painel é onde irá aparecer o conteúdo das mensagens enviadas.

Painel de Contatos: nesse local se concentram as pessoas que foram cadastradas em sua lista de endereço.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (TJ-ES – CBNM1-01 – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2011) UM PROGRAMA DE CORREIO ELETRÔNICO VIA WEB (WEBMAIL) é uma opção viável para usuários que estejam longe de seu computador pessoal. A partir de qualquer outro computador no mundo, o usuário pode, via Internet, acessar a caixa de correio armazenada no próprio computador cliente remoto e visualizar eventuais novas mensagens.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. O programa WebMail irá acessar o servidor de e-mail, e não a máquina do usuário (computador cliente remoto).

2. (ENGENHEIRO CIVIL – VUNESP – 2018) No MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, quando uma mensagem está sendo preparada, o usuário pode indicar aos destinatários que a mensagem precisa de atenção utilizando a marca de _____. Esse recurso pode ser encontrado no grupo Marcas, da guia Mensagem.

Assinale a alternativa que apresenta a opção que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- a) SPAM.
- b) Alta Prioridade.
- c) Baixa Prioridade.
- d) Assinatura Personalizada.
- e) Arquivo Anexado.

Resposta: Letra B. É possível sinalizar a mensagem como sendo de alta prioridade quando se deseja que as pessoas saibam que a mensagem precisa de atenção urgente. Se a mensagem é apenas um informativo ou se está enviando um e-mail sobre um tema que não precisa ser priorizado, defina o indicador de baixa prioridade.

A maioria dos clientes de e-mail, os destinatários veem um indicador específico na lista de mensagens ou nos cabeçalhos.

Na faixa de opções, é possível saber quando a prioridade foi definida, pois o botão fica realçado.

3. (TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2017) Um usuário preparou uma mensagem de correio eletrônico usando o Microsoft Outlook 2010, em sua configuração padrão, e enviou para o destinatário. Porém, algum tempo depois, percebeu que esqueceu de anexar um arquivo. Esse mesmo usuário preparou, então, uma nova mensagem com o mesmo assunto, e enviou para o mesmo destinatário, agora com o anexo. Assinale a alternativa correta.

- a) A mensagem original, sem o anexo, foi automaticamente apagada no computador do destinatário e substituída pela segunda mensagem, uma vez que ambas têm o mesmo assunto e são do mesmo remetente.

- b) Como as duas mensagens têm o mesmo assunto, a segunda mensagem não foi transmitida, permanecendo no computador do destinatário apenas a primeira mensagem.
- c) A segunda mensagem não pode ser transmitida e fica bloqueada na caixa de saída do remetente, até que a primeira mensagem tenha sido lida pelo destinatário.
- d) O destinatário recebeu 2 mensagens, sendo, a primeira, sem anexo, e a segunda, com o anexo.
- e) O remetente não recebeu nenhuma das mensagens, pois não é possível transmitir mais de uma mensagem com o mesmo assunto e mesmo remetente.

Resposta: Letra D.

Alternativa "A" está incorreta, pois todas mensagens enviadas são armazenadas de forma independente, novas mensagens com mesmo assunto ou ainda idênticas a anteriores não influenciam em mensagens já enviadas.

Alternativa "B" está incorreta, pois é perfeitamente possível enviar mensagens com mesmo assunto ou ainda idênticas, sem prejuízo algum de mensagens anteriores.

Alternativa "C" está incorreta, pois Todas as mensagens serão enviadas, independentemente do destinatário ler as anteriores.

Alternativa "D" está correta, pois o destinatário recebeu 2 mensagens, sendo, a primeira, sem anexo, e a segunda, com o anexo.

Alternativa "E" está incorreta, pois é possível enviar mais de uma mensagem, com mesmo assunto e mesmo destinatário.

4. (SOLDADO – PM DE 2ª CLASSE – VUNESP – 2017)

João recebeu uma mensagem de correio eletrônico com as seguintes características:

De: Pedro

Para: João; Marta

Cc: Ricardo; Ana

Usando o Microsoft Outlook 2010, em sua configuração padrão, ele usou um recurso para responder a mensagem que manteve apenas Pedro na lista de destinatários. Isso significa que João usou a opção:

- a) Responder.
- b) Arquivar.
- c) Marcar como não lida.
- d) Responder a todos.
- e) Marcar como lida

Resposta: Letra A. Se o João deseja "responder" ao e-mail recebido de Pedro, e deseja responder apenas ao remetente já se pode eliminar as alternativas "B", "C" e "E" por não terem correspondência com a função "Resposta".

Tem-se então, apenas duas alternativas, "A" e "D", mas como o João deseja responder apenas para Pedro ele deve escolher a opção "Responder", pois se escolhesse "Responder a todos", Marta, Ricardo e Ana também receberiam a mensagem.

5. (AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2013) Observe o argumento de busca que o usuário fará utilizando o Google, na ilustração apresentada a seguir.



Com base na figura e no que foi digitado, assinale a alternativa correta.

- a) Será pesquisado o conjunto exato de palavras.
- b) A pesquisa trará como resultados o que encontrar como antônimo do que foi digitado.
- c) O conjunto de palavras será excluído dos resultados pesquisados.
- d) A pesquisa trará somente as imagens e vídeos não relacionados ao argumento digitado.
- e) Além das palavras digitadas, a pesquisa também trará os seus sinônimos

Resposta: Letra A. O comando “entre aspas” durante uma busca, efetua a busca pela ocorrência exata de tudo que está entre as aspas, agrupado da mesma forma, desta forma, para esta questão será retornado o resultado da ocorrência “garota de Ipanema”.

Obs.: As pesquisas com aspas podem excluir resultados relevantes. Por exemplo, uma pesquisa por “Alexander Bell” excluirá páginas que se referem a Alexander G. Bell.

6. (ENGENHEIRO CIVIL – VUNESP – 2018) Considere a imagem a seguir, extraída do Internet Explorer 11, em sua configuração padrão. A página exibida no navegador foi completamente carregada.



Ao pressionar o botão F5 do teclado, a página exibida será

- a) imediatamente fechada.
- b) enviada para impressão.
- c) atualizada.
- d) enviada por e-mail.
- e) aberta em uma nova aba.

Resposta: Letra C.

- a) Imediatamente fechada.
 - Alt + F4 = fecha todas as guias
 - Ctrl + F4 = fecha só guia atual
- b) Enviada para impressão.
 - Ctrl + P
- c) Atualizada.
 - F5
- d) Enviada por e-mail.
 - CTRL + Enter (MS Outlook)
- e) Aberta em uma nova aba.
 - Ctrl + T = abre uma nova aba
 - Ctrl + N = abre um novo comando



HORA DE PRATICAR!

1. (LIQUIGÁS 2012 - CESGRANRIO - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Um computador é um equipamento capaz de processar com rapidez e segurança grande quantidade de informações.

Assim, além dos componentes de hardware, os computadores necessitam de um conjunto de softwares denominado:

- a) arquivo de dados.
- b) blocos de disco.
- c) navegador de internet.
- d) processador de dados.
- e) sistema operacional.

2. (Copergás 2016 - FCC – Técnico Operacional Segurança do Trabalho) A ferramenta Outlook :

- a) é um serviço de e-mail gratuito para gerenciar todos os e-mails, calendários e contatos de um usuário.
- b) 2016 é a versão mais recente, sendo compatível com o Windows 10, o Windows 8.1 e o Windows 7.
- c) permite que todas as pessoas possam ver o calendário de um usuário, mas somente aquelas com e-mail Outlook.com podem agendar reuniões e responder a convites.
- d) funciona apenas em dispositivos com Windows, não funcionando no iPad, no iPhone, em tablets e em telefones com Android.
- e) versão 2015 oferece acesso gratuito às ferramentas do pacote de webmail Office 365 da Microsoft.]

3. (CRM-PI 2016 - Quadrix – Médico Fiscal) Em um computador com o sistema operacional Windows instalado, um funcionário deseja enviar 50 arquivos, que juntos totalizam 2 MB de tamanho, anexos em um e-mail. Para facilitar o envio, resolveu compactar esse conjunto de arquivos em um único arquivo utilizando um *software* compactador. Só não poderá ser utilizado nessa tarefa o *software*:

- a) 7-Zip.
- b) WinZip.
- c) CuteFTP.
- d) jZip.
- e) WinRAR.

4. (MPE-CE 2013 - FCC - Analista Ministerial - Direito) Sobre manipulação de arquivos no Windows 7 em português, é correto afirmar que,

- a) para mostrar tipos diferentes de informações sobre cada arquivo de uma janela, basta clicar no botão Classificar na barra de ferramentas da janela e escolher o modo de exibição desejado.
- b) quando você exclui um arquivo do disco rígido, ele é apagado permanentemente e não pode ser posteriormente recuperado caso tenha sido excluído por engano.

- c) para excluir um arquivo de um pen drive, basta clicar com o botão direito do mouse sobre ele e selecionar a opção Enviar para a lixeira.
- d) se um arquivo for arrastado entre duas pastas que estão no mesmo disco rígido, ele será compartilhado entre todos os usuários que possuem acesso a essas pastas.
- e) se um arquivo for arrastado de uma pasta do disco rígido para uma mídia removível, como um pen drive, ele será copiado.

5. (IBGE 2016 - FGV - Analista - Análise de Sistemas - Desenvolvimento de Aplicações - Web Mobile) Um desenvolvedor Android deseja inserir a funcionalidade de backup em uma aplicação móvel para, de tempos em tempos, armazenar dados automaticamente. A classe da API de Backup (versão 6.0 ou superior) a ser utilizada é a:

- a) BkpAgent;
- b) BkpHelper;
- c) BackupManager;
- d) BackupOutputData;
- e) BackupDataStream.

6. (DEMAE/GO 2016 - UFG - Agente Administrativo) Um funcionário precisa conectar um projetor multimídia a um computador. Qual é o padrão de conexão que ele deve usar?

- a) RJ11
- b) RGB
- c) HDMI
- d) PS2
- e) RJ45

7. (SABESP 2014 - FCC - Analista de Gestão - Administração) Correspondem, respectivamente, aos elementos placa de som, editor de texto, modem, editor de planilha e navegador de internet:

- a) software, software, hardware, software e hardware.
- b) hardware, software, software, software e hardware.
- c) hardware, software, hardware, hardware e software.
- d) software, hardware, hardware, software e software.
- e) hardware, software, hardware, software e software.

8. (DEMAE/GO 2016 - UFG - Agente Administrativo) Um computador à venda em um sítio de comércio eletrônico possui 3.2 GHz, 8 GB, 2 TB e 6 portas USB. Essa configuração indica que:

- a) a velocidade do processador é 3.2 GHz.
- b) a capacidade do disco rígido é 8 GB.
- c) a capacidade da memória RAM é 2 TB.
- d) a resolução do monitor de vídeo é composta de 6 portas USB.

9. (CNJ 2013 - CESPE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS) Acerca dos ambientes Linux e Windows, julgue os itens seguintes.²No sistema operacional Windows 8, há a possibilidade de integrar-se à denominada nuvem de computadores que fazem parte da Internet.

() CERTO () ERRADO

10. (FHEMIG 2013 - FCC - TÉCNICO EM INFORMÁTICA) Alguns programas do computador de Ana estão muito lentos e ela receia que haja um problema com o hardware ou com a memória principal. Muitos de seus programas falham subitamente e o carregamento de arquivos grandes de imagens e vídeos está muito demorado. Além disso, aparece, com frequência, mensagens indicando conflitos em drivers de dispositivos. Como ela utiliza o Windows 7, resolveu executar algumas funções de diagnóstico, que poderão auxiliar a detectar as causas para os problemas e sugerir as soluções adequadas. Para realizar a verificação da memória e, em seguida do hardware, Ana utilizou, respectivamente, as ferramentas:

- a) Diagnóstico de memória do Windows e Monitor de desempenho.
- b) Monitor de recursos de memória e Diagnóstico de conflitos do Windows.
- c) Monitor de memória do Windows e Diagnóstico de desempenho de hardware.
- d) Mapeamento de Memória do Windows e Mapeamento de hardware do Windows.
- e) Diagnóstico de memória e desempenho e Diagnóstico de hardware do Windows.

11. (TRT 1ª 2013 - FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS) Beatriz trabalha em um escritório de advocacia e utiliza um computador com o Windows 7 Professional em português. Certo dia notou que o computador em que trabalha parou de se comunicar com a internet e com outros computadores ligados na rede local. Após consultar um técnico, por telefone, foi informada que sua placa de rede poderia estar com problemas e foi orientada a checar o funcionamento do adaptador de rede. Para isso, Beatriz entrou no Painel de Controle, clicou na opção Hardware e Sons e, no grupo Dispositivos e Impressoras, selecionou a opção:

- a) Central de redes e compartilhamento.
- b) Verificar status do computador.
- c) Redes e conectividade.
- d) Gerenciador de dispositivos.
- e) Exibir o status e as tarefas de rede.

12. (TRT 10ª 2013 - CESPE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA) Acerca dos conceitos de sistema operacional (ambientes Linux e Windows) e de redes de computadores, julgue os itens.³Por ser um sistema operacional aberto, o Linux, comparativamente aos demais sistemas operacionais, proporciona maior facilidade de armazenamento de dados em nuvem.

() CERTO () ERRADO

13. (TJ/RR 2012 - CESPE - AGENTE DE PROTEÇÃO) Acerca de organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas, de segurança da informação e de armazenamento de dados na nuvem, julgue os itens subsequentes.¹Um arquivo é organizado logicamente em uma sequência de registros, que são mapeados em blocos de discos. Embora esses blocos tenham um tamanho fixo determinado pelas propriedades físicas do disco e pelo sistema operacional, o tamanho do registro pode variar.

() CERTO () ERRADO

14. (SERGIPE GÁS S/A 2013 - FCC - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - RH) Paulo utiliza em seu trabalho o editor de texto Microsoft Word 2010 (em português) para produzir os documentos da empresa. Certo dia Paulo digitou um documento contendo 7 páginas de texto, porém, precisou imprimir apenas as páginas 1, 3, 5, 6 e 7. Para imprimir apenas essas páginas, Paulo clicou no Menu Arquivo, na opção Imprimir e, na divisão Configurações, selecionou a opção Imprimir Intervalo Personalizado. Em seguida, no campo Páginas, digitou

- a) 1,3,5-7 e clicou no botão Imprimir.
- b) 1;3-5;7 e clicou na opção enviar para a Impressora.
- c) 1-3,5-7 e clicou no botão Imprimir.
- d) 1+3,5;7 e clicou na opção enviar para a Impressora.
- e) 1,3,5;7 e clicou no botão Imprimir.

15. (TRT 1ª 2013 - FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS) João trabalha no departamento financeiro de uma grande empresa de vendas no varejo e, em certa ocasião, teve a necessidade de enviar a 768 clientes inadimplentes uma carta com um texto padrão, na qual deveria mudar apenas o nome do destinatário e a data em que deveria comparecer à empresa para negociar suas dívidas. Por se tratar de um número expressivo de clientes, João pesquisou recursos no Microsoft Office 2010, em português, para que pudesse cadastrar apenas os dados dos clientes e as datas em que deveriam comparecer à empresa e automatizar o processo de impressão, sem ter que mudar os dados manualmente. Após imprimir todas as correspondências, João desejava ainda imprimir, também de forma automática, um conjunto de etiquetas para colar nos envelopes em que as correspondências seriam colocadas. Os recursos do Microsoft Office 2010 que permitem atender às necessidades de João são os recursos

- a) para criação de mala direta e etiquetas disponíveis na guia Correspondências do Microsoft Word 2010.
- b) de automatização de impressão de correspondências disponíveis na guia Mala Direta do Microsoft PowerPoint 2010.
- c) de banco de dados disponíveis na guia Correspondências do Microsoft Word 2010.
- d) de mala direta e etiquetas disponíveis na guia Inserir do Microsoft Word 2010.
- e) de banco de dados e etiquetas disponíveis na guia Correspondências do Microsoft Excel 2010.

16. (TCE/SP 2012 - FCC - AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA II) No editor de textos Writer do pacote BR Office, é possível modificar e criar estilos para utilização no texto. Dentre as opções de Recuo e Espaçamento para um determinado estilo, é INCORRETO afirmar que é possível alterar um valor para

- a) recuo da primeira linha.
- b) recuo antes do texto.
- c) recuo antes do parágrafo.
- d) espaçamento acima do parágrafo.
- e) espaçamento abaixo do parágrafo.

17. (CNJ 2013 - CESPE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS) A respeito do Excel, para ordenar, por data, os registros inseridos na planilha, é suficiente selecionar a coluna data de entrada, clicar no menu Dados e, na lista disponibilizada, clicar ordenar data.

() CERTO () ERRADO

18. (TRT 1ª 2013 - FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA) A planilha abaixo foi criada utilizando-se o Microsoft Excel 2010 (em português).

	A	B	C	D	E
1		Capital	Taxa de juros	Número de períodos (em meses)	Montante
2	Credor A	R\$ 1.000,00	8,00%	2	
3	Credor B	R\$ 7.350,00	2,75%	24	
4	Credor C	R\$ 2.440,00	0,95%	9	

A linha 2 mostra uma dívida de R\$ 1.000,00 (célula B2) com um Credor A (célula A2) que deve ser paga em 2 meses (célula D2) com uma taxa de juros de 8% ao mês (célula C2) pelo regime de juros simples. A fórmula correta que deve ser digitada na célula E2 para calcular o montante que será pago é

- a) $= (B2 + B2) * C2 * D2$.
- b) $= B2 + B2 * C2 / D2$.
- c) $= B2 * C2 * D2$.
- d) $= B2 * (1 + (C2 * D2))$.
- e) $= D2 * (1 + (B2 * C2))$.

19. (MINISTÉRIO DA FAZENDA 2012 - ESAF - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO) O BrOffice é uma suíte para escritório gratuita e de código aberto. Um dos aplicativos da suíte é o Calc, que é um programa de planilha eletrônica e assemelha-se ao Excel da Microsoft. O Calc é destinado à criação de planilhas e tabelas, permitindo ao usuário a inserção de equações matemáticas e auxiliando na elaboração de gráficos de acordo com os dados presentes na planilha. O Calc utiliza como padrão o formato:

- a) XLS.
- b) ODF.
- c) XLSX.
- d) PDF.
- e) DOC.

20. (TRT 11ª 2012 - FCC - ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA) Em um slide mestre do BrOffice.org Apresentação (Impress), NÃO se trata de um espaço reservado que se possa configurar a partir da janela Elementos mestres:

- a) Número da página.
- b) Texto do título.
- c) Data/hora.

- d) Rodapé.
- e) Cabeçalho.

21. (SERGIPE GÁS S/A 2013 - FCC - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - RH) No Microsoft Internet Explorer 9 é possível acessar a lista de sites visitados nos últimos dias e até semanas, exceto aqueles visitados em modo de navegação privada. Para abrir a opção que permite ter acesso a essa lista, com o navegador aberto, clica-se na ferramenta cujo desenho é

- a) uma roda dentada, posicionada no canto superior direito da janela.
- b) uma casa, posicionada no canto superior direito da janela.
- c) uma estrela, posicionada no canto superior direito da janela.
- d) um cadeado, posicionado no canto inferior direito da janela.
- e) um globo, posicionado à esquerda da barra de endereços.

22. (CNJ 2013 - CESPE - TÉCNICO JUDICIÁRIO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS) A respeito de redes de computadores, julgue os itens subsequentes. Lista de discussão é uma ferramenta de comunicação limitada a uma intranet, ao passo que grupo de discussão é uma ferramenta gerenciável pela Internet que permite a um grupo de pessoas a troca de mensagens via email entre todos os membros do grupo.

() CERTO () ERRADO

23. (CEITEC 2012 - FUNRIO - ADMINISTRAÇÃO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/DIREITO/PREGOEIRO PÚBLICO) Na internet o protocolo _____ permite a transferência de mensagens eletrônicas dos servidores de _____ para caixa postais nos computadores dos usuários. As lacunas se completam adequadamente com as seguintes expressões:

- a) Ftp/ Ftp.
- b) Pop3 / Correio Eletrônico.
- c) Ping / Web.
- d) navegador / Proxy.
- e) Gif / de arquivos

24. (CASA DA MOEDA 2012 - CESGRANRIO - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - APOIO ADMINISTRATIVO) Em uma rede local, cujas estações de trabalho usam o sistema operacional Windows XP e endereços IP fixos em suas configurações de conexão, um novo host foi instalado e, embora esteja normalmente conectado à rede, não consegue acesso à internet distribuída nessa rede. Considerando que todas as outras estações da rede estão acessando a internet sem dificuldades, um dos motivos que pode estar ocasionando esse problema no novo host é

- a) a codificação incorreta do endereço de FTP para o domínio registrado na internet.

- b) a falta de registro da assinatura digital do host nas opções da internet.
- c) um erro no Gateway padrão, informado nas propriedades do Protocolo TCP/IP desse host.
- d) um erro no cadastramento da conta ou da senha do próprio host.
- e) um defeito na porta do switch onde a placa de rede desse host está conectada.

25. (CASA DA MOEDA 2012 - CESGRANRIO - ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - APOIO ADMINISTRATIVO) Para conectar sua estação de trabalho a uma rede local de computadores controlada por um servidor de domínios, o usuário dessa rede deve informar uma senha e um[a]

- a) endereço de FTP válido para esse domínio.
- b) endereço MAC de rede registrado na máquina cliente.
- c) porta válida para a intranet desse domínio.
- d) conta cadastrada e autorizada nesse domínio.
- e) certificação de navegação segura registrada na intranet.

26. (CÂMARA DOS DEPUTADOS 2012 - CESPE - ANALISTA LEGISLATIVO - TÉCNICA LEGISLATIVA) Com relação a redes de computadores, julgue os próximos itens. 5 Uma rede local (LAN — local area network) é caracterizada por abranger uma área geográfica, em teoria, ilimitada. O alcance físico dessa rede permite que os dados trafeguem com taxas acima de 100 Mbps.

() CERTO () ERRADO

27. (TRT 10ª 2013 - CESPE - ANALISTA JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO) Com relação à certificação digital, julgue os itens que se seguem. O certificado digital revogado deve constar da lista de certificados revogados, publicada na página de Internet da autoridade certificadora que o emitiu.

() CERTO () ERRADO

ANOTAÇÕES

1	E
2	B
3	C
4	E
5	C
6	C
7	E
8	A
9	Certo
10	A
11	D
12	Errado
13	Certo
14	A
15	A
16	C
17	Errado
18	D
19	B
20	B
21	C
22	Errado
23	B
24	C
25	D
26	Errado
27	Certo

[illegible]

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – GUARDA MUNICIPAL 3ª CLASSE (FEMININO E MASCULINO)

Legislação e Sinalização de Trânsito.....	01
Normas gerais de circulação e conduta.....	41
Primeiros Socorros.....	45
Proteção ao Meio Ambiente.....	51
Cidadania.....	55
Lei nº 9.503 de 23/09/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.....	59
Ética e sigilo profissional.....	59
Lei Federal nº 13.022/2014.....	60
CONSTITUIÇÃO FEDERAL: Arts. 1º a 5º, 37, 38 e 144.....	62
CÓDIGO PENAL: Arts. 1º a 6º, 13 a 19, 23 a 25, 121 a 129; art. 146 a 150; art. 155 a 159 e art. 312 a 327).....	95
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: Capítulo sobre Prisão em Flagrante (arts. 301 a 310).....	103
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE): Disposições Preliminares (art. 1º ao 6º); Da Prática de Ato Infracional (art. 103 ao 109); Do Conselho Tutelar (art. 131 ao 137) e Dos Crimes (art. 225 ao 244B).....	104
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 (ESTATUTO DO IDOSO): Disposições preliminares (art. 1º ao 7º) e Dos Crimes em Espécie (art. 95 a 108).....	115
LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO): Do Porte (art. 6º ao 11º); Dos Crimes e das Penas (art.12 ao 21).....	120
LEI Nº 11.340 DE 07 DE AGOSTO DE 2006 (LEI “MARIA DA PENHA”): Art. 1º ao 7º.....	123
LEI Nº 4.898, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1965 (LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE): Art. 3º ao 6º.....	124
Lei Federal nº 10826/2003 (atualizada) - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.....	127
Lei Complementar Municipal Nº 474 de 22 de junho de 2006 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ourinhos.....	133
Lei Complementar Municipal nº 1031 de 04 de abril de 2019 (Lei da Guarda Municipal de Ourinhos).....	157

LEGISLAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI 9.503/1997, SEUS ANEXOS E SEUS POSTERIORES REGULAMENTOS.

A palavra lei, em seu sentido mais amplo significa sempre ordenação através de regularidades. A lei 9.503/97 é que regulamenta o trânsito no Brasil através do CTB – **Código de Trânsito Brasileiro** e suas resoluções complementares. Os estados da nação brasileira complementam o CTB e suas resoluções por meio de portarias e decretos. Além disso, os órgãos de cada município normatizam os detalhes do trânsito.

Dentre as **principais leis de trânsito**, podemos destacar a de sinalização, afinal, é de extrema importância ter as vias corretamente sinalizadas para obter uma perfeita orientação do condutor e, como consequência, o melhor trânsito possível (segurança). A sinalização deverá ser legível e visível durante o dia e a noite. Os sinais de trânsito são classificados como verticais, horizontais, luminosos, sonoros, dispositivos auxiliares de sinalização e gestos do agente de trânsito.

Outra lei que merece destaque é a que diz respeito à educação no trânsito, pois só através de condutores bem educados e conscientes é que se pode ter uma postura de direção pautada pela prudência e respeito. As campanhas de educação no trânsito serão promovidas desde a pré-escola até o final do ensino superior, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades da educação e do Sistema Nacional de Trânsito. Os meios de comunicação como a televisão e o rádio são obrigados a difundir as campanhas de educação no trânsito de forma gratuita. São os órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito que determinam a frequência destas campanhas.

A habilitação do condutor também é uma lei extremamente importante e lhe será entregue após os exames realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal. Para tanto o candidato deverá ser legalmente imputável, ser alfabetizado, ter carteira de identidade (ou algo equivalente). As informações do candidato serão registradas no RENACH (Registro Nacional de Carteira de Habilitação). As categorias de habilitação podem ser: A (habilitação para dirigir veículos de duas ou três rodas); B (condutor de veículo não abrangido pela categoria A, cujo peso total não ultrapasse os 3500 kg e o número de ocupantes não seja maior que 8 – além do motorista); C (Motorista de veículo motorizado usado em transporte de carga e cujo peso bruto total não passe dos 3500 kg); D (condutor de veículo motorizado usado no transporte de passageiros, cuja lotação passe dos 8 lugares, além do motorista) e categoria E (condutor de combinação de veículos cuja unidade tratora se encaixe nas categorias B, C e D e cuja unidade acoplada (semi-reboque, reboque, articulada) tenha 6000 kg ou mais de peso bruto total e cuja lotação ultrapasse os 8 lugares.¹

¹ Fonte: www.infoescola.com

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

São normas legais que disciplinam e orientam todas as atividades que envolvem o trânsito nas vias abertas à circulação, uniformizando os conhecimentos e componentes.

LEIS DE TRÂNSITO NO BRASIL

- 1941 – 1º Código de Trânsito.
- 1966 – Código Nacional de Trânsito, Lei n.º 5.108 de 21/09/1966.
- Regulamento do Código Nacional de Trânsito, Decreto n.º 62.127 de 16/01/1968.
- Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503 de 23/09/1997.
- Convenção de Viena, em 08/11/1968.

CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL

A circulação de veículo no território nacional, independentemente de sua origem, em trânsito entre o Brasil os países com os quais exista acordo ou tratado internacional, reger-se-á pelas disposições deste código, pelas convenções e acordos internacionais ratificados.

Artigo 118 – CTB.

SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO			
O Sistema Executivo e Legislativo, pertencem ao Ministério das Cidades			
	Executivo	Legislativo	Judiciário
Federal	DENATRAN DPRF (JARI) DNIT (JARI)	CONTRAN	S.T.F. (Supremo Tribunal Federal)
Estadual	DETRAN (JARI) DER (JARI) PM	CETRAN CONRADIFE	T.J.P. (Varas de Delitos de Trânsito)
Municipal	O.E.T.M. (Órgão Executivo de Trânsito Municipal)	"Conselho Municipal de Trânsito" ou "Conselho Municipal de Segurança"	

A Lei 13.281/16 trouxe uma série de mudanças na legislação de trânsito e, quem não estiver atento às novas regras, pode acabar tendo sérios problemas com o orçamento ou suspensão de carteira.

Dentre as **principais mudanças** destacam-se o aumento no valor das multas, agravamento de várias infrações e extensão do tempo de suspensão do direito de dirigir.

Tudo o que você precisa saber sobre as mudanças na legislação de trânsito

1. Aumento no valor das multas

- Multas por **infrações leves** passaram de R\$ 53,20 para R\$ 88,38.
- Multas por **infrações médias** passaram de R\$ 85,13 para R\$ 130,16.
- Multas por **infrações graves** passaram de R\$ 195,23 para R\$ 127,69.
- Multas por **infrações gravíssimas** passaram de R\$ 191,54 para R\$ 293,47.

2. Falar no celular enquanto dirige agora é infração gravíssima

O ato de falar no celular enquanto dirige é tão grave que, segundo um estudo realizado pelo NHTSA (Departamento de Trânsito dos Estados Unidos), pode ser considerado mais perigoso do que dirigir embriagado.

3. Se recusar a fazer o teste do bafômetro vai custar caro

Com as mudanças na legislação de trânsito, quem se recusar a fazer o teste do bafômetro (ou qualquer outro procedimento que permita analisar o uso de álcool ou outras substâncias) terá de arcar com uma multa no valor de R\$ 2.934,70.

Em caso de reincidência no período de um ano, o valor da multa será aplicado em dobro.

4. Estacionar na vaga de deficientes e idosos será considerada infração gravíssima

Estacionar em vagas exclusivas de deficientes e idosos é considerada uma infração gravíssima, e não mais grave como é atualmente.

5. Suspensão do direito de dirigir

Com as mudanças na legislação de trânsito, o período mínimo da penalidade de suspensão do direito de dirigir (aplicado aos condutores que atingem 20 pontos na CNH dentro de um ano) passará de um para seis meses e, em casos de reincidência no período de um ano, a suspensão pode ser de oito meses a dois anos.

Caso o condutor infrinja umas das 19 infrações que levam à suspensão imediata do direito de dirigir, o período poderá ser de dois a oito meses ou oito a dezoito meses, para casos de reincidência em um ano.

6. Mudanças na penalidade de apreensão do veículo

Com a revogação do artigo 262 (e também do inciso IV do artigo 256), se a irregularidade não for resolvida no local onde ocorreu a infração, o veículo será diretamente removido para pátio, e não mais apreendido pelas autoridades.

7. Alteração dos limites de velocidade em vias sem sinalização

Em vias sem nenhuma sinalização, há novos limites de velocidade de acordo com o tipo do veículo e número de faixas da pista.

Em rodovias de pista dupla, o limite será de 110 km/h para veículos, camionetas e motocicletas e 90 km/h para os demais veículos.

Já em rodovias de pista simples, o limite será de 100 km/h para veículos, camionetas e motocicletas e 90 km/h para os demais veículos.

8. Opção de reciclagem para motoristas profissionais

Para condutores que exercem alguma atividade remunerada no volante (habilitados nas categorias C, D ou E) terão a opção de realizar um curso preventivo de reciclagem sempre que, no período de um ano, atingirem 14 pontos na carteira.



FIQUE ATENTO!

Ao concluir o curso preventivo os pontos são cancelados, porém os motoristas só podem usar este recurso uma vez a cada doze meses.

Outras mudanças na legislação de trânsito

No total 28 artigos foram modificados e seis novos inseridos no **CTB (Código Brasileiro de Trânsito)**, que englobam desde as principais mudanças citadas aqui até outras regulamentações referentes ao excesso de carga, fiscalização de agentes de trânsito e penalidades para crimes envolvendo "rachas".²

Abaixo, temos uma tabela com as normas que atualizaram o Código de Trânsito Brasileiro, desenvolvida pelo Prof. Marcos Girão, onde, na coluna da esquerda, as redações anteriores com alguns trechos marcados destacados apontando onde a nova redação atuou. Na coluna da direita, as novas redações destacadas. Alguns dispositivos não vêm com redação anterior, porque foram inovações inéditas no texto do CTB. Eles estão em quadros separados, ok?

² www.icetran.org.br

1) LEI Nº 12.865/2013

Redação Anterior	Nova Redação
Art. 10. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran), com sede no Distrito Federal e presidido pelo dirigente do órgão máximo executivo de trânsito da União, tem a seguinte composição: (...) III - um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; IV - um representante do Ministério da Educação e do Desporto; V - um representante do Ministério do Exército; VI - um representante do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal; VII - um representante do Ministério dos Transportes; (,...) XX - um representante do ministério ou órgão coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito; (...) XXII - um representante do Ministério da Saúde. XXIII - um representante do Ministério da Justiça. XXIII - 1 (um) representante do Ministério da Justiça.	Art. 10. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran), com sede no Distrito Federal e presidido pelo dirigente do órgão máximo executivo de trânsito da União, tem a seguinte composição: (...) III - um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; IV - um representante do Ministério da Educação e do Desporto; V - um representante do Ministério do Exército; VI - um representante do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal; VII - um representante do Ministério dos Transportes; (,...) XX - um representante do ministério ou órgão coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito; (...) XXII - um representante do Ministério da Saúde. XXIII - um representante do Ministério da Justiça. XXIII - 1 (um) representante do Ministério da Justiça. XXIV - 1 (um) representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; XXV - 1 (um) representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

2) LEI Nº 12.971/2014

Redação Anterior	Nova Redação
Art. 173. Disputar corrida por espírito de emulação: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (três vezes), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo; Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo.	Art. 173. Disputar corrida: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (dez vezes), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo; Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo. Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no caput em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses da infração anterior.
Art. 174. Promover, na via, competição esportiva, eventos organizados, exibição e demonstração de perícia em manobra de veículo, ou deles participar, como condutor, sem permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (cinco vezes), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo; Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo. Parágrafo único. As penalidades são aplicáveis aos promotores e aos condutores participantes.	Art. 174. Promover, na via, competição, eventos organizados, exibição e demonstração de perícia em manobra de veículo, ou deles participar, como condutor, sem permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (dez vezes), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo; Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo. § 1º As penalidades são aplicáveis aos promotores e aos condutores participantes. § 2º Aplica-se em dobro a multa prevista no caput em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses da infração anterior.

Art. 175. Utilizar-se de veículo para, em via pública, demonstrar ou exibir manobra perigosa, arrancada brusca, derrapagem ou frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus; Infração - gravíssima; Penalidade - multa, suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo; Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo.	Art. 175. Utilizar-se de veículo para demonstrar ou exibir manobra perigosa, mediante arrancada brusca, derrapagem ou frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus; Infração - gravíssima; Penalidade - multa (dez vezes), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo; Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e remoção do veículo. Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no caput em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses da infração anterior.
Art. 191. Forçar passagem entre veículos que, transitando em sentidos opostos, estejam na iminência de passar um pelo outro ao realizar operação de ultrapassagem; Infração - gravíssima; Penalidade - multa.	Art. 191. Forçar passagem entre veículos que, transitando em sentidos opostos, estejam na iminência de passar um pelo outro ao realizar operação de ultrapassagem; Infração - gravíssima; Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir. Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no caput em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses da infração anterior.
Art. 202. Ultrapassar outro veículo: I - pelo acostamento; II - em interseções e passagens de nível; Infração - grave; Penalidade - multa.	Art. 202. Ultrapassar outro veículo: I - pelo acostamento; II - em interseções e passagens de nível; Infração - gravíssima; Penalidade - multa (cinco vezes).
Art. 203. Ultrapassar pela contramão outro veículo: I - nas curvas, aclives e declives, sem visibilidade suficiente; II - nas faixas de pedestre; III - nas pontes, viadutos ou túneis; IV - parado em fila junto a sinais luminosos, porteiras, cancelas, cruzamentos ou qualquer outro impedimento à livre circulação; V - onde houver marcação viária longitudinal de divisão de fluxos opostos do tipo linha dupla contínua ou simples contínua amarela; Infração - gravíssima; Penalidade - multa.	Art. 203. Ultrapassar pela contramão outro veículo: I - nas curvas, aclives e declives, sem visibilidade suficiente; II - nas faixas de pedestre; III - nas pontes, viadutos ou túneis; IV - parado em fila junto a sinais luminosos, porteiras, cancelas, cruzamentos ou qualquer outro impedimento à livre circulação; V - onde houver marcação viária longitudinal de divisão de fluxos opostos do tipo linha dupla contínua ou simples contínua amarela; Infração - gravíssima; Penalidade - multa (cinco vezes). Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no caput em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses da infração anterior.
Art. 292. A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta como penalidade principal, isolada ou cumulativamente com outras penalidades.	Art. 292. A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta isolada ou cumulativamente com outras penalidades.

Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. Parágrafo único. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente: I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação; II - praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada; III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente; IV - no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.	Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. § 1º No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente: I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação; II - praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada; III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente; IV - no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros. § 2º Se o agente conduz veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou participa, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente: Penas - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.” (NR)

6) LEI Nº 13.103/2015

Art. 67-A. É vedado ao motorista profissional, no exercício de sua profissão e na condução de veículo mencionado no inciso II do art. 105 deste Código, dirigir por mais de 4 (quatro) horas ininterruptas. § 1º Será observado intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas ininterruptas na condução de veículo referido no caput, sendo facultado o fracionamento do tempo de direção e do intervalo de descanso, desde que não completadas 4 (quatro) horas contínuas no exercício da condução. § 2º Em situações excepcionais de inobservância justificada do tempo de direção estabelecido no caput e desde que não comprometa a segurança rodoviária, o tempo de direção poderá ser prorrogado por até 1 (uma) hora, de modo a permitir que o condutor, o veículo e sua carga cheguem a lugar que ofereça a segurança e o atendimento demandados. § 3º O condutor é obrigado a, dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, observar um intervalo de, no mínimo, 11 (onze) horas de descanso, podendo ser fracionado em 9 (nove) horas mais 2 (duas), no mesmo dia. § 4º Entende-se como tempo de direção ou de condução de veículo apenas o período em que o condutor estiver efetivamente ao volante de um veículo em curso entre a origem e o seu destino, respeitado o disposto no § 1º, sendo-lhe facultado descansar no interior do próprio veículo, desde que este seja dotado de locais apropriados para a natureza e a duração do descanso exigido. § 5º O condutor somente iniciará viagem com duração maior que 1 (um) dia, isto é, 24 (vinte e quatro) horas após o cumprimento integral do intervalo de descanso previsto no § 3º. § 6º Entende-se como início de viagem, para os fins do disposto no § 5º, a partida do condutor logo após o carregamento do veículo, considerando-se como continuação da viagem as partidas nos dias subsequentes até o destino. § 7º Nenhum transportador de cargas ou de passageiros, embarcador, consignatário de cargas, operador de terminais de carga, operador de transporte multimodal de cargas ou agente de cargas permitirá ou ordenará a qualquer motorista a seu serviço, ainda que subcontratado, que conduza veículo referido no caput sem a observância do disposto no § 5º. § 8º (VETADO).	Art. 67-A. O disposto neste Capítulo aplica-se aos motoristas profissionais: I - de transporte rodoviário coletivo de passageiros; I - de transporte rodoviário de cargas. § 1º (Revogado). § 2º (Revogado). § 3º (Revogado). § 4º (Revogado). § 5º (Revogado). § 6º (Revogado) § 7º (Revogado). § 8º (VETADO).

Art. 67-C. O motorista profissional na condição de condutor é responsável por controlar o tempo de condução estipulado no art. 67-A, com vistas na sua estrita observância.

Parágrafo único. O condutor do veículo responderá pela não observância dos períodos de descanso estabelecidos no art. 67-A, ficando sujeito às penalidades daí decorrentes, previstas neste Código.

Art. 67-C. É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 5 (cinco) horas e meia ininterruptas veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou de transporte rodoviário de cargas.

§ 1o Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso dentro de cada 6 (seis) horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção desde que não ultrapassadas 5 (cinco) horas e meia contínuas no exercício da condução.

§ 1o-A. Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas na condução de veículo rodoviário de passageiros, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção. § 2o Em situações excepcionais de inobservância justificada do tempo de direção, devidamente registradas, o tempo de direção poderá ser elevado pelo período necessário para que o condutor, o veículo e a carga cheguem a um lugar que ofereça a segurança e o atendimento demandados, desde que não haja comprometimento da segurança rodoviária

§ 3o O condutor é obrigado, dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, a observar o mínimo de 11 (onze) horas de descanso, que podem ser fracionadas, usufruídas no veículo e coincidir com os intervalos mencionados no § 1o, observadas no primeiro período 8 (oito) horas ininterruptas de descanso.

§ 4o Entende-se como tempo de direção ou de condução apenas o período em que o condutor estiver efetivamente ao volante, em curso entre a origem e o destino.

§ 5o Entende-se como início de viagem a partida do veículo na ida ou no retorno, com ou sem carga, considerando-se como sua continuação as partidas nos dias subsequentes até o destino.

§ 6o O condutor somente iniciará uma viagem após o cumprimento integral do intervalo de descanso previsto no § 3o deste artigo.

Art. 132. Os veículos novos não estão sujeitos ao licenciamento e terão sua circulação regulada pelo CONTRAN durante o trajeto entre a fábrica e o Município de destino.
Parágrafo único: o disposto neste artigo aplica-se, igualmente, aos veículos importados, durante o trajeto entre a alfândega ou entreposto alfandegário e o Município de destino.

Art. 132. Os veículos novos não estão sujeitos ao licenciamento e terão sua circulação regulada pelo CONTRAN durante o trajeto entre a fábrica e o Município de destino.
§1º. O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, aos veículos importados, durante o trajeto entre a alfândega ou entreposto alfandegário e o Município de destino.

INCLUSÃO de artigo no CTB:

Art. 67-E. O motorista profissional é responsável por controlar e registrar o tempo de condução estipulado no art. 67-C, com vistas à sua estrita observância.

§ 1º A não observância dos períodos de descanso estabelecidos no art. 67-C sujeitará o motorista profissional às penalidades daí decorrentes, previstas neste Código.

§ 2º O tempo de direção será controlado mediante registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo e, ou por meio de anotação em diário de bordo, ou papeleta ou ficha de trabalho externo, ou por meios eletrônicos instalados no veículo, conforme norma do Contran.

§ 3º O equipamento eletrônico ou registrador deverá funcionar de forma independente de qualquer interferência do condutor, quanto aos dados registrados.

§ 4º A guarda, a preservação e a exatidão das informações contidas no equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e de tempo são de responsabilidade do condutor.

7) LEI Nº 13.146/2015

Art. 2º São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.
Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública e as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas.

Art. 2º São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.
Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas **e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.**

Art. 181. Estacionar o veículo:
(...)
XVII - em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização (placa - Estacionamento Regulamentado):
Infração - leve;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo;

Art. 181. Estacionar o veículo:
(...)
XVII - em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização (placa - Estacionamento Regulamentado):
Infração - **grave**;
Penalidade - multa;
Medida administrativa - remoção do veículo;

INCLUSÃO de artigos no CTB:

Art. 86-A. As vagas de estacionamento regulamentado de que trata o inciso XVII do art. 181 desta Lei deverão ser sinalizadas com as respectivas placas indicativas de destinação e com placas informando os dados sobre a infração por estacionamento indevido.

Art. 147-A. Ao candidato com deficiência auditiva é assegurada acessibilidade de comunicação, mediante emprego de tecnologias assistivas ou de ajudas técnicas em todas as etapas do processo de habilitação
§ 1º O material didático audiovisual utilizado em aulas teóricas dos cursos que precedem os exames previstos no art. 147 desta Lei deve ser acessível, por meio de subtítuloção com legenda oculta associada à tradução simultânea em Libras.
§ 2º É assegurado também ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição, os serviços de intérprete da Libras, para acompanhamento em aulas práticas e teóricas.

8) LEI Nº 13.154/2015

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição: (...) XVII - registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;	Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição: (...) XVII - registrar e licenciar, na forma da legislação, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;
Art. 115. O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN. (...) § 4º Os aparelhos automotores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação são sujeitos, desde que lhes seja facultado transitar nas vias, ao registro e licenciamento da repartição competente, devendo receber numeração especial.	Art. 115. O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN. (...) § 4o Os aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos de construção ou de pavimentação são sujeitos ao registro na repartição competente, se transitarem em via pública, dispensados o licenciamento e o emplacamento. § 4o-A. Os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas, desde que facultados a transitar em via pública, são sujeitos ao registro único, sem ônus, em cadastro específico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acessível aos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. § 8o Os veículos artesanais utilizados para trabalho agrícola (jericos), para efeito do registro de que trata o § 4o-A, ficam dispensados da exigência prevista no art. 106.
Art. 129. O registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana, dos ciclomotores e dos veículos de tração animal obedecerão à regulamentação estabelecida em legislação municipal do domicílio ou residência de seus proprietários.	Art. 129. O registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana e dos veículos de tração animal obedecerão à regulamentação estabelecida em legislação municipal do domicílio ou residência de seus proprietários. Art. 129-A. O registro dos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas será efetuado, sem ônus, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente ou mediante convênio.
Art. 132. Os veículos novos não estão sujeitos ao licenciamento e terão sua circulação regulada pelo CONTRAN durante o trajeto entre a fábrica e o Município de destino. (...) § 2o Antes do registro e licenciamento, o veículo de carga novo, nacional ou importado, portando a nota fiscal de compra e venda ou documento alfandegário, deverá transitar embarcado do pátio da fábrica ou do posto alfandegário ao Município de destino.	Art. 132. Os veículos novos não estão sujeitos ao licenciamento e terão sua circulação regulada pelo CONTRAN durante o trajeto entre a fábrica e o Município de destino. (...) § 2o (Revogado pela Lei nº 13.154, de 2015)
Art. 134. No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação.	Art. 134. No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação. Parágrafo único. O comprovante de transferência de propriedade de que trata o caput poderá ser substituído por documento eletrônico, na forma regulamentada pelo Contran.

9) LEI Nº 13.160/2015

INCLUSÃO de dispositivos no CTB:

Art. 184. Transitar com o veículo:

(...)

III - na faixa ou via de trânsito exclusivo, regulamentada com circulação destinada aos veículos de transporte público coletivo de passageiros, salvo casos de força maior e com autorização do poder público competente:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa e apreensão do veículo;

Medida Administrativa - remoção do veículo.

Art. 252. Dirigir o veículo:

(...)

VII - realizando a cobrança de tarifa com o veículo em movimento:

Infração - média;

Penalidade - multa.

Art. 330. Os estabelecimentos onde se executem reformas ou recuperação de veículos e os que comprem, vendam ou desmontem veículos, usados ou não, são obrigados a possuir livros de registro de seu movimento de entrada e saída e de uso de placas de experiência, conforme modelos aprovados e rubricados pelos órgãos de trânsito.

(...)

§ 6º Os livros previstos neste artigo poderão ser substituídos por sistema eletrônico, na forma regulamentada pelo Contran.

Art. 270. O veículo poderá ser retido nos casos expressos neste Código.

(...)

§ 2º Não sendo possível sanar a falha no local da infração, o veículo poderá ser retirado por condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, contra recibo, assinalando-se ao condutor prazo para sua regularização, para o que se considerará, desde logo, notificado.

Art. 270. O veículo poderá ser retido nos casos expressos neste Código.

(...)

§ 2º Não sendo possível sanar a falha no local da infração, o veículo, **desde que ofereça condições de segurança para circulação, poderá ser liberado e entregue** a condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, **contra apresentação de recibo, assinalando-se prazo razoável ao condutor** para regularizar a situação, para o que se considerará, desde logo, notificado.

(...)

§ 6º Não efetuada a regularização no prazo a que se refere o § 2º, será feito registro de restrição administrativa no Renavam por órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, que será retirada após comprovada a regularização.

§ 7º O descumprimento das obrigações estabelecidas no § 2º resultará em recolhimento do veículo ao depósito, aplicando-se, nesse caso, o disposto no art. 271.

Art. 271. O veículo será removido, nos casos previstos neste Código, para o depósito fixado pelo órgão ou entidade competente, com circunscrição sobre a via.

Parágrafo único. A restituição dos veículos removidos só ocorrerá mediante o pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na legislação específica.

Art. 271. O veículo será removido, nos casos previstos neste Código, para o depósito fixado pelo órgão ou entidade competente, com circunscrição sobre a via.

§ 1º A restituição do veículo removido só ocorrerá mediante prévio pagamento de multas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na legislação específica.

§ 2º A liberação do veículo removido é condicionada ao reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento.

§ 3º Se o reparo referido no § 2º demandar providência que não possa ser tomada no depósito, a autoridade responsável pela remoção liberará o veículo para reparo, mediante autorização, assinalando prazo para reapresentação e vistoria. (DESCONSIDERAR ESSA REDAÇÃO, POIS JÁ FOI MODIFICADA PELA LEI Nº 13.281/16)

§ 4º A remoção, o depósito e a guarda do veículo serão realizados diretamente por órgão público ou serão contratados por licitação pública. (DESCONSIDERAR ESSA REDAÇÃO, POIS JÁ FOI MODIFICADA PELA LEI Nº 13.281/16)

§ 5º O proprietário ou o condutor deverá ser notificado, no ato de remoção do veículo, sobre as providências necessárias à sua restituição e sobre o disposto no art. 328, conforme regulamentação do CONTRAN.

§ 6º Caso o proprietário ou o condutor não esteja presente no momento de remoção do veículo, a autoridade de trânsito, no prazo de dez dias contado da data de apreensão, deverá expedir a notificação prevista no § 5º ao proprietário, por remessa postal ou por outro meio tecnológico hábil que assegure a sua ciência. **(DESCONSIDERAR ESSA REDAÇÃO, POIS JÁ FOI MODIFICADA PELA LEI Nº 13.281/16)**

§ 7º A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo ou por recusa desse de recebê-la será considerada recebida para todos os efeitos.

§ 8º Em caso de veículo licenciado no exterior, a notificação será feita por edital.

§ 9º Não caberá remoção nos casos em que a irregularidade puder ser sanada no local da infração.

Art. 328. Os veículos apreendidos ou removidos a qualquer título e os animais não reclamados por seus proprietários, dentro do prazo de noventa dias, serão levados à hasta pública, deduzindo-se, do valor arrecadado, o montante da dívida relativa a multas, tributos e encargos legais, e o restante, se houver, depositado à conta do ex-proprietário, na forma da lei.

Art. 328. O veículo apreendido ou removido a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de sessenta dias, contado da data de recolhimento, será avaliado e levado a leilão, a ser realizado preferencialmente por meio eletrônico.

§ 1º Publicado o edital do leilão, a preparação poderá ser iniciada após trinta dias, contados da data de recolhimento do veículo, o qual será classificado em duas categorias:

I – conservado, quando apresenta condições de segurança para trafegar; e

II – sucata, quando não está apto a trafegar.

§ 2º Se não houver oferta igual ou superior ao valor da avaliação, o lote será incluído no leilão seguinte, quando será arrematado pelo maior lance, desde que por valor não inferior a cinquenta por cento do avaliado.

§ 3º Mesmo classificado como conservado, o veículo que for levado a leilão por duas vezes e não for arrematado será leiloado como sucata.

§ 4º É vedado o retorno do veículo leiloado como sucata à circulação.

§ 5º A cobrança das despesas com estada no depósito será limitada ao prazo de seis meses.

§ 6º Os valores arrecadados em leilão deverão ser utilizados para custeio da realização do leilão, dividindo-se os custos entre os veículos arrematados, proporcionalmente ao valor da arrematação, e destinando-se os valores remanescentes, na seguinte ordem, para:

I – as despesas com remoção e estada;

II – os tributos vinculados ao veículo, na forma do § 10;

III – os credores trabalhistas, tributários e titulares de crédito com garantia real, segundo a ordem de preferência estabelecida no art. 186 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

IV – as multas devidas ao órgão ou à entidade responsável pelo leilão;

V – as demais multas devidas aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, segundo a ordem cronológica; e

VI – os demais créditos, segundo a ordem de preferência legal.

§ 7º Sendo insuficiente o valor arrecadado para quitar os débitos incidentes sobre o veículo, a situação será comunicada aos credores. (Incluído pela Lei nº 13.160, de 2015)

§ 8º Os órgãos públicos responsáveis serão comunicados do leilão previamente para que formalizem a desvinculação dos ônus incidentes sobre o veículo no prazo máximo de dez dias.

§ 9º Os débitos incidentes sobre o veículo antes da alienação administrativa ficam dele automaticamente desvinculados, sem prejuízo da cobrança contra o proprietário anterior.

§ 10. Aplica-se o disposto no § 9º inclusive ao débito relativo a tributo cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil, a posse, a circulação ou o licenciamento de veículo.

§ 11. Na hipótese de o antigo proprietário reaver o veículo, por qualquer meio, os débitos serão novamente vinculados ao bem, aplicando-se, nesse caso, o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 271.

11) LEI nº 13.258/2016

* APENAS O DISPOSTO NOS ART. 253-A E 320-A PASSARAM A VIGORAR A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESSA NORMA (06/05/16)

* OS DEMAIS DISPOSITIVOS VIGORARAM A PARTIR DE 05/11/16 (180 DIAS DA DATA DA PUBLICAÇÃO)

Art. 12. Compete ao Contran: (...) VIII - estabelecer e normatizar os procedimentos para a imposição, a arrecadação e a compensação das multas por infrações cometidas em unidade da Federação diferente da do licenciamento do veículo;	Art. 12. Compete ao Contran (...) VIII - estabelecer e normatizar os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados; (...) XV - normatizar o processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, estabelecendo seu conteúdo didático-pedagógico, carga horária, avaliações, exames, execução e fiscalização.
Art. 19. Compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União: (...) XIII - coordenar a administração da arrecadação de multas por infrações ocorridas em localidade diferente daquela da habilitação do condutor infrator e em unidade da Federação diferente daquela do licenciamento do veículo; (...)	Art. 19. Compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União: (...) XIII - coordenar a administração do registro das infrações de trânsito, da pontuação e das penalidades aplicadas no prontuário do infrator, da arrecadação de multas e do repasse de que trata o § 1º do art. 320; (...) XXX - organizar e manter o Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf).
Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição: (...) VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;	Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição: (...) VI - executar a fiscalização de trânsito em vias terrestres, edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis e as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do poder de polícia de trânsito, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar, exercendo iguais atribuições no âmbito de edificações privadas de uso coletivo, somente para infrações de uso de vagas reservadas em estacionamentos;
Art. 61. A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito: II - nas vias rurais: a) nas rodovias: 1) 110 (cento e dez) quilômetros por hora para automóveis, camionetas e motocicletas; 2) noventa quilômetros por hora, para ônibus e microônibus; 3) oitenta quilômetros por hora, para os demais veículos; b) nas estradas, sessenta quilômetros por hora.	Art. 61. A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito: II - nas vias rurais: a) nas rodovias de pista dupla: 1. 110 km/h (cento e dez quilômetros por hora) para automóveis, camionetas e motocicletas; 2. 90 km/h (noventa quilômetros por hora) para os demais veículos; 3. (revogado); b) nas rodovias de pista simples: 1. 100 km/h (cem quilômetros por hora) para automóveis, camionetas e motocicletas; 2. 90 km/h (noventa quilômetros por hora) para os demais veículos; c) nas estradas: 60 km/h (sessenta quilômetros por hora).

Art. 77-E. A veiculação de publicidade feita em desacordo com as condições fixadas nos arts. 77-A a 77-D constitui infração punível com as seguintes sanções: (...) III – multa de 1.000 (um mil) a 5.000 (cinco mil) vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou unidade que a substituir, cobrada do dobro até o quántuplo, em caso de reincidência.	Art. 77-E. A veiculação de publicidade feita em desacordo com as condições fixadas nos arts. 77-A a 77-D constitui infração punível com as seguintes sanções: (...) III - multa de R\$ 1.627,00 (mil, seiscentos e vinte e sete reais) a R\$ 8.135,00 (oito mil, cento e trinta e cinco reais), cobrada do dobro até o quántuplo em caso de reincidência.
Art. 95. Nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via. (...) § 3º A inobservância do disposto neste artigo será punida com multa que varia entre cinquenta e trezentas UFIR, independentemente das cominações cíveis e penais cabíveis.	Art. 95. Nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via. (...) § 3º O descumprimento do disposto neste artigo será punido com multa de R\$ 81,35 (oitenta e um reais e trinta e cinco centavos) a R\$ 488,10 (quatrocentos e oitenta e oito reais e dez centavos), independentemente das cominações cíveis e penais cabíveis, além de multa diária no mesmo valor até a regularização da situação, a partir do prazo final concedido pela autoridade de trânsito, levando-se em consideração a dimensão da obra ou do evento e o prejuízo causado ao trânsito.
Art. 100. Nenhum veículo ou combinação de veículos poderá transitar com lotação de passageiros, com peso bruto total, ou com peso bruto total combinado com peso por eixo, superior ao fixado pelo fabricante, nem ultrapassar a capacidade máxima de tração da unidade tratora. Parágrafo único. O CONTRAN regulamentará o uso de pneus extralargos, definindo seus limites de peso.	Art. 100. Nenhum veículo ou combinação de veículos poderá transitar com lotação de passageiros, com peso bruto total, ou com peso bruto total combinado com peso por eixo, superior ao fixado pelo fabricante, nem ultrapassar a capacidade máxima de tração da unidade tratora. § 1º Os veículos de transporte coletivo de passageiros poderão ser dotados de pneus extralargos. § 2º O Contran regulamentará o uso de pneus extralargos para os demais veículos. § 3º É permitida a fabricação de veículos de transporte de passageiros de até 15 m (quinze metros) de comprimento na configuração de chassi 8x2.
Art. 119. As repartições aduaneiras e os órgãos de controle de fronteira comunicarão diretamente ao RENAVAL a entrada e saída temporária ou definitiva de veículos. Parágrafo único. Os veículos licenciados no exterior não poderão sair do território nacional sem prévia quitação de débitos de multa por infrações de trânsito e o ressarcimento de danos que tiverem causado a bens do patrimônio público, respeitado o princípio da reciprocidade.	Art. 119. As repartições aduaneiras e os órgãos de controle de fronteira comunicarão diretamente ao RENAVAL a entrada e saída temporária ou definitiva de veículos. § 1º Os veículos licenciados no exterior não poderão sair do território nacional sem o prévio pagamento ou o depósito, judicial ou administrativo, dos valores correspondentes às infrações de trânsito cometidas e ao ressarcimento de danos que tiverem causado ao patrimônio público ou de particulares, independentemente da fase do processo administrativo ou judicial envolvendo a questão. § 2º Os veículos que saírem do território nacional sem o cumprimento do disposto no § 1º e que posteriormente forem flagrados tentando ingressar ou já em circulação no território nacional serão retidos até a regularização da situação.

Art. 152. O exame de direção veicular será realizado perante uma comissão integrada por três membros designados pelo dirigente do órgão executivo local de trânsito, para o período de um ano, permitida a recondução por mais um período de igual duração. (...) § 2º Os militares das Forças Armadas e Auxiliares que possuírem curso de formação de condutor, ministrado em suas corporações, serão dispensados, para a concessão da Carteira Nacional de Habilitação, dos exames a que se houverem submetido com aprovação naquele curso, desde que neles sejam observadas as normas estabelecidas pelo CONTRAN. § 3º O militar interessado instruirá seu requerimento com ofício do Comandante, Chefe ou Diretor da organização militar em que servir, do qual constarão: o número do registro de identificação, naturalidade, nome, filiação, idade e categoria em que se habilitou a conduzir, acompanhado de cópias das atas dos exames prestados.	Art. 152. O exame de direção veicular será realizado perante comissão integrada por 3 (três) membros designados pelo dirigente do órgão executivo local de trânsito. (...) § 2º Os militares das Forças Armadas e os policiais e bombeiros dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal que possuírem curso de formação de condutor ministrado em suas corporações serão dispensados, para a concessão do documento de habilitação, dos exames aos quais se houverem submetido com aprovação naquele curso, desde que neles sejam observadas as normas estabelecidas pelo Contran. § 3º O militar, o policial ou o bombeiro militar interessado na dispensa de que trata o § 2º instruirá seu requerimento com ofício do comandante, chefe ou diretor da unidade administrativa onde prestar serviço, do qual constarão o número do registro de identificação, naturalidade, nome, filiação, idade e categoria em que se habilitou a conduzir, acompanhado de cópia das atas dos exames prestados.
Art. 162. Dirigir veículo: I - sem possuir Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (três vezes) e apreensão do veículo; II - com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir cassada ou com suspensão do direito de dirigir: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (cinco vezes) e apreensão do veículo; III - com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir de categoria diferente da do veículo que esteja conduzindo: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (três vezes) e apreensão do veículo; Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação;	Art. 162. Dirigir veículo: I - sem possuir Carteira Nacional de Habilitação, Permissão para Dirigir ou Autorização para Conduzir Ciclomotor: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (três vezes); Medida administrativa - retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado; II - com Carteira Nacional de Habilitação, Permissão para Dirigir ou Autorização para Conduzir Ciclomotor cassada ou com suspensão do direito de dirigir: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (três vezes); Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado; II - com Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir de categoria diferente da do veículo que esteja conduzindo: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (duas vezes); Medida administrativa - retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado.

Art. 231. Transitar com o veículo: V - com excesso de peso, admitido percentual de tolerância quando aferido por equipamento, na forma a ser estabelecida pelo CONTRAN: Infração - média; Penalidade - multa acrescida a cada duzentos quilogramas ou fração de excesso de peso apurado, constante na seguinte tabela: a) até seiscentos quilogramas - 5 (cinco) UFIR; b) de seiscentos e um a oitocentos quilogramas - 10 (dez) UFIR; c) de oitocentos e um a um mil quilogramas - 20 (vinte) UFIR; d) de um mil e um a três mil quilogramas - 30 (trinta) UFIR; e) de três mil e um a cinco mil quilogramas - 40 (quarenta) UFIR; f) acima de cinco mil e um quilogramas - 50 (cinquenta) UFIR;	Art. 231. Transitar com o veículo: V - com excesso de peso, admitido percentual de tolerância quando aferido por equipamento, na forma a ser estabelecida pelo CONTRAN: Infração - média; Penalidade - multa acrescida a cada duzentos quilogramas ou fração de excesso de peso apurado, constante na seguinte tabela: a) até 600 kg (seiscentos quilogramas) - R\$ 5,32 (cinco reais e trinta e dois centavos); b) de 601 (seiscentos e um) a 800 kg (oitocentos quilogramas) - R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos); c) de 801 (oitocentos e um) a 1.000 kg (mil quilogramas) - R\$ 21,28 (vinte e um reais e vinte e oito centavos); d) de 1.001 (mil e um) a 3.000 kg (três mil quilogramas) - R\$ 31,92 (trinta e um reais e noventa e dois centavos); e) de 3.001 (três mil e um) a 5.000 kg (cinco mil quilogramas) - R\$ 42,56 (quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos); f) acima de 5.001 kg (cinco mil e um quilogramas) - R\$ 53,20 (cinquenta e três reais e vinte centavos);
Art. 258. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em quatro categorias: I - infração de natureza gravíssima, punida com multa de valor correspondente a 180 (cento e oitenta) UFIR; II - infração de natureza grave, punida com multa de valor correspondente a 120 (cento e vinte) UFIR; III - infração de natureza média, punida com multa de valor correspondente a 80 (oitenta) UFIR; IV - infração de natureza leve, punida com multa de valor correspondente a 50 (cinquenta) UFIR.	Art. 258. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em quatro categorias: I - infração de natureza gravíssima, punida com multa no valor de R\$ 293,47 (duzentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos); II - infração de natureza grave, punida com multa no valor de R\$ 195,23 (cento e noventa e cinco reais e vinte e três centavos); III - infração de natureza média, punida com multa no valor de R\$ 130,16 (cento e trinta reais e dezesseis centavos); IV - infração de natureza leve, punida com multa no valor de R\$ 88,38 (oitenta e oito reais e trinta e oito centavos).

Art. 261. A penalidade de suspensão do direito de dirigir será aplicada, nos casos previstos neste Código, pelo prazo mínimo de um mês até o máximo de um ano e, no caso de reincidência no período de doze meses, pelo prazo mínimo de seis meses até o máximo de dois anos, segundo critérios estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 1º Além dos casos previstos em outros artigos deste Código e excetuados aqueles especificados no art. 263, a suspensão do direito de dirigir será aplicada quando o infrator atingir, no período de 12 (doze) meses, a contagem de 20 (vinte) pontos, conforme pontuação indicada no art. 259.

§ 2º Quando ocorrer a suspensão do direito de dirigir, a Carteira Nacional de Habilitação será devolvida a seu titular imediatamente após cumprida a penalidade e o curso de reciclagem.

§ 3º A imposição da penalidade de suspensão do direito de dirigir elimina os 20 (vinte) pontos computados para fins de contagem subsequente.

§ 5º O condutor que exerce atividade remunerada em veículo, habilitado na categoria C, D ou E, será convocado pelo órgão executivo de trânsito estadual a participar de curso preventivo de reciclagem sempre que, no período de um ano, atingir quatorze pontos, conforme regulamentação do Contran.

§ 6º Concluído o curso de reciclagem previsto no § 5º, o condutor terá eliminados os pontos que lhe tiverem sido atribuídos, para fins de contagem subsequente.

Art. 261. A penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta nos seguintes casos:

I - sempre que o infrator atingir a contagem de 20 (vinte) pontos, no período de 12 (doze) meses, conforme a pontuação prevista no art. 259;

II - por transgressão às normas estabelecidas neste Código, cujas infrações preveem, de forma específica, a penalidade de suspensão do direito de dirigir.

§ 1º Os prazos para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir são os seguintes:

I - no caso do inciso I do caput: de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e, no caso de reincidência no período de 12 (doze) meses, de 8 (oito) meses a 2 (dois) anos;

II - no caso do inciso II do caput: de 2 (dois) a 8 (oito) meses, exceto para as infrações com prazo descrito no dispositivo infracional, e, no caso de reincidência no período de 12 (doze) meses, de 8 (oito) a 18 (dezoito) meses, respeitado o disposto no inciso II do art. 263.

§ 5º O condutor que exerce atividade remunerada em veículo, habilitado na categoria C, D ou E, poderá optar por participar de curso preventivo de reciclagem sempre que, no período de 1 (um) ano, atingir 14 (quatorze) pontos, conforme regulamentação do Contran.

§ 7º O motorista que optar pelo curso previsto no § 5º não poderá fazer nova opção no período de 12 (doze) meses.

§ 9º Incorrerá na infração prevista no inciso II do art. 162 o condutor que, notificado da penalidade de que trata este artigo, dirigir veículo automotor em via pública.

§ 10. O processo de suspensão do direito de dirigir referente ao inciso II do caput deste artigo deverá ser instaurado concomitantemente com o processo de aplicação da penalidade de multa.

§ 11. O Contran regulamentará as disposições deste artigo.

Art. 270. O veículo poderá ser retido nos casos expressos neste Código. (...) § 4º Não se apresentando condutor habilitado no local da infração, o veículo será recolhido ao depósito, aplicando-se neste caso o disposto nos parágrafos do art. 262.	Art. 270. O veículo poderá ser retido nos casos expressos neste Código. (...) § 4º Não se apresentando condutor habilitado no local da infração, o veículo será removido a depósito, aplicando-se neste caso o disposto no art. 271.
Art. 277. O condutor de veículo automotor envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que, por meios técnicos ou científicos, na forma disciplinada pelo Contran, permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência. (...) § 3º Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas estabelecidas no art. 165 deste Código ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no caput deste artigo.	Art. 277. O condutor de veículo automotor envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que, por meios técnicos ou científicos, na forma disciplinada pelo Contran, permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência. (...) § 3º Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas estabelecidas no art. 165-A deste Código ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no caput deste artigo.
Art. 284. O pagamento da multa poderá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação, por oitenta por cento do seu valor. Parágrafo único. Não ocorrendo o pagamento da multa no prazo estabelecido, seu valor será atualizado à data do pagamento, pelo mesmo número de UFIR fixado no art. 258.	Art. 284. O pagamento da multa poderá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação, por oitenta por cento do seu valor. § 1º Caso o infrator opte pelo sistema de notificação eletrônica, se disponível, conforme regulamentação do Contran, e opte por não apresentar defesa prévia nem recurso, reconhecendo o cometimento da infração, poderá efetuar o pagamento da multa por 60% (sessenta por cento) do seu valor, em qualquer fase do processo, até o vencimento da multa. § 2º O recolhimento do valor da multa não implica renúncia ao questionamento administrativo, que pode ser realizado a qualquer momento, respeitado o disposto no § 1º. § 3º Não incidirá cobrança moratória e não poderá ser aplicada qualquer restrição, inclusive para fins de licenciamento e transferência, enquanto não for encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades. § 4º Encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades, a multa não paga até o vencimento será acrescida de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.
Art. 290. A apreciação do recurso previsto no art. 288 encerra a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades. Parágrafo único. Esgotados os recursos, as penalidades aplicadas nos termos deste Código serão cadastradas no RENACH.	Art. 290. Implicam encerramento da instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades: I - o julgamento do recurso de que tratam os arts. 288 e 289; II - a não interposição do recurso no prazo legal; e III - o pagamento da multa, com reconhecimento da infração e requerimento de encerramento do processo na fase em que se encontra, sem apresentação de defesa ou recurso.

Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. Parágrafo único. O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito.	Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. §1º. O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito. § 2º O órgão responsável deverá publicar, anualmente, na rede mundial de computadores (internet), dados sobre a receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito e sua destinação.
Art. 325. As repartições de trânsito conservarão por cinco anos os documentos relativos à habilitação de condutores e ao registro e licenciamento de veículos, podendo ser microfilmados ou armazenados em meio magnético ou óptico para todos os efeitos legais.	Art. 325. As repartições de trânsito conservarão por, no mínimo, 5 (cinco) anos os documentos relativos à habilitação de condutores, ao registro e ao licenciamento de veículos e aos autos de infração de trânsito. § 1º Os documentos previstos no caput poderão ser gerados e tramitados eletronicamente, bem como arquivados e armazenados em meio digital, desde que assegurada a autenticidade, a fidedignidade, a confiabilidade e a segurança das informações, e serão válidos para todos os efeitos legais, sendo dispensada, nesse caso, a sua guarda física. § 2º O Contran regulamentará a geração, a tramitação, o arquivamento, o armazenamento e a eliminação de documentos eletrônicos e físicos gerados em decorrência da aplicação das disposições deste Código. § 3º Na hipótese prevista nos §§ 1º e 2º, o sistema deverá ser certificado digitalmente, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
Art. 328. O veículo apreendido ou removido a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de sessenta dias, contado da data de recolhimento, será avaliado e levado a leilão, a ser realizado preferencialmente por meio eletrônico. (...) § 14. Não se aplica o disposto neste artigo ao veículo recolhido a depósito por ordem judicial ou ao que esteja à disposição de autoridade policial.	Art. 328. O veículo apreendido ou removido a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de sessenta dias, contado da data de recolhimento, será avaliado e levado a leilão, a ser realizado preferencialmente por meio eletrônico. (...) § 14. Se identificada a existência de restrição policial ou judicial sobre o prontuário do veículo, a autoridade responsável pela restrição será notificada para a retirada do bem do depósito, mediante a quitação das despesas com remoção e estada, ou para a autorização do leilão nos termos deste artigo. § 15. Se no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação de que trata o § 14, não houver manifestação da autoridade responsável pela restrição judicial ou policial, estará o órgão de trânsito autorizado a promover o leilão do veículo nos termos deste artigo. § 16. Os veículos, sucatas e materiais inservíveis de bens automotores que se encontrarem nos depósitos há mais de 1 (um) ano poderão ser destinados à reciclagem, independentemente da existência de restrições sobre o veículo. § 17. O procedimento de hasta pública na hipótese do § 16 será realizado por lote de tonelagem de material ferroso, observando-se, no que couber, o disposto neste artigo, condicionando-se a entrega do material arrematado aos procedimentos necessários à descaracterização total do bem e à destinação exclusiva, ambientalmente adequada, à reciclagem siderúrgica, vedado qualquer aproveitamento de peças e partes. § 18. Os veículos sinistrados irrecuperáveis queimados, adulterados ou estrangeiros, bem como aqueles sem possibilidade de regularização perante o órgão de trânsito, serão destinados à reciclagem, independentemente do período em que estejam em depósito, respeitado o prazo previsto no caput deste artigo, sempre que a autoridade responsável pelo leilão julgar ser essa a medida apropriada.

Art. 253-A. Usar veículo para, deliberadamente, interromper, restringir ou perturbar a circulação na via: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (trinta vezes), suspensão do direito de dirigir por doze meses e apreensão do veículo; Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação, remoção do veículo e proibição de receber incentivo creditício por dez anos para aquisição de veículos. § 1º Aplica-se a multa agravada em cem vezes aos organizadores da conduta prevista no caput. § 2º Aplica-se em dobro a multa em caso de reincidência no período de doze meses.	ENTROU EM VIGOR IMEDIATAMENTE Art. 253-A. Usar qualquer veículo para, deliberadamente, interromper, restringir ou perturbar a circulação na via sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre ela: Infração - gravíssima; Penalidade - multa (vinte vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses; Medida administrativa - remoção do veículo. § 1º Aplica-se a multa agravada em 60 (sessenta) vezes aos organizadores da conduta prevista no caput. § 2º Aplica-se em dobro a multa em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses. 3º As penalidades são aplicáveis a pessoas físicas ou jurídicas que incorram na infração, devendo a autoridade com circunscrição sobre a via restabelecer de imediato, se possível, as condições de normalidade para a circulação na via.
Art. 271. O veículo será removido, nos casos previstos neste Código, para o depósito fixado pelo órgão ou entidade competente, com circunscrição sobre a via. (...) § 3º Se o reparo referido no § 2º demandar providência que não possa ser tomada no depósito, a autoridade responsável pela remoção liberará o veículo para reparo, mediante autorização, assinalando prazo para reapresentação e vistoria. 4º A remoção, o depósito e a guarda do veículo serão realizados diretamente por órgão público ou serão contratados por licitação pública. § 6º Caso o proprietário ou o condutor não esteja presente no momento de remoção do veículo, a autoridade de trânsito, no prazo de dez dias contado da data de apreensão, deverá expedir a notificação prevista no § 5º ao proprietário, por remessa postal ou por outro meio tecnológico hábil que assegure a sua ciência.	Art. 271. O veículo será removido, nos casos previstos neste Código, para o depósito fixado pelo órgão ou entidade competente, com circunscrição sobre a via. (...) § 3º Se o reparo referido no § 2º demandar providência que não possa ser tomada no depósito, a autoridade responsável pela remoção liberará o veículo para reparo, na forma transportada, mediante autorização, assinalando prazo para reapresentação. § 4º Os serviços de remoção, depósito e guarda de veículo poderão ser realizados por órgão público, diretamente, ou por particular contratado por licitação pública, sendo o proprietário do veículo o responsável pelo pagamento dos custos desses serviços. § 6º Caso o proprietário ou o condutor não esteja presente no momento da remoção do veículo, a autoridade de trânsito, no prazo de 10 (dez) dias contado da data da remoção, deverá expedir ao proprietário a notificação prevista no § 5º, por remessa postal ou por outro meio tecnológico hábil que assegure a sua ciência, e, caso reste frustrada, a notificação poderá ser feita por edital. § 10. O pagamento das despesas de remoção e estada será correspondente ao período integral, contado em dias, em que efetivamente o veículo permanecer em depósito, limitado ao prazo de 6 (seis) meses. § 11. Os custos dos serviços de remoção e estada prestados por particulares poderão ser pagos pelo proprietário diretamente ao contratado. § 12. O disposto no § 11 não afasta a possibilidade de o respectivo ente da Federação estabelecer a cobrança por meio de taxa instituída em lei. § 13. No caso de o proprietário do veículo objeto do recolhimento comprovar, administrativa ou judicialmente, que o recolhimento foi indevido ou que houve abuso no período de retenção em depósito, é da responsabilidade do ente público a devolução das quantias pagas por força deste artigo, segundo os mesmos critérios da devolução de multas indevidas.
INCLUSÃO de artigos no CTB: Art. 12. Compete ao Contran: (...) XV - normatizar o processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, estabelecendo seu conteúdo didático-pedagógico, carga horária, avaliações, exames, execução e fiscalização.	

Art. 80. Sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra.

(...)

§ 3º A responsabilidade pela instalação da sinalização nas vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e nas vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo é de seu proprietário.

Art. 104. Os veículos em circulação terão suas condições de segurança, de controle de emissão de gases poluentes e de ruído avaliadas mediante inspeção, que será obrigatória, na forma e periodicidade estabelecidas pelo CONTRAN para os itens de segurança e pelo CONAMA para emissão de gases poluentes e ruído.

§ 6º Estarão isentos da inspeção de que trata o caput, durante 3 (três) anos a partir do primeiro licenciamento, os veículos novos classificados na categoria particular, com capacidade para até 7 (sete) passageiros, desde que mantenham suas características originais de fábrica e não se envolvam em acidente de trânsito com danos de média ou grande monta.

§ 7º Para os demais veículos novos, o período de que trata o § 6º será de 2 (dois) anos, desde que mantenham suas características originais de fábrica e não se envolvam em acidente de trânsito com danos de média ou grande monta.

Art. 115. O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN.

(...)

§ 9º As placas que possuírem tecnologia que permita a identificação do veículo ao qual estão atreladas são dispensadas da utilização do lacre previsto no caput, na forma a ser regulamentada pelo Contran.

Art. 133. É obrigatório o porte do Certificado de Licenciamento Anual.

Parágrafo único. O porte será dispensado quando, no momento da fiscalização, for possível ter acesso ao devido sistema informatizado para verificar se o veículo está licenciado.

Art. 181. Estacionar o veículo:

XX - nas vagas reservadas às pessoas com deficiência ou idosos, sem credencial que comprove tal condição:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa;

Medida administrativa - remoção do veículo.

Art. 252. Dirigir o veículo:

(...)

V - com apenas uma das mãos, exceto quando deva fazer sinais regulamentares de braço, mudar a marcha do veículo, ou acionar equipamentos e acessórios do veículo;

(...)

Parágrafo único. A hipótese prevista no inciso V caracterizar-se-á como infração gravíssima no caso de o condutor estar segurando ou manuseando telefone celular.

Art. 165-A. Recusar-se a ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa, na forma estabelecida pelo art. 277:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses;

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270.

Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no caput em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses."

Art. 282-A. O proprietário do veículo ou o condutor autuado poderá optar por ser notificado por meio eletrônico se o órgão do Sistema Nacional de Trânsito responsável pela autuação oferecer essa opção.

§ 1º O proprietário ou o condutor autuado que optar pela notificação por meio eletrônico deverá manter seu cadastro atualizado no órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal.

§ 2º Na hipótese de notificação por meio eletrônico, o proprietário ou o condutor autuado será considerado notificado 30 (trinta) dias após a inclusão da informação no sistema eletrônico.

§ 3º O sistema previsto no caput será certificado digitalmente, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Art. 312-A. Para os crimes relacionados nos arts. 302 a 312 deste Código, nas situações em que o juiz aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, esta deverá ser de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, em uma das seguintes atividades: I - trabalho, aos fins de semana, em equipes de resgate dos corpos de bombeiros e em outras unidades móveis especializadas no atendimento a vítimas de trânsito; II - trabalho em unidades de pronto-socorro de hospitais da rede pública que recebem vítimas de acidente de trânsito e politraumatizados; III - trabalho em clínicas ou instituições especializadas na recuperação de acidentados de trânsito; IV - outras atividades relacionadas ao resgate, atendimento e recuperação de vítimas de acidentes de trânsito.	
Art. 319-A. Os valores de multas constantes deste Código poderão ser corrigidos monetariamente pelo Contran, respeitado o limite da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no exercício anterior. Parágrafo único. Os novos valores decorrentes do disposto no caput serão divulgados pelo Contran com, no mínimo, 90 (noventa) dias de antecedência de sua aplicação.	
ENTROU EM VIGOR IMEDIATAMENTE Art. 320-A. Os órgãos e as entidades do Sistema Nacional de Trânsito poderão integrar-se para a ampliação e o aprimoramento da fiscalização de trânsito, inclusive por meio do compartilhamento da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito.	
DISPOSITIVOS REVOGADOS no CTB PELA LEI Nº 13.281/16 (As revogações só vigorarão a partir de 06/11/16) Art. 256. A autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá aplicar, às infrações nele previstas, as seguintes penalidades: (...) IV - apreensão do veículo; (REVOGADO)	
Art. 258. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em quatro categorias: § 1º Os valores das multas serão corrigidos no primeiro dia útil de cada mês pela variação da UFIR ou outro índice legal de correção dos débitos fiscais. (REVOGADO)	
Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. (...) § 2º Se o agente conduz veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência ou participa, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente: Penas - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. (REVOGADO)	

3) LEI Nº 13.290/2016

*** AS ALTERAÇÕES A SEGUIR VIGORARAM APENAS PARTIR DE 08/07/16 (45 DIAS DA DATA DA PUBLICAÇÃO)**

Art. 40. O uso de luzes em veículo obedecerá às seguintes determinações: I - o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e durante o dia nos túneis providos de iluminação pública;	Art. 40. O uso de luzes em veículo obedecerá às seguintes determinações: I - o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e durante o dia nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias;
Art. 250. Quando o veículo estiver em movimento: I - deixar de manter acesa a luz baixa: (...) b) de dia, nos túneis providos de iluminação pública; Infração - média; Penalidade - multa.	Art. 250. Quando o veículo estiver em movimento: I - deixar de manter acesa a luz baixa: (...) b) de dia, nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias; Infração - média; Penalidade - multa.

SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

A sinalização de trânsito informa e orienta os usuários das vias. O respeito à sinalização garante um trânsito mais organizado e seguro para os condutores e pedestres.

Placas, inscrições nas vias, sinais luminosos, gestos etc. compõem a sinalização de trânsito. Essas informações regulamentam o trânsito, advertem os usuários das vias, indicam serviços, sentidos e distâncias, sendo classificadas em sinalização vertical, sinalização horizontal, dispositivos de sinalização auxiliar, sinalização semafórica, sinais sonoros e gestos.

O artigo 90, §1 do Código de Trânsito Brasileiro determina que a sinalização de trânsito é responsabilidade do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, e este responde pela falta, insuficiência ou incorreta colocação dos sinais.

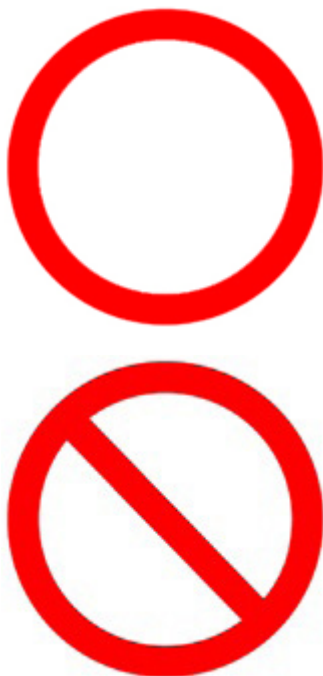
SINALIZAÇÃO VERTICAL

A sinalização vertical é formada por placas, fixadas ao lado ou suspensas sobre a pista, que transmitem mensagens de perfil permanente. É classificada em três tipos, de acordo com sua função:

1. Sinalização de Regulamentação

As placas de regulamentação têm a finalidade de comunicar aos usuários as condições, proibições, restrições ou obrigações no uso da via. Suas mensagens são imperativas, e o desrespeito a ela constitui infração. A forma padrão do sinal de regulamentação é a circular, nas seguintes cores:

Fundo: Branco
Tarja: Vermelha
Orla: Vermelha
Símbolo: Preto
Letras: Pretas



Proibição

Constituem exceção quanto à forma, os sinais:



R-1 (Parada Obrigatória)

Fundo: Vermelho

Letras: Brancas

Orla Interna: Branca

Orla Externa: Vermelha



R-2 (Dê a Preferência)

Fundo: Branco

Letras: Vermelhas

Informações complementares

Sendo necessário acrescentar informações tais como: período de validade, características e uso do veículo, condições de estacionamento, etc. deve-se anexar uma placa adicional abaixo da sinalização ou incorporar à principal, formando uma só placa. O padrão de cores é o seguinte:

Fundo: Branco
Tarja: Vermelha
Orla Interna: Vermelha
Orla Externa: Branca
Símbolo: Preto
Legendas: Pretas





Sinalização de Advertência

As placas de advertência têm por finalidade alertar aos usuários da via as condições potencialmente perigosas, indicando sua natureza.

A forma padrão do sinal de advertência é quadrada, devendo uma das diagonais ficar na posição vertical, nas seguintes cores:

Fundo: Amarelo

Orla Interna: Preta

Orla Externa: Amarela

Símbolo e/ou Legenda: Pretos



Constituem exceção quanto à cor, os sinais



A-24 (Obras)

Fundo e orla externa: laranja



A-14 (Semáforo à frente)

Símbolo: cores preta, vermelha, amarela e verde

Fundo: amarelo e, quando empregado em Obras, laranja.

Constituem exceção quanto à forma, os sinais:



A-26a (Sentido Único) e A-26b (Sentido Duplo)

Fundo: Amarelo

Orla Interna: Preta



A-41 (Cruz de Santo André)

Fundo: Amarelo

Orlas: Preta

Sinalização especial

São empregados em casos que as demais placas de advertência não podem ser utilizadas. O formato adotado é o retangular. O padrão de cores é o seguinte:

Fundo: Amarelo ou Laranja (em caso de sinalização de Obras)

Símbolo e/ou Legenda: Pretos

Tarja: Preta

Orla Interna: Preta Orla

Externa: Amarela

Exemplos:

a) Para faixas ou pistas exclusivas de ônibus



b) Para pedestres



c) Para rodovias, estradas e vias de trânsito rápido



Informações complementares

Sendo necessário acrescentar informações complementares, deve-se anexar uma placa retangular adicional abaixo da advertência ou incorporar à principal, formando uma só placa. O padrão de cores é o seguinte:

Fundo: Amarelo ou Laranja (em caso de sinalização de Obras)

Legenda: Preta

Tarja: Preta

Orla Interna: Preta

Orla Externa: Amarela



Sinalização de Indicação

As placas de indicação têm por finalidade identificar as vias, os destinos e os locais de interesse; orientar condutores de veículos quanto aos percursos, destinos, distâncias e serviços auxiliares, podendo também educar o usuário. Suas mensagens são informativas ou educativas.

A) Placas de identificação: posicionam o condutor ao longo dos deslocamentos (em relação a distâncias ou destinos). Exemplos:

• de rodovias e estradas

Fundo: Branco

Orlas Internas: Pretas

Orla Externa: Branca

Tarja, Seta e Legendas: Pretas



• de municípios

Forma: retangular, com lado maior na horizontal

Fundo: Azul

Orla Interna: Branca

Orla Externa: Azul

Tarja, Seta e Legendas: Brancas



• de regiões de interesse de tráfego e logradouros

Forma: retangular, com lado maior na horizontal

Fundo: Azul

Orla Interna: Branca

Orla Externa: Azul

Tarja, Seta e Legendas: Brancas



• nominal de pontes, viadutos, túneis e passarelas

Forma: retangular, com lado maior na horizontal

Fundo: Azul

Orla Interna: Branca

Orla Externa: Azul

Tarja, Seta e Legendas: Brancas



• **quilométrica**

Forma: retangular, com lado maior na vertical

Fundo: Azul

Orla Interna: Branca

Orla Externa: Azul

Tarja, Seta e Legendas: Brancas



• **de limite de município / divisa de estados / fronteiras / perímetro urbano**

Forma: retangular, com lado maior na horizontal

Fundo: Azul

Orla Interna: Branca

Orla Externa: Azul

Tarja, Seta e Legendas: Brancas



• **de Pedágio**

Forma: retangular, com lado maior na horizontal

Fundo: Azul

Orla Interna: Branca

Orla Externa: Azul

Tarja, Seta e Legendas: Brancas



B) Placas de orientação de destino: indicam ao condutor a direção que deve seguir, orientando percursos e/ou distâncias.

Mensagem de localidades

Forma: retangular, com lado maior na horizontal

Fundo: Verde

Orla Interna: Branca

Orla Externa: Verde

Tarja, Legendas e Setas: Brancas

Mensagem de nomes de rodovias/estradas ou associadas aos símbolos

Forma: retangular, com lado maior na horizontal

Fundo: Azul

Orla Interna: Branca

Orla Externa: Azul

Tarja, Legendas e Setas: Brancas

Símbolos: De acordo com a rodovia

Exemplos:

• **Indicativas de sentido (direção)**



• **Indicativas de Distância**



C) Placas educativas: tem a função de educar os usuários com relação a comportamento adequado e podem conter reforço quanto às normas gerais de circulação e conduta.

Forma: Retangular, lado maior na horizontal

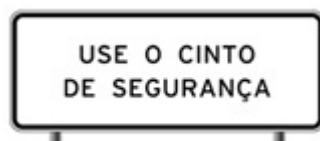
Fundo: Branco

Orla Interna: Preta

Orla Externa: Branca

Tarja, Legendas e Pictogramas: Pretos

Exemplos:





D) Placas de serviços auxiliares: indicam/orientam locais onde estão os serviços indicados. Exemplos:

• **para condutores**

Forma: retangular, com quadro interno quadrado

Fundo: Azul

Quadro Interno: Branco

Seta e Legenda: Branca

Pictograma: Preto (*Constitui exceção a placa indicativa de Pronto Socorro onde o símbolo deve ser vermelho*)



• **para Pedestres**

Forma: Retangular, lado maior na horizontal

Fundo: Azul

Orla Interna: Branca

Orla Externa: Azul

Quadro Interno: Branco

Tarja, Setas e Legendas: Brancas



E) Placas de atrativos turísticos: indicam a localização de atrativos turísticos, orientando sobre direção e pontos de interesse.

Fundo: Marrom

Orla interna: Branca

Orla externa: Marrom

Quadro Interno: Branco

Tarja, Setas e Legendas: Brancas

Símbolo: Preto

• **identificação de atrativo turístico**



• **de sentido de atrativo turístico**



SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

Esse tipo de sinalização viária se caracteriza por utilizar linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados ou apostos sobre o pavimento das vias. Têm como função organizar o fluxo de veículos e pedestres; controlar e orientar os deslocamentos em situações com problemas de geometria, topografia ou frente a obstáculos; complementar os sinais verticais de regulamentação, advertência ou indicação. Em casos específicos, têm poder de regulamentação.

Características:

- **Traçado Contínuo:** linhas sem interrupção pelo trecho da via onde estão demarcando; podem estar longitudinalmente ou transversalmente apostas à via.
- **Tracejada ou Seccionada:** são linhas interrompidas, com espaçamentos respectivamente de extensão igual ou maior que o traço.
- **Setas, Símbolos e Legendas:** são informações escritas ou desenhadas no pavimento, indicando uma situação ou complementando sinalização vertical existente.

- **Cores:**

Amarela: utilizada para regular fluxos de sentidos opostos; delimitar de espaços proibidos para estacionamento e/ou parada e; demarcar obstáculos.

Branca: utilizada para regular fluxos de mesmo sentido; delimitar trechos destinados ao estacionamento regulamentado de veículos em condições especiais; marcar faixas de travessias de pedestres e; na pintura de símbolos e legendas.

Vermelha: utilizada para demarcar ciclofaixas e/ou ciclovias e nos símbolos de hospitais e farmácias (cruz).

Azul: utilizada nas pinturas de símbolos em áreas de estacionamento ou de parada para embarque e desembarque, para pessoas portadoras de deficiência física.

Preto: utilizada para proporcionar contraste entre o pavimento e a pintura.

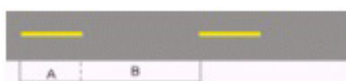
1. Marcas longitudinais

a) Linhas de divisão de fluxos opostos (AMARELA)

Simplex Contínua:



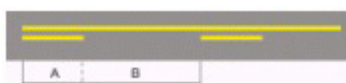
Não permite ultrapassagem e deslocamentos laterais



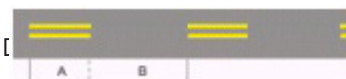
Permite ultrapassagem e deslocamentos laterais



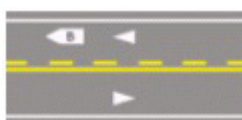
Não permite ultrapassagem e deslocamentos laterais



Permite a ultrapassagem para um único sentido



Permite ultrapassagem



Ultrapassagem permitida somente no sentido "B"

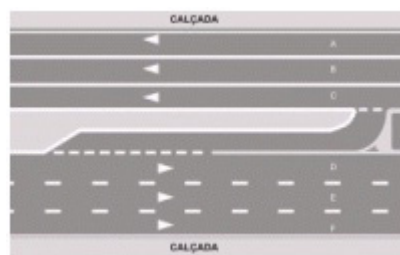
b) Linhas de divisão de fluxos de mesmo sentido (BRANCA)



Não permite ultrapassagem e transposição de faixa de trânsito



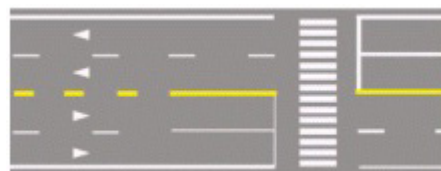
Permite ultrapassagem e transposição de faixa de trânsito



Proibida a mudança de faixa entre A-B-C. Permitida ultrapassagem e mudança de faixa entre D-E-F



Delimita, através da linha contínua, a parte da pista destinada ao deslocamento dos veículos



d) Linhas de continuidade (AMARELA)



Dá continuidade visual às marcações longitudinais (cor branca, quando dá continuidade a linhas brancas; cor amarela, quando dá continuidade a linhas amarelas).

Exemplo de aplicação:

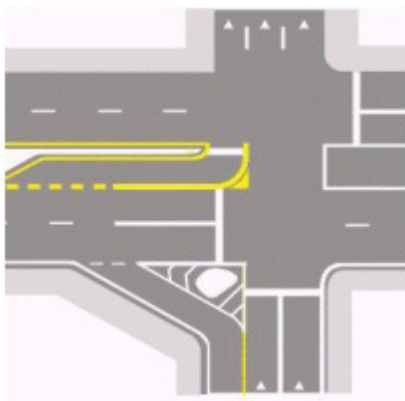


2. Marcas transversais

a) Linhas de retenção (BRANCA)



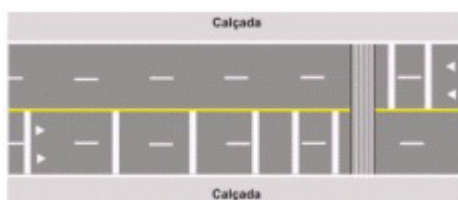
Exemplo de aplicação:



b) Linhas de estímulo à redução de velocidade (BRANCA)



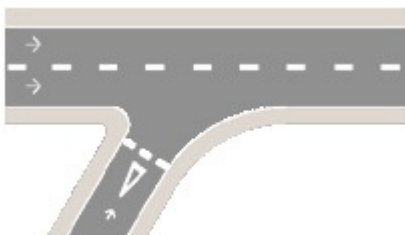
Exemplo de aplicação:



c) Linha de "Dê a preferência"



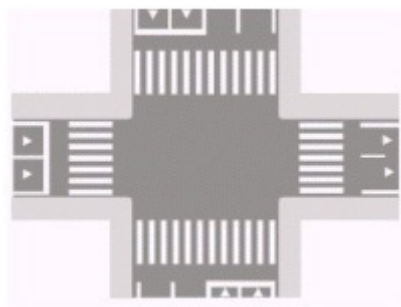
Exemplo de aplicação:



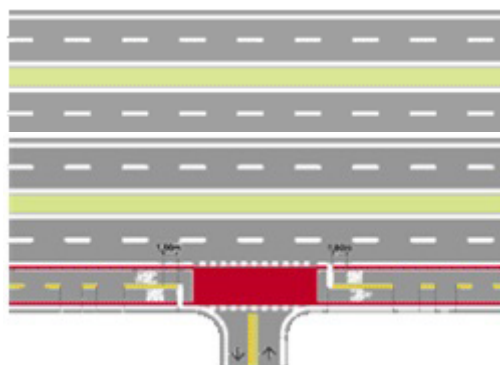
d) Faixa de travessia de pedestres (BRANCA)



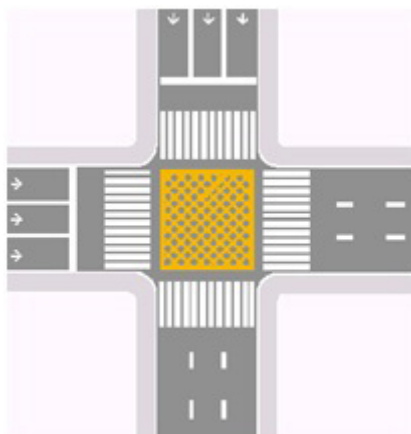
Exemplo de aplicação:



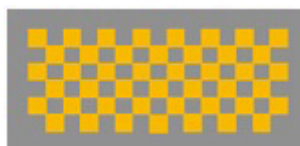
e) Marcação de cruzamentos rodociclovitários (BRANCA)



f) Marcação de área de conflito (AMARELA)



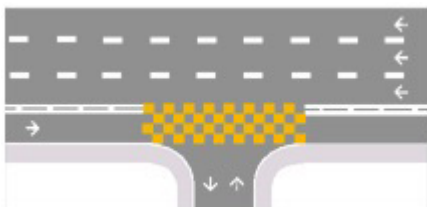
g) Marcação de área de cruzamento com faixa exclusiva (AMARELA ou BRANCA)



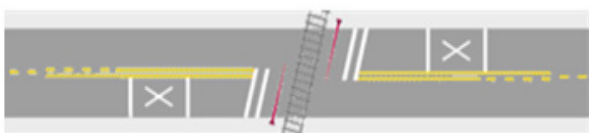
Cor amarela - para faixas exclusivas no contra-fluxo.



Exemplo de aplicação:

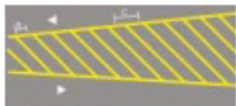


h) Marcação de cruzamento rodoferroviário (BRANCA)



3. Marcas de canalização

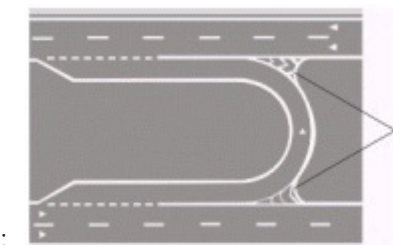
Separação de fluxo de tráfego de sentidos opostos



Separação de fluxo de tráfego de mesmo sentido



Exemplo de aplicação



4. Marcas de delimitação e controle de estacionamento e/ou parada

a) Linhas de indicação de proibição de estacionamento e/ou parada (AMARELA)

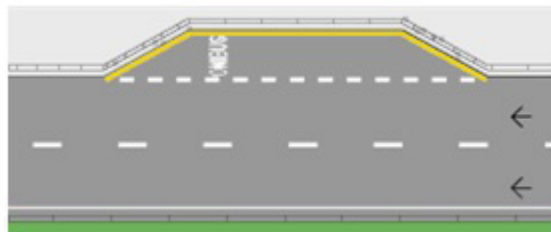


Exemplo de aplicação:

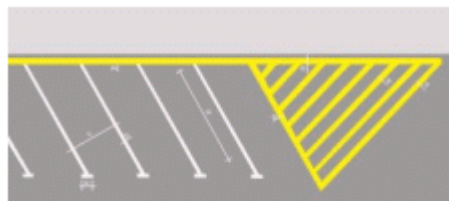


b) Marca delimitadora de parada de veículos específicos (AMARELA)

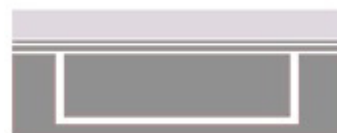
Exemplo de aplicação:



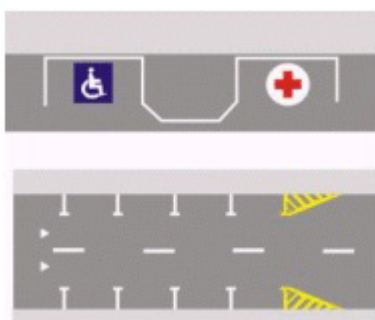
c) Marca Delimitadora de Estacionamento Regulamentado (BRANCA)



Paralelo ao meio-fio (simples contínua ou tracejada):



Exemplo de aplicação:

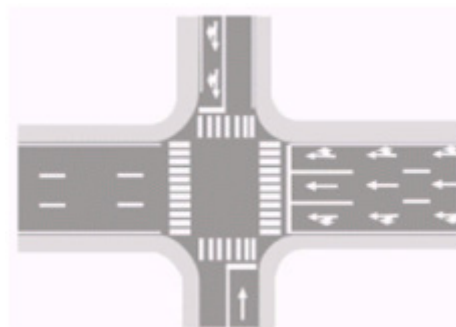


5. Inscrições no pavimento

a) Setas indicativas de posicionamento na pista para a execução de movimentos (BRANCA)

		
Siga em frente	Vire à esquerda	Vire à direita
		
Siga em frente ou vire à esquerda	Siga em frente ou vire à direita	Retorno à direita
		
Retorno à esquerda		

Exemplo de aplicação:



b) Símbolos

Exemplos:
Dê a preferência



Cruz de Santo André



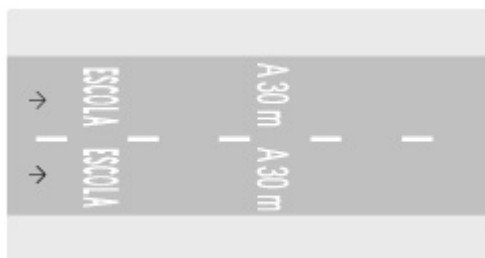
Serviços de Saúde



Bicicleta



c) Legendas (BRANCA)

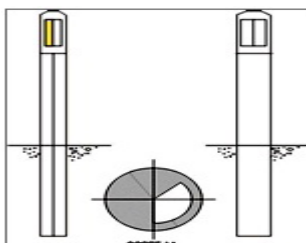


DISPOSITIVOS DE SINALIZAÇÃO AUXILIAR

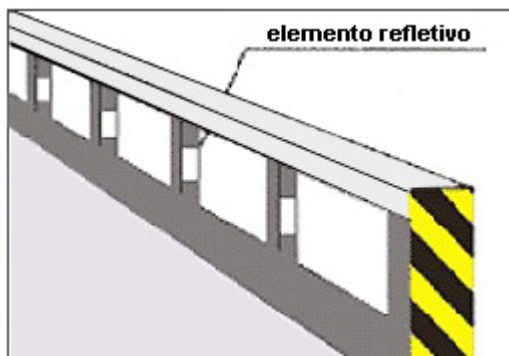
Os dispositivos de sinalização auxiliar aumentam a visibilidade dos sinais e chamam a atenção para obstáculos no local. São elementos aplicados ao pavimento da via, junto a ela, ou nos obstáculos próximos, de forma a tornar mais eficiente e segura a operação da via. Os dispositivos de sinalização auxiliar aumentam a visibilidade dos sinais e chamam a atenção para obstáculos no local.

1. Delimitadores

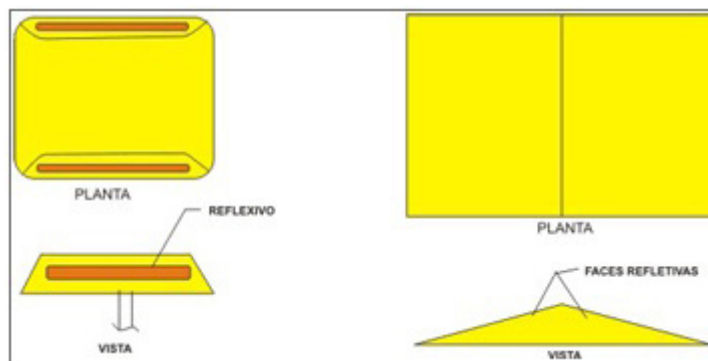
Elementos utilizados para melhorar a percepção do condutor quanto aos limites do espaço destinado ao rolamento e a sua separação em faixas de circulação. Exemplos:



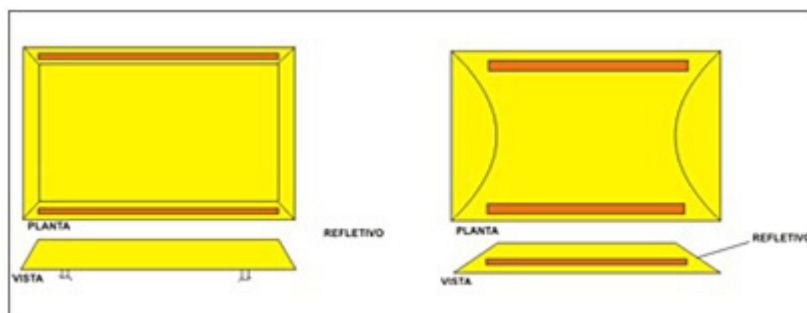
• Balizadores de pontes, viadutos, túneis, barreiras e defensas



- Tachas



- Tachões



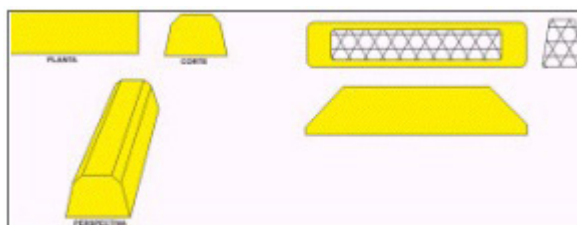
- Cilindros delimitadores



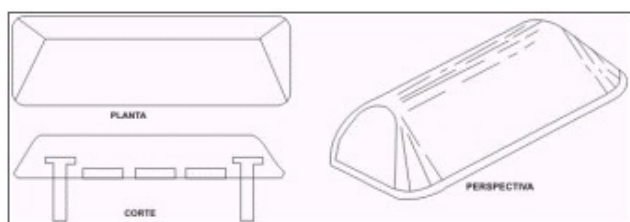
2. Canalização

Elementos apostos em série sobre a superfície pavimentada em substituição às guias quando não for possível a construção imediata das mesmas ou para evitar que veículos transponham determinado local ou faixa de tráfego. Exemplos:

- Prismas



- Segregadores



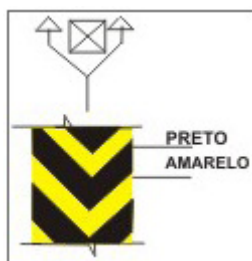
3. Sinalização de alerta

Conjunto de elementos colocados ou aplicados junto ou nos obstáculos e ao longo de curvas horizontais, com o objetivo de melhorar a percepção do condutor quanto a possíveis mudanças bruscas no alinhamento horizontal da via. Exemplos:

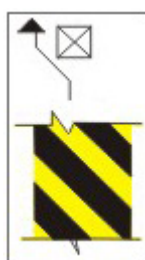
- Marcação de obstáculos



Obstáculos com passagem só pela direita



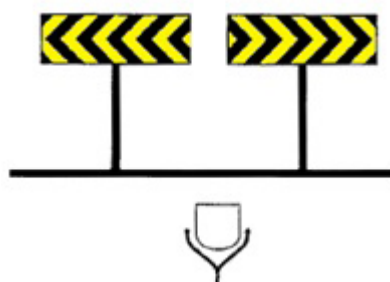
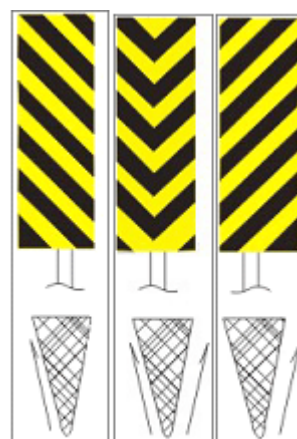
Obstáculos com passagem por ambos os lados



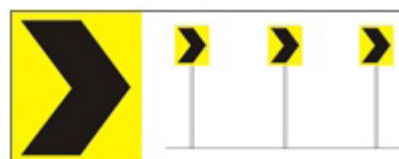
Obstáculos com passagem só pela esquerda



Parte superior do obstáculo



- Marcadores de alinhamento



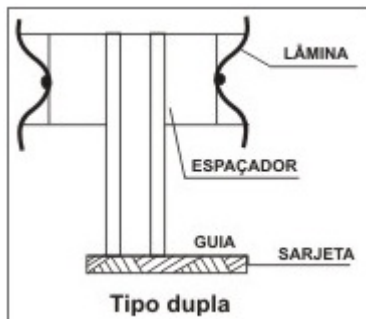
4. Alterações nas características do pavimento

Recursos que alteram as condições normais da pista de rolamento. São utilizados para estimular a redução da velocidade; aumentar a aderência ou atrito do pavimento; alterar a percepção do usuário quanto a alterações de ambiente e uso da via, induzindo-o adotar comportamento cauteloso; incrementar a segurança e/ou criar facilidades para a circulação de pedestres e/ou ciclistas.

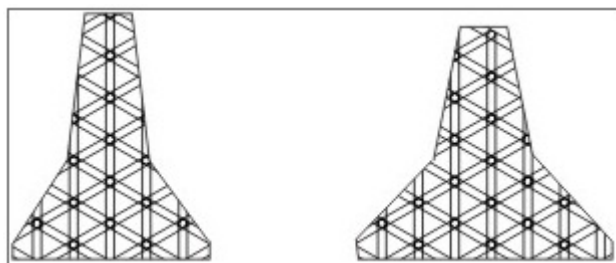
5. Proteção contínua

Elementos colocados de forma contínua e permanente ao longo da via com o objetivo de evitar que o veículo e/ou pedestres. Exemplos:

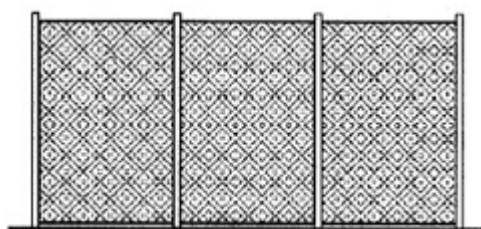
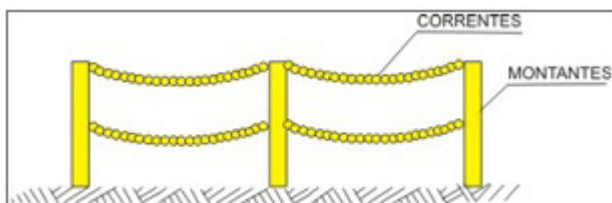
• Defensas metálicas



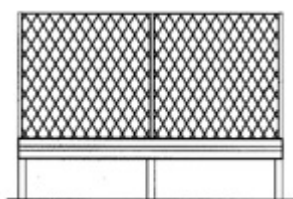
• Barreiras de concretos



• Gradis de canalização e retenção (maleável ou rígido)



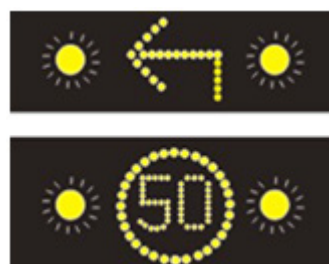
• Dispositivos anti-ofuscamento



6. Luminosos

Dispositivos que se utilizam de recursos luminosos para proporcionar melhores condições de visualização da sinalização, ou que permitem a variação da sinalização ou de mensagens. Exemplos:

• Painel eletrônico e painel com setas luminosas



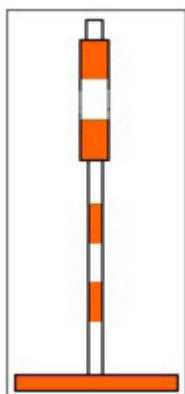
7. Uso temporário

Elementos utilizados em situações especiais e temporários como obras ou situações de emergência ou perigo. Exemplos:

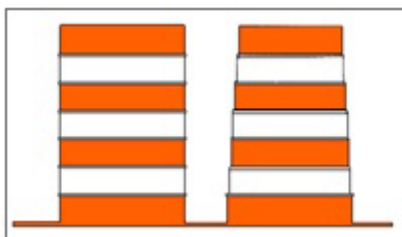
• Cones



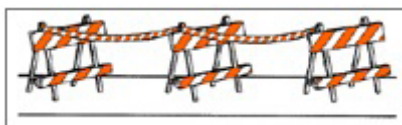
- Balizador móvel



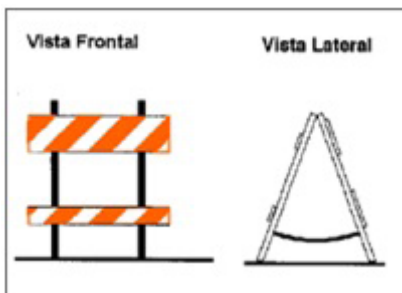
- Tambores



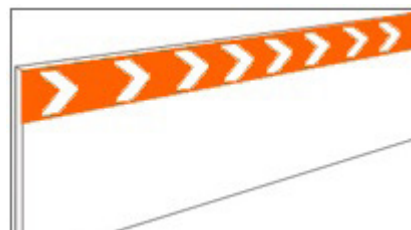
- Fita zebra



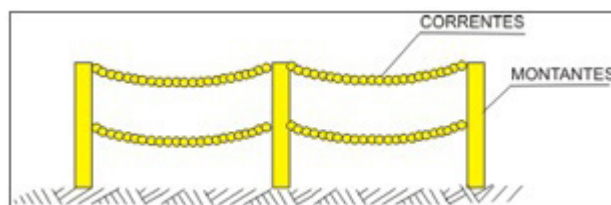
- Cavaletes



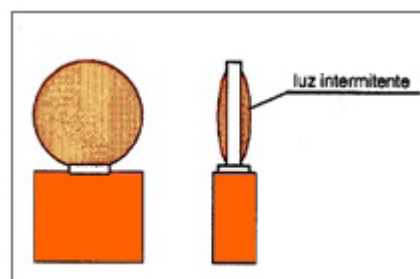
- Barreiras (móveis ou fixas)



- Gradis (fixos, dobráveis, modulados ou telas plásticas)



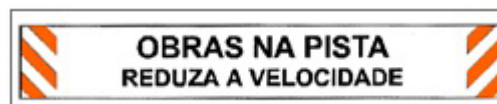
- Elementos luminosos complementares



- Bandeira



- Faixas



SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA

É a sinalização viária que se compõe de indicações luminosas acionadas alternada ou intermitentemente, cuja função é controlar os deslocamentos.

1. Sinalização semafórica de regulamentação

a) Para controle de fluxo de veículos:

- Vermelha: indica obrigatoriedade de parar;
- Amarela: indica "Atenção", devendo o condutor parar o veículo, salvo se isto resultar em situação de perigo;
- Verde: indica permissão de prosseguir na marcha, podendo o condutor efetuar as operações indicadas pelo sinal luminoso.

• Compostos de três luzes dispostas em sequência pré-estabelecida:



• Compostos de duas luzes dispostas em sequência pré-estabelecida – vertical ou horizontal

Para uso exclusivo em controles de acesso específico. Nestes casos o comando "Amarelo" é substituído pelas duas luzes acesas ao mesmo tempo.



• Com símbolos

O símbolo pode estar sozinho ou integrando um semáforo de três ou duas luzes. Indicam: direção controlada; controle de faixa reversível e direção livre.



Direção controlada (amarelo com seta é opcional)

Direção livre



Controle ou faixa reversível

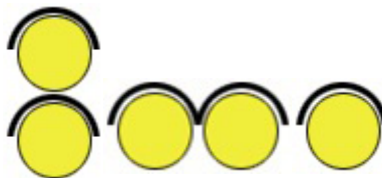
b) Para controle de fluxo de pedestres:

- Vermelha: indica que os pedestres não podem atravessar;
- Vermelha Intermitente: assinala que a fase durante a qual podem passar os pedestres está a ponto de terminar. Isto indica que os pedestres não poderão começar a cruzar a via e os pedestres que hajam indicado a travessia na fase verde se desloquem o mais breve possível para o refúgio seguro mais próximo;
- Verde: assinala que os pedestres podem passar.



2. Sinalização semafórica de advertência

Tem a função de advertir da existência de obstáculo ou situação perigosa. Compõe-se de uma ou duas luzes de cor amarela cujo funcionamento é intermitente ou piscante alternado, no caso de duas luzes.



No caso focal de regulamentação, admite-se o uso isolado da indicação luminosa em Amarelo intermitente, em determinados horários e situações específicas.

SINALIZAÇÃO DE OBRAS

A sinalização de obras tem como característica a utilização dos sinais e elementos da sinalização vertical, horizontal, semafórica, e dos dispositivos auxiliares para preservar as condições de segurança e fluidez do trânsito e de acessibilidade. Na sinalização de obras, os elementos que compõem a sinalização vertical de regulamentação, a sinalização horizontal e a sinalização semafórica têm suas características preservadas.

Cores

Fundo: Laranja

Símbolo: Preta

Orla: Preta
Tarjas, Setas e Letras: Preta



GESTOS

1. Agentes de trânsito

Os gestos dos agentes de trânsito correspondem a movimentos convencionais de braço, para orientar e indicar o direito de passagem dos veículos. A sinalização dos agentes prevalece sobre as regras de circulação e as normas definidas por outros sinais de trânsito.

□□□□

2. Condutores

Os gestos do condutor dos veículos são realizados com o braço esquerdo para sinalizar suas intenções de mudança de direção, redução brusca de velocidade ou parada.

Dobrar à esquerda

Dobrar à direita



Diminuir a marcha ou parar

SINAIS SONOROS



FIQUE ATENTO!

Os sinais sonoros somente devem ser utilizados em conjunto com os gestos do agente.

SINAIS DE APITO	SIGNIFICADO	EMPREGO
Um silvo breve	Siga	Libera o trânsito em direção/sentido indicado pelo agente
Dois silvos breves	Pare	Indica parada obrigatória
Um silvo longo	Diminua a marcha	Quando for necessário fazer diminuir a marcha dos veículos

Além da sinalização através de apitos realizada pelos agentes da autoridade de trânsito nas vias públicas, podemos encontrar sinais sonoros em equipamentos eletrônicos.

Um exemplo é a sinalização sincronizada com o semáforo, geralmente instalada em locais próximos a hospitais, institutos de cegos, clínicas e lugares específicos de movimentação de deficientes visuais, para auxiliar a travessia de portadores de deficiência visual. Também o alarme sonoro instalado nos cruzamentos de vias férreas, que alertam os motoristas e pedestres sobre a passagem de trens no local.³

Projeto para sinalização viária

Princípios a serem atendidos pela sinalização

Para garantir a associação biunívoca a sinalização de trânsito deve obedecer certos princípios, de modo a cumprir corretamente seu papel de informar os usuários das vias. Esses princípios são: legalidade; suficiência; padronização; clareza; precisão e confiabilidade; visibilidade e legibilidade; manutenção e conservação.

Legalidade	Código de Trânsito Brasileiro - CTB e legislação complementar;
Suficiência	permitir fácil percepção do que realmente é importante, com quantidade de sinalização compatível com a necessidade;
Padronização	seguir um padrão legalmente estabelecido, e situações iguais devem ser sinalizadas com o mesmo critério;
Clareza	transmitir mensagens objetivas de fácil compreensão;
Precisão e confiabilidade	ser precisa e confiável, corresponder à situação existente; ter credibilidade;
Visibilidade e legibilidade	ser vista à distância necessária; ser lida em tempo hábil para a tomada de decisão;
Manutenção e conservação	estar permanentemente limpa, conservada, fixada e visível.

Fonte: Resolução 180/05 do Contran

³ Fonte: www.transitoideal.com.br

Apenas o cumprimento integral dos sete princípios apresentadas garantirá a eficácia da sinalização. Basta um dos princípios não ser atendido, para que a sinalização esteja comprometida, deixando de transmitir corretamente ao usuário da via a mensagem desejada.

Padronização da sinalização em termos mundiais

- os problemas decorrentes da falta de padronização são mais graves em termos internacionais
- os códigos de trânsito – e, evidentemente, as sinalizações – diferem de país para país
- nos EUA, existem diferenças nos códigos de estado para estado
- a formação da Comunidade Europeia não gerou, até hoje, uma uniformização dos códigos de trânsito entre os países afiliados

Convenção de Viena (08.out.1968): última tentativa de padronização mundial da sinalização de trânsito. Foi patrocinada pela ONU. Não conseguiu atingir seu objetivo plenamente

- existem dois grandes grupos que tem sinalizações distintas, especialmente em relação às placas, em termos mundiais: o grupo do padrão europeu e o grupo do padrão americano
- o padrão de sinalização brasileiro é mais próximo do americano do que do europeu

Dinâmica após a elaboração de um projeto de sinalização

- Implantação – instalação da sinalização em campo, seguindo o solicitado no projeto. É recomendável acompanhar as implantações para conhecer as técnicas de campo e os materiais
- Manutenção – providências constantes para garantir a continuidade das condições iniciais do projeto
- Acompanhamento – verificação periódica dos efeitos na solução do problema gerador do projeto.⁴



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (REIS & REIS/2016 - Prefeitura de Cipotânea/MG) De acordo com o Código Brasileiro de Trânsito compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União, exceto:

- Julgar os recursos interpostos pelos infratores.
- Cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito e a execução das normas e diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN, no âmbito de suas atribuições.
- Organizar e manter o Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – RENACH.
- Prestar suporte técnico, jurídico, administrativo e financeiro ao CONTRAN.

Resposta: Letra A. Conforme enunciado diz – EXCETO – então, nas alternativas “b”, “c” e “d” temos competências do DENATRAN, no entanto, na alternativa “a”, a competência é da JARIS - Juntas Administrativas de Recursos de Infrações: São órgãos colegiados componentes do Sistema Nacional de Trânsito, responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelos órgãos e entidades executivas de trânsito ou rodoviários.

2. (Serctam/2016 - Prefeitura de Quixadá/CE) De acordo com os apitos do policial de trânsito, um silvo breve significa:

- Pare.
- Acenda a lanterna.
- Diminua a marcha.
- Pare lentamente o veículo.
- Atenção! Siga!

Resposta: Letra E.

O quadro abaixo nos indica o uso do apito na sinalização de trânsito.

Sinais de Apito	Significado	Emprego
Um silvo breve	Siga	Libera o trânsito em direção/sentido indicado pelo agente
Dois silvos breves	Pare	Indica parada obrigatória
Um silvo longo	Diminua a marcha	Quando for necessário fazer diminuir a marcha dos veículos

⁴ Fonte: www.sistemas.mpse.mp.br

3. (IBFC/2016 – Emdec) Sobre o trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação assinale a alternativa incorreta.

- a) A circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas.
- b) O condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista.
- c) O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos, só poderá ocorrer em casos de emergência.
- d) Os veículos precedidos de batedores terão prioridade de passagem, respeitadas as demais normas de circulação.

Resposta: Letra C.

Em "c", Errado – trânsito de veículos sobre passeio só poderá ocorrer para que se adentre ou se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento.

NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA.

As Normas Gerais definem o comportamento correto dos usuários das vias terrestres, principalmente dos condutores de veículos. Apesar de serem procedimentos básicos, que todo condutor deveria saber praticar, os erros em manobras, extremamente frequentes, são os responsáveis por grande parte das infrações e acidentes. Muitas das Normas de Conduta se parecem com técnicas de Direção Defensiva. Isso ocorre porque ambas foram criadas tendo como objetivo a segurança no trânsito. Há, porém, uma grande diferença: ao desrespeitar uma norma de circulação e conduta, o condutor estará cometendo uma infração ou crime, sujeitando-se a multas, medidas administrativas e outras penalidades. A norma básica é a de que os usuários das vias terrestres devem evitar qualquer ato que possa constituir perigo ou obstáculo para o trânsito em geral. Também não devem jogar ou deixar quaisquer substâncias, objetos ou obstáculos nas vias. A responsabilidade do condutor começa muito antes de conduzir o veículo pela via.

Detalhadas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) em mais de 40 artigos, as Normas Gerais de Circulação e Conduta merecem atenção especial de todos os usuários da via.

Algumas dessas normas podem ser aplicadas com o simples uso do bom senso ou da boa educação. Entre essas destacamos as que advertem os usuários quanto a atos que possam constituir riscos ou obstáculos para o trânsito de veículos, pessoas e animais, além de danos à propriedade pública ou privada.

Entretanto, bom senso apenas não é suficiente para o restante das normas. A maior parte delas exige do usuário o conhecimento da legislação específica e a disposição de se pautar por ela.

Resumo das normas

Nas páginas que seguem, procuramos apresentar de forma condensada um apanhado das principais normas de circulação. Vamos começar pelas recomendações mais gerais e obrigatórias.

Deveres do condutor

- Ter pleno domínio de seu veículo a todo momento, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito;
- Verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório;
- Certificar-se de que há combustível suficiente para percorrer o percurso desejado.

Quem tem a preferência?



Atenção aqui.

Em vias nas quais não há sinalização específica, tem a preferência:

- Quem estiver transitando pela rodovia, quando apenas um fluxo for proveniente de autoestrada;
- Quem estiver circulando uma rotatória; e
- Quem vier pela direita do condutor, nos demais casos.

Fácil, não? Mas lembre-se: em vias com mais de uma pista, os veículos mais lentos têm a preferência de uso da faixa da direita. Já a faixa da esquerda é reservada para ultrapassagens e para os veículos de maior velocidade.

Mas as regras de preferência não param por aí. Também têm prioridade de deslocamento os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização de trânsito e as ambulâncias, bem como veículos precedidos de batedores. E a prioridade se estende também ao estacionamento e parada desses veículos.

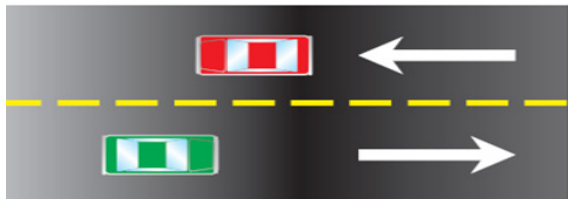
Mas há algumas coisas a observar. Para poder exercer a preferência, é preciso que os dispositivos de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente — indicativos de urgência — estejam acionados.

Se for esse o caso:

- Deixe livre a passagem à sua esquerda. Desloque-se à direita e até mesmo pare, se necessário. Vidas podem estar em jogo;
- Se Você for pedestre, aguarde no passeio ao ouvir o alarme sonoro. Só atravesse a rua quando o veículo já tiver passado por ali.

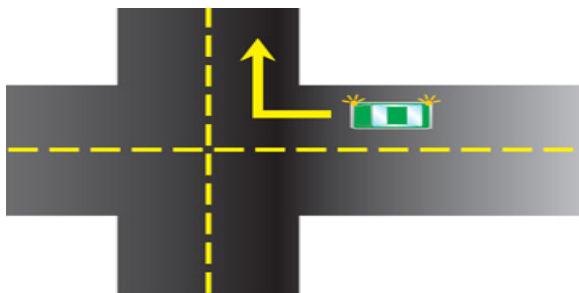
Veículos de prestadores de serviços de utilidade pública (companhias de água, luz, esgoto, telefone, etc.) também têm prioridade de parada e estacionamento no local em que estiverem trabalhando. Mas o local deve estar sinalizado, segundo as normas do CONTRAN.

Na maior parte das vezes, a circulação de veículos pelas vias públicas deve ser feita pelo lado direito.



Mas às vezes é preciso deslocar-se lateralmente, para trocar de pista ou fazer uma conversão à direita ou à esquerda. Nesse caso, sinalize com bastante antecedência sua intenção.

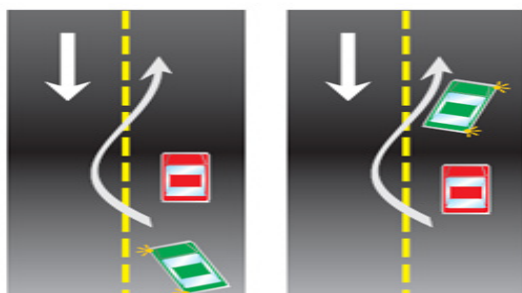
Para virar à direita, por exemplo, faça uso das setas e aproxime-se tanto quanto possível da margem direita da via enquanto reduz gradualmente sua velocidade.



Na hora de ultrapassar, também é preciso tomar alguns cuidados. Vejamos.

Ultrapassagens

Aqui chegamos a um ponto realmente delicado. As ultrapassagens são uma das principais causas de acidentes e precisam ser realizadas com toda a prudência e segundo procedimentos regulamentares.



1. Ultrapasse sempre pela esquerda e apenas nos trechos permitidos.
2. Nunca ultrapasse no acostamento das estradas. Esse espaço é destinado a paradas e saídas de emergência.

3. Se outro veículo o estiver ultrapassando ou tiver sinalizado seu desejo de fazê-lo, dê a preferência. Aguarde sua vez.
4. Certifique-se de que a faixa da esquerda está livre, e de que há espaço suficiente para a manobra.
5. Sinalize sempre com antecedência sua intenção de ultrapassar. Ligue a seta ou faça os gestos convencionais de braço.
6. Guarde distância em relação a quem está ultrapassando. Nada de "tirar fininho". Deixe um espaço lateral de segurança.
7. Sinalize de volta, antes de voltar à faixa da direita.
8. Se Você está sendo ultrapassado, mantenha constante sua velocidade. Se estiver na faixa da esquerda, venha para a da direita, sinalizando corretamente.
9. Ao ultrapassar um ônibus que esteja parado, reduza a velocidade e preste muita atenção. Passageiros poderão estar desembarcando ou correndo para tomar a condução.

Os veículos pesados devem, quando circulam em fila, permitir espaço suficiente entre si para que outros veículos os possam ultrapassar por etapas. Tenha em mente que os veículos mais pesados são responsáveis pela segurança dos mais leves; os motorizados, pela segurança dos não motorizados; e todos, pela proteção dos pedestres.

Proibido ultrapassar



A menos que haja sinalização específica permitindo a manobra, jamais ultrapasse nas seguintes situações:

1. Sobre pontes ou viadutos.
2. Em travessias de pedestres.
3. Nas passagens de nível.
4. Nos cruzamentos ou em sua proximidade.
5. Em trechos sinuosos ou em aclives sem visibilidade suficiente.
6. Nas áreas de perímetro urbano das rodovias.

Uso de luzes e faróis

O uso das luzes do veículo deve ter em conta o seguinte:

- Luz baixa - durante a noite e no interior de túneis sem iluminação pública durante o dia.
- Luz alta - nas vias não iluminadas, exceto ao cruzar com outro veículo ou ao segui-lo.

- Luz alta e baixa - (intermitente) por curto período de tempo, com o objetivo de advertir outros usuários da via de sua intenção de ultrapassar o veículo que vai à frente, ou sinalizar quanto à existência de risco à segurança de quem vem em sentido contrário.
- Lanternas - sob chuva forte, neblina, cerração ou à noite, quando o veículo estiver parado para embarque ou desembarque, carga ou descarga.
- Pisca-alerta - em imobilizações ou em situação de emergência.
- Luz de placa - durante a noite, em circulação.

Veículos de transporte coletivo regular de passageiros, quando circulam em faixas especiais, devem manter as luzes baixas acesas de dia e de noite. Isso se aplica também aos ciclos motorizados, em qualquer situação.

Pode buzinar?

Pode. Mas só "de leve". Em 'toques breves', como diz o Código. Assim mesmo, só se deve buzinar nas seguintes situações:

- Para fazer as advertências necessárias a fim de evitar acidentes;
- Fora das áreas urbanas, para advertir outro condutor de sua intenção de ultrapassá-lo.

Olho no velocímetro

Diz o ditado que quem tem pressa vai devagar. Mas quando a pressa é mesmo grande todo o mundo quer correr além da conta.

Cuidado! A velocidade é outro grande fator de risco de acidentes de trânsito. Além disso, determina, em proporção direta, a gravidade das ocorrências.

Alguns motoristas acreditam que as velocidades mais altas podem se livrar com mais facilidade de algumas situações difíceis no trânsito. E que trafegar devagar demais é mais perigoso que andar depressa.

Mas não é assim. Reduzir a velocidade é o primeiro procedimento a se tomar na tentativa de evitar acidentes.

A velocidade máxima permitida para cada via é indicada por meio de placas. Onde não existir sinalização, vale o seguinte:

Em vias urbanas:

- 80 km/h nas vias de trânsito rápido.
- 60 km/h nas vias arteriais.
- 40 km/h nas vias coletoras.
- 30 km/h nas vias locais.

Em rodovias:

- 110 km/h para automóveis e camionetas.
- 90 km/h para ônibus e microônibus.
- 80 km/h para os demais veículos.

Para estradas não pavimentadas, a velocidade máxima é de 60km/h.

O motorista consciente, porém, mais do que observar a sinalização e os limites de velocidade, deve regular sua própria velocidade — dentro desses limites — segundo as condições de segurança da via, do veículo e da carga, adaptando-se também às condições meteorológicas e à intensidade do trânsito.

Faça isso e Você estará sempre seguro. E livre de multas por excesso de velocidade.

No mais, use o bom senso. Não fique "empacando" os outros sem causa justificada, transitando a velocidades incomumente baixas.

E para reduzir sua velocidade, sinalize com antecedência. Evite freadas bruscas, a não ser em caso de emergência. Reduza a velocidade sempre que se aproximar de um cruzamento ou em áreas de perímetro urbano nas rodovias.

Parar e estacionar

Vamos ao básico: pare sempre fora da pista. Se, numa emergência, tiver que parar o veículo no leito viário, providencie a imediata sinalização.

Em locais de estacionamento proibido, a parada deve ser suficiente apenas para embarque e desembarque de passageiros. E só nos casos em que o procedimento não interfira com o fluxo de veículos ou pedestres. O desembarque de passageiros deve se dar sempre pelo lado da calçada, exceto para o condutor do veículo.

Para carga e descarga, o veículo deve ser mantido paralelo à pista, junto ao meio-fio, de preferência nos estacionamentos.

Ao parar o veículo, certifique-se de que isso não constitua risco para os ocupantes e demais usuários da via.

Veículos de tração animal

Devem ser conduzidos pela pista da direita, junto ao meio-fio ou acostamento, sempre que não houver faixa especial para tal fim, e conforme normas de circulação ditadas pelo órgão de trânsito.

Duas rodas

Motociclistas e pilotos de ciclomotores e motonetas devem seguir algumas regras básicas:

- Usar sempre o capacete, com viseira ou óculos protetores;
- Segurar o guidom com as duas mãos;
- Usar vestuário de proteção, conforme as especificações do Contran.

Isso vale também para os passageiros.

É proibido trafegar de motocicleta nas vias de maior velocidade. O motociclista deve se manter sempre na faixa da direita, de preferência no centro da faixa. Andar de moto sobre calçadas nem pensar.

Parar e estacionar

Motocicletas e outros veículos motorizados de duas rodas devem ser estacionados perpendicularmente à guia da calçada. A não ser que haja sinalização específica determinando outra coisa.

Bicicletas

O ideal é mesmo a ciclovia. Mas onde não existir, o ciclista deve transitar na pista de rolamento, em seu bordo direito, e no mesmo sentido do fluxo de veículos.

A autoridade de trânsito pode autorizar a circulação de bicicletas em sentido contrário ao do fluxo dos veículos, desde que em trecho dotado de ciclofaixa.

A bicicleta tem preferência sobre os veículos motorizados. Mas o ciclista também precisa tomar seus cuidados. Deve trajar roupas claras e sinalizar com antecedência todos os seus movimentos.

Siga o exemplo dos ciclistas profissionais, que geralmente levam esses aspectos a sério.

Segurança

Para dicas mais precisas sobre como evitar acidentes, consulte o capítulo Direção defensiva. Mas nunca é demais repisar algumas dicas básicas:

1. Crianças menores de 10 anos devem estar sempre no banco de trás e devidamente atadas por cintos de segurança. Crianças menores de 3 anos devem estar em assentos especiais.
2. O uso de cinto de segurança é obrigatório em todas as vias do território nacional.
3. Veículos que não se desloquem sobre pneus não podem circular em vias públicas pavimentadas, salvo em casos especiais e com a devida autorização.

Bem, agora Você já tem uma boa ideia do que apresenta o Código de Trânsito Brasileiro em termos de normas de circulação. Se houver dúvida na interpretação ou no entendimento de algum termo, consulte o capítulo Conceitos e definições legais. O ideal é que você procure ler o Código em sua totalidade. Informação nunca é demais.⁵



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ – 2016 - Prefeitura de Rio de Janeiro/RJ) Em relação às normas gerais de circulação e conduta de pedestres e condutores de veículos não motorizados, pode-se afirmar que:

- a) o pedestre sempre terá preferência de passagem em qualquer parte da via mesmo quando houver faixa de travessia.
- b) nas vias rurais quando não houver acostamento os pedestres devem andar na pista no sentido contrário aos veículos.
- c) o ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.
- d) em vias de duas ou mais faixas por sentido, quando não houver calçada, o ciclista e o pedestre devem circular no canteiro central.

Resposta: Letra C.

Em "a", Errado – essa preferência não é absoluta. Nem sempre o pedestre tem preferência.

Em "b", Errado – deve andar pelos bordos da pista.

Em "d", Errado – conforme art. 68:

§ 2º Nas áreas urbanas, quando não houver passeios ou quando não for possível a utilização destes, a circulação de pedestres na pista de rolamento será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, *exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.*

§ 3º Nas vias rurais, quando não houver acostamento ou quando não for possível a utilização dele, a circulação de pedestres, na pista de rolamento, será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, em sentido contrário ao deslocamento de veículos, *exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.*

2. (CONSULPLAN/2017 – TRF/2ª REGIÃO) Sobre as normas gerais de circulação e conduta presentes no CTB, analise as afirmativas a seguir.

- I. Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas no CTB, em ordem decrescente, os veículos de menor porte serão sempre responsáveis pela segurança dos maiores, os não motorizados pelos motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres.
- II. Os veículos mais lentos, quando em fila, deverão manter proximidade suficiente entre si para não permitir que veículos que os ultrapassem possam se intercalar na fila, pois, nestes casos, a ultrapassagem não é permitida.
- III. O condutor não poderá ultrapassar veículos em vias com duplo sentido de direção e pista única, nos trechos em curvas e em aclives sem visibilidade suficiente, nas passagens de nível, nas pontes e viadutos e nas travessias de pedestres, em nenhuma hipótese.

Estão INCORRETAS as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

Resposta: Letra A.

Em "I", Errado – os veículos de maior porte responsabilizam-se pela segurança dos de menor, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, são responsáveis por manter os pedestres livre de dano ou perigo.

Em "II", Errado – em casos de veículos com lentidão, esses devem manter distância dos demais e permitir a ultrapassagem destes.

Em "III", Errado – o descrito poderá ocorrer **quando houver sinalização permitindo a ultrapassagem.**

PRIMEIROS SOCORROS.

Neste conteúdo procuraremos esclarecer e apresentar noções de primeiros socorros, as quais devem ser feitas mesmo por pessoas leigas, até que seja possível uma assistência médica efetiva. Evidentemente, estes socorros limitam-se a medidas mínimas que proporcionam à vítima, rapidamente, uma situação que possa livrá-la de um agravamento do seu estado ou mesmo da morte imediata, por asfixia, hemorragia ou choque.

Primeiros Socorros também pode ser definido por medidas que se aplicam imediatamente ao acidentado, enquanto se aguarda assistência médica. Devem limitar-se a providências mínimas, que não prejudiquem a vítima e a coloquem em situação de não sucumbir à asfixia, hemorragia ou choque. Tais medidas se resumem em: retirar a vítima do local; mantê-la em posição adequada, de preferência em decúbito dorsal; identificar as lesões; adotar medidas de urgência; e transportar o paciente, se houver condições para isso.

Noções de Primeiros Socorros

Procura-se diminuir os ferimentos do ferido e, sobretudo, impedir a sua morte imediata. Evidentemente, o primeiro socorro, que pode ser feito mesmo por uma pessoa leiga, servirá para que o acidentado aguarde a chegada do médico, ou seja, transportado para o hospital mais próximo. Para que alguém se torne útil num socorro urgente, deve ter algumas noções sobre a natureza da lesão e como proceder no caso.

A. Natureza da Lesão

Inicialmente, cumpre saber que se dá o nome de traumatismo a toda lesão produzida no indivíduo por um agente mecânico (martelo, faca, projétil), físico (eletricidade, calor, irradiação atômica), químico (ácido fênico, potassa cáustica) ou, ainda, biológico (picada de animal venenoso). De acordo com essa classificação, devem-se considerar alguns tipos de lesões (e suas consequências imediatas) a requerer socorro urgente.

- 1. Contusão:** É o traumatismo produzido por uma lesão, que tanto poderá traduzir-se por uma mancha escura (equimose) como por um tumor de sangue (hematoma); este, quando se localiza na cabeça, é denominado, vulgarmente, 'galo'. As contusões são dolorosas e não se acompanham de solução de continuidade da pele. A parte contundida deve ficar em repouso sob a ação da bolsa de gelo nas primeiras horas e do banho de luz nos dias subsequentes.
- 2. Ferida:** É o traumatismo produzido por um corte sobre a superfície do corpo. Corte ou ferida pode ser superficial, afetando apenas a epiderme (escoriação ou arranhadura), ou profundo, provocando hemorragia às vezes mortal. Sendo o ferimento produzido por um punhal, canivete ou projétil, os órgãos profundos, como o coração, podem ser

atingidos, causando a morte. As feridas podem ser ainda punctiformes (espetadela de prego), lineares (navalha), irregulares (ferida do couro cabeludo, por queda). Não se deve esquecer que um pequeno ferimento produzido nos dedos ou na mão pode acarretar paralisias definitivas em virtude de serem aí muitos superficiais os tendões e os nervos. Além disso, as feridas podem contaminar-se facilmente, dando lugar a uma infecção purulenta, com febre e formação de íngua. As feridas poluídas de terra, fragmentos de roupa etc., estão sujeitas a infecção, inclusive tetânica. Numa emergência, deve-se proteger uma ferida com um curativo qualquer e procurar sustar a hemorragia.

- 3. Esmagamento:** É uma lesão grave, que afeta os membros. Ocorre nos desastres de trem, atropelamentos por veículos pesados, desmoronamentos etc. O membro atingido sofre verdadeiro trituração, com fratura exposta, hemorragia e estado de choque da vítima, que necessitará de socorro imediato para não sucumbir por anemia aguda ou choque. Quando o movimento tem de ser destacado do corpo, a operação recebe o nome de amputação traumática. Há também os pequenos esmagamentos, afetando dedos, mão, e cuja repercussão sobre o estado geral é bem menor. Resistindo a vítima à anemia aguda e ao choque, poderá estar ainda sujeita à infecção, especialmente gangrenosa e tetânica.
- 4. Choque:** É um estado depressivo decorrente de um traumatismo violento, hemorragia acentuada ou queimadura generalizada. Pode também ocorrer em pequenos ferimentos, como os que penetram o tórax. Caracteriza-se pelos seguintes sintomas: palidez da face, com lábios arroxeados ou descolorados, se há hemorragia; pele fria, principalmente nas mãos e nos pés; suores frios e viscosos na face e no tronco; prostração acentuada e voz fraca; falta de ar, respiração rápida e ansiedade; pulso fraco e rápido; sede, sobretudo se há hemorragia; consciência presente, embora diminuída. Como primeiro socorro, precisa-se deitar o paciente em posição horizontal e, havendo hemorragia, elevar os membros e estancar o sangue, aquecendo-se o corpo moderadamente, por meio de cobertores.
- 5. Hemorragia:** É a perda sanguínea através de um ferimento ou pelos orifícios naturais, como as narinas. Quando a hemorragia ultrapassa 500g no adulto, ocorre a anemia aguda, cujos sintomas se assemelham aos do choque (palidez, sede, escurecimento da vista, pulso fraco, descoloramento dos lábios, falta de ar e desmaios). A hemorragia venosa caracteriza-se por sangue escuro, jato lento e contínuo (combate-se pela compressão local e não pelo garrote). A hemorragia arterial se distingue pelo sangue vermelho rutilante em jato forte e intermitente (combate-se pela compressão local, quando pequena, e pelo garrote, quando grande). O paciente, em caso de anemia aguda, deve ser

tratado como no caso do chocado, requerendo ainda transfusões de sangue, quando sob cuidados médicos.

6. Queimadura: É toda lesão produzida pelo calor sobre a superfície do corpo, em graus maiores ou menores de extensão (queimadura localizada ou generalizada) ou de profundidade (1º, 2º, e 3º graus). Consideram-se ainda queimaduras as lesões produzidas por substância cáustica (ácido fênico), pela eletricidade (queimadura elétrica), pela explosão atômica e pelo frio. As diversas formas de calor (chama, explosão, vapor das caldeiras, líquidos ferventes) são, na verdade, as causas principais das queimaduras. São particularmente graves nas crianças e na forma generalizada. Assim, a mortalidade é de 9% nas queimaduras da cabeça e membros superiores; 18% na face posterior ou anterior do tronco, e 18% nos membros inferiores. Como foi dito, classificam-se as queimaduras em três graus: 1º grau, ou eritema, em que a pele fica vermelha e com ardor (queimadura pelo sol); 2º grau ou flictema, com formação de bolhas, contendo um líquido gelatinoso e amarelado. Costuma também ser dolorosa, podendo infectar-se quando se rompe a bolha; e do 3º grau, ou escara, em que se verifica a mortificação da pele e tecidos subjacentes, transformando-se, mais tarde, numa ulceração sangrante, que se transforma em grande cicatriz. Quando às queimaduras pequenas, basta untá-las com vaselina ou pomadas antissépticas, mas, quando ocorrem as queimaduras extensas, o primeiro socorro deve dirigir-se para o estado geral contra o choque, em geral iminente.

7. Distorção: Decorre de um movimento violento e exagerado de uma articulação, como o tornozelo. Não deve ser confundida com a luxação, em que a extremidade do osso se afasta de seu lugar. É uma lesão benigna, embora muito dolorosa, acompanhando-se de inchaço da junta e impossibilidade de movimento. A imobilização deve ser primeiro socorro, podendo empregar-se também bolsa de gelo, nas primeiras horas.

8. Luxação: Caracteriza-se pela saída da extremidade óssea, que forma uma articulação, mantendo-se fora do lugar em caráter permanente. Em certos casos a luxação se repete a um simples movimento (luxação reincidente). As luxações mais comuns são as da mandíbula e do ombro. O primeiro socorro consiste no repouso e imobilização da parte afetada.

9. Fratura: É toda solução de continuidade súbita e violenta de um osso. A fratura pode ser fechada quando não houver rompimento da pele, ou aberta (fratura exposta) quando a pele sofre solução de continuidade no local da lesão óssea. As fraturas são mais comuns ao nível dos membros, podendo ser únicas ou múltiplas. Na primeira infância, é frequente a fratura da clavícula. Como causas de

fraturas citam-se, principalmente, as quedas e os atropelamentos. Localizações principais: (a) fratura dos membros, as mais comuns, tornando-se mais graves e de delicado tratamento quanto mais próximas do tronco; (b) fratura da bacia, em geral grave, acompanhando-se de choque e podendo acarretar lesões da bexiga e do reto, com hemorragia interna; (c) fratura do crânio, das mais graves, por afetar o encéfalo, protegido por aquele; as lesões cerebrais seriam responsáveis pelo choque, paralisia dos membros, coma e morte do paciente. A fratura do crânio é uma ocorrência mais comum nas grandes cidades, devido aos acidentes automobilísticos, e apresenta maior índice de mortalidade em relação às demais. O primeiro socorro precisa vir através de aparelho respiratório, pois os pacientes podem sucumbir por asfixia. Deve-se lateralizar a cabeça, limpar-lhe a boca com o dedo protegido por um lenço e vigiar a respiração. Não se deve esquecer que o choque pode também ocorrer, merecendo os devidos cuidados; (d) fratura da coluna: ocorre, em geral, nas quedas, atropelamentos e nos mergulhos em local raso, sendo tanto mais grave o prognóstico quanto mais alta a fratura; suspeita-se desta fratura, quando o paciente, depois de acidentado, apresenta-se com os membros inferiores paralisados e dormentes; as fraturas do pescoço são quase sempre fatais. Faz-se necessário um cuidado especial no sentido de não praticar manobras que possam agravar a lesão da medula; coloca-se o paciente estendido no solo em posição horizontal, com o ventre para cima; o choque também pode ocorrer numa fratura dessas.

10. Irradiação Atômica: As explosões atômicas determinam dois tipos de lesões. A primeira, imediata, provocada pela ação calórica desenvolvida, e a segunda, de ação progressiva, determinada pela radioatividade. Nos pacientes atingidos, o primeiro socorro deve ser o da sua remoção do local, combate ao choque e tratamento das queimaduras quase sempre generalizadas. Não se pode ignorar o perigo que existe em lidar com tais enfermos, no que se refere à radioatividade.

B. Primeiros Socorros

1. Retirada do Local: O paciente pode ficar preso às ferragens de um veículo, escombros de um desabamento ou desacordado pela fumaça de um incêndio. Sua remoção imediata é, então, necessária. Assim procedendo, evita-se a sua morte, o que justifica processo de remoção até certo ponto perigoso mas indispensável. O socorrista deve conduzir-se com prudência e serenidade, embora, em certas ocasiões, a retirada do paciente deve ser a mais rápida possível. Em certas circunstâncias, será necessário recorrer ao Corpo de Bombeiros e a operários especializados, a fim de libertar a vítima. Enquanto se espeta esse socorro, deve-se tranquilizar a vítima, procurando estancar a hemorragia, se a houver, e recorrer a medidas que facilitem a

respiração, já que em certas circunstâncias pode ser precário o teor de oxigênio da atmosfera local. Isso é muito importante para a sobrevivência do paciente.

2. Posição do Acidentado: O decúbito dorsal, com o corpo estendido horizontalmente, é a posição mais aconselhável. A posição sentada favorece o desmaio e o choque, fato nem sempre do conhecimento do leigo. Quando a vítima está inconsciente, é preciso colocá-la de lado, ou apenas com a cabeça lateralizada, para que possa respirar melhor e não sofra asfixia no decurso do vômito. Havendo fratura da mandíbula e lesões da boca, é preferível colocar o paciente em decúbito ventral. Somente os portadores de lesões do tórax, dos membros superiores e da face, desde que não sofram desmaios.

3. Identificação das Lesões: Estando o paciente em local adequado, deve-se, imediatamente, identificar certas lesões mais sérias, como ferimentos que sangram, fratura do crânio, choque, anemia aguda ou asfixia, capazes de vitimar o paciente, se algo de imediato não for feito. Eis a orientação que se deve dar ao diagnóstico dessas lesões: (a) hemorragia, que se denuncia nas próprias vestes pelas manchas de sangue; basta, então, rasgar a fazenda no local suspeito, para que se localize o ferimento; (b) fratura do crânio, cujo diagnóstico deverá ser levantado quando o indivíduo, vítima de um acidente, permanece desacordado e, sobre tudo, se ele sangra pelo ouvido ou pelo nariz; (c) fratura de membros, posta em evidência pela deformação local, dificuldade de movimentos e dor ao menor toque da lesão; (d) fratura da coluna vertebral, quando o paciente apresenta paralisia de ambos os membros inferiores que permanecem dormentes, indolores mas sem movimentos; (e) choque e anemia aguda, com o paciente pálido, pulso fraco, sede intensa, vista escura, suores frios e ansiedade com falta de ar; (f) luxação, tornando-se o membro incapaz de movimentos, doloroso e deformado ao nível da junta; (g) distorção, com dificuldade de movimento na articulação afetada, apresentando-se este bastante dolorosa e inchada; (h) queimadura, fácil de diagnóstico pela maneira que se produziu; resta verificar a sua extensão e gravidade, o que pode ser orientado pela queimadura das peças do vestuário que ficam carbonizadas em contato com o tegumento; no caso de queimadura generalizada, suspeitar, logo, de um estado de choque e não esquecer da alta gravidade nas crianças; (i) asfixia, que pode ocorrer nos traumatismos do tórax, de crânio, queimaduras generalizadas e traumatismo da face. Identifica-se esta condição pela coloração arroxeada da face (cianose), a dificuldade de respirar e de consciência que logo se instala.

C. Medidas de Emergência

Após a identificação de uma das lesões já focalizadas, pode-se seguir a seguinte orientação:

1. Estancar a hemorragia (Hemostásia): Quando a hemorragia é pequena ou venenosa, é preferível fazer uma compressão sobre o ferimento, utilizando-se um pedaço de gaze, um lenço bem limpo ou pedaço de algodão; sobre este curativo passa-se uma gaze ou uma tira de pano. Quando, todavia, a hemorragia é abundante ou arterial, começa por improvisar um garrote (tubo de borracha, gravata ou cinto) que será colocado uns quatro dedos transversos acima do ferimento, apertando-se até que a hemorragia cesse. Caso o socorro médico demore, cada meia hora afrouxa-se o garrote por alguns segundos, apertando-o novamente; na hemorragia pelas narinas basta comprimir com o dedo, externamente, a asa do nariz; finalmente, em caso de hemorragia pós-parto ou pós-aborto, deve-se colocar a paciente numa posição de declive, mantendo-se o quadril e os membros inferiores em nível mais elevado. Em casos excepcionais, o ferimento pode estar localizado numa região difícil de se colocar um garrote; procede-se, então, pelo método da compressão ao nível da ferida; pode-se, inclusive, utilizar o dedo ou a mão, num caso de extrema hemorragia.

2. Combater o choque e a anemia aguda: Começa-se por colocar o paciente, sem travesseiros ou qualquer suporte sob a cabeça, mantendo os membros inferiores em nível mais elevado; removem-se todas as peças do vestuário que se encontram molhadas, para que não se agrave o resfriamento do enfermo; cobre-se, em seguida, o seu corpo com cobertores ou roupas de que se dispõe no momento, a fim de aquecê-lo. A vítima pode ingerir chá ou café quente se estiver consciente e sem vômitos; ao mesmo tempo, deve-se tranquilizá-la, prometendo-lhe um socorro médico imediato e dizendo-lhe da vantagem de ficar imóvel. mesmo no caso dos queimados, observa-se um resfriamento das extremidades do paciente, havendo necessidade de usar cobertores sobre o mesmo. Não convém esquecer-se, também, a sobreposição de cobertores do leito; embora o aquecimento do enfermo possa tornar-se perigoso, se provocar sudorese.

3. Imobilizar as fraturas: O primeiro socorro essencial de um fraturado é a sua imobilização por qualquer meio; podem-se improvisar talas com ripas de madeira, pedaço de papelão, ou, no caso de membro inferior, calha de zinco; nas fraturas de membros superior, as tipóias são mais aconselháveis. Quando o paciente é fraturado de coluna, a imobilização deve cingir-se ao repouso completo numa posição adequada, de preferência o decúbito dorsal com extensão do corpo.

4. Vigiar a respiração: É muito importante nos traumatizados observar a respiração, principalmente quando eles se encontram inconscientes. A respiração barulhenta, entrecortada ou imperceptível deve despertar no observador a suspeita de difi-

culdade respiratória, com a possibilidade de asfixia. Começa-se por limpar a boca do paciente de qualquer secreção, sangue ou matéria vomitada, o que se pode fazer entreabrindo a boca da vítima e colocando uma rolha entre a arcada dentária a fim de, com o dedo envolvido em um lenço, proceder a limpeza. Em complemento, ao terminar a limpeza, lateriza-se a cabeça, fecha-se a boca do paciente segurando-lhe a cabeça um pouco para trás. Isso permitirá que a respiração se faça melhor. Havendo parada respiratória, é preciso iniciar, imediatamente, a respiração artificial boca-a-boca ou por compressão ritmada da base do tórax (16 vezes por minuto). Não se deve esquecer que a ventilação do local com ar puro se torna muito importante para qualquer paciente chocado, anemiado ou asfíxico. Os fraturados da mandíbula, com lesões da língua e da boca, deverão ser colocados em decúbito ventral com a cabeça leterizada, para que a respiração se torne possível.

5. Remoção de corpos estranhos: Os ferimentos que se apresentam inoculados de fragmentos de roupa, pedaços de madeira etc., podem ser lavados com água fervida se o socorro médico vai tardar; no caso, porém, de o corpo estranho estar representado por uma faca ou haste metálica, que se encontra encravada profundamente, é preferível não retirá-lo, pois poderá ocorrer hemorragia mortal. No caso de empalação, deve-se serrar a haste pela sua base e transportar o paciente para o hospital, a fim de que lá seja removido o corpo estranho. Quando o corpo estranho estiver prejudicando a respiração, como no caso dos traumatismos da boca e nariz, cumpre fazer tudo para removê-lo de modo a favorecer a respiração. Não se deve esquecer que os pequenos corpos estranhos (espinhos de roseira, farpas de madeira, espinhos de ouriço-do-mar) podem servir de veículo para o bacilo de tétano, o que poderá ser fatal.

6. Socorro ao queimado: Faz-se necessário considerar as queimaduras limitadas e as generalizadas. No primeiro caso, o socorro urgente consistirá em proteger a superfície queimada com gaze ou um pano limpo; no segundo caso, o choque deve ser a primeira preocupação. Deve-se pensar nele mesmo antes que se instale, cuidando logo de colocar o paciente em repouso absoluto, protegê-lo contra o resfriamento, fazê-lo ingerir bebidas quentes e tranquilizá-lo. Nesse último caso, o tratamento local ocupa um segundo plano. Eis um resumo do tratamento local das queimaduras: (a) queimadura do 1º grau: protege-se a superfície queimada com vaselina esterilizada ou pomada analgésica; (b) queimadura do 2º grau: evitar a ruptura das bolhas, fazendo um curativo com gaze esterilizada em que se pode estender uma leve camada de pomada antisséptica ou com antibiótico; a seguir, o curativo precisa ser resguardado com algodão; quando a superfície queimada se acha suja com fragmentos queimados etc., torna-se necessária

uma limpeza com sabão líquido ou água morna fervida, utilizando-se, para isto, uma compressa de gaze; enxuga-se em seguida a superfície queimada, fazendo-se um curativo com pomada acima referida; no caso de queimaduras poluídas com resíduos queimados, haverá necessidade de um antibiótico e de soro antitetânico. A renovação do curativo só deve ser feita cinco a sete dias depois, a não ser que haja inflamação, febre e dor; para retirá-lo basta umedecer com soro fisiológico morno ou água morna fervida; (c) queimadura do 3º grau: o tratamento é igual a queimadura do 2º grau; o problema principal é a limpeza da superfície queimada, quando esta se encontra poluída por resíduos carbonizados; neste caso, pode-se empregar sabão líquido e água ou soro fisiológico mornos; (d) recomendações especiais: as queimaduras do rosto e partes genitais devem receber curativos de vaselina esterilizada; as queimaduras de 30% do corpo, sobretudo do tronco, e, principalmente, na criança, estão sujeitas ao choque e mesmo à morte do paciente; exigem, portanto, um tratamento no hospital, de preferência em serviços especializados. As complicações mais terríveis das queimaduras são: inicialmente, o choque; posteriormente, as infecções, inclusive tetânica, a toxemia com graves distúrbios gerais, e, finalmente, as cicatrizes viciosas que deformam o corpo do paciente e provocam aderências.

7. Socorro aos contaminados por raiva: Os indivíduos com ferimentos produzidos por animais com hidrofobia (cão, gato, morcego etc.) devem Ter seus ferimentos tratados de maneira já referida no item de feridas; há, todavia, um cuidado especial na maneira de identificar a raiva no animal agressor, como também de orientar o paciente, sem perda de tempo, para que faça o tratamento anti-rábico imediato; a rapidez do mesmo será tanto mais imperiosa quanto maior o número de lesões produzidas e quanto mais próximos da cabeça tais ferimentos.

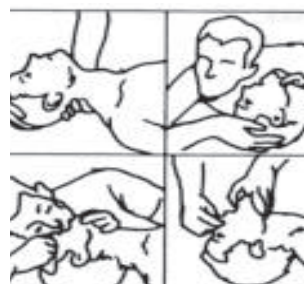
8. Socorro ao asfíxiado: Em certos tipos de traumatismo como aqueles que atingem a cabeça, a boca, o pescoço, o tórax; os que são produzidos por queimaduras no decurso de um incêndio; os que ocorrem no mar, nos soterramentos etc. poderá haver dificuldade respiratória e o paciente corre mais risco de morrer pela asfixia do que pelas lesões traumáticas. Nesse caso, a identificação da dificuldade respiratória pela respiração barulhenta nos indivíduos inconscientes, pela falta de ar de que se queixam os conscientes, ou ainda, pela cianose acentuada do rosto e dos lábios, servirá de guia para o socorro à vítima. A norma principal é favorecer a passagem do ar através da boca e das narinas; colocar, inicialmente, o paciente em decúbito ventral, com cabeça baixa, desobstruir a boca e as narinas, manter o seu pescoço em linha reta, mediante a projeção do queixo para trás, o que se poderá fazer tracionando a mandíbula com os dedos, como se fora para manter fechada a boca do

socorrido; se houver vômitos, vira-se a cabeça da vítima para o lado até que cessem, limpando-lhe a boca em seguida. Não se deve esquecer de colocar o paciente em ambiente de ventilação adequada e ar puro. A parada respiratória requer imediata respiração artificial, contínua e incessante, num ritmo de 16 vezes por minuto, até que chegue o socorro médico, não importando que atinja uma hora ou mais.

9. Transporte do paciente: Algumas vezes é indispensável transportar a vítima utilizando meios improvisados, a fim de que se beneficie de um socorro médico adequado; em princípio, o leigo não deverá fazer o transporte de qualquer paciente em estado aparentemente grave, enquanto estiver perdendo sangue, enquanto respirando mal, enfim, enquanto duas condições não pareçam satisfatórias. O transporte pode por si só causar a morte de um paciente traumatizado. Tomando em consideração essas observações, devem-se verificar as condições gerais do enfermo, o veículo a ser utilizado, o tempo necessário ao transporte. Havendo meios de comunicação, será útil pedir instruções ao hospital mais próximo. Estabelecida a necessidade do transporte, torna-se necessário observar os seguintes detalhes: (a) remoção do paciente para o veículo, o que deverá ser feito evitando aumentar as lesões existentes, sobretudo no caso de fratura de coluna e de membros; em casos especiais, o transporte pode ser feito por meio de veículos a motor, padiolas e, mais excepcionalmente por avião; (b) veículo utilizado: deve atender, em primeiro lugar, ao conforto do paciente; os caminhões ou caminhonetes prestam-se melhor a esse mister; (c) caminho a percorrer: é desnecessário encarecer a importância do repouso dos traumatizados, evitando abalos durante o transporte; pode ser necessário sustá-lo, caso as condições do enfermo se agravem; (d) acompanhante: a vítima deve ser acompanhada por pessoa esclarecida que lhe possa ser útil durante a viagem; (e) observação: o transporte em avião constitui um dos melhores pela ausência de trepidação e maior rapidez; todavia, a altitude pode ser nociva para pacientes gravemente traumatizados de tórax, sobretudo se estiverem escarrando sangue ou com falta de ar.⁶

Primeiros Socorros no Trânsito

- Sinalização do local do acidente;
- Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via, etc;
- Verificação das condições gerais da vítima;
- Cuidados com a vítima;



Primeiros Socorros são procedimentos, cuidados imediatos e imprescindíveis, que precisam ser prestados a vítimas de acidentes, antes da chegada do atendimento médico.

Entretanto, quem presta os primeiros socorros, deve estar consciente de suas próprias limitações e não tentar substituir o médico ou profissionais especializados.

1 - PRIMEIROS SOCORROS EM ACIDENTES

O atendimento imediato, a presteza e atuação correta do socorrista, pode ser vital para a vítima e até evitar consequência graves.

- Cuide de sua segurança - O veículo deve estar posicionado em um local seguro e somente desembarcar pessoas que tenham condições de ajudar.
- Sinalize e isole o local do acidente - Use triângulo, galhos de árvores ou outros objetos que devem ser colocados a uma distância segura do local.
- Não tome nenhuma atitude antes de examinar - observe bem o acidente para melhor se informar e saber o que fazer, além de prestar melhores esclarecimentos ao atendimento médico.
- Se estiver escuro não use fósforos ou qualquer objeto inflamável - No caso de vazamento de gases pode provocar incêndios.
- Peça ajuda - Evite agir sozinho, principalmente na remoção ou movimentação de veículos ou objetos pesados.

Respiração Artificial:

Respiração artificial é processo mecânico empregado para restabelecer a respiração, e deve ser ministrado imediatamente, em todos os casos de asfixia. Estes começam com uma parada respiratória e podem evoluir para uma parada cardíaca. Garantindo-se a oxigenação pulmonar, há grande probabilidade de reativação do coração e da respiração.

A respiração artificial só obterá êxito se a pessoa for atendida o mais cedo possível. Se o paciente for atendido nos primeiros 2 minutos, a probabilidade de salvamento será de 90%. Portanto, o atendimento deve ser feito de imediato, no próprio local do acidente e por qualquer pessoa presente.

Respiração boca-a-boca:

Como o nome indica, trata-se de uma técnica simples em que o socorrista procura apenas encher os pulmões do acidentado, soprando fortemente em sua boca. Para garantir a livre entrada de ar nas vias respiratórias a cabeça do acidentado tem que está na posição adequada. Im-

⁶ Texto adaptado de Everton Herzer

portante: o pescoço deve ser erguido e flexionado para trás. Em seguida, com ajuda dos polegares, deve-se abrir a boca da vítima. Feito isso, inicie o contato boca-a-boca, descrito a seguir:

Aperte as narinas para evitar que o ar escape.

Coloque sua boca sobre a do paciente e sopre com força.

Afaste a boca para permitir o esvaziamento do pulmão do acidentado.

Repita a manobra quantas vezes forem necessárias.

Em casos de ferimento nos lábios, pratique o método boca-a-nariz. Esse método é quase igual ao método boca-a-boca, com a diferença de exigir o cuidado de fechar a boca do acidentado enquanto se sopra por suas narinas.

Parada Cardíaca:

A asfixia pode ser acompanhada de parada cardíaca. Nesses casos graves deve-se tentar reanimar os batimentos cardíacos por meio de um estímulo exterior, de natureza mecânica, fácil de ser aplicado por qualquer pessoa. A parada cardíaca é de fácil reconhecimento, graças a alguns sinais clínicos:

- inconsciência
- ausência de batimentos cardíacos
- parada respiratória
- extremidades arroxeadas
- palidez intensa
- dilatação das pupilas

A primeira providência antes da chegada do médico, é a massagem cardíaca. Trata-se da compressão ritmada do tórax da vítima, na altura do coração, por efeito de pressão mecânica. Em casos de asfixia, o exercício pode - e deve ser realizado continuamente até a chegada do médico ou no caso de morte comprovada do acidentado.

Massagem Cardíaca:

Deite o acidentado de costas, sobre uma superfície dura.

Faça pressão sobre o esterno (osso que fica na frente e no centro do tórax), para comprimir o coração de encontro do arco costal posterior e à coluna vertebral. Descomprima rapidamente. Repita a manobra, em um ritmo de 60 a 70 vezes por minuto, até batimentos espontâneos ou até a chegada do médico. A pressão aplicada depende da estrutura física da vítima, para se evitar fraturas.

Hemorragia:

Hemorragia é a perda de sangue devido ao rompimento de um vaso, que tanto pode ser uma veia quanto uma artéria. Qualquer hemorragia deve ser controlada imediatamente, pois pode levar a vítima à morte em 3 ou 5 minutos se não forem controladas. A hemorragia pode ser interna ou externa.

Para estancar a hemorragia:

Aplique uma compressa limpa de pano, lenço, toalha ou gaze sobre o ferimento e pressione com firmeza. Para manter a compressa firme, utilize uma tira de pano, gravata ou cinto.

Se o ferimento for pequeno estanque a hemorragia com o dedo, pressionando-o fortemente sobre o corte.

Se o ferimento for em uma artéria, ou em um membro, pressione a artéria acima do ferimento para interromper a circulação, de preferência apertando contra o osso.

Hemorragia Nasal:

Em acidentes de trânsito é comum que a cabeça do motorista ou de um passageiro se choque contra o painel ou outro obstáculo, principalmente quando não se usa o cinto de segurança. O resultado, freqüentemente, é a hemorragia nasal. Se o sangue começa a jorrar pelo nariz é preciso que se tome os seguintes cuidados:

Ponha o paciente sentado, com a cabeça voltada para trás e aperte-lhe as narinas durante uns 4 ou 5 minutos. Se a hemorragia persistir, coloque um tampão com gaze ou algodão dentro das narinas. Além disso aplique um plano umedecido sobre o nariz.

Se houver gelo, uma compressa pode ajudar muito.

Hemorragia Estomacal:

Normalmente, a pessoa tem náuseas antes da perda de sangue. Coloque-a deitada de lado com a cabeça virada lateralmente. Procure socorro médico.

Hemorragia Pulmonar:

Após acessos de tosse, sai sangue pela boca em goladas. Coloque a pessoa deitada de lado com a cabeça mais alta que o corpo. Não deixe-a falar, tente mantê-la calma e procure um médico imediatamente.

Fraturas:

Há dois tipos de fratura:

Fratura Fechada: quando o osso quebrado não aparece na superfície.

Fratura Exposta: quando o osso aparece na superfície corporal, pelo rompimento da carne e pele.

O que fazer na fratura fechada:

- Restrinja a movimentação ao mínimo indispensável
- Cubra a área lesada com pano ou algodão
- Imobilize o membro com talas ou apoios adequados
- Fixe as talas com ataduras ou tiras de pano, de maneira firme, mas sem apertar
- Remova o acidentado para o hospital mais próximo.
- Não tente colocar os ossos fraturados no lugar!

O que fazer na fratura exposta:

- Faça um curativo protetor sobre o ferimento, com gaze ou pano limpo
- Se houver hemorragia abundante, procure contê-la conforme indicado anteriormente
- Imobilize o membro fraturado (aplique talas)
- Chame um médico ou leve a vítima para o hospital mais próximo
- Não desloque ou arraste a vítima até que a região fraturada tenha sido imobilizada.

O que fazer na fratura do crânio:

Mantenha a vítima recostada, no maior repouso possível.

Em caso de hemorragia no couro cabeludo, envolva a cabeça com uma faixa ou pano limpo.

Se houver parada respiratória, inicie a respiração boca-a-boca.

Imobilize a cabeça do acidentado, afrouxe suas roupas em torno do pescoço e mantenha-o agasalhado.

Conduza o paciente para o hospital o mais rápido possível.

O que fazer na fratura da coluna vertebral:

A fratura da coluna vertebral constitui uma das emergências mais delicadas em casos de acidentes de trânsito. Se mal atendida, a vítima pode ter sequelas permanentes graves.

É preciso muito cuidado na correta identificação desse tipo de lesão e na conduta do socorrista. Qualquer erro pode ter consequências sérias. Se possível, conte com a ajuda de alguma equipe especializada. Caso não seja possível, aja você mesmo. Mas sempre com muito cuidado.

Observe a respiração da vítima. Se houver parada respiratória, inicie a respiração boca-a-boca;

Mantenha a vítima agasalhada e imóvel;

Não remova o acidentado até a chegada de equipe especializada.⁷

Acesse o link a seguir e veja na íntegra a Cartilha de Primeiros Socorros – DENATRAN:

http://www.vias-seguras.com/documentacao/documentos_temas_o_a_z/doc_socorros_em_acidentes_de_transito/nocoes_de_primeiros_socorros_no_transito



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (FCC/2015 – TRT/9ª REGIÃO -PR) Em uma situação de atendimento de vítima de atropelamento em uma avenida de grande circulação, a primeira preocupação que um indivíduo leigo deve ter ao se aproximar da cena é:

- a) avaliar a segurança do local.
- b) procurar por hemorragia na vítima.
- c) iniciar a coleta de informações sobre a causa do acidente.
- d) imobilizar a coluna cervical da vítima.
- e) verificar se a vítima está respirando adequadamente.

Resposta: Letra A

Em "b" e "c", Errados – não se deve mexer na vítima, isso deve ser feito pelos paramédicos.

Em "c", Errado – coleta de informações sobre o ocorrido é competência dos policiais que atenderem a ocorrência.

Temos então "a" e "e", ambas podem ser feitas (no caso da "e" sem que se mexa o ferido), porém, o enunciado pede pela primeira preocupação, e esta deve ser a verificar a segurança e tentar isolar o local, evitando assim, que outro acidente acabe por acontecer.

⁷ Fonte: www.multcarpo.com.br

PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.

A preservação do meio ambiente também deve ser praticada no trânsito!

A preservação do meio ambiente é uma das questões mais debatidas nos últimos tempos. E é necessário estarmos atentos a práticas que ajudem a diminuir a poluição nas grandes cidades. E o uso de veículos automotores está diretamente ligado a dois tipos de poluição: sonora e atmosférica.

Condutores e pedestres que ficam constantemente expostos à emissão de gases poluentes e aos altos ruídos produzidos pelo trânsito aumentam as chances de dano à saúde, podendo desenvolver problemas respiratórios, cardiovasculares e também quadros graves de estresse.

Mas existem ações que ajudam a diminuir os danos ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, podem trazer mais economia ao condutor:

- Fazer uma manutenção periódica do motor, mantendo-o bem regulado. Além de proporcionar uma economia de cerca de 10% no consumo de combustível, evita a emissão excessiva de gases nocivos na atmosfera. Além disso, diminui a emissão de ruídos;
- Controlar a pressão dos pneus, uma vez que estando muito baixa, aumenta o consumo de combustível;
- Manter a bateria carregada e em boas condições de uso;
- Usar a buzina somente quando for estritamente necessário;
- Conservar o óleo do motor sempre no nível determinado;
- Evitar reduções constantes de marcha, acelerações bruscas e freadas em excesso;
- Tentar manter uma velocidade constante, respeitando a sinalização.

Além disso, é muito importante que os usuários da via sejam conscientes e não joguem lixo no chão. O ideal é manter uma pequena lixeira (que pode ser uma sacola ou um acessório específico para isso) dentro do veículo. Já os pedestres devem sempre procurar o local adequado para descartar o seu lixo. Além de ajudar a manter a cidade limpa e arrumada, o descarte correto de resíduos evita que bueiros fiquem entupidos em situações de chuva, agravando o risco de enchentes.

A preservação do meio ambiente também é uma responsabilidade de todos nós! Se tivermos mais consciência de nossas ações, melhoraremos o nosso convívio no trânsito e aumentaremos nossa qualidade de vida!⁸

Poluição veicular e sonora

A poluição do ar nas cidades é hoje uma das mais graves ameaças à qualidade de vida. Os principais causadores da poluição do ar são os veículos automotores. Os gases que saem do escapamento contêm monóxido de

⁸ Fonte: www.viverseguronotransito.com.br

carbono, óxidos de nitrogênio, hidrocarbonetos, óxidos de enxofre e material particulado (fumaça preta). A quantidade desses gases depende do tipo e da qualidade do combustível e do tipo e da regulação do motor. Quanto melhor é a queima do combustível ou, melhor dizendo, quanto melhor regulado estiver seu veículo, menor será a poluição.

A presença desses gases na atmosfera não é só um problema para cada uma das pessoas, é um problema para toda a coletividade do planeta. O monóxido de carbono não tem cheiro, nem gosto e é incolor, sendo difícil sua identificação pelas pessoas. Mas é extremamente tóxico e causa tonturas, vertigens, alterações no sistema nervoso central e pode ser fatal, em altas doses, em ambientes fechados.

Preservar o meio ambiente é uma necessidade de toda a sociedade, para a qual todos devem contribuir.

O dióxido de enxofre, presente na combustão do diesel, provoca coriza, catarro e danos irreversíveis aos pulmões e também pode ser fatal, em doses altas. Os hidrocarbonetos, produtos da queima incompleta dos combustíveis (álcool, gasolina ou diesel), são responsáveis pelo aumento da incidência de câncer no pulmão, provocam irritação nos olhos, no nariz, na pele e no aparelho respiratório. A fuligem, que é composta por partículas sólidas e líquidas, fica suspensa na atmosfera e pode atingir o pulmão das pessoas e agravar quadros alérgicos de asma e bronquite, irritação de nariz e garganta e facilitar a propagação de infecções gripais.

A poluição sonora provoca muitos efeitos negativos. Os principais são distúrbios do sono, estresse, perda da capacidade auditiva, surdez, dores de cabeça, distúrbios digestivos, perda de concentração, aumento do batimento cardíaco e alergias. Alguns procedimentos contribuem para reduzir a poluição atmosférica e a poluição sonora. São eles:

- Regule e faça a manutenção periódica do motor;
- Calibre periodicamente os pneus;
- Não carregue excesso de peso;
- Troque de marcha na rotação correta do motor;
- Evite reduções constantes de marcha, acelerações bruscas e freadas excessivas;
- Desligue o motor numa parada prolongada;
- Não acelere quando o veículo estiver em ponto morto ou parado no trânsito;
- Mantenha o escapamento e o silencioso em boas condições;
- Faça a manutenção periódica do equipamento destinado a reduzir os poluentes - catalisador (nos veículos em que é previsto).

Problemas causados pela relação inconsequente entre veículos automotores e o meio ambiente

- Poluição atmosférica, das águas, do solo, visual, sonora.
- Superaquecimento do planeta e todos os comprometimentos que isto desencadeia.
- Buraco na camada de ozônio e todos os comprometimentos que isto desencadeia.
- Chuva ácida e todos os comprometimentos que isto desencadeia.

- Inversão térmica.
- Contaminação da água potável e todos os comprometimentos que isto desencadeia.
- Contaminação das águas dos mares e oceanos.
- Morte de plânctons, fitoplânctons, animais e vegetais marinhos.
- Desertificação devido a extração de matéria prima para a fabricação dos veículos.
- Erosão, resultante do mau planejamento das estradas.
- Agressões contra o meio ambiente, resultante dos acidentes com o transporte de produtos tóxicos poluentes.
- Incêndios devastadores, causados pelo uso inadequado de lugares de descanso às beiras das rodovias, ou cigarro jogado pela janela do veículo.
- Enchentes nas cidades, provocadas por descarte e acúmulo de lixo, entupindo bueiros, rios, lagos.
- Mortes de animais silvestres, provocados pelo excesso de velocidade e descaso com as regras de circulação e à sinalização.⁹

Veículos automotores poluem:

Em movimento:

- A queima de combustível para a impulsão, libera gases e partículas.
- Freadas bruscas e 'cantar' os pneus, solta dos pneus e freios o amianto, altamente cancerígeno, força e desgasta o motor, desperdiçando combustível.
- As peças do veículo quando trabalham, entram em conexão umas com as outras resultando em seu desgaste, eliminando partículas metálicas para o solo e a água.

Parados:

- Evaporação do óleo do cárter e do combustível.
- Combustível que escorre durante o abastecimento, ou vaza do tanque por algum defeito.
- Evaporação dos outros lubrificantes.

Desregulados:

- Emissão de fumaça e fuligem do escapamento.
- Queima excessiva de combustível e lubrificantes.
- Evaporação de combustível por desgaste de juntas e outras peças.
- Eliminação das partículas pesadas que se desprendem, durante a conexão de uma peça com outra.
- Peças desgastadas.

Combustível adulterado:

- Entupimento da bomba de gasolina.
- Corrosão pelo solvente das peças que compõem a injeção eletrônica.
- Comprometimento do motor, por acúmulo de resíduos nos cilindros, atingindo também a bomba de óleo.

Na manutenção:

- Muitos tipos de fluídos tóxicos são utilizados nos veículos: óleos de motor, freios, transmissão, água de bateria, etc.
- A substituição e descarte dos fluídos devem seguir normas para não agredirem a natureza.

⁹ Fonte: www.autoescolateles.com.br

Grandes Poluentes

- Materiais particulados pesados: fuligem que sai dos escapamentos, desgaste dos pneus, todas as peças metálicas e plásticas, carrocerias, vidro, lubrificantes, óleos dos veículos automotores.
- Fumaça preta: a combustão incompleta do combustível, principalmente nos veículos a diesel provoca a fumaça preta, que concentram gases tóxicos, compostos de chumbo, dióxido de enxofre, hidrocarbonetos, aldeídos e outros.
- Monóxido de carbono: gás incolor e inodoro, ao ser aspirado a pessoa e os animais não percebem que estão se intoxicando, causa a morte.
- Dióxido de carbono (CO₂): absorve os raios infravermelhos do sol, acarretando aumento de temperatura sobre a superfície terrestre. Provoca o derretimento de gelo nas calotas polares.
- Gás carbônico (CO): resultante da queima dos combustíveis fósseis, minerais e dos derivados de vegetais.
- O gás carbônico, chumbo e enxofre são altamente tóxicos e venenosos para a vida.

Economizando combustível e preservando o meio ambiente

- Trocar a marcha na rotação correta.
- Evitar reduções constantes de marcha, acelerações e freadas bruscas.
- Evitar paradas prolongadas com o motor em funcionamento.
- Manter a velocidade constante, tirando o pé do acelerador quando o veículo estiver parado, ao fechar o semáforo ou o trânsito parar a frente.
- Tirar o pé da embreagem, ela somente é usada para a troca de marchas.
- Não manter a mão apoiada no câmbio.
- Não acelerar o motor com o veículo parado.
- Não arrancar bruscamente, fazendo os pneus patinarem.
- Não deixar o veículo funcionando em garagens ou ambientes fechados.
- Fazer revisão e manutenção periódica do veículo.
- Observar a vida útil dos componentes de controle de poluição do veículo.
- Preservar o veículo regulado.

Cuidados na substituição de fluídos

A manipulação de fluídos sem conhecimento pode trazer riscos para a saúde e danos para meio ambiente. Isto deve ser feito em oficinas especializadas.

Regras Básicas para a colocação e substituição de fluídos

- Bateria: evitar o contato com a pele e olhos, não se aproximar da bateria com cigarros acesos, chamas ou possíveis fontes de faíscas, pois os gases são explosivos. Deve-se procurar estabelecimento autorizado.

- Óleo do motor - reabastecimento para nível baixo: remover a tampa do bocal de enchimento do reservatório de óleo. Verificar o nível com a vareta de medição. Colocar o óleo com auxílio de um funil para evitar o derramamento fora do reservatório. Limpar a tampa internamente e recolocá-la. Utilizar apenas os óleos recomendados para o veículo.
- Troca de óleo do motor: o óleo deve ser escoado ainda quente, em estabelecimento autorizado, bastando remover o bujão de escoamento e a tampa do bocal de enchimento. Substitua o anel de vedação do bujão de escoamento e na reinstalação, aperte-o moderadamente.
- Sistema de refrigeração do motor: verificação do nível do líquido: Deve-se procurar oficina especializada. Em caso de extrema necessidade, o reservatório poderá ser reabastecido com água. A tampa do reservatório não deve ser removida com o motor quente.
- Óleo de transmissão: a transmissão dispensa a troca de óleo. O nível deve ser verificado apenas quando se constatar algum vazamento, Neste caso, mande verificar a causa do vazamento e a conserte.
- Reservatório do fluido da direção hidráulica: com o veículo nivelado e o motor em marcha lenta, o nível deve estar entre as marcas: máx. e mín. do reservatório. Caso seja necessário completá-lo, procure uma oficina de confiança. Deve-se evitar que este fluido entre em contato com as partes quentes do motor, pois ele é inflamável. Se isso acontecer, deve-se lavar imediatamente com água as partes afetadas.
- Reservatório do fluido de freio: a ligeira baixa do nível do reservatório é normal, pois o ajuste do freio é feito automaticamente. Mas se a baixa for acima do normal, é sinal de vazamento no sistema. Nesse caso, deve-se procurar um estabelecimento autorizado. O fluido dos freios absorve a umidade. Por isso, se o veículo for usado nas regiões muito úmidas, o líquido deve ser substituído com mais frequência do que o indicado no manual do veículo. Para segurança das pessoas e do meio ambiente, deve-se procurar um estabelecimento autorizado ou oficina especializada.

Fluídos lubrificantes e o meio ambiente

O descarte de óleos lubrificantes geram graves danos ambientais.

Ficam proibidos:

- Quaisquer descarte de óleos em solos, águas subterrâneas, mar e sistemas de esgotos.
- Qualquer forma de eliminação de óleos que provoquem contaminação atmosférica.
- A industrialização e comercialização de novos óleos lubrificantes não recicláveis, nacionais ou importados.

Obrigações dos geradores de óleos usados

- Armazenamento seguro em lugar acessível à coleta, em recipientes adequados e resistentes a vazamentos.
- Adotar medidas que evitem que estes lubrificantes sejam contaminados por produtos químicos, combustíveis, solventes e outras substâncias.
- Destinar estes lubrificantes para a recepção, coleta, refino ou outro meio de reciclagem autorizado por órgão ambiental competente.
- Fornecer informações aos coletores autorizados sobre os possíveis contaminantes adquiridos pelo óleo usado, durante o seu uso normal.
- Os lubrificantes usados ou contaminados provenientes de atividades industriais, devem ser repassados exclusivamente aos coletores autorizados.¹⁰

Você e o meio ambiente

A sujeira jogada na via pública ou nas margens das rodovias estimula a proliferação de insetos e de roedores, o que favorece a transmissão de doenças contagiosas. Outros materiais jogados no meio ambiente, como latas e garrafas plásticas, levam muito tempo para ser absorvidos pela natureza. Custa muito caro para a sociedade manter limpos os espaços públicos e recuperar a natureza afetada. Por isso:



- Mantenha sempre sacos de lixo no veículo. Não jogue lixo na via, nos terrenos baldios ou na vegetação à margem das rodovias;
- Entulhos devem ser transportados para locais próprios. Não jogue entulho nas vias e suas margens;
- Em caso de acidente com transporte de produtos perigosos (químicos, inflamáveis, tóxicos), procure isolar a área e impedir que eles atinjam rios, mananciais e flora;
- Faça a manutenção, conservação e limpeza do veículo em local próprio. Não derrame óleo ou descarte materiais na via e nos espaços públicos;
- Ao observar situações que agredem a natureza, sujam os espaços públicos ou que também podem causar riscos para o trânsito, solicite ou colabore com sua remoção e limpeza;
- O espaço público é de todos, faça sua parte mantendo-o limpo e conservado.

¹⁰ Fonte: www.educacaotransito.pr.gov.br

Você e a relação com o outro

Na introdução deste capítulo, falamos sobre o relacionamento das pessoas no trânsito. Para melhorar o convívio e a qualidade de vida, existem alguns princípios que devem ser a base das nossas relações no trânsito, a saber:



• Dignidade da pessoa humana

Princípio universal do qual derivam os Direitos Humanos e os valores e atitudes fundamentais para o convívio social democrático.

• Igualdade de direitos

É a possibilidade de exercer a cidadania plenamente por meio da equidade, isto é, a necessidade de considerar as diferenças das pessoas para garantir a igualdade, fundamentando a solidariedade.

• Participação

É o princípio que fundamenta a mobilização das pessoas para se organizarem em torno dos problemas do trânsito e suas consequências para a sociedade.

• Co-responsabilidade pela vida social

Valorizar comportamentos necessários à segurança no trânsito e à efetivação do direito de mobilidade a todos os cidadãos. Tanto o Governo quanto a população têm sua parcela de contribuição para um trânsito melhor e mais seguro. Faça sua parte.

EXERCÍCIO COMENTADO

1. (Iniciativa Global/2016 – CIAS/MG) “Preservar o meio ambiente é uma necessidade de toda a sociedade, para a qual todos devem contribuir”. No Manual de Direção defensiva do DENATRAN de 2005 existem alguns procedimentos que contribuem para a redução da poluição atmosférica e da poluição sonora:

1. Regular e fazer a manutenção periódica do seu motor.
2. Não calibrar periodicamente os pneus.
3. Carregar excesso de peso.
4. Trocar de marcha na rotação correta do motor.
5. Evitar reduções constantes de marcha, acelerações bruscas e freadas excessivas.
6. Manter o motor ligado mesmo durante uma parada prolongada.
7. Acelerar quando o veículo estiver em ponto morto ou parado no trânsito.

8. Manter o escapamento e o silencioso em boas condições.
9. Fazer a manutenção periódica do equipamento destinado a reduzir os poluentes – catalizador (nos veículos em que é previsto).

Conforme o Manual de Direção defensiva do DENATRAN de 2005, dos procedimentos acima citados, quais colaboram para o aumento da poluição atmosférica e da poluição sonora?

- a) 2, 4, 6, 8
b) 1, 3, 5, 7
c) 1, 5, 7, 9
d) 2, 3, 6, 7

Resposta: Letra D.

Atenção: o texto de base fala de procedimentos que contribuem para a redução da poluição atmosférica e sonora, no entanto, o enunciado pede os procedimentos que colaboram para o aumento dessa poluição.

Em "1", Errado – A pressão incorreta dos pneus é uma das causas mais comuns de alto consumo de combustível.

Em "2" e "6", Errados – na "2", o peso gera aumento no consumo do combustível e na "6", trata-se de um consumo que ocorre quando o carro não está em movimento, podendo ser evitado ao ser desligado.

Em "7", Errado – aumenta rotação sem que o carro esteja em movimento gerando assim um aumento de poluição sonora.

CIDADANIA.

Cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país, por parte dos seus respectivos cidadãos (indivíduos que compõem determinada nação).

A cidadania também pode ser definida como a condição do cidadão, indivíduo que vive de acordo com um conjunto de estatutos pertencentes a uma comunidade politicamente e socialmente articulada.

Uma boa cidadania implica que os direitos e deveres estão interligados, e o respeito e cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada e justa.

Qual a importância da cidadania?

Teoricamente, a aplicação do conceito de cidadania é imprescindível para que haja uma melhor organização social. Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações, garantindo que estes sejam colocados em prática.

Exercer a cidadania é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. Preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação de um país.

Direitos e deveres

A cidadania é constituída pela junção de uma série de direitos e deveres, que variam de acordo com cada nação ou grupo social. No entanto, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, alguns tópicos passaram a ser considerados universais para quase todos os seres humanos.

Entre alguns dos principais deveres e direitos dos cidadãos está:

Deveres do cidadão

- Votar para escolher os governantes;
- Cumprir as leis;
- Educar e proteger seus semelhantes;
- Proteger a natureza;
- Proteger o patrimônio público e social do País.

Direitos do cidadão

- Direito à saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, lazer, entre outros;
- O cidadão é livre para escrever e dizer o que pensa, mas precisa assinar o que disse e escreveu;
- Todos são respeitados na sua fé, no seu pensamento e na sua ação na sociedade;
- O cidadão é livre para praticar qualquer trabalho, ofício ou profissão, mas a lei pode pedir estudo e diploma para isso;
- Só o autor de uma obra tem o direito de usá-la, publicá-la e tirar cópia, e esse direito passa para os seus herdeiros;
- Os bens de uma pessoa, quando ela morrer, passam para seus herdeiros;
- Em tempo de paz, qualquer pessoa pode ir de uma cidade para outra, ficar ou sair do país, obedecendo a lei feita para isso.

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais e direitos políticos

Os direitos fundamentais são os **direitos humanos** positivados na Constituição Federal de 1988, os quais devem ser garantidos e protegidos pelo Estado.

No tocante as garantias fundamentais, elas são uma forma ou, até mesmo um instrumento, para **garantir a efetivação dos direitos**. A Carta Magna ampliou a proteção aos direitos fundamentais e por isso ficou conhecida como Constituição cidadã.

Os direitos e garantias fundamentais possuem aplicabilidade imediata, isto é, a existência deles é suficientemente para produzirem os devidos efeitos. Eles estão tutelados no Título II da Constituição Federal, nos art. 5º ao 17. Ainda assim, destaca-se que os direitos citados nesses artigos não proíbem a existência de outros.

O art. 5º é um dos artigos mais importantes do texto Constitucional, o qual protege a igualdade entre todos, tutelando os direitos coletivos e os direitos individuais nos seus 78 incisos. Vejamos alguns:

1. homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
2. ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

3. ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
4. é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
5. é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
6. é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
7. é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
8. ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
9. é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
10. são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
11. é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
12. todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
13. não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;
14. a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;
15. a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
16. a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;
17. não haverá penas:
 - de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
 - de caráter perpétuo;
 - de trabalhos forçados;
 - de banimento;
 - cruéis;
18. são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;
19. ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;
20. o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;
21. será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

22. a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem, DENTRE OUTROS.

Do art. 6º ao 11º, a Carta Magna trata dos direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, dando o enfoque nos direitos dos trabalhadores.

Tanto os trabalhadores urbanos como os rurais tem o direito a seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, fundo de garantia do tempo de serviço, salário mínimo, fixado em lei, garantia de salário, décimo terceiro salário, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, salário-família para os seus dependentes, gozo de férias anuais, licença à gestante, aposentadoria, proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência, proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos, dentre outros.

Quanto ao sindicalismo, ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato, é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei e etc.

Ainda assim, importante informar que o Direito Coletivo se compõe de direitos transindividuais de pessoas que se conectam por uma relação jurídica, tendo base de si mesmo ou com outro indivíduo, podendo as pessoas ser determinadas ou determináveis.

Isto é, os Direitos Coletivos abrangem todo o grupo da categoria que possuem uma relação jurídica já pré-existente ao dano ou a lesão, pois, esse direito irá tutelar esse grupo que já subsiste ao prejuízo e não os que não se enquadram na relação.

No tocante ao Direito Individual, estes são os interesses que têm a mesma origem e também a mesma causa. Eles acontecem de acordo com uma mesma situação que se aplica a cada um individualmente, e, ainda que contenham características "individuais", no fim possuem origem comum.

Dos Direitos Sociais

Conforme tutela a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 6º ao 11º, os direitos sociais são todos os **direitos fundamentais/ básicos que devem ser compartilhados por todos da sociedade**, sem distinção de gênero, etnia, sexo, classe econômica, religião, e etc.

A finalidade e objetivo do direito social é buscar sempre resolver as questões sociais. Isto é, todas as situações que representam as desigualdades da sociedade, para que todas as pessoas tenham e vivam com o **mínimo de qualidade de vida e dignidade**.



#FicaDica

Os direitos sociais são tutelados e protegidos pela **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948), sendo que, apenas neste momento histórico (pós 2ª guerra mundial) que o mundo começou a trabalhar com esses direitos.

O art. 6º da CF prevê que o direito a saúde, educação, alimentação, trabalho, lazer, segurança, assistência, previdência, proteção a maternidade e a infância, dentre outros, são direitos essenciais e básicos que todos devem ter.

O art. 7º da CF prevê os direitos dos trabalhadores, seja eles rurais ou urbanos, todos possuem direitos como: seguro desemprego, FGTS, adicional noturno, férias, 13º salário, repouso semanal remunerado, licença maternidade e paternidade, aposentadoria, aviso prévio, dentre outros.

Já o art. 8º da CF, tutela sobre os direitos e deveres dos sindicatos, e o art. 9º protege o direito de greve dos trabalhadores.

Vejam os que diz a CF/88 em termos integrais:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família para os seus dependentes;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à do normal;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX - ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de:

a) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;

b) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural;

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

a) (Revogada).

b) (Revogada).

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 72, de 2013)

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Da Nacionalidade

Os brasileiros natos são:

- os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira;

Os naturalizados são:

- os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. (redação da EC nº 3/94)



FIQUE ATENTO!

Os portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Presidente da Câmara dos Deputados, de Presidente do Senado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas, são cargos que apenas os brasileiros NATO podem exercer.

O brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional ou adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária, perderá a nacionalidade de brasileiro.

Dos Direitos Políticos

O voto será direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito, referendo, iniciativa popular.

O voto é obrigatório para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Para ter elegibilidade a pessoa deve ter a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária, a idade mínima de:

- trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- dezoito anos para Vereador.



FIQUE ATENTO!

São inelegíveis os inavistáveis e os analfabetos, e também, são inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
- incapacidade civil absoluta;
- condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
- improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (PC-SE – DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE – 2018)

Julgue o item seguinte, relativo aos direitos e deveres individuais e coletivos e às garantias constitucionais.

Conforme texto constitucional vigente, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra terão de ser comunicados em até vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou a pessoa por ele indicada.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. O art. 5º, LXII estipula que: “a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada” (grifo nosso).

2. (PC-SE – DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE – 2018)

Julgue o item seguinte, relativo aos direitos e deveres individuais e coletivos e às garantias constitucionais.

Em caso de perigo à integridade física do preso, admite-se o uso de algemas, desde que essa medida, de caráter excepcional, seja justificada por escrito.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. Trata-se de hipótese de aplicação da Súmula Vinculante n. 11 que disciplina o uso de algemas contra prisões arbitrárias e ilegais.

3. (IPHAN – AUXILIAR INSTITUCIONAL – ÁREA 1 – CESPE – 2018)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item seguinte.

O direito de resposta proporcional a um cidadão que tenha sido ofendido não impede o direito à indenização por dano material, moral ou à imagem.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. É o que prevê nos exatos termos do art. 5º, inciso V da CF.

LEI Nº 9.503 DE 23/09/97, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.

Prezado candidato, o tópico acima já foi abordado ao decorrer da matéria.

ÉTICA E SIGILO PROFISSIONAL.

No mercado profissional, a cada dia mais competitivo e com regras mais e mais tênues, assuntos como ética e moral parecem pouco a pouco menos valorizados, porém, mesmo essa desvalorização não tira a importância do que esses tópicos significam. O comportamento ético do profissional é o que pode garantir o respeito e a estabilidade no emprego. Ser ético e moral de acordo com a sociedade e a organização em que está incluído valoriza o profissional de modo a transformá-lo em um elemento importante na empresa.

Ética, do grego *ethos*, diz respeito a parte da filosofia que se preocupa com a reflexão das noções e princípios que fundamentam a vida moral, enquanto a Moral – do latim *mos, moris* – é a aplicação, a prática do conjunto de normas livres conscientemente adotadas para organizar e servir de base na convivência das pessoas em sociedade, tendo em vista o certo e o errado.

Os princípios éticos definem o comportamento dos seres humanos, são abrangentes e se colocam acima de leis e até mesmo de costumes, definindo muito mais um horizonte a que as pessoas, a partir de condutas morais conhecidas e estabelecidas pela convivência e o meio, pretendem chegar. No âmbito profissional, quando buscamos ser éticos e agir de acordo com a moral, respeitando regras estabelecidas, respeitando as pessoas e es-

tabelecendo uma convivência nisso baseada, tende-se a criar aos olhos de empregador e de empregados uma visão de respeito, como citado, uma visão que valoriza o profissional e cria confiança.

Por mais que uma postura ética não consiga alterar o meio em que ela é tomada, para o indivíduo, como iniciativa, ela se mostra benéfica e até mesmo o contato com o público externo torna-se mais fácil, produtivo e mesmo lucrativo ao criar um contexto de comunicação em que acontece fluidez, em que se sabe ouvir e prestar serviço de qualidade.

Uma verdadeira postura focada nas relações humanas e, assim, essencial.

LEI FEDERAL Nº 13.022/2014.

Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as guardas municipais, disciplinando o § 8º do art. 144 da Constituição Federal.

Art. 2º Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

- I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;*
- II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;*
- III - patrulhamento preventivo;*
- IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e*
- V - uso progressivo da força.*

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.

Parágrafo único. Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;

II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;

III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;

V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;

VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;

VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;

VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;

IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;

X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;

XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;

XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;

XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;

XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;

XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;

XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignitários; e

XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de

Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a guarda municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento.

CAPÍTULO IV DA CRIAÇÃO

Art. 6º O Município pode criar, por lei, sua guarda municipal.

Parágrafo único. A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Executivo municipal.

Art. 7º As guardas municipais não poderão ter efetivo superior a:

I - 0,4% (quatro décimos por cento) da população, em Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

II - 0,3% (três décimos por cento) da população, em Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, desde que o efetivo não seja inferior ao disposto no inciso I;

III - 0,2% (dois décimos por cento) da população, em Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, desde que o efetivo não seja inferior ao disposto no inciso II.

Parágrafo único. Se houver redução da população referida em censo ou estimativa oficial da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é garantida a preservação do efetivo existente, o qual deverá ser ajustado à variação populacional, nos termos de lei municipal.

Art. 8º Municípios limítrofes podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.

Art. 9º A guarda municipal é formada por servidores públicos integrantes de carreira única e plano de cargos e salários, conforme disposto em lei municipal.

CAPÍTULO V DAS EXIGÊNCIAS PARA INVESTIDURA

Art. 10. São requisitos básicos para investidura em cargo público na guarda municipal:

I - nacionalidade brasileira;

II - gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - nível médio completo de escolaridade;

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI - aptidão física, mental e psicológica; e

VII - idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital.

Parágrafo único. Outros requisitos poderão ser estabelecidos em lei municipal.

CAPÍTULO VI DA CAPACITAÇÃO

Art. 11. O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, poderá ser adaptada a matriz curricular nacional para formação em segurança pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça.

Art. 12. É facultada ao Município a criação de órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal, tendo como princípios norteadores os mencionados no art. 3º.

§ 1º Os Municípios poderão firmar convênios ou consorciar-se, visando ao atendimento do disposto no caput deste artigo.

§ 2º O Estado poderá, mediante convênio com os Municípios interessados, manter órgão de formação e aperfeiçoamento centralizado, em cujo conselho gestor seja assegurada a participação dos Municípios conveniados.

§ 3º O órgão referido no § 2º não pode ser o mesmo destinado a formação, treinamento ou aperfeiçoamento de forças militares.

CAPÍTULO VII DO CONTROLE

Art. 13. O funcionamento das guardas municipais será acompanhado por órgãos próprios, permanentes, autônomos e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, mediante:

I - controle interno, exercido por corregedoria, naquelas com efetivo superior a 50 (cinquenta) servidores da guarda e em todas as que utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro; e

II - controle externo, exercido por ouvidoria, independente em relação à direção da respectiva guarda, qualquer que seja o número de servidores da guarda municipal, para receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão, propor soluções, oferecer recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta.

§ 1º O Poder Executivo municipal poderá criar órgão colegiado para exercer o controle social das atividades de segurança do Município, analisar a alocação e aplicação dos recursos públicos e monitorar os objetivos e metas da política municipal de segurança e, posteriormente, a adequação e eventual necessidade de adaptação das medidas adotadas face aos resultados obtidos.

§ 2º Os corregedores e ouvidores terão mandato cuja perda será decidida pela maioria absoluta da Câmara Municipal, fundada em razão relevante e específica prevista em lei municipal.

Art. 14. Para efeito do disposto no inciso I do caput do art. 13, a guarda municipal terá código de conduta próprio, conforme dispuser lei municipal.

Parágrafo único. As guardas municipais não podem ficar sujeitas a regulamentos disciplinares de natureza militar.

CAPÍTULO VIII DAS PRERROGATIVAS

Art. 15. Os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou entidade.

§ 1º Nos primeiros 4 (quatro) anos de funcionamento, a guarda municipal poderá ser dirigida por profissional estranho a seus quadros, preferencialmente com experiência ou formação na área de segurança ou defesa social, atendido o disposto no caput.

§ 2º Para ocupação dos cargos em todos os níveis da carreira da guarda municipal, deverá ser observado o percentual mínimo para o sexo feminino, definido em lei municipal.

§ 3º Deverá ser garantida a progressão funcional da carreira em todos os níveis.

Art. 16. Aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo, conforme previsto em lei.

Parágrafo único. Suspende-se o direito ao porte de arma de fogo em razão de restrição médica, decisão judicial ou justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente.

Art. 17. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) destinará linha telefônica de número 153 e faixa exclusiva de frequência de rádio aos Municípios que possuam guarda municipal.

Art. 18. É assegurado ao guarda municipal o recolhimento à cela, isoladamente dos demais presos, quando sujeito à prisão antes de condenação definitiva.

CAPÍTULO IX DAS VEDAÇÕES

Art. 19. A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.

CAPÍTULO X DA REPRESENTATIVIDADE

Art. 20. É reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e, no interesse dos Municípios, no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES DIVERSAS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. As guardas municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, preferencialmente, na cor azul-marinho.

Art. 22. Aplica-se esta Lei a todas as guardas municipais existentes na data de sua publicação, a cujas disposições devem adaptar-se no prazo de 2 (dois) anos.
Parágrafo único. É assegurada a utilização de outras denominações consagradas pelo uso, como guarda civil, guarda civil municipal, guarda metropolitana e guarda civil metropolitana.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ARTS. 1º A 5º, 37, 38 E 144.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os Princípios fundamentais.

Na Magma Carta de 1988, os princípios fundamentais aparecem no Título I, o qual é composto por quatro artigos, sendo que, cada um desses dispositivos apresenta um tipo de princípio fundamental.

O art. 1º trata dos fundamentos da República Federativa do Brasil, que são: a) A soberania; b) Cidadania; c) Dignidade da pessoa humana; d) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o e) Pluralismo político.

Já o art. 2º trata do princípio da separação de Poderes, ou seja, que o poder Legislativo, Executivo e o Judiciário são independentes (não precisa de um para o outro atuar) no entanto, devem ser harmônicos (um irá completar o outro).

O art. 3º, traz os objetivos fundamentais que são: a) Construção de uma sociedade livre justa e solidária; b) Garantir o desenvolvimento nacional; c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e por último, e) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Finalizando, o art. 4º traz os princípios nas relações internacionais que são a independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político.

Neste diapasão, muitos doutrinadores, classificam os princípios constitucionais em duas espécies:

I) Princípios político-constitucionais: são os que representam decisões políticas fundamentais, conformadoras de nossa Constituição, ou seja, os chamados princípios fundamentais, que preveem as características essenciais do Estado brasileiro. Exemplo: princípio da separação de poderes, o pluralismo político, dignidade da pessoa humana, dentre outros.

II) Princípios jurídico-constitucionais: esses princípios são classificados como "gerais", pois se referem à ordem jurídica nacional, os quais estão dispersos pelo texto constitucional. Exemplo: devido processo legal, do juiz natural, legalidade, dentre outros.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (CORE-BA – AGENTE – DÉDALUS CONCURSOS – 2018) Assinale a alternativa que representa um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) Garantir o desenvolvimento nacional.
- b) Manter a soberania.
- c) Promover a dignidade da pessoa humana.
- d) Assegurar o pluralismo político.

Resposta: Letra A. Em concordância com o Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - CONstruir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - GARantir o desenvolvimento nacional;
- III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - PROmover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Direitos e garantias fundamentais; Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.

O capítulo I do título II é intitulado "direitos e deveres individuais e coletivos". Da própria nomenclatura do capítulo já se extrai que a proteção vai além dos direitos do indivíduo e também abrange direitos da coletividade. A maior parte dos direitos enumerados no artigo 5º do texto constitucional é de direitos individuais, mas são incluídos alguns direitos coletivos e mesmo remédios constitucionais próprios para a tutela destes direitos coletivos (ex.: mandado de segurança coletivo).

1) Brasileiros e estrangeiros

O *caput* do artigo 5º aparenta restringir a proteção conferida pelo dispositivo a algumas pessoas, notadamente, "aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País". No entanto, tal restrição é apenas aparente e tem sido interpretada no sentido de que os direitos estarão protegidos com relação a todas as pessoas nos limites da soberania do país.

Em razão disso, por exemplo, um estrangeiro pode ingressar com *habeas corpus* ou mandado de segurança, ou então intentar ação reivindicatória com relação a imóvel seu localizado no Brasil (ainda que não resida no país).

Somente alguns direitos não são estendidos a todas as pessoas. A exemplo, o direito de intentar ação popular exige a condição de cidadão, que só é possuída por nacionais titulares de direitos políticos.

2) Relação direitos-deveres

O capítulo em estudo é denominado "direitos e garantias deveres e coletivos", remetendo à necessária relação direitos-deveres entre os titulares dos direitos fundamentais. Acima de tudo, o que se deve ter em vista

é a premissa reconhecida nos direitos fundamentais de que não há direito que seja absoluto, correspondendo-se para cada direito um dever. Logo, o exercício de direitos fundamentais é limitado pelo igual direito de mesmo exercício por parte de outrem, não sendo nunca absolutos, mas sempre relativos.

Explica Canotilho¹¹ quanto aos direitos fundamentais: "a ideia de deveres fundamentais é suscetível de ser entendida como o 'outro lado' dos direitos fundamentais. Como ao titular de um direito fundamental corresponde um dever por parte de um outro titular, poder-se-ia dizer que o particular está vinculado aos direitos fundamentais como destinatário de um dever fundamental. Neste sentido, um direito fundamental, enquanto protegido, pressuporia um dever correspondente". Com efeito, a um direito fundamental conferido à pessoa corresponde o dever de respeito ao arcabouço de direitos conferidos às outras pessoas.

3) Direitos e garantias em espécie

Preconiza o artigo 5º da Constituição Federal em seu *caput*:

Artigo 5º, caput, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...].

O *caput* do artigo 5º, que pode ser considerado um dos principais (senão o principal) artigos da Constituição Federal, consagra o princípio da igualdade e delimita as cinco esferas de direitos individuais e coletivos que merecem proteção, isto é, vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Os incisos deste artigo delimitam vários direitos e garantias que se enquadram em alguma destas esferas de proteção, podendo se falar em duas esferas específicas que ganham também destaque no texto constitucional, quais sejam, direitos de acesso à justiça e direitos constitucionais-penais.

- Direito à igualdade

Abrangência

Observa-se, pelo teor do *caput* do artigo 5º, CF, que o constituinte afirmou por duas vezes o princípio da igualdade:

Artigo 5º, caput, CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...].

Não obstante, reforça este princípio em seu primeiro inciso:

Artigo 5º, I, CF. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Este inciso é especificamente voltado à necessidade

¹¹ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998, p. 479.

de igualdade de gênero, afirmando que não deve haver nenhuma distinção sexo feminino e o masculino, de modo que o homem e a mulher possuem os mesmos direitos e obrigações.

Entretanto, o princípio da isonomia abrange muito mais do que a igualdade de gêneros, envolve uma perspectiva mais ampla.

O direito à igualdade é um dos direitos norteadores de interpretação de qualquer sistema jurídico. O primeiro enfoque que foi dado a este direito foi o de direito civil, enquadrando-o na primeira dimensão, no sentido de que a todas as pessoas deveriam ser garantidos os mesmos direitos e deveres. Trata-se de um aspecto relacionado à igualdade enquanto liberdade, tirando o homem do arbítrio dos demais por meio da equiparação. Basicamente, estaria se falando na **igualdade perante a lei**.

No entanto, com o passar dos tempos, se percebeu que não bastava igualar todos os homens em direitos e deveres para torná-los iguais, pois nem todos possuem as mesmas condições de exercer estes direitos e deveres. Logo, não é suficiente garantir um direito à **igualdade formal**, mas é preciso buscar progressivamente a **igualdade material**. No sentido de igualdade material que aparece o direito à igualdade num segundo momento, pretendendo-se do Estado, tanto no momento de legislar quanto no de aplicar e executar a lei, uma postura de promoção de políticas governamentais voltadas a grupos vulneráveis.

Assim, o direito à igualdade possui dois sentidos notáveis: o de igualdade perante a lei, referindo-se à aplicação uniforme da lei a todas as pessoas que vivem em sociedade; e o de igualdade material, correspondendo à necessidade de discriminações positivas com relação a grupos vulneráveis da sociedade, em contraponto à igualdade formal.

Ações afirmativas

Neste sentido, desponta a temática das ações afirmativas, que são políticas públicas ou programas privados criados temporariamente e desenvolvidos com a finalidade de reduzir as desigualdades decorrentes de discriminações ou de uma hipossuficiência econômica ou física, por meio da concessão de algum tipo de vantagem compensatória de tais condições.

Quem é **contra** as ações afirmativas argumenta que, em uma sociedade pluralista, a condição de membro de um grupo específico não pode ser usada como critério de inclusão ou exclusão de benefícios. Ademais, afirma-se que elas desprivilegiam o critério republicano do mérito (segundo o qual o indivíduo deve alcançar determinado cargo público pela sua capacidade e esforço, e não por pertencer a determinada categoria); fomentariam o racismo e o ódio; bem como ferem o princípio da isonomia por causar uma discriminação reversa.

Por outro lado, quem é **favorável** às ações afirmativas defende que elas representam o ideal de justiça compensatória (o objetivo é compensar injustiças passadas, dívidas históricas, como uma compensação aos negros por tê-los feito escravos, *p. ex.*); representam o ideal de justiça distributiva (a preocupação, aqui, é com o presente. Busca-se uma concretização do princípio da igualdade material); bem como promovem a diversidade.

Neste sentido, as discriminações legais asseguram a verdadeira igualdade, por exemplo, com as ações afirmativas, a proteção especial ao trabalho da mulher e do menor, as garantias aos portadores de deficiência, entre outras medidas que atribuam a pessoas com diferentes condições, iguais possibilidades, protegendo e respeitando suas diferenças¹². Tem predominado em doutrina e jurisprudência, inclusive no Supremo Tribunal Federal, que as ações afirmativas são válidas.

- Direito à vida

Abrangência

O *caput* do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à vida. A vida humana é o centro gravitacional em torno do qual orbitam todos os direitos da pessoa humana, possuindo reflexos jurídicos, políticos, econômicos, morais e religiosos. Daí existir uma dificuldade em conceituar o vocábulo *vida*. Logo, tudo aquilo que uma pessoa possui deixa de ter valor ou sentido se ela perde a vida. Sendo assim, a vida é o bem principal de qualquer pessoa, é o primeiro valor moral inerente a todos os seres humanos¹³.

No tópico do direito à vida tem-se tanto o **direito de nascer/permanecer vivo**, o que envolve questões como pena de morte, eutanásia, pesquisas com células-tronco e aborto; quanto o **direito de viver com dignidade**, o que engloba o respeito à integridade física, psíquica e moral, incluindo neste aspecto a vedação da tortura, bem como a garantia de recursos que permitam viver a vida com dignidade.

Embora o direito à vida seja em si pouco delimitado nos incisos que seguem o *caput* do artigo 5º, trata-se de um dos direitos mais discutidos em termos jurisprudenciais e sociológicos. É no direito à vida que se encaixam polêmicas discussões como: aborto de anencéfalo, pesquisa com células tronco, pena de morte, eutanásia, etc.

Vedação à tortura

De forma expressa no texto constitucional destaca-se a vedação da tortura, corolário do direito à vida, conforme previsão no inciso III do artigo 5º:

Artigo 5º, III, CF. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

A tortura é um dos piores meios de tratamento desumano, expressamente vedada em âmbito internacional, como visto no tópico anterior. No Brasil, além da disciplina constitucional, a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 define os crimes de tortura e dá outras providências, des tacando-se o artigo 1º:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

12 SANFELICE, Patrícia de Mello. Comentários aos artigos I e II. In: BALERA, Wagner (Coord.). **Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Brasília: Fortium, 2008, p. 08.

13 BARRETO, Ana Carolina Rossi; IBRAHIM, Fábio Zambitte. Comentários aos Artigos III e IV. In: BALERA, Wagner (Coord.). **Comentários à Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Brasília: Fortium, 2008, p. 15.

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

III - se o crime é cometido mediante sequestro.

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

- Direito à liberdade

O caput do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à liberdade, delimitada em alguns incisos que o seguem.

Liberdade e legalidade

Prevê o artigo 5º, II, CF:

Artigo 5º, II, CF. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

O princípio da legalidade se encontra delimitado neste inciso, prevendo que nenhuma pessoa será obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa a não ser que a lei assim determine. Assim, salvo situações previstas em lei, a pessoa tem liberdade para agir como considerar conveniente.

Portanto, o princípio da legalidade possui estrita relação com o princípio da liberdade, posto que, *a priori*, tudo à pessoa é lícito. Somente é vedado o que a lei expressamente estabelecer como proibido. A pessoa pode fazer tudo o que quiser, como regra, ou seja, agir de qualquer maneira que a lei não proíba.

Liberdade de pensamento e de expressão

O artigo 5º, IV, CF prevê:

Artigo 5º, IV, CF. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

Consolida-se a afirmação simultânea da liberdade de pensamento e da liberdade de expressão.

Em primeiro plano tem-se a liberdade de pensamento. Afinal, "o ser humano, através dos processos internos de reflexão, formula juízos de valor. Estes exteriorizam nada mais do que a opinião de seu emitente. Assim, a regra constitucional, ao consagrar a livre manifestação do pensamento, imprime a existência jurídica ao chamado direito de opinião"¹⁴. Em outras palavras, primeiro existe o direito de ter uma opinião, depois o de expressá-la.

No mais, surge como corolário do direito à liberdade de pensamento e de expressão o direito à escusa por convicção filosófica ou política:

Artigo 5º, VIII, CF. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Trata-se de instrumento para a consecução do direito assegurado na Constituição Federal – não basta permitir que se pense diferente, é preciso respeitar tal posicionamento.

Com efeito, este direito de liberdade de expressão é limitado. Um destes limites é o anonimato, que consiste na garantia de atribuir a cada manifestação uma autoria certa e determinada, permitindo eventuais responsabilizações por manifestações que contrariem a lei.

Tem-se, ainda, a seguinte previsão no artigo 5º, IX, CF:

Artigo 5º, IX, CF. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Consolida-se outra perspectiva da liberdade de expressão, referente de forma específica a atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação. Dispensa-se, com relação a estas, a exigência de licença para a manifestação do pensamento, bem como veda-se a censura prévia.

A respeito da censura prévia, tem-se não cabe impedir a divulgação e o acesso a informações como modo de controle do poder. A censura somente é cabível quando necessária ao interesse público numa ordem democrática, por exemplo, censurar a publicação de um conteúdo de exploração sexual infanto-juvenil é adequado.

O direito à resposta (artigo 5º, V, CF) e o direito à indenização (artigo 5º, X, CF) funcionam como a contrapartida para aquele que teve algum direito seu violado (notadamente inerentes à privacidade ou à personalidade) em decorrência dos excessos no exercício da liberdade de expressão.

Liberdade de crença/religiosa

Dispõe o artigo 5º, VI, CF:

Artigo 5º, VI, CF. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

¹⁴ ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Cada pessoa tem liberdade para professar a sua fé como bem entender dentro dos limites da lei. Não há uma crença ou religião que seja proibida, garantindo-se que a profissão desta fé possa se realizar em locais próprios.

Nota-se que a liberdade de religião engloba 3 tipos distintos, porém intrinsecamente relacionados de liberdades: a liberdade de crença; a liberdade de culto; e a liberdade de organização religiosa.

Consoante o magistério de José Afonso da Silva¹⁵, entra na liberdade de crença a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade (ou o direito) de mudar de religião, além da liberdade de não aderir a religião alguma, assim como a liberdade de descrença, a liberdade de ser ateu e de exprimir o agnosticismo, apenas excluída a liberdade de embarçar o livre exercício de qualquer religião, de qualquer crença. A liberdade de culto consiste na liberdade de orar e de praticar os atos próprios das manifestações exteriores em casa ou em público, bem como a de recebimento de contribuições para tanto. Por fim, a liberdade de organização religiosa refere-se à possibilidade de estabelecimento e organização de igrejas e suas relações com o Estado.

Como decorrência do direito à liberdade religiosa, assegurando o seu exercício, destaca-se o artigo 5º, VII, CF:

Artigo 5º, VII, CF. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

O dispositivo refere-se não só aos estabelecimentos prisionais civis e militares, mas também a hospitais.

Ainda, surge como corolário do direito à liberdade religiosa o direito à escusa por convicção religiosa:

Artigo 5º, VIII, CF. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Sempre que a lei impõe uma obrigação a todos, por exemplo, a todos os homens maiores de 18 anos o alistamento militar, não cabe se escusar, a não ser que tenha fundado motivo em crença religiosa ou convicção filosófica/política, caso em que será obrigado a cumprir uma prestação alternativa, isto é, uma outra atividade que não contrarie tais preceitos.

Liberdade de informação

O direito de acesso à informação também se liga a uma dimensão do direito à liberdade. Neste sentido, prevê o artigo 5º, XIV, CF:

Artigo 5º, XIV, CF. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

Trata-se da liberdade de informação, consistente na liberdade de procurar e receber informações e ideias por quaisquer meios, independente de fronteiras, sem interferência.

¹⁵ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

A liberdade de informação tem um caráter passivo, ao passo que a liberdade de expressão tem uma característica ativa, de forma que juntas formam os aspectos ativo e passivo da exteriorização da liberdade de pensamento: não basta poder manifestar o seu próprio pensamento, é preciso que ele seja ouvido e, para tanto, há necessidade de se garantir o acesso ao pensamento manifestado para a sociedade.

Por sua vez, o acesso à informação envolve o direito de todos obterem informações claras, precisas e verdadeiras a respeito de fatos que sejam de seu interesse, notadamente pelos meios de comunicação imparciais e não monopolizados (artigo 220, CF). No entanto, nem sempre é possível que a imprensa divulgue com quem obteve a informação divulgada, sem o que a segurança desta poderia ficar prejudicada e a informação inevitavelmente não chegaria ao público.

Especificadamente quanto à liberdade de informação no âmbito do Poder Público, merecem destaque algumas previsões.

Primeiramente, prevê o artigo 5º, XXXIII, CF:

Artigo 5º, XXXIII, CF. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A respeito, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, CF, também conhecida como Lei do Acesso à Informação.

Não obstante, estabelece o artigo 5º, XXXIV, CF:

Artigo 5º, XXXIV, CF. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;*
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.*

Quanto ao direito de petição, de maneira prática, cumpre observar que o direito de petição deve resultar em uma manifestação do Estado, normalmente dirimindo (resolvendo) uma questão proposta, em um verdadeiro exercício contínuo de delimitação dos direitos e obrigações que regulam a vida social e, desta maneira, quando "dificulta a apreciação de um pedido que um cidadão quer apresentar" (muitas vezes, embaraçando-lhe o acesso à Justiça); "demora para responder aos pedidos formulados" (administrativa e, principalmente, judicialmente) ou "impõe restrições e/ou condições para a formulação de petição", traz a chamada insegurança jurídica, que traz desesperança e faz proliferar as desigualdades e as injustiças.

Dentro do espectro do direito de petição se insere, por exemplo, o direito de solicitar esclarecimentos, de solicitar cópias reprográficas e certidões, bem como de ofertar denúncias de irregularidades. Contudo, o constituinte, talvez na intenção de deixar clara a obrigação dos Poderes Públicos em fornecer certidões, trouxe a letra b)

do inciso, o que gera confusões conceituais no sentido do direito de obter certidões ser dissociado do direito de petição.

Por fim, relevante destacar a previsão do artigo 5º, LX, CF:

Artigo 5º, LX, CF. A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Logo, o processo, em regra, não será sigiloso. Apenas o será quando a intimidade merecer preservação (ex: processo criminal de estupro ou causas de família em geral) ou quando o interesse social exigir (ex: investigações que possam ser comprometidas pela publicidade). A publicidade é instrumento para a efetivação da liberdade de informação.

Liberdade de locomoção

Outra faceta do direito à liberdade encontra-se no artigo 5º, XV, CF:

Artigo 5º, XV, CF. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

A liberdade de locomoção é um aspecto básico do direito à liberdade, permitindo à pessoa ir e vir em todo o território do país em tempos de paz (em tempos de guerra é possível limitar tal liberdade em prol da segurança). A liberdade de sair do país não significa que existe um direito de ingressar em qualquer outro país, pois caberá a ele, no exercício de sua soberania, controlar tal entrada.

Classicamente, a prisão é a forma de restrição da liberdade. Neste sentido, uma pessoa somente poderá ser presa nos casos autorizados pela própria Constituição Federal. A despeito da normativa específica de natureza penal, reforça-se a impossibilidade de se restringir a liberdade de locomoção pela prisão civil por dívida.

Prevê o artigo 5º, LXVII, CF:

Artigo 5º, LXVII, CF. Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.

Nos termos da Súmula Vinculante nº 25 do Supremo Tribunal Federal, "é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito". Por isso, a única exceção à regra da prisão por dívida do ordenamento é a que se refere à obrigação alimentícia.

Liberdade de trabalho

O direito à liberdade também é mencionado no artigo 5º, XIII, CF:

Artigo 5º, XIII, CF. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

O livre exercício profissional é garantido, respeitados os limites legais. Por exemplo, não pode exercer a profissão de advogado aquele que não se formou em Direito

e não foi aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil; não pode exercer a medicina aquele que não fez faculdade de medicina reconhecida pelo MEC e obtiver o cadastro no Conselho Regional de Medicina.

Liberdade de reunião

Sobre a liberdade de reunião, prevê o artigo 5º, XVI, CF:

Artigo 5º, XVI, CF. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Pessoas podem ir às ruas para reunirem-se com demais na defesa de uma causa, apenas possuindo o dever de informar tal reunião. Tal dever remonta-se a questões de segurança coletiva. Imagine uma grande reunião de pessoas por uma causa, a exemplo da Parada Gay, que chega a aglomerar milhões de pessoas em algumas capitais: seria absurdo tolerar tal tipo de reunião sem o prévio aviso do poder público para que ele organize o policiamento e a assistência médica, evitando algazarras e socorrendo pessoas que tenham algum mal-estar no local. Outro limite é o uso de armas, totalmente vedado, assim como de substâncias ilícitas (Ex: embora a Marcha da Maconha tenha sido autorizada pelo Supremo Tribunal Federal, vedou-se que nela tal substância ilícita fosse utilizada).

Liberdade de associação

No que tange à liberdade de reunião, traz o artigo 5º, XVII, CF:

Artigo 5º, XVII, CF. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

A liberdade de associação difere-se da de reunião por sua **perenidade**, isto é, enquanto a liberdade de reunião é exercida de forma sazonal, eventual, a liberdade de associação implica na formação de um grupo organizado que se mantém por um período de tempo considerável, dotado de estrutura e organização próprias.

Por exemplo, o PCC e o Comando Vermelho são associações ilícitas e de caráter paramilitar, pois possuem armas e o ideal de realizar sua própria justiça paralelamente à estatal.

O texto constitucional se estende na regulamentação da liberdade de associação.

O artigo 5º, XVIII, CF, preconiza:

Artigo 5º, XVIII, CF. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Neste sentido, associações são organizações resultantes da reunião legal entre duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, para a realização de um objetivo comum; já cooperativas são uma forma específica de associação, pois visam a obtenção de vantagens comuns em suas atividades econômicas.

Ainda, tem-se o artigo 5º, XIX, CF:

Artigo 5º, XIX, CF. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

O primeiro caso é o de dissolução compulsória, ou seja, a associação deixará de existir para sempre. Obviamente, é preciso o trânsito em julgado da decisão judicial que assim determine, pois antes disso sempre há possibilidade de reverter a decisão e permitir que a associação continue em funcionamento. Contudo, a decisão judicial pode suspender atividades até que o trânsito em julgado ocorra, ou seja, no curso de um processo judicial.

Em destaque, a legitimidade representativa da associação quanto aos seus filiados, conforme artigo 5º, XXI, CF:

Artigo 5º, XXI, CF. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

Trata-se de caso de legitimidade processual extraordinária, pela qual um ente vai a juízo defender interesse de outra(s) pessoa(s) porque a lei assim autoriza.

A liberdade de associação envolve não somente o direito de criar associações e de fazer parte delas, mas também o de não se associar e o de deixar a associação, conforme artigo 5º, XX, CF:

Artigo 5º, XX, CF. Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.



#FicaDica

O direito de liberdade é um direito multifacetado na CF/88, aparecendo no artigo 5º em diversos aspectos, notadamente:

- Direito geral de liberdade – tudo se pode fazer desde que a lei não limite;
- Liberdade de pensamento;
- Liberdade de expressão;
- Liberdade de consciência;
- Liberdade de crença/religião;
- Liberdade de informação;
- Liberdade de locomoção;
- Liberdade de escolha do trabalho;
- Liberdade de reunião;
- Liberdade de associação.

- Direitos à privacidade e à personalidade

Abrangência

Prevê o artigo 5º, X, CF:

Artigo 5º, X, CF. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

O legislador opta por trazer correlacionados no mesmo dispositivo legal os direitos à privacidade e à personalidade.

Reforçando a conexão entre a privacidade e a intimidade, ao abordar a proteção da vida privada – que, em resumo, é a privacidade da vida pessoal no âmbito do domicílio e de círculos de amigos –, Silva¹⁶ entende que “o segredo da vida privada é condição de expansão da personalidade”, mas não caracteriza os direitos de personalidade em si.

A união da intimidade e da vida privada forma a privacidade, sendo que a primeira se localiza em esfera mais estrita. É possível ilustrar a vida social como se fosse um grande círculo no qual há um menor, o da vida privada, e dentro deste um ainda mais restrito e impenetrável, o da intimidade. Com efeito, pela “Teoria das Esferas” (ou “Teoria dos Círculos Concêntricos”), importada do direito alemão, quanto mais próxima do indivíduo, maior a proteção a ser conferida à esfera (as esferas são representadas pela intimidade, pela vida privada, e pela publicidade).

“O direito à honra distancia-se levemente dos dois anteriores, podendo referir-se ao juízo positivo que a pessoa tem de si (honra subjetiva) e ao juízo positivo que dela fazem os outros (honra objetiva), conferindo-lhe respeitabilidade no meio social. O direito à imagem também possui duas conotações, podendo ser entendido em sentido objetivo, com relação à reprodução gráfica da pessoa, por meio de fotografias, filmagens, desenhos, ou em sentido subjetivo, significando o conjunto de qualidades cultivadas pela pessoa e reconhecidas como suas pelo grupo social”¹⁷.

Inviolabilidade de domicílio e sigilo de correspondência

Correlatos ao direito à privacidade, aparecem a inviolabilidade do domicílio e o sigilo das correspondências e comunicações.

Neste sentido, o artigo 5º, XI, CF prevê:

Artigo 5º, XI, CF. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

O domicílio é inviolável, razão pela qual ninguém pode nele entrar sem o consentimento do morador, a não ser EM QUALQUER HORÁRIO no caso de flagrante delito (o morador foi flagrado na prática de crime e fugiu para seu domicílio) ou desastre (incêndio, enchente, terremoto...) ou para prestar socorro (morador teve ataque do coração, está sufocado, desmaiado...), e SOMENTE DURANTE O DIA por determinação judicial.

Quanto ao sigilo de correspondência e das comunicações, prevê o artigo 5º, XII, CF:

Artigo 5º, XII, CF. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

O sigilo de correspondência e das comunicações está melhor regulamentado na Lei nº 9.296, de 1996.

16 SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

17 MOTTA, Sylvio; BARCHET, Gustavo. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Personalidade jurídica e gratuidade de registro

Quando se fala em reconhecimento como pessoa perante a lei desdobra-se uma esfera bastante específica dos direitos de personalidade, consistente na personalidade jurídica. Basicamente, consiste no direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei.

Para ser visto como pessoa perante a lei mostra-se necessário o registro. Por ser instrumento que serve como pressuposto ao exercício de direitos fundamentais, assegura-se a sua gratuidade aos que não tiverem condição de com ele arcar.

Aborda o artigo 5º, LXXVI, CF:

Artigo 5º, LXXVI, CF. São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: a) o registro civil de nascimento; b) a certidão de óbito.

O reconhecimento do marco inicial e do marco final da personalidade jurídica pelo registro é direito individual, não dependendo de condições financeiras. Evidente, seria absurdo cobrar de uma pessoa sem condições a elaboração de documentos para que ela seja reconhecida como viva ou morta, o que apenas incentivaria a indigência dos menos favorecidos.

Direito à indenização e direito de resposta

Com vistas à proteção do direito à privacidade, do direito à personalidade e do direito à imagem, asseguram-se dois instrumentos, o direito à indenização e o direito de resposta, conforme as necessidades do caso concreto. Com efeito, prevê o artigo 5º, V, CF:

Artigo 5º, V, CF. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

"A manifestação do pensamento é livre e garantida em nível constitucional, não aludindo a censura prévia em diversões e espetáculos públicos. Os abusos porventura ocorridos no exercício indevido da manifestação do pensamento são passíveis de exame e apreciação pelo Poder Judiciário com a consequente responsabilidade civil e penal de seus autores, decorrentes inclusive de publicações injuriosas na imprensa, que deve exercer vigilância e controle da matéria que divulga"¹⁸.

O direito de resposta é o direito que uma pessoa tem de se defender de críticas públicas no mesmo meio em que foram publicadas garantida exatamente a mesma repercussão. Mesmo quando for garantido o direito de resposta não é possível reverter plenamente os danos causados pela manifestação ilícita de pensamento, razão pela qual a pessoa ainda fará jus à indenização.

A manifestação ilícita do pensamento geralmente causa um dano, ou seja, um prejuízo sofrido pelo agente, que pode ser individual ou coletivo, moral ou material, econômico e não econômico.

Dano material é aquele que atinge o patrimônio (material ou imaterial) da vítima, podendo ser mensurado financeiramente e indenizado.

¹⁸ BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

"**Dano moral** direto consiste na lesão a um interesse que visa a satisfação ou gozo de um bem jurídico extra-patrimonial contido nos direitos da personalidade (como a vida, a integridade corporal, a liberdade, a honra, o decoro, a intimidade, os sentimentos afetivos, a própria imagem) ou nos atributos da pessoa (como o nome, a capacidade, o estado de família)"¹⁹.

Já o **dano à imagem** é delimitado no artigo 20 do Código Civil:

Artigo 20, CC. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

- Direito à segurança

O caput do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à segurança. Na qualidade de direito individual liga-se à segurança do indivíduo como um todo, desde sua integridade física e mental, até a própria segurança jurídica.

No sentido aqui estudado, o direito à segurança pessoal é o direito de viver sem medo, protegido pela solidariedade e liberto de agressões, logo, é uma maneira de garantir o direito à vida.

Nesta linha, para Silva²⁰, "efetivamente, esse conjunto de direitos aparelha situações, proibições, limitações e procedimentos destinados a assegurar o exercício e o gozo de algum direito individual fundamental (intimidade, liberdade pessoal ou a incolumidade física ou moral)".

Especificamente no que tange à segurança jurídica, tem-se o disposto no artigo 5º, XXXVI, CF:

Artigo 5º, XXXVI, CF. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Pelo inciso restam estabelecidos limites à retroatividade da lei.

Define o artigo 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

Artigo 6º, LINDB. A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixado, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

¹⁹ ZANNONI, Eduardo. **El daño en la responsabilidad civil**. Buenos Aires: Astrea, 1982.

²⁰ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**... Op. Cit., p. 437.

- Direito à propriedade

O *caput* do artigo 5º da Constituição assegura a proteção do direito à propriedade, tanto material quanto intelectual, delimitada em alguns incisos que o seguem.

Função social da propriedade material

O artigo 5º, XXII, CF estabelece:

Artigo 5º, XXII, CF. É garantido o direito de propriedade.

A seguir, no inciso XXIII do artigo 5º, CF estabelece o principal fator limitador deste direito:

Artigo 5º, XXIII, CF. A propriedade atenderá a sua função social.

A propriedade, segundo Silva²¹, “[...] não pode mais ser considerada como um direito individual nem como instituição do direito privado. [...] embora prevista entre os direitos individuais, ela não mais poderá ser considerada puro direito individual, relativizando-se seu conceito e significado, especialmente porque os princípios da ordem econômica são preordenados à vista da realização de seu fim: assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Se é assim, então a propriedade privada, que, ademais, tem que atender a sua função social, fica vinculada à consecução daquele princípio”.

Com efeito, a proteção da propriedade privada está limitada ao atendimento de sua função social, sendo este o requisito que a correlaciona com a proteção da dignidade da pessoa humana. A propriedade de bens e valores em geral é um direito assegurado na Constituição Federal e, como todos os outros, se encontra limitado pelos demais princípios conforme melhor se atenda à dignidade do ser humano.

A Constituição Federal delimita o que se entende por função social:

Art. 182, caput, CF. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Artigo 182, § 1º, CF. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Artigo 182, § 2º, CF. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor²².

Artigo 186, CF. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

21 SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

22 Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados (Lei n. 10.257/2001 - Estatuto da cidade).

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Desapropriação

No caso de desrespeito à função social da propriedade cabe até mesmo desapropriação do bem, de modo que se pode depreender do texto constitucional duas possibilidades de desapropriação: por desrespeito à função social e por necessidade ou utilidade pública.

A Constituição Federal prevê a possibilidade de desapropriação por desatendimento à função social:

Artigo 182, § 4º, CF. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais²³.

Artigo 184, CF. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei²⁴.

Artigo 184, § 1º, CF. As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

No que tange à desapropriação por necessidade ou utilidade pública, prevê o artigo 5º, XXIV, CF:

Artigo 5º, XXIV, CF. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

23 Nota-se que antes de se promover a desapropriação de imóvel urbano por desatendimento à função social é necessário tomar duas providências, sucessivas: primeiro, o parcelamento ou edificação compulsórios; depois, o estabelecimento de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo. Se ambas medidas restarem ineficazes, parte-se para a desapropriação por desatendimento à função social.

24 A desapropriação em decorrência do desatendimento da função social é indenizada, mas não da mesma maneira que a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, já que na primeira há violação do ordenamento constitucional pelo proprietário, mas na segunda não. Por isso, indeniza-se em títulos da dívida agrária, que na prática não são tão valorizados quanto o dinheiro.

Ainda, prevê o artigo 182, § 3º, CF:

Artigo 182, §3º, CF. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Tem-se, ainda o artigo 184, §§ 2º e 3º, CF:

Artigo 184, §2º, CF. O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

Artigo 184, §3º, CF. Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

A desapropriação por utilidade ou necessidade pública deve se dar mediante prévia e justa indenização em dinheiro. O Decreto-lei nº 3.365/1941 a disciplina, delimitando o procedimento e conceituando utilidade pública, em seu artigo 5º:

Artigo 5º, Decreto-lei n. 3.365/1941. Consideram-se casos de utilidade pública:

- a) a segurança nacional;*
- b) a defesa do Estado;*
- c) o socorro público em caso de calamidade;*
- d) a salubridade pública;*
- e) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência;*
- f) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica;*
- g) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;*
- h) a exploração ou a conservação dos serviços públicos;*
- i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais;*
- j) o funcionamento dos meios de transporte coletivo;*
- k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;*
- l) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens moveis de valor histórico ou artístico;*
- m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios;*
- n) a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves;*
- o) a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária;*
- p) os demais casos previstos por leis especiais.*

Um grande problema que faz com que processos que tenham a desapropriação por objeto se estendam é a indevida valorização do imóvel pelo Poder Público, que

geralmente pretende pagar valor muito abaixo do devido, necessitando o Judiciário intervir em prol da correta avaliação.

Outra questão reside na chamada tredestinação, pela qual há a destinação de um bem expropriado (desapropriação) a finalidade diversa da que se planejou inicialmente. A tredestinação pode ser lícita ou ilícita. Será ilícita quando resultante de desvio do propósito original; e será lícita quando a Administração Pública dê ao bem finalidade diversa, porém preservando a razão do interesse público.

Política agrária e reforma agrária

Enquanto desdobramento do direito à propriedade imóvel e da função social desta propriedade, tem-se ainda o artigo 5º, XXVI, CF:

Artigo 5º, XXVI, CF. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

Assim, se uma pessoa é mais humilde e tem uma pequena propriedade será assegurado que permaneça com ela e a torne mais produtiva.

A preservação da pequena propriedade em detrimento dos grandes latifúndios improdutivos é uma das diretrizes-guias da regulamentação da política agrária brasileira, que tem como principal escopo a realização da reforma agrária.

Parte da questão financeira atinente à reforma agrária se encontra prevista no artigo 184, §§ 4º e 5º, CF:

Artigo 184, §4º, CF. O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

Artigo 184, §5º, CF. São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Como a finalidade da reforma agrária é transformar terras improdutivas e grandes propriedades em atinentes à função social, alguns imóveis rurais não podem ser abrangidos pela reforma agrária:

Art. 185, CF. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social.

Sobre as diretrizes da política agrícola, prevê o artigo 187:

Art. 187, CF. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalha-

dores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

V - o seguro agrícola;

VI - o cooperativismo;

VII - a eletrificação rural e irrigação;

VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

As terras devolutas e públicas serão destinadas conforme a política agrícola e o plano nacional de reforma agrária (artigo 188, *caput*, CF). Neste sentido, "a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional", salvo no caso de alienações ou concessões de terras públicas para fins de reforma agrária (artigo 188, §§ 1º e 2º, CF).

Os que forem favorecidos pela reforma agrária (homens, mulheres, ambos, qualquer estado civil) não poderão negociar seus títulos pelo prazo de 10 anos (artigo 189, CF).

Consta, ainda, que "a lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional" (artigo 190, CF).

Usucapião

Usucapião é o modo originário de aquisição da propriedade que decorre da posse prolongada por um longo tempo, preenchidos outros requisitos legais. Em outras palavras, usucapião é uma situação em que alguém tem a posse de um bem por um tempo longo, sem ser incomodado, a ponto de se tornar proprietário.

A Constituição regulamenta o acesso à propriedade mediante posse prolongada no tempo – usucapião – em casos específicos, denominados usucapião especial urbana e usucapião especial rural.

O artigo 183 da Constituição regulamenta a usucapião especial urbana:

Art. 183, CF. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Além dos requisitos gerais (*animus* e posse que seja pública, pacífica, ininterrupta e contínua), são exigidos os seguintes requisitos específicos:

- Área urbana – há controvérsia. Pela teoria da localização, área urbana é a que está dentro do perímetro urbano. Pela teoria da destinação, mais importante que a localização é a sua utilização. Ex.: se tem fins agrícolas/pecuários e estiver dentro do perímetro urbano, o imóvel é rural. Para fins de usucapião a maioria diz que prevalece a teoria da localização.
- Imóveis até 250 m² – Pode dentro de uma posse maior isolar área de 250m² e ingressar com a ação? A jurisprudência é pacífica que a posse desde o início deve ficar restrita a 250m². Predomina também que o terreno deve ter 250m², não a área construída (a área de um sobrado, por exemplo, pode ser maior que a de um terreno).
- 5 anos – houve controvérsia porque a Constituição Federal de 1988 que criou esta modalidade. E se antes de 05 de outubro de 1988 uma pessoa tivesse há 4 anos dentro do limite da usucapião urbana? Predominou que só corria o prazo a partir da criação do instituto, não só porque antes não existia e o prazo não podia correr, como também não se poderia prejudicar o proprietário.
- Moradia sua ou de sua família – não basta ter posse, é preciso que a pessoa more, sozinha ou com sua família, ao longo de todo o prazo (não só no início ou no final). Logo, não cabe *accessio temporis* por cessão da posse.
- Nenhum outro imóvel, nem urbano, nem rural, no Brasil. O usucapiente não prova isso, apenas alega. Se alguém não quiser a usucapião, prova o contrário. Este requisito é verificado no momento em que completa 5 anos.

Em relação à previsão da usucapião especial rural, destaca-se o artigo 191, CF:

Art. 191, CF. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Além dos requisitos gerais (*animus* e posse que seja pública, pacífica, ininterrupta e contínua), são exigidos os seguintes requisitos específicos:

- Imóvel rural
- 50 hectares, no máximo – há também legislação que estabelece um limite mínimo, o módulo rural (Estatuto da Terra). É possível usucapir áreas menores que o módulo rural? Tem prevalecido o entendimento de que pode, mas é assunto muito controverso.

- c) 5 anos – pode ser considerado o prazo antes 05 de outubro de 1988 (Constituição Federal)? Depende. Se a área é de até 25 hectares sim, pois já havia tal possibilidade antes da CF/88. Se área for maior (entre 25 ha e 50 ha) não.
- d) Moradia sua ou de sua família – a pessoa deve morar na área rural.
- e) Nenhum outro imóvel.
- f) O usucapiente, com seu trabalho, deve ter tornado a área produtiva. Por isso, é chamado de usucapião “pro labore”. Dependerá do caso concreto.

Uso temporário

No mais, estabelece-se uma terceira limitação ao direito de propriedade que não possui o caráter definitivo da desapropriação, mas é temporária, conforme artigo 5º, XXV, CF:

Artigo 5º, XXV, CF. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Se uma pessoa tem uma propriedade, numa situação de perigo, o poder público pode se utilizar dela (ex: montar uma base para capturar um fugitivo), pois o interesse da coletividade é maior que o do indivíduo proprietário.

Direito sucessório

O direito sucessório aparece como uma faceta do direito à propriedade, encontrando disciplina constitucional no artigo 5º, XXX e XXXI, CF:

Artigo 5º, XXX, CF. É garantido o direito de herança;

Artigo 5º, XXXI, CF. A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.

O direito à herança envolve o direito de receber – seja devido a uma previsão legal, seja por testamento – bens de uma pessoa que faleceu. Assim, o patrimônio passa para outra pessoa, conforme a vontade do falecido e/ou a lei determine. A Constituição estabelece uma disciplina específica para bens de estrangeiros situados no Brasil, assegurando que eles sejam repassados ao cônjuge e filhos brasileiros nos termos da lei mais benéfica (do Brasil ou do país estrangeiro).

Direito do consumidor

Nos termos do artigo 5º, XXXII, CF:

Artigo 5º, XXXII, CF. O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

O direito do consumidor liga-se ao direito à propriedade a partir do momento em que garante à pessoa que irá adquirir bens e serviços que estes sejam entregues e prestados da forma adequada, impedindo que o fornecedor se enriqueça ilicitamente, se aproveite de maneira indevida da posição menos favorável e de vulnerabilidade técnica do consumidor.

O Direito do Consumidor pode ser considerado um ramo recente do Direito. No Brasil, a legislação que o regulamentou foi promulgada nos anos 90, qual seja a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988, que também estabeleceu no artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Artigo 48, ADCT. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.

A elaboração do Código de Defesa do Consumidor foi um grande passo para a proteção da pessoa nas relações de consumo que estabeleça, respeitando-se a condição de hipossuficiente técnico daquele que adquire um bem ou faz uso de determinado serviço, enquanto consumidor.

Propriedade intelectual

Além da propriedade material, o constituinte protege também a propriedade intelectual, notadamente no artigo 5º, XXVII, XXVIII e XXIX, CF:

Artigo 5º, XXVII, CF. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

Artigo 5º, XXVIII, CF. São assegurados, nos termos da lei:

- a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;*
- b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;*

Artigo 5º, XXIX, CF. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

Assim, a propriedade possui uma vertente intelectual que deve ser respeitada, tanto sob o aspecto moral quanto sob o patrimonial. No âmbito infraconstitucional brasileiro, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, regulamenta os direitos autorais, isto é, “os direitos de autor e os que lhes são conexos”.

O artigo 7º do referido diploma considera como obras intelectuais que merecem a proteção do direito do autor os textos de obras de natureza literária, artística ou científica; as conferências, sermões e obras semelhantes; as obras cinematográficas e televisivas; as composições musicais; fotografias; ilustrações; programas de computador; coletâneas e enciclopédias; entre outras.

Os direitos morais do autor, que são imprescritíveis, inalienáveis e irrenunciáveis, envolvem, basicamente, o direito de reivindicar a autoria da obra, ter seu nome di-

vulgado na utilização desta, assegurar a integridade desta ou modificá-la e retirá-la de circulação se esta passar a afrontar sua honra ou imagem.

Já os direitos patrimoniais do autor, nos termos dos artigos 41 a 44 da Lei nº 9.610/98, prescrevem em 70 anos contados do primeiro ano seguinte à sua morte ou do falecimento do último coautor, ou contados do primeiro ano seguinte à divulgação da obra se esta for de natureza audiovisual ou fotográfica. Estes, por sua vez, abrangem, basicamente, o direito de dispor sobre a reprodução, edição, adaptação, tradução, utilização, inclusão em bases de dados ou qualquer outra modalidade de utilização; sendo que estas modalidades de utilização podem se dar a título oneroso ou gratuito.

“Os direitos autorais, também conhecidos como *copyright* (direito de cópia), são considerados bens móveis, podendo ser alienados, doados, cedidos ou locados. Ressalte-se que a permissão a terceiros de utilização de criações artísticas é direito do autor. [...] A proteção constitucional abrange o plágio e a contrafação. Enquanto que o primeiro caracteriza-se pela difusão de obra criada ou produzida por terceiros, como se fosse própria, a segunda configura a reprodução de obra alheia sem a necessária permissão do autor”²⁵.

- Direitos de acesso à justiça

A formação de um conceito sistemático de acesso à justiça se dá com a teoria de Cappelletti e Garth, que apontaram três ondas de acesso, isto é, três posicionamentos básicos para a realização efetiva de tal acesso. Tais ondas foram percebidas paulatinamente com a evolução do Direito moderno conforme implementadas as bases da onda anterior, quer dizer, ficou evidente aos autores a emergência de uma nova onda quando superada a afirmação das premissas da onda anterior, restando parcialmente implementada (visto que até hoje enfrentam-se obstáculos ao pleno atendimento em todas as ondas).

Primeiro, Cappelletti e Garth²⁶ entendem que surgiu uma onda de concessão de assistência judiciária aos pobres, partindo-se da prestação sem interesse de remuneração por parte dos advogados e, ao final, levando à criação de um aparato estrutural para a prestação da assistência pelo Estado.

Em segundo lugar, no entender de Cappelletti e Garth²⁷, veio a onda de superação do problema na representação dos interesses difusos, saindo da concepção tradicional de processo como algo restrito a apenas duas partes individualizadas e ocasionando o surgimento de novas instituições, como o Ministério Público.

Finalmente, Cappelletti e Garth²⁸ apontam uma terceira onda consistente no surgimento de uma concepção mais ampla de acesso à justiça, considerando o conjunto de instituições, mecanismos, pessoas e procedimentos

25 MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos artigos 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 1997.

26 CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução Ellen Grace Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1998, p. 31-32.

27 Ibid., p. 49-52

28 Ibid., p. 67-73

utilizados: “[...] esse enfoque encoraja a exploração de uma ampla variedade de reformas, incluindo alterações nas formas de procedimento, mudanças na estrutura dos tribunais ou a criação de novos tribunais, o uso de pessoas leigas ou para profissionais, tanto como juízes quanto como defensores, modificações no direito substantivo destinadas a evitar litígios ou facilitar sua solução e a utilização de mecanismos privados ou informais de solução dos litígios. Esse enfoque, em suma, não recebe inovações radicais e compreensivas, que vão muito além da esfera de representação judicial”.

Assim, dentro da noção de acesso à justiça, diversos aspectos podem ser destacados: de um lado, deve criar-se o Poder Judiciário e se disponibilizar meios para que todas as pessoas possam buscá-lo; de outro lado, não basta garantir meios de acesso se estes forem insuficientes, já que para que exista o verdadeiro acesso à justiça é necessário que se aplique o direito material de maneira justa e célere.

Relacionando-se à primeira onda de acesso à justiça, prevê a Constituição em seu artigo 5º, XXXV:

Artigo 5º, XXXV, CF. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

O princípio da inafastabilidade da jurisdição é o princípio de Direito Processual Público subjetivo, também cunhado como Princípio da Ação, em que a Constituição garante a necessária tutela estatal aos conflitos ocorrentes na vida em sociedade. Sempre que uma controvérsia for levada ao Poder Judiciário, preenchidos os requisitos de admissibilidade, ela será resolvida, independentemente de haver ou não previsão específica a respeito na legislação.

Também se liga à primeira onda de acesso à justiça, no que tange à abertura do Judiciário mesmo aos menos favorecidos economicamente, o artigo 5º, LXXIV, CF:

Artigo 5º, LXXIV, CF. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

O constituinte, ciente de que não basta garantir o acesso ao Poder Judiciário, sendo também necessária a efetividade processual, incluiu pela Emenda Constitucional nº 45/2004 o inciso LXXVIII ao artigo 5º da Constituição:

Artigo 5º, LXXVIII, CF. A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Com o tempo se percebeu que não bastava garantir o acesso à justiça se este não fosse célere e eficaz. Não significa que se deve acelerar o processo em detrimento de direitos e garantias assegurados em lei, mas sim que é preciso proporcionar um trâmite que dure nem mais e nem menos que o necessário para a efetiva realização da justiça no caso concreto.

- Nacionalidade/Extradição

A extradição é ato diverso da deportação (retirada forçada da pessoa do país quando em situação irregular), da expulsão (retirada forçada do país de pessoa em

situação regular por ameaça à segurança ou à ordem pública) e da entrega (retirada do país para submissão a julgamento pelo Tribunal Penal Internacional).

Extradicação é um ato de cooperação internacional que consiste na entrega de uma pessoa, acusada ou condenada por um ou mais crimes, ao país que a reclama. O Brasil, sob hipótese alguma, extraditará brasileiros natos, mas quanto aos naturalizados assim permite caso tenham praticado crimes comuns (exceto crimes políticos e/ou de opinião) antes da naturalização, ou, mesmo depois da naturalização, em caso de envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes (artigo 5º, LI e LII, CF).

Aplicam-se os seguintes princípios à extradicação:

- a) Princípio da Especialidade: Significa que o estrangeiro só pode ser julgado pelo Estado requerente pelo crime objeto do pedido de extradicação. O importante é que o extraditado só seja submetido às penas relativas aos crimes que foram objeto do pedido de extradicação.
- b) Princípio da Dupla Punibilidade: O fato praticado deve ser punível no Estado requerente e no Brasil. Logo, além do fato ser típico em ambos os países, deve ser punível em ambos (se houve prescrição em algum dos países, p. ex., não pode ocorrer a extradicação).
- c) Princípio da Retroatividade dos Tratados: O fato de um tratado de extradicação entre dois países ter sido celebrado após a ocorrência do crime não impede a extradicação.
- d) Princípio da Comutação da Pena (Direitos Humanos): Se o crime for apenado por qualquer das penas vedadas pelo artigo 5º, XLVII da CF, a extradicação não será autorizada, salvo se houver a comutação da pena, transformação para uma pena aceita no Brasil.

- Direitos constitucionais-penais

Juiz natural e vedação ao juízo ou tribunal de exceção

Quando o artigo 5º, LIII, CF menciona:

Artigo 5º, LIII, CF. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”, consolidado o princípio do juiz natural que assegura a toda pessoa o direito de conhecer previamente daquele que a julgará no processo em que seja parte, revestindo tal juízo em jurisdição competente para a matéria específica do caso antes mesmo do fato ocorrer.

Por sua vez, um desdobramento deste princípio encontra-se no artigo 5º, XXXVII, CF:

Artigo 5º, XXXVII, CF. Não haverá juízo ou tribunal de exceção.

Juízo ou Tribunal de Exceção é aquele especialmente criado para uma situação pretérita, bem como não reconhecido como legítimo pela Constituição do país.

Tribunal do júri

A respeito da competência do Tribunal do júri, prevê o artigo 5º, XXXVIII, CF:

Artigo 5º, XXXVIII. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;*
- b) o sigilo das votações;*
- c) a soberania dos veredictos;*
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.*

O Tribunal do Júri é formado por pessoas do povo, que julgam os seus pares. Entende-se ser direito fundamental o de ser julgado por seus iguais, membros da sociedade e não magistrados, no caso de determinados crimes que por sua natureza possuem fortes fatores de influência emocional.

Plenitude da defesa envolve tanto a autodefesa quanto a defesa técnica e deve ser mais ampla que a denominada ampla defesa assegurada em todos os procedimentos judiciais e administrativos.

Sigilo das votações envolve a realização de votações secretas, preservando a liberdade de voto dos que compõem o conselho que irá julgar o ato praticado.

A decisão tomada pelo conselho é soberana. Contudo, a soberania dos veredictos veda a alteração das decisões dos jurados, não a recorribilidade dos julgamentos do Tribunal do Júri para que seja procedido novo julgamento uma vez cassada a decisão recorrida, haja vista preservar o ordenamento jurídico pelo princípio do duplo grau de jurisdição.

Por fim, a competência para julgamento é dos crimes dolosos (em que há intenção ou ao menos se assume o risco de produção do resultado) contra a vida, que são: homicídio, aborto, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio e infanticídio. Sua competência não é absoluta e é mitigada, por vezes, pela própria Constituição (artigos 29, X / 102, I, b) e c) / 105, I, a) / 108, I).

Anterioridade e irretroatividade da lei

O artigo 5º, XXXIX, CF preconiza:

Artigo 5º, XXXIX, CF. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

É a consagração da regra do *nullum crimen nulla poena sine praevia lege*. Simultaneamente, se assegura o princípio da legalidade (ou reserva legal), na medida em que não há crime sem lei que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, e o princípio da anterioridade, posto que não há crime sem lei anterior que o defina.

Ainda no que tange ao princípio da anterioridade, tem-se o artigo 5º, XL, CF:

Artigo 5º, XL, CF. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

O dispositivo consolida outra faceta do princípio da anterioridade: se, por um lado, é necessário que a lei tenha definido um fato como crime e dado certo tratamento penal a este fato (ex.: pena de detenção ou reclusão, tempo de pena, etc.) antes que ele ocorra; por outro lado, se vier uma lei posterior ao fato que o exclua do rol de crimes ou que confira tratamento mais benéfico (diminuindo a pena ou alterando o regime de cumprimento, notadamente), ela será aplicada. Restam consagrados tanto o princípio da irretroatividade da lei penal *in pejus* quanto o da retroatividade da lei penal mais benéfica.

Menções específicas a crimes

O artigo 5º, XLI, CF estabelece:

Artigo 5º, XLI, CF. A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Sendo assim confere fórmula genérica que remete ao princípio da igualdade numa concepção ampla, razão pela qual práticas discriminatórias não podem ser aceitas. No entanto, o constituinte entendeu por bem prever tratamento específico a certas práticas criminosas.

Neste sentido, prevê o artigo 5º, XLII, CF:

Artigo 5º, XLII, CF. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Contra eles não cabe fiança (pagamento de valor para deixar a prisão provisória) e não se aplica o instituto da prescrição (perda de pretensão de se processar/punir uma pessoa pelo decurso do tempo).

Não obstante, preconiza ao artigo 5º, XLIII, CF:

Artigo 5º, XLIII, CF. A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Anistia, graça e indulto diferenciam-se nos seguintes termos: a anistia exclui o crime, rescinde a condenação e extingue totalmente a punibilidade, a graça e o indulto apenas extinguem a punibilidade, podendo ser parciais; a anistia, em regra, atinge crimes políticos, a graça e o indulto, crimes comuns; a anistia pode ser concedida pelo Poder Legislativo, a graça e o indulto são de competência exclusiva do Presidente da República; a anistia pode ser concedida antes da sentença final ou depois da condenação irrecorrível, a graça e o indulto pressupõem o trânsito em julgado da sentença condenatória; graça e o indulto apenas extinguem a punibilidade, persistindo os efeitos do crime, apagados na anistia; graça é em regra individual e solicitada, enquanto o indulto é coletivo e espontâneo.

Não cabe graça, anistia ou indulto (pode-se considerar que o artigo o abrange, pela doutrina majoritária) contra crimes de tortura, tráfico, terrorismo (TTT) e hediondos (previstos na Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990). Além disso, são crimes que não aceitam fiança.

Ainda, prevê o artigo 5º, XLIV, CF:

Artigo 5º, XLIV, CF. Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Por fim, dispõe a CF sobre a possibilidade de extradição de brasileiro naturalizado caso esteja envolvido com tráfico ilícito de entorpecentes:

Artigo 5º, LI, CF. Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Personalidade da pena

A personalidade da pena encontra respaldo no artigo 5º, XLV, CF:

Artigo 5º, XLV, CF. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

O princípio da personalidade encerra o comando de o crime ser imputado somente ao seu autor, que é, por seu turno, a única pessoa passível de sofrer a sanção. Seria flagrante a injustiça se fosse possível alguém responder pelos atos ilícitos de outrem: caso contrário, a reação, ao invés de restringir-se ao malfeitor, alcançaria inocentes. Contudo, se uma pessoa deixou patrimônio e faleceu, este patrimônio responderá pelas repercussões financeiras do ilícito.

Individualização da pena

A individualização da pena tem por finalidade concretizar o princípio de que a responsabilização penal é sempre pessoal, devendo assim ser aplicada conforme as peculiaridades do agente.

A primeira menção à individualização da pena se encontra no artigo 5º, XLVI, CF:

Artigo 5º, XLVI, CF. A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;*
- b) perda de bens;*
- c) multa;*
- d) prestação social alternativa;*
- e) suspensão ou interdição de direitos.*

Pelo princípio da individualização da pena, a pena deve ser individualizada nos planos legislativo, judiciário e executório, evitando-se a padronização a sanção penal. A individualização da pena significa adaptar a pena ao condenado, consideradas as características do agente e do delito.

A pena privativa de liberdade é aquela que restringe, com maior ou menor intensidade, a liberdade do condenado, consistente em permanecer em algum estabelecimento prisional, por um determinado tempo.

A pena de multa ou patrimonial opera uma diminuição do patrimônio do indivíduo delituoso.

A prestação social alternativa corresponde às penas restritivas de direitos, autônomas e substitutivas das penas privativas de liberdade, estabelecidas no artigo 44 do Código Penal.

Por seu turno, a individualização da pena deve também se fazer presente na fase de sua execução, conforme se depreende do artigo 5º, XLVIII, CF:

Artigo 5º, XLVIII, CF. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

A distinção do estabelecimento conforme a natureza do delito visa impedir que a prisão se torne uma faculdade do crime. Infelizmente, o Estado não possui aparato suficiente para cumprir tal diretiva, diferenciando, no máximo, o nível de segurança das prisões. Quanto à idade, destacam-se as Fundações Casas, para cumprimento de medida por menores infratores. Quanto ao sexo, prisões costumam ser exclusivamente para homens ou para mulheres.

Também se denota o respeito à individualização da pena nesta faceta pelo artigo 5º, L, CF:

Artigo 5º, L, CF. Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Preserva-se a individualização da pena porque é tomada a condição peculiar da presa que possui filho no período de amamentação, mas também se preserva a dignidade da criança, não a afastando do seio materno de maneira precária e impedindo a formação de vínculo pela amamentação.

Vedação de determinadas penas

O constituinte viu por bem proibir algumas espécies de penas, consoante ao artigo 5º, XLVII, CF:

Artigo 5º, XLVII, CF. não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;*
- b) de caráter perpétuo;*
- c) de trabalhos forçados;*
- d) de banimento;*
- e) cruéis.*

Em resumo, o inciso consolida o princípio da humanidade, pelo qual o "poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou que lesionem a constituição físico-psíquica dos condenados"²⁹.

Quanto à questão da pena de morte, percebe-se que o constituinte não estabeleceu uma total vedação, autorizando-a nos casos de guerra declarada. Obviamente, deve-se respeitar o princípio da anterioridade da lei, ou seja, a legislação deve prever a pena de morte ao fato antes dele ser praticado. No ordenamento brasileiro, este papel é cumprido pelo Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969), que prevê a pena de morte a ser executada por fuzilamento nos casos tipificados em seu Livro II, que aborda os crimes militares em tempo de guerra.

Por sua vez, estão absolutamente vedadas em quaisquer circunstâncias as penas de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis.

No que tange aos trabalhos forçados, vale destacar que o trabalho obrigatório não é considerado um tratamento contrário à dignidade do recluso, embora o trabalho forçado o seja. O trabalho é obrigatório, dentro das condições do apenado, não podendo ser cruel ou

menosprezar a capacidade física e intelectual do condenado; como o trabalho não existe independente da educação, cabe incentivar o aperfeiçoamento pessoal; até mesmo porque o trabalho deve se aproximar da realidade do mundo externo, será remunerado; além disso, condições de dignidade e segurança do trabalhador, como descanso semanal e equipamentos de proteção, deverão ser respeitados.

Respeito à integridade do preso

Prevê o artigo 5º, XLIX, CF:

Artigo 5º, XLIX, CF. É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

Obviamente, o desrespeito à integridade física e moral do preso é uma violação do princípio da dignidade da pessoa humana.

Dois tipos de tratamentos que violam esta integridade de estão mencionados no próprio artigo 5º da Constituição Federal. Em primeiro lugar, tem-se a vedação da tortura e de tratamentos desumanos e degradantes (artigo 5º, III, CF), o que vale na execução da pena.

No mais, prevê o artigo 5º, LVIII, CF:

Artigo 5º, LVIII, CF. O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.

Se uma pessoa possui identificação civil, não há porque fazer identificação criminal, colhendo digitais, fotos, etc. Pensa-se que seria uma situação constrangedora desnecessária ao suspeito, sendo assim, violaria a integridade moral.

Devido processo legal, contraditório e ampla defesa

Estabelece o artigo 5º, LIV, CF:

Artigo 5º, LIV, CF. Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Pelo princípio do devido processo legal a legislação deve ser respeitada quando o Estado pretender punir alguém judicialmente. Logo, o procedimento deve ser livre de vícios e seguir estritamente a legislação vigente, sob pena de nulidade processual.

Surgem como corolário do devido processo legal o contraditório e a ampla defesa, pois somente um procedimento que os garanta estará livre dos vícios. Neste sentido, o artigo 5º, LV, CF:

Artigo 5º, LV, CF. Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

O devido processo legal possui a faceta formal, pela qual se deve seguir o adequado procedimento na aplicação da lei e, sendo assim, respeitar o contraditório e a ampla defesa. Não obstante, o devido processo legal tem sua faceta material que consiste na tomada de decisões justas, que respeitem os parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade.

²⁹ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.

Vedação de provas ilícitas

Conforme o artigo 5º, LVI, CF:

Artigo 5º, LVI, CF. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Provas ilícitas, por força da nova redação dada ao artigo 157 do CPP, são as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, ou seja, prova ilícita é a que viola a regra de direito material, constitucional ou legal, no momento da sua obtenção. São vedadas porque não se pode aceitar o descumprimento do ordenamento para fazê-lo cumprir: seria paradoxal.

Presunção de inocência

Prevê a Constituição no artigo 5º, LVII:

Artigo 5º, LVII, CF. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Consolida-se o princípio da presunção de inocência, pelo qual uma pessoa não é culpada até que, em definitivo, o Judiciário assim decida, respeitados todos os princípios e garantias constitucionais.

Ação penal privada subsidiária da pública

Nos termos do artigo 5º, LIX, CF:

Artigo 5º, LIX, CF. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

A chamada ação penal privada subsidiária da pública encontra respaldo constitucional, assegurando que a omissão do poder público na atividade de persecução criminal não será ignorada, fornecendo-se instrumento para que o interessado a proponha.

Prisão e liberdade

O constituinte confere espaço bastante extenso no artigo 5º em relação ao tratamento da prisão, notadamente por se tratar de ato que vai contra o direito à liberdade. Obviamente, a prisão não é vedada em todos os casos, porque práticas atentatórias a direitos fundamentais implicam na tipificação penal, autorizando a restrição da liberdade daquele que assim agiu.

No inciso LXI do artigo 5º, CF, prevê-se:

Artigo 5º, LXI, CF. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

Logo, a prisão somente se dará em caso de flagrante delito (necessariamente antes do trânsito em julgado), ou em caráter temporário, provisório ou definitivo (as duas primeiras independentemente do trânsito em julgado, preenchidos requisitos legais e a última pela irreversibilidade da condenação).

Aborda-se no artigo 5º, LXII o dever de comunicação ao juiz e à família ou pessoa indicada pelo preso:

Artigo 5º, LXII, CF. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

Não obstante, o preso deverá ser informado de todos os seus direitos, inclusive o direito ao silêncio, podendo entrar em contato com sua família e com um advogado, conforme artigo 5º, LXIII, CF:

Artigo 5º, LXIII, CF. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

Estabelece-se no artigo 5º, LXIV, CF:

Artigo 5º, LXIV, CF. O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

Por isso mesmo, o auto de prisão em flagrante e a ata do depoimento do interrogatório são assinados pelas autoridades envolvidas nas práticas destes atos procedimentais.

Ainda, a legislação estabelece inúmeros requisitos para que a prisão seja validada, sem os quais cabe relacionamento, tanto que assim prevê o artigo 5º, LXV, CF:

Artigo 5º, LXV, CF. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

Desta forma, como decorrência lógica, tem-se a previsão do artigo 5º, LXVI, CF:

Artigo 5º, LXVI, CF. Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

Mesmo que a pessoa seja presa em flagrante, devido ao princípio da presunção de inocência, entende-se que ela não deve ser mantida presa quando não preencher os requisitos legais para prisão preventiva ou temporária.

Indenização por erro judiciário

A disciplina sobre direitos decorrentes do erro judiciário encontra-se no artigo 5º, LXXV, CF:

Artigo 5º, LXXV, CF. O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

Trata-se do erro em que incorre um juiz na apreciação e julgamento de um processo criminal, resultando em condenação de alguém inocente. Neste caso, o Estado indenizará. Ele também indenizará uma pessoa que ficar presa além do tempo que foi condenada a cumprir.

4) Remédios constitucionais

São as espécies de ações judiciárias que visam proteger os direitos fundamentais reconhecidos no texto constitucional quando a declaração e a garantia destes não se mostrar suficiente. Assim, o Poder Judiciário será acionado para sanar o desrespeito a estes direitos fundamentais, servindo cada espécie de ação para uma forma de violação.

4.1) Habeas corpus

No que tange à disciplina do habeas corpus, prevê a Constituição em seu artigo 5º, LXXVIII:

Artigo 5º, LXXVIII, CF. Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Trata-se de ação gratuita, nos termos do artigo 5º, LXXVII, CF.

- a) Antecedentes históricos:** A Magna Carta inglesa, de 1215, foi o primeiro documento a mencionar este remédio e o *Habeas Corpus Act*, de 1679, o regulamentou.
- b) Escopo:** ação que serve para proteger a liberdade de locomoção. Antes de haver proteção no Brasil por outros remédios constitucionais de direitos que não este, o *habeas-corpus* foi utilizado para protegê-los. Hoje, apenas serve à lesão ou ameaça de lesão ao direito de ir e vir.
- c) Natureza jurídica:** ação constitucional de cunho predominantemente penal, pois protege o direito de ir e vir e vai contra a restrição arbitrária da liberdade.
- d) Espécies:** preventivo, para os casos de ameaça de violação ao direito de ir e vir, conferindo-se um "salvo conduto", ou repressivo, para quando ameaça já tiver se materializado.
- e) Legitimidade ativa:** qualquer pessoa pode manejá-lo, em próprio nome ou de terceiro, bem como o Ministério Público (artigo 654, CPP). Impetrante é o que ingressa com a ação e paciente é aquele que está sendo vítima da restrição à liberdade de locomoção. As duas figuras podem se concentrar numa mesma pessoa.
- f) Legitimidade passiva:** pessoa física, agente público ou privado.
- g) Competência:** é determinada pela autoridade coatora, sendo a autoridade imediatamente superior a ela. Ex.: Delegado de Polícia é autoridade coatora, propõe na Vara Criminal Estadual; Juiz de Direito de uma Vara Criminal é a autoridade coatora, impetra no Tribunal de Justiça.
- h) Conceito de coação ilegal:** encontra-se no artigo 648, CPP:

Artigo 648, CPP. A coação considerar-se-á ilegal:

- I - quando não houver justa causa;*
- II - quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei;*
- III - quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo;*
- IV - quando houver cessado o motivo que autorizou a coação;*
- V - quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza;*
- VI - quando o processo for manifestamente nulo;*
- VII - quando extinta a punibilidade.*

- i) Procedimento:** regulamentado nos artigos 647 a 667 do Código de Processo Penal.

4.2) Habeas data

O artigo 5º, LXXII, CF prevê:

Artigo 5º, LXXII, CF. Conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Tal como o *habeas corpus*, trata-se de ação gratuita (artigo 5º, LXXVII, CF).

- a) Antecedente histórico:** *Freedom of Information Act*, de 1974.
- b) Escopo:** proteção do acesso a informações pessoais constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, para o conhecimento ou retificação (correção).
- c) Natureza jurídica:** ação constitucional que tutela o acesso a informações pessoais.
- d) Legitimidade ativa:** pessoa física, brasileira ou estrangeira, ou por pessoa jurídica, de direito público ou privado, tratando-se de ação personalíssima – os dados devem ser a respeito da pessoa que a propõe.
- e) Legitimidade passiva:** entidades governamentais da Administração Pública Direta e Indireta nas três esferas, bem como instituições, órgãos, entidades e pessoas jurídicas privadas prestadoras de serviços de interesse público que possuam dados relativos à pessoa do impetrante.
- f) Competência:** Conforme o caso, nos termos da Constituição, do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, "d"), do Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I, "b"), dos Tribunais Regionais Federais (art. 108, I, "c"), bem como dos juízes federais (art. 109, VIII).
- g) Regulamentação específica:** Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.
- h) Procedimento:** artigos 8º a 19 da Lei nº 9.507/1997.

4.3) Mandado de segurança individual

Dispõe a Constituição no artigo 5º, LXIX:

Artigo 5º, LXIX, CF. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

- a) Origem:** Veio com a finalidade de preencher a lacuna decorrente da sistemática do *habeas corpus* e das liminares possessórias.
- b) Escopo:** Trata-se de remédio constitucional com natureza subsidiária pelo qual se busca a invalidação de atos de autoridade ou a suspensão dos efeitos da omissão administrativa, geradores de lesão a direito líquido e certo, por ilegalidade ou abuso de poder. São protegidos todos os direitos líquidos e certos à exceção da proteção de direitos humanos à liberdade de locomoção e ao acesso

ou retificação de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ambos sujeitos a instrumentos específicos.

- c) Natureza jurídica:** ação constitucional de natureza civil, independente da natureza do ato impugnado (administrativo, jurisdicional, eleitoral, criminal, trabalhista).
- d) Espécies:** preventivo, quando se estiver na iminência de violação a direito líquido e certo, ou reparatório, quando já consumado o abuso/ilegalidade.
- e) Direito líquido e certo:** é aquele que pode ser demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória, isto devido à natureza célere e sumária do procedimento.
- f) Legitimidade ativa:** a mais ampla possível, abrangendo não só a pessoa física como a jurídica, nacional ou estrangeira, residente ou não no Brasil, bem como órgãos públicos despersonalizados e universalidades/pessoas formais reconhecidas por lei.
- g) Legitimidade passiva:** A autoridade coatora deve ser autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Neste viés, o art. 6º, §3º, Lei nº 12.016/09, preceitua que "considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática".
- h) Competência:** Fixada de acordo com a autoridade coatora.
- i) Regulamentação específica:** Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009.
- j) Procedimento:** artigos 6º a 19 da Lei nº 12.016/09.

4.4) Mandado de segurança coletivo

A Constituição Federal prevê a possibilidade de ingresso com mandado de segurança coletivo, consoante ao artigo 5º, LXX:

Artigo 5º, LXX, CF. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

- a) Origem:** Constituição Federal de 1988.
- b) Escopo:** preservação ou reparação de direito líquido e certo relacionado a interesses transindividuais (individuais homogêneos ou coletivos), e devido à questão da legitimidade ativa, pertencente a partidos políticos e determinadas associações.
- c) Natureza jurídica:** ação constitucional de natureza civil, independente da natureza do ato, de caráter coletivo.
- d) Objeto:** o objeto do mandado de segurança coletivo são os direitos coletivos e os direitos individuais homogêneos. Tal instituto não se presta à proteção dos direitos difusos, conforme posicionamento amplamente majoritário, já que, dada sua difícil

individualização, fica improvável a verificação da ilegalidade ou do abuso do poder sobre tal direito (art. 21, parágrafo único, Lei nº 12.016/09).

- e) Legitimidade ativa:** como se extrai da própria disciplina constitucional, aliada ao artigo 21 da Lei nº 12.016/09, é de partido político com representação no Congresso Nacional, bem como de organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos que atinjam diretamente seus interesses ou de seus membros.

f) Disciplina específica na Lei nº 12.016/09:

Art. 22, Lei nº 12.016/09. No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

§ 1º O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

§ 2º No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

4.5) Mandado de injunção

Regulamenta o artigo 5º, LXXI, CF:

Artigo 5º, LXXI, CF. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

- a) Escopo:** os dois requisitos constitucionais para que seja proposto o mandado de injunção são a existência de norma constitucional de eficácia limitada que prescreva direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania; além da falta de norma regulamentadores, impossibilitando o exercício dos direitos, liberdades e prerrogativas em questão. Assim, visa curar o hábito que se incutiu no legislador brasileiro de não regulamentar as normas de eficácia limitada para que elas não sejam aplicáveis.
- b) Natureza jurídica:** ação constitucional que objetiva a regulamentação de normas constitucionais de eficácia limitada.
- c) Legitimidade ativa:** qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, física ou jurídica, capaz ou incapaz, que titularize direito fundamental não materializável por omissão legislativa do Poder público, bem como o Ministério Público na defesa de seus interesses institucionais. Não se aceita a legitimidade ativa de pessoas jurídicas de direito público.

d) Competência: Supremo Tribunal Federal, quando a elaboração de norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, "q", CF); ao Superior Tribunal de Justiça, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos da competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal (art. 105, I, "h", CF); ao Tribunal Superior Eleitoral, quando as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção (art. 121, §4º, V, CF); e aos Tribunais de Justiça Estaduais, frente aos entes a ele vinculados.

e) Procedimento: Lei nº 13.300/16.

4.6) Ação popular

Prevê o artigo 5º, LXXIII, CF:

Artigo 5º, LXXIII, CF. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

a) Origem: Constituição Federal de 1934.

b) Escopo: é instrumento de exercício direto da democracia, permitindo ao cidadão que busque a proteção da coisa pública, ou seja, que vise assegurar a preservação dos interesses transindividuais.

c) Natureza jurídica: trata-se de ação constitucional, que visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural

d) Legitimidade ativa: deve ser cidadão, ou seja, aquele nacional que esteja no pleno gozo dos direitos políticos.

e) Legitimidade passiva: ente da Administração Pública, direta ou indireta, ou então pessoa jurídica que de algum modo lide com a coisa pública.

f) Competência: Será fixada de acordo com a origem do ato ou omissão a serem impugnados (artigo 5º, Lei nº 4.717/65).

g) Regulamentação específica: Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.

h) Procedimento: artigos 7º a 19, Lei nº 4.717/65.



#FicaDica

Não basta a afirmação de direitos, é preciso assegurar meios para defender direitos violados. Basicamente, não bastam os direitos e garantias, precisam existir os instrumentos de tutelá-los. Este papel é desempenhado pelos remédios constitucionais.

5) Direitos fundamentais implícitos

Nos termos do § 2º do artigo 5º da Constituição Federal:

Artigo 5º, §2º, CF. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Daí se depreende que os direitos ou garantias podem estar expressos ou implícitos no texto constitucional. Sendo assim, o rol enumerado nos incisos do artigo 5º é apenas exemplificativo, não taxativo.

6) Tratados internacionais incorporados ao ordenamento interno

Estabelece o artigo 5º, § 2º, CF que os direitos e garantias podem decorrer, dentre outras fontes, dos **"tratados internacionais"** em que a República Federativa do Brasil seja parte".

Para o tratado internacional ingressar no ordenamento jurídico brasileiro deve ser observado um procedimento complexo, que exige o cumprimento de quatro fases: a negociação (bilateral ou multilateral, com posterior assinatura do Presidente da República), submissão do tratado assinado ao Congresso Nacional (que dará referendo por meio do decreto legislativo), ratificação do tratado (confirmação da obrigação perante a comunidade internacional) e a promulgação e publicação do tratado pelo Poder Executivo³⁰. Notadamente, quando o constituinte menciona os tratados internacionais no §2º do artigo 5º refere-se àqueles que tenham por fulcro ampliar o rol de direitos do artigo 5º, ou seja, tratado internacional de direitos humanos.

O §1º e o §2º do artigo 5º existiam de maneira originária na Constituição Federal, conferindo o caráter de primazia dos direitos humanos, desde logo consagrando o princípio da primazia dos direitos humanos, como reconhecido pela doutrina e jurisprudência majoritários na época. "O princípio da primazia dos direitos humanos nas relações internacionais implica em que o Brasil deve incorporar os tratados quanto ao tema ao ordenamento interno brasileiro e respeitá-los. Implica, também em que as normas voltadas à proteção da dignidade em caráter universal devem ser aplicadas no Brasil em caráter prioritário em relação a outras normas"³¹.

³⁰ VICENTE SOBRINHO, Benedito. **Direitos Fundamentais e Prisão Civil**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008.

³¹ PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público**.

Regra geral, os tratados internacionais comuns ingressam com força de lei ordinária no ordenamento jurídico brasileiro porque somente existe previsão constitucional quanto à possibilidade da equiparação às emendas constitucionais se o tratado abranger matéria de direitos humanos. Antes da emenda alterou o quadro quanto aos tratados de direitos humanos, era o que acontecia, mas isso não significa que tais direitos eram menos importantes devido ao princípio da primazia e ao reconhecimento dos direitos implícitos.

Por seu turno, com o advento da Emenda Constitucional nº 45/04 se introduziu o §3º ao artigo 5º da Constituição Federal, de modo que os tratados internacionais de direitos humanos foram equiparados às emendas constitucionais, desde que houvesse a aprovação do tratado em cada Casa do Congresso Nacional e obtivesse a votação em dois turnos e com três quintos dos votos dos respectivos membros:

Art. 5º, § 3º, CF. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Logo, a partir da alteração constitucional, os tratados de direitos humanos que ingressarem no ordenamento jurídico brasileiro, versando sobre matéria de direitos humanos, irão passar por um processo de aprovação semelhante ao da emenda constitucional.

Contudo, há posicionamentos conflituosos quanto à possibilidade de considerar como hierarquicamente constitucional os tratados internacionais de direitos humanos que ingressaram no ordenamento jurídico brasileiro anteriormente ao advento da referida emenda. Tal discussão se deu com relação à prisão civil do depositário infiel, prevista como legal na Constituição e ilegal no Pacto de São José da Costa Rica (tratado de direitos humanos aprovado antes da EC nº 45/04), sendo que o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento pela supremacia do tratado de direitos humanos anterior à Emenda (estaria numa posição que paralisaria a eficácia da lei infraconstitucional, mas não revogaria a Constituição no ponto controverso).



#FicaDica

Tratados internacionais que não envolvem direitos humanos – *status* de lei ordinária;
Tratados internacionais sobre direitos humanos incorporados sem respeito ao procedimento do artigo 5º, § 3º, CF – *status* supralegal;
Tratados internacionais sobre direitos humanos incorporados nos termos do artigo 5º, § 3º, CF – *status* constitucional – são dois, notadamente, Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Protocolo de Nova York (Decreto nº 6.949/2007) e Tratado de Marraqueche (Decreto nº 9.522/2018).

blico e Privado. Salvador: JusPodivm, 2009.

7) Tribunal Penal Internacional

Preconiza o artigo 5º, CF em seu § 4º:

Artigo 5º, §4º, CF. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 4.388 de 25 de setembro de 2002. Ele contém 128 artigos e foi elaborado em Roma, no dia 17 de julho de 1998, regendo a competência e o funcionamento deste Tribunal voltado às pessoas responsáveis por crimes de maior gravidade com repercussão internacional (artigo 1º, ETPI).

“Ao contrário da Corte Internacional de Justiça, cuja jurisdição é restrita a Estados, ao Tribunal Penal Internacional compete o processo e julgamento de violações contra indivíduos; e, distintamente dos Tribunais de crimes de guerra da Iugoslávia e de Ruanda, criados para analisarem crimes cometidos durante esses conflitos, sua jurisdição não está restrita a uma situação específica”³².

Resume Mello³³: “a Conferência das Nações Unidas sobre a criação de uma Corte Criminal Internacional, reunida em Roma, em 1998, aprovou a referida Corte. Ela é permanente. Tem sede em Haia. A corte tem personalidade internacional. Ela julga: a) crime de genocídio; b) crime contra a humanidade; c) crime de guerra; d) crime de agressão. Para o crime de genocídio usa a definição da convenção de 1948. Como crimes contra a humanidade são citados: assassinato, escravidão, prisão violando as normas internacionais, violação tortura, apartheid, escravidão sexual, prostituição forçada, esterilização, etc. São crimes de guerra: homicídio internacional, destruição de bens não justificada pela guerra, deportação, forçar um prisioneiro a servir nas forças inimigas, etc.”.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014) O art. 5º da Constituição Federal trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, espécie do gênero direitos e garantias fundamentais (Título II). Assim, apesar de referir-se, de modo expresso, apenas a direitos e deveres, também consagrou as garantias fundamentais. (LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado, São Paulo: Saraiva, 2009, 13ª. ed., p. 671).
Com base na afirmação acima, analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

I - Os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos através dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos.

II - O rol dos direitos expressos nos 78 incisos e parágrafos do art. 5º da Constituição Federal é meramente exemplificativo.

³² NEVES, Gustavo Bregalda. **Direito Internacional Público & Direito Internacional Privado**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

³³ MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

III - Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte.

IV - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

V - É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

- a) Apenas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas III e V estão corretas.
- d) Apenas IV e V estão corretas.
- e) Todas as questões estão corretas.

Resposta: Letra E. "I" está correta porque a principal diferença entre direitos e garantias é que os primeiros servem para determinar os bens jurídicos tutelados e as segundas são os instrumentos para assegurar estes (ex: direito de liberdade de locomoção – garantia do habeas corpus). "II" está correta, afinal, o próprio artigo 5º prevê em seu §2º que "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte", fundamento que também demonstra que o item "III" está correto. O item IV traz cópia do artigo 5º, X, CF, que prevê que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação"; o que faz também o item V com relação ao artigo 5º, VI, CF que diz que "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias". Sendo assim, todas afirmativas estão corretas.

2. (PC/SC - Agente de Polícia - ACAFE/2014) Ainda em relação aos outros remédios constitucionais analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta.

I - O habeas data assegura o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

II - Será concedido habeas data para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

III - Em se tratando de registro ou banco de dados de entidade governamental, o sujeito passivo na ação de habeas data será a pessoa jurídica componente da administração direta e indireta do Estado.

IV - O mandado de injunção serve para requerer à autoridade competente que faça uma lei para tornar viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

V - O pressuposto lógico do mandado de injunção é a demora legislativa que impede um direito de ser efetivado pela falta de complementação de uma lei.

- a) todas as afirmações estão corretas.
- b) apenas I, II e III estão corretas.
- c) apenas II, III e IV estão corretas.
- d) apenas II, III e V estão corretas.
- e) apenas IV e V estão corretas.

Resposta: Letra A. No que tange ao tema, destaque para os seguintes incisos do artigo 5º da CF: "LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania; LXXII - conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo". Os itens "I" e "II" repetem o teor do artigo 5º, LXXII, CF. Já o item "III" decorre logicamente da previsão dos direitos fundamentais como limitadores da atuação do Estado, logo, as informações requeridas serão contra uma entidade governamental da administração direta ou indireta. Por sua vez, o item "IV" reflete o artigo 5º, LXXI, CF, do qual decorre logicamente o item "V", posto que a demora do legislador em regulamentar uma norma constitucional de aplicabilidade mediata, que necessita do preenchimento de seu conteúdo, evidencia-se em risco aos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

3. (TJ-RJ - Técnico de Atividade Judiciária - FGV/2014)

A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, desde que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de três quintos dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna.

Resposta: Letra C. Estabelece o §3º do artigo 5º, CF: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais". Logo, é necessário o preenchimento de determinados requisitos para a incorporação.

1) Princípios da Administração Pública

Os valores éticos inerentes ao Estado, os quais permitem que ele consolide o bem comum e garanta a preservação dos interesses da coletividade, se encontram exteriorizados em princípios e regras. Estes, por sua vez, são estabelecidos na Constituição Federal e em legislações infraconstitucionais, a exemplo das que serão estudadas neste tópico, quais sejam: Decreto nº 1.171/94, Lei nº 8.112/90 e Lei nº 8.429/92.

Todas as diretivas de leis específicas sobre a ética no setor público partem da Constituição Federal, que estabelece alguns princípios fundamentais para a ética no setor público. Em outras palavras, é o texto constitucional do artigo 37, especialmente o *caput*, que permite a compreensão de boa parte do conteúdo das leis específicas, porque possui um caráter amplo ao preconizar os princípios fundamentais da administração pública. Estabelece a Constituição Federal:

Artigo 37, CF. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]



#FicaDica

São princípios da administração pública, nesta ordem:

Legalidade

Impessoalidade

Moralidade

Publicidade

Eficiência

Para memorizar: veja que as iniciais das palavras formam o vocábulo LIMPE, que remete à limpeza esperada da Administração Pública.

É de fundamental importância um olhar atento ao significado de cada um destes princípios, posto que eles estruturam todas as regras éticas prescritas no Código de Ética e na Lei de Improbidade Administrativa, tomando como base os ensinamentos de Carvalho Filho³⁴ e Spitzcovsky³⁵:

- a) **Princípio da legalidade:** Para o particular, legalidade significa a permissão de fazer tudo o que a lei não proíbe. Contudo, como a administração pública representa os interesses da coletividade, ela se sujeita a uma relação de subordinação, pela qual só poderá fazer o que a lei expressamente determina (assim, na esfera estatal, é preciso lei anterior editando a matéria para que seja preservado o princípio da legalidade). A origem deste princípio está na criação do Estado de Direito, no sentido de que o próprio Estado deve respeitar as leis que dita.

34 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

35 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

- b) **Princípio da impessoalidade:** Por força dos interesses que representa, a administração pública está proibida de promover discriminações gratuitas. Discriminar é tratar alguém de forma diferente dos demais, privilegiando ou prejudicando. Segundo este princípio, a administração pública deve tratar igualmente todos aqueles que se encontrem na mesma situação jurídica (princípio da isonomia ou igualdade). Por exemplo, a licitação reflete a impessoalidade no que tange à contratação de serviços. O princípio da impessoalidade correlaciona-se ao princípio da finalidade, pelo qual o alvo a ser alcançado pela administração pública é somente o interesse público. Com efeito, o interesse particular não pode influenciar no tratamento das pessoas, já que se deve buscar somente a preservação do interesse coletivo.

- c) **Princípio da moralidade:** A posição deste princípio no artigo 37 da CF representa o reconhecimento de uma espécie de moralidade administrativa, intimamente relacionada ao poder público. A administração pública não atua como um particular, de modo que enquanto o descumprimento dos preceitos morais por parte deste particular não é punido pelo Direito (*a priori*), o ordenamento jurídico adota tratamento rigoroso do comportamento imoral por parte dos representantes do Estado. O princípio da moralidade deve se fazer presente não só para com os administrados, mas também no âmbito interno. Está indissociavelmente ligado à noção de bom administrador, que não somente deve ser conhecedor da lei, mas também dos princípios éticos regentes da função administrativa. **TODO ATO IMORAL SERÁ DIRETAMENTE ILEGAL OU AO MENOS IMPESSOAL**, daí a intrínseca ligação com os dois princípios anteriores.

- d) **Princípio da publicidade:** A administração pública é obrigada a manter transparência em relação a todos seus atos e a todas informações armazenadas nos seus bancos de dados. Daí a publicação em órgãos da imprensa e a afixação de portarias. Por exemplo, a própria expressão concurso *público* (art. 37, II, CF) remonta ao ideário de que todos devem tomar conhecimento do processo seletivo de servidores do Estado. Diante disso, como será visto, se negar indevidamente a fornecer informações ao administrado caracteriza ato de improbidade administrativa.

No mais, prevê o §1º do artigo 37, CF, evitando que o princípio da publicidade seja deturpado em propaganda político-eleitoral:

Artigo 37, §1º, CF. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Somente pela publicidade os indivíduos controlarão a legalidade e a eficiência dos atos administrativos. Os instrumentos para proteção são o direito de petição e

as certidões (art. 5º, XXXIV, CF), além do *habeas data* e - residualmente - do mandado de segurança. Neste viés, ainda, prevê o artigo 37, CF em seu **§3º**:

Artigo 37, §3º, CF. A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

- e) **Princípio da eficiência:** A administração pública deve manter o ampliar a qualidade de seus serviços com controle de gastos. Isso envolve eficiência ao contratar pessoas (o concurso público seleciona os mais qualificados ao exercício do cargo), ao manter tais pessoas em seus cargos (pois é possível exonerar um servidor público por ineficiência) e ao controlar gastos (limitando o teto de remuneração), por exemplo. O núcleo deste princípio é a procura por produtividade e economicidade. Alcança os serviços públicos e os serviços administrativos internos, se referindo diretamente à conduta dos agentes.

Além destes cinco princípios administrativo-constitucionais diretamente selecionados pelo constituinte, podem ser apontados como princípios de natureza ética relacionados à função pública a probidade e a motivação:

- a) **Princípio da probidade:** um princípio constitucional incluído dentro dos princípios específicos da licitação, é o dever de todo o administrador público, o dever de honestidade e fidelidade com o Estado, com a população, no desempenho de suas funções. Possui contornos mais definidos do que a moralidade. Diógenes Gasparini³⁶ alerta que alguns autores tratam veem como distintos os princípios da moralidade e da probidade administrativa, mas não há características que permitam tratar os mesmos como procedimentos distintos, sendo no máximo possível afirmar que a probidade administrativa é um aspecto particular da moralidade administrativa.
- b) **Princípio da motivação:** É a obrigação conferida ao administrador de motivar todos os atos que edita, gerais ou de efeitos concretos. É considerado, entre os demais princípios, um dos mais importantes, uma vez que sem a motivação não há o devido processo legal, uma vez que a fundamentação surge como meio interpretativo da decisão que levou à prática do ato impugnado, sendo verdadeiro meio de viabilização do controle da legalidade dos atos da Administração.

36 GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Motivar significa mencionar o dispositivo legal aplicável ao caso concreto e relacionar os fatos que concretamente levaram à aplicação daquele dispositivo legal. Todos os atos administrativos devem ser motivados para que o Judiciário possa controlar o mérito do ato administrativo quanto à sua legalidade. Para efetuar esse controle, devem ser observados os motivos dos atos administrativos.

Em relação à necessidade de motivação dos atos administrativos vinculados (aqueles em que a lei aponta um único comportamento possível) e dos atos discricionários (aqueles que a lei, dentro dos limites nela previstos, aponta um ou mais comportamentos possíveis, de acordo com um juízo de conveniência e oportunidade), a doutrina é uníssona na determinação da obrigatoriedade de motivação com relação aos atos administrativos vinculados; todavia, diverge quanto à referida necessidade quanto aos atos discricionários.

Meirelles³⁷ entende que o ato discricionário, editado sob os limites da Lei, confere ao administrador uma margem de liberdade para fazer um juízo de conveniência e oportunidade, não sendo necessária a motivação. No entanto, se houver tal fundamentação, o ato deverá condicionar-se a esta, em razão da necessidade de observância da Teoria dos Motivos Determinantes. O entendimento majoritário da doutrina, porém, é de que, mesmo no ato discricionário, é necessária a motivação para que se saiba qual o caminho adotado pelo administrador. Gasparini³⁸, com respaldo no art. 50 da Lei n. 9.784/98, aponta inclusive a superação de tais discussões doutrinárias, pois o referido artigo exige a motivação para todos os atos nele elencados, compreendendo entre estes, tanto os atos discricionários quanto os vinculados.

2) Regras mínimas sobre direitos e deveres dos servidores

O artigo 37 da Constituição Federal estabelece os princípios da administração pública estudados no tópico anterior, aos quais estão sujeitos servidores de quaisquer dos Poderes em qualquer das esferas federativas, e, em seus incisos, regras mínimas sobre o serviço público:

Artigo 37, I, CF. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

Aprofundando a questão, tem-se o artigo 5º da Lei nº 8.112/1990, que prevê:

Artigo 5º, Lei nº 8.112/1990. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

37 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

38 GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei. [...]

§ 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

Destaca-se a exceção ao inciso I do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990 e do inciso I do artigo 37, CF, prevista no artigo 207 da Constituição, permitindo que estrangeiros assumam cargos no ramo da pesquisa, ciência e tecnologia.

Artigo 37, II, CF. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Preconiza o artigo 10 da Lei nº 8.112/1990:

Artigo 10, Lei nº 8.112/90. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos.

No concurso de provas o candidato é avaliado apenas pelo seu desempenho nas provas, ao passo que nos concursos de provas e títulos o seu currículo em toda sua atividade profissional também é considerado. Cargo em comissão é o cargo de confiança, que não exige concurso público, sendo exceção à regra geral.

Artigo 37, III, CF. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

Artigo 37, IV, CF. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

Prevê o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990:

Artigo 12, Lei nº 8.112/1990. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

O edital delimita questões como valor da taxa de inscrição, casos de isenção, número de vagas e prazo de validade. Havendo candidatos aprovados na vigência do prazo do concurso, ele deve ser chamado para assumir eventual vaga e não ser realizado novo concurso.

Destaca-se que o §2º do artigo 37, CF, prevê:

Artigo 37, §2º, CF. A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

Com efeito, há tratamento rigoroso da responsabilização daquele que viola as diretrizes mínimas sobre o ingresso no serviço público, que em regra se dá por concurso de provas ou de provas e títulos.

Artigo 37, V, CF. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Observa-se o seguinte quadro comparativo³⁹:

Função de Confiança	Cargo em Comissão
Exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.	Qualquer pessoa, observado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira.
Com concurso público, já que somente pode exercê-la o servidor de cargo efetivo, mas a função em si não prescindível de concurso público.	Sem concurso público, ressalvado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira.
Somente são conferidas atribuições e responsabilidade	É atribuído posto (lugar) num dos quadros da Administração Pública, conferida atribuições e responsabilidade àquele que irá ocupá-lo

39 <http://direitoemquadrinhos.blogspot.com.br/2011/03/quadro-comparativo-funcao-de-confianca.html>

Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento	Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
De livre nomeação e exoneração no que se refere à função e não em relação ao cargo efetivo.	De livre nomeação e exoneração

Artigo 37, VI, CF. É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

A liberdade de associação é garantida aos servidores públicos tal como é garantida a todos na condição de direito individual e de direito social.

Artigo 37, VII, CF. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

O Supremo Tribunal Federal decidiu que os servidores públicos possuem o direito de greve, devendo se atentar pela preservação da sociedade quando exercê-lo. Enquanto não for elaborada uma legislação específica para os funcionários públicos, deverá ser obedecida a lei geral de greve para os funcionários privados, qual seja a Lei nº 7.783/89 (Mandado de Injunção nº 20).

Artigo 37, VIII, CF. A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Neste sentido, o §2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990:

Artigo 5º, Lei nº 8.112/90. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Prossegue o artigo 37, CF:

Artigo 37, IX, CF. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

A Lei nº 8.745/1993 regulamenta este inciso da Constituição, definindo a natureza da relação estabelecida entre o servidor contratado e a Administração Pública, para atender à "necessidade temporária de excepcional interesse público".

"Em se tratando de relação subordinada, isto é, de relação que comporta dependência jurídica do servidor perante o Estado, duas opções se ofereciam: ou a relação seria trabalhista, agindo o Estado *iure gestionis*, sem usar das prerrogativas de Poder Público, ou institucional, estatutária, preponderando o *ius imperii* do Estado. Melhor dizendo: o sistema preconizado pela Carta Política de 1988 é o do contrato, que tanto pode ser trabalhista (inserindo-se na esfera do Direito Privado) quanto administrativo (situando-se no campo do Direito Público). [...] Uma solução intermediária não deixa, entretanto, de ser legítima. Pode-se, com certeza, abonar um sistema híbrido, eclético, no qual coexistam normas trabalhistas e estatutárias, pondo-se em contiguidade os vínculos privado e administrativo, no sentido de atender às exigências do Estado moderno, que procura alcançar os seus objetivos com a mesma eficácia dos empreendimentos não-governamentais"⁴⁰.

Artigo 37, X, CF. A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Artigo 37, XV, CF. O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Artigo 37, §10, CF. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Sobre a questão, disciplina a Lei nº 8.112/1990 nos artigos 40 e 41:

Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Art. 41. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

§ 1º A remuneração do servidor investido em função ou cargo em comissão será paga na forma prevista no art. 62.

⁴⁰ VOGEL NETO, Gustavo Adolpho. **Contratação de servidores para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_39/Artigos/Art_Gustavo.htm>. Acesso em: 23 dez. 2014.

§ 2º O servidor investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua lotação receberá a remuneração de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 93.

§ 3º O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

§ 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 5º Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo.

Ainda, o artigo 37 da Constituição:

Artigo 37, XI, CF. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Artigo 37, XII, CF. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Prevê a Lei nº 8.112/1990 em seu artigo 42:

Artigo 42, Lei nº 8.112/90. Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal. Parágrafo único. Excluem-se do teto de remuneração as vantagens previstas nos incisos II a VII do art. 61.

Com efeito, os §§ 11 e 12 do artigo 37, CF tecem aprofundamentos sobre o mencionado inciso XI:

Artigo 37, § 11, CF. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

Artigo 37, § 12, CF. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

Por seu turno, o artigo 37 quanto à vinculação ou equiparação salarial:

Artigo 37, XIII, CF. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Os padrões de vencimentos são fixados por conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes (artigo 39, caput e § 1º), sem qualquer garantia constitucional de tratamento igualitário aos cargos que se mostrem similares.

Artigo 37, XIV, CF. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

A preocupação do constituinte, ao implantar tal preceito, foi de que não eclodisse no sistema remuneratório dos servidores, ou seja, evitar que se utilize uma vantagem como base de cálculo de um outro benefício. Dessa forma, qualquer gratificação que venha a ser concedida ao servidor só pode ter como base de cálculo o próprio vencimento básico. É inaceitável que se leve em consideração outra vantagem até então percebida.

Artigo 37, XVI, CF. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Artigo 37, XVII, CF. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Segundo Carvalho Filho⁴¹, "o fundamento da proibição é impedir que o cúmulo de funções públicas faça com que o servidor não execute qualquer delas com a necessária eficiência. Além disso, porém, pode-se observar que o Constituinte quis também impedir a cumulação de ganhos em detrimento da boa execução de tarefas públicas. [...] Nota-se que a vedação se refere à acumula-

41 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

ção remunerada. Em consequência, se a acumulação só encerra a percepção de vencimentos por uma das fontes, não incide a regra constitucional proibitiva”.

A Lei nº 8.112/1990 regulamenta intensamente a questão:

Artigo 118, Lei nº 8.112/1990. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimentos de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 119, Lei nº 8.112/1990. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 9º, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social, observado o que, a respeito, dispuser legislação específica.

Art. 120, Lei nº 8.112/1990. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

“Os artigos 118 a 120 da Lei nº 8.112/90 ao tratarem da acumulação de cargos e funções públicas, regulamentam, no âmbito do serviço público federal a vedação genérica constante do art. 37, incisos VXI e XVII, da Constituição da República. De fato, a acumulação ilícita de cargos públicos constitui uma das infrações mais comuns praticadas por servidores públicos, o que se constata observando o elevado número de processos administrativos instaurados com esse objeto. O sistema adotado pela Lei nº 8.112/90 é relativamente brando, quando cotejado com outros estatutos de alguns Estados, visto que propicia ao servidor incurso nessa ilicitude diversas oportunidades para regularizar sua situação e escapar da pena de demissão. Também prevê a lei em comentário, um processo administrativo simplificado (processo disciplinar de rito sumário) para a apuração dessa infração – art. 133”⁴².

42 MORGATO, Almir. **O Regime Disciplinar dos Servidores Públi-**

Artigo 37, XVIII, CF. A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

Artigo 37, XXII, CF. As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

“O Estado tem como finalidade essencial a garantia do bem-estar de seus cidadãos, seja através dos serviços públicos que disponibiliza, seja através de investimentos na área social (educação, saúde, segurança pública). Para atingir esses objetivos primários, deve desenvolver uma atividade financeira, com o intuito de obter recursos indispensáveis às necessidades cuja satisfação se comprometeu quando estabeleceu o “pacto” constitucional de 1988. [...] A importância da Administração Tributária foi reconhecida expressamente pelo constituinte que acrescentou, no artigo 37 da Carta Magna, o inciso XVIII, estabelecendo a sua precedência e de seus servidores sobre os demais setores da Administração Pública, dentro de suas áreas de competência”⁴³.

Artigo 37, XIX, CF. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Artigo 37, XX, CF. Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

Órgãos da administração indireta somente podem ser criados por lei específica e a criação de subsidiárias destes dependem de autorização legislativa (o Estado cria e controla diretamente determinada empresa pública ou sociedade de economia mista, e estas, por sua vez, passam a gerir uma nova empresa, denominada subsidiária. Ex.: Transpetro, subsidiária da Petrobrás). “Abrimos um parêntese para observar que quase todos os autores que abordam o assunto afirmam categoricamente que, a despeito da referência no texto constitucional a ‘subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior’, somente empresas públicas e sociedades de economia mista podem ter subsidiárias, pois a relação de controle que existe entre a pessoa jurídica matriz e a subsidiária seria própria de pessoas com estrutura empresarial, e inadequada a autarquias e fundações públicas. OUSAMOS DISCORDAR. Parece-nos que, se o legislador de um ente federado pretendesse, por exemplo, autorizar a criação de uma subsidiária de uma fundação pública, NÃO haveria base constitucional para considerar inválida sua autorização”⁴⁴.

cos da União. Disponível em: <http://www.canaldosconcursos.com.br/artigos/almirmorgado_artigo1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

43 http://www.sindsefaz.org.br/parecer_administracao_tributaria_sao_paulo.htm

44 ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Administrativo Descomplica-**

Ainda sobre a questão do funcionamento da administração indireta e de suas subsidiárias, destaca-se o previsto nos §§ 8º e 9º do artigo 37, CF:

Artigo 37, §8º, CF. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

Artigo 37, § 9º, CF. O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

Continua o artigo 37, CF:

Artigo 37, XXI, CF. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Licitação nada mais é que o conjunto de procedimentos administrativos (administrativos porque parte da administração pública) para as compras ou serviços contratados pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, ou seja todos os entes federativos. De forma mais simples, podemos dizer que o governo deve comprar e contratar serviços seguindo regras de lei, assim a licitação é um processo formal onde há a competição entre os interessados.

Artigo 37, §5º, CF. A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

A prescrição dos ilícitos praticados por servidor contra disciplina específica no artigo 142 da Lei nº 8.112/1990:

Art. 142, Lei nº 8.112/1990. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Prescrição é um instituto que visa regular a perda do direito de acionar judicialmente. No caso, o prazo é de 5 anos para as infrações mais graves, 2 para as de gravidade intermediária (pena de suspensão) e 180 dias para as menos graves (pena de advertência), contados da data em que o fato se tornou conhecido pela administração pública. Se a infração disciplinar for crime, valerão os prazos prescricionais do direito penal, mais longos, logo, menos favoráveis ao servidor. Interrupção da prescrição significa parar a contagem do prazo para que, retornando, comece do zero. Da abertura da sindicância ou processo administrativo disciplinar até a decisão final proferida por autoridade competente não corre a prescrição. Proferida a decisão, o prazo começa a contar do zero. Passado o prazo, não caberá mais propor ação disciplinar.

Artigo 37, §7º, CF. A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

A Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.

Neste sentido, conforme seu artigo 1º:

Artigo 1º, Lei nº 12.813/2013. As situações que configuram conflito de interesses envolvendo ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, os requisitos e restrições a ocupantes de cargo ou emprego que tenham acesso a informações privilegiadas, os impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego e as competências para fiscalização, avaliação e prevenção de conflitos de interesses regulam-se pelo disposto nesta Lei.

3) Atos de improbidade administrativa

A Lei nº 8.429/1992 trata da improbidade administrativa, que é uma espécie qualificada de imoralidade, sinônimo de desonestidade administrativa. A improbidade é uma lesão ao princípio da moralidade, que deve ser respeitado estritamente pelo servidor público. O agente ímprobo sempre será um violador do princípio da mo-

do. São Paulo: GEN, 2014.

ralidade, pelo qual “a Administração Pública deve agir com boa-fé, sinceridade, probidade, lhanza, lealdade e ética”⁴⁵.

A atual Lei de Improbidade Administrativa foi criada devido ao amplo apelo popular contra certas vicissitudes do serviço público que se intensificavam com a ineficácia do diploma então vigente, o Decreto-Lei nº 3240/41. Decorreu, assim, da necessidade de acabar com os atos atentatórios à moralidade administrativa e causadores de prejuízo ao erário público ou ensejadores de enriquecimento ilícito, infelizmente tão comuns no Brasil.

Com o advento da Lei nº 8.429/1992, os agentes públicos passaram a ser responsabilizados na esfera civil pelos atos de improbidade administrativa descritos nos artigos 9º, 10 e 11, ficando sujeitos às penas do art. 12. A existência de esferas distintas de responsabilidade (civil, penal e administrativa) impede falar-se em *bis in idem*, já que, ontologicamente, não se trata de punições idênticas, embora baseadas no mesmo fato, mas de responsabilização em esferas distintas do Direito.

Destaca-se um conceito mais amplo de agente público previsto pela lei nº 8.429/1992 em seus artigos 1º e 2º porque o agente público pode ser ou não um servidor público. Ele poderá estar vinculado a qualquer instituição ou órgão que desempenhe diretamente o interesse do Estado. Assim, estão incluídos todos os integrantes da administração direta, indireta e fundacional, conforme o preâmbulo da legislação. Pode até mesmo ser uma entidade privada que desempenhe tais fins, desde que a verba de **criação** ou **custeio** tenha sido ou seja pública em **mais de 50%** do patrimônio ou receita **anual**. Caso a verba pública que tenha auxiliado uma entidade privada a qual o Estado **não tenha concorrido para criação ou custeio**, também haverá sujeição às penalidades da lei. Em caso de **custeio/criação** pelo Estado que seja **inferior a 50%** do patrimônio ou receita anual, a legislação ainda se aplica. Entretanto, nestes dois casos, **a sanção patrimonial se limitará** ao que o ilícito repercutiu sobre a contribuição dos cofres públicos. Significa que se o prejuízo causado for maior que a efetiva contribuição por parte do poder público, o ressarcimento terá que ser buscado por **outra via** que não a ação de improbidade administrativa.

A legislação em estudo, por sua vez, divide os atos de improbidade administrativa em três categorias:

a) Ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito (artigo 9º, Lei nº 8.429/1992)

O grupo mais grave de atos de improbidade administrativa se caracteriza pelos elementos: **enriquecimento + ilícito** + resultante de uma **vantagem patrimonial indevida** + em razão do **exercício** de cargo, mandato, emprego, função ou outra **atividade** nas **entidades do artigo 1º** da Lei nº 8.429/1992.

O enriquecimento deve ser ilícito, afinal, o Estado não se opõe que o indivíduo enriqueça, desde que obedeça aos ditames morais, notadamente no desempenho de função de interesse estatal.

Exige-se que o sujeito obtenha vantagem patrimonial ilícita. Contudo, é dispensável que efetivamente tenha ocorrido dano aos cofres públicos (por exemplo, quando

45 LENZA, Pedro. **Curso de direito constitucional esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

um policial recebe propina pratica ato de improbidade administrativa, mas não atinge diretamente os cofres públicos).

Como fica difícil imaginar que alguém possa se enriquecer ilicitamente por negligência, imprudência ou imperícia, todas as condutas configuram atos dolosos (com intenção). Não cabe prática por omissão.⁴⁶

b) Ato de improbidade administrativa que importe lesão ao erário (artigo 10, Lei nº 8.429/1992)

O grupo intermediário de atos de improbidade administrativa se caracteriza pelos elementos: causar **dano** ao erário ou aos cofres públicos + gerando **perda patrimonial ou dilapidação** do patrimônio público. Assim como o artigo anterior, o *caput* descreve a fórmula genérica e os incisos algumas atitudes específicas que exemplificam o seu conteúdo⁴⁷.

Perda patrimonial é o gênero, do qual são espécies: desvio, que é o direcionamento indevido; apropriação, que é a transferência indevida para a própria propriedade; malbaratamento, que significa desperdício; e dilapidação, que se refere a destruição⁴⁸.

O objeto da tutela é a preservação do patrimônio público, em todos seus bens e valores. O pressuposto exigível é a ocorrência de dano ao patrimônio dos sujeitos passivos.

Este artigo admite expressamente a variante culposa, o que muitos entendem ser inconstitucional. O STJ, no REsp nº 939.142/RJ, apontou alguns aspectos da inconstitucionalidade do artigo. Contudo, “a jurisprudência do STJ consolidou a tese de que é indispensável a existência de dolo nas condutas descritas nos artigos 9º e 11 e ao menos de culpa nas hipóteses do artigo 10, nas quais o dano ao erário precisa ser comprovado. De acordo com o ministro Castro Meira, a conduta culposa ocorre quando o agente não pretende atingir o resultado danoso, mas atua com negligência, imprudência ou imperícia (REsp nº 1.127.143)”⁴⁹. Para Carvalho Filho⁵⁰, não há inconstitucionalidade na modalidade culposa, lembrando que é possível dosar a pena conforme o agente aja com dolo ou culpa.

O ponto central é lembrar que neste artigo não se exige que o sujeito ativo tenha percebido vantagens indevidas, **basta o dano ao erário**. Se tiver recebido vantagem indevida, incide no artigo anterior. Exceto pela não percepção da vantagem indevida, os tipos exemplificados se aproximam muito dos previstos nos incisos do art. 9º.

c) Ato de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

46 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

47 Ibid

48 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

49 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Improbidade administrativa: desonestidade na gestão dos recursos públicos**. Disponível em: <http://www.stj.gov.br/portao_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=103422>. Acesso em: 26 mar. 2013.

50 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

Uma das alterações recentes à disciplina do ISS visou evitar a continuidade da guerra fiscal entre os municípios, fixando-se a alíquota mínima em 2%.

Com efeito, os municípios não poderão fixar dentro de sua competência constitucional alíquotas inferiores a 2% para atrair e fomentar investimentos novos (incentivo fiscal), prejudicando os municípios vizinhos.

Em razão disso, tipifica-se como ato de improbidade administrativa a eventual concessão do benefício abaixo da alíquota mínima.

d) Ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública (artigo 11, Lei nº 8.429/1992)

Nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.429/1992, "constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições [...]". O grupo mais ameno de atos de improbidade administrativa se caracteriza pela **simples violação a princípios da administração pública**, ou seja, aplica-se a qualquer atitude do sujeito ativo que viole os ditames éticos do serviço público. Isto é, o legislador pretende a preservação dos princípios gerais da administração pública⁵¹.

O objeto de tutela são os princípios constitucionais. Basta a vulneração em si dos princípios, sendo dispensáveis o enriquecimento ilícito e o dano ao erário. Somente é possível a prática de algum destes atos com **dolo** (intenção), embora caiba a prática por ação ou omissão.

Será preciso utilizar razoabilidade e proporcionalidade para não permitir a caracterização de abuso de poder, diante do **conteúdo aberto** do dispositivo. Na verdade, trata-se de tipo subsidiário, ou seja, que se aplica quando o ato de improbidade administrativa não tiver gerado obtenção de vantagem.

Com efeito, os atos de improbidade administrativa **não são crimes de responsabilidade**. Trata-se de punição na esfera cível, não criminal. Por isso, caso o ato configure simultaneamente um ato de improbidade administrativa desta lei e um crime previsto na legislação penal, o que é comum no caso do artigo 9º, responderá o agente por ambos, nas duas esferas.

Em suma, a lei encontra-se estruturada da seguinte forma: inicialmente, trata das vítimas possíveis (sujeito passivo) e daqueles que podem praticar os atos de improbidade administrativa (sujeito ativo); ainda, aborda a reparação do dano ao lesionado e o ressarcimento ao patrimônio público; após, traz a tipologia dos atos de improbidade administrativa, isto é, enumera condutas de tal natureza; seguindo-se à definição das sanções aplicáveis; e, finalmente, descreve os procedimentos administrativo e judicial.

No caso do art. 9º, categoria mais grave, o agente obtém um enriquecimento ilícito (vantagem econômica indevida) e pode ainda causar dano ao erário, por isso, deverá não só reparar eventual dano causado, mas também colocar nos cofres públicos tudo o que adquiriu indevidamente. Ou seja, poderá pagar somente o que

enriqueceu indevidamente ou este valor acrescido do valor do prejuízo causado aos cofres públicos (quanto o Estado perdeu ou deixou de ganhar). No caso do artigo 10, não haverá enriquecimento ilícito, mas sempre existirá dano ao erário, o qual será reparado (eventualmente, ocorrerá o enriquecimento ilícito, devendo o valor adquirido ser tomado pelo Estado). Na hipótese do artigo 10-A, não se denota nem enriquecimento ilícito e nem dano ao erário, pois no máximo a prática de guerra fiscal pode gerar. Já no artigo 11, o máximo que pode ocorrer é o dano ao erário, com o devido ressarcimento. Além disso, em todos os casos há perda da função pública. Nas três categorias, são estabelecidas sanções de suspensão dos direitos políticos, multa e vedação de contratação ou percepção de vantagem, graduadas conforme a gravidade do ato. É o que se depreende da leitura do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992 como §4º do artigo 37, CF, que prevê: "**Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário**, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

A única sanção que se encontra prevista na Lei nº 8.429/1992, mas não na Constituição Federal é a de **multa**. (art. 37, §4º, CF). Não há nenhuma inconstitucionalidade disto, pois nada impediria que o legislador infraconstitucional ampliasse a relação mínima de penalidades da Constituição, pois esta não limitou tal possibilidade e porque a lei é o instrumento adequado para tanto⁵².

Carvalho Filho⁵³ tece considerações a respeito de algumas das sanções:

- Perda de bens e valores: "tal punição só incide sobre os bens acrescidos após a prática do ato de improbidade. Se alcançasse anteriores, ocorreria confisco, o que restaria sem escora constitucional. Além disso, o acréscimo deve derivar de origem ilícita".
- Ressarcimento integral do dano: há quem entenda que engloba dano moral. Cabe acréscimo de correção monetária e juros de mora.
- Perda de função pública: "se o agente é titular de mandato, a perda se processa pelo instrumento de cassação. Sendo servidor estatutário, sujeitar-se-á à demissão do serviço público. Havendo contrato de trabalho (servidores trabalhistas e temporários), a perda da função pública se consubstancia pela rescisão do contrato com culpa do empregado. No caso de exercer apenas uma função pública, fora de tais situações, a perda se dará pela revogação da designação". Lembra-se que determinadas autoridades se sujeitam a procedimento especial para perda da função pública, ponto em que não se aplica a Lei de Improbidade Administrativa.
- Multa: a lei indica inflexibilidade no limite máximo, mas flexibilidade dentro deste limite, podendo os julgados nesta margem optar pela mais adequada. Há ainda variabilidade na base de cálculo, conforme o tipo de ato de improbidade (a base será o valor do enriquecimento ou o valor do dano ou o

51 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

52 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

53 Ibid.

valor da remuneração do agente). A natureza da multa é de sanção civil, não possuindo caráter indenizatório, mas punitivo.

- Proibição de receber benefícios: não se incluem as imunidades genéricas e o agente punido deve ser ao menos sócio majoritário da instituição vitimada.
- Proibição de contratar: o agente punido não pode participar de processos licitatórios.

4) Responsabilidade civil do Estado e de seus servidores

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, uma vez que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que gera para o seu autor de reparar o dano, mediante o pagamento de indenização que se refere às perdas e danos. Afinal, quem pratica um ato ou incorre em omissão que gere dano deve suportar as consequências jurídicas decorrentes, restaurando-se o equilíbrio social.⁵⁴

A responsabilidade civil, assim, difere-se da penal, podendo recair sobre os herdeiros do autor do ilícito até os limites da herança, embora existam reflexos na ação que apure a responsabilidade civil conforme o resultado na esfera penal (por exemplo, uma absolvição por negativa de autoria impede a condenação na esfera cível, ao passo que uma absolvição por falta de provas não o faz).

A responsabilidade civil do Estado acompanha o raciocínio de que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que gera para o seu autor de reparar o dano, mediante o pagamento de indenização que se refere às perdas e danos. Todos os cidadãos se sujeitam às regras da responsabilidade civil, tanto podendo buscar o ressarcimento do dano que sofreu quanto respondendo por aqueles danos que causar. Da mesma forma, o Estado tem o dever de indenizar os membros da sociedade pelos danos que seus agentes causem durante a prestação do serviço, inclusive se tais danos caracterizarem uma violação aos direitos humanos reconhecidos.

Trata-se de responsabilidade extracontratual porque não depende de ajuste prévio, basta a caracterização de elementos genéricos pré-determinados, que perpassam pela leitura concomitante do Código Civil (artigos 186, 187 e 927) com a Constituição Federal (artigo 37, §6º).

Genericamente, os elementos da responsabilidade civil se encontram no art. 186 do Código Civil:

Artigo 186, CC. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Este é o artigo central do instituto da responsabilidade civil, que tem como elementos: ação ou omissão voluntária (agir como não se deve ou deixar de agir como se deve), culpa ou dolo do agente (dolo é a vontade de cometer uma violação de direito e culpa é a falta de diligência), nexo causal (relação de causa e efeito entre a ação/omissão e o dano causado) e dano (dano é o prejuízo sofrido pelo agente, que pode ser individual ou coletivo, moral ou material, econômico e não econômico).

- 1) Dano - somente é indenizável o dano certo, especial e anormal. Certo é o dano real, existente. Especial é o dano específico, individualizado, que atinge determinada ou determinadas pessoas. Anormal é o dano que ultrapassa os problemas comuns da vida em sociedade (por exemplo, infelizmente os assaltos são comuns e o Estado não responde por todo assalto que ocorra, a não ser que na circunstância específica possuía o dever de impedir o assalto, como no caso de uma viatura presente no local - muito embora o direito à segurança pessoal seja um direito humano reconhecido).
- 2) Agentes públicos - é toda pessoa que trabalhe dentro da administração pública, tenha ingressado ou não por concurso, possua cargo, emprego ou função. Envolve os agentes políticos, os servidores públicos em geral (funcionários, empregados ou temporários) e os particulares em colaboração (por exemplo, jurado ou mesário).
- 3) Dano causado quando o agente estava agindo nesta qualidade - é preciso que o agente esteja lançando mão das prerrogativas do cargo, não agindo como um particular.

Sem estes três requisitos, não será possível acionar o Estado para responsabilizá-lo civilmente pelo dano, por mais relevante que tenha sido a esfera de direitos atingida. Assim, não é qualquer dano que permite a responsabilização civil do Estado, mas somente aquele que é causado por um agente público no exercício de suas funções e que exceda as expectativas do lesado quanto à atuação do Estado.

É preciso lembrar que não é o Estado em si que viola os direitos humanos, porque o Estado é uma ficção formada por um grupo de pessoas que desempenham as atividades estatais diversas. Assim, viola direitos humanos não o Estado em si, mas o agente que o representa, fazendo com que o próprio Estado seja responsabilizado por isso civilmente, pagando pela indenização (reparação dos danos materiais e morais). Sem prejuízo, com relação a eles, caberá ação de regresso se agirem com dolo ou culpa.

Prevê o artigo 37, §6º da Constituição Federal:

Artigo 37, §6º, CF. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Este artigo deixa clara a formação de uma relação jurídica autônoma entre o Estado e o agente público que causou o dano no desempenho de suas funções. Nesta relação, a responsabilidade civil será subjetiva, ou seja, caberá ao Estado provar a culpa do agente pelo dano causado, ao qual foi anteriormente condenado a reparar. Direito de regresso é justamente o direito de acionar o causador direto do dano para obter de volta aquilo que pagou à vítima, considerada a existência de uma relação obrigacional que se forma entre a vítima e a instituição que o agente compõe.

⁵⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Assim, o Estado responde pelos danos que seu agente causar aos membros da sociedade, mas se este agente agiu com dolo ou culpa deverá ressarcir o Estado do que foi pago à vítima. O agente causará danos ao praticar condutas incompatíveis com o comportamento ético dele esperado.⁵⁵

A responsabilidade civil do servidor exige prévio processo administrativo disciplinar no qual seja assegurado contraditório e ampla defesa. Trata-se de **responsabilidade civil subjetiva ou com culpa**. Havendo ação ou omissão com culpa do servidor que gere dano ao erário (Administração) ou a terceiro (administrado), o servidor terá o dever de indenizar.

Não obstante, agentes públicos que pratiquem atos violadores de direitos humanos se sujeitam à **responsabilidade penal** e à **responsabilidade administrativa**, todas autônomas uma com relação à outra e à já mencionada responsabilidade civil. Neste sentido, o artigo 125 da Lei nº 8.112/90:

Artigo 125, Lei nº 8.112/1990. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

No caso da responsabilidade civil, o Estado é diretamente acionado e responde pelos atos de seus servidores que violem direitos humanos, cabendo eventualmente ação de regresso contra ele. Contudo, nos casos da responsabilidade penal e da responsabilidade administrativa aciona-se o agente público que praticou o ato.

São inúmeros os exemplos de crimes que podem ser praticados pelo agente público no exercício de sua função que violam direitos humanos. A título de exemplo, peculato, consistente em apropriação ou desvio de dinheiro público (art. 312, CP), que viola o bem comum e o interesse da coletividade; concussão, que é a exigência de vantagem indevida (art. 316, CP), expondo a vítima a uma situação de constrangimento e medo que viola diretamente sua dignidade; tortura, a mais cruel forma de tratamento humano, cuja pena é agravada quando praticada por funcionário público (art. 1º, §4º, I, Lei nº 9.455/97); etc.

Quanto à responsabilidade administrativa, mencionase, a título de exemplo, as penalidades cabíveis descritas no art. 127 da Lei nº 8.112/90, que serão aplicadas pelo funcionário que violar a ética do serviço público, como advertência, suspensão e demissão.

Evidencia-se a independência entre as esferas civil, penal e administrativa no que tange à responsabilização do agente público que cometa ato ilícito.

Tomadas as exigências de características dos danos acima colacionadas, notadamente a anormalidade, considera-se que para o Estado ser responsabilizado por um dano, ele deve exceder expectativas cotidianas, isto é, não cabe exigir do Estado uma excepcional vigilância da sociedade e a plena cobertura de todas as fatalidades que possam acontecer em território nacional.

Diante de tal premissa, entende-se que a responsabilidade civil do Estado será **objetiva apenas no caso de ações, mas subjetiva no caso de omissões**. Em outras palavras, verifica-se se o Estado se omitiu tendo plenas

condições de não ter se omitido, isto é, ter deixado de agir quando tinha plenas condições de fazê-lo, acarretando em prejuízo dentro de sua previsibilidade.

São casos nos quais se reconheceu a responsabilidade omissiva do Estado: morte de filho menor em creche municipal, buracos não sinalizados na via pública, tentativa de assalto a usuário do metrô resultando em morte, danos provocados por enchentes e escoamento de águas pluviais quando o Estado sabia da problemática e não tomou providência para evitá-las, morte de detento em prisão, incêndio em casa de shows fiscalizada com negligência, etc.

Logo, não é sempre que o Estado será responsabilizado. Há **excludentes da responsabilidade estatal**, notadamente: a) caso fortuito (fato de terceiro) ou força maior (fato da natureza) fora dos alcances da previsibilidade do dano; b) culpa exclusiva da vítima.

5) Exercício de mandato eletivo por servidores públicos

A questão do exercício de mandato eletivo pelo servidor público encontra previsão constitucional em seu artigo 38, que notadamente estabelece quais tipos de mandatos geram incompatibilidade ao serviço público e regulamenta a questão remuneratória:

Artigo 38, CF. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Da segurança pública.

Conforme o art. 144 da Constituição Federal nos apresenta, a segurança pública é obrigação do Estado, sendo todos os indivíduos detentores de direitos e responsabilidades para preservar a ordem pública, bem como da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

O conceito jurídico de ordem pública não se confunde com incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144 da CF/1988). Sem embargo, ordem pública se constitui em bem jurídico que pode resultar mais ou menos fragilizado pelo modo personalizado com que se dá a concreta violação da integridade das pessoas ou do patrimônio de terceiros, tanto quanto da saúde pública (nas hipóteses

55 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

de tráfico de entorpecentes e drogas afins). Daí sua categorização jurídico-positiva, não como descrição do delito nem cominação de pena, porém como pressuposto de prisão cautelar; ou seja, como imperiosa necessidade de acautelar o meio social contra fatores de perturbação que já se localizam na gravidade incomum da execução de certos crimes. Não da incomum gravidade abstrata deste ou daquele crime, mas da incomum gravidade na perpetração em si do crime, levando à consistente ilação de que, solto, o agente reincidirá no delito. Onde o vínculo operacional entre necessidade de preservação da ordem pública e acautelamento do meio social. Logo, conceito de ordem pública que se desvincula do conceito de incolumidade das pessoas e do patrimônio alheio (assim como da violação à saúde pública), mas que se enlaça umbilicalmente à noção de acautelamento do meio social.

[HC 101.300, rel. min. Ayres Britto, j. 5-10-2010, 2ª T, DJE 18-11-2010.]

A sociedade possui o direito a segurança, no entanto, deve cooperar para que a paz social e a ordem se mantenham. Neste diapasão, é dever do Estado buscar meios para concretizar a segurança através do poder de polícia.

A atividade policial é carreira de Estado imprescindível à manutenção da normalidade democrática, sendo impossível sua complementação ou substituição pela atividade privada. A carreira policial é o braço armado do Estado, responsável pela garantia da segurança interna, ordem pública e paz social (...) [ARE 654.432, rel. p/ o ac. min. Alexandre de Moraes, j. 5-4-2017, P, DJE de 11-6-2018, Tema 541.]

O Estado delega a função de exercer a segurança pública através dos órgãos: 1) Polícia Federal, 2) Rodoviária Federal, 3) Ferroviária Federal, 4) Polícia Civil e 5) Militares e Bombeiros.

Importante lembrar que, através da Ação Direito de Inconstitucionalidade (ADI) nº 236-8-RJ, os órgãos descritos acima são os únicos responsáveis para realizar a função de proteção, não podendo ser delegado a mais nenhum órgão, ente ou pessoa física ou jurídica.

O item I "Polícia Federal" é um órgão organizado e mantido pela União, o qual subordina-se ao Ministério da Justiça.

As principais funções da Polícia Federal é investigar e apurar as infrações penais que atinjam exclusivamente a União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, até mesmo investigações de outras funções (desde que previstas). Ainda assim, a polícia federal é responsável por exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, bem como, exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

No tocante a Polícia Rodoviária Federal, o mesmo tem o dever de realizar patrulhamento ostensivo das rodovias federais, para fiscalizar o tráfego nas rodovias e evitar crimes de trânsito. Ainda assim, o policial rodoviário federal também é responsável pelo controle das fronteiras do país. E também, é responsável por mais algumas funções descritas no art.20 do CTB.

Já a Polícia Ferroviária Federal, destina-se também a realizar patrulhamento ostensivo, porém, nas ferrovias, e é responsável pela fiscalização, repressão de atos de vandalismo e crimes, e prevenção de acidentes e em toda a malha ferroviária do país.

Os Policiais Civis, são policiais capacitados por apurar infrações penais, realizar Boletins de Ocorrência, investigar algum crime, bem como a função de polícia judiciária.

Por fim, o Policial Militar é responsável, principalmente, pela ordem pública e paz social através da segurança. Já o Corpo de Bombeiros, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

*Os municípios podem constituir guardas municipais para auxílio na segurança pública.



EXERCÍCIO COMENTADO

2. (PC-MA – ESCRIVÃO DE POLÍCIA – CESPE – 2018)

A segurança pública é uma forma de serviço público de natureza

- a) geral.
- b) administrativa.
- c) descentralizada.
- d) não exclusiva.
- e) individual.

Resposta: Letra A. A segurança pública é de natureza pública geral e indelegável, sendo prestada para toda coletividade.

CÓDIGO PENAL: ARTS. 1º A 6º, 13 A 19, 23 A 25, 121 A 129; ART. 146 A 150; ART. 155 A 159 E ART. 312 A 327).

PARTE GERAL

TÍTULO I

DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Anterioridade da Lei

Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Lei penal no tempo

Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Lei excepcional ou temporária (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 3º - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Tempo do crime

Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Territorialidade

Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

§ 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Lugar do crime (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

TÍTULO II DO CRIME

Relação de causalidade (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Superveniência de causa independente (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Relevância da omissão (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 14 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime consumado (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Pena de tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Desistência voluntária e arrependimento eficaz (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 15 - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Arrependimento posterior (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime impossível (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 18 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime doloso (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime culposo (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Agravação pelo resultado (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 19 - Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Exclusão de ilicitude (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - em estado de necessidade; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - em legítima defesa; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Excesso punível (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Estado de necessidade

Art. 24 - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Legítima defesa

Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

PARTE ESPECIAL

TÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Feminicídio (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VII - contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

I - violência doméstica e familiar; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

Homicídio culposo

§ 3º Se o homicídio é culposo: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena - detenção, de um a três anos.

Aumento de pena

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

§ 5º - Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. (Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977)

§ 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio. (Incluído pela Lei nº 12.720, de 2012)

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental; (Redação dada pela Lei nº 13.771, de 2018)

III - na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima; (Redação dada pela Lei nº 13.771, de 2018)

IV - em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Incluído pela Lei nº 13.771, de 2018)

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio

Art. 122 - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Parágrafo único - A pena é duplicada:

Aumento de pena

I - se o crime é praticado por motivo egoístico;

II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

Infanticídio

Art. 123 - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:

Pena - detenção, de dois a seis anos.

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: (Vide ADPF 54)

Pena - detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante: (Vide ADPF 54)

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou debil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Forma qualificada

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: (Vide ADPF 54)

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

CAPÍTULO II DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal de natureza grave

§ 1º Se resulta:

I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II - perigo de vida;

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV - aceleração de parto:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2º Se resulta:

I - Incapacidade permanente para o trabalho;

II - enfermidade incurável;

III perda ou inutilização do membro, sentido ou função;

IV - deformidade permanente;

V - aborto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Lesão corporal seguida de morte

§ 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Diminuição de pena

§ 4º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Substituição da pena

§ 5º O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis:

I - se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II - se as lesões são recíprocas.

Lesão corporal culposa

§ 6º Se a lesão é culposa: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Aumento de pena

§ 7º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se ocorrer qualquer das hipóteses dos §§ 4º e 6º do art. 121 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 12.720, de 2012)

§ 8º - Aplica-se à lesão culposa o disposto no § 5º do art. 121. (Redação dada pela Lei nº 8.069, de 1990)

Violência Doméstica (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência. (Incluído pela Lei nº 11.340, de 2006)

§ 12. Se a lesão for praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função

ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena é aumentada de um a dois terços. (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

CAPÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

SEÇÃO I

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

Constrangimento ilegal

Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Aumento de pena

§ 1º - As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas.

§ 2º - Além das penas cominadas, aplicam-se as correspondentes à violência.

§ 3º - Não se compreendem na disposição deste artigo:

I - a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

II - a coação exercida para impedir suicídio.

Ameaça

Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único - Somente se procede mediante representação.

Seqüestro e cárcere privado

Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado: (Vide Lei nº 10.446, de 2002)

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º - A pena é de reclusão, de dois a cinco anos:

I - se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos; (Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005)

II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de quinze dias.

IV - se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005)

V - se o crime é praticado com fins libidinosos. (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005)

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Redução a condição análoga à de escravo

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer

meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

I - contra criança ou adolescente; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

Tráfico de Pessoas (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

III - submetê-la a qualquer tipo de servidão; (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

IV - adoção ilegal; ou (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

V - exploração sexual. (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se: (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las; (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência; (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional. (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa. (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

SEÇÃO II DOS CRIMES CONTRA A INVOLABILIDADE DO DOMICÍLIO

Violação de domicílio

Art. 150 - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

§ 1º - Se o crime é cometido durante a noite, ou em lugar ermo, ou com o emprego de violência ou de arma, ou por duas ou mais pessoas:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência.

§ 2º - Aumenta-se a pena de um terço, se o fato é cometido por funcionário público, fora dos casos legais, ou com inobservância das formalidades estabelecidas em lei, ou com abuso do poder. (Vide Lei nº 13.869, de 2019) (Vigência)

§ 3º - Não constitui crime a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências:

I - durante o dia, com observância das formalidades legais, para efetuar prisão ou outra diligência;

II - a qualquer hora do dia ou da noite, quando algum crime está sendo ali praticado ou na iminência de o ser.

§ 4º - A expressão "casa" compreende:

I - qualquer compartimento habitado;

II - aposento ocupado de habitação coletiva;

III - compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.

§ 5º - Não se compreendem na expressão "casa":

I - hospedaria, estalagem ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto aberta, salvo a restrição do n.º

II do parágrafo anterior;

II - taverna, casa de jogo e outras do mesmo gênero.

TÍTULO II DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO CAPÍTULO I DO FURTO

Furto

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Furto qualificado

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III - com emprego de chave falsa;

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

§ 4º-A A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum. (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)

§ 5º - A pena é de reclusão de três a oito anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 6º A pena é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos se a subtração for de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes no local da subtração. (Incluído pela Lei nº 13.330, de 2016)

§ 7º A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se a subtração for de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego. (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)

Furto de coisa comum

Art. 156 - Subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

§ 1º - Somente se procede mediante representação.

§ 2º - Não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente.

CAPÍTULO II DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro. § 2º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade: (Redação dada pela Lei nº 13.654, de 2018)

I - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.654, de 2018)

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

VI - se a subtração for de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego. (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)

§ 2º-A A pena aumenta-se de 2/3 (dois terços): (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo; (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)

II – se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum. (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)

§ 3º Se da violência resulta: (Redação dada pela Lei nº 13.654, de 2018)

I – lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos, e multa; (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)

II – morte, a pena é de reclusão de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)

Extorsão

Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, aumenta-se a pena de um terço até metade.

§ 2º - Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do artigo anterior. Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90

§ 3º Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente. (Incluído pela Lei nº 11.923, de 2009)

Extorsão mediante seqüestro

Art. 159 - Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate: Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90 (Vide Lei nº 10.446, de 2002)

Pena - reclusão, de oito a quinze anos.. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

§ 1º Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha. Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90 (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena - reclusão, de doze a vinte anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

§ 2º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90

Pena - reclusão, de dezesseis a vinte e quatro anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

§ 3º - Se resulta a morte: Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90
Pena - reclusão, de vinte e quatro a trinta anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

§ 4º - Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços. (Redação dada pela Lei nº 9.269, de 1996)

TÍTULO XI

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

DOS CRIMES PRATICADOS

POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO

CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Peculato mediante erro de outrem

Art. 313 - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Inserção de dados falsos em sistema de informações (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autORIZADO, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000))

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento

Art. 314 - Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Emprego irregular de verbas ou rendas públicas

Art. 315 - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Concussão

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Excesso de exação

§ 1º - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990)

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990)

§ 2º - Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Facilitação de contrabando ou descaminho

Art. 318 - Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334):

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990)

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo: (Incluído pela Lei nº 11.466, de 2007).

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

Condescendência criminosa

Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Advocacia administrativa

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

Violência arbitrária

Art. 322 - Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência.

Abandono de função

Art. 323 - Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

§ 1º - Se do fato resulta prejuízo público:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 2º - Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado

Art. 324 - Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Violação de sigilo funcional

Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

I - permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

II - se utiliza, indevidamente, do acesso restrito. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Violação do sigilo de proposta de concorrência

Art. 326 - Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena - Detenção, de três meses a um ano, e multa.

Funcionário público

Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço

contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: CAPÍTULO SOBRE PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310).

CAPÍTULO II DA PRISÃO EM FLAGRANTE

Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:

I - está cometendo a infração penal;

II - acaba de cometê-la;

III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Art. 303. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

Art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto. (Redação dada pela Lei nº 11.113, de 2005)

§ 1º Resultando das respostas fundada a suspeita contra o conduzido, a autoridade mandará recolhê-lo à prisão, exceto no caso de livrar-se solto ou de prestar fiança, e prosseguirá nos atos do inquérito ou processo, se para isso for competente; se não o for, enviará os autos à autoridade que o seja.

§ 2º A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

§ 3º Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste. (Redação dada pela Lei nº 11.113, de 2005)

§ 4º Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e

o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 305. Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.

Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 2º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Art. 307. Quando o fato for praticado em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções, constarão do auto a narração deste fato, a voz de prisão, as declarações que fizer o preso e os depoimentos das testemunhas, sendo tudo assinado pela autoridade, pelo preso e pelas testemunhas e remetido imediatamente ao juiz a quem couber tomar conhecimento do fato delituoso, se não o for a autoridade que houver presidido o auto.

Art. 308. Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo.

Art. 309. Se o réu se livrar solto, deverá ser posto em liberdade, depois de lavrado o auto de prisão em flagrante.

Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

I - relaxar a prisão ilegal; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

Parágrafo único. Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato nas condições constantes dos incisos I a III do caput do art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, poderá, fundamentadamente, conceder ao acusado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE): DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ART. 1º AO 6º); DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL (ART. 103 AO 109); DO CONSELHO TUTELAR (ART. 131 AO 137) E DOS CRIMES (ART. 225 AO 244B).

Noções introdutórias e disciplina constitucional

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204⁵⁶.

§ 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

No caput do artigo 227, CF se encontra uma das principais diretrizes do direito da criança e do adolescente que é o princípio da prioridade absoluta. Significa que cada criança e adolescente deve receber tratamento especial do Estado e ser priorizado em suas políticas públicas, pois são o futuro do país e as bases de construção da sociedade.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, seguindo em seus dispositivos a ideologia do princípio da absoluta prioridade.

No §1º do artigo 227 aborda-se a questão da assistência à saúde da criança e do adolescente. Do inciso I se depreende a intrínseca relação entre a proteção da criança e do adolescente com a proteção da maternidade e da infância, mencionada no artigo 6º, CF. Já do inciso II se depreende a proteção de outro grupo vulnerável, que é a pessoa portadora de deficiência, valendo lembrar que o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, foi promulgado após aprovação no Congresso Nacional nos moldes da Emenda Constitucional nº 45/2004, tendo força de norma constitucional e não de lei ordinária. A preocupação com o direito da pessoa portadora de deficiência se estende ao §2º do artigo 227, CF: “a lei disporá sobre normas de construção dos **logradouros e dos edifícios de uso público** e de fabricação de **veículos** de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”.

56 Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com **recursos do orçamento da seguridade social**, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - **descentralização político-administrativa**, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - **participação da população**, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais; II - serviço da dívida; III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

A proteção especial que decorre do princípio da prioridade absoluta está prevista no §3º do artigo 227. Liga-se, ainda, à proteção especial, a previsão do §4º do artigo 227: "A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente".

Tendo em vista o direito de toda criança e adolescente de ser criado no seio de uma família, o §5º do artigo 227 da Constituição prevê que "a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros". Neste sentido, a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, dispõe sobre a adoção.

A igualdade entre os filhos, quebrando o paradigma da Constituição anterior e do até então vigente Código Civil de 1916 consta no artigo 227, § 6º, CF: "os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação".

Quando o artigo 227 dispõe no § 7º que "no atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204" tem em vista a adoção de práticas de assistência social, com recursos da seguridade social, em prol da criança e do adolescente.

Por seu turno, o artigo 227, § 8º, CF, preconiza: "A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas".

A Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINA-JUVE. Mais informações sobre a Política mencionada no inciso II e sobre a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude que direcionam a implementação dela podem ser obtidas na rede⁵⁷.

Aprofundando o tema, a cabeça do art. 227, da Lei Fundamental, preconiza ser dever *da família, da sociedade e do Estado* assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, *com absoluta prioridade*, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A leitura do art. 227, *caput*, da Constituição Federal permite concluir que se adotou, neste país, a chamada "*Doutrina da Proteção Integral da Criança*", ao lhe assegurar a absoluta prioridade em políticas públicas, medidas sociais, decisões judiciais, respeito aos direitos humanos, e observância da dignidade da pessoa humana. Neste sentido, o parágrafo único, do art. 5º, do "Estatuto da Criança e do Adolescente", prevê que a garantia de prioridade compreende a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias (alínea "a"), a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de re-

levância pública (alínea "b"), a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas (alínea "c"), e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (alínea "d").

Ademais, a proteção à criança, ao adolescente e ao jovem representa incumbência atribuída não só ao Estado, mas também à família e à sociedade. Sendo assim, há se prestar bastante atenção nas provas de concurso, tendo em vista que só se costuma colocar o Estado como observador da "Doutrina da Proteção Integral", sendo que isso também compete à família e à sociedade.

Nesta frequência, o direito à proteção especial abrangerá os seguintes aspectos (art. 227, §3º, CF):

- A idade mínima de dezesesseis anos para admissão ao trabalho, salvo a partir dos quatorze anos, na condição de aprendiz (inciso I de acordo com o art. 7º, XXXIII, CF, pós-alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 20/98);
- A garantia de direitos previdenciários e trabalhistas (inciso II);
- A garantia de acesso ao trabalhador adolescente e jovem à escola (inciso III);
- A garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição do ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica (inciso IV);
- A obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade (inciso V);
- O estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado (inciso VI);
- Programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins (inciso VII).

Prosseguindo, o parágrafo sexto, do art. 227, da Constituição, garante o "*Princípio da Igualdade entre os Filhos*", ao dispor que os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Assim, com a Constituição Federal, os filhos não têm mais "valor" para efeito de direitos alimentícios e sucessórios. Não se pode falar em um filho receber metade da parte que originalmente lhe cabia por ser "bastardo", enquanto aquele fruto da sociedade conjugal receber a quantia integral. Aliás, nem mesmo a expressão "filho bastardo" pode mais ser utilizada, por representar uma forma de discriminação designatória.

Também, o art. 229 traz uma "via de mão dupla" entre pais e filhos, isto é, os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Tal dispositivo, inclusive, permite que os filhos peçam alimentos aos pais, e que os pais peçam alimentos aos filhos.

57 <http://www.juventude.gov.br/politica>

Por fim, há se mencionar o acrescentado parágrafo oitavo (pela Emenda Constitucional nº 65/2010), ao art. 227, da Constituição Federal, segundo o qual a lei estabelecerá o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens (inciso I), e o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas (inciso II). Nada obstante a exigência constitucional desde 2010, somente bem recentemente o Estatuto da Juventude foi aprovado (Lei nº 12.852/2013), como visto acima, carecendo, ainda, o Plano Nacional de Juventude de maior regulamentação *infraconstitucional*.

Evolução histórica

Na Grécia antiga, a criança era colocada numa posição de inferioridade, tida como um ser irracional, sem capacidade de tomar qualquer tipo de decisão. Trata-se de marco da cultura grega, que enxergava apenas poucos homens de posses como cidadãos. Estes homens concentravam para si o pátrio poder, isto é, o poder do pai. Devido ao pátrio poder, o pai de família concentrava em suas mãos plena possibilidade de gerir a vida das crianças e adolescentes e estes não tinham nenhuma possibilidade de participar destas decisões. Na Idade Média se manteve o sistema do "pátrio poder". As crianças eram submetidas ao absoluto poder do pai e seus destinos seguiam a mesma sorte.

A partir da Idade Moderna, com o Renascimento e o Iluminismo, as crianças e os adolescentes saíram ligeiramente da margem social. A moral da época passa a impor aos pais o dever de educar seus filhos. Entretanto, a educação costumava ser oferecida apenas aos homens. Aqueles que possuíam melhores condições enviavam seus filhos para estudarem nas universidades que começavam a despontar na Europa, aqueles que possuíam condições piores ao menos passavam a ensinar seus ofícios a estes jovens. Já as meninas permaneciam marginalizadas das atividades educacionais e profissionalizantes, apenas lhes era ensinado como desempenhar atividades domésticas.

Desde o final da Revolução Francesa e, com destaque, a partir da Revolução Industrial, que alterou substancialmente os modos e métodos de produção, a criança e o adolescente passam a ocupar papel central na sociedade, desempenhando atividades trabalhistas de caráter equivalente a dos adultos. Foram vítimas de inúmeros acidentes de trabalho, morriam em meio à insalubridade das fábricas, então movidas predominantemente a carvão. Foi apenas com a emergência da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1919, que aos poucos se consolidou uma consciência a respeito da necessidade de se limitar a participação das crianças e adolescentes no espaço de trabalho. Este foi o estopim para o reconhecimento da condição especial da criança e do adolescente.

Internacionalmente, a proteção efetiva da criança e do adolescente começa a tomar corpo com o reconhecimento internacional dos direitos humanos e a fundação da UNICEF. A UNICEF, inicialmente conhecida como Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças, foi criada em dezembro de 1946 para

ajudar as crianças da Europa vítimas da II Guerra Mundial. No início da década de 50 o seu mandato foi alargado para responder às necessidades das crianças e das mães nos países em desenvolvimento. Em 1953, torna-se uma agência permanente das Nações Unidas, e passa a ocupar-se especialmente das crianças dos países mais pobres da África, Ásia, América Latina e Médio Oriente. Passa então a designar-se Fundo das Nações Unidas para a Infância, mas mantém a sigla que a tornara conhecida em todo o mundo – UNICEF. Desde então, sobrevieram no âmbito das Nações Unidas documentos bastante relevantes sobre a condição jurídica peculiar da criança, já estudados neste material.

No Brasil, no final do século XIX e início do século XX, foi instituído no Rio de Janeiro o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, primeiro estabelecimento público nacional de atendimento a crianças e adolescentes. Em seguida, veio a Lei nº 4.242/1921, que autorizou o governo a organizar o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delincente. Em 1927 foi aprovado o primeiro Código de Menores. Em 1941, durante o governo Vargas, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor, cujo fim era dar tratamento penal teoricamente diferenciado aos menores (na prática, eram tratados como criminosos comuns). Em 1964 surge a Política Nacional do Bem-estar do Menor (Lei nº 4.513/1964), que criou a FUNABEM. Surge novo Código de Menores em 1979 (Lei nº 6.697), cujo objeto era a proteção e vigilância de crianças e adolescentes em situação irregular. Na década de 80 começa um movimento de reelaboração da concepção de infância e juventude. O destaque repercute na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que revogou o Código de Menores e substituiu a doutrina da situação irregular pela doutrina da proteção integral⁵⁸.

Relações jurídicas no direito da criança e do adolescente

"As relações jurídicas são formas qualificadas de relações interpessoais, indicando, assim, a ligação entre pessoas, em razão de algum objeto, devidamente regulada pelo direito. Desta forma, o Direito da Criança e do Adolescente, sob o aspecto objetivo e formal, representa a disciplina das relações jurídicas entre Crianças e Adolescentes, de um lado, e de outro, a família, a comunidade, a sociedade e o próprio Estado. [...] Percebemos que a intenção dos doutrinadores e do próprio legislador foi, sempre, criar uma doutrina da proteção integral não somente para a Criança, como, ainda, para o Adolescente, ambos ainda em desenvolvimento, posto que, somente com o término da adolescência é que o menor completará o processo de aquisição de mecanismos mentais relacionados ao pensamento, percepção, reconhecimento, classificação etc. [...] Com isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, sabiamente, se preocupou em envolver não somente a família, mas, ainda, a comunidade, a sociedade e o próprio Estado, para que todos, em conjunto,

58 DEZEM, Guilherme Madeira; AGUIRRE, João Ricardo Brandão; FULLER, Paulo Henrique Aranda. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coleção Elementos do Direito)

exercem seus direitos e deveres sem oprimir aqueles que, em condição inferior, viviam a mercê da sociedade. Mas, qual a razão dessa inclusão tão abrangente? Pois bem, a intenção do Estatuto da Criança e do Adolescente foi conferir ao menor, de forma integral, todas as condições para que o mesmo possa desenvolver-se plenamente, evitando-se, com isso, que haja alguma deficiência em sua formação. Desta forma, a melhor solução apresentada pelo legislador foi incluir todos os segmentos da sociedade, para que ninguém ficasse isento de qualquer responsabilidade, uma vez que a doutrina da proteção integral apresentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente exige a participação de todos, sem qualquer exceção⁵⁹. Com efeito, o objeto formal do direito da criança e do adolescente é a proteção jurídica especial da criança e do adolescente. Já o objeto material é a própria criança ou adolescente.

Princípios

Não se pode olvidar que os princípios sempre desempenharam um importante papel social, mas foi somente na atual dogmática jurídica que eles adquiriram normatividade. Hoje em dia, os princípios servem para condensar valores, dar unidade ao sistema e condicionar a atividade do intérprete. Os princípios são normas jurídicas, não meros conteúdos axiológicos, aceitando aplicação autônoma⁶⁰.

Em resumo, a teoria dos princípios chega à presente fase do Pós-positivismo com os seguintes resultados já consolidados: a passagem dos princípios da especulação metafísica e abstrata para o campo concreto e positivo do Direito, com baixíssimo teor de densidade normativa; a transição crucial da ordem jusprivatista (sua antiga inserção nos Códigos) para a órbita juspublicística (seu ingresso nas Constituições); a suspensão da distinção clássica entre princípios e normas; o deslocamento dos princípios da esfera da jusfilosofia para o domínio da Ciência Jurídica; a proclamação de sua normatividade; a perda de seu caráter de normas programáticas; o reconhecimento definitivo de sua positividade e concretude por obra sobretudo das Constituições; a distinção entre regras e princípios, como espécies diversificadas do gênero norma, e, finalmente, por expressão máxima de todo esse desdobramento doutrinário, o mais significativo de seus efeitos: a total hegemonia e preeminência dos princípios⁶¹.

No campo do direito da criança e do adolescente, alguns princípios assumem destaque, entre eles:

- a) **Princípio da prioridade absoluta:** previsto nos artigos 227, CF e 4º, ECA preconiza que é dever de todos – Estado, sociedade, comunidade e família – assegurar com absoluta prioridade direitos fundamentais às crianças e adolescentes. Por isso,

59 MENDES, Moacyr Pereira. As relações jurídicas decorrentes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 70, nov. 2009.

60 Ibid., p.327.

61 BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 294.

estabelece-se com primazia a adoção de políticas públicas, a destinação de recursos e a prestação de serviços essenciais àqueles que se encontram na faixa etária inferior a 18 anos.

- b) **Princípio da proteção integral:** previsto no artigo 1º, ECA estabelece que a proteção da criança e do adolescente não pode se restringir às situações de irregularidade, o que teria um caráter estigmatizante, mas deve abranger todas as situações de vida pelas quais passa a criança e o adolescente, mesmo as regulares. Neste sentido, ao se assegurar direitos na regularidade, evita-se que a criança e o adolescente caiam em irregularidade.
- c) **Princípio da dignidade da pessoa humana:** A dignidade da pessoa humana é o valor-base de interpretação de qualquer sistema jurídico, internacional ou nacional, que possa se considerar compatível com os valores éticos, notadamente da moral, da justiça e da democracia. Pensar em dignidade da pessoa humana significa, acima de tudo, colocar a pessoa humana como centro e norte para qualquer processo de interpretação jurídico, seja na elaboração da norma, seja na sua aplicação.

Sem pretender estabelecer uma definição fechada ou plena, é possível conceituar dignidade da pessoa humana como o **principal valor** do ordenamento ético e, por consequência, jurídico que pretende colocar a pessoa humana como um **sujeito pleno de direitos e obrigações** na ordem internacional e nacional, cujo desrespeito acarreta a própria **exclusão de sua personalidade**.

Aponta Barroso⁶²: “o princípio da dignidade da pessoa humana identifica um espaço de integridade moral a ser assegurado a todas as pessoas por sua só existência no mundo. É um respeito à criação, independente da crença que se professe quanto à sua origem. A dignidade relaciona-se tanto com a liberdade e valores do espírito como com as condições materiais de subsistência”.

O Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, do Tribunal Superior do Trabalho, trouxe interessante conceito numa das decisões que relatou: “a dignidade consiste na percepção intrínseca de cada ser humano a respeito dos direitos e obrigações, de modo a assegurar, sob o foco de condições existenciais mínimas, a participação saudável e ativa nos destinos escolhidos, sem que isso importe destilação dos valores soberanos da democracia e das liberdades individuais. O processo de valorização do indivíduo articula a promoção de escolhas, posturas e sonhos, sem olvidar que o espectro de abrangência das liberdades individuais encontra limitação em outros direitos fundamentais, tais como a honra, a vida privada, a intimidade, a imagem. Sobreleva registrar que essas garantias, associadas ao princípio da dignidade da pessoa humana, subsistem como conquista da humanidade, razão pela qual auferiram proteção especial consistente em indenização por dano moral decorrente de sua violação”⁶³.

62 BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 382.

63 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista n. 259300-59.2007.5.02.0202**. Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fon-

Para Reale⁶⁴, a evolução histórica demonstra o domínio de um valor sobre o outro, ou seja, a existência de uma ordem gradativa entre os valores; mas existem os valores fundamentais e os secundários, sendo que o valor fonte é o da pessoa humana. Nesse sentido, são os dizeres de Reale⁶⁵: “partimos dessa ideia, a nosso ver básica, de que a pessoa humana é o valor-fonte de todos os valores. O homem, como ser natural biopsíquico, é apenas um indivíduo entre outros indivíduos, um ente animal entre os demais da mesma espécie. O homem, considerado na sua objetividade espiritual, enquanto ser que só realiza no sentido de seu dever ser, é o que chamamos de pessoa. Só o homem possui a dignidade originária de ser enquanto deve ser, pondo-se essencialmente como razão determinante do processo histórico”.

Quando a Constituição Federal assegura a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, faz emergir uma nova concepção de proteção de cada membro do seu povo. Tal ideologia de forte fulcro humanista guia a afirmação de todos os direitos fundamentais e confere a eles posição hierárquica superior às normas organizacionais do Estado, de modo que é o Estado que está para o povo, devendo garantir a dignidade de seus membros, e não o inverso.

d) Princípio da participação popular: previsto no artigo 227, §§ 3º e 7º e no artigo 204, II, CF, assegura a participação popular, através de organizações representativas, na elaboração de políticas públicas direcionadas à infância e à juventude.

e) Princípio da excepcionalidade: previsto no artigo 227, §3º, V, CF assegura que quando da imposição de medida privativa de liberdade esta não será imposta a não ser que se trate de um caso excepcional, em que nenhuma outra medida sócio-educativa possa ser utilizada.

f) Princípio da brevidade: previsto no artigo 227, §3º, V, CF assegura que quando da aplicação de medida privativa de liberdade esta não se estenderá no tempo, devendo ser a mais breve possível, perdurando apenas pelo prazo necessário para a ressocialização do adolescente. No caso, o ECA limita a aplicação de medidas desta natureza ao prazo máximo de 3 anos.

g) Princípio da condição peculiar da pessoa em desenvolvimento: a criança e o adolescente estão em processo de formação e de transformação física e psíquica, logo, possuem uma condição peculiar que deve ser respeitada quando da aplicação da lei.

Autonomia da criança e do adolescente

Coloca-se o trecho do trabalho de Cláudio Leone⁶⁶ em que reflete sobre a construção da autonomia do infante:

tan Pereira. Brasília, 05 de setembro de 2012j1. Disponível em: www.tst.gov.br. Acesso em: 17 nov. 2012.

64 REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 228.

65 Ibid., p. 220.

66 LEONE, Cláudio. A criança, o adolescente e a autonomia. **Revista Bioética**, v. 6, n. 1.

“Conceitualmente, a análise do respeito à autonomia de uma criança ou de um adolescente só tem sentido se for conduzida a partir do conhecimento da evolução de suas competências nas diferentes idades. É de conhecimento de todos que a criança nasce totalmente dependente de cuidados alheios e que passa por um processo de desenvolvimento progressivo que a leva a alcançar a completa independência na maturidade, o que, nas sociedades modernas, se situa por volta dos vinte anos de idade.

Entretanto, para que este processo de análise de sua autonomia transcorra de maneira isenta, fundamentalmente centrado nas peculiaridades do desenvolvimento do ser humano, o primeiro ponto a ser considerado é a necessidade de abdicar de alguns conceitos preestabelecidos, como é o caso da atitude paternalista. [...]

O segundo ponto a considerar neste percurso, em geral decorrente do primeiro, é a própria legislação que, mesmo tendo o melhor dos intuitos, praticamente nivela todos os menores a uma mesma condição: a de incapacidade, criando a necessidade de se ter figuras aptas a decidir e responder por eles, como se estas figuras fossem sempre e inevitavelmente imbuídas das melhores intenções em relação à criança e ao adolescente.

No entender de Kopelman, para que toda esta legislação fosse realmente válida seria necessário definir melhor, de maneira bem precisa, o que se entende por um padrão mínimo de benefício ou o que é ‘o melhor’ para os interesses da criança ou do adolescente, de modo que a definição não fique em aberto para a interpretação de quem detém o poder de decidir em nome deles. Além disso, estas definições deveriam estar em constante revisão, para que não acabem sendo ultrapassadas, frente à evolução histórico-social dos fatos que geraram a necessidade de sua criação.

Superados estes dois pontos, que apesar de potencialmente limitantes do processo de discussão da autonomia da criança e do adolescente não podem ser simplesmente ignorados, como se não existissem, chega-se ao terceiro e mais importante: a interpretação do conceito de autonomia à luz do momento de desenvolvimento em que uma determinada criança ou adolescente se encontra.

Nesse sentido, diversas características do desenvolvimento devem ser levadas em consideração:

1. Trata-se de um processo que evolui continuamente à medida que habilidades se aperfeiçoam, novas capacidades são adquiridas, novas vivências são acumuladas e integradas e, portanto, passível de rápidas e extremas mudanças no tempo;
2. A aquisição das competências é progressiva, não se dá saltos, como se se tratasse de compartimentos estanques, e segue sempre uma ordem preestabelecida, sendo, portanto, razoavelmente previsível;
3. Os tempos e o ritmo em que o desenvolvimento se processa são muito individualizados, fazendo com que dois indivíduos de uma mesma idade possam estar em momentos diferentes de desenvolvimento;
4. No caso específico da inteligência, o desenvolvimento é extremamente influenciável por fatores extrínsecos ao indivíduo: as experiências, os estí-

mulos, o ambiente, a educação, a cultura, etc., o que também acaba por reforçar sua evolução extremamente individualizada.

Segundo Piaget, a capacidade de operar o pensamento concreto estendendo-o à compreensão do outro e às possíveis consequências de boa parte dos seus atos se aperfeiçoa na idade escolar, entre os 6 e os 11 anos de vida. Este amadurecimento se completa na adolescência, com a capacidade crescente de abstração que a criança desenvolve nesta fase da existência. Como consequência, é possível admitir que é na segunda fase da adolescência, em geral a partir dos 15 anos, que o indivíduo atingiria as competências necessárias para o exercício de sua autonomia, competências estas que necessitariam apenas serem lapidadas ao longo das vivências e de uma maior experiência de vida.

Entretanto, isto não significa que a autonomia da criança e do adolescente só possa (ou deva) ser respeitada a partir desta fase.

Compete ao pediatra e aos demais profissionais de saúde, utilizando suas competências profissionais, definir já desde os primeiros anos de vida em que etapa a criança se encontra ao longo do seu processo evolutivo, tentando diferenciar se se está diante de uma tomada de decisão ditada apenas pelo receio do desconhecido, por um capricho ou vontade decorrente apenas de sua visão egocêntrica, natural em determinadas idades, ou se a mesma já é o resultado de uma reflexão mais amadurecida. São estes extremos que dão a entender a ampla gama de estágios de desenvolvimento, portanto de autonomia, que entre eles podem se apresentar. [...]

Novamente, cabe enfatizar que o risco que se corre ao se utilizar definições bastante precisas como estas é o de acabar classificando um indivíduo de maneira dicotômica, no caso específico da autonomia, como sendo capaz ou incapaz, desistindo assim de uma possível análise de sua real capacidade.

Consequentemente, a ausência de uma ou de mais das características anteriormente citadas não deve ser utilizada para qualificar a criança ou o adolescente como incapaz. Deve, isto sim, servir de embasamento para que se possa tentar entender como suas decisões se originaram.

Em face de situações específicas, individualizadas, como ocorre no dia-a-dia da prática pediátrica, esta é a única forma que o profissional tem de realmente respeitar a autonomia da criança ou do adolescente.

A interpretação adequada da legislação e o dimensionamento correto da decisão dos pais ou responsáveis dependerão fundamentalmente deste tipo de análise da autonomia da criança ou adolescente. Deste modo, mesmo que resulte em situações de conflito entre as posições, servirá de embasamento para um trabalho, muitas vezes exaustivo, de apresentação, de reflexão e de discussão de argumentos e fatos, capaz de conduzir a uma decisão amadurecida e o mais isenta possível, que, respeitando a posição da criança ou do adolescente, poderá efetivamente redundar em seu benefício.

No leque das diferentes situações da prática pediátrica, que se estende desde o recém-nascido no limite de viabilidade ao qual se quer prestar cuidados intensivos

de validade questionável naquelas circunstâncias, passando pelas pesquisas científicas que envolvem crianças e adolescentes, até a criança cujo pátrio poder pertence a pais adolescentes, portanto autônomos nas decisões que lhes dizem respeito, todas estas situações, onde nem sempre o real interesse que está em jogo é o da criança, mas sim o dos responsáveis por ela, clarificam que não há uma única resposta ou solução mágica, perfeita, para a questão da autonomia da criança e do adolescente.

Na realidade, o que deve existir é a construção conjunta de uma verdade para aquele momento, amadurecida no crescimento e evolução de todos: juízes e legisladores, pais ou responsáveis, médicos e profissionais de saúde e, principalmente, a criança ou o adolescente, como parte de um processo de interação franco, sincero, isento e realmente participativo que de fato respeite a autonomia, qualquer que seja o nível de competência que a criança ou o adolescente estejam apresentando para tal".

Imputabilidade penal

Art. 228, CF. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

O artigo 228, CF dispõe: "são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial". Percebe-se que a normativa não está no rol de cláusulas pétreas, razão pela qual seria possível uma emenda constitucional que alterasse a menoridade penal. Inclusive, há projetos de lei neste sentido.

Comentários à lei

Parte geral

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

O princípio da proteção integral se associa ao princípio da prioridade absoluta, colacionado no artigo 4º do ECA e no artigo 227, CF. "Com a positivação desse princípio tem-se também a positivação da proteção integral, que se opõe à antiga e superada doutrina da situação irregular, que era prevista no antigo Código de Menores e especificava que sua incidência se restringia aos menores em situação irregular, apresentando um conjunto de normas destinadas ao tratamento e prevenção dessas situações"⁶⁷.

Basicamente, tinha-se na doutrina da situação irregular que era necessário disciplinar um estatuto jurídico da criança e do adolescente que apenas abordasse situações em que ele estivesse irregular, seja por uma desproteção, como no caso de abandono, ou pela violação da lei, como nos casos de atos infracionais.

67 DEZEM, Guilherme Madeira; AGUIRRE, João Ricardo Brandão; FULLER, Paulo Henrique Aranda. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coleção Elementos do Direito)

Entretanto, o direito evoluiu e passou a contemplar uma noção de proteção mais ampla da criança e do adolescente, que não apenas abordasse situações de irregularidade (embora ainda o fizesse), mas que abrangesse todo o arcabouço jurídico protetivo da criança e do adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente opta por categorizar separadamente estas duas categorias de menores. Criança é aquele que tem até 12 anos de idade (na data de aniversário de 12 anos, passa a ser adolescente), adolescente é aquele que tem entre 12 e 18 anos (na data de aniversário de 18 anos, passa a ser maior). Em situações excepcionais o ECA se aplica ao maior de 18 anos, até os 21 anos de idade, por exemplo, no caso do menor infrator sujeito a internação em fundação CASA que tenha 17 anos e 11 meses na data do ato infracional poderá ficar detido até o limite de seus 20 anos e 11 meses (eis que 3 anos é o tempo máximo de internação).

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

O artigo 3º volta-se à concretização dos direitos da criança e do adolescente. Concretização significa viabilização prática, consecução real dos fins que a lei descreve. Como se percebe pela leitura até o momento, o legislador brasileiro preocupou-se em elaborar uma legislação cujo objetivo é concretizar estes direitos da criança e do adolescente. Entretanto, a lei é apenas uma carta de intenções. É necessário colocar seu conteúdo em prática, porque sozinha ela nada faz.

A implementação na prática dos direitos da criança e do adolescente depende da adoção de posturas por parte de todos aqueles colocados como responsáveis para tanto: Estado, sociedade, comunidade e família. Especificamente no que se refere ao Estado, mostra-se essencial que ele desenvolva políticas públicas adequadas em respeito à peculiar condição do infante.

"O Direito da Criança e do Adolescente deve ter condições suficientemente próprias de promoção e concretização de direitos. Para isso deve-se desvencilhar do dogmatismo e do mero positivismo jurídico acrílico. O Direito da Criança e do Adolescente enquanto ramo au-

tônomo do direito é responsável por ressignificar a atuação estatal, principalmente no campo das políticas públicas e impõe corresponsabilidades compartilhadas"⁶⁸.

Vale ressaltar que às crianças e aos adolescentes são garantidos os mesmos direitos fundamentais que aos adultos, entretanto, o ECA aprofunda alguns direitos fundamentais em espécie, abordando-os na vertente da condição especial dos que pertencem a este grupo.

As crianças e adolescentes gozam de igualdade de direitos em relação às demais pessoas, podendo usufruir de todos eles. O próprio estatuto contempla em seu título II os direitos fundamentais da criança e do adolescente, entre eles incluindo-se: vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e proteção no trabalho. Não se trata de rol taxativo de direitos fundamentais garantidos à criança e ao adolescente, eis que ele possui todos os direitos humanos e fundamentais que as demais pessoas. O título II do ECA tem por objetivo aprofundar especificidades acerca de algumas das categorias de direitos fundamentais assegurados à criança e ao adolescente.

Deste artigo 3º do ECA é possível, ainda, extrair o destaque ao princípio da igualdade, no sentido de que há plena igualdade na garantia de direitos entre todas as crianças e adolescentes, não sendo permitido qualquer tipo de discriminação.

A leitura dos artigos 4º e 5º, em conjunto com outros dispositivos do ECA, por sua vez, permite detectar a presença de um **tríplice sistema de garantias**.

Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente adota uma estrutura que contempla três sistemas de garantia – primário, secundário e terciário.

a) Sistema primário – artigos 4º e 87, ECA – aborda políticas públicas de atendimento de crianças e adolescentes.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

O artigo 4º do ECA colaciona em seu *caput* teor idêntico ao do *caput* do artigo 227, CF, onde se encontra uma das principais diretrizes do direito da criança e do

68 <http://t.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2236>

adolescente que é o princípio da prioridade absoluta. Significa que cada criança e adolescente deve receber tratamento especial do Estado e ser priorizado em suas políticas públicas, pois são o futuro do país e as bases de construção da sociedade.

Explica Liberati⁶⁹: “Por absoluta prioridade, devemos entender que a criança e o adolescente deverão estar em primeiro lugar na escala de preocupação dos governantes; devemos entender que, primeiro, devem ser atendidas todas as necessidades das crianças e adolescentes [...]. Por absoluta prioridade, entende-se que, na área administrativa, enquanto não existirem creches, escolas, postos de saúde, atendimento preventivo e emergencial às gestantes dignas moradias e trabalho, não se deveria asfaltar ruas, construir praças, sambódromos monumentos artísticos etc., porque a vida, a saúde, o lar, a prevenção de doenças são importantes que as obras de concreto que ficam par a demonstrar o poder do governante”.

O parágrafo único do artigo 4º especifica a abrangência da absoluta prioridade, esclarecendo que é necessário conferir atendimento prioritário às crianças e aos adolescentes diante de situações de perigo e risco (como no salvamento em incêndios e enchentes, etc.), bem como nos serviços públicos em geral (chegada aos hospitais, por exemplo). Além disso, devem ser priorizadas políticas públicas que favoreçam a criança e o adolescente e também devem ser reservados recursos próprios prioritariamente a eles.

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:
I - políticas sociais básicas;

II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;

VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

O artigo 87 descreve linhas de ação na política de atendimento, que compõem a delimitação do princípio da prioridade absoluta na vertente da priorização na adoção de políticas públicas e na delimitação de recursos financeiros para execução de tais políticas.

b) Sistema secundário – artigos 98 e 101, ECA – aborda as medidas de proteção destinadas à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal ou social.

69 LIBERATI, Wilson Donizeti. **O Estatuto da Criança e do Adolescente**: Comentários. São Paulo: IBPS.

Obs.: as medidas de proteção são estudadas adiante neste material.

c) Sistema terciário – artigo 112, ECA – aborda as medidas socioeducativas, destinadas à responsabilização penal do adolescente infrator, isto é, àquele entre 12 e 18 anos que comete atos infracionais.

Obs.: as medidas socioeducativas são estudadas adiante neste material.

O sistema tríplice deve operar de forma harmônica, com o acionamento gradual de cada um deles. Nas situações em que a criança ou adolescente escape ao sistema primário de prevenção, ou seja, nos casos de ineficácia das políticas públicas específicas, deve ser acionado o sistema secundário, operado predominantemente pelo Conselho Tutelas. Por sua vez, em casos extremos, é necessário partir para a adoção de medidas socioeducativas, operadas predominantemente pelo Ministério Público e pelo Judiciário.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O artigo 5º ressalta o verdadeiro objetivo geral do ECA: proteger a criança de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Neste sentido, coloca-se a possibilidade de responsabilização de todos que atentarem contra esse propósito. A responsabilização poderá se dar em qualquer uma das três esferas, isolada ou cumulativamente: penal, respondendo por crimes e contravenções penais todo aquele que praticá-lo contra criança e adolescente, bem como respondendo por atos infracionais as crianças e adolescentes que atentarem um contra o outro; civil, estabelecendo-se o dever de indenizar por danos causados a crianças e a adolescentes, que se estende a toda e qualquer pessoa física ou jurídica que o faça, inclusive o próprio Estado; e administrativa, impondo-se penas disciplinares a funcionários sujeitos a regime jurídico administrativo em trabalhos privados ou em cargos, empregos e funções públicos.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

É pacífico que o processo de interpretação hoje faz parte do Direito, principalmente se considerada a constante evolução da sociedade, demandando diariamente por novos modos de aplicação das normas. Como a sociedade é dinâmica e o Direito existe para servi-la, cabe a ele adequar-se às novas exigências sociais, aplicando-se da maneira mais justa à vasta gama de casos concretos. Sobre a interpretação, explica Gonçalves⁷⁰: “Quando o fato é típico e se enquadra perfeitamente no conceito abstrato da norma, dá-se o fenômeno da subsunção.

70 GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 1.

Há casos, no entanto, em que tal enquadramento não ocorre, não encontrando o juiz nenhuma norma aplicável à hipótese *sub judice*. Deve, então, proceder à integração normativa, mediante o emprego da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito. [...] Para verificar se a norma é aplicável ao caso em julgamento (subsunção) ou se deve proceder à integração normativa, o juiz procura descobrir o sentido da norma, interpretando-a. Interpretar é descobrir o sentido e o alcance da norma jurídica”.

A hermenêutica possui 3 categorias de métodos. Quanto às fontes ou origem, a interpretação pode ser autêntica ou legislativa, jurisprudencial ou judicial e doutrinária. Quanto aos meios, pode ser gramatical ou literal, examinando o texto normativo linguisticamente; lógica ou racional, apurando o sentido e a finalidade da norma; sistemática, analisando a lei de maneira comparativa com outras leis pertencentes à mesma província do Direito (livro, título, capítulo, seção, parágrafo); histórica, baseando-se na verificação dos antecedentes do processo legislativo; **sociológica, adaptando o sentido ou finalidade da norma às novas exigências sociais** (artigo 5º, LINDB). Quanto aos resultados pode ser declarativa, quando o texto legal corresponde ao pensamento do legislador; extensiva ou ampliativa, quando o alcance da lei é mais amplo que o indicado pelo seu texto; e restritiva, na qual se limita o campo de aplicação da lei. Nenhum destes métodos se opera isoladamente⁷¹.

O artigo 6º do ECA, tal como o artigo 5º da LINDB, expressa o método de interpretação sociológico, chamando atenção à interpretação da lei levando em conta os seus fins sociais, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e vai além: exige que se leve em conta a **condição peculiar** da criança e do adolescente. Logo, ao se interpretar o ECA não se pode nunca perder de vista que o seu objeto material, a criança e o adolescente, é extremamente peculiar, dotado de especificidades as quais sempre se deve atentar.

Título III Da Prática de Ato Infracional

Capítulo I Disposições Gerais

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

*Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.
Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.*

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.

Capítulo II Dos Direitos Individuais

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

⁷¹ Ibid.

Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.

Art. 107. A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

Parágrafo único. Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação imediata.

Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

Art. 109. O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

O adolescente não é preso, é apreendido.

A internação é a medida mais gravosa para o adolescente. O ECA permite a internação provisória durante o processo. É fixado o prazo máximo de 45 dias. Os fundamentos para que o Juiz decrete essa internação provisória são: indícios suficientes de autoria e materialidade e necessidade da medida.

Esse prazo de internação provisória será descontado na internação definitiva. Em nenhuma hipótese a criança poderá ser internada. Criança, que é todo aquele menor de 12 anos, não se sujeita a medida sócio-educativa, mas apenas a medida de proteção.

Capítulo I Disposições Gerais

Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

Art. 133. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

- I - reconhecida idoneidade moral;*
- II - idade superior a vinte e um anos;*
- III - residir no município.*

Art. 134. Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a:

- I - cobertura previdenciária;*
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;*
- III - licença-maternidade;*
- IV - licença-paternidade;*
- V - gratificação natalina.*

Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

Art. 135. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Capítulo II

Das Atribuições do Conselho

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

- I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;*
- II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;*
- III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:*
 - a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;*
 - b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.*
- IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;*
- V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;*
- VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;*
- VII - expedir notificações;*
- VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;*
- IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;*
- X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;*
- XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;*

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Título VII

Dos Crimes e Das Infrações Administrativas

Capítulo I

Dos Crimes

Seção I

Disposições Gerais

Art. 225. Este Capítulo dispõe sobre crimes praticados contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão, sem prejuízo do disposto na legislação penal.

Art. 226. Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.

Art. 227. Os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada.

Seção II

Dos Crimes em Espécie

Art. 228. Deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 desta Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena - detenção de dois a seis meses, ou multa.

Art. 229. Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos exames referidos no art. 10 desta Lei:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena - detenção de dois a seis meses, ou multa.

Art. 230. Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Parágrafo único. Incide na mesma pena aquele que procede à apreensão sem observância das formalidades legais.

Art. 231. Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada:
Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 234. Deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 235. Descumprir, injustificadamente, prazo fixado nesta Lei em benefício de adolescente privado de liberdade:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 236. Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto:

Pena - reclusão de dois a seis anos, e multa.

Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa:

Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa.

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenar.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I - no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II - prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

III - prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo;

II - assegura, por qualquer meio, o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput deste artigo.

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, oficialmente notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput deste artigo.

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º A pena é diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços) se de pequena quantidade o material a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos arts. 240, 241, 241-A e 241-C desta Lei, quando a comunicação for feita por:

I - agente público no exercício de suas funções;

II - membro de entidade, legalmente constituída, que inclua, entre suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícia dos crimes referidos neste parágrafo;

III - representante legal e funcionários responsáveis de provedor de acesso ou serviço prestado por meio de rede de computadores, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário.

§ 3º As pessoas referidas no § 2º deste artigo deverão manter sob sigilo o material ilícito referido.

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:
I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso;
II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

Art. 242. Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos.

Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica:

Pena – detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 244. Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida:

Pena – detenção de seis meses a dois anos, e multa.

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos e multa, além da perda de bens e valores utilizados na prática criminosa em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 1º Incorre nas penas previstas no caput deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet.

§ 2º As penas previstas no caput deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 (Estatuto do Idoso): DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ART. 1º AO 7º) E DOS CRIMES EM ESPÉCIE (ART. 95 A 108).

Histórico do estatuto do idoso

A Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso, dispõe sobre papel da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

O panorama demográfico mundial tem apresentado mudanças nos últimos anos devido ao declínio das taxas de fertilidade e mortalidade e como decorrência a longevidade tem-se apresentado como um fenômeno real.

O Brasil tem sido surpreendido por uma significativa mudança demográfica. Atualmente apresenta cerca de 15 milhões de idosos e, segundo projeção do IBGE, no ano de 2025, será o sexto país mais idoso do mundo, apenas perdendo para a Suíça, França, Estados Unidos, Uruguai, Argentina, China, com um contingente de 34 milhões de idosos, cerca de 15% da população.

Diante dessa realidade, diferentes segmentos como a saúde, transporte, habitação, previdência social e educação precisam ser redimensionados para atender esse novo perfil populacional.

A sociedade política também assumiu sua responsabilidade diante desse novo panorama demográfico brasileiro, elaborou a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. São leis elaboradas para preservar os direitos do idoso e evitar que essa faixa etária sofra discriminações e seja marginalizado na sociedade brasileira.

É flagrante na sociedade brasileira um discurso favorável ao idoso, porém inserido em uma realidade prática incompatível, ora reforçado pelo paternalismo, ora pelo assistencialismo, ora potencializando essa faixa etária, mas sem oferecer um real espaço social.

Por isso, o Estatuto do Idoso surge como instrumento essencial ao resgate da dignidade inerente a todos idosos, mediante inclusão social e reforço de direitos

fundamentais. O fato é que a população brasileira está envelhecendo e necessário se faz garantir que este envelhecimento ocorra dentro dos princípios norteadores do atual texto constitucional. A intervenção legislativa representada neste estatuto busca efetividade em resposta às necessidades emergentes desse segmento da população.

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

A Lei nº 10.741/03 define como idoso a pessoa com idade maior ou igual que 60 anos, valendo-se assim do critério cronológico para estabelecer os que estão sob o efeito da presente lei.

Existem outras nomenclaturas utilizadas para se atribuir à pessoa idosa, por exemplo, pessoa na terceira idade, pessoa na melhor idade, velhos, pessoas em idade avançada, entre outros termos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Os idosos possuem todos os direitos fundamentais assegurados a todas as outras pessoas, sendo-lhes garantido gozar destes direitos face aos direitos de todos. Neste sentido, o título II do Estatuto aprofunda direitos fundamentais de forma específica em relação à condição do idoso.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º A garantia de prioridade compreende:

I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;

VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

§ 2º Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.

A garantia de prioridade compreende atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população. Isso significa que todos os segmentos sociais descritos na Constituição devem primeiramente proteger e defender as pessoas idosas na busca da concretização dos seus direitos. Os idosos devem figurar como destinatários de cuidados especiais e preferenciais na elaboração de políticas públicas pelos administradores públicos.

Cabe na análise da prioridade destinada aos idosos em relação às demais pessoas e até mesmos às crianças, além do bom senso, que é sempre esperado, o princípio da proporcionalidade na busca da justiça em cada caso concreto que este conflito aparecer pela harmonia dos interesses em conflito.

A preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas também tem base na prioridade estabelecida no art. 230 da CF que vislumbra o idoso como prioritário, devendo-se assegurar-lhe uma velhice com dignidade. No mesmo norte está a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso, que deve ser conferido com absoluta prioridade à criança e ao adolescente, bem como ao idoso. Tais prioridades devem ser conjugadas a fim de que um menor sofra detrimento ao que for estabelecido ao idoso e vice-versa. O Poder Público, ao elaborar programas de saúde, educação e ação social deve igualmente atender prioritariamente a criança e ao adolescente como também ao idoso, pautando-se nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

§ 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.

§ 2º As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Alguns tipos específicos de negligências, violências e opressões são previstos no título VI do Estatuto como crimes contra os idosos. Entretanto, não é suficiente reprimir práticas criminosas contra idosos, mas também é importante preveni-las.

Art. 5º A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade à pessoa física ou jurídica nos termos da lei.

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, uma vez que a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação

que gera para o seu auto de reparar o dano, mediante o pagamento de indenização que se refere às perdas e danos. Afinal, quem pratica um ato ou incorre em omissão que gere dano deve suportar as consequências jurídicas decorrentes, restaurando-se o equilíbrio social.⁷²

A responsabilidade civil, assim, difere-se da penal, podendo recair sobre os herdeiros do autor do ilícito até os limites da herança, embora existam reflexos na ação que apure a responsabilidade civil conforme o resultado na esfera penal (por exemplo, uma absolvição por negativa de autoria impede a condenação na esfera cível, ao passo que uma absolvição por falta de provas não o faz).

Genericamente, os elementos da responsabilidade civil se encontram no art. 186 do Código Civil: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Este é o artigo central do instituto da responsabilidade civil, que tem como elementos: ação ou omissão voluntária (agir como não se deve ou deixar de agir como se deve), culpa ou dolo do agente (dolo é a vontade de cometer uma violação de direito e culpa é a falta de diligência), nexos causal (relação de causa e efeito entre a ação/omissão e o dano causado) e dano (dano é o prejuízo sofrido pelo agente, que pode ser individual ou coletivo, moral ou material, econômico e não econômico).

A prática de atos ilícitos contra pessoas idosas gera responsabilização civil, em algumas situações, criminal, e se a prática partir de servidor público ou equiparado, pode gerar responsabilidade administrativa, havendo interdependência entre elas.

Art. 6º Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

No mais, qualquer violação a direitos dos idosos que venha um cidadão a ter conhecimento deve imediatamente comunicar a autoridade competente, sob pena de ser responsabilizado nos termos do que está disposto no mencionado artigo 5º supra.

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

CAPÍTULO II

Dos Crimes em Espécie

Direito penal promocional – função promocional da intervenção punitiva – busca-se transformar as condições de vida e a consciência do povo para dar uma direção a determinada finalidade.

Art. 95. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

Não se aplicam 181 e 182 – escusa absolutória e escusa relativa – qualquer delito contra o idoso, seja patrimonial ou não, com ou sem violência ou grave ameaça, a ação sempre será pública incondicionada.

⁷² GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Cabe ação penal privada subsidiária da pública caso o MP seja omisso.

Os crimes previstos nos artigos 96 a 108 do Estatuto buscam proteger a pessoa idosa da discriminação, do descuido, do abandono, da falta de acolhida, do desprezo, da exposição ao perigo, da negativa de oportunidades de realização pessoal e profissional, da obstrução do acesso à justiça, da exploração financeira, do assédio econômico e da manipulação.

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente.

Trata-se do **crime de discriminação contra a pessoa idosa**.

Objeto jurídico: dignidade da pessoa idosa, proteção contra o tratamento desigual.

Sujeito ativo: qualquer pessoa.

Sujeito passivo: idoso.

Tipo objetivo: no caput se traz um crime material, pois é preciso uma conduta que coloque em perigo real o exercício da cidadania pela pessoa idosa, de modo que não realizado o resultado naturalístico de se colocar em perigo a cidadania do idoso o crime será tentado. Já no §1º o crime é de mera conduta, pois os motivos que levaram à prática criminosa não precisam ser investigados, por consequência não se aceita tentativa.

Tipo subjetivo: Dolo.

Pena: reclusão, de 6 meses a 1 ano + multa.

Causa de aumento de pena: aumento de 1/3 em caso de vítima sob cuidado ou responsabilidade do agente.

Art. 97. Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Trata-se no artigo 97 o **crime de omissão de socorro**.

Objeto jurídico: vida e saúde do idoso.

Sujeito ativo: qualquer pessoa.

Sujeito passivo: idoso.

Tipo objetivo: delito omissivo. Consuma-se no momento da omissão e não aceita a tentativa.

Tipo subjetivo: dolo.

Pena: detenção, 6 meses a 1 ano + multa.

Causa de aumento de pena: aumento de 1/2 se resultar em lesão corporal grave; triplicada em caso de morte.

Art. 98. Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Disciplina o crime de **abandono de idoso**.

Objeto jurídico: saúde e dignidade do idoso.

Sujeito ativo: qualquer pessoa, no caso da primeira parte (crime comum); apenas o responsável por atender às necessidades básicas do idoso, no caso da segunda parte (crime próprio).

Sujeito passivo: idoso.

Tipo objetivo: em ambas condutas, se deixa o idoso à própria sorte; na conduta de abandono se trata de conduta comissiva, admitindo tentativa; na conduta de não prover necessidades se tem conduta omissiva, que não admite tentativa.

Tipo subjetivo: dolo.

Pena: detenção, 6 meses a 3 anos + multa.

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado: Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Trata-se do crime de **exposição do idoso ao perigo**.

Objeto jurídico: saúde física ou psíquica e dignidade.

Sujeito ativo: qualquer pessoa para as condutas que envolvem submissão a condições desumanas, privação de cuidados ou degradantes e sujeição a trabalho excessivo ou inadequado (crime comum); apenas os responsáveis por alimentos no caso de conduta de privação destes (crime próprio).

Sujeito passivo: idoso.

Tipo objetivo: condutas objetivas comissivas (submissão a condições degradantes ou desumanas, sujeição a trabalho excessivo ou inadequado), que admitem tentativa, e omissivas (privação de alimentos e cuidados), que não admitem.

Tipo subjetivo: dolo.

Pena: detenção, 2 meses a 1 ano + multa.

Qualificadoras: se resulta em lesão grave, pena de reclusão de 1 a 4 anos; se resulta em morte, pena de reclusão de 4 a 12 anos.

Art. 100. Constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa:

I – obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade;

É o **crime de impedimento de acesso a cargo público em razão da idade**. O objeto jurídico é a dignidade; o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa; sujeito passivo

é a pessoa idosa; tipo subjetivo é o dolo; admite tentativa porque é possível não conseguir impedir o acesso ao cargo.

II – negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho;

É o crime de **recusa de emprego ou trabalho em razão de idade**. O objeto jurídico é a dignidade; o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa; sujeito passivo é a pessoa idosa; tipo subjetivo é o dolo; não admite tentativa porque a negação é ato unissubsistente.

III – recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;

É o **crime de prestação deficitária de atendimento à saúde de idoso**. O objeto jurídico é a saúde; o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa; sujeito passivo é a pessoa idosa; tipo subjetivo é o dolo; não admite a tentativa porque a recusa/retardo/dificuldade são atos unissubsistentes.

IV – deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

É o **crime de desobediência a ordem judicial em ação civil específica**. O objeto jurídico é a administração da justiça; o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa; sujeito passivo é o Estado e os idosos; tipo subjetivo é o dolo; admite tentativa nas condutas de frustrar e retardar e não na de deixar de cumprir (é possível que não consiga frustrar ou retardar e a ordem seja cumprida de toda forma), mas não quando a deixar de cumprir ou retardar, que são condutas omissivas.

V – recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

É o **crime de obstrução à atuação do MP para instruir ação civil específica**. O objeto jurídico é o poder do MP de requisitar informações; o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa; sujeito passivo é o MP e os idosos; tipo subjetivo é o dolo; não admite tentativa porque são condutas omissivas/negativas.

Pena: reclusão, 6 meses a 1 ano + multa.

Art. 101. Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente o idoso:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Descreve o **crime de desobediência a ordem judicial em ações de interesse do idoso**.

Objeto jurídico: administração da justiça.

Sujeito ativo: qualquer pessoa.

Sujeito passivo: Estado e idoso.

Tipo subjetivo: dolo.

Tipo objetivo: não se refere a descumprir uma ordem em ação civil pública, baseada nos artigos 78 a 92 do Estatuto (artigo 100, IV, EI), mas em qualquer ação em que

o idoso seja parte ou interveniente, admitindo tentativa nas condutas de frustrar e retardar e não na de deixar de cumprir.

Pena: detenção, 6 meses a 1 ano + multa.

Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

É o **crime de apropriação ou desvio de bens ou rendimentos do idoso**.

Objeto jurídico: patrimônio.

Sujeito ativo: qualquer pessoa.

Sujeito passivo: idoso.

Tipo subjetivo: dolo.

Tipo objetivo: o crime se caracteriza com a apropriação ou o desvio, assim se consumando, aceitando tentativa caso se frustre a apropriação ou o desvio.

Pena: reclusão, 1 a 4 anos + multa.

Art. 103. Negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

É o **crime de negativa de abrigo por entidade de atendimento ao idoso**.

Objeto jurídico: saúde e patrimônio.

Sujeito ativo: responsável por entidade de atendimento ou outra pessoa com poderes de recusar abrigo (crime próprio).

Sujeito passivo: idoso.

Tipo subjetivo: dolo.

Tipo objetivo: o crime se caracteriza com a negativa de atendimento, que no caso não admite tentativa, ou com a negação de permanência, que admite tentativa, pois a pessoa pode conseguir permanecer na instituição.

Pena: detenção, 6 meses a 1 ano + multa.

Art. 104. Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

É o **crime de retenção de cartão bancário ou documento do idoso**.

Objeto jurídico: patrimônio.

Sujeito ativo: qualquer pessoa.

Sujeito passivo: idoso.

Tipo subjetivo: dolo.

Tipo objetivo: se consuma com a retenção, não admitindo tentativa. Caso resulte em apropriação de rendimentos, enquadra-se no artigo 102.

Pena: detenção, 6 meses a 2 anos + multa.

Art. 105. Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa do idoso:

Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Trata-se do **crime de publicidade depreciativa ou injuriosa à pessoa idosa**.

Objeto jurídico: dignidade, honra e imagem.

Sujeito ativo: qualquer pessoa.

Sujeito passivo: idoso.

Tipo subjetivo: dolo.

Tipo objetivo: se consuma com a exibição ou veiculação, que por serem condutas comissivas admitem tentativa.

Pena: detenção, 1 a 3 anos + multa.

Art. 106. Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Trata-se do **crime de indução de pessoa idosa sem discernimento a dispor de seus bens**.

Objeto jurídico: patrimônio.

Sujeito ativo: qualquer pessoa.

Sujeito passivo: idoso sem lucidez (não importa se não foi interditado).

Tipo subjetivo: dolo.

Tipo objetivo: se consuma com o ato de outorga, cabendo tentativa em tese.

Pena: reclusão, 2 a 4 anos.

Art. 107. Coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Trata-se de crime de coação de pessoa idosa à dilatação de seu patrimônio.

Objeto jurídico: liberdade e patrimônio.

Sujeito ativo: qualquer pessoa.

Sujeito passivo: idoso.

Tipo subjetivo: dolo.

Tipo objetivo: se consuma com a coação, cabendo em tese tentativa se a coação não gerar o resultado esperado.

Pena: reclusão, 2 a 5 anos.

Art. 108. Lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Lavratura de ato notarial sem representação legal do idoso incapaz

Objeto jurídico: patrimônio.

Sujeito ativo: tabelião ou escrivão público, ou escrevente de cartório de registros públicos (crime próprio).

Sujeito passivo: idoso sem lucidez (não importa se não foi interditado).

Tipo subjetivo: dolo.

Tipo objetivo: se consuma com o ato de lavratura, cabendo tentativa.

Pena: reclusão, 2 a 4 anos.

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO): DO PORTE (ART. 6º AO 11º); DOS CRIMES E DAS PENAS (ART.12 AO 21)

Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).

A Lei nº 10.826/2003, o denominado Estatuto do Desarmamento, atrás elem das regras administrativas para registro e porte arma de fogo algumas infrações penais próprias para os casos em que envolve arma de fogo de uso particular. Sempre destacar os termo “uso permitido” e “uso restrito” ou “proibido”.

Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.

Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade. Inclui também o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato.

Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de **uso permitido**, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime.

Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de **uso proibido ou restrito**, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Incorre nestas mesmas condições quem:

- suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato.
- modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz.
- possuir, deter, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado.

- vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente.
- produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.

Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência.

Constitui tráfico internacional a conduta de importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente.

Nestes últimos crimes a pena é aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.

ARTIGOS DA LEI:

**CAPÍTULO III
DO PORTE**

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II – os integrantes de órgãos referidos nos incisos I, II, III, IV e V do caput do art. 144 da Constituição Federal e os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP); (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei; (Vide ADIN 5538) (Vide ADIN 5948)

IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço; (Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004) (Vide ADIN 5538) (Vide ADIN 5948)

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; (Vide Decreto nº 9.685, de 2019)

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal;
VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X - integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário. (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007)

XI - os tribunais do Poder Judiciário descritos no art. 92 da Constituição Federal e os Ministérios Públicos da União e dos Estados, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, na forma de regulamento a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do caput deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V e VI. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º-A (Revogado pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º-B. Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam: (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

I - submetidos a regime de dedicação exclusiva; (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

II - sujeitos à formação funcional, nos termos do regulamento; e (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

III - subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno. (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

§ 1º-C. (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII e X do caput deste artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do caput do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Ministério da Justiça. (Redação dada pela Lei nº 10.884, de 2004)

§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.

§ 5º Aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência

alimentar familiar será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de uso permitido, de tiro simples, com 1 (um) ou 2 (dois) canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16 (dezesseis), desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

I - documento de identificação pessoal; (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

II - comprovante de residência em área rural; e (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

III - atestado de bons antecedentes. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 6º O caçador para subsistência que der outro uso à sua arma de fogo, independentemente de outras tipificações penais, responderá, conforme o caso, por porte ilegal ou por disparo de arma de fogo de uso permitido. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 7º Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

Art. 7º As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo essas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da empresa.

§ 1º O proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança privada e de transporte de valores responderá pelo crime previsto no parágrafo único do art. 13 desta Lei, sem prejuízo das demais sanções administrativas e civis, se deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.

§ 2º A empresa de segurança e de transporte de valores deverá apresentar documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei quanto aos empregados que portarão arma de fogo.

§ 3º A listagem dos empregados das empresas referidas neste artigo deverá ser atualizada semestralmente junto ao Sinarm.

Art. 7º-A. As armas de fogo utilizadas pelos servidores das instituições descritas no inciso XI do art. 6º serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas instituições, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo estas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da instituição. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 1º A autorização para o porte de arma de fogo de que trata este artigo independe do pagamento de taxa. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 2º O presidente do tribunal ou o chefe do Ministério Público designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do número de servidores que exerçam funções de segurança. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 3º O porte de arma pelos servidores das instituições de que trata este artigo fica condicionado à apresentação de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei, bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 4º A listagem dos servidores das instituições de que trata este artigo deverá ser atualizada semestralmente no Sinarm. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 5º As instituições de que trata este artigo são obrigadas a registrar ocorrência policial e a comunicar à Polícia Federal eventual perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

Art. 8º As armas de fogo utilizadas em entidades desportivas legalmente constituídas devem obedecer às condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, respondendo o possuidor ou o autorizado a portar a arma pela sua guarda na forma do regulamento desta Lei.

Art. 9º Compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:

I – demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;

II – atender às exigências previstas no art. 4º desta Lei;

III – apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.

§ 2º A autorização de porte de arma de fogo, prevista neste artigo, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.

Art. 11. Fica instituída a cobrança de taxas, nos valores constantes do Anexo desta Lei, pela prestação de serviços relativos:

I – ao registro de arma de fogo;

II – à renovação de registro de arma de fogo;

III – à expedição de segunda via de registro de arma de fogo;

IV – à expedição de porte federal de arma de fogo;

V – à renovação de porte de arma de fogo;

VI – à expedição de segunda via de porte federal de arma de fogo.

§ 1º Os valores arrecadados destinam-se ao custeio e à manutenção das atividades do Sinarm, da Polícia Federal e do Comando do Exército, no âmbito de suas respectivas responsabilidades.

§ 2º São isentas do pagamento das taxas previstas neste artigo as pessoas e as instituições a que se referem os incisos I a VII e X e o § 5º do art. 6º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

Art. 11-A. O Ministério da Justiça disciplinará a forma e as condições do credenciamento de profissionais pela Polícia Federal para comprovação da aptidão psicológica e da capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º Na comprovação da aptidão psicológica, o valor cobrado pelo psicólogo não poderá exceder ao valor médio dos honorários profissionais para realização de avaliação psicológica constante do item 1.16 da tabela do Conselho Federal de Psicologia. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 2º Na comprovação da capacidade técnica, o valor cobrado pelo instrutor de armamento e tiro não poderá exceder R\$ 80,00 (oitenta reais), acrescido do custo da munição. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 3º A cobrança de valores superiores aos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo implicará o descredenciamento do profissional pela Polícia Federal. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

CAPÍTULO IV DOS CRIMES E DAS PENAS

Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Omissão de cautela

Art. 13. Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrem o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia

Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato.

Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente. (Vide Adin 3.112-1)

Disparo de arma de fogo

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável. (Vide Adin 3.112-1)

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato;

II – modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz;

III – possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

V – vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente; e

VI – produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.

Comércio ilegal de arma de fogo

Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. Parágrafo único. Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência. Tráfico internacional de arma de fogo

Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 19. Nos crimes previstos nos arts. 17 e 18, a pena é aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.

Art. 20. Nos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, a pena é aumentada da metade se forem praticados por integrante dos órgãos e empresas referidas nos arts. 6º, 7º e 8º desta Lei.

Art. 21. Os crimes previstos nos arts. 16, 17 e 18 são insuscetíveis de liberdade provisória. (Vide Adin 3.112-1)

LEI Nº 11.340 DE 07 DE AGOSTO DE 2006 (LEI “MARIA DA PENHA”): ART. 1º AO 7º.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asse-

guradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

LEI Nº 4.898, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1965 (LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE): ART. 3º AO 6º.

LEI Nº 4.898/1965 E SUAS ALTERAÇÕES (ABUSO DE AUTORIDADE).

O direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, contra as autoridades que, no exercício de suas funções, cometerem abusos, são regulados pela Lei nº 4.898/1965.

O direito de representação será exercido por meio de petição dirigida à autoridade superior que tiver competência legal para aplicar, à autoridade civil ou militar culpada, a respectiva sanção. Ou dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada.

A representação acima citada será feita em duas vias e conterá a exposição do fato constitutivo do abuso de autoridade, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e o rol de testemunhas, no máximo de três, se as houver.

Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

- à liberdade de locomoção.
- à inviolabilidade do domicílio.
- ao sigilo da correspondência.
- à liberdade de consciência e de crença.
- ao livre exercício do culto religioso.
- à liberdade de associação.

- aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto.
- ao direito de reunião.
- à incolumidade física do indivíduo.
- aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.

Constitui também abuso de autoridade:

- ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.
- levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei.
- cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor.
- recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa.
- o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal.
- prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade.

Considera-se autoridade, para os efeitos desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal.

A sanção administrativa será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e consistirá em:

- advertência.
- repreensão.
- suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens.
- destituição de função.
- demissão.
- demissão, a bem do serviço público.

A sanção civil, caso não seja possível fixar o valor do dano, consistirá no pagamento de uma indenização.

A sanção penal será aplicada de acordo com as regras do CP e consistirá em:

- multa.
- detenção por dez dias a seis meses
- perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.

As penas previstas poderão ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.

Recebida a representação em que for solicitada a aplicação de sanção administrativa, a autoridade civil ou militar competente determinará a instauração de inquérito para apurar o fato.

A ação penal será iniciada, independentemente de inquérito policial ou justificação por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso.

Apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de quarenta e oito horas, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, e requererá ao Juiz a sua citação, e, bem assim, a designação de audiência de instrução e julgamento.

Se a ato ou fato constitutivo do abuso de autoridade houver deixado vestígios o ofendido ou o acusado poderá promover a comprovação da existência de tais vestígios, por meio de duas testemunhas qualificadas. Ou requerer ao Juiz, até setenta e duas horas antes da audiência de instrução e julgamento, a designação de um perito para fazer as verificações necessárias.

Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia requerer o arquivamento da representação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da representação ao Procurador-Geral e este oferecerá a denúncia, ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la ou insistirá no arquivamento, ao qual só então deverá o Juiz atender.

Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo fixado nesta lei, será admitida ação privada. O órgão do Ministério Público poderá, porém, aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva e intervir em todos os termos do processo, interpor recursos e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

Recebidos os autos, o Juiz, dentro do prazo de quarenta e oito horas, proferirá despacho, recebendo ou rejeitando a denúncia.

No despacho em que receber a denúncia, o Juiz designará, desde logo, dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, que deverá ser realizada, improrrogavelmente, dentro de cinco dias.

A citação do réu para se ver processar, até julgamento final e para comparecer à audiência de instrução e julgamento, será feita por mandado sucinto que, será acompanhado da segunda via da representação e da denúncia.

As testemunhas de acusação e defesa poderão ser apresentada em juízo, independentemente de intimação.

A audiência de instrução e julgamento será pública, se contrariamente não dispuser o Juiz, e realizar-se-á em dia útil, entre dez (10) e dezoito (18) horas, na sede do Juízo ou, excepcionalmente, no local que o Juiz designar.

Aberta a audiência o Juiz fará a qualificação e o interrogatório do réu, se estiver presente.

Depois de ouvidas as testemunhas e o perito, o Juiz dará a palavra sucessivamente, ao Ministério Público ou ao advogado que houver subscrito a queixa e ao advogado ou defensor do réu, pelo prazo de quinze minutos para cada um, prorrogável por mais dez (10), a critério do Juiz.

Encerrado o debate, o Juiz proferirá imediatamente a sentença.

ARTIGOS DA LEI:

Art. 3º. Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

- a) à liberdade de locomoção;
- b) à inviolabilidade do domicílio;
- c) ao sigilo da correspondência;
- d) à liberdade de consciência e de crença;
- e) ao livre exercício do culto religioso;
- f) à liberdade de associação;
- g) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto;
- h) ao direito de reunião;
- i) à incolumidade física do indivíduo;
- j) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional. (Incluído pela Lei nº 6.657, de 05/06/79)

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

- a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;
- b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;
- c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;
- d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;
- e) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei;
- f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor;
- g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa;
- h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal;
- i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade. (Incluído pela Lei nº 7.960, de 21/12/89)

Art. 5º Considera-se autoridade, para os efeitos desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

Art. 6º O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal.

§ 1º A sanção administrativa será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e consistirá em:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens;
- d) destituição de função;
- e) demissão;
- f) demissão, a bem do serviço público.

§ 2º A sanção civil, caso não seja possível fixar o valor do dano, consistirá no pagamento de uma indenização de quinhentos a dez mil cruzeiros.

§ 3º A sanção penal será aplicada de acordo com as regras dos artigos 42 a 56 do Código Penal e consistirá em:

- a) multa de cem a cinco mil cruzeiros;
 - b) detenção por dez dias a seis meses;
 - c) perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.
- § 4º As penas previstas no parágrafo anterior poderão ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

§ 5º Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. Ano: 2009 Banca: FUNRIO Órgão: PRF Prova: FUNRIO - 2009 - PRF - Policial Rodoviário Federal

A lei n.º 4.898/65 regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal. Dessa forma, constitui também abuso de autoridade

- a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento autorizado em lei.
- c) comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;
- d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção legal que lhe seja comunicada
- e) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor.

Resposta: Letra A. De forma expressa o artigo 4º, inc. I da Lei 4.898/65 diz que: Constitui também abuso de autoridade: a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder

**LEI FEDERAL Nº 10826/2003 (ATUALIZADA)
- DISPÕE SOBRE REGISTRO, POSSE E
COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO E
MUNIÇÃO, SOBRE O SISTEMA NACIONAL
DE ARMAS – SINARM, DEFINE CRIMES E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

“As regras para se comprar uma arma e os mecanismos de controle destas no Brasil sempre foram falhos ou praticamente inexistentes. Isto gerou, por muitos anos, uma grande entrada de armas em circulação no país. O fácil acesso às armas de fogo sempre transformou os conflitos existentes na sociedade brasileira em tragédias.

Em 1997, apareceram os primeiros movimentos pró-desarmamento no Brasil e o controle de armas de fogo começou a entrar na pauta de preocupações nacional. Neste mesmo ano, houve a primeira mudança na legislação, ainda bastante insipiente frente à realidade brasileira. Afinal, mais de 80% dos crimes eram cometidos por armas de fogo.

Os movimentos não pararam. Organizações passaram a realizar eventos e atos públicos chamando a atenção da população brasileira. Somando-se a isso, os dados e pesquisas que apareciam mostravam relação direta entre o fácil acesso às armas de fogo e o aumento do número de homicídios, comprovando que quanto mais armas em circulação, mais morte.

Em junho de 2003, foi organizada uma Marcha Silenciosa, com sapatos de vítimas de armas de fogo em frente ao congresso nacional. Este fato chamou bastante atenção da mídia e da opinião pública. Os legisladores tomaram para si o tema e criaram uma comissão mista, com deputados federais e senadores para formular uma nova lei. Esta comissão analisou todos os projetos que falavam sobre o tema nas duas casas e reescreveram uma lei conjunta: o Estatuto do Desarmamento.

Depois de redigido, faltava a aprovação, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. O Estatuto foi facilmente aprovado no Senado, mas logo em seguida ficou, mais de 3 meses parado esperando a aprovação na Câmara dos Deputados. Lá enfrentou o poderosíssimo lobby das armas, ou seja, deputados federais que na sua maioria tiveram as campanhas financiadas pelas indústrias de armas e munições, a chamada Bancada da Bala.

No entanto, a pressão popular foi mais forte e o Estatuto foi aprovado em outubro de 2004 na Câmara dos Deputados. Voltou para o Senado novamente onde outra vez foi aprovado rapidamente. No dia 23 de Dezembro o Estatuto do Desarmamento foi sancionado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva⁷³.

Alguns pontos essenciais do Estatuto merecem destaque em separado:

1) Armas

O estatuto do desarmamento se aplica apenas às armas de fogo, munições e acessórios. Não se aplica às armas brancas.

As armas podem ser próprias quando fabricadas para serem armas desde a sua origem, ou impróprias quando não tem como finalidade ser arma mas ser usada como tal.

73 <http://www.deolhonoestatuto.org.br/>

2) Registro

Posse ou guarda - artigo 5º.

A finalidade é autorizar o proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua casa, domicílio ou local de trabalho.

A falta de registro leva à criminalização - artigo 12.

Posse irregular de arma: delito previsto no artigo 12. A posse irregular é a posse sem registro. Trata-se de crime comum (qualquer pessoa pode praticar), de perigo abstrato (presume-se o perigo), de conteúdo múltiplo ou variado (mais de um verbo no tipo - possuir ou guardar), unissubjetivo (pode ser praticado por uma só pessoa), doloso, para o qual não se admite tentativa.

3) SINARM

As armas de fogo possuem algumas características como: marca, calibre, quantidade de cartuchos (balas), e outras mais complexas, como tipo da coronha, raias, etc. Existem ainda as armas comuns como garruchas e revólveres, que se diferenciam das armas automáticas, como pistolas, metralhadoras e outras impróprias para o uso comum, que são utilizadas pelas polícias em operações especiais. Cabe ao SINARM catalogar e registrar todas as armas em circulação no Brasil.

Assim, o Sistema Nacional de Armas (SINARM), instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, com circunscrição em todo o território nacional, é responsável pelo controle de armas de fogo em poder da população, conforme previsto na Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento).

4) Porte

Autoriza a pessoa a ter a arma consigo fora de casa ou do trabalho. Para ter porte, precisa ter posse.

O porte de uso para pessoas comuns em regra não é permitido - artigo 10.

O porte para funcionários de segurança e colecionadores que participam de eventos esportivos é eventual, ou seja, somente é aceito em algumas situações - artigos 6º e 9º.

Magistratura e Ministério Público possuem porte funcional, assegurado nas respectivas leis orgânicas.

No porte ilegal não interessa se a arma é permitida ou de uso restrito, se há registro ou não. Significa ter a arma consigo fora dos limites do trabalho e da residência, sem autorização para isso, o que já constitui ato ilícito. Logo, uma pessoa pode ter a posse legal ou regular (arma registrada) e praticar o crime de porte ilegal, previsto no artigo 14. Caso a posse seja ilegal, o delito é o do artigo 16.

O porte ilegal de arma do artigo 14 é um crime comum (qualquer pessoa pode cometer), de merda conduzida (não depende de resultado), de perigo abstrato (não precisa sacar a arma), conteúdo múltiplo (13 núcleos de tipo), unissubjetivo (basta ser praticado por 1 pessoa). Seu objeto material é a arma ou acessório de uso permitido devidamente numerado.

O tipo do artigo 16 se aplica tanto ao porte quanto à posse de arma de uso restrito (mesma classificação do artigo 14). O parágrafo único traz 6 ações diferentes que constituem crimes autônomos.

5) Prazo de regularização da arma ou entrega - artigos 30 a 32

O prazo limite foi prorrogado e já se encerrou em 31 de dezembro de 2009 - artigo 20 (Lei nº 11706/08). Trata-se de *abolitio criminis* temporária: o fato deixa de ser considerado crime por algum tempo.

Os artigos 30 a 32 se aplicam só à posse, não ao porte. O artigo 30 fala que só se aplica à arma de uso permitido. O artigo 31 fala em arma regularmente adquirida, presumindo-se logicamente que só se aplica às armas de uso permitido, porque não é possível adquirir regularmente arma de uso proibido. Já o artigo 32 não é expresso quanto à aplicação restrita às armas de uso permitido. Isto criou uma divergência nos tribunais, que majoritariamente (inclusive STJ) têm decidido que não se aplica às armas de uso proibido.

6) Exame pericial

Posição amplamente majoritária diz que o exame pericial é indispensável. A minoritária parte do pressuposto de que o que a polícia diz que é arma, é arma. O laudo é nulo se o exame pericial for feito pelos policiais que fizeram a prisão em flagrante.

7) Arma com defeito

Se o defeito existia e não era possível disparar a arma, a doutrina majoritária diz que não há crime, porque não existe arma de fogo; a doutrina minoritária diz que há crime, porque o objetivo da lei é proteger a segurança pública.

8) Arma sem munição

Existem 3 posições: exige munição, porque não há crime sem potencialidade lesiva; no se exige munição, desde que ela esteja ao alcance (ex: arma no porta-malas e munição no bolso); não interessa se a arma está com munição ou não por causa da objetividade jurídica, que é proteger a segurança e a incolumidade (majoritária, recomendável para o concurso da PRF).

9) Concurso de crimes

- Posse de mais de 1 arma: jurisprudência diz que é um só crime.
- Posse de 1 arma e de munição de calibre diferente: 2 crimes em concurso formal.
- Posse só de munição: 1 só crime independente da quantidade.

10) Disparo

Previsto no artigo 15. Trata-se de crime comum, de mera conduta, unissubjetivo, de perigo abstrato. Seu objeto jurídico é a proteção da incolumidade pública. Seu objeto material é a arma de fogo ou munição. O crime é subsidiário, pois é preciso que não se tenha como finalidade a prática de outro crime (ex: tentativa de homicídio). Consuma-se com o disparo.

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.

*Dispõe sobre **registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.***

CAPÍTULO I DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS

Art. 1º O Sistema Nacional de Armas – Sinarm, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional.

Art. 2º Ao Sinarm compete:

I – identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro;

II – cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País;

III – cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal;

IV – cadastrar as transferências de propriedade, extravio, furto, roubo e outras ocorrências suscetíveis de alterar os dados cadastrais, inclusive as decorrentes de fechamento de empresas de segurança privada e de transporte de valores;

V – identificar as modificações que alterem as características ou o funcionamento de arma de fogo;

VI – integrar no cadastro os acervos policiais já existentes;

VII – cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais;

VIII – cadastrar os armeiros em atividade no País, bem como conceder licença para exercer a atividade;

IX – cadastrar mediante registro os produtores, atacadistas, varejistas, exportadores e importadores autorizados de armas de fogo, acessórios e munições;

X – cadastrar a identificação do cano da arma, as características das impressões de raio e de microestriamento de projétil disparado, conforme marcação e testes obrigatoriamente realizados pelo fabricante;

XI – informar às Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal os registros e autorizações de porte de armas de fogo nos respectivos territórios, bem como manter o cadastro atualizado para consulta.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não alcançam as armas de fogo das Forças Armadas e Auxiliares, bem como as demais que constem dos seus registros próprios.

CAPÍTULO II DO REGISTRO

Art. 3º É obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente.

Parágrafo único. As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento desta Lei.

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I – comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

§ 1º O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

§ 2º A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida no regulamento desta Lei.

§ 3º A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente, como também a manter banco de dados com todas as características da arma e cópia dos documentos previstos neste artigo.

§ 4º A empresa que comercializa armas de fogo, acessórios e munições responde legalmente por essas mercadorias, ficando registradas como de sua propriedade enquanto não forem vendidas.

§ 5º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

§ 6º A expedição da autorização a que se refere o § 1º será concedida, ou recusada com a devida fundamentação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do requerimento do interessado.

§ 7º O registro precário a que se refere o § 4º prescinde do cumprimento dos requisitos dos incisos I, II e III deste artigo.

§ 8º Estará dispensado das exigências constantes do inciso III do caput deste artigo, na forma do regulamento, o interessado em adquirir arma de fogo de uso permitido que comprove estar autorizado a portar arma com as mesmas características daquela a ser adquirida.

Art. 5º O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

§ 1º O certificado de registro de arma de fogo será expedido pela Polícia Federal e será precedido de autorização do Sinarm.

§ 2º Os requisitos de que tratam os incisos I, II e III do art. 4º deverão ser comprovados periodicamente, em período não inferior a 3 (três) anos, na conformidade do estabelecido no regulamento desta Lei, para a renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo.

§ 3º O proprietário de arma de fogo com certificados de registro de propriedade expedido por órgão estadual ou do Distrito Federal até a data da publicação desta Lei que não optar pela entrega espontânea pre-

vista no art. 32 desta Lei deverá renová-lo mediante o pertinente registro federal, até o dia 31 de dezembro de 2008, ante a apresentação de documento de identificação pessoal e comprovante de residência fixa, ficando dispensado do pagamento de taxas e do cumprimento das demais exigências constantes dos incisos I a III do caput do art. 4º desta Lei.

§ 4º Para fins do cumprimento do disposto no § 3º deste artigo, o proprietário de arma de fogo poderá obter, no Departamento de Polícia Federal, certificado de registro provisório, expedido na rede mundial de computadores - internet, na forma do regulamento e obedecidos os procedimentos a seguir:

I - emissão de certificado de registro provisório pela internet, com validade inicial de 90 (noventa) dias; e
II - revalidação pela unidade do Departamento de Polícia Federal do certificado de registro provisório pelo prazo que estimar como necessário para a emissão definitiva do certificado de registro de propriedade.

CAPÍTULO III DO PORTE

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II – os integrantes de órgãos referidos nos incisos I, II, III, IV e V do caput do art. 144 da Constituição Federal e os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP);

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei;

IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço;

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal;

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X – integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário.

XI – os tribunais do Poder Judiciário descritos no art. 92 da Constituição Federal e os Ministérios Públicos da União e dos Estados, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, na forma de

regulamento a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do caput deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V e VI.

§ 1º-A (Revogado)

§ 1º-B. Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam:

I - submetidos a regime de dedicação exclusiva;

II - sujeitos à formação funcional, nos termos do regulamento; e

III - subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno.

§ 1º-C. (VETADO).

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII e X do caput deste artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do caput do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Ministério da Justiça.

§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.

§ 5º Aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de uso permitido, de tiro simples, com 1 (um) ou 2 (dois) canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16 (dezesseis), desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:

I - documento de identificação pessoal;

II - comprovante de residência em área rural; e

III - atestado de bons antecedentes.

§ 6º O caçador para subsistência que der outro uso à sua arma de fogo, independentemente de outras tipificações penais, responderá, conforme o caso, por porte ilegal ou por disparo de arma de fogo de uso permitido.

§ 7º Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço.

Art. 7º As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo essas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da empresa.

§ 1º O proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança privada e de transporte de valores responderá pelo crime previsto no parágrafo único do art. 13 desta Lei, sem prejuízo das demais sanções administrativas e civis, se deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.

§ 2º A empresa de segurança e de transporte de valores deverá apresentar documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei quanto aos empregados que portarão arma de fogo.

§ 3º A listagem dos empregados das empresas referidas neste artigo deverá ser atualizada semestralmente junto ao Sinarm.

Art. 7º-A. As armas de fogo utilizadas pelos servidores das instituições descritas no inciso XI do art. 6º serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas instituições, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo estas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da instituição.

§ 1º A autorização para o porte de arma de fogo de que trata este artigo independe do pagamento de taxa.

§ 2º O presidente do tribunal ou o chefe do Ministério Público designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do número de servidores que exerçam funções de segurança.

§ 3º O porte de arma pelos servidores das instituições de que trata este artigo fica condicionado à apresentação de documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes do art. 4º desta Lei, bem como à formação funcional em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

§ 4º A listagem dos servidores das instituições de que trata este artigo deverá ser atualizada semestralmente no Sinarm.

§ 5º As instituições de que trata este artigo são obrigadas a registrar ocorrência policial e a comunicar à Polícia Federal eventual perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato.

Art. 8º As armas de fogo utilizadas em entidades desportivas legalmente constituídas devem obedecer às condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, respondendo o possuidor ou o autorizado a portar a arma pela sua guarda na forma do regulamento desta Lei.

Art. 9º Compete ao Ministério da Justiça a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, ao Comando do Exército, nos termos do regulamento desta Lei, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:

I – demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;

II – atender às exigências previstas no art. 4º desta Lei;

III – apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.

§ 2º A autorização de porte de arma de fogo, prevista neste artigo, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.

Art. 11. Fica instituída a cobrança de taxas, nos valores constantes do Anexo desta Lei, pela prestação de serviços relativos:

I – ao registro de arma de fogo;

II – à renovação de registro de arma de fogo;

III – à expedição de segunda via de registro de arma de fogo;

IV – à expedição de porte federal de arma de fogo;

V – à renovação de porte de arma de fogo;

VI – à expedição de segunda via de porte federal de arma de fogo.

§ 1º Os valores arrecadados destinam-se ao custeio e à manutenção das atividades do Sinarm, da Polícia Federal e do Comando do Exército, no âmbito de suas respectivas responsabilidades.

§ 2º São isentas do pagamento das taxas previstas neste artigo as pessoas e as instituições a que se referem os incisos I a VII e X e o § 5º do art. 6º desta Lei.

Art. 11-A. O Ministério da Justiça disciplinará a forma e as condições do credenciamento de profissionais pela Polícia Federal para comprovação da aptidão psicológica e da capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo.

§ 1º Na comprovação da aptidão psicológica, o valor cobrado pelo psicólogo não poderá exceder ao valor médio dos honorários profissionais para realização de avaliação psicológica constante do item 1.16 da tabela do Conselho Federal de Psicologia.

§ 2º Na comprovação da capacidade técnica, o valor cobrado pelo instrutor de armamento e tiro não poderá exceder R\$ 80,00 (oitenta reais), acrescido do custo da munição.

§ 3º A cobrança de valores superiores aos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo implicará o descredenciamento do profissional pela Polícia Federal.

CAPÍTULO IV DOS CRIMES E DAS PENAS

Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Omissão de cautela

Art. 13. Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrem o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato.

Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente. (Vide Adin 3.112-1)

Disparo de arma de fogo

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável. (Vide Adin 3.112-1)

Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou

munção de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato;

II – modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz;

III – possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

V – vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munção ou explosivo a criança ou adolescente; e

VI – produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munção ou explosivo.

Comércio ilegal de arma de fogo

Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munção, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único. Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência.

Tráfico internacional de arma de fogo

Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munção, sem autorização da autoridade competente:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 19. Nos crimes previstos nos arts. 17 e 18, a pena é aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munção forem de uso proibido ou restrito.

Art. 20. Nos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, a pena é aumentada da metade se forem praticados por integrante dos órgãos e empresas referidas nos arts. 6º, 7º e 8º desta Lei.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. O Ministério da Justiça poderá celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal para o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 23. A classificação legal, técnica e geral bem como a definição das armas de fogo e demais produtos controlados, de usos proibidos, restritos, permitidos ou

obsoletos e de valor histórico serão disciplinadas em ato do chefe do Poder Executivo Federal, mediante proposta do Comando do Exército.

§ 1º Todas as munições comercializadas no País deverão estar acondicionadas em embalagens com sistema de código de barras, gravado na caixa, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente, entre outras informações definidas pelo regulamento desta Lei.

§ 2º Para os órgãos referidos no art. 6º, somente serão expedidas autorizações de compra de munção com identificação do lote e do adquirente no culote dos projéteis, na forma do regulamento desta Lei.

§ 3º As armas de fogo fabricadas a partir de 1 (um) ano da data de publicação desta Lei conterão dispositivo intrínseco de segurança e de identificação, gravado no corpo da arma, definido pelo regulamento desta Lei, exclusive para os órgãos previstos no art. 6º.

§ 4º As instituições de ensino policial e as guardas municipais referidas nos incisos III e IV do caput do art. 6º desta Lei e no seu § 7º poderão adquirir insumos e máquinas de recarga de munção para o fim exclusivo de suprimento de suas atividades, mediante autorização concedida nos termos definidos em regulamento.

Art. 24. Excetuadas as atribuições a que se refere o art. 2º desta Lei, compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores.

Art. 25. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei.

§ 1º As armas de fogo encaminhadas ao Comando do Exército que receberem parecer favorável à doação, obedecidos o padrão e a dotação de cada Força Armada ou órgão de segurança pública, atendidos os critérios de prioridade estabelecidos pelo Ministério da Justiça e ouvido o Comando do Exército, serão arroladas em relatório reservado trimestral a ser encaminhado àquelas instituições, abrindo-se-lhes prazo para manifestação de interesse.

§ 2º O Comando do Exército encaminhará a relação das armas a serem doadas ao juiz competente, que determinará o seu perdimento em favor da instituição beneficiada.

§ 3º O transporte das armas de fogo doadas será de responsabilidade da instituição beneficiada, que procederá ao seu cadastramento no Sinarm ou no Sigma § 4º (VETADO)

§ 5º O Poder Judiciário instituirá instrumentos para o encaminhamento ao Sinarm ou ao Sigma, conforme se trate de arma de uso permitido ou de uso restrito, semestralmente, da relação de armas acauteladas em juízo, mencionando suas características e o local onde se encontram.

Art. 26. São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição as réplicas e os simulacros destinados à instrução, ao adestramento, ou à coleção de usuário autorizado, nas condições fixadas pelo Comando do Exército.

Art. 27. Caberá ao Comando do Exército autorizar, excepcionalmente, a aquisição de armas de fogo de uso restrito.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às aquisições dos Comandos Militares.

Art. 28. É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das entidades constantes dos incisos I, II, III, V, VI, VII e X do caput do art. 6º desta Lei.

Art. 29. As autorizações de porte de armas de fogo já concedidas expirar-se-ão 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

Parágrafo único. O detentor de autorização com prazo de validade superior a 90 (noventa) dias poderá renová-la, perante a Polícia Federal, nas condições dos arts. 4º, 6º e 10 desta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação, sem ônus para o requerente.

Art. 30. Os possuidores e proprietários de arma de fogo de uso permitido ainda não registrada deverão solicitar seu registro até o dia 31 de dezembro de 2008, mediante apresentação de documento de identificação pessoal e comprovante de residência fixa, acompanhados de nota fiscal de compra ou comprovação da origem lícita da posse, pelos meios de prova admitidos em direito, ou declaração firmada na qual constem as características da arma e a sua condição de proprietário, ficando este dispensado do pagamento de taxas e do cumprimento das demais exigências constantes dos incisos I a III do caput do art. 4º desta Lei.

Parágrafo único. Para fins do cumprimento do disposto no caput deste artigo, o proprietário de arma de fogo poderá obter, no Departamento de Polícia Federal, certificado de registro provisório, expedido na forma do § 4º do art. 5º desta Lei.

Art. 31. Os possuidores e proprietários de armas de fogo adquiridas regularmente poderão, a qualquer tempo, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e indenização, nos termos do regulamento desta Lei.

Art. 32. Os possuidores e proprietários de arma de fogo poderão entregá-la, espontaneamente, mediante recibo, e, presumindo-se de boa-fé, serão indenizados, na forma do regulamento, ficando extinta a punibilidade de eventual posse irregular da referida arma.

Art. 33. Será aplicada multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme especificar o regulamento desta Lei:

I – à empresa de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial ou lacustre que deliberadamente, por qualquer meio, faça, promova, facilite ou permita o transporte de arma ou munição sem a devida autorização ou com inobservância das normas de segurança;

II – à empresa de produção ou comércio de armamentos que realize publicidade para venda, estimulando o uso indiscriminado de armas de fogo, exceto nas publicações especializadas.

Art. 34. Os promotores de eventos em locais fechados, com aglomeração superior a 1000 (um mil) pessoas, adotarão, sob pena de responsabilidade, as providências necessárias para evitar o ingresso de pessoas armadas, ressalvados os eventos garantidos pelo inciso VI do art. 5º da Constituição Federal.

Parágrafo único. As empresas responsáveis pela prestação dos serviços de transporte internacional e interestadual de passageiros adotarão as providências necessárias para evitar o embarque de passageiros armados.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei.

§ 1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

§ 2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 36. É revogada a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 474 DE 22 DE JUNHO DE 2006 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE OURINHOS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 474 DE 22 DE JUNHO DE 2006.

A Câmara Municipal de Ourinhos, aprovou em sessão do dia 19 de junho de 2006 e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Esta Lei Complementar reformula e atualiza o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos, aplicável aos servidores da Administração Direta, da Câmara Municipal, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município.

Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

I - cargo público é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento a ser pago pelos cofres públicos;

II - servidor público é toda pessoa física legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão;

III - classes são os graus dos cargos, hierarquizados em carreira, que representam as perspectivas de desenvolvimento funcional;

IV - carreira é a estruturação dos cargos em classes;

V - cargo isolado é aquele que não constitui carreira.

TÍTULO II DO PROVIMENTO E DO EXERCÍCIO

Capítulo I DO PROVIMENTO

Seção I Disposições Gerais

Art. 3º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira, salvo exceção estabelecida em legislação federal autorizada pela Constituição Federal;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a regularidade com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e, no caso de profissões regulamentadas por legislação federal específica, apresentação da carteira profissional expedida pelo órgão de classe respectivo;

V - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI - não ter sentença penal condenatória transitada em julgado contra si, pela prática de crime doloso contra a vida, o patrimônio ou a administração pública, assim definidos no Código Penal;

VII - aptidão física e mental.

Parágrafo único. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras. Para tais pessoas serão reservadas, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, no percentual e nas condições a serem definidas em cada edital de concurso público. Caso a aplicação do percentual de que trata este parágrafo resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Art. 4º O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada poder.

Art. 5º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 6º São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação;

II - promoção;

III - readaptação;

IV - reversão;

V - aproveitamento;

VI - reintegração;

VII - recondução.

Seção II Do Concurso Público

Art. 7º Nos concursos públicos, a inscrição do candidato estará condicionada ao pagamento do valor fixado no edital.

Art. 8º O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez por igual período. (Redação dada pela Lei Complementar nº 719/2011)

§ 1º As condições do concurso público serão fixadas em edital, que será publicado no Diário Oficial do Município, onde deverão constar, entre outros, os seguintes requisitos:

I - o prazo de validade do concurso;

II - os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, tal como o grau de instrução exigível, a ser comprovado no momento da convocação, mediante apresentação de documentação competente;

III - número de vagas a serem preenchidas em cada cargo, distribuídas por especialização ou disciplina, quando for o caso, com o respectivo vencimento e definição de carga horária.

§ 2º Salvo em situações justificadas não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior para o mesmo cargo, com prazo de validade não expirado.

Seção III Da Nomeação Subseção I Disposições Gerais

Art. 9º A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou constituído em carreira;

II - em comissão, para cargos definidos na lei como de direção, chefia e assessoramento, de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente;

III - em função gratificada, exercida exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos.

Art. 10 A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela legislação municipal pertinente.

Art. 11 O Prefeito, ao dar provimento aos cargos em comissão, mediante ato de nomeação, deverá observar para que, preferencialmente, 30% (trinta por cento) de suas vagas sejam ocupadas por servidores efetivos.

Art. 12 Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função gratificada de direção, chefia ou assessoramento, para as quais não se tenha criado cargo em comissão, é devida gratificação pelo seu exercício, estabelecida nas leis de organização dos quadros de pessoal de cada poder e entidade.

§ 1º A indicação para o exercício de função gratificada será feita pela autoridade titular do respectivo órgão ou entidade.

§ 2º Não perderá a gratificação de função o servidor que se ausentar do serviço em virtude de férias, luto, casamento, doença comprovada por laudo médico ou serviço obrigatório por lei.

Art. 13 As gratificações por exercício de cargo comissionado e por função gratificada serão percebidas cumulativamente com o vencimento, a este não se incorporando para todos os efeitos.

Subseção II

Da Posse e do Exercício

Art. 14 A posse do servidor dar-se-á pela assinatura do respectivo termo.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento, renováveis uma vez, por igual período, a pedido do interessado e a critério da administração.

§ 2º No ato da posse, o servidor apresentará declaração:

- I - de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- II - sobre se detém outro cargo, função ou emprego na Administração Direta ou indireta de qualquer esfera de poder público, ou se percebe proventos de inatividade;
- III - de antecedentes criminais;
- IV - de inscrição no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

§ 3º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 4º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 5º Em casos especiais, a critério do responsável pelo poder, poderá haver posse mediante instrumento de procuração pública.

Art. 15 A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, conforme laudo da junta médica oficial.

Art. 16 São competentes para dar posse:

I - a Diretoria de Recursos Humanos;

II - os dirigentes de Autarquias, aos ocupantes de cargos nas respectivas entidades.

Art. 17 Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público e terá início no prazo de 15 (quinze) dias, contados:

I - da publicação oficial do ato nos casos de reintegração e reversão;

II - da assinatura do termo de posse, nos demais casos.

§ 1º Aplicar-se-á a progressão prevista no Capítulo III aos servidores estáveis do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Ourinhos que estejam em exercício na data da publicação desta Lei Complementar, computando-se para fins de progressão no nível de quadro de vencimentos o tempo de exercício em cargo efetivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

§ 2º A progressão de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á após o interstício de 34 (trinta e quatro) meses da publicação desta Lei Complementar, observados os demais requisitos do artigo 18 e seguintes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

§ 3º O servidor deverá apresentar-se ao Recursos Humanos no prazo previsto no caput deste artigo, de onde será encaminhado à autoridade competente para dar-lhe exercício.

Art. 18 O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os documentos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 19 Os servidores, efetivos ou em comissão, cumprirão jornada de trabalho fixada nas leis de organização do quadro de pessoal de cada poder ou entidade, observados os limites constitucionais.

Art. 20 A promoção, a readaptação e a recondução não interrompem o tempo de exercício.

Seção IV

Da Estabilidade e do Estágio Probatório

Art. 21 O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de 3 (três) anos, durante o qual serão avaliadas sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo.

§ 1º Constitui condição necessária à aquisição de estabilidade, nos termos do art. 41, § 4º da CF/88, a avaliação especial de desempenho, a ser procedida nos termos estabelecidos nesta Subseção.

§ 2º O órgão competente de cada poder e das entidades da Administração Indireta dará prévio conhecimento aos servidores dos critérios, normas e padrões a serem utilizados para a avaliação especial de desempenho de que trata esta Subseção.

Art. 22 A avaliação especial de desempenho, durante o período de estágio probatório, ocorrerá nos moldes do regulamento, mediante a observância dos seguintes critérios de julgamento:

I - produtividade no trabalho: capacidade do servidor produzir resultados adequados às atribuições do respectivo cargo;

II - qualidade e eficiência no serviço: capacidade do servidor de desenvolvimento normal das atividades de seu cargo com exatidão, ordem e esmero;

III - iniciativa: ação independente do servidor na execução de suas atividades, apresentação de sugestões objetivando a melhoria do serviço e iniciativa de comunicação a respeito de situações de interesse do serviço que se encontrem fora de sua alçada;

IV - assiduidade: maneira como o servidor cumpre o expediente, exercendo o respectivo cargo sem faltas injustificadas;

V - pontualidade: maneira como o servidor observa os horários de trabalho, evitando atrasos injustificados e saídas antecipadas;

VI - relacionamento: habilidade do servidor para interagir com os usuários do serviço, ou órgãos externos, buscando a convivência harmoniosa necessária à obtenção de bons resultados;

VII - interação com a equipe: cooperação e colaboração do servidor na execução dos trabalhos em grupo;

VIII - interesse: ação do servidor no sentido de desenvolver-se profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, e mostrando-se receptivo às críticas e orientações;

IX - disciplina e idoneidade: atendimento pelo servidor às normas legais, regulamentares e sociais e aos procedimentos da unidade de serviço de sua lotação.

§ 1º A avaliação especial de desempenho durante o estágio probatório, objeto de regulamentação própria, poderá ser diferenciada de acordo com as características do cargo e da unidade da respectiva lotação.

§ 2º Em todas as fases de avaliação do estágio probatório será assegurada a ampla defesa ao servidor avaliado.

Art. 23 A avaliação especial de desempenho será realizada por uma Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD, nos moldes do respectivo regulamento.

§ 1º A comissão será composta por 3 (três) servidores estáveis, assegurada a participação de, no mínimo, 2 (dois) servidores efetivos de nível hierárquico superior ao do servidor avaliado.

§ 2º Não poderá participar da CAD: cônjuge, convivente ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do servidor objeto da avaliação.

§ 3º A Comissão Coordenadora, instituída nos moldes do regulamento, será incumbida de:

I - apreciar os recursos interpostos contra as decisões da CAD;

II - orientar e supervisionar o processo de avaliação de desempenho;

III - resolver eventuais discordâncias havidas entre os membros da CAD.

Art. 24 Observados os critérios estabelecidos no art. 22, a CAD adotará os seguintes conceitos de avaliação:

I - excelente;

II - bom;

III - regular;

IV - insatisfatório.

Art. 25 Será reprovado no estágio probatório o servidor que receber, ao final das 3 (três) avaliações parciais:

I - três conceitos de desempenho insatisfatório;

II - quatro conceitos de desempenho regular.

§ 1º Finda a última avaliação parcial de desempenho, a CAD emitirá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, parecer, aprovando ou reprovando o servidor no estágio probatório, considerando e indicando, exclusivamente, os critérios e normas estabelecidas nesta Seção.

§ 2º O servidor em estágio probatório terá conhecimento do parecer em 5 (cinco) dias úteis, a partir de sua emissão;

§ 3º O servidor poderá requerer, à respectiva CAD, reconsideração do resultado da avaliação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua ciência, com igual prazo para a decisão.

§ 4º Caberá recurso à Comissão Coordenadora, contra a decisão sobre o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da ciência do resultado da avaliação ou do pedido de reconsideração, com igual prazo para decisão.

§ 5º Em caso de recurso, a CAD encaminhará o parecer, as avaliações parciais de desempenho e eventuais pedidos de reconsideração à Comissão Coordenadora para emissão de novo parecer que será enviado às autoridades competentes que poderão requisitar a revisão da avaliação final feita pela Comissão, apontando o fundamento ensejador do pedido de nova apreciação.

§ 6º O parecer final da Comissão Coordenadora será encaminhado à autoridade competente que, de acordo com a decisão da Comissão, determinará a exoneração do servidor ou a ratificação do ato de nomeação.

Art. 26 O servidor em estágio probatório será exonerado ou reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, se ficar comprovada, administrativamente, sua incapacidade ou inadequação para as atribuições do cargo público.

Art. 27 O resultado da avaliação e o respectivo ato de estabilização ou de exoneração serão publicados no Diário Oficial do Município, de forma resumida, com menção, apenas, ao cargo, número de matrícula e lotação do servidor, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência do resultado da avaliação pelo servidor ou do resultado dos recursos interpostos.

Art. 28 O procedimento de avaliação do servidor em estágio probatório será arquivado em pasta ou base de dados individual, permitida a consulta pelo servidor, a qualquer tempo.

Art. 29 Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as seguintes licenças e afastamentos:

- I - licença para tratamento de saúde;*
- II - licença à gestante, à adotante e à paternidade;*
- III - licença por acidente de trabalho;*
- IV - licença para serviço militar obrigatório;*
- V - licença para concorrer a cargo eletivo;*
- VI - afastamento para exercício de mandato eletivo.*
- VII - afastamento para ser provido em cargo de comissão;*
- VIII - licença por motivo de doença de pessoa na família.*

Parágrafo único. O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos incisos deste artigo e será retomado a partir do término do impedimento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1017/2018)

Art. 30 O servidor estável que for nomeado, após concurso público, para outro cargo de provimento efetivo não ficará dispensado de novo estágio probatório.

Art. 31 Os servidores nomeados em virtude de concurso público são estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício.

Parágrafo único. A aquisição da estabilidade está condicionada à aprovação em estágio probatório, mediante avaliação especial de desempenho, na forma prevista no art. 21 e seguintes.

Art. 32 O servidor estável só perderá o cargo:

- I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;*
- II - mediante processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa;*
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa;*
- IV - excepcionalmente, quando houver a necessidade de redução de pessoal, na forma do art. 169, §§ 3º e 4º, da Constituição da República e de lei municipal.*

Parágrafo único. O servidor que perder o cargo na forma do inciso IV deste artigo fará jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

Seção V Da Promoção

Art. 33 Promoção é a elevação do servidor de carreira à classe imediatamente superior àquela a que pertence, na mesma carreira, desde que comprovada, mediante avaliação prévia, sua capacidade para exercício das atribuições da classe correspondente.

Parágrafo único. A promoção far-se-á a cada 2 (dois) anos, obedecendo os critérios definidos em regulamento próprio, acerca da avaliação de desempenho.

Art. 34 Para efeitos de promoção, não serão considerados como de efetivo exercício:

- I - as faltas injustificadas, e as justificadas com perda de vencimento dos dias da falta;*
- II - as licenças sem remuneração dos cofres municipais, inclusive nos casos de gozo de auxílio-doença;*
- III - suspensão disciplinar.*

Art. 35 A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado do novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato de promoção.

Seção VI Da Readaptação

Art. 36 Readaptação é a transformação da investidura do servidor para um cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica. (Regulamentado pelo Decreto nº 7139/2019)

§ 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o servidor readaptado ou readaptando será aposentado por invalidez.

§ 2º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação e o nível de escolaridade exigido, garantida a irredutibilidade de salário, e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor será colocado em disponibilidade até a vacância de cargo compatível com a sua capacidade.

Seção VII Da Reversão

Art. 37 Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Parágrafo único. O servidor aposentado por invalidez deverá submeter-se a exame médico oficial anualmente.

Art. 38 A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

Parágrafo único. Encontrando-se provido ou extinto o cargo, o servidor será colocado em disponibilidade, até a ocorrência de vaga.

Art. 39 Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Seção VIII Da Reintegração

Art. 40 Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens e reconhecimento dos direitos inerentes ao cargo.

§ 1º Na hipótese do cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Se o servidor não entrar em exercício no prazo previsto no art. 17, I, sua ausência será considerada como falta injustificada, salvo em caso de doença comprovada em inspeção médica oficial.

Seção IX Da Recondução

Art. 41 Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

- I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
- II - reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observadas as regras de compatibilidade previstas nesta Lei Complementar.

Capítulo II DA MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL Seção I Da Remoção

Art. 42 Remoção é o ato pelo qual o servidor passa a ter exercício em outro órgão da Administração municipal, no âmbito do mesmo quadro de pessoal.

§ 1º Dar-se-á a remoção:

- I - de ofício, no interesse da Administração;
- II - a pedido, a critério da Administração.

§ 2º A remoção de ofício ocorrerá para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades do serviço, inclusive nos casos de reorganização da estrutura interna da administração municipal.

§ 3º A remoção por permuta de servidores será prece-dida de requerimento de ambos os interessados.

§ 4º Dar-se-á a remoção a pedido:

- I - para acompanhar cônjuge ou companheiro;
- II - por motivo de saúde do servidor, cônjuge, com-panheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.

§ 5º A remoção a pedido fica condicionada à existên-cia de vagas.

Art. 43 A remoção se dará por acordo entre os chefes das unidades interessadas, aprovado pela autoridade máxima de cada poder ou entidade.

Seção II Da Relotação

Art. 44 Relotação é o deslocamento de servidor efetivo, com o respectivo cargo, para o quadro de pessoal de outra entidade da Administração Municipal, no âmbito do mesmo poder, observados os seguintes preceitos:

- I - interesse da administração;
- II - manutenção das atribuições e das responsabilida-des do cargo.

§ 1º A relotação ocorrerá ex officio para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização do po-der ou da entidade.

§ 2º A relotação dar-se-á mediante decreto ou ato equivalente.

Seção III Da Cessão

Art. 45 O servidor poderá ser cedido, para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, em havendo interesse da Administração, sempre sem prejuízo de sua remuneração, e com as demais condi-ções estabelecidas no ato do afastamento, respeitán-do-se a compatibilidade de funções. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

§ 1º O ônus da remuneração e encargos serão do órgão ou entidade cessionário, que arcará, inclusive, com parcela remuneratória referente às vantagens pessoais já incorporadas, salvo nos casos previstos em lei, convênio ou acordo.

§ 2º Quando a cessão ocorrer por autarquias e funda-ções públicas municipais ou para o Poder Legislativo Municipal, o ônus da remuneração do servidor cedido, acrescido dos respectivos encargos sociais e vantagens incorporadas será do cessionário. (Redação dada pela Lei Complementar nº 725/2011)

§ 3º Na cessão ao Poder Legislativo Municipal, per-ceberá o servidor cedido os valores correspondentes ao vencimento base do respectivo cargo existente no quadro do Legislativo Municipal. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 725/2011)

§ 4º É vedada a cessão de servidores quando em perí-odo de estágio probatório. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 725/2011)

Capítulo III DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO

Art. 46 Dar-se-á a disponibilidade do servidor estável em virtude da extinção de seu cargo ou da declaração de sua desnecessidade, com remuneração proporcio-nal ao tempo de serviço.

Art. 47 O retorno à atividade de servidor em disponibi-lidade far-se-á mediante aproveitamento, obrigatório sempre que vagar cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. O Recursos Humanos de cada poder ou entidade determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade, sempre que ocorrer vaga, na forma do caput.

Art. 48 Será tornado sem efeito o ato que determinar o aproveitamento se o servidor não entrar em exercício no prazo estipulado no ato de convocação, salvo se por doença comprovada por junta médica oficial.

Parágrafo único. A falta de comparecimento do servidor convocado dentro do prazo determinado acarretará sua demissão, salvo em caso de doença comprovada em inspeção médica oficial.

Art. 49 No caso de mais de um servidor concorrente ao mesmo cargo, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, será aproveitado primeiramente o que tiver maior tempo de serviço público municipal.

Art. 50 Provada a incapacidade definitiva em inspeção médica será decretada a aposentadoria.

Capítulo IV DA DECLARAÇÃO DE DESNECESSIDADE DE CARGOS

Art. 51 O Executivo, Legislativo, Autarquias e Fundações Públicas Municipais ficam autorizados a declarar desnecessários tantos cargos de provimento efetivo, dos respectivos quadros, quantos estejam vinculados a áreas que venham a sofrer descentralização, na forma da lei, ou privatização, ou ainda aqueles que por reorganização ou reestruturação interna dos serviços de cada poder ou entidade retem sem função, ou sem utilidade ao serviço público. (Vide Lei Complementar nº 1046/2019)

§ 1º O ato que declarar desnecessário quaisquer cargos especificará a respectiva quantidade, a denominação e a lotação se houver, e indicará, em caso de serem mantidos cargos iguais aos declarados desnecessários, quais os atingidos pela declaração, os quais serão necessariamente os ocupados há menos tempo.
§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, em caso de empate, serão declarados desnecessários os cargos ocupados por servidores com menor tempo de serviço público e, persistindo o empate, os ocupados por servidores com menores encargos familiares.

Art. 52 Caso o cargo declarado desnecessário esteja ocupado por servidor em estágio probatório será esse desligado do serviço público, e caso esteja ocupado por servidor estável este permanecerá em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Capítulo V DA VACÂNCIA

Art. 53 A vacância do cargo público decorrerá de:

*I - exoneração;
II - demissão;
III - promoção;
IV - readaptação;
V - aposentadoria;
VI - falecimento.*

Art. 54 A exoneração de cargo comissionado dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

§ 1º A exoneração de ofício dar-se-á quando a autoridade destituir o servidor do cargo em comissão.

§ 2º A exoneração será deferida ao ocupante de cargo em comissão que a requeira, indicando ou não os seus motivos.

Capítulo VI DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 55. . Haverá substituição no impedimento legal e temporário do ocupante de cargo em comissão, função gratificada ou função de confiança no serviço público municipal, por período superior a 5 (cinco) dias consecutivos, mediante ato do Prefeito Municipal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1039/2019)

Parágrafo único. Durante o período de substituição que exceder o prazo descrito no caput deste artigo o substituto perceberá a remuneração correspondente à do substituído a partir do primeiro dia do afastamento do titular do cargo, se mais vantajosa, seja qual for o período de substituição. (Redação dada pela Lei Complementar nº 701/2011)

Art. 56 Os efeitos da substituição cessam automaticamente com o retorno do titular ao cargo objeto de substituição ou sua vacância.

Art. 57 O servidor retornará a seu cargo logo após o fim do período de substituição, qualquer que seja esse período.

Capítulo VII DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 58 Observadas as disposições constitucionais pertinentes, será contado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado à administração direta, autárquica e fundacional pública daqueles entes.

Art. 59 A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 60 Além das ausências ao serviço previstas nesta Lei Complementar, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

*I - férias;
II - participação em programa de treinamento oficialmente instituído;
III - júri e outros serviços obrigatórios por lei;
IV - licença;*

- a) à gestante, à adotante e à paternidade;
- b) para tratamento da própria saúde, até o limite de doze meses;
- c) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;
- d) para capacitação;
- e) para desempenho de mandato classista.

V - participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no país ou no exterior, se autorizada pela administração;

VI - afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere;

VII - exercício em cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

VIII - deslocamento, nos casos de mudança de sede por força do exercício de cargo público;

IX - afastamento por inquérito administrativo, desde que a penalidade disciplinar aplicada não seja de demissão, destituição de cargo comissionado ou cassação de aposentadoria;

X - prisão civil do servidor.

Parágrafo único. No caso de prisão de servidor e posterior absolvição criminal, este fará jus às vantagens decorrentes do tempo de serviço em que esteve preso.

Art. 61 Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

I - o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal da administração direta e indireta;

II - o período de serviço ativo prestado às Forças Armadas, contando-se em dobro o tempo de operação de guerra;

III - o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social;

IV - o tempo de licença para tratar da própria saúde que exceder o prazo de doze meses;

V - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do distrito federal.

TÍTULO III

DOS DIREITOS E VANTAGENS

Capítulo I

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 62 Vencimento é a retribuição pecuniária básica, devida pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Art. 63 Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei, incorporáveis ou não.

Art. 64 Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior ao limite constitucionalmente estabelecido.

Art. 65 O servidor perderá:

I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos ou às saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, previamente estabelecida pela chefia imediata.

Art. 66 Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Art. 67 É permitida consignação sobre a remuneração do servidor público municipal, desde que expressamente autorizada por ele.

§ 1º A soma das consignações não poderá exceder a 65% (sessenta e cinco por cento) da totalidade das verbas consignáveis, proventos e pensões do servidor público municipal, respeitando-se o limite de até 05% (cinco por cento) para compras e empréstimos rotativos mediante cartão de crédito, até 30% (trinta por cento) para empréstimos bancários e financiamentos pessoais consignados e até 30% (trinta por cento) para todas as demais consignações facultativas.

§ 2º A definição das verbas consignáveis, para fins do cálculo do parágrafo anterior, será regulamentada por Decreto;

§ 3º Os limites estabelecidos no § 1º, deste artigo são independentes e não podem ser somados ou transferidos para alteração de margem consignada.

§ 4º Os responsáveis pelo credenciamento, autorização e controle das consignações serão os seguintes setores da Administração Pública Direta e Indireta:

I - Na Prefeitura Municipal de Ourinhos, a Secretaria Municipal de Administração, através da Diretoria de Recursos Humanos;

II - Na Superintendência de Água e Esgoto de Ourinhos, a Diretoria de Administração através do Recursos Humanos;

III - No Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos, o Diretor Presidente através do Diretoria de Administração e Previdência e Gerência de Recursos Humanos.

§ 5º O limite, em números de meses, para empréstimos bancários e financiamentos pessoais consignados será definido via Decreto;

§ 6º Os setores de que tratam os incisos I, II e III do § 4º, serão credenciados para autorização dos consignados mediante Portaria.

§ 7º A aprovação do empréstimo consignado é de mera consideração e análise do banco, sendo a Prefeitura Municipal de Ourinhos, mera interveniente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1062/2019)

Art. 68 A consignação em folha poderá servir à garantia de:

I - quantias devidas à Fazenda Pública;

II - contribuição para montepio, pensão ou aposentadoria, desde que sejam em favor de instituições oficiais;

III - cumprimento de decisão judiciária;

Art. 69 As reposições, por pagamentos indevidos, e as indenizações, por prejuízos ao erário, serão previamente comunicadas ao servidor e descontadas da sua remuneração, independentemente de sua anuidade.

Art. 70 O servidor em débito com o erário, que for demitido ou exonerado, ou ainda aquele cuja dívida relativa à reposição seja superior a cinco vezes o valor de sua remuneração, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

§ 1º A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa, salvo nos casos em que o servidor solicite, mediante requerimento, parcelamento maior, cujo deferimento será submetido à autoridade competente.

§ 2º Os valores percebidos pelo servidor, em razão de decisão judicial que posteriormente venha a ser cassada ou revista, deverão ser repostos no prazo de trinta dias, contados da notificação respectiva, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Art. 71 As reposições e indenizações ao erário poderão ser descontadas em parcelas mensais não excedentes a 15% (quinze por cento) da remuneração ou dos proventos do servidor, em valores atualizados, informado o servidor sobre o procedimento.

Art. 72 O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto por decisão judicial.

Capítulo II

DAS VANTAGENS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 73 Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I - diárias;*
- II - gratificações;*
- III - adicionais;*
- IV - auxílio-funeral.*

§ 1º As diárias e as gratificações não se incorporam ao vencimento ou provento para nenhum efeito.

§ 2º O adicional por tempo de serviço incorpora-se ao vencimento ou provento, observado o teto constitucional.

§ 3º Os valores das diárias serão estabelecidos em regulamento de cada poder ou entidade respectiva.

Seção II

Das Diárias

Art. 74 O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório, para ponto do território nacional que não seja divisa com o Município de Ourinhos ou para o exterior, poderá receber passagens e diárias, destinadas a indenizar as parcelas de

despesa extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme se dispuser em regulamento de cada poder.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando as despesas extraordinárias cobertas por diárias forem custeadas por meio diverso.

§ 2º Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor fará jus a adiantamento e posterior prestação de contas mediante apresentação de nota fiscal que relacione as despesas do servidor, nos termos definidos em regulamento de cada poder.

Art. 75 O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de desconto em folha de pagamento.

Parágrafo único. Na hipótese do servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no caput.

Seção III

Do Décimo Terceiro Vencimento, das Gratificações e dos Adicionais

Art. 76 Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei Complementar, e daquelas obrigatórias por força da Constituição Federal, serão deferidas aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:

- I - décimo-terceiro vencimento;*
- II - adicional noturno;*
- III - adicional pela prestação de serviço extraordinário;*
- IV - adicional por tempo de serviço;*
- V - adicionais de insalubridade e periculosidade;*
- VI - adicional constitucional de férias;*
- VII - gratificação por exercício de cargo em comissão e função gratificada.*

Subseção I

Do Décimo Terceiro Vencimento

Art. 77 O décimo-terceiro vencimento, constitucionalmente assegurado ao servidor, corresponde a um vencimento integral, acrescido das vantagens incorporadas.

Art. 78 O décimo-terceiro vencimento será pago aos servidores efetivos, comissionados, secretários municipais, secretário extraordinário, chefe de gabinete, ativos e inativos e pensionistas, independentemente de requerimento até o dia vinte de dezembro e será calculado com base na remuneração recebida no mês de novembro.

Parágrafo único. Mediante disponibilidade do Erário e a critério da autoridade máxima de cada Poder, o décimo terceiro poderá ser adiantado, sendo a primeira

parcela paga até o dia 30 (trinta) de julho com base na remuneração do mês anterior e a segunda parcela até o dia vinte de dezembro.

Art. 79 O servidor efetivo que for exonerado receberá seu décimo-terceiro vencimento proporcionalmente aos meses de exercício, calculado sobre o valor de pagamento do mês da exoneração, considerando-se mês integral, para esse efeito, toda fração superior a 15 (quinze) dias.

Art. 80 O décimo-terceiro vencimento não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Subseção II Do Adicional Noturno

Art. 81 O serviço noturno, assim considerado aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata o caput deste artigo será cumulado com o adicional por serviço extraordinário.

Art. 82 O adicional noturno percebido pelo servidor será considerado para fins de cálculo de férias e décimo-terceiro vencimento.

Subseção III Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 83 O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, e a hora extraordinária será calculada com base na carga horária diária de 8 (oito) horas para servidores submetidos a jornada integral de trabalho, e proporcionalmente nos demais casos.

Art. 84 Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada, caso em que não poderá exceder o período de seis meses consecutivos, e sempre com autorização escrita da autoridade de cada poder ou ente da administração indireta responsável pela área de atuação do servidor.

§ 1º O serviço extraordinário, por tempo e quantidade superior ao previsto no caput, poderá ser permitido mediante solicitação da Chefia imediata e devidamente autorizado, por escrito, pelo respectivo Secretário. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 597/2009)

§ 2º Para fins de férias e de décimo - terceiro salário o cálculo das horas extraordinárias será feito mediante a apuração da média simples dos últimos 12 (doze) meses. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 597/2009)

Subseção IV Do Adicional por Tempo de Serviço

Art. 86 O adicional por tempo de serviço é devido a cada 5 (cinco) anos de serviço público municipal ininterrupto em cargo efetivo, à razão de 5% (cinco por cento) do valor do respectivo vencimento básico, que será incorporado a este para todos os efeitos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 622/2009)

§ 1º O servidor investido em cargo de confiança ou no desempenho de função gratificada tem direito ao adicional previsto neste artigo.

§ 2º O servidor fará jus ao adicional, independentemente de requerimento, a partir do mês em que completar o quinquênio de efetivo exercício do cargo.

§ 3º Na contagem do tempo de serviço previsto no caput, computar-se-ão os períodos anteriores de serviço público municipal em cargo efetivo na Administração Direta e Indireta, desde que prestados de forma contínua e ininterrupta antes do provimento ao cargo que atualmente ocupa. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 622/2009)

Subseção V Dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade

Art. 87 Será concedido adicional de insalubridade ou periculosidade ao servidor municipal que exerce atividade considerada insalubre ou perigosa.

§ 1º A atividade insalubre ou perigosa é aquela exercida em local insalubre ou perigoso.

§ 2º Local insalubre é aquele assim considerado pela administração pública, mediante prévia avaliação e classificação.

Art. 88 O adicional de insalubridade será concedido nos seguintes percentuais incidentes sobre o salário mínimo vigente:

I - de 10% (dez por cento) para a insalubridade de grau mínimo;

II - de 20% (vinte por cento) para a insalubridade de grau médio;

III - de 40% (quarenta por cento) para a insalubridade de grau máximo.

Art. 89 O adicional de periculosidade será de 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor do vencimento do cargo do servidor.

Art. 90 Compete ao órgão responsável pela saúde ocupacional do Município elaborar laudo de avaliação e classificação dos locais e atividades insalubres ou perigosas, obedecidas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Parágrafo único. Expedido laudo avaliatório da insalubridade e dele discordando o servidor interessado, fica-lhe assegurado o direito de solicitar a elaboração de outro, por junta de três profissionais de saúde ocupacional.

Art. 91 Os adicionais serão devidos enquanto persistirem as atividades dos agentes em condições insalubres ou perigosas.

Parágrafo único. Compete à chefia imediata do servidor, sob pena de responsabilidade funcional, a imediata comunicação, por escrito, ao Recursos Humanos, de seu afastamento do local ou atividade insalubre ou perigosa.

Art. 92 O servidor afastado das suas atividades perceberá o adicional de insalubridade ou periculosidade por 15 (quinze) dias contados da cessação do exercício do cargo ou função, salvo nos casos de inatividade, previstos em lei municipal.

Art. 93 É vedada a acumulação de adicionais de insalubridade e de periculosidade, devendo o servidor optar formalmente por um ou outro, quando cabíveis.

Art. 94 O adicional de insalubridade será considerado para fins de cálculo de férias e décimo-terceiro vencimento, caso que não se dará em relação ao adicional de periculosidade.

Subseção VI

Do adicional Constitucional de Férias

Art. 95 Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, no mês de gozo das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração devida neste período, mediante comunicado da chefia imediata ao Recursos Humanos até o dia 15 do mês que anteceder às férias do servidor.

Parágrafo único. No caso do servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Subseção VII

Das Gratificações por Exercício de Cargo Comissionado e Função de Confiança

Art. 96 Ao vencimento do servidor estável, que já tenha incorporado vencimentos de cargo em comissão anteriormente ocupado, novamente provido a cargo em comissão, será acrescido 30% (trinta por cento) do valor correspondente ao vencimento do cargo comissionado a título de gratificação, enquanto perdurar o exercício no cargo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

Parágrafo único. A gratificação de que trata o caput deste artigo será devida ao servidor efetivo somente na hipótese de incorporação integral da diferença do valor de seu vencimento com a do vencimento do cargo de provimento em comissão, não sendo devida quando da incorporação de frações. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 786/2011)

Art. 97 Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função gratificada de direção, chefia ou assessoramento é devida gratificação estabelecida nas leis de organização dos quadros de pessoal de cada poder e entidade.

§ 1º A designação para o exercício de função gratificada será feita pela autoridade titular do respectivo órgão ou entidade.

§ 2º Não perderá a gratificação de função o servidor que se ausentar do serviço em virtude de férias, luto, casamento, doença comprovada por laudo médico ou serviço obrigatório por lei.

Art. 98 As gratificações por exercício de cargo comissionado e por função gratificada serão percebidas cumulativamente com o vencimento, a este não se incorporando para todos os efeitos, observadas as regras de transição desta Lei Complementar.

Art. 99 Ao servidor ocupante de cargo efetivo, que tenha exercido cargo de provimento em comissão pelo período mínimo de 1 (um) ano antes da data publicação desta Lei Complementar, fica assegurado o direito de incorporar ao retornar a seu cargo, por uma única vez, o valor correspondente à diferença entre seus vencimentos e os vencimentos correspondentes ao cargo ou cargos em comissão a que fora provido, quando completar o período igual de 5 (cinco) anos de exercício em cargos comissionados. (Redação dada pela Lei Complementar nº 622/2009)

§ 1º Para efeito da incorporação tratada deste artigo, os novos vencimentos do servidor serão calculados pela média aritmética simples do valor da remuneração, ou subsídio correspondente ao cargo ou cargos exercidos em comissão nos últimos 12 (doze) meses antecedentes ao cumprimento do lapso temporal do quinquênio previsto no "caput".

§ 2º A concessão do direito a incorporação prevista neste artigo dependerá sempre de requerimento protocolado pelo servidor interessado, gerando efeitos financeiros somente a partir da data da postulação administrativa.

3º O servidor ocupante de cargo efetivo provido em cargo de agente político, não poderá incorporar aos seus vencimentos valor superior ao maior vencimento pago a servidores providos a cargo em comissão, respeitados os requisitos expressos no caput e § 1º deste artigo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 597/2009)

Seção IV

Do Auxílio-Funeral

Art. 100 Em caso de falecimento de servidor da ativa, ocupante de cargo efetivo, será concedido à sua família auxílio-funeral, equivalente a 3 (três) vezes a menor referência da tabela salarial da Prefeitura Municipal, desde que não tenha recebido o mesmo benefício de outro ente da administração pública municipal, direta ou indireta. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

§ 1º Em caso de falecimento do cônjuge ou convivente em união estável, ou filhos solteiros sob dependência do servidor, será concedido um auxílio-funeral, correspondente a 3 (três) vezes a menor referência da tabela salarial da Prefeitura Municipal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

§ 2º Em qualquer caso das hipóteses referidas acima o requerimento deverá ser instruído com a declaração de óbito. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

Capítulo III DAS FÉRIAS

Art. 101 O servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias por ano de serviço, as quais não poderão ser acumuladas por mais de 02 (dois) períodos, devendo a chefia imediata manter o controle das férias dos servidores a ela subordinados, evitando o acúmulo indevido. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1061/2019)

§ 1º Para cada período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício, sendo vedado descontar do período de férias as faltas do servidor ao serviço.

§ 2º Após cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício, o servidor fará jus às férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado injustificadamente ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;
II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas injustificadas;
III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas injustificadas;
IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas injustificadas.

V - Perda do direito de férias, quando houver tido mais de 32 (trinta e duas) faltas injustificadas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 622/2009)

§ 3º O servidor poderá requerer a conversão em pecúnia de 10 (dez) dias de cada período de férias, a título de abono pecuniário, que serão pagos até o final do mês seguinte ao que foi formalizado o requerimento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1061/2019)

§ 4º Em caso de acúmulo de 02 (dois) períodos de férias, o gozo ou a conversão em pecúnia do período mais recente somente ocorrerá após o esgotamento das férias mais antigas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1061/2019)

§ 5º Perderá o direito às férias o servidor que, no período aquisitivo, houver gozado mais de 06 (seis) meses de qualquer das licenças a que se referem os itens IV, V e VIII dos arts. 105 e 127, parágrafo único. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1061/2019)

Art. 102 O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício, ou fração superior a 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

Art. 103 O servidor que opera direta e permanentemente com raios-X ou substâncias radioativas gozará obrigatoriamente 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação, sendo vedada a conversão em pecúnia de qualquer período relativo às férias a título de abono pecuniário.

Art. 104 Durante as férias, o servidor terá direito à respectiva remuneração com todos os seus acréscimos legais, exceto gratificação por serviço extraordinário, sendo vedado interromper a sua fruição, salvo por determinação do Prefeito Municipal, após pedido justificado da chefia imediata. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1061/2019)

Art. 104-A Desde que haja requerimento ou concordância do servidor, as férias poderão ser usufruídas em até 03 (três) períodos, sendo que cada um deles não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1061/2019)

Art. 104-B Requerimento de férias com período superior a 10 (dez) dias corridos e inferior a 20 (vinte) dias corridos, automaticamente impedem a conversão em pecúnia de 10 (dez) dias, pois o saldo remanescente seria inferior a 10 (dez) dias. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1061/2019)

Capítulo IV DAS LICENÇAS Seção I Disposições Gerais

Art. 105 Conceder-se-á ao servidor licença:

I - para o serviço militar;

II - para atividade política;

III - para capacitação;

IV - para tratar de interesses particulares;

V - para tratamento de saúde;

VI - à gestante, à adotante e pela paternidade;

VII - por acidente em serviço;

VIII - por motivo de doença em pessoa na família;

IX - por afastamento do cônjuge;

X - licença-prêmio.

Seção II Da Licença para o Serviço Militar

Art. 106 Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo, cujo início do prazo se dará na data de desincorporação do servidor.

Seção III

Da Licença para Atividade Política

Art. 107 O servidor terá direito à licença, sem remuneração, se a requerer, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, comprovados mediante certidão expedida pelo cartório eleitoral.

§ 1º O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo efetivo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, se requerer a licença de que trata o caput, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o 5º (quinto) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo de sua remuneração, mediante comunicação, por escrito, do afastamento, acompanhado de documento comprobatório expedido pela Justiça Eleitoral.

§ 3º Não será considerado como de efetivo exercício o período de licença sem remuneração previsto no caput deste artigo.

Seção IV

Da licença para Capacitação

Art. 108 O servidor poderá, no interesse da administração, e se por ela autorizado, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional, ministrado por organismo oficial ou privado.

Art. 109 O servidor designado para estudo ou aperfeiçoamento fora dos limites da municipalidade, com ônus para os cofres públicos, não poderá pedir exoneração dos quadros funcionais pelo período mínimo de 2 (dois) anos, sob pena de ter que restituir ao Município a quantia total despendida no curso de capacitação custeado pelos cofres municipais.

Seção V

Da licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 110 A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor provido em cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença para trato de assuntos particulares pelo prazo de até um ano, sem remuneração, vedada prorrogação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

§ 1º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
§ 2º Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término da anterior.

Seção VI

Da licença para Tratamento de Saúde

Art. 111 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em atestado médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus até 3 (três) dias.

Art. 112 Para licença por prazo superior a 3 (três) dias, até o prazo máximo de 12 (doze) meses, a inspeção será feita por profissional da gerência de saúde ocupacional municipal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

Parágrafo único. Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

Art. 113 Findo o prazo da licença de que trata o artigo anterior e caso o servidor não se encontre em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, iniciar-se-á processo de aposentadoria por invalidez.

Parágrafo único. A readaptação de que trata o caput deste artigo terá seu procedimento regulamentado por decreto. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

Art. 114 O atestado e o laudo da junta médica oficial não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças especificadas na legislação previdenciária municipal.

Art. 115 Será com vencimento ou remuneração integral a licença concedida ao servidor para tratamento de saúde ou acidentado em serviço ou acometido de doença profissional.

Parágrafo único. Para obtenção do vencimento ou remuneração integral de que trata o caput deste artigo, será feita a média simples de todos os valores percebidos nos 12 (doze) meses anteriores ao afastamento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 597/2009)

Art. 116 O servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter sua licença cassada, com perda total da remuneração percebida no período, além da aplicação da penalidade de suspensão disciplinar, nos termos desta Lei Complementar.

Seção VII

Da Licença à Gestante, à Adotante e da Licença Paternidade

Art. 117 Será concedida licença à servidora gestante por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

§ 1º A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 118 Pelo nascimento ou adoção de filhos o servidor terá direito à licença paternidade de 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após o dia do nascimento ou da adoção. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

Art. 119 Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em 2 (dois) períodos de meia hora.

Art. 120 A mãe adotiva e a guardiã gozarão do benefício da licença maternidade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do trânsito em julgado da decisão judicial que concedeu a guarda, ou a sentença de adoção.

Parágrafo único. Só fará jus ao benefício a servidora guardiã que apresentar o Termo de Guarda Judicial, no qual conste especificamente a finalidade de adoção. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1003/2018)

Seção VIII

Da Licença por Acidente em Serviço

Art. 121 Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 122 Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;

II - em decorrência do deslocamento do trabalho para a residência e vice-versa.

Art. 123 O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, a exclusivo critério discricionário da administração, à conta de recursos públicos.

Parágrafo único. O tratamento especializado recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexisterem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 124 A prova do acidente será feita no prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período, quando as circunstâncias o exigirem.

Seção IX

Da licença por Motivo de Doença de Pessoa na Família

Art. 125 O servidor poderá obter licença por motivo de doença de ascendente ou descendente até segundo grau, irmão ou cônjuge não separado legalmente, provando ser indispensável sua assistência pessoal e permanente e não podendo esta ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 1º Provar-se-á a doença mediante exame médico de junta oficial do Município.

§ 2º A licença de que trata este artigo será concedida com remuneração integral até (3) três meses de afastamento.

§ 3º A partir do quarto mês, até o máximo de 2 (dois) anos, a licença de que trata este artigo se dará sem remuneração.

§ 4º A licença concedida com o mesmo fundamento da anterior, dentro de um prazo de 60 (sessenta) dias, será considerada como prorrogação.

§ 5º Quando a pessoa da família do servidor encontrar-se em tratamento fora do Município, será admitido exame médico por profissionais pertencentes aos quadros de servidores federais, estaduais ou municipais, na localidade.

Art. 126 É vedada a renovação ou concessão de licença para tratar de interesses particulares no período de vinte e quatro meses.

Seção X

Da Licença por Afastamento do Cônjuge

Art. 127 O servidor poderá licenciar-se do serviço público municipal, sem remuneração, quando seu cônjuge ou companheiro, integrante dos quadros funcionais de qualquer ente federativo, seja civil ou militar, for deslocado ex officio para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo ou Legislativo.

Parágrafo único. A licença dependerá de requerimento devidamente instruído com documento oficial que comprove o deslocamento do cônjuge e terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses, sob pena de exoneração do servidor.

Seção XI

Da Licença-Prêmio

Art. 128 . Após cada quinquênio de efetivo exercício no serviço público municipal, o servidor efetivo poderá requerer licença-prêmio de 90 (noventa) dias em descanso, sem prejuízo da remuneração de seu cargo efetivo.

§ 1º O requerente aguardará em exercício a concessão da licença-prêmio.

§ 2º Para efeitos de licença-prêmio, considera-se de efetivo exercício o tempo de serviço prestado pelo servidor de carreira, em cargo comissionado ou função de confiança.

§ 3º A licença-prêmio somente poderá ser concedida em parcela inferior a 30 (trinta) dias corridos se for saldo remanescente.

§ 4º O servidor que acumule legalmente cargos na Administração Municipal Direta ou Indireta poderá gozar o período de licença-prêmio previsto no caput simultaneamente, em ambos cargos.

§ 5º O requerimento de fruição de licença-prêmio deverá ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias antes do período de gozo almejado, para regular apreciação e comunicação ao órgão onde está lotado o cargo no qual está provido o servidor.

§ 6º Poderá o servidor optar por permanecer em atividade e compensar os valores correspondentes ao período de licença-prêmio em que permaneceu em serviço com tributos municipais lançados em seu nome, cônjuge, dos pais, ou filhos.

§ 7º A licença-prêmio poderá também ser convertida em pecúnia, 30 (trinta) dias, por ano, em uma única parcela no valor correspondente aos seus vencimentos da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Superintendência de Água e Esgoto e Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos, obedecido o seguinte:

I - somente fará jus à conversão em pecúnia, o servidor que tiver a licença prêmio integral, ou seja, que não tenha usufruído em gozo, em compensação em tributos municipais ou em pecúnia;

II - o servidor somente poderá converter o benefício em pecúnia, uma vez por exercício;

III - requerimento protocolado;

IV - informação da autoridade competente, indicando se o servidor faz jus ao benefício;

V - disponibilidade financeira atestada pelos órgãos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1032/2019)

Art. 129 Não fará jus à licença-prêmio o servidor que, em cada quinquênio, tiver:

I - sofrido pena de suspensão;

II - tenha mais de 10 (dez) faltas injustificadas ao serviço, consecutivas ou não;

III - gozado licença.

a) para tratamento de saúde, superior a 30 (trinta) dias;

b) por motivo de doença em pessoa da família, superior a 30 (trinta) dias;

c) para o trato de assuntos particulares;

d) por motivo de afastamento do cônjuge, quando servidor, por mais de 30 (trinta) dias.

Capítulo V DOS AFASTAMENTOS

Seção I

Do Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo

Art. 130 Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as disposições constitucionais dispostas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. O servidor investido em mandato eletivo não poderá ser redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

Seção II

Do Afastamento para Exercício da Presidência do Sindicato dos Servidores Municipais

Art. 131 Ao servidor estável eleito para ocupar a presidência do sindicato dos servidores públicos municipais será concedida licença para o exercício do mandato, bem como a 01 (um) dos membros da diretoria por ele indicado, sem prejuízo da remuneração, e desde que a entidade sindical comprove possuir, pelo menos, um sexto dos servidores municipais sindicalizados oficialmente.

§ 1º A licença de que trata o caput deste artigo será concedida apenas enquanto o servidor estiver no efetivo exercício do cargo.

§ 2º Ficam asseguradas ao servidor de que trata este artigo as vantagens do seu cargo, exceto a progressão ou promoção na carreira, bem como a contagem de tempo de serviço para a concessão de licença-prêmio. (Redação dada pela Lei Complementar nº 907/2015)

Capítulo VI

DAS OUTRAS CONCESSÕES AO SERVIDOR

Art. 132 Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia para a doação de sangue; (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

II - por 1 (um) dia para alistar-se como eleitor; (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

III - por 8 (oito) dias corridos em razão de falecimento de filhos, cônjuge, pais e irmãos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

IV - por 3 (três) dias corridos em razão de falecimento de avós, netos e padrasto. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

V - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de casamento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 597/2009)

Art. 133 Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho, e não sendo admitida alteração superior a 1 (uma) hora por jornada.

§ 2º O servidor estudante poderá se ausentar do serviço, sem prejuízo de sua remuneração e outras vantagens de seu cargo, para fazer prova ou exame cujo horário coincida com o da repartição e desde que a solicitação para faltar seja feita com a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º O servidor que prestar falsas informações poderá ser responsabilizado em processo administrativo disciplinar, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 133-A O servidor público municipal estatutário estável, que seja responsável legal e cuide diretamente de cônjuge, filho ou dependente com deficiência que, comprovadamente, necessite de assistência permanente, independentemente de estar sob tratamento terapêutico, terá redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração.

§ 1º A redução de carga horária de que trata o "caput" deste artigo será destinada para que os beneficiados possam acompanhar seus filhos, em seus tratamentos.

§ 2º Se ambos os pais se enquadrarem no benefício sobre o qual dispõe esta Lei Complementar, caberá somente a uma redução da carga horária prevista no "caput" deste artigo.

§ 3º A redução da carga horária poderá ser consecutiva, intercalada ou escalonada, conforme necessidade ou programa de atendimento do filho com deficiência. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1017/2018)

Art. 133-B Para ter direito à redução da carga horária, o beneficiado deverá encaminhar requerimento ao responsável máximo hierárquico do órgão em que estiver lotado, munido de cópia da certidão de nascimento ou adoção, atestado médico ou laudo, atestando que o filho é deficiente, com seu grau de dependência, e um laudo prescritivo do tratamento a que deve ser submetido o deficiente.

Parágrafo único. Caberá à Gerência de Medicina do Trabalho, vinculada a Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo de quinze dias úteis após o recebimento do encaminhamento da solicitação do beneficiado, a emissão do laudo conclusivo sobre o requerimento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1017/2018)

Art. 133-C O benefício de que trata esta lei será concedido pelo prazo máximo de seis meses, podendo ser renovado sucessivamente por igual período, observando-se o disposto no artigo anterior e seus respectivos parágrafos.

Parágrafo único. Nos casos em que a deficiência for confirmadamente considerada irreversível, a concessão de que trata este artigo será definitiva, devendo o servidor comprovar, anualmente, a condição da dependência. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1017/2018)

Art. 134 Serão abonadas as faltas do servidor, até o máximo de 05 (cinco) por ano, incluído o dia do seu aniversário natalício e desde que não excedam uma por mês, mediante apresentação de requerimento escrito à sua chefia imediata, com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

§ 1º Ocorrendo o aniversário natalício em dia não útil, será autorizado o abono da falta no dia útil imediatamente posterior.

§ 2º De posse do requerimento do servidor, a chefia imediata programará e decidirá de pleno, comunicando imediatamente o dia da ausência do servidor à Coordenadoria de Recursos Humanos para as devidas anotações. (Redação dada pela Lei Complementar nº 871/2014)

Capítulo VII DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 135 É assegurado ao servidor o direito de requerer aos poderes públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 136 O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo, e encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 137 Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 10 (dez) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 138 Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;
II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 139 O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 140 O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 141 O direito de requerer prescreve:
I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria;
II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 142 O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 143 A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 144 Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído, pena de suspensão dos prazos recursais enquanto não disponível o processo.

Art. 145 A Administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade, observado o prazo prescricional de cinco anos, ressalvadas disposições em contrário.

TÍTULO IV DO REGIME DISCIPLINAR

Capítulo I DOS DEVERES

Art. 146 São deveres do servidor:
I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
II - ser leal às instituições a que servir;
III - observar as normas legais e regulamentares;
IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
V - atender com presteza;

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;
d) os pedidos de informações da Câmara Municipal.

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
VII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;
IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
X - ser assíduo e pontual ao serviço;
XI - tratar com urbanidade as pessoas e companheiros de trabalho;
XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder de que tenha conhecimento;

XIII - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado, ou com uniforme que for determinado;
XIV - providenciar para que esteja sempre atualizada no assento funcional sua declaração de família;
XV - comparecer às comemorações cívicas, quando convocado.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa.

Capítulo II DAS PROIBIÇÕES

Art. 147 Ao servidor é proibido:
I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
III - recusar fé a documentos públicos;
IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
VI - cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
VIII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
IX - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
X - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
XI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
XII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
XIII - inserir, modificar ou alterar sem autorização ou solicitação de autoridade competente dados falsos em sistema de informações;
XIV - proceder de forma desidiosa;
XV - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
XVI - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
XVII - constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função;

XVIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
XIX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.

Capítulo III DA ACUMULAÇÃO

Art. 148 Ressalvados os casos previstos na Constituição, e observadas as demais condições ali estabelecidas, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, ressalvadas as seguintes:

I - a de dois cargos de professor;

II - a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

III - a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 1º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 2º A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

Art. 149 O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão no Município.

Art. 150 O servidor vinculado ao regime desta Lei Complementar, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, não poderá exercê-los no período em que estiver investido em cargo de provimento em comissão.

Art. 151 Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade superior de cada poder ou entidade notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência do ilícito.

Art. 152 Na hipótese de omissão do servidor que não optar por um dos cargos, será instaurado processo administrativo disciplinar para apurar o ilícito.

Art. 153 O processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por três servidores efetivos, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de

ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico, além dos demais dispositivos constitucionais, legais ou regulamentares infringidos.

§ 2º A comissão lavrará, até 5 (cinco) dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa escrita ou requerer o que entenda de direito para sua defesa, inclusive provas, por intermédio de advogado legalmente constituído e regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 3º Na hipótese de não dispor o servidor de advogado legalmente constituído, deverá a comissão processante nomear dativo do defensor entre os servidores do quadro permanente que seja advogado inscrito da OAB.

§ 4º Não havendo servidor que possa defender o indiciado, será oficiada a subseção local da OAB para que esta nomeie defensor dativo para realizar a defesa do servidor, acompanhando o processo até final decisão, assegurando-se ao servidor e ao advogado que o patrocinar, o direito de vista e extração de cópias do processo na repartição e dilatação de prazo, se entendida necessária pela comissão.

§ 5º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 6º No prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 7º Caracterizada a acumulação ilegal aplicar-se-á a pena de demissão ou destituição em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 8º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar a que se refere este artigo não excederá 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 9º Sobrevindo situações de caso fortuito, força maior ou quaisquer outras que impeçam a comissão de realizar e concluir os trabalhos no prazo estipulado, poderá o Presidente da Comissão ordenar, de forma justificada, a suspensão dos trabalhos por tempo determinado ou pelo período necessário até cessar o impedimento, publicando-se os atos que suspenderem e que determinarem a retomada do curso do processo.

Capítulo IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 154 O servidor responde civil e penalmente, por ato omissivo ou comissivo, na forma da legislação federal aplicável, e administrativamente, na forma da Constituição, desta Lei Complementar e da restante legislação municipal, pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 155 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 156 A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou de sua autoria.

Capítulo V DAS PENALIDADES

Art. 157 São penalidades disciplinares:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão;
- IV - demissão;
- V - cassação de aposentadoria;
- VI - destituição de cargo em comissão.

Art. 158 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 159 A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 147, incisos I a VII, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 160 A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder 90 (noventa) dias.

§ 1º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 161 As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Art. 162 A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I - crime contra a administração pública;
- II - abandono de cargo;
- III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - transgressão dos incisos IX a XIV do art. 147.

Art. 163 Será cassada a aposentadoria do inativo que a tenha obtido com inconstitucionalidade ou ilegalidade, a qualquer tempo demonstrada pela administração.

Art. 164 A destituição de cargo em comissão exercido por servidor não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita à penalidade de demissão.

Art. 165 A demissão, ou a destituição de cargo em comissão por infringência do art. 147, incisos IX, XII, XIII e XVII, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por crime contra a administração pública, improbidade administrativa, lesão aos cofres públicos ou prática de corrupção.

Art. 166 Configura abandono de cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 167 Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 50 (cinquenta) dias, interpoladamente, durante cada ano civil.

Art. 168 Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, será adotado o procedimento a que se refere o art. 169 e seguintes, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência injustificada do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a 50 (cinquenta) dias interpoladamente, dentro de cada ano civil.

II - após a apresentação da defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças

principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a justificabilidade da ausência ao serviço superior a 30 (trinta) dias, e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 169 As penalidades disciplinares serão aplicadas:
I - demissão ou cassação de aposentadoria, ou suspensão superior a 15 (quinze) dias, pelo Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal, ou dirigentes máximo das autarquias ou das fundações;

II - pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso anterior quando se tratar de suspensão de até 15 (quinze) dias, ou advertência;

III - pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão.

Art. 170 São circunstâncias atenuantes à aplicação da pena:

I - prestação de mais de 15 (quinze) anos de serviço público municipal de bom comportamento e zelo no cumprimento dos deveres funcionais;

II - confissão espontânea da infração.

Art. 171 São circunstâncias agravantes à aplicação da pena:

I - o conluio para a prática da infração;

II - a acumulação de infrações.

Art. 172 A ação administrativa disciplinar prescreverá:
I - em 6 (seis) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II - em 4 (quatro) anos, quanto àquelas puníveis com multa ou suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto àquelas puníveis com advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente para iniciar o processo administrativo respectivo.

§ 2º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 3º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Capítulo VI **DA SINDICÂNCIA, DO AFASTAMENTO PREVENTIVO E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 173 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância, ou se for o caso, diretamente, por processo administrativo

disciplinar, neste caso assegurada ao acusado ampla defesa e, em ambos os casos, a instauração se dará mediante ato da autoridade superior de cada poder.

Art. 174 As denúncias de irregularidades formuladas por escrito serão objeto de apuração por sindicância, ainda que não contenham a identificação do denunciante.

Parágrafo único. Quando o fato narrado, a juízo da autoridade superior de cada poder ou entidade, não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada.

Seção II **Da sindicância**

Art. 175 Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do respectivo processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior de cada poder ou entidade.

Art. 176 Sempre que o ilícito praticado pelo servidor for punível com penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão ou cassação de aposentadoria, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Art. 177 Na hipótese de concluir o relatório da sindicância que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Seção III **Do Afastamento Preventivo**

Art. 178 Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora da sindicância ou do processo disciplinar poderá, se justificadamente imprescindível a medida, determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, em caso de comprovada necessidade administrativa, sempre sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no caput deste artigo cessarão os efeitos da suspensão, ainda que não concluído o processo.

Seção IV
Do Processo Administrativo Disciplinar
Subseção I
Disposições Gerais

Art. 179 O processo administrativo disciplinar precederá a aplicação das penas de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.

Art. 180 A instauração de processo administrativo disciplinar é da competência do Prefeito Municipal, do Presidente da Câmara Municipal e dos dirigentes de Autarquias e Fundações Públicas.

Art. 181 O processo administrativo disciplinar, instaurado nos termos do regimento interno de cada poder ou ente da administração pública indireta, será conduzido por Comissão composta de 3 (três) servidores efetivos, de hierarquia superior à do acusado.

§ 1º Os integrantes da Comissão serão designados pela autoridade competente.

§ 2º O Presidente da Comissão designará um de seus membros para secretariar os trabalhos, podendo, contudo, convocar servidor para secretariar a Comissão, mediante autorização expressa de seu superior hierárquico. O servidor em questão não terá direito a voto na Comissão.

§ 3º Não poderá participar da Comissão de Inquérito: cônjuge, companheiro ou parente do indiciado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 2º (segundo) grau.

Art. 182 O processo administrativo disciplinar desenvolve-se nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a Comissão;

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - julgamento.

Art. 183 O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da publicação do ato de indicição do servidor, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem, ou por prazo superior em razão da ocorrência de caso fortuito, força maior ou quaisquer outras situações que impeçam a comissão de realizar e concluir os trabalhos no prazo estipulado, hipóteses nas quais o Presidente da Comissão ordenará, de forma justificada, a suspensão dos trabalhos por tempo determinado ou pelo período necessário até cessar o impedimento, devendo-se publicar os atos que suspenderem e determinarem a retomada do curso do processo.

§ 1º Sempre que necessário, a Comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos.

§ 2º As reuniões da Comissão serão registradas em atas que deverão detalhar o ocorrido e as deliberações adotadas.

Subseção II
Do Inquérito

Art. 184 O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito, aplicando-se subsidiariamente o Código de Processo Penal, nos casos em que o estatuto for omissivo.

Art. 185 Os autos da sindicância, se esta tiver ocorrido, integrarão o processo administrativo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 186 Instalada a Comissão, será formulada a indicição do servidor mediante portaria, obrigatoriamente publicada em órgão oficial ou periódico de circulação, sem a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º A Comissão determinará, dentro de 2 (dois) dias, contados da publicação da portaria, a citação do indiciado, por mandado expedido pelo Presidente da Comissão, juntando cópia do termo inicial e das provas que já tiverem sido autuadas, para que compareça perante a Comissão a fim de que seja interrogado.

§ 2º O prazo de defesa escrita, por intermédio de advogado, será de 10 (dez) dias, contados da data da realização do interrogatório, assegurando ao advogado e ao indiciado vista dos autos do processo e extração de cópias na repartição.

§ 3º Havendo 2 (dois) ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 4º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro para diligências reputadas indispensáveis, a critério da Comissão.

§ 5º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio pelo membro da Comissão que fez a citação.

Art. 187 O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à Comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 1º Na hipótese deste artigo, o indiciado será citado via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo o comprovante do registro e aviso de recebimento.

§ 2º Ignorado o endereço atual do indiciado, será indiciado defensor dativo na forma do art. 152, § 3º, e não havendo esse servidor, será oficiada a Subseção local da OAB para que lhe seja nomeado advogado a fim de que acompanhe o processo até final decisão, sendo-lhe assegurado o direito à vista dos autos e extração de cópias em quaisquer das fases em que o processo se encontrar.

Art. 188 Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado por 2 (duas) vezes, com intervalo de 8 (oito) dias, em órgão de imprensa oficial ou em periódico de circulação no Município, para apresentar defesa, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital, aplicando-se o disposto no § 2º, do art. 186.

Art. 189 Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo oficiará à subseção local da OAB para que nomeie advogado para acompanhar o processo até final decisão, sendo-lhe assegurado o acesso aos autos e extração de cópias na repartição.

Art. 190 A Comissão promoverá o interrogatório do indiciado, observados os seguintes procedimentos:

I - No caso de haver mais de um indiciado, cada um deles será ouvido separadamente e, se houver divergência em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, poderá ser promovida acareação entre eles.

II - O procurador do indiciado poderá assistir ao interrogatório.

Art. 191 Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do indiciado, a Comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame, por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 192 Na fase do inquérito, a Comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir completa elucidação dos fatos.

Art. 193 O Presidente da Comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Parágrafo único. Será indeferido o pedido de prova pericial quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 194 As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo Presidente da Comissão, anexando-se aos autos a segunda via, com o ciente do interessado.

§ 1º O indiciado e seu advogado serão intimados para acompanhar o depoimento das testemunhas.

§ 2º Se a testemunha for servidor público municipal, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, enquanto os servidores públicos federais, distritais e estaduais serão notificados por intermédio das repartições ou unidades a que pertencem.

Art. 195 O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente, de modo a evitar que uma ouça o depoimento da outra.

§ 2º O acusado e seu procurador poderão assistir à inquirição das testemunhas, sendo-lhes vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se lhes, porém, reinquiri-las, por intermédio do Presidente da Comissão, se existente alguma dúvida quanto ao seu depoimento.

§ 3º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes, quando necessária para o esclarecimento dos fatos.

Art. 196 Apreciada a defesa e concluída a instrução, a Comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a Comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 197 O processo administrativo disciplinar, com o relatório da Comissão, será remetido à autoridade que determinou sua instauração, para julgamento.

Subseção III Do Julgamento

Art. 198 No prazo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por igual período, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Parágrafo único. O processo disciplinar, com relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou sua instauração, para julgamento.

Art. 199 A autoridade julgadora decidirá à vista dos fatos apurados pela Comissão, não ficando vinculada às conclusões do relatório, podendo, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Parágrafo único. Proferida a decisão ou extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do processo nos assentamentos individuais do servidor, determinando a intimação do indiciado e de seu advogado para ciência.

Art. 200 Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo declarará que atos são atingidos, ordenando as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos ou retificados.

§ 1º O ato não se repetirá, nem se lhe suprirá a falta quando não prejudicar a parte.

§ 2º Na hipótese do caput deste artigo, os autos retornarão à Comissão para cumprimento das diligências expressamente determinadas e consideradas indispensáveis à decisão da autoridade julgadora.

§ 3º As diligências determinadas na forma do § 1º deste artigo serão cumpridas no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 4º Na hipótese do caput deste artigo, o prazo de julgamento será contado da data do novo recebimento do processo.

§ 5º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

Art. 201 A autoridade que tiver ciência da irregularidade no serviço público e der causa à prescrição de que trata o art. 171 será responsabilizada na forma desta Lei Complementar.

Art. 202 O servidor que responde a processo administrativo disciplinar somente poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade acaso aplicada.

Art. 203 Serão assegurados transporte e alimentação:
I - aos membros da Comissão, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de diligência essencial para esclarecimento dos fatos;
II - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado.

Subseção IV **Da Revisão do Processo**

Art. 204 O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º Em caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º No processo revisional o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 205 A simples alegação da injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo original.

Art. 206 O requerimento da revisão do processo será encaminhado ao dirigente máximo de cada poder ou entidade respectiva.

Parágrafo único. Recebida a petição, o dirigente do órgão ou entidade providenciará a constituição de nova Comissão, na forma desta Lei Complementar.

Art. 207 A revisão correrá em apenso ao processo original.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e a inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 208 A Comissão Revisora terá até 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual período, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 209 Aplicam-se aos trabalhos da Comissão Revisora, no que couber, as normas e os procedimentos próprios da Comissão do processo administrativo disciplinar.

Art. 210 O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade, nos termos desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de até 15 (quinze) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 211 Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição de cargo em comissão que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da penalidade já aplicada.

TÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 212 O Dia do Servidor Público será comemorado a vinte e oito de outubro.

Art. 213 Poderão ser instituídos, no âmbito dos poderes e das entidades a que se aplica esta Lei Complementar os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

I - prêmios pela apresentação de ideias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;
II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecoração e elogio.

Art. 214 Os prazos previstos nesta Lei Complementar serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 215 Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres.

Art. 216 Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge, companheiro(a) em união estável e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e dependência e como tal constem dos seus registros funcionais.

§ 1º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o servidor(a) ou com a servidor(a), cujo vínculo deverá ser comprovado mediante apresentação de, no mínimo, três dos seguintes documentos:

- I - certidão de nascimento de filho havido em comum;*
- II - certidão de casamento religioso;*
- III - declaração do imposto de renda do servidor(a), em que conste o interessado como seu dependente;*
- IV - disposições testamentárias;*
- V - declaração especial feita perante tabelião;*
- VI - prova de mesmo domicílio;*
- VII - prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;*
- VIII - procuração ou fiança reciprocamente outorgada;*
- IX - conta bancária conjunta;*
- X - registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do servidor(a);*
- XI - anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados;*
- XII - apólice de seguro vigente da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;*
- XIII - ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o servidor(a) como responsável;*
- XIV - escritura de compra e venda de imóvel pelo servidor(a) em nome de dependente;*
- XV - declaração de não emancipação do dependente menor de vinte e um anos; ou*
- XVI - quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 622/2009)*

Art. 216-A Consideram-se dependentes do servidor(a), os beneficiários seguintes:

- I - o cônjuge, a companheira ou o companheiro;*
- II - o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou incapaz;*
- III - os pais;*
- IV - irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou incapaz.*

§ 1º A existência de dependentes mencionados nos incisos I e II deste artigo, exclui do direito às prestações os dependentes previstos nos incisos III e IV.

§ 2º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho, mediante declaração escrita do servidor(a) e desde que comprovada a dependência econômica, conforme critérios dispostos no Regime Geral de Previdência Social, no que couber.

§ 3º A dependência econômica das pessoas mencionadas nos incisos I e II deste artigo, é presumida, devendo ser comprovada a dos dependentes referidos nos incisos III e IV, conforme critérios dispostos no Regime Geral de Previdência Social, no que couber. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 622/2009)

Art. 217 Ficam extintos todos os direitos e as vantagens, pecuniários ou de outra natureza, constantes da Lei nº 713, de 8 de setembro de 1965, que não tenham sido previstos nesta Lei Complementar.

Art. 218 O servidor que tiver vários períodos de licença-prêmio acumulados quando da publicação desta Lei Complementar poderá gozá-los até a data da respectiva aposentadoria, sendo vedada a conversão em pecúnia dos períodos acumulados.

Art. 219 Os benefícios previdenciários dos servidores públicos serão concedidos nos moldes do art. 40 e seguintes da Constituição Federal e legislação previdenciária do Município de Ourinhos.

Art. 220 A sexta parte dos vencimentos integrais será concedida aos vinte e cinco anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observando-se o disposto no § 9º do art. 153 da Lei Orgânica do Município. (Redação dada pela Lei Complementar nº 597/2009)

Art. 221 As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 222 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º do mês de sua vigência, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 713, de 08 de setembro de 1965, o parágrafo único do art. 10 da Lei Complementar nº 397, de 04 de abril de 2003.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 22 de junho de 2006.

TOSHIO MISATO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

ANTONIO SÉRGIO BERTUCCI
Secretário Municipal de Administração

Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a1/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-ourinhos-sp>

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 1031
DE 04 DE ABRIL DE 2019 (LEI DA GUARDA
MUNICIPAL DE OURINHOS).**

Prezado candidato, visto a extensão e formato do material solicitado, não deixe de conferir a lei na íntegra em nosso site para consulta. Acesse www.novaconcursos.com.br/retificacoes.



HORA DE PRATICAR!

1. (CESPE/2017 - Prefeitura de São Luís – MA) A sinalização horizontal de vias na cor amarela é usada para

- a) regulamentar ultrapassagem e deslocamento lateral.
- b) demarcar ciclovias ou ciclofaixas.
- c) simbolizar as áreas especiais de estacionamento para pessoas portadoras de necessidades especiais.
- d) separar movimentos veiculares de mesmo sentido.
- e) regulamentar faixas de travessias de pedestres.

2. (PMRJ/2016 - Prefeitura do Rio de Janeiro – RJ) De acordo com o Código Brasileiro de Trânsito (DENATRAN, 2008), um dos objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito consiste em:

- a) estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento
- b) zelar pela uniformidade e cumprimento das normas contidas no Código Brasileiro de Trânsito e nas resoluções complementares
- c) dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal
- d) estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito

3. (UFMT/2015 - DETRAN-MT) O Conselho Nacional de Trânsito estabelecerá as normas e regulamentos a serem adotados em todo o território nacional quanto à engenharia de tráfego, assim como padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito. Quanto a essas normas, operação, fiscalização e policiamento ostensivo de trânsito, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres ou colocar em risco sua segurança será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade do Sistema Nacional de Trânsito com circunscrição sobre a via.
- b) Ao servidor público responsável pela inobservância de qualquer das normas previstas no Código de Trânsito Brasileiro relativas à engenharia de tráfego, a autoridade de trânsito aplicará multa diária no seu vencimento ou remuneração devida, enquanto permanecer a irregularidade.
- c) Mesmo em casos de emergência, a autoridade de trânsito deverá avisar à comunidade com quarenta e oito horas de antecedência qualquer interdição à via.
- d) Nenhum projeto de edificação que possa transformar-se em polo atrativo de trânsito poderá ser aprovado sem prévia anuência do órgão ou entidade do Sistema Nacional de Trânsito com circunscrição sobre a via.

4. (FCC – TRT 7ª) Na sinalização vertical, as placas de identificação quilométricas são apresentadas nas seguintes cores de fundo, legenda, orla interna e orla externa, respectivamente,

- a) preta, branca, preta e branca.
- b) verde, branca, branca e verde.
- c) branco, preto, preto e branco.
- d) azul, branca, branca e verde.
- e) azul, branca, branca e azul.

5. (IBFC/2013 – IDECI/CE) Leia as sentenças abaixo contendo informações sobre o tema Segurança Viária, e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As condições físicas da via, influenciam diretamente a Segurança Viária.
- b) A inserção da segurança viária em projetos viários e de transporte é de extrema relevância para o desenvolvimento de cidades sustentáveis.
- c) O processo de auditoria de segurança viária envolve a avaliação sistemática do projeto proposto.
- d) Soluções de engenharia só contribuem para a redução de acidentes que envolvem fatores da via.

6. (IDHTEC/2016 - Prefeitura de Itaquitinga – PE) São sinais vitais a serem avaliados em um primeiro socorro, EXCETO:

- a) Pulso
- b) Respiração
- c) Pressão arterial
- d) Temperatura
- e) Tamanho da pupila

7. (IFCE-CEFET CE/2017 - IFCE/CE) Os sistemas de alimentação dos motores atuais incorporam a ignição e a injeção de combustível em um único sistema, conhecido por gerenciamento do motor. Geralmente, é utilizada uma só unidade de comando, para controlar todo o sistema de alimentação (ignição e injeção), entretanto, antes de se chegar a esse estágio, havia, por muitos anos, veículos equipados com o sistema de ignição convencional, composto por platinado e condensador. O sistema de ignição eletrônica começou a ser fornecido, no Brasil, em 1978. Daquela época até hoje, muitos novos sistemas foram sendo desenvolvidos e atualizados. A vantagem que a ignição eletrônica possui sobre o sistema a platinado é que

- a) mantém a bobina energizada com a chave ligada.
- b) mantém a tensão de ignição sempre oscilando, garantindo maior potência da faísca em altas rotações.
- c) altera o ponto de ignição com o tempo de uso.
- d) altera o ponto de ignição com o desgaste das buchas do eixo.
- e) não usa platinado e condensador, principal causa de alterações na regulagem do sistema de ignição.

8. (Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ – 2016 - Prefeitura de Rio de Janeiro/RJ) Considerando-se as normas de circulação e conduta de veículos motorizados, é correto afirmar que:

- a) o condutor não poderá ultrapassar veículos em vias com duplo sentido de direção e pista única, nos trechos em curvas e em aclives sem visibilidade suficiente, nas passagens de nível, nas pontes e viadutos e nas travessias de pedestres, mesmo que haja sinalização permitindo a ultrapassagem
- b) não é permitido utilizar a troca de luz baixa e alta, de forma intermitente, com o objetivo de indicar para outros motoristas a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente, nem que seja por um curto período de tempo
- c) o condutor, ao perceber que outro que o segue tem o propósito de ultrapassá-lo, deverá deslocar-se para a faixa da direita, sem acelerar a marcha, independentemente da faixa em que estiver circulando
- d) veículos de transporte coletivo regular de passageiros, quando circularem em faixas próprias a eles destinadas, deverão utilizar-se de farol de luz baixa durante o dia e à noite.

9. (CESPE/ 2017 - Prefeitura de São Luís/MA) Em uma pista com faixas de rolamento de mesmo sentido, a faixa da extremidade esquerda destina-se a

- a) ultrapassagem e deslocamento dos veículos de maior velocidade.
- b) circulação de veículos lentos e pesados.
- c) circulação de veículos escolares e carros oficiais, mesmo quando não houver sinalização especial.
- d) circulação de veículos de passeio.
- e) manobras de retorno.

10. (QUADRIX/2017 – CFO/DF) Quando ocorre um acidente de trânsito com vítima, há medidas que podem ser tomadas até que o socorro chegue. No que diz respeito a essas medidas, julgue o próximo item.
Caso a vítima seja um motociclista, deve-se retirar seu capacete para verificar suas condições gerais.

() CERTO () ERRADO

11. (COSEAC/2017 – UFF) A manutenção que permite garantir uma qualidade de serviço desejada, com base na aplicação sistemática de técnicas de análise, utilizando-se de meios de supervisão centralizados ou de amostragem, para reduzir ao mínimo a manutenção preventiva e diminuir a manutenção corretiva é a:

- a) programada.
- b) automática.
- c) não programada.
- d) remota.
- e) controlada ou preditiva.



1	A
2	A
3	C
4	E
5	D
6	E
7	E
8	D
9	A
10	ERRADO
11	E

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

ANOTAÇÕES